



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3172

Terça-feira - 16 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Corupá	411	Joaçaba	677
Água Doce	7	Cunha Porã	416	Lages	682
Águas de Chapecó	12	Cunhataí	417	Laguna	685
Águas Mornas	13	Curitibanos	419	Lauro Muller	689
Alfredo Wagner	14	Descanso	421	Lebon Regis	690
Alto Bela Vista	15	Dionísio Cerqueira	423	Leoberto Leal	691
Anchieta	16	Doutor Pedrinho	426	Lindóia do Sul	692
Angelina	20	Entre Rios	448	Lontras	693
Anitápolis	21	Ermo	450	Luiz Alves	703
Antônio Carlos	22	Flor do Sertão	451	Luzerna	709
Apiuna	24	Formosa do Sul	453	Macieira	726
Arabutã	37	Forquilha	454	Mafra	727
Arroio Trinta	41	Fraiburgo	460	Maracajá	728
Arvoredo	43	Galvão	479	Maravilha	735
Ascurra	48	Garopaba	481	Marema	736
Atalanta	54	Garuva	487	Massaranduba	737
Aurora	55	Gaspar	493	Matos Costa	758
Balneário Arroio do Silva	56	Governador Celso Ramos	496	Meleiro	759
Balneário Gaivota	57	Grão Pará	505	Modelo	761
Balneário Piçarras	58	Gravatal	507	Mondaí	773
Bandeirante	60	Guaraciaba	508	Monte Carlo	774
Barra Bonita	109	Guaramirim	511	Monte Castelo	775
Barra Velha	110	Guatambú	515	Morro da Fumaça	776
Benedito Novo	112	Herval d'Oeste	522	Morro Grande	792
Biguaçu	117	Ibicaí	524	Navegantes	794
Blumenau	119	Ibirama	530	Nova Itaberaba	797
Bom Jardim da Serra	129	Ilhota	532	Nova Trento	801
Bom Jesus	134	Imarui	537	Nova Veneza	847
Bom Jesus do Oeste	142	Imbituba	552	Novo Horizonte	849
Bom Retiro	151	Imbuia	559	Orleans	851
Botuvera	155	Indaial	560	Otacílio Costa	854
Braço do Trombudo	156	Iomerê	566	Ouro	855
Brusque	165	Ipira	569	Ouro Verde	858
Caibi	171	Iporã do Oeste	570	Paial	862
Camboriú	277	Ipuacú	578	Palhoça	863
Campo Alegre	296	Ipumirim	579	Palma Sola	870
Campo Erê	301	Iraceminha	584	Palmitos	871
Campos Novos	316	Irani	591	Paraíso	872
Canoinhas	374	Irineópolis	593	Passos Maia	873
Capinzal	378	Itá	600	Paulo Lopes	880
Catanduvas	387	Itaiópolis	601	Penha	881
Celso Ramos	389	Itapema	602	Peritiba	883
Chapecó	391	Itapiranga	610	Pescaria Brava	886
Cocal do Sul	396	Itapoá	617	Pinhalzinho	887
Concórdia	397	Ituporanga	624	Pinheiro Preto	889
Cordilheira Alta	399	Jaborá	639	Piratuba	910
Coronel Freitas	401	Jacinto Machado	642	Planalto Alegre	913
Coronel Martins	402	Jaraguá do Sul	643	Pomerode	916
Correia Pinto	403	Jardinópolis	654	Ponte Serrada	918

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3172

Terça-feira - 16 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Porto Belo.....	919	Santiago do Sul.....	1115	Sombrio.....	1277
Porto União.....	921	Santo Amaro da Imperatriz	1126	Sul Brasil	1278
Pouso Redondo	926	São Bento do Sul.....	1137	Tangará.....	1279
Praia Grande.....	930	São Bernardino	1148	Tigrinhos	1281
Presidente Castello Branco.....	934	São Carlos	1150	Tijucas	1285
Presidente Getúlio	936	São Domingos.....	1151	Timbó	1288
Presidente Nereu.....	937	São Francisco do Sul.....	1152	Três Barras	1300
Princesa	938	São João Batista.....	1154	Treze Tílias	1303
Quilombo.....	948	São João do Oeste	1156	Tunápolis.....	1340
Rancho Queimado.....	953	São João do Sul	1158	Turvo	1342
Rio do Campo	955	São Joaquim	1161	União do Oeste	1347
Rio dos Cedros.....	1087	São José.....	1163	Urubici	1349
Rio do Sul.....	956	São José do Cedro.....	1181	Urussanga	1350
Rio Negrinho.....	1091	São Lourenço do Oeste.....	1186	Vargem	1351
Rio Rufino.....	1094	São Miguel da Boa Vista	1192	Vargem Bonita	1352
Rodeio.....	1098	São Miguel do Oeste.....	1194	Videira.....	1353
Romelândia.....	1099	São Pedro de Alcântara.....	1217	Vitor Meireles.....	1355
Saltinho.....	1100	Schroeder	1220	Xanxerê.....	1356
Santa Helena	1101	Seara	1257	Xavantina	1360
Santa Rosa do Sul	1107	Serra Alta	1260	Xaxim.....	1362
Santa Terezinha do Progresso	1108	Siderópolis.....	1267	Zortéa	1364

Consórcios

ARIS	1366
CIGA	1366
CINCATARINA	1367
CIS/AMARP	1377
CIS/AMAUC.....	1377
CIS/AMURC	1379
CIS/AMURES.....	1391
CIS/AMVI	1392
CISAM	1394
CISNORDESTE	1394
CIAPS.....	1480



Agronômica

PREFEITURA

Nº 060/2020

Publicação Nº 2523763

DECRETO Nº 060/2020 DE 16 de JUNHO de 2020

INSTITUI O COMITÊ DE GESTÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO - COMEG NO MUNICÍPIO DE AGRONOMICA/SC

O **PREFEITO MUNICIPAL DE AGRONOMICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, Art. 79, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO DO MUNICÍPIO DE AGRONOMICA

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor do Modelo de Excelência em Gestão - COMEG do município de Agronômica, instância colegiada de natureza consultiva, com o objetivo de apoiar e contribuir para a implementação e o contínuo desenvolvimento de diretrizes estratégicas e boas práticas de governança, com base na legislação vigente.

Parágrafo único. O COMEG atuará em temas de governança pública e implementação do Modelo de Excelência em Gestão em Transferências da União – MEG-TR, obrigação instituída pela Instrução Normativa nº 05, de 24 de junho de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo digital - órgão do Ministério da Economia, bem como dentre outros temas eventualmente atribuídos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para fins deste Decreto considera-se:

I - governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

II - modelo de excelência em gestão: metodologia para a avaliação do nível de maturidade da gestão da organização;

III - agente de governança - AG: servidor designado formalmente para atuar em sua unidade, nos termos deste Decreto e demais expedientes administrativos vindouros, dedicado à condução das políticas, orientações e diretrizes estabelecidas pelo COMEG.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO COMEG

Art. 3º O COMEG será presidido pelo Sr. Francisco Alexandre Duarte Neto Diretor de Departamento Administração e Finanças e coordenado pela Sra. Deise Bennert será composto pelos agentes de governança – AG, designados pelas respectivas pastas, a saber:

INC	NOME	DEPARTAMENTO
I	Jorge Alberto Aguiar	Agente de Controle Interno
II.	Joel Korb	Assessor Jurídico
III.	Osmar Frederico Korb	Diretor de Departamento da Saúde
IV.	Gérson Chaves Cabral	Técnico de Controle Interno III
V.	Jaqueline Terezinha Jethe	Diretora Adjunta Administração e Finanças
VI.	Giselen Rosa	Técnica Administrativa
VII.	Rosemeri Vandresen Duarte	Coordenadora Assistência Social
VIII.	Aline de Souza	Diretora de Departamento de Planejamento
IX.	Scharlene da Silva	Diretora de Departamento da Educação
X.	Miguel Crescencio Neto	Diretor de Departamento de Obras
XI.	Gabriela Carolina da Silva	Diretora Adjunta de Administração
XII.	Adriano José Vanderlinde	Contador

XIII.	Maria Regina Medeiros	Designada ao Cargo de Assessora Especial da Educação
--------------	-----------------------	--

§ 1º Nas ausências do Coordenador, o COMEG será coordenado por membro por ele designado

§ 2º Poderão ser convidados a participar de reuniões do COMEG representantes de outros órgãos, bem como especialistas nos temas de interesse.

§ 3º A participação no COMEG ou nos grupos de trabalho por ele constituídos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS DO COMEG

Art. 4º Compete ao COMEG:

I - assessorar o Prefeito e dirigentes na condução da política de governança;

II - propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública;

III – propor normativos e manuais com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública;

IV – analisar e propor medidas para garantia da coerência das práticas de gestão às políticas públicas;

V - incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública municipal;

VI- acompanhar a evolução da aplicação de suas recomendações e das iniciativas de aprimoramento da governança;

VII– aprovar o regimento interno do COMEG.

Parágrafo único. O COMEG elaborará memórias das reuniões com a pauta a ser abordada e os itens discutidos.

Art. 5º As unidades deverão designar responsáveis pela condução dos processos e das funções relacionadas aos objetivos da governança e da integridade corporativas e priorizar as atividades e demandas deste comitê e a produção de informações consolidadas e estatísticas que alimentarão a base de dados para o aperfeiçoamento reiterado da gestão estratégica.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão dirimidos pelo coordenador do Programa Municipal, ouvida a Procuradoria-Geral do Município, no âmbito de sua competência.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 16 de Junho de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor de Administração e Finanças

Água Doce

PREFEITURA

186/2020

Publicação Nº 2523873

PORTARIA Nº 186/2020 - DE 15 DE JUNHO DE 2020

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 36 da Lei Complementar n. 081/2013,

Considerando, que os servidores públicos aprovados em concurso público estão sujeitos ao estágio probatório pelo período de 03 (três) anos, nos termos do art. 17, caput, da LCM n. 015/1999.

Considerando, os fatos relatados em ofícios internos da Secretaria Municipal de Saúde e do Departamento de Recursos Humanos datados respectivamente de 18 e 25 de maio do 2020, cujo à indícios de utilização de veículo oficial para fins particulares.

Considerando, o disposto nos artigos o Art. 17, 86, incisos I, II, VII, XI, XIV e Art. 87, incisos, VIII, todos da Lei Complementar n. 15/1999 e Art. 37, caput, da Constituição da República, estando sujeito às penalidades previstas no artigo 95 da mesma Lei Complementar, sempre assegurado direito ao contraditório e ampla defesa nos termos da Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - nomeada pela Portaria n. 350/2018, de 08 de outubro de 2018, integrada pelos(as) servidores(as): RUBIA NEIVA ZATTA BEAL – Servidora efetiva no cargo de Fonoaudióloga, matrícula 1330; EDNA BISSANI – Servidora efetiva no cargo de Assistente Administrativo, matrícula n. 365 e JOSELI APARECIDA MOURA ROSA TRENTON – Servidora efetiva no cargo de Contadora, matrícula n. 105 -, para que, sob a Presidência da primeira, instaure Processo Administrativo em desfavor do(a) servidor(a) público municipal: ADELAR DA SILVA, matrícula n. 21.657.

Art. 2º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar terá um prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar relatório conclusivo dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º Os procedimentos processuais disciplinados deverão obedecer à Lei Complementar Municipal n. 081/2013.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce - SC, 15 de junho de 2020.

ANTÔNIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 069/2020

Publicação Nº 2523904

DECRETO Nº 069/2020 – DE 15 DE JUNHO DE 2020

“PRORROGA POR DOIS ANOS A VIGÊNCIA DO EDITAL Nº 01, DE 28 DE MARÇO DE 2018 DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS HOMOLOGADO EM 26 DE JUNHO DE 2018”.

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, nos termos do art. 37, inc. III, da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, pelo prazo de dois (02) anos, a partir de 26 de junho de 2020, o prazo de validade do concurso público de provas e títulos aberto pelo Edital nº 01/2018, de 28 de março de 2018 e homologado pelo Edital de Homologação de 26 de junho de 2018, para todos os cargos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas eventuais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de junho de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.87/2018

Publicação Nº 2524501

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 87/2018

Quarto termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 87/2018, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, do Município Água Doce - SC, representado pelo Prefeito Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI, inscrita sob CNPJ 22.798.043/0001-05, estabelecida na Linha Triângulo s/n Rodovia SC 303 Km 47 – Município de Ibicaré – SC, doravante denominada CONTRATADA neste ato representado por seu Sócio, Senhor ALEXANDRE CALDEIRA, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que fazem da seguinte forma:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o prazo do contrato até 30/06/2020.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 28 de maio de 2020

ANTONIO JOSÉ BISSANI ALEXANDRE CALDEIRA
Prefeito Municipal KAENG Infraestrutura EIRELI
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
OAB 28.339

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 69/2018

Publicação Nº 2524497

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 69/2018

Segundo termo Aditivo ao Contrato n. 69/2018, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, inscrito sob CNPJ 82.939.398/0001-90, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, no Município de Água Doce - SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro o Sr. ODICLESIO JAISON STORCHIO, brasileiro, leiloeiro oficial, portador da matrícula na Junta Comercial de Santa Catarina n. AARC 319, e Cédula de Identidade n. 3.822.890-8, inscrito no CPF sob n. 030.206.169-05, com endereço comercial na Rua Dr. Maruri, 1360, Sala 307, Centro, na cidade de Concórdia/SC, doravante denominada CONTRATADO, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 04/09/2020, considerando o prazo em que esteve sem efeitos por determinação judicial.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, SC, 04 de junho de 2020

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ODICLESIO JAISON STORCHIO
Prefeito Municipal	Leiloeiro Oficial AARC319
Contratante	Contratado

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
OAB/SC 28339

CÂMARA MUNICIPAL**009/2020 PORTARIA**

Publicação N° 2523866

PORTARIA N.º 009/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA NILZA APARECIDA MENDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO BARBOSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce SC CNPJ sob nº 04.405.472/0001-85 e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 091/2016 de 19/04/2016 e a Lei Complementar nº 015/99 de 28/12/1999, denominada de Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Água Doce, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

Resolve:

Artigo 1.º Conceder férias do dia 16-06-2020 a 25-06-2020, a servidora pública efetiva do Poder Legislativo do Município de Água Doce – SC, sendo ela Nilza Aparecida Mendes, ocupante do cargo de Contadora, nível CE-03, do Quadro de Pessoal, criado pela Resolução nº 091/2016 de 19/04/2016, Lei Complementar nº 015/99 de 28-12-1999, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício.

Artigo 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16-06-2020.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, 15 Junho de 2020

Antonio Barbosa
Presidente

BALANCETE MENSAL DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2523887

Santa Catarina**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Abril
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	79.514,69
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	79.167,80
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	72.101,54
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.066,26
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	346,89
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	346,89
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	147.750,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	147.750,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	171.010,83	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	209.715,99
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.981,45	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15.242,74
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	79.514,69	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	79.514,69
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	79.514,69	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	114.958,56
SALDOS ANTERIORES	257.858,92	SALDOS ATUAIS	287.389,07
BANCO C/ MOVIMENTO	257.858,92	BANCO C/ MOVIMENTO	287.389,07
TOTAL	576.619,75	TOTAL	576.619,75

AGUA DOCE, 30/04/2020

ANTONIO BARBOSA
PRESIDENTE CPF N° 43034268904NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

BALANCETE MENSAL DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2523889

Santa Catarina**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Maio
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	72.218,92
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	71.872,03
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61.401,41
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.470,62
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	346,89
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	346,89
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	147.750,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	147.750,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	50.000,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	156.901,59	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	156.901,59
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	12.463,75	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	12.463,75
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	72.218,92	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	72.218,92
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	72.218,92	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	72.218,92
SALDOS ANTERIORES	291.624,90	SALDOS ATUAIS	317.155,98
BANCO C/ MOVIMENTO	291.624,90	BANCO C/ MOVIMENTO	317.155,98
TOTAL	596.276,49	TOTAL	596.276,49

AGUA DOCE, 31/05/2020

ANTONIO BARBOSA
PRESIDENTE CPF N° 43034268904NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO PRAZO DO PAD 002/2019

Publicação Nº 2524047

DECRETO Nº 095/2020 De 15 de junho de 2020	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 002/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e demais disposições legais vigentes;	

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 60(sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2019 por infração atribuída a Servidora estável TANARA BARROCA MAURER – matrícula n. 159 – ocupante do cargo de MÉDICA, devido a uso de Licença Premio por parte dos Membros da Comissão.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste decreto correrão por conta da dotação orçamentária municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, 15 de junho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal.

Registre e Publique-se.

PORTARIA Nº 197, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524686

PORTARIA Nº 197/2020 De 16 de Junho de 2020	DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal e demais disposições legais vigentes;	

RESOLVE:

Art. 1º - Fica removida, de ofício, a Servidora LUANA APARECIDA CRUZ DE SOUZA, matrícula 10.853, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 20 (vinte) horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo suas funções na Unidade de Saúde do Maidana.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 16 de junho de 2020

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Águas Mornas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 106/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523740

PORTARIA Nº. 106/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, EM GOZO.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 08.06.2020, ao Servidor Público Municipal Senhor Ademar Mello, matrícula nº. 052, referente ao quinquênio de 23.04.2015 a 22.04.2020, ficando pendente 02 (dois) meses referentes ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08.06.2020.

Águas Mornas-SC, 15 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

DENISE DINIZ CORDEIRO
Responsável

PORTARIA Nº. 105/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523471

PORTARIA nº. 105/2020

Concede horário especial ao servidor Jian Sebastião Silva, a pedido, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº 017/2015,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER HORÁRIO ESPECIAL, a pedido, ao servidor efetivo Jian Sebastião Silva, inscrito na matrícula funcional nº 1321, detentor do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a partir do dia 01.06.2020, nos termos do artigo 109 da Lei Complementar nº 017/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Águas Mornas, 15 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

LUANA CAROLINE DA SILVA
RESPONSÁVEL

TOMADA DE PREÇOS Nº 58/2020

Publicação Nº 2523832

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Tomada de Preços. Processo nº 58/2020. Objeto: Contratação de empresa para a Revitalização da Praça José Adão Lehmkuhl, na sede do Município de Águas Mornas, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Convênio junto ao Governo Federal, conforme especificações contidas nos Anexos I, II e III parte integrante do Edital. Preço Máximo: R\$ 200.000,00. Retirada do Edital: Na Prefeitura, à Praça José Adão Lehmkuhl, 62, Centro, Águas Mornas/SC, fone: (48) 3245-7252, das 07 às 12 horas, ou pelo e-mail: licitacao@aguasmornas.sc.gov.br. Entrega das Propostas: No mesmo Local acima, até às 09:00 horas do dia 01/07/2020. Águas Mornas, 16 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

Alfredo Wagner

PREFEITURA

DECRETO 4484

Publicação N° 2524276

DECRETO N° 4484 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

REVOGA O INCISO I DO ART. 3º DO DECRETO N° 4471 DE 09.04.2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, Artigo 93, Seção II da Lei Orgânica Municipal e,

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o inciso I do art. 3º do Decreto Municipal nº 4471, de 09 de abril de 2020 que dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para manter o equilíbrio das contas públicas no enfrentamento ao coronavírus (COVID-19) no município de Alfredo Wagner, e dá outras providências.

Art. 2º O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas no Decreto 4471/2020, no que não forem conflitantes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner/SC, 15 de junho de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 3027, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524457

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

A Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, senhora CATIA TESSMANN REICHERT, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as disposições do art. 13, II, da Lei Orgânica do Município e as disposições do art. 17, II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando que os bens móveis objeto de levantamento e avaliação de que trata este Decreto, podem não mais se prestar às suas finalidades, diante do tempo de uso e das efetivas necessidades da Administração Municipal; e

Considerando a elevada quilometragem existente e custo de manutenção dos bens móveis objeto deste levantamento e consequente avaliação, demonstrando inviabilidade econômico-financeira, no comparativo custo-benefício, de sua recuperação e manutenção no Patrimônio Público Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial de Levantamento e Avaliação dos bens móveis inservíveis que serão leiloados, com a designação dos seguintes membros:

I – Cristiano Alex Auler, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração, que será o presidente;

II – Alguerth Heris Rollwagen, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que atuará como secretário;

III – Guilherme Vargas, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de retroescavadeira, que atuará como membro;

IV – Lauri Fischer, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, que atuará como membro; e

V – Marcos Rogério Burget, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, que atuará como membro.

Parágrafo único. A avaliação dos bens é exclusiva para a fixação de valor mínimo, com a finalidade de alienação.

Art. 2º A comissão constituída, nos termos do artigo anterior, desempenhará o presente mandato, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, podendo-se valer de todas as formas e meios viáveis e necessários ao estabelecimento do valor de avaliação dos bens inservíveis.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 15 de Junho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

DEPACHO PRESCRIÇÃO DE DÍVIDA

Publicação Nº 2524117

DESPACHO

Tenho em mãos o procedimento administrativo remetido pelo setor de Tributação e Fiscalização, onde consta requerimento do senhor VILSON BAGGIO, solicitando baixa de débitos referente dívida de taxa de licença de venda ambulante de frutas e verduras, do ano de 2011.

O procedimento foi remetido pela Auditora de Tributos, senhora Marieli Wendling, acompanhado do requerimento firmado pelo contribuinte, de relatórios do sistema Betha Tributos e do parecer da Auditora de Tributos.

No parecer da Auditora de Tributos do Município (fls. 03) consta "Considerando que passados mais de cinco anos da data da constituição definitiva a dívida está prescrita, nos termos do Artigo 174 do Código Tributário Nacional, e dessa forma a baixa do lançamento é meio de efetivar a justiça."

Diante disso, considerando a prescrição do débito informada pela Auditora de Tributos, DECIDO pela aplicação do disposto no art. 106, V do Código Tributário Municipal para que se proceda a extinção do crédito tributário relativo dívida taxa de licença de venda ambulante de frutas e verduras, do ano de 2011, em nome de Vilson Baggio;

Outrossim, solicito que os servidores lotados junto ao Setor de Tributação e Fiscalização procedam a busca de informações se houve falha ou culpa de servidores públicos para o caso em análise comunicando esta autoridade sobre o resultado das busca para as devidas providências.

Publique-se.

Cumpra-se.

Anchieta/SC, 15 de junho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 222/2020

Publicação Nº 2524065

PORTARIA Nº 222/2020.

De, 12 de junho de 2020

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o Decreto n. 038/2020, de 18 de março de 2020, em seu Art. 5º, suspendeu os prazos para a conclusão dos processos administrativos disciplinares, em virtude das medidas de prevenção ao novo coronavírus – covid-19.

Considerando o Decreto n. 051/2020, de 13 de abril de 2020, em seu Art. 2º, §3º, que determinou a retomada, a partir de 13 de abril de 2020, os prazos dos processos administrativos disciplinares em andamento.

Considerando que o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria n. 057/2020, venceu no dia 12/06/2020;

Considerando o Ofício CPPA nº 078/2020, que solicita a prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n. 057/2020.

RESOLVE:

Prorrogar o prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 057/2020.

Art. 2º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a presente data.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA/SC.
Em, 12 de junho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão

PREGÃO PRESENCIAL 005/2020-FMS

Publicação N° 2523621

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 005/2020

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Aquisição de equipamentos para serem utilizados nos atendimentos gratuitos realizados no Consultório Odontológico da Unidade Básica de Saúde do Centro, no município de Anchieta-SC. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 29/06/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:00 às 13:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 15 de Junho de 2020.

MARTINHOS SCANTAMBURLO
Gestor do FMS

ANEXO III- RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 007.2020 RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS- TRECHO LINHA JOÃO CAFÉ FILHO

Publicação Nº 2523547

**Estado de Santa Catarina
Município de Anchieta****1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº
007/2020.**

O Prefeito de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Sr. Ivan José Canci, no uso de suas atribuições legais e diante do edital de Contribuição de Melhoria nº 007/2020 da Comunidade de Linha João Café Filho retifica a relação dos proprietários apresentados no Anexo III, passando a ser da seguinte forma:

ANEXO III – RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS BENEFICIADOS:

PROPRIETÁRIO	LOTE/QUADRA	CENTRO
Olirio Emilio Wille e Inesia Maria Wille.	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Maria Schaeffer	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Alceu José Wagner	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Dari Pedro Buratti e Lorete Fatima Buratti	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Valdinei Pandolfo e Valdemir Beltrame Pandolfo (Lorena Beltrame)	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Mauri da Silva Martins	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Claudete Aparecida Pontes (Pedrinho de Souza)	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Terezinha de Jesus Gonsalves	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Edemar Luiz Pandolfo	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Antonio Juarez Pacheco	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Lourenço da Costa Moura	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Almir Antonio Cassol e Maria Madalena Gugel Cassol	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.



Estado de Santa Catarina
Município de Anchieta

	Anchieta/SC.	
Cedeni Beltrame	Parte do lote rural nº 01, matrícula 2.208 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.
Alceno Schaeffer	Parte do lote rural nº 44, matrículas nº 3.545, 2.695 e 2.697 CRI Anchieta/SC.	Linha João Café Filho, Anchieta/SC.

Anchieta-SC, 15 de junho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Angelina

PREFEITURA

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 071/2019

Publicação N° 2523437

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 071/2019

LICITAÇÃO: Tomada de Preços n° 022/2019

CONTRATADA: Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda.

CNPJ: 12.889.035/0001-02

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de medicamentos.

OBJETO DO ADITIVO: O presente ADITIVO reajustará os itens n° 15 (Amoxicilina 300mg 500mg cápsula) de R\$ 0,159 para R\$ 0,2095, item n° 69 (Levotiroxina de sódio 100mcg comprimido) de R\$ 0,06 para R\$ 0,0906, item n° 71 (Levotiroxina de sódio 25mcg comprimido) de R\$ 0,06 para R\$ 0,0792, item 77 (Metformina, cloridrato 500mg comprimido) de R\$ 0,07 para R\$ 0,0937 e item 102 (Prednisona 5mg comprimido) de R\$ 0,062 para R\$ 0,0681, conforme justificativa e demonstrativos fiscais em anexo.

FUNDAMENTO: o presente aditivo encontra na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

LOCAL E DATA: Angelina/SC em 15 de junho de 2020.

Anitápolis

PREFEITURA

DECRETO Nº. 039/2020 AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2523542

DECRETO Nº. 039/2020

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº. 1014/19 de 20 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 58.697,06 (cinquenta e oito mil seiscentos e noventa e sete reais e seis centavos), a dotação abaixo relacionada:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

11.002.2.013.4.4.90.01.34/52 R\$ 58.697,06

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação da fonte de recursos no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 10 de junho de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 10 de junho de 2020.

Fernanda Coelho Raimundo
Chefe de Gabinete

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO Nº 072/2020**

Publicação Nº 2523434

DECRETO Nº 000072/20 de 15 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.800,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01.15.452.0009.2.020-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.800,00

Art 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 7.800,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Junho de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 073/2020

Publicação Nº 2523507

DECRETO Nº 000073/20 de 15 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0006.2.005-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0006.2.005-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Junho de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 354/2020

Publicação N° 2523513

PORTARIA N° 354/2020

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 56, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 10 dias ao servidor ELENIO WEBER, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 02/03/2019, a contar de 15 de junho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15/06/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 15 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 16 de junho de 2020.

PORTARIA N 355/2020

Publicação N° 2523773

PORTARIA N° 355/2020

Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 56, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

Considerando os Decretos Municipais nº 39/2020 e 43/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 30 dias a servidora MARIA GORETE DA SILVA ROSA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo de 03/05/2013 a 02/05/2018, a contar de 06 de maio de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/05/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 15 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 16 de junho de 2020.

Apiuna

PREFEITURA

ADITIVO 3- ATA DE REGISTRO DE PREÇO 54, PP 100/2019

Publicação Nº 2523949

3º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2019 – PROVENIENTE DO PREGÃO Presencial Nº 100/2019, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, JOSÉ GERSON GONÇALVES, de outro lado, a KLEIN & FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.280.316/0001-33, neste ato representada por seu bastante procurador que abaixo assina, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços proveniente do Pregão Presencial nº 100/2019, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e da Lei 8666/1993, artigo 65 e pelas cláusulas e condições seguintes:

II – Do Procedimento Administrativo Licitatório: termo aditivo à ata de registro de preços n. 54/2019, cujo objeto é o registro de preços para AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAFÉ, ÁGUA E DIVERSOS DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

III – Do Objeto: Este termo aditivo tem por objeto proceder o reequilíbrio financeiro-econômico do item 53 em razão do parecer e decisão favorável ao pedido da contratada.

IV – Do Repasse de Reajuste

Considerando a possibilidade de realizar as alterações do respectivo Contrato, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 65, Inciso I, letra "b";

Considerando o direito constitucional da contratada ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e a permissão contida na cláusula 6.1 a 6.1.5 da referida ata, bem como a decisão favorável ao pedido de reajuste feito pela contratada que concedeu aumento de ao item 53 de 97%. Em face do acréscimo do valor do ITEM 53, o valor de fornecimento, passa a vigorar segundo a tabela abaixo, desde 29/05/2020:

Item	Produto	Marca	Preço anterior (litro)	Reajuste	Preço reajustado
53	ALCOOL ETILICO, HIDRATADO, 70ºINPM, COM REGISTRO DO RESPONSÁVEL QUÍMICO, REGISTRADO NO INMETRO, EMBALAGEM DE 1 LITRO	Itaja	R\$ 3,30	97%	R\$6,50

V – Da Fundamentação Legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com o disposto no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações que lhe foram supervenientes, conforme a justificativa e o parecer jurídico, explanando os fatos e motivos que levam a promover o reequilíbrio econômico e financeiro do item 53 da presente ata de registro de preços na forma da Lei.

VII – Da Ratificação: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas por este primeiro termo aditivo.

VIII – Da Publicação: O presente termo aditivo será publicado, no Diário Oficial do Município de Santa Catarina.

E por estarem as partes de acordo, depois de lido e achado conforme, segue o presente Termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes juntamente com as duas testemunhas.

Apiúna, 04 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito

KLEIN & FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
Contratada

Testemunhas:

Nome: LUCAS XAVIER DOS REIS CPF: 121.829.128-19	Nome: CARLA REGINA ZONTA LANGE CPF: 938.261.769-87
	Nome: WILLY WOHL OAB/SC 7793 Advogado

DECRETO N° 3512

Publicação N° 2523894

**MUNICÍPIO DE APIÚNA**

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

DECRETO Nº3512/2020

De 04/06/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de R\$ 2.152,20 (Dois mil cento e cinquenta e dois Reais e vinte centavos), da seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0305.0501.2055	Manut do Prog de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saude	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
13.808	Vigilância Epidemiolog e Ambiental em Saúde	320,00
	Subtotal	320,00
0010.0305.0501.2055	Manut do Prog de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saude	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
33.808	Vigilância Epidemiolog e Ambiental em Saúde	1.242,10
	Subtotal	1.242,10
0010.0305.0501.2055	Manut do Prog de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saude	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	590,10
	Subtotal	590,10
	TOTAL	2.152,20

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de de R\$ 2.152,20 (Dois mil cento e cinquenta e dois Reais e vinte centavos), na seguintes dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0305.0501.2055	Manut do Prog de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saude	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

13.808	Vigilância Epidemiolog e Ambiental em Saúde	320,00
	Subtotal	320,00
0010.0305.0501.2055	Manut do Prog de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saude	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
33.808	Vigilância Epidemiolog e Ambiental em Saúde	1.242,10
	Subtotal	1.242,10
0010.0305.0501.2055	Manut do Prog de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saude	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	590,10
	Subtotal	590,10
	TOTAL	2.152,20

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 04 de Junho de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
 e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001

PORTARIA 0354/2020

Publicação Nº 2523565

PORTARIA Nº 0354/2020
De 15 de junho de 2020

REVOGA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 0293/2020 QUE ESTABELECE ABONO DE FREQUENCIA NA JORNADA DE TRABALHO PARA O SERVIDOR CLAUDIO NAGEL VARGAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei,
RESOLVE

Art. 1º - Revogar o Artigo 1º da Portaria nº 0293/2020 que abona a falta de frequência ao trabalho do servidor CLAUDIO NAGEL VARGAS tendo em vista laudo médico emitido por médico oficial, manifestação favorável da assessoria jurídica do Município de Apiúna e Termo de Compromisso feito pelo servidor.

§ 1º - O servidor CLAUDIO NAGEL VARGAS deverá retornar às suas atribuições junto a Secretaria de Saúde a partir de 16 de junho de 2020 sendo-lhe assegurado todo o EPI necessário para a sua proteção contra o contágio do novo vírus Covid-19.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 15 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO 01/2020 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2020

Publicação Nº 2524278

RETIFICAÇÃO Nº 01/2020

AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2020

O MUNICIPIO DE APIÚNA, faz saber a quem possa interessar a RETIFICAÇÃO nº 01/2020 ao EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2020, permanecendo inalterado os demais itens e subitens do referido edital:

1.1 – Adiciona o item 2.5.21 ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 07/2020, relacionado aos requisitos para investidura no cargo, tendo a seguinte redação:

2.5.21 – outros requisitos justificados pelas atribuições no cargo/emprego e ou estabelecidos em leis e instruções normativas.

1.2 – Altera o item 10.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 07/2020, relacionado ao chamamento e admissão dos classificados, passando a ter a seguinte redação:

10.1 – O chamamento dos candidatos aprovados dar-se-á por convocação, a qual será feita via ligação telefônica ou e-mail, em caso de não obter contato via ligação telefônica, de acordo com os dados informados pelo(a) candidato(a) no momento da inscrição.

1.3 – Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

Apiúna, SC, 15 de Junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2020 - PE 45/2020

Publicação Nº 2523397

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO LUBRIFICANTE E GRAXA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 45/2020, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à **AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO LUBRIFICANTE E GRAXA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, conforme quantitativos e condições a seguir:

186686 - P A MUNHOZ EIRELI					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
2	GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE SABAO DE LITIO, GRAUNLGI 2 E ADITIVO DE EXTREMA PRESSAO. PONTO DE GOTANAO INFERIOR A 185°C, EM BALDE DE 20KG	EVORA	22	R\$380,0000	R\$ 8.360,00
4	OLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS HIDRAULICOS COM VISCOSIDADE SAE 10W, EM BALDE COM 20 LITROS (PARA USO EM CATERPILLAR 120K, 120H E 416E)	PETRONAS	180	R\$350,0000	R\$ 63.000,00
9	OLEO LUBRIFICANTE 100% SINTETICO, PARA MOTORES A GASOLINA/ALCOOL, PARA VEICULOS COM INJECAO ELETRONICA E RECIRCULACAO DE GASES DE COMBUSTAO, COM CONSERVADORES CATALITICOS QUE OPERAM EM QUALQUER CONDICAO DE USO, COM NIVEL DE DESEMPENHO API-SN VISCOSIDADE SAE 5W40, EM EMBALAGEM DE 01 LITRO	EVORA	500	R\$24,5000	R\$ 12.250,00
11	OLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS HIPOIDES COM NIVEL DE DESEMPENHO API GL-5 E VISCOSIDADE GRAU SAE90. DEVERA ATENDER A ESPECIFICACAO MIL-L-2105D, EM BALDE DE 20 LITROS	EVORA	200	R\$286,0000	R\$ 57.200,00
12	OLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS HIPOIDES COM NIVEL DE DESEMPENHO API GL-5 E VISCOSIDADE GRAU SAE80. DEVERA ATENDER A ESPECIFICACAO MIL-L-2105D, EM BALDE DE 20 LITROS	EVORA	150	R\$214,0000	R\$ 32.100,00
Total Fornecedor:					R\$ 172.910,00
186759 - DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	OLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS HIPOIDES COM NIVEL DE DESEMPENHO API GL-5 E VISCOSIDADE GRAU SAE140. DEVERA ATENDER AS ESPECIFICACOES MIL-L-2105D, EM TAMBOR COM 200 LITROS	TUTELA	4	R\$2.849,0000	R\$ 11.396,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Total Fornecedor:					R\$ 11.396,00
198978 - WEST PARTS PECAS E LUBRIFICANTES EIRELI					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
3	GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE SABAO DE LITIO, GRAUNLGI 2 E ADITIVO DE EXTREMA PRESSAO. PONTO DE GOTANAO INFERIOR A 185°C, EM TAMBOR COM 170KG	INCOL	4	R\$2.327,0000	R\$ 9.308,00
5	OLEO HIDRAULICO PARA CAIXAS AUTOMATICAS E CAIXAS DE DIRECAO TIPO ATF QUE ATENDA A ESPECIFICACAO GM DEXRON III OU FORD MERCON R, EMBALAGEM DE 1 LITRO	INCOL	800	R\$19,2800	R\$ 15.424,00
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4, EM EMBALAGEM DE 500ML	Radnaq	300	R\$8,1000	R\$ 2.430,00
7	OLEO LUBRIFICANTE DE MULTIPLAS APLICACOES PARA TRATORES AGRICOLAS. RECOMENDADO PARA USO EM SISTEMASDE TRANSMISSAO, HIDRAULICOS E DE FREIO. DEVERA ATENDER AS ESPECIFICACOES MASSEY-FERGUSON M1135, CATERPILLAR TO-2, JOHN DEERE J20C, E FORD M2C-86B, VALMET, API GL-4, SAE 30, EM BALDE DE 20 LITROS	INCOL	30	R\$231,9000	R\$ 6.957,00
8	OLEO LUBRIFICANTE MULTIFUNCIONAL DESENVOLVIDO PARAUSO EM TRANSMISSOES, SISTEMAS HIDRAULICOS, FREIOSA OLEO E COMANDOS FINAIS DE TRATORES DE ULTIMA GERACAO E MAQUINAS AGRICOLAS PARA TERRAPLANAGEM, QUEATENDA AS ESPECIFICACOES API GL4, ALLISON C-4, ZFTEML 03E, MASSAY M1135, NEW HOLLAND, ESN-M2C-86B,JOHN DEERE J20C. GRAU DE VISCOSIDADE 10W30, EM BALDE DE 20 LITROS	VR LUB	30	R\$221,9000	R\$ 6.657,00
10	OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES ELETRONICOS DE ALTA POTENCIA, COM VISCOSIDADE SAE 15W40 TOP TURBO E QUE ATENDA O NIVEL DE DESEMPENHO API CI, EM BALDE COM 20 LITROS	VR LUB	300	R\$151,9500	R\$ 45.585,00
Total Fornecedor:					R\$ 86.361,00
Total Geral:					R\$ 270.667,00

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

1.4 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.5 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2020 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

3.1 A presente Ata vigorará de 10/06/2020 até 10/06/2021.

4 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

4.1 A entrega do(s) produto(s)/serviço(s) deverá ocorrer no máximo 5 (cinco) dias, após efetuada sua solicitação através da ordem de compra/serviço.

4.1.1 – O(s) local(ais) de entrega é(são):

Garagem da Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA

Rua Quintino Bocaiúva, n.º 204 (Fundos) – Centro

Apiúna/SC - CEP 89.135-000

Fone: 47 3353 2000

4.2 – De segunda a sexta feira em dias úteis e em horário de expediente.

4.3 - No ato da entrega do(s) produto(s)/serviço(s)/serviço(s) o fornecedor deverá apresentar nota fiscal que será submetida à aprovação e conferência, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital e seus anexos.

4.4 - O recebimento dos itens, objeto desta licitação, será efetuada da seguinte forma:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações do edital e seus anexos;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

4.5 - O recebimento definitivo do(s) produto(s)/serviço(s) não exclui a responsabilidade do fornecedor pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização da mesma.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias após entrega da mercadoria**, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.2 - Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.3 - O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

5.4 - Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.5 - Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

5.6 - A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e consequentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, e da Ordem de Compra à fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto(s)/serviço(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5.7 - Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.8 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.9 - Os recursos necessários à presente contratação, acham-se classificados na dotação orçamentária que se segue:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
5	Fundo Municipal de Saúde
1	Fundo Municipal de Saúde
2056	Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde
Código Dotação	Descrição
5	Fundo Municipal de Saúde
1	Fundo Municipal de Saúde
2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde
Código Dotação	Descrição
9	Fundo Municipal da Assistência Social
1	Fundo Municipal da Assistência Social
2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
13	Secretaria de Esporte e Lazer
1	Secretaria de Esporte e Lazer
2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
2	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito
1	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito
2020	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria de Transportes e Obras
1	Secretaria de Transportes e Obras
2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria de Transportes e Obras
1	Secretaria de Transportes e Obras
2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - Cide
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria de Transportes e Obras
1	Secretaria de Transportes e Obras
2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1390100	Fundo Especial do Petróleo
Código Dotação	Descrição
8	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

1	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo
2085	Manutenção da Secretaria de Industria, Comercio e Turismo
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1000000	Recursos Ordinários

Código Dotação	Descrição
4	Secretaria de Educacao e Cultura
1	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Medio e Superior
2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ
Código Dotação	Descrição
7	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2070	Assistencia e Apoio ao Produtor Rural
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria de Transportes e Obras
1	Secretaria de Transportes e Obras
2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1390300	Comp Financ Expl Rec Nat - Rec Hidricos
Código Dotação	Descrição
10	Fundo Municipal da Crianca e do Adolescente
1	Fundo Municipal da Crianca e do Adolescente
2111	Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
3	Secretaria de Administração e Financas
1	Secretaria de Administração e Financas
2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Financas
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos
1000000	Recursos Ordinários

6 – DO REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 - Reajuste de Preços:

6.1.1.1 - Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 - Revisão de preços:

6.1.2.1 - A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 - A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

6.1.2.1.2 - O pedido de revisão que majore o preço Contratado deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após a análise dos elementos apresentados (notas fiscais dos seus fornecedores habituais que comprovem aumento de seu custo de compra) e da comparação do preço base de Mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

6.1.2.1.3 - A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 - Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

7 - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 - À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 - Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 - Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 - Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 - A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

8.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I) fornecer os objetos licitados de acordo com a qualidade exigida pelos órgãos de controle governamental;

II) responsabilizar-se integralmente pelos objetos ora contratados, nos termos da legislação vigente;

III) comunicar a Prefeitura, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Contrato, bem como apresentar documentos comprobatórios;

IV) sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado da Prefeitura, encarregado de acompanhar a execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

V) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

VI) A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto CONTRATADA, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

8.2 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I) oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar a do objeto licitado dentro das especificações solicitadas;
- II) realizar o pagamento na forma estipulada no Edital;
- III) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- IV) rejeitar no todo ou em parte os objetos entregues em desacordo com o objeto deste Contrato.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

- a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;
- b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

9.1.1 – A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

9.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

- b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Apiúna pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

9.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

9.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

9.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

9.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.7 - Serão aplicadas também a seguinte penalidade para a infração abaixo descrita:

a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

10 - CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial deste Ata de Registro de Preço, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

10.1.1 - No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da lei 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito do CONTRATANTE ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX da lei 8.666/93.

10.2 - A rescisão do Ata de Registro de Preço poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79, da Lei nº 8.666/93.

11 - DO FORO

11.1 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 10 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE APIÚNA
JOSE GERSON GONCALVES
CONTRATANTE

P A MUNHOZ EIRELI

CONTRATADA

DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI

CONTRATADA

WEST PARTS PECAS E LUBRIFICANTES EIRELI

CONTRATADA

Arabutã

PREFEITURA

2630

Publicação Nº 2523782



Decreto nº 2630, de 15 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o exaurimento do prazo para a interposição de recursos em face do Resultado e da Classificação Final do Processo Seletivo nº. 001/2020, conforme dispõe Edital;

Considerando a regularidade das publicações, a garantia de prazos e de meios para a interposição de recursos administrativos, em todas as fases do Processo Seletivo nº. 001/2020; e

Considerando a regularidade do processo e dos procedimentos adotados na execução de todas as fases do Processo Seletivo nº. 001/2020 e no cumprimento de todas as normas do Edital e suas alterações, disciplinador da referida seleção pública.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final, no cargo contemplado no Processo Seletivo nº. 001/2020, conforme consta no quadro anexo.

AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE					
Class	Nº insc	CANDIDATO	Nota Prova Objetiva		NOTA FINAL
			Acertos	Nota	
1º	07	EDUARDA KARINE KLEEMANN*	16	8	8,0
2º	11	ALCIDES KOCHENBORGER	16	8	8,0
3º	03	CREICI LUCIANI PETRY OTFINOSKI	15	7,5	7,5
4º	02	BRUNA CARINE HEINRICHS	14	7	7,0
5º	10	ELIZETE APARECIDA DOS SANTOS NUNES SCHEIFLER	13	6,5	6,5



6º	01	TATIANE MORAIS	10	5,0	5,0
7º	08	RONARA CARLA ZATTA	10	5,0	5,0
8º	04	SAUDINA MARIA BARBIERI	9	4,5	4,5

*Critérios para desempate conforme item 10.1 do edital 01/2020
10.1.1. Melhor nota em conhecimento específico;
10.1.2. Idade mais elevada.

Arabutã - SC, 15 de junho de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita.

Registra-se e Publica-se.
Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br

2631

Publicação Nº 2524459

DECRETO Nº 2631, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, e dá outras providências.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF federal 13.019/2014 e alterações posteriores e Lei municipal nº 764/2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação com ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, inscrita no CNPJ sob nº 80.623077/0001-57, com sede na Travessa Waldomiro Pottratz, SN – Centro, no valor de R\$ 20.000,00, a ser transferido em parcela única, conforme Plano de Trabalho aprovado presente Decreto e seguinte dotação orçamentária: Órgão 22 SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, Unidade 01 Serviços de Segurança Pública, Projeto Atividade 2.206 Atividades de Defesa Civil - Bombeiros Voluntários, Modalidade 143, 335000000000000010000, Transf. A Instituições Privadas sem fins lucrativos, do orçamento vigente, que tem por objeto a Conjugação de Esforços no Desenvolvimento de Atividades estabelecidas nos Estatutos Sociais e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Cooperação previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 764/2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 15 de junho de 2020

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Glaucia Pottratz
Responsável pelas Publicações

PORTARIA 354/2020

Publicação Nº 2523299

PORTARIA Nº 354/2020

NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2019, homologado pelo Decreto nº. 2576, de 12 de março de 2020;

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 15 de junho de 2020, por Concurso Público a Senhora CLAUDIA SUSANA FERENZ, inscrita no CPF sob nº. 052.219.639-06, para o cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº 158 de 29 de dezembro de 2014, anexo I, grupo "F", nível 230, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 15 de junho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 355/2020

Publicação N° 2523348

PORTARIA N° 355/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, à servidora SABRINA MORES inscrita no CPF sob nº. 039.277.709-65, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, férias referentes ao período aquisitivo de 13 de junho de 2016 a 12 de junho de 2017, suspensas pela portaria nº 035/2020 de 27 de janeiro de 2020, para serem gozadas no período de 15 a 24 de junho de 2020.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 15 de junho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 224 - TORNA SEM EFEITO PORTARIAS QUE DESIGNA FUNCIONÁRIO E CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

Publicação Nº 2524649

PORTARIA Nº 224, 08 DE JUNHO DE 2020.

Torna sem Efeito Portarias que Designa Funcionário e Concede Função Gratificada ao Servidor Municipal.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Tornar sem efeito a Portaria Nº 159, de 19/02/2018, que "Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências", para o Servidor Municipal LODOMIR ROBERTO WARTHA, a partir do dia 08/06/2020.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 225 - CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR LODOMIR ROBERTO WARTHA

Publicação Nº 2524650

PORTARIA Nº 225, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1.711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Designar o funcionário LODOMIR ROBERTO WARTHA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1.711/2014, pela coordenação de equipe de campo na secretaria de Infraestrutura e Obras.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições, fica concedida uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 20% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 437,71 (quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e um centavos), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 09 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 226 - TORNA SEM EFEITO PORTARIAS QUE DESIGNA FUNCIONÁRIO E CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

Publicação Nº 2524651

PORTARIA Nº 226, 09 DE JUNHO DE 2020.

Torna sem Efeito Portarias que Designa Funcionário e Concede Função Gratificada ao Servidor Municipal.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Tornar sem efeito a Portaria Nº 136, de 02/03/2020, que "Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências", para a Servidora Municipal ANDREIA GIACOMIN, a partir do dia 01/06/2020.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/06/2020.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 09 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 227 - CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA SALUTE LEGNANI NESI.

Publicação Nº 2524652

PORTARIA Nº 227, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1.713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SALUTE LEGNANI NESI, brasileira, viúva, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativos ao período aquisitivo de 12/03/2019 à 12/03/2020, cujo gozo será no período de 16/06/2020 a 14/07/2020, sendo que a mesma já foi efetuado o pagamento de 1/3 (um terço) de férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228 - LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL, LORENI LURDES FREZZA CONSONI.

Publicação Nº 2524653

PORTARIA Nº 228, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Concede Licença Prêmio a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder, Licença Prêmio a servidora municipal, LORENI LURDES FREZZA CONSONI, admitido por concurso público para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, através da Portaria de Nomeação nº 049/2010 de 08/02/2010 relativas ao período aquisitivo de 08/02/2015 à 07/02/2020, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Arvoredo

PREFEITURA

DECRETO 2.458

Publicação Nº 2524147

Decreto nº 2.458, de 09 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art, 43, § 1º, I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a verificação de superávit financeiro, verificado no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2019, em vínculos diversos que adiante se especifica, nos termos deste Decreto;

Considerando às disposições previstas no inciso III do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.195, de 26 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 118.244,15 (cento e dezoito mil duzentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos), nas seguintes ações orçamentárias;

06.00	GERENCIA DE SAÚDE/ FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, Equitativa e Universalizada
10.301.0031.2.066	Manutenção e Reforma da UBS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.03.0756	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
10.301.0032.2.070	Atividades dos Programas SF/SB/NASF/PMAQ
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.03.0756	Aplicações Diretas
	R\$ 13.244,15
10.301.0035	Assistência Farmacêutica
10.301.0035.2.075	Atividades de Farmácia Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.93.00.00.00.03.0756	Aplicação Direta Decorrentes de Op. entre Órgão
	R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2019, no vínculos - Recursos Vinc. Incremento Temporário PAB Fixo (01.0756), no valor de R\$ 118.244,15 (cento e dezoito mil duzentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo (SC), 09 de junho de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.
Edson Ezequiel Battiston
Responsável pela publicação

DECRETO 2.459

Publicação Nº 2524148

Decreto nº 2.459, de 09 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.195, de 26 de novembro de 2019;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 62.143,78 (sessenta e dois mil cento e quarenta e três reais e setenta e oito centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02.01	Gerência de Administração e Gestão
28	Encargos Especiais
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais Diversas
28.846.0000.0.002	Gestão das Obrigações Tributárias, Contributivas e Outras
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0787	Aplicações Diretas
	R\$ 690,37
4	Administração
4.122	Administração Geral
4.122.0003	Gestão Administrativa, Patrimonial e Operacional
4.122.0003.2.004	Atividades Administrativas e Patrimoniais
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0787	Aplicações Diretas
	R\$ 60.236,79
12.00	GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
12.02	Fundo Municipal De Assistência Social – FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoredoenses
8.244.0023.2.052	Proteção Social Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0786	Aplicações Diretas
	R\$ 1.216,62

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado, no vínculo;

I - (01.0787) Covid - 19 - Recursos Transferidos da União sem destinação específica (LC173/2020 - Art. 5º, II-b, no valor de R\$ 60.927,16 (sessenta mil novecentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos);

II - (01.0786) Covid - 19 - Recursos Transferidos da União Ações Saúde e Social (LC173/2020 - Art. 5º, I-b, no valor de R\$ 1.216,62 (um mil duzentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 09 de junho de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita MunicipalPublicado em data supra.
Edson Ezequiel Battiston
Contabilista

DECRETO 2.460

Publicação Nº 2524149

Decreto nº 2.460, de 09 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.195, de 26 de novembro de 2019;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 6.894,16 (seis mil oitocentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos), para atender a seguinte ação orçamentária:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0032	Estratégia Saúde da Família – ESF
10.301.0032.2.070	Atividades dos Programas SF/SB/NASF/PMAQ
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0786	Aplicações Diretas
	R\$ 6.894,16

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado, no vínculo, (01.0786) Covid - 19 - Recursos Transferidos da União Ações Saúde e Social LC173/2020 - Art. 5º, I-b, no valor de R\$ 6.894,16 (seis mil oitocentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 09 de junho de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Publicado em data supra.
Edson Ezequiel Battiston
Contabilista

DECRETO 2.461

Publicação Nº 2524150

DECRETO Nº 2.461, de 10 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, ATÉ O LIMITE DA FRUSTRAÇÃO DA RECEITA E DO NÃO ATINGIMENTO DAS METAS DE ARRECADAÇÃO PREVISTAS ATÉ O SEGUNDO BIMESTRE DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a frustração na execução da receita e, por conseguinte, o não atingimento das metas de arrecadação previstas para até o segundo bimestre de 2020;

Considerando as disposições do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que trata da Responsabilidade na gestão Fiscal;

Considerando as disposições estabelecidas no art. 13, da Lei Municipal nº 1.191, de 22 de outubro de 2019, que aprova as Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a limitação de empenhos e a correspondente movimentação financeira, até o montante de R\$ 661.656,01 (seiscentos e sessenta e um mil seiscentos e cinquenta e seis reais e um centavo), que corresponde à frustração na execução orçamentária da receita e, por consequência, a frustração das metas de arrecadação até o segundo bimestre de 2020, conforme quadro seguinte:

04.00	GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
04.01	Gerência de Infraestrutura

26	Transporte
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0011	Sistema Rodoviário de Qualidade
26.782.0011.1.012	Aquisição de Maquinas Rodoviárias, Caminhões, Veículos e Equipamentos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.01.0520	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00
05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.361.0013.1.019	Aquisição de Ônibus para Transporte Escolar
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.01.0774	Aplicações Diretas
	R\$ 300.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.01	Ações e Atividades de Urbanismo
15	Urbanismo
15.451	Infra-Estrutura Urbana
15.451.0018	Cidade com Qualidade de Vida
15.451.0018.1.020	Obras de Pavimentação Urbana e Passeios Públicos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.01.0514	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00
4.4.90.00.00.00.01.0542	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00
07.03	Ações de Desenvolvimento Econômico
22	Indústria
22.661	Promoção Industrial
22.661.0020	Desenvolvimento Industrial - Geração de Empregos e Renda
22.661.0020.1.027	Implantação de Projetos Industriais
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.01.0516	Aplicações Diretas
	R\$ 61.656,01

Art. 2 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo (SC), em 10 de junho de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Edson Ezequiel Battiston
Contabilista

DECRETO 2.462

Publicação N° 2524151

DECRETO N° 2.462, de 15 de junho de 2020.

Autoriza o funcionamento de estabelecimentos religiosos e dá outras providências,

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando, as Portaria N°.254 de 20 de abril de 2020, e a Portaria N°. 269 de 24 de abril de 2020, com recomendações sanitárias e diretrizes para missas, templos e serviços religiosos e afins.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento de estabelecimentos religiosos (igrejas, templos e afins) no município de Arvoredo a partir de 15 de junho de 2020, desde que seguidas todas as recomendações previstas na Portaria nº 254 de 20 de abril de 2020 e Portaria nº 269 de 24 de abril de 2020, expedida pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo (SC), em 15 de junho de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

Ascurra

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO PREÇOS N. 1/2020 FMS

Publicação Nº 2523625

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINAPREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2020 FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pelo presente instrumento, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.241.709/0001-03, com sede na Rua de Lurdes, n. 47, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Ascurra (SC), neste ato representado pelo Senhor **LAIRTON ANTONIO POSSAMAI**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 692.994.209-04 e Cédula de Identidade nº 22863532-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua 25 de Fevereiro, nº 85, bairro Centro, Ascurra (SC), e pelo Sr. **ENILSON ERLEY DE FREITAS**, Secretário de Saúde, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 35232443-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, cidade de Indaial (SC), considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 1/2020 FMS, RESOLVEM registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER A POPULAÇÃO ACOMETIDA DE LESÕES NERVOSAS E FÍSICAS, CONFORME PRESCRITO NAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE PÚBLICA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VINCULADA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ASCURRA (SC), conforme quantitativos e condições a seguir:

CLÍNICA DE FISIOTERAPIA DR JAIME JUNIOR MOSER LTDA				
Item e Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1. PATOLOGIAS TRAUMÁTICAS E ORTOPÉDICAS.	5.500	UND	R\$ 19,50	R\$ 107.250,00
2. PATOLOGIAS NEUROLÓGICAS.	2.500	UND	R\$ 20,00	R\$ 50.000,00
3. PATOLOGIAS RESPIRATORIAS.	500	UND	R\$ 14,00	R\$ 7.000,00
4. FISIOTERAPIA DOMICILIAR.	500	UND	R\$ 54,00	R\$ 27.000,00

1.2 Este instrumento não obriga o Fundo Municipal de Saúde a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 1/2020 FMS e seus anexos;
- Proposta da (s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 Os preços registrados por força desta ata terão validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura deste instrumento.

4. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1 Periodicamente o Fundo Municipal de Saúde agendará consultas com a empresa contratada, que deverá realizar as suas consultas em sala da empresa sediada em Ascurra, ou se for o caso realizar a consulta em domicílio em até 72 (setenta e duas) horas.

4.1.2 Após a prestação dos serviços, a proponente deverá emitir Nota Fiscal/fatura correspondente aos serviços prestados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura.

4.2 Caso a empresa vencedora não tiver sua sede no perímetro urbano do Município de Ascurra, a mesma deverá instalar uma sala para atender as necessidades dos SERVIÇOS FISIOTERAPÊUTICOS, objeto desta licitação.

5. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida

Rua de Lurdes, n.º 47, Bairro Nossa Senhora de Lurdes Fone/Fax (47) 3383-0535 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: seccsaude@ascurra.sc.gov.br



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2020 e respectivamente 2021:

DOTAÇÕES							
Exercício da despesa	Referência	Órgão	Unidade	Ação	Plano	Subelemento	Vínculo
2020	204	05	001	2035	3339000000000000	3339039500000000	01020000

6. REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer serviço em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Fundo;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

Rua de Lurdes, n.º 47, Bairro Nossa Senhora de Lurdes Fone/Fax (47) 3383-0535 – CEP 89138-000

ASCURRA – SC

Home-page: www.ascurra.sc.gov.br

E-mail: secsaude@ascurra.sc.gov.br



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

- a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;
b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos materiais adquiridos.

9. DA RESCISÃO DA ATA

- 9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:
- 9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;
- 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
- 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
- 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
- 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
- 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos materiais já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
- 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
- 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
- 10.2.1 **Advertência**, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
- 10.2.2 **Multa**, conforme os seguintes critérios:
- 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
- 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
- 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do **item 02** do mesmo;
- 10.2.2.6 No valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na prestação dos serviços.**



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

10.2.3 **Suspensão de Participação** em licitações com o Município de Ascurra, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens **10.2.2.2 à 10.2.2.6 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2**.

10.2.4 **Declaração de Inidoneidade**, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11. DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Ascurra, 29 de maio de 2020.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ENILSON ERLEY DE FREITAS
CONTRATANTE

CLINICA DE FISIOTERAPIA DR JAIME JUNIOR MOSER LTDA
JAIME JUNIOR MOSER
CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 36/2020

Publicação Nº 2523644

Município de Ascurra

Edital de Pregão n. 31/2020

Extrato de contrato n. 36/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: PONTOGOV SISTEMAS LTDA

CNPJ: 09.209.146/0001-16

Objeto: Concessão de licença de uso de software com prestação de serviços de treinamento, capacitação, customização, personalização e atendimento técnico eventual pós implantação para gestão e controle de conselhos municipais, controle interno, prestação de contas e transferências voluntárias para o Município de Ascurra, conforme especificações previstas no termo de referência do edital de pregão presencial n. 31/2020 (Anexo I).

Validade: 01/06/2021

Valor Total: R\$41.280,00

Ascurra, 16 de junho de 2020.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 37/2020

Publicação Nº 2523556

Município de Ascurra

Edital de Tomada de Preço n. 28/2020

Extrato de contrato n. 37/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: TERRAPLENAGEM POFFO LTDA - EPP

CNPJ: 03.832.009/0001-57

Objeto: EXECUÇÃO DE REFORMA DE COBERTURA DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL PROFESSORA ONORATA ZONTA DALFOVO, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 28/2020.

Validade: 31/12/2020

Valor Total: R\$121.152,90

Ascurra, 16 de junho de 2020.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 38/2020

Publicação Nº 2523950

Município de Ascurra

Edital de Dispensa n. 2/2020 FMS

Extrato de contrato n. 38/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: ODEMAR SLOMP

CPF: 506.371.529-34

Objeto: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de assessoria presencial ao setor de vigilância sanitária do município, conforme especificações previstas neste contrato e no edital dispensa de licitação n. 2/2020 FMS.

Validade: 31/12/2020

Valor Total: R\$9.000,00

Ascurra, 16 de junho de 2020.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2018

Publicação Nº 2523690

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2018

O MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.772/0001-61, com sede na Rua Benjamin Constant, nº. 221, nesta cidade, representado neste por seu Prefeito Municipal Senhor LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.629.488/0001-71, com sede na Rua Paulino Pedro Hermes, nº 3000, bairro Nossa Senhora do Rosário, cidade de São José – SC, CEP: 88.110-693, representada por Mariléia Benincá de Souza, inscrita no CPF nº 376.864.029-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2018, tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preços n. 005/2018 (licitação promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RENOVAÇÃO CONTRATUAL

O prazo previsto na Cláusula 3.2 do Contrato Administrativo nº 29/2018, fica por este Termo Aditivo renovado e prorrogado a contar de 27/06/2020 até 27/06/2021, conforme previsão contratual e vinculação a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL

Fica reajustado, com base no índice do INPC acumulado dos últimos doze meses até abril/2020 no percentual de 3,9208%, o valor unitário do serviço para R\$ 70,83 (setenta reais e oitenta e três centavos), ficando o valor mensal do contrato em R\$ 3.399,84 (três mil trezentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), e o valor total anual do contrato em R\$ 40.798,08 (quarenta mil setecentos e noventa e oito reais e oito centavos).

As despesas decorrentes do presente instrumento, relativas ao exercício de 2020 e 2021, correrão por conta da dotação orçamentária prevista no contrato e aplicável a espécie, mediante a realização de apostilamento.

CLAUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato Administrativo 29/2018, firmado em 26 de junho de 2018, em decorrência do Edital de Tomada de Preços n. 005/2018 (licitação promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI).

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas no presente Termo Aditivo, firmando-o em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Ascurra, 10 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
Lairton Antonio Possamai
CONTRATANTE

KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
Mariléia Benincá De Souza
CONTRATADA

Atalanta

PREFEITURA

LEI N° 1614/2020

Publicação N° 2523365

LEI N.º 1614/2020

“Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências. ”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 241.000,00 (Duzentos e quarenta e um mil reais) destinados a reforçar a seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

27.812.0058.1.004 – Construção e Reformas de Dependências Esportivas

4.4.90.00.00.00.01.34.0024 – Aplicações Diretas R\$ 221.000,00

4.4.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0024 – Transferências de Convênios – Outros no valor de R\$ 221.000,00 (Duzentos e vinte e um mil reais), e por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

27.812.0058.2.026 – Manutenção do Desporto Amador

4.4.90.00.00.00.01.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 09 de junho de 2020.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

Aurora

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 18 DE 15/06/2020

Publicação Nº 2523929

PORTARIA Nº 18 DE 15 DE JUNHO DE 2020

JUSTIFICA FALTA DA SERVIDORA DO PODER LEGISLATIVO

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE
SANTA CATARINA,** No uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

Art. 1º Fica justificada a falta da servidora Edinária Aucieres Gesser Kestring - Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara de Vereadores de Aurora, sem desconto em seus vencimentos e da frequência do banco de horas.

Art. 2º. A falta ao trabalho do dia 09 DE JUNHO DE 2020, devidamente comprovada por atestado médico.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 15 de junho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BRUNO NIEHUES FERMINO

Presidente

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 2-49/2018 AO CONTRATO Nº 49/2018

Publicação Nº 2523508

TERMO ADITIVO Nº 2-49/2018 AO CONTRATO Nº 49/2018

Oriundo do Processo Licitatório Nº 27/2018

Pregão Presencial Nº 11/2018

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Santa Catarina nº 1122, Centro, Balneário Arroio do Silva SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.605.479/0001-52, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, portador da Carteira de identidade nº 8.734.305 e CPF nº 571.763.106-53, residente à Rua Fortaleza, 469, Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC, e a Empresa ELIZANIA MACHADO SCANDOLARA - ME, pessoa jurídica inscrita sob CNPJ/MF. nº 10.891.276/0001-60, estabelecida a Avenida Santa Catarina, nº 1169, sala 01, Centro, Balneário Arroio do Silva, neste ato representado por sua Proprietária, Elizania Machado Scandolara, portador da Cédula de Identidade nº 4.945.394 e CPF nº 051.796.099-09, doravante denominada de CONTRATADA, celebram este termo de Contrato, em conformidade com o Processo Licitatório nº 27/2018 e Pregão Presencial Nº 11/2018, de 16 de fevereiro de 2018, regulada pela lei federal nº 8.666 de 21/06/1993 e demais alterações posteriores, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apreensão, transporte e guarda de animais de grande porte, recolhidos em vias públicas do Município de Balneário Arroio do Silva, bem como a locação de espaço adequado para receber os animais apreendidos, conforme quantitativos e especificações contidas no Anexo I do Edital".

CLÁUSULA SEGUNDA – DO RECURSO ORÇAMETÁRIO

2.1. O valor global presente aditivo é de R\$ 23.640,00 (Vinte e três mil e seiscentos e quarenta reais), a ser pago, mensalmente, o valor de 1.970,00 (Hum mil e novecentos e setenta reais).

2.2. A dotação orçamentária correrá por conta de verbas codificadas sob os números adiante descritos: 3.3.90.39.99.00.00.00 (93).

CLÁUSULA TERCEIRA - Pelo presente Termo Aditivo 2-49/2018 do Contrato nº 49/2018, fica alterada a cláusula terceira do referido Contrato, prorrogando o prazo de vigência do contrato por até 14/03/2021, com fundamento no inciso IV, do Artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - Permanecendo inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

E, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que surtam ou só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 13 de março de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES Prefeito Municipal		ELIZANIA MACHADO SCANDOLARA - ME Contratada	
Testemunhas	Visto		
1. _____ Nome: Lucas Borges Fernandes CPF: 091.925.379-28	Daniel Menezes de Carvalho Rodrigues OAB/SC 19.664 Assessoria Jurídica		
2. _____ Nome: Altemir Daros Fontanela CPF: 538.838.539/68			

Balneário Gaivota

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA 007/2020

Publicação Nº 2523648

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

ESPÉCIE: Formalização do Termo de Colaboração n. 007/2020 OBJETO: Formalização do Termo de Colaboração n. 007/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota/SC., e a LAR BENEFICENTE DO IDOSO SÃO JOSÉ DE SOMBRIO – SC, O presente Termo de Colaboração tem por objeto desenvolver atividades Serviço de Acolhimento Institucional modalidade ILPI: Instituição de Longa Permanência para idosos de ambos os sexos, domiciliados em Balneário Gaivota que necessitem de atendimento exclusivo, conforme Plano de Trabalho. DA VIGÊNCIA: Maio/2020 a Dezembro/2020. VALOR DO REPASSE: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) a ser repassado em 06 (seis) parcelas mensais de R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais). FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 13.019/14 e suas alterações e Lei Municipal, específica, nº 698 de 29 De Novembro De 2010.

Balneário Piçarras

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 011/2020 PMBP

Publicação Nº 2523824

ANEXO VII

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2020 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020 – FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão ELETRÔNICO para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura locação de equipamentos de hematologia e imunologia com fornecimento de insumos para a execução de até 1.200 testes de hemograma completos para atender à demanda do laboratório municipal de análises clínicas, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Valor total estimado: R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais). Data da abertura da Sessão Pública: 01/07/2020 às 14h, Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br. UASG: 988251. O edital na íntegra encontra-se disponível no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, situado à Avenida Emanuel Pinto, nº 3655, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 12:00 às 18:00h ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 10 de junho de 2020. Regiane Carolina Pereira Basso - Secretária Municipal de Saúde.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 12/2020 – 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2524591

EXTRATO DE CONTRATO 12/2020 – 1º TERMO ADITIVO

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
Câmara Municipal De Piçarras	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	06/2019 – 1TA
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Maxlife Informática Ltda
CNPJ:	09.501997/0001-38
Objeto:	Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 06/2019 do dia 13/05/2020 até o dia 12/05/2021.
Valor:	R\$ 8.682,00 (oito mil e seiscentos e oitenta e dois reais) pagos em 12 parcelas mensais de R\$ 723,50 (setecentos e vinte três reais e cinquenta centavos)
Vigência:	Início: 13/05/2020 Término: 12/05/2021
Licitação:	08/2019
Balneário Piçarras, 13 de maio de 2020	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

EXTRATO DE CONTRATO 14/2020 – 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2524587

EXTRATO DE CONTRATO 14/2020 – 2º TERMO ADITIVO

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
Câmara Municipal De Balneário Piçarras	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	07/2018 – 2TA
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Softcam Soluções Ltda Me
CNPJ	24.092.271/0001-82
Objeto:	O presente TERMO ADITIVO tem como objeto a repactuação do contrato 07/2018 firmado entre as partes em 13 de junho de 2018.
Valor:	R\$ 17.260,20 (dezessete mil, duzentos e sessenta reais e vinte centavos) pagos em 12 parcelas mensais de R\$ 1.448,35 (mil quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos). R\$ 2.447,20 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos) referente a 80 (oitenta) horas de assistência técnica se forem necessárias.
Vigência:	Início: 13/06/2020 Término: 12/06/2021
Licitação:	Pregão Presencial 11/2018
Balneário Piçarras, 13 de junho de 2020	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

Bandeirante

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2524485

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2020

O MUNICIPIO DE BANDEIRANTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08h45min do dia 30 de Junho de 2020, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirante/SC, localizada na Avenida Santo Antônio, nº 1069, Centro, município de Bandeirante/SC, o seguinte objeto abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE DE BANDEIRANTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3626-0012), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

O edital e seus anexos estarão disponíveis no site do município, <<https://www.bandeirante.sc.gov.br/> >.

Bandeirante/SC, 15 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

PREFEITO MUNICIPAL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020 PREFE

Publicação Nº 2524639

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 1/8
Processo Nº.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2020

No dia 15 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.528/0001-84, com sede administrativa localizada na AVENIDA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO, CEP nº. 89905-000, nesta cidade de Bandeirante/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CELSO BIEGELMEIER, inscrito no CPF sob o nº. 423.780.609-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2020, Processo Licitatório nº. 46/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7628	A. R. PNEUS LTDA	11, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30
6159	F M PNEUS LTDA	1, 2, 15, 16, 17, 18
6523	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	3, 4, 19, 20
6370	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	5, 6, 7, 8, 27, 28, 31, 32
10205	RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A. R. PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	ANDREI BORSATTO	006.005.239-26
F M PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	IVO BADIÁ	642.610.349-72
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	02.570.797/0001-98	CIMAR JOÃO PICININI	758.599.209-20
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	RENATO SADI BAUERMANN	249.543.819-91
RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	04.223.949/0001-01	MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI	065.997.479-73

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6159 - F M PNEUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4 X 34	SER.	VIPAL	8,000	1.546,4362	12.371,49
2	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 34	UN.	VIPAL	16,000	328,0319	5.248,51
15	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 - PATROLA	SER.	VIPAL	20,000	1.179,4907	23.589,81
16	VULCANIZACAO 1400X24	UN.	VIPAL	36,000	301,9496	10.870,19
17	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	SER.	VIPAL	12,000	1.340,6399	16.087,68
18	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400X24 RADIAL	SER.	VIPAL	20,000	302,1160	6.042,32

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 2/8
 Processo Nº.: 46/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

Fornecedor: 6370 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17,5 x 25 - RETRO.PÁ CAREGADEIRA	SER.	BOREX	8,000	1.563,7740	12.510,19
6	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17,5 x 25	SER.	BOREX	16,000	316,2380	5.059,81
7	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9 X 24	SER.	BOREX	8,000	875,7700	7.006,16
8	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14,9 x 24	UN.	BOREX	16,000	218,0525	3.488,84
27	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	2.380,2616	19.042,09
28	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	385,9884	3.087,91
31	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 900 x 16 - RETRO.	UN.	BOREX	8,000	413,5513	3.308,41
32	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 900 x 16	UN.	BOREX	12,000	138,4658	1.661,59

Fornecedor: 6523 - JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,4 X 24 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	759,8473	6.078,78
4	VULCANIZAÇÃO 12.4-24	UN.		16,000	250,0763	4.001,22
19	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20	SER.	BOREX	44,000	473,5173	20.834,76
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000 x 20.	SER.		48,000	171,1508	8.215,24

Fornecedor: 7628 - A. R. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	RECAPAGEM DE PNEU 9 X 17,5 - ÔNIBUS	SER.	DREBOR	20,000	322,3882	6.447,76
12	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 9 X 17,5	SER.	DREBOR	24,000	72,1765	1.732,24
13	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,5/80-18 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	770,8689	9.250,43
14	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12,5/80-18	SER.	DREBOR	24,000	185,3989	4.449,57
21	RECAPAGEM DE PNEU 700 X 16 - MICRO ÔNIBUS	SER.	DREBOR	12,000	321,4286	3.857,14
22	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 700X16	SER.	DREBOR	16,000	96,4286	1.542,86
23	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19,5 X 24 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	1.722,7099	20.672,52
24	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19,5 x 24	SER.	DREBOR	16,000	301,7176	4.827,48
25	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12 X 16,5	SER.	DREBOR	12,000	684,8571	8.218,29
26	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 x 16,5	UN.	DREBOR	12,000	165,1429	1.981,71
29	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18,4 x 30 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	1.480,0275	11.840,22
30	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 30	UN.	DREBOR	8,000	269,9725	2.159,78

Fornecedor: 10205 - RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	RECAPAGEM DE PNEU 275/80-R 22 - 5 BORRACHUDO	UN	BOREX	12,000	482,1429	5.785,71
10	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80 R 22,5	SER.	VIPAL	20,000	160,7143	3.214,29

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 3/8

Processo Nº.: 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 4/8
Processo Nº.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 5/8

Processo N°.: 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais ou serviços será aquele PREVISTO/ ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 6/8

Processo N°. 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 7/8
Processo N°. 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirante para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 8/8

Processo N°. 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Bandeirante, 15 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A. R. PNEUS LTDA

CNPJ: 09.243.567/0001-63 _____

F M PNEUS LTDA

CNPJ: 81.374.845/0001-49 _____

JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP

CNPJ: 02.570.797/0001-98 _____

RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

CNPJ: 83.230.888/0001-86 _____

RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME

CNPJ: 04.223.949/0001-01 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 1/8
 Processo Nº.: 46/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2020

No dia 15 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.528/0001-84, com sede administrativa localizada na AVENIDA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO, CEP nº. 89905-000, nesta cidade de Bandeirante/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CELSO BIEGELMEIER, inscrito no CPF sob o nº. 423.780.609-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2020, Processo Licitatório nº. 46/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7628	A. R. PNEUS LTDA	11, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30
6159	F M PNEUS LTDA	1, 2, 15, 16, 17, 18
6523	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	3, 4, 19, 20
6370	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	5, 6, 7, 8, 27, 28, 31, 32
10205	RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A. R. PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	ANDREI BORSATTO	006.005.239-26
F M PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	IVO BADIA	642.610.349-72
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	02.570.797/0001-98	CIMAR JOÃO PICININI	758.599.209-20
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	RENATO SADI BAUERMANN	249.543.819-91
RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	04.223.949/0001-01	MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI	065.997.479-73

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6159 - F M PNEUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4 X 34	SER.	VIPAL	8,000	1.546,4362	12.371,49
2	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 34	UN.	VIPAL	16,000	328,0319	5.248,51
15	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 - PATROLA	SER.	VIPAL	20,000	1.179,4907	23.589,81
16	VULCANIZACAO 1400X24	UN.	VIPAL	36,000	301,9496	10.870,19
17	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	SER.	VIPAL	12,000	1.340,6399	16.087,68
18	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400X24 RADIAL	SER.	VIPAL	20,000	302,1160	6.042,32

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 2/8
 Processo Nº.: 46/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

Fornecedor: 6370 - RENOVARORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17,5 x 25 - RETRO.PÁ CAREGADEIRA	SER.	BOREX	8,000	1.563,7740	12.510,19
6	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17,5 x 25	SER.	BOREX	16,000	316,2380	5.059,81
7	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9 X 24	SER.	BOREX	8,000	875,7700	7.006,16
8	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14,9 x 24	UN.	BOREX	16,000	218,0525	3.488,84
27	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	2.380,2616	19.042,09
28	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	385,9884	3.087,91
31	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 900 x 16 - RETRO.	UN.	BOREX	8,000	413,5513	3.308,41
32	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 900 x 16	UN.	BOREX	12,000	138,4658	1.661,59

Fornecedor: 6523 - JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,4 X 24 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	759,8473	6.078,78
4	VULCANIZAÇÃO 12.4-24	UN.		16,000	250,0763	4.001,22
19	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20	SER.	BOREX	44,000	473,5173	20.834,76
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000 x 20.	SER.		48,000	171,1508	8.215,24

Fornecedor: 7628 - A. R. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	RECAPAGEM DE PNEU 9 X 17,5 - ÔNIBUS	SER.	DREBOR	20,000	322,3882	6.447,76
12	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 9 X 17,5	SER.	DREBOR	24,000	72,1765	1.732,24
13	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,5/80-18 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	770,8689	9.250,43
14	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12,5/80-18	SER.	DREBOR	24,000	185,3989	4.449,57
21	RECAPAGEM DE PNEU 700 X 16 - MICRO ÔNIBUS	SER.	DREBOR	12,000	321,4286	3.857,14
22	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 700X16	SER.	DREBOR	16,000	96,4286	1.542,86
23	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19,5 X 24 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	1.722,7099	20.672,52
24	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19,5 x 24	SER.	DREBOR	16,000	301,7176	4.827,48
25	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12 X 16,5	SER.	DREBOR	12,000	684,8571	8.218,29
26	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 x 16,5	UN.	DREBOR	12,000	165,1429	1.981,71
29	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18,4 x 30 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	1.480,0275	11.840,22
30	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 30	UN.	DREBOR	8,000	269,9725	2.159,78

Fornecedor: 10205 - RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	RECAPAGEM DE PNEU 275/80-R 22 - 5 BORRACHUDO	UN	BOREX	12,000	482,1429	5.785,71
10	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80 R 22,5	SER.	VIPAL	20,000	160,7143	3.214,29

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 3/8

Processo N°. 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 4/8
Processo Nº.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 5/8

Processo Nº.: 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais ou serviços será aquele PREVISTO/ ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 6/8

Processo N°. 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 7/8
Processo Nº.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirante para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 8/8

Processo N°. 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Bandeirante, 15 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A. R. PNEUS LTDA	CNPJ: 09.243.567/0001-63	_____
F M PNEUS LTDA	CNPJ: 81.374.845/0001-49	_____
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	CNPJ: 02.570.797/0001-98	_____
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	CNPJ: 83.230.888/0001-86	_____
RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	CNPJ: 04.223.949/0001-01	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 1/8
 Processo Nº.: 46/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2020

No dia 15 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.528/0001-84, com sede administrativa localizada na AVENIDA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO, CEP nº. 89905-000, nesta cidade de Bandeirante/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CELSO BIEGELMEIER, inscrito no CPF sob o nº. 423.780.609-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2020, Processo Licitatório nº. 46/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7628	A. R. PNEUS LTDA	11, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30
6159	F M PNEUS LTDA	1, 2, 15, 16, 17, 18
6523	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	3, 4, 19, 20
6370	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	5, 6, 7, 8, 27, 28, 31, 32
10205	RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A. R. PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	ANDREI BORSATTO	006.005.239-26
F M PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	IVO BADIA	642.610.349-72
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	02.570.797/0001-98	CIMAR JOÃO PICININI	758.599.209-20
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	RENATO SADI BAUERMANN	249.543.819-91
RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	04.223.949/0001-01	MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI	065.997.479-73

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6159 - F M PNEUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4 X 34	SER.	VIPAL	8,000	1.546,4362	12.371,49
2	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 34	UN.	VIPAL	16,000	328,0319	5.248,51
15	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 - PATROLA	SER.	VIPAL	20,000	1.179,4907	23.589,81
16	VULCANIZACAO 1400X24	UN.	VIPAL	36,000	301,9496	10.870,19
17	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	SER.	VIPAL	12,000	1.340,6399	16.087,68
18	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400X24 RADIAL	SER.	VIPAL	20,000	302,1160	6.042,32

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 2/8
 Processo Nº.: 46/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

Fornecedor: 6370 - RENOVARORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17,5 x 25 - RETRO.PÁ CAREGADEIRA	SER.	BOREX	8,000	1.563,7740	12.510,19
6	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17,5 x 25	SER.	BOREX	16,000	316,2380	5.059,81
7	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9 X 24	SER.	BOREX	8,000	875,7700	7.006,16
8	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14,9 x 24	UN.	BOREX	16,000	218,0525	3.488,84
27	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	2.380,2616	19.042,09
28	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	385,9884	3.087,91
31	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 900 x 16 - RETRO.	UN.	BOREX	8,000	413,5513	3.308,41
32	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 900 x 16	UN.	BOREX	12,000	138,4658	1.661,59

Fornecedor: 6523 - JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,4 X 24 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	759,8473	6.078,78
4	VULCANIZAÇÃO 12.4-24	UN.		16,000	250,0763	4.001,22
19	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20	SER.	BOREX	44,000	473,5173	20.834,76
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000 x 20.	SER.		48,000	171,1508	8.215,24

Fornecedor: 7628 - A. R. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	RECAPAGEM DE PNEU 9 X 17,5 - ÔNIBUS	SER.	DREBOR	20,000	322,3882	6.447,76
12	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 9 X 17,5	SER.	DREBOR	24,000	72,1765	1.732,24
13	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,5/80-18 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	770,8689	9.250,43
14	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12,5/80-18	SER.	DREBOR	24,000	185,3989	4.449,57
21	RECAPAGEM DE PNEU 700 X 16 - MICRO ÔNIBUS	SER.	DREBOR	12,000	321,4286	3.857,14
22	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 700X16	SER.	DREBOR	16,000	96,4286	1.542,86
23	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19,5 X 24 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	1.722,7099	20.672,52
24	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19,5 x 24	SER.	DREBOR	16,000	301,7176	4.827,48
25	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12 X 16,5	SER.	DREBOR	12,000	684,8571	8.218,29
26	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 x 16,5	UN.	DREBOR	12,000	165,1429	1.981,71
29	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18,4 x 30 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	1.480,0275	11.840,22
30	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 30	UN.	DREBOR	8,000	269,9725	2.159,78

Fornecedor: 10205 - RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	RECAPAGEM DE PNEU 275/80-R 22 - 5 BORRACHUDO	UN	BOREX	12,000	482,1429	5.785,71
10	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80 R 22,5	SER.	VIPAL	20,000	160,7143	3.214,29

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 3/8

Processo Nº.: 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 4/8
Processo Nº.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 5/8

Processo Nº.: 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais ou serviços será aquele PREVISTO/ ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 6/8

Processo N°. 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 7/8
Processo N°. 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirante para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 8/8

Processo N°. 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Bandeirante, 15 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A. R. PNEUS LTDA	CNPJ: 09.243.567/0001-63	_____
F M PNEUS LTDA	CNPJ: 81.374.845/0001-49	_____
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	CNPJ: 02.570.797/0001-98	_____
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	CNPJ: 83.230.888/0001-86	_____
RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	CNPJ: 04.223.949/0001-01	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 1/8
 Processo Nº.: 46/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2020

No dia 15 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.528/0001-84, com sede administrativa localizada na AVENIDA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO, CEP nº. 89905-000, nesta cidade de Bandeirante/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CELSO BIEGELMEIER, inscrito no CPF sob o nº. 423.780.609-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2020, Processo Licitatório nº. 46/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7628	A. R. PNEUS LTDA	11, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30
6159	F M PNEUS LTDA	1, 2, 15, 16, 17, 18
6523	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	3, 4, 19, 20
6370	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	5, 6, 7, 8, 27, 28, 31, 32
10205	RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A. R. PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	ANDREI BORSATTO	006.005.239-26
F M PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	IVO BADIA	642.610.349-72
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	02.570.797/0001-98	CIMAR JOÃO PICININI	758.599.209-20
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	RENATO SADI BAUERMANN	249.543.819-91
RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	04.223.949/0001-01	MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI	065.997.479-73

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6159 - F M PNEUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4 X 34	SER.	VIPAL	8,000	1.546,4362	12.371,49
2	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 34	UN.	VIPAL	16,000	328,0319	5.248,51
15	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 - PATROLA	SER.	VIPAL	20,000	1.179,4907	23.589,81
16	VULCANIZACAO 1400X24	UN.	VIPAL	36,000	301,9496	10.870,19
17	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	SER.	VIPAL	12,000	1.340,6399	16.087,68
18	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400X24 RADIAL	SER.	VIPAL	20,000	302,1160	6.042,32

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 2/8
 Processo Nº.: 46/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

Fornecedor: 6370 - RENOVARORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17,5 x 25 - RETRO.PÁ CAREGADEIRA	SER.	BOREX	8,000	1.563,7740	12.510,19
6	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17,5 x 25	SER.	BOREX	16,000	316,2380	5.059,81
7	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9 X 24	SER.	BOREX	8,000	875,7700	7.006,16
8	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14,9 x 24	UN.	BOREX	16,000	218,0525	3.488,84
27	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	2.380,2616	19.042,09
28	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	385,9884	3.087,91
31	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 900 x 16 - RETRO.	UN.	BOREX	8,000	413,5513	3.308,41
32	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 900 x 16	UN.	BOREX	12,000	138,4658	1.661,59

Fornecedor: 6523 - JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,4 X 24 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	759,8473	6.078,78
4	VULCANIZAÇÃO 12.4-24	UN.		16,000	250,0763	4.001,22
19	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20	SER.	BOREX	44,000	473,5173	20.834,76
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000 x 20.	SER.		48,000	171,1508	8.215,24

Fornecedor: 7628 - A. R. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	RECAPAGEM DE PNEU 9 X 17,5 - ÔNIBUS	SER.	DREBOR	20,000	322,3882	6.447,76
12	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 9 X 17,5	SER.	DREBOR	24,000	72,1765	1.732,24
13	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,5/80-18 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	770,8689	9.250,43
14	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12,5/80-18	SER.	DREBOR	24,000	185,3989	4.449,57
21	RECAPAGEM DE PNEU 700 X 16 - MICRO ÔNIBUS	SER.	DREBOR	12,000	321,4286	3.857,14
22	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 700X16	SER.	DREBOR	16,000	96,4286	1.542,86
23	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19,5 X 24 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	1.722,7099	20.672,52
24	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19,5 x 24	SER.	DREBOR	16,000	301,7176	4.827,48
25	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12 X 16,5	SER.	DREBOR	12,000	684,8571	8.218,29
26	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 x 16,5	UN.	DREBOR	12,000	165,1429	1.981,71
29	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18,4 x 30 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	1.480,0275	11.840,22
30	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 30	UN.	DREBOR	8,000	269,9725	2.159,78

Fornecedor: 10205 - RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	RECAPAGEM DE PNEU 275/80-R 22 - 5 BORRACHUDO	UN	BOREX	12,000	482,1429	5.785,71
10	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80 R 22,5	SER.	VIPAL	20,000	160,7143	3.214,29

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 3/8

Processo N°.: 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 4/8
Processo Nº.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 5/8

Processo Nº.: 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais ou serviços será aquele PREVISTO/ ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 6/8

Processo N°.: 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 7/8
Processo N°. 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirante para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 8/8

Processo N°. 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Bandeirante, 15 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A. R. PNEUS LTDA

CNPJ: 09.243.567/0001-63

F M PNEUS LTDA

CNPJ: 81.374.845/0001-49

JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP

CNPJ: 02.570.797/0001-98

RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

CNPJ: 83.230.888/0001-86

RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME

CNPJ: 04.223.949/0001-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 1/8
 Processo Nº.: 46/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2020

No dia 15 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.528/0001-84, com sede administrativa localizada na AVENIDA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO, CEP nº. 89905-000, nesta cidade de Bandeirante/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CELSO BIEGELMEIER, inscrito no CPF sob o nº. 423.780.609-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2020, Processo Licitatório nº. 46/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7628	A. R. PNEUS LTDA	11, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30
6159	F M PNEUS LTDA	1, 2, 15, 16, 17, 18
6523	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	3, 4, 19, 20
6370	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	5, 6, 7, 8, 27, 28, 31, 32
10205	RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A. R. PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	ANDREI BORSATTO	006.005.239-26
F M PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	IVO BADIA	642.610.349-72
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	02.570.797/0001-98	CIMAR JOÃO PICININI	758.599.209-20
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	RENATO SADI BAUERMANN	249.543.819-91
RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	04.223.949/0001-01	MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI	065.997.479-73

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6159 - F M PNEUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4 X 34	SER.	VIPAL	8,000	1.546,4362	12.371,49
2	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 34	UN.	VIPAL	16,000	328,0319	5.248,51
15	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 - PATROLA	SER.	VIPAL	20,000	1.179,4907	23.589,81
16	VULCANIZACAO 1400X24	UN.	VIPAL	36,000	301,9496	10.870,19
17	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	SER.	VIPAL	12,000	1.340,6399	16.087,68
18	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400X24 RADIAL	SER.	VIPAL	20,000	302,1160	6.042,32

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 2/8
 Processo Nº.: 46/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

Fornecedor: 6370 - RENOVARORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17,5 x 25 - RETRO.PÁ CAREGADEIRA	SER.	BOREX	8,000	1.563,7740	12.510,19
6	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17,5 x 25	SER.	BOREX	16,000	316,2380	5.059,81
7	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9 X 24	SER.	BOREX	8,000	875,7700	7.006,16
8	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14,9 x 24	UN.	BOREX	16,000	218,0525	3.488,84
27	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	2.380,2616	19.042,09
28	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	385,9884	3.087,91
31	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 900 x 16 - RETRO.	UN.	BOREX	8,000	413,5513	3.308,41
32	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 900 x 16	UN.	BOREX	12,000	138,4658	1.661,59

Fornecedor: 6523 - JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,4 X 24 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	759,8473	6.078,78
4	VULCANIZAÇÃO 12.4-24	UN.		16,000	250,0763	4.001,22
19	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20	SER.	BOREX	44,000	473,5173	20.834,76
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000 x 20.	SER.		48,000	171,1508	8.215,24

Fornecedor: 7628 - A. R. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	RECAPAGEM DE PNEU 9 X 17,5 - ÔNIBUS	SER.	DREBOR	20,000	322,3882	6.447,76
12	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 9 X 17,5	SER.	DREBOR	24,000	72,1765	1.732,24
13	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,5/80-18 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	770,8689	9.250,43
14	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12,5/80-18	SER.	DREBOR	24,000	185,3989	4.449,57
21	RECAPAGEM DE PNEU 700 X 16 - MICRO ÔNIBUS	SER.	DREBOR	12,000	321,4286	3.857,14
22	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 700X16	SER.	DREBOR	16,000	96,4286	1.542,86
23	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19,5 X 24 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	1.722,7099	20.672,52
24	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19,5 x 24	SER.	DREBOR	16,000	301,7176	4.827,48
25	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12 X 16,5	SER.	DREBOR	12,000	684,8571	8.218,29
26	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 x 16,5	UN.	DREBOR	12,000	165,1429	1.981,71
29	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18,4 x 30 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	1.480,0275	11.840,22
30	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 30	UN.	DREBOR	8,000	269,9725	2.159,78

Fornecedor: 10205 - RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	RECAPAGEM DE PNEU 275/80-R 22 - 5 BORRACHUDO	UN	BOREX	12,000	482,1429	5.785,71
10	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80 R 22,5	SER.	VIPAL	20,000	160,7143	3.214,29

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 3/8

Processo Nº.: 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 4/8
Processo Nº.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 5/8

Processo N°.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°: 27/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais ou serviços será aquele PREVISTO/ ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 6/8

Processo N°.: 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 27/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 7/8
Processo N°. 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirante para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 8/8

Processo N°. 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Bandeirante, 15 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A. R. PNEUS LTDA	CNPJ: 09.243.567/0001-63	_____
F M PNEUS LTDA	CNPJ: 81.374.845/0001-49	_____
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	CNPJ: 02.570.797/0001-98	_____
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	CNPJ: 83.230.888/0001-86	_____
RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	CNPJ: 04.223.949/0001-01	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 1/8
 Processo Nº.: 46/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2020

No dia 15 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.528/0001-84, com sede administrativa localizada na AVENIDA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO, CEP nº. 89905-000, nesta cidade de Bandeirante/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CELSO BIEGELMEIER, inscrito no CPF sob o nº. 423.780.609-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2020, Processo Licitatório nº. 46/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7628	A. R. PNEUS LTDA	11, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30
6159	F M PNEUS LTDA	1, 2, 15, 16, 17, 18
6523	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	3, 4, 19, 20
6370	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	5, 6, 7, 8, 27, 28, 31, 32
10205	RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A. R. PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	ANDREI BORSATTO	006.005.239-26
F M PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	IVO BADIA	642.610.349-72
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP	02.570.797/0001-98	CIMAR JOÃO PICININI	758.599.209-20
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	RENATO SADI BAUERMANN	249.543.819-91
RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	04.223.949/0001-01	MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI	065.997.479-73

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6159 - F M PNEUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4 X 34	SER.	VIPAL	8,000	1.546,4362	12.371,49
2	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 34	UN.	VIPAL	16,000	328,0319	5.248,51
15	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 - PATROLA	SER.	VIPAL	20,000	1.179,4907	23.589,81
16	VULCANIZACAO 1400X24	UN.	VIPAL	36,000	301,9496	10.870,19
17	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	SER.	VIPAL	12,000	1.340,6399	16.087,68
18	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400X24 RADIAL	SER.	VIPAL	20,000	302,1160	6.042,32

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 2/8
 Processo Nº.: 46/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

Fornecedor: 6370 - RENOVARORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17,5 x 25 - RETRO.PÁ CAREGADEIRA	SER.	BOREX	8,000	1.563,7740	12.510,19
6	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17,5 x 25	SER.	BOREX	16,000	316,2380	5.059,81
7	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9 X 24	SER.	BOREX	8,000	875,7700	7.006,16
8	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14,9 x 24	UN.	BOREX	16,000	218,0525	3.488,84
27	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	2.380,2616	19.042,09
28	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23.1.26	SER.	BOREX	8,000	385,9884	3.087,91
31	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 900 x 16 - RETRO.	UN.	BOREX	8,000	413,5513	3.308,41
32	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 900 x 16	UN.	BOREX	12,000	138,4658	1.661,59

Fornecedor: 6523 - JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,4 X 24 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	759,8473	6.078,78
4	VULCANIZAÇÃO 12.4-24	UN.		16,000	250,0763	4.001,22
19	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20	SER.	BOREX	44,000	473,5173	20.834,76
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000 x 20.	SER.		48,000	171,1508	8.215,24

Fornecedor: 7628 - A. R. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	RECAPAGEM DE PNEU 9 X 17,5 - ÔNIBUS	SER.	DREBOR	20,000	322,3882	6.447,76
12	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 9 X 17,5	SER.	DREBOR	24,000	72,1765	1.732,24
13	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,5/80-18 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	770,8689	9.250,43
14	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12,5/80-18	SER.	DREBOR	24,000	185,3989	4.449,57
21	RECAPAGEM DE PNEU 700 X 16 - MICRO ÔNIBUS	SER.	DREBOR	12,000	321,4286	3.857,14
22	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 700X16	SER.	DREBOR	16,000	96,4286	1.542,86
23	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19,5 X 24 - RETRO ESCAVADEIRA	SER.	DREBOR	12,000	1.722,7099	20.672,52
24	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19,5 x 24	SER.	DREBOR	16,000	301,7176	4.827,48
25	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12 X 16,5	SER.	DREBOR	12,000	684,8571	8.218,29
26	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 x 16,5	UN.	DREBOR	12,000	165,1429	1.981,71
29	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18,4 x 30 - TRATOR	SER.	DREBOR	8,000	1.480,0275	11.840,22
30	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 x 30	UN.	DREBOR	8,000	269,9725	2.159,78

Fornecedor: 10205 - RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	RECAPAGEM DE PNEU 275/80-R 22 - 5 BORRACHUDO	UN	BOREX	12,000	482,1429	5.785,71
10	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80 R 22,5	SER.	VIPAL	20,000	160,7143	3.214,29

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 3/8

Processo Nº.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 4/8
Processo Nº.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 5/8

Processo Nº.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais ou serviços será aquele PREVISTO/ ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 6/8

Processo N°.: 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 27/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 7/8
Processo N°. 46/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirante para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 8/8

Processo N°. 46/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Bandeirante, 15 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A. R. PNEUS LTDA

CNPJ: 09.243.567/0001-63

F M PNEUS LTDA

CNPJ: 81.374.845/0001-49

JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP

CNPJ: 02.570.797/0001-98

RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

CNPJ: 83.230.888/0001-86

RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME

CNPJ: 04.223.949/0001-01

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO Nº41/2020

Publicação Nº 2524136

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2020
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 41/2020
Republicação

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a futura e eventual Aquisição de veículo tipo sedam para cinco passageiros, novo, na cor branca, motorização flex gasolina/álcool, com direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado, trio elétrico (trava, vidro, alarme), motorização mínima 115cv, dois airbags, câmbio automático, ano 2020/modelo 2020. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 25 de junho de 2020. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 9 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA
Prefeito

PORTARIA Nº 201, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523700

PORTARIA Nº 201, de 15 de junho de 2020.
Convoca servidor em licença premio e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

Resolve.

Art.1º. Fica convocado a voltar as suas atividades o servidor Emerson Filimberti, matrícula nº113.9, ocupante do Cargo de Contador, que se encontra em licença premio, no dia 16 de junho, sendo que o período interrompido será usufruído em data a ser definida posteriormente.

Art.2º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 15 de junho de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 01/003/2020 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação Nº 2523749

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Aditivo/Contrato nº 01.003.2020

Contratada: SETA CONSTRUTORA CIVIL LTDA. ME

Licitação: Proc. Administrativo 005/2020 - Tomada de Preços nº 003/2020

Objeto: TERMO ADITIVO, prorrogando a execução da obra de quiosque, na Praça da Rua Biguaçu, Bairro Itajuba, em regime de empreitada global, incluindo o fornecimento de material e mão de obra. Projeto arquitetônico, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro (sintético e analítico), anexos ao processo.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Data da assinatura: 08/06/2020

Data do vencimento: 16/09/2020

Barra Velha, 08 de junho de 2020

MARCELO BITTENCOURT

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

ADITIVO CONTRATO 01/024/2019 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR

Publicação Nº 2523509

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato Aditivo de Contrato nº 01/024/2019

Contratada: ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 078/2019 CP nº 002/2019

Objeto: Execução de obras e serviços especializados para construção de escola no bairro Quinta dos Açorianos, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância ao Projeto Arquitetônico, Memoriais Descritivo, Orçamentos e Cronograma Físico - Financeiro (sintético e analítico), partes integrantes deste Processo, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Alteração de valor global inicialmente previsto no contrato originário.

Aditivo valor: R\$ 71.550,20 (setenta e um mil, quinhentos e cinquenta reais e vinte centavos);

Supressão: R\$ 58.780,59 (cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e noventa centavos);

Data da assinatura: 08/06/2020

Data do vencimento: 16/12/2020

Barra Velha, 08 de junho de 2020

CLEBER DE SOUZA -

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

PORTARIA Nº 015/2020- IPREVE

Publicação Nº 2524077

PORTARIA Nº 015/2020- IPREVE

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo nº 03/2020, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha – IPREVE, ao João Manoel Delfino, servidor público municipal, matrícula funcional 1343, inscrito no CPF sob o n. 383.316.839-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar de serviços gerais, lotado na Secretaria de Obras, percebendo proventos no valor atual de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

Art. 2º - A concessão do benefício se fundamenta no art. 40, §1º, III, "b", da Constituição, em conformidade com o art. 10, §7º da Emenda

Constitucional nº 103/19, e no art. 36, da Lei Complementar Municipal nº 55, de 13 de setembro de 2006.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

Barra Velha, 15 de junho de 2020.

IVO IRINEU BERNARDO
Diretor Presidente

TERMO DE CREDENCIAMENTO 011/2020 - FMS

Publicação Nº 2524122

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Termo de Credenciamento nº 011/2020/FMS

Licitação: Proc. Administrativo 010/2020 FMS

CREDENCIAMENTO nº 003/2020 FMS

Credenciada: NOVO HORIZONTE PROTESES EIRELI

inscrita no CNPJ sob o nº 26.994.522/0001-40

Objeto: Credenciamento de entidades privadas e pessoas físicas para prestação de serviços próteses dentárias removíveis convencionais dos tipos prótese total e ou parcial mandibular e prótese total e ou parcial maxilar, conforme especificações contidas no Termo de Referência

Anexo, referência de valores conforme tabela do SIGTAP.

Data da assinatura: 02/06/2020

Data do vencimento: 02/06/2021

Barra Velha, 02 de junho de 2020.

EDSON ROBERTO CLAUDIANO

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

TERMO DE CREDENCIAMENTO 012/2020 - FMS

Publicação Nº 2524445

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Termo de Credenciamento nº 017/2020/FMS

Licitação: Proc. Administrativo 017/2020 FMS

CREDENCIAMENTO nº 007/2020 FMS

Credenciada: GHM GESTÃO HOSPITALAR E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

inscrita no CNPJ sob o nº 24.505.433/0001-67

Objeto: Credenciamento de entidades privadas e pessoas físicas para prestação de serviços em saúde ambulatorial e consulta médica em atenção especializada (CONSULTA DE PEDIATRIA), conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo. Interessadas em prestar serviços de assistência à saúde, de acordo com as necessidades a seguir elencadas pelos grupos da tabela do CISNORDESTE 2020 e demais regramentos, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

Data da assinatura: 15/06/2020

Data do vencimento: 15/06/2021

Barra Velha, 15 de junho de 2020.

JOCELI CARLOS NAZARI

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 51/2020**

Publicação N° 2523784

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 15/06/2020 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 51/2020

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n° 51/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI, todos nomeados através da Portaria n° 002/2020. Aberta a sessão, o Pregoeiro conferiu com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Se fizeram presentes na sessão protocolando os envelopes até o horário estipulado as empresas MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA e SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. A empresa MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA enviou e protocolou os envelopes, porém nenhum representante da mesma se fez presente na sessão. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	Sem representante na sessão
SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI	RODRIGO DINEI ODELLI

Todas as empresas apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC n° 123/2006 com a redação dada pela LC n° 147/2014. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou os seus conteúdos e em seguida disponibilizou as propostas para que os representantes presentes fizessem o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. Após análise, verificou-se que a licitante MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA no item 06 cotou produto que não atende as especificações mínimas do Edital, sendo, portanto, desclassificada neste item. Os demais itens estão de acordo sendo as propostas aceitas e classificadas. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema para classificação e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e os respectivos vencedores. A seguir, o Pregoeiro procedeu à abertura dos envelopes de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos os interessados o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. Não houve questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pelas empresas vencedoras encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, incisos e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU os itens do certame as empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio
------------------------------------	--	--

LICITANTE PRESENTE:

SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 57/2020

Publicação N° 2524443

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 57/2020

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE ARCONDICIONADO PARA CRECHE DE SANTA MARIA. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9h do dia 29 de junho de 2020. ABERTURA: às 9:05h do dia 29 de junho de 2020. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 16 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 59/2020

Publicação N° 2524448

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 59/2020

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORRO DE PVC PARA PREDIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E BARRAS DE AÇO PARA CONFECCÃO DE GRELHAS PARA BOCA DE LOBO PARA SECRETARIA DE OBRAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 15h do dia 29 de junho de 2020. ABERTURA: às 15:05h do dia 29 de junho de 2020. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 16 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

DECRETO N° 072/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação N° 2523412

DECRETO N° 072 de 10 de junho de 2020.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.961, de 28 de novembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01350006	18.000,00
--	----------	-----------

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do excesso de arrecadação do exercício vigente:

Excesso	4171812110300000000	01350006	18.000,00
---------	---------------------	----------	-----------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 10 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeita de Benedito Novo

O Decreto nº 072/2020 foi publicado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 10 de junho de 2020.

Joice Aparecida Costa
Chefe da Divisão de Compras

DECRETO Nº 073/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 2523418

DECRETO Nº 073 de 10 de junho de 2020.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.961, de 28 de novembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2402		
Atividades da Saúde	03380105	3.460,00
34490000000000000000 - Aplicações diretas		

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit		03380105	3.460,00
-----------	--	----------	----------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 10 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 073/2020 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 10 de junho de 2020.

Joice Aparecida Costa

Chefe da Divisão de Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 58/2020

Publicação Nº 2524446

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

PROCESSO LICITÓRIO Nº 58/2020

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BENEDITO NOVO (10.624.466/0001-11).

CONTRATADA: SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI (25.209.250/0001-67).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EPIs – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE (MÁSCARAS PFF-2S).

VALOR TOTAL: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 e LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.

Benedito Novo, 16 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 59/2020

Publicação Nº 2523590

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 49/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2020

Contratada: COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA VIATURA DO CORPO DE BOMBEIROS

Valor: R\$ 1.200,00

Vigência: 08/06/2020 a 31/12/2020

Data Assinatura: 08/06/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO 45/2020

Publicação Nº 2524395

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 34/2020

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2020

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A

Objeto: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

Finalidade do Aditivo: Objeto/Valor

Valor: R\$ 432,00

Vigência: 01/06/2020 a 13/04/2021

Data Assinatura: 01/06/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 134/2020 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 408/2019

Publicação Nº 2523449

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 134/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 408/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 11 de dezembro de 2020, o prazo da Portaria nº 408/2019 de 02-12-2019, que contratou a Servidora JUREMA GORETI GIRARDI SANTIAGO, ocupante do cargo de Servente, símbolo SE, Anexo I, sub anexo IV, do quadro de servidores do Município, através do Processo Seletivo 005/2019, no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 01 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 135/2020 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 411/2019

Publicação Nº 2523453

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 135/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 411/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 11 de dezembro de 2020, o prazo da Portaria nº 411/2019 de 02-12-2019, que contratou a Servidora JOCELIA CORREA, ocupante do cargo de Servente, símbolo SE, Anexo I, sub anexo IV, do quadro de servidores do Município, através do Processo Seletivo 005/2019, no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 01 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 137/2020

Publicação Nº 2524602

DECRETO Nº 137/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO E DE NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

CONSIDERANDO a emergência em saúde pública, declarada de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde, culminando com a adoção de medidas restritivas pelo Município de Biguaçu/SC para conter a disseminação do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a adoção do isolamento social como medida de contenção de tal flagelo pelo Estado de Santa Catarina através do Decreto 525, de 23 de março de 2020, que suspendeu atividades não essenciais em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que tais ações, embora necessárias, tiveram impacto negativo na economia local, com queda de receita e medidas para buscar superar a crise;

CONSIDERANDO que a Administração Pública municipal deve promover medidas que visem dar uma resposta à sociedade biguaçuense, que pede por maior sensibilidade na questão tributária, sem se descuidar da questão fiscal.

CONSIDERANDO que o prazo para apresentação da solicitação de não incidência de IPTU é o vencimento da primeira parcela do imposto;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais nº 63/2020 e 69/2020 e todas as suas alterações e complementações, inclusive da prorrogação do prazo de IPTU,

DECRETA:

Art. 1º. Excepcionalmente, neste ano de 2020, em que o prazo para apresentação dos requerimentos de isenções, quanto ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU pelos contribuintes, não foi amplamente divulgado a população, em virtude do novo Coronavírus, fica prorrogado o prazo para apresentação dos requerimentos de isenções e de não-incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, até 31/07/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

EXTRATO DAS ATAS 124,125 E 126 DO PROC. 41/2020

Publicação Nº 2524242

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2020 DO RP 41/2020 PMB/FMS/FAMABI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS DE SERRALHERIA (CORRIMÕES, PORTAS, PORTÕES, TUBOS E TELAS DE AÇO) PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

VENCEDOR: METALURGICA GR EIRELI - EPP

VALOR TOTAL: R\$ 133.636,40

VIGÊNCIA: 15/06/2020 À 15/06/2021

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2020 DO RP 41/2020 PMB/FMS/FAMABI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS DE SERRALHERIA (CORRIMÕES, PORTAS, PORTÕES, TUBOS E TELAS DE AÇO) PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

VENCEDOR: ANA CAROLINE CARDOSO EMPREITEIRA EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 139.198,00

VIGÊNCIA: 15/06/2020 Á 15/06/2021

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 126/2020 DO RP 41/2020 PMB/FMS/FAMABI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS DE SERRALHERIA (CORRIMÕES, PORTAS, PORTÕES, TUBOS E TELAS DE AÇO) PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

VENCEDOR: CRISTIANI LOURI RODRIGUES E CIA LTDA ME

VALOR TOTAL: R\$ 49.385,70

VIGÊNCIA: 15/06/2020 Á 15/06/2021

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 16 de junho de 2020

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 114/2020 - ESTABELECE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE REGULAMENTAÇÃO DE REGISTRO DE ENTRADA E SAÍDA DOS SERVIDORES, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU/SC

Publicação N° 2524439

PORTARIA N° 114/2020

Estabelece medidas temporárias de regulamentação de registro de entrada e saída dos servidores, no âmbito da Câmara Municipal de Biguaçu/SC, durante as medidas de enfrentamento contra a propagação da COVID-19 e para substituição do Relógio de Registro Ponto, por apresentar defeito.

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam dispensados do registro da frequência ao serviço pelo ponto eletrônico todos os servidores públicos (efetivos, comissionados e assessores) vinculados a esta Casa Legislativa, que estiverem trabalhando na forma presencial, durante o período de enfrentamento da COVID-19, com o objetivo de evitar o contágio da doença.

Parágrafo único. O disposto no caput perdurará até o fim das medidas de enfrentamento da COVID-19, e após aquisição do novo relógio ponto que está sendo licitado por esta Casa Legislativa.

Art. 2º - Durante o período de dispensa do registro da frequência do ponto eletrônico, que trata o artigo 1º, deverá, obrigatoriamente, ser utilizado o cartão ponto manual para registro de efetividade.

§1º. O cartão ponto será elaborado pelo Departamento Pessoal e deverá constar as seguintes informações: nome completo do servidor, número da matrícula, data, horário

de entrada e saída, assinatura do servidor e da Chefia Imediata, ou do Vereador, no caso dos Assessores Parlamentares.

§2º. O cartão ponto ficará a disposição nos gabinetes, para controle dos Vereadores, e na Secretaria da Câmara, para o controle da Chefia imediata.

§3º. Os servidores que adentrarem na Secretaria da Câmara ou nos Gabinetes, para realização do registro de entrada/saída, deverão manter a distância mínima de 2(dois) metros das demais pessoas, a fim de garantir a segurança no combate ao contágio da COVID-19.

Art. 3º - O cartão ponto deverá ser entregue ao Departamento Pessoal toda segunda-feira, referente aos registros da semana anterior, impreterivelmente, para que seja feito o lançamento manual no sistema da IPM, para posterior elaboração e cálculos da folha de pagamento.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2020, podendo ser alterada ou suspensa, a qualquer momento, a critério da Presidência.

Biguaçu, 09 de junho de 2020.

Vereador Nei Cláudio da Cunha
Presidente

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.874/2020

Publicação Nº 2524405

LEI Nº 8.874, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

DENOMINA DE WILBERTO BOOS, TODA A EXTENSÃO DA MALHA CICLOVIÁRIA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Wilberto Boos, toda a extensão da malha ciclovária do Município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.186/2020

Publicação Nº 2524409

PORTARIA Nº 24.186, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RICARDO CESAR WEISE, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e de conformidade com o pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, através do Memorando nº 396/2020, de 04/06/2020, resolve:

DISPENSAR, no dia 1º de junho de 2020, o servidor público municipal RICARDO CESAR WEISE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Regulação em Saúde - FGC de 50%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, designado pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.187/2020

Publicação Nº 2524416

PORTARIA Nº 24.187, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RICARDO CESAR WEISE PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e em atenção ao Memorando nº 394/2020, de 04/06/2020, encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração, resolve:

DESIGNAR, a contar de 02 de junho de 2020, o servidor público municipal RICARDO CESAR WEISE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador do Programa de Pactuação Integrada - FGC de 60%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.188/2020

Publicação Nº 2524417

PORTARIA Nº 24.188, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

RECONHECE DIREITO ADQUIRIDO E CONCEDE INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE DIREÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIANA LILIAN ROSA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, II, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Memorando nº 399/2020, de 09 de junho de 2020, encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração, resolve:

RECONHECER direito adquirido da servidora pública municipal efetiva LUCIANA LILIAN ROSA, especificado no Anexo Único desta Portaria e CONCEDER-LHE, a incorporação da retribuição adicional referente ao exercício da função de diretor de centro de educação infantil, conforme preconizava o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 119, de 31 de maio de 1996, revogado pela Lei Complementar nº 178, de 06 de agosto de 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 24.188/2020 - ANEXO UNICO

Publicação N° 2524419

**ANEXO ÚNICO DA PORTARIA N° 24.188, DE 15/06/2020**

Cadastro: 115401
Nome: LUCIANA LILIAN ROSA

Admissão: 01/02/1988
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

A PARTIR DE 09/05/2000 INCORPORAÇÃO DE 2/5 DA GRATIFICAÇÃO DE DIREÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, REFERENTE AO PERÍODO DE 17/10/1995 - 09/02/1996 E 12/02/1996 - 08/10/1998 - VALOR: R\$ 150,58.

PERÍODO P/ INCORPORAÇÃO	REF. CARREIRA EM 08/10/1998	VALOR REF. 43 EM 08/10/1998	GRAT. DIREÇÃO 50%	VALOR 2/5 DE INCORPORAÇÃO
17/10/1995 - 09/02/1996 12/02/1996 - 08/10/1998	43	752,90	376,45	150,58

PORTARIA Nº 24.189/2020

Publicação Nº 2524423

PORTARIA Nº 24.189, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA COMPOREM A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.607, de 15 de setembro de 1989, e atendendo ao pedido formulado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 388/2020, de 09/06/2020, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e sob a presidência do primeiro, os servidores públicos municipais abaixo, para comporem a Comissão de Avaliação e Alienação de Bens Móveis Inservíveis, ficando revogada a Portaria nº 23.008, de 06 de junho de 2019:

JÂNIO SCHMITZ, matrícula nº 921010, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Patrimônio, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

OSCAR SBORS, matrícula nº 921002, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Transportes, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

JOÃO LEOPOLDINO SPENGLER SOBRINHO, matrícula nº 921093, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes - SMTT;

MARLI TEREZINHA AZEREDO, matrícula nº 10731, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE;

JEFFERSON EDEMAR VOIGTLAENDER, matrícula nº 921192, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Rural, lotado na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS;

JAMES SCHEUNEMANN, matrícula nº 187410, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS;

ANDRÉ LUIZ DALPIAZ, matrícula nº 920970, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB;

ADRIANO DA CUNHA, matrícula nº 921080, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

SUSANA RAQUEL BATISTA, matrícula nº 214361, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotada na Intendência Distrital de Vila Itoupava - IDIVI;

SHIRLEI JEANE DICKMANN RAMPELOTTI, matrícula nº 921103, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente do Centro de Publicação, Documentação e Referência em Leitura, lotada na Secretaria Municipal da Cultura e Relações Institucionais - SMC;

RAFAEL FELIPE JANSEN, matrícula nº 34, exercendo a função de Interventor titular, da Companhia Urbanizadora de Blumenau - URB e TATIANE ROTHERMEL, matrícula nº 4342, Gerente Administrativo, suplente do Interventor, da Companhia Urbanizadora de Blumenau - URB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.190/2020

Publicação Nº 2524424

PORTARIA Nº 24.190, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZABETH LINDNER TEIXEIRA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 35 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando nº 403/2020, de 09/06/2020, da Secretaria Municipal de Administração, resolve:

DISPENSAR, a contar de 07 de junho de 2020, a gratificação especial pela Coordenação de Políticas Públicas de Saúde – SEMUS (Política Municipal de Saúde da Mulher), da servidora pública municipal ELIZABETH LINDNER TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, concedida pela Portaria nº 23.453, de 14 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.191/2020

Publicação Nº 2524428

PORTARIA Nº 24.191, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA CANDIDA KRAUSE DE MORAES PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, I da Lei Complementar n. 660, de 28/11/2007, e

Considerando a decisão proferida nos autos do Processo nº 0301008-76.2017.8.24.0008, em trâmite junto à 1ª Vara da Fazenda, Acidentes do Trab. e Reg. Público da Comarca de Blumenau/SC; e a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Seleção Pública e Cadastro de Pessoal, através do Memorando nº 080/2020, de 15/06/2020, resolve:

NOMEAR, a contar de 10 de junho de 2020, CANDIDA KRAUSE DE MORAES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 149/2020

Publicação Nº 2524429

EXTRATO – CONTRATO Nº. 149/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Execução da obra de pavimentação asfáltica da Rua Alfredo Hering, bairro Itoupava Seca, Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital, sendo que os recursos para pagamento serão arcados por meio do Convênio SICONV 866252/2018, Operação 1053489- 57/2018 – Ministério do Desenvolvimento Regional/CEF - SEMOB.

PROCESSO: Concorrência nº. 036/2019.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 22, I, Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações.

PRAZO: 07 (sete) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

VALOR: R\$ 345.037,98 (trezentos e quarenta e cinco mil, trinta e sete reais e noventa e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05 de junho de 2020.

TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2020

Publicação Nº 2524431

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia e/ou arquitetura destinados a Terraplenagem e demais serviços complementares para construção de escola padrão FNDE - Rua Erwin Manske, s/n - Itoupava Rega, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos – SEMED.ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 1º de julho de 2020 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO, sem custas via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/> transparencia. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 e alteração. Blumenau, 10/06/2020. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 558/2020-GABSEMUS

Publicação Nº 2524434

PORTARIA Nº 558/2020/GABSEMUS

RECONHECE À POSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO COM RESTRIÇÕES DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DIANTE DO GRAU DE RISCO ATUAL INDICADO NA MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE RISCO ESTADUAL PARA O MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no Art.º 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no Art.º 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, combinado com o inciso I do Art.º 8 da Lei Complementar nº 84, de 09 de junho de 95, e

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a NOTA TÉCNICA Nº 22/2020/SEI/COSAN/GHCOS/DIRE3/ANVISA, que recomenda e alerta sobre procedimentos de desinfecção em locais públicos realizados durante a pandemia da COVID-19.

CONSIDERANDO a Portaria SES 349 de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a desinfecção através de pulverização de locais públicos externos, pulverização de alimentos e bebidas, pulverização de trabalhadores por túneis, o procedimento de limpeza e desinfecção de ambientes, bem como a conduta dos estabelecimentos frente aos trabalhadores confirmados e suspeitos.

CONSIDERANDO o grau de risco revelado pela Matriz de Risco estadual do COVID-19 para o Município de Blumenau, cuja classificação varia de moderado a gravíssimo, indicando que para o momento atual há condições de gradativo retorno de determinadas atividades.

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer possibilidade de liberação do serviço público de transporte coletivo urbano municipal, ante a classificação do Município na matriz de avaliação de risco do Estado de Santa Catarina relacionadas ao COVID-19,

Art. 2º Fica estabelecido que, na retomada do serviço público de transporte coletivo urbano, deverão ser adotadas as medidas estabelecidas pelas autoridades sanitária, dispostas no anexo I desta portaria e sujeitas à fiscalização

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 10 de junho de 2020.

Blumenau(SC), em 10 de junho de 2020.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO I

1. No retorno do serviço público de transporte coletivo urbano do Município de Blumenau, deverão ser tomadas o conjunto de medidas voltadas a prevenção da disseminação da epidemia de COVID-19, previstos neste documento.

2. Quanto aos veículos utilizados no serviço, deverão ser adotadas as seguintes providências:

I – garantia do cumprimento do distanciamento controlado dos usuários, observado o seguinte:

a) máximo dez passageiros em pé por veículo, sendo que devem ser sinalizados os locais de posicionamento preferencial desses passageiros que, excepcionalmente, viajarem em pé;

b) disponibilização de veículos reservas em número suficiente para garantir o cumprimento das disposições desta, inclusive nos horários de maior fluxo de usuários, realizando viagens extras sempre que necessário;

II - disponibilização de álcool em gel 70% ao operador e aos usuários, neste caso em todas as portas do veículo, com sinalização visual adequada do local;

III – utilização de máscaras de proteção de nariz e boca pelos usuários e operadores, neste caso ainda com a higienização das mãos com água e sabão ou álcool em gel 70% (setenta por cento) ao final de cada viagem;

IV - higienização, ao final de cada viagem, do volante, das manoplas do câmbio e do freio de estacionamento e das demais superfícies tocadas pelos operadores, fazendo-se fricção nesses componentes;

V – lavagem dos veículos internamente a cada vinte e quatro horas, sendo que as superfícies que são tocadas com maior frequência pelos

usuários, como corrimãos, balaústres, pega-mãos, roleta e pontos de apoio nos assentos, devem ser higienizadas frequentemente.

VI – manutenção das janelas do veículo abertas durante o uso e no estacionamento nos terminais.

2.1 Os procedimentos de limpeza e desinfecção de veículos e equipamentos públicos devem ser realizados com a utilização de Equipamento de Proteção Individual adequado ao risco existente e de produtos indicados pelas autoridades sanitárias, a fim de garantir a saúde dos trabalhadores e a devida higienização dos diversos tipos de superfície.

3. Quanto ao uso dos terminais urbanos, deverão ser adotadas as seguintes providências:

I – disponibilização de álcool em gel 70% (setenta por cento) aos usuários no acesso ao terminal e nos pontos de espera e aos operadores das bilheterias, em cada ponto de venda;

II – higienização dos teclados e bancadas das bilheterias, no mínimo, a cada noventa minutos de operação;

III higienização das superfícies das linhas de bloqueio que são tocadas com maior frequência pelos usuários, com especial atenção para roletas e gabinetes, no mínimo, a cada noventa minutos de operação.

IV – promoção de ações intensivas de informação e educação para os usuários, visando a garantir a adoção das práticas recomendadas de distanciamento e combate à disseminação de COVID-19, entre elas:

a) manter fixado, nos terminais e no interior dos veículos, informativos sobre medidas de proteção individual a serem adotadas pelos operadores e usuários;

b) divulgar mensagens sonoras de prevenção nos Terminais;

c) disponibilizar espaço para agentes de saúde e educadores oferecerem informações aos usuários;

V – sinalização das demarcações de espaços, para garantir o distanciamento adequado entre os usuários que aguardam os veículos;

VI - limpeza e higienização frequente dos sanitários, corrimãos e áreas de circulação;

VII - disponibilização, nas instalações sanitárias dos terminais, de sabão e água corrente em quantidade suficiente para os usuários, viabilizando a higienização adequada das mãos;

VIII - notificação os stands de comércio a promover a higienização do próprio local, com especial atenção para as superfícies que são tocadas com frequência, bem como a disponibilizar álcool em gel 70% (setenta por cento) para uso de clientes e funcionários.

4. Os usuários dos serviços deverão observar as seguintes medidas preventivas, além daquelas recomendadas pelas instituições de saúde:

I - evitar conversar durante as viagens e nas filas de espera em pontos de ônibus e Terminais;

II - utilizar máscara nos ambientes públicos, inclusive dentro dos ônibus e dos terminais, bem como nos pontos de embarque e desembarque;

III - realizar o pagamento da passagem com cartão BLUMOB;

IV - higienizar as mãos antes e logo após a utilização do transporte público coletivo;

V - evitar encostar nos abrigos, pontos de ônibus, corrimãos ou outros apoios dos veículos.

5. Os operadores que apresentem sintomas associados ao coronavírus (COVID-19) deverão ser imediatamente afastados da atividade no serviço público de transporte coletivo urbano.

6. Na hipótese de descumprimento do disposto nesta Portaria, aplicam-se as sanções previstas na legislação aplicável e no contrato de concessão.

7. As medidas previstas neste documento devem ser mantidas enquanto da duração do estado de emergência, podendo ainda ser alteradas a qualquer tempo, de acordo com a evolução da situação epidemiológica do Município.

PORTARIA Nº 001/2020 - SMC

Publicação Nº 2524436

PORTARIA Nº 001 DE 01 DE MAIO DE 2020.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS PARCERIAS FIRMADAS ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (SMC) E A SOCIEDADE DE AMIGOS DA BANDA MUNICIPAL DE BLUMENAU (SABMB).

RODRIGO ROGÉRIO RAMOS, Secretário da SMC, no uso das atribuições e considerando a necessidade de monitorar e avaliar as parcerias firmadas entre a SMC e a SABMB nos termos do inciso XI, do art. 2º da Lei 13.019/2014, resolve:

Art. 1º. Designar como membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação para monitorar e avaliar a parceria firmada entre a Administração Pública Municipal (SMC) e a SABMB, com as atribuições previstas no Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016 e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, os seguintes servidores:

I – Membro: SHIRLEI JEANE DICHMANN RAMPELOTTI, servidor público ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente do Centro de Publicação, Documentação e Referência em Leitura, lotado na SMC;

II – Membro: TAIANA SCHAEFER, servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo de agente administrativo, lotado na SMC;

III – Membro: WALTER SALVADOR, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo Financeiro, lotado na SMC;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar da data da publicação.

BLUMENAU, em 01 de maio de 2020.

RODRIGO ROGÉRIO RAMOS
Secretário Municipal de Cultura e Relações Institucionais

3ª CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO TURÍSTICO E CULTURAL DA VILA ITROUPAVA

Publicação Nº 2524440

INTENDÊNCIA DISTRITAL DA VILA ITROUPAVA

3ª CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO TURÍSTICO E CULTURAL (CTC) – EXERCÍCIO DE 2020

Prezado (a) Conselheiro (a):

Convocamos para a reunião ordinária do Conselho de Administração do Centro Turístico e Cultural da Vila Itoupava, que será realizada no dia 01 de Julho de 2020 (quarta-feira), às 09h, nas dependências da SRD Serrinha – Rua Hermann Hein, s/n. O local escolhido é a melhor opção no atual momento para a realização de reunião administrativa com a garantia de respeito aos protocolos de saúde instituídos pelo Governo do Estado de Santa Catarina e pela Prefeitura de Blumenau.

Pauta:

1- Análise e votação das atas das reuniões de 29/01/2020 (ordinária) e de 03/06/2020 (extraordinária);

2- Posse de novos Conselheiros (suplente – STR; titular – COMDEVI; suplente – SEMMAS);

3 – Pedido a Procuradoria Geral do Município, para que as áreas verdes e de preservação permanente dos imóveis do Centro Turístico e Cultural da Vila Itoupava sejam oficialmente transformadas em Parque Natural Municipal (contendo inicialmente mais de 10.000.00m2) a ser denominado de “Claus Feldmann”, como medida legal para preservação deste importante patrimônio ambiental, conforme minuta de Projeto de Lei a ser deliberado pelo plenário do Conselho de Administração;

4 – Apresentação, por parte do diretor de Licenciamento e Controle Ambiental da SEMMAS, sobre as medidas lideradas pela Administração Municipal em cumprimento a cláusula 2 do Termo de Ajustamento de Conduta vigente - Inquérito Civil nº 004/97/CME/CPC;

5 – Alteração da Lei Complementar 1.188/2018, prevendo a inclusão de uma cadeira na composição do Conselho de Administração do CTC para o SAMAE; de uma para entidade da sociedade civil vocacionada ao controle social da Administração Pública, e UMA para Associação que represente o trade turístico do Distrito, sediada na Vila Itoupava;

6 – Análise e deliberação quanto à proposta de alteração do Termo de Ajustamento de Conduta vigente - Inquérito Civil nº 004/97/CME/CPC, a ser enviada a 13ª Promotoria de Justiça de Blumenau como minuta de 2º termo aditivo ao TAC vigente, no tocante a atualização de cláusulas em comum acordo entre o Município de Blumenau e a Empresa Veolia Brasil;

7 – Análise e deliberação quanto a proposta/minuta a ser apresentada pela Comissão Especial de elaboração do regimento interno do Conselho de Administração do CTC, para que em ato contínuo seja efetivada a solicitação junto a Procuradoria Geral do Município de edição de Decreto Municipal instituindo oficialmente a referida norma legal;

8 – Análise e deliberação do plenário do Conselho quanto à proposta de utilização de recursos do Fundo de Manutenção do CTC para aquisição de três kits de equipamentos de lazer com vistas a estruturação de áreas públicas de uso comum no Distrito (praça Eurides Pagel, praça Hilda Bublitz e Ecoponto do Samae), conforme preconiza o inciso VI, artigo 5º, da Lei Complementar Municipal 1.211/2020;

9 – Apresentação, pela diretora de captação de recursos da Secretaria de Gestão Governamental, do atual status do trâmite da emenda parlamentar destinada pelo ex-senador Dalirio Beber, como ação de apoio as obras estruturais e complementares de restauro do Salão Kunze;

10 – Apresentação, pela gestora contábil do Fundo de Manutenção do CTC, das medidas administrativas em implantação que visam gerar economia e maior eficiência na utilização dos recursos do Fundo;

11 – Análise e deliberação do plenário do Conselho quanto à proposta de denominação da sala de reuniões do Centro Turístico e Cultural de “Auditório Professora Irmgard Kunze Vogel”, para posterior solicitação a Procuradoria Geral do Município de edição de Decreto para oficializar a homenagem;

12 – Prestação de contas das medidas administrativas em andamento no poder público municipal para possibilitar com maior agilidade a liberação integral do imóvel remanescente da família Feldmann (plena utilização), a fim de que possam iniciar a construção de nova edificação em terreno limítrofe ao CTC; (sugestão do Conselheiro Ingobert Falk)

13 - Assuntos gerais.

Blumenau/SC, em 15 de Junho de 2020.

Adm. Leandro da Silva
PresidenteAdm. Eduardo Brandes
Secretário-Executivo

PORTARIA N° 7715/2020 - SAMAE

Publicação N° 2524447

PORTARIA N° 7715/20

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR RESPONSABILIDADE.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo de sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, para apurar eventual responsabilidade por erro na tributação de um terço de férias do imposto de renda retido na fonte do ano de 2017.

Samae, 15 de junho de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

EXTRATO N° 205/2020 - FURB

Publicação N° 2524449

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 205/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
MAFEZZO MARMORARIA LTDA ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de granito cinza andorinha, com serviços de instalação/colocação, para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 104/2020 e Ata de Registro de Preços nº 117/2020, a ser firmada em 17 de junho de 2020.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	7457	100	M2	Fornecimento e Colocação de Granito cinza andorinha, composto por mica, quartzo e feldspato, com acabamento polido e dureza mínima de 6 (seis) na Escala de Mohs.	290,00	29.000,00
Preço Total (em reais, por extenso)				Vinte e nove mil reais		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 28 (vinte e oito) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga e instalação/colocação) dos materiais, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

DATA: 16/06/2020.

EXTRATO N° 206/2020 - FURB

Publicação N° 2524450

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 206/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
MECÂNICA UNIÃO LTDA. EPP

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
CONTRATO N°. 154/2017 - TERMO ADITIVO N°. 005

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o serviço de manutenção, com o fornecimento de peças, de veículos da frota da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 131/2017 e Contrato nº. 154/2017, firmado em 03 de julho de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGENCIA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 154/2017, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 03 de julho de 2020 até 02 de julho de 2021, totalizando 48 (quarenta e oito) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DO PREÇO:

Mantém-se o valor inicialmente previsto, para peças e serviços, no valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo o valor do serviço estabelecido na Cláusula Primeira, item 1.2 do contrato, conforme abaixo:

Lote 02				
Item	Código FURB	Und.	Descrição do Item	Preço por Hora de Mão de Obra (em R\$)
1	38185	Serviço	Mão de Obra para manutenção em caminhonetes e caminhões movidos a diesel.	60,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 154/2017 e aditivos nº 001 a 004, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os efeitos de direito e de justiça.

Blumenau (SC), 15 de junho de 2020

EXTRATO Nº 207/2020 - FURB

Publicação Nº 2524451

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 207/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
JUNKES OFICINA MULTIMARCAS LTDA EPP

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
CONTRATO Nº. 155/2017 - TERMO ADITIVO Nº. 005

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o serviço de manutenção, com o fornecimento de peças, de veículos da frota da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 131/2017 e Contrato nº. 155/2017, firmado em 03 de julho de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGENCIA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 155/2017, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 03 de julho de 2020 até 02 de julho de 2021, totalizando 48 (quarenta e oito) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DO PREÇO:

Mantém-se o valor inicialmente previsto, para peças e serviços, no valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo o valor do serviço estabelecido na Cláusula Primeira, item 1.2 do contrato, devidamente recomposto pelo TA nº 004, conforme abaixo:

Lote 02				
Item	Código FURB	Und.	Descrição do Item	Preço por Hora de Mão de Obra (em R\$)
1	36537	Serviço	Mão de Obra para manutenção em automóveis e vans movidos a gasolina e etanol.	40,80

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 155/2017 e aditivos nº 001 a 004, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 15 de junho de 2020.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

DECRETO Nº 86/2020

Publicação Nº 2523973

DECRETO Nº 86/2020

Regulamenta os critérios e valores para a provisão dos Benefícios Eventuais, instituídos pela Lei municipal nº 1335/2018, de 13 de dezembro de 2018 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social- SUAS do município de Bom Jardim da Serra e dá outras Providências.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, incisos VII da Lei Orgânica Municipal, e ainda:

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 1335/2018, de 13 de dezembro de 2018 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social- SUAS do município de Bom Jardim da Serra e dá outras providências, bem como a resolução CMAS nº 005/2020 que estabelece valores e critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública Municipal de assistência Social

DECRETA:

Art. 1º Definir os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais: São formas de benefícios eventuais:

- a) Auxílio-natalidade;
- b) Auxílio-funeral;
- c) Auxílio alimentação;
- d) Auxílio documentos;
- e) Transporte para deslocamento intermunicipal e interestadual;
- f) Materiais em geral em casos de calamidade pública e situações de urgência;
- g) Outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária.

§1º Entende-se por outros benefícios eventuais as ações emergenciais de caráter transitório em forma de pecúnia ou de bem material para reposição de perdas, com a finalidade de atender as vítimas de calamidades, ou para enfrentar contingências, de modo a reconstruir a autonomia através de redução de vulnerabilidade e impactos decorrentes de riscos sociais.

Art. 2º Os benefícios eventuais destinam-se aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragilidade a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros desde que atendam os critérios estabelecidos pela Resolução CMAS nº 005 de 2020.

§ 1º As famílias ou indivíduos requerentes deverão estar inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do governo Federal – CADU-NICO, com suas informações atualizadas e devem estar referenciados ao Centro de Referência de Assistência Social- CRAS de seu território ou na ausência deste, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação- SMAS.

§ 2º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer técnico social, elaborado por:

- a) Profissional de Serviço Social- Assistentes sociais que compõem a equipe de referência vinculada ao Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, e ou;
- b) Profissional de Serviço Social- Assistentes Sociais que compõe a equipe vinculada ao Órgão Gestor da Política de Assistência Social do município, Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação- SMAS;
- c) O requerimento formal das famílias ou indivíduos deve ser apresentado preferencialmente no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.

Art.3º O requerimento de benefício eventual pode ser feito por qualquer membro da família beneficiária, mãe, pai, parente até segundo grau, ou pessoa autorizada mediante procuração.

Art.4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade (Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora), o responsável pela entidade poderá solicitar auxílio-natalidade e, ou auxílio-funeral.

Art.5º Quando o Profissional de Serviço Social - Assistente Social que compõem a equipe de referência vinculada ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS estiver em visita domiciliar ou institucional, ou outras atividades externas, ou seja, não estiver no referido equipamento, e que os demais trabalhadores da equipe de referência de nível superior constatar a necessidade da concessão de benefício, devem realizar o encaminhamento para o setor de benefícios eventuais juntamente ao Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município- Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SMAS, para que o Profissional de Serviço Social - Assistente social da gestão elabore o parecer técnico social visando à concessão do benefício.

Art.6º O Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SMAS é responsável pela gestão e a concessão/entrega dos benefícios eventuais as famílias ou indivíduos requerentes.

Art.7º O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS deverá enviar para, Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, parecer técnico do profissional, Assistente Social, contendo o respectivo número de protocolo visando à concessão/entrega do benefício.

Art.8º O Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SMAS deverá enviar relatório trimestral acerca da quantidade de benefícios entregues e a relação das famílias beneficiadas para o CRAS.

Art.9º O benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se em uma prestação eventual, não contributiva da Política de Assistência Social, em única parcela, em pecúnia ou em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

§ 1º Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios de alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 2º O requerimento do benefício natalidade deve ser realizado a partir do sétimo mês de gestação e até 30 (trinta) dias após o nascimento.

Art.10 O alcance do benefício natalidade municipal é destinado à família para atenção necessária ao nascituro ou recém-nascido.

Parágrafo único. São documentos essenciais para a concessão do benefício por razão de natalidade:

I - se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável deverá apresentar documentos que comprovem a gestação;

II - se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III - documentos pessoais, comprovante de rendimento e comprovante de residência da família.

Art.11 O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação eventual, não contributiva da Política de Assistência Social, em pecúnia, por uma única parcela, ou em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família. O auxílio por morte atenderá:

I- A modalidade de bens materiais e/ou consumo, garantindo o valor de até 01 salário-mínimo vigente.

II- A modalidade de pecúnia deve colaborar para o custeio das necessidades urgentes da família, ao enfrentamento dos riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seu membro.

III- O "Auxílio Funeral" poderá ser requerido no prazo máximo de 30(trinta) dias a contar do dia subsequente ao óbito, sob pena de decair do direito do gozo deste benefício.

Art.12 O auxílio funeral só poderá ser concedido mediante parecer técnico do profissional de Serviço Social, vinculado ao Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou na falta deste, o profissional de Serviço Social vinculado ao Centro de Referência de Assistência Social- CRAS.

Art.13 Quando se tratar de usuário da política de assistência social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços socioassistenciais da proteção social especial, os responsáveis pelos serviços poderão solicitar o "Auxílio Funeral".

§1º São documentos essenciais para o auxílio-funeral:

a)certidão de óbito;

b) documentos pessoais, comprovante de rendimento e comprovante de residência da família.

c) O transporte funerário (translado) somente será concedido dentro dos limites do município de Bom Jardim da Serra, exceto nos casos de beneficiários que tenham sido encaminhados ao IML ou de paciente do SUS.

Art.14 Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública caracterizam-se por eventos anormais decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem danos a comunidade afetada, inclusive a segurança a vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

§ 1º O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

§ 2º as despesas com Benefícios eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentaria Anual do município.

§ 3º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

I-comprovante de residência;

II-comprovantes de rendimentos da família;

III-carteira de identidade e CPF de todos os membros da família;

IV - certidão de nascimento para membros menores de 16 (dezesesseis) anos;

V - boletim de ocorrência, nos casos de perda, roubo ou extravio de documentação civil;

VI - Avaliação de Danos através de parecer Defesa civil.

Art.15 A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I-Riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - Perdas: privação de bens e de segurança material;

III-Danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer: da falta de alimentação, da falta de documentação e da falta de domicílio, quando:

I - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos membros da família;

II - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

III - de desastres e de calamidade pública; e,

IV - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência, que serão atendidos da seguinte forma:

a) Auxílio alimentação constitui-se numa prestação temporária, não contributiva da Política de Assistência Social, que visa o atendimento das necessidades básicas dos municípios e suas famílias, que se encontre em situações de vulnerabilidade social. O auxílio alimentação é um conjunto de itens não perecíveis, concedido por família;

b) Auxílio em passagens intermunicipais que atenderá pessoas em situação de rua, que pretendem regressar a sua cidade de origem ou cidade com familiares. Nesse caso, será concedida uma única vez por pessoa, não podendo se configurar como concessão contínua.

c) Auxílio na documentação civil, para obtenção da segunda via de documentos que exigem o pagamento de taxas de emissão, depois de verificada a inexistência de gratuidade para este fim. Será concedida uma única vez por pessoa, dentro de um período de 01 ano;

d) Contratação de hospedagem temporária, prevista nos casos em situação de rua; pessoas em trânsito, com impossibilidade de serem atendidas com o auxílio transporte naquele dia; não podendo ultrapassar a 01 (um) pernoite, dentro do período de 01 (um) ano.

Art.16 O benefício eventual, na forma de Aluguel Social será realizado mediante pagamento de aluguel, no valor de até R\$ 500,00(quinhetos reais), pelo prazo de até 06 (seis) meses, destinado à seguinte situação:

a) Mediante parecer técnico Profissional de Serviço Social - Assistente Social que compõem a equipe de referência vinculada ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e/ou Assistente Social do Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMAS;

b) Desabrigamento dos serviços de acolhimento Institucional.

§ 1º Na hipótese do aluguel mensal contratado ser inferior ao valor estabelecido em regulamento, o pagamento limitar-se-á ao valor estabelecido no contrato.

§ 2º Somente poderão ser objeto de locação, para fins de Benefício Eventual de Aluguel Social, os imóveis que possuam condições de habitabilidade e estejam situados fora de áreas de risco.

§ 3º A localização do imóvel ficará sob a responsabilidade do beneficiário.

§ 4º A negociação dos valores com o proprietário, a contratação da locação e o pagamento mensal aos locadores serão responsabilidades da Prefeitura.

§ 5º A Administração Pública não será responsável por qualquer ônus financeiro, legal ou contratual em relação ao locador, em caso de

inadimplência com taxas de água e energia elétrica, danos ao imóvel ou descumprimento das obrigações assumidas pelo beneficiário.

§ 6º O pagamento do benefício somente será efetivado mediante a apresentação do contrato de locação, devidamente assinado pelas partes contratantes, contendo cláusula expressa de ciência pelo locatário de que o locador é beneficiário do Aluguel Social.

§ 7º Os indivíduos e famílias que forem beneficiados com o Aluguel Social e não tiverem solução de moradia no prazo máximo de concessão do benefício, poderão ter, excepcionalmente, prorrogado o prazo por mais 03 meses, permitido uma única prorrogação.

Art. 17 Não são provisões da Política de Assistência Social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistida ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso, conforme deliberado pelo CNAS, no artigo 1º da Resolução nº 39, de 09 de dezembro de 2010.

Art. 18 As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art.19 O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim da Serra, 15 de junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1.393 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524239


**PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM DA SERRA**

CNPJ 82.844.754/0001-92


SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1393/2020

REVOGA AS LEIS Nº 814/2001, 1112/2010, 1146/2011, ESTABELECE VALORES DE DIÁRIAS PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS, CARGOS EM COMISSÃO, PREFEITO, VICE-PREFEITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, **SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica determinado os valores de Diárias para os Servidores Municipais, Cargos em Comissão, Prefeito, Vice-Prefeito, como segue:

Cargo/Função	Distância acima de 150km		Distância inferior a 150km		Outros Estados		Brasília	Outros Países
	01 (uma) diária	½ (meia) diária	01 (uma) diária	½ (meia) diária	01 (uma) diária	½ (meia) diária		
Prefeito e Vice-Prefeito	R\$ 340,00	R\$ 100,00	R\$ 198,00	R\$ 85,00	R\$ 400,00	R\$ 180,00	R\$ 900,00	R\$ 1.000,00
Secretários Municipais	R\$ 290,00	R\$ 90,00	R\$ 188,00	R\$ 70,00	R\$ 300,00	R\$ 140,00	R\$ 700,00	R\$ 1.000,00
Demais Servidores e cargos comissionados	R\$ 240,00	R\$ 80,00	R\$ 178,00	R\$ 60,00	R\$ 250,00	R\$ 120,00	R\$ 700,00	R\$ 1.000,00

Art. 2º. Entende-se como diária inteira, um período de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único: Nos casos em que a permanência ultrapassar 12 (doze) horas e não alcançar 24 (vinte e quatro) horas e houver a necessidade de pernoite será paga uma diária inteira.

Página 1

**Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro
Bom Jardim da Serra – SC
Fone: (49) 3232-0197
email: administracao@bomjardimdaserra.sc.gov.br**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM DA SERRA**

CNPJ 82.844.754/0001-92



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. Entende-se como $\frac{1}{2}$ (meia) diária um período de até 12 (doze) horas, em municípios não limítrofes com comprovação de despesas.

Art. 4º. Nos valores nos quadros acima não estão incluídos os valores dos deslocamentos aéreos e terrestres que serão pagos à parte pelo Município.

Art. 5º. Os deslocamentos para municípios limítrofes somente serão autorizados em casos excepcionais, justificada a extrema necessidade do serviço, cabendo o pagamento de $\frac{1}{2}$ (meia) diária somente quando autorizado e quando configurado caso excepcional e justificada a extrema necessidade do serviço.

Art. 6º. A presente lei deverá ser regulamentada por Instrução Normativa ou Decreto Municipal com os procedimentos a serem observados para solicitação, autorização, concessão e prestação de contas de diárias, bem como para a concessão de hospedagem e uso de veículo oficial ou indenização pela utilização de meio particular de locomoção no âmbito do Município de Bom Jardim da Serra.

Art. 7º. Revogam-se as leis nº 814/2001, 1112/2010 e 1146/2011, e as disposições em contrário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim da Serra - SC, 15 de junho de 2020.

**SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL**

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro
Bom Jardim da Serra - SC
Fone: (49) 3232-0197
email: administracao@bomjardimdaserra.sc.gov.br

Bom Jesus

PREFEITURA

PORTARIA 276/2020

Publicação Nº 2523545

PORTARIA n. 276/2020

De 01.06.2020

RETIFICA ART. 1º DA PORTARIA Nº273/2020 DE 11/05/2020, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 76º da Lei Complementar Municipal n. 004/2011 de 25/11/2011.

CONSIDERANDO, erro de digitação constatado no Art. 1º da Portaria 273/2020;

DECIDE:

Art. 1º- Retifica o artigo 1º da Portaria nº273/2020 que passa a ter a seguinte redação:

Art.1º - Concede adicional de Pós-Graduação 15% ao Servidor(a) Público(a) Municipal MARCELO COLOMBO.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus, em 01 de Junho de 2020.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Rosane Siqueira
Funcionária Designada

PROCESSO SELETIVO

Publicação N° 2524043

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENFERMAGEM N° 002/2020

O Município de Bom Jesus, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público o Processo Seletivo Simplificado para contratação por prazo determinado, nos termos do inciso IX do art. 37 da CF/88 e Lei Complementar Municipal 002/2011 e o Decreto nº033/2020 de 20/03/2020 e demais atos relacionados a Pandemia do COVID-19.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo destina-se à seleção de profissional, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, durante o período de Enfrentamento a Pandemia do COVID-19, para atendimento junto a unidade de saúde do Município com carga horária de 40 horas semanais.

2. DIVULGAÇÃO

2.1. A divulgação oficial do Processo de Chamamento Público dar-se-á através do Mural Público Municipal de Avisos da sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, situada à Rua Pedro Bortoluzzi, nº 435, Centro, na internet (www.bomjesus.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

3. REQUISITOS BÁSICOS

- a. Ter nacionalidade brasileira, ou estrangeira, desde que sua situação no país esteja regularizada e permita o exercício de atividades laborativas remuneradas;
- b. Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- c. Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- d. Comprovar a escolaridade necessária, conforme disposto no item 4.1;
- e. Não se enquadrar nas vedações dos incisos XVI, XVII e §10 do art. 37 da CF de 1988.

4. CARGOS, REQUISITOS MÍNIMOS, VENCIMENTOS E VAGAS

4.1. O cargo, requisitos mínimos exigidos, remuneração e as vagas são os estabelecidos no quadro a seguir:

Profissional/Prestador de Serviços	Requisitos mínimos	Remuneração	Jornada de trabalho	Nº Vagas
ENFERMEIRO	Curso Superior na Área de Enfermagem com Registro Conselho	R\$ 4.184,77	40 horas semanais	01

	Regional Saúde -			
	(COREN)			

5. QUADRO DE ATRIBUIÇÕES

PROFISSIONAL	ATRIBUIÇÕES
ENFERMEIRO (A)	<p>ENFERMEIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde. • Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição. • Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem. • Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição. • Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem. • Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais. • Prestar assessoria quando solicitado. • Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas. • Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada. • Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado. • Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição. • Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida. • Fazer notificação de doenças transmissíveis. • Participar das atividades de vigilância epidemiológica. • Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição. • Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde. • Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade. • Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos. • Elaborar informes técnicos para divulgação. • Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação. • Desempenhar outras funções afins.

6. INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições serão realizadas nos dias de 16/06/2020 a 18/06/2020 das 07h:00 as 13h:00, na Prefeitura Municipal de Bom Jesus.

6.2. Não será cobrada taxa de inscrição.

6.3. A inscrição do candidato implicará no reconhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento de qualquer natureza.

6.4. No ato da inscrição o candidato deverá comparecer ao local determinado no item 6.1, informar dados pessoais e fornecer cópias dos documentos a seguir, devidamente autenticadas ou apresentar documentos originais juntamente com as cópias;

- a. Carteira de identidade;
- b. CPF;
- c. Título de eleitor e comprovante de ultima votação;
- d. Comprovante de endereço;
- e. Certificado de reservista (se for o caso)
- f. Comprovante da escolaridade;

Atenção: a não apresentação de qualquer documento acima relacionando implicará na desclassificação do candidato.

6.5. Após preencher a ficha de inscrição, o candidato deverá anexá-la aos documentos e entrega-la ao atendimento, que deverá conferi-la e depositá-la em envelope, identificado e lacrado, na presença do candidato ou seu procurador.

6.6. No ato da entrega da documentação, o candidato receberá o comprovante de inscrição (cópia da ficha de inscrição declarada como verdadeira por servidor do Município).

6.7. É obrigação do candidato conferir as informações citadas nos subitens do item 6 deste Edital.

6.8. Não serão aceitos documentos entregues fora do prazo, por fax, por internet ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

6.9. Não deverão ser entregues documentos originais.

6.10. Serão recusados, liminarmente, os documentos que não atenderem as exigências deste edital.

7. DA SELEÇÃO, LOCAL E DATA DA PROVA.

7.1. A classificação será realizada no dia 19 de Junho de 2020, às 9h:00 tendo como local a Prefeitura Municipal de Bom Jesus, localizada na rua Pedro Bortoluzzi, 435, centro, Bom Jesus – SC.

7.2. A seleção será realizada por Comissão composta de servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Bom Jesus e previamente nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

7.3. O presente Processo de Chamamento Público consistirá na apresentação de títulos, conforme quadro abaixo:

Experiência na área atuação para cada ano de tempo de serviço apresentado com declaração de tempo de serviço, comprovante da carteira de trabalho devidamente assinada, Portarias e outros.	5,00 pontos
Pós-Graduação na área de Enfermagem	5,00 pontos

8. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Havendo empate na totalidade dos pontos, por cargo, terá preferência o candidato com maior idade dentre os inscritos obedecendo dia, mês e ano e hora do nascimento.

9. DA CLASSIFICAÇÃO

9.1. Os candidatos habilitados serão classificados na ordem decrescente do total de pontos obtidos.

10. DOS RECURSOS

10.1. À publicação do resultado admitir-se-á o pedido de revisão na contagem de pontos, no prazo de 24 horas após divulgação do resultado oficial.

10.2. O recurso poderá ser apresentado em formato livre para presidente da Comissão através endereço eletrônico

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O resultado final do Processo de Chamamento será homologado pelo Prefeito Municipal e o Decreto de Homologação será publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, no Diário Oficial dos Municípios e no Site Oficial do Município de Bom Jesus (www.bomjesus.sc.gov.br).

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1 O candidato selecionado no presente Processo de Chamamento será convocado por meio de edital, que será publicado no mural público da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, e no site Oficial do Município (www.bomjesus.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, para assinatura de contrato de prestação de serviços, sendo que atuará na Secretaria Municipal de Saúde.

12.2. Serão encaminhados e-mail, contato telefônico ao candidato selecionado, devendo ser observado o item 11 deste edital.

12.3. O candidato será contratado de acordo com a ordem de classificação, durante o período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por tempo necessário em razão do enfrentamento a Pandemia do COVID-19, ou rescindo a qualquer momento verificado o normalização dos atendimentos junto a Unidade de Saúde.

12.4. O candidato convocado deverá comparecer no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar do Edital de Convocação, munido da documentação constante no item 12.5, para prestar os serviços, sob pena de sua desídia a ser considerada renúncia ao objeto do certame, à relação jurídica e ao direito de contratar com a municipalidade, sendo convocado o próximo classificado da lista.

12.5. Por ocasião da contratação serão exigidos do candidato classificados os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Título de Eleitor;
- c) Comprovante de última votação;
- d) CPF;
- e) PIS/PASEP;
- f) Comprovante de escolaridade (original e cópia) – Diploma, Histórico e declaração utilizada (diploma esta em vias de registro);
- g) Carteira de Trabalho – 1ª Página (foto e a qualificação civil);
- h) Certificado de Alistamento Militar (se for do sexo masculino);
- i) Certidão de Nascimento ou Casamento;

- j) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- k) Comprovante de endereço;
- l) Declaração de que não está vinculado a outro órgão público, como servidor público.
- m) Declaração de Bens.

12.6. A rescisão do contrato administrativo ocorrerá:

- a) A pedido do contratado;
- b) Pela conveniência da administração, a juízo da autoridade que procedeu a contratação ou por interesse público justificável;
- c) Pelo cometimento da infração contratual, apurada em processo sumário;
- d) Pelo decurso dos prazos estabelecidos neste edital;

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A Seleção neste Processo de Chamamento Público, assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização deste ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do Processo.

13.2. A contratação não gerará vínculo trabalhista com o Município de Bom Jesus/SC, sendo o contratado prestador de serviços.

13.3. O prazo de validade do Processo de Chamamento Público para contratação de Enfermeiro (a) Padrão para exclusivo enfrentamento a Pandemia do COVID-19.

13.3.1. Todos os classificados ficam cientes que o prazo contratual poderá ser inferior a um ano.

13.4. O acompanhamento das publicações de editais, avisos e comunicados relacionados ao Processo de Seleção é de responsabilidade exclusiva do candidato.

13.5. As comunicações feitas por intermédio dos Correios não eximem o candidato da responsabilidade de acompanhamento no Diário Oficial do Município na internet e Mural de aviso da Prefeitura Municipal.

13.6. Na desistência, renúncia ou eliminação de algum candidato selecionado dentro do número de vagas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, obedecendo-se a ordem de classificação.

13.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora e Fiscalizadora do Processo de Chamamento Público, no que couber.

Município de Bom Jesus, 15 de Junho de 2020.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

MARIZA ANGONESE
Secretaria Municipal de Saúde

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2020

Publicação Nº 2523775

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2020

Eventual e parcelada contratação de empresa para prestação de serviço técnicos com equipe especializada e fornecimento de material elétrico, para manutenção de iluminação pública no município de Bom Jesus do Oeste - SC

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 935/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 15 dias do mês de junho de 2020, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Global:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 10/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a Contratação de empresa para eventual e parcelada prestação de serviço técnicos com equipe especializada e fornecimento de material elétrico, para manutenção de iluminação pública no município de Bom Jesus do Oeste - SC, conforme consta no **ANEXO I**, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa Light Night Materiais Elétricos e Manutenção LTDA, com sede na Rua Ivo Albano Batisti, 416, Município de Pinhalzinho/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 14.419.210/0001-23, neste ato representada por seu representante legal Senhor Miguel Ângelo Frey, portador do CPF nº. 017.818.069-69 e RG nº. 2.996.514, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível Contratação de empresa para eventual e parcelada prestação de serviço técnicos com equipe especializada e fornecimento de material elétrico, para manutenção de iluminação pública no município de Bom Jesus do Oeste - SC, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente

registrado será convocado pelo departamento de compras para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, o departamento de compras não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo departamento de compras.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 10/2020.

- 3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 10/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 10/2020, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.
- 2). Os serviços deverão ser prestados junto ao perímetro urbano do município, conforme solicitação da secretaria de obras e serviços urbanos.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após emissão do documento fiscal e a devida comprovação da prestação dos serviços, devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os Serviços, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório nº. 935/2020 e seus anexos, a propostas da empresa:

- Empresa Light Night Materiais Elétricos e Manutenção LTDA, com sede na Rua Ivo Albano Batisti, 416, Município de Pinhalzinho/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 14.419.210/0001-23, neste ato representada por seu representante legal Senhor Miguel Ângelo Frey, portador do CPF nº. 017.818.069-69 e RG nº. 2.996.514.

2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 15 de junho de 2020.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Miguel Ângelo Frey
Empresa

Testemunhas:

Leonir Lamb
Secretário da Administração

Jean Carlos Persch
Sub Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022
Assessor jurídico

ANEXO I**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2020****PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 935/2020****EMPRESA VENCEDORA:**

Empresa Light Night Materiais Elétricos e Manutenção LTDA, com sede na Rua Ivo Albano Batisti, 416, Município de Pinhalzinho/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 14.419.210/0001-23, neste ato representada por seu representante legal Senhor Miguel Ângelo Frey, portador do CPF nº. 017.818.069-69 e RG nº. 2.996.514.

Item	Quantidade		Unidade	Descrição	Valor máximo do item R\$	Valor total R\$
1	50	und		Reator vapor de sódio 250 galvanizado fogo AFP	45,50	2.275,00
2	50	und		Reator vapor de sódio 150 w galvanizado fogo AFP	42,65	2.132,50
3	160	und		Reator vapor de sódio 70 w galvanizado fogo AFP	35,00	5.600,00
4	80	und		Lâmpada vapor de sódio 250 w	17,50	1.400,00
5	100	und		Lâmpada vapor de sódio 150 w	15,00	1.500,00
6	300	und		Lâmpada vapor de sódio 70 w	13,00	3.900,00
7	200	und		Rele foto elétrico F E 220w	10,10	2.020,00
8	100	und		Base para rele fotoelétrico	4,50	450,00
9	250	und		Conector cunha CAA tipo	4,74	1.185,00
10	40	und		Braço galvanizado a fogo 1,5 metros	36,90	1.476,00
11	40	und		Luminária para iluminação pública fechada até 250 w	80,10	3.204,00
12	50	und		Receptor de porcelana E 27	4,25	212,50
13	30	und		Receptor de porcelana E 40	5,50	165,00
14	300	und		Cabo flexível 2.5 mm	0,89	267,00
15	28	und		Fita isolante anti-chama 20mt	3,55	99,40
16	38	und		Parafuso galvanizado 16*250mm c/ porca	4,25	161,50
17	76	und		Arruela quadrada 32*32 mm	0,75	57,00
18	6	und		Chave de Comando em grupo 1*50	100,10	600,60
19	10	und		Contactadora CWM 32º	50,25	502,50
20	20	und		Cinta Circular 200 mm c/ 02 parafusos e porcas	24,60	492,00
21	300	ser		Prestação de serviço especializado de mão de obra para substituição de peças e manutenção da iluminação pública do território do município de Bom Jesus do Oeste/SC, os serviços deverão ser executados com todos os equipamentos de segurança, exigidos de acordo com as NR 10 e 35 bem como ferramentas de uso comum e específicas para troca das peças, caminhão e demais equipamentos necessários a realização dos serviços incluindo despesa com deslocamento	110,30	33.090,00

DECRETO MUNICIPAL N°. 5454/2020

Publicação N° 2523776

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE****Decreto Municipal n°. 5454/2020 de 15 de junho de 2020.****Homologa e Adjudica Julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, do Processo Licitatório n° 935/2020, dando outras providências.****O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC,** no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais n°. 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;**D E C R E T A:**

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pelo Decreto Municipal n°. 5258/2019 de 02 de Janeiro de 2019, sob o Processo de Licitação n°. 935/2020, que tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviço técnicos com equipe especializada e fornecimento de material elétrico, para manutenção de iluminação pública no município de Bom Jesus do Oeste - SC.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto		Valor unitário (R\$)	Valor total R\$
1	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Reator vapor de sódio 250 galvanizado fogo AFP	50	45,50	2.275,00
2	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Reator vapor de sódio 150 w galvanizado fogo AFP	50	42,65	2.132,50
3	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Reator vapor de sódio 70 w galvanizado fogo AFP	160	35,00	5.600,00
4	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Lâmpada vapor de sódio 250 w	80	17,50	1.400,00
5	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Lâmpada vapor de sódio 150 w	100	15,00	1.500,00
6	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Lâmpada vapor de sódio 70 w	300	13,00	3.900,00
7	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Rele foto elétrico F E 220w	200	10,10	2.020,00
8	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Base para rele fotoelétrico	100	4,50	450,00
9	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Conector cunha CAA tipo	250	4,74	1.185,00
10	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Braço galvanizado a fogo 1,5 metros	40	36,90	1.476,00
11	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Luminária para iluminação pública fechada até 250 w	40	80,10	3.204,00
12	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Receptor de porcelana E 27	50	4,25	212,50

13	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Receptor de porcelana E 40	30	5,50	165,00
14	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Cabo flexível 2.5 mm	300	0,89	267,00
15	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Fita isolante anti-chama 20mt	28	3,55	99,40
16	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Parafuso galvanizado 16*250mm c/ porca	38	4,25	161,50
17	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Arruela quadrada 32*32 mm	76	0,75	57,00
18	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Chave de Comando em grupo 1*50	6	100,10	600,60
19	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Contactadora CWM 32°	10	50,25	502,50
20	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Cinta Circular 200 mm c/ 02 parafusos e porcas	20	24,60	492,00
21	Light Night Materiais Elétricos e manutenção LTDA ME.	Prestação de serviço especializado de mão de obra para substituição de peças e manutenção da iluminação pública do território do município de Bom Jesus do Oeste/SC, os serviços deverão ser executados com todos os equipamentos de segurança, exigidos de acordo com as NR 10 e 35 bem como ferramentas de uso comum e específicas para troca das peças, caminhão e demais equipamentos necessários a realização dos serviços incluindo despesa com deslocamento	300	110,30	33.090,00
Sessenta mil setecentos e noventa reais				60.790,00	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,

aos 15/06/2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5453/2020

Publicação Nº 2523624

DECRETO Nº 5453/20 DE 09 DE JUNHO DE 2020.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 1.178/19 de 09.12.2019 (LDO), 1.179/19 de 09.12.2019 (LOA) e a Lei Federal nº 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo, dentro da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, no valor de R\$ 76.420,80 (Setenta e seis mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos).

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (2172).

Valor R\$ 76.420,80 (Setenta e seis mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos).

Fonte: 01.63 – Transferências de Convênio Estado.

Desdobramento: 1056 – Aquisição de Medicamentos.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, conforme Convênio nº 244/2020 firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Saúde, objetivando aquisição de medicamentos.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 09 de junho de 2020.

RONALDO LUIZ SENGER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA AO EDITAL DO PREGAO PRESENCIAL N° 12020**

Publicação N° 2524280

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO N° 2/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 1/2020

Errata ao Edital do Pregão Presencial n° 1/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. Hari Schmidt, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a ERRATA DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO do Edital de Pregão Presencial n° 1/2020 .

ONDE SE LÊ:

" ...Encerrando-se o prazo para o recebimento da documentação e da proposta comercial no dia 25 de junho de 2020 às 9:00 horas..."

LEIA-SE:

2.0 " ...Encerrando-se o prazo para o recebimento da documentação e da proposta comercial no dia 26 de junho de 2020 às 9:00 horas..."

2.1. Entrega dos envelopes até as 9h do dia 26 de junho de 2020.

2.2. Abertura da sessão pública de pregão às 09h do dia 26 de junho de 2020.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do oeste, com sede na Rua Irmão Ambrósio, n° 120,- Centro, e no site da entidade, www.camarabmjesusdooeste.sc.gov.br.

Demais informações fone (49) 3363-0123

Bom Jesus do Oeste – SC, 15 de junho de 2020.

HARI SCHMIDT

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Bom Retiro

PREFEITURA

51.20 - DEC. ALTERA DECRETO CORONAVIRUS

Publicação Nº 2524478

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 51/20, de 10.06.2020

Altera o Decreto nº 20/2020 que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O Prefeito de Bom Retiro/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 95, inciso X, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual de Santa Catarina nº 630, de 1º de junho de 2020, que altera o Decreto 562, de 2020, que declara Estado de Calamidade Pública em todo território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID – 19, e estabelece outras providências, que retirou o transporte coletivo da relação de atividades suspensas e estabeleceu que a governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus.

CONSIDERANDO a Assembleia Extraordinária realizada na AMURES, em 09/06/2020, para tratar das medidas a serem adotadas no enfrentamento ao coronavírus (COVID -19) e à situação específica dos Municípios da Serra Catarinense;

CONSIDERANDO o disposto nos relatórios da Comissão de Gestão de Crise, composto, também, por servidores da Secretaria de Saúde, dos membros da Vigilância Sanitária Municipal e Local;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 17.950/2020, que incluiu o transporte coletivo urbano e intermunicipal como serviço essencial em Santa Catarina;

CONSIDERANDO a indicação de diretrizes sanitárias apresentadas em 08/06/2020, pelo Governo do Estado de Santa Catarina para enfrentamento a COVID-19, para diversas atividades, incluindo diretrizes sanitárias para guias e excursões.

DECRETA:
(...)

Art. 1º. O art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 20, de 2.020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Fica autorizado, a partir de 10 de junho de 2020, o transporte de pacientes para atender o Programa de Tratamento de Pacientes Fora do Domicílio – TFD; o transporte de turistas e; a partir de 06 de julho, o transporte de alunos para as aulas presenciais de cursos superiores.

§ 1º. Os transportes coletivos a que se refere o caput deste artigo deverá operar atendendo os seguintes critérios:

I – ocupação limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados,

com marcação dos lugares a serem utilizados;

II – utilização de máscaras;

III – disponibilização de álcool em gel;

IV – higienização do veículo antes da saída e na chegada de cada viagem;

V – afixação no veículo de cartaz com dicas de cuidados para utilização do transporte coletivo como: higienizar as mãos antes de embarcar e desembarcar do ônibus; evitar tocar nos olhos, nariz e boca; cobrir o rosto com o antebraço sempre que for espirrar ou tossir; utilizar sempre lenços descartáveis; sempre que possível, deixar as janelas do veículo abertas para circulação de ar;

VI – aferição da temperatura de todos os usuários destes transportes.

§ 2º. Para o transporte coletivo referente ao transporte dos alunos para as aulas presenciais de cursos superiores, fica autorizada a utilização dos veículos da frota municipal, conforme autorizado pelo art. 5º, parágrafo único, da Lei Federal nº 12.816/2013, desde que não haja prejuízo às finalidades de apoio e os veículos estejam ociosos naquele período, apenas para os municípios que dispunham deste programa, já que a ampliação e/ou implementação pode incidir nas condutas vedadas em ano eleitoral.

§ 3º. Para o transporte coletivo referente ao transporte dos pacientes do programa TFD, fica autorizada a utilização dos veículos da frota municipal do transporte escolar, desde que não haja prejuízo às finalidades de apoio e os veículos estejam ociosos, durante o período declarado de emergência em razão da pandemia referente ao coronavírus, após regulamentação da matéria pelo Congresso Nacional.

§ 4º. Os veículos utilizados para o transporte de turistas somente poderão circular dentro da região da AMURES, a partir do local de origem, observado o limite estabelecido no parágrafo primeiro.

§ 5º. Além dos critérios estabelecidos no §1º deste artigo, o transporte de turistas deve atender ainda os seguintes critérios:

I - nos estacionamentos: ajustar a mensagem eletrônica nas cancelas sobre a importância do cuidado e atenção às medidas de saúde para combater a Covid-19;

II - evitar a operação de manobrista nesta fase;

III - disponibilizar máscaras e demais proteções para o atendente do caixa para pagamento de estacionamento e procurar manter somente um operador nesta função;

IV - o acesso do hall de entrada deverá incluir tapete contendo produto desinfetante devidamente registrado na Anvisa;

V - no interior das locadoras e no balcão de atendimento: disponibilizar equipamentos dispensadores de álcool em gel 70% nas formas disponíveis (líquida, gel, spray, espuma ou lenços umedecidos) em locais de fácil acesso e visualização para possibilitar a assepsia dos clientes e colaboradores;

VI - contar com sinalização reforçada com recomendação de cumprimentos e condições de higiene; promover a desinfecção das superfícies onde os clientes e os funcionários tocam frequentemente como puxadores, maçanetas de portas, computadores, banco de espera, banheiros, etc;

VII - Organizar horários de clientes de forma a evitar aglomeração de pessoas e organizar as filas, criando condições de todas as pessoas se manterem 2 metros distantes uma da outra;

VIII - Manter, sempre que possível, portas e janelas abertas para melhorar a circulação do ar, auxiliando na ventilação natural do ambiente;

IX - Orientar todos os funcionários quanto à necessidade e importância do uso de máscaras. Fazer demonstração da correta utilização das mesmas;

X - Estabelecer a higienização das mãos com água e sabonete ou a utilização de álcool a 70% nas formas disponíveis (líquida, gel, spray, espuma ou lenços umedecidos), após o contato com cada cliente;

XI - Realizar a higienização, com pano e álcool etílico hidratado 70% nas formas disponíveis (líquida, gel, spray, espuma ou lenços umedecidos), dos veículos e vans: volante, manopla do câmbio, cintos de segurança, botões do vidro elétrico, maçanetas, chaves e outras peças em que haja contato direto com o condutor e os passageiros. A higienização também deve ser feita em equipamentos adicionais como cadeirinha de bebê e outros. Esses equipamentos deverão contar, ainda, com capa protetora, preferencialmente na cor branca. Os profissionais responsáveis pela higienização deverão usar luvas e máscaras. Todo o material descartável deverá ser acondicionado em dois sacos plásticos sendo enviados para o aterro sanitário ou utilizar serviços de empresas de coleta de resíduos;

XII - Para os clientes que realizarem a locação com a contratação de motorista executivo: determinar aos motoristas a necessidade de portar kit, a ser disponibilizado pela agência, contendo álcool a 70% nas formas disponíveis (líquida, gel, spray, espuma ou lenços umedecidos), lenço de papel para utilização pessoal e dos passageiros (caso solicitem), máscara, e pano para higienização do carro;

XIII - Os motoristas, além de seguir as determinações anteriores, devem orientar que os passageiros mantenham distância de outros passageiros, deixando um assento livre entre si.

(...)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

52.20 - DEC. NOM. LUCIA F. B. M. SCOTTI

Publicação Nº 2524479

DECRETO N.º 52/20 de 15.06.20

Nomeia em Comissão

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear Lucia de Fátima Boeira Machado Scotti, Brasileira, casada, para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação – Nível 37 do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a contar de 15 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
em 15 de junho de 2020.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

Nilton Cesar dos Santos
Sec. Mun. Administração e Fazenda

714.06.20 - P. DES. FERNANDA BATISTI

Publicação Nº 2523986

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 714/20 de 12.06.20

Designa Motorista Socorrista Contratada em Caráter Temporário e Emergencial

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso II da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Fernanda Battisti, para atuar em caráter emergencial, como Motorista Socorrista – Padrão I – Nível 04 - com carga horária de escala de 12 horas ininterruptas por 36 de descanso, na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU, no período de 12 de junho com término no dia 09 de dezembro de 2020. Motivo: em virtude do excepcional interesse público, causado pela pandemia de Covid-19. Obs. Sem Processo Seletivo e conforme Parecer Jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

715.06.20 - P.LIC. MOT. P. FAM. ANTONIO J. ZANELATO

Publicação Nº 2523987

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 715/20 de 12.06.20

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar, na realização de tratamento de saúde, no dia 28 de abril de 2020, ao funcionário Antônio Junior Zanelato, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista, Padrão I – Nível 3, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL	NILTON CESAR DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. Administração e Fazenda

716.06.20 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA E. M. NASCIMENTO

Publicação Nº 2523993

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 716/20 de 12.06.20
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado médico apresentado, 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 08 e 09 de junho de 2020, a funcionária Maria Eduarda Muniz do Nascimento, Ocupante do cargo de Chefe de Serviços, Padrão I – Nível 30, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL	NILTON CESAR DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. Administração e Fazenda

RETIFICAÇÃO CONTRATO 02/2020

Publicação Nº 2524486

AVISO DE ALTERAÇÃO CONTRATO Nº 002/2020

O Município de Bom Retiro TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados a retificação do Contrato Nº 002/2020, o qual foi alterado, e passa a vigorar com nova redação.

ONDE SE LÊ – CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BOM RETIRO, inscrito no CNPJ 82.777.343/0001-21;

LEIA-SE: CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM RETIRO, inscrito no CNPJ 13.697.277/0001-67.

Informamos, ainda, que ficam mantidas as demais condições previstas no Contrato.

Bom Retiro, 15 de junho de 2020.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****EDITAL P.A. Nº 035/2020 - P.P. 29/2020-SRP - ÓLEOS LUBRIFICANTES**

Publicação Nº 2523747

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

Processo Licitatório Nº 035/2020- Pregão Presencial Nº 29/2020 - SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 035/2020 na Modalidade Pregão Presencial Nº 29/2020 - SRP, para AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES DIVERSOS. Recebimento da documentação e propostas: Até as 09:30 Horas do dia 29/06/2020. Abertura da sessão: dia 29/06/2020 às 09:30 horas. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-3200, e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site botuvera.atende.net. Botuverá, 16 de Junho de 2020.

Vilson J. Giancesini
Secretário de Transportes

EDITAL P.A. Nº 037/2020 - P.P. Nº 31/2020-SRP - LÂMINAS DIVERSAS

Publicação Nº 2523752

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

Processo Licitatório Nº 037/2020 - Pregão Presencial Nº 31/2020 - SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 037/2020 na Modalidade Pregão Presencial Nº 31/2020-SRP, para AQUISIÇÃO DE LÂMINAS, CAPAS, DENTES E ACESSÓRIOS DIVERSOS. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 29/06/2020. Abertura da sessão: dia 29/06/2020 às 14:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-3200 e e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site botuvera.atende.net. Botuverá, 16 de Junho de 2020.

Vilson J. Giancesini
Secretário de Transportes

EDITAL P.L. Nº 362020 P.P 302020 SRP AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Publicação Nº 2523895

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2020-PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº30/2020

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS LED, PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO. Recebimento da documentação e propostas: 30/06/2020, até as 09:00 Horas, com a abertura da sessão as 09:30 horas. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-3200 e e-mail licitacao1@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 16 de junho de 2020.

.....
ANGELO LUIZ VENZON
Secretário de Obras e Infraestrutura

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 62/2020

Publicação Nº 2523569

DECRETO Nº. 062/2020.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.380,00 (Dois mil, trezentos e oitenta reais), destinado a suplementar a seguinte modalidade do orçamento vigente:

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

04 – DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 – Manutenção da ETA

(158) – 4.4.90.00.00.00.00 0100 – Aplicações Diretas R\$ 2.380,00

TOTAL R\$ 2.380,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2019 do recurso 0.3.0100 – Recursos Ordinários - Superávit.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 10 de Junho de 2020.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 13/2020

Publicação N° 2524229

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2020

Número do Registro de Preços: 13/2020 Data do Registro: 15/06/2020 Válido até: 15/06/2021

Objeto da Compra: Registro de preços para eventuais serviços de recape, vulcanizo e duplagem de pneus para manutenção dos tratores, caminhões, máquinas, carretas e veículos da Secretaria de Agricultura do Município de Braco do Trombudo/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Vulcanizo de pneus 12,5/60 18 com mancharão (16310)	UND	TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Mão de Obra	0	279,3020	1
2			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	232,1014	2
3			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	242,4706	3
2	Recape Pneu 12,5 / 80 18 (16309)	UND	TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex G2	0	788,0312	1
2			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	828,1961	2
3			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	835,5652	3
3	Vulcanizo pneu 17,5x25 com mancharão (9163)	UND	TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Mão de Obra	0	379,2720	1
2			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	318,4138	2
3			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	370,0000	3
4	Recape de pneu 17x5x25 a quente (23345)	UND	TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex G2	0	1,337,4330	1
2			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	1,749,1537	2
3			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	2,000,0000	3
5	DUPLAGEM DE PNEU 17,5 X 25 (4748)	UND	TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Mão de Obra	0	449,1379	1
2			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Mão de Obra	0	377,8512	2
3			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	430,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 13/2020 Data do Registro: 15/06/2020 Válido até: 15/06/2021

Objeto da Compra: Registro de preços para eventuais serviços de recape, vulcanizo e duplicagem de pneus para manutenção dos tratores, caminhões, máquinas, carretas e veículos da Secretaria de Agricultura do Município de Braco do Trombudo/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Vulcanizo de pneu 1300 x 24 com manchaço (20370)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	329,4313	1
			GRANDIO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	326,2565	2
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Mão de Obra	0	379,4145	3
7	Recape de Pneu 1300x24 a quente (23346)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	1.081,2104	1
			GRANDIO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	1.073,2111	2
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex G2	0	1.193,1578	3
8	DUPLAGEM DE PNEU 1300 X 24 (4746)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Mão de Obra	0	954,5061	1
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Mão de Obra	0	519,1984	2
			GRANDIO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	987,3542	3
9	Vulcanizo de pneus 18x4x30 com manchaço (9156)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	383,9180	1
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Mão de Obra	0	378,2243	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	381,7438	3
10	RECAPE DE PNEU 18 X 4 X 30 - A QUENTE (2659)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	1.745,0620	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	1.749,2562	2
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex G2	0	1.751,7757	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 13/2020 Data do Registro: 15/06/2020 Válido até: 15/06/2021

Objeto da Compra: Registro de preços para eventuais serviços de recape, vulcanizo e duplicagem de pneus para manutenção dos tratores, caminhões, máquinas, carretas e veículos da Secretaria de Agricultura do Município de Braco do Trombudo/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Vulcanizo de pneus 12.4x24 com Manchão. (11342)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	283.6645	1
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Mão de Obra	0	279.2381	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	284.9593	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	300.0000	4
12	Recape de pneu 12.4x24 - a quente (11341)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	803.7161	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	804.3206	2
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex G2	0	807.7959	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	850.0000	4
13	RECAPE DE PNEU 1400 X 24 - A QUENTE (2655)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	1.154.7179	1
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	1.151.8076	2
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex G2	0	1.258.7566	3
14	DUPLAGEM DE PNEU 1400 X 24 (4747)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Mão de Obra	0	726.5641	1
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Mão de Obra	0	519.4868	2
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	735.3848	3
15	Vulcanizo tip top nº 05 para uso interno no pneu (9164)	UND	TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	VF05 Vulcanflex	0	9.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 13/2020 Data do Registro: 15/06/2020 Válido até: 15/06/2021

Objeto da Compra: Registro de preços para eventuais serviços de recape, vulcanizo e duplicagem de pneus para manutenção dos tratores, caminhões, máquinas, carretas e veículos da Secretaria de Agricultura do Município de Braço do Trombudo/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	9.3333	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbermew	0	27.0000	3
16	Vulcanizo tip top nº 10 para uso interno no pneu (9166)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	68.8333	1
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9983)	VF10 Vulcarflex	0	69.0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbermew	0	130.0000	3
17	Vulcanizo tip top nº 08 para uso interno no pneu (9167)	UND	TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9983)	VF08 Vulcarflex	0	39.9333	1
			GRANDI PNEUS LTDA (8656)	RUIZI	0	39.9667	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbermew	0	65.0000	3
18	Vulcanizo tip top nº 09 para uso interno no pneu (9168)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	46.5000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbermew	0	46.6667	2
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9983)	VF09 Vulcarflex	0	50.0000	3
19	Vulcanizo tip top nº 07 para uso interno no pneu (9166)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbermew	0	28.9714	1
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9983)	VF07 Vulcarflex	0	29.0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	29.8571	3
20	Vulcanizo tip top nº 06 para uso interno no pneu (9165)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbermew	0	18.4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 13/2020		Data do Registro: 15/06/2020		Válido até: 15/06/2021			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventuais serviços de recape, vulcanizo e duplicagem de pneus para manutenção dos tratores, caminhões, máquinas, carretas e veículos da Secretaria de Agricultura do Município de Braço do Trombudo/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Recape de pneu 19.5x24 - a quente. (11338)	UND	TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	VF06 Vulcatiflex	0	18.5000	2
			RB RECAPAGENS BILUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	19.5000	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	1.339.3333	1
22	Recape Pneu 11 L 16 TL F3 a quente (16311)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	1.339.6333	2
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex G2	0	1.339.8667	3
			RB RECAPAGENS BILUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	444.0000	1
23	Recape pneu 750x16 - a quente. (11340)	UND	TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex BDT1	0	249.2500	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	249.3750	2
			RB RECAPAGENS BILUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	405.0000	3
24	Recape de pneus 750x16 agrícola a quente. (11343)	UND	TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex BDT1	0	249.2500	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	249.3750	2
			RB RECAPAGENS BILUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	405.0000	3
25	RECAPE DE PNEU 14.9 X 28 A QUENTE (7286)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	1.192.5000	1
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex R1	0	1.193.7500	2
			RB RECAPAGENS BILUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	1.197.5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 13/2020 **Data do Registro: 15/06/2020** **Válido até: 15/06/2021**

Objeto da Compra: Registro de preços para eventuais serviços de recape, vulcanizo e duplagem de pneus para manutenção dos tratores, caminhões, máquinas, carretas e veículos da Secretaria de Agricultura do Município de Braco do Trombudo/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Recape de pneu 21.5/25 (26831)	UND	RB RECAP AGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	2.988.0000	1
27	Recape de pneu 1000x20 radial, borrachudo, a frio especial para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9170)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbermew	0	2.988.3333	2
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	499.6667	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbermew	0	499.9333	2
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex B XO	0	500.0000	3
28	Recape de pneu 900x20 radial, borrachudo, a frio especial, para pedra com no mínimo 17 mm de espessura de borracha (23347)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbermew	0	496.6667	1
			TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (9993)	Borex B XO	0	497.3333	2
			RB RECAP AGENS BLUMENAU LTDA (8792)	Vipal	0	498.6667	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 13/2020		Data do Registro: 15/06/2020		Válido até: 15/06/2021			
Objeto da Compra:		Registro de preços para eventuais serviços de recape, vulcanizo e duplicagem de pneus para manutenção dos tratores, caminhões, máquinas, carretas e veículos da Secretaria de Agricultura do Município de Braco do Trombudo/SC					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUIZ	0	560.0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 13/2020		Data do Registro: 15/06/2020		Válido até: 15/06/2021			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventuais serviços de recape, vulcanizo e duplagem de pneus para manutenção dos tratores, caminhões, máquinas, carretas e veículos da Secretaria de Agricultura do Município de Braço do Trombudo/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2020

PROCESSO Nº 21/2020

(8656) - GRANDO PNEUS LTDA

(8792) - RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA

(8954) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

(9993) - TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA

Braço do Trombudo, 15 de Junho de 2020.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001-2020 -FMS

Publicação Nº 2524289

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001-2020 -FMS

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 001-2020 em 15/01/2020 - OBJETO aquisição de equipamentos de proteção individual R\$3.384.000,00- ORIGEM: Pregão nº 002/2020 SIGNATÁRIO: Humberto Martins Fornari.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022-2020

Publicação Nº 2524286

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022-2020

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 022-2020 em 15/06/2020 - OBJETO aquisição de EPI'S E EPC'S R\$254.494,70 - ORIGEM: Pregão nº 139/2019 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0382020

Publicação Nº 2524310

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 038/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2020

CONSIDERANDO que a Administração tem o dever de divulgar todos os seus atos, assim como as dúvidas de quaisquer interessados na execução do objeto, o que se faz em observância aos princípios da isonomia e publicidade (art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei 8.666/93); torna-se público, através desse termo que: - quando ser falar em prazo de vigência de 12 meses, leia-se 60 meses. - fica excluída a (s) cláusula (s) que permitem a prorrogação do contrato. Esclarecimentos e informações poderão ser realizadas junto Secretaria de Orçamento e Gestão (Departamento de Compras e Licitações), sito a Praça das Bandeiras, nº. 77, Brusque (Santa Catarina), das 12:00h às 18:00h, pelo telefone (47) 3251-1833/1870. Publique-se no Diário Oficial dos Municípios. Brusque (SC), 15 de maio de 2020. CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Diretora de Licitações e Contratos

PORTARIA Nº 1299-2020

Publicação Nº 2524317

PORTARIA Nº 1299/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora LUCIA PEREIRA DAMASCENA RODRIGUES, matrícula nº 678350-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Turismo, entre os dias 13/06/2020 a 31/07/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/06/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Sérgio Higino Kunitz
Secretaria Municipal de Turismo
Designado Responsável

PORTARIA Nº 1313-2020

Publicação Nº 2524319

PORTARIA Nº 1313/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora NOEMI ANTUNES DA ROSA, matrícula nº 722766-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar consultório Odontológico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 05/06/2020.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de junho de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1317-2020

Publicação Nº 2524323

PORTARIA Nº 1320/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pelo servidor NESTOR DANIEL HUACO PALOMINO, matrícula nº 1024604-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Especialista, lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 12/06/2020 a 14/07/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 12/06/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1320-2020

Publicação Nº 2524326

PORTARIA Nº 1320/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pelo servidor NESTOR DANIEL HUACO PALOMINO, matrícula nº 1024604-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Especialista, lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 12/06/2020 a 14/07/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 12/06/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1321-2020

Publicação Nº 2524641

Portaria nº 1321/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ELIANA JESKE MAURICI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 18/05/2020 a 16/06/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 06/05/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 18/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1322-2020

Publicação Nº 2524642

Portaria nº 1322/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ROSNEI HOFFMANN SCHERER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Desportivo, lotado(a) na Fundação Municipal de Esporte, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 16/06/2020 a 15/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 16/03/2013.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 e Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

EDSON GARCIA
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1323-2020

Publicação Nº 2524643

Portaria nº 1323/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4299604	1	JESSICA TELLES CARDOSO	Secretaria de Saúde	17/06/2020	01/07/2020	15
365157	5	LUCIANE HOCHSPRUNG TARTER	Secretaria de Saúde	17/06/2020	01/07/2020	15
462039	6	MARINA RICARDO	Secretaria de Saúde	17/06/2020	26/06/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1324-2020

Publicação N° 2524644

Portaria nº 1324/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) FERNANDA SCHUTZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 17/06/2020 a 16/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1325-2020

Publicação N° 2524645

PORTARIA Nº 1325/2020

A Diretora de Recursos Humanos, designada através da Portaria nº 11.847/2017 para responder pelo Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Retificar parcialmente a Portaria 1146/2020 que concedeu férias a servidores lotados na Secretaria de Saúde.

Onde se lê:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
847550	2	EDISON LUIZ ESTEVÃO FILHO	Secretaria de Saúde	01/06/2020	30/06/2020	30

Leia-se:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
847550	2	EDISON LUIZ ESTEVÃO FILHO	Secretaria de Saúde	01/06/2020	10/06/2020	10

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 166/2020-SAMAE

Publicação Nº 2524299

PORTARIA Nº 166/2020

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 211, parágrafo único da Lei Complementar 147/2009,e

Considerando o decurso de tempo no tocante às diligências pertinentes, no intuito de garantir e assegurar informações corretas;

Considerando a observância, no que diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo;

RESOLVE:

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias o procedimento da Comissão Processante designada pela Portaria nº 231/2018;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 08 de Junho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026-2020 ADENDO-SAMAE

Publicação Nº 2524290

ADENDO 01
PROCESSO LICITATÓRIO 026/2020
MODALIDADE DE CREDENCIAMENTO

Visando garantir a isonomia entre participantes e aumentar a competitividade

Em relação ao instrumento convocatório do Processo Licitatório supra mencionado, no item 7 - DA DOCUMENTAÇÃO.

Favor desconsiderar a exigência do item 7.1.5:

"7.1.5 – Original cópia autenticada do Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede ou ao domicílio do Leiloeiro Oficial, pertinente ao seu ramo de atividade."

Publique-se

Brusque, 15 de junho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Caibi**PREFEITURA****98/2020**

Publicação Nº 2523623

DECRETO Nº. 098/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2578/2019, de 23 de dezembro de 2019, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 924,88 (novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2020, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I**ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****UNIDADE 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****082440006.1.037 – AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS – ASSISTÊNCIA SOCIAL****4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas****(73) Fonte: 1035 FNAS / IGD BF R\$ 924,88**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 da fonte 1035 FNAS / IGD BF no valor de R\$ 924,88.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de junho de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

EDUARDO GASPARIN

Diretor de Administração e Planejamento

99/2020

Publicação Nº 2523750

DECRETO Nº. 099/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2578/2019, de 23 de dezembro de 2019, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.955,12 (quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2020, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I**ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****UNIDADE 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****082440006.1.037 – AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS – ASSISTÊNCIA SOCIAL****4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas****(1254) Fonte: 3035 Superávit FNAS / IGD BF R\$ 2.340,69****4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas****(1255) Fonte: 3135 Superávit FNAS / IGD SUAS R\$ 2.614,43**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2019 das fontes de recursos 3035 Superávit FNAS / IGD BF no valor de R\$ 2.340,69 e 3135 Superávit FNAS / IGD SUAS no valor de R\$ 2.614,43, totalizando o valor de R\$ 4.955,12.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de junho de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

EDUARDO GASPARIN
Diretor de Administração e Planejamento

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 005/2020

Publicação N° 2524033

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório N° 044/2020 na modalidade Tomada de Preço N° 005/2020, do tipo Menor Preço-Global que tem por objeto Contratação de empresa para execução de rotatórias de 03, 05 e 07 metros de diâmetro nas ruas do município de Caibi – SC. Poderão participar do certame empresas devidamente cadastradas e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo Certificado no Registro Cadastral, obtido até o terceiro dia anterior á data do recebimento das propostas. Os envelopes contendo a documentação e as propostas serão recebidos pelo Departamento de Compras e Licitações, em sua sala, na sede do Município de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro – Caibi - SC, CEP 89.888-000, até às 14:15 horas do dia 01 de Julho de 2020, iniciando-se os procedimentos de abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e julgamento das propostas às 14:30 horas no mesmo dia e local. O inteiro teor deste Ato Convocatório está a disposição dos interessados no Site da Prefeitura www.caibi.sc.gov.br e no Departamento de Licitações conforme endereço acima descrito ou maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49)3648-0211. Caibi –SC 15 de Junho de 2020. Elói José Libano, Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 100/2020

Publicação Nº 2523931

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI****DECRETO Nº 100/2020, de 15 de junho de 2020.**

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 237/2019 do objeto do Processo Licitatório de Nº 041/2020 na Modalidade Pregão Presencial Nº 021/2020 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira DANDARA JEANE GALLON designada pelo Decreto Nº 237/2019, sobre o Processo Licitatório Nº 041/2020, na Modalidade Pregão Presencial Nº 021/2020 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO CAIBI –SC.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor dos proponentes abaixo relacionados, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente	Item	Unid	Quant	Produto	VI Unit.	VI Item	Total
ROSILEI GUGEL FICAGNA MEI	1	Hrs	400	Serviços de Assessoria Pedagógica para a Secretaria de Educação do Município Caibi –SC,	30,00	12.000,00	

Total do proponente vencedor:

Proponente	Valor Total
ROSILEI GUGEL FICAGNA MEI	12.000,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 15 de junho de 2020.

Elói José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Eduardo Gasparin
Secretário Substituto de Administração e Planejamento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>

ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020

Publicação Nº 2523564

ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020**ONDE – SE LÊ**

Processo Licitatório nº 039/2020. Modalidade Pregão Presencial RP nº 020/2020 Objeto: Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos em Geral de Manutenção Preventiva e Corretiva da Frota de Máquinas, Equipamentos, Caminhões e Ônibus do Município de Caibi –SC, com vigência até 03/06/2021. Órgão gerenciador: MUNICIPIO DE CAIBI. Conforme segue:

ITEM	UNID	QUANT ESTI-MADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
4	Hrs	500	Mão de Obra – Hora/Homem • RETROESCAVADEIRA CASE 2006 /580 L • RETROESCAVADEIRA TURBO RANDON 2013 RD 406 • RETROESCAVADEIRA 2013 CATERPILLAR 416 • RETROESCAVADEIRA ANO 2017 JCB	100,00	50.000,00

LEIA – SE

Processo Licitatório nº 039/2020. Modalidade Pregão Presencial RP nº 020/2020 Objeto: Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos em Geral de Manutenção Preventiva e Corretiva da Frota de Máquinas, Equipamentos, Caminhões e Ônibus do Município de Caibi –SC, com vigência até 03/06/2021. Órgão gerenciador: MUNICIPIO DE CAIBI. Conforme segue:

ITEM	UNID	QUANT ESTI-MADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
4	Hrs	500	Mão de Obra – Hora/Homem • RETROESCAVADEIRA CASE 2006 /580 L • RETROESCAVADEIRA TURBO RANDON 2013 RD 406 • RETROESCAVADEIRA 2013 CATERPILLAR 416 • RETROESCAVADEIRA ANO 2017 JCB. MINICARREGADEIRA NEW HOLLAND L220	100,00	50.000,00

LEI COMPLEMENTAR Nº062

Publicação Nº 2524391

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI****LEI COMPLEMENTAR Nº 062/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020**

Institui o Código Sanitário do Município de Caibi, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o Código Sanitário de Caibi-SC, que estabelece às normas de vigilância em Saúde.

Art. 2º - Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividade no Município de, está sujeita as determinações da presente Lei, bem como as das resoluções, normas e instruções dela advindas.

Parágrafo Único – Para efeito desta Lei e dos regulamentos, normas técnicas e instruções dela advindas, o termo pessoa abrange a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, e a expressão autoridade de saúde engloba todo agente público designado para exercer funções a prevenção e repressão relativamente a saúde pública, nos termos da legislação federal, estadual e municipal vigente.

**CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES**

Art. 3º - Para os efeitos deste código considerar-se-ão as seguintes convenções, siglas e definições básicas:

I - ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

II - ADITIVO: Substância adicionada aos produtos de interesse à saúde com a finalidade de impedir alterações, manter, conferir ou intensificar seu aroma, cor e sabor, modificar ou manter seu estado físico e geral e suas outras propriedades ou exercer qualquer ação exigida à tecnologia do produto;

III - AGROTÓXICOS: São os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecos sistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e os produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;

IV - ÁGUA POTÁVEL: Aquela que atende aos padrões de potabilidade e cuja qualidade torna-a adequada ao consumo humano;

V - ALIMENTO DE FANTASIA OU ARTIFICIAL: Todo alimento preparado com objetivo de imitar alimento natural e em cuja composição, entre, preponderantemente, substância não encontrada no alimento a ser imitado;

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

VI - ALIMENTO "IN NATURA": Todo alimento de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato se exija apenas a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação;

VII- ALIMENTO: Toda substância, composto ou mistura química de origem animal, vegetal ou mineral, no estado sólido, líquido, pastoso, ou qualquer outra forma adequada, destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e desenvolvimento;

VIII - ALIMENTO DIETÉTICO: Todos os alimentos e bebidas especialmente elaborados e formulados quer pela escolha adequada de seus ingredientes, quer pela substituição, adição ou supressão total de um ou mais de seus componentes, de forma que sua composição atenda às necessidades dietéticas especificadas, de pessoas com exigências metabólicas, fisiológicas ou físicas particulares;

IX- AMBIENTE: Conjunto de condições, leis naturais, influências e interações de ordem física, química ou biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, contextualização social e historicamente;

X - ANÁLISE DE CONTROLE: Análise que é efetuada após o registro do produto quando de sua entrega ao consumo, e que servirá para comprovar a sua conformidade com o respectivo padrão de identidade e qualidade, com as normas técnicas especiais, com o relatório e o modelo do rótulo anexados ao requerimento que deu origem ao registro;

XI - ANÁLISE FISCAL: Análise laboratorial efetuada sobre os produtos submetidos ao sistema instituído por este código, em caráter de rotina, que servirá para verificar a sua conformidade com os dispositivos legais vigentes e suas normas técnicas especiais, para apuração de infrações ou verificação de ocorrência fortuita ou intencional;

XII - ANÁLISE PRÉVIA: A efetuada em determinadas substâncias e produtos de interesse da saúde, a fim de ser verificado se os mesmos podem ser objeto de registro;

XIII - ANIMAIS SINANTRÓPICOS: São animais que convivem com o homem em sua morada ou arredores, que lhe trazem incômodos ou prejuízos e riscos à saúde pública;

XIV- ANTROPOZOONOSE – Infecção ou doença infecciosa transmissível em condições naturais, de animais para o homem;

XV -ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: Conjunto de atividades de pesquisa, produção, controle, distribuição, armazenamento, dispensação e outras relacionadas a fármacos, insumos, medicamentos e correlatos, destinadas à promoção, proteção, manutenção e recuperação da saúde, em nível individual ou coletivo;

XVI - AUTORIDADE COMPETENTE DE VIGILÂNCIA A SAÚDE: O funcionário legalmente autorizado do órgão competente da Secretaria Municipal de Saúde ou dos demais órgãos competentes federais e estaduais;

XVII - BULA: É o impresso que acompanha o produto, contendo a identificação do mesmo, dizeres legais, informações ao médico e ao paciente;

XVIII - CONSERVANTE: Substância, composto ou mistura química aditiva, que impede ou retarda a alteração dos produtos, provocadas por microorganismos ou enzimas;

XIX - CONTAMINAÇÃO: Presença de partículas ou substâncias estranhas e indesejáveis, que podem causar alteração física, química ou biológica no ambiente e nas substâncias e produtos de interesses da saúde;

XX - CONTAMINANTE: Toda substância residual ou migrada presente no produto, em decorrência dos tratamentos prévios, a que tenham sido submetidos a matéria-prima, e do contato do produto com artigos e utensílios empregados nas suas diversas fases de fabricação, manipulação, transporte ou venda;

XXI - CORRELATO: Produto, dispositivo ou acessório, não enquadrado em outros conceitos, cujo uso ou aplicação, de interesse à saúde, esteja ligado à defesa ou proteção da saúde individual ou coletiva, ou para fins diagnósticos e analíticos;

XXII - CRITÉRIO DE SAÚDE: Conjunto de dados sobre as relações, exposições e efeitos na

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

saúde, utilizados para estabelecimentos de norma, nas quais se embasarão as decisões e ações de vigilância à saúde;

XXIII- CRITÉRIO DA AUTORIDADE DE VIGILÂNCIA: Parecer baseado em parâmetros estabelecidos neste código, normas técnicas especiais, legislação vigente ou em parâmetros de conhecimento técnico internacionalmente reconhecido;

XXIV- DESINFECÇÃO – destruição de agentes infecciosos fora do organismo, mediante a aplicação direta de meios físicos ou químicos;

XXV – DOENÇA DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA – Aquela cuja ocorrência requer ações preventivas imediatas para evitar sua difusão;

XXVI - DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTO: Unidade de prestação de serviço integrada ao sistema único de saúde, destinada ao fornecimento de medicamentos industrializados, privativa de pequena unidade hospitalar ou equivalente, participante do sistema de vigilância farmacológica;

XXVII - DISTRIBUIDOR, REPRESENTANTE, IMPORTADOR E EXPORTADOR: Empresa ou estabelecimento que exerça direta ou indiretamente o comércio atacadista de drogas, medicamentos, insumos, correlatos, produtos biológicos, dietéticos, alimentos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e saneantes domissanitários em suas embalagens originais ou não;

XXVIII - DROGA: Substância que tem finalidade medicamentosa e sanitária;

XXIX - DROGARIA: Estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais;

XXX - EDIFICAÇÃO: Construção destinada à abrigar atividade humana, qualquer instalação, equipamento ou material;

XXXI - EMBALAGEM: Invólucro, recipiente, ou qualquer forma de acondicionamento removível ou não destinado a cobrir empacotar, envasar, proteger ou manter os produtos de que trata este regulamento;

XXXII - EMPRESA: Entidade jurídica de direito público ou privado, que exerça como atividade principal ou subsidiária o comércio, importação, exportação, industrialização de produtos de interesse à saúde e a prestação de serviços;

XXXIII - ERVANARIA: Unidade de prestação de serviço integrada ao sistema único de saúde destinada a funcionamento, manipulação e dispensação de plantas medicinais, obedecida a classificação botânica;

XXXIV - ESTABELECIMENTO: Local ou unidade da empresa onde se produza, manipule, beneficie, rebeneficie, extraia, transforme, prepare, sintetize, purifique, fracione, embale, reembale, comercialize, importe, exporte, armazene, expede, dispense, deposite para venda, distribua, ou venda, substâncias e produtos de interesse à saúde, utensílios e equipamentos destinados a entrar em contato com os mesmos, ou prestação de serviços de interesse à saúde ou aqueles que se dedicam a promoção, proteção preservação e recuperação da saúde; estâncias hidrominerais, balneários, termais, climáticas, de repouso e congêneres; ou que explorem atividades comerciais varejistas e atacadistas, industriais, filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas ou auxiliares relacionadas com a saúde;

XXXV - EXPOSIÇÃO: A quantidade do agente ambiental que tem alcançado o indivíduo ou que tenha sido absorvida pelo indivíduo;

XXXVI - FABRICAÇÃO: Todas as operações que se fizer necessárias para obtenção dos produtos abrangidos por este código;

XXXVII - FARMÁCIA: Estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

XXXVIII - FISCALIZAÇÃO: Atividade de poder de polícia, desempenhada pelo poder público pelas autoridades de vigilância à saúde em ambientes, incluindo o de trabalho, substâncias

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

e produtos, procedimentos e técnicas, sujeitos a este código, com o objetivo de cumprir ou fazer cumprir as determinações estabelecidas no código de saúde do município;

XXXIX - FITOTERÁPICO : Produto obtido exclusivamente do reino vegetal com finalidade terapêutica, que não sofreu acréscimo de aditivos de qualquer natureza e que tenha sido submetido a qualquer processo de esterilização;

XL - FONTE POLUIDORA: Toda atividade, processo, operação maquinaria, equipamento ou dispositivo fixo ou móvel que potencialmente causa ou possa causar emissão ou lançamento de poluentes ou qualquer outra espécie de degradação ambiental nociva e/ou ofensivo à saúde e ao ambiente;

XLI - FOSSA SÉPTICA: Câmaras convenientemente isoladas, onde são dispostos dejetos, para sua decantação decomposição e mineralização;

XLII – ILUMINAÇÃO ZENITAL – aquela obtida através da parte superior de um compartimento, por meio de lanternins, clarabóia ou telhado translúcido;

XLIII - INGREDIENTES: Todo componente que entra na composição e/ou elaboração de um produto;

XLIV - INSPEÇÃO: Atividade de vigilância desempenhada pelo poder público através das autoridades de vigilância à saúde em ambientes, produtos, procedimentos, métodos ou técnicas, sujeitas a este código, com o objetivo de averiguar o seu cumprimento ou levantar evidências relativas ao cumprimento ou sua falta, e as determinações estabelecidas na legislação em vigor;

XLV - INSUMO: Droga ou matéria prima aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada ao emprego em produtos de interesse à saúde;

XLVI - LABORATÓRIO OFICIAL: órgão técnico específico da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgãos congêneres federal, estadual e outros credenciados;

XLVII - LOCAL DE TRABALHO: Local onde se desenvolvem atividades laborativas em que a força de trabalho e o capital se transformem em produtos e serviços, compreendendo comércio, indústria, atividades extrativas, agropecuária, prestadora de serviços e outras, de caráter público ou privado;

XLVIII - LOTE OU PARTIDA: Quantidade de um medicamento ou produto que se produz em um ciclo de fabricação, cuja característica essencial é a homogeneidade;

XLIX - LUX: Medida de intensidade de luz;

L- MATÉRIA-PRIMA: Substância, composto ou mistura química ativa ou inativa natural ou artificial que se emprega na fabricação dos produtos abrangidos por este código, tanto a que permanece inalterada quanto a passível de modificação;

LI - MEDICAMENTO: Toda substância, composta ou química fabricada, exposta ou entregue ao consumo para:

- a) - O tratamento, o alívio, a prevenção, ou o diagnóstico de uma enfermidade, de um estado biopsíquico anormal, ou de seus sintomas no homem ou animal;
- b) - O restabelecimento, a correção, ou modificação de disfunções orgânicas no homem ou animal;

LII - MEDICAMENTO HOMEOPÁTICO: É o produto farmacêutico elaborado segundo técnica homeopática, com finalidade curativa, profilática ou paliativa, e caracterizado pelo homeopático da substância que lhe deu origem seguido da potência;

LIII - MEDICAMENTO MAGISTRAL: Medicamento para uso individual, preparado na farmácia, segundo a arte farmacotécnica, atendendo prescrição de profissional legalmente habilitado, que estabelece sua composição, forma e posologia;

LIV - MEDICAMENTO OFICIAL OU FARMACOPÉTICO: Medicamento inscrito na farmacopéia brasileira ou compêndios a formulários reconhecidos pelo Ministério da Saúde e Secretaria Municipal da Saúde de fórmula declarada, identificado com nome genérico oficial preparado em farmácia ou laboratório farmacêutico;

LV - MEDIDA CAUTELAR: Ato praticado pela autoridade de vigilância à saúde visando a prevenir, conservar ou defender interesse da saúde pública, em face de fato de gravidade

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

ou motivo justo que o autorize;

LVI - MONITORAMENTO: É o acompanhamento e a verificação contínua que o processamento e as operações no ponto crítico de controle estão sendo adequadamente realizados;

LVII - NEXO CAUSAL: Relação entre um ou vários fatores de risco como causa e determinado efeito no organismo humano;

LVIII - NOTIFICAÇÃO: Formalização do ato de dar ciência, de dar conhecimento à pessoa, de que a autoridade em vigilância à saúde lavrou auto de infração contra a mesma;

LIX- NUTRIENTE: Substância constituinte dos alimentos de valor nutricional, incluindo proteínas, gorduras, hidratos de carbono, água, elementos minerais e vitaminas;

LX - ÓRGÃO COMPETENTE Órgão específico da Secretaria Municipal de Saúde, órgãos federais, estaduais e congêneres credenciados;

LXI- PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE: O estabelecido pelo órgão competente dispondo sobre a denominação, definição e composição de alimento, matérias-primas alimentares, alimentos "in natura" e aditivos, fixando requisitos de higiene, normas de vazamento e rotulagem, métodos de amostragem e análise;

LXII - PADRÃO DE POTABILIDADE: É o conjunto de parâmetros e respectivos limites, que podem ser tolerados nas águas destinadas ao consumo humano;

LXIII - PESSOA – Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

LXIV - POLUIÇÃO DO AMBIENTE: Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente, que possa importar em prejuízo à saúde e à segurança da população;

LXV - PROCEDÊNCIA: Lugar de produção ou industrialização do produto;

LXVI - PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE: São produtos de interesse à saúde os alimentos, gêneros alimentícios, aditivos para alimentos, águas envasadas, bebidas, medicamentos, drogas, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, seus correlatos, saneantes domissanitários, seus insumos e embalagens, bem como demais produtos que interessem à saúde pública, utensílios e equipamentos com os quais entrem em contato;

LXVII - PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO: Profissional habilitado e responsável oficialmente perante a autoridade de vigilância à saúde, por atividade sujeita ao controle do serviço municipal de vigilância à saúde;

LXVIII - PROFILAXIA – Atividade de natureza comunitária ou individual, destinada a prevenir a ocorrência de doenças;

LXIX - QUIMIOPROLAXIA – Administração de uma substância química, inclusive antibióticos, para prevenir uma infecção ou sua evolução para forma ativa e manifestação da doença;

LXX - REAÇÃO ADVERSA: É todo efeito prejudicial, indesejável ou imprevisível, que aparece com as doses normalmente utilizadas no homem e resultante de uma droga avaliada legalmente, mas capaz de levar a admissão hospitalar do paciente ou requerer a alteração significativa no planejamento estratégico do tratamento;

LXXI- RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Consiste no reaproveitamento dos resíduos sólidos independente de sua origem, o qual após ter sofrido alguma transformação possa ser utilizado sob nova forma;

LXXII - REGISTRO DE PRODUTO: Ato privado do órgão competente, destinados a comprovar o direito de fabricação de produtos de interesse à saúde sujeitos à fiscalização e ação da vigilância à saúde;

LXXIII - RESÍDUOS INFECTANTES: Resíduos sólidos contendo agentes patogênicos que, por suas características de maior concentração, que lhe conferem capacidade de transmitir doenças infecto-contagiosas em grau superior ao proporcionado pelos resíduos domésticos, provenientes de locais de isolamentos, resíduos biológicos, sangue humano e hemoderivados, resíduos cirúrgicos e anátomos patológicos, resíduo perfuro cortante e o animal contaminado;

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000

<http://www.caibi.sc.gov.br>

administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

LXXIV - RÓTULO: Identificação impressa ou litografada bem como, dizeres pintados ou gravados a fogo, por pressão ou declaração, aplicada sobre o recipiente, vasilhame, envoltório, cartucho ou qualquer outro tipo de embalagem do produto ou sobre o que acompanha o continente;

LXXV - SANEAMENTO AMBIENTAL: É o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeito deletério sobre seu bem estar físico, mental ou social;

LXXVI - SANEANTES DOMISSANITARIOS: Substância de preparação destinada à higienização, desinfecção, desinsetização e desratização em ambientes coletivos ou públicos em lugares de uso comum e no tratamento da água, compreendendo:

a) - inseticida: destinado ao combate, à prevenção ao controle dos insetos em habitações, recintos e lugares de uso público e suas cercanias;

b) - raticida: destinado ao combate de ratos, camundongos e outros roedores, em domicílios, embarcações, recintos e lugares de uso público, contendo substâncias ativas, isoladas ou em associações, que não ofereçam risco à vida ou à saúde do homem e dos animais úteis de sangue quente, quando aplicado em conformidade com as recomendações contidas em sua apresentação;

c) - desinfetante: destinado a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microorganismos, quando aplicado em objetos, inanimados ou ambientes;

d) - detergentes: destinado a dissolver gorduras, a higienizar recipientes, vasilhas e ambientes, de uso domésticos.

LXXVII - SUS: Sistema Único de Saúde, conforme estabelecido pelas constituições federal e estadual e regulamento através da Lei Federal nº 8.080 de 19/09/90;

LXXVIII - TRANSPORTADORA: Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado que exerça a atividade de transporte de substâncias e produtos, sujeitos à vigilância à saúde;

LXXIX - VISTORIA: Inspeção efetuada pela autoridade de vigilância à saúde com o objetivo de verificar as condições explicitadas na legislação em vigor;

LXXX - ZOONOSE: Infecção ou doença infecciosa transmissível em condições naturais, entre os animais vertebrados e o homem;

Art. 4º - As definições apresentadas no artigo anterior tem por finalidade explicar e facilitar a compreensão do texto legal, não esgotando os conceitos respectivos, nem afastando outras definições legais ou científicas aplicáveis.

Art. 5º - A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se, ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

Art. 6º - A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pelas autoridades de saúde, bem como outra providência delimitada pela autoridade de saúde, com fundamento na legislação em vigor.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância em Saúde, abordará as ações em Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e Vigilância em Saúde do Trabalhador, possibilitando integração entre ambas.

COMPETÊNCIAS, CAMPO DE ATUAÇÃO E METODOLOGIA.

Art. 8º - Os técnicos e fiscais efetivos/designados de vigilância Sanitários

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

lotados na Secretaria Municipal de Saúde Pública, devidamente capacitados e credenciados pela Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, têm competência no âmbito de suas atribuições, para exercerem as funções de vigilância e fiscalização sanitária.

Art. 9º - As autoridades municipais de vigilância em saúde, através de suas atribuições, são competentes para fazer cumprir este código, suas normas técnicas e a legislação vigente, tendo autonomia para expedir autos de intimação, infração e impor penalidades com o objetivo de prevenir e reprimir as ações ou omissões que comprometam a saúde pública.

Art. 10 – Os profissionais nomeados, concursados ou designados e credenciados em efetivo serviço em vigilância sanitária farão jus à bonificação de produtividade mensal, nos termos do regulamento específico ou da presente lei.

Art. 11 – Nenhuma autoridade sanitária poderá exercer as atribuições do seu cargo sem possuir a credencial de identificação fiscal, fornecida pela Diretoria de Vigilância Estadual.

§1.º - Fica proibida a outorga de credencial de identificação fiscal a quem não esteja autorizado, sob pena de responsabilidade administrativa.

§2.º - A credencial a que se refere o caput deste artigo deverá ser devolvida à chefia imediata, sob pena de responsabilidade funcional, nos casos de provimento em outro cargo, emprego ou função pública, em caráter permanente, com atribuições estranhas às áreas definidas no parágrafo anterior, ou em caso de exoneração, demissão, aposentadoria, licenciamentos com prazo superior a 90 (noventa) dias e de suspensão do exercício do cargo.

Art. 12 – A autoridade sanitária somente poderá realizar inspeção, fiscalização ou autuação se detiver capacitação técnica, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 13 - Os estabelecimentos quando inspecionados pela autoridade sanitária, poderão ser fotografados ou filmados como subsídio para elaboração de relatórios técnicos.

Art. 14 - A vigilância em saúde deve organizar serviços de captação de reclamações e denúncias, preservando o sigilo quanto à identificação do denunciante.

**CAPITULO II
DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Art. 15 - As ações de vigilância sanitária são privativas do órgão de Vigilância Sanitária, indelegáveis, intransferíveis a outro, mesmo que da administração direta.

Art. 16 - O órgão competente de vigilância sanitária da Secretaria Municipal de Saúde exercerá o controle e a fiscalização da manipulação, armazenamento, transporte, distribuição, comércio, dispensação e uso de:

- I - drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, produtos biológicos, dietéticos e nutrientes;
- II - cosméticos, produtos de higiene, perfumaria e correlatos;
- III - saneantes domissanitários, compreendendo inseticidas, raticidas, defensivos agrícolas,

Rua dos Imigrantes N°. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

desinfetantes e congêneres;

IV - alimento, matéria prima alimentar, alimento enriquecido, alimento dietético, alimento de fantasia e artificial, alimentos irradiados, aditivos e produto alimentício;

V - água para o consumo humano;

VI - outros produtos ou substâncias que interessem à saúde da população.

Art. 17 - De igual modo, a autoridade sanitária fiscalizará os dizeres dos rótulos, prospectos e embalagens dos produtos citados no artigo anterior, bem como os dizeres de propaganda, qualquer que seja o meio de divulgação.

Art. 18 - O controle e a fiscalização de que trata esta lei, quando couber, atingirá, inclusive, repartições públicas, entidades autárquicas paraestatais e associações privadas de qualquer natureza.

**DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS, SERVIÇOS E
ESTABELECIMENTOS DE INTERESSE À SAÚDE.**

Art. 19 - O órgão competente da Secretaria Municipal de Saúde exercerá o controle e a fiscalização dos serviços de saúde e das condições de exercício de profissões que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 20 - A autoridade sanitária competente da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito de sua jurisdição e competência, cabe licenciar e fiscalizar os serviços, tais como:

- a) - clínicas médicas de diagnóstico por imagem, odontológicas, veterinárias e congêneres;
- b) - consultórios médicos, odontológicos, fisioterápicos, veterinários e congêneres;
- c) - oficinas de órteses e próteses odontológicas, ortopédicas e congêneres;
- d) - institutos e clínicas de beleza, estética, ginástica e congêneres;
- e) - clubes sociais, estabelecimentos balneários, colônias de férias e congêneres;
- f) - hotéis, motéis, pensões, dormitórios e congêneres;
- g) - casas de artigos cirúrgicos, ortopédicos, odontológicos e congêneres;
- h) - casas que comercializem lentes oftálmicas e de contato e congêneres;
- i) - creches, escolas, orfanatos e congêneres;
- j) - unidades médico-sanitárias;
- l) - drogarias, distribuidoras de medicamentos, ervanários e congêneres,
- m) - delegacias e congêneres;
- n) - teatros, parques de diversão, cinemas, circos e congêneres;
- o) - bares, restaurantes, lanchonetes, padarias e congêneres;
- p) - comércio ambulante de alimentos;
- q) - açougue, peixaria e congêneres;
- r) - estabelecimentos que prestam serviços de desratização, desinsetização e congêneres;
- s) - outros serviços e estabelecimentos que interessem à saúde da população.

Parágrafo Único – É de exclusiva competência do **Serviço de Inspeção Municipal – SIM**, a fiscalização das atividades relacionadas sobre o abate de animais, elaboração, manipulação de produtos comestíveis de origem animal e vegetal, no âmbito do Município.

DO LICENCIAMENTO

Art. 21 - Alvará Sanitário é o documento oficial que torna o estabelecimento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

público ou privado habilitado para o funcionamento, devendo ser expedido através de ato privativo do órgão sanitário, o qual deve ser fixado em local visível ao público.

Art. 22 - Licença sanitária é o documento privativo emitido pela vigilância sanitária para veículos de transporte sujeito ao controle sanitário, ambulantes, feiras, que deverá ser apresentada sempre que solicitado.

Art. 23 - O Alvará Sanitário e Licença Sanitária terão validade de 12 (doze) meses, a contar da data da vistoria, renovável por períodos iguais e sucessivos.

§1º - O Alvará Sanitário e Licença sanitária são documentos de reconhecimento da habilitação momentânea, podendo, a qualquer tempo, serem suspensos ou cancelados no interesse da saúde pública, sendo assegurado ao proprietário do estabelecimento o direito de defesa em processo administrativo instaurado pelo fiscal sanitário.

§2º - A concessão ou renovação do alvará sanitário será condicionada ao cumprimento das normas técnicas regulamentares, dos requisitos técnicos e à vistoria do fiscal sanitário.

§3º - Serão vistoriados e avaliados a estrutura física, quadro de recursos humanos, serviços, instalações, equipamentos, produtos, processos e procedimentos operacionais técnicos e ambientes de trabalho.

Art. 24 - As autoridades municipais só poderão expedir Alvará e receber impostos relativos ao exercício da profissão mediante comprovação inequívoca de que o profissional se encontra legalmente habilitado.

**CAPÍTULO III
DA SAÚDE DA PESSOA E DA FAMÍLIA**

Art. 25 - Toda a pessoa tem direito à saúde, como tem direito à vida.

Art. 26 - Toda a pessoa tem o direito à proteção da saúde e é responsável pela promoção e conservação de sua saúde e a de seus dependentes, devendo para tanto, cumprir cuidadosamente as instruções, normas, ordens, avisos e medidas prescritas por profissional da saúde, autoridade de saúde e/ou serviço de saúde de que se utilize.

DA SAÚDE DE TERCEIROS

Art. 27 - Toda a pessoa deve zelar no sentido de por ação ou omissão, não causar dano à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

Art. 28 - Toda a pessoa tem o dever de prevenir acidentes, que atentem contra saúde, a de sua família e a de terceiros, devendo, conseqüentemente, cumprir as exigências da autoridade de saúde competente, seguir as advertências que acompanham os produtos ou objetos considerados perigosos, cumprindo as normas de segurança.

DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Art. 29 - Toda pessoa tem o direito à proteção contra as doenças transmissíveis e/ou evitáveis, sendo-lhe garantido o direito à vacinação preventiva e outros meios de controle, que lhes são assegurados pelo Estado e de responsabilidade da

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

autoridade de saúde.

Art. 30 - Toda a pessoa deve cumprir as ordens, instruções, normas e medidas que a autoridade de saúde prescrever com o objetivo de evitar e/ou controlar a ocorrência, difusão ou agravamento das doenças transmissíveis e das evitáveis.

Art. 31 - Toda pessoa criadora ou proprietária de animais deve cumprir os métodos prescritos pelos serviços de saúde, entre os quais se inclui a requisição de exames dos animais, visando à prevenção e ao controle das zoonoses, assegurando ao proprietário o conhecimento dos resultados das análises, e na hipótese de inexistência de doença, a indenização pelos prejuízos.

§ 1º - A pessoa é responsável pelos danos à saúde humana causados por doença de seus animais ou por mantê-los acessíveis a terceiros, ou ainda por não haver cumprido, oportunamente, os métodos prescritos em legislação.

§ 2º - A pessoa, criadora, proprietária ou que comercialize animais, deve adotar os métodos de higiene disposto em legislação, inclusive quanto ao sepultamento de animais.

§ 3º - Para efeito desta lei, entende-se por controle de zoonoses o conjunto de ações que visam a prevenir, diminuir ou eliminar os riscos e agravos à saúde provocados por vetor, animal hospedeiro, reservatório ou sinantrópico.

Art. 32 - São instrumentos para a proteção contra as doenças transmissíveis:

- I – vacinação de rotina;
- II – notificação compulsória;
- III – investigação epidemiológica que compreende:
 - a) - confirmação diagnóstica;
 - b) - identificação e eliminação de fontes de infecção e mecanismos de transmissão;
 - c) - identificação dos contatos suscetíveis;
 - d) - isolamento domiciliar ou hospitalar e tratamento do doente;
 - e) - proteção dos contatos suscetíveis com imunização ativa e/ou passiva e/ou quimioprofilaxia;
 - f) - vigilância dos contatos e quarentena;
 - g) - orientações gerais sobre a doença;
- IV – saneamento do ambiente;
- V – controle dos portadores;
- VI – exames periódicos de saúde;
- VII – controle sanitário dos alimentos;
- VIII – educação em saúde;
- IX - controle de animais responsáveis pela transmissão de antropozoonoses;
- X – treinamento de recursos humanos;
- XI - estudos e pesquisas.

Art. 33 - Os procedimentos de combate específicos de cada doença transmissíveis, serão disciplinados em normas técnicas.

Art. 34 - Toda pessoa, suspeita ou portadora de doenças transmissíveis e seus contatos, poderá a critério da autoridade de saúde, ser proibida de frequentar escolas, locais de trabalho, estabelecimentos e lugares onde ocorra aglomeração de pessoas.

Art. 35 - Toda pessoa tem o direito de exigir da autoridade de saúde atestada ou documento comprobatório, do tempo da imposição de afastamento de suas atividades

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

laborativas, educativas e sociais quando tal medida for necessária.

Art. 36 - Toda pessoa mantida sob vigilância, isolamento ou quarentena, deverá comunicar previamente qualquer mudança de domicílio à autoridade de saúde, cabendo a esta dar ciência do fato à autoridade de saúde do local para onde se dirigir a pessoa.

Art. 37 - Toda pessoa deverá informar a autoridade de saúde, sempre que tiver conhecimento sobre a fonte provável de infecção ou outras informações úteis no controle de doenças transmissíveis, não podendo omitir informações desta natureza.

Art. 38 - Toda pessoa deverá permitir que a autoridade de saúde proceda à interdição de residência, locais de trabalho, escolas e outras instituições e a desinfecção ou expurgo, quando tais medidas forem consideradas eficazes para a prevenção de doenças.

**CAPÍTULO IV
DO SANEAMENTO BÁSICO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE SANEAMENTO**

Art. 39 - Quando um prédio ou parte de prédio, residência, terreno ou logradouro não oferecer as condições de higiene necessárias, a autoridade sanitária intimará o proprietário, locatário, responsável ou seus procuradores, a executar obras ou melhoramentos, ou a desocupar, fechar, reconstruir, transformar ou demolir o mesmo, de acordo o Regulamento do Código de Posturas municipal, estadual e federal.

Art. 40 - Os terrenos baldios em zonas urbanas devem ser convenientemente fechados, drenados, aterrados, periodicamente limpos, sendo obrigatória a remoção ou soterramento de latas, cacos, resíduos putrescíveis, assim como de quaisquer outros recipientes que possam conter água de acordo com o Regulamento do Código de Posturas municipal, estadual e federal.

DAS ÁGUAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

Art. 41 - Toda pessoa está proibida de poluir e/ou contaminar os mananciais de superfícies e subterrâneos, tais como a água de curso e fonte, ou qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água como adutora reservatório e rede de distribuição.

Art. 42 - Todos os reservatórios de água potável deverão sofrer limpeza e desinfecção periódica e permanecerem tampados conforme legislação.

Art. 43 - Sempre que houver poços ou aproveitamento de fontes para fornecimento de água potável, em qualquer tipo de estabelecimentos que envolvam saúde de terceiros é obrigatório apresentação de laudos mensais e cumprir demais normas da legislação específicas.

Art. 44 - A pessoa responsável pela operação de sistemas de abastecimento público de água potável deverá adotar, obrigatoriamente, as normas desta legislação e obedecer aos padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde (Portaria 518MS de 25/03/04), sujeitando-se à fiscalização e ao controle do exato cumprimento dos parâmetros exigidos.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Art. 45 - A pessoa proprietária e/ou responsável por sistemas de abastecimento público de água potável deverá manter as estações de tratamento, as redes de distribuição, os reservatórios e os demais equipamentos e instalações em condições de operação e higiene, de forma a garantir a segurança sanitária e a potabilidade da água a ser distribuída, sendo que:

- I – não pode apresentar concentrações de elementos e substâncias químicas que possam ser fisiologicamente prejudiciais, esteticamente objetáveis, ou economicamente danosas;
- II – deve ser protegida adequadamente por meios naturais ou por meio de tratamento, que assegurem a qualidade condizente com os requisitos de legislações e em normas técnicas.

§1º os registros físicos, químicos, bacteriológicos, biológicos e hidrológicos que caracterizam a água segura e potável, são estabelecidos em legislação e em normas técnicas.

§2º - Toda a pessoa deve preservar o ambiente evitando por meio de suas ações ou omissões, que ele se polua e/ou contamine e agravem a poluição de água.

DAS ÁGUAS SERVIDAS E REDES COLETORAS DE ESGOTO

Art. 46 - Todos os prédios residenciais, comerciais, indústrias ou instalações em logradouros públicos, localizados em áreas servidas pelo sistema oficial de coleta de esgoto serão obrigados a fazer as ligações aos respectivos sistemas aterrando e isolando fossas existentes.

§ 1º - Todos os prédios de qualquer espécie ficam obrigados a fazer uso de fossas sépticas para tratamento de esgoto com adequado destino final dos efluentes, desde que não haja rede oficial coletora de esgoto, com afastamento da divisa de 1,50 metros, observado o memorial de cálculo e dimensionamento. Em casos consolidados para regularizar situações de fossas, deverá ser apresentado Projeto.

§ 2º - Todo prédio que utilizar fossa séptica para tratamento de seu esgoto será obrigado a manter a mesma em perfeito estado de conservação e funcionamento, providenciando a sua limpeza por empresa especializada.

§ 3º - Para seu licenciamento as empresas deverão apresentar projeto de destinação dos efluentes coletados.

Art. 47 - Os efluentes provenientes de caminhões limpa-fossa serão dispostos em locais apropriados, tais como estações de tratamento de esgotos, conforme norma específica.

Art. 48 - É proibido estacionar caminhões de limpa-fossas em logradouros públicos, exceto quando em função do trabalho.

DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 49 - Todo e qualquer sistema individuais ou coletivos, públicos ou privados, de geração, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos de qualquer natureza, gerados ou introduzidos no município estará sujeito à fiscalização da autoridade sanitária competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

Art. 50 - É vedada a reciclagem de resíduos sólidos infectantes gerados por estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Art. 51 - As edificações de uso coletivo e estabelecimentos de interesse à saúde, devem dispor de local específico para o armazenamento provisório de resíduos, dotado de cobertura, acessos restritos, dispositivos que impeçam a entrada de vetores, piso revestido de material impermeável e lavável.

Art. 52 - Os resíduos comuns devem ser apresentados devidamente acondicionados para coleta pública, de forma que impeça o acesso de vetores e animais, respeitando a postura do gestor do serviço de coleta e obedecendo a legislação vigente.

Art. 53 - As instalações que armazenam temporariamente resíduos sólidos, para fins de reciclagem, devem possuir infra-estrutura mínima adequada prevendo proteção contra chuva, organização interna, restrição de acesso, dispositivo que impeça a entrada e proliferação de vetores e de animais peçonhentos e mantendo o ambiente organizado e em condições adequadas para higiene e limpeza.

Parágrafo único - Os funcionários devem sempre possuir as vacinas atualizadas e seus proprietários devem cumprir as normas de saúde e segurança do trabalho.

**DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE
E DO CONTROLE DA POLUIÇÃO**

Art. 54 - É vedado o lançamento de qualquer substância ou mistura de substância, em estado sólido, líquido ou gasoso no meio ambiente (água, ar e solo) que possam torná-lo impróprio, nocivo, ofensivo, inconveniente ou incômodo à saúde e ao bem-estar do homem, bem como às atividades normais da comunidade.

DOS CEMITÉRIOS E CAPELAS DE VELÓRIO

Art. 55 - O nível dos cemitérios em relação aos cursos de água vizinhos deve ser suficientemente elevado, de modo que as águas das enchentes não atinjam o fundo das sepulturas.

Art. 56 - Os vasos ornamentais devem ser preparados de modo a não conservarem água que permita a procriação de mosquitos.

Art. 57 - Os locais destinados a velórios devem ser ventilados e iluminados e dispor, no mínimo, de sala de vigília, compartimento de descanso e local destinado para alimentação, instalações sanitárias independentes para ambos os sexos cumprindo as normas sanitárias.

**CAPÍTULO V
DA SAÚDE DO TRABALHADOR**

Art. 58 - Para os efeitos desta Lei, entende-se como Saúde do Trabalhador o conjunto de atividades destinado à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do trabalhador submetido a riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

- I - assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho ou portador de doença profissional ou do trabalho;
- II - normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração,

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;
III - avaliação do impacto que as tecnologias trazem à saúde.

§ 1º - A Saúde do Trabalhador será resguardada nas relações sociais que se estabelecem no processo de produção, de forma a se garantirem sua integridade física e mental, observado o que dispõe a legislação pertinente.

§ 2º - Entende-se como processo de produção a relação que se estabelece entre o capital e o trabalho, englobando os aspectos econômicos, organizacionais e ambientais da produção de bens e serviços.

Art. 59 – À Secretaria Municipal de Saúde compete à formulação de políticas de Saúde do Trabalhador através de equipe multiprofissional.

Parágrafo Único - Considera-se trabalhador aquele que exerça atividade produtiva ou de prestação de serviços nos setores formal e/ou informal da economia.

Art. 60 - Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, as entidades civis mantidas pelo Poder Público, inclusive, adotarão como condição para a contratação de serviços e obras a observância e cumprimento, pelo contratado, da legislação relativa à saúde e à segurança dos trabalhadores.

Art. 61 - São obrigações do empregador, sem prejuízo de outras exigências legais:

- I - adequar as condições e a organização do trabalho às condições psicofisiológicas dos trabalhadores;
- II - garantir e facilitar o acesso das Autoridades Sanitárias aos ambientes de trabalho e a sua permanência pelo tempo que se fizer necessária, fornecendo as informações e os dados solicitados para o desenvolvimento de suas atividades, estudos e pesquisas;
- III - dar conhecimento à população residente na área de entorno da empresa dos impactos ambientais decorrentes do processo produtivo, bem como das recomendações e das medidas adotadas para sua eliminação e controle;
- IV - realizar estudos e pesquisas que visem a eliminar e controlar situações de risco no ambiente de trabalho e a esclarecer os trabalhadores sobre elas;
- V - permitir aos representantes dos trabalhadores o acompanhamento da vigilância nos ambientes de trabalho;
- VI - paralisar as atividades produtivas em situações de risco grave ou iminente para a população circunvizinha;
- VII - comunicar, imediatamente, à Autoridade Sanitária a ocorrência de situações de risco grave ou iminente no ambiente de trabalho, estabelecendo cronograma de ação de medidas para seu controle e correção;
- VIII - fornecer aos trabalhadores, aos seus representantes e à Autoridade Sanitária informações escritas sobre os diferentes produtos utilizados no processo produtivo, com especificação precisa das características, da composição e dos riscos que representem para a saúde e o meio ambiente, bem como as medidas preventivas cabíveis;
- IX - executar atividades de eliminação ou redução dos riscos no ambiente de trabalho;
- X - todo estabelecimento deverá ter instalado, em local de fácil acesso, sinalizado e desobstruído, equipamento(s) de extinção de incêndio em sua fase inicial (extintor ou extintores), de acordo com o tipo de incêndio a ser combatido;
- XI - implantar os PPRA – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais e o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, conforme a legislação em vigor e colocando os referidos programas à disposição das Autoridades Sanitárias;
- XII - fornecer cópias dos resultados dos exames complementares e atestados de saúde

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

ocupacional para os trabalhadores;

XIII - notificar ao SUS os agravos à saúde dos trabalhadores;

XIV - assegurar postos de trabalho compatíveis com suas limitações aos reabilitados de acidentes e doenças relacionados com o trabalho;

XV - implantar planos de contingência, com medidas preventivas, corretivas e emergenciais a serem adotadas quando necessário tanto no âmbito da empresa quanto na área de impacto de suas atividades, bem como programas de treinamento para a sua operacionalização eficaz.

Art. 62 - A Autoridade Sanitária poderá exigir o cumprimento das Normas Regulamentadoras contidas na Portaria nº. 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, e das Normas Técnicas Específicas relacionadas com a defesa da saúde do trabalhador, conforme a Lei pertinente.

Parágrafo Único - Em caráter complementar ou na ausência de norma técnica específica, a Autoridade Sanitária poderá adotar normas, preceitos e recomendações de organismos nacionais e internacionais referentes à proteção da Saúde do Trabalhador, observando sempre aquela que oferecer melhor proteção à saúde do trabalhador.

Art. 63 - Fica assegurado aos representantes dos trabalhadores o direito de requerer aos órgãos gestores a interdição de máquina, processo e ambiente de trabalho considerado de risco grave ou iminente a vida ou a saúde do trabalhador.

Art. 64 - As edificações obedecerão a requisitos técnicos que garantam perfeita segurança aos que nelas trabalham.

Art. 65 - É proibido exigir, nos exames pré-admissionais, sorologia para SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, atestada de esterilização, teste de diagnóstico de gravidez e outros que visem a dificultar o acesso ao trabalho ou que expressem preconceito, nos termos da Constituição da República.

Art. 66 - Não é atribuição do Sistema Único de Saúde (SUS) custear as despesas de exames admissionais, periódicos, de retorno no trabalho, mudança de função e demissionais, assim como a emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos trabalhadores do setor privado.

DAS EDIFICAÇÕES PARA INDÚSTRIAS, OFICINAS E CONGÊNERES.

Art. 67 - As edificações para instalação de indústrias, oficinas e estabelecimentos congêneres, além das demais disposições deste Regulamento que lhes são aplicáveis, devem atender às seguintes condições:

- I - terem iluminação e ventilação naturais condizentes com o tipo de atividade industrial;
- II - serem dotados de isolamento térmico os fornos, máquinas, caldeira, estufas, fogões, forjas ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou se concentre calor;
- III - terem, as chaminés, dimensionamento adequado à perfeita tiragem e serem dotadas de dispositivos eficientes para remoção ou controle dos inconvenientes que possam advir da emissão de fumaça, fumos, gases, fuligem, odores ou quaisquer outros resíduos que possam ser nocivos ou incômodos aos locais de trabalho e à vizinhança;
- IV - terem os aparelhos e equipamentos que produzam ruídos, choques mecânicos ou elétricos e vibrações dispositivos destinados a evitar tais incômodos e riscos;
- V - serem instalados dispositivos apropriados para impedir que se formem ou se espalhem, nas dependências de trabalho, suspensões tais como poeiras, fumos, fumaça, gases ou

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

vapores tóxicos, irritantes ou corrosivos.

Art. 68 - Em todos os estabelecimentos industriais e naqueles em que a atividade exija troca de roupas, ou seja, imposto o uso de uniforme ou guarda-pó, haverá local apropriado para vestiário dotado de armários individuais, observada a separação de sexos.

Art. 69 - Nos estabelecimentos em que trabalhem mais de 300 (trezentos) operários, é obrigatória a existência de refeitório, não sendo permitido aos trabalhadores tomarem suas refeições em outro local do estabelecimento.

Art. 70 - O refeitório deverá ser instalado em local apropriado, não se comunicando diretamente com os locais de trabalho, instalações sanitárias e locais insalubres ou perigosos.

Art. 71 - Nos estabelecimentos em que trabalhem menos 300 (trezentos) empregados, embora não seja exigido o refeitório, deverão ser asseguradas aos trabalhadores condições suficientes de conforto para a ocasião das refeições.

Art. 72 - As condições de conforto de que trata o artigo anterior deverão preencher os seguintes requisitos mínimos:

- a) - local adequado, fora da área de trabalho;
- b) - piso lavável;
- c) - limpeza, arejamento e boa iluminação;
- d) - mesas e assentos em número correspondente ao de usuários;
- e) - lavatórios e pias instalados nas proximidades ou no próprio local;
- f) - fornecimento de água potável aos empregados;
- g) - estufa, fogão ou similar, para aquecer as refeições;
- h) - geladeira ou similar.

Art. 73 - Quando houver trabalhadores de ambos os sexos será obrigatória à existência de sanitários, separados e com acessos independentes.

Art. 74 - As garagens, oficinas, postos de serviços ou de abastecimento de veículos estão sujeitos às prescrições referentes aos estabelecimentos de trabalho em geral, no que lhes forem aplicáveis.

§ 1º - Os serviços de pintura, nas oficinas de veículos, devem ser feitos em compartimento próprio, de modo a evitar a dispersão de tintas e derivados nas demais seções de trabalho e terão aparelhamento para evitar a poluição do ar.

§ 2º - Os despejos das garagens comerciais e postos de serviços passarão obrigatoriamente, por uma caixa detentora de areia e graxas.

§ 3º - As estamparias ficam obrigadas a instalar sistema de tratamento de seus resíduos.

**CAPÍTULO VI
DOS ALIMENTOS PARA O CONSUMO HUMANO**

Art. 75 - Todos os estabelecimentos que extraíam, produzam, transformam, manipulam, industrializam, fracionam, embalam, re embalam, armazenam, distribuam, comercializam alimentos, assim como os veículos que transportam alimentos deverão ser inspecionados e fiscalizados pela autoridade sanitária competente.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Art. 76 - Sempre que a legislação específica exigir, os estabelecimentos que produzam, transformam, industrializam e manipulam alimentos deverão ter um responsável técnico.

Art. 77 - Todos os estabelecimentos relacionados à área de alimentos deverão elaborar e implantar as boas práticas de fabricação, de acordo com as normas vigentes.

Parágrafo Único. Sempre que solicitado o estabelecimento deverá fornecer cópia das normas e/ou procedimentos de boas práticas de fabricação à autoridade sanitária competente.

Art. 78 - Compete aos proprietários das empresas ou seus responsáveis, garantir a capacitação e aperfeiçoamento em boas práticas.

Art. 79 - Somente poderão ser destinados ao consumo, alimentos, matérias primas alimentares, alimentos "in natura", aditivos para alimentos, materiais, embalagens, artigos e utensílios destinados a entrar em contato com alimentos que:

- I. Tenham sido previamente registrados, dispensados ou isentos do registro no órgão competente, conforme legislação específica em vigor;
- II. Tenham sido elaborados, ré embalados, transportados, importados ou vendidos por estabelecimentos devidamente licenciados;
- III. Tenham sido rotulados segundo as disposições deste Regulamento e legislação específica em vigor;
- IV. Obedeçam na sua composição, às especificações do respectivo padrão de identidade e qualidade.

Art. 80 - Só poderão ser oferecidos ao consumo alimentos mantidos sob condições adequadas de conservação.

Art. 81 - As condições de conservação do alimento, assim como prazos de validade serão definidos pelas empresas produtoras, em consonância com as técnicas do processo industrial que adotarem.

Art. 82 - É vedado distribuir, comercializar, expor ao consumo, alimento com prazo de validade vencido, sem prazo de validade ou com a validade adulterada.

Art. 83 - É obrigatória a notificação à autoridade sanitária local, por hospitais, prontos-socorros, postos de atendimento ambulatorial e outras unidades de saúde públicas ou privadas, de ocorrência de casos de doenças transmitidas por alimentos (DTA).

Parágrafo Único. Considera-se DTA a doença causada pela ingestão de alimento contaminado por agente infeccioso específico ou pela toxina por ele produzida.

DOS MANIPULADORES DE ALIMENTOS

Art. 84 - Para o exercício das atividades de manipulação de alimentos será obrigatório atestado de saúde emitida pelo médico do trabalho.

Art. 85 - A carteira de saúde fica condicionada à apresentação de comprovante de palestra de boas práticas em serviço de alimentação de no máximo 03 (três) anos e exames médicos realizados anualmente.

§ 1º - O treinamento pode ser realizado pela empresa, desde que, apresente comprovante de participação e declaração dos temas abordados.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

§ 2º - As empresas portadoras de serviço médico próprio poderão fazer controle médico de seus próprios empregados.

§ 3º - Esta obrigação é extensiva aos proprietários que intervenham diretamente em seus estabelecimentos, quaisquer que sejam as atividades que desenvolvam.

Art. 86 – Todas as pessoas portadoras de doenças transmissíveis, bem como aquelas afetadas por dermatoses exsudativas ou esfoliativas, não poderão manipular, transformar, beneficiar, acondicionar ou distribuir alimentos, nem exercer outras atividades que coloquem em risco a saúde dos consumidores.

Art. 87 – Os empregados e proprietários que intervenham diretamente nas atividades do estabelecimento, mesmo quando portadores de carteiras de saúde dentro do prazo de validade deverão ser afastados das atividades ao apresentarem manifestações febris ou cutâneas, principalmente supuração da pele, corrimento nasal, supuração e infecção respiratória, só podendo reassumir após liberação médica por escrito.

DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS

Art. 88 - Todo estabelecimento industrial e/ou comercial que produza, fabrique, transforme, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, somente pode fazê-las funcionar com alvará sanitário, obedecendo aos requisitos das disposições específicas sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários.

§ 1º - os estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios e/ou bebidas devem ainda:

- a) - dispor nas dependências instalações mínimas adequadas às finalidades específicas;
- b) - dispor nas dependências ou local de trabalho, de áreas físicas adequadas ao número de pessoas empregadas ou atendidas;
- c) - dispor de instalações, aparelhos e locais conforme o caso, para a limpeza e desinfecção dos equipamentos, utensílios e alimentos, providos de água corrente;
- d) - dispor de instalações e elementos necessários a permanente higiene de seu pessoal e para utilização pelo público, se for o caso, abrangendo instalações sanitárias e vestiários com armários individuais, cujo número e localização devem obedecer às disposições das legislações que dispõe sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários;
- e) - dispor obrigatoriamente, de lavatório de uso exclusivo dos manipuladores de alimentos, nas áreas onde se elaborem, fracionem ou acondicionem alimentos;
- f) - prover os lavatórios, obrigatoriamente, de sabonete líquido, inodoro, anti-séptico e toalhas de papel de primeiro uso e torneira de acionamento de toque;
- g) - dispor de abastecimento de água limpa e potável para atender suficientemente às necessidades do trabalho industrial ou comercial e às exigências sanitárias, devendo ser canalizada e sob pressão em todas as áreas de elaboração, fracionamento ou acondicionamento de alimentos, nas instalações de limpeza e desinfecção de utensílios e equipamentos e nas instalações sanitárias;
- h) - dispor de adequado sistema de esgotamento sifonado ligado a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento público, quando existente, ou a fossas sépticas;
- i) - dispor de ventilação suficiente em todas as dependências, de modo a manter o ambiente livre de odores desagradáveis e da condensação de vapores, respeitando as particularidades de ordem tecnológica;
- j) - dispor de iluminação natural sempre que possível e quando a luz artificial fizer-se necessária, esta deve ser o mais semelhante para garantir a apreciação do estado dos alimentos, dos equipamentos, dos utensílios e da construção, e de forma a proporcionar

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

conforto visual;

k) - possuir dispositivos de produção de frio, quando se fizer necessário, em número, capacidade e eficientes adequados às finalidades e funcionamento do estabelecimento;

l) - manter todas as dependências a prova de roedores;

m) - dispor de dispositivos (telas milimétricas) que impeçam a entrada de insetos e de impurezas evitáveis, nas aberturas dos locais onde se elabore, fracionem, acondicionem, depositem ou armazenem alimentos;

n) - dispor de pisos e paredes convenientemente impermeabilizados, laváveis e não corrosivos, nos locais de elaboração, fracionamento, acondicionamento, depósito ou armazenamento de alimentos;

o) - instalar fornos e caldeiras em locais apropriados, devendo a chaminé possuir uma altura mínima de dois (02) metros acima da mais alta cumeeira num raio de 50 metros, observando ainda as disposições concernentes à segurança, higiene do trabalho e incomodo à vizinhança;

p) - dispor de coletores utilizados para disposição dos resíduos das áreas de preparação e armazenamento de alimentos, devendo os mesmos ser dotados de tampas acionadas sem contato manual;

q) - dispor de manual de boas práticas e de procedimentos operacionais padronizados, devendo estes estar acessíveis aos funcionários envolvidos e disponíveis à autoridade sanitária quando requerido.

Art. 89 - Nas indústrias de alimentos e comercialização de alimentos e na preparação de refeições deve ser, restringido o contato manual direto fazendo-se uso de processos mecânicos, circuito fechados utensílios e outros dispositivos.

Art. 90 - As edificações deverão ter acesso direto e independente, não comum a outros usos, livre de foco de insalubridade, lixo, objetos em desuso, animais, insetos e roedores, devendo ainda ter:

I - Pisos, forros/ tetos, paredes e divisórias de materiais lisos, resistentes, impermeáveis, de fácil limpeza e bom estado de conservação. Sem trincados, rachaduras, umidade, bolor e descascamento.

II- Portas e janelas (aberturas) com superfície lisa, fácil limpeza, em bom estado de conservação, ajustada aos batentes, sem falha de revestimento e limpas.

III - Proteção contra insetos e roedores em todas as aberturas (telas milimétricas), ou qualquer outro dispositivo que impeça a entrada de vetores, portas externas ou de isolamentos com fechamento automático e proteção inferior, bem como sifão e proteção para ralos.

IV - Instalações sanitárias separadas por sexo em bom estado de conservações dotadas de toalheiro com papel toalha, saboneteira com sabonete líquido e torneira de acionamento de toque.

Art. 91 - As instalações e o funcionamento dos estabelecimentos industriais ou comerciais, onde se fabriquem, preparem, beneficiem, acondicionem, transportem, vendam ou depositem alimentos ficam submetidos às exigências das leis específicas e seus regulamentos.

Art. 92 - Nos locais de fabricação, preparação, beneficiamento, acondicionamento ou depósito de alimentos, não será permitido a guarda ou a venda de substâncias que possam corrompê-los, alterá-los, adulterá-los, falsificá-los ou avariá-los.

Art. 93 - Toda a pessoa proprietária ou responsável por estabelecimento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000

<http://www.caibi.sc.gov.br>

administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

público ou privado que fabrique comercialize, armazene ou sirva alimentos para o consumo, de qualquer natureza ou finalidade deverá providenciar desinsetização, desratização, e limpeza das caixas d'água, devendo esta ser realizada por empresa especializada, devidamente licenciada pela Vigilância Sanitária.

Art. 94 - Nos locais de elaboração, fracionamento, acondicionamento, depósito ou armazenamento de alimentos será permitido, a entrada de pessoas estranhas desde que devidamente uniformizado.

Parágrafo único - considera-se uniforme: jaleco ou avental de cor clara, proteção nos cabelos (touca ou rede), sapatos fechado.

Art. 95 - Para efeito de análises dos produtos procede-se às normas específicas federais e estaduais.

**CAPÍTULO VII
DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
DISPOSIÇÃO GERAL**

Art. 96 - Toda a pessoa para instalar, construir, reconstruir adaptar, reformar ou ampliar edificação destinada a estabelecimento de assistência à saúde e de interesse da saúde deve requerer, quando definida em legislação específica, à análise do respectivo projeto arquitetônico.

ESTABELECIMENTOS VETERINÁRIOS E CONGÊNERES

Art. 97 - Todos os estabelecimentos privados e públicos: os hospitais, clínicas e consultórios veterinários, bem como os estabelecimentos de pensão e adestramento, destinados ao atendimento de animais domésticos de pequeno porte, serão permitidos dentro do perímetro urbano, em local autorizado pela autoridade municipal, e desde que satisfeitas às exigências deste regulamento e de suas normas técnicas especiais.

Art. 98 - Os canis dos hospitais e clínicas deverão ser individuais, localizados em recintos fechados, providos de dispositivos destinados a evitar a exalação de odores e a propagação de ruídos incômodos, construídos de alvenaria, com revestimento impermeável, podendo as gaiolas serem de ferro pintado ou material inoxidável, com piso removível.

Art. 99 - Nos estabelecimentos de pensão e adestramento, os canis poderão ser do tipo solário individual, devendo, neste caso, serem totalmente cercados.

Art. 100 - Os canis devem ser providos de esgoto com destino adequado, dispor de água corrente e sistema apropriado de ventilação.

DOS ESTABELECIMENTOS ÓPTICOS

Art. 101 - A responsabilidade técnica de tais estabelecimentos caberá a óptico devidamente habilitado e registrado no órgão competente.

Art. 102 - Estes estabelecimentos não poderão utilizar quaisquer instalações ou aparelhos destinados a exame oftalmológico, ter consultório em qualquer de suas dependências, nem afixar cartazes de propaganda de médicos ou de profissionais afins.

Art. 103 - Todo o estabelecimento óptico deverá manter livros de registro de

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

receita óptica, com termo de abertura e encerramento devidamente autenticado pela vigilância sanitária.

Art. 104 - Estão sujeitos ao presente código o fabrico e comércio de óculos com lentes de grau e proteção sem grau, com ou sem cor bem como de lentes de contato.

Art. 105 - Nenhum médico, na localidade onde exercer a clínica, nem respectivo cônjuge, poderão possuir ou ter sociedade para explorar o comércio de óculos com lentes corretoras, de proteção ou de contato, sendo-lhes vedado à indicação, nas receitas de determinados estabelecimentos para aviamento de suas prescrições, sendo que a colocação de lentes de contato em pacientes é de competência exclusiva do oftalmologista.

Art. 106 - Os estabelecimentos ópticos deverão ter, no mínimo duas salas, uma destinada ao mostruário e atendimento de clientes e outra destinada ao laboratório.

Art. 107 - As ópticas que terceirizam as lentes, deverão manter no estabelecimento cópia do Alvará sanitário da empresa fornecedora. (laboratório óptico)

**DAS INDÚSTRIAS E COMÉRCIO
DE ARTIGOS CIRÚRGICOS, ORTOPÉDICOS, FISIOTERÁPICOS E ODONTOLÓGICOS.**

Art. 108 - A indústria e comércio de artigos cirúrgicos, ortopédicos, fisioterápicos e odontológicos além das disposições referentes aos estabelecimentos de trabalho em geral e normas pertinentes, deverão atender mais as seguintes exigências:

- I – piso de material resistente e impermeável;
- II - paredes de cor clara, lisa, lavável e impermeável;
- III - teto de cor clara e fácil higienização.

Art. 109 - estrutura mínima para um estabelecimento:

- a) - Depósitos ou oficinas, quando houver;
- b) - Sala para fabricação dos aparelhos;
- c) - Sanitários independentes para cada sexo.

Art. 110 - É vedado aos estabelecimentos que fabriquem ou comercializem produtos ortopédicos, vender ou aplicar aparelhos protéticos, contensivos, corretivos ou imobilizadores, sem a respectiva prescrição médica.

DOS ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Art. 111 - Todos os consultórios odontológicos particulares e públicos, as clínicas, policlínicas, instituições, pronto socorros e hospitais odontológicos, bem como qualquer instituição relacionada com a odontologia, só poderão funcionar com profissional habilitado podendo manter responsável substituto, ambos com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente e licença sanitária.

Art. 112 - Os locais destinados à assistência odontológica, tais como clínicas dentárias particulares, clínicas dentárias especializadas e policlínicas dentárias populares, prontos-socorros odontológicos, institutos odontológicos e congêneres, além das exigências dos estabelecimentos de trabalho em geral, deverão atender os seguintes itens:

- I - Piso de material liso, resistente e impermeável, e paredes de cor clara de material liso, lavável, impermeável e fácil desinfecção;

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

- II - forro de cor clara e de fácil desinfecção;
- III - compartimentos providos de portas, separadas até o teto.
- IV - paredes ou divisões interruptas e destinados a:
 - a) - recepção;
 - b) - consultórios.
- V - água corrente e esgoto próprio em cada consultório;
- VI - pia exclusiva para higienização das mãos.

Art. 113 - Esses estabelecimentos devem estabelecer rotinas de limpeza e de desinfecção de artigos e superfícies, e equipamentos, adotando para este fim os termos do manual de processamento de artigos e superfícies do Ministério da saúde, ou instrumento regulamentador que vier a substituí-lo.

Art. 114 - A sala em que estiver instalado o aparelho de raios X dentário deve, necessariamente dentro dela, permitir ao profissional afastar-se do aparelho dois metros, em sentido contrário ao feixe útil de raios X.

Parágrafo Único. Nas salas, deve haver biombos móveis, reforçados com lâmina de chumbo de um milímetro de espessura.

Art. 115 - Esses estabelecimentos deverão possuir mobiliário adequado, aparelhos, equipamentos, EPI (avental de chumbo e protetor de tireóides), instrumentos, vasilhames, equipamentos de esterilização (autoclave), lavatório com água corrente e todos os meios necessários às suas finalidades, a critério das autoridades sanitárias competentes.

DOS LABORATÓRIOS E OFICINAS DE PRÓTESE ODONTOLÓGICA

Art. 116 - Os laboratórios e oficinas de prótese odontológica licenciados, somente poderão funcionar com presença obrigatória do profissional responsável ou substituto legalmente habilitado.

Art. 117 - Os laboratórios e oficinas de prótese odontológicas, além das exigências referentes aos estabelecimentos comerciais em geral deverão ter:

- I - área mínima por metro quadrado conforme legislação vigente;
- II - piso de material liso, resistente e impermeável;
- III - paredes de cor clara, de material liso, resistente e impermeável;
- IV - forro de cor clara e de fácil higienização;
- V - pia com água corrente.

§ 1º - As fontes de calor deverão ter isolamento térmico adequado, quando forem utilizados combustíveis em tubos ou botijões, os mesmos serão mantidos isolados e distantes das fontes de calor.

§ 2º - Os gases, vapores, fumaças e poeiras deverão ser removidos por meios adequados.

Art. 118 - Esses estabelecimentos deverão possuir instalações adequadas, aparelhos, equipamentos, instrumentos, vasilhames e todos os meios necessários a sua finalidade.

DAS CLÍNICAS FISIOTERÁPICAS

Art. 119 - Os estabelecimentos a que se refere este artigo somente poderão

Rua dos Imigrantes N°. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

funcionar com a presença obrigatória do profissional técnico e ou com substituto habilitado no respectivo conselho.

Art. 120 - As clínicas de fisioterapia e específicas para locais dessa natureza terão, no mínimo:

- I - sala para administração;
- II - sala para exame médico, quando sujeito à responsabilidade médica;
- III - sanitários independentes por sexo;
- IV - vestiário e sanitários para funcionários.

Art. 121 - Em todas as placas indicativas, anúncios ou formas de propaganda das clínicas de fisioterapias prevista deverão, ser mencionada com destaque a expressão "sob responsabilidade técnica", com nome completo do profissional responsável e o seu número de inscrição no respectivo conselho regional.

Art. 122 - Os responsáveis pelas clínicas de fisioterapia, quando delas não forem sócios proprietários deverão apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente juntamente com o termo de responsabilidade.

**DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS, ORFANATOS,
ALBERGUE E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES.**

Art. 123 - As paredes internas, até a altura mínima de um metro e cinquenta centímetros, serão revestidas ou pintadas de material impermeável.

Art. 124 - Os dormitórios coletivos deverão ter área não inferior a cinco metros quadrados por leito, os dormitórios do tipo quarto ou apartamento deverão ter área não inferior a cinco metros quadrados por leito, com o mínimo de oito metros quadrados.

Art. 125 - As instalações sanitárias serão na proporção mínima de bacio sanitário, um lavatório e um chuveiro para cada dez leitos, além do mictório, na proporção de um para cada vinte leitos.

Art. 126 - Os locais destinados ao armazenamento, preparo, manipulação e consumo de alimentos deverão atender às exigências para estabelecimentos comerciais de alimentos, no que lhes for aplicáveis.

Art. 127 - Quando tiverem cinquenta ou mais leitos deverão ter locais apropriados para consultórios médico e odontológico, bem como quarto para doentes.

Art. 128 - Deverão ter área para recreação e lazer, não inferior a dez por cento da área edificada.

Parágrafo Único - A área prevista terá espaço coberto destinado a lazer, não inferior à sua quinta parte e o restante será arborizado ou ajardinado ou ainda, destinado às atividades esportivas.

Art. 129 - Se houver locais para atividades escolares, esses deverão atender as normas estabelecidas para as escolas, no que lhes for aplicável.

ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO - HOSPITALARES E CONGÊNERES

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Art. 130 - A assistência médico - hospitalar é prestada nos seguintes estabelecimentos:

- I – de assistência médica ambulatorial exclusiva;
- II - de assistência médica de urgência, providos de leitos para repouso ou observação com tempo de permanência;
- III – de assistência médico-hospitalar, com leitos em regime de internação, e sem limitação de tempo de permanência.

Art. 131 - Os estabelecimentos de assistência médico-hospitalar devem atender as exigências referentes aos estabelecimentos de trabalho em geral constantes deste regulamento e suas normas técnicas especiais, além das disposições previstas na legislação vigente.

Art. 132 - Os estabelecimentos de assistência médico-hospitalar deverão possuir quartos individuais ou enfermarias exclusivas para isolamento, segundo o tipo de infecção, de doentes ou suspeitos de serem portadores de doenças infecto-contagiosas.

Parágrafo Único - Para efeito deste artigo, os quartos ou enfermaria deverão possuir banheiros exclusivos.

Art. 133 - As instalações sanitárias, em cada pavimento, deverão ser separadas por sexo, com acessos independentes.

Art. 134 - Os estabelecimentos de assistência médico-hospitalar, deverão possuir instalações que permitam a esterilização de louças e talheres oriundos da cozinha.

Art. 135 - A lavanderia deverá dispor de instalações que permita a desinfecção e esterilização das roupas de cama e banho utilizadas, ou quando terceirizados os serviços, o prestador deverá apresentar cópia do alvará sanitário.

Art. 136 - Quando possuírem necrotérios ou funerárias deverão satisfazer as exigências deste regulamento e legislação específica pertinente.

Art. 137 - Os estabelecimentos geradores de resíduos de serviço de saúde deverão atender as normas aplicadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e demais dispositivas legais vigentes, e compete ainda:

- I - executar procedimentos corretos de acondicionamento, coleta e transporte interno, armazenamento interno, bem como abrigo adequado atendendo às normas técnicas.
- II – As instalações do armazenamento dos materiais deverão possuir equipamentos necessários para a eliminação de riscos e impacto a saúde ocupacional.

Art. 138 - Os estabelecimentos previstos neste capítulo deverão possuir depósitos específicos para resíduos de serviço de saúde, com revestimento interno de materiais lisos, resistentes e impermeáveis, em dimensões mínimas proporcionais à sua produção diária e com portas que possuam fechaduras.

Art. 139 - Os serviços médicos de saúde que atuem em regime de internação deverão manter comissões de controle de infecção hospitalar e notificar as suas ocorrências de modo regular.

Art. 140 - Qualquer instrumento de recurso diagnóstico ou terapêutico que possa ser exposto a fluidos orgânicos de pacientes ou usuários deverá, por obrigatoriedade, ser descartável ou então, ser submetido à desinfecção e esterilização se, por ventura, não



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

for de conformidade tecnológica para isto.

Art. 141 - Os equipamentos e instalações físicas de serviços de saúde que eventualmente possam ser expostos ao contato com fluidos orgânicos de pacientes ou usuários deverão ser compatíveis para procedimentos de desinfecção e subsequente esterilização.

Art. 142 - Os instrumentos para recurso diagnóstico ou terapêutico deverão estar em quantidades suficientes para atender a demanda dos pacientes sem prejuízo do atendimento da esterilização.

Art. 143 - Os estabelecimentos de saúde serão mantidos em rigorosas condições de higiene devendo obedecer a normas de esterilização e controle de infecções estipuladas no Manual de Processamento de Artigos e Superfícies do Ministério da Saúde.

Art. 144 - Os estabelecimentos que trata este capítulo deverão adotar as boas práticas para os procedimentos de limpeza, desinfecção e esterilização, sendo que as descrições técnicas empregadas deverão estar registradas em manual próprio.

DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISE CLÍNICAS OU DE PATOLOGIA CLÍNICA, DE HEMATOLOGIA CLÍNICA, DE ANATOMIA PATOLÓGICA, DE CITOLOGIA, DE LÍQUIDOS CEFALORRAQUIDIANOS E CONGÊNERES.

Art. 145 - Os laboratórios de análises clínicas ou patológicas clínicas, de hemoterapia clínica, de anatomia patológica de citologia de líquidos cefalorraquidianos e congêneres, além das disposições referentes aos estabelecimentos de trabalho em geral deverão satisfazer mais as seguintes exigências:

I – piso de material liso, resistente e impermeável, paredes pintadas de cor clara com material liso e impermeável.

II – forro de cor clara

III – compartimentos separados de cor clara e destinados a:

a) - recepção

b) - coleta de material para análise;

c) - secretária e arquivo

d) - laboratório com área mínima conforme normas específicas.

IV dispor de manual de boas práticas e de procedimentos operacionais padronizados, devendo este estar acessível aos funcionários.

Parágrafo Único: Os compartimentos destinados à coleta de material e ao laboratório serão providos de sanitários e de um boxe para coleta de material, com mesa ginecológica.

Art. 146 - Os estabelecimentos que se trata este capítulo somente poderão funcionar, depois de devidamente licenciados, com suas especificações definidas, sob a responsabilidade de profissionais legalmente habilitados para cada uma das especializações, podendo manter profissional responsável substituto, com termos de responsabilidade assinados perante as autoridades sanitárias competentes, e com pessoal técnico legalmente habilitado.

Art. 147 - Os laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica, de hematologia clínica, de anatomia patologia, de citologia, “in vitro” e “in vivo”, e congêneres, particulares, público, de autarquias ou de entidades de economia mista, terão registro com

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

todos os resultados positivos de exames realizados para diagnóstico de doenças de notificação compulsória, indicando, obrigatoriamente, a data, o nome do paciente, seu endereço completo, o material a ser analisado e o número da ficha onde foi lançado o exame.

Art. 148 - Os equipamentos e instalações físicas dos serviços de saúde que eventualmente possam ser expostos ao contato com fluidos orgânicos de pacientes ou usuários deverão, ser compatível para os procedimentos de desinfecção e subseqüente esterilização.

Art. 149 - Deverão atender os dispositivos da legislação específica federal e estadual.

DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 150 - Serão considerados para fins de aplicação deste código, estabelecimentos que exerçam atividade relacionada com a saúde àqueles destinados a promover e proteger à saúde, prevenir e limitar os danos causados pelas doenças e reabilitar as capacidades físicas, psíquicas ou sociais.

Art. 151 - O uso de edificação já constituída para fins de interesse à saúde dependerá do atendimento às Normas Técnicas, mediante manifestações e observação do código de edificações.

Art. 152 - Todas as instalações físicas dos serviços de saúde que possam ser expostas ao contato com fluidos orgânicos de pacientes ou usuários deverão ser submetidos à desinfecção adequada, conforme estabelecidos em normas técnicas.

Art. 153 - Os serviços de saúde, que executarem procedimentos em regime de internação e/ou procedimentos invasivos, deverão implantar Comissões Técnicas de Autocontrole e dar condições plenas de funcionamentos contínuos, conforme atividades desenvolvidas.

Art. 154 - Caberá a direção dos estabelecimentos e ao responsável técnico comunicar à autoridade de vigilância sanitária, a instalação, composição e eventuais alterações na comissão mencionada no artigo anterior.

Art. 155 - Todo o material estéril reprocessado deverá possuir identificação, data de esterilização, prazo de validade, número de lote, indicador químico e ser embalado em material definido na Norma Técnica Específica (NTE).

Art. 156 - É obrigatória à execução sistemática de teste biológico, ou outro que venha substituí-lo, que comprove a eficiência dos equipamentos destinados à esterilização de materiais, o qual deverá ser registrado e assinado pelo responsável técnico.

Art. 157 - Os equipamentos, utensílios e/ou instrumentais utilizados nos serviços de interesse a saúde deverão sofrer desinfecção entre um usuário e outro, e, na ocorrência de exposição a sangue e outros fluidos corpóreos, deverão sofrer esterilização.

Art. 158 - Os estabelecimentos de interesse à saúde devem possuir local específico, equipamentos e/ou produtos apropriados para a esterilização de materiais, obedecendo à Norma Técnica vigente.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Art. 159 - Os serviços de saúde deverão padronizar procedimentos internos em relação aos seus resíduos, quanto à geração, acondicionamento, segregação, fluxo, transporte, armazenamento e destinação final.

Art. 160 - Os estabelecimentos de interesse da saúde devem garantir condições de desinfecção das roupas a serem reutilizadas.

Parágrafo Único – Roupas utilizadas em procedimentos cirúrgicos devem ser esterilizadas.

Art. 161 - Deverá estabelecer rotinas de limpeza e de desinfecção dos artigos.

Art. 162 - Toda substância ou produto de interesse à saúde exposto à venda e/ou entregue ao consumo, deverá atender as normas técnicas quanto ao registro, conservação, embalagem, rotulagem, prazo de validade e outros aspectos inerentes a sua formulação.

DO TRANSPORTE

Art. 163 - Os veículos dos serviços de saúde deverão ser utilizados exclusivamente para a remoção e transportes de pacientes, produtos e insumos medicamentosos, partes humanas, ficando vedado o transporte conjunto, observando-se as normas vigentes.

Art. 164 - A limpeza e a desinfecção dos veículos de remoção e transporte, bem como o processo de desinfecção e esterilização de artigos e / ou equipamentos utilizados nos mesmos, serão de responsabilidade dos estabelecimentos mantenedores destes veículos.

Parágrafo Único – Os veículos, seus equipamentos e artigos devem possuir registro da manutenção e limpeza, conforme Normas Técnica.

Art. 165 - É proibido o uso de veículo de transporte, de substâncias e produtos de interesse à saúde para outras atividades principalmente para transporte de lixo, resíduos, substâncias repugnantes, tóxicas ou capazes de contaminação ou alteração de suas características organolépticas.

DAS PRÁTICAS DE TATUAGEM E PIERCING

Art. 166 - A concessão da licença sanitária (alvará sanitário) far-se-á mediante apresentação de toda documentação exigida pela vigilância sanitária, bem como, mediante o atendimento das demais exigências das legislações pertinentes.

Art. 167- Os estabelecimentos de que trata este capítulo deverão possuir cadastro de seus clientes atendidos, organizado de tal forma que possa ser objeto de rápida verificação por parte da autoridade sanitária competente, contendo os seguintes registros:

- a) - Identificação do cliente: nome completo, idade, sexo e endereço completo;
- b) - Data do atendimento realizado;
- c) - Anotação de acidentes ou reações adversas, aguda ou tardia, que envolva o cliente ou o executor do procedimento;
- d) - Caso o cliente retorne para novos procedimentos, deverá ter seus dados alimentados na ficha de atendimento inicial, não sendo aberto novo cadastro.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

Art. 168 - Os responsáveis pelos estabelecimentos de que trata este capítulo, deverão garantir a prestação de informações a todos os clientes sobre os riscos decorrentes da execução dos procedimentos, bem como garantir que seja solicitado aos clientes que informem sobre a ocorrência de eventuais complicações.

Art. 169 - Nos estabelecimentos de tatuagem, todos os clientes deverão ser informados, antes da execução de procedimentos, sobre as dificuldades técnicas - científicas que podem envolver a posterior remoção de tatuagens.

Art. 170 - No que se refere à estrutura física, os estabelecimentos de tatuagem e piercing deverão ser dotados de:

I – interligação com sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário;

II – sala de procedimentos de tatuagem e de piercing, com dimensão mínima de 6m² e largura mínima de 2,5 metros lineares;

III – Piso, teto e paredes revestidas com materiais lisos, laváveis, impermeáveis, resistentes à desinfecção e de cor clara;

IV – pia com bancada e água corrente, toalha descartável e lixeira com tampa acionada por pedal na sala de procedimentos de que trata o inciso II deste artigo;

V – ambiente devidamente identificado e equipado, destinado os processos de descontaminação, limpeza e esterilização de instrumentais,

VI – sanitário com água corrente, sabonete líquido e toalha descartável, lixeira com tampa acionada por pedal.

Art. 171 - É proibido fazer funcionar estabelecimentos que executam procedimentos de tatuagem e piercing em sótãos e/ou porões ou em qualquer outra edificação que não tenham garantido as condições de iluminação, aeração e salubridade necessárias ao seu correto funcionamento.

Art. 172 - Na execução de procedimentos inerentes as práticas de tatuagem e piercing, antes de atender cada cliente, o tatuador e o prático de piercing deverão:

a) - lavar as mãos com água /detergente, enxaguar abundantemente com água corrente e em seguida fazer anti-sepsia com álcool etílico iodado a 2% ou álcool etílico a 70%.

b) - calçar um par de luvas, obrigatoriamente descartável e de uso único. O uso de luvas não dispensa a lavagem das mãos antes e após contatos que envolvem sangue ou outros fluidos corpóreos do cliente, bem como as luvas devem ser traçadas, após o atendimento a cada cliente.

c) - realizar a limpeza da pele do cliente com água potável e sabão /detergente apropriado e eficaz para esta finalidade, após a limpeza procede a anti-sepsia da pele do cliente com álcool etílico iodado a 2% ou álcool etílico a 70% com tempo de exposição no mínimo de 3 minutos.

Art. 173 - Obrigatoriamente, todo o instrumental empregado na execução de procedimentos inerentes às práticas de tatuagens e de piercing, deverá ser submetido a processos de descontaminação, limpeza e esterilização em área que cumpra o dispositivo das normas vigentes.

§ 1º - as agulhas, lâminas ou dispositivos destinados a remover pêlos empregados na prática de tatuagem, deverão ser descartáveis e de uso único. Não deverão ser esterilizados ou esterilizados reprocessados.

§ 2º - antes de serem introduzidos e fixados no corpo humano, os adornos deverão ser submetidos a processos de esterilização.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Art. 174 - Os estabelecimentos de que se trata este capítulo deverão adotar as boas práticas para os procedimentos de limpeza, desinfecção e esterilização, sendo que as descrições de todas as técnicas empregadas deverão estar registradas em manual próprio.

Art. 175 - Somente poderá ser empregada para a execução de procedimentos inerentes as práticas de tatuagem tintas atóxicas fabricadas especificamente para tal finalidade.

Parágrafo Único - As tintas deverão ser fracionadas para cada cliente, a região do equipamento que entrar em contato com a derme não poderá voltar a ter contato com a tinta na embalagem original.

Art. 176 - Nos estabelecimentos de tatuagem e de piercing, produtos, artigos e materiais descartáveis destinados à execução de procedimentos, deverão ser acondicionados em armários exclusivos para tal finalidade, limpos, sem umidade e que sejam mantidos fechados.

Parágrafo Único - Os produtos empregados na higienização ambiental deverão ser acondicionados em local próprio a esse fim.

Art. 177 - O acondicionamento e descarte dos resíduos infectantes deverão ser realizados em acordo com a legislação específica.

Parágrafo Único - No grupo de resíduos infectantes incluem-se, dentre outros, agulhas e quaisquer objetos perfurantes ou cortantes capazes de causar punctura ou corte.

Art. 178 - Os resíduos das tintas usadas na aplicação de tatuagens que não entraram em contato com fluidos corpóreos do cliente, deverão ser descartados ao término de cada procedimento, como resíduos comuns.

Art. 179 - É proibida a realização de tatuagem e piercing em menores de idade, nos termos da legislação vigente (artigos 5º, 17, e 18 da Lei Federal nº 8.069 de 13/07/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e artigo 129 do código penal Brasileiro), salvo autorização dos pais ou representantes legais.

Art. 180 - Não poderá ser aplicada tatuagem em áreas cartilaginosas, tais como nariz e orelhas, dentre outros.

Art. 181 - Fica proibida a execução ao ar livre, de procedimentos inerentes às práticas de tatuagens e de piercing.

Art. 182 - Os termos deste capítulo se aplicam às pessoas físicas ou jurídicas, envolvidas direta ou indiretamente, com a execução de procedimentos inerentes a práticas de tatuagem e piercing.

DAS ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS

Art. 183 - Especialidades farmacêuticas são todas as formas farmacêuticas de fórmulas invariáveis com denominação especial, para ser dada ao consumo em embalagem original e finalidade terapêutica ou profilática.

Art. 184 - É terminantemente proibido fabricar, manipular ou vender preparos secretos e atribuir aos licenciados propriedades curativas ou higiênicas que não tenham sido

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

mencionados nas licenças, relatórios, rótulos e bulas respectivas.

Parágrafo Único – para que o preparo não seja considerado secreto é necessário que esteja como especialidade farmacêutica, ou seja, oficial.

Art. 185 - A especialidade farmacêutica só poderá ser entregue ao consumo depois de licenciada e cumprida as exigências para tal finalidade conforme determinado na legislação federal.

Art. 186 - A farmácia e a drogaria terão obrigatoriamente, a assistência de técnico responsável, inscrito no conselho regional de farmácia, na forma da lei.

§ 1º - a presença do técnico responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento.

§ 2º - os estabelecimentos de que se trata este artigo poderão manter técnico responsável substituto, para os casos de impedimento ou ausência do titular.

Art. 187 - A responsabilidade técnica do estabelecimento será comprovada por declaração de firma individual, pelos estatutos ou contrato social, ou pelo contrato de trabalho do profissional responsável.

§ 1º - cessada a assistência técnica pelo término ou alteração da declaração de firma individual, contrato social ou estatuto da pessoa jurídica ou pela rescisão do contrato de trabalho, o profissional responderá pelos atos praticados durante o período em que deu assistência ao estabelecimento.

§ 2º - a responsabilidade referida no parágrafo anterior subsistirá pelo prazo de um ano a contar de data em que o sócio ou empregado cesse o vínculo com a empresa.

Art. 188 - Somente será permitido o funcionamento da farmácia e drogaria sem a assistência do técnico responsável, ou do seu substituto, pelo prazo de até trinta dias, período em que não serão aviados fórmulas magistrais ou oficiais, nem vendidos medicamentos sujeitos a regime especial de controle.

Art. 189 - É facultada as farmácias e drogarias manterem serviço de atendimento ao público para aplicação de injetáveis a cargo de técnico habilitado, observando a prescrição médica.

Parágrafo Único - Para efeito deste artigo o estabelecimento deverá ter local privativo, equipamentos e acessórios apropriados e cumprir os preceitos sanitários pertinentes.

Art. 190 - A cada farmacêutico será permitido exercer a direção técnica de no máximo duas farmácias, sendo uma comercial e uma hospitalar.

Parágrafo Único - A licença para funcionamento do estabelecimento será expedida após verificação da observância das condições fixadas nesta lei e na legislação supletiva, (ANVISA).

Art. 191 - O alvará é válido pelo prazo de um ano e será revalidado por período igual ou sucessivo.

§1º - a revalidação deverá ser requerida até cento e vinte dias do término de sua vigência.

§2º - a revalidação somente será concedida após verificação do cumprimento das condições sanitárias exigidas para o licenciamento do estabelecimento através de inspeção.

Art. 192 - A mudança do estabelecimento para local diverso do previsto no

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

licenciamento dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das normas exigidas para o licenciamento.

Art. 193 - As licenças poderão ser suspensas ou cassadas, ou canceladas no interesse da saúde pública, mediante despacho fundamentado da autoridade competente, assegurando o direito de defesa em processo administrativo, instaurado pelo órgão sanitário.

Art. 194 - Somente será aviada a receita:

- I - que estiver a tinta, em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais;
- II - que contiver o nome e o endereço residencial do paciente e expressamente, o modo de usar a medicação;
- III - que contiver data e a assinatura do profissional, endereço do consultório ou da residência, e o número de inscrição no respectivo conselho profissional.

Parágrafo Único – O receituário de medicamentos entorpecentes ou a estes equiparados e os demais sob regime de controle, de acordo com a sua classificação, obedecerá às disposições da legislação federal específica.

Art. 195 - A receita em código, para aviamento na farmácia privativa da instituição, somente poderá ser prescrita por profissional vinculado a unidade hospitalar.

Art. 196 - Quando a dosagem do medicamento prescrito ultrapassar os limites farmacológicos ou a prescrição apresentar incompatibilidade, o responsável técnico pelo estabelecimento solicitará confirmação expressa ao profissional que a prescreveu.

Art. 197 - Na ausência do responsável técnico pela farmácia ou de seu substituto será, vedado o aviamento de fórmula que dependa de manipulação na qual figure substância sob regime de controle sanitário especial.

Art. 198 - Compete ao órgão de fiscalização sanitária a fiscalização dos estabelecimentos de que trata esta lei, para a verificação das condições de licenciamento e funcionamento.

Art. 199 - Na hipótese de ser apurada infração ao disposto nesta lei e demais normas pertinentes, os responsáveis ficarão sujeitos às sanções previstas na legislação penal e administrativa, sem prejuízo da ação disciplinar decorrente do regime jurídico a que estejam submetidos.

Art. 200 - Para efeito de análise fiscal procedem-se às normas federais e estaduais.

DOS LABORATÓRIOS DE PRODUTOS BIOLÓGICOS

Art. 201 - São considerados laboratórios para fabricação de produtos biológicos, os laboratórios de soro e vacinas, bacteriófagos, hormônios e vitaminas naturais ou sintéticas.

Art. 202 - Deverão atender as exigências das legislações específicas.

DOS PRODUTOS COSMÉTICOS, PERFUMES, HIGIENE E CONGÊNERES.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Art. 203 - Consideram-se cosméticos produtos para uso externo, destinados à proteção ou ao embelezamento das diferentes partes do corpo.

Art. 204 - Perfumes - produtos de composição aromática obtida a base de substâncias naturais ou sintéticas que, em concentrações e veículos apropriados, tenham como principal finalidade a odorização de pessoas ou ambientes, incluindo os extratos, as águas perfumadas, os perfumes cremosos, preparados para banho e os odorizantes de ambientes, apresentados em forma líquidas, geleificada, pastosa ou sólida.

Art. 205 - Produtos de higiene – produtos para usos externos, anti-sépticos ou não, destinados ao asseio ou a desinfecção corporal.

Art. 206 - Congêneres - todos os outros produtos não classificados nos artigos anteriores.

Art. 207 - Deverão atender as exigências das legislações específicas.

ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL AGROPECUÁRIO

Art. 208 - Toda pessoa proprietária ou responsável por estabelecimento industrial e comercial agropecuário, de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que, por sua localização, condição, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nela trabalhem ou o utilizem.

Art. 209 - Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial e agropecuário, de qualquer natureza, somente pode fazê-los funcionar com a devida licença sanitária, obedecidos aos requisitos exigidos pela presente lei, devendo a mesma ser renovada anualmente.

Parágrafo Único - Toda a pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento industrial e comercial agropecuário, deverá providenciar desinsetização e desratização do mesmo por empresa especializada, devidamente licenciada pela vigilância sanitária.

**DOS PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS
E DOS ESTABELECIMENTOS APLICADORES.**

Art. 210 - A empresa que tenha por atividade fabricação de produtos saneantes domissanitários, como definidos na Lei Federal nº. 6.360 de 23 de setembro de 1973, somente poderão funcionar mediante a licença da Vigilância Sanitária, observando o disposto na legislação federal pertinente.

Art. 211 - Os produtos saneantes domissanitários e congêneres somente poderão ser fabricados, manipulados, beneficiados, acondicionados, armazenados e expostos à venda, após terem sido licenciados pelo Ministério da Saúde.

Art. 212 - Os estabelecimentos mencionados neste capítulo deverão contar com responsável técnico habilitado na forma da lei.

DO USO DOS RATICIDAS E INSETICIDAS

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

Art. 213 - Ficam obrigados todos os estabelecimentos que industrializam e comercializam gêneros alimentícios de qualquer natureza, bem como os de saúde, e estabelecimentos de trabalho em geral a realizarem a desratização e desinsetização, como forma de prevenção de doenças infecto contagiosa.

Parágrafo Único - Deverá ser executado por empresas especializadas, cadastradas na vigilância sanitária.

Art. 214 - Somente poderão ser empregados, para fins domésticos, inseticidas, raticidas e congêneres, registrados pelo órgão federal competente e classificados como de baixa e média toxicidade. Os de alta toxicidade serão privativos de empresas e entidades especializadas, conforme legislação vigente.

§ 1º - todos os produtos citados no "caput" deste artigo, devem conter em sua embalagem, as palavras básicas, em letras maiúsculas: "CUIDADO PERIGO SE INGERIDO, INALADO OU ABSORVIDO PELA PELE".

§ 2º - Os produtos de alta toxicidade, com venda restrita a entidades especializadas, devem constar com destaque: PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO.

Art. 215 - Os serviços de aplicação de inseticidas e raticidas deverão ser realizados com a utilização de produtos devidamente registrados no Ministério da Saúde, observadas as restrições de uso e segurança durante a sua aplicação.

Art. 216 - Quando da execução de serviços, a empresa deverá informar ao cliente, através de folhetos informativos, as características dos produtos e respectivas concentrações que serão utilizadas em seus serviços, além de sinais e sintomas de intoxicação e medidas emergenciais.

DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 217 - Para os efeitos deste regulamento, consideram-se resíduos de serviços de saúde todo o produto resultante de atividades de assistência à saúde, dotado de potencial risco biológico, assistência ao paciente, sangue e hemoderivados, cirúrgico, anátomo-patológico, perfuro-cortante, animal contaminado, resíduo farmacêutico, resíduo químico perigoso e rejeito radioativo, assim como os resíduos comuns.

Art. 218 - O conjunto de procedimentos e técnicas que visam à eliminação de características de risco e à minimização de impactos a saúde ocupacional e do meio ambiente, deverá obedecer à legislação vigente.

Art. 219 - As unidades que geram resíduo radioativo deverão atender ao disposto nas normas especificadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Art. 220 - Toda pessoa física e/ou jurídica geradora de resíduos de serviços de saúde deverá apresentar a vigilância sanitária comprovante de destinação final do mesmo, obedecendo às normas vigentes, sendo esta responsabilizada por qualquer impacto a saúde ocupacional e do meio ambiente.

Art. 221 - O acondicionamento, coleta, transporte interno, armazenamento interno e descarte dos resíduos infectantes deverão ser realizados de acordo com legislação vigente, conforme demonstrada no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS do estabelecimento.

DOS SALÕES DE CABELEIREIROS,

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**OS INSTITUTOS DE BELEZA, ESTÉTICA, PODOLOGIA
E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES;**

Art. 222 - Os estabelecimentos executores das atividades de salão de cabeleireiros, institutos de beleza, estética, podologia e estabelecimentos congêneres, de interesse à saúde, não poderão funcionar sem possuírem Alvará Sanitário e profissionais legalmente habilitados.

Art. 223 - É obrigatória à adoção de procedimentos de limpeza e/ou esterilização, após cada uso, dos utensílios e instrumentais que entrarem em contato direto com o usuário, utilizados na prática profissional em estabelecimentos de estética, institutos de beleza, podólogos, salões de cabeleireiros e congêneres.

§ 1º - O procedimento de esterilização será adotado para todos os instrumentais utilizados em manicure, pedicure, podologia e estética ou qualquer outra atividade profissional, onde haja risco em potencial de contaminação deste material por intermédio de secreções orgânicas e conseqüentes, potencialidades para o cruzamento de infecção com microrganismos patogênicos, entre usuários.

§ 2º - A esterilização dos instrumentais, efetuar-se-á utilizando-se equipamentos apropriados como estufas ou autoclaves.

§ 3º - Os instrumentais, utensílios ou materiais que não representem risco em potencial à saúde deverão sofrer processo de limpeza.

§ 4º - O roteiro para a esterilização e limpeza dos instrumentais e utensílios deverá obrigatoriamente, para efeito de permanente consulta dos profissionais e usuários, ser afixado em local visível no estabelecimento.

§ 5º - Os estabelecimentos deverão possuir e manter acessível à equipe de fiscalização, o contrato de prestação de serviços de manutenção periódica e preventiva do equipamento de esterilização existente, devidamente atualizado.

§ 6º - As lâminas para barbear são de uso único ficando vedado o seu reprocessamento, devendo ser descartadas em recipiente apropriado, de paredes rígidas.

Art. 224 - Os estabelecimentos deverão utilizar material descartável para a forração de macas.

Art. 225 - Os estabelecimentos que exercerem a atividade de depilação deverão manter cabines individuais, exclusivamente para esta finalidade, com espaço, iluminação e ventilação adequados à prática profissional e acomodação confortável do usuário.

Art. 226 - É vedada à utilização e exposição de produtos de interesse à saúde pública, que não possuam registro nem indicativo de isenção do órgão sanitário competente, com prazo de validade vencido ou com qualquer tipo de alteração de rotulagem.

Art. 227 - É expressamente proibida a prática de reutilização de ceras para depilação ou qualquer outro produto químico usado.

Art. 228 - Todos os estabelecimentos descritos deverão possuir em suas dependências, piso e paredes de superfícies lisas, impermeáveis, de fácil desinfecção, íntegra e manter suas instalações físicas devidamente conservadas e asseadas.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

Art. 229 - Os estabelecimentos deverão possuir instalações sanitárias em perfeitas condições de uso, provido com papel toalha, sabonete líquido, lixeira com acionamento sem contato manual e torneira de toque.

Parágrafo Único - Para os estabelecimentos localizados no interior de centros comerciais e que não possuam instalações sanitárias exclusivo na loja, fica permitida a utilização dos banheiros de uso coletivo existentes.

Art. 230 - É obrigatória a existência de lavatório com água corrente no interior dos estabelecimentos, com torneira de toque, sabonete líquido papel toalha de uso individual, lixeira com acionamento sem contato manual, para a higienização das mãos pelos profissionais, antes e após a realização de cada atividade.

Art. 231 - Para todos os estabelecimentos que executam atividades em que se utilize qualquer prática invasiva ou aplicação de produtos e métodos que possam causar repercussões sistêmicas no usuário é obrigatória a presença de Médico responsável técnico, devidamente regularizado junto ao Conselho Regional de Medicina.

§ 1º - Os procedimentos ou atividades de mesoterapia, dermabrazão, depilação definitiva à laser, peeling, aplicação de botox, preenchimento de rugas com ácidos, entre outros procedimentos invasivos são considerados ato médico, sendo vedada a execução destes procedimentos por outros profissionais.

§ 2º - Deverá ser afixado, obrigatoriamente em local visível, placa informativa ao usuário constando o nome do médico responsável técnico pelo estabelecimento.

Art. 232 - Deverá ser afixado, obrigatoriamente em local visível placa informativa ao usuário de acesso à fiscalização sanitária do Município em caso de reclamações.

**CAPÍTULO VII
DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO**

Art. 233 - Estabelecimento de ensino é todo estabelecimento público ou privado de qualquer natureza, tipo ou finalidade onde se ministra sistematicamente instruções coletivas.

Art. 234 - Toda pessoa proprietária de ou responsável por estabelecimento de ensino de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que não haja risco à saúde dos que nele estudem ou trabalhem nem poluição ou contaminação do ambiente.

Parágrafo Único - A pessoa deve para a construção ou funcionamento do estabelecimento, cumprir as normas sobre projeto de construção, zoneamento, localização, orientação, acesso, saneamento, acústica, iluminação, relação espaço / aluno e outros especificados em legislação.

Art. 235 - A pessoa proprietária e/ou responsável por edificações destinadas ao ensino público ou privadas de qualquer natureza, tipo ou finalidade, é obrigada a permitir vistoria sanitária.

Parágrafo Único – Se a autoridade de saúde verificar, na vistoria sanitária, inobservância das disposições desta legislação e de finalidades, e de suas normas técnicas, intimará o responsável pelo estabelecimento, fixando prazo para a correção da irregularidade.

Art. 236 - A pessoa proprietária e/ou responsável por edificações destinadas

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

ao ensino público ou privadas, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá dotá-la de equipamentos e instalações para extinção de incêndios, de acordo com as normas e especificações de proteção contra incêndios da Polícia Militar – Corpo de Bombeiros -SC.

Art. 237 - Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento de ensino público ou privado, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá providenciar desinsetização, desratização e limpeza das caixas de água do mesmo, devendo esta ser realizada por empresa especializada, e licenciada pela Vigilância Sanitária.

Art. 238 - Toda pessoa proprietária e/ou responsável por edificações destinadas ao ensino público ou privadas de qualquer natureza, tipo ou finalidade, no que se refere aos terrenos, deverá atender as seguintes condições de localização, segurança e salubridade:

I – o terreno deverá estar mais de 200m de:

- a) - vibrações;
- b) - gases venenosos;
- c) - fumaças;
- d) - ruídos intensos;
- e) - indústria de produtos tóxicos;
- f) - esgotos a céu aberto;
- g) - depósitos de lixo.

II - o terreno não deverá apresentar:

- a) - água estagnada;
- b) - focos de insetos e roedores;
- c) - áreas montanhosas ou inundáveis;
- d) - aterros orgânicos não-sedimentados;
- e) - insolação deficiente.

III – o terreno deverá fornecer condições adequadas para:

- a) - abastecimento de água potável, obedecidas às exigências regulamentares da legislação específica.
- b) - disposição correta de esgoto e do lixo de acordo com as exigências do regulamento específica;
- c) - ventilação e iluminação natural;
- d) - áreas de lazer ao ar livre.

IV – o terreno não poderá estar próximo de:

- a) - áreas sob efeito de erosão;
- b) - encostas perigosas;
- c) - área de exercício de tiro;
- d) - áreas sujeitas a ressacas e deslizamentos de terras.

V - O terreno deverá ser:

- a) - de fácil acesso aos alunos e a veículos particulares e de transporte coletivos;
- b) - protegido com cercas ou muros, sem utilização de arames farpados;
- c) - limpo e capinado, preservando-se a flora não nociva.

Art. 239 - Todo estabelecimento de ensino deverá ter seus equipamentos, revestimentos, instalações e mobiliários de material inócuo, sem solução de continuidade ou de superfície aguda cortante.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Art. 240 - Todo o estabelecimento de ensino deve possuir:

- I - Alvará sanitário;
- II - vistoria do corpo de bombeiros;
- III - construção de acordo com a ABNT;
- IV - todos os alunos devem possuir caderneta de saúde ou carteira de vacinação, atualizada;
- V - os funcionários que manipulam alimentos devem possuir carteira de saúde;
- VI - caso a cozinha seja terceirizada, solicitar cópia do alvará sanitário do estabelecimento fornecedor da alimentação;
- VII - os manipuladores devem fazer uso de uniforme completo.

Art. 241 - Estabelecimento de Educação pré-escolar são aqueles que atendem crianças de 00 a 06 anos e subdividem-se em:

- I - Creche - atendimento de crianças de 00 a 02 anos;
- II - escola maternal - atendimento de crianças de 02 a 04 anos;
- III - Jardim de infância – atendimento de crianças de 04 a 06 anos.

Art. 242 - O prédio destinado a abrigar creches, escola maternal e jardim de infância, deve dispor, no mínimo, das seguintes áreas, dependências e instalações:

- I - sala para administração;
- II - sala para atividades infantis, com área mínima de 1,50m² por criança, com iluminação, ventilação, mobiliário e equipamentos adequados à faixa etária que se propõe a atender;
- III - local para alimentação, com instalações e equipamentos, em boas condições de higiene e segurança;
- IV - cozinha dietético-local, com área mínima de 4,00m², dotado de equipamentos e utensílios necessários para preparo de mamadeiras ou suplemento dietético para as crianças;
- V - instalações sanitárias suficientes e próprias para a criança, preferencialmente localizadas próximas às salas de atividades, com cobertura direta para o exterior não devendo as portas conter fechadura ou trinco;
- VI - instalações sanitárias completas para uso das mães e do pessoal;
- VII - área para atividades ao ar livre, com os seguintes requisitos:
 - a) - dimensões mínimas 4 m², por criança em atividade;
 - b) - equipamentos adequados à idade das crianças e mantidos em bom estado de conservação e higiene;
 - c) - espaços livres para brinquedos e jogos.

§ 1º - quando o estabelecimento adotar o atendimento em regime de tempo integral, o prédio deverá conter local para refeições e repouso das crianças, com dimensões adequadas à matrícula e com mobiliário apropriado.

§ 2º - em se tratando de classe de educação pré-escolar mantida por unidade de ensino de 1º, 2º e 3º graus, é vedada a utilização conjunta das áreas, com exceção da sala de direção e do ambiente de preparo de merenda.

Art. 243 - O prédio destinado a abrigar a creche, além das dependências e condições prescritas, deverá ainda possuir:

- I – berçário com berços individuais, divididos em subseções com 10 berços cada uma, com área mínima de 3,00m² respeitando-se à distância de 0,50m uns dos outros e das paredes;
- II - A sala deve ser dotada de equipamento apropriado como bancadas altas para troca de roupas, local para banheira dos bebês e pia para higienização dos funcionários com

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

sabonete líquido anti-séptico, toalha de papel descartável, e torneira de toque.

III - os colchões e colchonete deverão ser revestidos com material impermeável e de fácil desinfecção;

IV - as cortinas das salas deverão ser de material liso e impermeável e de fácil desinfecção.

Art. 244 - Todo ambiente de ensino (sala de aula, salas ambientes e auditórios) deverá proporcionar volume de ar equivalente a 4m³ por aluno.

Parágrafo Único - Quando o volume de ar por aluno for abaixo deste valor, deverão ser adotadas soluções de ventilação cruzada.

Art. 245 - As edificações destinadas a estabelecimentos escolares de qualquer natureza, deverão dispor de salas destinadas às aulas que comportarão no máximo 40 alunos, correspondendo a cada aluno área não inferior a 1,30 m², excluídos os corredores, áreas de circulação interna e áreas destinadas a professores e equipamentos didáticos.

Art. 246 - Na existência das salas destinadas à aula prática, especialmente de química, física e biológica, deverão as mesmas possuir dispositivos apropriados para refrigeração, circulação, renovação e filtração do ar.

Art. 247 - As salas ambientes, quando existirem, deverão seguir as normas técnicas da ABNT, de acordo com os cursos a que se destinarem.

Art. 248 - O pé direito mínimo das salas de aulas em geral, nunca poderá ser inferior a 3,00m, com o mínimo, em qualquer ponto, de 2,50m, incluído vigas ou luminárias, devendo ser aumentado sempre que as condições de iluminação natural assim o exigirem.

Art. 249 - A iluminação das salas de aula em geral, será sempre natural, predominando a unilateral esquerda, não se dispensando a iluminação artificial para as condições climatológicas peculiares e para aulas noturnas.

§1º - Quando houver necessidade de iluminação zenital, esta deverá corresponder a 23% da área do piso, devendo ser previstos elementos que evitem o ofuscamento.

§2º - As aberturas nas paredes laterais para iluminação natural, devem corresponder a uma área total mínima que atinja 30% da área do ambiente, sendo os seguintes níveis de iluminação considerados suficientes:

- a) - para salas de aulas, 300 lux;
- b) - para biblioteca, laboratório e sala ambiente, 500 lux;
- c) - para setor administrativo, 250 lux;
- d) - para áreas de circulação, 100 lux;
- e) - para vestiários e banheiros, 100 lux.

Art. 250 - Os auditórios dos estabelecimentos de ensino terão área útil não inferior a 0,80 m² por pessoa, observando-se ventilação adequada e perfeita visibilidade da mesa, quadros ou telas de projeção, para todos os espectadores.

Art. 251 - Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação à área de circulação geral:

I – quanto os corredores:

- a) - largura mínima de 1,50m para corredores e passagens de uso coletivo;
- b) - nas áreas de circulação que servem as salas de aula deverá haver um acréscimo na largura de 0,20 m por sala, até o máximo de 3,50m;

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

c) - acréscimo de 0,50m por lado utilizado, caso seja instalado armário ou vestiário.

II – quanto às portas:

- a) - as portas de comunicação dos ambientes com as circulações deverão ter largura mínima de 0,90m;
- b) - as portas de salas - ambientes deverão ser duplas com largura total não-inferior a 1,40m;
- c) - as aberturas de entrada e saída deverão ter largura mínima de 3,00m.

III – quanto às escadas:

- a) - terão passagem livre com altura não-inferior a 2,00m;
- b) - terão largura mínima de 1,50m;
- c) - terão os degraus altura máxima de 0,16m e profundidade mínima de 0,31m;
- d) - terão o piso revestido com material adequado à sua finalidade;
- e) - terão corrimão com altura de 0,85m;
- f) - terão seus lances retos, com número de degraus não-superior a 10;
- g) - terão patamares planos entre os andares, quando necessário, de no mínimo 1,50m;
- h) - terão corrimão intermediário para escadas com largura superior a 2,50m, não ultrapassando as subdivisões de 1,50m de largura;
- i) - terão iluminações naturais, diretas ou indiretas;
- j) - não apresentarão trechos em leques.

IV – quanto às rampas:

- a) - serão construídas de material resistente e incombustível;
- b) - terão passagem livre com altura não inferior a 2,00m;
- c) - terão largura mínima de 1,50m;
- d) - terão declividade não-superior a 15 % do seu comprimento;
- e) - terão piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
- f) - terão balaústre ou corrimão com altura de 0,85m.

Parágrafo Único - O acesso nos estabelecimentos de ensino deverá ser facilitado para deficientes físicos, mediante rampas ou planos inclinados de materiais especiais.

Art. 252 - Toda pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas ao ensino público ou privado de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá atender às seguintes condições em relação às instalações sanitárias:

- I - serão separados por sexo, com acessos independentes;
- II - ser dotada de bacio (vaso) sanitários em número correspondente, a no mínimo 1 para cada 20 alunos e um lavatório para cada 40 alunos;
- III - ter os mictórios, forma de cuba ou calha, na proporção de um (01) para cada 40 alunos, separados em dois outros, por uma distância de 0,60 m;
- IV - ter paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente até a altura mínima de 2,00m;
- V - ter condições de ventilação permanente;
- VI - ter pisos impermeáveis e resistentes;
- VII - ter chuveiros na proporção de um para cada cinco alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esporte ou educação física;
- VIII - os “box” sanitários deverão ter largura mínima de 0,80m por 1,25m de comprimento ou o equivalente em área para larguras maiores, com portas de larguras não-inferior a 0,60 m e suspensão dos pisos deixando vãos livres de 0,15 m de altura na parte inferior e 0,30 m, no

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

mínimo, na parte superior.

Art. 253 - Toda pessoa, proprietária e/ou responsável por estabelecimento de ensino na parte correspondente a cozinhas, refeitórios, cantinas, lanchonetes e congêneres, além de atender as disposições regulamentares, deverá obedecer ao seguinte:

I - proibir a venda, nas cantinas escolares, de alimentos altamente cariogênicos, visando à promoção de saúde oral;

II - apresentar, na cozinha, as condições:

a) - paredes revestidas com material liso, lavável, resistente e impermeável de até no mínimo 2 (dois) metros de altura, de cor clara, ventilação e iluminação de acordo com as normas fixadas;

b) - Não haver comunicação direta da cozinha com instalações sanitárias e com locais insalubres e perigosos;

c) - apresentar depósito anexo à cozinha com paredes revestidas de materiais impermeáveis, resistentes, laváveis e aberturas com telas (milimétricas);

d) - tipo ou finalidade na parte correspondente a abastecimento de água, além de atender às disposições na legislação vigente, deverá obedecer ao seguinte:

I - disponibilidade mínima de 50 litros de água por aluno/ dia, sendo que nos internatos a disponibilidade mínima será de 150 litros de água por aluno/dia e nos semi-internatos será de 100 litros por aluno/dia;

II - a potabilidade da água deverá ser examinada a cada seis meses, mediante análise de amostras.

III - deverá ser instalados bebedouros de guarda protetora na proporção mínima de 1 para cada 50 alunos ou fração por turno, sendo vedada sua localização em instalações sanitárias, e a utilização de copos ou vasilhames, exceto os descartáveis;

IV - nos bebedouros, a extremidade do local de suprimento de água deverá estar acima do nível de transbordamento do receptáculo;

V - as caixas de água, reservatórios, cisternas ou poços deverão ser revestidos de material impermeável, inócuo, não-corrosível, de fácil limpeza, permanecendo cobertas, protegidas e vedadas contra contaminação de qualquer natureza, devendo ser submetidos à limpeza e desinfecção, de seis em seis meses;

Art. 254 - Toda pessoa, proprietária e/ou responsável por estabelecimento de ensino público ou privado, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, na parte correspondente à disposição de esgoto e de lixo, além de atender às disposições regulamentares específicas sobre ambiente deverá obedecer ao seguinte:

I - quando não existir rede coletora de esgoto e a solução indicada for à utilização de fossas sépticas, estas deverão ter a capacidade de 50 l por aluno/ dia, no mínimo.

II - nas salas deverão possuir cestas coletoras de papel, e nos pátios, locais de recreio, deverão possuir recipientes coletores de lixo com tampa, de preferência com separação para a reciclagem.

**CAPITULO VIII
INFRAÇÕES SANITÁRIAS - PENALIDADES
GRADUAÇÃO DAS PENALIDADES**

Art. 255 - Para os efeitos da aplicação deste código considera-se infração a não observância ou não cumprimento das normas legais ou regulamentares que se

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

destinem à proteção, promoção, preservação ou recuperação da saúde.

Art. 256 - A autoridade em vigilância à saúde que, tendo conhecimento da infração deixar de autuar o infrator, estará sujeita às sanções e a responsabilidade funcional.

Art. 257 - Estarão sujeitos a sanções todos aqueles que por motivo de ação ou omissão lhes tenham dado causa, concorrerem para a sua prática ou obtiverem benefícios delas.

Art. 258 - As infrações sanitárias se classificam em:

I - leves - neste caso o infrator se beneficia por circunstância atenuante;
II - graves - casos com circunstâncias agravantes; III - gravíssimas - casos que seja verificada a existência de 2 (duas) ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 259 - São circunstâncias atenuantes:

I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consumação do evento;
II - compreensão errônea da norma sanitária, admitida como escusável, quando patente a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;
III - o infrator, por livre e espontânea vontade, imediatamente procurar reparar ou minorar as conseqüências lesivas do ato;
IV - ser o infrator primário e a infração cometida de natureza leve.

Art. 260 - São circunstâncias agravantes:

I - ter o infrator agido com dolo, fraude ou má-fé;
II - a infração ser de natureza clara de obtenção de vantagem pecuniária;
III - o infrator utilizar coação para a execução de infração;
IV - ser a infração calamitosa a saúde pública;
V - o infrator ser reincidente na prática do ato ou fato lesivo à saúde pública;
VI - se do conhecimento do ato lesivo a saúde pública, o infrator não tomar providencias no intuito de evitá-lo.

Art. 261 - Casos de reincidência colocam o infrator enquadrado na penalidade máxima na caracterização da infração de gravíssima.

Art. 262 - A fim de aplicação da pena e sua graduação a autoridade em vigilância à saúde deverá considerar:

I - circunstâncias agravantes e atenuantes;
II - gravidade do fato;
III - antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 263 - Nos casos de concomitância de circunstâncias agravantes e atenuantes a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 264 - As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária, prescrevem em 5 (cinco) anos.

§ 1º - A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente que objetiva a apuração e consequentemente imposição da pena.

§ 2º - Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**ESPECIFICAÇÃO DAS PENALIDADES
PARA MULTA E TAXAS**

Art. 265 - Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis as infrações sanitárias, são punidas alternativamente ou cumulativamente com as penalidades de:

- I - advertência;
- II - penas educativas;
- III - multas;
- IV - apreensão de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;
- V - interdição de produtos;
- VI - inutilização de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;
- VII - suspensão de comercialização de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;
- VIII - suspensão de fabricação de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;
- IX - cancelamento de registro de substâncias, produtos, equipamentos e atividades;
- X - interdição total ou parcial do estabelecimento;
- XI - proibição de propagandas;
- XII - cassação de licença de funcionamento de estabelecimentos;
- XIII - suspensão temporária ou definitiva de assunção de responsabilidade técnica;
- XIV - intervenção;
- XV - outras medidas.

Art. 266 - A pena de multa será de:

- I - infrações leves - até 50 UFM;
- II - infrações graves - de 51 a 225 UFM;
- III - infrações gravíssimas - de 251 a 1.000 UFM.

Art. 267 - Os valores das multas e taxas previstas neste código aplicar-se-ão a Unidade Fiscal do Município (UFM), nos termos da lei tributária municipal.

§ 1º - Os infratores que estiverem em débito de multa e/ou não poderão participar de licitações, celebrar contratos ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

§ 2º - A taxa de Vigilância Sanitária Municipal será devida de acordo com os valores constantes da tabela anexa (Anexo I).

I - O pagamento da taxa prevista nesse artigo não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

II - A Taxa de Vigilância Sanitária Municipal será devida através de guia, devidamente autenticada mecanicamente, com a cobrança até o dia 28 de fevereiro.

Art. 268 - A pena de suspensão temporária ou definitiva será aplicada aos profissionais habilitados em estabelecimentos de interesse da saúde que atuem com imperícia, imprudência ou negligência gerando riscos à saúde individual ou coletiva.

Art. 269 - A pena de intervenção será aplicada a estabelecimentos prestadores de serviços de saúde que atuem com negligência, imperícia ou imprudência.

Art. 270 - A pena de intervenção se aplica de imediato a situações em que se constata infração sanitária que cause risco de saúde à população e comporta 3 (três) modalidades:

- I - cautelar;
- II - por tempo determinado;

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

II - definitivo.

Art. 271 - A pena de interdição será extensiva para os estabelecimentos industriais comerciais de substâncias e produtos de interesse da saúde cuja atividade seja entendida pela autoridade em vigilância à saúde como passível de gerar risco iminente à vida ou saúde pública ou comprometer de modo irreversível a proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde da população.

CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES E SUAS PENALIDADES

Art. 272 - A pessoa física ou jurídica que comete infração de natureza sanitária está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

I - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimentos de interesse a saúde sem licença do órgão sanitário competente, ou contrariando normatização legal pertinente.

Pena: advertência, interdição, cancelamento de alvará sanitário e/ou multa.

II - instala consultórios médicos ou odontológicos, atividades paramédicas, locais que utilizem quaisquer equipamentos geradores de radiação ou outros sem licença do órgão sanitário contrariando o disposto na legislação vigente.

Pena: advertência, interdição, apreensão e cancelamento do alvará sanitário e/ou multa.

III - constrói clínicas ou faz funcionar estabelecimentos veterinários ou afins, sem alvará ou licença do órgão sanitário contrariando o disposto na legislação pertinente.

Pena: advertência, interdição, apreensão e cancelamento do alvará sanitário e/ou multa.

IV - extrai, produz, fabrica, transporta, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala, importa, exporta, armazena, expede, compra, vende, cede ou utiliza produtos de interesse da saúde sem o registro prévio no órgão sanitário ou contrariando a legislação vigente.

Pena: advertência, interdição, apreensão, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa.

V - faz propaganda de produtos de interesse da saúde contrariando a legislação sanitária vigente.

Pena: advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda, interrupção de venda e/ou multa.

VI - não notifica doença ou zoonose de caráter, transmissível ao homem por parte responsável pelo seu registro, de acordo com o que implicam as normas legais ou regulamentos vigentes.

Pena: advertência, e/ou multa.

VII - dificulta a aplicação de medidas relacionadas às doenças transmissíveis pelas autoridades em vigilância à saúde.

Pena: advertência e/ou multa.

VIII - não permite a fluência dos programas de vacinação obrigatória ou qualquer outro procedimento que impeça a disseminação de doenças transmissíveis.

Pena: advertência, interdição, cancelamento do alvará sanitária e/ou multa.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

IX - opor-se a exigência de provas imunológicas ou de sua execução pelas autoridades sanitárias.

Pena: advertência, e/ou multa.

X - dificulta as ações de vigilância à saúde no exercício de suas funções.

Pena: interdição, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa.

XI - avia receitas em desacordo com a prescrição médica, odontológica e veterinária.

Pena: advertência, interdição, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa.

XII - fornece ou comercializa medicamentos, drogas e correlatos que dependem de prescrição médica sem a observância desta exigência.

Pena: advertência, apreensão, interdição, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa.

XIII - altera ou rotula produtos e substâncias sujeitos a controle sanitário sem a necessária autorização do órgão competente.

Pena: advertência, interdição, apreensão, cancelamento de alvará e/ou multa.

XIV - reutiliza vasilhames de produtos nocivos à saúde no envasamento de alimentos, bebidas, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene pessoal.

Pena: advertência, intervenção, apreensão e/ou multa.

XV - expõe à venda produtos e substâncias de interesse à saúde cujo prazo de validade tenha sido expirado.

Pena: apreensão, inutilização e/ou multa.

XVI - extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, purifica, manipula, fraciona, embala, importa, exporta, armazena, expede, produtos ou substâncias de interesse à saúde sem assistência de responsável técnico habilitado.

Pena: advertência, interdição, apreensão e/ou multa.

XVII - comercializa ou estoca produtos que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição ou transporte tais como substâncias biológicas ou quimioterápicos sem que haja plenas condições de preservação.

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento do alvará e/ou multa.

XVIII - aplica inseticidas, produtos raticidas, químicos, defensivos agrícolas, agrotóxicos e outros que possam ser prejudiciais à saúde em quaisquer estabelecimentos que possam estar em comunicação com residências ou outros locais freqüentados por pessoas ou animais sem a devida proteção destes.

Pena: advertência, interdição, apreensão, cancelamento do alvará e/ou multa.

XIX - desrespeita ou desacata a autoridade de saúde no exercício de suas atribuições legais.

Pena: advertência, e/ou multa sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis.

XX - não cumpre as leis sanitárias em imóveis por parte de seus proprietários e/ou quem detenha legalmente sua posse.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Pena: advertência, interdição e/ou multa.

XXI - procede a cremação de cadáveres ou utiliza os contrariando as normas sanitárias pertinentes.

Pena: advertência, e/ou multa.

XXII - utiliza produtos de saúde com fins fraudulentos, falsificados ou adulterados.

Pena: apreensão, inutilização, interdição, suspensão da venda, suspensão da fabricação, cancelamento do registro e/ou multa.

XXIII - transgredir normas legais federais, estaduais ou municipais que se destinem a promoção, recuperação e proteção da saúde.

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização, suspensão de venda e/ou fabricação, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa.

XXIV - descumprir atos emanados pela autoridade em vigilância à saúde visando a aplicação da legislação pertinente.

Pena: advertência, intervenção, interdição total ou parcial, a apreensão, inutilização, suspensão de venda ou fabricação, cancelamento do alvará sanitário, proibição da propaganda e/ou multa.

XXV - extrair, produzir, fabricar, transformar, manipular, purificar, fracionar, embalar, transportar ou utilizar produtos e/ou resíduos perigosos, tóxicos, explosivos, inflamáveis, corrosivos, emissores de radiações ionizantes entre outros contrariando a legislação sanitária em vigor.

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização, suspensão de venda e/ou fabricação parcial ou total do estabelecimento, cancelamento do alvará sanitário, proibição de propaganda e/ou multa.

XXVI - deixar de fornecer à autoridade em vigilância à saúde dados técnicos sobre os produtos e substâncias em questão no que se relaciona a sua produção e composição.

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização, suspensão da venda, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa.

XXVII - não fornecer condições de trabalho adequadas à saúde do trabalhador.

Pena: advertência, interdição do equipamento/máquina, ao proprietário ou possuidor do estabelecimento e/ou multa.

XXVIII - não obedecer as normas legais regulamentares na área de saneamento, bem como ser responsável por procedimentos que possam colocar em risco a saúde

Pena: advertência, interdição, intervenção e/ou multa.

Art. 273 - Os estabelecimentos integrantes de administração pública ou por ela instituídos ficam sujeitos às normas e legislação pertinente, ficando isentos do pagamento de taxas e serviços instituídos neste código.

**PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
DAS INFRAÇÕES DE NATUREZA SANITÁRIA**

Art. 274 - Os procedimentos relacionados à infração sanitária terão lavratura do auto de infração e auto de imposição de penalidades.

Parágrafo único- As autoridades de vigilância em saúde são responsáveis

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

pelas declarações que fizerem nos autos de infração e autos de imposição de penalidades, sendo passíveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 275- O auto de infração será lavrado ao ser verificado qualquer infração ao dispositivo legal relativo à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde pública previstos neste código, suas normas técnicas especiais e legislação vigente.

Art. 276 - O auto de infração será lavrado em 3 (três) vias sendo a primeira destinada ao autuado e conterá:

- I - o nome ou denominação da pessoa física ou jurídica autuada, especificação do ramo de atividade e seu endereço;
- II - ato ou fato gerador da infração, local, hora e data;
- III - disposição legal ou regulamentar;
- IV - indicação do dispositivo legal ou regulamentar que determina penalidade a que fica sujeito o infrator;
- V - prazo legal para defesa ou impugnação do auto de infração;
- VI - assinatura do agente autuante e sua identificação;
- VII- assinatura do autuado ou de seu representante legal, em caso de recusa ou impedimento, consagração da circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de 2 (duas) testemunhas prementes no ato corretamente identificadas, quando possível.

Parágrafo Único - Se não houver possibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, este deverá receber a notificação do auto de infração por meio de carta registrada ou edital publicado na imprensa, considerando-se efetivada a notificação 5 (cinco) dias após a publicação.

Art. 277 - Quando, após a lavratura do auto de infração, subsistir ainda, para o infrator a obrigação a cumprir, será ele intimado a fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias.

§1º - O prazo para o cumprimento poderá ser reduzido ou ampliado, em casos excepcionais, desde que não afete o interesse público.

§2º - O não cumprimento da obrigação subsistente, no prazo fixado, acarretará sua execução forçada e a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes.

DO AUTO DE INTIMAÇÃO

Art. 278 - O auto de intimação será lavrado pelas autoridades de vigilância em saúde quando a infração for considerada leve, sem risco à saúde pública e o infrator for primário.

Parágrafo Único - O prazo para cumprimento da intimação será definido pela autoridade sanitária, contados à partir de sua ciência por parte do infrator podendo ser prorrogado em casos em que não interfira com o interesse da saúde pública.

Art. 279 - O auto de intimação deverá ser lavrado em 3 (três) vias, destinando a primeira via ao intimado e deverá conter:

- I - nome da pessoa física ou jurídica e sua identificação, ramo de atividade e endereço;
- II - número, série e data do auto de infração respectivo;
- III - dispositivo legal infringido;
- IV - medida sanitária exigida;

Rua dos Imigrantes N°. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

V - prazo para sua execução;

VI - nome e cargo legíveis da autoridade que expediu a intimação;

VII - a assinatura do intimado, ou na sua ausência, de seu representante legal; em caso de recusa, a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de 2 (duas) testemunhas, quando possível.

DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES

Art. 280 - O auto de imposição de penalidades deverá ser lavrado pela autoridade em 10 (dez) dias, no máximo, a contar da lavratura do auto de infração.

§ 1º - Se houver necessidade de confirmação laboratorial o prazo fixado no artigo será de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pela autoridade sanitária do laudo de análise.

§ 2º - Em casos de risco iminente para a saúde pública as penalidades de apreensão, interdição e de inutilização serão aplicadas de imediato, sem prejuízo de outras eventualmente aplicadas.

3º - O auto de imposição de penalidades de apreensão, inutilização ou interdição deverá vir anexado ao auto de infração original.

Art. 281 - No caso de apreensão e/ou inutilização de substâncias de produtos de interesse à saúde manifestamente deteriorados, adulterados ou com data de validade expirada, gerará a penalidade de multa.

Art. 282 - O auto de imposição de penalidades será lavrado em 3 (três) vias, destinando-se a primeira via ao infrator e conterà:

I - nome da pessoa física ou jurídica e sua identificação, ramo de atividade e seu endereço;

II - número, série e data do auto de intimação;

III - número, série e data do auto de infração respectivo;

IV - ato ou fato constituído da infração e o local, a hora e a data respectivos;

VI - disposição legal infringida;

VI - penalidade imposta;

VII - nome e cargo legível e assinatura da autoridade autuante;

VIII - nome do infrator ou do seu representante legal e no caso de recusa deste, a consignação da circunstância com (duas) testemunhas claramente identificadas.

Parágrafo Único - Se não houver possibilidade de notificação ao infrator diretamente de sua penalidade, esta deverá ser enviada por meio de carta registrada ou edital publicado na imprensa 1 (uma) única vez, considerando-se efetivada a notificação 5 (cinco) dias após a publicação.

DO PROCESSAMENTO DE MULTAS

Art. 283 - Após transcorrido o prazo estipulado para recurso ou pagamento de multa, o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de 30 (trinta) dias ao órgão municipal competente, sob pena de cobrança judicial.

Parágrafo Único - Se a multa não for recolhida no prazo fixado, 1 (uma) das vias do auto de imposição de penalidades da multa será enviada ao órgão municipal competente para cobrança judicial.

Art. 284 - O recolhimento das multas no órgão arrecadador competente será

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

feito mediante guia de recolhimento que pode ser fornecida, registrada e preenchida pelo órgão atuante.

DO RECURSO

Art. 285 - Ao infrator é oferecida a possibilidade de defesa do auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados de sua ciência.

Art. 286 - A defesa ou impugnação será de julgamento do superior imediato do servidor atuante, ouvido este, preliminarmente o qual terá prazo de 10 (dez) dias para se pronunciar a respeito.

Art. 287 - O infrator poderá recorrer a autoridade imediatamente superior a autoridade atuante.

Art. 288 - Em se havendo a manutenção da decisão condenatória do auto de imposição de penalidades, caberá recurso de consideração de despacho no prazo de 20 (vinte) dias ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 289 - Os recursos somente serão decididos depois de ouvida a autoridade sanitária atuante e superior hierárquico.

Art. 290 - Ao infrator haverá a ciência das decisões das autoridades em vigilância em saúde:

I - Pessoalmente, ou por seu procurador, à vista do processo;

II - Mediante notificação, por carta registrada ou através da imprensa oficial.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 291 - O disposto neste código deverá ser compatível com a legislação sanitária estadual e federal vigente com a finalidade maior de proteção, promoção, preservação da saúde.

Art. 292 - Os estabelecimentos públicos estão sujeitos ao disposto neste código e em normas técnicas especiais, além das resoluções do conselho estadual e municipal de saúde.

Art. 293 - Na ocorrência de situações de agravo ou risco à saúde que não se enquadrem em normas legais e específicas previstas neste código, a autoridade em vigilância em saúde, com fundamento técnico e científico, poderá determinar exigências técnicas administrativas que assegurem a preservação da saúde.

Art. 294 - Uma vez que se constate a infração das leis sanitárias e demais normas técnicas especiais pertinentes, a autoridade em vigilância em saúde procederá o rito processual para a capitulação da infração sanitária prevista neste regulamento e ainda:

I - deverá comunicar através de ofício às autarquias profissionais da ocorrência de indícios de transgressões éticas e profissionais;

II - comunicará imediatamente à autoridade policial competente nos casos de recusa de cumprimento de expediente circunstancial.

Art. 295 - A Secretaria Municipal de Saúde elaborará e/ou adotará normas técnicas especiais, sem prejuízo da vigência deste código, com a finalidade de complementá-lo e tornar mais claro e eficaz o seu cumprimento sempre que necessário.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Art. 296 - Fatos não previstos neste código serão avaliados pela autoridade de vigilância em saúde, observando o que dispõem as legislações federais e estaduais.

Art. 297 – A aplicação desta Lei far-se-á com observância dos preceitos dispostos na Lei Complementar nº 054/2017, de 15 de Dezembro de 2017 – Código Tributário Municipal.

Art. 298 - Fica revogado o item 02 do Anexo III, das taxas de Poder de Polícia da Lei Complementar nº 054/2017 – Código Tributário Municipal.

Art. 299 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 300 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de junho de 2020

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado do Diário Oficial dos Municípios.

EDUARDO GASPARIN
Diretor de Administração e Planejamento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

ANEXO I

ITEM 01 – DA TAXA DE ALVARÁ SANITÁRIO

Subitem 1.1 – Valor da taxa de alvará sanitário, conforme o grupo de CNAE, para estabelecimentos fixos.

				Valor em UFRM			
				Tipo de Empresa			
Divisão	Grupo	Classe	Denominação	MÉDIO E ALTO GRAU DE RISCO		BAIXO GRAU DE RISCO ¹	BAIXO GRAU DE RISCO ²
				Normal	ME/EPP		
			AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA				
01			AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS				
	01.1		Produção de lavouras temporárias				
		01.11-3	Cultivo de cereais	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.12-1	Cultivo de algodão herbáceo e de outras fibras de lavoura temporária	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.13-0	Cultivo de cana-de-açúcar	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.14-8	Cultivo de fumo	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.15-6	Cultivo de soja	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.16-4	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.19-9	Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	01.2		Horticultura e floricultura				
		01.21-1	Horticultura	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.22-9	Cultivo de flores e plantas ornamentais	50,00	30,00	10,00	Isento
	01.3		Produção de lavouras permanentes				
		01.31-8	Cultivo de laranja	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.32-6	Cultivo de uva	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.33-4	Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.34-2	Cultivo de café	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.35-	Cultivo de cacau	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		1					
		01.39-3	Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	01.4		Produção de sementes e mudas certificadas				
		01.41-5	Produção de sementes certificadas	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.42-3	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	50,00	30,00	10,00	Isento
	01.5		Pecuária				
		01.51-2	Criação de bovinos	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.52-1	Criação de outros animais de grande porte	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.53-9	Criação de caprinos e ovinos	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.54-7	Criação de suínos	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.55-5	Criação de aves	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.59-8	Criação de animais não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	01.6		Atividades de apoio à agricultura e à pecuária; atividades de pós-colheita				
		01.61-0	Atividades de apoio à agricultura	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.62-8	Atividades de apoio à pecuária	50,00	30,00	10,00	Isento
		01.63-6	Atividades de pós-colheita	50,00	30,00	10,00	Isento
	01.7		Caça e serviços relacionados				
		01.70-9	Caça e serviços relacionados	50,00	30,00	10,00	Isento
02			PRODUÇÃO FLORESTAL				
	02.1		Produção florestal - florestas plantadas				
		02.10-1	Produção florestal - florestas plantadas	50,00	30,00	10,00	Isento
	02.2		Produção florestal - florestas nativas				
		02.20-9	Produção florestal - florestas nativas	50,00	30,00	10,00	Isento
	02.3		Atividades de apoio à produção florestal				
		02.30-6	Atividades de apoio à produção florestal	50,00	30,00	10,00	Isento
03			PESCA E AQUICULTURA				
	03.1		Pesca				
		03.11-6	Pesca em água salgada	50,00	30,00	10,00	Isento
		03.12-4	Pesca em água doce	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

	03.2		Aquicultura				
		03.21-3	Aquicultura em água salgada e salobra	50,00	30,00	10,00	Isento
		03.22-1	Aquicultura em água doce	50,00	30,00	10,00	Isento
			INDÚSTRIAS EXTRATIVAS				
05			EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL				
	05.0		Extração de carvão mineral				
		05.00-3	Extração de carvão mineral	50,00	30,00	10,00	Isento
06			EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL				
	06.0		Extração de petróleo e gás natural				
		06.00-0	Extração de petróleo e gás natural	50,00	30,00	10,00	Isento
07			EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS				
	07.1		Extração de minério de ferro				
		07.10-3	Extração de minério de ferro	50,00	30,00	10,00	Isento
	07.2		Extração de minerais metálicos não-ferrosos				
		07.21-9	Extração de minério de alumínio	50,00	30,00	10,00	Isento
		07.22-7	Extração de minério de estanho	50,00	30,00	10,00	Isento
		07.23-5	Extração de minério de manganês	50,00	30,00	10,00	Isento
		07.24-3	Extração de minério de metais preciosos	50,00	30,00	10,00	Isento
		07.25-1	Extração de minerais radioativos	50,00	30,00	10,00	Isento
		07.29-4	Extração de minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
08			EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS				
	08.1		Extração de pedra, areia e argila				
		08.10-0	Extração de pedra, areia e argila	50,00	30,00	10,00	Isento
	08.9		Extração de outros minerais não-metálicos				
		08.91-6	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	50,00	30,00	10,00	Isento
		08.92-4	Extração e refino de sal marinho e sal-gema	50,00	30,00	10,00	Isento
		08.93-2	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	50,00	30,00	10,00	Isento
		08.99-1	Extração de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

09			ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS				
	09.1		Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural				
		09.10-6	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	50,00	30,00	10,00	Isento
	09.9		Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural				
		09.90-4	Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural	50,00	30,00	10,00	Isento
			INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO				
10			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS				
	10.1		Abate e fabricação de produtos de carne				
		10.11-2	Abate de reses, exceto suínos	50,00	30,00	10,00	Isento
		10.12-1	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	50,00	30,00	10,00	Isento
		10.13-9	Fabricação de produtos de carne	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.2		Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado				
		10.20-1	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.3		Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais				
		10.31-7	Fabricação de conservas de frutas	50,00	30,00	10,00	Isento
		10.32-5	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais	50,00	30,00	10,00	Isento
		10.33-3	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.4		Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais				
		10.41-4	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	50,00	30,00	10,00	Isento
		10.42-2	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	50,00	30,00	10,00	Isento
		10.43-1	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.5		Laticínios				
		10.51-1	Preparação do leite	50,00	30,00	10,00	Isento
		10.52-0	Fabricação de laticínios	50,00	30,00	10,00	Isento
		10.53-8	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.6		Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

	10.61-9	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.62-7	Moagem de trigo e fabricação de derivados	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.63-5	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.64-3	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.65-1	Fabricação de amidos e féculas de vegetais e de óleos de milho	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.66-0	Fabricação de alimentos para animais	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.69-4	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
10.7		Fabricação e refino de açúcar				
	10.71-6	Fabricação de açúcar em bruto	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.72-4	Fabricação de açúcar refinado	50,00	30,00	10,00	Isento
10.8		Torrefação e moagem de café				
	10.81-3	Torrefação e moagem de café	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.82-1	Fabricação de produtos à base de café	50,00	30,00	10,00	Isento
10.9		Fabricação de outros produtos alimentícios				
	10.91-1	Fabricação de produtos de panificação	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.92-9	Fabricação de biscoitos e bolachas	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.93-7	Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.94-5	Fabricação de massas alimentícias	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.95-3	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.96-1	Fabricação de alimentos e pratos prontos	50,00	30,00	10,00	Isento
	10.99-6	Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
11		FABRICAÇÃO DE BEBIDAS				
11.1		Fabricação de bebidas alcoólicas				
	11.11-9	Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas	50,00	30,00	10,00	Isento
	11.12-7	Fabricação de vinho	50,00	30,00	10,00	Isento
	11.13-5	Fabricação de malte, cervejas e chopes	50,00	30,00	10,00	Isento
11.2		Fabricação de bebidas nealcoólicas				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		11.21-6	Fabricação de águas envasadas	50,00	30,00	10,00	Isento
		11.22-4	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas neoalcoólicas	50,00	30,00	10,00	Isento
12			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO				
	12.1		Processamento industrial do fumo				
		12.10-7	Processamento industrial do fumo	50,00	30,00	10,00	Isento
	12.2		Fabricação de produtos do fumo				
		12.20-4	Fabricação de produtos do fumo	50,00	30,00	10,00	Isento
13			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS				
	13.1		Preparação e fiação de fibras têxteis				
		13.11-1	Preparação e fiação de fibras de algodão	50,00	30,00	10,00	Isento
		13.12-0	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	50,00	30,00	10,00	Isento
		13.13-8	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	50,00	30,00	10,00	Isento
		13.14-6	Fabricação de linhas para costurar e bordar	50,00	30,00	10,00	Isento
	13.2		Tecelagem, exceto malha				
		13.21-9	Tecelagem de fios de algodão	50,00	30,00	10,00	Isento
		13.22-7	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	50,00	30,00	10,00	Isento
		13.23-5	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	50,00	30,00	10,00	Isento
	13.3		Fabricação de tecidos de malha				
		13.30-8	Fabricação de tecidos de malha	50,00	30,00	10,00	Isento
	13.4		Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis				
		13.40-5	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	50,00	30,00	10,00	Isento
	13.5		Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário				
		13.51-1	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	50,00	30,00	10,00	Isento
		13.52-9	Fabricação de artefatos de tapeçaria	50,00	30,00	10,00	Isento
		13.53-7	Fabricação de artefatos de cordoaria	50,00	30,00	10,00	Isento
		13.54-5	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	50,00	30,00	10,00	Isento
		13.59-6	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
14			CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

	14.1		Confecção de artigos do vestuário e acessórios				
		14.11-8	Confecção de roupas íntimas	50,00	30,00	10,00	Isento
		14.12-6	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	50,00	30,00	10,00	Isento
		14.13-4	Confecção de roupas profissionais	50,00	30,00	10,00	Isento
		14.14-2	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	50,00	30,00	10,00	Isento
	14.2		Fabricação de artigos de malharia e tricotagem				
		14.21-5	Fabricação de meias	50,00	30,00	10,00	Isento
		14.22-3	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	50,00	30,00	10,00	Isento
15			PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS				
	15.1		Curtimento e outras preparações de couro				
		15.10-6	Curtimento e outras preparações de couro	50,00	30,00	10,00	Isento
	15.2		Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro				
		15.21-1	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	50,00	30,00	10,00	Isento
		15.29-7	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	15.3		Fabricação de calçados				
		15.31-9	Fabricação de calçados de couro	50,00	30,00	10,00	Isento
		15.32-7	Fabricação de tênis de qualquer material	50,00	30,00	10,00	Isento
		15.33-5	Fabricação de calçados de material sintético	50,00	30,00	10,00	Isento
		15.39-4	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	15.4		Fabricação de partes para calçados, de qualquer material				
		15.40-8	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	50,00	30,00	10,00	Isento
16			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA				
	16.1		Desdobramento de madeira				
		16.10-2	Desdobramento de madeira	50,00	30,00	10,00	Isento
	16.2		Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			móveis				
		16.21-8	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	50,00	30,00	10,00	Isento
		16.22-6	Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção	50,00	30,00	10,00	Isento
		16.23-4	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	50,00	30,00	10,00	Isento
		16.29-3	Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis	50,00	30,00	10,00	Isento
17			FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL				
	17.1		Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel				
		17.10-9	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	50,00	30,00	10,00	Isento
	17.2		Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão				
		17.21-4	Fabricação de papel	50,00	30,00	10,00	Isento
		17.22-2	Fabricação de cartolina e papel-cartão				
	17.3		Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado				
		17.31-1	Fabricação de embalagens de papel	50,00	30,00	10,00	Isento
		17.32-0	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	50,00	30,00	10,00	Isento
		17.33-8	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	50,00	30,00	10,00	Isento
	17.4		Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado				
		17.41-9	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório	50,00	30,00	10,00	Isento
		17.42-7	Fabricação de produtos de papel para usos doméstico e higiênico-sanitário	50,00	30,00	10,00	Isento
		17.49-4	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
18			IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES				
	18.1		Atividade de impressão				
		18.11-3	Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		18.12-1	Impressão de material de segurança	50,00	30,00	10,00	Isento
		18.13-0	Impressão de materiais para outros usos	50,00	30,00	10,00	Isento
	18.2		Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos				
		18.21-1	Serviços de pré-impressão	50,00	30,00	10,00	Isento
		18.22-9	Serviços de acabamentos gráficos	50,00	30,00	10,00	Isento
	18.3		Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte				
		18.30-0	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte	50,00	30,00	10,00	Isento
19			FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS				
	19.1		Coquerias				
		19.10-1	Coquerias	50,00	30,00	10,00	Isento
	19.2		Fabricação de produtos derivados do petróleo				
		19.21-7	Fabricação de produtos do refino de petróleo	50,00	30,00	10,00	Isento
		19.22-5	Fabricação de produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	50,00	30,00	10,00	Isento
	19.3		Fabricação de biocombustíveis				
		19.31-4	Fabricação de álcool	50,00	30,00	10,00	Isento
		19.32-2	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	50,00	30,00	10,00	Isento
20			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS				
	20.1		Fabricação de produtos químicos inorgânicos				
		20.11-8	Fabricação de cloro e álcalis	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.12-6	Fabricação de intermediários para fertilizantes	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.13-4	Fabricação de adubos e fertilizantes	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.14-2	Fabricação de gases industriais	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.19-3	Fabricação de produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	20.2		Fabricação de produtos químicos orgânicos				
		20.21-5	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		20.22-3	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.29-1	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	20.3		Fabricação de resinas e elastômeros				
		20.31-2	Fabricação de resinas termoplásticas	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.32-1	Fabricação de resinas termofixas	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.33-9	Fabricação de elastômeros	50,00	30,00	10,00	Isento
	20.4		Fabricação de fibras artificiais e sintéticas				
		20.40-1	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	50,00	30,00	10,00	Isento
	20.5		Fabricação de defensivos agrícolas e desinfetantes domissanitários				
		20.51-7	Fabricação de defensivos agrícolas	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.52-5	Fabricação de desinfetantes domissanitários	50,00	30,00	10,00	Isento
	20.6		Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal				
		20.61-4	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.62-2	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.63-1	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	50,00	30,00	10,00	Isento
	20.7		Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins				
		20.71-1	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.72-0	Fabricação de tintas de impressão	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.73-8	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	50,00	30,00	10,00	Isento
	20.9		Fabricação de produtos e preparados químicos diversos				
		20.91-6	Fabricação de adesivos e selantes	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.92-4	Fabricação de explosivos	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.93-2	Fabricação de aditivos de uso industrial	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.94-1	Fabricação de catalisadores	50,00	30,00	10,00	Isento
		20.99-1	Fabricação de produtos químicos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

21			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS				
	21.1		Fabricação de produtos farmoquímicos				
		21.10-6	Fabricação de produtos farmoquímicos	50,00	30,00	10,00	Isento
	21.2		Fabricação de produtos farmacêuticos				
		21.21-1	Fabricação de medicamentos para uso humano	50,00	30,00	10,00	Isento
		21.22-0	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	50,00	30,00	10,00	Isento
		21.23-8	Fabricação de preparações farmacêuticas	50,00	30,00	10,00	Isento
22			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO				
	22.1		Fabricação de produtos de borracha				
		22.11-1	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	50,00	30,00	10,00	Isento
		22.12-9	Reforma de pneumáticos usados	50,00	30,00	10,00	Isento
		22.19-6	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	22.2		Fabricação de produtos de material plástico				
		22.21-8	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	50,00	30,00	10,00	Isento
		22.22-6	Fabricação de embalagens de material plástico	50,00	30,00	10,00	Isento
		22.23-4	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	50,00	30,00	10,00	Isento
		22.29-3	Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
23			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS				
	23.1		Fabricação de vidro e de produtos do vidro				
		23.11-7	Fabricação de vidro plano e de segurança	50,00	30,00	10,00	Isento
		23.12-5	Fabricação de embalagens de vidro	50,00	30,00	10,00	Isento
		23.19-2	Fabricação de artigos de vidro	50,00	30,00	10,00	Isento
	23.2		Fabricação de cimento				
		23.20-6	Fabricação de cimento	50,00	30,00	10,00	Isento
	23.3		Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes				
		23.30-3	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

	23.4		Fabricação de produtos cerâmicos				
		23.41-9	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	50,00	30,00	10,00	Isento
		23.42-7	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção	50,00	30,00	10,00	Isento
		23.49-4	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	23.9		Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos				
		23.91-5	Aparelhamento e outros trabalhos em pedras	50,00	30,00	10,00	Isento
		23.92-3	Fabricação de cal e gesso	50,00	30,00	10,00	Isento
		23.99-1	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
24			METALURGIA				
	24.1		Produção de ferro-gusa e de ferroligas				
		24.11-3	Produção de ferro-gusa	50,00	30,00	10,00	Isento
		24.12-1	Produção de ferroligas	50,00	30,00	10,00	Isento
	24.2		Siderurgia				
		24.21-1	Produção de semi-acabados de aço	50,00	30,00	10,00	Isento
		24.22-9	Produção de laminados planos de aço	50,00	30,00	10,00	Isento
		24.23-7	Produção de laminados longos de aço	50,00	30,00	10,00	Isento
		24.24-5	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço	50,00	30,00	10,00	Isento
	24.3		Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura				
		24.31-8	Produção de tubos de aço com costura	50,00	30,00	10,00	Isento
		24.39-3	Produção de outros tubos de ferro e aço	50,00	30,00	10,00	Isento
	24.4		Metalurgia dos metais não-ferrosos				
		24.41-5	Metalurgia do alumínio e suas ligas	50,00	30,00	10,00	Isento
		24.42-3	Metalurgia dos metais preciosos	50,00	30,00	10,00	Isento
		24.43-1	Metalurgia do cobre	50,00	30,00	10,00	Isento
		24.49-1	Metalurgia dos metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	24.5		Fundição				
		24.51-2	Fundição de ferro e aço	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		24.52-1	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	50,00	30,00	10,00	Isento
25			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
	25.1		Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada				
		25.11-0	Fabricação de estruturas metálicas	50,00	30,00	10,00	Isento
		25.12-8	Fabricação de esquadrias de metal	50,00	30,00	10,00	Isento
		25.13-6	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	50,00	30,00	10,00	Isento
	25.2		Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras				
		25.21-7	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	50,00	30,00	10,00	Isento
		25.22-5	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	50,00	30,00	10,00	Isento
	25.3		Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais				
		25.31-4	Produção de forjados de aço e de metais não-ferrosos e suas ligas	50,00	30,00	10,00	Isento
		25.32-2	Produção de artefatos estampados de metal; metalurgia do pó	50,00	30,00	10,00	Isento
		25.39-0	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais	50,00	30,00	10,00	Isento
	25.4		Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas				
		25.41-1	Fabricação de artigos de cutelaria	50,00	30,00	10,00	Isento
		25.42-0	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	50,00	30,00	10,00	Isento
		25.43-8	Fabricação de ferramentas	50,00	30,00	10,00	Isento
	25.5		Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições				
		25.50-1	Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições	50,00	30,00	10,00	Isento
	25.9		Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente				
		25.91-8	Fabricação de embalagens metálicas	50,00	30,00	10,00	Isento
		25.92-6	Fabricação de produtos de trefilados de metal	50,00	30,00	10,00	Isento
		25.93-4	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	50,00	30,00	10,00	Isento
		25.99-3	Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

26			FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS				
	26.1		Fabricação de componentes eletrônicos				
		26.10-8	Fabricação de componentes eletrônicos	50,00	30,00	10,00	Isento
	26.2		Fabricação de equipamentos de informática e periféricos				
		26.21-3	Fabricação de equipamentos de informática	50,00	30,00	10,00	Isento
		26.22-1	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	50,00	30,00	10,00	Isento
	26.3		Fabricação de equipamentos de comunicação				
		26.31-1	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação	50,00	30,00	10,00	Isento
		26.32-9	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação	50,00	30,00	10,00	Isento
	26.4		Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo				
		26.40-0	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	50,00	30,00	10,00	Isento
	26.5		Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; cronômetros e relógios				
		26.51-5	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	50,00	30,00	10,00	Isento
		26.52-3	Fabricação de cronômetros e relógios	50,00	30,00	10,00	Isento
	26.6		Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação				
		26.60-4	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	50,00	30,00	10,00	Isento
	26.7		Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos				
		26.70-1	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos	50,00	30,00	10,00	Isento
	26.8		Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas				
		26.80-9	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	50,00	30,00	10,00	Isento
27			FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS				
	27.1		Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		27.10-4	Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos	50,00	30,00	10,00	Isento
	27.2		Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos				
		27.21-0	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
		27.22-8	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
	27.3		Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica				
		27.31-7	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	50,00	30,00	10,00	Isento
		27.32-5	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	50,00	30,00	10,00	Isento
		27.33-3	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	50,00	30,00	10,00	Isento
	27.4		Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação				
		27.40-6	Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação	50,00	30,00	10,00	Isento
	27.5		Fabricação de eletrodomésticos				
		27.51-1	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico	50,00	30,00	10,00	Isento
		27.59-7	Fabricação de aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	27.9		Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente				
		27.90-2	Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
28			FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
	28.1		Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão				
		28.11-9	Fabricação de motores e turbinas, exceto para aviões e veículos rodoviários	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.12-7	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.13-5	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.14-3	Fabricação de compressores	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.15-1	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais	50,00	30,00	10,00	Isento
	28.2		Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		28.21-6	Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.22-4	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.23-2	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.24-1	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.25-9	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.29-1	Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	28.3		Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária				
		28.31-3	Fabricação de tratores agrícolas	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.32-1	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.33-0	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação	50,00	30,00	10,00	Isento
	28.4		Fabricação de máquinas-ferramenta				
		28.40-2	Fabricação de máquinas-ferramenta	50,00	30,00	10,00	Isento
	28.5		Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção				
		28.51-8	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.52-6	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.53-4	Fabricação de tratores, exceto agrícolas	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.54-2	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	50,00	30,00	10,00	Isento
	28.6		Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico				
		28.61-5	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.62-3	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.63-1	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		28.64-0	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.65-8	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.66-6	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico	50,00	30,00	10,00	Isento
		28.69-1	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
29			FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS				
	29.1		Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários				
		29.10-7	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	50,00	30,00	10,00	Isento
	29.2		Fabricação de caminhões e ônibus				
		29.20-4	Fabricação de caminhões e ônibus	50,00	30,00	10,00	Isento
	29.3		Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores				
		29.30-1	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
	29.4		Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores				
		29.41-7	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
		29.42-5	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
		29.43-3	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
		29.44-1	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
		29.45-0	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	50,00	30,00	10,00	Isento
		29.49-2	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	29.5		Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores				
		29.50-6	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
30			FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES				
	30.1		Construção de embarcações				
		30.11-	Construção de embarcações e estruturas	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		3	flutuantes				
		30.12-1	Construção de embarcações para esporte e lazer	50,00	30,00	10,00	Isento
	30.3		Fabricação de veículos ferroviários				
		30.31-8	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	50,00	30,00	10,00	Isento
		30.32-6	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	50,00	30,00	10,00	Isento
	30.4		Fabricação de aeronaves				
		30.41-5	Fabricação de aeronaves	50,00	30,00	10,00	Isento
		30.42-3	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	50,00	30,00	10,00	Isento
	30.5		Fabricação de veículos militares de combate				
		30.50-4	Fabricação de veículos militares de combate	50,00	30,00	10,00	Isento
	30.9		Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente				
		30.91-1	Fabricação de motocicletas	50,00	30,00	10,00	Isento
		30.92-0	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados	50,00	30,00	10,00	Isento
		30.99-7	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
31			FABRICAÇÃO DE MÓVEIS				
	31.0		Fabricação de móveis				
		31.01-2	Fabricação de móveis com predominância de madeira	50,00	30,00	10,00	Isento
		31.02-1	Fabricação de móveis com predominância de metal	50,00	30,00	10,00	Isento
		31.03-9	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	50,00	30,00	10,00	Isento
		31.04-7	Fabricação de colchões	50,00	30,00	10,00	Isento
32			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS				
	32.1		Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes				
		32.11-6	Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	50,00	30,00	10,00	Isento
		32.12-4	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	50,00	30,00	10,00	Isento
	32.2		Fabricação de instrumentos musicais				
		32.20-5	Fabricação de instrumentos musicais	50,00	30,00	10,00	Isento
	32.3		Fabricação de artefatos para pesca e esporte				
		32.30-	Fabricação de artefatos para pesca e	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		2	esporte				
	32.4		Fabricação de brinquedos e jogos recreativos				
		32.40-0	Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	50,00	30,00	10,00	Isento
	32.5		Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos				
		32.50-7	Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos	50,00	30,00	10,00	Isento
	32.9		Fabricação de produtos diversos				
		32.91-4	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	50,00	30,00	10,00	Isento
		32.92-2	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional	50,00	30,00	10,00	Isento
		32.99-0	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
33			MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
	33.1		Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos				
		33.11-2	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	50,00	30,00	10,00	Isento
		33.12-1	Manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos e ópticos	50,00	30,00	10,00	Isento
		33.13-9	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos elétricos	50,00	30,00	10,00	Isento
		33.14-7	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica	50,00	30,00	10,00	Isento
		33.15-5	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	50,00	30,00	10,00	Isento
		33.16-3	Manutenção e reparação de aeronaves	50,00	30,00	10,00	Isento
		33.17-1	Manutenção e reparação de embarcações	50,00	30,00	10,00	Isento
		33.19-8	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	33.2		Instalação de máquinas e equipamentos				
		33.21-0	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	50,00	30,00	10,00	Isento
		33.29-5	Instalação de equipamentos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
			ELETRICIDADE E GÁS				
35			ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES				
	35.1		Geração, transmissão e distribuição de				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

			energia elétrica				
		35.11-5	Geração de energia elétrica	50,00	30,00	10,00	Isento
		35.12-3	Transmissão de energia elétrica	50,00	30,00	10,00	Isento
		35.13-1	Comércio atacadista de energia elétrica	50,00	30,00	10,00	Isento
		35.14-0	Distribuição de energia elétrica	50,00	30,00	10,00	Isento
	35.2		Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas				
		35.20-4	Produção de gás; processamento de gás natural; distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	50,00	30,00	10,00	Isento
	35.3		Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado				
		35.30-1	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	50,00	30,00	10,00	Isento
			ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO				
36			CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA				
	36.0		Captação, tratamento e distribuição de água				
		36.00-6	Captação, tratamento e distribuição de água	50,00	30,00	10,00	Isento
37			ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS				
	37.0		Esgoto e atividades relacionadas				
		37.01-1	Gestão de redes de esgoto	50,00	30,00	10,00	Isento
		37.02-9	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	50,00	30,00	10,00	Isento
38			COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS				
	38.1		Coleta de resíduos				
		38.11-4	Coleta de resíduos não-perigosos	50,00	30,00	10,00	Isento
		38.12-2	Coleta de resíduos perigosos	50,00	30,00	10,00	Isento
	38.2		Tratamento e disposição de resíduos				
		38.21-1	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	50,00	30,00	10,00	Isento
		38.22-0	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	50,00	30,00	10,00	Isento
	38.3		Recuperação de materiais				
		38.31-	Recuperação de materiais metálicos	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		9					
		38.32-7	Recuperação de materiais plásticos	50,00	30,00	10,00	Isento
		38.39-4	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
39			DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS				
	39.0		Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos				
		39.00-5	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	50,00	30,00	10,00	Isento
			CONSTRUÇÃO				
41			CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS				
	41.1		Incorporação de empreendimentos imobiliários				
		41.10-7	Incorporação de empreendimentos imobiliários	50,00	30,00	10,00	Isento
	41.2		Construção de edifícios				
		41.20-4	Construção de edifícios	50,00	30,00	10,00	Isento
42			OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA				
	42.1		Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais				
		42.11-1	Construção de rodovias e ferrovias	50,00	30,00	10,00	Isento
		42.12-0	Construção de obras-de-arte especiais	50,00	30,00	10,00	Isento
		42.13-8	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	50,00	30,00	10,00	Isento
	42.2		Obras de infra-estrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos				
		42.21-9	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações	50,00	30,00	10,00	Isento
		42.22-7	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas	50,00	30,00	10,00	Isento
		42.23-5	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	50,00	30,00	10,00	Isento
	42.9		Construção de outras obras de infra-estrutura				
		42.91-0	Obras portuárias, marítimas e fluviais	50,00	30,00	10,00	Isento
		42.92-8	Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas	50,00	30,00	10,00	Isento
		42.99-5	Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
43			SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO				
	43.1		Demolição e preparação do terreno				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		43.11-8	Demolição e preparação de canteiros de obras	50,00	30,00	10,00	Isento
		43.12-6	Perfurações e sondagens	50,00	30,00	10,00	Isento
		43.13-4	Obras de terraplenagem	50,00	30,00	10,00	Isento
		43.19-3	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	43.2		Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções				
		43.21-5	Instalações elétricas	50,00	30,00	10,00	Isento
		43.22-3	Instalações hidráulicas, de sistemas de ventilação e refrigeração	50,00	30,00	10,00	Isento
		43.29-1	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	43.3		Obras de acabamento				
		43.30-4	Obras de acabamento	50,00	30,00	10,00	Isento
	43.9		Outros serviços especializados para construção				
		43.91-6	Obras de fundações	50,00	30,00	10,00	Isento
		43.99-1	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
			COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS				
45			COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS				
	45.1		Comércio de veículos automotores				
		45.11-1	Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
		45.12-9	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
	45.2		Manutenção e reparação de veículos automotores				
		45.20-0	Manutenção e reparação de veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
	45.3		Comércio de peças e acessórios para veículos automotores				
		45.30-7	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
	45.4		Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios				
		45.41-2	Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios	50,00	30,00	10,00	Isento
		45.42-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas, peças e acessórios	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		45.43-9	Manutenção e reparação de motocicletas	50,00	30,00	10,00	Isento
46			COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS				
	46.1		Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas				
		46.11-7	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.12-5	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.13-3	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.14-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.15-0	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.16-8	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.17-6	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.18-4	Representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.19-2	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.2		Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos				
		46.21-4	Comércio atacadista de café em grão	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.22-2	Comércio atacadista de soja	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.23-1	Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.3		Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo				
		46.31-1	Comércio atacadista de leite e laticínios	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.32-0	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		46.33-8	Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.34-6	Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.35-4	Comércio atacadista de bebidas	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.36-2	Comércio atacadista de produtos do fumo	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.37-1	Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.39-7	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.4		Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar				
		46.41-9	Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de amarrinho	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.42-7	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.43-5	Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.44-3	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.45-1	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.46-0	Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.47-8	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.49-4	Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.5		Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação				
		46.51-6	Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.52-4	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.6		Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação				
		46.61-3	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

	46.62-1	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.63-0	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.64-8	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.65-6	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.69-9	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	50,00	30,00	10,00	Isento
46.7		Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção				
	46.71-1	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.72-9	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.73-7	Comércio atacadista de material elétrico	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.74-5	Comércio atacadista de cimento	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.79-6	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral	50,00	30,00	10,00	Isento
46.8		Comércio atacadista especializado em outros produtos				
	46.81-8	Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.82-6	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.83-4	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.84-2	Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.85-1	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.86-9	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto e de embalagens	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.87-7	Comércio atacadista de resíduos e sucatas	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		46.89-3	Comércio atacadista especializado de outros produtos intermediários não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	46.9		Comércio atacadista não-especializado				
		46.91-5	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.92-3	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	50,00	30,00	10,00	Isento
		46.93-1	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	50,00	30,00	10,00	Isento
47			COMÉRCIO VAREJISTA				
	47.1		Comércio varejista não-especializado				
		47.11-3	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.12-1	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.13-0	Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios	50,00	30,00	10,00	Isento
	47.2		Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo				
		47.21-1	Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.22-9	Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.23-7	Comércio varejista de bebidas	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.24-5	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.29-6	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo	50,00	30,00	10,00	Isento
	47.3		Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores				
		47.31-8	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.32-6	Comércio varejista de lubrificantes	50,00	30,00	10,00	Isento
	47.4		Comércio varejista de material de construção				
		47.41-5	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		47.42-3	Comércio varejista de material elétrico	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.43-1	Comércio varejista de vidros	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.44-0	Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	50,00	30,00	10,00	Isento
	47.5		Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico				
		47.51-2	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.52-1	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.53-9	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.54-7	Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.55-5	Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.56-3	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.57-1	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.59-8	Comércio varejista de artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	47.6		Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos				
		47.61-0	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.62-8	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.63-6	Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos	50,00	30,00	10,00	Isento
	47.7		Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos				
		47.71-7	Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.72-5	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.73-3	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.74-1	Comércio varejista de artigos de óptica	50,00	30,00	10,00	Isento
	47.8		Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

			produtos usados				
		47.81-4	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.82-2	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.83-1	Comércio varejista de jóias e relógios	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.84-9	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.85-7	Comércio varejista de artigos usados	50,00	30,00	10,00	Isento
		47.89-0	Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	47.9		Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista				
		47.90-3	Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista	50,00	30,00	10,00	Isento
			TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO				
49			TRANSPORTE TERRESTRE				
	49.1		Transporte ferroviário e metroferroviário				
		49.11-6	Transporte ferroviário de carga	50,00	30,00	10,00	Isento
		49.12-4	Transporte metroferroviário de passageiros	50,00	30,00	10,00	Isento
	49.2		Transporte rodoviário de passageiros				
		49.21-3	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana	50,00	30,00	10,00	Isento
		49.22-1	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional	50,00	30,00	10,00	Isento
		49.23-0	Transporte rodoviário de táxi	50,00	30,00	10,00	Isento
		49.24-8	Transporte escolar	50,00	30,00	10,00	Isento
		49.29-9	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	49.3		Transporte rodoviário de carga				
		49.30-2	Transporte rodoviário de carga	50,00	30,00	10,00	Isento
	49.4		Transporte dutoviário				
		49.40-0	Transporte dutoviário	50,00	30,00	10,00	Isento
	49.5		Trens turísticos, teleféricos e similares				
		49.50-7	Trens turísticos, teleféricos e similares	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

50			TRANSPORTE AQUAVIÁRIO				
	50.1		Transporte marítimo de cabotagem e longo curso				
		50.11-4	Transporte marítimo de cabotagem	50,00	30,00	10,00	Isento
		50.12-2	Transporte marítimo de longo curso	50,00	30,00	10,00	Isento
	50.2		Transporte por navegação interior				
		50.21-1	Transporte por navegação interior de carga	50,00	30,00	10,00	Isento
		50.22-0	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares	50,00	30,00	10,00	Isento
	50.3		Navegação de apoio				
		50.30-1	Navegação de apoio	50,00	30,00	10,00	Isento
	50.9		Outros transportes aquaviários				
		50.91-2	Transporte por navegação de travessia	50,00	30,00	10,00	Isento
		50.99-8	Transportes aquaviários não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
51			TRANSPORTE AÉREO				
	51.1		Transporte aéreo de passageiros				
		51.11-1	Transporte aéreo de passageiros regular	50,00	30,00	10,00	Isento
		51.12-9	Transporte aéreo de passageiros não-regular	50,00	30,00	10,00	Isento
	51.2		Transporte aéreo de carga				
		51.20-0	Transporte aéreo de carga	50,00	30,00	10,00	Isento
	51.3		Transporte espacial				
		51.30-7	Transporte espacial	50,00	30,00	10,00	Isento
52			ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES				
	52.1		Armazenamento, carga e descarga				
		52.11-7	Armazenamento	50,00	30,00	10,00	Isento
		52.12-5	Carga e descarga	50,00	30,00	10,00	Isento
	52.2		Atividades auxiliares dos transportes terrestres				
		52.21-4	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	50,00	30,00	10,00	Isento
		52.22-2	Terminais rodoviários e ferroviários	50,00	30,00	10,00	Isento
		52.23-1	Estacionamento de veículos	50,00	30,00	10,00	Isento
		52.29-0	Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

	52.3		Atividades auxiliares dos transportes aquaviários				
		52.31-1	Gestão de portos e terminais	50,00	30,00	10,00	Isento
		52.32-0	Atividades de agenciamento marítimo	50,00	30,00	10,00	Isento
		52.39-7	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	52.4		Atividades auxiliares dos transportes aéreos	50,00	30,00	10,00	Isento
		52.40-1	Atividades auxiliares dos transportes aéreos	50,00	30,00	10,00	Isento
	52.5		Atividades relacionadas à organização do transporte de carga				
		52.50-8	Atividades relacionadas à organização do transporte de carga	50,00	30,00	10,00	Isento
53			CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA				
	53.1		Atividades de Correio				
		53.10-5	Atividades de Correio	50,00	30,00	10,00	Isento
	53.2		Atividades de malote e de entrega				
		53.20-2	Atividades de malote e de entrega	50,00	30,00	10,00	Isento
			ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO				
55			ALOJAMENTO				
	55.1		Hotéis e similares				
		55.10-8	Hotéis e similares	50,00	30,00	10,00	Isento
	55.9		Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente				
		55.90-6	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
56			ALIMENTAÇÃO				
	56.1		Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas				
		56.11-2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	50,00	30,00	10,00	Isento
		56.12-1	Serviços ambulantes de alimentação	50,00	30,00	10,00	Isento
	56.2		Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada				
		56.20-1	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	50,00	30,00	10,00	Isento
			INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
58			EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO				
	58.1		Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		58.11-5	Edição de livros	50,00	30,00	10,00	Isento
		58.12-3	Edição de jornais	50,00	30,00	10,00	Isento
		58.13-1	Edição de revistas	50,00	30,00	10,00	Isento
		58.19-1	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	50,00	30,00	10,00	Isento
	58.2		Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações				
		58.21-2	Edição integrada à impressão de livros	50,00	30,00	10,00	Isento
		58.22-1	Edição integrada à impressão de jornais	50,00	30,00	10,00	Isento
		58.23-9	Edição integrada à impressão de revistas	50,00	30,00	10,00	Isento
		58.29-8	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	50,00	30,00	10,00	Isento
59			ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA				
	59.1		Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão				
		59.11-1	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	50,00	30,00	10,00	Isento
		59.12-0	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	50,00	30,00	10,00	Isento
		59.13-8	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	50,00	30,00	10,00	Isento
		59.14-6	Atividades de exibição cinematográfica	50,00	30,00	10,00	Isento
	59.2		Atividades de gravação de som e de edição de música				
		59.20-1	Atividades de gravação de som e de edição de música	50,00	30,00	10,00	Isento
60			ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO				
	60.1		Atividades de rádio				
		60.10-1	Atividades de rádio	50,00	30,00	10,00	Isento
	60.2		Atividades de televisão				
		60.21-7	Atividades de televisão aberta	50,00	30,00	10,00	Isento
		60.22-5	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura	50,00	30,00	10,00	Isento
61			TELECOMUNICAÇÕES				
	61.1		Telecomunicações por fio				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		61.10-8	Telecomunicações por fio	50,00	30,00	10,00	Isento
	61.2		Telecomunicações sem fio				
		61.20-5	Telecomunicações sem fio	50,00	30,00	10,00	Isento
	61.3		Telecomunicações por satélite				
		61.30-2	Telecomunicações por satélite	50,00	30,00	10,00	Isento
	61.4		Operadoras de televisão por assinatura				
		61.41-8	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	50,00	30,00	10,00	Isento
		61.42-6	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	50,00	30,00	10,00	Isento
		61.43-4	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	50,00	30,00	10,00	Isento
	61.9		Outras atividades de telecomunicações				
		61.90-6	Outras atividades de telecomunicações	50,00	30,00	10,00	Isento
62			ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				
	62.0		Atividades dos serviços de tecnologia da informação				
		62.01-5	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	50,00	30,00	10,00	Isento
		62.02-3	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	50,00	30,00	10,00	Isento
		62.03-1	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	50,00	30,00	10,00	Isento
		62.04-0	Consultoria em tecnologia da informação	50,00	30,00	10,00	Isento
		62.09-1	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	50,00	30,00	10,00	Isento
63			ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO				
	63.1		Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas				
		63.11-9	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	50,00	30,00	10,00	Isento
		63.19-4	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	50,00	30,00	10,00	Isento
	63.9		Outras atividades de prestação de serviços de informação				
		63.91-7	Agências de notícias	50,00	30,00	10,00	Isento
		63.99-2	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS				
64			ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS				
	64.1		Banco Central				
		64.10-7	Banco Central	50,00	30,00	10,00	Isento
	64.2		Intermediação monetária - depósitos à vista				
		64.21-2	Bancos comerciais	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.22-1	Bancos múltiplos, com carteira comercial	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.23-9	Caixas econômicas	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.24-7	Crédito cooperativo	50,00	30,00	10,00	Isento
	64.3		Intermediação não-monetária - outros instrumentos de captação				
		64.31-0	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.32-8	Bancos de investimento	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.33-6	Bancos de desenvolvimento	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.34-4	Agências de fomento	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.35-2	Crédito imobiliário	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.36-1	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.37-9	Sociedades de crédito ao microempreendedor	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.38-7	Bancos de câmbio e outras instituições de intermediação não-monetária	50,00	30,00	10,00	Isento
	64.4		Arrendamento mercantil				
		64.40-9	Arrendamento mercantil	50,00	30,00	10,00	Isento
	64.5		Sociedades de capitalização				
		64.50-6	Sociedades de capitalização	50,00	30,00	10,00	Isento
	64.6		Atividades de sociedades de participação				
		64.61-1	Holdings de instituições financeiras	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.62-0	Holdings de instituições não-financeiras	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.63-8	Outras sociedades de participação, exceto holdings	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

	64.7		Fundos de investimento				
		64.70-1	Fundos de investimento	50,00	30,00	10,00	Isento
	64.9		Atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente				
		64.91-3	Sociedades de fomento mercantil - factoring	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.92-1	Securitização de créditos	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.93-0	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	50,00	30,00	10,00	Isento
		64.99-9	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
65			SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE				
	65.1		Seguros de vida e não-vida				
		65.11-1	Seguros de vida	50,00	30,00	10,00	Isento
		65.12-0	Seguros não-vida	50,00	30,00	10,00	Isento
	65.2		Seguros-saúde				
		65.20-1	Seguros-saúde	50,00	30,00	10,00	Isento
	65.3		Resseguros				
		65.30-8	Resseguros	50,00	30,00	10,00	Isento
	65.4		Previdência complementar				
		65.41-3	Previdência complementar fechada	50,00	30,00	10,00	Isento
		65.42-1	Previdência complementar aberta	50,00	30,00	10,00	Isento
	65.5		Planos de saúde				
		65.50-2	Planos de saúde	50,00	30,00	10,00	Isento
66			ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE				
	66.1		Atividades auxiliares dos serviços financeiros				
		66.11-8	Administração de bolsas e mercados de balcão organizados	50,00	30,00	10,00	Isento
		66.12-6	Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias	50,00	30,00	10,00	Isento
		66.13-4	Administração de cartões de crédito	50,00	30,00	10,00	Isento
		66.19-3	Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			anteriormente				
	66.2		Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde				
		66.21-5	Avaliação de riscos e perdas	50,00	30,00	10,00	Isento
		66.22-3	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	50,00	30,00	10,00	Isento
		66.29-1	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	66.3		Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão				
		66.30-4	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	50,00	30,00	10,00	Isento
			ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS				
68			ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS				
	68.1		Atividades imobiliárias de imóveis próprios				
		68.10-2	Atividades imobiliárias de imóveis próprios	50,00	30,00	10,00	Isento
	68.2		Atividades imobiliárias por contrato ou comissão				
		68.21-8	Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis	50,00	30,00	10,00	Isento
		68.22-6	Gestão e administração da propriedade imobiliária	50,00	30,00	10,00	Isento
			ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS				
69			ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA				
	69.1		Atividades jurídicas				
		69.11-7	Atividades jurídicas, exceto cartórios	50,00	30,00	10,00	Isento
		69.12-5	Cartórios	50,00	30,00	10,00	Isento
	69.2		Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária				
		69.20-6	Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária	50,00	30,00	10,00	Isento
70			ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL				
	70.1		Sedes de empresas e unidades administrativas locais				
		70.10-7	Sedes de empresas e unidades administrativas locais	50,00	30,00	10,00	Isento
	70.2		Atividades de consultoria em gestão empresarial				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		70.20-4	Atividades de consultoria em gestão empresarial	50,00	30,00	10,00	Isento
71			SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS				
	71.1		Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas				
		71.11-1	Serviços de arquitetura	50,00	30,00	10,00	Isento
		71.12-0	Serviços de engenharia	50,00	30,00	10,00	Isento
		71.19-7	Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia	50,00	30,00	10,00	Isento
	71.2		Testes e análises técnicas				
		71.20-1	Testes e análises técnicas	50,00	30,00	10,00	Isento
72			PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO				
	72.1		Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais				
		72.10-0	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	50,00	30,00	10,00	Isento
	72.2		Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas				
		72.20-7	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	50,00	30,00	10,00	Isento
73			PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO				
	73.1		Publicidade				
		73.11-4	Agências de publicidade	50,00	30,00	10,00	Isento
		73.12-2	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	50,00	30,00	10,00	Isento
		73.19-0	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	73.2		Pesquisas de mercado e de opinião pública				
		73.20-3	Pesquisas de mercado e de opinião pública	50,00	30,00	10,00	Isento
74			OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS				
	74.1		Design e decoração de interiores				
		74.10-2	Design e decoração de interiores	50,00	30,00	10,00	Isento
	74.2		Atividades fotográficas e similares				
		74.20-0	Atividades fotográficas e similares	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

	74.9		Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente				
		74.90-1	Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
75			ATIVIDADES VETERINÁRIAS				
	75.0		Atividades veterinárias				
		75.00-1	Atividades veterinárias	50,00	30,00	10,00	Isento
			ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
77			ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS				
	77.1		Locação de meios de transporte sem condutor				
		77.11-0	Locação de automóveis sem condutor	50,00	30,00	10,00	Isento
		77.19-5	Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor	50,00	30,00	10,00	Isento
	77.2		Aluguel de objetos pessoais e domésticos				
		77.21-7	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	50,00	30,00	10,00	Isento
		77.22-5	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	50,00	30,00	10,00	Isento
		77.23-3	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	50,00	30,00	10,00	Isento
		77.29-2	Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	77.3		Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador				
		77.31-4	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	50,00	30,00	10,00	Isento
		77.32-2	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador	50,00	30,00	10,00	Isento
		77.33-1	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	50,00	30,00	10,00	Isento
		77.39-0	Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	77.4		Gestão de ativos intangíveis não-financeiros				
		77.40-3	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	50,00	30,00	10,00	Isento
78			SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA				
	78.1		Seleção e agenciamento de mão-de-obra				
		78.10-8	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	50,00	30,00	10,00	Isento
	78.2		Locação de mão-de-obra temporária				

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		78.20-5	Locação de mão-de-obra temporária	50,00	30,00	10,00	Isento
	78.3		Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros				
		78.30-2	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	50,00	30,00	10,00	Isento
79			AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS				
	79.1		Agências de viagens e operadores turísticos				
		79.11-2	Agências de viagens	50,00	30,00	10,00	Isento
		79.12-1	Operadores turísticos				
	79.9		Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente				
		79.90-2	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
80			ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO				
	80.1		Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores				
		80.11-1	Atividades de vigilância e segurança privada	50,00	30,00	10,00	Isento
		80.12-9	Atividades de transporte de valores	50,00	30,00	10,00	Isento
	80.2		Atividades de monitoramento de sistemas de segurança				
		80.20-0	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	50,00	30,00	10,00	Isento
	80.3		Atividades de investigação particular				
		80.30-7	Atividades de investigação particular	50,00	30,00	10,00	Isento
81			SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS				
	81.1		Serviços combinados para apoio a edifícios				
		81.11-7	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	50,00	30,00	10,00	Isento
		81.12-5	Condomínios prediais	50,00	30,00	10,00	Isento
	81.2		Atividades de limpeza				
		81.21-4	Limpeza em prédios e em domicílios	50,00	30,00	10,00	Isento
		81.22-2	Imunização e controle de pragas urbanas	50,00	30,00	10,00	Isento
		81.29-0	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

	81.3		Atividades paisagísticas				
		81.30-3	Atividades paisagísticas	50,00	30,00	10,00	Isento
82			SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS				
	82.1		Serviços de escritório e apoio administrativo				
		82.11-3	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	50,00	30,00	10,00	Isento
		82.19-9	Fotocópias, preparação de documentos e outros serviços especializados de apoio administrativo	50,00	30,00	10,00	Isento
	82.2		Atividades de teleatendimento				
		82.20-2	Atividades de teleatendimento	50,00	30,00	10,00	Isento
	82.3		Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos				
		82.30-0	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	50,00	30,00	10,00	Isento
	82.9		Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas				
		82.91-1	Atividades de cobrança e informações cadastrais	50,00	30,00	10,00	Isento
		82.92-0	Envasamento e empacotamento sob contrato	50,00	30,00	10,00	Isento
		82.99-7	Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
			ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL				
84			ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL				
	84.1		Administração do estado e da política econômica e social				
		84.11-6	Administração pública em geral	50,00	30,00	10,00	Isento
		84.12-4	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	50,00	30,00	10,00	Isento
		84.13-2	Regulação das atividades econômicas				
	84.2		Serviços coletivos prestados pela administração pública				
		84.21-3	Relações exteriores	50,00	30,00	10,00	Isento
		84.22-1	Defesa	50,00	30,00	10,00	Isento
		84.23-0	Justiça	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		84.24-8	Segurança e ordem pública	50,00	30,00	10,00	Isento
		84.25-6	Defesa Civil	50,00	30,00	10,00	Isento
	84.3		Seguridade social obrigatória				
		84.30-2	Seguridade social obrigatória	50,00	30,00	10,00	Isento
			EDUCAÇÃO				
85			EDUCAÇÃO				
	85.1		Educação infantil e ensino fundamental				
		85.11-2	Educação infantil - creche	50,00	30,00	10,00	Isento
		85.12-1	Educação infantil - pré-escola	50,00	30,00	10,00	Isento
		85.13-9	Ensino fundamental	50,00	30,00	10,00	Isento
	85.2		Ensino médio				
		85.20-1	Ensino médio	50,00	30,00	10,00	Isento
	85.3		Educação superior				
		85.31-7	Educação superior - graduação	50,00	30,00	10,00	Isento
		85.32-5	Educação superior - graduação e pós-graduação	50,00	30,00	10,00	Isento
		85.33-3	Educação superior - pós-graduação e extensão	50,00	30,00	10,00	Isento
	85.4		Educação profissional de nível técnico e tecnológico				
		85.41-4	Educação profissional de nível técnico	50,00	30,00	10,00	Isento
		85.42-2	Educação profissional de nível tecnológico	50,00	30,00	10,00	Isento
	85.5		Atividades de apoio à educação				
		85.50-3	Atividades de apoio à educação	50,00	30,00	10,00	Isento
	85.9		Outras atividades de ensino				
		85.91-1	Ensino de esportes	50,00	30,00	10,00	Isento
		85.92-9	Ensino de arte e cultura	50,00	30,00	10,00	Isento
		85.93-7	Ensino de idiomas	50,00	30,00	10,00	Isento
		85.99-6	Atividades de ensino não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
			SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS				
86			ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA				
	86.1		Atividades de atendimento hospitalar				
		86.10-	Atividades de atendimento hospitalar	80,00	60,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes N°. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		1					
	86.2		Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes				
		86.21-6	Serviços móveis de atendimento a urgências	80,00	60,00	10,00	Isento
		86.22-4	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	80,00	60,00	10,00	Isento
	86.3		Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos				
		86.30-5	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	80,00	60,00	10,00	Isento
	86.4		Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica				
		86.40-2	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	80,00	60,00	10,00	Isento
	86.5		Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos				
		86.50-0	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos	80,00	60,00	10,00	Isento
	86.6		Atividades de apoio à gestão de saúde				
		86.60-7	Atividades de apoio à gestão de saúde	80,00	60,00	10,00	Isento
	86.9		Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente				
		86.90-9	Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	80,00	60,00	10,00	Isento
87			ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES				
	87.1		Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infra-estrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares				
		87.11-5	Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares	80,00	60,00	10,00	Isento
		87.12-3	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	80,00	60,00	10,00	Isento
	87.2		Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química				
		87.20-4	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos,	80,00	60,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

			deficiência mental e dependência química				
	87.3		Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares				
		87.30-1	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares	80,00	60,00	10,00	Isento
88			SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO				
	88.0		Serviços de assistência social sem alojamento				
		88.00-6	Serviços de assistência social sem alojamento	80,00	60,00	10,00	Isento
			ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO				
90			ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS				
	90.0		Atividades artísticas, criativas e de espetáculos				
		90.01-9	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	50,00	30,00	10,00	Isento
		90.02-7	Criação artística	50,00	30,00	10,00	Isento
		90.03-5	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	50,00	30,00	10,00	Isento
91			ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL				
	91.0		Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental				
		91.01-5	Atividades de bibliotecas e arquivos	50,00	30,00	10,00	Isento
		91.02-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares	50,00	30,00	10,00	Isento
		91.03-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	50,00	30,00	10,00	Isento
92			ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS				
	92.0		Atividades de exploração de jogos de azar e apostas				
		92.00-3	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	50,00	30,00	10,00	Isento
93			ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER				
	93.1		Atividades esportivas				
		93.11-5	Gestão de instalações de esportes	50,00	30,00	10,00	Isento
		93.12-3	Clubes sociais, esportivos e similares	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

		93.13-1	Atividades de condicionamento físico	50,00	30,00	10,00	Isento
		93.19-1	Atividades esportivas não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
	93.2		Atividades de recreação e lazer				
		93.21-2	Parques de diversão e parques temáticos	50,00	30,00	10,00	Isento
		93.29-8	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
			OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS				
94			ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS				
	94.1		Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais				
		94.11-1	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	50,00	30,00	10,00	Isento
		94.12-0	Atividades de organizações associativas profissionais	50,00	30,00	10,00	Isento
	94.2		Atividades de organizações sindicais				
		94.20-1	Atividades de organizações sindicais	50,00	30,00	10,00	Isento
	94.3		Atividades de associações de defesa de direitos sociais				
		94.30-8	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	50,00	30,00	10,00	Isento
	94.9		Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente				
		94.91-0	Atividades de organizações religiosas	50,00	30,00	10,00	Isento
		94.92-8	Atividades de organizações políticas	50,00	30,00	10,00	Isento
		94.93-6	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	50,00	30,00	10,00	Isento
		94.99-5	Atividades associativas não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
95			REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS				
	95.1		Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação				
		95.11-8	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	50,00	30,00	10,00	Isento
		95.12-6	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	50,00	30,00	10,00	Isento
	95.2		Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos				
		95.21-5	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e	50,00	30,00	10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			doméstico				
		95.29-1	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
96			OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS				
	96.0		Outras atividades de serviços pessoais				
		96.01-7	Lavanderias, tinturarias e toalheiros	50,00	30,00	10,00	Isento
		96.02-5	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	50,00	30,00	10,00	Isento
		96.03-3	Atividades funerárias e serviços relacionados	50,00	30,00	10,00	Isento
		96.09-2	Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	50,00	30,00	10,00	Isento
			SERVIÇOS DOMÉSTICOS				
97			SERVIÇOS DOMÉSTICOS				
	97.0		Serviços domésticos				
		97.00-5	Serviços domésticos	50,00	30,00	10,00	Isento
			ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS				
99			ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS				
	99.0		Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais				
		99.00-8	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	50,00	30,00	10,00	Isento
AUTONOMOS				MÉDIO RISCO	E ALTO RISCO	BAIXO GRAU DE RISCO¹	BAIXO GRAU DE RISCO²
ADVOGADOS				15,00		10,00	Isento
ELETRICISTAS				15,00		10,00	Isento
ENGENHEIROS E ARQUITETOS				15,00		10,00	Isento
ESTETICISTAS				25,00		10,00	Isento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

FISIOTERAPEUTAS	30,00	10,00	Isento
JARDINEIROS	15,00	10,00	Isento
MASSOTERAPEUTAS	25,00	10,00	Isento
MOTORISTAS	15,00	10,00	Isento
NUTRICIONISTAS	50,00	10,00	Isento
ODONTÓLOGOS	50,00	10,00	Isento
PEDREIROS E CARPINTEIROS	15,00	10,00	Isento
PERSONAL TRAINER	30,00	10,00	Isento
PORTEIROS	15,00	10,00	Isento
PSICOLOGOS	15,00	10,00	Isento
QUIMICOS	30,00	10,00	Isento
SAPATEIROS	15,00	10,00	Isento
TAXISTAS	15,00	10,00	Isento
VIGILANTES	15,00	10,00	Isento
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI		Isento	
<p>1 – MEDIANTE AUTODECLARAÇÃO DE BAIXO GRAU DE RISCO E EMISSÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO.</p> <p>2 – MEDIANTE AUTODECLARAÇÃO DE BAIXO GRAU DE RISCO E NÃO EMISSÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO.</p>			

Subitem 1.2 Definição de ME, EPP e Demais

O Valor da taxa será determinado com base na atividade principal da empresa no seu Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ ou conforme identificado pelo fisco, e o enquadramento pelo porte usará os seguintes critérios:

I – ME: Empresas, empresários individuais, associações, produtores rurais e pessoas físicas que faturem, anualmente, até o limite definido pela legislação federal para enquadramento como microempresa.

II – EPP: Empresas, empresários individuais, associações, produtores rurais e pessoas físicas que faturem, anualmente até o limite definido pela legislação federal para enquadramento como empresa de pequeno porte.

III – Demais: Empresas, empresários individuais, associações, produtores rurais e pessoas físicas que não se enquadrem nos casos acima destacados.

Subitem 1.3 Adicional na Taxa de Alvará Sanitário:

I - Se o contribuinte informar atividade secundária, será acrescido o percentual de 10% (dez

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000

<http://www.caibi.sc.gov.br>

administracao@caibi.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

por cento) no valor da taxa por cada atividade secundária incluída.

II – Vistoria de Veículos será cobrado 10 UFRM por veículo vistoriado.

Subitem 1.4 Valor da Taxa de Alvará Sanitário para atividade temporárias:

ATIVIDADE	VALOR DA TAXA EM UFRM
Comércio de Alimentos (Ex.: Food Trucks)	30,00
Comércio de Bebidas	30,00

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br

PORTARIA 335/20

Publicação N° 2523646

PORTARIA N° 335/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ANTECIPADAS , a Servidora Municipal MONIZELE BORTOLANZA VANZELLA , matrícula nº 9481-1, PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL , com carga horária de 20 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Educação , referente ao período aquisitivo de 04/04/2020 À 03/04/2021, pelo período de 28 dias consecutivos, tendo como início dia 08/06/2020 À 05/07/2020, conforme prevê a Lei nº 2590/2020 , de 08 de Maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. Pelo Depto de Administração

PORTARIA 336/20

Publicação N° 2523650

PORTARIA N° 336/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ANTECIPADAS , a Servidora Municipal DEISI GABOARDI , matrícula nº 9452-8, PROFESSORA DE PRÉ ESCOLAR , com carga horária de 20 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Educação , referente ao período aquisitivo de 03/02/2020 à 02/02/2021, pelo período de 28 dias consecutivos, tendo como início dia 08/06/2020 À 05/07/2020, conforme prevê a Lei nº 2590/2020 , de 08 de Maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. Pelo Depto de Administração

PORTARIA 337/20

Publicação N° 2523652

PORTARIA N° 337/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ANTECIPADAS , a Servidora Municipal JUSSARA SPÉZIA , matrícula nº 9446-3, PROFESSORA DE PRÉ ESCOLAR , com carga horária de 20 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Educação , referente ao período aquisitivo de 03/02/2020 à 02/02/2021, pelo período de 28 dias consecutivos, tendo como início dia 08/06/2020 À 05/07/2020, conforme prevê a Lei nº 2590/2020 , de 08 de Maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. Pelo Depto de Administração

PORTARIA 338/20

Publicação N° 2523653

PORTARIA N° 338/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ANTECIPADAS , a Servidora Municipal ANA PAULA MARCHESE , matricula nº 9454-4, PROFESSORA DE PRÉ ESCOLAR , com carga horária de 20 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Educação , referente ao período aquisitivo de 03/02/2020 à 02/02/2021, pelo período de 28 dias consecutivos, tendo como início dia 08/06/2020 À 05/07/2020, conforme prevê a Lei nº 2590/2020 , de 08 de Maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. Pelo Depto de Administração

PORTARIA 339/20

Publicação N° 2523657

PORTARIA N° 339/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ANTECIPADAS , a Servidora Municipal ADRIELI TAIS FELLINI VITSRKI , matricula nº 9482-0, AUXILIAR DE CLASSE , com carga horária de 30 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Educação , referente ao período aquisitivo de 10/02/2020 à 09/02/2021, pelo período de 28 dias consecutivos, tendo como início dia 08/06/2020 À 05/07/2020, conforme prevê a Lei nº 2590/2020 , de 08 de Maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. Pelo Depto de Administração

PORTARIA 340/20

Publicação Nº 2523658

PORTARIA Nº 340/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ANTECIPADAS , a Servidora Municipal AMIRDE FILIPIN SECCHI , matricula nº 9448-0, PROFESSORA DE PRÉ ESCOLAR , com carga horária de 20 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Educação , referente ao período aquisitivo de 03/02/2020 à 02/02/2021, pelo período de 28 dias consecutivos, tendo como início dia 08/06/2020 À 05/07/2020, conforme prevê a Lei nº 2590/2020 , de 08 de Maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. Pelo Depto de Administração

PORTARIA 341/20

Publicação Nº 2523665

PORTARIA Nº 341/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ANTECIPADAS , a Servidora Municipal ELIZANDRA PUNTEL , matricula nº 9458-7, AUXILIAR DE CLASSE , com carga horária de 20 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Educação , referente ao período aquisitivo de 03/02/2020 à 02/02/2021, pelo período de 28 dias consecutivos, tendo como início dia 08/06/2020 À 05/07/2020, conforme prevê a Lei nº 2590/2020 , de 08 de Maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. Pelo Depto de Administração

PORTARIA 342/20

Publicação Nº 2523669

PORTARIA Nº 342/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ANTECIPADAS , a Servidora Municipal TAIS APARECIDA WANDSCHEER DALLA ROSA , matricula nº 9453-6, PROFESSORA DE PRÉ ESCOLAR , com carga horária de 20 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Educação , referente ao período aquisitivo de 03/02/2020 à 02/02/2021, pelo período de 28 dias consecutivos, tendo como início dia 08/06/2020 À 05/07/2020, conforme prevê a Lei nº 2590/2020 , de 08 de Maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. Pelo Depto de Administração

PORTARIA 343/20

Publicação Nº 2523673

PORTARIA Nº 343/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ANTECIPADAS , a Servidora Municipal SILVANE FURLANETTO , matrícula nº 9463-3, PROFESSORA DE ARTES , com carga horária de 20 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Educação , referente ao período aquisitivo de 03/02/2020 à 02/02/2021, pelo período de 28 dias consecutivos, tendo como início dia 08/06/2020 À 05/07/2020, conforme prevê a Lei nº 2590/2020 , de 08 de Maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. Pelo Depto de Administração

PORTARIA 344/20

Publicação Nº 2523675

PORTARIA Nº 344/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ANTECIPADAS , a Servidora Municipal ANGELA CRISTINA MARCHESE DELAZERI , matrícula nº 9461-7, PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA , com carga horária de 20 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Educação , referente ao período aquisitivo de 03/02/2020 à 02/02/2021, pelo período de 28 dias consecutivos, tendo como início dia 08/06/2020 À 05/07/2020, conforme prevê a Lei nº 2590/2020 , de 08 de Maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. Pelo Depto de Administração

PORTARIA 345/20

Publicação N° 2523678

PORTARIA N° 345/20

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO , o Servidor RICARDO ANTONIO GUERINI, matricula n ° 9390-4 , atuando no cargo de DIRETOR CC3-1 , com lotação junto a Secretaria Municipal de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. pelo depto de administração

PORTARIA 346/20

Publicação N° 2523681

PORTARIA N° 346/20

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO , a Servidora TAIS PROVENSI, matricula n ° 9255-0 , atuando no cargo de CHEFE DE SETOR CC 06 , com lotação junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. pelo depto de administração

PORTARIA 347/20

Publicação N° 2523682

PORTARIA N° 347/20

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE , a Servidora JULIANA DOS PASSOS ,matricula nº 9395-5, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ,com lotação junto ao Departamento de Educação , com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 180(cento e oitenta dias) dias consecutivos, com início dia 10/06/2020 À 06/12/2020, como lhe assegura a lei.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de junho de 2020 .

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp, pelo Depto de Administração

PORTARIA 348/20

Publicação N° 2523683

PORTARIA N.º 348/20

ELOI LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, a Servidora LORECI DE MIRANDA PEREIRA, matrícula 8919-2, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS , com lotação junto ao Departamento Municipal de Agricultura , com carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 2015 à 2020 , conforme lhe assegura o estatuto Dos Servidores .

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do prefeito, 10 de Junho de 2020.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Eduardo Gasparin
Resp. pelo Depto de administração

PORTARIA 349/20

Publicação N° 2524320

PORTARIA N° 349/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor Municipal VALDIR LUIZ CHIESA , matrícula nº 8407-7, MOTORISTA , com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 09/03/2019 À 08/03/2020, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 15/06/2020 À 14/07/2020 .

Conceder 1/3 constitucional ao servidor.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. pelo Depto de Administração

PORTARIA 350/20

Publicação N° 2524324

PORTARIA N° 350/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora Municipal TAIS TATIANE BELE KOECH DA SILVA , matricula nº 9059-0, CHEFE DE GABINETE CC 07, com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Agricultura, referente ao período aquisitivo de 02/01/2018 à 01/01/2019, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 15/06/2020 À 14/07/2020 .

Conceder 1/3 constitucional a servidora.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. pelo Depto de Administração

PORTARIA 351/20

Publicação N° 2524325

PORTARIA N° 351/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor Municipal IDEVALDO ANTONIO DAL CERO , matricula nº 8038-1, TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 02/06/2018 à 01/06/2019, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 15/06/2020 À 14/07/2020 .

Conceder 1/3 constitucional ao servidor.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de Junho de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Resp. pelo Depto de Administração

Camboriú

PREFEITURA

839/2020

Publicação N° 2524532

,PORTARIA N°839/2020
NOMEIA SECRETÁRIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CLAUDINEIA BERNADETE DE LARA no cargo de SECRETARIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da Secretaria Municipal de Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 25 de maio de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

841/2020

Publicação Nº 2524533



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº841/2020

“NOMEIA O PREGOEIRO OFICIAL E RESPECTIVA EQUIPE DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E PREGÃO ELETRÔNICO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC, ESPECIFICAMENTE PARA O FUNDO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada o Pregoeiro Oficial e respectiva Equipe de apoio para a realização da licitação, da modalidade Pregão Presencial e Pregão Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Camboriú - SC, especificamente para o Fundo da Prefeitura Municipal de Camboriú, no decorrer de 2020 e 2021, conforme abaixo identificado pelos seguintes membros:

- PREGOEIRO OFICIAL:	GABRIEL DA SILVA DUARTE
- EQUIPE:	NANIAS BENVENUTTI MAYARA GABRIELLI GARDINI SIMONE LIZO DO CARMO

Art. 2º. Caberá ao Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento de propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando a Portaria de Nº 608/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 15 de janeiro de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

842/2020

Publicação Nº 2524534

PORTARIA Nº842/2020

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012 de 02.01.2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária KATIANE PIERRE LEAL, matrícula nº. 22-1, servidora COMISSIONADA no cargo de DIRETORA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CONTROLE DE POLUIÇÃO, a partir de 05/05/2020.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 05/05/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 26 de maio de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

843/2020

Publicação Nº 2524535

**,PORTARIA Nº843/2020
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ELIAS SOUZA no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, da Secretaria Municipal de Agricultura, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 26 de maio de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

844/2020

Publicação N° 2524536

,PORTARIA N°844/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 006/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 27/05/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
VILMARA ROSA VENANCIO	TECNICO DE ENFERMAGEM	636/2020	04º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 27 de maio de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

845/2020

Publicação N° 2524537

PORTARIA N°845/2020

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a servidora BRUNA VARGAS ARRUDA WIETCOVSKY, matrícula nº. 20570-2, contratada no cargo de ORIENTADOR EDUCACIONAL, a partir de 25/05/2020.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 25/05/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de maio de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

846/2020

Publicação Nº 2524538

PORTARIA Nº846/2020

Revoga Portaria Nº 705/2020 de 29 de abril de 2020

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar totalmente a Portaria Nº 705/2020 de 29 de abril de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 26 de maio de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

847/2020

Publicação Nº 2524539

PORTARIA Nº847/2020

REDUZ CARGA HORÁRIA PARA
ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal e conforme Lei Municipal nº 019/2008 Art. 69, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Reduzir, para atendimento ao excepcional, a carga horária do(a) servidor(a) DEISE SANTOS SOARES, matrícula nº. 19311-2, que ocupa o cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, efetiva, se licenciando de 20 horas semanais com remuneração, por um período de 02 (dois) anos, a contar de 20/05/2020.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 20/05/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 29 de maio de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

848/2020

Publicação N° 2524540

,PORTARIA N°848/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALESSANDRA AMARAL MARTINS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS RIO PEQUENO 40 HORAS	637/2020	03º
ANGELA APARECIDA CORREIA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS RIO PEQUENO 40 HORAS	638/2020	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHLEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

849/2020

Publicação N° 2524541

,PORTARIA N°849/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALESSANDRA SALETE MATIAS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS TABULEIRO 40 HORAS	639/2020	04º
OLIBIA TERESINHA RAMOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS TABULEIRO 40 HORAS	640/2020	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

850/2020

Publicação Nº 2524542

,PORTARIA Nº850/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANDREA VOLINO SANTANA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS AREIAS 40 HORAS	641/2020	04º
AUREA MARIA GASPAR OLIVEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS AREIAS 40 HORAS	642/2020	05º
JANAINA PEREIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS AREIAS 40 HORAS	643/2020	03º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

851/2020

Publicação Nº 2524543

,PORTARIA Nº851/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CARINA NOGUEIRA NUNES DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CENTRO 40 HORAS	644/2020	01º
DAUVANA PATRICIA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CENTRO 40 HORAS	645/2020	03º
GESSI CLAUDINEIA SUBTIL LEITE	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CENTRO 40 HORAS	646/2020	06º
JULIANE CRISTINA DA SILVA PORTO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CENTRO 40 HORAS	647/2020	04º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

852/2020

Publicação N° 2524544

,PORTARIA N°852/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DEBORA CRISTINA DE SOUZA MOREIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CAIC 40 HORAS	648/2020	01º
FERNANDA REGINA DOS SANTOS CARDOSO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CAIC 40 HORAS	649/2020	02º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

853/2020

Publicação N° 2524545

,PORTARIA N°853/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
EDI TERESINHA VALIATI	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CONDE 40 HORAS	650/2020	03º
JAQUELINE PEREIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CONDE 40 HORAS	651/2020	02º
JENIFER PONCIANO DE SOUZA ROQUES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CONDE 40 HORAS	652/2020	07º
JOSIMARA APARCIDA DE QUADROS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CONDE 40 HORAS	653/2020	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

854/2020

Publicação N° 2524546

,PORTARIA N°854/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DIEINIFER ZENI PLACHECK	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CENTRO 40 HORAS	654/2020	04º
EDUARDO MUNIZ LUZ	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CENTRO 40 HORAS	655/2020	01º
PATRICIA ALVES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS CENTRO 40 HORAS	656/2020	03º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

855/2020

Publicação Nº 2524547

,PORTARIA Nº855/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CRISLAINE VECHI	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS MACACOS 40 HORAS	657/2020	01º
DALILA WILBERT	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS MACACOS 40 HORAS	658/2020	02º
ELIETE DA CUNHA ROCHA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS MACACOS 40 HORAS	659/2020	03º
VERA MARIA MOREIRA GARCIA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS MACACOS 40 HORAS	660/2020	05º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

856/2020

Publicação Nº 2524548

,PORTARIA Nº856/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
KEILA DE SOUZA MELLO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS RIO DO MEIO 40 HORAS	661/2020	02º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

857/2020

Publicação N° 2524549

,PORTARIA N°857/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELISANE CARVALHO DE SOUZA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS BRAÇO 40 HORAS	662/2020	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

858/2020

Publicação Nº 2524550

,PORTARIA Nº858/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
LUANA MELO GODINHO DE MORAES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – UBS SANTA REGINA 40 HORAS	663/2020	06º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

859/2020

Publicação Nº 2524551

,PORTARIA Nº859/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ROGERIO DIAS SOARES	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	664/2020	70º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

860/2020

Publicação Nº 2524552

,PORTARIA Nº860/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CARLA MARISTELA ROSA DE OLIVEIRA	TECNICO EM RADIOLOGIA 40 HORAS	665/2020	09º
ELISIANE RODRIGUES DE CASTILHO	TECNICO EM RADIOLOGIA 40 HORAS	666/2020	08º
FREDERICO AUGUSTO FERREIRA	TECNICO EM RADIOLOGIA 40 HORAS	667/2020	06º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

861/2020

Publicação Nº 2524553

,PORTARIA Nº861/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/05/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARCELO DE CARVALHO ARANTES	MOTORISTA SOCORRISTA 40 HORAS	668/2020	08º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

862/2020

Publicação Nº 2524554

,PORTARIA Nº862/2020
NOMEIA ASSESSOR ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.049/2013 de 03/01/2013, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, DORIEDSON GARCIA PEREIRA no cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, da Fundação Municipal de Esportes, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

863/2020

Publicação Nº 2524555

,PORTARIA Nº863/2020
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 050/2013, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CAROLINI GABRIELLI MAIA no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da Secretaria Municipal de Administração, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

864/2020

Publicação Nº 2524557

,PORTARIA Nº864/2020
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, FELIPE LEODORO SANTOS no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, da Secretaria Municipal de Obras, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

865/2020

Publicação Nº 2524559

,PORTARIA Nº865/2020
NOMEIA DIRETOR(A) DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CONTROLE DE POLUIÇÃO INTERINO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.048/2013 de 29/04/2013, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, interinamente, GABRIELA ANTUNES no cargo de DIRETOR DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CONTROLE DE POLUIÇÃO, da Fundação Municipal do Meio Ambiente, ate 31/10/2020, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

866/2020

Publicação Nº 2524560

,PORTARIA Nº866/2020
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE AGUA E ESGOTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, LUANA SPERRY no cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE AGUA E ESGOTO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

867/2020

Publicação Nº 2524561

,PORTARIA Nº867/2020
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANNA CAROLINA PEREIRA MARQUES no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

868/2020

Publicação Nº 2524562

PORTARIA Nº868/2020

RESCINDE CONTRATO POR TÉRMINO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato firmado entre o Município de Camboriú e os servidores da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, com suas respectivas datas de término, da relação que segue a baixo:

MATRÍCULA	NOME	TÉRMINO
23426	2 GIANNE MICHELE SANCHES	31/05/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

869/2020

Publicação N° 2524563

PORTARIA N°869/2020

RESCINDE CONTRATO POR TÉRMINO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato firmado entre o Município de Camboriú e os servidores da Secretaria Municipal da Administração, com suas respectivas datas de término, da relação que segue a baixo:

MATRÍCULA	NOME	TÉRMINO
23592	1 CARLOS MACHADO	19/06/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

870/2020

Publicação N° 2524564

,PORTARIA N°870/2020
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 006/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/06/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MATEUS ASSUNÇÃO RODRIGUES	TECNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS	669/2020	02º
PATRICIA LORIANE JUNGES CASAGRANDE	TECNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS	670/2020	06º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de junho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2020 - FMAS

Publicação N° 2524146

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 004/2020 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2020 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA SEREM OFERTADAS COMO BENEFÍCIO EVENTUAL ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 15/06/2020
1ª Publicação.

DECRETO N.º 3.688/2020

Publicação N° 2524228

DECRETO N.º 3.688/2020

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o artigo 6º da Lei Municipal n.º 2.026/2009 estabelece que a indicação dos membros do conselho seja homologada por meio de Decreto Municipal;

CONSIDERANDO a Ata da reunião de Conselho Municipal da Saúde de 28 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros integrantes do Conselho Municipal de Saúde do Município de Camboriú, conforme dispõe o artigo 5º da Lei Municipal n.º 2.026/2009, estando assim constituído:

I - representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) titular: Carla Backs Mansur;

b) suplente: Sabrina Santos.

II - representantes dos trabalhadores na área de saúde:

a) titular: Margarete Cadore;

b) suplente: Joyce de Almeida Cruz.

III - representantes de prestadores privados de serviços de saúde:

a) titular: Karina Elisa Sheweder (Laboratório Camboriú);

b) suplente: João Teodoro Davi de Lima (Laboratório Camboriú).

IV - representantes da União da Associação de Moradores de Camboriú - UAMCA:

a) titular: Iraci Carvalho Rogério;

b) suplente: Lucinda da Silva.

V - representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú:

a) titular: Antonio Deolindo;

b) suplente: Silvio Mathias.

VI - representante da Associação de Portadores de Patologias ou Portadores de Necessidades Especiais - APAE:

a) titular: Lucemar Machado Cainelli;

b) suplente: Lisete M. Shimitt Garcia.

VII - representantes de movimentos populares vinculados a saúde:

a) titulares: Vicente Emílio Cunha (3ª Idade Grupo Raio de Sol), Vilmar José Peixe (Pastoral da Criança);

b) suplentes: Dirceo Raimundo Floresta (3ª Idade Grupo Raio de Sol) e Ana Lucia Paiva de Oliveira (Pastoral da Criança).

VIII - membro nato do Conselho Municipal de Saúde:

a) Secretária Municipal de Saúde: Elisama Freitas Schulle.

Parágrafo único. O membro nato do Conselho Municipal de Saúde tem direito a voz e voto.

Art. 2º Consoante deliberado pelo Plenário, restou a Diretoria do Conselho eleita, tendo ficado composta na seguinte forma:

I - presidente: Vilmar José Peixe;

II - vice-presidente: Karina Elisa Sheweder;

III - secretária: Carla Backs Mansur.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Saúde não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 3.229/2017.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.689/2020

Publicação Nº 2523896

DECRETO N.º 3.689/2020

Dispõe sobre o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Camboriú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que o § 7º do artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 07/2006 dispõe que os percentuais de contribuição deverão ser reavaliados anualmente e, quando necessário, atendendo às indicações do cálculo atuarial, serão alterados por Decreto quando se tratar da contribuição patronal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento em 420 (quatrocentos e vinte) meses o valor do déficit atuarial, no montante de R\$ 216.557.376,89 (duzentos e dezesseis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e setenta e seis reais e oitenta e nove centavos), identificado na avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência de Camboriú de 31/12/2019, conforme tabela prevista no anexo único deste Decreto, com a finalidade de promover o equilíbrio financeiro e atuarial do Sistema Previdenciário Municipal, em atendimento a legislação federal aplicável.

§ 1º Em caso de atraso no pagamento, o valor devido será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, contados da data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

§ 2º A incidência de cada valor da tabela se dará do mês de junho do ano base de competência até o mês de maio do ano seguinte.

§ 3º A tabela de contribuições mensais referida no caput deste artigo poderá ser revista de acordo com o resultado das futuras avaliações atuariais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 02 de junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Campo Alegre

PREFEITURA

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020 – TOMADA DE PREÇOS TP 30/2020

Publicação Nº 2523554

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 30/2020 – TOMADA DE PREÇOS

AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO – NOVA DATA DE ABERTURA

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para reforma do prédio anexo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Considerando a Retomada da licitação em epígrafe, DEFINE as datas de abertura:

DEFINE-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

0.0.1 Os dois envelopes contendo a Documentação (nº 1) e a Proposta Comercial (nº 2), deverão ser entregues até às 08 horas e 45 minutos do dia 03/07/2020, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC, sendo que a sessão pública de abertura e início de julgamento ocorrerá no mesmo dia, às 09 horas, no endereço supracitado.

2.0.6.1 A autenticação por servidor público de que trata o item 3.1.6, somente poderá ser realizada até às 08 horas e 30 minutos do dia 03/07/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

5.2.1. A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser realizada até às 08 horas e 30 minutos do dia 03/07/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

5.5. Para obter o Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor da Prefeitura Municipal de Campo Alegre constante do item 5.1.1, os interessados deverão efetuar a inscrição até às 16 horas do dia 30/06/2020 no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, apresentando para isto a documentação estabelecida pela Lei Federal nº 8.666/93, que é a seguinte:

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 15 de junho de 2020.

Lucilaine Mókfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020 – TOMADA DE PREÇOS

Publicação Nº 2524249

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 45/2020 – TOMADA DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO – NOVA DATA DE ABERTURA

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para reforma e ampliação da EMEB MARIA JOSE DUARTE SILVA BERNARDES, localizada na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, neste Município.

Considerando a necessidade de republicação das datas da licitação em epígrafe, DEFINE as datas de abertura:

DEFINE-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

0.0.1 Os dois envelopes contendo a Documentação (nº 1) e a Proposta Comercial (nº 2), deverão ser entregues até às 13 horas e 45 minutos do dia 03/07/2020, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo

Alegre/SC, sendo que a sessão pública de abertura e início de julgamento ocorrerá no mesmo dia, às 14 horas, no endereço supracitado.

2.0.6.1 A autenticação por servidor público de que trata o item 3.1.6, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 03/07/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

5.2.1. A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 03/07/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

5.5. Para obter o Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor da Prefeitura Municipal de Campo Alegre constante do item 5.1.1, os interessados deverão efetuar a inscrição até às 16 horas do dia 30/06/2020 no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, apresentando para isto a documentação estabelecida pela Lei Federal nº 8.666/93, que é a seguinte:

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 15 de junho de 2020.

Lucilaine Mókfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

ADITIVO CONTRATUAL Nº 64/2020

Publicação Nº 2523785

ADITIVO CONTRATUAL Nº 64/2020

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o Memorando 024PL/2019 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do contrato nº 166/2019 (originado do Processo Licitatório nº 94/2019, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 166/2019, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 166/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de execução do Contrato nº 166/2019 fica prorrogado até o dia 14 de agosto de 2020, e o prazo de vigência fica prorrogado até 14 de setembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 10 de junho de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	GIOVANNI RODRIGO LUIZ CONTRATADO	PAULO ROBERTO KNOP PRK ENGENHARIA E CONSULTORES LTDA. Contratado		
---	-------------------------------------	--	--	--

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 30/2020

Publicação Nº 2523531

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
TOMADA DE PREÇO 30/2020**AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO – NOVA DATA DE ABERTURA**

O Município de Campo Alegre/SC, TORNA PÚBLICO que a sessão da licitação referente a Tomada de Preços 30/2020, objetivando o fornecimento de material e mão de obra para reforma do prédio anexo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Valor máximo fixado: R\$ 104.600,75, será realizada no dia 03/07/2020, 09horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 08h45min). As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas. Os interessados poderão obter o edital no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre - SC, 15 de junho de 2020. Lucilaine Mókfa Schwarz. Secretária Municipal de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO – NOVA DATA DE ABERTURA TP 45/2020

Publicação Nº 2524034

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
TOMADA DE PREÇO 45/2020**AVISO DE LICITAÇÃO – NOVA DATA DE ABERTURA**

O Município de Campo Alegre/SC, torna público que a sessão da licitação referente a TP 45/2020, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para reforma e ampliação da EMEB Maria Jose Duarte Silva Bernardes, localizada na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Valor máximo fixado: R\$ 114.734,50, será realizada no dia 03/07/2020, 14horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 13h45min). As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas. Os interessados poderão obter o edital no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre - SC, 15 de junho de 2020. Lucilaine Mókfa Schwarz. Secretária Municipal de Administração.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2020

Publicação Nº 2523727

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2020

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Pavimentação em lajota sextavada de concreto na seguinte rua: Rua Júlia Pazda (trecho 2).

Dotação orçamentária: As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.03 – Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 452 – Serviços Urbanos; Programa: 45 – Manutenção de vias Públicas e conservação de logradouros; Projeto: 2.023– Vias Públicas e Logradouros; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações; Recurso: 0770 Operação de crédito (código 258) – Contrato Caixa Econômica Federal 0529.854-38 - Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento FINISA – Apoio Financeiro para a Despesa de Capital.

CÓDIGO AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO DO GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	PROJETO/AÇÕES
08.03.15.452.0045.1.017	4.4.90	Pavimentação asfáltica e calçamento das Vias Urbanas

Vigência: 03/06/2020 a 30/12/2020.

Do valor total: R\$ 446.414,76 (quatrocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quatorze reais e setenta e seis centavos).

Contratado: GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 077 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524622

IPRECAL – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
Rua Cel. Bento D' Amorim, nº 506, Sala 01, Centro, Campo Alegre/SC.
Email: iprecal@campoalegre.sc.gov.br Fone: 47 3632-1574

PORTARIA Nº 077 DE 15 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS AO DIRETOR EXECUTIVO DO IPRECAL.

O Diretor Executivo do IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Diretor Executivo do IPRECAL, JEFFERSON JEAN DUVOISIN, matrícula funcional nº 000337, registro no sistema sob nº 78, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, atualmente exercendo a Função Comissionada de Diretor Executivo do IPRECAL, lotado no IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC., referente ao período aquisitivo: 08 de junho de 2019 a 07 de junho de 2020.

Art. 2º O Diretor Executivo do IPRECAL, gozará as férias no período de 17 de junho de 2020 á 26 de junho de 2020, sendo opção sua já requerida e devidamente assinada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. IPRECAL, 15 de junho de 2020.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/06/2020.

PORTARIA Nº 078 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524623

IPRECAL – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
Rua Cel. Bento D' Amorim, nº 506, Sala 01, Centro, Campo Alegre/SC.
Email: iprecal@campoalegre.sc.gov.br Fone: 47 3632-1574

PORTARIA Nº 078 DE 15 DE JUNHO DE 2020
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS AO DIRETOR EXECUTIVO DO IPRECAL.

O Diretor Executivo do IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Diretor Executivo do IPRECAL, JEFFERSON JEAN DUVOISIN, matrícula funcional nº 000337, Registro no Sistema sob nº 78, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo atualmente o Cargo Público Comissionado de Diretor Executivo do IPRECAL, lotado no IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo de 08 de junho de 2020 a 07 de junho de 2021, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Diretor Executivo o qual requereu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. IPRECAL, 15 de junho de 2020.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/06/2020.

PORTARIA Nº 18.125 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524628

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.125 DE 15 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS A DIRETORA DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Diretora de Saúde, DEISI ESTELA AMORIM, registro no sistema sob nº 955172, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 05 (zero cinco) dias; 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 = 05 (zero cinco) dias.

Art. 2º A Diretora de Saúde gozará as férias no período de 1º de junho de 2020 á 10 de junho de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente assinada, protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 25 de maio de 2020 sob nº 001551.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2020.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 18.100 de 26 de maio de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
15 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê**PREFEITURA****EXTRATO ATA RP 17/2020**

Publicação Nº 2523326

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa DI DOMENICO E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº 03.527.483/0001-75, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
82	PCT	600,00	MASSA DE LASANHA - Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, gordura vegetal hidrogenada, sal, açúcar, conservante sorbato de potasio e corante betacaroteno. Embalagem de 500g sem mofos e rupturas em discos separados contendo data de fabricação e validade. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	6,5800	3.948,0000	Sonho Meu
83	KG	1.000,00	MASSA PARA PIZZA – Tamanho médio - Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, Água, Óleo Vegetal, Fermento, Açúcar, Sal, Conservadores: Propionato de cálcio (INS 282) e Sorbato de Potássio (INS 202), Estabilizantes: Monooleato de polioxietileno (20) Sorbitana (INS 433), e Corante natural cúrcuma (INS 100i) e urucum (INS 160b). Embalagem intacta.	5,8500	5.850,0000	Sonho Meu
92	UN	1.000,00	PÃO DE FORMA FATIADO: Pão de forma de massa leve, farinha de trigo/ fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca, fatiado. Acondicionado em pacotes com aproximadamente 500 gramas. Embalagens com aproximadamente 20 fatias. A embalagem deverá conter nome do produto, informação nutricional, com data de fabricação recente e validade do produto. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	6,8300	6.830,0000	Sonho Meu
93	UN	20,00	PÃO DE FORMA FATIADO INTEGRAL: Ingredientes: Farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, glúten, açúcar, gordura vegetal, fibra de trigo, farinha de cevada, emulsificante monoglicéridos de ácidos graxos e conservador propionato de cálcio. ALÉRGICOS: CONTÉM TRIGO, DERIVADOS DE TRIGO E DERIVADOS DE CEVADA. PODE CONTER AVEIA, CENTEIO, SOJA, TRITICALE, CASTANHA-DE-CAJU, CASTANHA-DO-PARÁ, OVOS E LEITE. CONTÉM GLÚTEN.	7,3300	146,6000	Sonho Meu
94	UN	12,00	PÃO DE FORMA FATIADO SEM GLÚTEN. Para doentes celíacos.	11,7500	141,0000	Sonho Meu
95	KG	1.000,00	PÃO FRANCÊS UNIDADE DE 50 GR – Embalagens plásticas estéreis c/ 40 unidades ou quantidade solicitada – Características: produto fermentado, preparado com farinha de trigo, sal e água, que se caracteriza por casca crocante de cor uniforme castanho-dourada e miolo de cor branco-creme de textura e granulação fina não uniforme – Resolução RDC nº 90/2000 da ANVISA. OBS: Feito no mesmo dia da entrega (fresco).	9,8300	9.830,0000	Sonho Meu

VALOR TOTAL R\$ 26.745,60

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito municipal	DI DOMENICO E CIA LTDA ME CNPJ nº 03.527.483/0001-75 PROPONENTE
---	---

LEDI FARIA EHREMBRIK
Sec. Mun. de Educação e Cultura

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823



EXTRATO ATA RP 18/2020

Publicação Nº 2523327

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa ANILDA SCHOENINGER ME, inscrita no CNPJ Nº 04.192.895/0001-64, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
1	UN	1.500,00	ALFACE - As folhas devem estar verdes e viçosas, não pode estar com as folhas amareladas ou murchas, deve estar intacto c/ todas as partes comestíveis aproveitadas. Necessita do selo de rastreabilidade.	1,9900	2.985,0000	CRESPA
5	KG	100,00	ABOBRINHA VERDE ORGÂNICA – com selo de orgânico, casca lisa e brilhante, deve estar firme, não pode murchar nem melando. Necessita do selo de rastreabilidade.	4,1600	416,0000	NACIONAL
6	KG	600,00	ABÓBORA CABOTIÃ de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturidade apropriado para consumo. Com ausência de sujidades, parasitas ou larvas. Necessita do selo de rastreabilidade.	3,3100	1.986,0000	NACIONAL
7	UN	5,00	ADOÇANTE DIETÉTICO: Líquido, com edulcorantes artificiais: sacarina e ciclamato, frasco com 100 ml. Com data de fabricação, validade E LOTE DO PRODUTO. Indústria brasileira. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	8,2500	41,2500	ADOCIL
8	UN	5,00	ADOÇANTE FORNO E FOGÃO - Ingredientes: Maltodextrina Ciclamato de Sódio Sacarina Sódica - Uso oral. - Substitui o açúcar. - Forno e fogão. -Contém edulcorantes artificiais: ciclamato de sódio e sacarina sódica.	8,3400	41,7000	TAL E QUAL
19	KG	20,00	BATATA SALSA OU BAROA – De primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, isentas de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Necessita do selo de rastreabilidade.	8,7600	175,2000	NACIONAL
21	UN	80,00	BEBIDA LÁCTEA ZERO ADIÇÃO DE AÇÚCAR 160 ML – Prazo de validade longo e embalagem intacta.	3,1600	252,8000	BATAVO
23	KG	500,00	BETERRABA ORGÂNICA – COM SELO DE ORGANICO qualidade, tamanho pequeno a médio, cor viva, não pode estar murcha e deve estar com todas as partes comestíveis aproveitadas. Necessita do selo de rastreabilidade.	4,5000	2.250,0000	NACIONAL
28	PCT	30,00	BISCOITO SEM GLÚTEN DE COCO 84 GR – Embalagem intacta, ingredientes: Ingredientes Amido modificado, farinha de arroz, maltodextrina, gordura de palma, fécula de mandioca, coco ralado sem açúcar, sal refinado, fermentos químicos (bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio), emulsificante lecitina de soja, aromatizante, regulador de acidez ácido láctico e edulcorante artificial sucralose.	9,5500	286,5000	SEQUILHOS
39	KG	200,00	CARNE MOÍDA, de 2ª (Músculo e Acém) com até 5% gordura, deve apresentar as características organolépticas (cor, sabor e odor característicos) sem cartilagens e ossos, resfriada, boa qualidade, embalada individualmente em pacotes de polietileno c/ 1 Kg. No rótulo deve conter dados do fabricante, as especificações do produto, prazo de validade e selo de procedência.	18,6000	3.720,0000	NOVA ITA-BERABA
40	KG	100,00	CARNE MOÍDA DE 1ª - Deve apresentar as características organolépticas em bom estado (cor, sabor e odor característicos) sem cartilagens e ossos, resfriada, boa qualidade, embalada individualmente em pacotes de polietileno c/ 1 Kg. No rótulo deve conter dados do fabricante, as especificações do produto, prazo de validade e selo de procedência. Dentro do prazo de validade.	24,8000	2.480,0000	BOFF
41	KG	600,00	CARNE BOVINA TIPO MÚSCULO, ACÉM – Sem osso – Cortada em cubos – Com o mínimo de gordura aparente – Deve apresentar as características organolépticas (cor, sabor e odor característicos) – Resfriada – Boa qualidade – Embalada individualmente em pacotes de polietileno c/ 1 kg. No rótulo deve conter dados do fabricante, as especificações do produto, prazo de validade e selo de procedência.	20,9000	12.540,0000	FRIGORIFICO NOVO SUL
53	PCT	10,00	FARINHA DE ARROZ – ISENTA DE GLÚTEN – Embalagem de 500 G - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	4,4700	44,7000	NATURALE

65	KG	60,00	KIWI - De primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, isentas de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Necessita do selo de rastreabilidade.	13,2300	793,8000	NACIONAL
76	PCT	12,00	MACARRÃO SEM GLUTÉN PCT DE 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	3,8000	45,6000	BORTOLINI
81	KG	200,00	MARACUJÁ DE 1ª – deve ter casca lisa e brilhante, não podendo apresentar manchas escuras ou rachaduras, não pode estar murcho. Necessita do selo de rastreabilidade.	10,5200	2.104,0000	NACIONAL
88	UN	8,00	ÓLEO DE GIRASSOL – Frasco de 900 ml.	6,6800	53,4400	VITALIV
96	KG	800,00	PERNIL SUÍNO CONGELADO DE 1ª QUALIDADE, com Inspeção SIF. PEÇAS DE 1 kg – Lipídio máximo de 18% - As embalagens deverão ter selo de procedência com data de validade e demais especificações exigidas pela Lei de Rotulagem da ANVISA	12,4000	9.920,0000	AFRIB
97	KG	50,00	PÊRA VERDE DE 1ª – a casca precisa ser lisa e macia, sem picada de inseto, amassada ou com imperfeições, deve ser doce e suculenta, não deve estar verde nem totalmente madura. Necessita do selo de rastreabilidade.	7,6700	383,5000	NACIONAL
98	KG	100,00	PIMENTÃO VERDE DE 1ª - a casca deve estar lisa e brilhante, não pode estar murcho e nem melando. Necessita do selo de rastreabilidade.	6,8200	682,0000	NACIONAL
99	KG	110,00	PRESUNTO COZIDO SEM CAPA DE GORDURA - Embalagem fechada, intacta, indicando o prazo de validade – Embalagem com no máximo 3 kg.	18,3000	2.013,0000	JCW
100	PCT	250,00	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA GRANULADA em pacotes de 200gr.	4,1600	1.040,0000	CAMIL
101	KG	2.000,00	PEITO DE FRANGO CONGELADO EM FILÉS PEQUENOS - Sem osso e sem pele, congelado, em embalagens plásticas resistentes, transparentes. Pacotes com 1 Kg cada. Com aspecto próprio, não pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência de sujidades. Com inspeção Municipal, Estadual ou Federal. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, quantidade do produto, prazo de validade de no mínimo 2 meses a partir da data de entrega, número do registro no Ministério da Agricultura e carimbo do SIF. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	12,3500	24.700,0000	MAIS FRANGO

VALOR TOTAL R\$ 68.954,49

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito municipal	ANILDA SCHOENINGER ME CNPJ nº 04.192.895/0001-64 PROPONENTE
---	---

LEDI FARIA EHREMBRIK
Sec. Mun. de Educação e CulturaVisto da assessoria jurídica
MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 19/2020

Publicação Nº 2523331



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa SCS COMERCIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ Nº 13.995.853/0001-52, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
9	PCT	500,00	AMENDOIM – PACOTE COM 500 GR. Cru com pele, grupo descascado, subgrupo industrial, classe média, subclasse clara, tipo único. Grãos secos, são e limpos, de primeira qualidade. Sem fermentação e mofo, isentos de sujidades, parasitas e larvas. Embalado em pacotes de polietileno atóxico, transparente, resistente, vedado hermeticamente. Peso líquido de 500 gramas. Validade mínima de 4 meses. Embalagem contendo informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e lote. Indústria Brasileira. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	5,5200	2.760,0000	MANU
18	KG	1.000,00	BATATA INGLESA. Tamanho médio, casca lisa, clara e brilhante - intacta com todas as partes comestíveis aproveitadas e não pode estar murcha e melando. Necessita do selo de rastreabilidade.	3,2700	3.270,0000	REAL
20	LTS	400,00	BEBIDA LÁCTEA - Bebida láctea fermentada com polpa de frutas, diversos sabores conforme solicitação. Embalagem contendo 1 litro. Rotulagem obrigatória seguindo legislação específica. Validade mínima 30 dias. Registro no SIE ou SIF. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	3,0000	1.200,0000	UNIBABY
26	PCT	1.500,00	BISCOITO SALGADO COM GERGELIM - Pacote 400 GR – Com porcentagem de gordura máxima de 7% - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	5,4300	8.145,0000	PRODASA
43	UN	600,00	CHOCOLATE EM PÓ 500 G – 32% de cacau, contendo açúcar, cacau em pó solúvel e aromatizante. Embalagem intacta e com prazo de validade de pelo menos 3 meses.	7,7400	4.644,0000	NEILAR
49	KG	3.500,00	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA EMBALADAS UMA A UMA SEM SAMBIQUEIRA – As embalagens deverão ter selo de procedência com data de validade e demais especificações exigidas pela Lei de Rotulagem da ANVISA.	8,2900	29.015,0000	AGRO
62	KG	800,00	FUBA DE MILHO FINO TIPO 1 – Embalagens de 1 kg - Fardos de 20 kg. Livre de sujidades, parasitos e larvas – Com validade de 180 dias.	3,4000	2.720,0000	DALLA
66	PCT	500,00	LARANJA PÉRA DE 1ª – casca lisa, fina e brilhante, suculenta e doce, não podendo estar murcha. Necessita do selo de rastreabilidade.	3,5900	1.795,0000	REAL
91	UN	400,00	PÓ PARA PUDIM - Pudim Preparado em pó para pudim. Embalagem de 1kg, rendimento de 36 porções de 100g (3,6kg). Sabores: Baunilha, Caramelo, Chocolate, Coco e Morango. Produto livre de gordura trans, rico em vitaminas A, C, B1, B2, PP, Ferro e Zinco. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, modo de preparo, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	12,5500	5.020,0000	MAXUL
104	KG	180,00	QUEIJO TIPO MUSSARELA – de boa procedência, não pode apresentar sinal de mofo – Embalagem fechada, intacta, indicando o prazo de validade – Embalagem com no máximo 3 kg.	20,5000	3.690,0000	FRIZZO
109	UN	200,00	SELETA DE LEGUMES – ingredientes: ervilha, batata, cenoura e salmoura (água e sal). Embalagem: longa vida, deve estar intacta, resistente, vedada hermeticamente, contendo 200g do produto. Prazo de validade mínimo 23 meses a contar a partir da data de entrega.	3,4000	680,0000	BONARE
111	gf	400,00	VINAGRE DE VINHO TINTO GARRAFA 750 ML	3,8000	1.520,0000	4 ES



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

VALOR TOTAL R\$ 64.459,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
ODILSON VICENTE DE LIMA
 Prefeito municipal

SCS COMERCIO LTDA EPP
CNPJ Nº 13.995.853/0001-52
PROPONENTE

LEDI FARIA EHREMBRIK
 Sec. Mun. de Educação e Cultura

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
 Assessora Jurídica
 OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 20/2020

Publicação Nº 2523334

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº 07.814.016/0001-87, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
13	PCT	1.000,00	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 PCT 5 KG - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	13,6100	13.610,0000	TIO ALE-MAO
24	PCT	2.000,00	BISCOITO DOCE TIPO MARIA PCT 400 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	4,7300	9.460,0000	VITORIA
32	CX	120,00	CALDO DE GALINHA CX C/ 12	2,4000	288,0000	APTI
47	PCT	200,00	COCO RALADO SEM AÇÚCAR- Embalagens de 100 gr – Sem açúcar. Embalagem intacta.	3,3900	678,0000	DAJU
69	LTS	50,00	LEITE DE SOJA EMBALAGEM DE 1L – Embalagem intacta.	5,6800	284,0000	PURITY
73	PCT	500,00	MACARRÃO C/ OVOS TIPO CABELO DE ANJO 500 GR Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	5,1400	2.570,0000	ROSANE
75	PCT	8,00	MACARRÃO SEM OVOS OU TRAÇOS- Para alérgicos ao ovo, pct 500g Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	5,0900	40,7200	ROSANE
77	PCT	100,00	MACARRÃO INTEGRAL PARAFUSO PCT DE 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade. INGREDIENTES: Farinha de trigo integral, fibra de trigo, corante natural cúrcuma.	6,1000	610,0000	ORQUIDEA

VALOR TOTAL R\$ 27.540,72

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito municipal	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME CNPJ Nº 07.814.016/0001-87 PROPONENTE
---	--

LEDI FARIA EHREMBRIK
 Sec. Mun. de Educação e Cultura

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
 Assessora Jurídica
 OAB/SC 54.823



EXTRATO ATA RP 21/2020

Publicação Nº 2523337

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ Nº 26.556.616/0001-37, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
38	PCT	300,00	CRAVO DA INDIA – PACOTE COM 10 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	2,3000	690,0000	APTI
42	PCT	1.000,00	CHÁS: Chás sabores: ENDRO (Anethum graveolens), ERVA DOCE (Pimpinela Anisum), Camomila Flor (Matricaria Chamomila) ERVA-CIDREIRA E HORTELÃ vegetal dessecado, peso liquido 10g, ,100% natural. A embalagem deve ser de polietileno transparente e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantem a integridade do produto até o momento do consumo. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega Deve conter informações nutricionais. Industria brasileira. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	2,4300	2.430,0000	CHILENO
59	PCT	200,00	FERMENTO P/ PÃO INSTANTANEO 125 GR - Deverá apresentar as seguintes características: fermento biológico, seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo, e substâncias nocivas. A embalagem hermeticamente fechada (sistema a vácuo), intacta, sem ferrugem, contendo 125g. A embalagem deverá conter data de fabricação, lote e a validade com no mínimo 3 meses a partir da entrega do produto. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	5,2700	1.054,0000	PACMAIA
71	PCT	1.000,00	MACARRÃO C/ OVOS TIPO PARAFUSO PCT 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade. Ingredientes: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corantes naturais urucum e cúrcuma.	3,2000	3.200,0000	Q DELICIA
87	UN	900,00	ÓLEO DE SOJA REFINADO – frasco de 900 ml.	5,9500	5.355,0000	LEVE
106	PCT	500,00	SAGÚ PCT 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	3,4000	1.700,0000	PRATA
108	Lta	1.200,00	SARDINHA ENLATADA pré-cozida em conserva, elaborada com produto eviscerado, livre de cauda e cabeça. Conservado em óleo de soja – Latas de 125 gramas - As latas não podem estar amassadas ou conter ferrugens – Devem estar dentro do prazo de validade.	4,5500	5.460,0000	88

VALOR TOTAL R\$ 19.889,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito municipal	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP CNPJ Nº 26.556.616/0001-37 PROPONENTE
---	--

LEDI FARIA EHREMBRIK
Sec. Mun. de Educação e Cultura

Visto da assessoria jurídica
MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823



EXTRATO ATA RP 22/2020

Publicação Nº 2523340

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ Nº 16.738.785/0001-34, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
10	PCT	700,00	AÇÚCAR CRISTAL PCT 5 KG – Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	12,5500	8.785,0000	ESTRELA
25	PCT	60,00	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA PCT 400 GR Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	4,8200	289,2000	DIANA
27	PCT	900,00	BISCOITO SALGADO INTEGRAL, com porcentagem menor de 1,0 de gordura trans por porção (30/40g) – Embalagem de 400 gr	4,9800	4.482,0000	ORQUIDEA
29	PCT	80,00	BISCOITO SEM LEITE 400 g – Para intolerantes a lactose e alérgicos a proteína do leite. Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, gordura vegetal hidrogenada zero trans, açúcar invertido, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de amônio), sal, metabisulfito de sódio, aroma artificial de leite, proteinase, vitaminas (b1, b2, b6 e pp). Sem colesterol, sem lactose e sem proteína do leite. Isento de produtos de origem animal. Contém glúten. Alérgicos: contém trigo. Pode conter derivados de cevada, aveia, soja e centeio. Embalagem intacta e prazo de validade longo.	7,3500	588,0000	ORQUIDEA
31	PCT	200,00	CACAU EM PÓ 100% caixa 200 G – Ingredientes: Cacau em pó, não contem Glúten. Embalagem intacta em bom estado de conservação, validade longa.	11,9000	2.380,0000	APTI
34	PCT	600,00	CANJICA AMARELA TIPO 1 PCT 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	2,1900	1.314,0000	ZAELI
50	UN	700,00	ERVILHA SACHÊ 200gr – As embalagens não podem estar amassadas, rasgadas ou com sujidades – Devem estar dentro do prazo de validade.	3,4500	2.415,0000	DORO
51	CX	500,00	EXTRATO TOMATE CONCENTRADO CAIXA 320 gr – As caixas não podem estar amassadas, e devem estar dentro do prazo de validade.	4,4000	2.200,0000	QUERO
52	PCT	200,00	FARELO DE AVEIA em embalagens de 200 gr - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	4,9300	986,0000	APTI
55	PCT	400,00	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PCT 5 KG – Livre de sujidades, parasitos e larvas. Umidade máxima de 15%. (Resolução ANVISA CNNPA nº 12/78) - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	12,9500	5.180,0000	AURIVERDE
56	PCT	70,00	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL PCT 5 KG – Livre de sujidades, parasitos e larvas – Com validade de 180 dias.	16,1500	1.130,5000	ORQUIDEA
58	PCT	1.100,00	FEIJÃO PRETO TIPO 1 PCT DE 1KG – Pacote de 01 kg, feijão classe preto, grupo/tipo I, 100% feijão preto (Phaseolus vulgaris L.), de safra nova. Constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e íntegros, sem a presença de grãos diformes e/ou torrados, coloração dos grãos com nuances diferentes, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. A embalagem deverá ser de plástico, transparente e atóxico, resistente, com solda reforçada e íntegra, não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo e acondicionados em fardos lacrados. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses apartir da e	5,3600	5.896,0000	SIVIERO

60	UN	500,00	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO 250 GR. Prazo de validade não inferior a 6 meses.	4,4500	2.225,0000	APTI
64	KG	15,00	GRÃO DE BICO – Pacotes de 500 gr, embalagem intacta, sem caruncho, dentro do prazo de validade.	5,2500	78,7500	ZAELI
68	LTS	50,00	LEITE INTEGRAL SEM LACTOSE (0%) – EMBALAGEM 1 LITRO – A embalagem não deve estar amassada ou deteriorada e deve se apresentar dentro do prazo de validade.	4,2800	214,0000	AURORA
72	PCT	600,00	MACARRÃO C/ OVOS GRAVATA PCT 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade. Ingredientes: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma.	3,8300	2.298,0000	DIANA
74	PCT	20,00	MACARRÃO- ALFABETO para sopa com corante natural, contendo cenoura em pó, espinafre e tomate em pó – Embalagem de 500g	4,7500	95,0000	GALO
80	Pot	300,00	MARGARINA VEGETAL COM SAL – Embalagens de polietileno c/ 1 kg – Aspecto de emulsão plástica homogênea e uniforme. Cor: amarela ou branco amarelada, cor e odor característicos. Com 60 a 70% de lipídeos, livre de gordura trans. Portaria nº 193 ANVISA.	6,1000	1.830,0000	ORQUIDEA
86	UN	550,00	MILHO VERDE SACHE 200 GR – As embalagens não podem estar amassadas ou deterioradas – Devem estar dentro do prazo de validade	2,5000	1.375,0000	DORO
102	PCT	24,00	POLVILHO DOCE – EMBALAGEM 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	4,0000	96,0000	PRATA
103	PCT	700,00	POLVILHO AZEDO – EMBALAGEM 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	3,9500	2.765,0000	PRATA
107	KG	200,00	SAL REFINADO IODADO – Pacotes de 1 kg – Fardos de 20 kg. O sal deve ser obrigatoriamente iodado de acordo como preconizado pelas regulamentações da ANVISA.	1,0000	200,0000	ESTRELA

VALOR TOTAL R\$ 46.822,45

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito municipal	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP CNPJ Nº 16.738.785/0001-34 PROponente
---	---

LEDI FARIA EHREMBRIK
Sec. Mun. de Educação e Cultura

Visto da assessoria jurídica
MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 23/2020

Publicação Nº 2523343

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ Nº 24.170.620/0001-37, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
2	CX	500,00	AVEIA EM FLOCOS REGULARES – Embalagem de 200 gramas. Embalagem intacta, sem defeitos ou rasgos. Produto em bom estado de conservação, sem bolor e dentro do prazo de validade. Ingredientes: Aveia.	3,8500	1.925,0000	BELA
12	UN	500,00	AMIDO DE MILHO PCT 500G - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	3,3000	1.650,0000	BELA
14	PCT	500,00	ARROZ INTEGRAL – Embalagem de 1 kg – Livre de sujidades, parasitose larvas (Resolução ANVISA CNNPA nº 12/78)	3,8800	1.940,0000	MINUTINHO
30	PCT	1.000,00	BISCOITO TIPO ROSQUINHA – 330 g Ingredientes: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar refinado, gordura vegetal, amido de milho, açúcar invertido, sal refinado, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante. Alérgicos: contém derivados de trigo e soja. Pode conter derivados de leite. Contém glúten. Validade mínima de 3 meses na data da entrega. Embalagem intacta, sem rasgos ou biscoitos quebrados.	4,6500	4.650,0000	PRODASA
33	UN	300,00	CAFÉ SOLUVEL EXTRA FORTE 200 GR - Embalagem intacta, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	12,7500	3.825,0000	AMIGO
35	Pot	300,00	CANELA EM PÓ - POTE COM 30 GR	2,6000	780,0000	BELA
36	PCT	300,00	CANELA EM RAMA – PACOTE COM 10 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	2,1800	654,0000	BELA
37	CX	500,00	CEREAL MATINAL INTEGRAL A BASE DE MILHO - Enriquecido com Vitaminas, Minerais e Fibras – Embalagem de 300 g	6,7400	3.370,0000	GOLD FLAKES
48	PCT	400,00	COLORÍFICO – Pacotes de 500 gr - Aspecto: pó fino; Cor: alaranjada; Cheiro: próprio; Sabor: próprio. Acidez máxima 5%; Cloreto de sódio máximo 10%; Amido máximo 78% (Resolução ANVISA CNNPA nº 12/78).	4,1000	1.640,0000	BELA
54	PCT	50,00	FARINHA LÁCTEA - Com o mínimo de 12 vitaminas e 5 minerais instantâneo - embalagem 400 gr. - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	11,4000	570,0000	MARATA
57	PCT	120,00	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA – Pacotes de 500 G – Livre de sujidades, parasitos e larvas – Com validade de 180 dias.	5,2000	624,0000	BELA
61	UN	300,00	FOLHAS DE LOURO 5 G – Ingredientes: folhas de louro. Embalagem intacta e em bom estado de conservação.	1,8000	540,0000	APTI
63	UN	800,00	GELATINA EM PÓ 35 GR – Sabores: abacaxi, uva e morango	1,5000	1.200,0000	BELA
67	PCT	500,00	LENTILHA TIPO 1 – Pacote 500 gr - Livre de sujidades, parasitos e larvas	5,0500	2.525,0000	BELA
89	PCT	200,00	ORÉGANO – PACOTE COM 10 GR	2,0000	400,0000	BELA

VALOR TOTAL R\$ 26.293,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito municipal	PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP CNPJ Nº 24.170.620/0001-37 PROPONENTE
---	--

LEDI FARIA EHREMBRIK
Sec. Mun. de Educação e Cultura

Visto da assessoria jurídica
MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

EXTRATO ATA RP 24/2020

Publicação Nº 2523352

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa BUGRE COMERCIAL EIRELI ME, inscrita no CNPJ Nº 35.088.051/0001-00, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
3	UN	650,00	ABACAXI DE 1ª qualidade, crista fechada, escamas grandes, doce e suculento, intacto o c/ todas as partes comestíveis aproveitadas. Necessita do selo de rastreabilidade.	5,7000	3.705,0000	CDFSN
4	KG	100,00	ABACATE DE 1ª (intacto c/ todas as partes comestíveis aproveitadas). Necessita do selo de rastreabilidade.	6,8000	680,0000	CDFSN
11	PCT	200,00	ALHO GRAUDO 200 GR - Novo, grupo roxo, subgrupo nobre, tipo especial, classe 4, de primeira qualidade, limpo, não deverá apresentar problemas de coloração não característica, estar machucado, brotamento, perfurado, muito maduro e nem muito verde. O produto deve estar intacto, isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca embalados de acordo com solicitação. Acondicionado em embalagem plástica resistente e especial para alimentos, com identificação do fornecedor e prazo de validade. Embalagens de 200g. Entrega conforme solicitação/cronograma do Setor de Alimentação Escolar	6,3000	1.260,0000	REAL
15	Lta	60,00	ATUM EM PEDAÇOS COZIDO EM ÁGUA – conservado em água – latas de 170g - Embalagem intacta, sem amassados ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	6,3500	381,0000	GOMES
16	KG	1.800,00	BANANA CATURRA DE 1ª QUALIDADE MEIO TERMO (não esteja verde nem totalmente madura) – devem estar sempre presas a penca, sem manchas ou amassados. Necessita do selo de rastreabilidade.	2,8000	5.040,0000	CDFSN
17	KG	500,00	BATATA INGLESA ORGÂNICA– Apresentar selo de orgânico. Tamanho médio, casca lisa, clara e brilhante - intacta com todas as partes comestíveis aproveitadas e não pode estar murcha e melando. Necessita do selo de rastreabilidade.	4,2000	2.100,0000	REAL
22	CX	80,00	BEBIDA A BASE DE SOJA 200 ML – Embalagem intacta, validade mínima de 30 dias, isento de leite e derivados. Para alérgicos a proteína do Leite.	3,2000	256,0000	BURITY
44	UN	600,00	CHUCHU DE 1ª Qualidade – tamanho médio, não poder estar murcho, intacto com todas as partes comestíveis aproveitadas	2,9700	1.782,0000	REAL
45	KG	500,00	CEBOLA NACIONAL DE 1ª Qualidade, com casca cabeça tamanho médio, firme, não pode estar murcha ou melando.	3,9700	1.985,0000	REAL
46	KG	600,00	CENOURA DE 1ª Qualidade – cor viva, não pode estar murcha, nem melando e deve ter todas as partes comestíveis aproveitadas. Necessita do selo de rastreabilidade.	4,2000	2.520,0000	REAL
70	KG	1.800,00	MAÇÃ TIPO EXPORTAÇÃO DE 1ª – casca lisa, fresca, tamanho médio 150 G, não pode estar murcha e nem com amassados. Necessita do selo de rastreabilidade.	5,6000	10.080,0000	CDFSN
78	KG	2.000,00	MAMÃO FORMOSA DE 1ª – não pode estar mole, rachado, escuro ou amassado – não pode estar verde nem totalmente maduro – deverá ser doce e suculento. Necessita do selo de rastreabilidade.	5,0000	10.000,0000	CDFSN
79	KG	800,00	MANGA (ROSA, TOMMY OU CORAÇÃO DE BOI) DE 1ª – deve ter a casca lisa, não estar verde, nem totalmente madura, deve ser doce e suculenta e não apresentar amassados. Necessita do selo de rastreabilidade.	4,9500	3.960,0000	CDFSN
84	KG	800,00	MELANCIA DE 1ª - a casca deve ser firme, cor vibrante, não pode apresentar rachaduras e deve ser doce e suculenta. Necessita do selo de rastreabilidade.	2,1300	1.704,0000	CDFSN
85	KG	560,00	MELÃO AMARELO DE 1ª – a casca deve ser firme, cor vibrante, não pode apresentar rachaduras e deve ser doce e suculento. Necessita do selo de rastreabilidade.	4,8500	2.716,0000	CDFSN
90	DZ	800,00	OVOS VERMELHOS DE 1ª – Os ovos não podem estar trincados ou quebrados – Devem estar em embalagens com data de validade, selo de procedência e demais especificações exigidas pela Lei de Rotulagem da ANVISA	5,8700	4.696,0000	CARMINATTI

105	KG	350,00	REPOLHO ORGÂNICO COM SELO DE ORGÂNICO – as folhas devem estar verdes e viçosas, cabeça fechada, não pode estar com as folhas amareladas ou murchas, deve estar intacto c/ todas as partes comestíveis aproveitadas. Necessita do selo de rastreabilidade.	3,7000	1.295,0000	REAL
110	KG	800,00	TOMATE ORGÂNICO – Apresentar o selo de orgânico. Deve ser firme, com casca lisa, brilhante, sem manchas escuras ou moles, que não esteja nem maduro, nem totalmente verde. Necessita do selo de rastreabilidade.	5,9800	4.784,0000	REAL

VALOR TOTAL R\$ 58.944,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito municipal	BUGRE COMERCIAL EIRELI ME CNPJ Nº 35.088.051/0001-00 PROPONENTE
---	---

LEDI FARIA EHREMBRIK
Sec. Mun. de Educação e Cultura

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

EXTRATO CONTRATO 26/2020

Publicação Nº 2523318

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 26/2020.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, CNPJ nº 11.307.776/0001-75. CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ 09.180.605/0001-02. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de seguro destinado aos veículos da frota do município de Campo Erê – Fundo Municipal de Saúde (FMS), pelo período de 12 (doze) meses. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 323/2020/FMS, Pregão Presencial nº 13/2020/FMS. VALOR: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais). VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir da assinatura deste, Campo Erê/SC, em 05/06/2020. SIGNATÁRIOS: Elizandra da Silva pela Contratante e Marcelo Wais pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 311/2020

Publicação Nº 2523322

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 311/2020, na modalidade Pregão de nº 12/2020 tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	82	600,00	6,5800	3.948,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	83	1.000,00	5,8500	5.850,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	92	1.000,00	6,8300	6.830,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	93	20,00	7,3300	146,6000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	94	12,00	11,7500	141,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	95	1.000,00	9,8300	9.830,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	1	1.500,00	1,9900	2.985,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	5	100,00	4,1600	416,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	6	600,00	3,3100	1.986,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	7	5,00	8,2500	41,2500

ANILDA SCHOENINGER ME	1	8	5,00	8,3400	41,7000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	19	20,00	8,7600	175,2000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	21	80,00	3,1600	252,8000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	23	500,00	4,5000	2.250,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	28	30,00	9,5500	286,5000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	39	200,00	18,6000	3.720,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	40	100,00	24,8000	2.480,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	41	600,00	20,9000	12.540,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	53	10,00	4,4700	44,7000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	65	60,00	13,2300	793,8000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	76	12,00	3,8000	45,6000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	81	200,00	10,5200	2.104,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	88	8,00	6,6800	53,4400
ANILDA SCHOENINGER ME	1	96	800,00	12,4000	9.920,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	97	50,00	7,6700	383,5000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	98	100,00	6,8200	682,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	99	110,00	18,3000	2.013,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	100	250,00	4,1600	1.040,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	101	2.000,00	12,3500	24.700,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	9	500,00	5,5200	2.760,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	18	1.000,00	3,2700	3.270,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	20	400,00	3,0000	1.200,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	26	1.500,00	5,4300	8.145,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	43	600,00	7,7400	4.644,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	49	3.500,00	8,2900	29.015,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	62	800,00	3,4000	2.720,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	66	500,00	3,5900	1.795,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	91	400,00	12,5500	5.020,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	104	180,00	20,5000	3.690,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	109	200,00	3,4000	680,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	111	400,00	3,8000	1.520,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	13	1.000,00	13,6100	13.610,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	24	2.000,00	4,7300	9.460,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	32	120,00	2,4000	288,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	47	200,00	3,3900	678,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	69	50,00	5,6800	284,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	73	500,00	5,1400	2.570,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	75	8,00	5,0900	40,7200
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	77	100,00	6,1000	610,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	38	300,00	2,3000	690,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	42	1.000,00	2,4300	2.430,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	59	200,00	5,2700	1.054,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	71	1.000,00	3,2000	3.200,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	87	900,00	5,9500	5.355,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	106	500,00	3,4000	1.700,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	108	1.200,00	4,5500	5.460,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	10	700,00	12,5500	8.785,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	25	60,00	4,8200	289,2000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	27	900,00	4,9800	4.482,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	29	80,00	7,3500	588,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	31	200,00	11,9000	2.380,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	34	600,00	2,1900	1.314,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	50	700,00	3,4500	2.415,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	51	500,00	4,4000	2.200,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	52	200,00	4,9300	986,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	55	400,00	12,9500	5.180,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	56	70,00	16,1500	1.130,5000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	58	1.100,00	5,3600	5.896,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	60	500,00	4,4500	2.225,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	64	15,00	5,2500	78,7500
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	68	50,00	4,2800	214,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	72	600,00	3,8300	2.298,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	74	20,00	4,7500	95,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	80	300,00	6,1000	1.830,0000

ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	86	550,00	2,5000	1.375,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	102	24,00	4,0000	96,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	103	700,00	3,9500	2.765,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	107	200,00	1,0000	200,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	2	500,00	3,8500	1.925,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	12	500,00	3,3000	1.650,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	14	500,00	3,8800	1.940,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	30	1.000,00	4,6500	4.650,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	33	300,00	12,7500	3.825,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	35	300,00	2,6000	780,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	36	300,00	2,1800	654,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	37	500,00	6,7400	3.370,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	48	400,00	4,1000	1.640,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	54	50,00	11,4000	570,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	57	120,00	5,2000	624,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	61	300,00	1,8000	540,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	63	800,00	1,5000	1.200,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	67	500,00	5,0500	2.525,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	89	200,00	2,0000	400,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	3	650,00	5,7000	3.705,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	4	100,00	6,8000	680,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	11	200,00	6,3000	1.260,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	15	60,00	6,3500	381,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	16	1.800,00	2,8000	5.040,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	17	500,00	4,2000	2.100,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	22	80,00	3,2000	256,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	44	600,00	2,9700	1.782,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	45	500,00	3,9700	1.985,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	46	600,00	4,2000	2.520,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	70	1.800,00	5,6000	10.080,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	78	2.000,00	5,0000	10.000,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	79	800,00	4,9500	3.960,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	84	800,00	2,1300	1.704,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	85	560,00	4,8500	2.716,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	90	800,00	5,8700	4.696,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	105	350,00	3,7000	1.295,0000
BUGRE COMERCIAL EIRELI	1	110	800,00	5,9800	4.784,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	46.822,45
ANILDA SCHOENINGER ME	68.954,49
BUGRE COMERCIAL EIRELI	58.944,00
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	19.889,00
Di Domenico & CIA LTDA ME	26.745,60
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	27.540,72
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	26.293,00
SCS Comercio LTDA ME	64.459,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 08 de junho de 2020.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 323/2020

Publicação N° 2523308

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 323/2020, na modalidade Pregão de nº 13/2020 tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de seguro destinado aos veículos da frota do município de Campo Erê – Fundo Municipal de Saúde (FMS), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações deste edital e seus anexos, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
GENTE SEGURADORA SA	1	1	1,00	590,1900	590,1900
GENTE SEGURADORA SA	1	2	1,00	540,0000	540,0000
GENTE SEGURADORA SA	1	3	1,00	829,1500	829,1500
GENTE SEGURADORA SA	1	4	1,00	807,6600	807,6600
GENTE SEGURADORA SA	1	5	1,00	302,0700	302,0700
GENTE SEGURADORA SA	1	6	1,00	1.081,3400	1.081,3400
GENTE SEGURADORA SA	1	7	1,00	404,4700	404,4700
GENTE SEGURADORA SA	1	8	1,00	294,4700	294,4700
GENTE SEGURADORA SA	1	9	1,00	563,5300	563,5300
GENTE SEGURADORA SA	1	10	1,00	302,0000	302,0000
GENTE SEGURADORA SA	1	11	1,00	318,9800	318,9800
GENTE SEGURADORA SA	1	12	1,00	266,1400	266,1400

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
GENTE SEGURADORA SA	6.300,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.
Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 05 de junho de 2020.

ELIZANDRA DA SILVA Gestora Fundo Mun. Saúde	ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito Municipal
--	---

CÂMARA MUNICIPAL**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO PREGÃO 01/2020**

Publicação Nº 2523591

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2020 PREGÃO PRESENCIAL 001/2020

TERMO ADITIVO 001/2020 AO CONTRATO 002/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2020, PROCESSO LICITATÓRIO 002/2020, PREGÃO PRESENCIAL 001/2020, QUE ENTRE SI FAZEM À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA RADIO ATALAIA LTDA

A CÂMARA MUNICIPAL VEREADORES DE CAMPO ERÊ, ESTADO DE SANTA CATARINA, situada na Avenida Astor Schoeninger, nº 969, centro, Campo Erê/SC inscrita no CNPJ sob o nº. 07.903.173/0001-69, representada por sua Presidente, Sra. REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa RADIO ATALAIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Maranhã no Bairro Centro, n. 700, na cidade de Campo Ere inscrita no CNPJ 01.746.813.0001-98, neste ato representada pela Sra. SANDRA MARA GUEZZELA residente e domiciliada na Rua Marcilio Dias , nº 1074, na Cidade de São Miguel do Oeste/SC, portadora do CPF 563.572.739-53, denominada para este instrumento de CONTRATADA, com fundamento na Lei nº 8.666/1993, art. 65, inciso II, alínea "c", e suas alterações, Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, Decreto Estadual nº 554, de 11 de abril de 2020, o qual visando o enfrentamento do COVID-19, veda a realização de reuniões de qualquer natureza até 31 de maio de 2020, Decreto Nº 004/2020 da Câmara Municipal de Campo Erê/SC, que em atenção aos Decretos Estaduais suspende a realização de Sessões Ordinárias por prazo indeterminado, reduzindo significativamente a execução do objeto do Processo Licitatório nº002/2020, Pregão Presencial 001/2020, constante no item 1.1.3 do contrato 002/2020, visando dar cumprimento aos princípios da economicidade e eficiência na dispostos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA O presente termo aditivo ao contrato 002/2020, tem por objeto a redução em 50% (cinquenta por cento) no valor mensal de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) disposto no item 3.1 do contrato 002/2020, mensalmente pago

pela CONTRATANTE a CONTRATADA pela execução do item 1.1.3 do contrato 002/2020, Processo Licitatório 002/2020, Pregão Presencial 001/2020, passando a ser de R\$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais), a partir 01 de abril de 2020, perdurando enquanto suspensa a realização de Sessões Ordinárias, a serem regulamentadas por meio de Decreto desta Câmara Municipal em atenção aos Decretos Estaduais sobre o tema.

CLÁUSULA SEGUNDA. As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Campo Erê/SC, 13 de abril de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC
REASILVA B. D S. RAIMONDI
Contratante

RADIO ATALAIA LTDA
SANDRA MARA GUEZZELA
Contratada

Testemunha:

CPF:

Testemunha:

CPF:

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO - OU Nº 01_2020 - FHJA

Publicação Nº 2524442

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 15/2020
CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 - FHJA

A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, inscrita no CNPJ sob o nº 83.156.455/0001-28, localizada à Rua Nereu Ramos, 379, Centro, Campos Novos/SC, comunica aos interessados que estarão abertas as inscrições para o processo de CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS/CLÍNICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOMOGRAFIA PARA O HOSPITAL DR JOSÉ ATHANÁSIO, EM TEMPO INTEGRAL, PARA PACIENTES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E INTERNADOS, que será executado em conformidade com o que dispõe a Constituição da República, em especial os seus artigos 196 e seguintes, e no que couber, com as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CRONOGRAMA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO	
EVENTOS	DATA
Divulgação do Edital de Credenciamento	em 16 de junho de 2020
Início da Entrega dos Envelopes	15h00min do dia 16 de junho de 2020
Vigência do Credenciamento	até 31 de dezembro de 2020

Campos Novos, 15 de julho de 2020.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020 - FHJA

Publicação Nº 2524492

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 11/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020 - FHJA

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO torna público que fará realizar no dia 26 de junho de 2020, às 14h00min, Pregão Eletrônico do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE VENTILADOR PULMONAR PRESSOMÉTRICO E VOLUMÉTRICO PARA A UTILIZAÇÃO DA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE – FHJA – EMENDA Nº 29060005 – MINISTÉRIO DA SAÚDE – PROPOSTA Nº 983156/18-001 – CONVÊNIO Nº 869673/2018 DE 24 DE AGOSTO DE 2018.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 15 de junho de 2020.

LUANNA CONINCK DALLA COSTA
DIRETORA GERAL
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO TP 05/2020

Publicação Nº 2524558

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 65/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, torna público que fará realizar no dia 02 de julho de 2020, às 14h30min, TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE RUAS DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Fundação Hospitalar, localizada na Rua Nereu Ramos, 379, Centro, Campos Novos/SC.

Campos Novos, 15 de junho de 2020.

DECRETO Nº 8.624/20 DE 09/06/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2523939

DECRETO Nº 8.624/20 DE 09/06/2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$18.160,25 (Dezoito mil cento e sessenta reais e vinte e cinco centavos), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 35-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.051- Reequipamento do FMAS

Elementos de despesa: 32 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-Aplicações Diretas R\$ 18.160,25

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do superávit financeiro exercício anterior no valor de R\$ 18.160,25

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 09 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.625 DE 10 DE JUNHO DE 2020. DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PÚBLICA E PRIVADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2523940

DECRETO Nº 8.625 DE 10 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PÚBLICA E PRIVADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e ainda:

CONSIDERANDO os atos normativos emitidos a nível Estadual, especialmente o Decreto n. 630, de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto n. 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n. 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução n. 005 do Conselho Municipal de Educação aprovada em 04/06/2020, que dispõe sobre a prorrogação do regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Campos Novos/SC, para fins de cumprimento do calendário do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o teor da Ata de Reunião de n. 05 realizada pelo Conselho Municipal de Educação de forma online aos quatro dias do mês de junho do presente ano em que deliberaram quanto a aprovação de nova Resolução Municipal e aprovação de novo calendário escolar;

DECRETA:

Art. 1º. Permanecem suspensas por prazo indeterminado as atividades presenciais da educação básica na Rede Municipal de Ensino Pública e Privada.

Art. 2º. As atividades da rede pública municipal de ensino deverão permanecer em regime não presencial a fim de dar cumprimento ao calendário escolar aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na presente data.

Campos Novos-SC, 10 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito de Campos Novos

DECRETO Nº 8.627/20 DE 10/06/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2524499

DECRETO Nº 8.627/20 DE 10/06/2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),
DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 41.931,61 (Quarenta e um mil novecentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos) às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 35-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ. /ATIV.: 2.048 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elementos de despesa: 33 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0035 - Aplicações Diretas...R\$ 28.804,71

Elementos de despesa: 34- 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0035 -Aplicações Diretas R\$ 13.126,90

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º serão utilizados recursos suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 41.931,61.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 10 de junho de 2020.

Sílvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.628/20 DE 10/06/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2524502

DECRETO Nº 8.628/20 DE 10/06/2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),
DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08-SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ. /ATIV.: 2.009 Manutenção da Segurança Pública e Trânsito

Elementos de despesa: 121 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0012 - Aplicações Diretas...R\$ 20.000,00

Elementos de despesa: 160- 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0010 -Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º serão utilizados excesso de arrecadação de convênio no valor de R\$ 40.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 10 de junho de 2020.

Sílvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.629/20 DE 10/06/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2524503

DECRETO Nº 8.629/20 DE 10/06/2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 18.779,34 (Dezoito mil e setecentos e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos) às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08-SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ. /ATIV.: 1.021 Construção de praças, jardins e parques infantis

Elementos de despesa: 194 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0034 - Aplicações Diretas...R\$ 18.779,34

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º serão utilizados do superávit financeiro recursos da união no valor de R\$ 18.779,34.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 10 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.630/20 DE 12/06/2020 REGULAMENTA LEI Nº 4.634/2020

Publicação Nº 2524506

DECRETO Nº 8.630/20 DE 12/06/2020

REGULAMENTA LEI Nº 4.634/2020

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 172.942,50 (cento e setenta e dois mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos) na dotação orçamentária constantes dos Art.º 1 da Lei nº 4.634/2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.631/20 DE 12/06/2020 REGULAMENTA LEI Nº 4.635/2020

Publicação Nº 2524509

DECRETO Nº 8.631/20 DE 12/06/2020

REGULAMENTA LEI Nº 4.635/2020

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na dotação orçamentária constantes dos Art.º 1 da Lei nº 4.635/2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.632/20 DE 12/06/2020 REGULAMENTA LEI Nº 4.636/2020

Publicação Nº 2524510

DECRETO Nº 8.632/20 DE 12/06/2020

REGULAMENTA LEI Nº 4.636/2020

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 7.000,000,00 (sete milhões de reais) na dotação orçamentária constantes dos Art.º 1 da Lei nº 4.636/2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.633/20 DE 12/06/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 2524512

DECRETO Nº 8.633/20 DE 12/06/2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 37-FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 02- CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

PROJ. /ATIV.: 1.033 Financiamento e Empréstimos para construção e Reforma de Habitação

Elementos de despesa: 4 - 4.5.90.00.00.00.00.00 00.03.00000 - Aplicações Diretas...R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º serão utilizados do superávit recursos próprios no valor de R\$ 20.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.634 DE 12/06/2020. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2524491

LEI Nº 4.634 DE 12/06/2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial à seguinte dotação no Orçamento vigente do município:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

Proj. /Ativ. 1.009 Realização de Obras e Reformas pela Sec. de Trans. e Obras e Urbanismo

192 - 4.4.93.00.00.00.00.00.01.0083(0083) Aplicações Diretas Decorrente R\$ 172.942,50

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

Proj. /Ativ. 1.009 Realização de Obras e Reformas pela Sec. de Trans. e Obras e Urbanismo

123 - 4.4.93.00.00.00.00.00.01.0083(0083) Aplicações Diretas Decorrente R\$ 172.942,50

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.635 DE 12/06/2020. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2524494

LEI Nº 4.635 DE 12/06/2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial à seguinte dotação no Orçamento vigente do município:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

Proj. /Ativ. 2.038 Manutenção da Iluminação Pública

191 - 3.3.93.00.00.00.00.00.03.0008(0008) Aplicações Diretas Decorrente R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro cosip do exercício anterior.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.636 DE 12/06/2020. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2524496

LEI Nº 4.636 DE 12/06/2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial à seguinte dotação no Orçamento vigente do município:

Órgão: 40 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

Unidade: 01 ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

Proj. /Ativ. 1.043 Reequipamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanasio

3 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Proj. /Ativ. 2.087 Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanasio

5 - 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00

7 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicações Diretas R\$ 3.500.000,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE SAÚDE

Proj. /Ativ. 2.064 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

12 - 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0002 Trans. A InstituiçõesR\$ 7.000.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2020 - AGROPECUÁRIO

Publicação Nº 2524567

Folha: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Maio/2020.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	LICENCIAMENTO VEICULOS	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UNI	123,53	123,53
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	DPVAT ANUAL	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UNI	5,76	5,76
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	LUVA CULTIVIDAS	COPERCAMPOS - COOP. REG.AGROP.DE C.N.*LOJA*	83.158.824/0023-27	2,00	UNI	6,80	13,60
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	KITS TRATORIZADOS	COPERCAMPOS - COOP. REG.AGROP.DE C.N.*LOJA*	83.158.824/0023-27	2,00	UNI	110,00	220,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	RESPIRADOR SEMI FACIAL CARBOGRAFITE	COPERCAMPOS - COOP. REG.AGROP.DE C.N.*LOJA*	83.158.824/0023-27	2,00	UNI	59,00	118,00
						Total Geral -->	480,89

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2020 - CULTURAL

Publicação Nº 2524568

Folha: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 74.097.114/0001-38
 PC. LAURO MULLER, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO ELEVADOR INSTALADO NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	ELEVADORES OTIS LTDA	29.739.737/0001-02	12,00	MES	431,33	5.175,96
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE	VIDRO LAMINADO REFLETIVO NEUTRO LAPIDADO 4+4MM	IND.E COM.DE MASSAS P/VIDROS WALPETRY LTDA	00.148.302/0001-01	11.342,00	MT2	0,0556	630,05
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE	VIDRO 10 MM	IND.E COM.DE MASSAS P/VIDROS WALPETRY LTDA	00.148.302/0001-01	1.365,00	MT2	0,3663	500,00
						Total Geral -->	6.306,01

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2524566

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 1/10

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	PAGAMENTO DE DE TAXAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS	82.939.232/0001-74	1,00	UN	1.586,13	1.586,13
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	PRATELEIRAS PARA ARMAZENAMENTO DE PROCESSOS DOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO - LOCAL DE MONTAGEM: PRÉDIO DO AGILIZA: 20.00 UNIDADE DE ESTANTE DE AÇO: COM 6 DIVISÓRIAS DIMENSÕES 1980 X 920 X 400 MM (AXLXP) ESTRUTURA REFORÇADA EM CHAPA DE AÇO 24 COM PINTURA ELETROSTÁTICA CINZA OU CRISTAL. COLUNAS LATERAIS, (4) DUPLAS, DOBRADAS, COM FURAÇÕES PARA REGULAGEM DE ALTURA, BANDEJAS (6) COM BORDAS DOBRADAS, PERFURADAS E REGULAGEM DE ALTURA ATRAVÉS DE PARAFUSOS. (CM2867)	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA	23.518.341/0001-59	20,00	UN	182,00	3.640,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	ARGAMASSA AC-III 20KG	CONSTRUCOES E COMERCIO BASE FORTE EIRELI	18.370.317/0001-85	5,00	PCT	27,80	139,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	LIXA 80	PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCA	21.563.866/0001-45	5,00	M	2,80	14,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	ARRUELA VEDAÇÃO CONCAVA PVC	INDUSTRIA E COMERCIO DE CALHAS DEVILA LTDA - ME	02.704.339/0001-02	1.000,00	UN	0,18	180,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	MÃO DE OBRA	INDUSTRIA E COMERCIO DE CALHAS DEVILA LTDA - ME	02.704.339/0001-02	1,00	UN	1.682,00	1.682,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	PARAFUSOS SX PB AC N3 AR EPDM N. 12X1 RU	INDUSTRIA E COMERCIO DE CALHAS DEVILA LTDA - ME	02.704.339/0001-02	1.000,00	UN	0,35	350,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	CALHAS FIX CINZA 280 GR	INDUSTRIA E COMERCIO DE CALHAS DEVILA LTDA - ME	02.704.339/0001-02	6,00	M	28,00	168,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	PARAFUSO AUTO PERF. 12X7/8 N1 TELHA TERÇA	INDUSTRIA E COMERCIO DE CALHAS DEVILA LTDA - ME	02.704.339/0001-02	1.000,00	UN	0,30	300,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	LICENCIAMENTO ANUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	123,53	123,53
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL		SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UNI	5,21	5,21
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	AFERIÇÃO DE BAFOMETRO	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECN	00.662.270/0003-20	1,00	UN	800,17	800,17

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO DE TALUDE DO CEMITÉRIO DOM DANIEL HOSTIN NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC.	ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA	27.866.626/0001-50	1,00	UN	93.106,51	93.106,51
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	DISPLAY DE PAREDE, TAMANHO A4, FABRICADO EM ACRILICO TRANSPARENTE VERTICAL, COM FIATA DUPLA FACE NA PARTE POSTERIOR PARA FIXAÇÃO. ESPESURA MÍNIMA DE 2MM. KIT COM 5 UNIDADES.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	kit	54,15	54,15
SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO	SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET DO CONSELHO TUTELAR - 10MB TRANSPORTE DE DADOS.	ULTRATELECOM PROVEDORA DE INTERNET EIRELI	08.543.640/0001-50	8,00	MES	46,00	368,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	AZUL CELESTE ESMALTE	HENRIQUE TONIAL DAVOGLIO	34.377.295/0001-31	5,00	UN	72,90	364,50
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	AZUL FRANÇA SINTÉTICO	HENRIQUE TONIAL DAVOGLIO	34.377.295/0001-31	2,00	UN	72,90	145,80
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	ÁCIDO MURIÁTICO	HENRIQUE TONIAL DAVOGLIO	34.377.295/0001-31	15,00	L	4,78	71,70
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	LARANJA ACRILICO	TORK COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	11.293.712/0002-43	3,00	UN	195,00	585,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	FUNDO PREPARADOR 18 LITROS	TORK COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	11.293.712/0002-43	1,00	UN	95,00	95,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	TINTA BRANCO FOSCO	TORK COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	11.293.712/0002-43	1,00	UN	135,00	135,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	RESINA ACRÍLICA 18 LITROS	TORK COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	11.293.712/0002-43	3,00	UN	160,00	480,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	PLACAS ESTR.MADEIRALONA MEDIDA 6,26X1,15	J2 COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	07.018.483/0001-09	2,00	UN	865,00	1.730,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	PLACAS ESTR.MADEIRALONA MEDIDA 6,08X2,51	J2 COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	07.018.483/0001-09	1,00	UN	1.831,00	1.831,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	REGISTRO DE VEICULO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	151,44	151,44
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	LICENCIAMENTO ANUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	123,53	123,53
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UNI	5,21	5,21
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	LICENCIAMENTO ANUAL	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UNI	5,21	5,21
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	TAXAS	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	123,53	123,53
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MÁSCARA DE PROTEÇÃO, MALHA 100% ALGODÃO COM DUAS CAMADAS, SANFONADA NO CENTRO, TAMANHO 190X95MM, COM ÁREA DE COBERTURA FACIAL 150X100MM, ELÁSTICO 20X7MM COSTURADOS EM CADA LATERAL PARA APOIO NAS ORELHAS, COM ARMAÇÃO PARA AJUSTE NASAL. CORES NEUTRAS E SEM ESTAMPAS.	SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTICA	83.845.701/0001-59	1,00	UN	200,00	200,00
		BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA - ME	22.068.330/0001-51	1.000,00	UN	2,88	2.880,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	MÁSCARA DE PROTEÇÃO, MALHA 100% ALGODÃO COM DUAS CAMADAS, SANFONADA NO CENTRO, TAMANHO 190X95MM, COM ÁREA DE COBERTURA FACIAL 150X100MM, ELÁSTICO 20X7MM COSTURADOS EM CADA LATERAL PARA APOIO NAS ORELHAS, COM ARMAÇÃO PARA AJUSTE NASAL. CORES NEUTRAS E SEM ESTAMPAS.	G.F. CONFECCOES LTDA	15.534.841/0001-56	1.000,00	UN	2,88	2.880,00
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	MÁSCARA DE PROTEÇÃO, MALHA 100% ALGODÃO COM DUAS CAMADAS, SANFONADA NO CENTRO, TAMANHO 190X95MM, COM ÁREA DE COBERTURA FACIAL 150X100MM, ELÁSTICO 20X7MM COSTURADOS EM CADA LATERAL PARA APOIO NAS ORELHAS, COM ARMAÇÃO PARA AJUSTE NASAL. CORES NEUTRAS E SEM ESTAMPAS.	FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL EI	01.194.890/0001-82	1.000,00	UN	2,88	2.880,00
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	MÁSCARA DE PROTEÇÃO, MALHA 100% ALGODÃO COM DUAS CAMADAS, SANFONADA NO CENTRO, TAMANHO 190X95MM, COM ÁREA DE COBERTURA FACIAL 150X100MM, ELÁSTICO 20X7MM COSTURADOS EM CADA LATERAL PARA APOIO NAS ORELHAS, COM ARMAÇÃO PARA AJUSTE NASAL. CORES NEUTRAS E SEM ESTAMPAS.	ERMEINI TEREZINHA TELLES	86.257.319/0001-50	1.000,00	UN	2,88	2.880,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	BALCÃO DE COZINHA, BRANCO, (tamanho máximo de 01 metro de comprimento x 60 de largura)	DB S.A. COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS	09.313.141/0116-88	1,00	UN	240,00	240,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	ARMÁRIO MULTIUSO PARA COZINHA COM PORTAS E PRATELEIRAS (PARA FORNO E MICRO-ONDAS), BRANCO, (TAMANHO MÁXIMO DE 01 METRO DE COMPRIMENTO X 60 DE LARGURA).	DB S.A. COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS	09.313.141/0116-88	1,00	UN	508,00	508,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	LICENCIAMENTO ANUAL VEICULO	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	3,00	UNI	8,08	24,24
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	ROTEADOR TP LINK DECO E4 KIT C/3 AC1200 DUAL BAND.	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	123,53	123,53
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	SSD WD GREEN 480 GB;	CORREA & ROVEA LTDA - ME	03.953.274/0001-93	1,00	UN	1.499,00	1.499,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	PROJETO ELÉTRICO	CORREA & ROVEA LTDA - ME	03.953.274/0001-93	2,00	UN	725,00	1.450,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO COM 03 USUÁRIOS.	AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA	13.443.623/0001-80	1,00	UN	6.500,00	6.500,00
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS COM 04 USUÁRIOS	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	980,88	6.866,16
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE RELOGIO PONTO VIA INTERNET	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	1.440,18	10.081,26
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE APLICATIVO DA PROCURADORIA COM 03 USUÁRIOS	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	435,73	3.050,11
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	693,42	4.853,94

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 4/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE COMPRAS E LICITAÇÕES COM 06 USUÁRIOS.	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	2.218,94	15.532,58
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SERVIDOR VIA INTERNET	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	663,83	4.576,81
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ESTOQUE COM 04 USUÁRIOS.	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	679,16	4.754,12
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMA DO PORTAL DA TRANSPARENCIA	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	637,95	4.465,65
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PROTOCOLO VIA INTERNET COM 30 USUÁRIOS.	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	4.361,20	30.528,40
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PATRIMONIO PUBLICO COM 01 USUÁRIO.	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	637,95	4.465,65
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO COM 06 USUÁRIOS	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	2.987,04	20.909,28
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO PUBLICA COM 09 USUÁRIOS.	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	6.703,29	46.923,03
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMAS ESCRITURAÇÃO ELETRONICA DO ISS VIA INTERNET.	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	3.307,08	23.149,56
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇOS TÉCNICOS, APÓS IMPLANTAÇÃO DOS APLICATIVOS, QUANDO SOLICITADO.	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	311,92	HRS	94,47	29.467,08
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA COM 7 USUÁRIOS.	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	2.453,64	17.175,48
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO VIA INTERNET.	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	917,45	6.422,15
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL COM 07 USUÁRIOS	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	1.205,48	8.438,36
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	LOCAÇÃO DE SISTEMAS DO CONTROLE DE NOTAS FISCAIS VIA INTERNET.	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	7,00	MES	5.974,08	41.818,56
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	TINTA GUACHE FRASCO COM NO MÍNIMO 200ML, TEMPERA COR VIVA, SOLÚVEL EM ÁGUA, FRASCO CONTENDO TAMPA COM ROSCA E BICO DOSADOR, TIPO ABRE E FECHA, PRODUTO COM RÓTULO INDIVIDUAL CONTENDO DESCRIÇÃO DA COR E VALIDADE DO PRODUTO ATÓXICO, PRODUZIDO A BASE DE RESINA, ÁGUA, PIGMENTOS, CARGA E CONSERVANTES, INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA.	RSUL EIRELI	14.066.477/0001-84	10,00	FCO	20,29	202,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 5/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	TESOURA DE USO ESCOLAR, SEM PONTA, COM TAMINHO MÍNIMO DE 13 CM; LÂMINA EM AÇO INOX; CABO ANATÔMICO REVESTIDO INTERNAMENTE COM MATERIAL EMBORRACHADO PARA FACILITAR O USO E PROPORCIONAR MAIOR CONFORTO, INTERIÇO ATÉ O PARAFUSO, PRODUZIDO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, COM VISOR PARA INSERIR AS INFORMAÇÕES DO ESTUDANTE E COM HASTE FLEXÍVEL (VAI E VEM) PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	RSUL EIRELI	14.066.477/0001-84	6,00	UN	25,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CANETA HIDROGRÁFICA 12 CORES, CONTENDO 12 UNIDADES EM CORES DIFERENTES, PONTA NO MODELO INDESTRUTÍVEL TIPO VAI E VEM, RETRÁTIL, COM TINTA LAVÁVEL, DIMENSÕES MÍNIMAS 8MM X 140MM, APRESENTAR BOA PIGMENTAÇÃO, COM ALTO PODER DE COBERTURA, PRODUTO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, ÁGUA, CORANTES E UMECTANTES, CADA CANETINHA DEVE TRAZER MARCA DO FABRICANTE, PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	RSUL EIRELI	14.066.477/0001-84	4,00	CX	118,99	475,96
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CAIXA DE LÁPIS DE COR 24 CORES	RSUL EIRELI	14.066.477/0001-84	8,00	UN	65,90	527,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	APONTADOR PARA LÁPIS COM DEPÓSITO, COM BOM ENCAIXE AO GIRAR O LÁPIS, NÃO DEIXANDO ESPAÇO ENTRE A LÂMINA DE AÇO TEMPERADO, COM BOM FIO DE CORTE.	RSUL EIRELI	14.066.477/0001-84	2,00	UN	12,50	25,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	TINTA PARA PINTURA FACIAL CREMOSA, KIT CONTENDO 5 CORES COM NO MÍNIMO 4 G CADA.	RSUL EIRELI	14.066.477/0001-84	10,00	UN	46,00	460,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	TESOURA DE PICOTAR GRANDE COM CABO PRETO	RSUL EIRELI	14.066.477/0001-84	5,00	UNI	27,30	136,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PINCEL ATÔMICO MARCADOR PERMANENTE, PONTA CHANFRADA, PERMITINDO MARCAÇÃO DE TRAÇO FINO E GROSSO.	RSUL EIRELI	14.066.477/0001-84	2,00	UN	11,00	22,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CAIXA DE LÁPIS DE COR 24 CORES	KLEBER MACHADO & CIA LTDA	11.118.645/0001-40	1,00	UN	25,00	25,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	TESOURA PARA COSTURA 9 1/2, COMPRIMENTO DE 24,1CM; LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL E CABO PLÁSTICO NA COR PRETA.	ELMO PAPELARIA LTDA	03.999.762/0001-31	2,00	UN	18,35	36,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA EMELMO GEL, ESCRITA MACIA, PONTA DE 1MM COM NO MÍNIMO 6 UNIDADES EM CORES DIFERENTES.	EMELMO PAPELARIA LTDA	03.999.762/0001-31	2,00	kit	13,40	26,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 6/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PAPEL DUPLEX TAMANHO 48 66CM. KIT COM 50 UNIDADES	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	86.248.680/0001-10	2,00	kit	28,64	57,28
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CARTOLINA 150G. TAMANHO APROXIMADO DE 50CMX66CM, DEVERÁ SER FORNECIDO CATALOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVARÁ SER FORNECIDA.	N. T. LUIZE	93.577.427/0001-38	4,00	UN	19,90	79,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PERCEVEJO DE METAL. KIT COM 10 CAIXAS, CADA CAIXA COM 100 UNIDADES DE PERCEVEJO.	RSUL EIRELI	14.066.477/0001-84	2,00	kit	12,92	25,84
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45X45	RSUL EIRELI	14.066.477/0001-84	4,00	UN	9,93	39,72
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	ENVELOPE SACO KRAFT OURO, GRANDE, GRAMATURA MINIMA DE 75GM2 E MAXIMA DE 90GM2. DIMENSÕES FECHADO: 240MM X 340MM (ACEITANDO-SE UMA VARIAÇÃO DE ATÉ 10MM PARA MAIS OU PARA MENOS EM CADA DIMENSÃO). CAIXA COM 250 UNIDADES	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	1,00	CX	46,88	46,88
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	GRAMPEADOR DE MESA GRANDE, EM AÇO, APOIO DA BASE EM RESINA TERMOPLÁSTICA, BASE DE FECHAMENTO DOS GRAMPOS EM CHAPA DE AÇO, MOLDA RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA, UTILIZA GRAMPOS 23/6, 23/8, 23/10 E 23/13, PARA GRAMPEAR ATÉ 100 FOLHAS DE PAPEL 75GM2	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	8,00	UN	13,90	111,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	TINTA A BASE D'ÁGUA PARA CARIMBO, FRASCO COM 40ML. NAS CORES AZUL E PRETO.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	1,00	UN	18,95	18,95
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	GRAMPO 26/6 COM 5000, COR PRATA	IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA	02.541.699/0001-22	4,00	UN	12,54	50,16
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	FITA FABRICADA EM PAPEL CREPE, COR BRANCA. DIMENSÕES MÍNIMAS: 24MMX50MM. KIT COM 12 UNIDADES.	IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA	02.541.699/0001-22	2,00	kit	34,45	68,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 03	N. T. LUIZE	93.577.427/0001-38	1,00	UN	22,00	22,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CANETA MARCA E DESMARCA TEXTO, TINTA DE COMPOSIÇÃO FLUORESCENTE, CANETA EM CORPO PLÁSTICO, MARCA TEXTO DE UM LADO E DESMARCA TEXTO EM OUTRO, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 150MM. DISPONÍVEL NO MÍNIMO NA COR AMARELA, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. KIT COM 12 UNIDADES. (CIN11062)	N. T. LUIZE	93.577.427/0001-38	2,00	kit	30,65	61,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 7/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CADERNO DE DESENHO E SPIRAL GRANDE, CAPA DURA, FOLHAS BRANCAS, TAMANHO 275MMX200MM, COM 48 FOLHAS. GRAMATURA MINIMA POR FOLHA DE 56G/M2.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	10,00	UN	39,98	399,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	FOLHA EM EVA LISO, ATÓXICO E ANATÔMICO, TAMANHO MÍNIMO DE 60MM X 400MM X 2MM.	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	2,00	UN	120,00	240,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Pistola para cola quente pequena, Alimentação: 220V Potência: 10W	ELMO PAPELARIA LTDA	03.999.762/0001-31	4,00	UN	15,11	60,44
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	GARRAFA TÉRMICA 1,8 L COM JATO/INOX	BERNARDON MOVEIS, ELETROSE FERRAGENS LTDA - EPP	83.158.006/0001-19	4,00	UN	82,00	328,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PAPEL A4 ALCALINO, PARA APLICAÇÃO EM IMPRESSORA LASER, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO. FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M2, RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.	DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	83.413.591/0003-18	2,00	CX	131,70	263,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	BARBANTE CRU, 100% ALGODÃO, NUMEROS 4, 6 E 8. CADA ROLO COM NO MÍNIMO 700G	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	3,00	UN	28,78	86,34
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	LIVRO PONTO 100 FOLHAS	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	UNI	36,07	36,07
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	ENVELOPE KRAFT OURO 175X250MM MÉDIO	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	UN	29,97	29,97
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	BOBINA DE PAPEL PARDO COM NO MÍNIMO 10KG, ALTURA 50 X 70, GRAMATURA DE NO MÍNIMO 60GR/M2 E NO MÁXIMO 80GR/M2, EM KRAFT NATURAL DOS DOIS LADOS FOSCOS.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	7,00	UN	43,00	301,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CANETA CRISTAL ESFEROGRAFICA, PONTA FINA 0.8MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES, DISPONÍVEL NAS CORES AZUL, PRETA E VERMELHA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	2,00	CX	23,00	46,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PASTA COM ELÁSTICO, LOMBO 5,5CM, TRANSPARENTE, TAMANHO 335MMX246MMX55MM. KIT COM 10 UNIDADES.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	10,00	kit	23,94	239,40
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	CREDECENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MICROFINANÇAS DE CAMPOS NOVOS - SC (JUZO ZERO CAMPOS NOVOS)	COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDAR	01.155.801/0003-50	1,00	UN	150.000,00	150.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 82.939.232/0001-74

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 8/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	CREDECIAAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MICROFINANÇAS DE CAMPOS NOVOS - SC (JUROS ZERO CAMPOS NOVOS)	COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DA	92.555.150/0001-80	1,00	UN	150.000,00	150.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PAPEL CREPOM 48CM X 2M	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	2,00	UN	25,99	51,98
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PAPEL CARTÃO 48X66	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	4,00	UN	16,50	66,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	COLA RELEVO COM GLITTER, TUBO COM NO MÍNIMO 20 GRAMAS, ACONDICIONADA EM TUBO COM TAMPÃO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATALOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	4,00	UN	28,50	114,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	COLA ADESIVA DE CONTATO PARA USO EM BORRACHA, CERÂMICA, MADEIRA, TEGIDOS E DEMAIS COLAGENS. KIT COM 3 BISMAGAS COM NO MÍNIMO 30G CADA.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	7,00	kit	12,56	87,92
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	BALÃO BEXIGA DE ANIVERSÁRIO Nº 7, LISO, NAS CORES BRANCO, PRETO, VERMELHO, AMARELO, AZUL, VERDE E ROSA. PACOTE COM 50 BALÕES.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	7,00	UN	11,73	82,11
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PAPEL LAMINADO AUTOADESIVO DE PVC, TRANSPARENTE, ROLO COM NO MÍNIMO 25 METROS DE COMPRIMENTO E 45 CM DE LARGURA.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	UN	37,20	37,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PAPEL ESPECIAL PARA CONVITES, CARTÕES E DESENHOS, TIPO VERGÊ, 180G/M², TAMANHO A4, CAIXA COM 50 FOLHAS, DEVERÁ SER FORNECIDO CATALOGO DDE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA, BRANCO/ QUANTIDADE 5.000 CAIXA, PALHA/QUANT.5.00/ UNIDADE CAIXA.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	2,00	CX	53,00	106,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PAPEL DOBRADURA, JORNAL, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 48CM X 60CM, EMABLAGEM COM 100 UNIDADES. DEVERÁ SER FORNECIDO CATALOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	CX	24,70	24,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	FOLHA EM EVA LISTRADA, ATÓXICO E ANATÔMICO, TAMANHO MÍ. 600MMX400MMX2MM. KIT COM 50 UNIDADES.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	UN	130,00	130,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 9/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	FOLHA EM EVA DECORADO, ATÓXICO E ANATÔMICO, TAM MIN. 600MMX400MMX4MM. KIT COM 50 UNIDADES.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	kit	128,99	128,99
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	COLA BRANCA, CONTENDO NO MÍNIMO 100G, FRASCO RETANGULAR FEITO DE MATERIAL PET, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA QUE SUPORTE PRESSÃO MÍNIMA DE 85KG SEM VAZAMENTO, O FRASCO TAMBÉM DEVERÁ PERMITIR A REPOSIÇÃO COM FACILIDADE ATRAVÉS DE ROSQUEAMENTO DO BICO, COM BICO APLICADOR E TAMPÃO ESPECIAL ANTI-ASFIXIANTE. COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA, PRODUTO ATÓXICO. NA EMBALAGEM DEVE CONFERIR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MARCA E VALIDADE, PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	4,00	UN	25,89	103,56
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	FILTRO RACOR (SEPARADOR),	VIDECAR CAMINHÕES LTDA JOAÇABA	75.509.307/0001-11	1,00	UNI	160,00	160,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	FILTRO DIESEL	VIDECAR CAMINHÕES LTDA JOAÇABA	75.509.307/0001-11	1,00	UNI	308,00	308,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	ARUELA JUMELO T-105	VIDECAR CAMINHÕES LTDA JOAÇABA	75.509.307/0001-11	1,00	UNI	16,50	16,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	FILTRO DE AR	VIDECAR CAMINHÕES LTDA JOAÇABA	75.509.307/0001-11	1,00	UNI	85,00	85,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	FILTRO DE ÓLEO	VIDECAR CAMINHÕES LTDA JOAÇABA	75.509.307/0001-11	1,00	UNI	200,00	200,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	ÓLEO LUBRIFICANTE	VIDECAR CAMINHÕES LTDA JOAÇABA	75.509.307/0001-11	14,00	UN	13,75	192,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	MAO DE OBRA MECANICA	VIDECAR CAMINHÕES LTDA JOAÇABA	75.509.307/0001-11	0,62	UN	195,00	120,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PNEU 175/70R14 PARA UTILITÁRIO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88; ÍNDICE DE VELOCIDADE T. APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA	23.794.633/0001-14	4,00	UN	272,49	1.089,96
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MOUSE ÓPTICO	R.S. VAREJO EIRELI	31.322.368/0001-08	10,00	UNI	17,62	176,20
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	DISCO RÍGIDO PORTÁTIL (USB 3.0 ARMAZENAMENTO 01TB	VALE COMERCIAL DE MATERIAL PARA ESCRITÓRIO E INFOR	24.418.247/0001-90	1,00	UN	260,00	260,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 10/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	Container para estação sustentabilidade 01 unidade Dry ST 20 pés, sem furos em bom estado, dimensões mínimas 6,10m de comprimento, 2,44m de largura e 2,65m de altura, com piso em compensado naval envernizado, proteção com fundo anticorrosivo, pintura interna em tinta esmalte sintético automotivo na cor cinza platina, pintura externa em pintura naval (verde musgo) aplicar zarcão (anticorrosivo). Incluir Acabamentos e acessórios conforme projeto anexo. Frete, encargos e instalação inclusos.	FORPLAN ENGENHARIA LTDA - EPP	12.587.884/0001-01	10,00	UN	22.950,00	229.500,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MÁSCARA DESCARTÁVEL CAIXA COM 50 UNIDADES	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA	83.002.360/0004-00	250,00	CX	1,59	397,50
Total Geral -->							952.045,00

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2020 - SAÚDE

Publicação N° 2524572

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/14

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

RELACÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PRIVADA, FILANTROPICA E/OU SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA A SAUDE DE FORMA COMPLEMENTAR, DO SISTEMA UNICO DE SAUDE EM SANTA CATARINA.	APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS D	83.516.682/0001-17	2,499	UN	29,985,99	74,940,96
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CURATIVO TRATAMENTO OLEOSO, RESTAURADOR DO EPITELIO, COMPOSTO DE ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, ORIGINADOS DE OLEOS VEGETAIS POLINSATURADOS, ACIDO LINOLEICO, PARA USO EM QUALQUER TIPO DE FERIDA LIMPA, CONTEUDO DE 200ML, EMBALAGEM UNITARIA, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, LOTE DE FABRICAÇÃO, PROCEDENCIA E REGISTRO NO MS. O FABRICANTE DEVERÁ FORNECER AS ORIENTAÇÕES POR ESCRITO EM PORTUGUÊS, PARA CADA PRODUTO (UNITARIA), O PRAZO DE VALIDADE NÃO PODERÁ SER INFERIOR AO PERÍODO DE 12 MESES NA ENTREGA DO PRODUTO. CURATIVO TRATAMENTO OLEOSO, CONTEUDO 200ML. (CIM4603	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	156,00	UN	3,15	491,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IPRATROPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO, FRASCO COM 20ML (CIM9246).	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	200,00	FRS	0,62	124,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METILFENIDATO CLORIDRATO, 10MG, MICROGRÁNDULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA.	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	90,00	CP	2,50	225,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HOMOCISTEINA SERICA	G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATO	78.491.172/0001-00	1,00	UN	34,00	34,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALBUMINA	G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATO	78.491.172/0001-00	1,00	UN	20,00	20,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 2/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESTANTE DE AÇO, COM 6 DIVISÓRIAS DIMENSÕES 1980 X 920 X 400MM (AXLXP) ESTRUTURA REFORÇADA EM CHAPA DE AÇO 24 COM PINTURA ELETROSTÁTICA CINZA OU CRISTAL. COLUNAS LATERAIS, (4) DUPLAS, DOBRADAS, COM FURAÇÕES PARA REGULAGEM DE ALTURA, BANDEJAS (6) COM BORDAS DOBRADAS, PERFURADAS E REGULAGEM DE ALTURA ATRAVÉS DE PARAFUSOS.	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	23.518.341/0001-59	5,00	UN	182,00	910,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESTANTE DE AÇO, COM 6 DIVISÓRIAS DIMENSÕES 1980 X 920 X 400MM (AXLXP) ESTRUTURA REFORÇADA EM CHAPA DE AÇO 24 COM PINTURA ELETROSTÁTICA CINZA OU CRISTAL. COLUNAS LATERAIS, (4) DUPLAS, DOBRADAS, COM FURAÇÕES PARA REGULAGEM DE ALTURA, BANDEJAS (6) COM BORDAS DOBRADAS, PERFURADAS E REGULAGEM DE ALTURA ATRAVÉS DE PARAFUSOS.	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	23.518.341/0001-59	5,00	UN	182,00	910,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATADURA CONFECCIONADA EM TECIDO 100% RAYON, MEDINDO 7,5 CM X 5M. LIVRE DE RASGOS E FIOS SOLTOS, ATÓXICA E APIROGÊNICA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E REGISTRO NA ANVISA.	POLAR FIX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITA	02.881.877/0001-64	100,00	UN	4,62	462,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SEGURO DPVAT ANUAL	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UN	5,21	5,21
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TAXA DETRAN SC DARE	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PEN DRIVE (USB 2.0; ARMAZENAMENTO: 32GB)	GIGA1 COM EIRELI	03.374.872/0001-08	10,00	UN	40,00	400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 3/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TIRA REAGENTE PARA DETECÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE. ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: COM DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA PELA QUÍMICA DA GLICOSE DESIDROGENASE (ENZIMA QUE NÃO SOFRE INTERFERÊNCIA COM AS VARIAÇÕES DA POZ DA AMOSTRA, COMO EM PACIENTES SUBMETIDOS A OXIGENOTERAPIA). COM LEITURA EM MONITOR PORTÁTIL, DE CALIBRAÇÃO FÁCIL E RÁPIDA. FORNECENDO RESULTADOS PRECISOS. COM SENSIBILIDADE NA FAIXA DE 20-600 MG/DL, ACEITANDO VALORES INFERIORES OU SUPERIORES. UTILIZANDO AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM TECNOLOGIA FOTOMÉTRICA OU AMPEROMÉTRICA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. ACONDICIONADO EM FRASCO COM 50 TIRAS.	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	07.164.711/0001-40	1.000,00	CX	16,80	16.800,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TUBOS COLETA VACUO COM EDTA K3 4ML CAIXA 100 UNIDADES	ODONTOMEDI PROD MEDICOS E HOSP LTDA	06.194.440/0001-03	30,00	CX	43,00	1.290,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TUBO COLETA A VACUO GEL E ATIV 3,5ML COAGULO AMARELO CAIXA 100 UNIDADES	ODONTOMEDI PROD MEDICOS E HOSP LTDA	06.194.440/0001-03	50,00	CX	53,00	2.650,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MÁSCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL, CAIXA COM 50 UNIDADES	CINDARA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	10.803.816/0001-07	45,00	CX	97,50	4.387,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ONDANSETRONA 8 MG COMP DISPERSIVEL	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	10.000,00	COMP	2,00	20.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG COMPRIMIDOS	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	09.944.371/0001-04	39.000,00	COMP	0,08	3.120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Levotiroxina sódica, 25 mcg comprimido	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	09.944.371/0001-04	70.980,00	UN	0,07	4.968,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG EIRELI	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	09.944.371/0001-04	4.980,00	COMP	0,832	4.143,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	OMEPRAZOL 20 MG - COMPR.	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44	200.480,00	UN	0,074	14.835,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFATO FERROSO 40 MG DE Fe2+	NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS	75.014.167/0001-00	21.000,00	UN	0,0285	598,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROPAFENONA CLORIDRATO, 150 MG	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	4.950,00	UN	0,8898	4.404,51
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	5.880,00	UN	0,4289	2.521,93
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Nistatina 100.000 UI/ml. suspensão oral frasco com 50 mL + conta gotas	BASCEL SOLUCOES LTDA	21.515.353/0001-02	250,00	FRS	3,0899	772,48
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METOCLOPRAMIDA 10 MG COMP	BASCEL SOLUCOES LTDA	21.515.353/0001-02	21.000,00	UN	0,0767	1.610,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METRONIDAZOL 250 MG COMP	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	10.200,00	UN	0,095	969,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Metformina cloridrato, 850 mg	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	180.000,00	UN	0,068	12.240,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 4/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PREDNISOLONA 3 MG	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	150,00	UN	2,99	448,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARACETAMOL 500 MG COMP	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	38.000,00	UN	0,06	2.340,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Losartana potássica, 50 mg	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	343.680,00	UN	0,06	20.620,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUPROFENO 600 MG COMP	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	15.000,00	UN	0,141	2.115,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROPAFENONA CLORIDRATO 300MG	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	6.000,00	COMP	0,35	2.100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Loratadina, 1 mg/mL xarope frasco com 100 mL	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	250,00	FRS	2,20	550,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUPROFENO 300 MG COMP	RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90	10.000,00	UN	0,1096	1.095,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METRONIDAZOL 400 MG	RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90	700,00	COMP	0,225	157,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARBONATO DE CÁLCIO ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CÁLCIO ELEMENTAR) +400	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	30.000,00	UN	0,073	2.190,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENALAPRIL MALEATO 20 MG	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	55.000,00	COMP	0,0398	2.189,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	212.000,00	UN	0,013	2.756,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 MG COMP	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	186.000,00	UN	0,0273	5.090,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMITRIPTILINA 75 MG COMP	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	7.500,00	UN	0,2189	1.641,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CEFTRIAXONA SODICA 1 GR, INTRAMUSCULAR COM AMPOLA DILUENTE PARA CADA DOSE SENDO QUE O DILUENTE DEVE CONTER SOLUÇÃO ANESTÉSICA DE LIDOCAÍNA 1%.	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	316,00	AMP	8,9499	2.828,17
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	12.000,00	UN	0,53	6.360,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Gentamicina, 5 mg/mL, solução oftálmica-frasco 5 mL	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	14,00	FRS	8,60	120,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENOTEROL BROMIDRATO, 100 MCG/DOSE SOLUÇÃO AEROSOL COM 10 ML ACOMPANHAMENTO DE BOCAL	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	34,00	UN	20,00	680,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARVEDILOL 12,5 MG COMP	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	12.000,00	UN	0,112	1.344,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMOXICILINA+ CLAVULANATO DE POTÁSSIO - 50MG+12,5ML SUSPENSÃO ORAL - FRASCO EM VIDRO NA COR AMBAR -SUFICIENTE PARA 75 ML APOS RECONSTITUIÇÃO.	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	165,00	FRS	12,92	2.131,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARVEDILOL 6,25 MG COMP	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	15.000,00	UN	0,079	1.185,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GLICLAZIDA 60 MG LIBERAÇÃO PROLONGADA	ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITAL	09.192.829/0001-08	45.000,00	COMP	0,25	11.250,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLONAZEPAM 2,5 MG 20 ML	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	200,00	UN	1,499	299,80

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24

RUA NEREU RAMOS, 333

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 5/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, 5MG + 2MG, INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	AR FIORENTINO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	432,00	UN	3,36	1.451,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Amoxicilina 50 mg/ml, pó para suspensão oral, frasco 60 ml	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	100,00	FRS	2,50	250,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALBENDAZOL COMPRIMIDO 400 mg	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	1.500,00	UN	0,30	450,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	9.000,00	UN	0,08	720,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATENOLOL 25 MG COMP	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	49.800,00	UN	0,026	1.294,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Amoxicilina, 50mg/mL, pó para suspensão oral - frasco 150ml	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	50,00	FRS	4,40	220,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDOS	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	29.000,00	UN	0,053	1.537,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	49.800,00	UN	0,0399	1.987,02
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL NORMOCALÓRICA, COM PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, ÓLEOS VEGETAIS E MALTODEXTRINA. NÃO CONTEM GLUTEN E LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 360G. (CIN10989)	NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	20.978.588/0001-60	30,00	UN	26,49	794,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL NORMOCALÓRICA 1.0KCAL/ML COM NO MÍNIMO 52% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, COM ÓLEOS VEGETAIS E MALTODEXTRINA. OSMOLALIDADE ATÉ 350MOS/MKG. NÃO CONTEM GLUTEN E LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	MERCO SOLUCOES EM SAÚDE S/A	05.912.018/0001-83	70,00	UN	35,00	2.450,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COMPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ, PARA ADULTOS EM RECUPERAÇÃO DE PESO OU NECESSIDADES AUMENTADAS DE VITAMINAS E SAIS MINERAIS. APRESENTAÇÃO: LATA COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 350 GRAMAS, DIVERSOS SABORES. (CIM3230); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	03.612.312/0004-97	100,00	UN	17,16	1.716,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE POLEN	MECANICA ATLAS LTDA	86.547.601/0001-34	1,00	UN	130,00	130,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT REVISAO	MECANICA ATLAS LTDA	86.547.601/0001-34	1,00	UN	48,16	48,16

Folha: 6/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAIMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LIMPEZA DE BICO	MECANICA ATLAS LTDA	86.547.601/0001-34	2,00	UN	0,92	1,84
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANEL DE VEDAÇÃO	MECANICA ATLAS LTDA	86.547.601/0001-34	1,00	UN	1,40	1,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE OLEO	MECANICA ATLAS LTDA	86.547.601/0001-34	1,00	UN	532,36	532,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	OLEO DE MOTOR 5W30 100 % SINTÉTICO	MECANICA ATLAS LTDA	86.547.601/0001-34	12,00	UN	38,02	456,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO AUTOMOTOR MINIBUS TETO ALTO COM O MINIMO DE 17 + 1 LUGARES TIPO C, CONFORME CARACTERÍSTICAS MINIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS CIN11023	DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	61.591.459/0001-00	1,00	UN	92.877,31	92.877,31
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO AUTOMOTOR MINIBUS TETO ALTO COM O MINIMO DE 17 + 1 LUGARES TIPO C, CONFORME CARACTERÍSTICAS MINIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS CIN11023	DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	61.591.459/0001-00	1,00	UN	64.985,95	64.985,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO AUTOMOTOR MINIBUS TETO ALTO COM O MINIMO DE 17 + 1 LUGARES TIPO C, CONFORME CARACTERÍSTICAS MINIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS CIN11023	DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	61.591.459/0001-00	1,00	UN	46.136,74	46.136,74
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO-REGIAO	07.383.800/0001-88	8.000,00	UN	1,35	10.800,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO EFB > 96,7% EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM BACTERIANA ATÓXICA HIPO-ALÉRGICA 100% POLIPROPILENO. PRODUTO NÃO ESTÉRIL, NÃO INFLAMÁVEL, DE FIBRA DE VIDRO SEM LATEX VALIDADE MÍNIMA 3 ANOS APÓS FABRICAÇÃO. C/50	KS IMPORT E SOLUÇÕES PERSONALIZADAS LTDA ME	26.892.211/0001-70	1,00	PC	122,66	122,66
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO EFB > 96,7% EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM BACTERIANA ATÓXICA HIPO-ALÉRGICA 100% POLIPROPILENO. PRODUTO NÃO ESTÉRIL, NÃO INFLAMÁVEL, DE FIBRA DE VIDRO SEM LATEX VALIDADE MÍNIMA 3 ANOS APÓS FABRICAÇÃO. C/50	KS IMPORT E SOLUÇÕES PERSONALIZADAS LTDA ME	26.892.211/0001-70	150,00	PC	122,66	18.399,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALPRAZOLAN 0,5 MG COMPRIMIDOS	MEDITON FARMACEUTICA LTDA -	29.614.830/0001-90	12.000,00	UN	0,0749	898,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SIMETICONA, 75 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL - GOTAS, FRASCO COM 15 ML.	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	400,00	FRS	1,50	600,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BAGITRACINA, 5 MG + 250 UI/G, POMADA, BISNAGA COM 15 G	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	400,00	BISN	1,65	660,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CIMETIDINA 200 MG COMPRIMIDO	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	3.600,00	UN	0,139	500,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BETASTINA 16 MG COMPRIMIDOS	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	49.980,00	UN	0,179	8.946,42
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METRONIDAZOL + NISTATINA CREME VAGINAL BISNAGA 50 GR + APLICADOR	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	100,00	UN	5,9899	598,99
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Sabutamol, sulfato 0,4 mg/mL xarope-frasco com 120 mL	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	100,00	UN	0,89	89,00

Folha: 7/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Bromoprida 4mg/mL, gotas, frasco com 20 mL	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	28.093.678/0001-85	110,00	FRS	1,135	124,85
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Acetorfinina, 5 mg/mL xarope infantil, frasco 120 mL	BASCEL SOLUCOES LTDA	21.515.353/0001-02	150,00	FRS	3,09	463,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DOLICICLINA, 100MG.	BASCEL SOLUCOES LTDA	21.515.353/0001-02	600,00	DRAG	0,1249	74,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMP	BASCEL SOLUCOES LTDA	21.515.353/0001-02	10.000,00	UN	0,0431	431,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BENZOATO DE BENZILA 25% - LOÇÃO, FRASCO COM 100ML	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	154,00	UN	3,50	539,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIMENDRATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO 25 MG+5 MG SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	240,00	FRS	3,32	796,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DICLOFENACO SAL SODICO 50 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO DELIMITADA POR PICO TE A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	12.000,00	UN	0,045	540,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	POLIVITAMINICO DO COMPLEXO B ACONDICIONADO EM CARTELAS - CONTEUDO VITAMINA B1, B2, B3, B6 e B12	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	27.000,00	UN	0,032	864,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NIMESULIDA 100 MG COMP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	21.000,00	UN	0,048	1.008,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DICLOFENMACO, SAL RESINATO, 15ML MG/ML, SUSPENSÃO ORAL GOTA, FRASCO COM 20 ML	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	30,00	UN	3,10	93,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DI-HIDROERGOCRISTINA MESILATO, ASSOCIADA COM FLUNARIZINA DICLODRATO, 3MG+10MG	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	14.000,00	COMP	2,75	38.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMOXICILINA 500 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO DELIMITADA POR PICO TE A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	24.920,00	UN	0,3399	8.470,31
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ISSORBIDA, SAL DINITRATO, 5 MG SUBLINGUAL	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	28.093.678/0001-85	120,00	COMP	0,253	30,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	72,00	AMP	0,6494	46,76
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TENOXICAN 20 MG PO PARA SOLUÇÃO INJETAVEL COM AMPOLA DILUENTE DE 2 ML	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	50,00	UN	6,4994	324,82
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML XAROPE 100 ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	11,00	FRS	8,50	93,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Levodopa, associado a carbidopa, 250 mg + 25 mg comprimido	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2.600,00	UN	0,54	1.404,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANLODIPINO 10 MG COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	15.750,00	UN	0,052	819,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAPTAPRIL 25 MG COMPRIMIDOS	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	27.000,00	UN	0,0235	634,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARBONATO DE LITIO 300 MG COMPRIMIDOS	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	26.000,00	UN	0,66	17.160,00

Folha: 8/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARBAMAZEPINA 200 MG COMPR.	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	44.000,00	UN	0,123	5.412,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMITRIPTILINA 25 MG - COMPR.	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	45.000,00	UN	0,033	1.485,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARBONATO DE CÁLCIO, 1250 MG, EQUIVALENTE A 500 MG DE CÁLCIO ELEMENTAR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1.200,00	COMP	0,0469	56,28
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BIPERIDENO 2 MG COMPR.	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	14.000,00	UN	0,17	2.380,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDOS	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	6.000,00	COMP	0,1685	1.011,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG COMP	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	2.300,00	UN	0,163	374,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NITROFURANTOINA 100 MG COMPRIMIDOS	ADISUL COMERCIAL EIRELI	11.018.062/0001-47	3.808,00	UN	0,23	875,84
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FERMENTO BIOLÓGICO FRESCO - PACOTE GRANDE	ADISUL COMERCIAL EIRELI	11.018.062/0001-47	9.000,00	UN	0,11	990,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG, COMPRIMIDO	ADISUL COMERCIAL EIRELI	11.018.062/0001-47	1.000,00	UN	0,08	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Levomopromazina, 40 mg/ ml, solução oral, frasco 20 ml	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	150,00	FRS	8,60	1.290,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IMPIMAMINA CLORIDRATO 25 25MG	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	3.200,00	COMP	0,26	832,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS - FRASCO 20ML	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	325,00	UN	4,40	1.430,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PREDNISONA 20 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO DELIMITADA POR PICOTE, A SEQUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	4.200,00	UN	0,25	1.050,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HALOPERIDOL 1 MG COMPRIMIDOS	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	2.400,00	UN	0,12	288,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLORPROMAZINA 25 MG COMP	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	2.200,00	UN	0,18	396,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVOMEPROMAZINA 100 MG, COMPR.	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	5.400,00	UN	0,65	3.510,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROMETAZINA 25 MG - COMPRIMIDOS	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	4.600,00	UN	0,098	450,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	6.000,00	UN	0,17	1.020,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVOMEPROMAZINA 25 MG - COMPR.	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	4.800,00	UN	0,34	1.632,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG COMP LIBERAÇÃO CONTROLADA	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.355.394/0001-51	22.980,00	UN	0,25	5.745,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METOPROLOL, SAL SUCCINATO 50MG COMP LIBERAÇÃO CONTROLADA	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.355.394/0001-51	12.000,00	UN	0,48	5.760,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACCHAROMYCES BOULARDII-17.200 MG/G, LIOFILIZADO, ENVELOPE COM 1G.	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	748,00	COMP	2,2496	1.682,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60MG	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	7.000,00	COMP	0,50	3.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VERAPAMIL CLORIDRATO 80MG	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	2.500,00	COMP	0,2525	631,25

Folha: 9/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PREDINISNA 5 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO DELIMITADA POR PÍCOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOLCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	5.000,00	UN	0,15	750,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RETINOL, ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL, 50.000 UI + 10.000 UI/ML, SOLUÇÃO ORAL GOTAS, USO ADULTO E PEDIÁTRICO (A PARTIR DE 0 MESES), FRASCO COM 20ML	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44	70,00	FRS	6,26	438,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO PRISMA 1.4 PLACA MIX 2843 ANO/MODELO 2011/2012 RENAVAN 332828743 BONUS 4	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO LIVINA 1.8 PLACA MII 2897 ANO/MODELO 2010/2010 RENAVAN 232831718 BONUS 05	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO PRISMA 1.4 PLACA MIT 0336 ANO/MODELO 2011/2012, RENAVAN 344111377 BONUS 7	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO SPIN 1.8 PLACA QHZ 6186 ANO/MODELO 2016/2016 RENAVAN 1070619768 BONUS 04	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO PRISMA 1.4 PLACA MIT 0436 ANO/MODELO 2011/2012 RENAVAN 344114724 BONUS 10	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO ONIBUS PLACA QHA 8097 ANO/MODELO 2014/2014, CHASSI 9532M62P2E443808	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	1.500,00	1.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO VOYAGE 1.6 PLACA MLN 6326 ANO/MODELO 2013/2014 RENAVAN 587313730 BONUS 10	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO MASTER FURGÃO PLACA QIV 6919 ANO/MODELO 2017/2018 RENAVAN 1138080150	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	500,00	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO PEUGEOT BOXER PLACA QIJ 3996 ANO/MODELO 2016/2017 RENAVAN 1097056857 BONUS 1	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	500,00	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO FIAT DUCATO PLACA MHK 9779 ANO/MODELO 2009/2010 RENAVAN 190937866 BONUS 8	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO TRANSIT 2.2 PLACA MLH 3820 ANO/MODELO 2013/2013 RENAVAN 600401685 BONUS 3	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	500,00	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO SPRINT 2.2 PLACA MKL 7813 ANO/MODELO 2011/2012 RENAVAN 475245490 BONUS 5	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	500,00	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO RENAULT MASTER PLACA MIB 2821 ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAN 368552802 BONUS 3	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	500,00	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO SPIN 1.8 PLACA MLI 4402 ANO/MODELO 2014/2014 RENAVAN 994566395 BONUS 3	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	150,00	150,00

Folha: 10/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO SPIN 1.8 PLACA QHU 2639 ANO/MODELO 2015/2016 RENAVAN 1070619768, BONUS 1	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO SAVEIRO 1.6 PLACA MGP 9410 ANO/MODELO 2003/2004, RENAVAN 819102261, BONUS 7	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO VOYAGE 1.6 PLACA MLB 3783 ANO/MODELO 2013/2013 RENAVAN 534076718	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL - SEM FINS LUCRATIVOS, PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE GESTÃO COMPARTILHADA, OBJETIVANDO O GERENCIAMENTO, A OPERACIONALIZAÇÃO E A EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DR. JOSÉ ATHANÁZIO	INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSI	28.700.530/0001-61	1,00	UN	925.000,00	925.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONSULTA ESPECIALIZADA NEUROPSIQUIATRIA	CLINICA NEUROLOGICA E NEUROQUIRURGICA DE JOINVILLE	83.948.018/0001-47	1,00	UN	400,00	400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TEOFILINA 100 MG COMP	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	1.320,00	UN	0,436	575,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACIDO VALPROICO 500 MG COMPRIMIDO	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	14.000,00	UN	0,31	4.340,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 50 MCG/DOSE SPRAY INALACAO ORAL FRASCO APLICADOR COM 200 DOSES	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS	04.071.245/0001-60	20,00	FRS	29,65	593,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 250 MCG/DOSE SPRAY INALACAO ORAL FRASCO APLICADOR COM 200 DOSES	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS	04.071.245/0001-60	56,00	FRS	19,00	1.064,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DEXAMETASONA ASSOCIADA A DÍPIRONAL SÓDICA E HIDROXICOBALAMINA AMPOLAS 1:1,5 MG + 500 MG/ML AMPOLA 2: 5 MG/ML SOLUÇÃO CONJUNTO INJETAL	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS	04.071.245/0001-60	564,00	AMP	11,60	6.542,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FINASTERIDA 5 MG	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS	04.071.245/0001-60	10.320,00	UN	0,30	3.096,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DOXAZOSINA 2 MG	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS	04.071.245/0001-60	27.990,00	COMP	0,094	2.631,06
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ISSOSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20 MG	BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA	49.475.833/0016-84	15.480,00	COMP	0,119	1.842,12
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Levonorgestrel associado à etinilestradiol, 0,15 mg + 0,03 mg, cartela 21 blister calendário com 21 comprimidos	BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA	49.475.833/0016-84	4.158,00	CART	0,0452	187,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Nifedipino, 20 mg comprimidos	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDI	07.752.236/0001-23	9.000,00	UN	0,046	414,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANLODIPINO BESILATO, 5MG	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDI	07.752.236/0001-23	32.000,00	COMP	0,0255	816,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLUXETINA 20 MG COMP	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDI	07.752.236/0001-23	88.980,00	UN	0,063	5.605,74
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLONAZEPAM 2 MG COMP	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDI	07.752.236/0001-23	50.400,00	UN	0,052	2.620,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLUCONAZOL 150 MG. CÁPSULAS	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDI	07.752.236/0001-23	900,00	UN	0,314	282,60

Folha: 11/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Polimixina B, associada com neomicina, fluocinolona e lidocaina, 10.000 UI + 3,5 MG + 0,25 MG + 20 MG/ML, solução oblíqua, frasco com 10 mL	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	100,00	UN	1,9399	193,99
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA NASAL) 0,90% SOLUÇÃO NASAL FRASCO COM 30 ML	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	200,00	FRS	0,7399	147,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LACTULOSE 667 MG/ML FRACO 120 MNL	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	600,00	FRS	4,7899	2.873,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO SUSPENSÃO ORAL 61,5 MG/ML FRASCO 240 ML	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	400,00	UN	2,1799	871,96
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Dexametasona, 0,1 %, creme, bisnaga com 10gr	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	600,00	UN	0,9499	569,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIPIRONA 500MG/ML, FRASCO COM 10ML	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	400,00	FRS	0,649	259,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR CLORETO SÓDIO 3,5 G+ GLICOSE 20G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G+ CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1.000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO OMS	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.050,00	SAC	0,4389	460,85
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVODOPA ASSOCIADO A BENZERAZIDA 100 MG + 25 MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.410,00	COMP	1,557	2.195,37
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLOMIPRAMINA 25 MG COMPRIMIDOS	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	3.600,00	UN	0,5699	2.051,64
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VARFARINA SODICA, 5MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2.100,00	UN	0,1034	217,14
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFATO FERROSO 25MG/ML DE Fe+ SOLUÇÃO ORAL FRASCO CONTA GOTAS COM 30 ML	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	100,00	FRS	0,7259	72,59
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVODOPA+BENZERAZIDA 200 MG + 50 MG COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	9.000,00	COMP	0,75	6.750,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO 125 MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	11.340,00	COMP	0,70	7.938,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROPRATILNITRATO 10 MG COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	11.600,00	UN	0,168	1.948,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	cloreto de sódico 0,9% , spray nasal, frasco com no mínimo 50 ml	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	400,00	FRS	2,9797	1.191,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DOXAZOSINA 4 MG COMPRIMIDOS	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	36.280,00	UN	0,177	6.244,56
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACIDO FOLICO 5 MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	28.000,00	UN	0,0329	921,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	20.200,00	COMP	0,1189	2.401,78
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GLIBENCLAMIDA 5 MG - COMPRIMIDOS	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	24.000,00	UN	0,0189	453,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Espironolactona, 25 mg	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	25.000,00	UN	0,1299	3.247,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SINVASTATINA 40 MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	63.990,00	COMP	0,123	7.870,77
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SINVASTATINA 20 MG COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	99.900,00	UN	0,0489	4.885,11

Folha: 12/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TAXAS	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA	83.846.701/0001-59	5,00	UN	200,00	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RETEMIC 5 MG COMPRIMIDOS	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	06.782.733/0001-49	360,00	UN	0,658	236,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	INSULINA LANTUS SOLOSTAR 100UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA PRE-ENCHIDA COM 3 ML DE SOLUÇÃO.	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51	14,00	UN	35,00	490,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	INSULINA APIDRA SOLOSTAR 100 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA PRE-ENCHIDA COM 3 ML DE SOLUÇÃO. (CIM7289) AÇÃO JUDICIAL	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51	42,00	UN	20,04	841,68
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RITALINA 10 MG	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA	88.212.113/0128-84	90,00	UN	0,9823	88,41
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RISPERIDONA 1 MG	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA	88.212.113/0128-84	3,00	UN	19,05	57,15
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CONSULTAS MÉDICAS EM ORTOPEDIA POS TRAUMA ATE 40 CONSULTAS MES	ORTOPEDIM SERVICOS MEDICOS LTDA	33.475.920/0001-15	280,00	UN	119,50	33.480,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CONSULTAS PARA ATENDIMENTO NO GRUPO DE TABAGISMO 80 MES	KAROLINE KOECH BRATI	29.895.759/0001-61	280,00	UN	41,90	11.732,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CONSULTAS EM ATENÇÃO BÁSICA NA UNIDADE CENTRAL 3 X NA SEMANA, 250 CONSULTAS MES	KAROLINE KOECH BRATI	29.895.759/0001-61	1.750,00	UN	39,90	69.825,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CONSULTA CARDIOLOGIA EM CARATER ELEITIVO - 60 CONSULTAS MES	CN SERVICOS MEDICOS E SAUDE LTDA	27.585.650/0001-00	420,00	UN	120,00	50.400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CANDICORT CREME 30 GR	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA	83.002.360/0004-00	1,00	UN	22,00	22,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BOBINA TERMICA 57MM X 30M 30 uni	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	23.518.341/0001-59	20,00	CX	74,00	1.480,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CILOSTAZOL 100 MG COMP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	11.160,00	UN	0,308	3.437,28
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VALPROATO DE SÓDIO, 50MG/ML, XAROPE, RASCO COM 100 ML	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	350,00	FRS	2,95	1.032,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SULFA + TRIMETROPINA - SUSPENSÃO 100 ML - FRASCO	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	1.000,00	UN	6,43	6.430,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CIPROFLOXACINO 500MG, EMBALAGEM PRIMARIA FRACIONÁVEL ACONDICIONADO DE FORMA UNITÁRIA, DELIMITADA POR PICOTE, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	7.700,00	COMP	0,35	2.695,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SULFAMETOXAZOL 400 MG + TRIMETOPRIMA 80 MG, EMBALAGEM PRIMARIA FRACIONÁVEL ACONDICIONADO DE FORMA UNITÁRIA, DELIMITADA POR PICOTE, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO: NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	1.920,00	COMP	0,32	614,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 6,67 MG + 333 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 20 ML.	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	6.990,00	UN	0,4199	2.935,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CETOCONAZOL XAMPU 20MG/G FRASCO COM 100 ML	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	160,00	FRS	3,99	638,40

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24

RUA NEREU RAMOS, 333

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 13/14

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CETOCONAZOL CREME 20 MG/BISNAGA COM 30 GRAMAS	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	200,00	UN	2,449	489,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PERMITRINA 10MG/ML LOÇÃO FRASCO 60ML	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	50,00	UN	1,299	64,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFADIAZINA DE PRATA 1 %, BISNAGA COM 30 G	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	200,00	UN	3,649	729,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG.	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	4.000,00	UN	0,2289	915,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CINARIZINA 75 MG COMPRIMIDO	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	6.500,00	UN	0,0928	603,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Glizaxia, 30 mg, comprimido liberação controlada	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	40.000,00	UN	0,1199	4.796,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Cloptogrel, 75 mg	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	16.500,00	UN	0,227	3.745,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	OLEO MINERAL FRASCO COM 100 ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	360,00	FRS	1,80	648,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IPRATÓPIO BROMETO, 0,25MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO, FRASCO COM 20ML (CIM9246).	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	200,00	FRS	0,72	144,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IVERMECTINA 6 MG	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1.000,00	COMP	0,179	179,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DICLOFENACO SODICO 25 MG/ML USO IM AMP 3 ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	100,00	UN	0,64	64,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMINOFLINA 100 MG COMPRIMIDOS	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	9.000,00	UN	0,07	630,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METILDOPA 500 MG COMP	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	11.000,00	UN	0,71	7.810,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLORPROMAZINA 100 MG - COMPR.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	3.800,00	UN	0,245	931,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACIDO VALPROICO 250 MG COMPRIMIDOS	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	15.000,00	UN	0,125	1.875,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LORATADINA 10 MG COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	11.196,00	UN	0,08	895,68
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	9.500,00	UN	0,28	2.660,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RETINOL ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL, 50.000 UI + 10.000UI/ML, SOLUÇÃO ORAL GOTAS, USO ADULTO E PEDIÁTRICO (A PARTIR DE 0 MESES), FRASCO COM 20 ML	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	120,00	FRS	3,705	444,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Miconazol, 2 %, creme vagina bisnaga com 80 gramas com aplicador	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	150,00	UN	4,75	712,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Acetorfilina, 10 mg/ml xarope adulto, frasco 120 mL	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	750,00	FRS	5,44	4.080,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPIRIMA, 40 + 8 mg/10 mL SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 50 mL	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	73,00	FRS	5,168	377,26
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Cefalexina, 50 mg/ mL, pó p/ suspensão oral- frasco 60 mL	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	150,00	FRS	7,00	1.050,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DEXAMETASONA 4 MG	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1.200,00	COMP	0,183	219,60

Folha: 14/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BROMAZEPAM 6 mg	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	6.000,00	UN	0,099	594,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIGOXINA 0,25 MG. COMPRIMIDO	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	3.000,00	UN	0,0741	222,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	22.300,00	COMP	0,1255	2.798,65
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARACETAMOL + CODEINA COMPRIMIDOS	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	20.160,00	UN	0,274	5.523,84
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENITOINA SÓDICA 100 MG. COMPR.	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	11.500,00	UN	0,0855	983,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROPANOLOL 40 MG COMP.	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	8.500,00	UN	0,025	212,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAPTOPRIL 50 MG - COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	42.900,00	UN	0,0652	2.797,08
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METFORMINA CLORIDRATO, 500 MG	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	110.000,00	COMP	0,0615	6.765,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CADEIRA CAIXA, ESTOFADA, FIXA E COM ARO DE APOIO PARA OS PÉS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	SUPRIMOVEIS MOBILIARIO CORPORATIVO LTDA	04.563.256/0001-68	1,00	UN	390,00	390,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARABRISA	LUIZ CARLOS WALTER E SILVA	81.291.395/0001-20	1,00	UN	240,00	240,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARABRISA	LUIZ CARLOS WALTER E SILVA	81.291.395/0001-20	1,00	UN	250,00	250,00
Total Geral -->							1.876.244,33

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2020 SOCIAL

Publicação Nº 2524569

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 01.850.871/0001-04
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 1/5

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Serviço de acolhimento GRAU III para idosos em instituição de longa permanência	ASSOCIACAO RECANTO DO IDOSO DE CONCORDIA	06.540.506/0001-70	1,00	MS	4.300,00	4.300,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Bandeja Isopor com tampa e aproximadamente 11 10ml de capacidade	CINDARA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME	10.803.816/0001-07	2,00	FD	42,00	84,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	FRANQUIA DE VEICULOS	CANVEL VEICULOS LTDA	83.516.500/0001-08	1,00	UN	2.505,00	2.505,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	ARMÁRIO ARQUIVO COM DUAS PORTAS PARA 36 CAIXAS MONTADO. CONFORME DESENHO Nº CIM7098 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS.	GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LT	07.199.886/0001-93	1,00	UN	642,99	642,99
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEGURO	RADAR CORRETORA DE SEGUROS LTDA	83.164.327/0001-26	1,00	UN	1.850,87	1.850,87
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	LICENCIAMENTO OBRIGATÓRIO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEGURO DPVAT	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UN	5,21	5,21
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	MESA AUXILIAR PARA CONSULTÓRIO MÉDICO E PROCEDIMENTOS HOSPITALARES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.788.117/0001-03	4,00	UN	274,00	1.096,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	LÍQUIDO DE LIMPEZA PARA QUADRO BRANCO, IDEAL PARA REMOÇÃO DE RESÍDUOS E SUJEIRA. ATOXICO FRASCO COM NO MÍNIMO 60ML, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	10,00	KIT	22,45	224,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	PROCEDENCIA KIT COM 3 UNIDADES FOLHA EM EVA CAMUFLADO, ATOXICO E ANATÔMICO, TAMANHO MÍNIMO DE 600MMX400MMX2MM CAMUFLADO EM VERDE EXERCITO KIT COM 50 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	3,00	KIT	130,00	390,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	PAPEL ESPECIAL PARA CONVITES, CORTÕES E DESENHO, TIPO VERGE 180G/M2 TAMANHO A4. KIT COM 5 CAIXAS CONTENDO NO MÍNIMO 50 FLS	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	3,00	KIT	53,00	159,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	QUADRO BRANCO, TAMANHO 120CMX300CM, MOLDURA EM ALUMÍNIO, COM SUPORTE PARA APAGADOR	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	UN	213,65	213,65

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 01.850.671/0001-04
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 2/5

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	PAPEL DOBRADURA JORNAL, DIMEN MIN. 48CMX 60CM, DEVERA SER FORNECIDO O CATALOGO DE CORES, KIT COM 100 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	2,00	KIT	24,70	49,40
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	COLA BRANCA, CONTENDO NO MINIMO 100G, FRASCO RETANGULAR FEITO 100% DE AMTERIAL PET, COM OTIMA RESISTENCIA, KIT COM 12 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	3,00	KIT	25,89	77,67
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	CANETA APRA MARCAR TECIDODE ALGODAO RESISTENCIA A LAVAGENS, NAO TOXICA KIT COM 12 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	KIT	33,98	33,98
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	COLA EM RELEVO, TUBO COM NO MINIMO 35ML, PRODUTO PARA UTILIZACAO SOBRE TECIDO, MADEIRA, CERAMINA, GESSO PAPEL E AFINS, KIT COM 5 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	8,00	KIT	12,00	96,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	COLA PARA USO EM TECIDO, KIT COM 5 UNIDADES CONTENDO NO MINIMO 35G CADA	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	4,00	UN	9,39	37,56
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	COLA PARA TECIDO E PAPO, ATOXICA INDICADA PARA COLAGEM DE TECIDOS COM TECIDOS FABRICADO 100% ALGODAO KIT COM 2 UNIDADES CONTENDO 250G CADA	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	4,00	KIT	19,99	79,96
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	TINTA GUACHE 12 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	4,00	CX	22,41	89,64
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	ESCALIMETRO TRIANGULAR NUMERO 1, COM 30 CM DE COMPRIMENTO, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE COM ESCALAS DIFERENCIADAS POR CORES. DEVE POSSUIR AS ESCALAS 1:100, 1:125, 1:150, E 1:175A ESCALA DE 1:175DEVE POSSUIR GRADUACAO DE 1 EM 1 UNIDADE	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	UN	19,99	19,99
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	GLITER 3G DIVERSAS CORES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	10,00	UN	19,98	199,80
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	COLA BRANCA, CONTENDO NO MINIMO 37G, FRASCO RETANGULAR FEITO 100% DE MATERIAL PET, COM OTIMA RESISTENCIA QUE SUPORTE PRESSAO MINIMA DE 85KG SEM VAZAMENTO, O FRASCO TAMBEM DEVERA PERMITIR A REPOSICAO COM FACILIDADE ATRAVES DE ROSQUEAMENTO DO BICO, COM BICO APLICADOR E TAMPA ESPECIAL ANTI-ASFIXIANTE. COMPOSICAO: RESINA DE PVA. PRODUTO ATOXICO. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMACOES DO FABRICANTE, MARCA E VALIDADE. PRODUTO COM CERTIFICACAO DO INMETRO. KIT COM 24 UNIDADES.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	10,00	KIT	23,40	234,00

Folha: 3/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	VERNIZ ACRILICO BRILHANTE PARA UTILIZAÇÃO COM PINCEL, FRASCO COM NO MINIMO 250ML, KIT COM 3 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	KIT	52,82	52,82
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	EVA - 3 MM - 40x50 CM - AT OALHADO FELPUDO - DIVERSAS CORES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	3,00	UN	122,00	366,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	FOLHA EM EVA DECORADO, ATÓXICO E ANATOMICO, TAMANHO MINIMO 600MMX400X4MM, DEVERÁ APRESENTAR CATALOGO DE ESTAMPAS JUNTO COM A PROPOSTA NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A ESTAMPA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO KIT COM 50 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	3,00	KIT	128,99	386,97
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	GLITTER INDICADO PARA TRABALHOS ESCOLARES, POTE NO MIN.3 GRAMAS, DEVERÁ SER FORNECIDO CATALOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS, ESCRITETIA NA CONTRATAÇÃO, KIT COM 25 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	2,00	UN	8,87	17,74
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEGURO DPVAT	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UN	5,21	5,21
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	LICENCIAMENTO OBRIGATÓRIO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEGURO DPVAT	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UN	5,21	5,21
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	VERNIZ ACRILICO BRILHANTE PARA UTILIZAÇÃO COM PINCEL, FRASCO COM NO MINIMO 250ML, KIT COM 3 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	KIT	52,82	52,82
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	QUADRO BRANCO, TAMANHO 120CMX300CM, MOLDURA EM ALUMINIO, COM SUPORTE PARA APAGADOR	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	UN	213,65	213,65
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	PAPEL ESPECIAL PARA CONVITES, CORTÕES E DESENHO, TIPO VERGE 180G/M2 TAMANHO A4, KIT COM 5 CAIXAS CONTENDO NO MINIMO 50 FLS	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	3,00	KIT	53,00	159,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	LIQUIDO DE LIMPEZA PARA QUADRO BRANCO, IDEAL PARA REMOÇÃO RESÍDUOS E SUEIRA, ATÓXICO FRASCO COM NO MINIMO 60ML, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	10,00	KIT	22,45	224,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	GLITTER INDICADO PARA TRABALHOS ESCOLARES, POTE NO MIN.3 GRAMAS, DEVERÁ SER FORNECIDO CATALOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS, ESCRITETIA NA CONTRATAÇÃO, KIT COM 25 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	2,00	UN	8,87	17,74
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	FOLHA EM EVA DECORADO, ATÓXICO E ANATOMICO, TAMANHO MINIMO 600MMX400X4MM, DEVERÁ APRESENTAR CATALOGO DE ESTAMPAS JUNTO COM A PROPOSTA NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A ESTAMPA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO KIT COM 50 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	3,00	KIT	128,99	386,97

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/5

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	EVA - 3 MM - 40x60 CM - ATUALHADO FELPUDO - DIVERSAS CORES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	3,00	UN	122,00	366,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	ESCALIMETRO TRIANGULAR NUMERO 1, COM 30 CM DE COMPRIMENTO, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE COM ESCALAS DIFERENCIADAS POR CORES. DEVE POSSUIR AS ESCALAS 1:100, 1:125, 1:150, E 1:175A ESCALA DE 1:175DEVE POSSUIR GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	UN	19,99	19,99
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	COLA PARA USO EM TECIDO, KIT COM 5 UNIDADES CONTENDO NO MINIMO 36G CADA	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	4,00	UN	9,39	37,56
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	COLA PARA TECIDO E PANO, ATÓXICA INDICADA PARA COLAGEM DE TECIDOS COM TECIDOS FABRICADO 100% ALGODÃO KIT COM 2 UNIDADES CONTENDO 250G CADA	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	4,00	KIT	19,99	79,96
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	COLA EM RELEVO, TUBO COM NO MINIMO 36ML, PRODUTO PARA UTILIZAÇÃO SOBRE TECIDO, MADEIRA, CERAMINA, GESSO PAPEL E AFINS, KIT COM 5 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	8,00	KIT	12,00	96,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	CANETA APRA MARCAR TECIDODE ALGODÃO RESISTENCIA A LAVAGENS, NÃO TOXICA KIT COM 12 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,00	KIT	33,98	33,98
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	FOLHA EM EVA CAMUFLADO, ATÓXICO E ANATOMICO, TAMANHO MINIMO DE 600MMX400MMX2MM CAMUFLADO EM VERDE EXERCITO KIT COM 50 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	3,00	KIT	130,00	390,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	TINTA GUACHE 12 UNIDADES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	4,00	CX	22,41	89,64
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	GLITER 3G DIVERSAS CORES	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	10,00	UN	19,98	199,80
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	COLA BRANCA, CONTENDO NO MINIMO 37G, FRASCO RETANGULAR FEITO 100% DE MATERIAL PET, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA QUE SUPORTE PRESSÃO MINIMA DE 85KG SEM VAZAMENTO, O FRASCO TAMBÉM DEVERÁ PERMITIR A REPOSIÇÃO COM FACILIDADE ATRAVES DE ROSQUEAMENTO DO BICO, COM BICO APLICADOR E TAMPA ESPECIAL ANTI-ASFIXIANTE. COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA. PRODUTO ATÓXICO. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MARCA E VALIDADE. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. KIT COM 24 UNIDADES.	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	10,00	KIT	23,40	234,00

EXTRATO DE CONTRATOS 05/2020 - FUNREBOM

Publicação Nº 2524570

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 20.202.916/0001-31
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 1/2

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Maio/2020.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	INSTALAÇÃO DE PONTOS PARA AR CONDIÇIONADOS	LUCAS CERINO SCHAPPO 0789399970	36.938.034/0001-79	10,00	UN	590,00	5.900,00
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MASCARA	DALCHE CONFECÇÕES E COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUAR	21.511.675/0001-75	500,00	UN	1,42	710,00
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	LONA AZUL - 120 MICRAS 4 METROS	COPERCAMPOS COOP. REG. AGROP. DE C. NOVOS	83.158.824/0023-27	1,00	UN	27,00	27,00
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	TONER PARA IMPRESSORA HP 285 A COMPATÍVEL	L A CN INFORMATICA LTDA ME	11.924.851/0001-47	15,00	UN	70,00	1.050,00
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	FERRAMENTA DE CORTE EPARA RESGATE VEICULAR ALIMENTADA POR BATERIA. ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS CIM 10825	CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATA	12.075.748/0001-32	1,00	UN	28.437,93	28.437,93
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	FERRAMENTA SEPARADORA PARA RESGATE VEICULAR ALIMENTADA POR BATERIA ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS CIM 10826	CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATA	12.075.748/0001-32	1,00	UN	35.547,43	35.547,43
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	CILINDRO EXPANSOR PARA RESGATE VEICULAR ALIMENTADO POR BATERIA. ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS CIM 10824	CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATA	12.075.748/0001-32	1,00	UN	23.359,72	23.359,72
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	ROUPA DE PROTEÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIO ESTRUTURAL (CASACO E CALÇA). ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS CIM 10830	CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATA	12.075.748/0001-32	10,00	UN	4.560,25	45.602,50
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	EXAME LABORATORIAL TOXICOLÓGICO	LABORATORIO CLINICO PATOLOGICO MARTINS LTDA	83.413.609/0001-10	2,00	UN	150,00	300,00
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	SERVIÇO DE ESTOFARIA DE ASSENTOS	ILMO HENRIQUE SPILMANN 09103528952	33.878.185/0001-90	2,00	UN	62,50	125,00
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	TESTE HIDROSTATICO CILINDROS EPR	SAFETY WORLD BRASIL EIRELI - ME	18.356.265/0001-92	1,00	UN	660,00	660,00
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MANUTENÇÃO MASCARA EPR	SAFETY WORLD BRASIL EIRELI - ME	18.356.265/0001-92	1,00	UN	120,00	120,00
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MANUTENÇÃO CILINDRO DE EPR	SAFETY WORLD BRASIL EIRELI - ME	18.356.265/0001-92	1,00	UN	150,00	150,00
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MANUTENÇÃO VALVULA DEMANDA EPR	SAFETY WORLD BRASIL EIRELI - ME	18.356.265/0001-92	1,00	UN	280,00	280,00
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MANUTENÇÃO DE EPR	SAFETY WORLD BRASIL EIRELI - ME	18.356.265/0001-92	1,00	UN	340,00	340,00

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS</div> <div>CNPJ: 20.202.916/0001-31</div> <div>RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323</div> <div>C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC</div>								Folha: 2/2	
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total		
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MASCARA	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA	88.212.113/0128-84	500,00	UN	1,40	700,00		
						Total Geral -->	143.309,58		

EXTRATO DE CONTRATOS MES 05/2020 - AGROPECUÁRIO

Publicação Nº 2524343

Folha: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 82.939.232/0001-74

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2017**Número do Processo:** 49/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 04/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Conforme previsto na Cláusula 3ª, item 8, ficam reajustados os valores referentes ao contrato original nº 05/2017, com base no índice IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 6,68%, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2020.**Data da Assinatura:** 26/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/05/2020**Vigência:** 26/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 32.01 20.606.0012 2.041.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.125,28**Forma de Pagamento:** mensal

EXTRATO DE CONTRATOS MES 05/2020 - CULTURAL

Publicação Nº 2524345

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 74.097.114/0001-38

PC. LAURO MULLER, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2017**Número do Processo:** 49/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 10/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica ACRESCIDO ao objeto o aplicativo Folha no valor mensal de R\$ 378,80 (trezentos e setenta e oito reais com oitenta centavos). Pelos serviços de implantação, será pago em parcela única R\$ 1.223,14 (mil duzentos e vinte e três reais com quatorze centavos) referente a implantação, conversão e treinamento dos respectivos aplicativos, devendo atender aos seguintes requisitos:

Data da Assinatura: 14/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/05/2020**Vigência:** 14/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 33.01 13.392.0013 2.043.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.247,14**Forma de Pagamento:** mensal**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2017**Número do Processo:** 49/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 11/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Conforme previsto na Cláusula 3ª, item 8, ficam reajustados os valores referentes ao contrato original nº 06/2017, com base no índice IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 6,68%, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2020.

Data da Assinatura: 26/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 26/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.902,28**Forma de Pagamento:** MENSAL

EXTRATO DE CONTRATOS MES 05/2020 - FIA

Publicação Nº 2524364

Folha: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 10.269.609/0001-14

Rua J.B. Batista

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2017**Número do Processo:** 49/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Conforme previsto na Cláusula 3ª, item 8, ficam reajustados os valores referentes ao contrato original nº 01/2017, com base no índice IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 6,68%, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2020.**Data da Assinatura:** 26/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/05/2020**Vigência:** 26/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 34.01 08.243.0014 2.046.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.331,69**Forma de Pagamento:** MENSAL

EXTRATO DE CONTRATOS MES 05/2020 - FUNDEMA

Publicação Nº 2524359

Folha: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 13.366.366/0001-20

RUA EXP. JOAO BATISTA DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2017**Número do Processo:** 49/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Conforme previsto na Cláusula 3ª, item 8, ficam reajustados os valores referentes ao contrato original nº 01/2017, com base no índice IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 6,68%, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2020.**Data da Assinatura:** 26/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/05/2020**Vigência:** 26/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.993,60**Forma de Pagamento:** mensal

EXTRATO DE CONTRATOS MES 05/2020 - FUNREBOM

Publicação Nº 2524356

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 20.202.916/0001-31

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2017**Número do Processo:** 49/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Conforme previsto na Cláusula 3ª, item 8, ficam reajustados os valores referentes ao contrato original nº 01/2017, com base no índice IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 6,68%, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2020.**Data da Assinatura:** 26/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/05/2020**Vigência:** 26/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 36.01 06.182.0016 2.056.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNREBOM DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.902,28**Forma de Pagamento:** MENSAL

EXTRATO DE CONTRATOS MES 05/2020 - ROTATIVO HABITACIONAL

Publicação Nº 2524368

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 01.144.196/0001-50

EXPEDICIONARIO, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2017**Número do Processo:** 49/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Conforme previsto na Cláusula 3ª, item 8, ficam reajustados os valores referentes ao contrato original nº 01/2017, com base no índice IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 6,68%, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2020.**Data da Assinatura:** 26/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/05/2020**Vigência:** 26/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 37.01 16.482.0007 2.057.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.926,90**Forma de Pagamento:** MENSAL

EXTRATO DE CONTRATOS MES 05/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2524372

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/3

CNPJ: 08.595.042/0001-24
RUA NEREU RAMOS, 333
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS D**CNPJ:** 83.516.682/0001-17**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 4/2019**Número do Processo:** 11/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 22/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: O Fundo resolve reajustar o valor de repasse do contrato original nº 12/2019, passando de R\$ 23.740,91 (vinte e três mil setecentos e quarenta reais e noventa e um centavos) para R\$ 29.985,99 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos), cujo objeto é prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com

Data da Assinatura: 04/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/05/2020**Vigência:** 04/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 19.02 10.301.0020 2.070.3.3.50.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 74.940,96**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSI**CNPJ:** 28.700.530/0001-61**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 3/2019**Número do Processo:** 4/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 24/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Gestão n. 08/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, ficando vigente até 30 de junho de 2020, sendo que o Município retomará a administração da FHJA em 01 de julho de 2020.

Data da Assinatura: 25/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/05/2020**Vigência:** 25/05/2020 a 30/06/2020**Programa de Trabalho:** 19.02 10.301.0020 2.064.3.3.50.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 925.000,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/3

CNPJ: 08.595.042/0001-24
RUA NEREU RAMOS, 333
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**CNPJ:** 61.074.175/0001-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 15/2018**Número do Processo:** 26/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 23/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Fundo resolve aditar o prazo da apólice referente ao contrato original nº 30/2018, pelo período de 02 meses, ficando vigente até 01 de agosto de 2020, com previsão de prorrogação, a apólice vigorará até 01 de agosto de 2020, referente contratação de seguros destinados aos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde

Data da Assinatura: 25/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/05/2020**Vigência:** 25/05/2020 a 01/08/2020**Programa de Trabalho:** 19.02 10.301.0020 2.064.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.500,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** B&P - CONSTRUTORA EIRELI**CNPJ:** 07.052.006/0001-51**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2018**Número do Processo:** 48/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 25/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Fundo resolve prorrogar o prazo de vigência do contrato original nº 37/2019, por mais 90 (noventa) dias, ficando vigente até 31 de agosto de 2020, cujo objeto é a execução de obra de construção da UBS - Bairro Nossa Senhora De Lourdes.

Data da Assinatura: 27/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/05/2020**Vigência:** 27/05/2020 a 31/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Folha: 3/3

CNPJ: 08.595.042/0001-24
RUA NEREU RAMOS, 333
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0003-29

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Contrato ou Aditivo: 26/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Conforme previsto na Cláusula 3ª, item 8, ficam reajustados os valores referentes ao contrato original nº 87/2017, com base no índice IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 6,68%, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2020.

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Data da Assinatura: 27/05/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 27/05/2020

Vigência: 27/05/2020 a 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento: mensal

EXTRATO DE CONTRATOS MES 05/2020 - SOCIAL

Publicação Nº 2524352

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/2

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS DE C N**CNPJ:** 83.516.682/0001-17**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 4/2020**Número do Processo:** 18/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 11/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 01/2020, TERMO DE FOMENTO Nº 01/2020 - Diante da situação excepcional ocasionada pela pandemia do vírus Covid-19, a fim de possibilitar a continuidade das atividades executadas nesta parceria, a execução do objeto da presente parceria será realizada mediante realização de atividades remotas. As execuções das atividades ocorrerão conforme nova planilha de execução das atividades apresentada por esta Associação, a qual será anexada a este termo aditivo e também na

Data da Assinatura: 12/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/05/2020**Vigência:** 12/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** ACADAV - ASSOCIACAO CAMPONOVENSE DE APOIO A DEFICI**CNPJ:** 08.657.864/0001-92**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 5/2020**Número do Processo:** 19/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 12/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 02/2020, TERMO DE FOMENTO Nº 02/2020 - Diante da situação excepcional ocasionada pela pandemia do vírus Covid-19, a fim de possibilitar a continuidade das atividades executadas nesta parceria, a execução do objeto da presente parceria será realizada mediante realização de atividades remotas. As execuções das atividades ocorrerão conforme nova planilha de execução das atividades apresentada por esta Associação, a qual será anexada a este termo aditivo e também na

Data da Assinatura: 12/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/05/2020**Vigência:** 12/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 2/2

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** AMA - ASSOCIACAO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE**CNPJ:** 11.408.672/0001-57**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 6/2020**Número do Processo:** 20/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 13/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL N° 03/2020, TERMO DE FOMENTO N° 03/2020 - Diante da situação excepcional ocasionada pela pandemia do vírus Covid-19, a fim de possibilitar a continuidade das atividades executadas nesta parceria, a execução do objeto da presente parceria será realizada mediante realização de atividades remotas. As execuções das atividades ocorrerão conforme nova planilha de execução das atividades apresentada por esta Associação, a qual será anexada a este termo aditivo e também na**Data da Assinatura:** 12/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/05/2020**Vigência:** 12/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2017**Número do Processo:** 49/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 14/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Conforme previsto na Cláusula 3ª, item 8, ficam reajustados os valores referentes ao contrato original nº 15/2017, com base no índice IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 6,68%, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2020.**Data da Assinatura:** 26/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 26/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.902,28**Forma de Pagamento:** À Vista

EXTRATO DE CONTRATOS MÊS 05/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2524218

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA - ME**CNPJ:** 22.068.330/0001-51**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 9/2020**Número do Processo:** 53/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 91/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CREDENCIAMENTO DESTINADO PARA A PRODUÇÃO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO, POR COSTUREIROS(AS) (PESSOA FÍSICA), MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEI's E MICROEMPRESAS - ME's DE CONFECÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS, FUNDAÇÕES E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC, COM FINS À CONTENÇÃO DO CONTÁGIO ATRAVÉS DO COVID - 19.

Data da Assinatura: 04/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/05/2020**Vigência:** 04/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.200,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** ERMENI TEREZINHA TELLES**CNPJ:** 85.257.319/0001-50**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 9/2020**Número do Processo:** 53/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 92/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CREDENCIAMENTO DESTINADO PARA A PRODUÇÃO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO, POR COSTUREIROS(AS) (PESSOA FÍSICA), MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEI's E MICROEMPRESAS - ME's DE CONFECÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS, FUNDAÇÕES E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC, COM FINS À CONTENÇÃO DO CONTÁGIO ATRAVÉS DO COVID - 19.

Data da Assinatura: 04/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/05/2020**Vigência:** 04/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.200,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 2/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74**RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323****C.E.P.:** 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL EI**CNPJ:** 01.194.890/0001-82**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 9/2020**Número do Processo:** 53/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 93/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DESTINADO PARA A PRODUÇÃO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO, POR COSTUREIROS(AS) (PESSOA FÍSICA), MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEI's E MICROEMPRESAS - ME's DE CONFECÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS, FUNDAÇÕES E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC, COM FINS À CONTENÇÃO DO CONTÁGIO ATRAVÉS DO COVID - 19.**Data da Assinatura:** 04/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/05/2020**Vigência:** 04/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.200,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** G.F.CONFECCOES LTDA**CNPJ:** 15.534.841/0001-56**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 9/2020**Número do Processo:** 53/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 94/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DESTINADO PARA A PRODUÇÃO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO, POR COSTUREIROS(AS) (PESSOA FÍSICA), MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEI's E MICROEMPRESAS - ME's DE CONFECÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS, FUNDAÇÕES E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC, COM FINS À CONTENÇÃO DO CONTÁGIO ATRAVÉS DO COVID - 19.**Data da Assinatura:** 04/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/05/2020**Vigência:** 04/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.200,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 3/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROBERTO MIGUEL ME**CNPJ:** 15.862.954/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 8/2019**Número do Processo:** 150/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 95/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, conforme solicitação e justificativa em anexo, encaminhada pelo departamento de engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo de execução do contrato original nº 204/2019, até a data de 31/07/2020, retroagindo seus efeitos a 03/05/2020, cujo objeto é a EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO PADRE QUINTILIO COSTINI.

Data da Assinatura: 04/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/05/2020**Vigência:** 04/05/2020 a 31/07/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA**CNPJ:** 27.856.626/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2020**Número do Processo:** 35/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 96/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO DE TALUDE DO CEMITÉRIO DOM DANIEL HOSTIN NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC.

Data da Assinatura: 12/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/05/2020**Vigência:** 12/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 93.106,51**Forma de Pagamento:** CONFORME ANDAMENTO DA OBRA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 4/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA**CNPJ:** 07.336.749/0001-53**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 3/2019**Número do Processo:** 159/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 97/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, conforme solicitação e justificativa em anexo, encaminhada pelo departamento de engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo de execução do contrato original nº 01/2020 por mais 90 (noventa) dias, ficando prorrogado até 13 de agosto de 2020, cujo objeto é a EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO NO CENTRO DE EXECUÇÃO DE PROJETO DE REDE ELÉTRICA DA AVENIDA CAETANO BELINCANTA NETTO, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC.

Data da Assinatura: 12/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/05/2020**Vigência:** 12/05/2020 a 13/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ACADAV - ASSOCIACAO CAMPONOVENSE DE APOIO A DEFICI**CNPJ:** 08.657.864/0001-92**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 5/2020**Número do Processo:** 19/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 98/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 16/2020, TERMO DE FOMENTO Nº 02/2020 - Diante da situação excepcional ocasionada pela pandemia do vírus Covid-19, a fim de possibilitar a continuidade das atividades executadas nesta parceria, a execução do objeto da presente parceria será realizada mediante realização de atividades remotas. As execuções das atividades ocorrerão conforme nova planilha de execução das atividades apresentada por esta Associação, a qual será anexada a este termo aditivo e também na

Data da Assinatura: 12/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/05/2020**Vigência:** 12/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 5/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Maio/2020.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS DE C N**CNPJ:** 83.516.682/0001-17**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 4/2020**Número do Processo:** 18/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 99/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 15/2020, TERMO DE FOMENTO Nº 01/2020 - Diante da situação excepcional ocasionada pela pandemia do vírus Covid-19, a fim de possibilitar a continuidade das atividades executadas nesta parceria, a execução do objeto da presente parceria será realizada mediante realização de atividades remotas. As execuções das atividades ocorrerão conforme nova planilha de execução das atividades apresentada por esta Associação, a qual será anexada a este termo aditivo e também na**Data da Assinatura:** 12/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/05/2020**Vigência:** 12/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** AMA - ASSOCIACAO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE**CNPJ:** 11.408.672/0001-57**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 6/2020**Número do Processo:** 20/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 100/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 17/2020, TERMO DE FOMENTO Nº 03/2020 - Diante da situação excepcional ocasionada pela pandemia do vírus Covid-19, a fim de possibilitar a continuidade das atividades executadas nesta parceria, a execução do objeto da presente parceria será realizada mediante realização de atividades remotas. As execuções das atividades ocorrerão conforme nova planilha de execução das atividades apresentada por esta Associação, a qual será anexada a este termo aditivo e também na**Data da Assinatura:** 12/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/05/2020**Vigência:** 12/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 6/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDAR**CNPJ:** 01.155.801/0003-50**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 14/2020**Número do Processo:** 54/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 101/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MICROFINANÇAS DE CAMPOS NOVOS - SC (JURO ZERO CAMPOS NOVOS)**Data da Assinatura:** 26/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/05/2020**Vigência:** 26/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 150.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DA**CNPJ:** 92.555.150/0001-80**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 14/2020**Número do Processo:** 54/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 102/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MICROFINANÇAS DE CAMPOS NOVOS - SC (JURO ZERO CAMPOS NOVOS)**Data da Assinatura:** 26/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/05/2020**Vigência:** 26/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 150.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 7/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74**RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323****C.E.P.:** 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2017**Número do Processo:** 49/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 103/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Conforme previsto na Cláusula 3ª, item 8, ficam reajustados os valores referentes ao contrato original nº 165/2017, com base no índice IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 6,68%, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2020.**Data da Assinatura:** 26/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/05/2020**Vigência:** 26/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 01.01 04.122.0002 2.000.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 283.478,18**Forma de Pagamento:** mensal**Contratado:** ULTRATELECOM PROVEDORA DE INTERNET EIRELI**CNPJ:** 08.543.640/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 29/2017**Número do Processo:** 53/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 104/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, em anexo, o município resolve aditar o contrato original nº 171/2017, em 01 (uma) unidade (link de transporte de dados 10 Mb), para o Centro de Compostagem, localizado no Loteamento Faedo.**Data da Assinatura:** 29/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/05/2020**Vigência:** 29/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 08.25 15.452.0010 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 322,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N°. PMC 14/2020

Publicação N° 2524176

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N°. PMC 14/2020
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n°. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 01/07/2020, ficando estipulado os seguintes horários: às 08h45min (entrega) e 09h00min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N°. FUNR 03/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação N° 2524182

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNREBOMPM DE CANOINHAS
EDITAL DE PREGÃO N.º FUNR. 03/2020 (ELETRÔNICO)

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/07/2020, às 15h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR, DESTINADOS AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 01/07/2020, no endereço eletrônico www.licitacoes-e-com.br. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO FMS 19.2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2524398



Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
 CNPJ: 11.206.680/0001-10 Fone: (47) 3621-7700 saude@pmc.sc.gov.br
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso

Chave de Autenticação Digital
1345-3824-809Página
1 / 2


TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PE19/2020		Modalidade: Pregão		Julgamento: Lote		Registro de preço: Sim		Controla quantidade: Sim	
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADAS DE UNIFORMES PARA TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SAMU E UPA.									
Fornecedor: 12270 - ANDRE ANTONIO SABINO				CPF/CNPJ: 27.743.380/0001-00		Valor total (R\$):		17.596,80	
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)			
15/06/2020	1	64857 - JALECO BRANCO MANGA LONGA TAMANHO PP Marca: CAPTIVE	UNIDADE	40,00000	37,44000	1.497,60			
15/06/2020	2	64858 - JALECO BRANCO MANGA LONGA TAMANHO P Marca: CAPTIVE	UNIDADE	100,00000	37,44000	3.744,00			
15/06/2020	3	64859 - JALECO BRANCO MANGA LONGA TAMANHO M Marca: CAPTIVE	UNIDADE	200,00000	37,44000	7.488,00			
15/06/2020	4	64860 - JALECO BRANCO MANGA LONGA TAMANHO G Marca: CAPTIVE	UNIDADE	100,00000	37,44000	3.744,00			
15/06/2020	5	64861 - JALECO BRANCO MANGA LONGA TAMANHO GG Marca: CAPTIVE	UNIDADE	30,00000	37,44000	1.123,20			
Fornecedor: 2399 - COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP				CPF/CNPJ: 12.674.048/0001-64		Valor total (R\$):		26.100,00	
15/06/2020	24	64880 - SAPATO TAMANHO 35 AO 43 - TENIS DE SEGURANÇA, DE AMARRAR Marca: FUGIWARA	PAR	120,00000	139,00000	16.680,00			
15/06/2020	25	6726 - BOLSA EM LONA Marca: FUGIWARA	UNIDADE	100,00000	94,20000	9.420,00			
Fornecedor: 12269 - FABIO VIEIRA - EIRELI				CPF/CNPJ: 11.699.260/0001-13		Valor total (R\$):		21.502,60	
15/06/2020	10	64866 - CAMISETA BRANCA TAMANHO P Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	100,00000	10,82000	1.082,00			
15/06/2020	11	64867 - CAMISETA BRANCA TAMANHO M Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	200,00000	10,83000	2.166,00			
15/06/2020	12	64868 - CAMISETA BRANCA TAMANHO G Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	80,00000	10,82000	865,60			
15/06/2020	13	64869 - CAMISETA BRANCA TAMANHO GG Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	50,00000	10,82000	541,00			
15/06/2020	14	64870 - JAQUETA EM MODELAGEM MASCULINA NA COR VERDE TAMANHO PP Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	100,00000	53,95000	5.395,00			
15/06/2020	15	64871 - JAQUETA EM MODELAGEM MASCULINA NA COR VERDE TAMANHO P Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	60,00000	53,95000	3.237,00			
15/06/2020	16	64872 - JAQUETA EM MODELAGEM MASCULINA NA COR VERDE TAMANHO M Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	30,00000	53,95000	1.618,50			
15/06/2020	17	64873 - JAQUETA EM MODELAGEM MASCULINA NA COR VERDE TAMANHO G Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	30,00000	53,95000	1.618,50			
15/06/2020	18	64874 - JAQUETA EM MODELAGEM MASCULINA NA COR VERDE TAMANHO GG Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	20,00000	53,95000	1.079,00			
15/06/2020	19	64875 - CALÇA VERDE TAMANHO PP Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	50,00000	22,00000	1.100,00			
15/06/2020	20	64876 - CALÇA VERDE TAMANHO P Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	40,00000	22,00000	880,00			
15/06/2020	21	64877 - CALÇA VERDE TAMANHO M Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	30,00000	22,00000	660,00			
15/06/2020	22	64878 - CALÇA VERDE TAMANHO G Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	30,00000	25,20000	756,00			
15/06/2020	23	64879 - CALÇA VERDE TAMANHO GG Marca: LFF SPORTS	UNIDADE	20,00000	25,20000	504,00			
Fornecedor: 3956 - FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA				CPF/CNPJ: 04.584.756/0001-86		Valor total (R\$):		28.850,00	
15/06/2020	26	64881 - MACACAO EM TECIDO RIPSTOP Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	20,00000	294,50000	5.890,00			
15/06/2020	27	64882 - JAQUETA EM NYLON AZUL MARINHO Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	10,00000	320,00000	3.200,00			
15/06/2020	28	64883 - CAMISA EM POLIVISCOSE MANGA CURTA Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	10,00000	38,00000	380,00			
15/06/2020	29	64884 - CAMISA EM POLIVISCOSE MANGA LONGA Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	10,00000	38,00000	380,00			
15/06/2020	30	64885 - BOTA CANO MÉDIO Marca: FD UNIFORMES	PAR	10,00000	420,00000	4.200,00			
15/06/2020	31	64886 - JALECO BRANCO MANGA LONGA - TAMANHO P Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	20,00000	52,00000	1.040,00			
15/06/2020	32	64887 - JALECO BRANCO MANGA LONGA - TAMANHO M Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	50,00000	51,92000	2.596,00			
15/06/2020	33	64888 - JALECO BRANCO MANGA LONGA - TAMANHO G Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	100,00000	51,92000	5.192,00			
15/06/2020	34	64889 - JALECO BRANCO MANGA LONGA - TAMANHO GG Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	50,00000	51,92000	2.596,00			
15/06/2020	35	40332 - ÓCULOS DE SOL DE ORIGEM NACIONAL ÓCULOS DE SOL DE ORIGEM NACIONAL COM ARMAÇÃO EM ACETATO, LENTES DE POLICARBONATO COM PROTEÇÃO UV DE 98 A 100%, MODELO UNISSEX Marca: KALIPSO	UNIDADE	100,00000	18,00000	1.800,00			
15/06/2020	36	64890 - BONE 100% POLIAMIDA Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	100,00000	15,76000	1.576,00			
Fornecedor: 4261 - FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP				CPF/CNPJ: 07.434.746/0001-52		Valor total (R\$):		4.284,00	
15/06/2020	6	64862 - JALECO AZUL SEM MANGA - TAMANHO P Marca: UNIVEST	UNIDADE	50,00000	30,60000	1.530,00			
15/06/2020	7	64863 - JALECO AZUL SEM MANGA - TAMANHO M Marca: UNIVEST	UNIDADE	50,00000	30,60000	1.530,00			
15/06/2020	8	64864 - JALECO AZUL SEM MANGA - TAMANHO G Marca: UNIVEST	UNIDADE	20,00000	30,60000	612,00			
15/06/2020	9	64865 - JALECO AZUL SEM MANGA - TAMANHO GG Marca: UNIVEST	UNIDADE	20,00000	30,60000	612,00			
Total Adjudicado (R\$):									98.333,40
Total de licitações adjudicadas: 1				Total Geral Adjudicado (R\$):		98.333,40			

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$):

98.333,40



Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
CNPJ: 11.206.680/0001-10 Fone: (47) 3621-7700 saude@pmc.sc.gov.br
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso

Chave de Autenticação Digital
1345-3824-809

Página
2 / 2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Antonio Augusto Martins Weinfurter

Procurador

Gilberto dos Passos

Prefeito

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA**ATA DE REGISTRO DE CANDIDATURAS PARA ELEIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**

Publicação Nº 2524256

Ata de registro das candidaturas para a eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Instituto Canoinhense de Previdência.

No dia 15 de junho de 2020, às 13h00min foi realizada a lavratura da ata referente ao registro de candidatura dos seguintes servidores e respectivos Conselhos:

Conselho de Administração:

Número da Inscrição	Candidato/Servidor	Situação
001	VIVIANA WACHTEL SELEME UBA	DEFERIDO
002	IZANE MARIA PEREIRA	DEFERIDO
003	CAMILA MACHADO DOS SANTOS MELO	DEFERIDO
004	PAULO DRACHINSKI	DEFERIDO
005	JOSÉ CARLOS HERBST	DEFERIDO
006	ROSELI DOBROSHINSKEI	DEFERIDO
007	ROBERTO IVAN LUDKA	DEFERIDO
008	CIBELE NEUDORF BATISTA	DEFERIDO
009	JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ	DEFERIDO

Conselho Fiscal:

Número da Inscrição	Candidato/Servidor	Situação
001	MARILISE VIEIRA DE LIMA KRAUSS	DEFERIDO
002	MARILI DE FÁTIMA PEREIRA ECKER	DEFERIDO
003	JANICE DE FÁTIMA STEMPINHAK	DEFERIDO
004	SOLANGE STELZNER	DEFERIDO
005	FRANCIELI JOANA BIALESKI	DEFERIDO
006	ROBERTO IVAN LUDKA	INDEFERIDO
007	DANIELLE LUDKA	DEFERIDO
008	LUCIANE WAGNER DE MIRANDA	DEFERIDO
009	MIRIAM WORELL	DEFERIDO
010	RICARDO SOUZA DE OLIVEIRA	DEFERIDO

Fica nesta data, aprovada a publicação da relação dos inscritos, conforme o que estabelece o item 7.4. do Edital de Convocação nº 001/2020, aberto o prazo para impugnação de candidatura, conforme o item 7.5 do Edital. A relação nominal das candidaturas registradas e dos candidatos impugnados será publicada no dia 17/06/2020, conforme item 7.6. do Edital. Nada mais havendo a tratar, eu, Andreia Fontana Kauva, lavro a presente ata, que vai devidamente assinada por todos os membros da Comissão Eleitoral.

Luís Gustavo Vieira de Britto Presidente da Comissão Eleitoral	Prescila Friedrich de Almeida Membro da Comissão Eleitoral
Flávia Lúcia Haensch Sorg Membro da Comissão Eleitoral	Rafaeli Maize Zieruth Membro da Comissão Eleitoral
Marco Angelo Golanovski Membro da Comissão Eleitoral	Andréia Fontana Kauva Membro da Comissão Eleitoral

Capinzal

PREFEITURA

ADENDO 001 PREGÃO ELETRÔNICO 0030/2020 PROCESSO LICITATÓRIO 0067/2020

Publicação N° 2523810

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 0067/2020

Pregão Eletrônico N° 0030/2020

REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO ITEM

ADENDO N° 001 ÀO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 0030/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de horas/homens para prestação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota de máquinas pesadas da Municipalidade. Com Recursos Próprios.

O Município de Capinzal, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Carmelo Zócoli, 155, Centro, Capinzal, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, através do Secretário de Administração, **TORNA PÚBLICA** a ocorrência de **ADENDO COMPLEMENTAR** ao edital do Processo Licitatório supracitado.

1. Em virtude do recebimento de pedido de esclarecimento quanto ao fornecimento das peças que serão usadas nos possível reparos, caso seja necessário, houve a necessidade de adendo complementar das informações que seguem quanto as observações no Termo de Referência, anexo I do presente Edital, conforme segue:

ANEXO I

Processo Licitatório N° 0068/2020

Pregão Eletrônico N° 0031/2020

QUADRO DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES GERAIS TERMO DE REFERÊNCIA

Observações:

As licitantes vencedoras competem:

*Será de responsabilidade das licitantes vencedoras a execução do serviço objeto deste Edital.

* As licitantes vencedoras ficarão obrigadas a executar o serviço referente ao objeto deste Edital, nos preços e prazos estipulados na sua proposta, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

* Dar ciência a Secretaria solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que venha a verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.

* Executar quaisquer serviços não relacionados no Termo de Referência considerados essenciais ou imprescindíveis na execução do objeto deste Edital.

- * Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Capinzal e em especial a Secretaria solicitante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- * Refazer, corrigir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços que venham a apresentar desconformidades com as exigências especificadas no respectivo edital, sem ônus ao Município de Capinzal, nos termos do que assegura o art. 69 da Lei n. 8.666/93.
- * Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Secretaria de Infraestrutura.
- * Possuir pessoal especializado em manutenção e elétrica de veículos automotores, para executar os serviços nos veículos relacionados no Termo de Referência.
- * A proponente vencedora deverá ser responsável pelo transporte dos equipamentos até o local ou sede da empresa, sem causar quaisquer tipos de despesas, onde serão executados os serviços;
- * As licitantes vencedoras deverão zelar pela guarda dos veículos que estiverem na sua responsabilidade, responsabilizando-se por quaisquer danos eventualmente ocorridos, não transferindo a responsabilidade a possíveis subcontratados ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do mesmo ao Contratante.
- * A proponente deverá possuir em seu estabelecimento rampa para prestar o serviço, ficando vedada a manutenção na rampa/pátio da Secretaria de Infraestrutura.
- * No caso de execução de serviços de recuperação, no local onde encontram-se os equipamentos danificados, será pago R\$ 80,00 (Oitenta reais), o deslocamento, se a empresa for de fora do Município de Capinzal.
- * A Empresa Vencedora terá 24 (vinte e quatro) horas quando contatada para início da execução dos serviços.
- * O tempo das horas trabalhadas para a execução dos serviços, terão como base 60 minutos.
- * Apresentar, sempre quando da necessidade de peças para a manutenção, no mínimo 03 (três) orçamentos oficiais, com detalhamento da peça, marca e carimbo e assinatura da orçante, para pré-aprovação do departamento de compras através de autorização e aceite no verso da mesma, os quais deverão vir anexadas a NF emitida diretamente para o município, sob pena de não aceite do referido documento.
- * Entregar ao Município as peças e componentes substituídos, devidamente acondicionadas, no ato da entrega do veículo consertado.
- * Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.
- * É de responsabilidade da licitante vencedora todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciárias, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o município isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal.

- * Executar os serviços do objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

Ao Município compete:

- * Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, bem como com relação à eficiência e à efetividade na realização dos serviços prestados, anotando em registro próprio eventuais falhas detectadas.
- * Notificar a licitante vencedora, por escrito, de quaisquer irregularidades ou imperfeições que venham a ocorrer, em função da execução do objeto deste contrato, visando a sua regularização, fixando prazo para as devidas correções.
- * Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA eventualmente executar fora das especificações contidas no Edital e seus anexos.
- * Efetuar os pagamentos no prazo e forma estabelecidos neste Edital.
- * Fornecer todos os elementos e informações indispensáveis à execução dos serviços contratados.

As propostas iniciais e documentos de habilitação deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme data e horário:

PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Até dia 25/06/2020 às 07h55min.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 25/06/2020 às 08h00min.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Contato: pelo telefone 49 3555-8707 e 3555-8769 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

Capinzal/SC, 15 de junho de 2020.

IVAIR LOPES RODRIGUES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
MUNICÍPIO DE CAPINZAL

ADENDO 001 PREGÃO ELETRÔNICO 0031/2020 PROCESSO LICITATÓRIO 0068/2020

Publicação N° 2523462

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 0068/2020
Pregão Eletrônico N° 0031/2020

REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO ITEM**ADENDO N° 001 AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 0031/2020**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de horas/homens para serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos da frota da Municipalidade (ônibus, micro ônibus, vans, ambulâncias, toyota e caminhões). Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

O Município de Capinzal, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Carmelo Zócolli, 155, Centro, Capinzal, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, através do Secretário de Administração, **TORNA PÚBLICA** a ocorrência de **ADENDO COMPLEMENTAR** ao edital do Processo Licitatório supracitado.

1. Em virtude do recebimento de pedido de esclarecimento quanto ao fornecimento das peças que serão usadas nos possível reparos, caso seja necessário, houve a necessidade de adendo complementar das informações que seguem quanto as observações no Termo de Referência, anexo I do presente Edital, conforme segue:

ANEXO I

Processo Licitatório N° 0068/2020
Pregão Eletrônico N° 0031/2020

QUADRO DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES GERAIS
TERMO DE REFERÊNCIA**Observações:**

As licitantes vencedoras competem:

*Será de responsabilidade das licitantes vencedoras a execução do serviço objeto deste Edital.

* As licitantes vencedoras ficarão obrigadas a executar o serviço referente ao objeto deste Edital, nos preços e prazos estipulados na sua proposta, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

* Dar ciência a Secretaria solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que venha a verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.

* Executar quaisquer serviços não relacionados no Termo de Referência considerados essenciais ou imprescindíveis na execução do objeto deste Edital.

* Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Capinzal e em especial a Secretaria solicitante ou a terceiros em razão de ação ou

omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

* Refazer, corrigir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços que venham a apresentar desconformidades com as exigências especificadas no respectivo edital, sem ônus ao Município de Capinzal, nos termos do que assegura o art. 69 da Lei n. 8.666/93.

* Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Secretaria de Infraestrutura.

* Possuir pessoal especializado em manutenção e elétrica de veículos automotores, para executar os serviços nos veículos relacionados no Termo de Referência.

* A proponente vencedora deverá ser responsável pelo transporte dos equipamentos até o local ou sede da empresa, sem causar quaisquer tipos de despesas, onde serão executados os serviços;

* As licitantes vencedoras deverão zelar pela guarda dos veículos que estiverem na sua responsabilidade, responsabilizando-se por quaisquer danos eventualmente ocorridos, não transferindo a responsabilidade a possíveis subcontratados ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do mesmo ao Contratante.

*. A proponente deverá possuir em seu estabelecimento rampa para prestar o serviço, ficando vedada a manutenção na rampa/pátio da Secretaria de Infraestrutura.

* No caso de execução de serviços de recuperação, no local onde encontram-se os equipamentos danificados, será pago R\$ 80,00 (Oitenta reais), o deslocamento, se a empresa for de fora do Município de Capinzal.

* A Empresa Vencedora terá 24 (vinte e quatro) horas quando contatada para início da execução dos serviços.

* O tempo das horas trabalhadas para a execução dos serviços, terão como base 60 minutos.

* Apresentar, sempre quando da necessidade de peças para a manutenção, no mínimo 03 (três) orçamentos oficiais, com detalhamento da peça, marca e carimbo e assinatura da orçante, para pré-aprovação do departamento de compras através de autorização e aceite no verso da mesma, os quais deverão vir anexadas a NF emitida diretamente para o município, sob pena de não aceite do referido documento.

* Entregar ao Município as peças e componentes substituídos, devidamente acondicionadas, no ato da entrega do veículo consertado.

* Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

* É de responsabilidade da licitante vencedora todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciárias, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o município isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal.

* Executar os serviços do objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

Ao Município compete:

- * Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, bem como com relação à eficiência e à efetividade na realização dos serviços prestados, anotando em registro próprio eventuais falhas detectadas.
- * Notificar a licitante vencedora, por escrito, de quaisquer irregularidades ou imperfeições que venham a ocorrer, em função da execução do objeto deste contrato, visando a sua regularização, fixando prazo para as devidas correções.
- * Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA eventualmente executar fora das especificações contidas no Edital e seus anexos.
- * Efetuar os pagamentos no prazo e forma estabelecidos neste Edital.
- * Fornecer todos os elementos e informações indispensáveis à execução dos serviços contratados.

As propostas iniciais e documentos de habilitação deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme data e horário:

PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Até dia 30/06/2020 às 07h55min.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 30/06/2020 às 08h00min.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócoli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Contato: pelo telefone 49 3555-8707 e 3555-8769 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

Capinzal/SC, 15 de junho de 2020.

**IVAIR LOPES RODRIGUES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
MUNICÍPIO DE CAPINZAL**

PMC CONTRATO 0085M

Publicação Nº 2523474

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº...: 0085/2020 M</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: HIDRAOURO SOLUCOES EM INSTALACOES HIDRAULICAS LTDA</p> <p>Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 31/12/2020</p> <p>Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 25/2020</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para prestação de serviços de Hidráulica e Elétrica, para manutenção das atividades desenvolvidas pelas Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIAS: R\$ 74.375,20</p> <p>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: R\$ 17.994,00</p> <p>FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL: R\$ 11.996,00</p> <p>FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES: R\$ 1.499,50</p> <p>FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE: R\$ 5.998,00</p>	

PMC CONTRATO 0086M

Publicação Nº 2523480

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº...: 0086/2020 M</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: TOP LAR SERVICOS E COMERCIO LTDA</p> <p>Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 31/12/2020</p> <p>Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 25/2020</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para prestação de serviços de Hidráulica e Elétrica, para manutenção das atividades desenvolvidas pelas Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIAS: R\$ 85.988,40</p> <p>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: R\$ 17.504,00</p> <p>FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL: R\$ 8.752,00</p> <p>FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES: R\$ 1.094,00</p> <p>FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE: R\$ 4.376,00</p>	

PMC TA 002/2020 C320

Publicação Nº 2524178

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Aditivo Nº : TA 002/2020 C320 - Contrato Nº: 0320/2019</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.</p> <p>Valor : 0,00 (zero)</p> <p>Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 14/08/2020</p> <p>Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 19/2019</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência contratual para 60 dias, findando em 14/08/2020, tendo em vista a ocorrência de fatos não previstos inicialmente no contrato, conforme solicitação da Secretaria competente, Parecer Jurídico nº 149/2020 e demais documentos anexados ao Processo Licitatório</p>	
Capinzal, 15 de Junho de 2020	

PMC TA 005/2020 C322

Publicação N° 2524024

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo N° : TA 006/2020 C322 - Contrato N°: 0322/2019 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: D & LB - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		
Valor : 0,00 (zero)		
Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 10/12/2020		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 95/2019		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é a REVISÃO DE VALORES, visando o equilíbrio econômico financeiro, nos termos da lei 8.666/93, considerando a porcentagem de variação dos preços dos produtos, alterando o valor do Item do Contrato da seguinte forma: GASOLINA COMUM: R\$ 3,59 (três reais e cinquenta e nove centavos).		
Salienta-se que o Presente Termo Aditivo contempla o Município de Capinzal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e a Fundação Municipal de Esportes.		
Capinzal, 15 de Junho de 2020		

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**PORTARIA N º 48/2020/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 2524696

PORTARIA Nº 048/2020/SIMAE-CAO, de 10 de junho de 2020.

Reeestabelece horário normal de funcionamento na Autarquia. O Diretor Geral do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei, considerando o Decreto Municipal nº 82, de 09 de junho de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica reestabelecido o horário normal de funcionamento na Autarquia, sendo das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, com exceção aos setores e/ou servidores que realizam suas atividades em escalas de trabalho.

Art. 2º. Os atendimentos aos usuários preferencialmente devem ser realizados através de telefone, watts app, e-mail, site, e quando executados de forma presencial é obrigatória a observância das regras de enfrentamento do Covid-19.

Art. 3º. Enquanto perdurar a situação de emergência, admitir-se-ão documentos e/ou solicitações scaneados e/ou remetidos através dos canais on-line de comunicação, de modo a limitar o deslocamento de usuários e/ou servidores.

Art. 4º. No exercício das atividades todos os servidores devem fazer uso constante de álcool no registro do ponto, na entrada e nos locais de permanência de trabalho, manter distância mínima de 1,5 metros de pessoas, fazer uso de máscaras de proteção, evitar aglomerações, bem como manter os ambientes devidamente ventilados, no caso de trabalho em salas e ambientes fechados;

Art. 5º. Os servidores que por ventura apresentarem febre e sinais e sintomas respiratórios (tosse, coriza, falta de ar) devem comunicar imediatamente o setor de Recursos Humanos, devendo afastar-se das atividades.

Art. 6º. Os servidores que se enquadrarem no grupo de risco, definidos pela legislação estadual e/ou municipal devem comunicar o setor de Recursos Humanos, apresentar a comprovação e, afastar-se das atividades, permanecendo em suas residências, sob o regime excepcional de trabalho remoto.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

PORTARIA N º 49/2020/SIMAE-CAO

Publicação Nº 2524697

PORTARIA Nº 049/2020/SIMAE-CAO, de 12 de junho de 2020.

Concede Licença Maternidade a servidora que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 12 de junho de 2020 até 08 de dezembro de 2020, a servidora PATRÍCIA HUTHER ZAMBÃO, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, padrão 05, nível 01, ref. A.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com vigência a partir de 12 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Sidnei Penzo

Diretor Geral

Catanduvras

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2020 FMS - PREGÃO Nº 0006/2020 FMS

Publicação Nº 2524624

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2020 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2020 – FMS

Objeto: Contratação empresas para fornecimento de equipamentos e materiais para serem utilizados em acupuntura, visando necessidade do setor de Fisioterapia do município de Catanduvras - SC.

Abertura das Propostas: 08h45min do dia 29 de junho de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 15 de junho de 2020, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Maiores Informações: das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail licitacao@catanduvras.sc.gov.br

Catanduvras – SC, 15 de junho de 2020.

Ely Terezinha Magnabosco Moterle
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2020

Publicação Nº 2524626

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2020

Objeto: Registro de Preço visando a contratação de empresa especializada em sinalização viária, fornecimento, instalação, implantação e prestação de serviço, conforme necessidade da Secretaria de Infraestrutura do município de Catanduvras - SC.

Abertura das Propostas: 08h40min do dia 26 de junho de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 15 de junho de 2020, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Maiores Informações: das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail licitacao@catanduvras.sc.gov.br

Catanduvras – SC, 15 de junho de 2020.

Márcia Pasqualli
Secretária Municipal de Infraestrutura

CONTRATO PMC Nº 0037/2020

Publicação Nº 2524617

EXTRATO DE CONTRATO PMC Nº 0037/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS - SC
CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural, descritas no Plano Anual de Trabalho para o ano de 2020 no município de Catanduvras - SC.

Vigência do Contrato: 01/06/2020 a 31/12/2020

Valor Contratual: R\$ R\$ 22.383,83 (vinte dois mil trezentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos)

Dotação Orçamentária:
71 - 05.003.20.606.0010.2024 – Recursos ordinários

Catanduvas – SC, 15 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

CONTRATO PMC Nº 0038/2020

Publicação Nº 2524618

EXTRATO DE CONTRATO PMC Nº 0038/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0012/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
CONTRATADA: MECÂNICA TREVO LTDA

Objeto: Contratação de empresa para conserto de caminhão Volkswagen 24.280 CRM 6x2, placa MCU-7230, visando a necessidade da Secretaria de Infraestrutura do município de Catanduvas - SC.

Vigência do Contrato: 15/06/2020 a 15/09/2020

Valor Contratual: R\$ 4.636,00 (quatro mil seiscentos e trinta e seis reais)

Dotação Orçamentária:
Despesa 60/2020 – Manutenção Serviços Urbanos
05.002.15.452.0008.2021

Catanduvas – SC, 15 de junho de 2020.

Márcia Pasqualli
Secretária Municipal de Infraestrutura

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0039/2019

Publicação Nº 2524627

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0039/2019

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC E A EMPRESA EDITORA APRENDE BRASIL LTDA, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO EDUCACIONAL DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0066/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0044/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435 - Centro, Catanduvas - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, doravante denominada CONTRATANTE.

CONTRATADA: EMPRESA EDITORA APRENDE BRASIL LTDA, com sede na rua Senador Accioly Filho, nº 431, Cidade Industrial, no município de Curitiba-PR, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 79.719.613/0001-33, neste ato representada pelo Sr. Lucas Raduy Guimarães, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 29 de abril de 2019.

CONSIDERANDO a solicitação de REAJUSTE pela EMPRESA EDITORA APRENDE BRASIL LTDA;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a prestação dos serviços do contrato supramencionado por interesse da Administração Municipal;

CONSIDERANDO o previsto no item 12.1 do Edital supracitado.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Reajustar em R\$ 3.081,66 (três mil oitenta e um reais e sessenta e seis centavos), que corresponde a 3,27% (três vírgula vinte e sete por cento) do valor do contrato supramencionado - Referente ao IGP-DI/FGV acumulado entre 30 de abril de 2019 a 29 de abril de 2020;

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 15 de junho de 2020.

Testemunhas:

Celso Ramos**PREFEITURA****ADITIVO 2/2020 - CONTRATO CONSULTORIA CIVIL**

Publicação Nº 2523867

MINUTA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO E VALOR DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº 42/2019

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA AJA ASSESSORIA E PROJETOS LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente aditivo de quantitativo e valor tem por objeto a contratação de pessoa jurídica habilitada para prestar serviços de assessoria, fiscalização e acompanhamento de projetos e obras firmadas através de convênios federais e estaduais, cadastramento e acompanhamento de propostas no governo federal, siconv, simec, sigob, cisama e fundam, envolvendo serviços na área de engenharia civil, serviços de elaboração de projetos arquitetônicos, projeto estrutural, projeto elétrico baixa tensão, projeto hidráulico e projeto sanitário, projetos preventivos de incêndio conforme normas e lei estadual de prevenção contra incêndios e maquetes eletrônicas em visualização 3d, projeto de pavimentações conforme normas abnt, para o município de Celso Ramos pelo período de 6 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é objeto do Processo Licitatório nº 15/2019 Pregão Presencial nº 09/2019 e será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela prestação do serviço objeto deste termo aditivo, correspondente aos meses de junho de 2020 a dezembro de 2020, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia mensal de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), totalizando a quantia de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais.).

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 09 de junho de 2020.

.....
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante.....
Aja Assessoria e Projetos
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TEMPO 84/2019

Publicação Nº 2524468

MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE TEMPO DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº 84/2019

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA JTS COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente aditivo de tempo tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra, visando a pavimentação em pedras nas ruas: Joana Agnelli Grassi, Pedro Grassi, Hugo Capeler, Francisco Grassi, Ferdinando Burigo, Artur de Mattia, Aquiles Pelozatto e José Ferri, referentes aos serviços ainda não executados.

CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é decorrente do Processo Licitatório n. 34/2019 Pregão Presencial n. 20/2019 e será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº. 8.666/1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela prestação do serviço objeto deste termo aditivo de tempo, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia de R\$ 74.829,24 (setenta e quatro mil oitocentos e vinte e nove reais e vinte quatro centavos), correspondente aos serviços ainda pendentes e não executados.

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 15 de junho de 2020.

.....
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante

.....
JTS Comércio de Materiais
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

EDITAL 31/2020

Publicação N° 2524404

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL TOMADA DE PREÇOS 04/2020
PROCESSO: 31/2020

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de TOMADA DE PREÇOS: 04/2020, tipo MENOR PREÇO POR GLOBAL objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E CICLOVIA NA SC135 – TRECHO DE 900M, ATENDENDO O CONTRATO DE REPASSE OGU N° 889091/2019 – OPERAÇÃO: 1065671-67 – PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE E MEIO AMBIENTE.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 02/07/2020, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 16 de junho de 2020.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA EDITAL 30/2020

Publicação N° 2523863

ERRATA - EDITAL DE LICITAÇÃO 30/2020 TOMADA DE PREÇOS: 03/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM TRECHO DA AVENIDA DOM DANIEL HOSTIN, DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, ATENDENDO O CONVENIO DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS (FUNDAM) N° 884651/2019 - OPERAÇÃO: 1065305-12, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRE

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município RETIFICA o Edital do Pregão em epígrafe nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

O recebimento dos envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e 02 POPOSTA COMERCIAL, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 14:00 horas do dia 24 de JUNHO DE 2020, a serem entregues na Sala de Licitações da Prefeitura de Celso Ramos, situada no endereço acima mencionado.

LEIA-SE:

O recebimento dos envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e 02 POPOSTA COMERCIAL, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 14:00 horas do dia 25 de JUNHO DE 2020, a serem entregues na Sala de Licitações da Prefeitura de Celso Ramos, situada no endereço acima mencionado.

Celso Ramos, 15 de junho de 2020

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 38.978, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524078

DECRETO Nº. 38.978, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Abre Crédito Orçamentário pelo Excesso de Arrecadação, no Orçamento programa de 2020.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autORIZAÇÃO contida na Lei Municipal nº 7.313/19 de 02 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

1 - Prefeitura Municipal de Chapecó	271.672,92
3000 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	
3003 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ	271.672,92
Despesa 417-4 - Administração-123 - Administração Financeira-102- 503.3.90.00.0090 - Aplicações Diretas	
1530 - COVID-19 - Recursos transf. da União sem destinação específica - inciso II LC 173	271.672,92
2 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó	32.710.104,58
21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	
21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	32.710.104,58
Despesa 294-10 - Saúde-301 - Atenção Básica-107-6053.3.90.00.0090 - Aplicações Diretas	
1380 - 38 Transferências do Sist Unico de Saúde - SUS União 195.1.38.	6.452.824,05
Despesa 419-10 - Saúde-301 - Atenção Básica-107-6053.1.90.00.0090 - Aplicações Diretas	
1520 - COVID-19 - Recursos transf. União destinados a ações de Saúde e Ass. - inciso I LC 173	2.553.353,25
Despesa 420-10 - Saúde-301 - Atenção Básica-107-6053.1.90.00.0090 - Aplicações Diretas	
1530 - COVID-19 - Recursos transf. da União sem destinação específica - inciso II LC 173	23.703.927,28
6 - Fundo Municipal de Assistência Social de Chapecó	638.338,31
42000 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	
42042 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	638.338,31
Despesa 418-8 - Assistência Social-241 - Assistência ao Idoso-104-9013.1.90.00.0090 - Aplicações Diretas	
1520 - COVID-19 - Recursos transf. União destinados a ações de Saúde e Ass. - inciso I LC 173	638.338,31

Art. 2º. Para atendimento do Crédito Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso acima relacionada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 08 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.979, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524080

DECRETO Nº. 38.979, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 101/2020 - Revirada Cultural 2020, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Ficam nomeados os membros da Comissão de Seleção composta por servidores efetivos da Secretaria de Cultura para análise dos projetos inscritos na categoria de seleção pela SECUL, conforme a alínea "b" do item 6.1 do Edital de Chamamento Público nº. 101/2020 - Revirada Cultural 2020, conforme abaixo:

I - Comissão Artes Visuais:

a) Aryana Lúcia Rech;

b) Ricardo de Pelegrin.

II – Comissão Audiovisual:

- a) Augusto Zeiser;
- b) Manolo Augusto Kottwitz.
- III – Comissão Dança:
 - a) Damiana Fernandes de Melo;
 - b) Jucineia Zantedeschi Campagnolo .
- IV – Comissão Livro, Leitura e Literatura:
 - a) Caroline Miotto Pecini;
 - b) Grasieli Canelles Bernardi.
- V – Comissão Música:
 - a) Douglas da Costa Rufatto;
 - b) Jakson Ronaldo Kreuz.
- VI – Comissão Patrimônio Cultural Material e Imaterial:
 - a) Aline Tavares da Silva;
 - b) Daniel Dalla Zen.
- VII – Comissão Teatro/Circo:
 - a) Damiana Fernandes de Melo;
 - b) Manolo Augusto Kottwitz.

Art. 2º. Ficam nomeados os membros da Comissão de Seleção composta por agentes culturais representantes das setoriais e aprovados pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais de Chapecó, para análise dos projetos inscritos na categoria de seleção pela setorial, conforme a alínea "a" do item 6.1 do Edital de Chamamento Público nº 101/2020 - Revirada Cultural 2020, conforme abaixo:

- I - Comissão Artes Visuais:
 - a) Angélica Luersen;
 - b) Aracéli Nichelle;
 - c) Daiana Schavartz;
 - d) Deise Cristiane de Luca;
 - e) Eder José Minetto;
 - f) Fábio Vieira;
 - g) Rodrigo Cardoso dos Santos.
- II – Comissão Audiovisual:
 - a) Julherme José Pires;
 - b) Taulan Cesco.
- III – Comissão Dança:
 - a) Gandhi Tabosa;
 - b) Victor Vasconcelos .
- IV – Comissão Livro, Leitura e Literatura:
 - a) Jovani dos Santos;
 - b) Sintia Brum.
- V – Comissão Música:
 - a) André Knoener;
 - b) Roselaine Vinhas.
- VI – Comissão Patrimônio Cultural Material e Imaterial:
 - a) Aline Tavares da Silva;
 - b) Daniel Dalla Zen.
- VII – Comissão Teatro/Circo:
 - a) Fernando Martin Perri;
 - b) Josiane Aline Geroldi;
 - c) Manon Alves Almeida.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.980, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524081

DECRETO Nº. 38.980, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre prorrogação do mandato dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,
CONSIDERANDO o Ofício 005/2020, de 02 de junho de 2020 do Conselho Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO o memorando 18.218/2020;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº. 0721/2020 da Procuradoria Geral do Município de Chapecó;

CONSIDERANDO a pandemia caracterizada como emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19),

DECRETA :

Art. 1º. Fica prorrogado, excepcionalmente, no período de 06 de junho de 2020 a 26 de julho de 2020, o mandato dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Gestão 2018/2020, nomeados pelo Decreto Municipal nº. 35.541, de 06 de junho de 2018 e suas alterações posteriores.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.981, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524083

DECRETO Nº. 38.981, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre prorrogação do mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,
CONSIDERANDO o Ofício 019/2020-CMDCA, de 02 de junho de 2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO o memorando 17.573/2020;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº. 0722/2020 da Procuradoria Geral do Município de Chapecó;

CONSIDERANDO a pandemia caracterizada como emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19),

DECRETA :

Art. 1º. Fica prorrogado, excepcionalmente, no período de 24 de julho de 2020 a 24 de outubro de 2020, o mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Gestão 2018/2020, nomeados pelo Decreto Municipal nº. 35.625, de 23 de julho de 2018 e suas alterações posteriores.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.982, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524085

DECRETO Nº. 38.982, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre concessão de licença para o desempenho de mandato classista.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e ainda o que estabelece o artigo 79 da Lei Complementar nº. 130/01,

DECRETA :

Art. 1º. Fica concedida, a pedido, licença para o desempenho de mandato classista junto ao Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Chapecó e Região - SITESPM-CHR, à servidora pública municipal MARIA APARECIDA DA ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor com Licenciatura Curta, no período de 01 de junho de 2020 a 31 de maio de 2024.

§ 1º. Não caberá ao Município o ônus decorrente do pagamento da remuneração da servidora descrita no caput do presente artigo, enquanto licenciada.

§ 2º. Nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº. 131, de 5 de dezembro de 2001, a servidora descrita no caput deste artigo continuará a recolher, compulsoriamente, sua contribuição e o da empregadora ao Sistema Municipal de Previdência, sendo computado para efeito de aposentadoria o tempo de duração da respectiva licença.

§ 3º. Os valores a serem recolhidos pela servidora descrita no caput deste artigo serão de 11% (onze por cento) da parte do servidor e 26,2% (vinte e seis vírgula dois por cento) da parte empregadora, calculado sobre o total da remuneração da servidora.

§ 4º. O não recolhimento das contribuições acarretará no cancelamento da referida licença, imediatamente ao mês do não recolhimento.
§ 5º. Os recolhimentos deverão ser efetuados através de boleto bancário, emitido pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão.
§ 6º. A servidora descrita no caput deste artigo deverá, necessariamente, encaminhar o comprovante do depósito a Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão até o décimo dia útil do mês.
§ 7º. A servidora descrita no caput deste artigo responsabilizar-se-á em manter atualizado, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, endereço completo para contato.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.983, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524087

DECRETO Nº. 38.983, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre concessão de licença para o desempenho de mandato classista.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e ainda o que estabelece o artigo 79 da Lei Complementar nº. 130/01,

DECRETA :

Art. 1º. Art. 1º. Fica concedida, a pedido, licença para o desempenho de mandato classista junto ao Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Chapecó e Região - SITESPM-CHR, à servidora pública municipal MARCIA MARIA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, no período de 01 de junho de 2020 a 31 de maio de 2024.

§ 1º. Não caberá ao Município o ônus decorrente do pagamento da remuneração da servidora descrita no caput do presente artigo, enquanto licenciada.

§ 2º. Nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº. 131, de 5 de dezembro de 2001, a servidora descrita no caput deste artigo continuará a recolher, compulsoriamente, sua contribuição e o da empregadora ao Sistema Municipal de Previdência, sendo computado para efeito de aposentadoria o tempo de duração da respectiva licença.

§ 3º. Os valores a serem recolhidos pela servidora descrita no caput deste artigo serão de 11% (onze por cento) da parte do servidor e 26,2% (vinte e seis vírgula dois por cento) da parte empregadora, calculado sobre o total da remuneração da servidora.

§ 4º. O não recolhimento das contribuições acarretará no cancelamento da referida licença, imediatamente ao mês do não recolhimento.

§ 5º. Os recolhimentos deverão ser efetuados através de boleto bancário, emitido pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão.

§ 6º. A servidora descrita no caput deste artigo deverá, necessariamente, encaminhar o comprovante do depósito a Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão até o décimo dia útil do mês.

§ 7º. A servidora descrita no caput deste artigo responsabilizar-se-á em manter atualizado, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, endereço completo para contato.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.984, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524088

DECRETO Nº. 38.984, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre concessão de licença para o desempenho de mandato classista.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e ainda o que estabelece o artigo 79 da Lei Complementar nº. 130/01,

DECRETA :

Art. 1º. Fica concedida licença para o desempenho de mandato classista junto ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Chapecó e Região – SITESPM-CHR, ao servidor público municipal CESAR ROGÉRIO FEITOSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Eletricista, no período de 01 de junho de 2020 a 31 de maio de 2024.

§ 1º. Não caberá ao Município o ônus decorrente do pagamento da remuneração do servidor descrito no caput do presente artigo, enquanto

licenciada.

§ 2º. Nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº. 131, de 5 de dezembro de 2001, o servidor descrito no caput deste artigo continuará a recolher, compulsoriamente, sua contribuição e o da empregadora ao Sistema Municipal de Previdência, sendo computado para efeito de aposentadoria o tempo de duração da respectiva licença.

§ 3º. Os valores a serem recolhidos pelo servidor descrito no caput deste artigo serão de 11% (onze por cento) da parte do servidor e 26,2% (vinte e seis vírgula dois por cento) da parte empregadora, calculado sobre o total da remuneração da servidora.

§ 4º. O não recolhimento das contribuições acarretará no cancelamento da referida licença, imediatamente ao mês do não recolhimento.

§ 5º. Os recolhimentos deverão ser efetuados através de boleto bancário, emitido pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão.

§ 6º. O servidor descrito no caput deste artigo deverá, necessariamente, encaminhar o comprovante do depósito a Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão até o décimo dia útil do mês.

§ 7º. O servidor descrito no caput deste artigo responsabilizar-se-á em manter atualizado, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, endereço completo para contato.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 7.369, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524092

LEI Nº. 7.369, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Denomina quadra esportiva localizada no Loteamento Realeza, no bairro Seminário, nesta cidade de Chapecó.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Quadra Esportiva Eronilda Anselmini Padilha de Oliveira, a que está localizada na anexa à Escola Municipal Realeza do Loteamento Realeza, no Bairro Seminário, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 10 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N° 25/PMCS/2020 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação N° 2524226

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 45/PMCS/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 25/PMCS/2020 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de Preços para contratações de SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS por quilômetro rodado, com ônibus, micro-ônibus e vans, intermunicipal e interestadual, no atendimento ao Município de Cocal do Sul-SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento dos envelopes: Até às 08h45min do dia 26/06/2020.

Abertura: Dia 26/06/2020, às 09h.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, n° 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 15 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2020 -PMC

Publicação Nº 2524444

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) para execução de obra de pavimentação asfáltica das ruas Nossa Senhora de Lurdes, no Bairro da Gruta, e ruas Angelo Balena e Luiz Vivan, no Bairro Parque de Exposições, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e, posteriores alterações, comunicamos às licitantes participantes do processo licitatório em epígrafe que a licitante: KOPAV – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA EPP, interpôs na data de 04 de junho de 2020, RECURSO ADMINISTRATIVO. Desejando, V. Sª.s poderão impugná-los, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 15 de junho de 2020.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da CPL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 32/2020

Publicação Nº 2524401

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 32/2020

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar, no valor de R\$ 20.912,34 (vinte mil novecentos e doze reais e trinta e quatro centavos).

Concórdia SC, 09 de junho de 2020.

ENORI ANTONIO BOLSI.
Secretário Municipal da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 02/2020**

Publicação Nº 2523619

PROCESSO Nº 2/2020

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 2/2020

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia, para fiscalização, acompanhamento e elaboração de relatório de medição da obra de reforma do prédio da sede da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

TIPO: Menor Preço Global

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 06/07/2020

HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 16h00min.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA:

ATÉ 09/07/2020

HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 10h00min.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES PROPOSTA:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 09/07/2020

HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 10h00min.

INICIO DA SESSÃO: dia 09.07.2020, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: WWW.cvc.sc.gov.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 – Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2500.

Concórdia SC, 15 de junho de 2020.

MAURO ACIR FRETTE

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 60/2020

Publicação Nº 2524437

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme abaixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 23/2020

JULGAMENTO: Menor preço global

PROCESSO: 60/2020.

SOLICITANTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E PLANTIO DE GRAMA E DE PLANTAS, PARA PAISAGISMO DAS RODOVIAS EMCA-020 E EMCA-211.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira e a Equipe de Apoio declara vencedora a empresa: NILSON SECHTIG ME no valor total R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 15 de Junho de 2020.

ADRIANA DE CEZARO MORESCO

Pregoeira

PORTARIA Nº 251/2020

Publicação Nº 2523721

PORTARIA Nº 251/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde a servidora municipal Sra. MIRIAN LAIS GUOLO, matrícula nº 1368801, ocupante do cargo de Agente de Combate às Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 15 de junho de 2020.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Vice-Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 252/2020

Publicação Nº 2524656

PORTARIA Nº 252/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor municipal Sr. Rafael Antonio Gil Mello Gomes, matrícula nº

1369301, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 15 de junho de 2020.

ALTEMIR PEDERSSETTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 54/2020

Publicação Nº 2524612

PORTARIA Nº 054, DE 15 DE JUNHO DE 2020

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ARDUINO NARDINO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA – SC, no uso de suas das atribuições legis,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Servidora Sra. Roberta Nogueira Silveira, ocupante do cargo de Procuradora Jurídica, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2019 a 02/06/2020, que serão gozadas no período de 13/07/2020 a 22/07/2020.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago, juntamente com a folha de pagamento do mês de junho de 2020.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta – SC, 15 de junho de 2020.

Registrada e Publicada em data supra.

Arduino Nardino
Presidente da Câmara Municipal

Ciente em: ____/____/2020

Coronel Freitas

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 28/2020

Publicação Nº 2524054

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

Objeto: Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PONTES, RÓTULAS E CONSTRUÇÃO DE FAIXAS DE PEDESTRES ELEVADAS, conforme relação e especificações constantes no Anexo "D" do Edital.

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020 MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através da Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações no edital do Processo Licitatório nº. 45/2020, Edital de Pregão Presencial nº 28/2020.

1 – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS:

0.1 – DAS ALTERAÇÕES DO ITEM 1:

1.1.1 O item 1 do anexo "D" do edital de licitação passa a ter a seguinte redação:

SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA LAVAGEM, REMOÇÃO DE ENTULHO E PINTURA MANUAL DE PONTES COM COLOCAÇÃO DE FAIXAS REFLETIVAS, FAIXAS DE PEDESTRE, LOMBADAS, 45º GRAUS, DIZERES NA PISTA, COM TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE E MICRO ESFERA DE VIDRO.

APRESENTAR ATESTAO DE CONFORMIDADE NR 13 ABNT NBR 12274 E LAUDOS DA TINTA ABNT NBR 11862.

1.1.2. No que tange ao quantitativo, fica determinado o aumento da quantia para 10.000m².

1 – DA PROPOSTA COMERCIAL:

2.1 – Deverá ser apresentado, juntamente com a proposta comercial o atestado de conformidade NR 13 ABNT NBR 12274 e laudos da tinta ABNT NBR 11862.

2 – DA EXCLUSÃO DE ITENS

Fica revogado deste processo licitatório os itens 2 e 3, por ter sido constatado desconformidades em suas descrições e por isso não atenderão a necessidade da administração pública.

3 – DATA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08H30MIN DO DIA 26/06/2020.

4 - DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de Pregão Presencial nº 28/2020.

Coronel Freitas-SC, 15 de junho de 2020.

IZEU JONAS TOZETTO
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº 091/2020

Publicação Nº 2524315

PORTARIA Nº. 091 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidora abaixo relacionada, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 15 de Junho de 2020 á 14 de Julho de 2020.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Cleusa Menegat Belatto	Agente de Combate a Endemias	02/06/2018 á 01/06/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 15 de Junho de 2020.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO N° 28/2020 PMCP

Publicação N° 2524355

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 28/2020 – PREFEITURA
TOMADA DE PREÇOS

Objeto:
CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) PRAÇA NO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL LUIZ CLAUDIO MADRUGA, NO BAIRRO PEREIRA ALVES. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. Menor Preço Global. Abertura dos envelopes: 01.07.2020 às 09:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 15 de junho de 2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 2331/2020**

Publicação Nº 2524166

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****LEI Nº 2331/2020**

**DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO E O PAGAMENTO
DO SUBSÍDIO DE PREFEITO, DE VICE-PREFEITO
E DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A
LEGISLATURA 2021 A 2024, NO MUNICÍPIO DE
CORREIA PINTO SC.**

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO,
no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente o artigo 55, inciso IV, da LOM,
sanciona a presente LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, no município de Correia Pinto, é fixado de acordo com os seguintes valores:

I – Prefeito: R\$19.781,18 (dezenove mil e setecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos);

II – Vice-Prefeito: R\$13.056,88 (treze mil e cinquenta e seis centavos e oitenta e oito centavos).

III - Secretários Municipais: R\$6.666,94 (seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos).

§ 1º No caso de substituição do Prefeito, durante seus impedimentos legais, licenças e ausências, o Vice-Prefeito receberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no inciso I.

§ 2º Até o dia 20 de dezembro de cada ano, o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais receberão gratificação natalina em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal.

§ 3º As férias do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais observarão as seguintes regras:

I –serão gozadas em períodos de 30 dias, a partir de 1º de janeiro de 2022;

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 1

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Lucia Raquel Rodrigues Ortiz - 97334316991)
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/ceer>, informe o código: 2006151517425B650



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO



II - serão remuneradas com adicional de um terço, sobre o valor do respectivo subsídio mensal;

III - as férias equivalentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, se não forem gozadas serão indenizadas.

§ 4º É facultado, ao Prefeito, quando for servidor titular de cargo, emprego e função, optar pela sua remuneração de origem.

Art. 2º O valor do subsídio mensal de Prefeito, de Vice-Prefeito e de Secretários Municipais será anualmente revisado com o mesmo índice e na mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

Parágrafo único. No ano de 2021, a revisão do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais será proporcional ao número de meses computados do mês de janeiro até o mês da revisão geral anual dos servidores do município.

Art. 3º O valor do subsídio mensal de Prefeito e de Vice-Prefeito não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único. A revisão prevista no art. 2º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem.

Art. 4º O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras previstas na legislação federal previdenciária.

Parágrafo único. No caso de o Prefeito, de Vice-Prefeito ou de Secretários Municipais ser titular de cargo efetivo, a contribuição será feita para o respectivo Regime Próprio de Previdência Social, observadas as regras da legislação previdenciária aplicável ao caso.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 2

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Lucia Raquel Rodrigues Ortiz - 97334316991)
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 2006151517425B650



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO



Art. 6º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Correia Pinto, 15 de junho de 2020.

Lucia Raquel Rodrigues Ortiz
Presidente

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 3

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Lucia Raquel Rodrigues Ortiz - 97334316991)
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 2006151517425B650

LEI N° 2332/2020

Publicação N° 2524170

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****LEI N° 2332/2020**

**DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO
MENSAL DOS VEREADORES DA CÂMARA
MUNICIPAL DE CORREIA PINTO SC, PARA O
PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE
DEZEMBRO DE 2024.**

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente o artigo 55, inciso IV, da LOM, sanciona a presente LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Correia Pinto SC, no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, é fixado no valor de R\$7.730,10 (sete mil e setecentos e trinta reais e dez centavos).

§ 1º Até o dia 20 de dezembro de cada ano, os Vereadores receberão gratificação natalina em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal.

§ 2º É facultado ao Vereador, quando for servidor titular de cargo, emprego e função:

I - perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função cumulativamente com o subsídio mensal de Vereador previsto no caput deste artigo, desde que haja compatibilidade de horários;

II - optar pela sua remuneração de origem.

§ 3º Em razão da representação do Poder Legislativo Municipal e da sua responsabilidade como gestor da Câmara, o Vereador que exercer a Presidência receberá em parcela única um subsídio mensal equivalente a 50% a mais do que o subsídio do vereador.

§ 4º O Vice-Presidente, Primeiro-Secretário ou Segundo-Secretário, nas hipóteses previstas no Regimento Interno da Câmara, no caso de substituírem o Presidente, em seus

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 1

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Lucia Raquel Rodrigues Ortiz - 97334316991)
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/ceer>, informe o código: 20061515160742950



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO



impedimentos legais, licenças e ausências, perceberão proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no § 3º deste artigo.

Art. 2º O valor do subsídio mensal dos Vereadores será anualmente revisado com o mesmo índice e na mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

§ 1º No ano de 2021, a revisão do subsídio dos Vereadores será proporcional ao número de meses computados de janeiro até o mês da revisão geral anual dos servidores do município.

§ 2º Na hipótese de o índice da revisão geral anual agregar ao subsídio mensal dos Vereadores valor que supere um dos tetos remuneratórios constitucionalmente previstos, haverá o respectivo congelamento.

Art. 3º O valor do subsídio mensal dos Vereadores não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único. A revisão prevista no art. 2º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem.

Art. 4º A ausência injustificada de Vereador, observados os critérios regimentais para essa caracterização, determinará os seguintes descontos do valor de seu subsídio mensal:

- I - R\$ 1.000,00, (mil reais) por ausência de sessão plenária ordinária;
- II – R\$ 350,00 (trezentos reais), por ausência em reunião de comissão;

Art. 5. Os subsídios pagos não poderão ultrapassar:

- I - individualmente para cada Vereador a remuneração do Prefeito Municipal;
- II - anualmente, no seu somatório, a 5% (cinco por cento) da receita municipal.

Art. 6º O suplente de Vereador, quando convocado, receberá subsídio mensal,

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 2

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Lucia Raquel Rodrigues Ortiz - 97334316991)
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/ceer>, informe o código: 20061515160742950



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO



gratificação natalina, nos termos previstos nesta Lei, de forma proporcional ao período de tempo que permanecer na titularidade do cargo, independentemente do número de sessões plenárias e de reuniões de comissão que participar.

Art. 7º A convocação de sessão plenária extraordinária ou de sessão solene não produzirá remuneração adicional ou direito de pagamento de verba indenizatória aos Vereadores.

Art. 8º Os Vereadores contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras previstas na legislação federal previdenciária.

§ 1º No caso de o Vereador ser titular de cargo efetivo, a contribuição será feita para o respectivo Regime Próprio de Previdência Social, observadas as regras da legislação previdenciária aplicável ao caso.

§ 2º Na hipótese do inciso I do § 2º do art. 1º desta Lei, havendo acúmulo de remuneração, o Vereador contribuirá, observada a respectiva legislação previdenciária:

I – para o Regime Geral da Previdência Social, com incidência sobre o valor do subsídio mensal pago pela Câmara;

II – para o Regime Próprio de Previdência Social, com incidência sobre o valor da sua remuneração de origem.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Correia Pinto, 15 de junho de 2020.

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 3

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Lucia Raquel Rodrigues Ortiz - 97334316991)
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 20061515160742950



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO



Lucia Raquel Rodrigues Ortiz
Presidente

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 4

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Lucia Raquel Rodrigues Ortiz - 97334316991)
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/ceer>, informe o código: 20061515160742950

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1952/2020

Publicação Nº 2524162



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº 1952/2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2407/2020 de 09 de junho de 2020,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais até o limite do valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)

Código	Classificação	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
002	DIVISÃO DE FINANÇAS	
0004.0122.0009.2039	CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33393000000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	R\$ 9.500,00
274	Referência Dotação	
TOTAL R\$		9.500,00

Art. 2 - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
002	DIVISÃO DE FINANÇAS	
0004.0122.0009.2039	CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33371000000000000000	Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 5.000,00
59	Referência Dotação	
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
002	DIVISÃO DE FINANÇAS	
0004.0122.0009.2039	CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33171000000000000000	Transf. a Consórcios Públicos	R\$ 4.500,00
171	Referência Dotação	
TOTAL R\$		9.500,00

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de junho de 2020.

JOAO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 017/2020 PROCESSO SELETIVO 006/2020

Publicação Nº 2524145

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 017/2020
PROCESSO SELETIVO 006/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei complementar nº 014/09, de 15 de novembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os candidatos aprovados do Processo Seletivo Público do Edital Nº 006/2020 para que se dirijam a Prefeitura Municipal de Corupá no setor de Recursos Humanos, conforme tabela abaixo, para tratarem de assunto(s) referente(s) à(s) Contratação(es) Temporária(s) do ano de 2020.

Informamos que o(s) candidato(s) convocado(s) por este Edital que não comparecerem serão considerados desistentes e eliminados, sendo substituídos pelo próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Conforme o EDITAL Nº 006/2020 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, nos itens:

5.4. O candidato, após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 05 (cinco) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

O candidato aprovado no seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

5.5. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Corupá, até a data estabelecida, conforme item 5.4 será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

5.6. A inobservância do subitem 5.4 implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

Serão contratados apenas os candidatos habilitados conforme as vagas disponibilizadas na tabela abaixo. Os demais classificados continuarão no aguardo de nova publicação de edital de chamamento.

A apresentação dos candidatos para cada área obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com a data e horário abaixo:

CARGO	VAGAS DISPONÍVEIS	DIA	HORÁRIO	CONVOCADOS
Médico Clínico Geral 20 horas	2	17/06/2020	09:00	Classificado nº 03 ao nº 04

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina,
aos 16 dias do mês de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

LEI Nº 2.407 DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523724

LEI Nº 2.407 DE 09 DE JUNHO DE 2020
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Especiais até o limite do valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000 03.002 004.122.0009.2039 3.3.93.00.00.00.00	0.1.00.00	Secretaria de Administração e Fazenda Divisão de Finanças Consórcio de Informática na Gestão Municipal Aplicação Direta Decorrente de Oper. Entre Órgãos	9.500,00
TOTAL			9.500,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes

dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
03.002		Divisão de Estradas e Rodagem	
004.122.0009.2039	0.1.00.00	Pavimentação e Conservação da Área Urbana	4.500,00
3.1.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Transfêrencias a Consórcios Públicos	4.500,00
3.3.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Transfêrencias a Consórcios Públicos	500,00
3.3.71.00.00.00.00		Transfêrencias a Consórcios Públicos	
		TOTAL	9.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
16 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos nove dias do mês de junho de 2020.

PORTARIA Nº 5691/2020

Publicação Nº 2524662

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo RH n. 009/2020

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar para apurar fatos registrados nos Boletins de Ocorrências Nº 421.2019.0001611, Nº 421.2019.0001619 e Nº 421.2019.0001625 nos dias 20 e 22/11/2019 e denúncia nº 1224581 registrada no dia 25/11/2019 pelo canal de atendimento DISQUE 100 em face da servidora J.P.

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de Sindicância Administrativa para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 16 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 5691/2020

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, conforme preconiza o artigo 191 da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar fatos registrados nos Boletins de Ocorrências Nº 421.2019.0001611, Nº 421.2019.0001619 e Nº 421.2019.0001625 e denúncia nº 1224581 registrada pelo canal de atendimento DISQUE 100, infringindo, em tese, o que dispõe o art. 158, incisos IX, XI e XVI da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, conforme segue:

Art. 158 – São deveres do servidor.

[...]

IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

XI – tratar com urbanidade as pessoas;

XVI – proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública;

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Sindicante será composta pelos servidores:

• TATIANE DIAS, brasileira, solteira, auxiliar de setor, portadora do RG n. 4.057.066 e CPF n. 009.620.119-32, com matrícula profissional n. 1516701, residente e domiciliado à Rua Tobias Cardoso, 158, Corupá-SC, 89.278-000 – Presidente da Comissão Processante;

• EDERSON CLEITON MAHS, brasileiro, fiscal de tributários e posturas, portador do CPF n. 039.142.739-33, residente e domiciliado à Rua

Padre Vicente Schmitz, Centro, na cidade de Corupá/SC, CEP 89.278-000, com matrícula profissional n. 1510104.

• MÁRCIA HELENA MULLER BUENO, brasileira, tesoureira, portadora do RG n. 1362382 e CPF n. 464.456.849-04, residente e domiciliado à Rua Duque de Caxias, Centro, na cidade de Corupá/SC, CEP 89.278-000, com matrícula profissional n. 2435/01, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de junho de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PORTARIA Nº 5692/2020

Publicação Nº 2524663

TERMO DE ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

Processo RH n. 008/2020

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Sindicância Administrativa para apurar fatos registrados nos Boletins de Ocorrências Nº 421.2019.0001611, Nº 421.2019.0001619 e Nº 421.2019.0001625 nos dias 20 e 22 de novembro de 2019 em face do funcionário F.B.

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de Sindicância Administrativa para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 16 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 5692/2020

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, conforme preconiza o artigo 191 da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar fatos registrados nos Boletins de Ocorrências Nº 421.2019.0001611, Nº 421.2019.0001619 e Nº 421.2019.0001625, infringindo, em tese, o que dispõe o art. 158, incisos IX, XI e XVI da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, conforme segue:

Art. 158 – São deveres do servidor.

[...]

IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

XI – tratar com urbanidade as pessoas;

XVI – proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública;

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Sindicante será composta pelos servidores:

- TATIANE DIAS, brasileira, solteira, auxiliar de setor, portadora do RG n. 4.057.066 e CPF n. 009.620.119-32, com matrícula profissional n. 1516701, residente e domiciliado à Rua Tobias Cardoso, 158, Corupá-SC, 89.278-000 – Presidente da Comissão Processante;
-

EDERSON CLEITON MAHS, brasileiro, fiscal de tributários e posturas, portador do CPF n. 039.142.739-33, residente e domiciliado à Rua Padre Vicente Schmitz, Centro, na cidade de Corupá/SC, CEP 89.278-000, com matrícula profissional n. 1510104.

• MÁRCIA HELENA MULLER BUENO, brasileira, tesoureira, portadora do RG n. 1362382 e CPF n. 464.456.849-04, residente e domiciliado à Rua Duque de Caxias, Centro, na cidade de Corupá/SC, CEP 89.278-000, com matrícula profissional n. 2435/01, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020

Publicação Nº 2523677

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020.
PROCESSO LICITATÓRIO 050/2020

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h do dia 16/06/2020 às 08H1500MIN do dia 26/06/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30min do dia 26/06/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 07h às 13h.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 16 de Junho de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 061/17

Publicação Nº 2523882

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: AUTO ELETRICA BUTTGEN LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.183.141/0001-97 e inscrição Estadual nº 252.911.636, estabelecida na Rua Francisco Mees, nº 500, Bairro Centro, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto no contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 08 de junho de 2020 até 07 de junho de 2021.

Data da Assinatura: 05/06/2020

Data da Vigência: 07/06/2021

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 97, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523667

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Espécie do Contrato: Contrato Administrativo nº 97/2020.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA VIDRAÇARIA CUNHA PORÃ LTDA. – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.261.871/0001-12

Previsão Orçamentária:

Órgão: 06 SECRET. MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dotação: 10300072.0400

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE PAINEL EM ACRÍLICO INCOLOR COMUM 4MM COM RECORTE CIRCULAR NA PARTE INFERIOR, TAMANHOS DIVERSOS PARA USO NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE I E III, SITUADA EM FRENTE À PRAÇA DA BANDEIRA E NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE I E III E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, LOCALIZADAS NA RUA BENJAMIN CONSTANT, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC

Processo Licitatório: 501/2020

Modalidade: Dispensa de Licitação por Limite de Preço nº 454/2020

Do Valor Total do Contrato: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)

Data do Contrato: 08/06/2020

Da vigência do Contrato: 08/06/2020 à 07/07/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO N.º 054/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524647

DECRETO N.º 054/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º, § 1º, Inciso I da Lei Municipal n.º 951 de 10 de dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$- 238.750,00(Duzentos e Trinta e Oito Mil, Setecentos e Cinquenta Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB, DESENV E TURISMO	5
Unidade	DPTO DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	DESENVOLVIMENTO URBANO	13
Projeto	Construção de Ciclovias	1.014
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	10.34.000000 - (167)
		Valor
		238.750,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Provável Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2020 na destinação de Recursos DR nº 10.34 – Transferências de Convênios – União/Outros no valor de R\$ - 238.750,00(Duzentos e Trinta e Oito Mil Setecentos e Cinquenta Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 16 de junho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal
Publique-se e Registre-seAUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 117/2020

Publicação Nº 2524197

PORTARIA Nº. 117/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

“REGULAMENTA A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º. Regulamenta a concessão de férias a servidora pública municipal, estabelecendo o nome dos servidores, o período aquisitivo e o período de gozo, dos ocupantes do cargo de provimento efetivo, conforme segue:

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
FATIMA SALETE HENDGES	14/03/2019 A 13/03/2020	10/06/2020 09/07/2020	30
ODAIR FREY	13/12/2018 A 12/012/2019	15/06/2020 A 29/06/2020	15

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo ao primeiro período de gozo.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina em 15 de junho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO N° 5.337/2020

Publicação N° 2524044

DECRETO N° 5.337/2020

HOMOLOGA LISTA CLASSIFICATÓRIA PARA AQUISIÇÃO DE ÁREAS NO DISTRITO INDUSTRIAL JOSÉ RIGHES.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e em observância ao disposto no § 2º do art. 8º do Decreto nº 5.293/2020,

DECRETA

Art. 1º. Fica homologada a lista das empresas classificadas pelo Edital de Concorrência Pública nº 18/2020 para aquisição de área de terras no Distrito Industrial José Righes, para utilização em fins industriais, comerciais e/ou de distribuição conforme abaixo:

I – Bigfer Industria e Comercio de Ferragens Ltda, 1º colocada no grupo I;

II – Michael Oliveira de Souza, 1º colocada no grupo II;

III – Sistema Agroecológico Gaia – Eireli, 2ª colocada Grupo II;

IV – Giovani Fioreze Goetten, 1ª colocada no Grupo III;

V - Bamboo Agronegócio Eireli, 2ª colocada no Grupo III;

VI – BMB Música e Vestuário Eireli, 3ª Colocada no Grupo III

Art. 2º. Os lotes foram divididos em grupos:

Grupo I – um lote com 14.441,81 m²

Grupo II – Sete lotes com áreas de 4.061,51 m² a 6.119,81 m²

Grupo III – quatorze lotes com áreas entre 1.563,78 m² a 1.9987,87.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 28 de maio de 2020.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Marcos Aurélio Scapini

Secretário de Indústria, Comércio e Turismo

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 77/2020

Publicação N° 2524243

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 77/2020

Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, torna público, para quem interessar possa, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, do tipo Menor Preço Por Item, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal 5338/2020 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas respectivas alterações e legislação aplicável, pelo (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 426/2020, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA E DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 896392/2019 E 889990/2019 JUNTO AO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL, sendo que a proposta deve ser apresentada até o dia e hora abaixo especificados.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 29/06/2020 até às 13h30min.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 29/06/2020 às 14h00min.

Curitibanos, 12 de Junho de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 51/2020

Publicação Nº 2524470

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 70/2020 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 70/2020 Processo de Licitação: 70/2020 Data do Processo: 25/05/2020
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, TRECHO AV. ROTARY - RUA JOÃO DE MACEDO, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 51/2020 (Sequência: 1)

Ao(s) 15 de Junho de 2020, às 16:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 426/2020, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 70/2020, Licitação nº. 70/2020 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- AS EMPRESAS INTERESSADAS PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO, SENDO ASSIM, CONSIDERADAS PARTICIPANTES. APÓS VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA "CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA" APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO CONSIDERADA HABILITADA; A EMPRESA "SETEP CONSTRUÇÕES SA" APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO CONSIDERADA HABILITADA; A EMPRESA "VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA" APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA HABILITADA; A EMPRESA "CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA", APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO ITEM 6.3 ALÍNEA "G". DESTA FORMA, PODENDO GOZAR OS BENEFÍCIOS DA LC 123/06 E 147/14. FICA ABERTO O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA PROTOCOLO DE RECURSO SE ASSIM A EMPRESA DESEJAR. A EMPRESA "CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA" RENUNCIOU A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 15 de Junho de 2020

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO - - SECRETARIA
CRISTIANE JAQUELINE PEREIRA SANDRI - - 1º MEMBRO
ROBERTO CARLOS DA SILVA - - 2º MEMBRO
MERY HELLEN B. DACOL RIBEIRO - - 3º MEMBRO
PAULO AUGUSTO COSTA GRANEMANN - - 4º MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

GEOVANA SUCHARA DO NASCIMENTO - - Representante

Descanso

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 21/2020

Publicação N° 2524699

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação N° 21/2020

O Município de Descanso torna publica a Dispensa de Licitação nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93: Contratado: empresa CO-OPERATIVA A1, inscrita no CNPJ sob o n° 03.470.626/0003-11, com sede na Avenida Martin Piasiski, n° 66, centro, Descanso/SC. Objeto: aquisição de materiais para recuperação de telhados de prédios públicos danificados pelo vendaval/tornado ocorrido no dia 10 de junho de 2020. Valor total: R\$ 16.491,95 (dezesesseis mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos). Demais informações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161. Descanso/SC, 16 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 06/2020

Publicação N° 2524135

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 06/2020

O MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, modalidade Tomada de Preços, para contratação de empresa para execução de obra de 2.039,76 m² de pavimentação com pedras irregulares de basalto, na Rua Florindo Agostini e acesso, no Distrito de Itajubá, neste Município com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos conforme planilha orçamentaria, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Entrega dos envelopes de documentos e proposta até as 10h00min do dia 01/07/2020. Abertura da Sessão Pública às 10h15min do dia 01/07/2020. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3623-0161 ou pelo e-mail: compras@descanso.sc.gov.br.

Descanso (SC), 15 de junho de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

CONTRATO N° 44/2020

Publicação N° 2524308

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

Relação dos Contratos

Sequ. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
2238	44/2020	10/06/2020	31/12/2020	79/2019	Não	5.535,00			PRESTACAO DE SERVICOS TRANS MAESTRI LTDA - ME
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, ACOPLADO A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA MANUTENÇÃO E MELHORIAS DE ESTRADAS E VIAS DO MUNICÍPIO, DO INTERIOR E PARTE URBANA, CONFORME A NECESSIDADE.									
Total: 1									

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATO 34-2020 - CONCORRENCIA 61-2020 - PMDC

Publicação Nº 2523755

Contrato Nº.: 34/2020 - PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada.: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA
Valor : 63.382,01 (sessenta e três mil trezentos e oitenta e dois reais e um centavo)
Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 61/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL, E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 371.402-94/2011, CONVENIO 763.978/2011, BEM COMO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015, CONVENIO 823.753/2015, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 15 de Junho de 2020

CONTRATO 35-2020 - CONCORRENCIA 61-2020 - PMDC

Publicação Nº 2523758

Contrato Nº.: 35/2020 - PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada.: L.P. INSTALACOES LTDA
Valor : 181.816,00 (cento e oitenta e um mil oitocentos e dezesseis reais)
Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 61/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL, E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 371.402-94/2011, CONVENIO 763.978/2011, BEM COMO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015, CONVENIO 823.753/2015, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 15 de Junho de 2020

CONTRATO 36-2020 - CONCORRENCIA 61-2020 - PMDC

Publicação Nº 2523759

Contrato Nº.: 36/2020 - PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada.: LINDNER TECHNO SYSTEMS EIRELI
Valor : 28.700,00 (vinte e oito mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 61/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL, E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 371.402-94/2011, CONVENIO 763.978/2011, BEM COMO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015, CONVENIO 823.753/2015, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 15 de Junho de 2020

EXTRATO PREGÃO 71/2020 - PMDC

Publicação Nº 2524032

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2020

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 71/2020, Edital de Pregão Nº 71/2020, Objeto: AQUISIÇÃO DE VIGAS, PRANCHAS E PREGOS, PARA SEREM UTILIZADOS NA RECONSTRUÇÃO DA PONTE DA LINHA LAJEDO, INTERIOR DO MUNICÍPIO, PROXIMO A PROPRIEDADE DO SR. ARLEI JACO SCHIMIT, DEVIDO A MESMA ESTAR DANIFICADA. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 26/06/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO 72/2020 - PMDC

Publicação Nº 2524463

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2020

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 72/2020, Edital de Pregão Nº 72/2020, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA ESCOLA SÃO SILVESTRE, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL. Recebimento, abertura e julgamento às 10:00 horas do dia 26/06/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO CONCORRENCIA PUBLICA 61-2020 - PMDC

Publicação Nº 2523687

CONCORRÊNCIA Nº 61/20
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/20
HOMOLOGAÇÃO: 15/06/20

CONTRATADO: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL, E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 371.402-94/2011, CONVENIO 763.978/2011, BEM COMO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015, CONVENIO 823.753/2015, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.382,01 (sessenta e três mil trezentos e oitenta e dois reais e um centavo)

DATA: 15/06/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

CONCORRÊNCIA Nº 61/20
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/20
HOMOLOGAÇÃO: 15/06/20

CONTRATADO: LINDNER TECHNO SYSTEMS EIRELI
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL, E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 371.402-94/2011, CONVENIO 763.978/2011, BEM COMO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015, CONVENIO 823.753/2015, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.700,00 (vinte e oito mil e setecentos reais)

DATA: 15/06/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

CONCORRÊNCIA Nº 61/20
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/20
HOMOLOGAÇÃO: 15/06/20
CONTRATADO: L.P. INSTALACOES LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE
OBRA CIVIL, E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO AO
CONTRATO DE REPASSE Nº 371.402-94/2011, CONVENIO
763.978/2011, BEM COMO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS,
RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015,
CONVENIO 823.753/2015, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL
DESCRITIVO EM ANEXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 181.816,00 (cento e oitenta e um mil
oitocentos e dezesseis reais)
DATA: 15/06/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECIMO SETIMO TERMO CONTRATO 034/2011

Publicação Nº 2523822

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2011
DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO - PRAZO

- Considerando o resultado do Processo Licitatório nº 42/2010, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e demais legislações pertinentes, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 034/2011;
- Considerando que o Contrato foi firmado em 09 de maio de 2011 e foi prorrogado pelos Termos Aditivos primeiro, segundo, terceiro, quarto, sétimo, nono, décimo, décimo primeiro, décimo segundo, décimo terceiro, décimo quarto, décimo quinto e décimo sexto para vigorar até 15/06/2020;
- Considerando a impossibilidade de conclusão, dentro do prazo anteriormente fixado, para o refazimento dos serviços contratados em que foi constatada a má execução, trabalho defeituoso, acabamento insatisfatório ou executado fora das especificações técnicas;
- Considerando a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo para possibilitar a finalização deste contrato, bem como para apresentação e apreciação da competente prestação de contas;
- Considerando-se a previsão legal na Lei 8.666/93 para a prorrogação de prazo, bem como presente a conveniência administrativa desta alteração para possibilitar a continuidade das obras e a conclusão e funcionalidade da Estação de Tratamento de Esgoto ao final do contrato, atendendo-se ao interesse público primário.
- CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19), a confirmação de inúmeros casos de infecção pelo coronavírus no território nacional e estadual, a expectativa do Ministério da Saúde do aumento significativo do número de casos de infecção pelo coronavírus, a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", sendo que todas estas razões podem gerar atrasos na conclusão dos trabalhos.

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representada pela Prefeita SIMONI MERCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a

EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Canoinhas, nº 250, Bairro 7 de Setembro, cidade de Gaspar - CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA,

resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 - O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 034/2011, firmado em 09/05/2011, já alterado pelos termos aditivos anteriores, fica novamente alterado por este Termo, estendendo-se a vigência do Contrato até 30/06/2020, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 034/2011, com as modificações introduzidas pelos termos aditivos anteriores ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, 15 de junho de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL

VALMIR DE SOUZA
EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 52.912

ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA
WOLLERT TESTEMUNHA
TESTEMUNHA

ALLISON DA LUZ

DECRETO - 39/2020

Publicação Nº 2524475

DECRETO nº 039, de 15 de junho de 2020

Dispõe sobre o Plano de Contingência para o enfrentamento da Influenza e Coronavírus (SRAG) no Município de Doutor Pedrinho

SIMONI MERCIA MESCH NONES, Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado no Plano de Contingência para o controle da Influenza e do Coronavírus no Município de Doutor Pedrinho na forma do anexo integrante do presente Decreto.

Art. 2º Compõe o Plano de Contingência do Município de Doutor Pedrinho:

- I** – Propor, acompanhar e articular medidas de preparação e de enfrentamento às emergências em saúde pública de importância municipal;
- II** – Propor e acompanhar a alocação de recursos orçamentário-financeiros para execução das medidas necessárias em casos de emergências em saúde públicas relacionadas ao Coronavírus;
- III** – Estabelecer as diretrizes para a definição de critérios locais de acompanhamento da implementação das medidas de emergência em saúde pública de importância municipal de acordo com as normas do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os Órgãos representantes e seus responsáveis para atuação de acordo com o Plano de Contingência serão:

- I - Prefeita Municipal: SIMONI MÉRCIA MESCH NONES**
- II - Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social: TICIANE EUGÊNIA LENZI**
- III - Coordenadora da Unidade de Saúde: VÂNIA DE LOURDES FERREIRA**
- IV - Vigilância Epidemiológica: VALKIRIA FRAINER FRONZA**
- V - Fiscal Vigilância Sanitária: JOEL RAFAEL FRONZA**
- VI - Representante da Assistência Farmacêutica: LOURENA NONES BIDONE**
- VII - Defesa Civil: PAULO ANDREY VICENTE**

Parágrafo Único: Compete a Comissão nomeada neste artigo acompanhar e deliberar sobre o Plano de Contingência para o enfrentamento da Influenza e Coronavírus (SRAG) do Município de Doutor Pedrinho.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de junho de 2020; 32º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, 15 de junho de 2020.

TARCISO LENZI
Chefe de Gabinete

ANEXO I**MINUTA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA O ENFRENTAMENTO DA
INFLUENZA E CORONAVÍRUS (SRAG) NO MUNICÍPIO DE DOUTOR
PEDRINHO**

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**PLANO DE CONTINGÊNCIA
PARA O ENFRENTAMENTO DA INFLUENZA E
CORONAVÍRUS (SRAG) NO MUNICÍPIO DE
DOUTOR PEDRINHO
2020**

Prefeito Municipal: SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Secretário Municipal de Saúde: TICIANE EUGÊNIA LENZI
Coordenadora da Unidade de Saúde: VÂNIA DE LOURDES FERREIRA
Vigilância Epidemiológica: VALKIRIA FRAINER FRONZA
Fiscal Vigilância Sanitária: JOEL RAFAEL FRONZA
Representante da Assistência Farmacêutica: LOURENA NONES BIDONE
Defesa Civil: PAULO ANDREY VICENTE

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	3
2 – RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FÍSICOS	6
3 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	6
4 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7
5 – ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	9
6 – URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	9
7 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	10
8 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.....	10
9 – LOGÍSTICA.....	11
10 -EDUCAÇÃO EM SAÚDE.....	11
11 – RECURSOS MATERIAIS E FÍSICOS – NA EPIDEMIA	12
12-CONDUTA CLÍNICA NOS ATENDIMENTOS DE PACIENTES SUSPEITOS	12
13 – MEDICAÇÕES, EXAMES E MATERIAIS PARA PROTEÇÃO DA EQUIPE E PACIENTE	16
ANEXOS	19
ANEXO 1 – CENTRAL DA CRISE	19
ANEXO 2 – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E MANEJO DO PACIENTE COM SRAG	20
ANEXO 3 – USO DE OSELTAMIVIR	21
ANEXO 4 – USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO POR NÍVEL DE ATENÇÃO	23
ANEXO 5 – FLUXOGRAMA.....	24
ANEXO 6 – RECOMENDAÇÕES PARA CUIDADO DOMICILIAR DE PACIENTES SUSPEITOS OU CONFIRMADOS PARA COVID-19 ...	25
ANEXO 7 – PLANILHA DE MONITORAMENTO DOS CASOS DE SÍNDROME GRIPAL	26

1 – INTRODUÇÃO

O Plano de Contingência da Secretaria Municipal de Saúde de Douto Pedrinho para COVID- 19 e INFLUENZA visa minimizar o impacto na Saúde Pública provocado pela possível introdução do vírus em território municipal, bem como orientar os profissionais de saúde a identificar os possíveis casos suspeitos e realizar o adequado manejo e as medidas de prevenção e orientação a população em geral. O mesmo segue as diretrizes do Ministério da Saúde e pode sofrer alterações no decorrer do tempo.

INFLUENZA é uma infecção viral aguda que afeta o sistema respiratório. É de elevada transmissibilidade e distribuição global, com tendência a se disseminar facilmente em epidemias sazonais e também podendo causar pandemias. A transmissão ocorre por meio de secreções das vias respiratórias da pessoa contaminada ao falar, tossir, espirrar ou pelas mãos, que após contato com superfícies recém-contaminadas por secreções respiratórias pode levar o agente infeccioso direto a boca, olhos e nariz. Meio de comunicação e mobilização social, juntos irão garantir uma resposta efetiva ao enfrentamento desta doença. A doença pode ser causada pelos vírus influenza A, B e C. Os vírus A e B apresentam maior importância clínica; estima-se que, em média, as cepas A causem 75% das infecções, mas em algumas temporadas, ocorre predomínio das cepas B. A transmissão ocorre principalmente através do contato com partículas eliminadas por pessoas infectadas ou mãos e objetos contaminados por secreções. É muito elevada em ambiente domiciliar, creches, escolas e em ambientes fechados ou semi-fechados, dependendo não apenas da infectividade das cepas, mas também do número e intensidade dos contatos entre pessoas de diferentes faixas etárias.

Os tipos A e B sofrem frequentes mutações e são responsáveis pelas epidemias sazonais, também por doenças respiratórias com duração de quatro a seis semanas e que, frequentemente, são associadas com o aumento das taxas de hospitalização e morte por pneumonia, especialmente em pacientes que apresentam condições e fatores de risco.

Desta forma, em uma mesma temporada de influenza, podem ocorrer infecções por mais de um tipo ou subtipo de vírus influenza. Dependendo da virulência das cepas circulantes, o número de hospitalizações e mortes aumenta substancialmente, não apenas por infecção primária, mas também pelas infecções secundárias por bactérias.

CORONAVÍRUS são um grande grupo viral, conhecidos desde meados de 1960, que causam infecções respiratórias em seres humanos e em animais. Geralmente, as infecções causam sintomas leves a moderados, semelhantes a gripe e sintomas intestinais, sendo altamente patogênicos.

Alguns coronavírus podem causar doenças graves com impacto importante em termos de Saúde Pública, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave. O coronavírus 2019-nCoV tem causado doença respiratória com casos recentemente registrados na China, sendo que seu espectro clínico de infecção humana, padrão de letalidade, mortalidade e infectividade não estão descritos completamente. Até o momento, os casos parecem cursar com um quadro de síndrome gripal. Assim, é importante o questionamento sobre o histórico de viagem dos pacientes com sintomatologia similar. Lembrando que outros vírus respiratórios, também ocorrem sob a forma de surtos e, eventualmente, circulam ao mesmo tempo, tais como influenza, parainfluenza, rinovírus, vírus sincicial respiratório, adenovírus e outros coronavírus. As definições de caso suspeito de Doença Respiratória de 2019-nCoV são baseadas nas informações atualmente disponíveis e podem ser revisadas a qualquer momento.

Dados da OMS sugerem que a transmissão pelo Coronavírus possa ocorrer mesmo sem o aparecimento de sinais e sintomas. A transmissão pessoa-pessoa se dá através da via respiratória, por secreções produzidas durante episódios de tosse, espirros e coriza, semelhante à transmissão dos vírus respiratórios, como influenza. A transmissibilidade dos pacientes infectados por CORONAVIRUS é em média de 7 dias após o início dos sintomas.

O período médio de incubação da infecção por Coronavírus é de 5 a 12 dias.

Não há vacina ou tratamento específico até o momento para infecção por Coronavírus apenas tratamento de suporte para doença respiratória. No entanto, deve-se levar em consideração os demais diagnósticos diferenciais pertinentes e o adequado manejo clínico.

Em caso de suspeita para SRAG/INFLUENZA/CORONAVIRUS (histórico epidemiológico) não retardar o início do tratamento com Fosfato de Oseltamivir conforme protocolo, disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolotratamento>; OU site: dive.sc.gov.br

Descreve – se a seguir a estrutura física, recursos humanos e ações para conter o avanço e/ou intervir nos casos suspeitos de Influenza e Coronavírus.

2 – RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FÍSICOS

ESF

Médico	02
Enfermeira	02
Técnico enfermagem	04
Recepção	01
ACS	08
Serviços gerais	01
Farmacêutica	01
Vacinadoras	02
Agente de endemias	01
VISA	02

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Auxiliar administrativo	03
Motoristas	03

3 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Ações/ Atividades

- ☐ Monitorar casos suspeitos e acompanhar os casos confirmados e contatos;

- ☐ Acompanhar e alimentar os dados epidemiológicos sobre a circulação de SARS-CoV-2 e outros vírus respiratórios no estado e município;
- ☐ Capacitar profissionais de saúde nos fluxos epidemiológicos;
- ☐ Emitir alertas para os profissionais de saúde;
- ☐ Manter o funcionamento de sala de situação no município, acompanhando dados epidemiológicos e fluxos da rede assistencial;
- ☐ Elaborar e divulgar os informativos Epidemiológicos e outras análises necessárias conforme de manda da gestão e a necessidade da situação;
- ☐ Emitir alertas para os serviços de saúde do município;
- ☐ Assessorar as equipes do município na investigação de surtos;
- ☐ Apoiar os profissionais de saúde na investigação oportuna dos óbitos, surtos e situações inusitadas, de acordo com a capacidade operacional da equipe e colaboradores e sempre que solicitado ou identificado à necessidade de apoio da esfera local;
- ☐ Participar videoconferência com gestores das Gerências Regionais de Saúde prioritárias (conforme número de casos e óbitos), sempre que necessário;
- ☐ Coordenar a execução de medidas preparatórias de contenção e de mitigação;
- ☐ Desenvolver estratégias e mecanismos de cooperação;
- ☐ Elaborar material informativo e educativo;
- ☐ Fornecimento de material educativo para as empresas e demais entidades;
- ☐ Manter os serviços de saúde atualizados quanto aos níveis de alerta.
- ☐ Garantir a distribuição de kit de coleta para vírus respiratórios, conforme a disponibilidade da Regional de Saúde;
- ☐ Realizar a detecção de outros vírus respiratórios identificados na rotina para exclusão de casos suspeitos de COVID-19;
- ☐ Enviar amostras biológicas para o laboratório de referência do estado;
- ☐ Realizar capacitação para os profissionais da rede de saúde para realização da coleta do exame.

4 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Ações/ Atividades

- ☐ Intensificar a verificação da existência e cumprimento do protocolo e do processo de Higienização das mãos nos serviços de saúde (Protocolo de segurança do paciente: Higienização das Mãos);
- ☐ Verificar em inspeção se há disponibilidade contínua de insumos para a correta higiene das mãos, conforme a RDC nº 42/2010 (Anvisa, 2010);
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0042_25_10_2010.html
- ☐ Verificar em inspeção se o serviço de saúde está instituindo os protocolos de isolamento de pacientes suspeitos e confirmados desde a triagem até a internação e transferência em caso de necessidade;
- ☐ Reforçar a aplicação de precauções de contato, em adição às precauções padrão para profissionais de saúde, visitantes e acompanhantes;
- ☐ Verificar a disponibilidade de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para o manejo do paciente e suas secreções, além da correta paramentação para lidar com o ambiente em torno do paciente, suspeito e ou confirmado;

- ☐ Verificar a implementação dos protocolos e processos de limpeza e desinfecção de ambientes (Segurança do paciente em serviços de saúde: Limpeza e Desinfecção de Superfícies/ANVISA, 2012);
- ☐ Verificar o cumprimento da Nota Técnica 04/2020/ANVISA, ou outra que vier a substituí-la;
- ☐ Realizar atualizações (treinamentos/ capacitações) quanto à higiene das mãos observando os cinco momentos, precauções e isolamentos, uso de EPIs, limpeza e desinfecção de superfícies e etiqueta da tosse;
- ☐ As superfícies envolvem aquelas próximas, exemplo mobiliário e equipamentos que ficam a um raio de aproximadamente dois metros do paciente, além de maçanetas, interruptores de luz, chave, entre outros;
- ☐ A limpeza e desinfecção de superfícies, processamento de roupas e produtos para a saúde;
- ☐ Orientar os profissionais e trabalhadores de saúde quanto a: “Precaução Padrão” no atendimento a todos os pacientes, “Precaução por Gotícula” para os casos suspeitos ou confirmados de influenza e “Precaução por Aerossol” para os casos em que o atendimento gere aerossolização das secreções como: aspiração de secreções, intubação etc.
- ☐ Uso de EPI pelos profissionais da saúde durante a assistência direta ao paciente, conforme a indicação, pelos trabalhadores de saúde que tenham contato com o paciente e ou superfícies e materiais utilizado pelo mesmo ou visitante;
- ☐ Orientar sobre a frequente higienização das mãos, observando os cinco momentos;
- ☐ Orientar etiqueta respiratória: utilizar lenço descartável para higiene nasal, cobrir nariz e boca quando espirrar ou tossir utilizando lenço descartável e/ou com a parte interna da dobra do braço na altura do cotovelo, evitar tocar as mucosas dos olhos, boca e nariz, higienizar as mãos após tossir e espirrar;
- ☐ Orientar os profissionais de saúde com relação a utilização dos EPIs, estes devem ser imediatamente removidos após a saída do quarto, enfermaria ou áreas de isolamento;
- ☐ Evitar tocar superfícies com luvas, mãos e/ou outro EPI contaminado;
- ☐ Orientar os profissionais de saúde quando da realização de procedimentos que gerem aerossóis e gotículas para a possibilidade do uso de máscara cirúrgica descartável sobre o respirador particulado (N95 ou PFF2), a fim de evitar a contaminação externa deste último, aumentando sua vida útil.
- ☐ Fornecer material educativo e informativo para todos os serviços de saúde.

5 – ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Ações / Atividades

- ☐ Responsabilizar-se pelo acompanhamento da população adscrita ao longo do tempo no que se refere ao enfrentamento da SRAG pelo novo Coronavírus;
- ☐ Organizar o processo de trabalho das equipes para garantir que os casos da SRAG pelo novo Coronavírus tenham prioridade no atendimento, cancelando as consultas agendadas para o período da pandemia;
- ☐ Avaliar os casos suspeitos e confirmados para COVID-19 que não necessitam de hospitalização, levando-se em consideração se o ambiente residencial é adequado e se o paciente é capaz de seguir as medidas de precaução recomendadas pela equipe de saúde.
- ☐ Garantir espaços institucionalizados para Educação Permanente em Saúde no cotidiano das equipes, na carga horária para reuniões, fóruns e videoconferência;

- ☐ Desenvolver ações intersetoriais em interlocução com escolas, associação de moradores, entre outros que tenham relevância na comunidade, para atenção integral;
- ☐ Contribuir, participando da definição de fluxos assistenciais na RAS, elaboração e implementação de protocolos e diretrizes clínicas para garantir a integralidade do cuidado da SRAG pelo novo Coronavírus;
- ☐ Notificar à vigilância epidemiológica a ocorrência de casos suspeito;
- ☐ Seguir os fluxos internos dos serviços;
- ☐ O transporte se dará com ambulância em pacientes que necessitam de hospitalização.

6 – URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Ações / Atividades

- ☐ Apoiar as ações da vigilância à investigação de casos suspeitos;
- ☐ Notificar à vigilância a ocorrência de casos suspeitos;
- ☐ Realizar o preenchimento da notificação, FormSUScap ([ttp://bit.ly/2019ncov](http://bit.ly/2019ncov))GAL, nos casos suspeitos;
- ☐ Realizar a coleta de material biológico para análise no caso suspeito;
- ☐ Participar de treinamentos, reuniões, capacitações e videoconferências;
- ☐ Capacitação para diagnóstico precoce e manejo dos casos;
- ☐ Estruturação com EPIs e equipamentos essenciais;
- ☐ Seguir os fluxos internos dos serviços;
- ☐ O transporte se dará com ambulância em pacientes que necessitam de hospitalização.

7 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Ações / Atividades

- ☐ Dimensionar e estabelecer fluxo de transporte de pacientes para unidades especializadas;
- ☐ Identificar e normatizar fluxos de referência e contra referência;
- ☐ Incentivar a realização de reuniões técnicas sobre COVID-19;
- ☐ Solicitar informações diárias sobre os casos de pacientes suspeitos/confirmados com COVID-19;
- ☐ Avaliar as condições de acesso da população aos serviços de assistência;
- ☐ Disponibilizar equipe técnica para discussão da organização da rede de manejo clínico, do fluxo de pacientes com COVID-19.

8 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Ações / Atividades

- ☐ Monitorar os estoques de antiviral disponíveis no município em todas as suas apresentações; (Oseltamivir - VE);

- ☐ Realizar programação de medicamentos (Oseltamivir) em conjunto com a Vigilância Epidemiológica e encaminhar para a Regional de Saúde;
- ☐ Emitir relatórios mensais para acompanhamento do estoque.

10 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Articulação para mobilizar profissionais de saúde e outras secretarias e a imprensa local/regional.

Com o auxílio da imprensa escrita e falada (redes sociais, e-mail e rádio locais), será realizada a divulgação necessária sobre os cuidados individuais e coletivos acerca da INFLUENZA/CORONAVÍRUS.

Porta voz: Secretário de Saúde Municipal/ representante, sempre que necessário, para os meios de comunicação o boletim epidemiológico de Doutor Pedrinho.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

- ☐ Capacitação para os médicos e enfermeiros;
- ☐ Capacitação para os técnicos de enfermagem, ACS e outros profissionais;
- ☐ Capacitação a outros setores conforme necessidade.

ATIVIDADES VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO:

Serão executadas pelas equipes de ESF e outros profissionais por meio de orientações e acolhimento.

Disponibilização da estrutura física, e material se elevado número de casos e sintomas. Todas as atividades estão previstas para serem executadas no período de epidemia, a partir de 23/03/2020.

11 – RECURSOS MATERIAIS E FÍSICOS – NA EPIDEMIA

Na Unidade Básica de Saúde	02 aparelho de Pressão – adulto 01 aparelho de Pressão – Infantil 02 estetoscópio 02 consultórios 02 oxímetro. 02 termômetro
----------------------------	---

Com o aumento dos casos de síndrome gripal as unidades básicas de saúde, se necessário haverá contratação de emergência de profissionais de saúde. Funcionários com férias previstas ou em gozo, terão as férias canceladas se houver necessidade.

12 – CONDUTA CLÍNICA NOS ATENDIMENTOS DE PACIENTES SUSPEITOS

Classificação de Risco e Manejo do Paciente na Unidade Básica de Saúde de Doutor Pedrinho.

O Município de Doutor Pedrinho contará com estrutura única para o atendimento de pacientes com Síndrome Gripal, um Centro de Triagem para sintomáticos respiratórios graves em Timbo, no Hospital Oase. Entre as medidas relacionadas à diminuição da transmissibilidade do Coronavírus, uma das medidas eficazes é minimizar o fluxo e aglomeração de pessoas.

A partir do início das atividades do Centro de Triagem (02/06/2020), os encaminhamentos na Unidade de Saúde, se dará apenas de forma REFERENCIADA, quando que os atendimentos somente ocorrerão por encaminhamento MÉDICO da unidade acima elencada ou via ambulância de plantão.

A indicação de atendimento hospitalar será para os pacientes que apresentarem febre E/OU dispneia, conforme protocolo específico do ministério

a) Síndrome gripal SRAG (INFLUENZA e CORONAVÍRUS)

Na ausência de outro diagnóstico específico, considerar o paciente com febre, de início súbito, mesmo que referida, acompanhada de tosse ou dor de garganta e pelo menos um dos sintomas: mialgia, cefaleia ou artralgia.

Crianças com menos de 2 anos de idade considerar, na ausência de outro diagnóstico específico, febre de início súbito, mesmo que referida E sintomas respiratórios: tosse, coriza e obstrução nasal;

As definições de caso suspeito de Doença pelo SARS-CoV-2, denominada pela OMS como COVID-19, são baseadas nas informações atualmente disponíveis e podem ser revisadas a qualquer momento.

Todos os casos suspeitos devem ser notificados imediatamente às autoridades epidemiológicas locais através de contato telefônico, seguindo o fluxo de notificação já estabelecido: Município – Estado – Ministério da Saúde.

As informações devem ser inseridas na ficha de notificação, EsusVe Quando solicitado, os códigos CID10 a serem usados são: B34.2 – Infecção por coronavírus de localização não especificada e U07.1 – Infecção respiratória pelo novo coronavírus.

Os casos suspeitos enquadram-se nas seguintes situações:

Situação 1: VIAJANTE: Pessoa que apresente febre **E** pelo menos um dos sinais ou sintomas respiratórios (tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia) **E** com histórico de viagem para país com transmissão sustentada **OU** área com transmissão local nos últimos 14 dias; **OU**

Situação 2: CONTATO PRÓXIMO: Pessoa que apresente febre **OU** pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia) **E** histórico de contato com caso suspeito ou confirmado para COVID-19, nos últimos 14 dias.

Situação 3: CONTATO DOMICILIAR: Pessoa que manteve contato domiciliar com caso confirmado por COVID-19 nos últimos 14 dias **E** que apresente febre **OU** pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia). Nesta situação é importante observar a presença de outros sinais e sintomas como: fadiga, mialgia/arthralgia, dor de cabeça, calafrios, manchas vermelhas pelo corpo, gânglios linfáticos aumentados, diarreia, náusea, vômito, desidratação e inapetência.

15

**Transmissão local é definida como a confirmação laboratorial de transmissão do SARS-CoV-2 entre pessoas com vínculo epidemiológico comprovado. Os casos que ocorrerem entre familiares próximos ou profissionais de saúde de forma limitada não serão considerados transmissão local. As áreas com transmissão local serão atualizadas e disponibilizadas no site do Ministério da Saúde, no link:*

<http://plataforma.saude.gov.br/novocoronavirus/#2019-nCov-world>

Até o momento não foi possível comprovar ou refutar a hipótese de que a transmissão do SARS-CoV-2 possa ocorrer mesmo sem o aparecimento de sinais e sintomas. A transmissão pessoa-pessoa se dá através da via respiratória, por secreções produzidas durante episódios de tosse, espirros e coriza, semelhante à transmissão do vírus da influenza.

b) Condutas

Na Unidade Básica de Saúde: Consulta de enfermagem com ênfase, para sintomatologia da síndrome, exame físico, sinais vitais, acrescido de saturação. Todo paciente ao chegar na unidade com sintomas será ofertado uma máscara, mas orientado a vir a unidade com máscara e encaminhado a um local reservado e terá prioridade no atendimento médico e de enfermagem.

- ☐ Suspeitando de SG iniciar imediatamente o tratamento com Osetalmivir por 5 dias (no mínimo);
- ☐ Avaliar durante monitoramento a necessidade ou não de retorno a unidade após o término do tratamento independente do primeiro local de atendimento; monitoramento via telefone;
- ☐ Apresentando piora do quadro retornar a Unidade imediatamente;
- ☐ Pacientes com suspeita de CORONAVÍRUS devem ser encaminhados ao Hospital de referência.

Consulta Médica

Síndrome gripal (SG):

PACIENTE POSSUI FATOR DE RISCO OU TEM SINAIS DE PIORA NO ESTADO CLÍNICO?

SIM: medicar com oseltamivir, sendo primeira dose administrada na unidade, tratamento de 5 dias, com retorno após término da medicação.

NÃO: sintomático, orientar o aumento de ingesta de líquidos, acompanhamento e retorno com sinais de piora do estado clínico ou com aparecimento de sinais de gravidade.

Síndrome respiratória aguda grave (SRAG):

Encaminhar para o Hospital com o encaminhamento prescrito com triagem e CID, na requisição do raio x em dados clínicos, destacar SRAG. Paciente deverá chegar no Hospital com máscara para ser atendido como prioridade SRAG.

Atendimento Hospitalar:

Caso síndrome respiratória aguda grave (SRAG), e internação, coletar exame conforme NOTA TÉCNICA Nº 002/2020 DIVE/LACEN/SES/SC, para detecção do vírus. Notificar, investigar e comunicar a vigilância epidemiológica em horário comercial. Após horário comercial, final de semana e feriados, entrar com medicação profilática e entrar em

contato com a Vigilância Epidemiológica de plantão para encaminhamento da coleta se necessário.

Após paciente ser avaliado no Hospital, se o médico suspeitar de INFLUENZA/CORONAVÍRUS e o mesmo entrar com a profilaxia, o paciente deve sair do Hospital (independentemente de estar no PS ou em internação) com tratamento completo. Orientar o paciente que após término do tratamento deverá retornar a sua Unidade de Saúde para avaliação. Cabe ao Hospital comunicar a vigilância epidemiológica via e-mail todos os casos atendidos.

Fica de responsabilidade da secretaria de saúde o transporte e envio da coleta do paciente internado, dentro de 24 horas, para o LACEN de Florianópolis em temperatura de 2° a 8°C.

Todo e qualquer paciente, **do nosso município de residência**, estando internado no Hospital de referência, deverá ser realizada sua coleta, notificado pelo Hospital e transportado pelo hospital de referência Covid. É de responsabilidade da Vigilância Epidemiológica comunicar à Unidade de Saúde de origem dos pacientes egressos do Hospital.

13 – MEDICAÇÕES, EXAMES E MATERIAIS PARA PROTEÇÃO DA EQUIPE E PACIENTE

Será necessário o fornecimento de recursos da Secretaria Municipal de Saúde, para manutenção do Plano Municipal de Contingência da INFLUENZA E CORONAVÍRUS (vírus respiratórios), conforme estimativa de casos de influenza no município de Doutor Pedrinho, segue tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
MEDICAMENTO	MATERIAL
Paracetamol cp Paracetamol gts Dipirona cp Dipirona gts Azitromicina cp Azitromicina susp Ciprofloxacino cp Sulfametoxazol + trimetopina Osetalmivir 75mg Prednisona 20mg Prednisolona xarope	Luva de procedimento P Luva de procedimento M Luva de procedimento PP Avental descartável Máscara descartável Máscara N95 Álcool Gel Álcool líquido 70 Óculos Oxímetro Papel Toalha Lençol descartável Touca cirúrgica Oxigênio Ambu Cateter nasal

Contaremos com veículo de sobreaviso da Secretaria Municipal de Saúde. Devido à magnitude da INFLUENZA E CORONAVÍRUS (vírus respiratórios), as ações profiláticas e imediatas são importantes para atender as demandas da população e dos profissionais de saúde. Além dos esforços dos governos estadual e municipal, para adoção de ações com a finalidade de controlar e reduzir a propagação da INFLUENZA E CORONAVÍRUS (vírus respiratórios) em nosso município.

A atenção básica é o contato preferencial de acesso da população aos serviços de saúde. As notificações dos casos de SRAG hospitalizados de maneira oportuna no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-gripe) são importantes, pois dessa maneira é possível monitorar a situação epidemiológica e embasar os gestores para tomada de decisão nas medidas de prevenção e INFLUENZA E CORONAVÍRUS (vírus respiratórios).

ANEXOS

ANEXO 1 – CENTRAL DA CRISE

Criada uma central da crise para enfrentamento da pandemia por CORONAVÍRUS/INFLUENZA, formando uma rede de comunicação entre SMS.

Definiu-se:

AÇÃO	RESPONSÁVEL
Vigilância epidemiológica fica responsável pela vinculação de informação nas mídias;	Ticiane Eugênia Lenzi
Criar central de informações sobre CORONAVÍRUS	Vânia de Lourdes ferreira Valkíria Terezinha Frainer Fronza
Um motorista da SMS fica de sobre aviso para buscar o KIT de coleta quando for necessário realizar a testagem em paciente internado	Conforme escala de plantão
Rastreamento e monitoramento dos casos; ESF's, Vigilância Epidemiológica e Sanitária	Vânia de Lourdes Ferreira
Levantamento de casos a cada 24h;	Vânia de Lourdes Ferreira Valkíria Terezinha Frainer Fronza
Envio de planilha de monitoramento diário a vigilância epidemiológica	Valkíria Terezinha Frainer Fronza
Defesa Civil	Paulo Andrey Vicente

ANEXO 4 – USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO POR NÍVEL DE ATENÇÃO

Nível de Atenção	Higiene das Mãos	Avental descartável	Máscara cirúrgica	Respirador Particulado	Protetor ocular	Gorro	Luvas
Triagem	X		X				
Coleta de amostras para diagnóstico laboratorial	X	X		X	X	X	X
Caso suspeito ou confirmado de COVID-19 que necessita de internação em serviço de saúde (sem procedimentos geradores de aerossóis)	X	X	X		X	X	X
Caso suspeito ou confirmado de COVID-19 que necessita de internação em serviço de saúde com necessidade de procedimentos geradores de aerossóis	X	X		X	X	X	X

Fonte: Modificado de OPAS - Requerimientos para uso de equipos de protección personal (EPP) para el nuevo coronavirus (2019-nCoV) en establecimientos de salud. Recomendaciones Interinas, 2/4/2020.

DECRETO - 40/2020

Publicação Nº 2524480

DECRETO Nº 040, de 15 de junho de 2020.
Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 114.968,85.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 917, de 23 de dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 90.968,85 (noventa mil e novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2020 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 917, de 23/12/2019):

04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	90.968,85	
TOTAL		90.968,85	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		90.968,85	

Art.2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 90.968,85 (noventa mil e novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2020 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 917, de 23/12/2019):

04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	90.968,85	
TOTAL		90.968,85	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		90.968,85	

Art. 3º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil), do Superávit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2020 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 917, de 23/12/2019):

04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	24.000,00	
TOTAL		24.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		24.000,00	

Art.4º - Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superávit Financeiro -----R\$ 24.000,00

Fonte de Recurso	Descrição Fonte Recursos	Valor
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	24.000,00
TOTAL		24.000,00

Art.5º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de junho de 2020; 32o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho - SC, 15 de junho de 2020.

TARCISO LENZI
Chefe de Gabinete

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 30/2020

Publicação Nº 2524091

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº. 30/2020

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" POR LOTE, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PERSONALIZADOS PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS NO ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA, e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº 56/2015, Decreto Municipal nº 10/2018, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 30/06/2020, Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 30/06/2020, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: licitacoes@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 15 de junho de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA - 08-06-2020**

Publicação Nº 2524605

Ata da Centésima Trigésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, na Oitava Legislatura do Município. Em oito de junho de dois mil e vinte (08/06/2020), com início às 19:00hs, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a ausência do Parlamentar Luiz Henrique Stollmeier, tendo na Presidência o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva e 2º Secretário o Vereador Tony Tadeu Nones, seguindo-se as precauções de que trata o artigo 4º, caput e parágrafos, do Ato da Mesa Diretora nº 31/2020. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, sem inscritos para a Tribuna Livre, abriu-se o pequeno expediente, onde o senhor Presidente registrou a prévia entrega de cópia da ata da Sessão realizada no dia 25/05/2020 aos Senhores Vereadores, disponibilizada na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), colocando-a em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo a mesma aprovada pelos Vereadores presentes, passando-se para as assinaturas. Dando continuidade, convidou o 1º Secretário a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) Projeto de Lei Ordinária nº 013/2020, de autoria da Mesa Diretora – “Altera a ementa das Leis nº 864, nº 865 e nº 866, todas de 01 de julho de 2016, e dá outras providências”; o senhor Presidente encaminha o PL nº 013/2020 para a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, solicitando ao respectivo Presidente da Comissão que convoque os demais membros para apreciação do projeto; Ainda no pequeno expediente, o senhor Presidente informa que considerando-se o previsto no Parágrafo 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal de que “Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no Parágrafo 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais”, e que, até o momento não houve pedido de realização da referida audiência, solicita ao Líder do Governo para que providencie a vinda dos profissionais do Poder Executivo responsáveis pela demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do quadrimestre passado, para participarem de audiência pública da Comissão de Economia e Finanças durante o Expediente da sessão. Abrindo-se o grande expediente em Tema Livre, não houve vereadores inscritos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para “Comunicação de Lideranças”, sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. Com uma proposição pautada, iniciou-se a ordem do dia: a) Mensagem Retificativa nº 01/2020 ao Projeto de Lei Complementar nº 04/2020 – “Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Doutor Pedrinho no Consórcio Interfederativo Catarinense – CINCATARINA e dá outras providências; O senhor Presidente anuncia a fase da segunda votação, onde, de forma nominal, foram chamados os parlamentares que declararam seu voto, sendo aferidos quatro votos favoráveis a aprovação do projeto de Lei dos Parlamentares da Bancada do PMDB - Vereadores Américo Nones, Amélio Alves Fernandes, Valmir Farias e Merquides Martins, e três votos contrários a aprovação do projeto de Lei pelos Parlamentares da Bancada do PP - Vereadores Joel Mazzi, Luizinho Pereira da Silva e Tony Tadeu Nones; Deste modo o Senhor Presidente proclama o resultado da votação, anunciando a rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 04/2020. Sem mais nenhuma proposição para a ordem do dia, passou-se para a “Palavra Livre” pela ordem de inscrição, onde: a) o Vereador Tony Tadeu Nones esclarece o voto contrário ao PLC nº 04/2020 pela Bancada do PP, registrando que o Projeto fora muito mal exposto nesta Casa, mesmo com a vinda do Diretor Executivo do Consórcio; Manifestando que comparando com outros Municípios associados, tomando de exemplo o Município de Rio dos Cedros, que reuniu os Poderes Legislativo e Executivo para apresentar o projeto, e nessa discussão decidiu-se reduzir um servidor do setor de compras e licitações para que o Município pudesse se associar ao Cincatarina e desta forma reduzir os gastos; Entretanto, o Parlamentar comenta que esse diálogo não aconteceu em Doutor Pedrinho, de modo que o Poder Executivo não esclareceu quais medidas seriam adotadas para que houvesse essa economia, afinal, deve ser considerado o valor de contribuição mensal que o Município deveria pagar ao Consórcio apenas para utilizar a plataforma de compras compartilhadas que alcançariam mais de R\$ 30.000,00 anualmente, assim, em consequência da falta de esclarecimentos decidiu-se pelo voto contrário ao projeto; b) O Vereador Luizinho Pereira da Silva aproveita do espaço para registrar seus sentimentos à Família Nones, pelo falecimento do senhor Aquilino e também à Família Odorizzi, pelo falecimento do senhor Dacio. Ainda na palavra livre, o senhor Presidente registra suas condolências às Famílias Nones e Odorizzi pelo falecimento de entes queridos. Sem mais manifestações, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a Sessão Ordinária que se realizará no dia 15 de junho do ano corrente, às 19:00 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

PARECER CEF - PLO 13-2020

Publicação Nº 2524608

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 13/2020**

Altera a ementa das Leis nº 864, nº 865 e nº 866, todas de 01 de julho de 2016, e dá outras providências.

O Projeto de Lei vem para manifestação desta Comissão Permanente em razão da previsão contida no art. 48, II, do Regimento Interno do Poder Legislativo.

Entretanto, a proposição não altera o valor dos atuais subsídios, tratados pelas Leis nº 864, nº 865 e nº 866, todas de 01 de julho de 2016, sendo mantido o mesmo regramento e valor, com os reajustes posteriores decorrentes dos índices da revisão geral anual.

Ademais, os subsídios previstos são inferiores ao valor máximo admitido e bem abaixo do valor pago nos demais municípios da região, não se aplicando os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal que trata da necessidade de estimativa de impacto fiscal, pois não haverá majoração das despesas públicas.

Neste aspecto, basta apenas a previsão genérica que os encargos decorrentes da proposição serão atendidos por dotações próprias consignadas no orçamento programa anual.

Pelo exposto, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Economia e Finanças.

Publique-se. Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 15 de junho de 2020.

Luiz Henrique Stollmeier Amélio Alves Fernandes
Presidente Vice-Presidente

Tony Tadeu Nones
Membro

PARECER CJR - PLO 13-2020

Publicação Nº 2524606

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 13/2020

Altera a ementa das Leis nº 864, nº 865 e nº 866, todas de 01 de julho de 2016, e dá outras providências.

A proposição trata sobre subsídios dos agentes políticos e vem a esta Comissão Permanente para manifestação quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e de redação.

No caso, o Projeto não deve obediência a nenhuma regra específica do Regimento Interno, e encontra-se redigido em razoável conformidade com a técnica legislativa, atendendo-se aos aspectos formais.

Além disso, a proposição trata de assunto de interesse local, conforme previsão do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, para ser disciplinado por lei municipal.

Na exposição de motivos, foi ressaltado que o artigo 17, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, informa a competência privativa desta Câmara Municipal para "fixar a remuneração dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, em cada Legislatura para a subsequente, nos termos da Constituição Federal, noventa (90) dias antes das eleições municipais".

Também se registrou que a Constituição Federal trata da fixação dos subsídios dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores) em seu artigo 29, incisos V e VI, sendo que a Constituição Estadual de Santa Catarina reproduziu tais dispositivos em seu artigo 111, incisos VI e VII, enaltecendo-se prazo mínimo de seis meses antes do final do atual mandato.

Por outro lado, o atual Regimento Interno da Câmara Municipal, aprovado em 2016, ao tratar do assunto em seus artigos 105 a 110, laborou em equívoco ao omitir a situação do Secretário Municipal, ao prever a possibilidade de fixação de subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito através de Decreto Legislativo, em aderir ao prazo máximo de 90 dias antes das eleições para esta fixação de subsídios para os Vereadores e tratar da possibilidade de subsídio composto igualmente de parte fixa e de parte variável, razão pela qual não terá aplicação neste processo legislativo.

Do mesmo modo, na fixação dos subsídios, a Câmara Municipal deve observar as disposições do art. 39, § 4º, da Constituição Federal, segundo o qual "O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI".

Logo, os subsídios mensais a serem fixados deverão estar em parcela única, tendo direito a Revisão Geral Anual, nos mesmos índices a serem concedidos aos servidores públicos, bem como, deve ser observado o teto remuneratório do serviço público, conforme estabelece o Inciso XI do Artigo 37 da Constituição Federal.

Assim, como os deputados estaduais catarinenses têm direito ao subsídio mensal bruto de R\$ 25.322,25, ou seja, valor equivalente a 75% do subsídio de deputado federal, conforme a Lei estadual nº 17.671, de 28/12/2018, o subsídio dos Vereadores deve se limitar ao máximo de 20% deste valor, não podendo ser superior a R\$ 5.064,45.

Neste aspecto, como a proposição não altera os atuais subsídios, estará sendo observados os limites legais e não se está incorrendo em qualquer aumento de despesas.

Por fim, segundo o parágrafo terceiro do artigo 47 do Regimento Interno da Câmara, não é caso de manifestação sobre o mérito do projeto, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma da conveniência, utilidade e oportunidade.

Desta forma, estão atendidas as premissas de constitucionalidade e legalidade para apreciação da matéria, e, diante da situação exposta, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Publique-se. Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 15 de junho de 2020.

Tony Tadeu Nones
Presidente

Merquides Martins
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

Entre Rios

PREFEITURA

DECRETO Nº 056/2020

Publicação Nº 2523748

DECRETO Nº 056/2020

De 15 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DA DECLARAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, E A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA DOENÇA CORONAVÍRUS – COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que segundo o boletim epidemiológico emitido pelo Governo Municipal de Entre Rios, registra o número de 121 (cento e vinte e um) casos confirmados de pessoas portadoras da doença coronavírus, inclusive com a ocorrência de 02 (dois) óbitos, situação que demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos à saúde pública, a fim de evitar uma maior disseminação da doença no município;

CONSIDERANDO, que o reconhecimento de situação anormal, provocada pela pandemia da doença Coronavírus (COVID-19), está causando sérios danos à comunidade do Município de Entre Rios, a manutenção da declaração de calamidade pública deve ser mantida;

CONSIDERANDO, que as medidas adotadas no DECRETO nº 019, de 18 de março de 2020, e suas prorrogações posteriores não foram suficientes para evitar o contágio e disseminação da doença Coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º. Fica mantida a declaração do ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA em todo o território do Município de Entre Rios para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19 (novo Coronavírus).

§ 1º. O prazo de vigência do Estado de Calamidade Pública é de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. O atendimento ao público em toda a administração pública municipal, direta ou indireta, voltará ao normal, entretanto o atendimento ao público externo deverá ser reduzido às demandas que não poderão ser resolvidas através de outros meios não-presenciais, podendo ainda ser disponibilizado mecanismo de agendamento aos cidadãos (por telefone ou outro meio eletrônico).

§ 1º. Os trabalhos da Secretaria Municipal de Educação, em razão de suas peculiaridades, serão mantidos em regime de escala de trabalho dos servidores, aguardando-se as orientações expedidas pela Secretaria Estadual de Educação para o retorno às aulas.

§ 2º. Os órgãos públicos que retornarem às suas atividades deverão adotar as seguintes providências:

I - ter cartazes informativos dos cuidados nos seus ambientes sobre: higienização de mãos, uso do álcool 70%, uso obrigatório de máscaras, distanciamento entre as pessoas, limpeza de superfícies, ventilação e limpeza dos ambientes;

II - Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente de trabalho, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como, a desinfecção com álcool 70% de maçanetas, corrimãos, interruptores, barreiras físicas usadas como equipamentos de proteção coletiva como placas transparentes, máquinas de cartão, balcões, entre outros;

III - Deverá ser disponibilizado álcool gel 70% em cada posto de trabalho, devendo ser orientada e estimulada a sua utilização pelos trabalhadores e usuários;

IV - Capacitar os servidores, disponibilizar e exigir o uso dos EPIs apropriados para a realização das atividades, dentre as quais, máscaras de fabricação doméstica que deverão ser obrigatoriamente utilizadas por todos os servidores e usuários;

V - Caso a atividade a ser desenvolvida necessite de mais de um servidor ao mesmo tempo em cada ambiente, manter a distância mínima entre eles de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 3º. Fica expressamente proibido:

I – a utilização de espaços públicos, como praças, parques, estacionamentos e outros locais semelhantes, de modo individual ou coletivo;

II – a utilização compartilhada de bebedouros com jato inclinado, ou de qualquer outro aparato ou equipamento semelhante, em locais de acesso ao público;

III – a utilização de propriedades particulares, na cidade e no interior (sítios, chácaras e afins), com o objetivo de realização de festas ou eventos com aglomeração de pessoas, independentemente do tamanho da propriedade ou da quantidade de indivíduos;

IV – o uso compartilhado de áreas comuns de condomínios, associações, clubes recreativos e demais entidades afins, tais como parques infantis, quiosques, salões de festas e demais espaços semelhantes;

Art. 4º. O desempenho das atividades econômicas no âmbito do Município de Entre Rios, em todos os segmentos empresariais, bancários

e pelos profissionais liberais, como já previsto em outras regulamentações, bem como, a realização de missas e cultos, está condicionado à adoção compulsória das seguintes medidas de minimização de riscos associados à pandemia de COVID-19:

- I – adoção de estratégias de quarentena e isolamento social de colaboradores integrantes do quadro de pessoal inseridos nos grupos de risco, segundo a classificação da OMS e das normas do Estado de Santa Catarina, ratificadas em nível municipal;
- II – manutenção da adoção e priorização, sempre que possível, de home office;
- III – fornecimento de equipamentos de proteção individual obrigatórios aos empregados e colaboradores, notadamente máscaras e álcool em gel 70%, e, luvas e óculos de proteção quando for o caso;
- IV – disponibilização, em local de fácil acesso e visualização, de álcool em gel 70%, com impressão no mínimo em tamanho A4 orientando o uso pelos clientes;
- V – permissão da entrada e permanência nos estabelecimentos, de tão apenas 01 (um) cliente por grupo familiar, e com distanciamento a cada 4,00m² (quatro metros quadrados) de área útil a cada frequentador;
- VI – proibição, sob responsabilidade do administrador ou encarregado do estabelecimento, da entrada de pessoas no local sem o uso de máscara, nos termos do presente decreto;
- VII – priorizar, sempre que possível, a ventilação natural nos ambientes fechados;
- VIII – manutenção de todos os ambientes higienizados, com controle de distanciamento dos colaboradores entre si, e destes para com os frequentadores do local;
- IX – intensificação da higienização de utensílios de uso compartilhado, de superfícies e equipamentos com álcool 70%, preparação de antissépticos ou sanitizantes de efeito similar, tais como equipamentos, maçanetas, mesas, cadeiras, corrimões, sanitários, elevadores, áreas comuns de circulação de pessoas, dentre outros;
- X – em caso de formação de filas no interior do estabelecimento ou na área externa, a fixação de marcação horizontal indicando o distanciamento mínimo de 1,5m (um vírgula cinco metros) entre cada pessoa, bem como a fiscalização desse distanciamento.

§ 1º. No caso dos estabelecimentos que têm por objeto a venda de produtos alimentícios, tais como mercearias, minimercados, mercados, supermercados e afins fica estabelecida:

- a) a proibição, sob responsabilidade do administrador ou encarregado do estabelecimento, da entrada de mais de uma pessoa por grupo familiar a cada compra a ser realizada;
- b) a obrigação de orientar os clientes no sentido de que deve ser evitado, quando possível, o ingresso de crianças no interior do estabelecimento;
- c) a proibição do uso de cestos ou cestinhas para colocação de produtos;
- d) a obrigatoriedade da higienização dos carrinhos e demais utensílios disponibilizados aos clientes (caixas de entrega, dentre outros), após cada uso.

Art. 5º. Fica determinada a obrigatoriedade do uso de máscara facial, por todos os indivíduos que circularem pelo território do município de Entre Rios, seja no perímetro urbano ou rural, em especial:

I – Nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, inclusive vias públicas;

II – No interior de:

- a) órgãos públicos;
- b) nos estabelecimentos privados, comerciais, industriais, prestadores de serviço ou outras atividades.

§ 1º. O uso de máscara é obrigatório pela população, por agentes públicos, prestadores de serviço e particulares, por contribuintes, clientes, consumidores, fornecedores, empregados e colaboradores.

§ 2º. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator, conforme o caso, às penas de multa no valor de R\$ 250,00, sendo considerada infração de natureza sanitária, nos termos das normas legais.

§ 3º. O uso de máscaras de proteção facial constitui condição de ingresso e frequência eventual ou permanente, nos recintos a que alude o inciso II deste artigo.

§ 4º. Ficam incumbidas de fiscalizar o cumprimento das medidas determinadas neste decreto, todas as autoridades sanitárias e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, tais como: Vigilância Sanitária, Secretaria de Saúde, Defesa Civil, Polícia Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar, entre outras. Dento da Reserva Indígena TI XAPECO foi instituída a Equipe de Liderança para Monitoramento – Vigilância de Saúde Indígena.

Art. 6º. Fica proibida a circulação de pessoas que tiveram casos confirmados de COVID-19, durante o período de infecção, de pessoas que estejam sob monitoramento de retorno de viagem, e pessoas consideradas como suspeitos de estarem infectados, inclusive familiares, ou terceiros que tiveram contatos com aqueles.

§ 1º. As pessoas listadas no caput deste artigo, para que possam efetuar compras de seus mantimentos e remédios, e garantir sua sobrevivência, deverão estipular pessoas de sua confiança para que efetuem a compra.

§ 2º. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator, conforme o caso, às penas de multa no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), sendo considerada infração de natureza sanitária, nos termos das normas legais.

Art. 7º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Gabinete do Prefeito/Entre Rios, 15 de junho de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA N° 126, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2523698

PORTARIA N° 126, de 15 de junho de 2020.

Concede Licença à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 89, da Lei Complementar N° 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença, a pedido, à Servidora ANA PAULA NOLA BIZ, Matrícula nº 334 para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 15 de junho de 2020 e seu término em 14 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de junho de 2020.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 150/2020

Publicação Nº 2523386

PORTARIA Nº 150/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal JOVIR ALCEU ZANUZZO, ocupante do Cargo de Diretor, lotado na Secretaria Municipal de Administração, no período de 15/06/2020 a 29/06/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 03/19 a 03/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Junho de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS

Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 151/2020

Publicação Nº 2523391

PORTARIA Nº 151/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal MICHEL ESTEVÃO AVRELLA, ocupante do Cargo de Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 15/06/2020 a 29/06/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 08/18 a 08/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Junho de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS

Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 152/2020

Publicação Nº 2523392

PORTARIA Nº 152/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ELISIANE PATRICIA HENNIG, ocupante do

Cargo de Assessor de Planejamento, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 15/06/2020 a 14/07/2020, relativo ao período aquisitivo 06/19 a 06/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Junho de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 153/2020

Publicação Nº 2523395

PORTARIA Nº 153/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ROSANGELA BERGONSI, ocupante do Cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 15/06/2020 a 29/06/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 01/18 a 01/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Junho de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO Nº11/2020

Publicação Nº 2523399

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO E MATERIAL PARA FAZER INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM ANIMAIS DE PRODUTORES DE LEITE E CORTE DO MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL.

CONTRATADO: LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA

VALOR: R\$ 137.031,00 (cento e trinta e sete mil e trinta e um reais)

Vigência: Início: 15/06/2020 Término: 14/06/2021

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 31/2020

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 11/2020

Formosa Do Sul, 15 de Junho de 2020

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO Nº12/2020

Publicação Nº 2523401

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO E MATERIAL PARA FAZER INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM ANIMAIS DE PRODUTORES DE LEITE E CORTE DO MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL.

CONTRATADO: FABIO JOSE RECKZIEGEL - EPP

VALOR: R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais)

Vigência: Início: 15/06/2020 Término: 14/06/2021

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 31/2020

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 11/2020

Formosa Do Sul, 15 de Junho de 2020

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº76/2020

Publicação Nº 2523634

EXTRATO CONTRATUAL Nº 76/2020

OBJETO: CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS SITUADO EM LINHA SERRA ALTA, FORMOSA DO SUL/SC

CONTRATADO: RCR SERVICOS FLORESTAIS LTDA

VALOR: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência: Início: 01/07/2020 Término: 30/06/2030

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 24/2020

Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2020

Formosa Do Sul, 15 de Junho de 2020

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/PMF/2020

Publicação Nº 2523496

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/PMF/2020
(Referente Pregão Presencial nº. 33/PMF/2020)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, nº 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº.1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1. WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.937.057/0001-23, estabelecida na Avenida 25 de julho, em Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Danny César Warmling, portador da CI nº. 3.361.340 e inscrito no CPF nº. 021.438.639-26;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 33/PMF/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de uniformes, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
- 1.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 1.3. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição do objeto num prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
 - 2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.
 - 1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.
 - 1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.
 - 1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.
3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.
 - 1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:
 - 1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
 - 1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;
 - 1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
 - 1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;
 - 1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
2. Da Detentora da Ata:
 - 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
 - 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;
 - 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
 - 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
 - 2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - B) apresentar documentação falsa;
 - C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - E) não mantiver a proposta;
 - F) cometer fraude fiscal;
 - G) comportar-se de modo inidôneo.
2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. Felipe Dordette de Abreu, será o Fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Adilson José Martinello, Secretário de Cultura, Esporte e Turismo será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 33/PMF/2020, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 15 de JUNHO de 2020.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Danny César Warmling
Felipe Dordette de Abreu
Fiscal da Ata

AVISO DE ERRATA - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2020 - PREGÃO PRESENCIAL PMF Nº 67/2020

Publicação Nº 2523835

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 67/PMF/2020

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar a publicação da Ata de Registro de Preço nº 32/PMF/2020 referente ao Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial Nº. 67/PMF/2020, publicada no DOM/SC, página 272 da edição nº 3167 como segue abaixo:

Onde se lê:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de gêneros de alimentação para atendimento as necessidades da Assistência Social do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Leia-se:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de gêneros de alimentação para uso na manutenção da Polícia Militar de Santa Catarina do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Forquilha/SC, 15 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 16/2020

Publicação Nº 2523738

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 16/2020
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DO OBJETO –O presente termo tem por objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de perícia médica, para formar a JUNTA MÉDICA do Município de Forquilha/SC, conforme se segue:

Item	Quant.	Unid.	Especificação (PMF)	Valor unit.	Valor Total
01	10	Horas	Serviços médicos periciais executado por especialista em Medicina do Trabalho com RQE	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
02	10	Horas	Serviços médicos periciais executado por especialista em psiquiatria com RQE	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
03	10	Horas	Serviços médicos periciais executado por clínico geral.	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00

VALOR – O valor unitário pago pelo serviço prestado será de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora trabalhada para cada profissional, perfazendo um valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o exercício corrente.

VIGÊNCIA – Até 28/05/2021.

DOTAÇÃO – 1701.2070. 3390 (63);

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 59/PMF/2020.

DATA DA ASSINATURA – 28 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 42/2020

Publicação Nº 2523860

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 42/2020

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.

DO OBJETO – Aquisição de uma máquina retroescavadeira a ser empregada como auxiliar na agricultura do Município de Forquilha/SC, conforme Proposta nº. 030959/2019, Convênio nº. 890116/2019, celebrado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

VALOR – R\$ 192.500,00 (cento e noventa e dois mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA – 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO – 1002.2030.4490 (185), (186).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Eletrônico nº. 42/PMF/2020.

DATA DA ASSINATURA – 05 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 44/2020

Publicação Nº 2523852

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 44/2020

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

OBJETO- Contratação de empresa especializada para execução da pavimentação asfáltica com extensão de 260,00 metros da estrada vicinal Linha Eyng, Bairro Santa Isabel, Município de Forquilha/SC, por meio do Convênio nº. 865544/2018 firmado junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR).

VALOR – R\$ 253.013,17 (duzentos e cinquenta e três mil e treze reais e dezessete centavos).

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é de 1.915 (um mil e novecentos e quinze dias) dias corridos (prazo de execução + prazo de garantia de 05 anos) contados a partir da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO – 0702.1015.4490 (127), (128).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Tomada de Preço nº. 65/PMF/2020.

DATA DA ASSINATURA – 10 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO FMPS 03/2020

Publicação Nº 2523736

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE CONTRATO FMPS Nº. 03/2020

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE FORQUILHINHA

DO OBJETO –O presente termo tem por objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de perícia médica, para formar a JUNTA MÉDICA do Município de Forquilha/SC, conforme se segue:

Item	Quant.	Unid.	Especificação (PMF)	Valor unit.	Valor Total
01	20	Horas	Serviços médicos periciais executado por especialista em Medicina do Trabalho com RQE	R\$ 500,00	R\$ 10.000,00

02	20	Horas	Serviços médicos periciais executado por especialista em psiquiatria com RQE	R\$ 500,00	R\$ 10.000,00
03	20	Horas	Serviços médicos periciais executado por clínico geral.	R\$ 500,00	R\$ 10.000,00

VALOR – O valor unitário pago pelo serviço prestado será de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora trabalhada para cada profissional, perfazendo um valor global de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o exercício corrente.

VIGÊNCIA – Até 28/05/2021.

DOTAÇÃO – 1901.2081. 3390 (4);

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 59/PMF/2020.

DATA DA ASSINATURA – 28 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO PMF 39/2020

Publicação Nº 2523731

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 39/2020
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – MED SERVICE CONSULTAS AMBULATORIAIS LTDA

DO OBJETO –O presente termo tem por objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de perícia médica, para formar a JUNTA MÉDICA do Município de Forquilha/SC, conforme se segue:

Item	Quant.	Unid.	Especificação (PMF)	Valor unit.	Valor Total
01	50	Horas	Serviços médicos periciais executado por especialista em Medicina do Trabalho com RQE	R\$ 500,00	R\$ 25.000,00
02	50	Horas	Serviços médicos periciais executado por especialista em psiquiatria com RQE	R\$ 500,00	R\$ 25.000,00
03	50	Horas	Serviços médicos periciais executado por clínico geral.	R\$ 500,00	R\$ 25.000,00

VALOR – O valor unitário pago pelo serviço prestado será de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora trabalhada para cada profissional, perfazendo um valor global de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para o exercício corrente.

VIGÊNCIA – Até 28/05/2021.

DOTAÇÃO – 0401.2010.3390 (28); 0501.2017.3390 (80);

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 59/PMF/2020.

DATA DA ASSINATURA – 28 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0014_2020-PMF - SOCIAL

Publicação Nº 2523538

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0014/2020 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0090/2020 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A prefeita de Fraiburgo (SC), através do município de Fraiburgo, torna público a Dispensa de Licitação nº 0014/2020, nos seguintes termos:
Objeto: Dispensa de Licitação para aquisição de equipamento de proteção individual para o enfrentamento do COVID-19, para uso da Secretaria de Assistência Social. Contratada: ANDREAS MICHAEL MEDEIROS EIRELI, inscrito no CNPJ sob nº 32.527.410/0001-81. Prazo de Vigência: 01 a 30 de junho de 2020. Valor Total: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Fundamento Legal: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 e Lei Federal 13.979/2020.

Fraiburgo(SC), 15 de junho de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035_2020 RP 0036 - PMF

Publicação Nº 2524720

Aviso do Pregão Presencial nº 0035/2020 – PMF
Registro de Preços nº 0036/2020
Processo Administrativo Licitatório nº 0091/2020
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
EDITAL COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de forma parcelada de carimbos, almofada de reposição e refil para uso do Órgão Gerenciador (Município De Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FME, FMS E SANEFRAI). Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 10:00 horas do dia 07.07.2020, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 10:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 16 de junho de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

DECRETO Nº 130 - 2020

Publicação Nº 2523848

DECRETO Nº 130, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL GRATUITO DE USO DE BENS PÚBLICOS PARA FINS INDUSTRIAIS E EMPRESARIAIS ORIUNDOS DA CHAMADA PÚBLICA 0001/2020.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para acompanhamento e fiscalização dos contratos de concessão de direito real gratuito de uso de bens públicos para fins industriais e empresariais da CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2020 “PAL” 0016/2020, sendo assim constituída:

- I – Priscila dal Magro Cordeiro - Assistente Administrativo
- II – Victoria de Liz de Campos - Assistente Administrativo
- III – Andressa Rezzadori Barbosa - Assistente Administrativo

Art. 2º Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC., 15 DE JUNHO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3172 e 16/06/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br; com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 131 - 2020

Publicação Nº 2523849

DECRETO Nº 131, DE 15 DE JUNHO DE 2020**DISPÕE SOBRE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR.**

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2467 de 04 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2019 no valor de R\$ **2.527.823,20** (dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte centavos), nas seguintes dotações:

02.00 – Procuradoria Geral		
02.01 – Procuradoria Geral		
04.122.0001.2.005 – Manutenção da Procuradoria Geral		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0223 (262)	R\$	500.000,00
04.00 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.122.0001.2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0223 (263)	R\$	500.000,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
20.606.0015.2.041 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0223 (264)	R\$	500.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.2.052 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0223 (265)	R\$	500.000,00
11.00 – Secretaria de Assistência Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Fraiburgo		
08.244.0020.2.058 – Manutenção do CREAS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0531 (266)	R\$	150.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0008.2.032 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0478 (100)	R\$	377.823,20
TOTAL	R\$	2.527.823,20

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício de acordo com cada fonte de recurso.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 15 DE JUNHO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº **3172** e **16/06/2020**, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EXTRATO DE CONTRATO N° CT20PMF57_DOM

Publicação N° 2524724

EXTRATO DO CONTRATO N° CT20PMF57

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADO: NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS EIRELI. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIOS NA AV. 01, BAIRRO X DE NOVEMBRO NA CIDADE DE FRAIBURGO – SC, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVOS (ANEXOS AO PAL E PARTE DELE INTEGRANTE). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 512.000,00 (QUINHENTOS E DOZE MIL REAIS). DATA DO CONTRATO: 16.06.2020. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 16.06.2020 A 14.12.2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 0079/2020 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N° 0007/2020. RECURSOS: 9.100 RECURSOS ORDINÁRIOS DO REPASSE DO CONVÊNIO N° 894405/2019/MDR/CAIXA, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. FRAIBURGO (SC), 16 DE JUNHO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA DE FRAIBURGO

PORTARIA 08402020

Publicação N° 2523514

PORTARIA N° 0840, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MAHINÃ LESTON ARAUJO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 016.530.650-52, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08412020

Publicação N° 2523516

PORTARIA N° 0841, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELISABETE TAVARES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 076.028.119-09, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08422020

Publicação N° 2523524

PORTARIA N° 0842, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLEBER PIANA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 069.228.609-85, no cargo de provimento em comissão de CO-ORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08432020

Publicação N° 2523526

PORTARIA N° 0843, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELIÉZER DE ASSIS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 093.266.899-21, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08442020

Publicação N° 2523529

PORTARIA N° 0844, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADRIANO FRANCO DE CAMARGO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 017.554.939-75, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08452020

Publicação N° 2523533

PORTARIA N° 0845, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSUÉ MACHADO DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 064.881.479-35, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08462020

Publicação N° 2523534

PORTARIA N° 0846, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 054/2020, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FRANCIANE APARECIDA PINTO FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 108.719.529-20, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08472020

Publicação Nº 2523535

PORTARIA Nº 0847, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DIEGO RAFAEL NOVICKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 009.673.539-20, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08482020

Publicação Nº 2523845

PORTARIA Nº 0848, DE 15 DE JUNHO DE 2020.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0011 de 20 de agosto de 2019, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 246/2020, da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados no Edital destinado a contratação no Regime Especial de Contratação e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Combate as Endemias para atender excepcional interesse público, tendo em vista que foi encontrado um foco de mosquito da dengue no Município;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JAQUELINE VARELA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 113.667.929-47, na função de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de junho de 2020 até 17 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO CME 005-2020 - APROVA A DIRETRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE FRAIBURGO

Publicação Nº 2524676

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC*****Resolução nº. 005/2020 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo******Fixa as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil do Município de Fraiburgo.***

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na LEI Nº 1525/2020, que institui o SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, resolve:

Art. 1º – A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil no município de Fraiburgo, a ser observada na organização de propostas pedagógicas das Instituições de Educação Infantil, que integram a rede municipal de ensino.

Art. 2º – As Diretrizes Curriculares da Educação Infantil foram elaboradas coletivamente nos anos de 2014 a 2019, com a participação de professores e gestores de todas as instituições de educação infantil do município.

Art. 3º – As Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Resolução 05/2009 do CNE), com o Currículo Base do Território Catarinense e com a Base Nacional Comum Curricular (Resolução 02/2017 do CNE), e com a Diretriz Curricular da Educação Infantil da Amarp e reúne princípios, fundamentos e procedimentos definidos para orientar as políticas públicas na elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Art. 4º – Nas Diretrizes, o currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 5º – As Propostas Pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Art. 6º – A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos, que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Art. 7º – As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

- I. Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- II. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Art. 8º – Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- I. Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- II. Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III. Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV. Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- V. Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Resolução CME 005/2020 – Aprova Diretriz Curricular da Educação Infantil do Município de Fraiburgo e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC

Art. 9º – A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, campos e experiências de aprendizagem, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

- I. A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;
- II. A indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;
- III. A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;
- IV. O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;
- V. O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;
- VI. Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;
- VII. A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- VIII. A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;
- IX. O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;
- X. A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

Art. 10º – As práticas pedagógicas que compõem o Currículo da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo os seguintes direitos de aprendizagem e desenvolvimento:

- I. Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;
- II. Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;
- III. Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades, propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando em relação a eles;
- IV. Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia;
- V. Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens;
- VI. Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Art. 11º – O currículo da educação infantil, para o cumprimento dos seus direitos de aprendizagem, deve ter sua organização em campos, objetivos e experiências de aprendizagem.

Art. 12º – O currículo da educação infantil compõe-se de cinco campos de experiências:

- I. O eu, o outro, o nós;
- II. Corpo, gestos e movimentos;
- III. Traços, sons, cores e formas;

Resolução CME 005/2020 – Aprova *Diretriz Curricular da Educação Infantil do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC

- IV. Escuta, fala, pensamento e imaginação;
- V. Tempos, quantidades, relações e transformações.

Parágrafo único – As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dos direitos e campos de experiências.

Art. 13º – As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- I. A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- II. Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, pareceres, fotografias, desenhos, álbuns, vídeos, etc.);
- III. A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- IV. Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- V. A não retenção das crianças na Educação Infantil.

Art. 14º – Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Art.15º – Cabe à Secretaria Municipal de Educação elaborar orientações para a implementação dessas Diretrizes.

Art.16º – Cabe à Secretaria de Educação organizar a cada 2 anos, com a participação de professores e gestores, a avaliação das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, encaminhando para este conselho as alterações e complementações necessárias.

Art.17º – A presente Resolução complementa a Resolução 003/2017 a qual Fixa normas para a Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Município de Fraiburgo.

Art.18º – Compõe esta resolução o Documento “Currículo Municipal Educação Infantil Fraiburgo – SC - PARTE I e PARTE II” o qual deverá ser disponibilizado em formato digital no Blog da Secretaria Municipal de Educação no endereço eletrônico: www.sme Fraiburgo.blogspot.com.br e na página do Conselho Municipal de Educação no seguinte endereço eletrônico: www.planomunicipaleducacaofraiburgo.blogspot.com.br.

Art.18º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Aprovado em 09/06/2020.

Presidente Do Conselho Municipal De Educação

Registre-se e Publique-se.

Participaram da reunião para aprovação desta normativa na data de 09 de junho de 2020:

Almir Granemann dos Reis	Giorgia Roberta Casagrande Americano
Bernadete Aparecida Pierdoná Sartori	Helenice Ribeiro
Eliani Luci Morsoletto dos Santos	Janice Aparecida Prestes
Elisangela Maria Barbosa Dalanhol	Josieli Matteucci
Gilberto Speggorin de Oliveira	Lia Frey

Resolução CME 005/2020 – Aprova *Diretriz Curricular da Educação Infantil do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC

Lindomar Palmera

Rojandro Polo

Lucia Bernadete Oliveira Panisson

Tatiana Carla Scalabrin

Convidados

Angela Maria Ribeiro Serafini

Denilson Dalagnol

Karla Valéria Morsoletto

Michelly Ferlin Hildebrando dos Santos

Roberto Rivelino Lemos

Rose Mari Gaio Bianchi

(*) Publicada a presente resolução em 16 de junho de 2020 no Diário Oficial dos Municípios

Tânia da Silva Ferreira

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Resolução CME 005/2020 – Aprova *Diretriz Curricular da Educação Infantil do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CME 006-2020 - APROVA A DIRETRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS (1)

Publicação Nº 2524677

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC*****Resolução nº. 006/2020 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo***

Institui e orienta a implantação das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do Município de Fraiburgo, a ser respeitada obrigatoriamente no âmbito da Educação Básica.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos artigos 22, 23, 26, 27 e 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento nos artigos 205 e 210 da Constituição Federal, nas metas e diretrizes, definidas no Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei nº 2294, de 17 de junho de 2015, bem como na Resolução da BNCC nº 02 CNE/CP, aprovada em 22 de dezembro de 2017, e:

CONSIDERANDO que o art. 205 da Constituição Federal define que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”;

CONSIDERANDO que o art. 210 da Constituição Federal define que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”;

CONSIDERANDO que o art. 22 da LDB esclarece que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”;

CONSIDERANDO que o art. 23 da LDB define que “a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”;

CONSIDERANDO que o art. 26 da LDB, na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, estipula que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”;

CONSIDERANDO que o art. 27 da LDB indica que os conteúdos curriculares da Educação Básica observarão, entre outras, a diretriz da “difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”;

CONSIDERANDO que o art. 32 da LDB, na redação dada pela Lei nº 11.274/2006, determina que “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”.

CONSIDERANDO o parágrafo único do art. 15 da Resolução nº 02 do CNE/CP de 22 de dezembro de 2017 que “a adequação dos currículos à BNCC deve ser efetivada preferencialmente até 2019 e no máximo, até início do ano letivo de 2020”.

Resolução CME 006/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC

Resolve:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – A presente Resolução e seu Anexo instituem as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, como documento de caráter normativo que define os fundamentos teórico-metodológicos da prática pedagógica e o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e orientam sua implementação pelo sistema municipal de ensino, bem como pelas instituições escolares.

Parágrafo Único. No exercício de sua autonomia e no processo de construção de suas propostas pedagógicas, atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos nestas Diretrizes, as instituições escolares poderão adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem necessários.

Art. 2º – As aprendizagens essenciais são definidas como conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de os mobilizar, articular e integrar, expressando-se em competências.

Parágrafo único: As aprendizagens essenciais compõem o processo formativo de todos os educandos ao longo da etapa do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, como direito de pleno desenvolvimento e seu preparo para o exercício da cidadania.

Art. 3º – No âmbito destas Diretrizes e com base na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Art. 4º – As Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, pautadas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e no Currículo Base do Território Catarinense, fundamenta-se nas seguintes competências gerais, expressão dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem desenvolvidas pelos estudantes:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;
3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;
4. Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado consigo mesmo, com os outros e com o planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, de forma harmônica, e a cooperação, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Resolução CME 006/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC****CAPÍTULO II – DAS DIRETRIZES CURRICULARES E DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

Art. 5º – As propostas pedagógicas das instituições de ensino, para desenvolvimento dos currículos, devem ser elaboradas e executadas com efetiva participação de seus docentes, os quais devem definir seus planos de trabalho coerentemente com as respectivas propostas pedagógicas.

Parágrafo Único. As propostas pedagógicas e os currículos devem considerar as múltiplas dimensões dos estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, na perspectiva de efetivação de uma educação integral.

Artigo 6º – Os currículos, coerentes com a proposta pedagógica da instituição, devem adequar as proposições das Diretrizes Curriculares à sua realidade, considerando, para tanto, o contexto e as características dos estudantes, devendo:

- I. Contextualizar os objetos de conhecimento curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas;
- II. Decidir sobre formas de organização dos componentes curriculares – disciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar ou pluridisciplinar – e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares, de modo que se adote estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;
- III. Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização, entre outros fatores;
- IV. Conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os estudantes nas aprendizagens;
- V. Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado, que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da instituição escolar, dos professores e dos alunos;
- VI. Selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;
- VII. Criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de desenvolvimento docente, que possibilitem contínuo aperfeiçoamento da gestão do ensino e aprendizagem, em consonância com a proposta pedagógica da instituição;
- VIII. Manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das instituições, em atenção às diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação e normas complementares, definidas pelos respectivos Conselhos de Educação; §1º Os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira.

Art. 7º – As instituições de ensino devem intensificar o processo de inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, garantindo condições de acesso e de permanência com aprendizagem, buscando prover atendimento com qualidade.

CAPÍTULO III – DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Art. 8º – As Diretrizes Curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental aponta para a necessária articulação com as experiências vividas na Educação Infantil, prevendo progressiva sistematização dessas experiências quanto ao desenvolvimento de novas formas de relação com o mundo, novas formas de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Art. 9º – Para atender o disposto no inciso I do artigo 32 da LDB, no primeiro e no segundo ano do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, de modo que se garanta aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora e a escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária dos estudantes, e o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções, bem como o significado e uso das quatro operações matemáticas.

Resolução CME 006/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

Art. 10º – Os currículos e propostas pedagógicas devem prever medidas que assegurem aos estudantes um percurso contínuo de aprendizagens ao longo do Ensino Fundamental, promovendo integração, evitando a ruptura no processo e garantindo o desenvolvimento integral e autonomia.

Art. 11º – As Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, está organizada em Áreas do Conhecimento, com as respectivas competências, a saber:

I. Linguagens:

- a. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais;
- b. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva;
- c. Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos, de forma harmônica, e à cooperação;
- d. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo;
- e. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas;
- f. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar por meio das diferentes linguagens, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

II. Matemática:

- a. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, bem como uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho;
- b. Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e atuar no mundo, reconhecendo também que a Matemática, independentemente de suas aplicações práticas, favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico, do espírito de investigação e da capacidade de produzir argumentos convincentes;
- c. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções;
- d. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo que se investigue, organize, represente e comunique informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes;
- e. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados;
- f. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas e dados);
- g. Agir individual ou cooperativamente com autonomia, responsabilidade e flexibilidade, no desenvolvimento e/ou discussão de projetos, que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;
- h. Interagir com seus pares, de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos, bem como na busca de soluções para problemas, de modo que se identifique aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

Resolução CME 006/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC

III. Ciências da Natureza:

- a. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico;
- b. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de forma que se sinta, com isso, segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, além de continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
- c. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza;
- d. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho;
- e. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista, que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;
- f. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética;
- g. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.
- h. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

IV. Ciências Humanas:

- a. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de maneira que se exercite o respeito à diferença, em uma sociedade plural, além de promover os direitos humanos;
- b. Analisar o mundo social, cultural e digital, e o meio técnico-científico informacional, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo;
- c. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de forma que participe efetivamente das dinâmicas da vida social, exercitando a responsabilidade e o protagonismo, voltados para o bem comum, e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
- d. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas, com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo, com isso, o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;
- e. Comparar eventos ocorridos, simultaneamente, no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço, e em espaços variados;
- f. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental;
- g. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação, no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal, relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

V. Ensino Religioso/Filosofia:

- a. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos;
- b. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios;
- c. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida;
- d. Conviver com a diversidade de identidades, crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver;
- e. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;

Resolução CME 006/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

- f. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo que se assegure assim os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

§1º As Áreas do Conhecimento favorecem a comunicação entre os saberes dos diferentes componentes curriculares, intersectam-se na formação dos alunos, mas preservam as especificidades de saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes;

§ 2º O Ensino Religioso, conforme prevê a Lei 9.394/1996, deve ser oferecido nas instituições de ensino e redes de ensino públicas, de matrícula facultativa aos alunos do Ensino Fundamental, conforme regulamentação e definição dos sistemas de ensino.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12º – As instituições de ensino devem alinhar seus currículos e propostas pedagógicas às Diretrizes Curriculares.

Parágrafo único. A adequação deve ser efetivada preferencialmente até Dezembro/2020 e no máximo, até Fevereiro/2021.

Art. 13º – Na perspectiva de valorização do professor e da sua formação continuada, as normas, os currículos dos cursos e programas a eles destinados devem adequar-se às Diretrizes Curriculares.

§ 1º A adequação dos cursos e programas destinados à formação continuada de professores pode ter início a partir da publicação desta Resolução.

Art. 14º – Os programas e projetos pertinentes à Secretaria Municipal de Educação e às instituições de ensino devem ser alinhados às Diretrizes Curriculares, em até 1 (um) ano após sua publicação.

Art. 15º – Na transição para o Ensino Fundamental – Anos Finais a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Art. 16º – Cabe à Secretaria Municipal de Educação elaborar orientações para a implementação dessas Diretrizes.

Art. 17º – Cabe à Secretaria de Educação organizar a cada 2 anos, com a participação de professores e gestores, a avaliação das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, encaminhando para este conselho as alterações e complementações necessárias.

Art. 18º – Caberá ao CME, no âmbito de suas competências, resolver as questões suscitadas pela presente norma.

Art. 19º – Esta Resolução revoga a Resolução 005/2012 do Conselho Municipal de Educação a qual aprovou a Proposta Pedagógica Municipal do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de Fraiburgo.

Art. 20º – Compõe esta resolução o Documento “Currículo Municipal Ensino Fundamental – Anos Iniciais” o qual deverá ser disponibilizado em formato digital no Blog da Secretaria Municipal de Educação no endereço eletrônico: www.smefraiburgo.blogspot.com.br e na página do Conselho Municipal de Educação no seguinte endereço eletrônico: www.planomunicipaleducacaofraiburgo.blospot.com.br. O mesmo deverá ser apresentado na íntegra, e, fracionado em 03 (três) partes, para fins didáticos.

Art. 21º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aprovado em 09/06/2020.

Presidente Do Conselho Municipal De Educação

Registre-se e Publique-se.

Participaram da reunião para aprovação desta normativa na data de 09 de junho de 2020:

Almir Granemann dos Reis

Eliani Luci Morsoletto dos Santos

Bernadete Aparecida Pierdoná Sartori

Elisangela Maria Barbosa Dalanhol

Resolução CME 006/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC

Gilberto Speggiorin de Oliveira

Lia Frey

Giorgia Roberta Casagrande Americano

Lindomar Palmera

Helenice Ribeiro

Lucia Bernadete Oliveira Panisson

Janice Aparecida Prestes

Rojandro Polo

Josieli Matteucci

Tatiana Carla Scalabrin

Convidados

Angela Maria Ribeiro Serafini

Denilson Dalagnol

Karla Valéria Morsoletto

Michelly Ferlin Hildebrando dos Santos

Roberto Rivelino Lemos

Rose Mari Gaio Bianchi

(*) Publicada a presente resolução em 16 de junho de 2020 no Diário Oficial dos Municípios

Tânia da Silva Ferreira
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Resolução CME 006/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2020 - 146 A 147

Publicação Nº 2523989

DECRETO Nº 146/2020

DISPÕE SOBRE O REMEMBRAMENTO DE LOTES URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 5º, da Lei Municipal nº 284/83 (Parcelamento do solo), resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam lembrados os lotes urbanos constantes atualmente como: lote urbano nº 01 da matrícula nº 994 da Quadra nº 56, com superfície de 560m² e o lote urbano nº 02 da matrícula nº 916 da Quadra nº 56, com superfície de 595m², passando a ter área unificada total de 1155,00m², situados na cidade de Galvão-SC, descritos e matriculados no CRI de São Domingos-SC, de propriedade do Município de Galvão-SC, com as seguintes confrontações:

a) Lote urbano nº 01 da matrícula nº 994 da Quadra nº 56, com superfície de 560m², com as seguintes confrontações:

- NORDESTE: com o Lote nº 02, da mesma quadra, na extensão de 35,00m;
- SUDOESTE: com a Rua nº 07 (atualmente Rua Vital Brasil), na extensão de 35,00m;
- NOROESTE: com a Avenida nº 01 (atualmente Av. Sete de Setembro), na extensão de 16,00m;
- SULESTE: com o Lote nº 07, da mesma quadra, na extensão de 16,00m.

b) Lote urbano nº 02 da matrícula nº 916 da Quadra nº 56, com superfície de 595m², com as seguintes confrontações:

- NORDESTE: com o Lote nº 03, da mesma quadra, na extensão de 35,00m;
- SUDOESTE: com o Lote nº 01, da mesma quadra, na extensão de 35,00m;
- NOROESTE: com a Avenida nº 01 (atualmente Av. Sete de Setembro), na extensão de 17,00m;
- SULESTE: com o Lote nº 07, da mesma quadra, na extensão de 17,00m.

Art. 2º. Fica determinado que o respectivo imóvel, objeto do presente remembramento passará a denominar-se LOTE URBANO Nº 01 E 02, DA QUADRA nº 56, com área total de 1.155,00 m² (um mil, cento e cinquenta e cinco metros quadrados), com as seguintes confrontações:

- NORDESTE: com o Lote nº 03, da mesma quadra, na extensão de 35,00m;
- SUDOESTE: com a Rua nº 07 (atualmente Rua Vital Brasil), na extensão de 35,00m;
- NOROESTE: com a Avenida nº 01 (atualmente Av. Sete de Setembro), na extensão de 33,00m;
- SULESTE: com o Lote nº 07, da mesma quadra, na extensão de 33,00m.

Art. 3º. Fica ainda, declarado que o procedimento de parcelamento do solo pretendido atende as disposições previstas no Artigo 3º da Lei Federal nº 6.766.

Art. 4º. Fazem parte integrante deste Decreto todo o memorial descritivo, mapa, ARTs e Alvarás que competem a este processo conforme rege as Leis Municipais, os quais devem ficar arquivados junto ao setor de tributação do município.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de junho de 2020.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 147/2020

DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GALVÃO-SC, NOS TERMOS DO COBRAD Nº 1.5.1.1.0 (DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS), PARA FINS DE ENFRENTAMENTO DO COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a situação de emergência declarada pelo Decreto Municipal nº 089/2020 de 20 de março de 2020, para o enfrentamento da pandemia do coronavírus;

CONSIDERANDO que no dia 17 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 562, por meio do qual declarou "estado de calamidade pública em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, resolve e, DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado estado de calamidade pública no território do Município de Galvão-SC, para fins de enfrentamento à epidemia do COVID-19, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Ficam mantidas as disposições contidas na declaração de situação de emergência de que trata o Decreto Municipal nº 089/2020 de 20/03/2020, bem como todos os demais atos legais editados para o enfrentamento da epidemia decorrente do coronavírus.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de junho de 2020.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

PROCESSO LICITATÓRIO 039/2020 ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO

Publicação Nº 2523637

EXTRATO DE EDITAL ABERTURA DOS ENVELOPES 02 – PROPOSTA PREÇO

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará fazendo a abertura dos envelopes da PROPOSTA PREÇO referente ao PROCESSO LICITATÓRIO 039/2020, Edital de Tomada de Preço 003/2020, tipo menor preço por lote às 09h:00min. do dia 23 de junho de 2020, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA PARA O MUNICIPIO DE GALVÃO - SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 e subsidiariamente a Lei 10.520/2002, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br.

Galvão - SC, 15 de junho de 2020.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO EDITAL RETIFICADO PE038/2020

Publicação Nº 2524271

AVISO DE EDITAL RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2020
PROCESSO Nº 016/2020

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 03/06/2020, cujo objeto é o registro de preço para aquisição parcelada de acessórios e consumíveis para os equipamentos de cardiologia (eletrocardiógrafos e desfibrilador) para atender demanda da policlínica do município de Garopaba. Considerando que as alterações promovidas influenciam na formulação das propostas de preço, foram prorrogados os prazos para recebimento de propostas e realização da sessão pública conforme segue:

As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 26/06/2020. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 26/06/2020, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 15 de junho de 2020.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 139/2020

Publicação Nº 2524453

DECRETO N.º 139, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 72, DE 13 DE MARÇO DE 2020, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 072, de 13 de março de 2020, que "Dispõe sobre a aprovação do plano de aplicação do recurso destinado ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica do SUS (Qualifar SUS) em Garopaba.", conforme anexo I, ao presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de junho de 2020.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Anexo I

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 72 de 13 de março de 2020.

Dispõe sobre a aprovação do plano de aplicação do recurso destinado ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica do SUS (Qualifar SUS) em Garopaba.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 13 de março de 2020, no uso de suas atribuições:

Resolve aprovar o plano de aplicação do recurso destinado ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica do SUS (Qualifar SUS) em Garopaba.

ELSITA THORSTENBERG ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

DECRETO N.º 140/2020

Publicação Nº 2524458

DECRETO N.º 140, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

FICAM HOMOLOGADAS AS RESOLUÇÕES N.º 73, 74 E 75 DE 29 DE MAIO DE 2020, TODAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam Homologadas as Resoluções n.ºs 073, de 29 de maio de 2020, que "DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PACTUAÇÃO DE DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES DE SAÚDE- 2020", 074, de 29 de maio de 2020, que "DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2020" e 075, de 29 de maio de 2020, que "DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2020", conforme anexos I, II e III ao presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de junho de 2020.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

ANEXO I

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 73 de 29 de maio de 2020.

Dispõe sobre a aprovação da pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores de Saúde- 2020

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, seguindo o Decreto Municipal nº 087 de 26/03/2020 realizou a reunião extraordinária no dia 29 de maio de 2020, às 09h00min através de videoconferência pelo aplicativo googlemet- código: wdt-vjtq-zvj, no uso de suas atribuições:

Resolve aprovar a pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores de Saúde - 2020.

ELSITA THORSTENBERG ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ANEXO II

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 74, de 29 de maio de 2020.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 1º quadrimestre de 2020.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, seguindo o Decreto Municipal nº 087 de 26/03/2020

realizou a reunião extraordinária no dia 29 de maio de 2020, às 09h00min através de videoconferência pelo aplicativo googlemet- código:wdt-vjtq-zvj, no uso de suas atribuições:

Resolve aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 1º quadrimestre de 2020.

ELSITA THORSTENBERG ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ANEXO III

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 75 de 29 de maio de 2020.
Dispõe sobre a aprovação da Programação Anual de Saúde 2020.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, seguindo o Decreto Municipal nº 087 de 26/03/2020 realizou a reunião extraordinária no dia 29 de maio de 2020, às 09h00min através de videoconferência pelo aplicativo googlemet- código:wdt-vjtq-zvj, no uso de suas atribuições:

Resolve aprovar a Programação Anual de Saúde 2020.

ELSITA THORSTENBERG ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

DECRETO N.º 141/2020

Publicação Nº 2524460

DECRETO Nº. 141, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº. 07, DE 10 DE JUNHO DE 2020, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GAROPABA - CMAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução nº. 07, de 10 de junho de 2020, que "DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS RECURSOS ORIUNDOS DO FEAS PARA FINANCIAMENTO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS PARA O FMAS DE GAROPABA REFERENTE O EXERCÍCIO 2020", conforme anexo I do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

ANEXO I

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995
GAROPABA/ SC
Telefone (48)32548167/32548162
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº. 07

Dispõe sobre o cofinanciamento dos recursos oriundos do FEAS para financiamento de Benefícios Eventuais para o FMAS de Garopaba referente o exercício 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), cumprindo as Orientações do CEAS/SDS nº 01/2020 e em cumprimento ao Decreto Municipal nº 087 de 26/03/2020 art. 09, realizou a reunião não presencial extraordinária, realizada dia 10 de Junho de 2020, número da reunião 1261930621 as 18:00 hs através de vídeo Conferência no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS 2º e 3º parcelas para o cofinanciamento dos Benefícios Eventuais no valor de R\$ 19.897,95 (cada parcela), a ser transferido para o FMAS, referente o ano de 2020, a ser executado para fins de custeio conforme o percentual estabelecido no referido Plano de Trabalho.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de trabalho do Cofinanciamento, no âmbito dos Benefícios Eventuais de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Sociassistenciais (Resolução CNAS nº 09/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 10 de Junho de 2020.
Marivone I. Abreu
Presidente do CMAS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 785/2020.

Publicação Nº 2523588

PORTARIA Nº. 785, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº. 254/2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 254/2020.
RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão de Sindicância Administrativa, instituído pela Portaria nº. 254/2020, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA, nos termos do art. 193, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão da Sindicância Administrativa, Portaria nº. 254/2020, que concluiu pelo arquivamento da Sindicância Administrativa de acordo com o Artigo 173 inciso I da Lei Municipal 1000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de junho de 2020.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito do Município de Garopaba

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 786/2020.

Publicação Nº 2523594

PORTARIA Nº. 786, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº. 255/2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 255/2020.

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão de Sindicância Administrativa, instituído pela Portaria nº. 255/2020, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA, nos termos do art. 193, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão da Sindicância Administrativa, Portaria nº. 255/2020, que concluiu pelo arquivamento da Sindicância Administrativa de acordo com o Artigo 173 inciso I da Lei Municipal 1000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito do Município de Garopaba

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 787/2020.

Publicação Nº 2524607

PORTARIA Nº. 787, DE 15 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO EXTEMPORÂNEO DE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, observado o Processo Administrativo nº 182/2020,

RESOLVE,

Art. 1º. Reconhecer, extemporaneamente, a concessão de LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES (Licença sem Vencimentos) à servidora VIVIAN SCHRÖTER, matrícula 0428, no período de 14/10/1997 a 01/01/1998.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 14/10/1997, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 788/2020.

Publicação Nº 2524610

PORTARIA Nº. 788, DE 15 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO EXTEMPORÂNEO DE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, observado o Processo Administrativo nº 183/2020,

RESOLVE,

Art. 1º. Reconhecer, extemporaneamente, a concessão de LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES (Licença sem Vencimentos) o servidor EVARISTO CLAUDINO RIBEIRO, matrícula 0402, no período de 01/02/2001 a 31/03/2003.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 01/02/2001, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 789/2020.

Publicação Nº 2524611

PORTARIA N.º 789, DE 15 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO EXTEMPORÂNEO DE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, observado o Processo Administrativo nº 183/2020,

RESOLVE,

Art. 1º. Reconhecer, extemporaneamente, a concessão de LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES (Licença sem Vencimentos) o servidor EVARISTO CLAUDINO RIBEIRO, matrícula 0402, no período de 02/02/2003 a 01/02/2005.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 02/02/2003, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG N° 023/2020

Publicação N° 2523823

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG n° 023/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem, mão de obra mecânica, mão de obra elétrica, mão de obra para troca de filtros e óleos, para veículos leves, médios, pesados e máquinas, para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Garuva, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar e Civil.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 30/06/2020 as 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site garuva.atende.net

GARUVA, 15 de junho de 2020.
Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

DECRETO N° 111/2020

Publicação N° 2523770

DECRETO N° 111 DE 15 DE JUNHO DE 2020
"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar."

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei n° 2207 de 15/06/2020,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 387.229,02 (trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e vinte e nove reais e dois centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.0010.0301.1033.1023 Constr, ref e ampl do Setor de Saúde	4490	01.02.00	R\$	37.372,55
14.001.0010.0301.1034.2068 Man do fundo M de Saúde	3390	01.02.00	R\$	349.856,47

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

14.001.0010.0301.1024.2068 Construção de Unidades de Saúde	4490	01.02.00	R\$	387.229,02
--	------	----------	-----	------------

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 112/2020

Publicação Nº 2523771

DECRETO Nº 112 DE 15 DE JUNHO DE 2020

"Dispõe sobre a criação e extinção de ação/atividade no PPA, LDO e LOA e dá outras providências."

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 2209 de 15/06/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada na Lei Municipal nº 1983, de 07 de junho de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, na Lei Municipal nº 2143, de 01 de julho de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2020 e na Lei Municipal nº 2173, de 29 de outubro de 2019, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do exercício 2020, a ação/atividade 2082 – Enfrentamento da emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19) - Assistência Social, integrante do Programa 1020 – Nova Garuva Social, conforme abaixo:

15.001.0008.0244.1020.2082 Enfrentamento da emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19) – Assistência Social
--

Art. 2º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de de R\$ 121.489,92 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.0008.0244.1020.2082 Enfrentamento da emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19) – Assistência Social	3390	01.35.10	R\$	121.489,92
--	------	----------	-----	------------

Art. 3º Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 2º será utilizado recurso proveniente do Excesso de Arrecadação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, sendo: R\$ 42.064,92 (quarenta e dois mil, sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos) nos termos da Lei Complementar Federal 173/2020 para manutenção do CREAS; R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) nos termos da Lei Complementar Federal 173/2020 para manutenção do CRAS; R\$ 6.825,00 (seis mil e oitocentos e vinte e cinco reais) nos termos da Portaria/Ministério da Cidadania 369/2020 para aquisição de EPI para os servidores; e R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais) nos termos da Portaria/Ministério da Cidadania 369/2020 para acolhimento a moradores de rua.

Art. 4º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.0008.0244.1020.2043 Man da Secr M de Des Social e Hab	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 5º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

17.001.0016.0482.1021.2044 Ref e melhoria de casas para fam de baixa renda	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 6º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 4º e 5º será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

15.001.0008.0243.1016.2039 Man da Casa de Acolhimento	3190	01.00.00	R\$	100.000,00
---	------	----------	-----	------------

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

LEI Nº 2207/2020

Publicação Nº 2523765

LEI Nº 2207 DE 15 DE JUNHO DE 2020

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar."

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 387.229,02 (trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e vinte e nove reais e dois centavos), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/Unidade 14.001. Fundo Municipal de Saúde
Função/ Sub-função 10.301. Saúde/ Atenção Básica
Programa 1033. Programa de Saneamento Básico
Ação 1023 Constr, ref e ampl do Setor de Saúde

• 4490 Despesas de Capital	01.02.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	37.372,55
----------------------------	---	-----	-----------

Órgão/Unidade 14.001. Fundo Municipal de Saúde
Função/ Sub-função 10.301. Saúde/ Atenção Básica
Programa 1034. Nova Garuva Saudável
Ação 2068 Man. do Fundo M de Saúde

• 3390 Outras Despesas Correntes	01.02.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	349.856,47
----------------------------------	---	-----	------------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 14.001. Fundo Municipal de Saúde
Função/ Sub-função 10.301. Saúde/ Atenção Básica
Programa 1034. Nova Garuva Saudável
Ação 1024 Construção de Unidades de Saúde

• 4490 Despesas de Capital	01.02.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	387.229,02
----------------------------	---	-----	------------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

LEI Nº 2208/2020

Publicação Nº 2523766

LEI Nº 2208 DE 15 DE JUNHO DE 2020

“Institui no Calendário oficial do Município o dia do Combate à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído e incluído no Calendário Oficial do Município, o dia do Combate à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes a ser realizado, anualmente, no dia 18 de maio.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

LEI Nº 2209/2020

Publicação Nº 2523767

LEI Nº 2209 DE 15 DE JUNHO DE 2020

“Dispõe sobre a criação e extinção de ação/atividade no PPA, LDO e LOA e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada na Lei Municipal nº 1983, de 07 de junho de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, na Lei Municipal nº 2143, de 01 de julho de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2020 e na Lei Municipal nº 2173, de 29 de outubro de 2019, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do exercício 2020, a ação/atividade 2082 – Enfrentamento da emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19) - Assistência Social, integrante do Programa 1020 – Nova Garuva Social, conforme abaixo:

Órgão/Unidade 15.001. Fundo Municipal de Assistência Social
Função/ Sub-função 08.244. Assistência Social / Assistência Comunitária
Programa 1020. Nova Garuva Social
Ação 2082 Enfrentamento da emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19) - Assistência Social

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Garuva Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 121.489,92 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos), para suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 15.001. Fundo Municipal de Assistência Social

Função/ Sub-função 08.244. Assistência Social / Assistência Comunitária

Programa 1020. Nova Garuva Social

Ação 2082 Enfrentamento da emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19) - Assistência Social

• 3390 Outras despesas correntes	01.35.10 Coronavírus (COVID-19) – Assistência Social	R\$	121.489,92
----------------------------------	--	-----	------------

Art. 3º Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 2º será utilizado recurso proveniente do Excesso de Arrecadação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, sendo: R\$ 42.064,92 (quarenta e dois mil, sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos) nos termos da Lei Complementar Federal 173/2020 para manutenção do CREAS; R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) nos termos da Lei Complementar Federal 173/2020 para manutenção do CRAS; R\$ 6.825,00 (seis mil e oitocentos e vinte e cinco reais) nos termos da Portaria/Ministério da Cidadania 369/2020 para aquisição de EPI para os servidores; e R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais) nos termos da Portaria/Ministério da Cidadania 369/2020 para acolhimento a moradores de rua.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 09.001. Secr. de Des. Social e Habitação/Depto. de Des. Social e Habitação

Função/ Sub-função 08.244. Assistência Social/ Assistência Comunitária

Programa 1020. Nova Garuva Social

Ação 2043 Man. da Secr M de Des Social e Hab

• 3390 Outras despesas correntes	01.00.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	50.000,00
----------------------------------	---	-----	-----------

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 17.001. Fundo Municipal de Habitação

Função/ Sub-função 16.482. Habitação/ Habitação Urbana

Programa 1021. Reforma e melhorias habitacionais para famílias de baixa renda

Ação 2044 Ref e melhoria de casas para fam de baixa renda

• 3390 Outras despesas correntes	01.00.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	50.000,00
----------------------------------	---	-----	-----------

Art. 6º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 4º e 5º será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 15.001. Fundo Municipal de Des. Social

Função/ Sub-função 08.243. Assistência Social/ Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa 1016. Casa de Acolhimento

Ação 2039 Man. da Casa de Acolhimento

• 3190 Despesas de pessoal	01.00.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	100.000,00
----------------------------	---	-----	------------

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL-PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 01-20

Publicação Nº 2523584

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

EDITAL - Nº 01/2020

Técnico em Radiologia:				
Nome do Candidato:	Inscrição:	Acertos:	Notas:	Classificação:
Jamara Kellen Boegershausen	241	17	8,5	1º
Alexsandro Maiato da Silva	197	16	8,0	2º
Wagner Martins Modesto	214	16	8,0	3º
Juliana Aparecida Silverio	261	16	8,0	4º
Jean Pierre Branco	175	15	7,5	5º
Sirley Regina Schlosser Coelho	236	15	7,5	6º
Cláudia Cristina Batschauer	221	15	7,5	7º
Luy Mereles Anversa	194	15	7,5	8º
Alessandro Agustin Cohen	257	14	7,0	9º

Fabiane Aparecida Dos Santos Peixe	249	14	7,0	10º
Dayana Eliza Castro de Sousa	307	14	7,0	11º
Monike Caroline de Araujo Cunha	220	13	6,5	12º
José Ricardo Livramento	151	13	6,5	13º
Ruzza Mary Alves Avêles	146	13	6,5	14º
Milena de Assis	350	13	6,5	15º
Willian Roberto Dutra	280	12	6,0	16º
Paula Liachi Bond	278	12	6,0	17º
Regiane Macedo de Souza	345	12	6,0	18º
Lucia Aparecida de Paula	330	11	5,5	19º
Neuza Antunes Dos Santos	364	10	5,0	20º
Cleiton Bruno Corrêa Lemos	189	10	5,0	21º
Ketleim Cristina Marques	306	09	4,5	Desclassificado

Garuva, 15 de junho de 2020.

Isabela Aragao Pereira
Presidente da Comissão
Portaria 037/2020

RESULTADO PRELIMINAR -PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 04-20

Publicação Nº 2523586

RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO EDITAL - Nº 04/2020

Auxiliar de Saúde Bucal:				
Nome do Candidato:	Inscrição:	Acertos:	Notas:	Classificação:
Luana Moreira Cruz de Macedo	281	13	6,5	1º
Samira Felipe Zimmermann Magri	337	12	6,0	2º

Enfermeiro:				
Nome do Candidato:	Inscrição:	Acertos:	Notas:	Classificação:
Priscila Gadotti El Haje	352	16	8,0	1º
Cristiane Beatriz Piva	279	14	7,0	2º
Daniella Oliveira de Brito Leite	226	14	7,0	3º
Ana Thaize Cardoso	361	14	7,0	4º
Simone Ferreira Dos Santos Delgado	327	13	6,5	5º
Melissa Perozin	262	13	6,5	6º
Karolynne de Moliner Menegon	313	13	6,5	7º
Eunice de Freitas Israel	288	13	6,5	8º
Gabriela Do Canto Coffy	178	13	6,5	9º
Soeli Aparecida Martins Dos Santos	359	12	6,0	10º
Elizabeth Do Socorro Pereira Tavares Persike	165	12	6,0	11º
Danuska Matos Rodrigues da Silva Boldori	332	12	6,0	12º
Erick Luis Alberti	353	12	6,0	13º
Fabiano Tadeu Soares de Oliveira	335	11	5,5	14º
Flávia Maria da Silva	298	11	5,5	15º
Rúbia Mara Ferreira Alves	195	11	5,5	16º
Fernanda da Silva Souza	155	11	5,5	17º
Aléxia Fontoura Corrêa	210	11	5,5	18º
Marcos Roberto Righeti	201	10	5,0	19º
Adson Rodrigues de Souza	291	10	5,0	20º
Lediane da Silva Joaseiro	147	09	4,5	Desclassificado
Marcia Cristina Barbosa Motta	234	07	3,5	Desclassificado
Adenilson Francisco da Silva	160	07	3,5	Desclassificado
Hellen Ribas Ton	223	07	3,5	Desclassificado
Bruna Mayara Gomes Araújo	315	06	3,0	Desclassificado
Fernanda Aparecida da Silva Ramos	342	03	1,5	Desclassificado

Técnico de Enfermagem:				
Nome do Candidato:	Inscrição:	Acertos:	Notas:	Classificação:
Fernanda da Silva Souza	272	12	6,0	1º
Viviane Kowalczyk	317	12	6,0	2º
Lidiane Pereira	290	11	5,5	3º
Soelen Caroline Guthier	174	11	5,5	4º

Elenice Rosa de Ramos	248	11	5,5	5º
Sonia Braga Pereira	362	10	5,0	6º
Ariana Jeguer da Silva Martins	198	10	5,0	7º
Elaine Turin	209	10	5,0	8º
Pamela Grasielle Martins	154	10	5,0	9º
Luciane Ricardo Souza	266	10	5,0	10º
Flavia Ione Ferreira de França	172	09	4,5	Desclassificado
Marielle da Rocha Leite	231	09	4,5	Desclassificado
Zenir Wisniewski Fernandes	325	08	4,0	Desclassificado
Eduardo Rodrigues de Souza Rocha	354	08	4,0	Desclassificado
Camila Kuboski	191/193	08	4,0	Desclassificado
Lucia Aparecida de Paula	331	08	4,0	Desclassificado
Keli Cristina de Lima	163/169	08	4,0	Desclassificado
Keisy Miriane Prestes	310	07	3,5	Desclassificado
Isabel Cristina Pereira Contezini	365	07	3,5	Desclassificado
Erlane Figueiredo da Silva	269	07	3,5	Desclassificado
Pamela Cristine Almeida Sampaio	259	06	3,0	Desclassificado
Isabela Rita Gomes Padilha	148	05	2,5	Desclassificado
Daniele Nominato Costa	329	03	1,5	Desclassificado

Garuva, 15 de junho de 2020.

Isabela Aragao Pereira
Presidente da Comissão
Portaria 068/2020

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 30/2020

Publicação Nº 2523885

Resolução nº 0030/2020

Dispõe sobre gratificação para a Comissão de Estágio Probatório, nomeada pela Resolução 19/2020.

Considerando Memorando n 0002/2020 da Comissão de Estágio Probatório;
Considerando que os valores sofreram atualizações;
Considerando dispositivos na LC 86/2015; e
Considerando consulta ao Controle Interno do Poder Legislativo.

A Presidente da Câmara Municipal de Garuva usando de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Conceder gratificação a ser paga em parcela única na folha de vencimentos do mês de junho/2020, conforme segue:

a. Tairine Aparecida Fiuza – Presidente da Comissão de Estágio Probatório: R\$ 201,42

(duzentos e um reais e quarenta e dois centavos).

b. Daniel Fernando Zamadei e Ernandes Mendonça F-rbringer – Membros da Comissão de Estágio Probatório: R\$ 100,71 (cem reais e setenta e um centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 9 de junho de 2020.

Marli Terezinha Leandro Simmermam
Presidente da Câmara

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2020

Publicação Nº 2523761

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL – ADITIVO

Tomada de Preços nº 08/2020

A Prefeitura de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar da Licitação supramencionada, a qual tem por objeto as obras de contenção de deslizamento na margem do rio Itajaí-Açú na Rua Dr. Nereu Ramos, que foram efetivadas alterações no Edital. Em face disto, fica redesignado o dia 01/07/2019, às 09 horas, para o recebimento dos envelopes e às 09h30min do mesmo dia para a abertura do certame. As alterações poderão ser obtidas no Depto. de Compras ou através do site www.gaspar.sc.gov.br. CLEVERTON JOÃO BATISTA - Secretário de Planejamento Territorial. Gaspar, 15/06/2020.

LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 28 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2524240

LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 28 DE MAIO DE 2020.

ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido o §7º ao artigo 5º da Lei Complementar nº 62, de 10 de agosto de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º [...]

[...]

§7º Havendo a impossibilidade de realização de nova eleição ao final do período expresso no §1º, em virtude de decretação de Situação de Emergência ou de Calamidade Pública no Município de Gaspar, poderá ser prorrogado o mandato, por meio de Decreto, pelo prazo que a excepcionalidade assim exigir".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 28 de maio de 2020.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

PORTARIA RH 84/2020

Publicação Nº 2524232

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 84/2020

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) Nanci Deggau Haverroth, ocupante do cargo efetivo Professora, lotada na Secretaria de Educação(a disposição no Gabinete), referente ao período aquisitivo de 12/02/2015 a 11/02/2020 devendo folgar a partir de 21/09/2020 a 19/12/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 85/2020

Publicação Nº 2524235

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 85/2020

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ANGELITA CESARINA WISBECK COMANDOLLI, ocupante do cargo efetivo Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 08/03/2008 a 13/03/2013 devendo folgar a partir de 12/06/2020 a 09/09/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 86/2020

Publicação Nº 2524237

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 86/2020

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) DENIS ALENCAR MORITZ, ocupante do cargo efetivo Motorista, lotado na Secretaria de Saúde(a disposição na Secretaria de Assistência Social), referente ao período aquisitivo de 11/03/2013 a 23/04/2018 devendo folgar a partir de 15/06/2020 a 12/09/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020**

Publicação Nº 2524489

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, forma de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, regime de execução INDIRETA – EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, tendo por objeto a aquisição de equipamentos de som para o Plenário, com a montagem e instalação, cujas especificações e preços máximos são os constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, na forma e condições previstas no Edital de Licitação nº 001/2020, Pregão Presencial nº 001/2020: Interessado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar. Modalidade: Pregão Presencial. Tipo: Menor Preço. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Regime de Execução: Indireta – Empreitada por Preço Global. Regência: Resolução nº 52, de 09 de junho de 2020, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de

2006, e demais normas aplicáveis. Acesso Eletrônico ao Edital e à Participação: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: Publicações - Licitações – Pregão). Entrega dos Envelopes: na sessão pública a ser realizada no dia 02 de julho de 2020, até as 13:45hs. Local de Recebimento dos Envelopes: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). Abertura dos Envelopes: na sessão pública a ser realizar no dia 02 de julho de 2020, às 14h. Local das Sessões Públicas: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). O Edital e anexos estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: Publicações – Licitações – Pregão).

Gaspar/SC, 15 de junho de 2020.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO 10176/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2524059

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 275/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2019

EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 176/2019

Início da vigência: 10/12/2019. Vencimento: 06/06/2020. Objeto: Regulamenta a prorrogação, por 90 (noventa) dias, dos prazos de vigência e execução do presente contrato de prestação de serviços de Consultoria e Assessoria em Engenharia Sanitária para a elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos e para apoio ao processo licitatório de concessão de serviços, no município de Gaspar/SC. Contratado: SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (CNPJ Nº 13.475.225/0001-46).

Gaspar/SC, 08 de junho de 2020

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor-Presidente do SAMAE

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 10154/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2524006

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº SAF-154/2019

Tomada de Preços nº.: 16/2019. Objeto: acréscimo de valor (5.969,71) e prorrogação do prazo de execução (até 17/06/2020) do contrato para a construção de uma galeria celular de concreto armado no ribeirão Gaspar Mirim, na Rua Rodolfo Vieira Pamplona, localizada no bairro Gaspar Mirim. Contratada: FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. (03.453.030/0001-41). Cleverton João Batista - Diretor Presidente Interino do SAMAE

PORTARIA Nº 48 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524234

PORTARIA Nº 48 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE COMPRAS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE A SERVIDORA KETSIA ABIGAIL DE LIMA SOUZA LEAL

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 15 de Junho de 2020, a servidora Ketsia Abigail de Lima Souza Leal, portadora do CPF nº 098.890.089-04 e da CI nº. 5377672 do cargo em comissão de Diretor de Compras, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais, a qual foi nomeada pela Portaria nº 07, de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 15 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2020 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE**

Publicação Nº 2524346

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - (FAMGOV), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.

Aos 8 dias do mês de junho do ano de 2020, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MECANICA ALHO LTDA ME, estabelecida à Travessa 108, S/N, Areias do Meio, Governador Celso Ramos/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 13.925.405/0001-82, neste ato representado pelo(a) Fernando Martins, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 029.717.349-94, portador(a) do RG n.º 3.754.647, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - (FAMGOV), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL., conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 47/2020, objeto do Processo 47/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	Óleo lubrificante 5w40 sintético motor a gasolina	LTR	100	35,00	3.500,00
48	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo PEUGEOT EXPERT BUSINPK Ano 2019/2020	UND	8	330,00	2.640,00
58	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Ford transit Ano 2013/2013	UND	18	340,00	6.120,00
59	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Ford transit Ano 2013/2014	UND	6	285,00	1.710,00
60	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Renalt Master Ano 2019/2019	UND	10	385,00	3.850,00

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Junho de 2020.

MECANICA ALHO LTDA ME
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2020 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE

Publicação Nº 2524371

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - (FAMGOV), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.

Aos 8 dias do mês de junho do ano de 2020, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, estabelecida à Avenida Bela Vista, nº 11560, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 01.387.686/0019-07, neste ato representado pelo(a) Edmar Borges Arcênego, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 0674.474.309-00, portador(a) do RG nº 2396412-0, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONserto E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO É DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - (FAMGOV), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL., conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 47/2020, objeto do Processo 47/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Conserto de Pneu de Automóvel	UND	150	29,90	4.485,00
2	Troca de Pneu Automóvel	UND	220	24,90	5.478,00
3	Conserto de Pneu Van	UND	150	34,90	5.235,00
4	Troca de Pneu Van	UND	220	34,90	7.678,00
5	Conserto de Pneu de Caminhão	UND	250	63,90	15.975,00
6	Troca de Pneu de Caminhão	UND	220	62,90	13.838,00
7	Conserto de Pneu de Máquina	UND	250	99,00	24.750,00
8	Troca de Pneu de Máquina	UND	150	99,00	14.850,00
9	Conserto de pneu de Micro-ônibus	UND	150	74,90	11.235,00
10	Troca de Pneu de Micro-ônibus	UND	150	69,90	10.485,00
11	Conserto de pneu de ônibus	UND	150	79,90	11.985,00
12	Troca de Pneu de ônibus	UND	150	74,90	11.235,00
27	Óleo lubrificante 5w30 sintético motor a gasolina	LTR	150	39,90	5.985,00
28	Óleo lubrificante 10w40 sintético motor a gasolina	LTR	50	34,90	1.745,00

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Junho de 2020.

REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2020 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONserto E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO É DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE

Publicação Nº 2524375

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONserto E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO É DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - (FAMGOV), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.

Aos 8 dias do mês de junho do ano de 2020, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) RICIERY ALVES COSTA estabelecida à Avenida Patrocinio Manoel Sagas, S/N inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 19.860.930/0001-43, neste ato representado pelo(a) RICIERY ALVES COSTA, brasileiro(a), , inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 024.248.069-18, portador(a) do RG nº 3.789.031-0, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONserto E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO É DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - (FAMGOV), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL., conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 47/2020, objeto do Processo 47/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
25	Óleo lubrificante 20w50 4 tempo para moto	LTR	60	22,90	1.374,00
61	Serviço de lavagem completa em moto	UND	50	29,90	1.495,00
62	Serviço de lavagem completa em quadriciclo	UND	50	49,90	2.495,00
63	Serviço de lavagem completa em veículos leves	UND	500	54,90	27.450,00

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Junho de 2020.

RICIERY ALVES COSTA

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2020 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE**

Publicação Nº 2524377

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - (FAMGOV), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.

Aos 8 dias do mês de junho do ano de 2020, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) DIEGO SAGAS FILTROS E ÓLEO EIRELI, estabelecida à Avenida Ganchos, nº 19, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 15.349.837/0001-18, neste ato representado pelo(a) Diego Sagas, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 032.936.069-89, portador(a) do RG n.º 3.780.191, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONSERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - (FAMGOV), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 47/2020, objeto do Processo 47/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	Serviço de Lavagem de Trator	UND	60	189,00	11.340,00
14	Serviço de Lavagem de Máquina	UND	160	199,00	31.840,00
15	Serviço de Lavagem de Caminhão	UND	250	203,00	50.750,00
16	Serviço de Lubrificação de Trator	UND	50	112,00	5.600,00
17	Serviço de Lubrificação de Máquinas	UND	150	102,00	15.300,00
18	Serviço de Lubrificação de Caminhão	UND	200	87,00	17.400,00

19	Serviço de Lavação de Ônibus	UND	180	229,00	41.220,00
20	Serviço de Lavação de Microônibus	UND	180	204,00	36.720,00
21	Serviço de Lubrificação de Ônibus	UND	160	91,00	14.560,00
22	Serviço de Lubrificação de Micro ônibus	UND	120	81,00	9.720,00
23	Serviço de lavação em Mini Carregadeira	UND	60	127,00	7.620,00
24	Serviço de lubrificação em Mini Carregadeira	UND	50	86,00	4.300,00
29	Óleo lubrificante 5w30 sintético motor a diesel	LTR	150	39,00	5.850,00
30	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo VW Gol 1.0 Ano 2003/2003	UND	8	134,00	1.072,00
31	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Fiat Uno Mille 1.0 Ano 2001/2002	UND	5	119,00	595,00
32	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Fiat Uno Mille 1.0 Ano 2006/2006	UND	6	119,00	714,00
33	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Fiat Uno Mille 1.0 Ano 2007/2008	UND	6	118,00	708,00
34	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Fiat Uno Mille 1.0 Ano 2008/2008	UND	6	118,00	708,00
35	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Fiat Uno Vivace 1.0 Ano 2013/2014	UND	8	119,00	952,00
36	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Fiat Uno Drive 1.0 Ano 2017/2018	UND	20	118,00	2.360,00
37	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Fiat Uno Attractive 1.0 Ano 2019/2019	UND	16	119,00	1.904,00
38	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Fiat Uno Attractive 1.0 Ano 2019/2020	UND	16	118,00	1.888,00
39	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Fiat Palio 1.0 Ano 2014/2014	UND	8	119,00	952,00
40	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Fiat Palio 1.0 Ano 2014/2015	UND	8	119,00	952,00
41	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Fiat Doblo Ano 2019/2020	UND	8	163,00	1.304,00
42	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo GM Montana Ano 2009/2010	UND	8	134,00	1.072,00
43	Fornecimento com troca de óleo 5w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo VW Saveiro CD TL Ano 2015/2015	UND	18	152,00	2.736,00
44	Fornecimento com troca de óleo 5w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo VW Saveiro CS TL Ano 2015/2016	UND	8	152,00	1.216,00
45	Fornecimento com troca de óleo 5w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo VW Saveiro RB Ano 2019/2019	UND	12	152,00	1.824,00
46	Fornecimento com troca de óleo 5w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Saveiro RB Ano 2019/2020	UND	8	151,00	1.208,00
47	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Chev Spin 1.8 Ano 2017/2018	UND	8	134,00	1.072,00
49	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Chev Classic Ano 2013/2014	UND	6	134,00	804,00
50	Fornecimento com troca de óleo 5w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Chery Celer 1.5 Ano 2015/2015	UND	16	178,00	2.848,00
51	Fornecimento com troca de óleo 15w40 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Renault Clio Ano 2014/2014	UND	10	128,00	1.280,00
52	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo VW Voyage 1.6 Ano 2013/2013	UND	6	149,00	894,00

53	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Toyota Corolla Alts Ano 2017/2018	UND	6	217,00	1.302,00
54	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo Citroen Aircross Ano 2016/2017	UND	6	174,00	1.044,00
55	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em veículo For Ka 1.5 Ano 2018/2018	UND	6	149,00	894,00
56	Fornecimento com troca de óleo 10w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Quadriciclo TE4300H Ano 2016/2017	UND	16	173,00	2.768,00
57	Fornecimento com troca de óleo 15w40 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo VW Kombi Ano 2011/2012	UND	16	129,00	2.064,00
64	Serviço de lavagem completa em vans	UND	300	107,00	32.100,00
65	Serviço de lubrificação em vans	UND	300	63,00	18.900,00

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Junho de 2020.

DIEGO SAGAS FILTROS E ÓLEO EIRELI

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2020 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONCERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA

Publicação Nº 2524382

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONCERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.

Aos 8 dias do mês de junho do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MECANICA ALHO LTDA ME, estabelecida à Travessa 108, S/N, Areias do Meio, Governador Celso Ramos/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 13.925.405/0001-82, neste ato representado pelo(a) Fernando Martins, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 029.717.349-94, portador(a) do RG n.º 3.754.647, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONCERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 48/2020, objeto do Processo 48/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	Óleo lubrificante 5w40 sintético motor a gasolina	LTR	50	35,00	1.750,00
20	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Peugeot Boxer Ano 2008/2009	UND	10	330,00	3.330,00
21	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Renault Master Ano 2012/2013	UND	12	375,00	4.500,00
22	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Ford Transit Ano 2013/2013	UND	10	340,00	3.400,00
23	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Mercedes Benz SPR Ano 2013/2014	UND	16	445,00	7.120,00

24	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Citroen Jumper Ano 2013/2014	UND	10	340,00	3.400,00
25	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Renault Master Ano 2016/2017	UND	16	385,00	6.160,00

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Junho de 2020.

MECANICA ALHO LTDA ME

Contratada

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2020 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONserto E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA

Publicação Nº 2524385

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONserto E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.

Aos 8 dias do mês de junho do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, estabelecida à Avenida Bela Vista, nº 11560, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 01.387.686/0019-07, neste ato representado pelo(a) Edmar Borges Arcênego, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 674.474.309-00, portador(a) do RG n.º 2396412-0, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONserto E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 48/2020, objeto do Processo 48/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Conserto de Pneu de Automóvel	UND	70	29,90	2.093,00
2	Troca de Pneu Automóvel	UND	70	24,90	1.743,00
3	Conserto de Pneu Van	UND	70	34,90	2.443,00
4	Troca de Pneu Van	UND	70	34,90	2.443,00
7	Óleo lubrificante 5w30 sintético motor a gasolina	LTR	100	39,90	3.990,00
8	Óleo lubrificante 10w40 sintético motor a gasolina	LTR	50	34,90	1.745,00

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Junho de 2020.

REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Contratada

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2020 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONCERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA

Publicação Nº 2524389

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONCERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.

Aos 8 dias do mês de junho do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) RICIERY ALVES COSTA estabelecida à Avenida Patrocinio Manoel Sagas, S/N inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 19.860.930/0001-43, neste ato representado pelo(a) RICIERY ALVES COSTA, brasileiro(a), , inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 024.248.069-18, portador(a) do RG n.º 3.789.031-0, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONCERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 48/2020, objeto do Processo 48/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	Óleo lubrificante 20w50 4 tempo para moto	LTR	100	22,90	2.290,00
26	Serviço de lavagem completa em moto	UND	30	24,90	747,00
27	Serviço de lavagem completa em veículos leves	UND	300	50,00	15.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Junho de 2020.

RICIERY ALVES COSTA
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2020 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONCERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA

Publicação Nº 2524392

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONCERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.

Aos 8 dias do mês de junho do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) DIEGO SAGAS FILTROS E ÓLEO EIRELI, estabelecida à Avenida Ganchos, nº 19, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 15.349.837/0001-18, neste ato representado pelo(a) Diego Sagas, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 032.936.069-89, portador(a) do RG n.º 3.780.191, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO, CONCERTO E TROCA DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS E ITENS CORRELATOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 48/2020, objeto do Processo 48/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado

a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	Óleo lubrificante 5w30 sintético motor a diesel	LTR	100	39,00	3.900,00
10	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno 1.0 Ano 2008/2008	UND	100	138,00	1.380,00
11	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Elba 1.6 Ano 1995/1996	UND	5	148,00	740,00
12	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Doblo Ano 2005/2005	UND	5	139,00	695,00
13	Fornecimento com troca de óleo 10w40 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Ford Fiesta Sedan 1.6 Ano 2011/2012	UND	12	149,00	1.788,00
14	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno Vivace 1.0 Ano 2013/2014	UND	12	139,00	1.668,00
15	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno Vivace 1.0 Ano 2014/2014	UND	24	139,00	3.336,00
16	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno Drive 1.0 Ano 2017/2018	UND	15	139,90	2.098,50
17	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno Attractive 1.0 Ano 2019/2019	UND	40	139,50	5.580,00
18	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Fiat Uno Attractive 1.0 Ano 2019/2020	UND	36	139,00	5.004,00
19	Fornecimento com troca de óleo 5w30 sintético e filtro lubrificante de motor em Veículo Hyundai Hb 20 Unique1.0 Ano 2018/2019	UND	18	149,00	2.682,00
28	Serviço de lavagem completa em vans	UND	340	99,90	33.966,00
29	Serviço de lubrificação em vans	UND	340	47,00	15.980,00
30	Serviço de higienização em ambulância	UND	200	87,90	17.580,00

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Junho de 2020.

DIEGO SAGAS FILTROS E ÓLEO EIRELI

Contratada

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

LEI 1411 2020 - SUDSÍDIO VEREADORES E PREFEITOS

Publicação Nº 2524476

LEI Nº 1.411, DE 25 DE MAIO DE 2020.

PRORROGA, PARA A LEGISLATURA 2021/2024, OS EFEITOS DA LEI Nº 1.115 DE 28 DE JUNHO 2016, QUE FIXOU OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE PREFEITO, DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DOS VEREADORES, E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIÊNCIAS

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores iniciou e aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam prorrogados, para a legislatura 2021/2024, os efeitos da Lei Municipal nº 1.115 de 28 de junho 2016.

Parágrafo único - As alterações ocorridas na Lei supramencionada na legislatura 2017/2020, serão consideradas para todos os efeitos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de cada exercício financeiro.

Art.3º - Esta lei entra vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos a partir de 1º de janeiro 2021.

Governador Celso Ramos, 25 de Maio 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

PORTARIA 351 2020 - RICARDO AMILTON DA SILVA

Publicação N° 2524498

Portaria nº 351/2020

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 009 de 31 de Janeiro de 2017 e o disposto na Lei nº 1396 de 19 de Dezembro de 2019,

Resolve:

1º Exonerar o Sr. RICARDO AMILTON DA SILVA o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GABINETE DO DIRETOR GERAL do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

2º Nomear o Sr. RICARDO AMILTON DA SILVA para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 15 de Junho de 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

PORTARIA 352 2020 - DANILO VALDENIR MARTINS

Publicação N° 2524495

Portaria nº 352/2020

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 009 de 31 de Janeiro de 2017 e o disposto na Lei nº 1396 de 19 de Dezembro de 2019,

Resolve:

1º Exonerar o Sr. DANILO VALDENIR MARTINS o cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

2º Nomear o Sr. DANILO VALDENIR MARTINS para o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GABINETE DO DIRETOR GERAL do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 15 de Junho de 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA JUNHO 2020

Publicação N° 2523875

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, JUNHO DE 2020			
TITULAR	NIS TITULAR	SITUAÇÃO FAMÍLIA	VALOR TOTAL
ADRIANA BERGER SILVERIO	13963169728	LIBERADA	41
ADRIANA FLORENCIO SILVERIO	16013591440	SUSPENSÃO	130
ADRIANA MICHELS HERECK	15046693279	SUSPENSÃO	82
ADRIANE LIMA DOS SANTOS	16021732074	SUSPENSÃO	277
ALEXSSANDRA WERLICH LEANDRO	20911227738	SUSPENSÃO	212
ANA PAULA DE LIMA	16133063743	SUSPENSÃO	171
ANA TEREZA MORAIS DA SILVA	16012846852	SUSPENSÃO	130
ANDREIA APARECIDA SOARES	16011581375	SUSPENSÃO	123
ANDREIA BONIFACIO	12543618513	SUSPENSÃO	171
ANDREIA RASCKE FRANCA	16012767383	SUSPENSÃO	253
ANGELA MARIA QUINTILHO	20056674613	SUSPENSÃO	179
BARBARA DE RAMOS ALBERTON	21065607131	SUSPENSÃO	130
BEATRIZ MARQUES DELFINO	20111320008	SUSPENSÃO	294
BIANCA LEANDRO BRANCO	16012930314	SUSPENSÃO	82
CAROLINE XAVIER DE OLIVEIRA	14082011729	SUSPENSÃO	253
CASSIANE SANDOVAL DOS SANTOS	16452354966	SUSPENSÃO	171
CELIA MARIA SANDOVAL	16529431919	SUSPENSÃO	219
CRISTIANE SANTOS DE SANTANA	16391441090	SUSPENSÃO	82
DAIANE DE JESUS LOCH	14587085274	SUSPENSÃO	41
DAIANE FERREIRA HINCKEL	21050585900	SUSPENSÃO	212
DAISI BOSELO DE BONA	13328439721	SUSPENSÃO	219
DANIELA CARARA	14070855722	SUSPENSÃO	212
DANIELE GABRIEL	16046010897	SUSPENSÃO	156
DENISE GONCALVES TEIXEIRA	16013011487	SUSPENSÃO	212
DIULY QUETI VIEIRA	16095481210	SUSPENSÃO	137
DOLIANE DA SILVA MARQUES	13419170725	SUSPENSÃO	164
EDINEIA NILSEN SCHLICKMANN	20662906793	LIBERADA	269
ELIANE APARECIDA DE SOUZA LIMA	20929887489	SUSPENSÃO	171
ELISANDRA DE AGUIAR CLAUDINO DA SILVA	16106568260	SUSPENSÃO	82
ELIZETE ALEXANDRE JOVENCIO CARARA	20912345718	SUSPENSÃO	82
ELUZE DA SILVA DE ALMEIDA	16089673685	SUSPENSÃO	171
ELVIRA GOMES CAMILLO	16046038589	SUSPENSÃO	146
ERICA VIDAL CAETANO	20104540863	SUSPENSÃO	171
EVANDRA INACIO DEMETRIO	16151846460	SUSPENSÃO	180
FABIANA DE JESUS MANOEL	13598347722	SUSPENSÃO	171
FERNANDA CARNEIRO JOAQUIN	16290261364	SUSPENSÃO	212
FERNANDA DA ROCHA	16187672713	SUSPENSÃO	212
FLORISE DEINA	12947473533	SUSPENSÃO	171
GILMAR ALVES	14113845278	SUSPENSÃO	41
CLAUDIA RAIANE ABREU FERNANDES	14100734723	SUSPENSÃO	171

INES OLINDINO GONCALVES	12564506722	SUSPensa	130
IVONETE HARIM CALAZANS	12595820720	LIBERADA	130
JANAINA HERECK GONCALVES	20111319492	SUSPensa	41
JANDIRA ANDRECA PEREIRA MANTZ	12822319679	SUSPensa	212
JESICA DA SILVA DELFINO	14056824726	SUSPensa	171
JOCELI GOMES	16188017433	SUSPensa	416
JOICE PEDROSO	16187999917	LIBERADA	258
JOSIANE PEDROSO	16188082502	SUSPensa	123
JOZIANE GUIMARAES DOS SANTOS	23868544379	SUSPensa	123
JUSSARA ROSA DELFINO	16188147469	SUSPensa	41
KARINA DANDOLINI	20933538698	LIBERADA	171
KELY ALTINA DA SILVA	14559584075	SUSPensa	171
LEANDRO RODRIGUES DE SOUSA	13109004932	SUSPensa	41
LINDOMAR DELFINO ROSA	12675909728	SUSPensa	294
LUANA DE ANHAIA DE CASTRO	16458403926	SUSPensa	212
MARILENE NEVES CARDOSO	16364925767	SUSPensa	179
MARINES CRISTOVAO	13624704728	SUSPensa	82
MICHELE SCHLICKAMANN SPERFELD EISING	23663691426	SUSPensa	130
MILENA PEREIRA BORGES	20347236981	SUSPensa	41
MIRELA NAIZ TORRES	21053689553	LIBERADA	179
NELSON ALVES	20104541096	SUSPensa	91
NICOLI JOAQUIN DA SILVA	16639888891	SUSPensa	130
OLIVIA LOCH SPIDO SILVA	20039056273	SUSPensa	370
PAULINHO RASCKE	12359395590	SUSPensa	89
RITA DE CASSIA ROSA DE LIMA	16537759197	SUSPensa	212
ROSENEI DOS SANTOS	12626981518	SUSPensa	137
ROSILEIA BECKER DE JESUS	13426605723	SUSPensa	41
SANDRA MARQUES	16540652284	SUSPensa	212
SARAH CRISTINY SCHMITZ ROCHA	20759026054	LIBERADA	253
SELMA SANDOVAL	12542899837	SUSPensa	294
SIDINEI VIDAL DELFINO	23620244436	SUSPensa	91
SIMONE GOMES DA SILVA	16537042365	LIBERADA	269
SOELI DE OLIVEIRA LEMES	12439752438	LIBERADA	130
SOLANGE GOMES ELIAS	12276364833	SUSPensa	41
SOLEDAD FLORINDA MARTIN	23688887782	SUSPensa	171
SUZI RAIANE DA SILVA CARNEIRO	20046953684	SUSPensa	257
TAIANE MAY	14687405270	SUSPensa	130
TAIS CATIELE DA SILVA NETTO	14494278269	SUSPensa	82
TATIANE BECKER ALEXANDRE	13290065722	SUSPensa	171

OBS: OS BENEFÍCIOS NA SITUAÇÃO DE SUSPENSOS, SÃO DEVIDOS AO RECEBIMENTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NO MÊS DE REFERÊNCIA

--	--	--	--

Gravatal

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO II- PROCESSO 18/2020 - EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

Publicação Nº 2523431

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO II. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020. PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2020. O Prefeito Municipal de Gravatal, o Sr. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, torna público Retificação no item 6 do Anexo IV do Edital do presente Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações e 10.520/2002, alterando sua abertura de 17 de junho de 2020 para 30 de junho de 2020, às 09:00hs, tendo como objeto: "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA O MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, VISANDO ATENDER AO CONVÊNIO Nº 892353/2019 JUNTO AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site da Transparência https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces Gravatal, 15 de junho de 2020. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA Prefeito Municipal.

Guaraciaba

PREFEITURA

CMS 07

Publicação Nº 2523995

Estado de Santa Catarina
Município de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 07/2020

O Conselho Municipal de saúde de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Aprova as despesas já realizadas de forma emergencial no combate a pandemia: material de limpeza, higiene e Equipamentos de Proteção individual na ordem de R\$ 20.569,28.

Art. 2º Aprova a utilização dos recursos de emendas parlamentares que somam R\$ 350.000,00.

Art. 3º Aprova a utilização do recurso Informatiza APS para pagamento de internet, sistema gerencial utilizado na secretaria de saúde, serviços de impressão e cópias.

Art. 4º Aprova a utilização de recursos do COVID 19.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de hoje, devendo ser publicada.

Guaraciaba, 18 de maio de 2020.

JOÃO FACCIN

Presidente Conselho Municipal de Saúde

CMS 08

Publicação Nº 2523997

Estado de Santa Catarina
Município de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 08/2020

Aprova o Relatório do Primeiro Quadrimestre de 2020.

O Conselho Municipal de saúde de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar em reunião realizada via whatsapp devido a pandemia de Covid 19 aprovar o Relatório do Primeiro Quadrimestre de 2020.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de hoje, devendo ser publicada.

Guaraciaba, 02 de junho de 2020.

JOÃO FACCIN

Presidente Conselho Municipal de Saúde

CMS 09

Publicação Nº 2524000

Estado de Santa Catarina
Município de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 09/2020

Aprova o SISPACTO de 2020.

O Conselho Municipal de saúde de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar em reunião realizada via whatsapp devido a pandemia de Covid 19 aprovar o SISPACTO de 2020.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de hoje, devendo ser publicada.

Guaraciaba, 05 de junho de 2020.

JOÃO FACCIN

Presidente Conselho Municipal de Saúde

CMS 10

Publicação Nº 2524180

Estado de Santa Catarina
Município de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 10/2020

Aprova a Atualização do Plano Anual de Saúde – PAS 2020.

O Conselho Municipal de saúde de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar em reunião realizada via whatsapp devido a pandemia de Covid 19 aprovar a Atualização do Plano Anual de Saúde - PAS de 2020.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de hoje, devendo ser publicada.

Guaraciaba, 10 de junho de 2020.

JOÃO FACCIN

Presidente Conselho Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO 04 E 05.2020 FMAS

Publicação Nº 2523311

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 04/2020

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

Contratada...: JONAS ALBERTO TECHIO 05562081962

Valor : 2.083,20 (dois mil e oitenta e três reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA EXTERNA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Contrato Nº.: 05/2020

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE

GUARACIABA

Contratada...: RODRIGO BREIER

Valor : 4.344,00 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais)

Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA INTERNA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV), CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 17.2020 FMS

Publicação N° 2523307

PREGÃO PRESENCIAL N° 8/2020

PROCESSO N° 17/2020 HOMOLOGAÇÃO: 15/06/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDRO INCOLOR E PORTAS DE VIDROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, DESTINADO AO FECHAMENTO DE ÁREA EXTERNA DA ACADEMIA DE SAÚDE, LOCALIZADO NA RUA 1º DE MAIO, GUARACIABA/SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

CONTRATADO: LDR ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.380,00 (dez mil trezentos e oitenta reais)

=====

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 66.2020 PMGBA

Publicação N° 2523733

PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2020

PROCESSO N° 66/2020 HOMOLOGAÇÃO: 15/06/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E OBRAS PARA USO DE SEUS FUNCIONÁRIOS EM SEUS DEPARTAMENTOS.

CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA RYUS EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.000,00 (um mil reais)

CONTRATADO: ALEX ANDERSON GOULART

VALOR DA DESPESA: R\$ 900,00 (novecentos reais)

=====

HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 8.20 FMAS

Publicação N° 2523309

CESSO N° 8/2020 HOMOLOGAÇÃO: 15/06/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA INTERNA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E PINTURA EXTERNA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONTRATADO: JONAS ALBERTO TECHIO 05562081962

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.083,20 (dois mil e oitenta e três reais e vinte centavos)

CONTRATADO: RODRIGO BREIER

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.344,00 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº24/2020 - FMS

Publicação Nº 2523432

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2019 – FMS
Processo Licitatório nº 10/2020 – FMS

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: aquisição de eletrodomésticos, móveis hospitalares e televisores para o hospital municipal Santo Antônio de Guaramirim, conforme emenda parlamentar nº. 11293.409000/1170-05.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: ESCOLARES INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.832.381/0001-97, estabelecida na Rua Frederico Willig, 255, município de Três de Maio, RS.

Valor Total: R\$9.340,00 (nove mil cento e trezentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 03/06/2020 Vigência: 31/12/2020

Guaramirim (SC), 08 de junho de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº27/2020 - FMS

Publicação Nº 2523441

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2019 – FMS
Processo Licitatório nº 10/2020 – FMS

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: aquisição de eletrodomésticos, móveis hospitalares e televisores para o hospital municipal Santo Antônio de Guaramirim, conforme emenda parlamentar nº. 11293.409000/1170-05.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: PARALELAS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.555.459/0001-09, estabelecida na Rua Dr Pamphilo Dassumpção, 722, município de Curitiba, PR.

Valor Total: R\$2.788,00 (dois mil setecentos e oitenta e oito reais)

Data da Assinatura: 03/06/2020 Vigência: 31/12/2020

Guaramirim (SC), 08 de junho de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2019 – PMG.

Publicação Nº 2523472

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2019 – PMG.
Processo de Licitação: 105/2019 - PMG

Modalidade: Pregão.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS MATRICULADAS NA REDE MUNICIPAL (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL) VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CRIANÇAS ACOLHIDAS PELA ABRIGO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, bairro Centro, Guaramirim/SC, CEP 89.270-000.

Contratada: VHR DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.844.838/0001-95, com sede na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, nº 3051, Sala 02, bairro Vila Lalau, em Jaraguá do Sul - SC, CEP 89.256-501.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) O presente Termo tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do item 49 (ovos selecionados, com cascas limpas (devem estar isentos de fezes de animais), sem trincas ou rachaduras. embalagem própria para o acondicionamento de ovos (caixa para dúzia). rótulo contendo data de envase, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. registro em órgão competente).

Data da Assinatura: 10/06/2020 Vigência: 03/07/2020

Guaramirim (SC), 15 de junho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - 5R TONERS INFORMTICA LTDA.

Publicação Nº 2524056

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. Da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor 5R TONERS E INFORMATICA LTDA referente aos empenhos relacionados em planilha anexa:

EMPENHOS	DATA DA EMISSÃO	VALOR LIQUIDADADO
755-03/2020	23/04/2020	R\$29,80
755-02/2020	23/04/2020	R\$28,76
754-03/2020	23/04/2020	R\$1.632,39
754-02-2020	23/04/2020	R\$2.376,87
754-01/2020	16/03/2020	R\$890,52
753-03/2020	07/05/2020	R\$25,21
753-02/2020	23/05/2020	R\$52,14
753-01/2020	23/04/2020	R\$43,39
752-04/2020	07/05/2020	R\$9,40
752-03/2020	23/04/2020	R\$30,43
752-02/2020	23/04/2020	R\$30,99
751-04/2020	07/05/2020	R\$35,64
751-03/2020	23/04/2020	R\$67,95
751-02/2020	23/04/2020	R\$51,58
3061-0/2020	27/05/2020	R\$154,77
877-05/2020	28/05/2020	R\$1.234,79
875-05/2020	28/05/2020	R\$191,41
876-04/2020	29/04/2020	R\$134,96
876-03-2020	23/04/2020	R\$249,55
875-05/2020	28/05/2020	R\$697,49
874-05/2020	28/05/2020	R\$167,34
849-02/2020	07/05/2020	R\$21,71
849-01/2020	28/04/2020	R\$54,64
778-04/2020	15/05/2020	R\$600,00
778--02/2020	29/04/2020	R\$600,00
778-03/2020	29/04/2020	R\$600,00
778-01/2020	05/03/2020	R\$619,73
775-03/2020	15/05/2020	R\$7,49
769-04/2020	08/06/2020	R\$32,34
769-03/2020	11/05/2020	R\$37,55
769-02/2020	28/04/2020	R\$32,54

769-01/2020	13/03/2020	R\$26,99
755-04/2020	07/05/2020	R\$15,67
TOTAL		R\$10.784,04

Este pagamento refere-se SERVIÇO DE CÓPIAS E LOCAÇÃO DE FOTOCOPIADORAS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS.

O pagamento dos referidos empenhos foram realizados antecipadamente para continuação dos trabalhos realizados e para continuação dos mesmos.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 15 de junho de 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - HUMANA SAUDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA EPP.

Publicação Nº 2524231

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor HUMANA SAUDE E SEGURANCA OCUPACIONAL LTDA EPP

Referente aos empenhos relacionados em planilha anexa:

EMEPENHOS	DATA DE EMISSÃO	VALOR LIQUIDADO
683-5/2020	01/05/2020	R\$172,31
683-4/2020	28/04/2020	R\$784,09
683-2/2020	06/03/2020	R\$1.955,36
TOTAL		R\$2.911,76

Este pagamento refere-se SERVIÇO DE CONSULTAS, EXAMES, VALIDAÇÃO DE ATESTADOS, ENTRE OUTROS, PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

O pagamento dos referidos empenhos foram realizados antecipadamente para os serviços realizados e os em andamento.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 15 de junho de 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELLI EPP.

Publicação Nº 2524223

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELLI EPP referente aos empenhos relacionados em planilha anexa:

EMPENHOS	DATA DE EMISSÃO	VALOR LIQUIDADO
878-5/2020	03/04/2020	R\$580,99
878-4/2020	07/05/2020	R\$580,99
878-3/2020	10/03/2020	R\$580,99
880-2/2020	10/03/2020	R\$2.362,52
880-1/2020	07/05/2020	R\$2.362,52
TOTAL		R\$6.468,01

Este pagamento refere-se CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARME PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O pagamento dos referidos empenhos foram realizados antecipadamente para o trabalho realizado e para continuação do contrato com o fornecedor.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos, devendo ser efetuados os referidos pagamentos e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 15 de junho de 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - 5R TONERS INFORMATICA LTDA.

Publicação Nº 2524058

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor 5R TONERS E INFORMATICA LTDA referente aos empenhos relacionados em planilha anexa:

EMPENHOS	DATA DE EMISSÃO	VALOR LIQUIDADO
624-0/2020	19/05/2020	R\$805,26
549-02/2020	01/06/2020	R\$448,27
549-01/2020	07/05/2020	R\$210,58
131-02/2020	07/05/2020	R\$436,75
131-03/2020	20/04/2020	R\$630,87
TOTAL		R\$2.531,73

Este pagamento refere-se a pagamento para empresa 5r toners e Informática LTDA de acordo com processo administrativo nº 01/2020. O pagamento dos referidos empenhos foram realizados antecipadamente para os trabalhos iniciados e os em andamento. Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuados os referidos pagamentos e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 15 de junho de 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - KETLIN ULLER SERVIÇOS.

Publicação Nº 2524061

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor KETLIN ULLER SERVIÇOS referente ao empenho nº 2389-02/2020 com emissão do dia 08/06/2020, no valor de R\$ 11.340,00.

Este pagamento refere-se a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, ZELADORIA, SEPULTAMENTO, EXUMAÇÃO E INCINERAÇÃO DE CAIXÕES EXUMADOS PARA DOIS CEMITÉRIOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), LOCALIZADOS NOS BAIRROS NOVA ESPERANÇA E VILA AMIZADE.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para os trabalhos realizados e os em andamento.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 15 de junho de 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº. 200/2020

Publicação Nº 2524374

PORTARIA Nº. 200/2020

Altera a Portaria nº. 246/2018, que nomeia os membros responsáveis pelo procedimento e fiscalização das parcerias com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Altera a Portaria nº. 246/2018, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.

I - Gestor da Parceria - Juliano Henrique Gotardo;

..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de junho de 2020.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guatambú

PREFEITURA

ADITIVO 14/2020 À ATA RP 01/2020

Publicação Nº 2523930

ADITIVO CONTRATUAL Nº 14/2020

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA RP Nº 01/2020

O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, cidade de Guatambu - SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.990.206/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA e a empresa ZORZANELLO E MAMAN LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob nº 02.200.249/0001-76, com sede na Avenida João Batista Dal Piva, 1400, Centro, município de Guatambu - SC, CEP 89.817-000, representada neste ato, pelo seu Sócio Proprietário, Senhor Pedro Paulo Zorzanello, inscrito no CPF sob nº 428.517.850-87, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata Registro de Preços 01/2020 e ao décimo Aditivo Contratual à Ata RP nº 01/2020, visando o reequilíbrio econômico-financeiro de acordo com o que prescreve o artigo 65 inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E VIGÊNCIA

Ficam alterados, na forma de reequilíbrio econômico-financeiro, os valores constantes n Cláusula Primeira - Do Preço do Aditivo Contratual nº 01 à Ata Registro de Preços 01/2020, conforme segue:

Item 02: O preço certo e ajustado por litro de Gasolina Comum fica no valor unitário de R\$ 3,84 (três reais e oitenta e quatro centavos).

Se aplica o presente valor de reajuste com efeitos retroativos a contar da data de 29 de maio de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas da referida Ata Registro de Preços, as quais se aplicam a este termo aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Guatambu - SC, 15 de junho de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

ZORZANELLO E MAMAN LTDA - EPP
Contratada

Testemunhas:

1) Nome:
CPF:

2) Nome:
CPF:

ATA RP 20/2020 - PREGÃO 25/2020

Publicação Nº 2523795

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2020

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 25/2020

O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 95.990.206/0001-12, situado na Rua Manoel Rolim de Moura, 825, Centro, Guatambu, SC, por seu Prefeito, senhor Luiz Clóvis Dal Piva e as empresas AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 01.453.268/0001-41, com sede no Acesso Plínio Arlindo de Nes, s/n, Km 4, Linha Colonia Cella, Cp. 962, Bairro Trevo, Chapecó - SC, CEP: 89.810-740, representada neste ato, pelo seu Sócio Proprietário, Senhor Dorvalino Cleocir Casagrande, inscrito no CPF sob nº 464.652.359-00, BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 29.220.447/0001-58, com sede na Rodovia BR 470, 5350, Galpão 24, Bairro Valada Itoupava, Rio do Sul - SC, CEP: 89.162-875, representada neste ato, pelo seu Sócio Proprietário, Senhor Daniel Heesch, inscrito no CPF sob nº 247.440.859-20, FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.171.758/0001-46, com sede na Avenida Senador Atilio F. X. Fontana, 3539-E, Bairro Efapi, Chapecó - SC, CEP: 89.809-506, representada neste ato, pela sua Sócia Proprietária, Senhora Viviane Moeller Estrach, inscrita no CPF sob nº 002.032.590-84, INDUSTRIA E COMERCIO DE FETILIZANTES NATU LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 03.922.020/0001-08, com sede na Linha Santa Fé Baixa, s/n, Interior, Itapiranga - SC, CEP: 89.896-000, representada neste ato, pelo seu Procurador, Senhor Emerson Salvagni, inscrito no CPF sob nº 053.898.389-20, JB COMERCIO DE INSUMOS E SUBSTRATOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 19.157.862/0001-50, com sede na Rua Generosa H Dale Laste, 741, Bairro Aparecida, Xanxerê - SC, CEP: 89.820-000, representada neste ato, pelo seu Sócio Proprietário, Senhor Julcimar Andre Bordignon, inscrito no CPF sob nº 005.771.649-88, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVEM Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS, NATIVAS, DE ESTAÇÃO, FERTILIZANTE E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE JARDINS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS, CANTEIROS E ACESSOS A VIAS, BEM COMO ATIVIDADES DOS PROGRAMAS E PROJETOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GUATAMBU, conforme especificações constantes abaixo:

Empresa	Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário em R\$	Valor Total Item em R\$
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	4	SACAS DE SEIXO (PEDRA DE RIO MARROM): em formato oval/circular, c/ 40kg	SC	100,00	13,90	1.390,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	6	VASO REDONDO EM MATERIAL POLIETILENO ROTOMOLDADO com as seguintes dimensões: A: 50cm / B: 37cm C: 43cm / D: 31cm Peso: 2,4 Kg Volume: 46 L, nas cores terrosas a escolher. Os vasos devem possuir sistema de drenagem eliminam tanto o problema de acúmulo de água como o problema de falta de água. Deve conter base com rodas em silicone se usados internamente, e externamente base para não acumular água sem rodas.	UN	10,00	130,00	1.300,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	10	VASO REDONDO OU QUADRADO EM MATERIAL POLIETILENO ROTOMOLDADO, na cor a escolher, Características do Vaso: - Super leve - Altamente resistente - Proteção contra variações de tempo - Não descolore - Alta Durabilidade - Design diferenciado - Pode ser plantado diretamente Dimensões: Altura aprox.: 1,10 centímetros – Largura aprox.: 40 centímetros, base: 30 cm. Os vasos devem possuir sistema de drenagem eliminam tanto o problema de acúmulo de água como o problema de falta de água. Deve conter base com rodas em silicone se usados internamente, e externamente base para não acumular água sem rodas.	UN	10,00	320,00	3.200,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	11	VASO TIPO BACIA PARA PLANTAS em material polietileno rotomoldado, na cor a escolher, características do vaso: Super leve - Altamente resistente - Proteção contra variações de tempo - Não descolore - Alta Durabilidade - Design diferenciado - Pode ser plantado diretamente Dimensões: diâmetro superior: 1,70 mts, altura: aprox. 40cm, base menor que a parte superior (estilo bacia). Os vasos devem possuir sistema de drenagem eliminam tanto o problema de acúmulo de água como o problema de falta de água. Deve conter base com rodas em silicone se usados internamente, e externamente base para não acumular água sem rodas.	UN	10,00	360,00	3.600,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	13	CACHEPOT EM MADEIRA ou MDF redondo ou, de boa qualidade no modelo a escolher, pintado ou vernizado, tamanho médio com medidas mínimas de 50 cm de altura, 35 cm de diâmetro de boca e base, com base e rodas de silicone para deslocamento.	UN	10,00	95,00	950,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	15	CACHEPOT EM MADEIRA ou MDF redondo ou, de boa qualidade no modelo a escolher, pintado ou vernizado, tamanho médio com medidas mínimas de 0,80 cm A 1,00m de altura, 45 cm de diâmetro de boca e base, com base e rodas de silicone para deslocamento.	UN	15,00	120,00	1.800,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	16	CACHEPOT EM POLIETILENO ROTOMOLDADO redondo ou quadrado, de boa qualidade no modelo e cor a escolher, fosco ou brilho, tamanho médio com medidas mínimas de 0,80 cm A 1,00m de altura, 45 cm de diâmetro de boca e base, com base e rodas de silicone para deslocamento.	UN	15,00	200,00	3.000,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	17	FOLHAGEM DE VASO - INTERNA -ZAMIOCULCA, Nome científico: Zamiculcaszamiifolia: plantas para ambiente interno muda adulta de porte grande.	UN	15,00	30,00	450,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	18	FOLHAGEM DE VASO - INTERNA PALMEIRA CHAMAEDOREA, Nome científico: Chamaedoreaelegans, planta para ambiente interno muda adulta de porte grande.	UN	20,00	45,00	900,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	20	FOLHAGEM DE VASO - INTERNA -Pleomele - Nome científico: Draena reflexa, plantas para ambiente interno muda adulta de porte grande	UN	20,00	24,00	480,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	21	FOLHAGEM DE VASO - INTERNA -Babosa de Pau - Nome científico: Philodendron martianum, plantas para ambiente interno, muda adulta de porte grande.	UN	20,00	30,00	600,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	23	Muda de árvores nativas de várias espécies de boa qualidade acima de 1 mt de altura	UN	150,00	10,00	1.500,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	24	BUXINHO DE PORTE GRANDE - Buxus sempervirens: Arbusto muito utilizado para a topiaria, por suas inúmeras qualidades. Aproximadamente 50 cm de arbusto	UN	150,00	28,00	4.200,00

FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	25	BUXINHO DE PORTE MÉDIO- Buxus sempervirens: Arbusto muito utilizado para a topiaria, por suas inúmeras qualidades. Aprox. 30 cm de arbusto.	UN	150,00	18,00	2.700,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	26	ALAMANDA-AMARELA - Allamandacathartica: Trepadeira lactescente, semi-lenhosa, muito vigorosa e bastante variável, de folhas brilhantes e espessas, já com produção de flores, mudas consideradas de porte médio.	UN	15,00	14,00	210,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	27	ANTÚRIO - Anthurium andraeanum: O antúrio é uma planta tradicional no paisagismo. Com produção de flores de porte médio. Opções de flores de coloração vermelha, rosa e branca.	UN	20,00	22,00	440,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	29	CRÓTON - Codiaeum variegatum: O cróton é uma planta arbustiva de folhagem muito exuberante. Ele apresenta caule de textura semi-lenhosa a lenhosa e seiva leitosa tóxica. Suas folhas são coriáceas e brilhantes e podem ser afiladas, lobadas, ovaladas ou retorcidas. Folhas podem ser coloridas, que se mostram mescladas de vermelho, roxo, rosa, branco, amarelo, verde ou laranja, nas mais variadas combinações. Tamanho mínimo de 30 cm de arbusto.	UN	50,00	33,00	1.650,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	30	DRACENA-VERMELHA - Cordyline terminali: dracenas vermelhas, arroxeadas, róseas, esbranquiçadas, verdes, variegadas, manchadas e listradas. Mudas de boa qualidade folha larga de aproximadamente 80 cm de altura.	UN	50,00	18,00	900,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	31	DRACENA-mesclada folha fina - Cordyline terminali: dracenas vermelhas, manchadas e listradas. Mudas de boa qualidade folha larga de aproximadamente 80 cm de altura.	UN	30,00	19,00	570,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	32	ESTRELÍTZIA - Strelitzia reginae: Herbácea rizomatosa, mudas de aproximadamente 80 cm de arbusto, de boa qualidade de... Inflorescências terminais com flores alaranjadas muito duráveis, que se abrem dentro de uma espata em forma de barco, com antera e estigma azuis em forma de flecha.	UN	100,00	17,50	1.750,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	33	FORRAÇÕES EM GERAL- As plantas usadas como forração tem funções básicas bem diversas das gramíneas. Em um projeto paisagístico, a forração integra os ambientes da flora, dando uma sensação de continuidade ao conjunto, além de proporcionar volume e colorido às partes rasteiras.	MT²	600,00	22,00	13.200,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	35	KAIZUCA - Juniperus chinensis torulos: O Kaizuka é uma pequena árvore cipreste de formacônica ou colunar e de aspecto escultural e muito decorativo. Seus ramos são ramificados e compactos, com folhas pequenas e comprimidas, que lhe conferem uma textura bastante densa. Plantas com tamanho mínimo de 1,5 m de altura.	UN	50,00	43,00	2.150,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	36	LÍRIO AMARELO - Hemerocallis flava: Herbácea rizomatosa cultivada à pleno sol ou meia-sombra, em bordaduras ao longo de caminhos e muros; ou em grupos formando canteiros. Mudas de boa qualidade.	UN	300,00	4,80	1.440,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	37	MORÉIA - Dietes bicolor: Herbácea rizomatosa, florífera, ereta, entouceirada, perene, de folhagem ornamental, originária da África do Sul, de 50-70 cm de altura.	UN	150,00	9,90	1.485,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	38	ESPADA DE SÃO JORGE: mudas de porte médio com folhas com no mínimo 0,50 cm com no mínimo 06 ramos.	UN	50,00	24,00	1.200,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	40	MUSSAENDA-ROSA - Mussaenda alicia: Arbusto vigoroso do tipo semi-lenhoso e de aparência compacta. Mudas de boa qualidade produzindo flores.	UN	20,00	38,00	760,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	42	PALMEIRA ARECA DE LOCUBA - Dypsis madagascariensis: plantas com porte mínimo de 1,5 metro de arbusto	UN	40,00	55,00	2.200,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	43	PALMEIRA FÊNIX - PH RO – Phoenix roebelenii (Fênix): Plantas com aproximadamente 1,5 a 2,00 de altura.	UN	40,00	95,00	3.800,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	46	PALMEIRA RÁPIS - Rhaps excelsa: plantas com no mínimo 0,80 cm de altura.	UN	20,00	11,00	220,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	48	QUARESMEIRA - Tibouchina granulosa: mudas de boa qualidade, com produção de flores de porte médio com aprox.. 1,00 metro.	UN	15,00	14,00	210,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	49	RABO-DE-GATO - Acalypha reptans: O rabo-de-gato é uma planta especial, sua sinflorescências vermelhas têm uma textura de pelúcia. Mudas rasteiras viçosas produzindo flores. Caixa com 15 mudas.	CX	100,00	13,90	1.390,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	50	ROSA - Rosa x grandiflora: As hastes são longas e verdes, e apresentam acúleos (espinhos) e folhas pinadas, divididas em lóbulos de margens serrilhadas. Mudas grandes com botão de boa qualidade. Cores diversas.	UN	100,00	9,50	950,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	53	Mudas de árvores de sombra - tipo CANELA de porte médio mínimo de 1,70 de altura.	UN	100,00	11,00	1.100,00

FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	54	Mudas de árvores de sombra- tipo PATA – DE - VACA de porte médio mínimo de 1,70 de altura.	UN	100,00	12,00	1.200,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	55	Mudas árvore de sombra Cássia imperial porte médio, mínimo de 1,70 de altura.	UN	50,00	12,00	600,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	56	FLOR TIPO KALANCHOE diversas cores plantada, natural, de boa qualidade, florida, porte médio com embalagem aproximadamente 25 cm.	UN	500,00	7,50	3.750,00
FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME	57	Botões de rosa natural, na cor a escolher, com embalagem e galhos de mosquitinho natural.	UN	500,00	6,40	3.200,00
JB COMERCIO DE IN-SUMOS E SUBSTRATOS LTDA ME	2	TERRA ADUBADA - Substrato, embalagem tipo sacas de 25kg	UN	300,00	7,95	2.385,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	3	SACAS DE SEIXO (PEDRA) DE DOLOMITA BRANCA: em formato oval/circular, c/ 40kg	SC	100,00	30,00	3.000,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	19	FOLHAGEM DE VASO - INTERNA RÁFIS. Nome científico: Rhaps ex-celsa: plantas para ambiente interno muda adulta de porte grande.	UN	10,00	10,00	100,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	22	MUDAS DE ARVORE NATIVA, de porte médio aprox.. 30 a 50 cm para campanhas educativas	UN	800,00	3,20	2.560,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	28	BAMBUSA - Bambusa gracilis: De cor e textura espetacular, o bambuzinho só acrescenta vida aos nossos jardins. De folhagem fina e coloração amarelo-limão. Mudas de porte médio aprox.. 80 cm de altura.	UN	30,00	14,00	420,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	34	GRAMA ESMERALDA - WI ZO – Wild zoyzia(Grama esmeralda imperial): Herbácearizomatosa, reptante, perene, muito ramificada, de 10-15cm de altura, com folhas estreitas, pequenas , formando um tapete perfeito quando ceifada com frequência.	MT ²	1.500,00	6,80	10.200,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	39	LANÇA DE SÃO JORGE: mudas de porte médio com folhas com no mínimo 0,50 cm com no mínimo 06 ramos.	UN	40,00	24,00	960,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	41	ORQUÍDEA-BAMBÚ - Arundina bambusifolia: Orquídea terrestre bastante rústica, aarundina, Apresenta caule juncoso, formando grandes massas que crescem até uma altura de 2 m. plantas com aproximadamente, 80 cm de altura.	UN	50,00	15,00	750,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	44	PALMEIRA REAL. Mudas semi - adultas com tamanho mínimo de 1,5 metros, com uma medias de 04 folhas já formadas.	UN	50,00	14,00	700,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	45	PALMEIRA PATA-DE-ELEFANTE - Beaucarnea recurvata: A pata-de-elefante é uma planta arbustiva, de textura semi-lenhosa e aspecto escultural. Plantas com aproximadamente 1,5 a 2,00 metros de altura.	UN	10,00	190,00	1.900,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	47	PALMEIRA SAGU (SAGU) - Cycas revoluta: Mudas consideradas adultas, arbustivas de porte médio.	UN	30,00	30,00	900,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	51	Agapanto ou Lírio-africano (Agapanthus) Planta herbácea perene de rizomas subterrâneos, de altura até, com o pendão floral. As flores são pequenas, tubulares nas cores branca ou azul, reunidas em inflorescência tipo umbela, na extremidade de longo pecíolo cilíndrico e forte. MUDAS de boa qualidade de porte médio.	UN	250,00	5,80	1.450,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	52	Caixas com 12 mudas de flores da estação diversas a escolher com produção de flores.	CX	900,00	10,20	9.180,00
AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI ME	58	Vasos com embalagem de violetas duplas, diversas cores.	UN	800,00	4,50	3.600,00
INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES NATU LTDA - ME	1	Fertilizante Orgânico Simples Granulado (Adubo), embalado em sacos de 40kg	UN	100,00	12,00	1.200,00
BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI - ME	5	Casca de pinus polida para jardinagem – saco de 40 Lt.	SC	60,00	17,50	1.050,00
BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI - ME	7	VASO REDONDO OU QUADRADO EM MATERIAL POLIETILENO ROTOMOLDADO, na cor a escolher, Características do Vaso: - Super leve - Altamente resistente - Proteção contra variações de tempo - Não descolore - Alta Durabilidade - Design diferenciado - Pode ser plantado diretamente Dimensões: - Altura: 45 Centímetros - Largura: 37 centímetros - Base: 25 Centímetros - Boca: 31 Centímetros. Os vasos devem possuir sistema de drenagem eliminam tanto o problema de acúmulo de água como o problema de falta de água. Deve conter base com rodas em silicone se usados internamente, e externamente base para não acumular água sem rodas.	UN	20,00	75,00	1.500,00

BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI - ME	8	VASO REDONDO OU QUADRADO EM MATERIAL POLIETILENO ROTOMOLDADO, na cor a escolher, Características do Vaso: - Super leve - Altamente resistente - Proteção contra variações de tempo - Não descolore - Alta Durabilidade - Design diferenciado - Pode ser plantado diretamente Dimensões: Dimensões: - Altura: 28 centímetros - Diâmetro: 34 centímetros - Base: 26,5 centímetros. Os vasos devem possuir sistema de drenagem eliminam tanto o problema de acumulo de água como o problema de falta de água. Deve conter base com rodas em silicone se usados internamente, e externamente bas	UN	10,00	85,00	850,00
BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI - ME	9	VASO REDONDO OU QUADRADO EM MATERIAL POLIETILENO ROTOMOLDADO, na cor a escolher, Características do Vaso: - Super leve - Altamente resistente - Proteção contra variações de tempo - Não descolore - Alta Durabilidade - Design diferenciado - Pode ser plantado diretamente Dimensões: Altura: 33 Centímetros - Diâmetro: 42 centímetros - Base: 29 centímetros. Os vasos devem possuir sistema de drenagem eliminam tanto o problema de acumulo de água como o problema de falta de água. Deve conter base com rodas em silicone se usados internamente, e externamente base para não acumular água sem rodas.	UN	10,00	80,00	800,00
BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI - ME	12	VASO TIPO BACIA PARA PLANTAS em material polietileno rotomoldado, na cor a escolher, características do vaso: Super leve - Altamente resistente - Proteção contra variações de tempo - Não descolore - Alta Durabilidade - Design diferenciado - Pode ser plantado diretamente Dimensões: Dimensões: Altura: 24 Centímetros, Diâmetro: 57 Centímetros Boca: 45 Centímetros Base: 26 Centímetros (estilo bacia com base mais fina). Os vasos devem possuir sistema de drenagem eliminam tanto o problema de acumulo de água como o problema de falta de água. Deve conter base com rodas em silicone se usados internamente, e externamente base para não acumular água sem rodas.	UN	10,00	95,00	950,00
BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI - ME	14	CACHEPOT EM POLIETILENO ROTOMOLDADO redondo ou quadrado, de boa qualidade no modelo e cor a escolher, fosco ou brilho, tamanho médio com medidas mínimas de 50 cm de altura, 35 cm de diâmetro de boca e base, com base e rodas de silicone para deslocamento.	UN	20,00	100,00	2.000,00
BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI - ME	59	LIMITADOR DE SOLO, sem borda, cor verde ou marrom, de material resistente e flexível, cor verde	MT²	1.000,00	1,85	1.850,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata e da fiscalização do objeto

A Ata de Registro de Preços terá vigência de um (01) ano a contar da sua assinatura.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE GUATAMBU não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Ficará responsável pela fiscalização do objeto deste processo, servidor público Municipal designado através de ato interno.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pelas Secretarias Municipais, e seus departamentos, desde que autorizados pelo PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula Quarta – Do local, forma e prazo de entrega

A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a solicitação do Município, efetuada através do envio da Autorização de Fornecimento, junto à Secretaria solicitante.

O objeto deste Edital entregue em desacordo à proposta ou às especificações desta licitação, ou que por ventura seja entregue com defeito ou imperfeições deverá ser imediatamente substituído pelo fornecedor.

As plantas e materiais objeto desta licitação deverão ser recebidas definitivamente mediante aprovação pelo servidor responsável pela fiscalização, nos termos do art. 73, inc.II "b" da Lei federal nº8.666/93, desde que o objeto fornecido tenha sido regularmente aprovado.

A Contratada é responsável pelas normas de segurança durante o transporte e por qualquer ônus de frete durante a efetivação da entrega das plantas e materiais.

Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Responsável da Secretaria ou do

órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor.

Cláusula Sexta - Das condições de fornecimento

A entrega dos serviços só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de serviço emitida pelo Município de Guatambu.

Subcláusula Primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as condições expressas no Edital de Pregão Presencial RP 25/2020.

Cláusula Sétima – Das penalidades

Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não celebrar o contrato.
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa.
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente.
- e) Falhar ou fraudar a execução do contrato.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
- g) Cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, o Município, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

Cláusula Oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea “d” inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula Nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do município, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a) à solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da autorização de fornecimento

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE GUATAMBU.

Subcláusula Primeira. A emissão das ordens de fornecimento/serviço, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo responsável.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 25/2020 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó-SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Guatambu SC, em 15 de junho de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Empresas detentoras da Ata:

AMBIFLORA PLANTAS E FLORES EIRELI – ME
Dorvalino Cleocir Casagrande

BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI – ME
Daniel Heesch

FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI – ME
Viviane Moeller Estrach

INDUSTRIA E COMERCIO DE FETILIZANTES NATU LTDA – ME
Emerson Salvagni

JB COMERCIO DE INSUMOS E SUBSTRATOS LTDA – ME
Julcimar Andre Bordignon

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

DECRETO 160 / 2020

Publicação Nº 2523543

DECRETO N. 160 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e de conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o falecimento do Senhor PEDRO BORSOI no dia 14 de junho de 2020;

Considerando que Borsoi atuou como Vereador em Guatambu por dois mandatos: de 1997 a 2000; e de 2001 a 2004;

Considerando que foi Prefeito de Guatambu por dois mandatos: de 2009 a 2012; e de 2013 a 2016;

Considerando os preciosos e pontuais trabalhos dedicados à comunidade guatambuense no decorrer de sua vida como cidadão e pessoa pública;

Considerando ainda, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu empenho, dedicação e trabalho, contribuíram para o crescimento e bem estar da coletividade;

Considerando o reconhecimento dos relevantes serviços prestados;

DECRETA:

Art. 1º. LUTO OFICIAL em todo território do Município, no período de três (3) dias, a contar de 15 de junho do corrente ano, em sinal de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito PEDRO BORSOI.

Parágrafo único. Todos os órgãos da administração manterão, durante este período, luto oficial.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu,
Estado de Santa Catarina, 15 de junho de 2020.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA Nº 001/2020 TP 004/2020

Publicação Nº 2523818

Processo Licitatório nº 052/2020

Tomada de Preços nº 04/2020

Ata Sessão Pública nº 001 –Recebimento e Habilitação

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte às nove horas e dez minutos, nas dependências da sala do setor de licitações na Prefeitura Municipal, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo decreto número 4045/2019, para o ato de abertura e julgamento de propostas referente ao Processo Licitatório nº 052/2020 na modalidade de Tomada de Preços nº 004/2020 destinada a Contratação de empresa(s) Especializada(s) para execução em regime de empreitada por preço global de pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Drenagem Pluvial, Sinalização Vertical e Horizontal parcial das Ruas Itororó e Leoberto Leal com fornecimento de material e mão de obra. O aviso do edital foi publicado na imprensa conforme determina a legislação vigente: Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, Mural Público e site da Administração Municipal. Protocolaram, tempestivamente os envelopes de Documentação de Habilitação e Proposta, as seguintes empresas:

Empresa CNPJ

Viapavi Obras e Serviços Ltda. ME 27.303.137/0001-71

Planaterra Terraplanagem e Pavimentação Ltda. 82.743.832.0001-62

Triangulo Engenharia Eireli. 12.816.075/0001-24

Viga Pavimentação e Obras Ltda. 09.223.659/0001-81

Na sequência dos trabalhos foram feitos os informes de praxe, ausentes representantes das demais licitantes Na sequência os membros da comissão rubricaram os Envelopes e que conferiram a sua inviolabilidade. Em prosseguimento passou à abertura dos envelopes Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para assinatura e posterior exame. Inicialmente a comissão constatou que a nenhuma das empresas licitantes apresentaram documentação de comprovação da condição para usufruir dos benefícios da Lei complementar 123/2006. Da análise documental, foi constatado que as quatro empresas estão habilitadas a prosseguir no certame, tendo em vista a ausência dos representantes legais das demais licitantes, a comissão em conformidade com o artigo 109 alínea "a" da Lei 8.666/ 93 abre prazo para possíveis interposições de recursos quanto às habilitações de 05 (cinco) dias úteis. Decorridos o prazo legal serão notificadas as outras licitantes para possível interposição de contrarrazões para posterior decisão, na ausência de recurso administrativo as licitantes serão convocadas para sessão pública de abertura e julgamento de propostas, sendo que todos os atos estarão disponíveis no site da administração municipal e os licitantes notificados. Os envelopes de propostas devidamente lacrados foram rubricados por todos os presentes. Foi encerrada a sessão, Eu _____ Rubens Antonio Correia, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão, representante legal, encerrando-se a sessão às 10h04min. Sendo que esta será publicada no site do município e diário oficial dos municípios.

CIBELY SCHNEIDER

Membro

RAPHAEL ANZOLIN WITTE

Membro

DECRETO Nº 4201/2020

Publicação Nº 2523778

DECRETO Nº 4201 DE 12 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A RETOMADA DO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Decreto nº 630, de 01 de junho de 2020, que altera o Decreto nº 562, de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que flexibiliza e regionaliza as medidas para enfrentamento ao COVID-19 no tocante a determinadas atividades;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 17.950, de 3 de junho de 2020, que reconhece o transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria SIE nº 321/2020, de 03/06/2020, que regula as normas sanitárias para retomada do transporte municipal e intermunicipal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.259/1975, segundo o qual a autoridade sanitária é obrigada a adotar, prontamente, as medidas indicadas para o controle de doença transmissível, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente (art. 12), bem como que, em tais situações, as pessoas físicas e as entidades públicas ou privadas ficam sujeitas ao controle determinado pela autoridade sanitária (art. 13);

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia no estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e de estrutura de saúde existente, neste momento, e sua evolução programada para enfrentamento da COVID-19;

CONSIDERANDO que, no Município de Herval d'Oeste, as atuais taxas de incidência de COVID-19 são substancialmente inferiores à média nacional;

DECRETA:

Art. 1º A circulação dos veículos do serviço de transporte coletivo de passageiros no âmbito do município de Herval d'Oeste/SC, ocorrerá mediante a observância dos parâmetros mínimos de segurança sanitária estabelecidos neste Decreto, por prazo indeterminado.

§ 1º A circulação dos veículos de transporte coletivo de passageiros será retomada de segunda a sábado.

§ 2º Aos sábados, após o horário das 17h, não haverá circulação de veículos;

§ 3º Domingos e feriados, o serviço de transporte coletivo de passageiros não operará.

Art. 2º A circulação dos veículos de transporte coletivo de passageiros estará condicionada à observância dos seguintes requisitos:

I – Ao término de cada viagem (linha) desinfetar locais como balaústres, pega- mãos, maçanetas, os pegadores, as catracas e as poltronas, barras de apoio e outros, com álcool 70% ou outros produtos sanitizantes.

II – Ao final do dia, o exterior dos veículos deverá ser limpo e desinfetado com água e sabão ou outros produtos indicados pelas autoridades sanitárias competentes;

III- Os veículos deverão circular com as janelas abertas sempre que possível;

IV- Motoristas e demais funcionários que laborarem nos veículos deverão reforçar seus cuidados pessoais, lavando sempre as mãos e utilizando álcool gel a cada viagem realizada, além do uso obrigatório de máscaras;

V- A lotação de cada veículo deverá ser obrigatoriamente aos de bancos disponíveis em cada veículo;

Art. 3º. Os passageiros deverão evitar o uso de dinheiro para que não aumentem o risco de exposição.

Art. 4º. Para ingresso e permanência em veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros será obrigatório o uso de máscara de proteção, conforme previsto no artigo 1º, §1º, inciso I, do Decreto Municipal nº 4178 de 09 de abril de 2020.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 12 de junho de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 092/2020

Publicação Nº 2524616

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 092/2020

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE – SC, SR. AMÉRICO LORINI, DO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DE SEU CARGO, NA FORMA PREVISTA NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC Faz saber que os Vereadores aprovaram e promulgamos o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º A Câmara Municipal de Vereadores, com base nos incisos VI, XIII do artigo 19 e art. 51 ambos da Lei Orgânica Municipal AUTORIZA o Prefeito Municipal a afastar-se do exercício das atribuições de seu cargo, pelo prazo necessário e que perdurar o tratamento de saúde a que está submetido.

Art. 2º No período de afastamento, constante da necessidade prevista no art. 1º deste Decreto, o Prefeito fará jus à percepção de remuneração conforme previsto no art. 52,I da Lei orgânica Municipal.

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde a data de 15/06/2020.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de junho de 2020.

SÉRGIO MOACIR DO NASCIMENTO
PRESIDENTE

EVERTON PARISENTI
VICE PRESIDENTE

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COSTA
2º SECRETÁRIO

Ibicaré

PREFEITURA

DECRETO N° 041-2020

Publicação N° 2524066

DECRETO N° 041/2020, 15 DE JUNHO DE 2020.

Homologa Plano de Contingência sobre Desastres Naturais da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O PREFEITO DE IBICARÉ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo com a Lei 12.608 de 10 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o Plano de Contingência sobre eventos adversos da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil constante em anexo.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de junho de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL

De Proteção e Defesa Civil

Município de Ibicaré – SC

Versão: 1

Última Atualização: Outubro 2019

Exemplar pertence a: Prefeitura de Ibicaré - SC

1. INTRODUÇÃO

0.1. Documento de Aprovação

O Plano de Contingência Municipal para Deslizamentos, Enchentes, Enxurradas, Granizos, Vendavais e Tempestades, Estiagem e Incêndio do município de Ibicaré – SC estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais.

O presente plano foi elaborado e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do sistema municipal de defesa civil de Ibicaré, identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias com vistas ao desempenho previsto nas atividades e responsabilidades contidas neste Plano.

1. FINALIDADE

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil para Deslizamentos, Enchentes, Enxurradas, Granizos, Vendavais e Tempestades, Estiagem e Incêndio do Município de Ibicaré, estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos direta ou indiretamente na resposta a emergências e desastres relacionados a estes eventos naturais, recomendando e padronizando a partir da adesão dos órgãos signatários os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrente.

2. SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS

O Plano de Contingência do município de Ibicaré foi desenvolvido a partir da análise das avaliações e mapeamento de risco efetuado e dos cenários de riscos identificados como prováveis e relevantes, caracterizados como hipóteses de desastres. Levou ainda em consideração alguns pressupostos para o planejamento, que são premissas adotadas para o plano e consideradas importantes para sua compreensão e utilização.

2.1. Situação

O município de Ibicaré – SC está localizado no Meio Oeste Catarinense, no Vale do Rio do Peixe, possui relevo acidentado e clima subtropical. O principal rio do município é o Rio do Peixe com afluentes, Rio São Bento, Rio Estreito.

Os possíveis eventos naturais que podem atingir o município e causar cenários de riscos, são deslizamentos, enchentes, enxurradas, granizos, vendavais e tempestades, estiagem e incêndio.

2.2. Cenários de Riscos

2.2.1. Deslizamento

Dados Básicos

Não possui no momento áreas identificadas em situação de risco.

2.2.2. Enchente

Dados Básicos

Localidade 1: Avenida Presidente Nereu Ramos

Nome do Rio: Rio São Bento

Localidade 2: Rua Sete de Setembro (Praça do Rodeio e Delegacia)

Nome do Rio: Rio do Peixe

Recorrência

Localidade 1: O evento foi registrado uma vez na história, risco baixo.

Localidade 2: O evento ocorre com maior frequência entre os meses de abril e agosto, não existe registro de muitos eventos, risco baixo.

Identificação dos possíveis danos

Prédio Público: 01 (Delegacia)

População afetável: aproximadamente 20 casas e prédios de alvenaria, margeando o Rio São Bento e o Rio do Peixe.

Pontos Sensíveis: Praça do Rodeio

Característica da área afetável: Área urbana

Fatores de Risco

Localidade 2: Edificação construída em área de planície margeando a Rua Sete de Setembro, quando ocorre um aumento considerável do índice pluviométrico, o rio sai da sua caixa normal, ocasiona o alagamento.

Fotos do local

2.2.3. Enxurrada

Dados Básicos

Localidade: Área Urbana e Rural do Município

Recorrência

Localidade: Evento acontece esporadicamente

Identificação dos possíveis danos

Área urbana: alagamento de casas e demais construções próximas à bocas de lobo, onde desemboca toda água dos bairros localizados nas partes mais elevadas do município.

Área Rural: Áreas de cultivo sazonal, construções próximas ao leito de córregos e pequenos riachos, pontes e cabeceiras, estradas.

Característica da área afetável: Área urbana e rural

2.2.4. Granizo

Dados Básicos

Localidade: Área Rural do Município

Recorrência

Localidade: Evento acontece esporadicamente

Identificação dos possíveis danos

Áreas de cultivo sazonal e possíveis construções

Característica da área afetável: Área rural

2.2.5. Vendaval e Tempestade

Dados Básicos

Localidade: Área Rural do Município

Recorrência

Localidade: Evento acontece esporadicamente

Identificação dos possíveis danos

Áreas de cultivo sazonal e possíveis construções

Característica da área afetável: Área rural

2.2.6. Estiagem

Dados Básicos

Localidade: Área Urbana e Rural do Município

Recorrência

Localidade: Evento acontece esporadicamente, com maiores danos à área rural do município.

Identificação dos possíveis danos

Área urbana: Racionamento na distribuição de água

Rural: Perda de áreas de cultivo sazonal, dificuldade na distribuição de água, principalmente aos animais, em propriedades de atividade agropecuária como: alojamento de aves e suínos, criação de gado de corte e produção de leite, onde o consumo diário para a manutenção das atividades é elevado.

Característica da área afetável: Área urbana e rural

2.2.7. Incêndio

Dados Básicos

Localidade: Área Urbana e Rural do Município

Recorrência

Localidade: Evento acontece esporadicamente
Identificação dos possíveis danos
Área urbana: Casas e demais construções
Área Rural: Casas e demais construções, além de matas e terrenos grandes.
Característica da área afetável: Área urbana e rural

4. CADASTRO ABRIGOS

Total de 02 abrigos

4.1. Dados Básicos

Município: Ibicaré – SC

Tipo do abrigo: Ginásio Municipal de Esportes

Local do Abrigo: Centro Esportivo Municipal Prefeito Pedro Dotta

Endereço: Rua Dom Pedro II

Gerência do Abrigo

Nome do Responsável: Olavo Boesing

Fone: (49) 3538-0283 Celular: (49) 99819-8065

Nome Adjunto: João Nelson Antes

Fone: (49) 3538-0222 Celular: (49) 99921-8388

Staff

Coordenador Social: João Nelson Antes

Fone fixo: (49) 3538-0222 Celular: (49) 99921-8388

Coordenador Social Adjunto: Sidônia Zapelini Kaslowski

Fone fixo: (49) 3538-0699 Celular: (49) 99942-7190

Coordenador Saúde: Marlene Alberguini

Fone fixo: (49) 3538-0331 Celular: (49) 99953-5667

Coordenador Saúde Adjunto: Chaiane Rinaldi

Fone fixo: (49) 3538-0331 Celular: (49)

Coordenador Logística: Olavo Boesing

Fone fixo: (49) 3538-0283 Celular: (49) 99819-8065

Coordenador Logística Adjunto: Ronaldo Bello das Chagas

Fone fixo: (49) 3538-0283 Celular: (49) 99962-8722

Capacidade do abrigo: 100 pessoas

Há espaço para almoxarifado: Sim

Existe cozinha no local: Sim

Existe água encanada no local: Sim

Existe coleta de lixo regular: Sim

Quantidade de banheiros: 01 Masc. e 01 Fem.

Quantidade de chuveiros: 03 Masc. e 03 Fem.

Há espaços para lavanderia: Não

Há espaço para secagem de roupas: Sim

Há espaço para área de recreação: Sim

Há fornecimento de energia elétrica: Sim

Há espaço para abrigo de animais: Não

Há espaço reservado para alimentação: Sim

Capacidade do reservatório de água: 1.000 litros

Observações:

Responsável pela chave do ginásio: Diolindo Daros

Celular: (49)

4.2. Dados Básicos

Município: Ibicaré – SC

Tipo do abrigo: Centro de Eventos

Local do Abrigo: Centro Integrado de Desporto e Lazer Arlindo Constante Dallolmo

Endereço: Linha São José

Gerência do Abrigo

Nome do Responsável: João Nelson Antes

Fone: (49) 3538-0222 Celular: (49) 99921-8388

Nome Adjunto: Olavo Boesing

Fone: (49) 3538-0283 Celular: (49) 99819-8065

Staff

Coordenador Social: João Nelson Antes

Fone fixo: (49) 3538-0222 Celular: (49) 99921-8388

Coordenador Social Adjunto: Sidônia Zapelini Kaslowski

Fone fixo: (49) 3538-0699 Celular: (49) 99942-7190
Coordenador Saúde: Marlene Alberguini
Fone fixo: (49) 3538-0331 Celular: (49) 99953-5667
Coordenador Saúde Adjunto: Chaiane Rinaldi
Fone fixo: (49) 3538-0331 Celular: (49)
Coordenador Logística: Olavo Boesing
Fone fixo: (49) 3538-0283 Celular: (49) 99819-8065
Coordenador Logística Adjunto: Ronaldo Bello das Chagas
Fone fixo: (49) 3538-0283 Celular: (49) 99962-8722

Capacidade do abrigo: 200 pessoas
Há espaço para almoxarifado: Sim
Existe cozinha no local: Sim
Existe água encanada no local: Sim
Existe coleta de lixo regular: Sim
Quantidade de banheiros: 20 Masc. e 20 Fem.
Quantidade de chuveiros: 30 Masc. e 30 Fem.
Há espaços para lavanderia: Sim
Há espaço para secagem de roupas: Sim
Há espaço para área de recreação: Sim
Há fornecimento de energia elétrica: Sim
Há espaço para abrigo de animais: Não
Há espaço reservado para alimentação: Sim
Capacidade do reservatório de água: 10.000 litros
Observações:
Responsável pela chave do Centro: Olavo Boesing
Celular: (49) 99819-8065

5. CADASTRO RECURSOS

5.1. Veículos

Tipo: 01 Micro-ônibus
Contato: Cristian Campolim M. Fernandes
Instituição: Prefeitura de Ibicaré
Telefone fixo: (49) 3538-0283
Celular: (49) 99947-8592

Tipo: 01 Micro-ônibus
Contato: Ronaldo Bello das Chagas
Instituição: Prefeitura de Ibicaré
Telefone fixo: (49) 3538-0283
Celular: (49) 99962-8722

5.2. Materiais

Tipo: 01 Bobinas de lona
Contato: Olavo Boesing
Instituição: COMPDEC-IBICARÉ
Telefone fixo: (49) 3538-0283
Celular: (49) 99819-8065
E-mail: maquinas@ibicare.sc.gov.br

5.3. Recursos Humanos

Tipo: Polícia Militar
Contato: Sargento Nilson Schneider
Instituição: Polícia Militar de Ibicaré – SC
Telefone Fixo: (49) 3538-0101
Celular: (49) 99810-0064
E-mail: 26b1c4p3g@pm.sc.gov.br

5.4. Instituições Voluntárias

Ainda não há instituições voluntárias cadastradas.

6. ATIVAÇÃO DO PLANO

6.1. Autoridade de Ativação

O Plano de Contingência poderá ser ativado pelas seguintes autoridades

Coordenador Operacional: Olavo Boesing
Fone fixo: (49) 3538-0283 Celular: (49) 99819-8065

Agente Operacional: Ronaldo Bello das Chagas
Fone fixo: (49) 3538-0283 Celular: (49) 99962-8722

6.2. Critérios para Ativação

O PLANCON será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

- Quando o responsável pelo monitoramento receber alerta meteorológico do COMPDEC;
- Quando o nível dos rios monitorados atingirem os níveis de atenção ou alerta;
- Quando o movimento de massa for detectado pelos responsáveis pelo monitoramento ou for dado um alerta pelo CIGERD;
- Quando ocorrerem chuvas, vendavais ou tempestades que gerem pessoas desalojadas e/ou desabrigadas;

6.3. Procedimento para Ativação

Após a decisão formal de ativar o Plano de Contingência, o Coordenador Operacional deverá realizar os contatos necessários para que as seguintes medidas sejam desencadeadas:

- 1) Instalar o Sistema de Comando de Incidentes e o Posto de Comando.
- 2) Acionar o Plano de Chamada, para a composição do Comando do SCI.
- 3) Instalar a Área de Espera, o que é muito importante para a organização e emprego dos recursos.
- 4) Coleta de informações: Responder as seguintes perguntas norteadoras "O que aconteceu, como está agora e como poderá evoluir".
- 5) Levantar telefones para informações: Local do acidente, equipes de socorro que estão em atendimento e notificações em geral, como imprensa.

6) O Coordenador Municipal de Defesa Civil deverá entrar em contato com o Coordenador Regional de Defesa Civil, Adair Flâmia, Telefone Comercial (49) 3527-9501, SDR/Joaçaba – Funcional (49) 99151-3076, e-mail: jca@sdsc.gov.br ou joacaba@defesacivil.sc.gov.br repassando as informações necessárias.

PORTARIA Nº 190-2020

Publicação Nº 2523522

PORTARIA Nº 190, de 12 de junho de 2020.

“CONVOCA PARA RETORNO IMEDIATO DAS FÉRIAS REGULAMENTARES O SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 1.230, de 15 de março de 2000

RESOLVE:

Art. 1º. CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, a partir do dia 12 de junho de 2020, por motivo de superior interesse público, interrompendo o gozo das férias regulamentares, concedidas pela Portaria nº 188, de 01 de junho de 2020, o servidor MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade II, nível 17, classe “S”, Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo IV – Atividades Técnicas Profissionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. O saldo remanescente das férias, serão gozadas posteriormente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 12 de junho de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA Nº 191-2020

Publicação Nº 2523528

PORTARIA Nº 191, de 15 de junho de 2020.

“DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020/FMS e Nº 003/2020/FMS”.

O Prefeito de Ibicaré – SC,

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré e Editais nº 002/2020/FMS e 003/2020/FMS, de 12 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020/FMS e 003/2020/FMS de 12 de junho de 2020, para que exerçam as atribuições necessárias ao cumprimento dos respectivos Editais, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Art. 2º. Para compor a Comissão de que trata o artigo 1º, ficam nomeadas as seguintes pessoas:

- 1) Marlene Alberguini - Presidente

- 2) Rosane Remus Ciarnoski – Membro
- 3) Guilherme Bunn – Membro
- 4) Vanessa Bender Foppa - Membro

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de junho de 2020.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA Nº 192-2020

Publicação Nº 2523530

PORTARIA Nº 192, de 15 de junho de 2020.
"AUTORIZA GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000 e Lei Complementar nº 050 de 14 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. FICA AUTORIZADO o gozo do saldo remanescente das férias, concedida pela Portaria nº 225, de 16 de dezembro de 2019, ao servidor JÉSSICA CAROLINE JUNG, ocupante do cargo de provimento em comissão de Supervisor do Setor de Medicamentos, nível DAÍ-01, Anexo I – Quadro de Pessoal Comissionado, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, pelo período de 15 de junho de 2020 a 24 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de junho de 2020.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA Nº 193-2020

Publicação Nº 2524477

PORTARIA Nº 193, de 15 de junho de 2020.
"NOMEAR SERVIDORES PARA CONSTITUIREM COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso das atribuições previstas no artigo 113, II "c" da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a Conclusão da Sindicância nº 001/2019 e demais legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores EVANDRO VOLPATO, SÉRGIO DOS SANTOS E SANDRA RITTER para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo, destinada a apurar, no prazo de 90 dias, prorrogáveis por igual prazo, possíveis danos ao erário em decorrência do descumprimento quanto a execução das Atas de Registro de Preços nº 035/2018 e nº 035/2019, tendo como fornecedor Cesar Murilo Flores ME.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de junho de 2020.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 21/2020 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA

Publicação Nº 2524042

MUNICIPIO DE IBIRAMA
FMS

Contrato Nº: 21/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA

Contratada: ESQUADRIAS E VIDRAÇARIA METT LTDA – numero inscrição 13.346.270/0001-09 Licitação: Dispensa de Licitação 22/2020

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais para reformas parciais nos Postos de Saúde das localidades, Centro e Dalbérgia.

Vigência: Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 15/06/2020

Valor R\$: 6.220,00 (Seis mil duzentos e vinte reais).

Dotação: 09.001.2057.33390000000000000000.250.01380200 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde.

FISCAL: IZABEL PETERSEN

DL - PROCESSO LICITATÓRIO 22/2020 - FMS

Publicação Nº 2524038

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.
FMS

DL - Processo Licitatório 22/2020.

Base legal: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais para reformas parciais nos Postos de Saúde das localidades, Centro e Dalbérgia. Contratada: ESQUADRIAS E VIDRAÇARIA METT LTDA, e numero inscrição CNPJ 13.346.270/0001-09. Ibirama, 15 de junho de 2020. Izabel Petersen – Secretária.

TOMADA DE PREÇOS Nº 76/2020

Publicação Nº 2524037

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

TOMADA DE PREÇOS Nº 76/2020.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de obras e engenharia, incluindo material e mão de obra, para a execução da obra de construção de uma Capela Mortuária, BR-470, KM 126, Serra São Miguel, Ibirama/SC. Entrega dos envelopes até o dia 01 de julho de 2020 as 09h00min. Sessão de abertura as 09h30min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, 3357-8527, na página do município na internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 15 de junho de 2020. Adriano Poffo - Prefeito.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 57/2020

Publicação Nº 2523540

MUNICÍPIO DE IBIRAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 57/2020

a) Processo Nr.:56 / 2020

b) Licitação Nr.:56 / 2020

c) Modalidade: Pregão

d) Data Homologação: 15/06/2020

e) Data da Adjudicação: 15/06/2020

f) Objeto da Licitação: REGISTROS DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS PARA RECUPERAÇÃO (REMOÇÃO / COLOCAÇÃO) DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E PARALELEPÍPEDOS, COLOCAÇÃO MEIO-FIO, E SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL DESTINADO PARA RECUPERAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM RUAS DESTES MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

- CNPJ 06.910.596/0001-43 - VMT Prestadora de Serviços Ltda

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	RECUPERAÇÃO / REPOSIÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS CIMENTADOS INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS.	Metro Quadrado		100	R\$26,00	R\$2.600,00
2	RECUPERAÇÃO / REPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO, INCLUINDO COMPACTAÇÃO COM EQUIPAMENTO APROPRIADO PARA PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO (remoção e colocação).	Metro Quadrado		3.000	R\$16,37	R\$49.110,00
3	RECUPERAÇÃO / REPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS OU PEDRA IRREGULAR, INCLUINDO COMPACTAÇÃO COM EQUIPAMENTO APROPRIADO PARA PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO (remoção e colocação).	Metro Quadrado		3.000	R\$18,62	R\$55.860,00
4	RECUPERAÇÃO / REPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO, INCLUINDO COMPACTAÇÃO COM EQUIPAMENTO APROPRIADO PARA PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO (pequenas áreas).	Metro Quadrado		1.000	R\$16,37	R\$16.370,00
5	RECUPERAÇÃO / REPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS OU PEDRA IRREGULAR, INCLUINDO COMPACTAÇÃO COM EQUIPAMENTO APROPRIADO PARA PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO (pequenas áreas).	Metro Quadrado		1.000	R\$18,91	R\$18.910,00
6	MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE REPARO / COLOCAÇÃO DE MEIO-FIO - (somente mão-de-obra).	Metros		500	R\$8,30	R\$4.150,00

Total do Fornecedor: R\$147.000,00

Ibirama, 15 de junho de 2020.

Ilhota

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 067 PRG 019 - 2020 MUL - TUBOS - ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP

Publicação Nº 2523828

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 067/2020
 Estado de Santa Catarina
 Município de Ilhota
 Prefeitura Municipal de Ilhota
 Setor de Compras e Licitações
 Processo: 210/2020 – MUL
 Pregão Presencial – Registro de Preço nº 019/2020 – MUL

1.1 Fornecedor: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE TUBOS E ARTEFATOS E CIMENTO PARA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	TUBO DE CONCRETO PS2 - DIÂMETRO 20 CM	16,00	300,00	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP	SANTA
2	TUBO DE CONCRETO PS2 - DIAMETRO 30 CM	20,00	1.000,00	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP	SANTA
3	TUBO DE CONCRETO PA2 - DIÂMETRO 40 CM - COTA PRINCIPAL	49,00	1.125,00	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP	SANTA
4	TUBO DE CONCRETO PA2 - DIÂMETRO 40 CM - COTA RESERVADA	49,00	375,00	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP	SANTA
5	TUBO DE CONCRETO PA2 - DIÂMETRO 60 CM - COTA PRINCIPAL	99,00	1.125,00	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP	SANTA
6	TUBO DE CONCRETO PA2 - DIÂMETRO 60 CM - COTA RESERVADA	99,00	375,00	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP	SANTA
16	TIJOLO DE CONCRETO (15X25X8)	1,25	10.000,00	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP	SANTA

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA EPP	259.300,00	duzentos e cinquenta e nove mil e trezentos reais

Assinatura: 15/06/2020.

Vigência: 12 meses.

Erico de Oliveira
 Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 068 PRG 019 - 2020 MUL - TUBOS - ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA

Publicação Nº 2523829

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 068/2020
 Estado de Santa Catarina
 Município de Ilhota
 Prefeitura Municipal de Ilhota
 Setor de Compras e Licitações
 Processo: 210/2020 – MUL
 Pregão Presencial – Registro de Preço nº 019/2020 – MUL

1.1 Fornecedor: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE TUBOS E ARTEFATOS E CIMENTO PARA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
9	TUBO DE CONCRETO PA2 - DIÂMETRO 1,0M	244,35	250,00	ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA	artgaspar

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
------------	---------------------------	---------------------------------------



ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA	61.087,50	sessenta e um mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos
----------------------------------	-----------	---

Assinatura: 15/06/2020.
Vigência: 12 meses.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 069 PRG 019 - 2020 MUL - TUBOS - AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
Publicação N° 2523830

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 069/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 210/2020 – MUL
Pregão Presencial – Registro de Preço nº 210/2020 – MUL

1.1 Fornecedor: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE TUBOS E ARTEFATOS E CIMENTO PARA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
10	TUBO DE CONCRETO PA2 - DIÂMETRO 1,20M	372,80	100,00	AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	AGATON

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	37.280,00	trinta e sete mil duzentos e oitenta reais

Assinatura: 15/06/2020.
Vigência: 12 meses.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 070 - 2020 MUL - TUBOS - VOGELSANGER ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
Publicação N° 2523831

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 070/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 210/2020 – MUL
Pregão Presencial – Registro de Preço nº 210/2020 – MUL

Fornecedor: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE TUBOS E ARTEFATOS E CIMENTO PARA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: VOGELSANGER ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
11	TUBO DE CONCRETO PA2 - DIÂMETRO 1,50M	624,45	100,00	VOGELSANGER ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	VOGELSANGER

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
VOGELSANGER ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	62.445,00	sessenta e dois mil quatrocentos e quarenta e cinco reais

Assinatura: 15/06/2020.
Vigência: 12 meses.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 071 - 2020 MUL - TUBOS - SILVA SANTOS ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA

Publicação N° 2523834

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 071/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 210/2020 – MUL

Pregão Presencial – Registro de Preço nº 210/2020 – MUL

Fornecedor: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE TUBOS E ARTEFATOS E CIMENTO PARA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: SILVA SANTOS ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
12	TAMPA DE CONCRETO (80X80X15)CM	183,75	125,00	SILVA SANTOS ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA	Silva Santos
14	TAMPA DE CONCRETO (120X120X15)	403,90	100,00	SILVA SANTOS ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA	Silva Santos

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
SILVA SANTOS ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA	63.358,75	sessenta e três mil trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos

Vigência: 12 meses.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 072 - 2020 MUL - TUBOS - DILUCCA COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Publicação N° 2523836

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 072/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 210/2020 – MUL

Pregão Presencial – Registro de Preço nº 019/2020 – MUL

Fornecedor: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE TUBOS E ARTEFATOS E CIMENTO PARA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: DILUCCA COMÉRCIO DE ARTEFATOS

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
7	TUBO DE CONCRETO PA2 - DIÂMETRO 80 CM - COTA PRINCIPAL	188,90	375,00	DILUCCA COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	DILUCCA
8	TUBO DE CONCRETO PA2 - DIÂMETRO 80 CM - COTA RESERVADA	188,90	125,00	DILUCCA COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	DILUCCA
13	TAMPA DE CONCRETO (100X100X15)CM	283,00	125,00	DILUCCA COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	DILUCCA
15	TAMPA DE CONCRETO (150X150X15) CM	510,00	30,00	DILUCCA COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	DILUCCA
17	GRELHA DE CONCRETO COM ARMAÇÃO DUPLA SOLDADA (60X40X10)CM	59,95	250,00	DILUCCA COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	DILUCCA

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
DILUCCA COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	160.112,50	cento e sessenta mil cento e doze reais e cinquenta centavos

Assinatura: 15/06/2020.

Vigência: 12 meses.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

LEI 159

Publicação Nº 2524313

Lei Complementar nº 159/2020

Republicação por erro. A publicação do dia 08/05 não trouxe as emendas.

INSTITUI A TARIFA SOCIAL DE ÁGUA E ESGOTO DESTINADA A GARANTIR O ACESSO AO FORNECIMENTO MÍNIMO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO, PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Ilhota aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Ilhota/SC, a TARIFA SOCIAL de água e de esgoto, com regras definidas de acordo com a legislação vigente, visando à garantia das ações sociais, como preservação da saúde pública e o atendimento a usuários de baixa renda, com base nos artigos 29, I, § 1º, inciso II e § 2º, 30 e 31 da Lei Federal nº 11.445/2007, cujo consumo mensal não ultrapasse 10m³/mês.

Art. 2º Fica instituída por esta Lei a Tarifa Social de Águas e Esgoto, destinada a garantir acesso ao fornecimento mínimo de água e coleta de esgoto para famílias de baixa renda, desde que enquadrados nos requisitos estabelecidos por esta lei.

§ 1º A Tarifa Social de Água e Esgoto aplica-se, exclusivamente, a unidades habitacionais unifamiliares, utilizadas apenas para fins residenciais.

§ 2º Considera-se baixa renda, para efeitos desta Lei, a renda conjunta familiar composta dos valores auferidos mensalmente pelas pessoas que residem sobre o mesmo teto, que não ultrapasse 1 (uma) vez o salário mínimo nacional ou renda per capita de ½ (meio) salário mínimo nacional.

Art. 3º Os valores da Tarifa Social devidos pelos usuários dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto sanitário prestados pela Concessionária serão correspondentes a 0,5 da TRA (Tarifa Referencial de Água) e 0,4 da TRE (Tarifa Referencial de Esgoto), vigentes.

Art. 4º Os usuários dos serviços de fornecimento de água e esgoto para terem direito à Tarifa Social de Água e de Esgoto, deverão requerê-la junto à concessionária de serviço público responsável pelo fornecimento de água e coleta de esgoto no Município, comprovando preencherem os requisitos dispostos no Art. 5º desta Lei.

§ 1º A concessionária de serviço público responsável pelo fornecimento de água e coleta de esgoto no Município estabelecerá procedimentos sumários e simplificados para os deferimentos e a aplicação da Tarifa Social de Água e Esgoto, aplicando-se o prazo do art. 14, sendo vedado o repasse e aumento da tarifa normal aplicada aos demais consumidores por conta da implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto no Município de Ilhota/SC.

Art. 5º Terão direito a requerer o benefício da Tarifa Social aquelas pessoas descritas no Art. 2º desta Lei, e que atenderem aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I – Residam, ou sejam proprietários de um único imóvel, com destinação residencial exclusiva, utilizando especificamente para fins de moradia, medindo no máximo 70 m² (setenta metros quadrados);

II – Possuir cadastro, na categoria residencial, junto à concessionária de água e esgoto de Ilhota;

III – Estejam inscritos ou cadastrados como beneficiários nos Programas de Proteção Social do Governo Federal, Estadual ou Municipal, mediante apresentação de comprovante atualizado;

IV – Não possuam débitos pendentes junto à concessionária de serviço público responsável pelo fornecimento de água e coleta de esgoto no Município, exceto aqueles que estejam sendo objeto de parcelamento, com pagamento em dia;

V – Comprove renda mensal conjunta familiar de até 1 (uma) vez o salário mínimo nacional ou renda per capita igual ou menor a ½ (meio) salário mínimo nacional, mediante a apresentação de carteira de trabalho, guia de recolhimento da previdência social ou outro documento oficial equivalente;

VI – Não consumir, dentro da média dos 6 (seis) últimos meses, mais de 10m³ mensais;

VII – Ser consumidor monofásico de energia elétrica, cujo consumo não poderá ultrapassar a 220 Kwh/mês

VIII – Nos casos do interessado residir em lote com mais de uma edificação, deverá ser realizada a individualização da medição do consumo para efeitos da concessão da Tarifa Social.

Parágrafo Único. Caberá ao usuário interessado comprovar, por meio de documentos oficiais, da Carteira de Trabalho e Previdência Social, da Certidão do Cartório de Registro de Imóveis, das respectivas contas de energia elétrica e de água dos 3 (três) meses anteriores à apresentação e do comprovante atualizado, emitido pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal, que confirme ser o usuário beneficiário de algum programa de proteção social.

Art. 6º A unidade residencial beneficiada com a Tarifa Social de Água e Esgoto que ultrapassar por 3 (três) vezes, dentro do período de 12 (doze) meses, consumo mensal superior a 10m³ (dez metros cúbicos) mensais perderá o direito ao benefício, passando a pagar pela tarifa normal, salvo em casos de comprovado erro de leitura ou vazamento.

§ 1º A concessionária de serviço público responsável pelo fornecimento de água e coleta de esgoto no Município deverá proceder à notificação do usuário na segunda vez que este ultrapassar o limite de consumo mensal de 10m³ (dez metros cúbicos), alertando-o de que, se ultrapassar mais uma vez esse limite, ele perderá o benefício na forma do caput.

§ 2º A concessão da Tarifa Social se limita ao consumo de 10 m³ (dez metros cúbicos) mensais por família e, caso este limite seja eventualmente extrapolado, observadas as disposições do caput deste artigo, a integralidade da tarifa será cobrada conforme a tarifa normal vigente.

Art. 7º O subsídio de que trata esta Lei será concedido enquanto vigorarem os documentos que comprovem as condições anexadas às solicitações dos benefícios, os quais deverão ser reapresentados anualmente.

Art. 8º Anualmente, todos os beneficiados com a Tarifa Social deverão comparecer perante a concessionária para renovar o seu cadastramento,

devendo na oportunidade apresentar a mesma documentação para comprovar a continuidade de seu enquadramento.

Parágrafo único. O beneficiário da Tarifa Social que não atender ao disposto no caput deste artigo terá o seu cadastro automaticamente cancelado e perderá o benefício.

Art. 9º No caso de atraso do pagamento de 3 (três) faturas ou mais, relativas aos serviços de água e/ou esgoto, após ter sido formalmente notificado, o benefício será cancelado, podendo ocorrer o recadastramento somente após decorrido o prazo de 1 (um) ano de cancelamento.

Art. 10 Em caso de fraude, irregularidade ou infração às normas dos Serviços de Águas e Esgotos, o usuário perderá o benefício, podendo ser recadastrado somente depois de decorridos 3 (três) anos da data do cancelamento.

Art. 11 A concessionária dos Serviços de Água e Esgoto deverá realizar divulgação referente ao estabelecimento da Tarifa Social, por meio de mensagem inserida nas faturas de água e esgoto, bem como por qualquer outro meio de comunicação em massa existente no Município.

Parágrafo único. A cobrança da tarifa de esgoto sanitário será realizada através das contas mensais de consumo de água e esgoto, e será efetuada pelo Município de Ilhota, quando os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário forem prestados de forma direta pelo município e, no caso de concessão ou permissão, a cobrança será efetuada pela permissionária ou pela concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgoto sanitário.

Art. 12 Ficam excluídos da aplicação da Tarifa Social os clientes que possuam mais de uma residência, clientes de prédios e de condomínios residenciais, populares ou não.

Art. 13 Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a informar a concessionária do disposto da presente lei, bem como fiscalizar seu cumprimento e regulamentá-la no que for necessário, para a sua melhor execução.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 06 de maio de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 08/2020

Publicação Nº 2523881

Câmara Municipal de Ilhota
Estado de Santa Catarina
Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br

PORTARIA Nº 08/2020 "CONCEDER FÉRIAS À SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal do Município de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que nos termos do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte PORTARIA;

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, relativos ao período aquisitivo de 21/11/2018 a 20/11/2019 e período de gozo de férias de 06/07/2020 a 04/08/2020, à servidora ROSÂNGELA DE SOUZA HACK, lotada nesta Casa de Leis, no cargo de Contadora, contudo, devido ao abono pecuniário requerido nos moldes do art. 79-A do Estatuto dos Servidores de Ilhota, a servidora cumprirá o abono pecuniário nos últimos dez 10 (dez) dias das férias.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 03 de junho de 2020.

Arnoldo Adriano

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Sidnei Reinert

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 049, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524632

DECRETO Nº. 049, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

INSTITUI A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, EDITAL PMI Nº 001/2020 E NOMEIA MEMBROS PARA COMPÔ-LA.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo disposto no art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a extrema importância da instalação de um Grupo de Bombeiros Militar – GBM no Município de Imaruí, proporcionando mais segurança à população e diminuição do tempo de resposta para os Bombeiros Militares atenderem às ocorrências;

Considerando disponibilização de bombeiros militares para atuarem neste Município, prestando os serviços elencados no art. 108 da Constituição Estadual, mormente aqueles de prevenção de sinistros e catástrofes, combate a incêndio, busca e salvamento de pessoas e bens e atendimento pré-hospitalar;

Considerando o teor do Edital de Processo Seletivo Simplificado PMI nº 001/2020.

Considerando que o Processo Seletivo Simplificado necessita de acompanhamento para a correta aplicação das regras constantes em seu Edital e para que, pautado na legalidade, sejam dirimidas dúvidas e casos omissos que possam ocorrer durante sua realização.

Considerando o interesse público e social.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão do Processo Seletivo Simplificado, previsto no Edital de Processo Seletivo Simplificado PMI nº 001/2020.

Art. 2º A Comissão instituída pelo artigo 1º será composta pelos seguintes membros:

- I. DANIEL CRESCÊNCIO – Secretário Municipal de Educação – PRESIDENTE;
- II. ROGÉRIO MATIAS JUSTINO – Professor – MEMBRO;
- III. PAULO CESAR PEREIRA – Professor – MEMBRO;
- IV. ISRAEL CORRÊA – Professor – SUPLENTE;

Art. 3º A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Editais específicos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 10 de junho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 050, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524633

DECRETO Nº. 050, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 61, do parágrafo VI da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para atuarem nas Licitações – modalidade Pregão Eletrônico, os seguintes membros:

- I – Elígia Rosa Neves, Pregoeiro Oficial;
- II – Ana Patrícia da Silva, Equipe de Apoio;
- III – Viviane Carvalho Selvino, Equipe de Apoio.

Parágrafo único – Na ausência de algum membro da Equipe de Apoio, assumirá o respectivo cargo ou função Darlan dos Passos, Wylson Matos Oliveira e/ou Adelson Silvana.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 12 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 051, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524634

DECRETO Nº. 051, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

prorroga o período de EXPEDIENTE INTERNO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ESTABELECIDO PELO DECRETO Nº 030, DE 13 DE ABRIL DE 2020, e dá outras providências

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e ainda:

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria Federal nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-Cov);

Considerando a retomada gradual dos serviços públicos determinada pelo Decreto nº 030, de 13 de abril de 2020.

Considerando a necessidade de adoção de medidas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população que precisa deixar, mesmo que momentaneamente, o isolamento social para ter acesso a serviços públicos, bem como a necessidade de evitar aglomerações, para contenção da disseminação da COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o expediente interno estabelecido pelo art. 6º, do Decreto nº 030, de 13 de abril de 2020, pelo período de 7 (sete) dias, contados de 15 de junho de 2020.

Parágrafo único. Permanecem com atendimento ao público externo os setores elencados no § 1º do art. 6º, do Decreto nº 030, de 13 de abril de 2020, com redação dada pelo Decreto nº 041, de 15 de maio de 2020, na forma do § 2º do mesmo artigo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 12 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 052, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524635

DECRETO Nº. 052, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

autoriza o retorno das atividades de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, atividades de ensino superior consistentes em estágios obrigatórios e as atividades práticas presenciais curriculares, e dá outras providências

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e ainda:

Considerando a Portaria Federal nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-Cov);

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando a retomada gradual dos serviços públicos determinada pelo Decreto nº 030, de 13 de abril de 2020.

Considerando a necessidade de adoção de medidas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população que precisa deixar, mesmo que momentaneamente, o isolamento social para ter acesso a serviços públicos, bem como a necessidade de evitar aglomerações, para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o Decreto Estadual n. 630/2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizadas, diante do Decreto Estadual n. 630/2020, o retorno das atividades de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros neste território, bem como as atividades de ensino superior consistentes em estágios obrigatórios e as atividades práticas presenciais curriculares nos laboratórios de cursos superiores.

§ 1º É obrigatório o cumprimento das ações de prevenção em saúde, contidas em protocolos específicos, determinadas pelas autoridades públicas e validadas por Portaria da Secretária Municipal de Saúde.

§ 2º Permanecem suspensas as atividades de ensino fundamental, médio, técnico e superior, ressalvada, para essa última, a previsão contida no caput.

Art. 2º Ficam aprovados os protocolos de prevenção e combate à COVID-19 contido nos Anexos I e II, face autorização contida no caput do artigo anterior.

Art. 3º Fica designado ao órgão de Vigilância Sanitária Municipal, a competência para fiscalizar e fazer cumprir as normas de saúde e combate à Covid19, previstas nos protocolos anexos a este decreto e, em outros atos editados pelo Governo do Estado ou Governo Federal.

Parágrafo Único. Sendo constatado o descumprimento das normas previstas nos protocolos citados no caput, o órgão fiscalizador deve lavrar termo próprio e determinar a suspensão imediata das atividades pela infratora, até regularização das medidas de prevenção.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 15 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ANEXO I**DIRETRIZ REGIONAL PARA ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO MUNICIPAL DE REGRAS SANITÁRIAS AO TRANSPORTE URBANO**

Considerando o Decreto de nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense e Portaria de Nº 321 de 03 de junho de 2020, que trata do retorno das atividades das empresas de transporte rodoviário intermunicipal, REPASSANDO AS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS AS REFERIDAS DELIBERAÇÕES, o conjunto de municípios da Região de Laguna orienta a retomada das atividades seguindo os prepostos abaixo:

1. DO CENÁRIO

- . Considerando que o Ministério da Saúde conceitua a COVID-19 como doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e que a mesma apresenta quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves.
- . Considerando que de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório).
- . Considerando que o Ministério da Saúde informa que o Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias e que o novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China.
- . Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) entende que o coronavírus é um vírus respiratório e seu contágio é pela proliferação, principalmente pelo contato com uma pessoa infectada através de gotículas respiratórias geradas pela tosse ou espirro, que podem ser inaladas ou por contaminar mãos e superfícies, a recomendação proteger-se e intensificar o autocuidado (lavar bem as mãos com água e sabão e/ou álcool em gel 70%) e o autoisolamento, quando possível respeitando os regramentos sanitários.
- . Considerando as orientações do Ministério da Saúde/SAPS em seu protocolo de manejo clínico do coronavírus (COVID-19), onde discorre que os múltiplos agentes virais são responsáveis por essas duas síndromes, Síndrome Gripal e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), e que o vírus da Influenza, estava sendo o de maior magnitude nos últimos anos. Entretanto, há evidências e dados internacionais indicando que a transcendência da COVID-19 pode superar a da Influenza.
- . Considerando a existência da fase de transmissão comunitária da COVID-19, torna-se imprescindível que os serviços, ao retomarem suas atividades, trabalhem com abordagem sindrômica do problema.

Subsidiados pelos regramentos acima, este comitê busca orientar os municípios da região da Amurel por meio de diretrizes, a retomada das atividades de empresas de transporte rodoviário intermunicipal que possuam características urbanas e de transporte urbano.

2. DAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES COLETIVOS

- Realizar teste rápido nos colaboradores que retornarão ao trabalho e encaminhá-los para avaliação médica se positivo.
- Afastar imediatamente de suas funções, sem prejuízo de salários, os profissionais que apresentarem sintomas gripais conforme descrição do Ministério da Saúde.
- Proibir a circulação de pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, cardiopatas, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas. nos veículos de transporte público coletivo municipal e intermunicipal com característica de urbano;
- Garantir o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre os usuários do transporte coletivo, limitando o número de passageiros em 50% do total da capacidade do veículo, na forma zig-zag, sentados, e realizar a demarcação nos pontos em que os passageiros poderão permanecer de pé no interior do veículo;
- Garantir/disponibilizar e exigir o uso dos EPIs apropriados para a realização das atividades por seus colaboradores, no enfrentamento da

pandemia;

- Determinar para que todas as pessoas envolvidas com a operação de transporte de passageiros, utilizem, obrigatoriamente, máscaras de tecido como barreira, sendo facultativa a utilização de faceshield durante todo o expediente, seguindo as orientações de uso conforme já descritas na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020;
- Disponibilizar álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar para a higienização das mãos, no interior do veículo, e nos guichês de atendimento ao público, exigindo que antes de ingressar no veículo todas as pessoas efetuem a higienização das mãos;
- Garantir a limpeza e higienização dos banheiros dos terminais e dos ônibus, quando existir, com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;
- Disponibilizar sabão líquido e álcool 70% nos banheiros dos terminais e dos ônibus, quando existir;
- Recomendar a verificação da temperatura com termômetro Infravermelho no guichê e no embarque. Temperaturas superiores 37,8 não deverá proceder com embarque.
- Proibir a utilização de geladeiras no interior dos veículos;
- Circular, preferencialmente, evitando-se o uso do ar-condicionado, sendo que, quando necessário, recomenda-se a utilização do sistema de ar-condicionado com ventilação aberta, viabilizando a renovação do ar-condicionado e tendo filtro hepa com manutenção da limpeza regular e troca dos filtros conforme recomendações técnicas, principalmente nos veículos que possuem janelas travadas;
- Manter o interior do veículo bem ventilado, preferencialmente com ventilação natural por meio de janelas e escotilhas de ventilação abertas;
- Manter os ônibus limpos, higienizando, a cada itinerário, os pega-mãos, corrimãos, catracas, equipamentos de bilhetagem ou congêneres e demais superfícies onde há o constante contato das mãos dos passageiros, do motorista e do cobrador;
- Realizar a limpeza e desinfecção completa dos veículos, especialmente, a porta de acesso ao salão, as poltronas, os apoios de braço, os encostos de cabeça e perna, o maleiro (porta pacotes), as maçanetas e corrimões (Interno e externo), espaldar da poltrona e os sanitários (incluindo paredes), utilizando produtos regularizados;
- Higienizar os guichês de atendimento e, após cada cliente atendido, determinar para que os atendentes efetuem a higienização das mãos e dos equipamentos de uso compartilhado, como as máquinas para pagamento com cartões, canetas e outros materiais que configurem-se como vetor do vírus;
- Disponibilizar álcool em gel 70% para os motoristas, cobradores e passageiros, evitando a possível circulação do vírus que pode se dar pelo toque de mãos e, apesar de não ser muito conhecido, por meio de objetos contaminados (cartões, moedas etc.);
- Priorizar a comercialização de bilhetes de passagem eletrônica;
- Reorganizar as escalas e itinerários, reduzindo/limitando a circulação dos coletivos;
- Recomendar a suspensão do uso de cédulas e/ou moedas para a compra de passagens no interior dos ônibus;
- Instruir/treinar seus colaboradores sobre os meios de transmissão do coronavírus, de forma a evitar o contágio, transformando-os em multiplicadores/disseminadores dessas informações aos demais colegas de trabalho e aos passageiros;
- Ampliar a emissão de mensagens sonoras de alerta e prevenção nos terminais e ônibus;
- Recomendar para que os trabalhadores não retornem as suas casas diariamente com as roupas utilizadas no trabalho, quando estes utilizarem uniforme;
- Buscar sempre consultar as fontes confiáveis e oficiais, evitando a propagação/compartilhamento de notícias falsas (fake news).

3. DAS MEDIDAS PARA O TREINAMENTO DOS COLABORADORES

Como parte fundamental no processo emergencial da pandemia pelo coronavírus, torna-se imprescindível o treinamento dos colaboradores por técnicos/empresa de medicina do trabalho, devendo seguir as normas preconizadas nas diretrizes do Ministério da Saúde, OMS e ANVISA.

Caberá a empresa manter o registro destes treinamentos com a assinatura dos participantes de forma a comprovar a sua execução e garantia a segurança.

Este comitê considera de extrema importância que coordenadores, gestores e líderes das equipes envolvidas nos processos de limpeza orientem constantemente todos os colaboradores que atuarão nos procedimentos de prevenção da transmissão do coronavírus.

A utilização de EPI's no combate à pandemia, é obrigatória para a realização dos processos e todos os colaboradores devem ser treinados para utilizá-los corretamente.

Consideramos, em tempos de apreensão mundial, o autocuidado e a higienização ferramentas de extrema importância para conter o avanço exponencial do coronavírus, onde a valoração do profissional e humanização dos processos é ponto crucial, dentro do atual contexto.

4. DAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELOS PASSAGEIROS

- Cobrir a boca e o nariz com o cotovelo/antebraço ao tossir ou espirrar – quando se usa a mão, há uma maior possibilidade de transmitir o vírus pelo toque ou depositá-lo em alguma superfície do veículo, como, por exemplo, pega-mãos, corrimãos, barras de apoio, catracas, leitores de bilhetes/cartões e dinheiro.
- Evitar o toque nos olhos, no nariz e na boca sem antes higienizar as mãos com água e sabão ou utilizar o álcool em gel 70%.
- Manter a janela do veículo aberta, deixando-o bem ventilado durante toda a viagem.
- Manter o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre um passageiro e outro;
- Buscar sempre consultar as fontes confiáveis e oficiais, evitando a propagação/compartilhamento de notícias falsas (fake news).

5. DAS REFERÊNCIAS

- Ministério da Saúde. ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA TRATAMENTO MEDICAMENTOSO PRECOCE DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DA COVID-19. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/manejo-clinico-e-tratamento>
- Estado de Santa Catarina. NOTA TÉCNICA Nº. 016/2020 –DIVS/SUV/SES/SC - ORIENTAÇÕES PARA PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) EM EMPRESAS TRANSPORTE COLETIVO NO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: http://www.dive.sc.gov.br/notas-tecnicas/docs/16_Nota%2016%20Transporte%20P%C3%BAblico.pdf
- Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU e Associação Internacional do Transporte Público – UITP. GESTÃO COVID-19 ORIENTAÇÕES PARA OPERADORES DE TRANSPORTE PÚBLICO. Disponível em: <https://www.ntu.org.br/novo/upload/Publicacao/Pub637189972740689969.PDF>
- Brasil. LEI Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.

htm

• MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Malheiros Ed. 13ª ed. p.377.

6. DO PARECER

Este comitê busca orientar os gestores municipais, ressaltando-se que este parecer é de caráter opinativo, não vincula o gestor a decidir conforme o que neste documento consta, pois "o parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa" (MELLO).

Assim, após revisão e estudo das literaturas disponibilizadas pelas autoridades em saúde em relação a pandemia do coronavírus, este comitê sugere a possibilidade do retorno das atividades de transporte rodoviário intermunicipal que possuam características urbanas e de transporte urbano, nos territórios dos municípios da Amurel desde que em seus protocolos municipais sejam cumpridas na integralidade as diretrizes de prevenção e combate ao COVID-19, acima descritas, salvo melhor juízo.

Tubarão(SC), junho de 2020.

Débora da Rosa Wensing

Função

Armazém

Sergio Fernando Domingos Arent

Função

Braço do Norte

Jane Vitório Rosa da Cunha

Função

Braço do Norte

Adriana Osmar Machado Rufino

Função

Capivari de Baixo

Milene Marques Dacoregio

Função

Grão-Pará

Silvia Francisco Fernandes

Função

Gravatal

Francismari Rossi Lessa

Secretária Municipal de Saúde

Imaruí

Graciela Wiemes Ribeiro

Função

Imbituba

Susana Campos Souto

Função

Imbituba

Karem Garcia Fernandes da Silva

Função

Jaguaruna

Valéria Olivier Alves Souza

Função

Laguna

Alex da Silva de Bem

Função

Laguna

Francine de Souza Caetano

Função

Pedras Grandes

Juanita Alves Izidoro

Função

Pescaria Brava

Eliane Fregúlia
Função
Rio Fortuna

Karina Maria Serafim de Souza
Função
Sangão

Vanessa Batista Pacheco
Função
Santa Rosa de Lima

Maria Madalena Beltrame
Função
São Ludgero

Maria Salete Schmoeller Floriano
Função
São Martinho

Deise Guarezi
Função
Treze de Maio

Daisson José Trevisol
Função
Tubarão

Murilo de Oliveira Marcírio
Função
Tubarão

Luana Maria da Silva Cordeiro
Função
Tubarão

Celso Heidemann
Diretor
AMUREL

Ivania da Silva Rosalino May
Técnico
AMUREL

ANEXO II

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS PROTOCOLOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA PARA RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS - AULAS PRÁTICAS E ESTÁGIOS

1. DIRETRIZES GERAIS

O presente documento visa descrever orientações a serem seguidas por todos os empregados, estagiários, terceiros e visitantes, que acessem às instalações da Instituição de Ensino para desenvolvimento parcial ou integral das atividades presenciais.

Tem como objetivo apresentar as ações preventivas relacionadas à mitigação de possíveis fontes de contaminação pela Covid-19, de higiene de ambientes, garantindo a integridade e a vida das pessoas, desta forma cumprindo com a responsabilidade social da Instituição de Ensino.

2. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Compete à Segurança do Trabalho, juntamente com cada unidade educacional, promover e fiscalizar o uso obrigatório de máscara por todas as pessoas que compareçam ao estabelecimento. Para empregados, a unidade, por meio da liderança imediata, entregará os EPI indicados. Empregados que trabalham nas clínicas de saúde do Campus, atuando diretamente com a saúde das pessoas, receberão os EPI indicados. Estudantes e visitantes somente poderão entrar em nossos estabelecimentos utilizando máscaras. O treinamento ocorrerá digitalmente sempre que possível. Compete aos líderes repassarem os treinamentos e orientações que receberem do SESMT aos seus liderados e fazer o monitoramento do cumprimento das ações. Os estudantes receberão todas as orientações digitalmente, sempre que possível, com reforço dos empregados.

Será recomendado aos empregados e estudantes para que, na medida do possível, tragam máscaras de pano adicionais para troca a cada 3 horas de permanência nos ambientes da Instituição de Ensino. Todo estudante ou professor deve retirar os adornos como anéis, pulseiras, cordões, brincos e relógios para atender pacientes.

2.1. ESPECIFICAÇÕES DOS EPI

Observações

- A tabela abaixo refere-se aos EPI para enfrentamento da Covid-19. Não contempla os equipamentos já adotados regularmente nas atividades.
- As máscaras indicadas são as descartáveis simples, pois a máscara N95 é indicada para quem trabalha diretamente com suspeitos de Covid-19. Trata-se, portanto, de ambiente hospitalar. Nas atividades dos Campi não teremos essas situações, pois qualquer possibilidade deve buscar ser eliminada em triagem, que pode ser feita inclusive no agendamento por telefone.

CURSO	LOCAIS	ATIVIDADES	EPI
TODOS	HOSPITAIS, POSTOS SAÚDE	CONFORME DETERMINADO	KITS JÁ ENTREGUES
MEDICINA	AMBULATÓRIO PEQUENA CIRURGIA	ATENDIMENTO GERAL	MÁSCARAS DESCARTÁVEIS
		PROCEDIMENTOS	MÁSCARAS DESCARTÁVEIS, AVENTAL DESCARTÁVEL, LUVAS, TOUCA, PROTETOR FACIAL, PROPÉS.
	CLÍNICAS, CONSULTÓRIOS	EQUIPE AGENDAMENTO	MÁSCARA DE PANO
		ATENDIMENTO	MÁSCARAS DESCARTÁVEIS
MEDICINA VETERINÁRIA	HOSPITAL VET	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS – EPI JÁ UTILIZADO	AVENTAL DESCARTÁVEL, PROPÉS, TOUCA, MÁSCARAS DESCARTÁVEIS, ÓCULOS OU PROTETOR FACIAL.
		EQUIPE AGENDAMENTO	MÁSCARA DE PANO
		ATENDIMENTO	MÁSCARA DESCARTÁVEIS
ODONTOLOGIA	CLÍNICA	RECEPÇÃO	MÁSCARA DE PANO, LUVAS.
		ATENDIMENTO	TOUCA, MÁSCARA CIRÚRGICA, PROTETOR FACIAL OU ÓCULOS, AVENTAL IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL E LUVAS DE PROCEDIMENTO.
FISIOTERAPIA	CLÍNICA	ATENDIMENTO EM CONSULTÓRIO	MÁSCARA DESCARTÁVEL
		RECEPÇÃO	MÁSCARAS PANO
		PROCEDIMENTOS, MANOBRAS SEM RISCOS DE SECREÇÃO OU AEROSSOIS	MÁSCARAS DESCARTÁVEIS, LUVAS
		PROCEDIMENTOS, MANOBRAS COM RISCOS DE SECREÇÃO OU AEROSSOIS	MÁSCARAS N95/PFF2, AVENTAL DESCARTÁVEL, LUVAS, PROTETOR FACIAL.
COSMETOLOGIA	LABORATÓRIOS	ATENDIMENTO	MÁSCARA DE PANO, PROTETOR FACIAL (NÃO ENCONTREI REGULAMENTAÇÃO A RESPEITO)
ENFERMAGEM	AMBULATÓRIO	ATENDIMENTO GERAL	MÁSCARAS DESCARTÁVEIS
		PROCEDIMENTOS	MÁSCARAS DESCARTÁVEIS, AVENTAL DESCARTÁVEL, LUVAS, TOUCA, PROTETOR FACIAL,
	LABORATÓRIOS DE ENFERMAGEM	AULA PRÁTICA SEM PACIENTE	MÁSCARAS DE PANO

NATUROLOGIA	CLÍNICA	ATENDIMENTO	MÁSCARA DE PANO, PROTETOR FACIAL (NÃO ENCONTREI REGULAMENTAÇÃO A RESPEITO)
		AGENDAMENTO, RECEPÇÃO	MÁSCARA DE PANO
NUTRIÇÃO	LABORATÓRIO	ATENDIMENTO	MÁSCARA DE PANO
GASTRONOMIA, NUTRIÇÃO	COZINHA	TODAS	MÁSCARA, TOUCA, LUVAS.
FARMÁCIA	FARMÁCIAS	ATENDIMENTO	MÁSCARA DE PANO, PROTETOR FACIAL.

LABORATÓRIOS FÍSICO-QUÍMICOS BIOLOGIA, ENGENHARIAS, ANATÔMICOS	LABORATÓRIOS	TODAS	MÁSCARA DE PANO OU MÁSCARA DE PROTEÇÃO AGENTES QUÍMICOS OU BIOLÓGICOS.
ED. FÍSICA	GINÁSIOS, SALAS DE ESPORTE, PISCINAS	TODOS	MÁSCARA DE PANO
ÁREAS ADMINISTRATIVAS	TODOS	TODAS	MÁSCARA DE PANO
BIBLIOTECAS	TODAS	ATENDIMENTO, MANUSEIO MATERIAL	LUVAS, MÁSCARA DE PANO, PROTETOR FACIAL (se não houver acrílico).

Para Quem	Quando	Quem Fornece
Estudantes	Estágio obrigatório realizados em hospitais, postos de saúde.	Instituição de Ensino fornece conforme Portaria 353 de 25/5
	Estágio obrigatório em outros estabelecimentos, empresa.	Estudante ou empresa, seguindo regras do local
	Estágio obrigatório realizado dentro da Instituição de Ensino para áreas de atendimento ao público.	Instituição de Ensino
	Estágio obrigatório sem atendimento ao público.	Estudante
	Pesquisas remuneradas por grupos de pesquisa, sem atendimento ao público.	Estudante
	Aulas práticas, pesquisa de TCC, dissertação, com atendimento ao público.	Estudante
Empregados	Todas as situações.	Instituição de Ensino, buscando bom senso dos empregados no uso das máscaras de pano pessoais, enquanto buscamos providenciar.

3. ACESSO ÀS INSTALAÇÕES

3.1 No acesso de cada edificação deverá ser disponibilizado álcool gel.

3.2 Ao acessar as instalações haverá a verificação de temperatura. Em qualquer situação de sintomas como tosse e febre, quando se tratar de empregados, a área de saúde deverá ser comunicada. Em caso de integrantes da comunidade, a pessoa será solicitada a se retirar.

3.3 Pertences pessoais devem ser armazenados em armários ou gavetas, exceto para visitantes.

3.4 Equipamentos de trabalho não deverão ser compartilhados.

3.5 As atividades presenciais que demandem interação física ocorrerão sem o contato entre os estudantes e preferencialmente sem compartilhamento de materiais. Se houver necessidade de compartilhamento, os equipamentos serão higienizados conforme protocolo.

3.6 Saúde - Antes de entrar no Campus ou unidade de trabalho, cada empregado preencherá o link: <https://forms.gle/uepm9nkeLGyLm-QzT8> via celular com informações sobre sua saúde. De posse das informações, diariamente a Saúde Ocupacional Ânima e Conexa farão o monitoramento e controle. Qualquer sintomatologia suspeita impedirá o acesso às instalações do Campus.

3.7 Próxima à entrada principal sempre teremos uma equipe munida com termômetros para a medição da temperatura de todos os empregados e estudantes que pretendem entrar nas instalações. É importante que o empregado tenha realizado o preenchimento do link previamente e, caso não o tenha feito, deverá preenchê-lo nesse momento. Fica como responsabilidade da Equipe Bem-estar, indicar o isolamento imediato de qualquer pessoa que apresente sintomas suspeitos de Covid-19, orientando-a e a seus familiares em como proceder. Em relação aos estudantes, o monitoramento e acompanhamento da saúde destes será por meio do preenchimento do link informando suas condições de saúde.

4. HIGIENIZAÇÃO DAS ÁREAS

4.1 A equipe de limpeza deverá higienizar as dependências da Instituição de Ensino diariamente com produto fornecido ou determinado antes da chegada dos usuários. Logo, uma higienização completa no Campus e duas higienizações completas nos locais com ocorrência de aulas (no momento, aulas práticas).

4.2 Todos os dias antes de iniciar as atividades, o empregado deverá higienizar seu posto e pertences de trabalho com produto fornecido pela Instituição de Ensino.

4.3 Para áreas de atendimento, a higienização deverá ser realizada após cada atendimento.

4.4 Será disponibilizado com fácil acesso, álcool gel 70% em todos os espaços físicos do estabelecimento educacional, especialmente em salas de aula.

4.5 Consultório/Ambulatório/Clínicas - Reforçar a limpeza de superfícies, principalmente as mais tocadas, como bancadas, armários, torneiras, cadeiras, etc.

4.6 Áreas de circulação, banheiros - A limpeza geral deverá ser feita com os produtos habituais, como também em áreas de alto fluxo de pessoas e muito manipuladas (fechaduras, barras de portas, janelas, balcões, superfícies de banheiros). A higienização e limpeza devem ser feitas antes da chegada das pessoas envolvidas nas atividades presenciais e nos locais com realização das aulas, higienizar também no intervalo das aulas. Logo, uma higienização completa no Campus e duas higienizações completas nos locais com ocorrência de aulas.

4.7 Higienização - Fica sob responsabilidade da Infraestrutura do Campus higienizar as dependências da unidade educacional diariamente. A limpeza geral deve ser feita com os produtos habituais. Áreas de alto fluxo de pessoas e muito manipuladas (fechaduras, barras de portas, janelas, balcões, superfícies de banheiros, itens pessoais sensíveis ao toque, teclados, superfícies de trabalho, etc.) devem ser consideradas prioridades na higienização. As superfícies devem ser limpas com água e sabão ou detergente para remover matérias orgânicas e sujeiras. A seguir deve ser aplicado hipoclorito de sódio na concentração de 0,1%* ou álcool 70-90%. O pessoal de limpeza deve usar EPI adequado (máscara, luvas de borracha, botas impermeáveis, aventais impermeáveis e óculos). A higienização e limpeza devem ser feitas antes da chegada das pessoas envolvidas nas atividades presenciais e nos locais com realização das aulas, higienizar no intervalo das aulas também. Logo, uma higienização completa no Campus e duas higienizações completas nos locais com ocorrência de aulas. Teremos orientações e reforço sobre a higienização das mãos nos banheiros, cozinhas, refeitórios. Fica sob responsabilidade da infraestrutura disponibilizar em todas as vias de ingresso ao ambiente educacional tapetes úmidos com água sanitária ou equivalente, mantendo a higienização de todos que ingressarem e troca periódica, a depender da perda da efetividade.

Fica sob responsabilidade do diretor da unidade definir os locais mais arejados do Campus para ocorrência das atividades presenciais nas fases 0, 1 e 2. Reuniões, quando necessárias, sempre que possível devem ser feitas em espaços abertos (pátios, jardins, etc.) e respeitando-se o distanciamento social.

*Cálculo da Diluição: (% de hipoclorito de sódio na solução original/0,1%) -1. A resultante é o número de porções de água equivalentes à porção de hipoclorito para se obter a concentração desejada de 0,1%.

5. ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA

5.1 Organizar sua estrutura operacional para que seus estudantes, empregados, estagiários e visitantes mantenham uma distância de 1 metro entre as pessoas, especialmente estudantes e professores, em todas as atividades educacionais presenciais. Compete à unidade promover a demarcação dos espaços físicos da unidade escolar de forma a aprimorar as medidas de distanciamento social.

5.2 Marcar distanciamento dos balcões de atendimento, espaçamento nas filas e quando o balcão tiver mais de um guichê de atendimento, marcar no chão o lugar que a pessoa deve ficar.

5.3 Garantir que os ambientes dentro do estabelecimento de ensino estejam arejados e sejam ventilados ou, na sua inviabilidade, que as atividades sejam realizadas com menor ocupação de estudantes e seguindo o protocolo.

5.4 Espaços coletivos de refeições sem ventilação só poderão ser utilizados por uma pessoa de cada vez, ficando proibido o consumo de lanches e bebidas nos postos de trabalho (não se refere a lanchonetes) e com ventilação adequada deverá ser respeitado o distanciamento. Os líderes, durante o período de pandemia, farão a adequação de escalas de horários de almoço de seus liderados que estão atuando presencialmente, de forma a evitar aglomerações.

5.5 Para aulas práticas em laboratórios e clínicas, conforme segue.

5.5.1 Atendimentos que utilizem salas individuais, limitação de no máximo 2 pessoas em atendimento, quando da mesma família.

5.5.2 Atendimentos em box, cadeiras odontológicas, raio x, macas, devem ser intercaladas, respeitando afastamento e isolar com fitas as áreas não utilizadas.

5.5.3 Bancadas de laboratórios, como microbiologia, química, nutrição, gastronomia, etc., distanciamento de 1 metro entre os usuários e isolar com fitas as áreas não utilizadas.

5.5.4 Salas de espera, deixar disponíveis cadeiras intercaladas, mantendo distanciamento de 1 metro. Fazer X com fita nas cadeiras não utilizadas.

5.5.5 Ficam proibidas as aglomerações em corredores e escadas.

5.6 Biblioteca - A biblioteca estará aberta para possibilitar o estudo individual, empréstimo e devolução de livros. Fica proibido realizar atividades em grupo nas Bibliotecas durante essas fases.

5.7 Elevador - Os elevadores terão as indicações de ocupação máxima de duas pessoas por vez. A fila para acesso ao elevador exigirá o distanciamento de 1 metro entre as pessoas. Se possível, dê preferência pela utilização de escadas.

5.8 Laboratórios de informática - Os laboratórios de informática terão ocupação máxima de 50% do total do espaço, garantindo o distanciamento seguro.

5.9 Bebedouros - Os bebedouros deverão ser utilizados de forma segura. É importante não utilizar os bebedouros para consumo de água por contato direto. Dar preferência pela utilização de garrafas ou copos. Não encostar a boca nos bicos/torneira do bebedouro. Ao captar a água, não encostar a boca da garrafa ou bordas dos copos no bico/torneira do bebedouro. Certificar-se de estar com as mãos sempre higienizadas com água e sabão ou álcool gel para o uso do bebedouro. Em nenhuma hipótese lavar as mãos e utensílios no bebedouro.

5.10 Copa-cozinha - Não fazer aglomeração e respeitar a distância de 2 metros do colega de trabalho. Lavar bem as mãos com água e sabão todas as vezes antes de acessar a copa-cozinha. Manter-se de máscara dentro da copa-cozinha enquanto preparar sua refeição. Não compartilhar utensílios (copo, talheres). Os alimentos trazidos devem ter suas embalagens higienizadas antes de serem armazenados na geladeira. Evitar o armazenamento em sacolas plásticas devido ao seu contato direto com chão, balcão de lojas, assentos, porta-malas de veículos, etc., pois isso traz alto risco de transferência de contaminação. Respeitar o tempo de permanência na copa-cozinha estipulado pela liderança e higienizar com álcool ou sabão e papel toalha o espaço utilizado na mesa durante as refeições.

• FORMATURAS, EVENTOS E REUNIÕES.

☐ Permanecem proibidos eventos e reuniões presenciais.

☐ Toda formatura permanece ocorrendo de forma online.

7. RESTRIÇÕES E MANUTENÇÃO DA QUARENTENA

7.1 Toda pessoa que apresentar qualquer sintoma característico da Covid-19 será imediatamente orientada ao procedimento de quarentena de 14 dias em sua residência.

7.2 Para o estudo do retorno parcial ou integral de qualquer atividade presencial, deverão ser mantidos em home office os empregados e os estudantes, realizando as atividades acadêmicas via plataformas digitais, bem como os que se enquadram nos grupos de risco para o novo

Coronavírus (Covid-19), conforme casos abaixo:

- - maiores de 60 anos;
- - gestantes;
- - pessoas que apresentem sintomas relaciona-dos à Covid-19, como febre e tosse (seca ou secretiva) persistentes, coriza e falta de ar;
- - portadores de imunodeficiência de qualquer espécie;
- - transplantados e cardiopatas;
- - portadores de demais comorbidades associa-das à Covid-19.

6. DAS REFERENCIAS

- Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
- Portaria MEC n. 343, de 17 de março de 2020.
- Portaria MEC n. 345, de 19 de março de 2020.
- Medida Provisória n. 934, de 1º de abril de 2020.
- Parecer CNE/CP n. 5, de 28 de abril de 2020.
- Portaria MEC n. 473, de 12 de maio de 2020.
- Decreto Estadual (SC) n. 587, de 30 de abril de 2020.
- Ministério da Saúde. ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA TRATAMENTO MEDICAMENTOSO PRECOCE DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DA COVID-19. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/manejo-clinico-e-tratamento>
- Estado de Santa Catarina. NOTA TÉCNICA Nº. 016/2020 –DIVS/SUV/SES/SC - ORIENTAÇÕES PARA PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) EM EMPRESAS TRANSPORTE COLETIVO NO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: http://www.dive.sc.gov.br/notas-tecnicas/docs/16_Nota%2016%20Tranporte%20P%C3%ABlico.pdf
- Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU e Associação Internacional do Transporte Público – UITP. GESTÃO COVID-19 ORIENTAÇÕES PARA OPERADORES DE TRANSPORTE PÚBLICO. Disponível em: <https://www.ntu.org.br/novo/upload/Publicacao/Pub637189972740689969.PDF>
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Malheiros Ed. 13ª ed. p.377).
- Deliberações legais dos municípios.

7. O PARECER E CONSIDERAÇÕES A CERCA DO DOCUMENTO BASE

Este comitê sugere as instituições de ensino, ressaltando-se que este parecer é de caráter opinativo, não vincula o gestor a decidir conforme o que neste documento consta, pois “o parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa” (MELLO).

Assim, após revisão e estudo das literaturas disponibilizadas pelas autoridades em saúde e documento base elaborado pela Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul em relação a pandemia do coronavírus, este comitê propõe possibilidade do retorno parcial ou integral das atividades de ensino superior consistentes de estágios obrigatórios e as atividades práticas presenciais curriculares nos laboratórios, nos territórios dos municípios da Amarel desde que em seus protocolos municipais sejam cumpridas na integralidade as diretrizes de prevenção e combate ao COVID-19, acima descritas.

Tubarão(SC), junho de 2020.

Débora da Rosa Wensing

Função

Armazém

Sergio Fernando Domingos Arent

Função

Braço do Norte

Jane Vitorio Rosa da Cunha

Função

Braço do Norte

Adriana Osmar Machado Rufino

Função

Capivari de Baixo

Milene Marques Dacoregio

Função

Grão-Pará

Silvia Francisco Fernandes

Função

Gravatal

Francismari Rossi Lessa

Secretária Municipal de Saúde

Imaruí

Graciela Wiemes Ribeiro

Função

Imbituba

Susana Campos Souto
Função
Imbituba

Karem Garcia Fernandes da Silva
Função
Jaguaruna

Valéria Olivier Alves Souza
Função
Laguna

Alex da Silva de Bem
Função
Laguna

Francine de Souza Caetano
Função
Pedras Grandes

Juanita Alves Izidoro
Função
Pescaria Brava

Eliane Fregúlia
Função
Rio Fortuna

Karina Maria Serafim de Souza
Função
Sangão

Vanessa Batista Pacheco
Função
Santa Rosa de Lima

Maria Madalena Beltrame
Função
São Ludgero

Maria Salete Schmoeller Floriano
Função
São Martinho

Deise Guarezi
Função
Treze de Maio

Daisson José Trevisol
Função
Tubarão

Murilo de Oliveira Marcílio
Função
Tubarão

Luana Maria da Silva Cordeiro
Função
Tubarão

Celso Heidemann
Diretor
AMUREL

Ivania da Silva Rosalino May
Técnico
AMUREL

PLANILHA PMAQ - ARATINGAUBA

Publicação Nº 2523960

Fundo Municipal de Saúde de Imaruí - PLANILHA ACOMPANHAMENTO PMAQ 2019 (ESF - ARATINGAÚBA - II)

NOME DO SERVIDOR PUBLICO	FUNÇÃO	OS/M	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	SOMA
Jucélia Aparecida Ramos	Enfermeira	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Luciana Lemos Guterro Brasil	Auxiliar odontológico	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Suellen Alexandre da Silva Philipii	Técnica de enfermagem	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Guiomar João Gonçalves	Técnico de enfermagem	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Jucelma Luiz Borges Pedroso	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Andrea Vitorette	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
			Preencher, com SIM, por trabalho Regular; Preencher com NÃO, por ausência ou outro motivo.												

Localização desta Equipe: ESF LOCALIZADO NA COMUNIDADE DO ARATINGAUBA E ATENDE AS COMUNIDADES DE: RECANTO DAS FLORES, PONTA GROSSA, PRAIA DO LESSA, FORQUILHA DO ARATINGAUBA, SÃO LUIZ E FAZENDA RIO DAS GARÇAS.

Observação e ou Justificativas Pontuais, da Gestão Municipal:

JUCÉLIA APARECIDA RAMOS - ENFERMEIRA

Assinatura com identificação do(s) responsável(is) pela equipe;

Assinaturas:

PLANILHA PMAQ - CANGUERI

Publicação Nº 2523962

Fundo Municipal de Saúde de Imaruí - PLANILHA ACOMPANHAMENTO PMAQ 2019 (ESF - CANGUERI -IV)

NOME DO SERVIDOR PUBLICO	FUNÇÃO	OS/M	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	SOMA
Mônica Floriano Cardoso Luiz	Enfermeira	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Daiane Cristina Leopoldo	Enfermeira	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	08 MESES
Larissa Hoepers de Medeiros	Dentista	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Hélia Dias da Silveira	Auxiliar dentista	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Silmara Carvalho Pereira	Tec enfermagem	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Cristiane dos Passos R. da Silveira	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Tatiane Pereira Flauzino	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Bruna Figueredo da Silva	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES

Camila Matias Antônio	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Maria Isabel Rodrigues Carvalho	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Letícia da Silva Limas	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Viviane dos passos Lino Silvino	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
			Preencher, com SIM, por trabalho Regular; Preencher com NÃO, por ausência ou outro motivo													

Localização desta Equipe: ESF LOCALIZADO NA COMUNIDADE DO CAN-
GUERI QUADRO E ATENDE AS COMUNIDADES DE: TAMBORETE, ITAPEVA,
RIBEIRÃO DE IMARUÍ, SERTÃO, PRAIA VERMELHA, CANGUERI DE FORA E
NAZARÉ.

Observação e ou Justificativas Pontuais, da Gestão Municipal:

MONICA FLORIANO CARDOSO LUIZ - ENFERMEIRA

Assinatura com identificação do(s) responsável(is) pela equipe;

Assinaturas:

PLANILHA PMAQ - CENTRO

Publicação Nº 2523965

Fundo Municipal de Saúde de Imaruá - PLANILHA ACOMPANHAMENTO PMAQ 2019 (ESF – CENTRO- I)

NOME DO SERVIDOR PUBLICO	FUNÇÃO	OS/M	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	SOMA
Paulo Roberto Távora Neves	Médico	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Fabio Xavier	Médico	OS	x	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	07 MESES
Denise Rodrigues Pereira	Auxiliar dentista	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
André Ricardo Pedroso	Téc enfermagem	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	01 MES
Raquel de Carvalho Pereira	Téc enfermagem	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Sabrina Machado	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Maria das Dores de Jesus Rodrigues	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Elisabeth Rabelo De Oliveira	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Sinara De Sousa Alves	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Andréia de Oliveira Francisco Guterro	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
			Preencher, com SIM, por trabalho Regular; Preencher com NÃO, por ausência ou outro motivo												

Localização desta Equipe: ESF LOCALIZADO NO CENTRO E ATENDE AS
COMUNIDADES DE: RIBEIRÃO DE IMARUÍ, CENTRO, TAQUARAÇUTUBA,
PRAINHA, VILA PARAÍSO E FLORESTAL.

Observação e ou Justificativas Pontuais, da Gestão Municipal:

JAILSON NAZARIO CANDIDO - ENFERMEIRO

Assinatura com identificação do(s) responsável(is) pela equipe;

Assinaturas:

PLANILHA PMAQ - NASF

Publicação Nº 2523971

Fundo Municipal de Saúde de Imaruí - PLANILHA ACOMPANHAMENTO PMAQ 2019 (NASF)

NOME DO SERVIDOR PUBLICO	FUNÇÃO	OS/M	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	SOMA
Enedino Antônio Corrêa Neto	Fisioterapeuta	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Ana Paula Westrup Luiz	Fisioterapeuta	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Mariane G. Margoti	Psicóloga	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Eulla Keimili Fernandes Ferreira Cavaleiro	Nutricionista	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Valmor da Silva	Educador físico	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
			Preencher, com SIM, por trabalho Regular; Preencher com NÃO, por ausência ou outro motivo												

Localização desta Equipe:

A EQUIPE DO NASF ESTA LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICIPIO E ATENDE TODOS OS ESF's.

Observação e ou Justificativas Pontuais, da Gestão Municipal:

ENEDINO ANTONIO CORREA NETO – COORDENADOR DO NASF

Assinatura com identificação do(s) responsável(is) pela equipe;

Assinaturas:

PLANILHA PMAQ - RIO DUNA

Publicação Nº 2523974

Fundo Municipal de Saúde de Imaruí - PLANILHA ACOMPANHAMENTO PMAQ 2019 (ESF – RIO D'UNA - V)

NOME DO SERVIDOR PUBLICO	FUNÇÃO	OS/M	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	SOMA
ELOISA MATIAS EU-FRÁSIO	TÉC. DE EN-FERMAGEM	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
LADJANE ANTUNES PEREIRA	AUXILIAR ODONTÓLOGO	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
DIONE MATIAS BIT-TENCOURT	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
MARLITA ARLENE RIBEIRO	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
VALDICEIA ALVES DUARTE	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
ANDRESA JOSÉ FERNANDES MATIAS	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
ADELIR DOS PASSOS SILVA DE JESUS	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
ANDREIA MARQUES	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
ROSANIA DA SILVA PEREIRA	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
MARIA DE LOURDES MENDES ZEFERINO	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
			Preencher, com SIM, por trabalho Regular; Preencher com NÃO, por ausência ou outro motivo												

Localização desta Equipe: ESF LOCALIZADO NA COMUNIDADE DE FOR-
QUILHA DO RIO DUNA W ATENDE AS COMUNIDADES DE AGUAS MORNAS,
PASSAGEM DO RIO DUNA, VILA HERCULANO, FIGUEIRA GRANDE, FAZEN-
DA SÃO PAULO, VARZEA DO RIO DUNA, RIACHO ANA MATIAS, LARANJAL,
PORTO VELHO.

Observação e ou Justificativas Pontuais, da Gestão Municipal:

ANA PAULA MARCELO ANTUNES - ENFERMEIRA

Assinatura com identificação do(s) responsável(is) pela equipe;

Assinaturas:

PLANILHA PMAQ - SÃO TOMAZ

Publicação Nº 2523976

Fundo Municipal de Saúde de Imaruí - PLANILHA ACOMPANHAMENTO PMAQ 2019 (ESF - SÃO TOMÁZ - III)

NOME DO SERVI- DOR PÚBLICO	FUNÇÃO	OS/M	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	SOMA
Luciana Martins Cordeiro Corrêa	Dentista	OS	x	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	05 MESES
Joice Ferreira	Auxiliar odontológico	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Maria das Dores da Silva	Téc de en- fermagem	OS	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Cristina da Silva	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Maria Margarida Abreu dos Santos	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Adriana da Silva T. de Souza	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Ângela Florentino Fernandes	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Jéssica da Silva Domingos Viana	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
Sidnéia Mafra	ACS	M	x	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	11 MESES
			Preencher, com SIM, por trabalho Regular; Preencher com NÃO, por ausência ou outro motivo												

Localização desta Equipe: ESF LOCALIZADO NA COMUNIDADE DE SÃO TOMAZ E ATENDE AS COMUNIDADES DE: SÍTIO NOVO, SAMAMBAIA, RIO PRINHA, COSTA DE BAIXO, PORTO DE ARATINGAUBA.	Observação e ou Justificativas Pontuais, da Gestão Municipal:
LUDIMILLA MARQUES DA ROSA CLESAR - ENFERMEIRA Assinatura com identificação do(s) responsável(is) pela equipe;	Assinaturas:

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PMI Nº 001/2020

Publicação Nº 2524636

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PMI Nº 001/2020

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICA a PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PMI Nº 001/2020, nos seguintes termos.

1. Fica EXCLUÍDO do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PMI Nº 001/2020 o item 5.5.2.3.1 a seguir:

4.4.1.2.1 TESTE DE FLEXÃO E EXTENSÃO DE COTOVELO DE FRENTE SOBRE O SOLO PARA MULHERES: compulsória até os 40 (quarenta) anos de idade, inclusive, e acima desta idade, ou seja, a partir dos 41 (quarenta e um) anos de idade completos a candidata poderá optar pelo apoio de frente sobre o solo com seis apoios (sendo feita esta opção e após realizar a prova, a candidata não poderá voltar atrás, independente do resultado).

2. As demais disposições constantes do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PMI Nº 001/2020 permanecem inalteradas.

Imaruí, SC, 15 de junho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/SEAD Nº 409/2020

Publicação Nº 2523977

PORTARIA PMI/SEAD Nº 409, de 15 de junho de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 202, de 04 de março de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 1.928/2010 ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 202, de 04 de março de 2020, da servidora, Sra. MARLETE GARCIA CARPES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 454.758.309-91, admitida em 07 de março de 2003, contrato nº 1886, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2020	03.03.2020 a 01.05.2020
	17.06.2020 a 16.07.2020 (nova fruição)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 410/2020

Publicação Nº 2523953

PORTARIA PMI/SEAD Nº 410, de 15 de junho de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 718, de 08 de agosto de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 9.829/2020 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 718, de 08 de agosto de 2019, da servidora, Sra. MARLENE DAMÁZIO GARCIA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 591.560.749-72, admitida em 15 de janeiro de 1988, contrato nº 783, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	02.09.2019 a 01.10.2019
	17.06.2020 a 16.07.2020 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de agosto de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD Nº 718, de 08 de agosto de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 411/2020

Publicação Nº 2524035

PORTARIA PMI/SEAD Nº 411, de 15 de junho de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 828, de 03 de setembro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, de acordo com o Protocolo nº 7.864/2019, ainda, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 828, de 03 de setembro de 2019, da servidora, Sra. KAMILA ALVES AMÉRICO, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 071.203.569-92, admitida em 05 de maio de 2014, contrato nº 7773, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	09.09.2019 a 07.11.2019 17.06.2020 a 16.07.2020 (nova fruição)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 412/2020

Publicação Nº 2524433

PORTARIA PMI/SEAD Nº 412, de 15 de junho de 2020.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 12.073/2019 ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. MARILÉIA DA SILVA QUERINO ALVES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 521.049.749-68, admitida em 26 de março de 1984, contrato nº 782, referente ao q-inq-ênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	17.06.2020 a 14.09.2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 413/2020

Publicação Nº 2524111

PORTARIA PMI/SEAD Nº 413, de 15 de junho de 2020.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 482/2020 ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. CAMILA PAES SATURNINO, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 054.288.779-79, admitida em 28 de maio de 2014, contrato nº 7788, referente ao q-inq-ênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	17.06.2020 a 14.09.2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 414/2020

Publicação Nº 2524128

PORTARIA PMI/SEAD Nº 414, de 15 de junho de 2020.
Dispõe sobre a Exoneração de Secretário Municipal de Meio Ambiente – SEMA Interino, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 9.848/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 16 de junho de 2020, o Sr. WAGNER DE AMORIM, brasileiro, servidor municipal de carreira, biólogo, inscrito no CPF sob o n.º 003.609.849-32, do cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente Interino da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 296, de 20 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 415/2020

Publicação Nº 2524381

PORTARIA PMI/SEAD Nº 415, de 15 de junho de 2020.
Dispõe sobre concessão de licenças-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando os memorandos da SEDUCE abaixo relacionados, ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licenças-prêmio, aos servidores abaixo descritos, de acordo com o q-inq-ênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Matr.	Nome	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Fruição	Memorandos
7769	Aline Francisco Alves	Servente Merendeira	05/05/2014	2014 a 2019	17/06/2020 a 14/09/2020	9.811/2020
4779	Ana Regina Custódio	Servente Merendeira	23/03/2009	2014 a 2019	17/06/2020 a 14/09/2020	9.824/2020
44	Ana Regina Machado	Servente Merendeira	07/06/1994	2014 a 2019	17/06/2020 a 14/09/2020	9.809/2020
5504	Arlima Celestino dos Passos Querino	Servente Merendeira	02/07/2010	2010 a 2015	17/06/2020 a 14/09/2020	9.818/2020
6215	Cleonice Borges dos Passos	Servente Merendeira	13/04/2012	2012 a 2017	17/06/2020 a 14/09/2020	9.810/2020
4774	Eliete Silvana Nascimento dos Passos	Servente Merendeira	06/03/2009	2013 a 2018	17/06/2020 a 14/09/2020	9.823/2020
5041	Fabiane de Jesus Froes	Servente Merendeira	13/07/2009	2014 a 2019	17/06/2020 a 14/09/2020	9.822/2020
5060	Flaviana Gonçalves Luiz da Silveira	Servente Merendeira	21/07/2009	2014 a 2019	17/06/2020 a 14/09/2020	9.816/2020
7763	Ilda Borba	Servente Merendeira	05/05/2014	2014 a 2019	17/06/2020 a 14/09/2020	9.817/2020
4467	Jaqueline Formigoni Teixeira	Servente Merendeira	16/06/2008	2010 a 2016 (período remodelado)	17/06/2020 a 14/09/2020	9.815/2020
4883	Maria Aparecida Cândido Silva	Servente Merendeira	24/04/2009	2014 a 2019	17/06/2020 a 14/09/2020	9.812/2020
4777	Maria Madalena Monteiro Vitório	Servente Merendeira	09/03/2009	2009 a 2015 (período remodelado)	17/06/2020 a 14/09/2020	9.813/2020
799	Rita Gonçalves Marcos Batista	Servente Merendeira	19/08/1999	2014 a 2019	17/06/2020 a 14/09/2020	9.821/2020
612	Rosenaide de Andrade	Servente Merendeira	18/02/1999	2010 a 2015	17/06/2020 a 14/09/2020	9.807/2020
4597	Sandra Barreto Pires	Servente Merendeira	07/10/2008	2013 a 2018	17/06/2020 a 14/09/2020	9.819/2020
8349	Solidéa Libia Menon	Servente Merendeira	29/04/2015	2015 a 2020	17/06/2020 a 14/09/2020	9.808/2020
4285	Valcária Santana dos Passos	Servente Merendeira	24/03/2008	2013 a 2018	17/06/2020 a 14/09/2020	9.814/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 416/2020

Publicação Nº 2524465

PORTARIA PMI/SEAD Nº 416, de 15 de junho de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 302, de 24 de abril de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 6.875/2020 ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 302, de 24 de abril de 2020, do servidor, Sr. RAMON CORREIA, Técnico em Agrimensura, inscrito no CPF sob o n.º 056.044.029-40, admitido em 10 de abril de 2014, contrato nº 7702, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	04.05.2020 a 02.07.2020 03/07/2020 a 01/08/2020 (nova fruição)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 417/2020

Publicação Nº 2524531

PORTARIA PMI/SEAD Nº 417, de 15 de junho de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Secretária Municipal de Meio Ambiente – SEMA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 9.877/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 16 de junho de 2020, a Sra. LAYRA FERNANDES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 009.839.669-23, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Meio Ambiente junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 418/2020

Publicação Nº 2524600

PORTARIA PMI/SEAD Nº 418, de 15 de junho de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 401, de 10 de junho de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, de 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 15.313/2019 ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 401, de 10 de junho de 2020,

da servidora, Sra. HELLEN FISCHER SCHWALB, Odontóloga, inscrita no CPF sob o n.º 061.193.439-62, admitida em 03 de julho de 2012, contrato nº 6338, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	01.07.2020 a 28.09.2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

RETIFICAÇÃO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO PREF. IMBITUBA RODOLFO 2020

Publicação Nº 2524604

**EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL DE BENS PRÓPRIOS INSERVÍVEIS OU NÃO DE USO
MODALIDADE SIMULTÂNEA: PRESENCIAL E ONLINE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA (SC)**

O Comitente/Vendedor, **Prefeitura Municipal de Imbituba (SC), CNPJ: 82.909.409/0001 90**, através do Prefeito Municipal **ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR**, torna público aos interessados que fará Leilão Público Extrajudicial de Bens Próprios Inservíveis ou Não de Uso, na modalidade Simultânea: Presencial e Online com imediata abertura das ofertas e disputas até a data do **Apregoamento Presencial (em Auditório) e Online (via Internet), no dia 06/07/2020, 2ª feira, 9h, Hall de Entrada Da Prefeitura De Imbituba, na Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, CEP: 88.780-000, Imbituba (SC) e pela Plataforma Online de Vendas Pública www.LeiloeiroPublico.com.br**. A presente licitação conduzida pelo Leiloeiro Público Oficial Sr. Rodolfo Da Rosa Schöntag, AARC/263. O Edital Público é firmado com ampla divulgação em Jornal Eletrônico, Impresso e/ou de Grande Circulação. Demais informações poderão ser solicitadas através da Prefeitura Municipal de Imbituba, à Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, CEP: 89780-000, Fone: (48) 3355.8100. Imbituba /SC, por E-mail: eraldo.mota@imbituba.sc.gov.br ou Central de Atendimento em e-mail: contato@leiloeiropublico.com.br ou Telefones/WhatsApp: (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e (51) 9.8126.2502. O referido neste Edital de Leilão é Verdade, do que dou Fé Pública.

Imbituba (SC), em 08 de junho de 2020.

**ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL**

Imbuia

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 04/2020

Publicação N° 2523920

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza, excepcionalmente, a realização de Sessão Ordinária presencial, com a finalidade de efetuar a votação secreta do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020, que trata da aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Imbuia, referente ao Exercício Financeiro de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Imbuia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 31, inciso V e art. 32, VI do Regimento Interno.

CONSIDERANDO, a vigência da Resolução nº 03, de 22 de abril de 2020, a qual dispõe, em síntese, sobre a realização de sessões ordinárias na modalidade remota (virtual) enquanto perdurar a impossibilidade de reuniões presenciais, em decorrência da pandemia do COVID-19; CONSIDERANDO, que o art. 237, inciso IV, do Regimento Interno desta Casa, prevê votação pelo processo secreto para matéria que trate de aprovação de contas do Prefeito;

CONSIDERANDO, a necessidade de encaminhar o resultado da deliberação do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica autorizada, excepcionalmente, a realização de Sessão Ordinária na forma presencial, com a finalidade exclusiva de efetivar a votação pelo processo secreto do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020, que trata da aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Imbuia, referente ao Exercício Financeiro de 2018.

§ 1º. O processo de votação secreta deverá seguir as disposições previstas no art. 237 e seguintes do Regimento Interno desta Casa.

§ 2º Os vereadores deverão observar todas as medidas de prevenção ao contágio do COVID-19, tais como:

I – Utilização de máscara de proteção respiratória;

II – Higienização das mãos com álcool gel, que estará disponível no Plenário;

III – Manter distanciamento de pelo menos 1 metro de distância entre os presentes à Sessão Ordinária presencial.

Art. 2º A realização desta Sessão Ordinária, servirá como reposição de uma das sessões ordinárias não realizadas durante a paralisação das atividades legislativas, ocorridas nos meses de março e abril, por conta da pandemia COVID-19.

Art. 3º A Sessão Ordinária de que trata esta Resolução será realizada no dia 17 de junho de 2020, às 19 horas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Imbuia, 09 de junho de 2020.

Vereador ALDORI RENGEL

Presidente

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2279/2020

Publicação Nº 2523452

. DECRETO Nº 2279/20

. De 10 de junho de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2020 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.745/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 21.397,13 (VINTE E UM MIL E TREZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E TREZE CENTAVOS) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0004.0128.0004.2170.33390000000000000000	01520000	2.513,79
04.001.0004.0128.0004.2170.33390000000000000000	01530000	18.883,34

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2280/2020

Publicação Nº 2523500

. DECRETO Nº 2280/20

. De 15 de junho de 2020

ALTERA DECRETO Nº 1224/2019 / NOMEIA OS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE SAÚDE- CMS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Conselheiros Municipais de Saúde – CMS, conforme relacionados abaixo:

I – REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO E PRESTADORES DE SERVIÇOS PRIVADOS E CONVENIADOS, OU SEM FINS LUCRATIVOS:

a) Secretário Municipal de Saúde

Titular: Alexandre Manoel Dalabrida

Suplente: Mara Aparecida Tambani

b) Secretaria Municipal de Educação

Titular: Camila do Amaral

Suplente: Aline Festewig

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

Titular: Marisa de Fátima Mariano

Suplente: Flaviane Agostini

d) Hospital Beatriz Ramos (HBR)

Titular: Adriane Machado Ferrari

Suplente: Valeria Cristiane de Macedo

e) Laboratórios de Análises Clínicas

Titular: Augusto Ferrari Hering

Suplente: Rodrigo Mass

II – REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE:**a) Atenção Básica**

Titular: Maria Ediléia Ribeiro da Silva

Titular: Brian Ehrat

Suplente: Marlise Bambinetti Dorow

Suplente: Aline Maiochi Beirão

b) Vigilância Epidemiológica

Titular: Sabrina de Vargas Souza

Suplente: Eduardo Rafael Prim

c) Vigilância Sanitária

Titular: Rogério Brassiani

Suplente: Daniel Reis Pedroso Albuquerque

d) Atenção de Especialidades

Titular: Samuel Galitzki Grimm

Suplente: Dienata Fernandes de Lima

III – REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADES E MOVIMENTOS REPRESENTATIVOS DOS USUÁRIOS DA SAÚDE:**a) Associação de Moradores**

Titular: José Carlos Peixer

Titular: Maria Janete Berri Ossemer

Suplente: Renato Ceniro da Silva

Suplente: Meri Cleusa Peixer

b) Conselhos Locais de Saúde

Titular: Jair Gilmar Gonzaga

Titular: José de Oliveira Agostinho

Titular: Enalva Maria Andreatta

Suplente: Luciano Pachuczki

Suplente: Uribald Schure

Suplente: Odete Aparecida Guski Floriano

c) Rede Feminina de Combate ao Câncer

Titular: Jussaná Maria Busarello Nagel

Suplente: Marcia Arndt Brandt

d) Sindicato dos Trabalhadores

Titular: Ivo Schnaider

Suplente: Evaldo Gonzaga

e) Associação Empresarial de Indaial (ACIDI) e/ou Associação de Micro e Pequenas Empresas de Indaial (AMPE) e/ou Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)

Titular: Ana Gabriela G. Guimarães

Suplente: Edgar Cardoso

f) Pastoral da Criança

Titular: Ana Maria Campregher

Suplente: Sabina Zermiani Cani

g) Clubes e Serviços

Titular: João Paulo Sucena Alencar

Suplente: Lothar Stange

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial o Decreto nº 1224/19.

Município de Indaial, em 15 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2281/2020

Publicação Nº 2523626

. DECRETO Nº 2281/20

. De 15 de junho de 2020

ALTERA DECRETO Nº 1079/2019 NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – COMDECON.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 5.148/15 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON, conforme prevê o artigo 10 da Lei 5.148, as seguintes pessoas:

I. Aetius Timar Hennings – Presidente
Coordenador Executivo do PROCON

II. Rafael Nagel
Representante da Secretaria de Administração e Finanças;

III. Rodrigo Koenig França
Representantes da Procuradoria do Município de Indaial;

IV. Edenilson Trapasolli
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Indaial;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial o Decreto nº 1079/2019.

Município de Indaial, em 15 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

PORTARIA Nº 669/20

Publicação Nº 2523608

PORTARIA Nº 669/20

De 28 de maio de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Gisele Cristina Soares

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 26 de maio de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2013/2018 à servidora Gisele Cristina Soares, ocupante do cargo de Técnica em Saúde Bucal do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias a serem usufruídos a partir de 01 de junho de 2020 a 30 de junho de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 01 de julho de 2019 a 30 de julho de 2019;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 28 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 685/20

Publicação Nº 2523606

PORTARIA Nº 685/20

De 01 de junho de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Christiane Virginia Finger Duwe

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 22 de maio de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2014/2019 à servidora Christiane Virginia Finger Duwe, ocupante do cargo de Técnica em Saúde Bucal do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 22 de maio de 2020 a 20 de junho de 2020;
- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 01 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 686/20

Publicação Nº 2523604

PORTARIA Nº 686/20

De 01 de junho de 2020

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família/

Juliana Lino da Silva Biagio

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei complementar 105/10, artigos 80 e 88 § 7º, alterados pela Lei Complementar nº 223 de 17 de abril de 2019 e demais dispositivos legais em vigor, como também CONSIDERANDO o atestado médico anexo do Dr. Luiz Felipe R. da Silveira, CRM/SC 13.713 de 29 de maio de 2020. RESOLVE:

Homologar 15 (quinze) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora, Juliana Lino da Silva Biagio, ocupante do cargo de Assistente Social II do quadro de pessoal desta Prefeitura, para acompanhamento de sua filha Maria Teresa Lino Biagio, do dia 24 de maio de 2020 à 07 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 01 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 693/20

Publicação Nº 2523602

PORTARIA Nº 693/20

De 03 de junho de 2020

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Agricultura

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações; considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto nº 1658/15 de 23 de novembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 2226/20 de 05 de maio de 2020, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Agricultura e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Agricultura em 01 de junho de 2020 e o artigo 1º, § 2º do Decreto nº 2216 de 28 de abril de 2020, resolve:

Normalizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura com efeitos ao período de 01 de junho de 2020 até 30 de junho de 2020 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Valmir França	Operador de Máquina Niveladora	11,12,13,14,27 e 28 de junho de 2020
Roberto Joni Stahnke	Inseminador	06,07,11,12,13,14,20 e 21 de junho de 2020
Gelson Finkenauer de Candida	Operador de Trator de Pneus	06,07,20 e 21 de junho de 2020

Prefeitura Municipal de Indaial em 03 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO LEDRA

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Secretário Interino de Agricultura

(Decreto nº 2135 de 30/03/20).

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 704/20

Publicação Nº 2523599

PORTARIA Nº 704/20

De 04 de junho de 2020

Normaliza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente – Cemitério Municipal

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.906/19 de 19 de dezembro de 2019, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Urbanização e Meio Ambiente – Cemitério Municipal e considerando a Comunicação Interna nº 190/20 confeccionada pela Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente em 25 de maio de 2020, resolve:

Normalizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanização e Meio Ambiente – cemitério Municipal, com efeitos ao período de 01 de junho de 2020 até 30 de junho de 2020 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
João Maria Custódio dos Santos	Aux. de Serviços Gerais	20,21,27 e 28 (24 horas/cada)
Irlan Alberto Xavier	Aux. de Serviços Gerais	06,07,11,12,13,14,27 e 28 (24 horas/cada)
Ana Hilda Bispo	Aux. de Serviços Gerais	06,07,11,12,13,14,27 e 28 (24 horas/cada)

Prefeitura Municipal de Indaial em 04 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO LEDRA

Secretário Urbanização e Meio Ambiente

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 710/20

Publicação Nº 2523598

PORTARIA Nº 710/20

De 05 de junho de 2020

Normaliza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Vigilância Epidemiológica

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.406/15 de 20 de maio de 2015, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando documento confeccionado pela Secretaria de Saúde/Vigilância Epidemiológica, resolve:

Normalizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Epidemiológica com efeitos ao período de 01 de junho de 2020 até 30 de junho de 2020 conforme tabela abaixo

Nome	Cargo	Períodos
João Ronaldo Duarte dos Santos	Técnico em Enfermagem	06,07,20,21 e 28 (24horas/cada); 01,02,03,04,05,15,16,17,18,19,22,23,24, 25 e 29 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Nicole Morgana Vogel	Técnica em Enfermagem	06,07,11,12,13,14, 27 e 28 (24 horas/cada); 01,02,03,04,05,08,09,10,22,23,26 e 30 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Regina Ledo Beneri de Albuquerque	Enfermeira IV	11,12,13,14,20,21 e 27 (24 horas/cada); 08,09,10,15,16,17,18,19,24,25,26, 29 e 30 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 05 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 045/2020 - ALTERAÇÃO DO EDITAL

Publicação N° 2524701

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo n° 045/2020

Edital de Pregão Presencial n° 002/2020-18201

ALTERAÇÃO DO EDITAL

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação e manutenção de solução em software para a gestão da informação da política de Assistência Social Municipal e do SUAS, para número ilimitado de usuários e equipamentos, incluindo os serviços de migração de dados, treinamento de usuários, suporte técnico, atualização tecnológica, hospedagem e todas as demais condições constantes neste termo e no edital - Exclusivo para ME e EPP.

Entrega dos envelopes: 30/06/2020 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 30/06/2020 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic6@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2020

Publicação Nº 2523609

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005, DE 15 DE JUNHO DE 2020
CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

LUCIANO PAGANINI, Prefeito Municipal do município de IOMERÊ/SC, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade temporária e de excepcional interesse público de contratação de agente comunitário de saúde, face a ausência de classificados/interessados junto ao processo seletivo 001/2019, com vigência até o final do ano de 2020, torna público que serão abertas as inscrições para a realização de CHAMADA PÚBLICA para contratação de agente comunitário de saúde em caráter temporário em consonância com a legislação municipal vigente e com o disposto neste Edital.

1. DO CRONOGRAMA E DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

15/06/2020: Publicação Chamada Pública

16/06/2020 a 23/06/2020: Inscrição Presencial na sede da Prefeitura Municipal.

25/06/2020: Seleção, homologação e publicação do resultado final.

0.1 A Chamada Pública será regida pelo presente Edital.

1.2 A Chamada Pública destina-se à seleção de agente comunitário de saúde até a realização de novo Concurso Público ou Processo Seletivo.

1.3 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem crescente de classificação.

2. DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO E ESCOLARIDADE.

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

VAGAS: 03 + Cadastro Reserva

CARGA HORÁRIA: 40h

VENCIMENTO: R\$ 1.300,40

ESCOLARIDADE: Ensino Médio Completo Carteira Nacional de Habilitação B (no mínimo)

2.1 Atribuições do Cargo

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Realizar visitas domiciliares, dialogando com a população, observando o ambiente físico, avaliando as condições de higiene, verificando a existência de animais, observando o relacionamento entre os membros da família, detectando problemas de saúde e sociais, acompanhando o crescimento e desenvolvimento das crianças, acompanhando a evolução da gestação, realizando encaminhamentos para serviços de saúde, aferindo pressão arterial quando necessário, hidratando crianças em casos de desidratação leve, realizando esclarecimentos gerais sobre saúde bucal, entre outros, visando proporcionar um bom atendimento à comunidade, averiguando suas necessidades; orientar a comunidade para a promoção da saúde, instruindo pacientes acerca de tratamento médico, casais sobre planejamento familiar, adolescentes sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada, família sobre cuidados com bebês, parto e pós-parto, amamentação, vacinas, acidentes domésticos, alimentação, combate a insetos e roedores, entre outros, visando supri-los com informações pertinentes, que contribuam na melhoria da qualidade de vida; promover educação sanitária e ambiental, prestando esclarecimentos sobre o tratamento e o destino de dejetos, identificando os tipos de fossa existentes e orientando para a construção do tipo de fossa adequado, ensinando e demonstrando o acondicionamento correto e o destino adequado do lixo, conscientizando sobre a criação de animais, qualidade da água consumida, limpeza de caixas de águas, poços e fontes, entre outros, visando divulgação das condições básicas de higiene; rastrear focos de doenças, visitando o local do foco, verificando suas condições e as fontes de risco e informando aos órgãos competentes, coletando material para análise, repassando noções básicas sobre os cuidados na prevenção e tratamento de doenças infectocontagiosas e verminoses em geral; auxiliar em programas de promoção e proteção da saúde, atuando isoladamente ou com outros profissionais, em atendimentos grupais, individuais, ou por meio de visitas domiciliares, prestando serviços de suporte, de modo a colaborar no alcance dos objetivos propostos nesses programas; atuar junto a alunos da rede municipal de ensino na execução de programas de controle e promoção da saúde, orientando nas ações de higiene pessoal e primeiros socorros, verificando acuidade visual, controlando níveis de escabiose e pediculose, prevenindo contra doenças infectocontagiosas e acidentes, bem como encaminhando à rede básica de saúde as crianças que necessitem de ação médica; participar de campanhas preventivas, auxiliando em campanhas de vacinação, preparando o material de apoio, distribuindo material educativo, distribuindo preservativos, distribuindo material preventivo, clorando a água, convidando para participar de palestras, entre outros; promover comunicação entre unidades de saúde, autoridades e comunidade, participando de grupos e comitês representativos, encaminhando as reclamações da população, dando subsídio para os conselhos que elaboram políticas públicas, discutindo nos conselhos as necessidades e carências da comunidade, promovendo encontros e reuniões com autoridades; contribuir para o pleno funcionamento do ambiente de trabalho, materiais utilizados, organização e limpeza, mantendo a ordem, controlando e atualizando fichários, arquivos, formulários, fichas, recibos, consultas e outros, bem como realizando pedido de materiais de consumo, recebendo os e conferindo-os; representar a Secretaria Municipal em que está lotado, quando solicitado; realizar outras atribuições compatíveis com sua área de atuação.

3. DOS PROCEDIMENTOS

3.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se a sede da Prefeitura Municipal, cito Avenida Pedro Penso nº 530, centro, Iomerê-SC, diretamente com Larissa Crestani, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- a) RG e CPF
- b) CNH
- c) Comprovante de escolaridade;
- d) Ficha de inscrição devidamente preenchida.

3.2 Cabe ao candidato providenciar a documentação necessária, sendo que não serão realizadas cópias junto ao Município.

4. CLASSIFICAÇÃO

4.1 Havendo dois ou mais inscritos, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Maior tempo de serviço prestado no cargo de agente comunitário de saúde, onde conste anos, meses e dias trabalhados;
- b) Ordem de inscrição;
- c) Maior idade.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A homologação do resultado será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no endereço eletrônico www.iomere.sc.gov.br.

5.2 Os candidatos serão contratados em regime temporário e por prazo determinado.

5.3 Os casos omissos deste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas por ato fundamentado do Assessor Jurídico do Município.

Iomerê, 15 de junho de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

ANEXO I – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

FICHA DE INSCRIÇÃO – CHAMADA PÚBLICA EDITAL 005/2020

Nº da inscrição: _____

Nome: _____

CPF n. _____

Telefone para contato: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Tempo de serviço no cargo pretendido: _____

Assinatura do Candidato Responsável pela inscrição

DECRETO 1922/2020

Publicação Nº 2524303

DECRETO Nº. 1922 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 924/2019 de 14 de novembro de 2019, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 924/2019 de 14 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ R\$ 40.365,76 (quarenta mil trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças

03.01 Secretaria de Administração e Finanças

2004 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças

44710000 Transferências a Consórcios Públicos

1100 Recursos Ordinários

R\$ 3.000,00

04.00 Secretaria M. de Educação, Cultura, Esportes e Turismo

04.01 Departamento de Educação

1052 Manutenção da Rede Física Fundamental

44900000 Aplicações Diretas

1301 Ordinários - Educação Exercício Anterior
R\$ 6.358,05

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura
06.01 Secretaria M. de Infraestrutura
1059 Obras de Infraestrutura Urbana
44900000 Aplicações Diretas
1300 Recursos Ordinários – Exercício Anterior
R\$ 31.007,71

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício anterior e pela Anulação na seguinte dotação orçamentária:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2004 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças
31710000 Transferências a Consórcios Públicos
1100 Recursos Ordinários
R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 15 de junho de 2020.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DECRETO 1923/2020

Publicação Nº 2524306

DECRETO Nº. 1923 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 924/2019 de 14 de novembro de 2019, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 924/2019 de 14 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00 Fundo Municipal de Saúde
11 .01 Fundo Municipal de Saúde
2032 Manutenção dos Programas SUS – Estado
44900000 Aplicações Diretas
1167 Transferências do SUS/Estado
R\$ 28.500,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

11.00 Fundo Municipal de Saúde
11 .01 Fundo Municipal de Saúde
2032 Manutenção dos Programas SUS – Estado
33900000 Aplicações Diretas
1167 Transferências do SUS/Estado
R\$ 28.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 15 de junho de 2020.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

CONTRATO 55/2020

Publicação Nº 2524366

15/06/2020 15/06/2021 15/06/2020 2020 24 2730 55/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de recapagem de pneus conforme a necessidade, para a Frota da Prefeitura Municipal de Ipira, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 42620,00 101617 BORILLI PNEUS LTDA J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 13 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 56/2020

Publicação Nº 2524370

15/06/2020 15/06/2021 15/06/2020 2020 24 2731 56/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de recapagem de pneus conforme a necessidade, para a Frota da Prefeitura Municipal de Ipira, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 9540,00 103051 D N PNEUS LTDA J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 13 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 57/2020

Publicação Nº 2524379

15/06/2020 15/06/2021 15/06/2020 2020 24 2732 57/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de recapagem de pneus conforme a necessidade, para a Frota da Prefeitura Municipal de Ipira, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 40980,00 103050 F.M. PNEUS LTDA J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 13 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 58/2020

Publicação Nº 2524383

15/06/2020 15/06/2021 15/06/2020 2020 24 2733 58/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de recapagem de pneus conforme a necessidade, para a Frota da Prefeitura Municipal de Ipira, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 39942,00 8365 Giaretta Pneus Ltda. J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 13 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 59/2020

Publicação Nº 2524386

15/06/2020 15/06/2021 15/06/2020 2020 24 2734 59/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de recapagem de pneus conforme a necessidade, para a Frota da Prefeitura Municipal de Ipira, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 49342,00 101842 GRANDO PNEUS LTDA J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 13 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 60/2020

Publicação Nº 2524390

15/06/2020 15/06/2021 15/06/2020 2020 24 2735 60/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de recapagem de pneus conforme a necessidade, para a Frota da Prefeitura Municipal de Ipira, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 26148,00 10250 Recauchutadora de Pneus Neri Ltda EPP J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 13 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 90/2020

Publicação Nº 2524001

DECRETO Nº 90 DE 10 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA DECRETO Nº 87 DE 04 DE JUNHO DE 2020 QUE ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE NO DIA 12 DE JUNHO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 109, incisos XXXI e XXXV, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os danos causados nas vias públicas em razão das fortes chuvas ocorridas nas últimas horas;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do Decreto nº 87 de 04 de junho de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único: a Secretaria de Educação terá expediente em turno único de 6 horas diárias (das 12h00 as 18h00), e os servidores da Secretaria de Transportes e Obras, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Urbano e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente que desempenham atividades externas terão expediente normal neste dia, de 8 horas diárias (das 7h30 as 11h30 e das 13h30 as 17h30).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 10 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 91/2020

Publicação Nº 2524376

DECRETO Nº 91 DE 10 DE JUNHO DE 2020.

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO RECANTO DO SOL II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Complementar nº086, de 18 de julho de 2012 e suas alterações, e em conformidade com os incisos XXX, XXXI e XLI do art. 109, da Lei Orgânica do Município; CONSIDERANDO o que consta do Processo Digital nº 423/2017, tendo por objeto pedido de aprovação do Loteamento Recanto do Sol II; CONSIDERANDO que a aprovação do loteamento não desonera o loteador do cumprimento das suas obrigações legais, nem do preenchimento dos requisitos legalmente estatuídos para a regularidade do loteamento, mesmo subsequente ao ato de aprovação;

DECRETA:

Art. 1º Á pedido de CONSTRUTORA JANTSCH LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.537.169/0001-83, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida Gustavo Fetter nº 1559, centro do Município de Iporã do Oeste, fica APROVADO o loteamento denominado LOTEAMENTO RECANTO DO SOL II, objeto de parcelamento da Gleba Urbana, instituída CHÁCARA URBANA Nº197 (cento e noventa e sete), da Cidade, neste Município e Comarca de Mondai, Estado de Santa Catarina, com a área total de 98.642,76m² (noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e dois metros quadrados e setenta e seis decímetros quadrados), sem edificações, para fins predominantemente residenciais, de propriedade de CONSTRUTORA JANTSCH LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.537.169/0001-83, pessoa jurídica de direito privado e HARRY BISCHOFF, portador do RG nº 213.940 SESP/SC, e CPF nº 075.742.079-68, e sua esposa LEONILA BISCHOFF RG nº 2.643.630 SSP/SC, CPF nº 745.927.939-00, objeto da matrícula nº 16792, do livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Mondai, SC.

Art. 2º A gleba objeto do loteamento está EM CONDOMÍNIO da seguinte forma:

a) Ao casal HARRY BISCHOFF e sua esposa, caberão 79,5596% da área da gleba;

b) A empresa CONSTRUTORA JANTSCH LTDA caberá 20,4404% da área da gleba;

Art. 3º A área total da gleba é de 98.642,76 m² (noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e dois metros quadrados e setenta e seis decímetros quadrados), sendo que a área a ser loteada será de 18.556,48 m² (dezoito mil, quinhentos e cinquenta e seis metros quadrados, e quarenta e oito decímetros quadrados) pertencentes à CONSTRUTORA JANTSCH LTDA e será assim subdividida:

I - ÁREA LOTEADA: 18.556,48 m² (dezoito mil, quinhentos e cinquenta e seis metros quadrados, e quarenta e oito decímetros quadrados),

assim distribuída:

- a) Lotes urbanos edificáveis: 9.993,58 m² (nove mil, novecentos e noventa e três metros quadrados e cinquenta e oito decímetros quadrados), representando 53,85493% da área loteada, correspondente a vinte e seis (26) terrenos;
- b) Sistema viário: 5.481,06 m² (cinco mil, quatrocentos e oitenta e um metros quadrados e seis decímetros quadrados), representando 29,53718% da área loteada, assim divididas:
1. Abertura da Rua Primavera com 12 metros de largura e 3.546,59 m² de área;
 2. Prolongamento da Rua 13 de Julho com 12 metros de largura e 314,56 m² de área;
 3. Prolongamento da Rua Nilma Clesse Bauermann 14 metros de largura e 366,95 m² de área;
 4. Prolongamento da Rua 28 de Outubro com 14 metros de largura e 679,64 m² de área;
 5. Prolongamento da Rua Jaquari com 12 metros de largura e 573,32 m² de área.
- c) Área Verde: 1.343,34 m² (um mil, trezentos e quarenta e três metros quadrados e trinta e quatro decímetros quadrados), representando 7,23920% da área loteada, correspondente ao lote nº 317 da quadra nº 218.
- d) Área Institucional: 1.738,50 m² (um mil, setecentos e trinta e oito metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), representando 9,36869% da área loteada, correspondente ao lote nº 401 da quadra nº 218.

II - ÁREA REMANESCENTE: 80.086,28 m² (oitenta mil, oitenta e seis metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados), não inclusa na área loteada.

Art. 4º Com o registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca passarão a integrar o Patrimônio Público do Município de Iporã do Oeste:

I – as áreas correspondentes às vias públicas;

II – a Área Verde;

III - a Área Institucional.

Art. 5º Após a formalização do loteamento restará uma área remanescente não loteada da gleba original, assim especializada:

CHÁCARA URBANA Nº 197 (área remanescente) com área de 80.086,28 m², confrontando-se:

Ao NORTE: em 454,00 metros com a chácara urbana nº 194 e em 47,70 metros com a Rua Jaquari;

Ao LESTE: em 437,31 metros com o lote colonial nº 76;

Ao SUL: com o Lajeado Pirajú, em 295,55 metros com a Rua Primavera, em 29,74 metros com o lote nº 253 da quadra nº 219 e em 31,41 metros com o lote nº 179 da quadra nº 219;

Ao OESTE: em 50,73 metros com a Avenida Gustavo Fetter, onde faz frente, em 1,79 metros com o lote nº 253 da quadra nº 219, em 12,00 metros com a Rua Primavera, em 30,21 metros com o lote nº 321 da quadra nº 221, em 31,38 metros com o lote nº 394 da quadra nº 221, em 14,00 metros com a Rua 28 de Outubro, em 36,00 metros com o lote nº 401 da quadra nº 218, em 28,00 metros com o lote nº 317 da quadra nº 218, em 12,00 metros com a Rua Jaquari, em 200,00 metros com a chácara urbana nº 199 e em 158,40 metros com a chácara urbana nº 200;

Ao SUDESTE: com uma Sanga.

Art. 6º A descrição detalhada de cada lote consta no anexo I do presente decreto.

Art. 7º Fica determinado ao órgão competente da Administração Municipal que efetue a vistoria no local do loteamento, para verificação da efetiva implantação e funcionamento dos equipamentos urbanos e averiguação acerca do cumprimento dos requisitos urbanísticos previstos em Lei.

Art. 8º Ficam caucionados em favor do Município de Iporã do Oeste 15,38% (quinze virgula trinta e oito por cento) dos lotes edificáveis, como garantia de execução, pelo loteador, dos projetos de implantação de todos os equipamentos urbanos integrantes do loteamento. Pela garantia, ficam caucionados os seguintes lotes urbanos:

Lotes nº 282, 295, 308 e 321 da Quadra nº 221.

Parágrafo único. A venda dos lotes referidos no caput, bem como, a concessão de alvará de construção e habite-se para edificação nos citados terrenos ficam condicionadas à execução das obras implantação dos equipamentos urbanos no loteamento e à sua devida vistoria e aceitação por parte do Poder Público Municipal.

Art. 9º Constatada a regularidade do empreendimento pretendido, deverão ser expedidos o Laudo de Vistoria e o Alvará de Licença para Loteamento.

Art. 10. A operação é objeto da Anotação de Responsabilidade Técnica nº 5771944-5, firmada pelo Engenheiro Eletricista LUIZ FERNANDO VANZIN, CREA/SC nº 041297-4-SC; ART nº 5141698-0 firmada pelo Engenheiro Civil SERGIO LUIZ JANTSCH, CREA/SC nº 028297-4-SC e Arquiteto e Urbanista CRISTINE FERRO, CAU/A63312-7, RRT nº 2501225.

Art. 11. A aprovação deste desmembramento é válida pelo prazo de cento e oitenta (180) dias, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 10 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

LOTES COM ÁREAS E CONFRONTAÇÕES

Lote Urbano nº 317 da quadra nº 218 com área de 1.343,34 m², (área Verde) confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT01 de coordenadas UTM E:248914.044 e N: 7010580.511 ao VT02 de coordenadas UTM E:248961.352 e N:7010571.772 por linha seca de 48,11 metros com o lote nº 401 (área institucional);

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT02 de coordenadas UTM E:248961.352 e N:7010571.772 ao VT09 de coordenadas UTM E:248956.266 e N:7010544.238 por linha seca de 28,00 metros com a chácara urbana nº 197;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT09 de coordenadas UTM E:248956.266 e N:7010544.238 ao VT06 de coordenadas UTM E: 248909.218 e N:7010552.929 por linha seca de 47,84 metros com a Rua Jaquari, onde faz frente;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado de VT06 de coordenadas UTM E: 248909.218 e N:7010552.929 ao VT01 de coordenadas UTM E:248914.044 e N: 7010580.511 por linha seca de 28,00 metros com o lote nº 36.

Lote Urbano nº 401 da quadra nº 218 com área de 1.738,50 m², (Área Institucional) confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT11 de coordenadas UTM E:248920.224 e N: 7010615.978 ao VT08 de coordenadas UTM E:248967.892 e N:7010607.174 por linha seca de 48,47 metros com a Rua 28 de Outubro, onde faz frente;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT08 de coordenadas UTM E:248967.892 e N:7010607.174 ao VT02 de coordenadas UTM E:248961.352 e N:7010571.772 por linha seca de 36,00 metros com a chácara urbana nº 197;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT02 de coordenadas UTM E:248961.352 e N:7010571.772 ao VT01 de coordenadas UTM E:248914.044 e N: 7010580.511 por linha seca de 48,11 metros com o lote nº 317 (área verde);

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT01 de coordenadas UTM E:248914.044 e N: 7010580.511 ao VT11 de coordenadas UTM E:248920.224 e N: 7010615.978 por linha seca de 36,00 metros com o lote nº 36.

Lote Urbano nº 253 da quadra nº 219 com área de 422,89 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT12 de coordenadas UTM E:248664.647 e E:7010756.254 ao VT13 de coordenadas UTM E:248693.854 e N: 7010750.661 por linha seca de 29,74 metros com a chácara urbana nº 197;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT13 de coordenadas UTM E:248693.854 e N: 7010750.661 ao VT14 de coordenadas UTM E:248693.529 e N:7010748.900 por linha seca de 1,79 metros com a chácara urbana nº 197, ainda ao sul, que parte do ponto denominado VT14 de coordenadas UTM E:248693.529 e N:7010748.900 ao VT15 de coordenadas UTM E:248691.275 e N:7010736.700 por linha seca de 12,41 metros, com a Rua 13 de Julho, onde faz frente;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT15 de coordenadas UTM E:248691.275 e N:7010736.700 ao VT16 de coordenadas UTM E:248661.976 e N:7010742.308 por linha seca de 29,83 metros com o lote nº 266;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT16 de coordenadas UTM E:248661.976 e N:7010742.308 ao VT12 de coordenadas UTM E:248664.647 e E:7010756.254 por linha seca de 14,20 metros com o lote nº 179.

Lote Urbano nº 266 da quadra nº 219 com área de 387,85 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT16 de coordenadas UTM E:248661.976 e N:7010742.308 ao VT15 de coordenadas UTM E:248691.275 e N:7010736.700 por linha seca de 29,83 metros com o lote nº 253;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT15 de coordenadas UTM E:248691.275 e N:7010736.700 ao VT17 de coordenadas UTM E:248688.913 e N:7010723.914 por linha seca de 13,00 metros com a Rua 13 de Julho, onde faz frente;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT17 de coordenadas UTM E:248688.913 e N:7010723.914 ao VT18 de coordenadas UTM E:248659.531 e N:7010729.540 por linha seca de 29,92 metros com o lote nº 276;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT18 de coordenadas UTM E:248659.531 e N:7010729.540 ao VT16 de coordenadas UTM E:248661.976 e N:7010742.308 por linha seca de 13,00 metros com o lote nº 165.

Lote Urbano nº 279 da quadra nº 219 com área de 383,49 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT18 de coordenadas UTM E:248659.531 e N:7010729.540 ao VT17 de coordenadas UTM E:248688.913 e N:7010723.914 por linha seca de 29,92 metros com o lote nº 266;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT17 de coordenadas UTM E:248688.913 e N:7010723.914 ao VT19 de coordenadas UTM E:278686.588 e N:7010711.325 por linha seca de 12,80 metros com a Rua 13 de Julho, onde faz frente;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT19 de coordenadas UTM E:278686.588 e N:7010711.325 ao VT20 de coordenadas UTM E:248657.123 e N:7010716.968 por linha seca de 30,00 metros com o lote nº 12;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT20 de coordenadas UTM E:248657.123 e N:7010716.968 ao VT18 de coordenadas UTM E:248659.531 e N:7010729.540 por linha seca de 12,80 metros com o lote nº 152.

Lote Urbano nº 291 da quadra nº 220 com área de 432,05 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT21 de coordenadas UTM E:248703.135 e N:7010734.843 ao VT22 de coordenadas UTM E:248719.410 e N:7010731.726 por linha seca de 16,57 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT22 de coordenadas UTM E:248719.410 e N:7010731.726 ao VT23 de coordenadas UTM E:248714.480 e N:7010705.984 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 304;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT23 de coordenadas UTM E:248714.480 e N:7010705.984 ao VT24 de coordenadas UTM E:248698.374 e N:7010709.068 por linha seca de 16,40 metros com o lote nº 249;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT24 de coordenadas UTM E:248698.374 e N:7010709.068 ao VT21 de coordenadas UTM E:248703.135 e N:7010734.843 por linha seca de 26,21 metros com a Rua 13 de Julho.

Lote Urbano nº 304 da quadra nº 220 com área de 360,65 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT22 de coordenadas UTM E:248719.410 e N:7010731.726 ao VT25 de coordenadas UTM E:248732.924 e N:7010729.138 por linha seca de 13,76 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT25 de coordenadas UTM E:248732.924 e N:7010729.138 ao VT26 de coordenadas UTM E:248727.994 e N:7010703.396 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 317;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT26 de coordenadas UTM E:248727.994 e N:7010703.396 ao VT23 de coordenadas UTM E:248714.480 e N:7010705.984 por linha seca de 13,76 metros, sendo 0,46 metros como lote nº 136 e 13,00 metros com o lote nº 249;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT23 de coordenadas UTM E:248714.480 e N:7010705.984 ao VT22 de coordenadas UTM E:248719.410 e N:7010731.726 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 291.

Lote Urbano nº 317 da quadra nº 220 com área de 360,91 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT25 de coordenadas UTM E:248732.924 e N:7010729.138 ao VT27 de coordenadas UTM E:248746.449 e N:7010726.548 por linha seca de 13,77 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT27 de coordenadas UTM E:248746.449 e N:7010726.548 ao VT28 de coordenadas UTM E:248741.519 e N:7010700.805 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 330;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT28 de coordenadas UTM E:248741.519 e N:7010700.805 ao VT26 de coordenadas UTM E:248727.994 e N:7010703.396 por linha seca de 13,77 metros, sendo 0,73 metros como lote nº 122 e 13,04 metros com o lote nº 136;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT26 de coordenadas UTM E:248727.994 e N:7010703.396 ao VT25 de coordenadas UTM E:248732.924 e N:7010729.138 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 304.

Lote Urbano nº 330 da quadra nº 220 com área de 360,13 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT27 de coordenadas UTM E:248746.449 e N:7010726.548 ao VT29 de coordenadas UTM E:248759.943 e N:7010723.963 por linha seca de 13,74 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT29 de coordenadas UTM E:248759.943 e N:7010723.963 ao VT30 de coordenadas UTM E:248755.014 e N:7010698.221 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 343;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT30 de coordenadas UTM E:248755.014 e N:7010698.221 ao VT28 de coordenadas UTM E:248741.519 e N:7010700.805 por linha seca de 13,74 metros, sendo 0,47 metros como lote nº 108 e 13,27 metros com o lote nº 122;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT28 de coordenadas UTM E:248741.519 e N:7010700.805 ao VT27 de coordenadas UTM E:248746.449 e N:7010726.548 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 317.

Lote Urbano nº 343 da quadra nº 220 com área de 360,13 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT29 de coordenadas UTM E:248759.943 e N:7010723.963 ao VT31 de coordenadas UTM E:248773.438 e N:7010721.379 por linha seca de 13,74 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT31 de coordenadas UTM E:248773.438 e N:7010721.379 ao VT32 de coordenadas UTM E:248768.508 e N:7010695.637 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 356;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT32 de coordenadas UTM E:248768.508 e N:7010695.637 ao VT30 de coordenadas UTM E:248755.014 e N:7010698.221 por linha seca de 13,74 metros, sendo 0,21 metros como lote nº 94 e 13,53 metros com o lote nº 108;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT30 de coordenadas UTM E:248755.014 e N:7010698.221 ao VT29 de coordenadas UTM E:248746.449 e N:7010726.548 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 330.

Lote Urbano nº 356 da quadra nº 220 com área de 360,13 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT31 de coordenadas UTM E:248773.438 e N:7010721.379 ao VT33 de coordenadas UTM E:248786.933 e N:7010718.794 por linha seca de 13,74 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT33 de coordenadas UTM E:248786.933 e N:7010718.794 ao VT34 de coordenadas UTM E:248782.003 e N:7010693.052 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 369;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT34 de coordenadas UTM E:248782.003 e N:7010693.052 ao VT32 de coordenadas UTM E:248768.508 e N:7010695.637 por linha seca de 13,74 metros com o lote nº 94;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT32 de coordenadas UTM E:248768.508 e N:7010695.637 ao VT31 de coordenadas UTM E:248773.438 e N:7010721.379 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 343.

Lote Urbano nº 369 da quadra nº 220 com área de 360,13 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT33 de coordenadas UTM E:248786.933 e N:7010718.794 ao VT35 de coordenadas UTM E:248800.428 e N:7010716.210 por linha seca de 13,74 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT35 de coordenadas UTM E:248800.428 e N:7010716.210 ao VT36 de coordenadas UTM E:248795.498 e N:7010690.468 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 382;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT36 de coordenadas UTM E:248795.498 e N:7010690.468 ao VT34 de coordenadas UTM E:248782.003 e N:7010693.052 por linha seca de 13,74 metros, sendo 13,69 metros como lote nº 80 e 0,05 metros com o lote nº 94;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT34 de coordenadas UTM E:248782.003 e N:7010693.052 ao VT33 de coordenadas UTM E:248786.933 e N:7010718.794 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 356.

Lote Urbano nº 382 da quadra nº 220 com área de 360,13 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT35 de coordenadas UTM E:248800.428 e N:7010716.210 ao VT37 de coordenadas UTM E:248813.922 e N:7010713.626 por linha seca de 13,74 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT37 de coordenadas UTM E:248813.922 e N:7010713.626 ao VT38 de coordenadas UTM E:248808.993 e N:7010687.883 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 424;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT38 de coordenadas UTM E:248808.993 e N:7010687.883 ao VT36 de coordenadas UTM E:248795.498 e N:7010690.468 por linha seca de 13,74 metros, sendo 13,43 metros como lote nº 12 e 0,31 metros com o lote nº 80;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT36 de coordenadas UTM E:248795.498 e N:7010690.468 ao VT35 de coordenadas UTM E:248800.428 e N:7010716.210 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 369.

Lote Urbano nº 424 da quadra nº 220 com área de 432,10 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT37 de coordenadas UTM E:248813.922 e N:7010713.626 ao VT39 de coordenadas UTM

E:248830.030 e N:7010710.541 por linha seca de 16,40 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT39 de coordenadas UTM E:248830.030 e N:7010710.541 ao VT40 de coordenadas UTM E:248825.269 e N:7010684.766 por linha seca de 26,21 metros com a Rua Nilma Clesse Bauermann;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT40 de coordenadas UTM E:248825.269 e N:7010684.766 ao VT38 de coordenadas UTM E:248808.993 e N:7010687.883 por linha seca de 16,57 metros, com o lote nº 12;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT38 de coordenadas UTM E:248808.993 e N:7010687.883 ao VT37 de coordenadas UTM E:248813.922 e N:7010713.626 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 382.

Lote Urbano nº 204 da quadra nº 221 com área de 432,05 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT41 de coordenadas UTM E:248843.780 e N:7010707.908 ao VT42 de coordenadas UTM E:248860.054 e N:7010704.791 por linha seca de 16,57 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT42 de coordenadas UTM E:248860.054 e N:7010704.791 ao VT43 de coordenadas UTM E:248855.125 e N:7010679.049 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 217;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT43 de coordenadas UTM E:248855.125 e N:7010679.049 ao VT44 de coordenadas UTM E:248839.019 e N:7010682.133 por linha seca de 16,40 metros, com o lote nº 162;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT44 de coordenadas UTM E:248839.019 e N:7010682.133 ao VT41 de coordenadas UTM E:248843.780 e N:7010707.908 por linha seca de 26,21 metros com a Rua Nilma Clesse Bauermann.

Lote Urbano nº 217 da quadra nº 221 com área de 361,17 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT42 de coordenadas UTM E:248860.054 e N:7010704.791 ao VT45 de coordenadas UTM E:248873.587 e N:7010702.199 por linha seca de 13,78 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT45 de coordenadas UTM E:248873.587 e N:7010702.199 ao VT46 de coordenadas UTM E:248868.657 e N:7010676.457 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 230;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT46 de coordenadas UTM E:248868.657 e N:7010676.457 ao VT43 de coordenadas UTM E:248855.125 e N:7010679.049 por linha seca de 13,77 metros, sendo 4,09 metros com o lote nº 100 e 9,68 metros com o lote nº 162;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT43 de coordenadas UTM E:248855.125 e N:7010679.049 ao VT42 de coordenadas UTM E:248860.054 e N:7010704.791 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 204.

Lote Urbano nº 230 da quadra nº 221 com área de 360,39 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT45 de coordenadas UTM E:248873.587 e N:7010702.199 ao VT47 de coordenadas UTM E:248887.091 e N:7010699.613 por linha seca de 13,75 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT47 de coordenadas UTM E:248887.091 e N:7010699.613 ao VT48 de coordenadas UTM E:248882.161 e N:7010673.871 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 243;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT48 de coordenadas UTM E:248882.161 e N:7010673.871 ao VT46 de coordenadas UTM E:248868.657 e N:7010676.457 por linha seca de 13,75 metros, sendo 4,84 metros com o lote nº 87 e 8,91 metros com o lote nº 100;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT46 de coordenadas UTM E:248868.657 e N:7010676.457 ao VT45 de coordenadas UTM E:248873.587 e N:7010702.199 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 217.

Lote Urbano nº 243 da quadra nº 221 com área de 360,39 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT47 de coordenadas UTM E:248887.091 e N:7010699.613 ao VT49 de coordenadas UTM E:248900.596 e N:7010694.440 por linha seca de 13,75 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT49 de coordenadas UTM E:248900.596 e N:7010694.440 ao VT50 de coordenadas UTM E:248895.666 e N:7010671.285 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 256;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT50 de coordenadas UTM E:248895.666 e N:7010671.285 ao VT48 de coordenadas UTM E:248882.161 e N:7010673.871 por linha seca de 13,75 metros, sendo 5,59 metros com o lote nº 74 e 8,16 metros com o lote nº 87;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT48 de coordenadas UTM E:248882.161 e N:7010673.871 ao VT47 de coordenadas UTM E:248887.091 e N:7010699.613 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 230.

Lote Urbano nº 256 da quadra nº 221 com área de 360,39 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT49 de coordenadas UTM E:248900.596 e N:7010694.440 ao VT51 de coordenadas UTM E:248914.100 e N:7010694.440 por linha seca de 13,75 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT51 de coordenadas UTM E:248914.100 e N:7010694.440 ao VT52 de coordenadas UTM E:248909.170 e N:7010668.698 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 269;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT52 de coordenadas UTM E:248909.170 e N:7010668.698 ao VT50 de coordenadas UTM E:248895.666 e N:7010671.285 por linha seca de 13,75 metros, sendo 6,34 metros com o lote nº 61 e 7,41 metros com o lote nº 74;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT50 de coordenadas UTM E:248895.666 e N:7010671.285 ao VT49 de coordenadas UTM E:248900.596 e N:7010694.440 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 243.

Lote Urbano nº 269 da quadra nº 221 com área de 360,39 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT51 de coordenadas UTM E:248914.100 e N:7010694.440 ao VT53 de coordenadas UTM E:248927.605 e N:7010691.854 por linha seca de 13,75 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;
Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT53 de coordenadas UTM E:248927.605 e N:7010691.854 ao VT54 de coordenadas UTM E:248922.675 e N:7010666.112 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 282;
Ao SUL: que parte do ponto denominado VT54 de coordenadas UTM E:248922.675 e N:7010666.112 ao VT52 de coordenadas UTM E:248909.170 e N:7010668.698 por linha seca de 13,75 metros, sendo 7,09 metros com o lote nº 48 e 6,66 metros com o lote nº 61;
Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT52 de coordenadas UTM E:248909.170 e N:7010668.698 ao VT51 de coordenadas UTM E:248914.100 e N:7010694.440 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 256.

Lote Urbano nº 282 da quadra nº 221 com área de 390,49 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT53 de coordenadas UTM E:248927.605 e N:7010691.854 ao VT55 de coordenadas UTM E:248941.110 e N:7010689.268 por linha seca de 13,75 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT55 de coordenadas UTM E:248941.110 e N:7010689.268 ao VT56 de coordenadas UTM E:248935.427 e N:7010659.597 por linha seca de 30,21 metros com o lote nº 295;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT56 de coordenadas UTM E:248935.427 e N:7010659.597 ao VT57 de coordenadas UTM E:248928.069 e N:7010661.006 por linha seca de 7,49 metros com o lote nº 430, ainda ao sul, que parte do ponto denominado de VT58 de coordenadas UTM E:248928.755 e N:7010664.947 por linha seca de 6,19 metros com o lote nº 48;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT57 de coordenadas UTM E:248928.069 e N:7010661.006 ao VT58 de coordenadas UTM E:248928.755 e N:7010664.947 por linha seca de 4,00 metros com o lote nº 48, ainda ao oeste, que parte do ponto denominado de VT54 de coordenadas UTM E:248922.675 e N:7010666.112 ao VT53 de coordenadas UTM E:248927.605 e N:7010691.854 por linha seca de 26,21 metros com o lote nº 269.

Lote Urbano nº 295 da quadra nº 221 com área de 415,39 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT55 de coordenadas UTM E:248941.110 e N:7010689.268 ao VT59 de coordenadas UTM E:248954.614 e N:7010686.682 por linha seca de 13,75 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT59 de coordenadas UTM E:248954.614 e N:7010686.682 ao VT60 de coordenadas UTM E:248948932 e N:7010657.011 por linha seca de 30,21 metros com o lote nº 308;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT60 de coordenadas UTM E:248948932 e N:7010657.011 ao VT56 de coordenadas UTM E:248935.427 e N:7010659.597 por linha seca de 13,75, sendo 8,96 metros com o lote nº 418 e 4,79 metros com o lote nº 430;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT56 de coordenadas UTM E:248935.427 e N:7010659.597 ao VT55 de coordenadas UTM E:248941.110 e N:7010689.268 por linha seca de 30,21 metros com o lote nº 282.

Lote Urbano nº 308 da quadra nº 221 com área de 415,39 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT59 de coordenadas UTM E:248954.614 e N:7010686.682 ao VT61 de coordenadas UTM E:248968.119 e N:7010684.095 por linha seca de 13,75 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT61 de coordenadas UTM E:248968.119 e N:7010684.095 ao VT62 de coordenadas UTM E:248962.436 e N:7010654.424 por linha seca de 30,21 metros com o lote nº 295;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT62 de coordenadas UTM E:248962.436 e N:7010654.424 ao VT60 de coordenadas UTM E:248948932 e N:7010657.011 por linha seca de 13,75, sendo 10,52 metros com o lote nº 406 e 3,23 metros com o lote nº 418;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT60 de coordenadas UTM E:248948932 e N:7010657.011 ao VT59 de coordenadas UTM E:248954.614 e N:7010686.682 por linha seca de 30,21 metros com o lote nº 295.

Lote Urbano nº 321 da quadra nº 221 com área de 418,38 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT61 de coordenadas UTM E:248968.119 e N:7010684.095 ao VT63 de coordenadas UTM E:248681.623 e N:7010681.509 por linha seca de 13,75 metros com a Rua Primavera, onde faz frente;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT63 de coordenadas UTM E:248681.623 e N:7010681.509 ao VT64 de coordenadas UTM E:248976.136 e N:7010651.801 por linha seca de 30,21 metros com a chácara urbana nº 197;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT64 de coordenadas UTM E:248976.136 e N:7010651.801 ao VT62 de coordenadas UTM E:248962.436 e N:7010654.424 por linha seca de 13,95, sendo 12,36 metros com o lote nº 394 e 1,59 metros com o lote nº 406;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT62 de coordenadas UTM E:248962.436 e N:7010654.424 ao VT61 de coordenadas UTM E:248968.119 e N:7010684.095 por linha seca de 30,21 metros com o lote nº 308.

Lote Urbano nº 394 da quadra nº 221 com área de 385,36 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT65 de coordenadas UTM E:248963.996 e N:7010654.126 ao VT64 de coordenadas UTM E:248976.136 e N:7010651.801 por linha seca de 12,36 metros com o lote nº 321;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT64 de coordenadas UTM E:248976.136 e N:7010651.801 ao VT66 de coordenadas UTM E:248970.435 e N:7010620.941 por linha seca de 31,38 metros com a chácara urbana nº 197;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT66 de coordenadas UTM E:248970.435 e N:7010620.941 ao VT67 de coordenadas UTM E:248958.469 e N:7010623.151 por linha seca de 12,17 metros com a Rua 28 de Outubro, onde faz frente;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT67 de coordenadas UTM E:248958.469 e N:7010623.151 ao VT65 de coordenadas UTM E:248963.996 e N:7010654.126 por linha seca de 31,46 metros com o lote nº 406.

Lote Urbano nº 406 da quadra nº 221 com área de 382,74 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT69 de coordenadas UTM E:248952.102 e N:7010656.404 ao VT65 de coordenadas UTM E:248963.996 e N:7010654.126 por linha seca de 12,11 metros, sendo 10,52 metros com o lote nº 308 e 1,59 metros com o lote nº 321;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT65 de coordenadas UTM E:248963.996 e N:7010654.126 ao VT67 de coordenadas UTM E:248958.469 e N:7010623.151 por linha seca de 31,46 metros com o lote nº 394;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT67 de coordenadas UTM E:248958.469 e N:7010623.151 ao VT68 de coordenadas UTM E:248946.522 e N:7010625.358 por linha seca de 12,15 metros com a Rua 28 de Outubro, onde faz frente;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT68 de coordenadas UTM E:248946.522 e N:7010625.358 ao VT69 de coordenadas UTM E:248952.102 e N:7010656.404 por linha seca de 31,54 metros com o lote nº 418.

Lote Urbano nº 418 da quadra nº 221 com área de 383,71 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT71 de coordenadas UTM E:248940.130 e N:7010658.696 ao VT69 de coordenadas UTM E:248952.102 e N:7010656.404 por linha seca de 12,19 metros, sendo 3,23 metros com o lote nº 308 e 8,96 metros com o lote nº 295;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT69 de coordenadas UTM E:248952.102 e N:7010656.404 ao VT68 de coordenadas UTM E:248946.522 e N:7010625.358 por linha seca de 31,54 metros com o lote nº 406;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT68 de coordenadas UTM E:248946.522 e N:7010625.358 ao VT70 de coordenadas UTM E:248934.575 e N:7010627.565 por linha seca de 12,15 metros com a Rua 28 de Outubro, onde faz frente;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT70 de coordenadas UTM E:248934.575 e N:7010627.565 ao VT71 de coordenadas UTM E:248940.130 e N:7010658.696 por linha seca de 31,62 metros com o lote nº 430.

Lote Urbano nº 430 da quadra nº 221 com área de 386,75 m², confrontando-se:

Ao NORTE: que parte do ponto denominado VT57 de coordenadas UTM E:248928.069 e N:7010661.006 ao VT71 de coordenadas UTM E:248940.130 e N:7010658.696 por linha seca de 12,28 metros, sendo 4,79 metros com o lote nº 295 e 7,49 metros com o lote nº 282;

Ao LESTE: que parte do ponto denominado VT71 de coordenadas UTM E:248940.130 e N:7010658.696 ao VT70 de coordenadas UTM E:248934.575 e N:7010627.565 por linha seca de 31,62 metros com o lote nº 418;

Ao SUL: que parte do ponto denominado VT70 de coordenadas UTM E:248934.575 e N:7010627.565 ao VT72 de coordenadas UTM E:248922.627 e N:7010629.772 por linha seca de 12,15 metros com a Rua 28 de Outubro, onde faz frente;

Ao OESTE: que parte do ponto denominado VT72 de coordenadas UTM E:248922.627 e N:7010629.772 ao VT57 de coordenadas UTM E:248928.069 e N:7010661.006 por linha seca de 31,70 metros com o lote nº 48.

Chácara Urbana nº 197 (área remanescente) com área de 80.086,28 m², confrontando-se:

Ao NORTE: em 454,00 metros com a chácara urbana nº 194 e em 47,70 metros com a Rua Jaquari;

Ao LESTE: em 437,31 metros com o lote colonial nº 76;

Ao SUL: com o Lajeado Pirajú, em 295,55 metros com a Rua Primavera, em 29,74 metros com o lote nº 253 da quadra nº 219 e em 31,41 metros com o lote nº 179 da quadra nº 219;

Ao OESTE: em 50,73 metros com a Avenida Gustavo Fetter, onde faz frente, em 1,79 metros com o lote nº 253 da quadra nº 219, em 12,00 metros com a Rua Primavera, em 30,21 metros com o lote nº 321 da quadra nº 221, em 31,38 metros com o lote nº 394 da quadra nº 221, em 14,00 metros com a Rua 28 de Outubro, em 36,00 metros com o lote nº 401 da quadra nº 218, em 28,00 metros com o lote nº 317 da quadra nº 218, em 12,00 metros com a Rua Jaquari, em 200,00 metros com a chácara urbana nº 199 e em 158,40 metros com a chácara urbana nº 200;

Ao SUDESTE: com uma Sanga.

DECRETO Nº 92/2020

Publicação Nº 2524455

DECRETO Nº 92 DE 10 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE CONSTITUIÇÃO E DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE JULGAMENTO DE REGISTROS CADASTRAIS, DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, E DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS, OBRAS E SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, de conformidade com a competência privativa prevista no art. 109, incisos XXI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o dever da administração municipal de viabilizar a eficácia das ações de gestão e controle da despesa;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 1.515/2012 de 27 de março de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica CONSTITUÍDA, por prazo indeterminado, a COMISSÃO DE JULGAMENTO DE REGISTROS CADASTRAIS; a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO; O PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO e a COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS, OBRAS E SERVIÇOS, para as finalidades e procedimentos previstos no presente Decreto.

§ 1º À COMISSÃO DE JULGAMENTO DE REGISTROS CADASTRAIS cabe analisar e julgar a procedência e autenticidade de toda documentação encaminhada ao Setor de Licitação e Compras para formalização do Cadastro de Fornecedores da Administração Centralizada e Descentralizada, emitindo o competente parecer final, com vistas entre outras ações a emissão da Certidão de Atualização Cadastral.

§ 2º À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO cabe analisar, julgar e emitir o parecer final de todos os processos licitatórios lançados pela Administração Centralizada e Descentralizada, emitindo o julgamento final, com vistas à formalização da despesa pública.

§ 3º O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO terão dentre outras atribuições, a do recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

§ 4º À COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS, OBRAS E SERVIÇOS, cabe atestar o recebimento e a idoneidade dos serviços, materiais e obras, objeto das aquisições da Administração Direta e Indireta, cumprindo o estágio da liquidação da despesa pública no documento que originou a aquisição ou na Nota de Empenho respectiva.

Art. 2º Designa os membros a seguir nomeados para comporem as comissões objeto do Art. 1º:

I - COMISSÃO DE JULGAMENTO DE REGISTROS CADASTRAIS, os Servidores:

Membros Titulares: Roberto Scalabrin, Simone Schaefer Bourscheidt e Vanessa Brunetto;

Membros Suplentes: Itamara Pivatto Batista da Silva, Ângela Teresinha Friedrich e Joraci Pavan.

II – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, os Servidores:

Membros Titulares: Roberto Scalabrin, Alerson Korbes, Joraci Pavan.

Membros Suplentes: Vandoir Nedel, Marcos Pohlmann, Maria Juliane Kist Ammon, e Ângela Teresinha Friedrich;

III – PREGOEIRO e Equipe de Apoio, os Servidores:

Pregoeiro: Roberto Scalabrin

Equipe de Apoio: Diana Carla Barth, Leandro Magnaguagno, Rafaela Matte, Simone Schaefer Bourscheidt e Elizeu Mendes Flesch.

IV – COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS, OBRAS E SERVIÇOS, os Servidores:

Membros Titulares: Luviane Pavan, Marília Rech Mallmann, Simone Schaefer Bourscheidt.

Membros Suplentes: Elise Walker, Leandro Magnaguagno, e Vandoir Nedel.

Art. 3º O servidor responsável pelo Setor de Licitações emitirá relatório mensal relacionando os servidores que fizeram jus ao recebimento da gratificação de que trata a Lei Municipal nº 1.515/2012, encaminhando o relatório ao Setor de Recursos Humanos para as providências necessárias para a efetivação do pagamento.

Art. 4º As comissões constituídas por este decreto terão vigência a partir da data de publicação desde decreto, por prazo indeterminado.

Art. 5º Fica revogado o Decreto municipal nº 016/2020.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Iporã do Oeste – SC, 10 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Ipuacú

PREFEITURA

3 ADTO CT PREF 38.2017

Publicação N° 2523605

DATA DE ADITAMENTO:08/06/2020.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N. ° 38 DE 09 DE JUNHO DE 2017.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 38/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU E A CONTRATADA MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA – PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA, inscrita no CNPJ n. 03.836.739/0001-26.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Processo Licitatório n. 31/2017, Edital Modalidade Tomada de Preços PREF n. 05/2017 e Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Pref n.º 38 de 09 de junho de 2017 firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até 07 de junho de 2021.

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.501 DE 10 DE JUNHO DE 2.020

Publicação Nº 2523553

DECRETO Nº 2.501 de 10 de junho de 2.020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO NO VALOR DE R\$ 10.600,00 E POR CONTA DA UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA NO VALOR DE R\$ 78.400,00.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos I e V do artigo 34 da Lei 1.848 de 11 de outubro de 2.019 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.020 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e § 5º do art. 4º e Art. 5º da Lei Municipal nº 1.852 de 13 de março de 2.020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.020 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 105, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 3390000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 10.600,00.

II. Código reduzido 20, Projeto/Atividade 10.302.0006.2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 3390000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 78.400,00.

TOTAL GERALR\$ 89.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no inciso I do artigo 1º será aberto por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

I. Código reduzido 103, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 3171000000000000 - Transf. a Consórcios Públicos, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 8.000,00.

II. Código reduzido 104, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 3371000000000000 - Transferências a Consórcios Públicos, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 2.600,00.

TOTAL GERAL R\$ 10.600,00

Art. 3º O crédito suplementar constante do inciso II do artigo 1º será aberto por conta da anulação parcial da reserva de contingência para atender os seguintes passivos imprevistos, nos termos do art. 26 da lei 1848/2019:

I. Internação de adolescente para tratamento psiquiátrico nos termos do MANDADO Nº 242.2020/000496-2 PROCESSO Nº 0001474-28.2014.8.24.0242, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 78.400,00.

TOTAL GERALR\$ 78.400,00

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor em 09 de junho de 2.020.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 10 de junho de 2.020

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2.502 DE 10 DE JUNHO DE 2.020

Publicação Nº 2523551

DECRETO Nº 2.502 de 10 de junho de 2.020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 255.651,31.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.848 de 11 de outubro de 2.019 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.020 – LDO e dá outras providências e combinado com os incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I ao III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.852 de 13 de dezembro de 2.019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.020 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

- I. Código reduzido 135, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0092 - COVID-19 - LC 173/2020 Recursos Saúde e Assistência Social, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 274,94.
- II. Código reduzido 136, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0093 - COVID-19 - LC 173/2020 Recursos sem destinação específica, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 2.065,25.
- III. Código reduzido 137, Projeto/Atividade 12.365.0013.2.040 - Gestão das ações da creche municipal, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0063 - Outros Repasses do FNDE, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 160,52.
- IV. Código reduzido 138, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.098 - Assistência Social Básica - FMAS, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0091 - REPASSE SUAS COVID 19 , Órgão 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 3.150,60.
- V. Código reduzido 41, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.091 - Assistência Farmacêutica Básica e Especiais, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0090 - EMENDA PARLAMENTAR MEDICAMENTO SAUDE, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 250.000,00.

TOTAL GERALR\$ 255.651,31

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

- I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0092 - COVID-19 - LC 173/2020 Recursos Saúde e Assistência Social, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 274,94.
- II. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0093 - COVID-19 - LC 173/2020 Recursos sem destinação específica, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 2.065,25.
- III. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0063 - Outros Repasses do FNDE, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 160,52.
- IV. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0091 - REPASSE SUAS COVID 19 , utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 3.150,60.
- V. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0090 - EMENDA PARLAMENTAR MEDICAMENTO SAUDE, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 250.000,00.

TOTAL GERALR\$ 255.651,31

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 09 de junho de 2.020.

Ipumirim-SC, 10 de junho de 2.020

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2020 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2020/PM

Publicação Nº 2523566

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso I, cujo objeto é: Tendo em vista que o Município tem interesse em promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Ipumirim e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla.. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 15/06/2020
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 02-2020-APAE

Publicação Nº 2524438

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Extrato do Termo de Fomento Nº 02/2020

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2020, Processo de Licitação nº 46/2020, homologada em 15 de junho de 2020.

Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto: Tendo em vista que o Município tem interesse em promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Ipumirim e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla.
Valor: R\$ 20.000,00(vinte mil reais).

Assinatura: 15/06/2020 Vigência: 15/06/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE DE IPUMIRIM - SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.507.803/0001-24, com sede na RUA JOÃO MOSELE Nº301, BAIRRO: CENTRO.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 46, IL Nº 13-2020-PM-TERMO DE FOMENTO APAE

Publicação Nº 2523746

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2020 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 46/2020 Data do Processo: 15/06/2020 Folha: 1/2
--	---

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 46/2020
b) Licitação Nr.: 13/2020-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 15/06/2020
e) Objeto da Licitação: Tendo em vista que o Município tem interesse em promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Ipumirim e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Ipumirim, 15 de Junho de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Nr.: 13/2020 - IL

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 46/2020
Data do Processo: 15/06/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**APAE-ASSOC. PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (6148)**

1	Tendo em vista que o Município tem interesse em promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Ipumirim e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes ipumirimenses portadores de necessidades especiais. Assim, realizar o atendimento educacional especializado aos educados com deficiência intelectual e múltipla que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, conforme Plano de Trabalho em anexo, devidamente aprovado pela Comissão de Seleção e Julgamento, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito, conforme condições fixadas neste instrumento e seus anexos.	SER	1,00	0,0000	20.000,00	20.000,00
---	---	-----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 20.000,00

Total Geral: 20.000,00

Ipumirim, 15 de Junho de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL-----
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PL 012/2020 PP 007/2020 - FMS

Publicação N° 2524183

MUNICIPIO DE IRACEMINHA – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 12/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2020
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços médicos, compreendendo serviços médicos de Clínica Geral com Regulação, cumprindo os protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS), e registrando todas as informações no Sistema de Informação utilizada pelo Município para manutenção das atividades da ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o descrito no edital.

Modalidade: Pregão Presencial – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 26/06/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 16 de Junho de 2020.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO PL 037/2020 TP 003/2020

Publicação N° 2523493

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 037/2020
TOMADA DE PREÇOS N° 03/2020

Objeto: Contratação de empresa de construção civil para construção de um Ginásio de Esportes – 1ª etapa, a ser construído no Loteamento Mombach II, Município de Iraceminha, com área total de 1.521,21 m², em atendimento ao Contrato de Repasse nº 897057/2019/MC/CAIXA e em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Modalidade: Tomada de Preços.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 01/07/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:00 às 13:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 16 de junho de 2020.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO PL 038/2020 TP 004/2020

Publicação N° 2523861

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 038/2020
TOMADA DE PREÇOS N° 04/2020

Objeto: Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE CAMADA DE REPERFILAGEM ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO e sinalização, com área total de 7.511,30 m², a ser executado na Linha Biguá interior do Município de Iraceminha e EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA drenagem pluvial e sinalização, com área total de 932,10 m², a ser executado no Distrito de São José do Laranjal, interior do Município de Iraceminha em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Modalidade: Tomada de Preços.

Tipo: Menor Preço por lote.

Recebimento das Propostas: até as 13:30 do dia 01/07/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:00 às 13:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 16 de junho de 2020.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

DECRETO 048 2020

Publicação Nº 2523536

Decreto no 048/2020, de 15 de junho de 2020.

Abre um Crédito Suplementar e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, de 05 Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal nº de 1438/19 de 18 de Novembro de 2019 (LOA).

DECRETA :

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor R\$ 950.000,00 (Novecentos e cinquenta mil reais), conforme discriminado a seguir:

Entidade: 1 -	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA	
04.00	SECRETARIA MUN.EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO	
04.06	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
1.015	Construção de Ginásio Esportivo	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1123.0	Aplicações Diretas (228) R\$	500.000,00
06.00	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	
06.01	DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	
1.056	Pavimentação de Rodovias Municipais	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1122.0	Aplicações Diretas (229) R\$	24.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1122.0	Aplicações Diretas (227) R\$	426.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da receita de convênio com a União.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 15 de junho de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO 1 ADT 015/2020 - FMS

Publicação Nº 2523324

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : 1 ADT 015/2020 - Contrato Nº: 015/2020		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA		
Contratada...: CLINICA DR VALDIR EIRELI ME		
Valor : 10.000,00 (dez mil reais)		
Vigência : Início: 18/06/2020 Término: 18/07/2020		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2020		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Tendo em vista as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19, o prazo de vigência do Contrato nº 015/2019, com vencimento em 18/06/2020, de comum acordo entre as partes ficam prorrogados, mediante ao presente aditamento, a contar de 18/06/2020, até 18/07/2020.		
O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 015/2020, nos termos do art. 4, Lei 13.979/2020, MP 926/2020.		
Iraceminha, 15 de Junho de 2020		

PORTARIA Nº 119/2020, 12 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524347

PORTARIA Nº 119/2020, 12 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, Sra. VANESSA DAIANE RAUBER, funcionária efetiva no cargo PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas, com lotação na secretaria municipal de Transportes Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 12/06/2020 a 09/10/2020. Conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 12 de Junho de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 120/2020, 12 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524349

PORTARIA Nº 120/2020, 12 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, o Sr. DIEGO ANDRE RAUBER, contratado em Caráter Temporário (ACT) através do teste seletivo 01/2019, para atuar como PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA com carga horária de 20 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, A PARTIR DESTA DATA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 12 de Junho de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

TERMO RESCISÃO CONTRATO 030/2019 - FMS

Publicação Nº 2524168

2º TERMO AO CONTRATO N.º 030/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

TERMO DE RESCISÃO

O MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, com sede na Rua Dona Paulina, 780, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 80.623.606/0001-12, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JEAN CARLOS NYLAND, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 4.479.638 e CPF 057.328.099-10, residente e domiciliado neste município de Iraceminha, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa, HELPMED SAÚDE LTDA com sede junto à Avenida Iguaçu, 2820, sala 201, Bairro Água Verde, município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 04.770.650/0001-77, neste ato representado pelo senhor LUAN CESAR BALBINO DIAS, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 045.624.689-47, RG nº 9.029.155-6 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Curitiba - PR, doravante denominado de CONTRATADO, nos termos da Lei nº 8666/93 consolidada, lei Orgânica Municipal, Processo Licitatório nº 16/2019, na modalidade de Pregão Presencial nº 13/2019, resolveram RESCINDIR em comum acordo entre as partes os itens abaixo discriminados:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 As partes acima qualificadas resolvem de comum acordo entre as partes e na forma do Processo Administrativo que culminou na contratação da empresa HELPMED SAÚDE LTDA que originou o contrato administrativo nº 030/2019, rescindi-lo amigavelmente a partir de 15 de junho de 2020. O presente termo de rescisão obedece o estabelecido no Art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, sendo estabelecido de forma amigável e de acordo entre as partes:

“Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;”

1.2 A rescisão amigável do contrato em epígrafe será realizada sem ônus de qualquer natureza para qualquer das partes, renunciando as partes o direito sobre o qual se fundou a relação jurídica do que se pactuou no processo de licitação - Processo Licitatório nº 030/2019, na modalidade de Pregão Presencial nº 13/2019.

1.3 O presente termo de rescisão consensual gerará efeitos a partir de sua vigência, sem prejuízo dos serviços efetivamente prestados pela empresa contratada.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

De comum acordo entre as partes, o contratado deverá executar a prestação dos serviços até o dia 15 de junho de 2020, passando a vigorar a presente Rescisão no dia 16 de junho de 2020.

E, por estarem justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas ou mais vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Iraceminha/SC, 15 de junho de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

LUAN CESAR BALBINO DIAS
HELPMED SAÚDE LTDA
Contratado

Testemunhas:

DECRETO 049 2020

Publicação N° 2523537

DECRETO N° 000049/20 de 15 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001438/19 de 18 de Novembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 70.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRET MUN EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

04.06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

04.06.27.812.1005.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA TRANSP E PLANEJAMENTO

06.02 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO

06.02.15.452.1009.2.055-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 70.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Junho de 2020

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

DECRETO 050 2020

Publicação N° 2524154

DECRETO N° 000050/20 de 15 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001438/19 de 18 de Novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 450.169,36 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01.04.122.1001.2.002-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	76.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO E FAZENDA	
03.05 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
03.05.04.123.1002.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	96.000,00
05 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
05.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
05.01.20.606.1012.2.045-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	48.000,00
06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA TRANSP E PLANEJAMENTO	
06.01 - DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	
06.01.26.782.1011.2.051-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	132.257,01
06.02 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
06.02.15.122.1009.2.053-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	76.000,00
09 - SECRETARIA MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.01.08.244.1008.2.026-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	17.010,65
10 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.01.28.845.1013.0.001-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	4.901,70

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação	450.169,36
------------------------	------------

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Junho de 2020

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

DECRETO 051 2020

Publicação N° 2524155

DECRETO N° 000051/20 de 15 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001438/19 de 18 de Novembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 40.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01.10.301.1006.2.062-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

40.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

40.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Junho de 2020

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

DECRETO Nº 096.2020

Publicação Nº 2523741

DECRETO 096/2020, de 04 de Junho de 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §1º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 92.619,30 (noventa e dois mil seiscentos e dezenove reais e trinta centavos) no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.04	SEC MUNIC. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO			
02.04.15	Urbanismo			
02.04.15.452	Serviços Urbanos			
02.04.15.452.1502	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA			
02.04.15.452.1502.1.011	OBRAS DE INFRAESTRUTURA			
4.4.90.00.00.00.00.3 107	Aplicações Diretas		92.619,30	92.619,30
TOTAL			92.619,30	92.619,30

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do superávit financeiro verificado na fonte de recursos 3094 – Cessão Onerosa – Lei nº 13.885/2019, no valor de R\$ 92.619,30 (noventa e dois mil seiscentos e dezenove reais e trinta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 04 de Junho de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 04/06/2020.

DECRETO Nº 097.2020

Publicação Nº 2523743

DECRETO Nº. 097, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

DECRETA LUTO OFICIAL NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE IRANI.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica Decretado Luto Oficial 03 (três) dias nas repartições públicas Municipais pelo falecimento de Jaime Segnanfredo, foi servidor público do Município de Irani, no cargo de Técnico em Agropecuária e, atualmente, Coordenador Agrícola.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Irani/SC, 12 de junho de 2020.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Gestão em 12/06/2020.

DECRETO Nº 098.2020

Publicação Nº 2523745

DECRETO 087/2020, de 12 de Junho de 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §1º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Fundo Municipal de Assistência Social, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
04.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
04.01.08	Educação			
04.01.08.244	Assistência Comunitária			
04.01.08.244.801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			
04.01.08.244.801.2.058	GESTÃO DO SUAS			
4.4.90.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas		850,00	850,00
TOTAL			850,00	850,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do superávit financeiro verificado na fonte de recursos 52 – Atenção Social Básica, no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 12 de Junho de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 12/06/2020.

EMENDA A LEI ORGÂNICA N.08/2020

Publicação Nº 2523717

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 08, DE 06 DE JUNHO DE 2020.

"Altera a Lei Orgânica Municipal e dá outras providências"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a presente alteração na Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º. Ficam alterados o inciso II do § 1º e, § 2º do art. 49 da Lei Orgânica Municipal, passando o referido artigo a apresentar a seguinte redação:

Art. 49 – Não perderá o mandato o Vereador:

I – investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente;

II – licenciado pela Câmara, por motivo de doença, para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º - O suplente será convocado nas seguintes hipóteses:

I – em caso de vaga ou investidura do titular em funções previstas neste artigo;

II – em se tratando de licença remunerada quando esta for igual ou superior a 30 dias;

III – no caso de licença sem remuneração quando esta for igual ou superior a 30 dias.

§ 2º - O suplente convocado deverá tomar posse até a primeira sessão legislativa a ser realizada após a convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo até a sessão subsequente.

(...)

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Irani/SC, 08 de Junho de 2020.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 08/06/2020.

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3758/2020

Publicação Nº 2523996

Decreto nº 3758 de 27 de Abril de 2020

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.048 de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar, e suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 215.337,97 (duzentos e quinze mil trezentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos), conforme discriminação seguinte:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA		
15.451.0058.1.006 - Pavimentação de ruas, ciclovia e rodovias.		
4.4.90.00.00.00.00.03.0300 (225)	Aplicações Diretas	R\$ 165.337,97
02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.182.0030.2.003 - Manutenção de convênios e Defesa Civil.		
3.3.90.00.00.00.00.03.0100 (229)	Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0100 (230)	Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2019 nas referidas fontes de recursos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 27 de Abril de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3761/2020

Publicação Nº 2524007

Decreto 3.761 de 04 de Maio de 2020

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.048 de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 25.278,09 (vinte e cinco mil duzentos e setenta e oito reais e nove centavos), conforme discriminação seguinte:

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
20.606.0018.2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura.		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (138)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRINEÓPOLIS - FMEI		
12.365.0041.1.003 - Obras ref. e ampl. de escolas e quadras mun. - Ens Inf. - Pré Escola		
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (67)	Aplicações Diretas	R\$ 5.278,09

Art. 3º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações a seguir especificadas:

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
20.606.0018.1.004 - Atendimento a Programas de Agricultura.		

3.3.90.00.00.00.00.0100 (129)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 (132)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRINEÓPOLIS - FMEI		
12.365.0042.1.002 - Obras ref. e ampliação de escolas e quadras municipais – Ens. Fund.		
4.4.90.00.00.00.00.0194 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 5.278,09

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis, em 04 de Maio de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N° 3764/2020

Publicação N° 2524012

Decreto nº 3.764 de 08 de Maio de 2020
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.046 31 de Outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado Criar e Suplementar a dotação a seguir especificada no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02.09 – SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA		
25.752.0051.2.017 - Manutenção da Iluminação Pública.		
4.4.90.00.00.00.00.0139 (226)	Aplicações Diretas	R\$ 500.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes de Operação de Crédito, Contrato de Financiamento 21/51502-6 Banco do Brasil S/A.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de Maio de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N° 3765/2020

Publicação N° 2524017

Decreto nº 3.765 de 08 de Maio de 2020
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.024 de 23 de maio de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado Criar e Suplementar a dotação a seguir especificada no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 323.406,73 (trezentos e vinte e três mil quatrocentos e seis reais e setenta e três centavos).

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02.09 – SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA		
26.782.0088.1.014 - Construção do Galpão Garagem para Prefeitura Municipal		
4.4.90.00.00.00.00.0139 (227)	Aplicações Diretas	R\$ 323.406,73

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes de Operação de Crédito, Contrato de Financiamento 2019021401 Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A – Badesc.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de Maio de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3769/2020

Publicação Nº 2523447

Decreto nº 3.769 de 14 de maio de 2020
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.048 de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar, e suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais), conforme discriminação seguinte:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA		
26.782.0088.2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário.		
4.4.90.00.00.00.00.03.0300 (228)	Aplicações Diretas	R\$ 13.700,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2019 nas referidas fontes de recursos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 14 de maio de 2020.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3770/2020

Publicação Nº 2523455

Decreto 3.770 de 14 de Maio de 2020
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.048 de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 193.983,00 (cento e noventa e três mil novecentos e oitenta e três reais), conforme discriminação seguinte:

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
06.182.0030.2.003 - Manutenção de convênios e Defesa Civil.		
3.3.90.00.00.00.00.00.0200 (21)	Aplicações Diretas	R\$ 3.983,00

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRINEOPOLIS - FMEI		
12.365.0041.1.003 - Obras ref. e ampl. de escolas e quadras mun. - Ensino Inf. - Pré Escola		
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (67)	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0257 (70)	Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
12.361.0042.1.002 - Obras ref. e ampl. de escolas e quadras mun. - Ensino Fundamental.		
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00

Art. 3º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações a seguir especificadas:

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
04.122.0007.2002 - Manutenção da Secretaria da Administração.		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (9)	Aplicações Diretas	R\$ 3.983,00

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRINEOPOLIS - FMEI		
12.368.0042.2.008 - Ensino Fundamental para Jovens e Adultos.		
3.1.90.00.00.00.00.00.0194 (107)	Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0194 (110)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (114)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
12.367.0049.2.013 - Manutenção de Atividades de Educação Especial		
3.1.90.00.00.00.00.00.0194 (119)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (126)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
12.361.0042.2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.0257 (45)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis, em 14 de Maio de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3775/2020

Publicação Nº 2523458

Decreto nº 3.775 de 29 de maio de 2020

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.048 de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar, e suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA		
26.782.0088.2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário.		
4.4.90.00.00.00.00.03.0300 (228)	Aplicações Diretas	R\$ 14.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2019 nas referidas fontes de recursos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 29 de maio de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3776/2020

Publicação Nº 2523460

Decreto 3.776 de 29 de Maio de 2020

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.048 de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 62.016,37 (sessenta e dois mil e dezesseis reais e trinta e sete centavos), conforme discriminação seguinte:

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
04.122.0007.2.002 - Manutenção da Secretaria da Administração.		
3.1.90.00.00.00.00.00.0170 (231)	Aplicações Diretas	R\$ 42.016,37

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.04 – SECRETARIA DA FAZENDA		
04.123.0008.2.004 - Manutenção da Secretaria da Fazenda.		
3.1.90.00.00.00.00.00.0170 (232)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do excesso de arrecadação na fonte de recursos 170, fonte de recursos 42 TCE SC. Outras Transferências Legais e Constitucionais – União. Auxílio Financeiro aos Municípios, recomposição FPM.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis, em 29 de Maio de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3787

Publicação Nº 2523636

DECRETO Nº. 3.787, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

"NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei orgânica do Município, combinado com o disposto no artigo 3º da Lei Municipal nº 203/74 e artigo 5º da Lei 234/76 de 01/06/1999:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para a composição da Diretoria do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.145.375/0001-77, para mandato de 02 (dois) anos, com a seguinte composição:

Presidente: WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Vice-presidente: TÂNIA REGINA RÜCKL PEREIRA

1º Secretário: BERNADETE KONKOL FRITZEN

2º Secretário: DANIELA APARECIDA FRITZEN RANDIG

1º Tesoureiro: JOSÉ OSNIR CARDOSO

2º Tesoureiro: SANDRA MARA NIGRIN

Conselho Fiscal – Efetivos: MARIA ELIZABETE BENDA

NORMA EDITE BATSCHAUER

ROZENI ANA K. WAGNER

Conselho Fiscal – Suplentes: CECÍLIA M. MAIDEL

MIRIANE FRIEDRICH REICHARDT

SONIA COELHO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/06/2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 3.477 de 10 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 10 de Junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2020

Publicação Nº 2524338

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 28/2020

TOMADA DE PREÇOS N.º 08/2020

REVOGAÇÃO

Conforme solicitado através do Ofício nº 459/2020, em 15 de junho de 2020, torna publico a REVOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

LEI Nº. 2.067

Publicação Nº 2524181

LEI Nº 2.067, DE 20 DE MAIO DE 2020.

"PROMOVE ALTERAÇÕES NA LEI Nº 2.004 DE 26/09/2018 – QUE DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO ITBI - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTERVIVOS DE BENS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte:

LEI:

Art. 1º O Art. 1º da Lei Municipal nº 2.004 de 26/09/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção de imposto sobre transmissão intervivos de bens imóveis – ITBI, que tenha como fato gerador o primeiro registro ou averbamento de imóveis, provenientes de processo administrativo no âmbito do Programa de Regularização Fundiária ao amparo da Lei Federal 13.465/2017, bem como, dos Programas Habitacionais da COHAB" (NR).

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Municipal nº 2.004 de 26/09/2018.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 20 de Maio de 2020.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

LEI Nº. 2.068

Publicação Nº 2524173

LEI Nº 2.068 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE BLOQUEADOR DE AR, MEDIANTE SOLICITAÇÃO DO CONSUMIDOR, PELAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores recepcionou Projeto de Lei de origem do Legislativo, o Plenário analisou e aprovou e eu SANCIONO a seguinte:

LEI:

Art. 1º As empresas concessionárias do serviço de abastecimento de água no Município de Irineópolis, mediante solicitação do consumidor, devem instalar bloqueador de ar no hidrômetro do respectivo imóvel.

§ 1º As despesas com aquisição e instalação do bloqueador de ar devem ser suportadas pela empresa concessionária.

§ 2º O bloqueador de ar deve estar de acordo com a legislação editada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

Art. 2º A possibilidade de instalação de bloqueador de ar, mediante solicitação, deve ser informada ao consumidor na conta mensal de água emitida pela empresa concessionária, durante três anos subsequentes à publicação desta Lei.

Art. 3º A partir da publicação desta Lei, os hidrômetros devem ser instalados já adotados de bloqueador de ar, independentemente de solicitação do consumidor.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de Junho de 2020.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 212/2020

Publicação Nº 2524185

PORTARIA Nº 212/2020.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR WILLIAN PADILHA DOS SANTOS, nascido em 04/01/1992, portador do CPF nº 086.422.319-63, RG. nº 5.609.793 - SESP/SC, para, a contar da data de 09/06/2020, exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Infraestrutura, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Irineópolis, instituído pela Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/06/2020.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Julho de 2020.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 213/2020

Publicação Nº 2524186

PORTARIA N.º 213/2020.

REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 186/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n.º 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR os efeitos da Portaria nº 194/2017 de 29/05/2017, que designou SCHEILA PATRÍCIA KIELB para o exercício da Função Gratificada de Assessoramento na Área de Recursos Humanos, prevista no ANEXO VI - da Lei Complementar Municipal nº 057/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Irineópolis (SC), 10 de Junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 214/2020

Publicação Nº 2524188

PORTARIA N.º 214/2020.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES À SERVIDORA EFETIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e em conformidade com o disposto no art. 114 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), no período de 12/06/2020 a 11/06/2021, a servidora efetiva SCHEILA PATRÍCIA KIELB.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/06/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020, TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020

Publicação Nº 2523737

ATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2020, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia quinze do mês de junho do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto nº 004 de 07 de janeiro de 2019, sob a Presidência do Senhor Delso Minski, membros Silvine Carla Mertins e Franciele Dall Bello para o ato de recebimento dos envelopes documentação e proposta e abertura dos documentos de habilitação, referentes à Tomada de Preços nº 007/2020 Processo Licitatório nº 038/2020, destinada a contratação de empresa para melhorias e deslocamento de rede elétrica nas Ruas UHE Passo Fundo e TE Jacuí; Entregaram tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta, as empresas: L e Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA, FABIANO FRANCHIN e ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA; Esteve presente a cessão o representante Paulo Delfino Pinto, as demais empresas não enviaram representantes; As empresas comprovaram a condição de Micro empresa ou empresa de pequeno porte. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade dos envelopes de documentação e proposta passando vistas aos licitantes presentes, passando à abertura dos envelopes de documentação, cujos documentos foram numerados e rubricados pela comissão e examinados pelos representantes presentes. Os envelopes "proposta" foram lacrados e rubricados pela comissão e participantes presentes. Aberto espaço para intenção de manifestação sobre a análise da documentação o representante da empresa ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA manifestou a intenção de interpor recurso contra a empresa FABIANO FRANCHIN, pelo fato de que apresentou documento de identificação do representante legal de forma não autenticada, balanço patrimonial referente ao exercício de 2018; O presidente reserva-se o direito de análise posterior da documentação informando aos licitantes da decisão. Intima-se os licitantes da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão e representante presente. Esta Ata será publicada nesta data no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br, e entregue ao licitante presente.

Delso Minski
Presidente

Silvine Carla Mertins
Membro

Franciele Dall Bello
Membro

ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA
Licitante

ATA DE ANALISE DA DOCUMENTAÇÃO DO PL 037/20250, TP 006/2020

Publicação Nº 2523732

ATA DE ANALISE DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2020 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2020, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 10h30min do dia doze do mês de junho do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto nº 004 de 07 de janeiro de 2019, sob a Presidência do Senhor Delso Minski, membros Silvine Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto para o ato de análise da documentação das empresas participantes do certame. Analisada a documentação pelo presidente e membros restou em: a) HABILITAR as empresas L e Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA e ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA por cumprir os requisitos do edital; e b) INABILITAR a empresa MUNARETTO ELETRIFICAÇÕES EIRELI por deixar de cumprir o item 5.1.2.5 do edital (não apresentou cartão do CNPJ), 5.1.5.1 do edital (não apresentou notas explicativas junto ao balanço patrimonial), item 5.1.5.5 do edital (não apresentou certidão de falência ou recuperação judicial do sistema EPROC, item 5.1.4.1 do edital (certidão de registro Pessoa Jurídica junto a CREA é divergente da alteração contratual), item 5.1.4.2 (não apresentou atestado de capacidade técnico de transformador). Em relação ao questionamento quanto a constituição da empresa, o presidente efetuou diligência junto a Receita Federal e constatou que a constituição da empresa se deu no dia cinco de maio de dois mil de dezessete. Diante do fato o presidente abre o prazo de cinco dias úteis para recurso da fase de habilitação; Intima-se os licitantes da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão. Esta Ata será publicada nesta data no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski
Presidente

Silvine Carla Mertins
Membro

Marta Bender Sartoretto
Membro

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020

Publicação Nº 2524071

OBJETO: contratação de empresa para construção de muro, banheiro e reforma do Pré Escolar Menino Jesus, Bairro Bom Jesus, com fornecimento de mão de obra e materiais. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 02 de julho de 2020, até as 08h45. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 02 de julho de 2020, às 09:00 horas. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 15 de junho de 2020. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2020

Publicação Nº 2524055

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2020 - Objeto: aquisição de um veículo novo, zero Km, para a Secretaria Municipal de Educação e Esporte. Contrato nº 32/2020. Contratada: Maxicar Distribuidora de Veículos Ltda. Valor: R\$ 48.000,00. Prazo de Entrega: até 45 dias. Período da Garantia: 01 (um) ano. Itaiópolis, 05 de junho de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2020

Publicação Nº 2524076

OBJETO: contratação de empresa para prestar serviços de limpeza das Ruas: Alan Kardec, Pedro Veiga, Ricardo Koenig e Guilherme Lang, na Vila José Dresseno. Fundamentação Legal: Inciso II, artigo 24 da Lei nº 8666/93. Contratada: Maria Grazielle Alves Guedes - Engefaz. Valor Total: R\$ 9.888,50. Itaiópolis, 10 de junho de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

Itapema

PREFEITURA

LEI Nº 3.991, DE 10 DE JUNHO DE 2020 - DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

Publicação Nº 2523910

Lei nº 3.991, de 10 de junho de 2020.

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir um Crédito Adicional Especial até o limite de R\$ 10.400.000,00 (dez milhões e quatrocentos mil reais de reais), destinado a criar a seguinte dotação no Orçamento Municipal vigente:

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Suplementação
10.01	Secretaria Municipal de Saúde	10.122.024.1.038	Edificação do Hospital Municipal de Itapema	01.0082	4.4.50.00	10.400.000,00
TOTAL						10.400.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura de crédito de que trata o art. 1º decorrem da anulação total da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal Vigente, na importância de R\$ 10.400.000,00 (dez milhões e quatrocentos mil reais):

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Anulação
12.04	Fundo Municipal de Saúde	10.122.024.1.038	Edificação do Hospital Municipal de Itapema	01.0082	4.4.90.00	10.400.000,00
TOTAL						10.400.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar as alterações no Anexo de Metas do PPA 2018/2021, aprovado pela Lei Municipal nº 3.671, de 13 de setembro de 2017, e no Anexo de Prioridades e Metas da LDO para 2020, aprovado pela Lei Municipal nº 3.911, de 31 de outubro de 2019, de modo a compatibilizar os instrumentos de planejamento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 10 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

PUBLICAÇÃO 221 - PROCESSO 083.2020 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04.032.2020 - MEDICAMENTOS

Publicação Nº 2523892

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 083/2020 – PREGÃO – 04.032.2020

ATA REGISTRO DE PREÇOS 032/2020

OBJETO: Registro de Preços – Aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.032.2020

Empresa: A R FIOREZZANO DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA Valor: R\$ 127.970,00

Empresa: ABC DISTRIBUIDORA MED. LTDA - Valor: R\$ 11.410,00 (Onze mil quatrocentos e dez reais)

Empresa: AGLON COM. DE REPRESENTAÇÕES LTDA - Valor: R\$ 73.500,00 (Setenta e três mil e quinhentos reais)

Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSP. LTDA - Valor: R\$ 546.042,30 (Quinhentos e quarenta e seis mil quatrocentos e dois reais e trinta centavos)

Empresa: CENTERMEDI COM. PROD. HOSP. LTDA - Valor: R\$ 390.890,00 (Trezentos e noventa mil oitocentos e noventa reais)

Empresa: CIAMED DISTR. DE MEDICAMENTOS LTDA - Valor: R\$ 280.494,77 (Duzentos e oitenta mil quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos)

Empresa: CIRURGICA NOSSA SENHORA EIRELI - Valor: R\$ 8.481,00 (Oito mil quatrocentos e oitenta e um reais)

Empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Valor: R\$ 169.695,00 (Cento e sessenta e nove mil seiscentos e noventa e cinco reais)

Empresa: DIMASTER COM. PROD. HOSP. LTDA - Valor: R\$ 368.005,00 (Trezentos e sessenta e oito mil e cinco reais)

Empresa: F&F DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA - Valor: R\$ 305.838,00 (Trezentos e cinco mil oitocentos e trinta e oito reais)

Empresa: GENESIO A. MENDES E CIA LTDA - Valor: R\$ 307.510,00 (Trezentos e sete mil quinhentos e dez reais)



Empresa: INOVAMED COM. MEDICAMENTOS LTDA - Valor: R\$ 141.470,00 (Cento e quarenta e um mil quatrocentos e setenta reais).
Empresa: MEDITON FARMACEUTICA LTDA - Valor: R\$ 100.273,80 (Cem mil duzentos e setenta e três reais e oitenta centavos)
Empresa: MULTIHOSP COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Valor: R\$ 13.950,00 (Treze mil novecentos e cinquenta reais)
Empresa: PONTAMED FARM. LTDA - Valor: R\$ 212.190,00 (Duzentos e doze mil cento e noventa reais)
Empresa: PROMEFARMA REPRES. COM. LTDA - Valor: R\$ 1.671.917, 50 (Um milhão seiscentos e setenta e sete mil novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos)
Empresa: SOMA /SC PROD. HOSP. LTDA - Valor: R\$ 751.410,25 (Setecentos e cinquenta e um mil quatrocentos e dez reais e vinte e cinco centavos)
Empresa: SULMEDIC COM. DE MEDICAMENTOS EIRELI - Valor: R\$ 306.750,00 (Trezentos e seis mil setecentos e cinquenta reais)

Data de Homologação: 04/06/2020

PRAZO: 12 (doze) meses.

Itapema, 04 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

PUBLICAÇÃO 222 - PROCESSO 102.2020 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04.038.2020

Publicação Nº 2523909

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 102/2020 – PREGÃO – 04.038.2020
ATA REGISTRO DE PREÇOS 038/2020

OBJETO: Registro de Preços – Aquisição de fórmulas infantis, suplementos e dietas enterais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações descritas no anexo I do Edital Nº. 04.038.2020

Empresa: CARLA MACHADO DE SOUZA ME
Valor: R\$ 61.500,00 (Sessenta e um mil e quinhentos reais)

Empresa: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA
Valor: R\$ 29.500,00 (Vinte e nove mil e quinhentos reais)

Empresa: SEBMED PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELI
Valor: R\$ 33.750,00 (Trinta e três mil setecentos e cinquenta reais).

Data de Homologação: 10/06/2020

PRAZO: 12 (doze) meses.

Itapema, 10 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

PUBLICAÇÃO 223 - PROCESSO 103.2020 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04.039.2020

Publicação Nº 2523923

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 103/2020 – PREGÃO – 04.039.2020
ATA REGISTRO DE PREÇOS 039/2020

OBJETO: Registro de Preços – Contratação de empresa especializada para assentamento de meio-fio com fornecimento de material e mão de obra, a fim de atender as necessidades Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I do edital.

Empresa: V J COM. DE MATERIAL DE CONST. E SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM EIRELI EPP
Valor: R\$ 1.790.001,75 (Um milhão setecentos e noventa mil um real e setenta e cinco centavos).

Data de Homologação: 10/06/2020

PRAZO: 12 (doze) meses.

Itapema, 10 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA

PUBLICAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS CONCEDIDAS PELA FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI NO PERÍODO DE 01 A 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524508



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Construtora e Incorporadora Locatelli Ltda**, conforme processo FAACI nº **164/2017**, a Retificação da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **23 meses** para atividade de **Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 304, Lote nº 33, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **RDO Empreendimentos imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **456/2018**, a Retificação da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua Governador Celso Ramos esquina com as Ruas 119 e 119 A, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **GDAL Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **624/2019**, a Retificação da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **56 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar - Interesse Social**, localizada na **Rua 414, lote nº 121, Quadra 7, Loteamento Jardim Morretes II, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Sorriso Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **1506/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **60 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Aua Governador Celso Ramos esquina com as Ruas 119 e 119 A, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Abelardo Benigno & Costa Empreendimentos Ltda**, conforme processo FAACI nº **922/2015**, a Renovação da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **6 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar - Interesse Social**, localizada na **Rua 810, Área "D", Bairro Alto São Bento**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Construtora e Incorporadora AGV Eireli**, conforme processo FAACI nº **034/2017**, a Retificação da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **21 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 218, lotes nº 35 e 36, Loteamento Geraldo Lubke, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **SZGH EMPREENDIMENTOS LTDA**, conforme processo FAACI nº **180/2017**, a Retificação e Mudança de Titularidade da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **25 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar de Interesse Social**, localizada na **Rua 452, lotes nº 14 e 16, Bairro Leopoldo Zaring**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **F. Vieira Construtora e Incorporadora Eireli**, conforme processo FAACI nº **109/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **60 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 246, lotes nº 41 e 43, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Neoprime Empreendimentos e Incorporações Ltda**, conforme processo FAACI nº **554/2019**, a Retificação da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **56 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial - Interesse Social**, localizada na **Rua 420, lotes nº 962,**



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

965, 967, 969, 971 e 973, Loteamento Jardim Beija Flor, Bairro Morretes.

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Braun Klein da Palma Empreendimentos Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **9285/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **72 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 120 e 126 A, Terreno e Lote 02 do Loteamento Jardim Serpa 2, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **M. Santos Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **1565/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **72 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 412 e 414, nº 254, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Kada Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **10326/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **72 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 408, Lotes 32, 38, 41, 44, 47 e 50 do Loteamento Jardim Walsy, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Empreendimento 143 May Fair Ltda**, conforme processo FAACI nº **129/2019**, a Retificação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **66 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar**, localizada na **Rua 143, S/N, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Proprietários Adquirentes do Residencial Ilhas Canárias**, conforme processo FAACI nº **241/2014**, a Retificação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **até 09/12/2020** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar**, localizada na **Rua 256 com a Rua 254 A, Lotes 110, 112 e 1114, Bairro Meia Praia**.

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Positiva Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **510/2009**, a Retificação da Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **118 meses** para atividade de **Ocupação de 2 blocos e 1 sala comercial**, localizada na **Rua 460 A, nº 2172, Bairro Leopoldo Zarling**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Dallo e Dallo Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **9189/2020**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Ocupação de Edificação Residencial Multifamiliar**, localizada na **Rua 323 B, nº 7115, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Fênix Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **10043/2020**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Ocupação de Parcelamento de Solo Urbano - Loteamento**, localizado na **Ruas 416, 418 e 420, S/N, Bairro Morretes**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Procaed Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **10645/2020**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Ocupação de Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 262, nº 569, Bairro Meia Praia**.

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Hotéis Itapema Ltda**, conforme processo **FAACI nº 079/2020**, a Autorização Ambiental - AuA, com validade de **36 meses** para atividade de implantação de **Plano de Recuperação de Área Degradada**, localizado na **Rua 700, s/nº, Bairro Várzea**.

AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO - AuC

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Françoise Zanella Tagliari**, conforme processo FAACI nº **416/2019**, a Autorização para Corte de Vegetação - AuC, com validade de **06 meses**, empreendimento localizado na **Rua XIV, lote nº 13, Bairro Canto da Praia**.

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Hoteis Itapema Ltda**, conforme processo FAACI nº **106/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar de Interesse Social**, localizada na **Rua 808 esquina com Rua 808 A, Lote 01-R, Loteamento Jardim Yara, Bairro Alto São Bento**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Armônica Aparecida Costa**, conforme processo FAACI nº **172/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Ampliação de Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 408, Lote 7, Loteamento Jardim Walsi, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Ita Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **189/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 438, Lote 257, Loteamento Jardim Agulhas Negras, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Gustavo Arakaki Oshiro**, conforme processo FAACI nº **154/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar - Casas Geminadas**, localizada na **Rua 440, Lote 337, Loteamento Jardim Floresta Negra, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Delicatessen Viktoria Produtos Alimentícios LTDA**, conforme processo FAACI nº **002/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Restaurante e Similares**, localizada na **Br 101 KM 144, Nº 3184, Bairro Ilhota**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Hoteis Itapema Ltda**, conforme processo **FAACI nº 079/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Desmembramento**, em terreno localizado na **Rua 700, s/nº, Bairro Várzea**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Françoise Zanella Tagliari**, conforme processo FAACI nº **416/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua XIV, Lote 13, Loteamento Jardim Porto Itapema, Bairro Canto da Praia**.

DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO EM ÁREA URBANA CONSOLIDADA

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Hotéis Itapema Ltda**, conforme processo **FAACI nº 079/2020**, a Declaração de Inserção em Área Urbana Consolidada, de terreno localizado na **Rua 700, s/ nº, Bairro Várzea**.

PUBLICAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS REQUERIDAS À FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI NO PERÍODO DE 01 A 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524504



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Wunsch Construtora Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **10024/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Avenida Nereu Ramos esquina Rua 118, Lote 01, 2-B e 3-B do Desmembramento Ivo Fermiano de Oliveira, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Nilma Alexandre**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **10219/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, para atividade de **Parcelamento de Solo Urbano**, localizada na **Rua 436 e 406 H, inscrição imobiliária nº 01.03.608.0475, Bairro Sertão do Trombudo**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Alexandro Locatelli Incorporadora Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **10418/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 434, Lotes 311, 313 e 315 do Loteamento Jardim Beija Flor, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Carlos Eduardo Corrêa**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **10628/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 416 esquina com a Rua 412 - A, Lote 235 e 236 do Loteamento Jardim Santa Catarina, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **ABC Empreendimentos**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **10595/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar**, localizada na **Rua 109, Inscrição Imobiliária nº 01.01.124.0026, Bairro Canto da Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **B3 Empreendimentos Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **9727/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar de Interesse Social**, localizada na **Rua 410 esquina Rua 406 B1, Lote 1199, Quadra 64 do Loteamento Jardim Morretes I, Bairro Morretes**.

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **M. Santos Construtora e Incorporadora Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **10321/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 412 e 414, S/N, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Kada Construtora e Incorporadora Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **10326/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 408, S/N, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Rosencon Jr Empreendimentos Imobiliários Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **9271/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar**, localizada na **Avenida Nereu Ramos, nº 2265, Bairro Morretes**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Dallo e Dallo Empreendimentos Imobiliários Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **9189/2020**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, para atividade de **Ocupação de Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 323 B, nº 7115, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Procaed Empreendimentos Imobiliários Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **10645/2020**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, para atividade de **Ocupação de Edificação Residencial Multifamiliar**, localizada na **Rua 256, nº 569, Bairro Meia Praia**.

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Erone Adelino da Silva**, requereu conforme processo FAACI nº **196/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 290, Lote 20 do Loteamento Jardim Silva, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Sandra Maria Alves da Silva**, requereu conforme processo FAACI nº **200/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 414, Lote 71, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Mecânica Leocar**, requereu conforme processo FAACI nº **201/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Comercio**, localizada na **Rua 412 A, nº 401, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Engelmann Construções e Incorporações Eireli**, requereu conforme processo FAACI nº **203/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar/Casas Geminadas**, localizada na **Rua 414 esq. Rua 406 G6, Lote 1259 do Loteamento Jardim Morretes I, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Inorato Empreendimentos Ltda**, requereu conforme processo FAACI nº **202/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar/Casas Geminadas**, localizada na **Rua 810 B, Lote 36, Bairro Alto São Bento**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Artur Pereria**, requereu conforme processo FAACI nº **204/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Comercial**, localizada na **Rua 848, Lote Reman, Quadra D, Bairro Alto São Bento**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Sidnei Moacir Florêncio**, requereu conforme processo FAACI nº **205/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar/Casas Geminadas**, localizada na **Rua 812, Lote 4, Quadra Q, Bairro Alto São Bento**.

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 14/2020 - FMS

Publicação Nº 2523688

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 14/2020 - FMS

Inexigibilidade de Licitação nº 14/2020 - FMS

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação de serviços na área da saúde para atendimento a população do Município de Itapiranga.

Fundamentação Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93.

Contratado: Instituto Santé

CNPJ: 08.776.971/0007-25

Valor: R\$ 1.592.856,30.

Itapiranga - SC, 15 de junho de 2020.

Davino Rauber – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO Nº 84, DE 12 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523739

DECRETO Nº 84, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.310, de 10 de dezembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária:

09.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0302.0101.2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

33.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo, 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

09.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0302.0101.2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

31.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 12 de junho de 2020.

Itapiranga, 12 de junho de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 85, DE 12 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523742

DECRETO Nº 85, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.310, de 10 de dezembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde exercício de 2020, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso:

1078 – Emendas Parlamentares Individuais - Transferência com finalidade definida (Inciso II do art. 1º EC 105/2019) Recursos Ordinários,

no valor de R\$ 10.000,00.

90.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0302.0101. 2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

33.90.00.00.00.00.00.1078 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 12 de junho de 2020.

Itapiranga, 12 de junho de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 86, DE 12 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524435

DECRETO Nº 86, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.310, de 10 de dezembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde exercício de 2020, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso:

1078 – Emendas Parlamentares Individuais - Transferência com finalidade definida (Inciso II do art. 1º EC 105/2019) Recursos Ordinários, no valor de R\$ 52.000,00.

90.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0302.0101. 2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

33.90.00.00.00.00.00.1078 – Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 12 de junho de 2020.

Itapiranga, 12 de junho de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Secretaria de Administração.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2020

Publicação Nº 2523633

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 025/2020

Aditivo Nº: 1 T.A 025/2020

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 26/2020

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA COM ÁREA DE 1480,94 M², NA AVENIDA DAS LARANJEIRAS, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Vigência: Início: 10/06/2020 Término: 30/09/2020

Assinatura: 10/06/2020

Itapiranga, 15 de junho de 2020

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 085/2019

Publicação N° 2523629

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 085/2019
Aditivo N°: 1 T.A 085/2019
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 182/2019
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA COM A EXTENSÃO DE 655,241 M, NA ITG 4455 (TRECHO DA SC 163 À ENTRADA DE LINHA BELEZA), NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.
Vigência: Início: 09/06/2020 Término: 30/09/2020
Assinatura: 09/06/2020
Itapiranga, 15 de junho de 2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 010/2020 - FMS

Publicação N° 2523985

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 010/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada: INSTITUTO SANTE
Licitação: Inexigibilidade 14/2020
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.
Vigência: Início: 12/06/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 12/06/2020
Valor R\$: 1.592.856,30 (Um Milhão, Quinhentos e Noventa e Dois Mil, Oitocentos e Cinquenta e Seis Reais e Trinta Centavos)
Dotação: 302 - 90.001.2124.33390395000000000000.01021002
Dotação: 324 - 90.001.2124.33390395000000000000.01383807
Dotação: 381 - 90.001.2124.33390395000000000000.01781078
Itapiranga, 15 de junho de 2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 038/2020

Publicação N° 2523674

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 038/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: EB INSTALACOES ELETRICAS LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 71/2020
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE DESLOCAMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA URBANA NA ITG-4455 E NA RUA SABINO PIVATTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.
Vigência: Início: 08/06/2020 Término: 08/08/2020
Assinatura: 08/06/2020
Valor R\$: 8.158,00 (Oito Mil e Cento e Cinquenta e Oito Reais)
Dotação: 97 - 03.001.1003.34490519900000000000.01001000
Itapiranga, 15 de junho de 2020

PORTARIA N° 136/2020

Publicação N° 2524353

Portaria nº 136, de 10 de junho de 2020

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor municipal Moacir Royer, matrícula nº 14968/01, pelo período de 3 (três) meses iniciando-se em data de 10/6/2020 até 9/9/2020, referente ao período aquisitivo de 4/11/2013 até 3/11/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 10 de junho de 2020.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA N° 137/2020

Publicação N° 2524357

Portaria nº 137, de 15 de junho de 2020

O Prefeito de Itapiranga Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 002/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear no dia 15 de junho de 2020, Jonathan Visconti Bertamoni matrícula nº 15666/01, no cargo de provimento efetivo de Psicólogo com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 05/2019, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - Vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 552 classe A-01.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 15 de junho de 2020.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA N° 138/2020

Publicação N° 2524358

PORTARIA N° 138 de 15 de junho de 2020.

Prorrogação de Procedimento de Sindicância.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

- a) Considerando a Portaria nº 115 de 11 de maio de 2020, que instaurou Procedimento de Sindicância, para apurar fatos nela descrito;
- b) Considerando que a Portaria nº 115 de 11 de maio de 2020, passou a vigorar na data de sua publicação (12 de maio de 2020);
- c) Considerando o esgotamento do prazo concedido para a apuração dos fatos;

Resolve:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de apuração do Procedimento de Sindicância instaurado pela Portaria nº 115 de 11 de maio de 2020, em trinta dias.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos até 12/06/2020.

Itapiranga – SC, 15 de junho de 2020.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

PORTARIA Nº 139/2020

Publicação Nº 2524360

PORTARIA Nº 139 de 15 de junho de 2020.
Prorrogação de Procedimento de Sindicância.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

- a) Considerando a Portaria nº 117 de 12 de maio de 2020, que instaurou Procedimento de Sindicância, para apurar fatos nela descrito;
- b) Considerando que a Portaria nº 117 de 12 de maio de 2020, passou a vigorar na data de sua publicação (13 de maio de 2020);
- c) Considerando o esgotamento do prazo concedido para a apuração dos fatos;

Resolve:
Art. 1º Fica prorrogado o prazo de apuração do Procedimento de Sindicância instaurado pela Portaria nº 117 de 12 de maio de 2020, em trinta dias.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos até 13/06/2020.

Itapiranga – SC, 15 de junho de 2020.

Jorge Welter
Prefeito Municipal
Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

TERMO DE EXERCICIO Nº 30/2020

Publicação Nº 2524367

TERMO DE EXERCÍCIO 30/2020

Jonathan Visconti Bertamoni portador do RG nº 3.712.291, CPF nº 043.917.689-17, entrou em exercício no cargo de provimento efetivo de Psicólogo, no dia 15 de junho de 2020, conforme disposto no Decreto nº 9 de 22 de janeiro de 2020, que homologa a classificação final do Concurso Público nº 05/2019 e nomeado pela Portaria nº 137 de 15 de junho de 2020.

Itapiranga SC, 15 de junho de 2020.

Jorge Welter
Prefeito

Jonathan Visconti Bertamoni
Servidor Municipal

TERMO DE POSSE Nº 30/2020

Publicação Nº 2524363

TERMO DE POSSE 30/2020

Jonathan Visconti Bertamoni portador do RG nº 3.712.291, CPF nº 043.917.689-17, tomou posse no cargo de provimento efetivo de Psicólogo, no dia 15 de junho de 2020, conforme disposto no Decreto nº 9 de 22 de janeiro de 2020, que homologa a classificação final do Concurso Público nº 05/2019 e nomeado pela Portaria nº 137 de 15 de junho de 2020.

Itapiranga SC, 15 de junho de 2020.

Jorge Welter
Prefeito

Jonathan Visconti Bertamoni
Servidor Municipal

QUADRO DE VENCEDORES Nº 67/2020

Publicação Nº 2524069

Pág 1 / 1

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 67 / 2020
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE CADASTRADA JUNTO A CELESC, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (REDE CELESC) DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Fornecedor: 539210 - POTENTI - SOLUCOES EM ELETRO ENERGIA LTDA						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	HORA TECNICA DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EQUIPADA DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NR-10 -SEGURANÇA E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE E DA NR-12, SEGURANÇA EM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E DA NR-35 - SEGURANÇA EM TRABALHOS EM AL TURA DEVIDAMENTE CADASTRADA NA CELESC.		HRS	300	360,00	108.000,00
Total por Fornecedor:						108.000,00
Total Geral:						108.000,00

Resumo dos Fornecedoros

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
539210 - POTENTI - SOLUCOES EM ELETRO ENERGIA LTDA	1	108.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-IPWOJ-32992085 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

15/06/2020 14:47:45

QUADRO DE VENCEDORES Nº 68/2020

Publicação Nº 2523886

Pág 1 / 1

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 68 / 2020
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CLASSE I (PERIGOSOS) DA OFICINA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Fornecedor: 497410 - CETRIC CENTRAL DE TRATAM.RESID.SOL.INDS.E COMS.DE CHAPECO LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Total
1	COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CLASSE I (PERIGOSOS), INCLUINDO RESÍDUOS SÓLIDOS (LODO E OUTROS) DA RAMPA DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, DA OFICINA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA	CETRIC	M3	10	6.000,00
Total por Fornecedor:					6.000,00
Total Geral:					6.000,00

Resumo dos Fornecedoros

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
497410 - CETRIC CENTRAL DE TRATAM.RESID.SOL.INDS.E COMS.DE CHAPECO LTDA	1	6.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-TVBM-329926728 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

15/06/2020 13:18:48

Itapoá

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 04/2020 - PAVIMENTAÇÃO AV. VASCO NUNES BALBOA

Publicação Nº 2523549

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 16/07/2020 às 09h00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 08h30min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, o que ocorrerá na sede administrativa da "Casa da Cultura", sita à Rua Wellington Rodrigues Junqueira, s/nº, esquina com a Rua Honório Parra nº875, loteamento denominado Príncipe na localidade de Itapema de Norte, localização no seguinte link: <https://goo.gl/maps/ybQLv5rwstUkEYye9>. Além disso, os interessados poderão acompanhar a sessão pública ao vivo pelo link: <https://www.youtube.com/channel/UCtdJ7at3UHmoh9nAN26bICA>. Para os licitantes que optarem por envio de envelopes de habilitação e propostas pelo correio, o encaminhamento deverá ser prédio sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, sito a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, Itapema do Norte - Itapoá/SC, aos cuidados do Setor de Licitações e Contratos, da Licitação na modalidade Concorrência nº 04/2020 - Processo nº 66/2020, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA VASCO NUNES BALBOA TRECHO I E II, SENDO TRECHO I: COM ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE 2.474,79 M2 E CALÇADA DE CONCRETO DE 39,85 M3, SENDO TRECHO II: COM ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE 4.295,02 M2 E CALÇADA DE CONCRETO DE 67,69 M3, NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br, ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou na Secretaria de Administração - Setor Licitações e Contratos, das 07h:30min às 13h:30min.

Itapoá, 15 de junho de 2020.
SAMUEL ALVES SILVA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

ANGELA MARIA PUERARI
SECRETÁRIA DE TURISMO E CULTURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 4478, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523877

DECRETO MUNICIPAL Nº 4478, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Exonera Chefe da Divisão de Expediente, do Departamento da Chefia de Gabinete, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Daiane Batista, do cargo de Chefe da Divisão de Expediente, do Departamento da Chefia de Gabinete, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 15 de junho de 2020.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4480, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524245

DECRETO MUNICIPAL Nº 4480, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Exonera Diretora do Departamento de Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Rafaela Maiara Campos de Almeida, do cargo de Diretora do Departamento de Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 15 de junho de 2020.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4481, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524248

DECRETO MUNICIPAL Nº 4481, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Exonera Assessora Especial de Redação Oficial, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Juliana Pereira, do cargo de Assessora Especial de Redação Oficial, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 22 de junho de 2020.

Itapoá, 15 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

ERRATA - CONCORRÊNCIA Nº 03-20 - CALÇADAS AV. ANDRÉ RODRIGUES

Publicação Nº 2523476

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA À NOTIFICAÇÃO FLS. 339 CONCORRÊNCIA Nº 03/2020 - PROCESSO Nº 45/2020

ERRATA DE NOTIFICAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE CALÇADAS COM URBANIZAÇÃO, ACESSIBILIDADE E PAISAGISMO DAS AV. ANDRÉ RODRIGUES DE FREITAS E JOSÉ DA SILVA PACHECO, COMPREENDENDO UMA ÁREA DE 15.896,17M², CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL

O Município de Itapoá torna pública a seguinte alteração a notificação em epígrafe:

ONDE CONSTA:

ARBO EMPREENDIMENTOS	21.457.375/0001-55
KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELLI EPP	26.786.919/0001-46
PRADO E PRADO LTDA EPP	23.153.183/0001-80

PASSA A VIGORAR:

ARBO EMPREENDIMENTOS	21.457.375/0001-55
KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELLI EPP	26.786.919/0001-46
PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	14.589.125/0001-03

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas na notificação.

Itapoá, 15 de junho de 2020.

ANGELA MARIA PUERARI
SECRETÁRIA DE TURISMO E CULTURA

FERNANDA CRISTINA ROSA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LEI MUNICIPAL Nº 1009, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523859

LEI MUNICIPAL Nº 1009, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados ou estacionados em situação que caracterize seu abandono e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido abandonar veículo ou estacioná-lo em situação que caracterize abandono nas vias públicas ou logradouros, no âmbito do Município de Itapoá.

§ 1º Para efeito desta lei, considera-se veículo abandonado, ou que caracterize abandono, aquele deixado nas vias públicas, em logradouros, ou em terrenos baldios sem autorização do proprietário, sem funcionamento e movimento, gerando acúmulo de lixo e/ou vegetação sob o mesmo ou em seu entorno.

§ 2º Considera-se ainda aquele que apresentar visível mau estado de conservação, com a carroceria e suas partes removíveis com evidentes sinais de decomposição por colisão ou ferrugem, ou for objeto de vandalismo ou depreciação voluntária.

§ 3º O disposto nesta Lei será aplicado apenas aos veículos estacionados em locais sem proibições, previstas no art. 181 da Lei 9503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

§ 4º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional ou a Secretaria de Segurança Pública Municipal darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

Art. 2º Além do disposto no artigo anterior considera-se também o abandono de veículos nas seguintes situações:

I – Veículos, motorizados ou não, em que não seja possível a identificação de número de chassi, ou sem a identificação de número de motor, com registro de comunicação de venda, no sistema informatizado do Detranet, BIN (Base de Identificação Nacional), DETRAN, com identificação do comprador ou não; e,

II – Veículo, motorizado ou não, que se encontrar estacionado no mesmo local da via pública ou logradouro por 15 (quinze) dias consecutivos, sem funcionamento e movimento, gerando acúmulo de lixo e/ou mato sobre ele ou em seu entorno, prejudicando o fluxo de veículos, pedestres, prestação de serviços públicos ou em situação de evidente estado de decomposição de sua carroceria, gerando risco à coletividade, ao meio ambiente e à saúde pública;

Art. 3º O proprietário de veículo automotor, elétrico, de propulsão humana, reboque, semirreboque ou de tração animal que abandonar ou estacionar seu veículo em situação que infrinja a presente legislação, terá seu veículo removido pelos órgãos de trânsito, observadas as seguintes disposições:

a) Será emitida pelo agente do órgão executivo e/ou agente fiscalizador de trânsito notificação ao proprietário, comprador, possuidor ou depositário, determinado a retirada do veículo infrator em um prazo de 10 (dez) dias corridos;

b) Não ocorrendo o atendimento ao disposto na alínea anterior, o veículo será recolhido ao depósito de veículos credenciado, sendo liberado somente após o pagamento das despesas de remoção, estadias, multas e outros valores devidos;

c) Na remoção, o veículo deverá ser fotografado ou filmado na situação em que se encontra, objetivando servir como prova do abandono e consequente infração à esta lei.

Art. 4º Os veículos recolhidos às empresas credenciadas ao Depósito Público Municipal somente serão liberados e retirados obedecidos os seguintes critérios:

I - pelo proprietário, ou, procurador com a devida procuração legal, (procuração pública ou procuração particular com autenticação da assinatura);

II - comprovação da regularidade da licença veicular;

III - comprovação do pagamento das despesas relativas à remoção e diárias de depósito;

IV - comprovação do pagamento de multas, se previstas.

Art. 5º O Município poderá firmar convênio com empresa regularmente habilitada para a atividade de reciclagem, atendendo aos critérios ambientais, com abrangência municipal, a qual ficará incumbida de providenciar a destruição e reciclagem das carcaças, nos casos em que o veículo for considerado irrecuperável (sucata/carcaça), mediante lavratura de auto respectivo.

Art. 6º Decorridos 60 (sessenta) dias da realização da retirada, sem a devida reclamação apropriada e pagamento do que for devido, será declarado o perdimento do bem, sendo submetido à leilão público ou equivalente.

Parágrafo único. O pagamento do arrematado nos eventos citados no "caput" será destinado ao Fundo Municipal de Segurança Pública de Itapoá.

Art. 7º As reclamações relacionadas com abandono ou estacionamento de veículo em situação de abandono deverão ser encaminhadas à Secretaria de Segurança Pública e Trânsito ou a Ouvidoria Municipal para análise da situação e providências cabíveis.

Art. 8º O proprietário ou responsável pelo veículo abandonado será aquele cujo nome constar dos registros do Departamento Estadual de Trânsito ou órgão competente.

Parágrafo único. Em casos de remoção imediata, constatado o abandono, a Secretaria de Segurança Pública e Trânsito, providenciará o adesivamento do veículo, em local claro e visível, com a indicação de "veículo abandonado", advertindo-se acerca da necessidade da retirada do mesmo da via, logradouro público, ou terrenos baldios no prazo estabelecido nesta lei.

Art. 9º A identificação do proprietário de veículo abandonado não eximirá das responsabilidades os terceiros responsáveis envolvidos no abandono, como, pessoas físicas, colecionadores e demais estabelecimentos comerciais atuantes nos ramos de oficina, funilaria, desmanche e congêneres.

Art. 10 Recolhido o veículo abandonado ao pátio, o setor competente providenciará a notificação do proprietário para que proceda a retirada do bem no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da notificação, na forma seguinte:

I – por remessa postal e/ou qualquer outro meio tecnológico hábil;

II – por edital, não havendo êxito a forma anterior ou em caso de o proprietário não ser identificado, ou estar em lugar incerto e não sabido.

Parágrafo único. Para todos os efeitos legais, será considerada válida a notificação feita por remessa postal ainda que realizada em endereço desatualizado do proprietário do veículo.

Art. 11 O veículo, carroceria e/ou equiparados que forem apreendidos, somente serão retirados do pátio sobre guinchos plataforma, ou sobre carroceria, vetado uso de cordas, correntes, cambão e similares.

Art. 12 Outras infrações cometidas por estacionamento indevido e não dispostas nesta Lei, serão fiscalizados conforme dispositivos do Código Brasileiro de Trânsito ou suas resoluções.

Art. 13 Incluem-se nesta Lei os veículos utilizados como ponto de venda de alimentos, de prestação de serviços ou venda de utilidades em geral, exceto aqueles com alvará concedido pelo poder público.

Art. 14 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 08 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº 1010, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523864

LEI MUNICIPAL Nº 1010, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre os estabelecimentos que comercializam produtos usados, e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei trata dos estabelecimentos que comercializam produtos usados.

Art. 2º Os estabelecimentos situados no Município de Itapoá que comercializam produtos usados devem manter cadastro dos fornecedores. Parágrafo Único. Entende-se por produto usado de que trata o caput deste artigo veículos, autopeças, roupas, móveis, equipamentos de informática e telefonia, eletroeletrônicos e congêneres.

Art. 3º O cadastro de que trata o art. 2º desta Lei deve conter as seguintes informações do fornecedor:

I - nome completo;

II – endereço;

III - documento de Identidade e C.P.F.;

IV – telefone;

V - identificação detalhada do produto (número de série, modelo, cor, característica de uso); VI - valor pago;

VII – data e hora da compra; e,

VIII – assinatura do fornecedor.

Parágrafo Único. As informações do produto devem ser disponibilizadas ao comprador, como forma de garantir a procedência lícita.

Art. 4º O cadastro deve ser feito em livro próprio ou arquivo eletrônico/digital, devendo ficar à disposição de qualquer órgão fiscalizador estadual ou municipal.

Art. 5º A manutenção de produto sem a devida origem, ou cuja origem, após verificação, verificar-se falsidade na declaração, acarretará a suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento, além da possibilidade de tomada de medidas cíveis ou penais cabíveis.

Art. 6º Os estabelecimentos em funcionamento, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da regulamentação pelo Poder Executivo, deverá disponibilizar relação dos produtos que possuem em estoque, constando a identificação detalhada do produto (número de série, modelo, cor, característica de uso).

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, após sua publicação.

Art. 8º Esta lei poderá ser regulamentada no que couber através de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 08 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

LISTA ATUALIZADA EM 15 DE JUNHO DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2523925

LISTA ATUALIZADA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS / INDEFERIDAS – EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DEVIDO A SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA a lista atualizada das inscrições Deferidas/Indeferidas realizadas até as 13hs do dia 15/06/2020.

- INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
19/03 – 16:08	Jocimara M. Funk Ramos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:05	Isabela Rita Gomes Padilha	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:09	Marcos Aurélio Ramos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:34	Erlane Figueiredo da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:52	Ivonete Maria da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:57	Zenir W. Fernandes	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:00	Franciele Belinato da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:02	Vanessa Pereira Schmoeller	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:25	Carolyne de Fatima Denk	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:37	Flávia dos Santos Terra	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:48	Adria Dalila M. dos Santos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:56	Eduardo Rodrigues de S. Rocha	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:31	Lucelia Fatima Barra	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:52	Sabrina Heloise Rodrigues	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:53	Flavia Ione Ferreira de França	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:34	Francielen Dambinski	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:43	Bruna Caroline G. dos Santos	Técnico de Enfermagem

21/03 – 10:54	Camila de Melo Spinola	Técnico de Enfermagem
21/03 – 16:32	Elaine Turin	Técnico de Enfermagem
23/03 - 01:40	Ronaldo de Souza	Técnico de Enfermagem
23/03 – 13:36	Daniele Soares Nominato	Técnico de Enfermagem
23/03 – 14:32	Isabel Cristina Pereira	Técnico de Enfermagem
25/03 – 08:50	Viviane Kowalczyk	Técnico de Enfermagem
26/03 – 10:25	Tatiane dos Santos B. Cicarello	Técnico de Enfermagem
26/03 – 19:43	Silmara de Farias	Técnico de Enfermagem
06/05 – 12:10	Diego Ramão Camargo	Técnico de Enfermagem
06/05 – 13:08	Keli Cristina de Lima	Técnico de Enfermagem
21/05 – 13:29	João Carlos do Nascimento	Técnico de Enfermagem
28/05 – 09:43	João Paulo Linhar	Técnico de Enfermagem

ENFERMEIRO

19/03 – 17:43	Karla R. Coelho	Enfermeiro
19/03 – 18:33	Marisa Ricardo da Cruz Carneiro	Enfermeiro
19/03 – 19:21	Lediane da Silva Joaseiro	Enfermeiro
20/03 – 08:15	Silvana B. Rujanowski	Enfermeiro
20/03 – 11:33	Francisca Anaysa dos S. Silva	Enfermeiro
20/03 – 13:12	Francine Lais dos S. Lopes Leal	Enfermeiro
20/03 – 13:18	Ketlen Pereira Vaz	Enfermeiro
20/03 – 14:24	Nathalia Coelho H. Cremasco	Enfermeiro
25/03 – 13:29	Francisca Anaysa dos S. Silva	Enfermeiro
26/03 – 11:20	Hellen Ribas Ton	Enfermeiro
30/03 – 09:42	Marcos Roberto Righeti	Enfermeiro
14/04 – 15:04	Lediane da Silva Joaseiro	Enfermeiro
27/04 – 12:08	Ana Cristina Vieira da Costa	Enfermeiro
05/05 – 19:14	Andresa Luana Silva Bautz	Enfermeiro
06/05 – 17:31	Daniele Barbosa Teixeira Silva	Enfermeiro
11/05 – 15:55	Jayne Steffany Leal	Enfermeiro
26/05 – 19:44	Carolina Corrêa	Enfermeiro
28/05 – 14:56	Hellen Ribas Ton	Enfermeiro
29/05 – 10:43	Daniele Veiga Keiser	Enfermeiro
04/06 – 17:52	Fernanda da Silva Souza	Enfermeiro
09/06 – 09:55	Marcos Roberto Righeti	Enfermeiro

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
MÉDICO 40H		
28/04 – 10:15	Marina Medeiros da Silva	Médico 40h
28/04 – 10:17	Brenda Camelo Ferreira	Médico 40h
09/06 – 19:22	Alessandra de Oliveira da Silva	Médico 40h
MÉDICO 20H		
28/04 – 10:32	Fernanda Sickert Oliveira Fontes	Médico 20h
09/06 – 18:11	Gabriela Andrioli Silva	Médico 20h
13/06 – 12:56	Jéssica Gabriele Santos	Médico 20h

- INSCRIÇÕES INDEFERIDAS, conforme item 3, sub item 3.3 do Edital

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
19/03 – 17:46	Henrique Matheus de Mauro Custódio	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
19/03 – 20:16	Josi Silva	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada dos documentos obrigatórios.
20/03 - 08:48	Itamara Jesus	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada dos documentos obrigatórios.
20/03 – 14:03	Rosana de Lurdes B. Krasnievitz	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
19/03 – 16:59	Ana Priscila Barbosa de Alencar	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
19/03 – 17:31	Erlane Figueiredo da Silva	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
20/03 – 23:46	Ingrid Beatriz Burgel	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
21/03 – 10:35	Weverton dos Santos	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
26/05 – 16:17	Fernanda da Silva Souza	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).

Itapoá, 15 de Junho de 2020.

Marciane Rech
Enfermeira III

Noeli Schwetler Saidel
Auxiliar de Serviços Gerais/Readaptada

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

PORTARIA N°0006/2020 - P.A.

Publicação N° 2523515

PORTARIA MUNICIPAL N°.0006/2020
Data: 15 de junho de 2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO – PA N°005/2020
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

- CI N°180/2020/STC

Resolve:

Art.1º Tornar público que será instaurado Processo Administrativo – PA nº005/2020, nos termos do Decreto Municipal 4.260/2020, com objetivo específico de apurar conduta de empresa relativo ao contrato administrativo 063/2019, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

ISABELA RAICIK DUTRA POHL.....Presidente
MAURÍCIO DEONISIO OLKOSKI..... Secretária
PRICILA JUBANSKI GONÇALVES.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar os fatos, apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 15 DE JUNHO DE 2020
JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
Secretária de Administração

PORTARIA N°6.273/2020

Publicação N° 2523946

PORTARIA N° 6.273/2020.
De: 15 de junho de 2020.
Dispõe sobre Licença sem Remuneração ao(a) servidor(a)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; considerando:

- Art. 113 da Lei Municipal 044/2014;
- Parecer favorável da Chefia de Gabinete;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença sem remuneração para tratar de interesses particulares, pelo período de 15 de junho de 2020 à 14 de junho de 2021, ao(a) servidor(a) DAIANE BATISTA, investido(a) no cargo efetivo de SECRETÁRIA EXECUTIVA I, no nível salarial V – D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 15 de junho de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020 PROCESSO SELETIVO Nº 075/2019 EDUCADOR (A) SOCIAL

Publicação Nº 2523502

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 075/2019
EDUCADOR (A) SOCIAL

CÉLIA MARIA KONELL, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais CONVOCA aos candidatos, abaixo relacionados para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

Classificação	Candidato
1º	Marcia Alice Lange

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br)
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico;
- Laudo psicológico;
- Comprovante Quitação Militar – carteira de reservista (cópia e original);
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração).

Itapoá, 15 de junho de 2020.

CÉLIA MARIA KONELL

Secretária de Assistência Social

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 22/2020/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER CONCRETO USINADO PARA OBRA CONSTRUÇÃO/REFORMA DO GINÁSIO QUE ABRIGARÁ AS SECRETARIAS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E URBANISMO, ALÉM DE OUTROS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Publicação Nº 2524277

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 22/2020

Processo: 32/2020/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER CONCRETO USINADO PARA OBRA CONSTRUÇÃO/REFORMA DO GINÁSIO QUE ABRIGARÁ AS SECRETARIAS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E URBANISMO, ALÉM DE OUTROS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 26 de junho de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 26 de junho de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 16 de junho de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 23/2020/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA CONSTRUÇÃO DA ENTRADA DE ENERGIA NO ANTIGO GINÁSIO PAVILHÃO

Publicação Nº 2524281

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2020

Processo: 38/2020/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA CONSTRUÇÃO DA ENTRADA DE ENERGIA NO ANTIGO GINÁSIO PAVILHÃO. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 29 de junho de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 29 de junho de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 16 de junho de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO 22/2020/PMI TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2020/PMI

Publicação Nº 2524270

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO 22/2020/PMI TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2020/PMI

A Prefeitura Municipal de Ituporanga/SC, através do Prefeito Gervasio Jose Maciel, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 22/2020, Tomada de Preços nº 6/2020/PMI - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA ETAPA COMPLEMENTAR DO PARQUE DA CIDADE – REFERENTE AO CONVÊNIO 801999/2014 MINISTÉRIO DO TURISMO.

CONTRATADA: ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ 11.210.469/0001-71, VALOR R\$ R\$ 155.223,48 (cento e cinquenta e cinco mil duzentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos). Data da Adjudicação: 10 de junho de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.181, DE 11 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2523666

PORTARIA Nº 1.181, DE 11 DE MAIO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora DÉBORA DE OLIVEIRA MARCELINO BARBOSA, ocupante do cargo de

ASSISTENTE SOCIAL, na Secretaria da Assistência Social, no período de 21/04/2020 a 04/05/2020, conforme atestado médico em anexo.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de abril de 2020.

Ituporanga, SC, 11 de maio de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA
Secretária de Assistência Social

PORTARIA Nº 1.184, DE 12 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2523670

PORTARIA Nº 1.184, DE 12 DE MAIO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) DÉBORA DE OLIVEIRA MARCELINO BARBOSA, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, na Secretaria de Assistência Social, a gozar férias pelo período de 11 (onze) dias a contar de 05/05/2020 a 15/05/2020, referente ao período aquisitivo de 22/02/2019 a 21/02/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de maio de 2020.

Ituporanga, 12 de maio de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA
Secretária de Assistência Social

PORTARIA Nº 1.332, DE 03 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523660

PORTARIA Nº 1.332, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ARLINDO RENGEL, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Urbanismo, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 13/05/2020 a 11/06/2020, referente ao período aquisitivo de 15/09/2018 à 14/09/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de maio de 2020.

Ituporanga, 03 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretário de Urbanismo

PORTARIA N° 1.338, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2523643

PORTARIA N° 1.338, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar N° 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento n° 1882/2019 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o gozo da Licença Prêmio a(o) servidor(a) ANDERSON JUNKES, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, na Secretaria de Urbanismo, no período de 01/06/2020 a 29/08/2020, referente o período aquisitivo de 02/02/2010 a 02/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de maio de 2020.

Ituporanga, 04 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária de Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretária de Urbanismo

PORTARIA N° 1.396, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2523655

PORTARIA N° 1.396, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis n° 2.189/2007 e a Lei Complementar n° 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º EXONERAR, o servidor RICARDO CARLOS SILVA do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com desempenho de suas funções na Secretaria de Urbanismo, nomeado pela Portaria n° 280, de 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data hoje, com efeitos retroativos a 08 de junho de 2020. Revogam-se os efeitos da Portaria N° 1.268 de 25 de maio de 2020.

Ituporanga, 09 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretário de Urbanismo

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N° 514, DE 15 DE JUNHO DE 2020**

Publicação N° 2524529

PORTARIA N° 514, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Nomeia Diego Rodrigues Correia como fiscal da Ata de Registro de Preços n° 01/2020 desta Câmara Municipal e dá outras providências. ALMIR SCHAFER, Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 23, inciso III, alínea "c" do Regimento Interno, e ainda:

CONSIDERANDO que a execução de todo compra/aquisição/contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, conforme art. 67 da Lei Federal n° 8.666/1993.

CONSIDERANDO as recomendações da Controladoria Interna da Câmara Municipal de Ituporanga para a boa gestão da coisa pública.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como fiscal da Ata de Registro de Preços n° 01/2020, o servidor efetivo Diego Rodrigues Correia, lotado no cargo de Agente Legislativo, matrícula n° 209.

Parágrafo único. A Ata de Registro de Preços ora mencionada, firmada com as empresas Alfredo Comércio Varejista LTDA ME, Junckes Distribuidora LTDA e Billig Comércio e Serviços LTDA ME, tem como objeto o registro de preços para futura aquisição parcelada de materiais de copa e cozinha, higiene e limpeza e materiais de expediente para uso da Câmara Municipal de Ituporanga

Art. 2º Ao Fiscal da Ata de Registro de Preços ora nomeado ficam garantidas as condições para o bom desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes.

Parágrafo único. Caberá, ainda, no que for compatível com a Ata de Registro de Preços em execução:

- I - Acompanhar e fiscalizar a execução das aquisições previstas na Ata de Registro de Preços nº 01/2020 e emitir respectivos relatórios;
- II - Controlar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
- III - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
- IV - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
- V - Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
- VI - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- VII - Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
- VIII - Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
- IX - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido na Ata de Registro de Preços

Art. 3º O fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, terá amplo acesso a toda a documentação da Ata de Registro de Preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, das propostas das Contratadas, bem como a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entenda necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º Fica garantido ao fiscal da Ata de Registro de Preços amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 15 de junho de 2020.

Almir Schafer
Presidente

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Diego Rodrigues Correia
Agente Legislativo - Matrícula nº 209

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020 - CM/ITU

Publicação Nº 2524490


ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 1 / 11

Processo N.º: 2/2020

Pregão Presencial N.º: 1/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2020

No dia 10 do mês de junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.369.633/0001-21, com sede administrativa localizada na Rua Vereador Joaquim Boing, 40, bairro Centro, CEP nº. 88400-000, nesta cidade de Ituporanga/SC, representado pelo(a) VEREADOR PRESIDENTE, o Sr(a). ALMIR SCHAFER, inscrito no CPF sob o nº. 550.538.159-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2020, Processo Licitatório nº. 2/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de preços para Registro de preços para futura aquisição de materiais de copa e cozinha, higiene e limpeza e materiais de expediente para uso da Câmara Municipal de Ituporanga, conforme Termo de Referência constante no Anexo II do presente edital. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7005	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 24, 39, 40, 47
7480	BILLIG COMERCIO E SERVICOS LTDA ME	13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 42, 46, 48, 51, 54, 55, 56, 57, 59, 67
10693	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	9, 14, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 38, 41, 43, 44, 45, 49, 50, 52, 53, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 22 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	21.593.746/0001-26	DIEGO BARBOSA DE OLIVEIRA	083.336.339-51
BILLIG COMERCIO E SERVICOS LTDA ME	11.472.411/0001-04	IZANIR BILLIG	033.940.739-51
JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	THIAGO SIMAO WEISS	077.403.769-57

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Registro de preços para futura aquisição de materiais de copa e cozinha, higiene e limpeza e materiais de expediente para uso da Câmara Municipal de Ituporanga, conforme Termo de Referência constante no Anexo II do presente edital. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7005 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AÇÚCAR REFINADO DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM DE 5KG	UN	guarani	20	11,25	225,00
3	ÁGUA MINERAL - GALÃO DE 20 LITROS	UN	santa catarina	100	9,85	985,00
4	ÁGUA MINERAL 500ML C/ GÁS	UN	CRISTAL	600	1,12	672,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 2 / 11

Processo N.º: 2/2020

Pregão Presencial N.º: 1/2020

Fornecedor: 7005 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	ÁGUA MINERAL 500ML S/ GÁS	UN	CRISTAL	1.500	1,09	1.635,00
6	AGUA SANITARIA - ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 2 LITROS	UN	SEQUINEL	20	3,54	70,80
7	ÁLCOOL ETÍLICO 92,8%, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 LITRO	UN	FLOPS	40	6,25	250,00
8	ÁLCOOL PERFUMADO 46º 1 LITRO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA	UN	FLOPS	40	4,65	186,00
12	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL, TORRADO E MOÍDO, EMBALADO À VÁCUO, PONTO DE TORRA MÉDIA, MOGEM MÉDIA/FINA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UN	OURO	60	8,25	495,00
24	ESCOVA SANITÁRIA EM PLÁSTICO, CERDAS DE NYLON E SUPORTE PLÁSTICO	UN	BOMPACK	10	4,33	43,30
39	LEITE UHT INTEGRAL ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TETRAPAK DE 1 LITRO, 3% DE GORDURA, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SIF/DIPOA	UN	PIRACANJUBA	480	2,85	1.368,00
40	LEITE UHT ZERO LACTOSE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TETRAPAK DE 1 LITRO, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SIF/DIPOA	UN	PIRACANJUBA	60	3,51	210,60
47	ÓLEO AROMATIZANTE DE AMBIENTE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 140 ML	UN	verdes mares	40	7,90	316,00

Fornecedor: 7480 - BILLIG COMERCIO E SERVICOS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	CAIXA ARQUIVO EM PAPELÃO, DIMENSÕES 230X320X135MM PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS	UN	DELCRIS	50	2,12	106,00
15	CANETA MARCA TEXTO, EM PLÁSTICO, DIÂMETRO DA PONTA MÍNIMO DE 4MM, PONTA FLUORESCENTE	UN	JOCAR	20	1,45	29,00
16	CD DE ÚNICA GRAVAÇÃO 80MIN/ 700MB	UN	ELGIN	50	1,26	63,00
17	CLIPS EM AÇO NIQUELADO, TAMANHO Nº 2/0, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	RAFA	5	4,75	23,75
18	COLA-BASTÃO, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO, 20GR	UN	PIRATININGA	15	2,55	38,25
19	COPO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE 180ML - CAIXA COM 2.500 COPOS (50 TIRAS DE 100 COPOS)	CX	MINAPLAST	3	69,20	207,60
20	COPO TÉRMICO 180ML - CAIXA COM 1.000 COPOS (40 TIRAS DE 25 COPOS)	CX	DART	3	178,50	535,50
27	ESTILETE TIPO FACA COM	UN	JOCAR	5	3,20	16,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 3 / 11

Processo N.º: 2/2020

Pregão Presencial N.º: 1/2020

Fornecedor: 7480 - BILLIG COMERCIO E SERVICOS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	LÂMINA LARGA, EM CABO PLÁSTICO					
28	EXTRATOR DE GRAMPOS CROMADO	UN	CARBRINK	10	1,73	17,30
30	FITA DUREX MARROM 38MM X 10 MTS	UN	ADELBRAS	10	3,20	32,00
31	GARRAFA/REFIL DE TINTA Nº 544, AMARELO, 65ML, PARA USO NA IMPRESSORA EPSON L3150	UN	CORA/FLU	5	55,75	278,75
32	GARRAFA/REFIL DE TINTA Nº 544, CIANO, 65ML, PARA USO NA IMPRESSORA EPSON L3150	UN	CORA/FLU	5	54,52	272,60
33	GARRAFA/REFIL DE TINTA Nº 544, MAGENTA, 65ML, PARA USO NA IMPRESSORA EPSON L3150	UN	CORA/FLU	5	55,71	278,55
34	GARRAFA/REFIL DE TINTA Nº 544, PRETO, 65ML, PARA USO NA IMPRESSORA EPSON L3150	UN	CORA/FLU	15	54,48	817,20
35	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 23/13, CAIXA COM 5000 UNIDADES	CX	BRW	5	10,40	52,00
36	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 23/8, COM 5.000 UNIDADES	CX	BRW	5	9,27	46,35
37	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, 26/6 ACOBREADO, CAIXA CONTENDO 5.000 GRAMPOS	CX	FRAMA	10	3,66	36,60
42	LIMPADOR DE PORCELANATO MULTIUSO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 5 LITROS BIODEGRADÁVEL	UN	SUPER	10	40,24	402,40
46	NOTAS AUTO-ADESIVAS REMOVÍVEIS, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES DE 100 FOLHAS CADA, 38MM X 50MM	UN	JOCAR	10	3,04	30,40
48	PANO DE LIMPEZA PARA CHÃO, TIPO SACO, ALVEJADO, MEDIDAS 90X70CM, COR BRANCA	UN	MARTINS	30	5,55	166,50
51	PAPEL SULFITE (OFÍCIO), FORMATO A4, COR BRANCA, 500 FOLHAS PAPEL SULFITE (OFÍCIO), FORMATO A4, COR BRANCA, GRAMATURA 75 G/M², MEDINDO 210MM X 297MM, PACOTE COM 500 FOLHAS	UN	PERFECT PAPER	100	13,09	1.309,00
54	PAPEL VERGÊ 180G, A4, EMBALAGEM COM 100 FOLHAS	CX	OFFPAPER	10	26,00	260,00
55	PASTA CARTÃO DUPLEX COM GRAMPO PLÁSTICO 350MMX230MM - VERDE	UN	THUR	200	1,58	316,00
56	PASTA DE PLÁSTICO, COM ABA E ELÁSTICO, TAMANHO OFÍCIO - VÁRIAS CORES	UN	ALAPLAST	30	1,85	55,50
57	PASTA FICHÁRIO A-Z OFÍCIO, LOMBO LARGO, COR PRETA	UN	FRAMA	50	9,88	494,00
59	PILHA PEQUENA AA ALCALINA - PACOTE COM 4 UNIDADE	UN	UD MAIS	10	6,40	64,00
67	TONNER HP 85A - COMPATÍVEL, PRIMEIRO USO, NÃO REMANUFATURADO	UN	PREMIUM	15	34,67	520,05



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 4 / 11

Processo N.º: 2/2020

Pregão Presencial N.º: 1/2020

Fornecedor: 10693 - JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	ALVEJANTE SEM CLORO - GALÃO DE 5 LITROS	UN	DUNAMIS	40	14,65	586,00
14	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR AZUL, PONTA FINA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, ESFERA EM TUNGSTÊNIO	UN	COMPACTOR	100	0,68	68,00
21	DESINFETANTE AROMAS DIVERSOS - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 2 LITROS	UN	TOQUE DE ANJO	30	5,04	151,20
22	DESODORIZANTE PARA AMBIENTES, SPRAY, EMBALAGEM DE 360 ML, COM VÁRIAS FRAGRÂNCIAS	UN	ULTRA FRESH	30	9,10	273,00
23	DETERGENTE LÍQUIDO VÁRIOS AROMAS, COM CONDIÇÕES DE FORMAÇÃO DE ESPUMA E REMOÇÃO DE SUJIDADES EM GERAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 ML, BIODEGRADÁVEL	UN	GIRANDO SOL	50	1,55	77,50
25	ESPONJA DE LÃ DE AÇO - EMBALAGEM COM 8 UNIDADES	PCT	MEGA BRILHO	10	1,59	15,90
26	ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE, UMA DELAS FIBROSA PARA LIMPEZA PESADA E OUTRA MACIA PARA SUPERFÍCIE DELICADA - PACOTE COM 3 UNIDADES	UN	BETTANIN	10	2,47	24,70
29	FILTRO EM PAPEL PARA CAFÉ Nº 103, QUE RETÉM APENAS O PÓ E DÃO PASSAGEM LIVRE PARA 100% DO SABOR E AROMA DO CAFÉ, EMBALAGEM COM 30 UNIDADES	UN	3 CORAÇÕES	20	3,17	63,40
38	LAVA ROUPAS EM PÓ, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG	UN	CLASS	15	6,00	90,00
41	LIMPA VIDROS - EMBALAGEM REFIL DE 500ML	UN	TOQUE DE ANJO	20	4,40	88,00
43	LIMPADOR DESENGORDURANTE COM BORRIFADOR, EMBALAGEM DE 500ML	UN	PRATIK	20	6,90	138,00
44	LUSTRA MÓVEIS - EMBALAGEM PLÁSTICA DE 200 ML	UN	PRATIK	15	3,35	50,25
45	LUVA DE LÁTEX, ELABORADAS COM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, FORRADA, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, PAR - TAMANHO M	PAR	BOMPACK	40	2,80	112,00
49	PAPEL ETIQUETA PARA IMPRESSORA LASERJET E DESKJET, 1 ETIQUETA POR FOLHA, TAMANHO A4, 180GR, CAIXA COM 100 FOLHAS	UN	LINK	10	50,00	500,00
50	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA, DE BOA QUALIDADE, PICOTADO, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 4 ROLOS DE 30MX10MM	UN	FOFINHO	60	3,80	228,00
52	PAPEL TOALHA BANHEIRO INTERFOLHADO BRANCO, DUAS DOBRAS NO COMPRIMENTO, MACIO. DIMENSÕES: 22,5CM DE	PCT	QUALILUX	50	12,38	619,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 5 / 11

Processo N.º: 2/2020

Pregão Presencial N.º: 1/2020

Fornecedor: 10693 - JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	COMPRIMENTO X 21CM DE LARGURA - PACOTE COM 1.000 FOLHAS					
53	PAPEL TOALHA DE COZINHA FOLHA DUPLA - PACOTE COM 2 ROLOS DE 60 FLS CADA	UN	SORELLA	60	2,80	168,00
58	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA, EM FORMATO ARREDONDADO, COM SUPORTE PARA COLOCAR NO VASO SANITÁRIO, 25 GRAMAS	UN	SANY	200	1,34	268,00
60	RODO DE PLÁSTICO 30CM COM CABO E 1 LÂMINA DE BORRACHA REFORÇADA NA BASE INFERIOR	UN	HARACEM	5	7,99	39,95
61	SABAO EM BARRA 1KG, PACOTE COM 5 UNIDADES DE 200GR	UN	ZAVASKI	10	5,40	54,00
62	SACO DE LIXO 100 LITROS NA COR AZUL OU PRETA, REFORÇADO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 75CM DE LARGURA X 105CM DE ALTURA, COM VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE 1CM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT/NBR 9190/9191. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT	QUALIPLAX	10	27,85	278,50
63	SACO DE LIXO 15 LITROS NA COR AZUL OU PRETA, REFORÇADO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 39CM DE LARGURA X 58CM DE ALTURA, COM VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE 1CM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT/NBR 9190/9191. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT	QUALIPLAX	20	7,85	157,00
64	SACO DE LIXO 50 LITROS NA COR AZUL OU PRETA, REFORÇADO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 63CM DE LARGURA X 80CM DE ALTURA, COM VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE 1CM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT/NBR 9190/9191. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT	QUALIPLAX	15	15,25	228,75
65	SAPONÁCEO CREMOSO - EMBALAGEM DE 300ML	UN	CLASS	20	3,75	75,00
68	VASSOURA DE PALHA COM CABO, 1ª LINHA	UN	HARACEM	20	18,40	368,00
69	ALCOOL GEL HIDRATADO 70% PARA ASSEPSIA DE MÃOS - EMBALAGEM DE 500ML	UN	LÍRIO DO CAMPO	25	5,88	147,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 6 / 11

Processo N.º: 2/2020

Pregão Presencial N.º: 1/2020

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 7 / 11

Processo N.º: 2/2020

Pregão Presencial N.º: 1/2020

anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 8 / 11

Processo N.º: 2/2020

Pregão Presencial N.º: 1/2020

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras — órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 9 / 11

Processo N.º: 2/2020

Pregão Presencial N.º: 1/2020

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante,



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 10 / 11

Processo N.º: 2/2020

Pregão Presencial N.º: 1/2020

aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 11 / 11

Processo N.º: 2/2020

Pregão Presencial N.º: 1/2020

Ituporanga, 10 de junho de 2020.

ALMIR SCHAFFER
Representante
Câmara Municipal de Ituporanga

EMPRESA ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
Representante
DIEGO BARBOSA DE OLIVEIRA

EMPRESA BILLIG COMERCIO E SERVICOS LTDA ME
Representante
IZANIR BILLIG

EMPRESA JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA
Representante
THIAGO SIMAO WEISS

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020

Publicação Nº 2524664

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 19/2020

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 37/2020.

Registro de Preço Nº: 10/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA FORNECEDORA DE FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL E DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 27.392,00 (vinte e sete mil e trezentos e noventa e dois reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 15 de junho de 2021.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).

Contratada: CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 11.869.829/0001-30.

Jaborá (SC), 15 de junho de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020

Publicação Nº 2524665

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 19/2020

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 37/2020.

Registro de Preço Nº: 10/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA FORNECEDORA DE FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL E DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 29.974,45 (vinte e nove mil e novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 15 de junho de 2021.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).

Contratada: MGS COMERCIO DE PECAS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 27.720.223/0001-80.

Jaborá (SC), 15 de junho de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020

Publicação Nº 2524670

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 19/2020

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 37/2020.

Registro de Preço Nº: 10/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA FORNECEDORA DE FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL E DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 37.346,10 (trinta e sete mil e trezentos e quarenta e seis reais e dez centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 15 de junho de 2021.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).

Contratada: GMP COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 35.235.579/0001-56.

Jaborá (SC), 15 de junho de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020

Publicação Nº 2524668

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 19/2020

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 37/2020.

Registro de Preço Nº: 10/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA FORNECEDORA DE FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL E DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 43.981,75 (quarenta e três mil e novecentos e oitenta e um mil reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 15 de junho de 2021.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).

Contratada: RODOMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSORIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.519.809/0001-31

Jaborá (SC), 15 de junho de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020

Publicação Nº 2524658

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 19/2020

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 37/2020.

Registro de Preço Nº: 10/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA FORNECEDORA DE FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL E DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 91.583,35 (noventa e um mil e quinhentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 15 de junho de 2021.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).

Contratada: LUBRIFIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.558.657/0001-31.

Jaborá (SC), 15 de junho de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020

Publicação Nº 2524666

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 19/2020

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 37/2020.

Registro de Preço Nº: 10/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA FORNECEDORA DE FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL E DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 21.847,25 (vinte e um mil e oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 15 de junho de 2021.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).

Contratada: DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 30.572.270/0001-38.

Jaborá (SC), 15 de junho de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 090/2020

Publicação Nº 2523806

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 090, de 15 de junho de 2020.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor ILIRIO PRIMÃO, para o cargo em comissão de Coordenador de Urbanismo, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15/06/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 16/junho/2020.

MARLENE FÁTIMA MAGNABOSCO DA CRUZ PICINATTO

Secretária de Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 13/2020 FMS

Publicação Nº 2524690

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 13/2020 - Pregão Presencial

Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição parcelada de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do município de Jacinto Machado para consumo durante o exercício de 2020.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 26/06/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h do dia 26/06/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no Município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone: (48) 3535-1248. ADILSON PIVA

Secretário de Saúde/Gestor

AVISO DA LICITAÇÃO 14/2020 FMS

Publicação Nº 2524693

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 14/2020 - Pregão Presencial

Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição parcelada de material odontológico para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do município de Jacinto Machado para consumo durante o exercício de 2020.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 09h45min do dia 26/06/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 10h do dia 26/06/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no Município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone: (48) 3535-1248. ADILSON PIVA

Secretário de Saúde/Gestor

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 051/2020

Publicação Nº 2524187

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 418/2019

Contratada: LOCAÇÕES E TRANSPORTES HANEMANN LTDA – CNPJ/MF nº 20.986.583/0001-89

APOSTILA Nº 051/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 045/2020/GABPREF/CG/DC, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
02.003.06.122.0701.2600	Manutenção das ações da Defesa Civil	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	0.1.00.0080

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2020.

Otoniel da Silva – Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

André de Carvalho Ferreira – Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Daniel Peach – Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

Cleide Mosca – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA Nº 51/2020

Publicação Nº 2524342

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES e PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA nº 51/2020

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, com início às catorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, nº 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.974/2020, formada pelos membros Ivan Andreias Wolter, Marcio Bylaardt e Carla Eduarda Scheuer Keiser, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a Concorrência nº 31/2020, que tem como objeto a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares nas Ruas 50 – Guilherme Weege, 69 – Ferdinando Pradi e 163 – Luiz Kienen – Bairro Centro, com extensão total de 1.075,33m (um mil, setenta e cinco metros e trinta e três centímetros). Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM	Sem representante	xxxxxxx
CETENCO ENGENHARIA SA	Emerson Patrício Magalhães dos Santos	148.861.658-26
FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	Simone Florencio Thiesen	605.027.979-91
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	Lucas de Medeiros	089.176.899-81
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	Sílvia Priscila de Souza Voltolini	085.562.779-42
QUALIDADE PAVIMENTAÇÕES LTDA	Sem representante	xxxxxxx

Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM	106	Numeradas de 01 a 106
CETENCO ENGENHARIA SA	158	Numeradas de 01 a 154 e 04 sem numeração
FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	64	Sem numeração
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	98	Numeradas de 01 a 94 e 04 sem numeração
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	38	Sem numeração
QUALIDADE PAVIMENTAÇÕES LTDA	76	Numeração de 01 a 76

Após análise criteriosa das Habilitações a Comissão declara as proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre aos representantes presentes que não se manifestaram. Consultados os mesmos concordaram com o julgamento das Habilitações e renunciaram ao direito e prazo de recurso assim descrito "RENUNCIO AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO

QUANTO AO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES”.

Nome das proponentes	Representante	Assinatura
CETENCO ENGENHARIA SA	Emerson Patrício Magalhães dos Santos	
FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	Simone Florencio Thiesen	
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	Lucas de Medeiros	
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	Silvia Priscila de Souza Voltolini	

Prosseguindo, a Comissão Especial entrou em contato com as empresas BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM e QUALIDADE PAVIMENTAÇÕES LTDA, informando suas habilitações, solicitando o termo de renúncia quanto ao prazo de recurso ao julgamento das habilitações, sendo que as mesmas concordaram e renunciaram conforme documentos anexos a esta Ata. Dando prosseguimento foram abertos os envelopes 02 – Proposta Comercial das proponentes. Foram as seguintes as propostas apresentadas em valor global:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM	924.335,16
CETENCO ENGENHARIA SA	1.026.479,40
FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	978.660,38
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	816.149,84
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	1.037.202,79
QUALIDADE PAVIMENTAÇÕES LTDA	944.355,75

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa das propostas comerciais apresentadas e após a análise foram CLASSIFICADAS por estarem de acordo com as exigências do edital. Com relação a proposta comercial da empresa QUALIDADE PAVIMENTAÇÕES LTDA considerando arredondamento de planilha o valor da mão de obra deverá ser considerado R\$ 283.306,72. Quanto à verificação do Direito de Preferência conforme Lei Federal 123/2006, verificou-se não haver necessidade de aderir a Lei, pois nenhuma empresa se enquadra nesta lei. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 816.149,84 (oitocentos e dezesseis mil, cento e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos). Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial. Na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis “concedendo-se vistas as partes”. Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2020.

Ivan Andréias Wolter	
Carla Eduarda Scheuer Keiser	
Marcio Bylaardt	
Emerson Patrício Magalhães dos Santos	
Simone Florencio Thiesen	
Lucas de Medeiros	
Silvia Priscila de Souza Voltolini	

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019.

Publicação Nº 2523869

Convocação de Processo Seletivo 001/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão o de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 17 de Junho de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2019 SEMASH conforme segue:

Nome: PATRICIA MACHADO PIVATTO
Cargo: CUIDADOR SOCIAL - 40hs
Secretaria: SEMASH
Classificação: 30º lugar

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019.

Publicação Nº 2523372

Convocação de Processo Seletivo 001/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão o de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 17 de Junho de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2019 SEMASH conforme segue:

Nome: ROSALINA DE OLIVEIRA SOBRINHO
Cargo: Assistente Social - 30hs
Secretaria: SEMASH
Classificação: 41º lugar

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019.

Publicação Nº 2523870

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 17 de Junho de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 002/2019 conforme segue:

Nome: FABIANE DE OLIVEIRA VAZ
Cargo: Técnico em Enfermagem - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 38º lugar

Nome: FELIPE RODRIGUES BELETI
Cargo: Agente de Endemias - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 15º lugar

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019.

Publicação Nº 2523374

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 17 de Junho de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 002/2019 conforme segue:

Nome: FERNANDA VALCANIA
Cargo: Enfermeiro - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 31º lugar

Nome: ADRIANA BROSOWSKI
Cargo: Enfermeiro - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 32º lugar

**E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 46/2020 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

Publicação Nº 2524341

E D I T A L
TOMADA DE PREÇOS Nº 46/2020
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
TIPO: Menor Preço Global

COMUNICADO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Presidente da Comissão Especial de Licitações designado pelo Decreto nº 13.846/2020, comunica aos participantes da licitação acima, que a empresa COMPACT CONSTRUTORA EIRELI ME, protocolou tempestivamente no dia 09/06/2020 sob o protocolo 12572/2020, RECURSO ADMINISTRATIVO (anexo) ao julgamento das Propostas Comerciais.

Desta forma, por força do disposto no §3º do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, ficam as demais licitantes cientificadas de que poderão apresentar impugnação ao recurso administrativo apresentado (contrarrrazões), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, observada a contagem de prazo disposta no artigo 110 da Lei de Licitações, compreendendo o período de 16/06/2020 com término em 22/06/2020.

Jaraguá do Sul (SC), 10 de junho de 2020.
Fabieli Pilatti Mendes
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto 13.846/2020

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 024/2020 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

Publicação Nº 2524721

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 024/2020 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

O Chefe de Fiscalização de Atividades Urbanas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a situação emergencial e o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10-a da Lei Municipal 1182/88 e Artigo 4º, III da Lei 5427/2009, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CPF/CNPJ	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
Valério Pauli	383.523.709-88	28687/2020	Realizar a roçada e limpeza do passeio público, cadastro: 24611.	15 Dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 15 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na aplicação de multa contra o notificado, nos termos do Art. 7º da Lei 5427/2009, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 025/2020 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

Publicação Nº 2524722

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 025/2020 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

O Chefe de Fiscalização de Atividades Urbanas do Município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos termos do Artigo 10-A, 230 e 231 da Lei Municipal 1.182/88 e Artigo 3º I da Lei Municipal 7.728/2018, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado	CPF/CNPJ	Notificação Preliminar	Medidas Determinadas	Prazo
Erna Schonau e Outros.	248.787.909-20	29812/2020	Construir calçada no imóvel Cadastro 518. Notificação com caráter de advertência por escrito, referente NP 26918/2019, conforme Lei Municipal 7728/2018 Art. 44, I	30 dias

Consideram-se notificados o(s) contribuinte(s) acima listados no prazo de 30 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, incorrerá o (s) notificado (s) nas penas do Art. 44 da Lei 7.728/2018, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 289/2020/SECEL DE CESSÃO DE ÁREA PRIVADA PARA UTILIZAÇÃO COMO ÁREA DE LAZER PELA MUNICIPALIDADE

Publicação Nº 2523559

EXTRATO DE CONTRATO Nº 289/2020/SECEL DE CESSÃO DE ÁREA PRIVADA PARA UTILIZAÇÃO COMO ÁREA DE LAZER PELA MUNICIPALIDADE

CEDENTE: Rolando Schroeder – CPF 181.199.999-91

CESSIONÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL por meio da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

OBJETO: o proprietário cede o imóvel de sua propriedade, localizado Rua Eurico Duwe, S/Nº, bairro Rio da Luz, inscrito sob registro de imóveis através da matrícula nº 824, cadastro municipal nº 33.334, para o MUNICÍPIO utilizar como área de lazer.

DA CONTRAPARTIDA: O Município, em contrapartida pela utilização da área descrita na cláusula anterior, concederá ao PROPRIETÁRIO, isenção do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, da área que está sendo utilizada durante o prazo de vigência do presente contrato de cessão, forma de Lei nº 48/2005.

DO PRAZO: O prazo de duração do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de 10 de Abril de 2020, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo firmado pelas partes.

DATA DA ASSINATURA: 16 de abril de 2020

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Cleide Mosca e Rolando Schroeder

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 046/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 346/2019

Publicação Nº 2524191

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 046/2020 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 346/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: ODONTOSUL LTDA EPP.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção dos gabinetes odontológicos das Unidades de Saúde da Rede Municipal, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido em 20% (vinte por cento) da quantidade licitada do item a seguir, ficando da seguinte forma:

Item	Quant. licitada	Quant. acrescida	Quant. total	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
38	30	7	37	un.	ARCO DE OSTBY NYLON DOBRÁVEL GRANDE PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO cadastro 27869 Características: Arco dobrável, esterilização em autoclave a 137° C. Apresentação: Embalagem contendo 01 arco de ostby dobrável.	8,19
212	10	2	12	un.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX Nº 26 cadastro 9050	10,60
213	10	2	12	un.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX Nº201 cadastro 9051	10,60
214	10	2	12	un.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX Nº 205 cadastro 9052	10,60
215	10	2	12	un.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX Nº 206 cadastro 9053	10,60
216	10	2	12	un.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX Nº 211 cadastro 9054	10,60
217	10	2	12	un.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX Nº 212 cadastro 9055	10,60
218	10	2	12	un.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX W8A cadastro 9056	10,60
219	10	2	12	un.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX Nº 200 cadastro 21746	10,60
220	10	2	12	un.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX Nº 203 cadastro 9058	10,60
221	10	2	12	un.	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX Nº 208 cadastro 17708	10,60
338	10	2	12	un.	PINÇA PORTA GRAMPO DE PALMER cadastro 25019	60,00

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As dotações orçamentárias para as despesas do exercício de 2020 são as seguintes:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.002.10.301.0751.2662	Manutenção das atividades da saúde bucal	3.3.90 – Aplicações Diretas	29	0.2.67.0094 0.2.38.0090

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 14/05/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Estela B.F. Schacht.

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 217/2020 AO CONTRATO Nº 123/2019

Publicação Nº 2524204

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 217/2019 AO CONTRATO Nº 123/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: GET INFORMÁTICA LTDA - EPP

OBJETO: Contratação, pela Secretaria Municipal de Educação de Jaraguá do Sul - SC, de Empresa Especializada no mercado para prestar serviço de implantação, migração, acompanhamento técnico e formação continuada em uso Pedagógico das Tecnologias Educacionais, conforme as especificações constantes no Termo de Referência deste edital.

DO PRAZO: Considerando a justificativa apresentada Secretária Municipal de Educação, através do Ofício nº 210/2020/SEMED/GABSECR, e com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93, o prazo previsto no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, pelo período de 12/03/2020 com término em 12/09/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias. A presente prorrogação não altera os valores e condições de pagamento firmadas no contrato original.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Daniel Padilha Garrido.

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 253/2020 AO CONTRATO Nº 431/2019

Publicação Nº 2524194

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 253/2020 AO CONTRATO Nº 431/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2019

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: KS MANUTENÇÃO E FERRAMENTAS LTDA EPP

DO OBJETO: O objeto do presente contratado consiste no fornecimento de LIXEIRAS DE POLIPROPILENO, com instalação, destinadas para uso em praças, ruas e outros logradouros públicos no Município de Jaraguá do Sul/SC, objetivando a destinação e acondicionamento de resíduos.

DO PRAZO: Considerando que o prazo de execução do contrato original previsto no item 4.1 da cláusula quarta, foi suspenso através da Ordem de Paralisação recebida em 18/03/2020, bem como o reinício das atividades das nas seguintes datas: 26/06/2019, 05/08/2019 e 18/09/2019, respectivamente. Tendo em vista que o saldo remanescente do prazo é de mais 67 (sessenta e sete) dias para a execução dos serviços, compreendendo o período de 06/04/2020 a 11/06/2020. Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 12/06/2020 com término em 08/12/2020.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 22/05/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS Eduardo Bertoldi e Adilson Kruger.

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 264/2019 AO CONTRATO Nº 205/2019

Publicação Nº 2524208

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 264/2020 AO CONTRATO Nº 205/2019

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 086/2019.

FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais nº 8.245/91 e 8.666/93.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

LOCADORA: SOCIEDADE DE DESPORTOS ACARAÍ

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a Locação das dependências esportivas da SOCIEDADE DE DESPORTOS ACARAÍ, localizada na Rua João Manoel Lopes Braga nº 315, bairro Jaraguá Esquerdo, em Jaraguá do Sul – SC (Piscina térmica semiolímpica – 05 raia 24mx12m e vestiários feminino e masculino, no período de segunda a sexta feira, das 5h às 11h e 13h às 18h e, sábado das 7h às 11h), para o treinamento da modalidade de Natação Feminino e Masculino. Também quadras de voleibol de areia, campo de futebol e campo de futebol suíço, bem como, salão de festas para os eventos/calendário desportivos da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação previsto no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 01/05/2020 com término em 30/04/2021. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, fica inalterado, sendo o valor mensal de R\$10.398,00 (dez mil trezentos e noventa e oito reais). Em consequência, fica mantido o valor do contrato de R\$ 124.776,00 (cento e vinte e quatro mil setecentos e setenta e seis reais), para o período de 12 (doze) meses. Assegura-se o direito da contratada ao direito de repactuação e reajuste de valores desde que devidamente comprovado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução do objeto deste aditivo correrão por conta do orçamento do exercício de 2020 e 2021, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.004.27.811.1002.4006	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – Aplicação Direta	611	0.1.00.0080
39.04.27.811.1002.4.006	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – Aplicação Direta	Exercício 2021	0.1.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 02/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Cleide Mosca e Gian Marco Gadotti.

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 274/2020 AO CONTRATO Nº 166/2020

Publicação Nº 2524210

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 274/2020 AO CONTRATO Nº 166/2020**PROCESSO:** TOMADA DE PREÇOS Nº 335/2019.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP**DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de drenagem, pavimentação e calçadas, no pátio da Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn, 636, bairro Nova Brasília, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.**DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO:** Em concordância entre as partes, com fundamento no Ofício nº 065/2020/GABPREF-EP, considerando a Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016, que estabelecem normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007, fica alterado o regime de execução do contrato original (empregada por preço unitário), previsto no item 3.1 da cláusula terceira, passando a vigorar o regime de execução de Empreitada por preço global.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2020.**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.**SIGNATÁRIOS:** Cleide Mosca e Jader Aquiles Novelletto.

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 259/2020 AO CONTRATO Nº 117/2019

Publicação Nº 2524205

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 259/2020 AO CONTRATO Nº 117/2019**PROCESSO:** CONCORRÊNCIA Nº 262/2018.**FUNDAMENTO:** artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização, terraplenagem e obras complementares nas Ruas João Pedro Vieira e José Lázaris no Bairro Santo Antonio e Rua Américo Costa no Bairro Estrada Nova, com extensão total de 293,05m (duzentos e noventa e três vírgula cinco metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.**DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência dos serviços previstos no item 6.2 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 339/2019, prorrogado pelo item 2.4 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 032/2020, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 186/2020, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 03/06/2020 com término em 01/08/2020.**DA SUPRESSÃO:** Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 62.843,54 (sessenta e dois mil oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes a 15,59% (quinze inteiros e cinquenta e nove centésimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original. Em consequência, o valor total do contrato fica em R\$ 338.146,27 (trezentos e trinta e oito mil cento e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos).**DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:** A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 01 de agosto de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 12.692/2019, servidor público Engenheiro Ariano José Toassi, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 27/05/2020.**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.**SIGNATÁRIOS:** Otoniel da Silva e Maurício Vogelsanger.

Otoniel da Silva

Secretario Municipal de Obras e Serviços Públicos

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 261/2019 AO CONTRATO Nº 168/2017

Publicação Nº 2524196

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 261/2019 AO CONTRATO Nº 168/2017

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 036/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais nº 8.245/91 e 8.666/93

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

LOCADORA: SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a Locação das dependências esportivas do SESI – Serviço Social da Indústria, localizado na Rua Walter Marquardt nº 835, bairro Barra do Rio Molha, no Município de Jaraguá do Sul-SC (quadra do ginásio de esportes, no período de 2ª e 5ª feira, no horário das 13:30hs às 17:00hs e 3ª, 4ª e 6ª feira, no horário das 13:30hs às 17:30hs), para o treinamento das modalidades de Voleibol Feminino, Handebol Feminino e Masculino e eventos esportivos da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação previsto no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 182/2018, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 210/2019, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 01/05/2020 com término em 30/04/2021. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 182/2018, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 512/2018, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 210/2019, fica inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 2.623,77 (dois mil duzentos e sessenta e três reais e setenta e sete centavos). Em consequência, fica mantido o valor de R\$ 31.485,24 (trinta e um mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), para o período de 12 (doze) meses. Assegura-se o direito da contratada ao direito de repactuação e reajuste de valores desde que devidamente comprovado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução do objeto deste aditivo correrão por conta do orçamento do exercício de 2020 e 2021, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.004.27.811.1002.4006	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – Aplicação Direta	611	0.1.00.0080 0.3.00.0080
39.04.27.811.1002.4.006	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – Aplicação Direta	Exercício 2021	0.1.00.0080 0.3.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 02/06/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Cleide Mosca e Jefferson Galdino.

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 262/2020 AO CONTRATO Nº 173/2017

Publicação Nº 2524198

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 262/2020 AO CONTRATO Nº 173/2017

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 039/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais nº 8.245/91 e 8.666/93.

LOCATÁRIA: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

LOCADORA: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JARAGUÁ DO SUL – ARSEPUM

DO OBJETO: O objetivo do presente contrato é a locação das dependências esportivas Associação Recreativa dos Servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul – ARSEPUM, localizado na Rua Arthur Gunther nº 350, bairro Amizade, no Município de Jaraguá do Sul-SC (Quadra do Ginásio de Esportes (36,00mx18,00m totalizando 648,00m²) e dependências (vestiários e banheiros) quadras de volei de areia (24,00 x 20,00m totalizando 480,00m²), no período de 2ª a 6ª feira, das 7h30min às 17h30min e academia de 2ª a 6ª feira, das 13:30hs às 15:30hs, para o treinamento das modalidades de Futsal Masculino (categorias Olesc e Joguinhos), Handebol feminino e masculino, Voleibol de Areia Feminino e Masculino e eventos esportivos da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação previsto no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 183/2018, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 211/2019, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 01/05/2020 com término em 30/04/2021. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 183/2018, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 513/2018, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 211/2019, permanece inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 5.342,52 (cinco mil trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos). Em consequência, o valor do contrato permanece R\$ 64.110,24 (sessenta e quatro mil cento e dez reais e vinte e quatro centavos), para o período de 12 (doze) meses. Assegura-se o direito da contratada ao direito de repactuação e reajuste de valores desde que devidamente comprovado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução do objeto deste aditivo correrão por conta do orçamento do exercício de 2020 e 2021, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.004.27.811.1002.4006	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – Aplicação Direta	611	0.1.00.0080
				0.3.00.0080
39.04.27.811.1002.4.006	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – Aplicação Direta	Exercício 2021	0.1.00.0080
				0.3.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 02/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Cleide Mosca e Reginaldo Panstein.

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

RECEBIMENTO DEFINITIVO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Publicação N° 2524344

RECEBIMENTO DEFINITIVO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

De acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 – Art. 73 – Inciso I – letra “a” e suas alterações posteriores e o Contrato nº 539/2018, firmado em 18/12/2018, com a empresa CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP, referente a prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para implantação de rotatória no entroncamento das Ruas Antônio Machado e Lino Piazeria no Bairro Nereu Ramos, e estando a obra em perfeitas condições de funcionamento, DECLARAMOS ter recebido em caráter definitivo a referida obra, não eximindo a contratada das responsabilidades e obrigações previstas no Código Civil Brasileiro e de Defesa do Consumidor.

Diante do exposto, DECLARAMOS ter recebido em caráter DEFINITIVO a referida obra.

E por estarem cientes e de acordo, assinamos o presente Termo de Recebimento Definitivo em 03 (três) vias de igual teor para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul (SC), 28 de maio de 2020.

Marcelo Gumboski

Engº. Civil – CREA/SC 110461-7

Fiscal Designado

Ciente:

Construtora AJM Eireli EPP.

Contratada

SAMAE - ATA N°: 4563 REF. LICITAÇÃO N°: 35/2020

Publicação N° 2524302

ATA Nº:	4563		
REF. LICITAÇÃO Nº:	35/2020		
MODALIDADE:	TOMADA DE PREÇOS – MENOR PREÇO GLOBAL		
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MACROMEDIDORES ELETROMAGNÉTICOS		
DATA DA SESSÃO:	12/06/2020	HORA DA SESSÃO:	16H

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: (Designada pela Portaria nº 153/2020)

Fabiano Laube
Enio Evandro Luchtenberg
Bruno Dilmo de Souza

Na presente data, na sala de reuniões do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sita na Rua Erwino Menegotti, 478, bairro Água Verde, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação para analisar o Memorando 0734/2020/Samae-DT, emitido pelos Srs. Luan Ariel Freisleben e Deverson Simioni, respectivos Assessor de Apoio Técnico e Diretor Técnico do Samae. O referido memorando, solicitado pela Comissão de Licitação com base no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666/93, é parte integrante desta Ata e traz o parecer técnico após avaliação da Proposta Comercial apresentada pela empresa General Tech Sistemas Industriais Eireli, para verificação de atendimento, ou não, dos equipamentos ofertados em relação às exigências e configurações dispostas no item 7 do edital, bem como no Termo de Referência. Acima exposto, a Comissão de Licitação verificou que a empresa General Tech desatendeu ao item 7, alíneas “c.1” e “c.2” subitens II, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII. Desta forma, a Comissão de Licitação julga a empresa DESCLASSIFICADA conforme disposto no item 7.2 do instrumento convocatório. Em conformidade com o art. 109, inc. I, alínea “b” da Lei 8.666/93, abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias, concedendo-se vistas às partes. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ATA, a qual vai assinada pelos presentes.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2020.

Comissão de Licitação: Fabiano Laube, Bruno Dilmo de Souza, Enio Evandro Luchtenberg

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 054/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2019

Publicação Nº 2524202

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 054/2020 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 346/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2019.

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. ME.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço o fornecimento de medalhas, troféus, placas, pin's e comendas, destinados à premiação em eventos culturais realizados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Pregão presencial 79/2019, segundo as conveniências da administração direta.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido em 24,67% da quantidade licitada do item nº 30, ficando da seguinte forma:

Item	Quant. licitada	Quant. acrescida	Quant. total	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
30	150	37	187	un.	Troféu em acrílico cristal 6mm, com impressão UV – 25 cm de altura – base 6mm com impressão. CONCURSO DE DECLAMAÇÃO	51,00

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As dotações orçamentárias para as despesas do exercício de 2020 são as seguintes:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.001.13.392.1100.4103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 – Aplicações Diretas	563	0.1.00.0080

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Cleide Mosca e Felipe Schmitz Regis.

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 257/2020 AO CONTRATO Nº 334/2019

Publicação Nº 2524207

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 257/2020 AO CONTRATO Nº 334/2019

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 093/2020.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, reperfilamento, terraplanagem e serviços complementares na Rua 502 – Bertha Weege, Bairro: Barra do Rio Cerro em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 3.616,90 m (três mil, seiscentos e dezesseis, vírgula noventa metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Considerando que o prazo de execução do contrato original previsto no item 6.1 da cláusula sexta, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 145/2020, foi suspenso através da Ordem de Paralisação recebida em 20/03/2020, bem como o reinício das atividades e. 01/04/2020. Tendo em vista que o saldo remanescente do prazo é de mais 19 (dezenove) dias para a execução dos serviços, compreendendo o período de 01/04/2020 a 19/04/2020. Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 20/04/2020 com término em 18/06/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 520.993,39 (quinhentos e vinte mil novecentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos), correspondentes a 13,01% (treze inteiros e um centésimo por cento) de redução em relação ao valor do contrato original. Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 582.619,53 (quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e dezenove reais e cinquenta e três centavos), correspondentes a 14,55% (quatorze inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original. Em consequência do acréscimo e supressão, o valor total da obra fica em R\$ 4.065.650,91 (quatro milhões, sessenta e cinco mil seiscentos e cinquenta reais e noventa e um centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2020, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0450.1349	Recapamento Rua 502-Bertha Weege	4.4.90 – Aplicações Diretas	202	0.1.83.0623

Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados do Empenho nº 1.496/2020.

DA PRORROGAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 17 de agosto de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo aos fiscais do contrato designados pelos Decretos Municipais nº 13.095/2019 e nº 13.202/2019, servidores públicos Engenheiro Marcelo Gumboski e Ivan Andreais Wolter, respectivamente, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 27/05/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Maurício Vogelsanger.

Otoniel da Silva

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Jardinópolis

PREFEITURA

COMUNICADO CONCURSO PÚBLICO 01/2020

Publicação N° 2523304

CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS -SC.
EDITAL N.º 01/2020

COMUNICADO

SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS AGENDADA PARA O DIA 20/06/2020.

O Município de Jardinópolis, TORNA PÚBLICO, através da empresa GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, que de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde frente ao atual cenário de pandemia mundial do Coronavírus (Covid-19); considerando o número elevado de inscritos no certame o que não possibilitará garantir adequadamente as normas de segurança; que ESTÁ SUSPENSA a aplicação da Prova Objetiva, prática e de títulos previamente agendada para o dia 20/06/2020, do presente concurso público.

Assim que estabilizada a situação de identificação, transmissão e controle do Covid-19, a data da prova será remarcada e comunicada antecipadamente.

Reforçamos e aconselhamos o acompanhamento semanal do Concurso Público através do site www.gsassessoriaconcursos.com.br ou www.jardinopolis.sc.gov.br.

Jardinópolis, 10 de junho de 2020.

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 37-2020

Publicação N° 2523819

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Jardinópolis

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 815

CEP: 89848000 - JARDINÓPOLIS

Modalidade: Pregão/2020

Processo: 57/2020

Data de Expedição do Processo: 25/05/2020 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 37/2020, de 15/06/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CONTRATADO: NM80 ASSESSORIA LTDA

OBJETO: DESPESA COM CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA , INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA GESTÃO DO PROJETOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS CADASTRADOS EM TODOS OS SISTEMAS DO GOVERNO FEDERAL E DO GOVERNO DO ESTADO, ALÉM DO AUXÍLIO NA PREPARAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA. AO BOM ANDAMENTO DOS PROJETOS CADASTRADOS PELO MUNICÍPIO, E ORIENTAÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS PARA O MANUSEIO DOS SISTEMAS.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 16.980,00(dezesseis mil novecentos e oitenta reais)

AMPARO LEGAL Pregão processo nº 57/2020, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 62-2020

Publicação N° 2523561

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. N° 62/2020
Edital: Pregão P/COMPRAS E SERVICOS N° 24/2020
Tipo: Menor preço - Total Por Item
Objeto: A presente licitação tem por objeto a escolha da melhor proposta para contratação de empresa especializada para fornecimento de SEMEN E MATERIAL BOVINO para o programa de inseminação artificial em bovinos no Município.
Entrega dos Envelopes : 07:30 do dia 25 de junho de 2020
Abertura dos Envelopes : 07:30 do dia 25 de junho de 2020



O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida Getulio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:00 às 13:00 e das 00:00 às 00:00 horas, pelo fone (49)33370004 ou pelo SITE www.jardinopolis.sc.gov.br.

Jardinópolis, 09 de junho de 2020

DORILDO PEGORINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 63-2020

Publicação Nº 2523562

Estado de Santa Catarina

Município de Jardinópolis

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 63/2020

Edital: Pregão P/COMPRAS E SERVICOS Nº 25/2020

Tipo: Menor preço - Total Por Item

Objeto: Contratação de empresas para fornecimento dos produtos a serem construído e fornecido junto a Farmácia da Secretaria de Saúde Municipal, conforme planilha anexa ao edital.

Entrega dos Envelopes : 10:00 do dia 25 de junho de 2020

Abertura dos Envelopes : 10:00 do dia 25 de junho de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida Getulio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:00 às 13:00 horas, pelo fone (49)33370004 ou pelo SITE www.jardinopolis.sc.gov.br.

Jardinópolis, 10 de junho de 2020

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

TERCEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2020.

Publicação Nº 2523301

TERCEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2020

Primeira retificação destacada em vermelho

Segunda retificação destacada em Verde

Terceira retificação destacada em Roxo

O MUNICÍPIO DE JARDINOPOLIS - SC, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Dorildo Pegorini, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, II, da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO, a Primeira Retificação ao Edital do CONCURSO PÚBLICO 001/2020, comunica que encontram-se abertas no período compreendido das 08h00min de 04 de Maio de 2020 as 23:59min de 05 de junho de 2020, as inscrições do Concurso Público destinado a prover vagas do Cargo do Quadro de acordo com a Lei Complementar nº 041/2011 e alterações posteriores (Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais); Lei Complementar 081/2019; Lei Complementar nº 042/2011 (Plano de Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério) e alterações posteriores; Lei Complementar nº 009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), regendo-se o referido certame pelas normas estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Concurso Público destina-se à contratação de servidores, para preenchimento de vagas existentes no Quadro Pessoal do Município de Jardinópolis (SC) de acordo com as necessidades, da Administração Pública e as que vierem a surgir no decorrer do prazo de validade do concurso público.

1.2 – Os candidatos classificados e aprovados que excederem ao número de vagas estabelecidas neste Edital não terão direito ao provimento da vaga exceto se houver necessidade, sendo que o chamamento excedente acontecerá mediante justificação da Administração Pública.

1.3 – O presente Edital de Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal e Lei Complementar nº 041/2011 e 042/2011 e alterações posteriores (Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipal); Lei Complementar nº 009/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e suas alterações posteriores das devidas leis e demais legislação em vigor.

1.4 – É de responsabilidade do candidato o conhecimento da legislação mencionada no item anterior e outras determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários para o cargo/função por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.5 – A inscrição do Concurso Público implicará, desde logo, e ciência e a aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

1.6 – Os documentos exigidos pelas normas do presente Edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições do Edital.

1.7 – O Concurso Público será regido por este Edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento designada pela Administração Municipal, nomeada pelo Decreto n.º 5.516/20 de 29 de abril de 2020 e executado em todas as suas fases pela GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME.

1.6 – A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-á pela publicação de editais em www.jardinopolis.sc.gov.br e no site da empresa responsável pelo certame www.gsassessoriaconcursos.com.br.

1.7 – É de responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações das informações e atos do Concurso Público bem como o envio de recursos e documentações exigidas nos prazos e formas estabelecidos em Edital.

1.8 – São condições para participação no presente Concurso Público:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do art. 12, § 1º, da Constituição Federal;
- b) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

1.9 - O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura.

1.10 - O Concurso Público será realizado nas seguintes etapas:

- a) Primeira etapa: PROVA OBJETIVA (Escrita) para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório.
- b) Segunda Etapa – Prova Prática para motorista e operador de máquina e de Títulos para os cargos do magistério.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 – As vagas destinam-se aos cargos/funções abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima exigidos no presente Edital, de acordo com o cargo/função em questão.

2.2 – As atribuições do cargo/função são as constantes no Anexo II deste Edital.

2.3 – Os candidatos poderão inscrever-se nos seguintes cargos/função:

Cargo/ Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Valor
Auxiliar de Serviços Gerais	3 +CR	40	Nível Fundamental Completo	1.242.53
Vigia	1+CR	40	Nível Fundamental Completo	1.293.06
Merendeira	1+CR	40	Nível Fundamental Completo	1.242.53
Agente Comunitário de Saúde (micro área central)	1+CR	40	Nível Fundamental Completo	1.536.54
Monitor de Creche	1 + CR	40	Ensino Médio Completo	1.548.27
Motorista	4+CR	40	Nível Fundamental Completo portador de Carteira de habilitação categoria C	1.977.07
Operador de Máquinas	1+ CR	40	Nível Fundamental Completo, portador de Carteira de Habilitação categoria D	2.126.57
Fiscal de Vigilância Sanitária	1	40	Ensino Médio Completo	2.564.26
Técnico em saúde Bucal	CR	40	Ensino Médio Completo e portador de Certificado de Conclusão de Curso Técnico em Saúde Bucal	2.179.82
Engenheiro Agrônomo	1	20	Ensino superior - Portador de Diploma de Engenheiro Agrônomo com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	2.679,40
Odontólogo	1	40	Ensino superior- Portador de Diploma de Cirurgião Dentista com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	5.635.44
Assistente Social	CR	40	Ensino superior - Portador de Diploma de Assistente Social com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	5.635.44
Instrutor de Academia	1	40	Ensino superior - Portador de Diploma em curso superior em bacharelado em Educação Física	2.679.40

Professor de Educação Infantil	CR	20	Ensino superior com graduação em Pedagogia e habilitação na área e habilitação	1.649,76
Professor de Educação Física	1	20	Ensino superior, em curso de Licenciatura de Graduação Plena com habilitação na área	1.649,76
Professor de Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano séries iniciais	1	20	Ensino Superior com graduação em pedagogia e habilitação na área	1.649,76

*CR = Cadastro reserva (é a relação dos candidatos classificados para os cargos especificados no edital para suprir vagas que poderão ser abertas no período de validade do concurso público).

2.4 – A remuneração mensal dos cargos é a prevista no Anexo III da Lei Complementar nº 091/2020 e 092/2020.

2.5 - Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade deste Concurso Público.

2.6 – Os candidatos aprovados e nomeados estarão sujeitos ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar 009/2001.

3 – DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1 – Em razão do número de vagas ofertadas para determinado cargo/função não será aplicada a reserva mínima de 5% das vagas para deficientes físicos.

3.2 3.1.1 – Serão reservados para candidatos portadores de deficiência física os direitos relacionados às condições especiais para a realização da prova escrita objetiva.

3.2 – O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar no ato da inscrição.

3.3- Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais publicado no site da Prefeitura www.jardinopolis.sc.gov.br e no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br no dia 10/06/2020.

3.4– Os recursos contra a não homologação dos pedidos de condições especiais e das inscrições, deverão ser enviados através de formulário, exclusivamente na área do candidato, no campo destinado a recursos, no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br, devendo estes, estarem datados e assinados pelo requerente.

3.5 - A homologação final das inscrições será publicada no site da Prefeitura Municipal de Jardinópolis (SC) (www.jardinopolis.sc.gov.br) e no site da empresa responsável pelo certame (www.gsassessoriaconcursos.com.br), no dia 17/06/2020.

3.6 - A candidata que tiver a necessidade de amamentar, além de assinalar a condição prevista no item anterior, deverá levar acompanhante maior de 18 anos, o qual permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.6.1– Não será concedido tempo a mais para a candidata que tiver a necessidade de amamentar.

3.6.2– A candidata que não requerer esta condição no ato da inscrição, não poderá amamentar.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão realizadas no período de 04/05/2020 a 05/06/2020 exclusivamente no site www.gsassessoriaconcursos.com.br, empresa responsável pela execução do certame.

4.2 - O candidato que não tiver acesso à internet, poderá se dirigir até o Prédio da Prefeitura Municipal, de Jardinópolis (SC), nos horários das 07h00min às 13h00min, onde haverá uma pessoa responsável para efetuar a inscrição do mesmo.

4.3– Para inscrever-se através da internet o candidato deverá:

4.3.1– Ler atentamente o Edital do Concurso Público;

4.3.2– Preencher o formulário de inscrição disponibilizado no site da empresa;

4.3.3 – Efetuar o pagamento da taxa de inscrição exclusivamente por meio boleto bancário a ser gerado na área do candidato até o dia 08 de junho de 2020

4.3.4 – Imprimir a ficha de inscrição.

4.4 – Os candidatos que desejarem se inscrever como doadores de sangue, medula ou hipossuficientes deverão encaminhar todos os documentos exigidos para respectiva isenção conforme item 5.2 e 5.3 do presente edital até a data de 18/05/2020.

4.5 - Em caso de constatação de erro nos dados pessoais informados no formulário de inscrição, e/ou mudança do cargo inscrito, o candidato deverá alterar os seus dados através da área do candidato menu cadastro "Meus Dados".

4.5.1 – A alteração descrita no item anterior somente poderá ser realizada até a data limite de inscrições, nos termos e condições estabelecidos no item anterior.

4.5.2– Não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago em duplicidade.

4.5.3– Aconselha-se ao candidato que guarde o comprovante de pagamento, para a resolução de qualquer equívoco que possa ocorrer durante o certame.

4.5.4- O comprovante de pagamento da taxa de inscrição não será considerado como documento para fins de acesso à sala.

4.6 – A empresa GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME e o Município de Jardinópolis (SC), não se responsabilizarão por solicitações de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas, bem como quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.7 – Somente serão aceitas as inscrições após o pagamento do boleto referente a taxa de inscrição

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem elementos comprobatórios do pagamento de taxa de inscrição.

4.8 – Somente será admitida uma inscrição por candidato.

4.9 – É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, fax, ou por qualquer outra via não editalícia.

4.10 – O valor da taxa de inscrição será de R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de nível fundamental; R\$ 80,00 (oitenta reais) para os cargos de nível médio; e R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para o cargo de nível superior.

4.11– O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões.

4.12- A divulgação preliminar das inscrições será no dia 10 de junho de 2020, nos sites www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

4.13– Os candidatos que se sentirem prejudicados quanto a divulgação das inscrições, poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Concurso Público, EXCLUSIVAMENTE na área do candidato, na aba recursos, no site www.gsassessoriaconcursos.com.br, no dia 12 de junho de 2020.

4.13.1– A publicação da homologação final das inscrições após apreciação de recursos interpostos será realizada no dia 17 de junho de 2020.

4.14 – O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso do cancelamento do certame.

4.15 – Estão impedidos de participar deste certame os membros da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, os funcionários da empresa responsável pelo certame, bem como terceirizados desta, diretamente relacionados com a atividade de execução do certame.

4.15.1– A vedação constante no item anterior se estende aos seus cônjuges, conviventes e filhos.

4.15.2– Constatada em qualquer fase do Concurso Público, inscrição de pessoas que tratam o item e subitens anteriores, estará indeferida e o candidato será eliminado do certame.

5 – DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 – Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de doador de sangue e medula óssea nos termos da Lei Estadual n.º 10.567, de 7 de novembro de 1997 e nos casos de hipossuficiência econômica, nos termos do Decreto 6.593/2008.

5.2 – Os candidatos doadores de sangue ou medula óssea deverão realizar sua inscrição para o Concurso Público procedendo da seguinte forma:

5.2.1 – Após realizar seu cadastro e a inscrição, solicitar através da área do candidato/histórico de inscrições/situação/solicitar isenção;

5.2.2 – Preencher o Anexo III do presente Edital (digitado ou manuscrito), assinar, digitalizar em PDF e encaminhar como anexo;

5.2.3- Anexar o comprovante das doações;

5.2.4– O Anexo III devidamente preenchido, acompanhado dos comprovantes de doações, deverão ser encaminhados via área do candidato no momento da solicitação de isenção.

5.2.5– Qualquer outra forma de entrega/envio dos pedidos de isenção de taxa de inscrição será desconsiderada ou não recebida.

5.2.6– O candidato que enviar dois ou mais pedidos, será considerado apenas o último enviado, sendo os demais desconsiderados.

5.2.7– O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada e discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações pelo interessado, não podendo ser inferiores a três doações anuais, considerando-se os últimos 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital.

5.2.8– Para os doadores de medula óssea, faz-se necessário apenas o comprovante de doador (carteirinha).

5.2.9– Equipara-se como doador de sangue ou medula a pessoa que integra a Associação de Doadores e contribui, comprovadamente, para estimular, de forma direta ou indireta, a doação.

5.3 – Para solicitar a isenção da taxa de inscrição na condição de economicamente hipossuficiente o candidato deverá solicitar através da área do candidato/histórico de inscrições/situação/solicitar isenção e encaminhar a documentação dos seus dados conforme os que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município, responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico e deverá encaminhar à empresa organizadora do Processo Seletivo declaração fornecida pelo responsável pelos cadastramentos no CadÚnico de seu município em folha timbrada e carimbada pelo mesmo.

5.3.1 – A declaração deverá ser enviada via área do candidato.

5.3.2 – Os dados deverão ser informados mesmo que atualmente estejam divergentes ou que tenham sido alterados nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, em virtude do decurso de tempo para atualização do banco de dados do CadÚnico em âmbito nacional.

5.3.3 - Após o julgamento do pedido de isenção, o candidato poderá efetuar a atualização dos seus dados cadastrais pelo sistema de inscrições online ou solicitá-la ao fiscal de aplicação no dia de realização das provas.

5.3.4- Mesmo que inscrito no CadÚnico, a inobservância do disposto no subitem anterior poderá implicar o indeferimento do pedido de isenção do candidato, por divergência dos dados cadastrais informados e os constantes no banco de dados do CadÚnico.

5.3.5- A isenção mencionada no subitem 5.3 poderá ser solicitada no período das inscrições por meio do Formulário de Inscrição, devendo o candidato, obrigatoriamente, indicar o seu Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico, bem como declarar-se membro de família de baixa renda e ainda encaminhar a declaração solicitada no item 5.3.

5.3.6 - A GS Assessoria e Consultora LTDA - ME consultará o órgão gestor do CadÚnico a fim de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que requerer a isenção na condição de hipossuficiente.

5.4 - As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do processo seletivo, aplicando-se, ainda, o disposto no art. 10, parágrafo único, do Decreto n. 83.936, de 6 de setembro de 1979.

5.5 - O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita a análise e deferimento por parte da GS Assessoria e Consultora LTDA - ME.

5.6

5.6 - O fato de o candidato estar participando de algum Programa Social do Governo Federal (Prouni, Fies, Bolsa Família etc.), assim como o fato de ter obtido a isenção em outros certames, não garantem, por si sós, a isenção da taxa de inscrição.

5.7 - Não serão aceitos, após a realização do pedido, acréscimos ou alterações das informações prestadas, ressalvado o subitem 5.3.

5.8- Não será deferida a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição por fax, correio eletrônico ou pelos Correios.

5.9 - O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicarão a eliminação automática do processo de isenção.

5.10 – O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção de taxa de inscrição será divulgado no dia 21 de maio de 2020, no período vespertino nos sites: www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

5.11 - Os candidatos que não tiverem o pedido de isenção de taxa de inscrição deferida poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo certame, exclusivamente na área do candidato, no campo destinado a recursos, nos dias 12 de junho de 2020.

5.11.1 – O resultado final da homologação de isenções da taxa de inscrição será divulgado dia 17/06/2020 no período vespertino.

5.11.2 – Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos seguirão todas as etapas do certame da mesma forma que os demais candidatos, estando unicamente isentos do pagamento da taxa de inscrição.

5.11.3 – Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento do boleto referente à taxa de inscrição até o dia 08 de junho de 2020, sob pena de indeferimento de inscrição.

5.12 - É responsabilidade do candidato acompanhar as publicações e tomar ciência do seu conteúdo.

6 – DAS PROVAS OBJETIVAS

6.1 - A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo ou de qualquer outra condição.

6.2 - A prova objetiva será remarcada para outra data a ser definida com antecedência de no mínimo 30 dias.

6.2.1 – A critério do Município de Jardinópolis, e em razão da quantidade de inscritos, e em razão da pandemia do coronavírus fica alterado a data da realização das provas, horário e local, sendo devidamente comunicado no portal do Município aos candidatos com antecedência de no mínimo 30 dias.

6.2.2- A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, conterà 30 questões do tipo múltipla escolha, sendo subdividida em cinco alternativas, A, B, C, D, E das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.

6.2.3 - A prova objetiva será composta por questões inéditas, cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo/função de acordo com o conteúdo programático constante no Anexo I do presente Edital.

6.3– As provas objetivas serão compostas:

6.3.1 – As provas objetivas para os cargos de professor de Educação Infantil, Professor de séries iniciais (1º ao 5º ano) e Professor de Educação Física que contem provas de títulos serão compostas:

PROVA	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS
Primeira Parte	Língua Portuguesa	05	08 0,20	1,00
	Matemática	05	0 0,20	1,00
	Total de Pontos	2,00		
Segunda Parte	Conteúdo Específico do cargo/função	20	0,25	5,00
	Total de Pontos	5,00		

TOTAL	7,00
-------	------

6.3.2 – As provas objetivas para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas que contém a previsão de prova prática serão compostas:

PROVA	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES		PESO	TOTAL DE PONTOS
Primeira Parte	Língua Portuguesa	05		08 0,20	1,00
	Matemática	05		0 0,20	1,00
	Total de Pontos		2,00		
Segunda Parte	Conteúdo Específico do cargo/função	20		0,25	5,00
	Total de Pontos	5,00			
TOTAL	7,00				

6.3.3 - As provas objetivas para os demais cargos de nível superior, médio e fundamental serão compostas:

PROVA	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES		PESO	TOTAL DE PONTOS
Primeira Parte	Língua Portuguesa	05		08 0,30	1.50
	Matemática	05		0 0,30	1,50
	Total de Pontos		3,00		
Segunda Parte	Conteúdo Específico do cargo/função	20		0,35	7,00
	Total de Pontos		7,00		
TOTAL	10.00				

6.3.4 – O caderno de questões é o espaço na qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se rabisco e a rasura em qualquer folha.

6.4 – O candidato deverá comparecer ao local de prova com ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 MINUTOS, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

6.4.1 – OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO ABERTOS ÀS 07H20MIN E FECHADOS ÀS 07H50MIN e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

6.4.2 – Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital, com exceção do descrito no item 6.2.1..

6.5 – O acesso à sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL COM FOTOGRAFIA.

6.5.1 - A não apresentação dos documentos descritos no item acima, implicará na eliminação do candidato no certame.

6.5.2 – São considerados documentos de identidade a Carteira Nacional de Habilitação com foto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e as carteiras e/ou cédulas de Identidade expedidas pelas Secretaria de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar e Ordens ou Conselhos de Classe.

6.5.3 - Não serão aceitos documentos danificados, não identificáveis e/ou ilegíveis, nem reproduzidos por aparelhos de fax ou scanner.

6.5.4 - Em caso de perda, furto ou roubo do documento original de identidade, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido a no máximo 30 dias da data da realização da prova.

6.5.4 - A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

6.5.5 – O candidato que não apresentar documento de identidade original com fotografia ou o registro de ocorrência em órgão policial, estará automaticamente excluído do Concurso Público.

6.5.6 – O comprovante de depósito bancário referente à taxa de inscrição NÃO serve para fins de acesso à sala de provas.

6.5.7 – O candidato deverá levar consigo o material de uso pessoal para realização da prova, sendo este obrigatoriamente caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

6.5.8 – Durante a realização das provas é vedada toda e qualquer consulta à materiais, sejam estes equipamentos eletrônicos ou didáticos.

6.5.9 - Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

6.5.10 - O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

6.5.11 - O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso Público.

6.5.12 - Durante a realização das provas é vedado:

- consultar livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos;
- a comunicação entre os candidatos;
- ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;
- a ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e/ou etiquetas;
- entregar a prova e o cartão resposta antes de decorrido 60 (sessenta) minutos do seu início.
- o uso de relógio de qualquer tipo e aparelhos telefônicos, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, bonés, chapéus e porte de qualquer tipo de arma.

6.5.13 - Motivarão a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla

a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Concurso Público, aos comunicados, às Instruções ao Candidato constantes na prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.6 - Será automaticamente excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) Chegar após o horário previsto para o fechamento dos portões;
- b) Não apresentar documento de identidade original com fotografia no dia de realização da prova;
- c) Tratar com descortesia os fiscais de sala ou membros da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público;
- d) For surpreendido fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de equipamento eletrônico;
- e) For flagrado em comunicação com os demais candidatos;
- f) Não devolver o Caderno de Questões e o Cartão Resposta;
- g) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um fiscal;
- h) Utilizar-se de meios ilícitos para execução da prova;
- i) Perturbar de qualquer modo a ordem e execução dos trabalhos;
- j) Não comparecer para realização da prova;
- l) Nos demais casos previstos neste Edital.

6.7 - Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e acondicionados em local indicado pelos fiscais no momento da realização prova, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6.8 - Os pertences pessoais dos candidatos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

6.9 - A GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME e o Município de Jardinópolis/SC não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

6.10 - Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) Substituir os Cadernos de Questões defeituosos;
- b) Proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;
- c) Estabelecer, prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

6.11 - No Caderno de Questões não haverá a identificação do candidato.

6.12 - Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Concurso Público.

6.13 - Os fiscais da equipe de aplicação de prova e da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público não fornecerão informações acerca do conteúdo da prova objetiva.

6.14 - Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato poderá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas esferográficas de tinta azul ou preta de material transparente, cartão de respostas, comprovante de inscrição, documento de identificação e água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulo ou etiqueta.

6.15 - A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões, Cartão Resposta somente será permitida depois de transcorrido 60 (sessenta) minutos do início da mesma.

6.16 - O candidato poderá ausentar-se da sala de provas, momentaneamente, desde que acompanhado por um fiscal;

6.17 - Não será permitida a saída da sala com qualquer material referente à prova, sob pena de desclassificação/eliminação do certame;

6.18 - Não haverá prorrogação do tempo normal de prova por motivo de afastamento do candidato

6.19 - Os três últimos candidatos ao entregarem a prova deverão permanecer juntos na sala para juntamente com os fiscais da sala:

- a) Assinarem a folha ata;
- b) Assinarem o verso de todos os cartões respostas;
- c) Assinarem e lacrarem os envelopes que guardarão os Cadernos de Questões e os Cartões Resposta;

6.20 - As provas serão confeccionadas, corrigidas e conferidas pela Banca Examinadora, a qual é composta por no mínimo um professor de português, matemática, informática, e demais áreas específicas de cada cargo.

6.21 - Ao candidato aconselha-se que no dia da realização da prova, leve consigo o comprovante de depósito bancário referente à taxa de inscrição para possíveis conferências. Porém, é indispensável a apresentação de documento de identificação com foto.

6.22 - O ensalamento será publicado no dia 17 de junho de 2020, nos sites www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

6.23 - O gabarito preliminar das provas objetivas será publicado na data a ser Definida, nos sites www.jardinopolissc.gov.br) e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

6.24 - Será facultado ao candidato interpor recurso contra as questões da prova objetiva à empresa responsável pelo certame, exclusivamente na área do candidato, no campo destinado a recursos, no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br, nos dias a ser

definidos.

6.25 - O gabarito definitivo das provas objetivas será publicado no dia a ser definido e publicado no nos sites www.jardinopolissc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

7 - DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA

7.1 - O candidato receberá juntamente com o Caderno de Questões o Cartão Resposta.

7.1.1 - O candidato deverá preencher o Cartão Resposta suas respostas por questão, na ordem de 01 a 30, marcando de acordo com as instruções contidas no Caderno de Questões e repassadas pelos fiscais de sala.

7.1.2 – O candidato deverá preencher o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não serão válidas as marcações feitas a lápis ou caneta de ponta porosa ou de cor diferente das anteriormente mencionadas.

7.2 - O preenchimento do Cartão Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser realizado de acordo com as instruções especificadas anteriormente, sendo que os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, tais como dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido ou preenchido parcialmente, acarretarão a perda da pontuação da questão pelo candidato.

7.3 - Somente serão válidas as marcações contidas no Cartão Resposta que estiverem de acordo com as instruções contidas no Caderno de Questões e repassadas pelos fiscais de sala.

7.4 - Nos Cartões Resposta que forem constatadas questões em branco será realizada a anulação das mesmas.

7.5 - NÃO será fornecido, em hipótese alguma, novo Cartão Resposta, salvo no caso de erros de impressão.

7.6 - O Cartão Resposta é o único documento válido para a correção, devendo ser preenchido com atenção. A não entrega do Cartão Resposta implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.6.1 - Em nenhuma hipótese será considerado o Caderno de Questões para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação.

7.7 - Será permitido aos candidatos anotar suas respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se do campo destinado para isso na última página do Caderno de Questões.

7.8 - O gabarito definitivo das provas objetivas estarão disponíveis nos sites www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

8 – DA PROVA DE TÍTULOS

8.1 - A prova de títulos, de caráter classificatório, será aplicada aos candidatos inscritos ao cargo/função de: Professor de Educação Física e Professor de Educação Infantil.

8.2 - Os títulos deverão ser entregues na data a ser definida, em fotocópia devidamente autenticada em serventia pública (cartório), juntamente com o Anexo VI (em duas vias) do presente Edital, lacrados em envelope inviolável, diretamente aos representantes da empresa GS Assessoria presentes na data do certame, responsáveis pelo recebimento dos mesmos.

8.2.1 – A fotocópia do título a ser entregue deverá estar autenticada no verso e anverso, caso não contenha as duas autenticações o título não será considerado.

8.2.2 – Não serão recebidos os títulos entregues após o término horário previsto no item 8.2.

8.3 - Para a avaliação de títulos serão considerados documentos apresentados, com os valores gradativos que constam do quadro seguinte:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Comprovante de Pós-Graduação.	0,50
b) Comprovante de Mestrado.	1,00
c) Comprovante de Doutorado	1,50
TOTAL	3,00

8.4 - Os títulos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” somente poderão ser pontuados uma única vez.

8.4.1 - A soma dos títulos não poderá ultrapassar 3,0 pontos.

8.4.2 - Não será computada como título a capacitação específica para o desenvolvimento das atividades específicas de cada cargo/função.

8.4.3 - O candidato que não entregar o título no prazo, no horário e no local estipulados no presente edital receberá nota 0 (zero).

8.4.4 - A escolha do título a ser encaminhado é de inteira responsabilidade do candidato. À Comissão Avaliadora cabe apenas avaliar o título relacionado e encaminhado pelo candidato.

8.5 - Não será realizada a conferência dos títulos no momento da entrega pelo candidato, sendo de sua inteira responsabilidade a conferência e a entrega dos títulos na forma prevista pelo presente edital. A Comissão avaliadora fará a análise apenas dos títulos relacionados no formulário do Anexo VI, desde que os mesmos sejam entregues na forma descrita no presente Edital.

8.6 - Para fins de análise e cômputo da respectiva pontuação, nos termos do quadro constante nos itens 8.3, não serão aceitos Declarações ou Atestados de Conclusão de Curso de Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado, sendo que somente serão aceitos e pontuados os títulos

que apresentem o diploma devidamente registrado de cursos reconhecidos pelo MEC.

8.7 - Não serão aceitas declarações ou atestados de frequência.

8.8 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei, e devem estar acompanhados de tradução oficial se redigidos em língua estrangeira.

8.9 - Entregue a relação dos títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação. Do mesmo modo, não se admitirá os títulos entregues após o prazo previsto em item 8.2 deste Edital.

8.10 - Somente serão considerados como títulos, os diplomas que sejam expedidos por instituição de ensino credenciada pelo MEC.

8.11 - O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

8.12 - A nota da prova de títulos será divulgada no dia a ser definido juntamente com o gabarito preliminar da Prova Objetiva, nos sites www.jardinópolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

8.13 - Os recursos em relação à prova de títulos poderão ser interpostos à empresa responsável pelo Concurso Público, GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME, exclusivamente na área do candidato, no campo destinado aos recursos, no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br, nos dias a ser definido.

8.14 - A divulgação da nota final da prova de títulos será no dia a ser definido nos sites www.jardinópolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

9- DA PROVA PRÁTICA

9.1 - À prova prática serão submetidos todos os concorrentes às vagas dos cargos de Motorista e Operador de Máquina.

9.1.1 - Os candidatos realizarão a prova prática com o veículo/máquina de acordo com o cargo que se inscreveram:

a) Motorista: veículo a ser disponibilizada pelo município;

b) Operador de Máquina: maquinário correspondente ao cargo pelo qual de inscreveu a ser fornecida pelo município.

9.1.2 - A prova prática para os concorrentes às vagas dos cargos identificados no item anterior, será realizada no dia a ser definido, conforme o término da prova objetiva os candidatos deverão se apresentar ao local da prova prática.

9.1.3 - A prova prática será realizada junto à Garagem de Máquinas do Município, localizada na rua Tiradentes, centro.

9.1.4 - A ordem de realização, será a ordem de chegada dos candidatos ao local destinado à esta.

9.1.5 - Os candidatos aguardarão a chamada para a prova prática, em ambiente adequado, no local estabelecido no item "9.1.3", acima.

9.2 - Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar obrigatoriamente a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria exigida, conforme item 2.3 do presente Edital, de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro.

9.2.1 - O candidato que não apresentar a Carteira Nacional de Habilitação, conforme a categoria exigida neste Edital, não poderá realizar a prova prática, estando, automaticamente eliminado do certame.

9.2.2 - Os candidatos deverão comparecer no local de aplicação das provas trajado e calçado adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

9.3 - Os candidatos deverão assinar a lista de presença e formulário próprio de avaliação, juntamente com o(s) fiscal(ais) e o(s) aplicador(es) da prova prática.

9.4 - A prova prática consistirá em tarefa a ser determinada pelo instrutor no momento da prova, através de avaliação desenvolvida para tal finalidade, com duração máxima de 20 minutos, onde serão avaliados os seguintes itens:

a) Verificação das condições da máquina/veículo;

b) Utilização dos itens e procedimentos de segurança;

c) Partida e parada;

d) Habilidades, técnicas e aptidões na operação do equipamento/veículo;

e) Obediência às situações do trajeto.

f) respeito às regras de trânsito.

9.5 - À prova prática será atribuída nota de 0 a 5 sendo a avaliação realizada da seguinte forma:

9.5.1 - O candidato será analisado por cada item, de acordo com o sub item 9.4 do Edital, e atribuído um conceito:

a) Ótimo (0,50);

b) Muito Bom (0,40);

c) Bom (0,30);

d) Satisfatório (0,20);

e) Regular (0,10);

f) Péssimo (0,00).

9.6 – Quando finda a prova, serão somados os pontos adquiridos em cada item, que resultará a nota final da prova prática, conforme fórmula abaixo.

Pontuação da Prova Prática (ΣPP^*):

ΣPP : somatória dos pontos ganhos em cada item (0,0 a 0,5)

9.7 - Os veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais serão utilizados na prova prática fornecidos pelo Município de Jardinópolis/SC e deverão ser devolvidos nas mesmas condições que recebidos.

9.8 – A responsabilidade de eventuais danos causados pelos candidatos na Prova Prática (danificação do equipamento, danos a terceiros, materiais, corporais, etc), será de responsabilidade exclusiva do candidato.

9.9 – A empresa responsável pela execução do Concurso Público reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas, alterar as datas e locais das provas práticas. Caso ocorra mudança na data da realização da prova prática os candidatos serão avisados da nova data, horário e local da realização da prova.

9.10 - A nota da prova prática será divulgada no dia a ser definido juntamente com o gabarito preliminar da Prova Objetiva, nos sites www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

9.11 – Os recursos em relação à Prova Prática poderão ser interpostos à empresa responsável pelo Concurso Público, GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME, exclusivamente na área do candidato, no campo destinado a recursos, no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br, no formato de arquivo em PDF, entre os dias a ser definido.

9.12 - A divulgação da nota final será no dia a ser definido, nos sites www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br

10- DOS RECURSOS

10.1 - É assegurado aos candidatos a interposição de recursos nos seguintes casos nas datas previstas no Edital:

10.1.1 – Quanto ao indeferimento dos pedidos de isenção de taxa de inscrição;

10.1.2 – Quanto ao indeferimento das inscrições;

10.1.3 – Quanto ao indeferimento de condições especiais para a realização da prova escrita objetiva;

10.1.4 – Quanto às questões da prova objetiva;

10.1.5 – Quanto ao gabarito preliminar e das questões objetivas;

10.1.6 – quanto às notas preliminares das provas de títulos e ou práticas.

10.1.7 – Quanto à Ata de Classificação Preliminar do Concurso Público;

10.1.8 – Com relação às incorreções ou irregularidades constatadas na execução do Certame.

10.2 – A interposição dos recursos acima delineados deverá ocorrer mediante preenchimento do Formulário de Recurso constante no anexo IV deste Edital e enviado da seguinte maneira:

10.2.1 - Encaminhado à empresa responsável pelo certame, EXCLUSIVAMENTE na área do candidato, no campo destinado a recursos, no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br, no formato de arquivo em PDF;

10.2.2 - Obrigatoriamente individual, fazendo-se constar nome completo do candidato, número da inscrição e cargo para o qual se inscreveu, fundamentado e assinado;

10.2.3 - Os recursos contra questões da prova objetiva deverão ser apresentados em uma folha (Formulário) para cada questão recorrida, com fundamentação clara e ampla, comprovando-se as alegações mediante citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes.

10.2.4 - Os recursos enviados em desacordo ao formulário constante no Anexo IV, não serão considerados.

10.2.5 – Será apenas considerado o primeiro recurso enviado, nos casos de envio de mais de um recurso para o mesmo fato.

10.3 - Caso da análise dos recursos interpostos decorra a anulação de questões da prova objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

10.3.1 - Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com o novo gabarito.

10.4 – Os recursos serão avaliados e respondidos pela Banca Examinadora, a qual é composta por no mínimo um professor de português, matemática e demais áreas específicas de cada cargo.

10.5 - Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como aqueles que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

10.6 - Não serão aceitos recursos encaminhados por meio que não seja o previsto neste Edital, bem como sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

10.7 - A empresa GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME e o Município de Jardinópolis/SC, não se responsabilizarão por recursos enviados via internet não recebidos por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas, bem como

quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

11- DO RESULTADO FINAL

11.1 - Para atribuição da nota final, o resultado da prova escrita objetiva será computado conforme fórmula abaixo:

$$\text{Número de Acertos} \times \text{Valor da Questão} = \text{NOTA FINAL}$$

11.2 - Para atribuição da nota final aos cargos que tem a previsão de prova de títulos, o resultado da prova objetiva será somado à pontuação de títulos, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Nota Prova Objetiva} + \text{Nota Prova de Títulos} = \text{NOTA FINAL}$$

11.3 - Para atribuição da nota final aos cargos que tem a previsão da prova prática, o resultado da prova objetiva será somado à pontuação obtida na prova prática, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Nota Prova Objetiva} + \text{Nota Prova Prática} = \text{NOTA FINAL}$$

11.4 - Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) Candidatos com idade igual ou superior a 60 anos;
- b) Obtiver maior nota de conhecimentos específicos;
- c) Obtiver maior nota de língua portuguesa;
- d) Obtiver maior nota de matemática;
- e) Data de nascimento (mais velho);
- f) Sorteio público.

11.5 – Somente serão classificados e poderão ser chamados os candidatos com média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

11.5 – somente serão classificados os candidatos dos cargos de motorista e operador de máquina e Professor de Educação Infantil, séries iniciais e Educação Física, os candidatos que alcançarem 50% (cinquenta por cento) der acertos na prova objetiva.

11.5.1 Para os demais cargos somente serão classificados os candidatos com média final igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

11.6 – Havendo candidatos com idade igual ou superior a 60 anos, estes terão preferência na classificação sobre os demais em caso de empate, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.741, de 12 de outubro de 2003.

11.7 – A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente de notas obtidas.

12 - DA CONVOCAÇÃO E DO PROVIMENTO

12.1 – Os candidatos classificados e que excederem ao número de vagas poderão ser convocados durante o prazo de validade do Concurso Público em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações no site oficial do município ocorrido durante o prazo de validade do Concurso Público.

12.2 – Os candidatos aprovados serão convocados através do site oficial do Município, na imprensa local a comparecerem em data, horário e local preestabelecidos para serem contratados e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

12.3 – São requisitos básicos para provimento ao cargo/função:

12.3.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

12.3.2- Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

12.3.3 - Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

12.3.4 - Ter nível de escolaridade, habilitação legal exigida para o exercício do emprego;

12.3.5- Idade mínima de 18 anos;

12.3.6- Atestado de aptidão física e mental para o exercício do emprego, expedido por médico legalmente habilitado, podendo ser ratificado pelo médico do Município a critério da Administração Pública;

12.4 - Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador da Profissão;

12.4.1 - Declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não recebimento de Proventos decorrentes de inatividade em cargos não cumuláveis;

12.4.2 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 anos;

12.4.3 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato nos últimos 5 anos;

12.4.4 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

12.4.5 - Atender a todos os requisitos da legislação municipal pertinente para a investidura no cargo público.

12.5 - Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado, para tomar posse do cargo/função.

12.6 - O candidato aprovado que não se apresentar no setor de Recursos Humanos do Município de Jardinópolis (SC), no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 12.3 deste Edital, mediante a

apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Concurso Público, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

12.7 - O prazo de validade deste Concurso Público será de 1 (um) ano, contado a partir da data do Edital de Homologação, podendo ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério do Município de Jardinópolis (SC).

12.8 - O candidato deverá manter seus dados atualizados no Município de Jardinópolis (SC).

13 - DAS COMPETÊNCIAS

13.1 - À Empresa GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME. compete, através de seus departamentos, a confecção de editais; recebimento das inscrições; conferência de documentos; elaboração, aplicação, fiscalização, coordenação, correção e demais atos pertinentes as provas; emissão de atas e listagens diversas; recebimento e apreciação de recursos interpostos;

13.1.1 - A divulgação das informações em site próprio; elaboração de dossiê sobre o Concurso Público com todos os atos decorrente de sua aplicação para arquivamento pela contratante; prestação de informações sobre o certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do Concurso Público.

13.2 - Ao Município de Jardinópolis (SC) compete, através do Prefeito Municipal e da Comissão Executiva, disponibilização de Leis e demais informações; homologação das inscrições; divulgação dos atos pertinentes ao certame; informação acerca de impugnações contra este Edital; assinatura e publicação dos editais e demais atos; acompanhamento de todas as fases do certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do Concurso Público.

14 – CRONOGRAMA

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PERÍODO
1. Período de Inscrição exclusivamente pela internet.	04/05/2020 a 05/06/2020
2.	05/05/06/2020
2. Prazo de entrega da documentação da comprovação para candidatos doadores de sangue, medula e hipossuficientes.	04/05/2020 a 18/05/2020
3. Publicação da divulgação preliminar dos pedidos de isenção de taxa de inscrição	19/05/2020
4. Prazo para interposição de recurso quanto o não deferimento dos pedidos de isenção de taxa de inscrição	19/05/2020 a 20/05/2020
5. Divulgação dos resultados dos recursos dos pedidos de isenção	21/05/2020
6. Último prazo para pagamento da taxa de inscrição	08/06/2020
7. Publicação da divulgação preliminar das inscrições e dos pedidos de condições especiais para realização da prova objetiva	10/06/2020
8. Prazo de recursos contra as inscrições deferidas e indeferidas	12/06/2020
9. Publicação da homologação final dos pedidos de isenção de taxa de inscrição, homologação de todas as inscrições e Divulgação do Ensalamento dos candidatos	17/06/2020
14. Aplicação da Prova objetiva	A DEFINIR
15. Divulgação do gabarito preliminar das provas	A DEFINIR
16. Prazo para interposição de recurso contra o gabarito preliminar e questões das provas objetivas	A DEFINIR
17 Divulgação preliminar das notas das provas de títulos e da prova pratica.	A DEFINIR
18 Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar das notas das provas e títulos e/ou práticas.	A DEFINIR
18. Divulgação do gabarito definitivo das provas objetivas	A DEFINIR
18. Divulgação da Ata de Classificação Preliminar	A DEFINIR
19. Prazo para interposição de recurso contra a Ata de Classificação Preliminar	A DEFINIR
20. Divulgação da Ata de Classificação Final	A DEFINIR

14.1 - O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Executiva e da empresa GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME.

15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público do Município de Jardinópolis.

15.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas (SC) para dirimir quaisquer questões em relação ao presente certame.

15.3 - Após a divulgação da Ata de Classificação Final do Concurso Público, a empresa Contratada entregará ao Município de Jardinópolis (SC) todos os registros escritos originais gerados no certame (fichas de inscrição, cadernos de questões da prova escrita objetiva, listas de presença por sala, termos de abertura de malotes de provas, termos de lacre de envelopes, atas de ocorrências por sala, recursos e

gabaritos).

15.4 – Fazem parte deste Edital:

- 15.4.1 – Anexo I – Conteúdo Programático;
- 15.4.2 – Anexo II – Atribuições do Cargo/Função
- 15.4.3 – Anexo III – Pedido de isenção da taxa de inscrição;
- 15.4.4 – Anexo IV – Formulário de Recurso;
- 15.4.5 - Anexo V – Formulário Requerimento de Portador de Deficiência
- 15.4.6 - Anexo VI – Formulário de Títulos

15.5 - Os horários estabelecidos nesse Edital têm como referência o horário oficial de Brasília/DF.

15.6 - O prazo de impugnação deste Edital é de cinco (05) dias contados da sua publicação.

15.7 – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

15.8 – As demais disposições permanecem inalteradas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis/SC, 10 de Junho de 2020.

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Parte Geral

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA: Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes. Ortografia: divisão silábica, uso do hífen, vírgula, ponto e vírgula, travessão e parênteses, acentuação gráfica, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j, pontuação. Singular, plural, masculino e feminino. Morfologia: artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição. Sintaxe: voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal. Fonologia: fonemas, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Semântica: sinônimo, antônimo, figuras de linguagem, conotação e denotação.

MATEMÁTICA: Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Operações com números naturais e números racionais. Equação do 1º grau. Expressões algébricas. Regra de três. Raiz quadrada. Números primos. Juros simples. Razão e proporção. Sistema métrico decimal: comprimento, metro quadrado e cúbico, litro, grama, quilograma, área e volume. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Problemas. Sistema Monetário Brasileiro. Raciocínio lógico.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, reconhecimento e compreensão de diferentes tipos e gêneros textuais, coesão e coerência, recursos coesivos, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes, informações literais e inferências, intertextualidade e extratextualidade. Ortografia: divisão silábica, pontuação, uso do hífen, acentuação gráfica, crase, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j, adequação vocabular. Morfologia: processos de formação de palavras, artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição, flexões, conjugação verbal, sentido próprio e figurado. Sintaxe: sintaxe da oração e do período composto, voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal. Semântica: relações de significados entre palavras e orações, polissemia, sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, figuras de linguagem, conotação, denotação, ambiguidades. Fonologia: fonemas e letras, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Literatura: períodos e estilos da literatura brasileira, estilos dos escritores, gêneros literários. Novo acordo ortográfico.

MATEMÁTICA:

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com números naturais, números racionais e números complexos. Teoria dos conjuntos. Operações com frações, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Funções exponenciais. Análise Combinatória e binômio de Newton. Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares. Números complexos. Raciocínio lógico. Polinômios. Produtos notáveis. Equações e inequações de 1º e 2º Grau. Problemas. Probabilidades. Fatoração. Potenciação. Regra de três simples e composta. Juros simples e composto. Razão e proporção. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Média aritmética simples e ponderada. Geometria: Forma, perímetro, área, volume, ângulo e Teorema de Pitágoras. Geometria analítica. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória. Sistema Monetário Brasileiro. Equações logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Derivada. Trigonometria.

2. Parte Específica**NÍVEL FUNDAMENTAL****Auxiliar de Serviços Gerais:**

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral. Serviços de capina em geral. Limpeza de vias públicas e praças municipais. Tarefas de construção. Instrumentos agrícolas. Técnicas de aplicação de inseticidas e fungicidas. Lavagem de máquinas e veículos. Limpeza de peças e oficinas. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Noções de segurança no trabalho. Noções de primeiros socorros. Conservação do Mobiliário. Telefones de emergência. Saneamento básico. Manuseio de produtos químicos. Noções básicas de eletricidade, hidráulica, carpintaria e marcenaria e reparos em alvenaria. Noções básicas de pintura em paredes, muros e metal. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Vigia:

Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, especificamente sobre serviços de vigia e de vigilância (desarmada) de bens públicos móveis e imóveis, sejam patrimoniais ou de domínio público; conhecimentos acerca das formas de comunicação dos atos de depredação do patrimônio público, inclusive do patrimônio, histórico e cultural e das formas de comunicação das tentativas de arrombamento de portas, janelas, guaritas, outros e outros acessos aos prédios públicos municipais; conhecimentos sobre equipamentos necessários ao exercício das atribuições do cargo, bem como sua manutenção e conservação; conhecimentos sobre o controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos locais de vigilância e da forma e meios para a comunicação de anormalidades e ocorrências diversas, no local e horário de trabalho; conhecimento das responsabilidades e deveres dos servidores públicos municipais; conhecimentos sobre o relacionamento com os demais servidores da Administração Municipal com as autoridades, dirigentes superiores, servidores municipais, com outras autoridades municipais, com os munícipes; conhecimentos acerca das responsabilidades relacionadas com o exercício das atribuições do cargo; outros conhecimentos para a execução das atividades pertinentes às características e a especificidade do cargo. Lei Orgânica e estatuto dos servidores.

Merendeira:

Noções básicas de higiene pessoal e saúde; noções gerais de limpeza e conservação das instalações bem como a utilização de equipamentos e materiais de limpeza; cuidados necessários com relação a limpeza dos móveis, calçadas, vidros e outros que ficarão sob sua responsabilidade, remoção de lixo e detritos; noções de segurança do trabalho; Hierarquia no setor público; noções de conservação e preparo de alimentos; cuidados com a higiene no preparo de alimentos; Relacionamento com seus superiores e colegas no mesmo nível de atividades; Uso de equipamentos de proteção individual – EPI.

Agente Comunitário de Saúde:

Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria GM nº 648/2006 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adulto e idoso.

Motorista:

Legislação de Trânsito; primeiros socorros; instrumentos e ferramentas; conhecimentos operacionais de eletricidade de autos; noções básicas de: mecânica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos de veículos; conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos como: leitura do painel, nível de óleo, de água, condições de freio, pneus, etc.; diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos; lubrificação e conservação do veículo; Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar; resoluções do CONTRAN. Direção defensiva. Primeiros Socorros ou Suporte Básico de Vida; Noções de segurança no trabalho; Cidadania e Meio Ambiente.

Operador de Máquinas:

Legislação de Trânsito; Sinalização; Direção Defensiva; Primeiros Socorros ou Suporte Básico de Vida; Noções de segurança no trabalho; Cidadania e Meio Ambiente; Noções básicas de mecânica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos e veículos pesados, tais como: motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira e trator de esteiras; Conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos como: leitura do painel, alavancas, nível de óleo, de água, condições de freio, pneus, etc; Diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos; Conhecimentos da manutenção diária e preventiva dos equipamentos; Código Nacional de Trânsito; Operações com motoniveladoras e tratores de esteira relativos à: nivelamento de solo, abertura de ruas e estradas, espalhamento de pedras, saibro, corte de barrancos, terraplanagem e movimento de terras; Operações com pá carregadeira e retroescavadeira relativos à: abertura de valas, remoção de aterros, carregamento de caminhões com aterros, desgastes, rasgamentos e alisamento de barrancos; Uso de equipamentos de proteção individual – EPI.

NÍVEL MEDIO/SUPERIOR**Monitor de Creche:**

Desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos. Cuidados da Criança. Atividades para a criança de 0 a 5 anos. Disciplina Escolar; Conceitos. Ética e posturas profissionais. Agressividade, limites e violência. Autonomia e obediência. Qualidade de vida de crianças: Saúde, lazer e o brincar. Higiene de crianças e no ambiente de trabalho. Trabalho em equipe: Níveis de interação. Equipe Multiprofissional. Estatuto da Criança de do Adolescente - Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

Fiscal de Vigilância Sanitária:

Processo Saúde-Doença. Coeficientes avaliadores de saúde. Epidemiologia descritiva e metodologia epidemiológica. Endemia e epidemia. Sistema de Vigilância Epidemiológica Geral ação no controle de doenças. Doenças transmissíveis e modos de transmissão. Saúde materno-infantil. Programas de imunização. Eficácia de vacinas. Saneamento do meio ambiente. Saúde e nutrição. Biossegurança. Vigilância sanitária. Sistema único de saúde. Consciência local e global relativas ao meio ambiente e a sua proteção e melhoria. Relação entre meio ambiente e a realidade cotidiana. Compreensão dos problemas ambientais que afetam a vida da comunidade do município, do estado, do país e do planeta. Relação entre as questões políticas, econômicas e sociais e as questões ambientais. Atribuições da Vigilância Sanitária. Conceito: área de abrangência, instrumentos de Atuação, o poder de polícia, emissão de autos e documentos legais, fiscalização e inspeção sanitária. Vistorias Alimento: manipulação, armazenamento, transporte, saúde do trabalhador e edificações. Legislação municipal. Doenças transmissíveis por alimentos; Noções sobre intoxicação por Agrotóxicos; Alimento: manipulação, armazenamento e transporte; saúde do trabalhador; normas federais constituição brasileira de 1988; Título I; Título II; Título III; Cap. VII, Seção I e II; Título VIII; Cap. II, Seção II e Cap. VI; Lei 8.080/90; Lei 9.782/99 e med. Prov. 2.190-34 de 23 de agosto de 2001. Normas estaduais: lei 6.320/83; Decreto 24.622/84; Decreto 31.455/87; Decreto 23.663/84. Código Sanitário do Município de Jardinópolis - LEI COMPLEMENTAR Nº 063/15.

Técnico em Saúde Bucal.

Conhecimentos básicos da função de Auxiliar de Saúde Bucal; Processamento de radiografias; Orientação para a saúde bucal; Acolhimento e preparo de paciente para o atendimento; Noções da rotina de um consultório dentário; Noções de arquivos específicos da odontologia: fichas de pacientes, radiografias, documentações; Esterilização de materiais; Limpeza e desinfecção do meio no ESTADO DE SANTA CATARINA e Município de Jardinópolis; Conhecimento de todos os instrumentos utilizados nas práticas odontológicas; Materiais dentários: indicação, proporção e manipulação; Preparo de bandeja; Medidas de proteção individual; Noções de microbiologia e parasitologia; Doenças transmissíveis na prática odontológica; Biossegurança, ergonomia e controle de infecção no consultório; Normas de desinfecção e esterilização; Noções de ergonomia aplicadas à odontologia.

Engenheiro Agrônomo

Introdução, seleção, melhoramento e produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, oleaginosas, têxteis, hortícolas, frutícolas e outras culturas de interesse econômico; Produção, multiplicação e tecnologia de sementes e mudas; Ecologia, fisiologia, botânica e taxonomia vegetal; nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes; biologia, química e física do solo; emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura; técnicas relacionadas com a produção vegetal; programas e campanhas de profilaxia e combate e doenças e pragas dos vegetais; Botânica e fisiologia; Viveiro, produção de mudas e implantação da lavoura; Cultivares; Manejo de podas; Nutrição mineral e diagnóstico do estado nutricional; Recomendação de calagem, gessagem e adubação; Manejo de doenças, pragas e plantas daninhas; Colheita e pós-colheita; Mecanização em regiões montanhosas; Pastagens e silagens. Manejo animal e produção em geral.

Odontólogo:

Atenção Básica; Atribuições do cargo, segundo as normas da administração pública e do Conselho Federal e Regional de Odontologia; Incidência cárie dental; Saúde Pública; Sistema Único de Saúde (Lei 8080/90, Lei 8142/90); Campanhas de saúde pública; Conhecimento de técnicas próprias da profissão; Conhecimentos de normas de saúde bucal, segundo as normas operacionais de saúde, expedidas pelo Ministério da Saúde e pelo Sistema Único de Saúde - SUS; Atendimento as gestantes, idosos, crianças, doentes crônicos e população em geral; Farmacologia na Odontologia; Programa de Saúde da Família – PSF e do Programa de Saúde Bucal – PSB; Ética em Odontologia; Planejamento em Saúde; Monitoramento e avaliação; Indicadores de Saúde Bucal no pacto de atenção básica; Atenção domiciliar; Educação em Saúde; Promoção em Saúde Bucal; Principais agravos em Saúde Bucal: cárie dentária, doença periodontal, câncer bucal, traumatismos, mal oclusão; Prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde; Prótese Bucal; Biossegurança, Patologias bucais bem como anatomia bucal, Organização da atenção à Saúde Bucal por meio do ciclo de vida do indivíduo; Vigilância à saúde: ações programadas voltadas ao controle das patologias crônicas e das doenças infectocontagiosas e/ou às populações mais vulneráveis do território.

Assistente Social:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Estatuto do Idoso. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Políticas Sociais Públicas no Brasil. A evolução A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. A influência europeia e norte-americana. O movimento de reconceitualização do Serviço Social no Brasil e na América Latina. Construção

do conhecimento na trajetória histórica da profissão. As questões teóricas metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentais técnicos - operativos. A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço. Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo. Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional. O processo de trabalho no Serviço Social. Interdisciplinaridade. Movimentos sociais. Desigualdade social. Família e sociedade. Processo de intervenção social. Possibilidades e limites da prática do serviço social. Código de Ética da Assistente Social. Lei Federal n.º 8.662/93. Atualidades Profissionais

Instrutor de Academia:

Metodologia da ginástica de academia. Ginástica localizada. Ginástica aeróbica e step training. Novas tendências do fitness. Princípios básicos dos exercícios ginásticos. Prescrições, indicações e contra-indicações dos exercícios ginásticos. Conhecimento e prática dos vários estilos de ginástica que são aplicados, regras e seu funcionamento. Ginástica e exercícios físicos para grupos específicos. Atividades para Grupos da Terceira Idade.

Professor de Educação Infantil:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. História da Educação. Teoria e Prática da Educação. Conhecimentos Político-Pedagógico: função social e política da escola, perspectiva crítica e perspectiva neoliberal. Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar. Colegiados escolares. Projetos político-pedagógico. A educação básica no Brasil: acesso, permanência, inclusão e fracasso escolar. A organização da educação básica. Princípios e fins da educação nacional. Diretrizes curriculares para a educação Infantil. Parâmetros Curriculares Nacionais. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem. Conhecimento na escola. A organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade. Cotidiano escolar: relações de poder na escola. Currículo e cultura. Tendências pedagógicas na prática escolar. Educação inclusiva. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões na escola. A multidimensionalidade do processo ensino aprendizagem. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Gestão participativa na escola. Contribuições de Piaget e de Vygotsky. Construtivismo. Noções de desenvolvimento infantil. O lúdico e os jogos na educação infantil. A importância da literatura infantil na infância. Adaptação da criança na creche. Ética no trabalho docente.

Professor de séries iniciais - 1º ao 5º ano:

Conhecimentos teóricos e práticos sobre desenvolvimento de aprendizagem, aquisição da língua escrita; aquisição dos conceitos matemáticos fundamentais; aquisição das linguagens expressivas; Educação inclusiva; processos de avaliação; formação de pessoal para a Educação de séries iniciais; técnicas de trabalho em grupo, supervisão de programas pedagógicos; registros da avaliação na Educação de séries iniciais; e ainda: Processo de desenvolvimento e aprendizagem; A importância de avaliação na Educação de séries iniciais; Currículo na Educação; Relação família-escola. Alfabetização como processo de apropriação das diferentes linguagens: apropriação da leitura e da escrita; Idéia de representação, funções sociais da escrita; Texto: unidade da língua, tipologia textual, produção e reestruturação de textos, análise linguística; Elaboração de conceitos matemáticos: Campos Numéricos – Números Naturais, Números Racionais, Análise Combinatória; Campos Geométricos – Geometria Espacial, Geometria Plana, Sistema de Medidas; Estatística – Gráficos estatísticos; Elaboração de conceitos das Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos, interdependências, saúde; Elaboração de conceitos das Ciências humanas e sociais: tempo, tempo cronológico e histórico, temporalidade, espaço, relações e interações, cotidiano, memória e identidade/grupo, paisagem, localização, orientação, representação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Diretrizes da educação na nova LDB. Conceito de educação. Princípios e fins da educação. As bases da educação na nova LDB. Educação Básica. Educação Profissional. Compromisso com a avaliação. Visão obsoleta de educação. Avanços e retrocessos educacionais. A nova LDB e a situação das escolas. O contexto da educação da nova LDB. Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). Ética no trabalho docente.

Professor de Educação Física

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. A educação física no Brasil – sua história. A importância social da Educação física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social. A educação física no desenvolvimento infantil, no ensino fundamental. Avaliação em educação física. A relação ensino aprendizagem numa visão construtivista sócio interacionista. As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola. Educação Física escolar e cidadania. Parâmetros Curriculares nacionais de Educação física. A educação inclusiva na educação física. Competição, cooperação e transformação didático pedagógica. Anatomia e Fisiologia Humanas. Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; nutrição e atividade física. Socorros de urgência aplicados à Educação Física. Fisiologia do exercício. Substâncias proibidas/permitidas. Esportes: atletismo, futebol de campo, futsal, basquete, vôlei, handebol, esportes com bastões, técnicas e táticas, regras e penalidades. Organização de eventos esportivos. Jogos pré-desportivos. Brincadeiras da cultura popular. Lutas: judô, capoeira. Atividades Rítmicas e Expressivas. Percepção corporal e espaço-temporal. Ginásticas de preparação e aperfeiçoamento para a dança; de preparação e aperfeiçoamento para os esportes, jogos e lutas; ginástica olímpica e rítmica desportiva. Organização e legislação do ensino da educação física. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física – Resolução nº 056/2003. Atualidades profissionais.

ANEXO II

DESCRIÇÃO DOS CARGOS E ATRIBUIÇÕES DE SEUS OCUPANTES:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- Executar trabalhos braçais;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.
- Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
- Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.

- Requisitar material necessário aos serviços.
- Processar cópia de documentos.
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão.
- Receber e transmitir mensagens.
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas.
- Relatar as anormalidades verificadas.
- Atender telefone e transmitir ligações.
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

VIGIA:

- Manter vigilância em geral.
- Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos no recinto de trabalho, exigindo, quando for o caso, identificação ou autorização para o ingresso.
- Relatar anormalidades verificadas.
- Requisitar reforço policial, quando necessário, dando ciência do fato ao chefe imediato.
- Verificar, após o expediente normal do órgão, o fechamento de janelas e portas.
- Desenvolver outras tarefas semelhantes.

MERENDEIRA:

- Executar tarefas de copa e cozinha;
- Preparar e servir água, café e lanche, observando-se os padrões de higiene;
- Zelar pela boa organização da copa, mantendo-a higienizada e em ordem;
- Efetuar o controle dos gêneros alimentícios necessários ao preparo da merenda, recebendo-os e armazenando-os de acordo com as normas e instruções recebidas;
- Informar ao superior hierárquico, sobre a necessidade de reposição do estoque de alimentos e de utensílios domésticos;
- Selecionar os alimentos necessários e preparar as refeições, de acordo com o cardápio do dia;
- Distribuir as refeições preparadas, entregando-as conforme rotina determinada;
- Registrar o número de refeições distribuídas, anotando-as em formulário próprio;
- Manter a ordem, a higiene e a segurança do ambiente do trabalho, observando as normas e instruções para prevenir acidentes;
- Auxiliar no preparo de dietas especiais e normais;
- Proceder à limpeza de utensílios, aparelhos e equipamentos;
- Guardar e conservar os alimentos em vasilhames e locais apropriados;
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos;
- Requisitar material necessário aos serviços;
- Fazer os serviços de faxina em geral;
- Coletar lixo dos depósitos colocando-os em recipientes adequados;
- Lavar vidros, espelhos, persianas;
- Varrer pátios;
- Fechar portas, janelas e outras vias de acesso;
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente; e
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.
- Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- Trabalhar com a descrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;
- Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;

- Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;
- Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e
- Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002.

MOTORISTA:

- Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos;
- Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;
- Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Executar outras tarefas afins.

OPERADOR DE MÁQUINAS:

- Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
- Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, patrôas tratores pás carregadeiras e similares;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;
- Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- Executar outras tarefas afins;
- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização, atualização e registros dos arquivos e fichários;
- Redigir atos administrativos, editais, contratos, memorandos, ofícios, etc., assim como, publicá-los e encaminhá-los;
- Auxiliar e efetuar procedimentos de compras;
- Elaborar relatórios;
- Executar outras tarefas correlatas.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA:

- Realizar fiscalização e inspeção em estabelecimentos comerciais de produtos perecíveis, detectando aqueles que representam risco epidemiológico, além de verificar o registro dos produtos;
- Proceder o rigoroso controle sobre produtos de origem animal, exigindo vistos de inspeção sanitária;
- Receber e atender denúncias do público, quanto a presença do lixo espalhado e mal acondicionado, fossas, criação de animais no perímetro urbano;
- Proceder a coleta de materiais para exame laboratorial de animais agressores, a fim de controlar epidemiologicamente a raiva;
- Proceder vistorias em edificações e casas, visando a liberação de habite-se;
- Desenvolver e executar ações educativas sob visão sanitária, prestando orientações que possibilitem a população conscientizar-se sobre as condições ideais de produtos comercializados e importância da higienização dos estabelecimentos;
- Prestar orientações a produtores hortifrutigranjeiros, esclarecendo a importância da qualidade da água utilizada para a irrigação;
- Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação dos materiais de seu ambiente de trabalho;
- Respeitar o sigilo profissional;
- Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde;
- Executar outras tarefas afins.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL:

- Participar na orientação à saúde bucal do indivíduo e a grupos da comunidade.
- Participar das atividades de capacitação e educação em saúde bucal para grupos da população.
- Fazer visita domiciliar.
- Participar do treinamento e capacitação de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde bucal.
- Participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais.
- Ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação tópica do flúor, conforme orientação do cirurgião-dentista.
- Fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-dentista.
- Supervisionar, sob delegação do cirurgião-dentista, o trabalho dos auxiliares de saúde bucal.
- Inserir e distribuir no preparo cavitário materiais odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo cirurgião-dentista.
- Proceder à limpeza e à anti-sepsia do campo operatório, antes e após atos cirúrgicos,

- Remover suturas.
- Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos.
- Realizar isolamento do campo operatório.
- Instrumentar o cirurgião-dentista em ambientes clínicos.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

- Orientar e revisar, com certo grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes de funcionários da categoria inferior;
- Introdução e criação de variedades de plantas de elevada produtividade, características tecnológicas e de mercado desejáveis;
- Introdução, seleção, melhoramento e produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, oleaginosas, têxteis, hortícolas, frutícolas e outras culturas de interesse econômico;
- Produção, multiplicação e tecnologia de sementes e mudas;
- Ecologia, fisiologia, botânica e taxionomia vegetal;
- nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes;
- biologia, química e física do solo;
- emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura;
- orientação aos usuários, em técnicas relacionadas com a produção vegetal;
- organização de programas e campanhas de profilaxia e combate de doenças e pragas dos vegetais;
- Exercer atividades relacionadas com a influência do solo, seus acidentes e produtos na transmissão de doenças endêmicas;
- estudo sistemático de plantas que servem como criadouros de vetores, a sua distribuição geográfica e estacional, objetivando a eliminação desses criadouros;
- avaliação dos resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas, na flora circundante e naquela que existir nas propriedades rurais próximas;
- controle das áreas em que forem aplicadas herbicidas, quanto à recuperação e ressurgimento das plantas combatidas;
- estudo do solo, mananciais, vegetação neles existentes ou ao longo de cursos d'água e alagados, para identificação de criadouros de parasitas patogênicos ou de vetores de doenças endêmicas;
- projeto, direção ou orientação da execução de pequenas obras de hidrografia sanitária, com fins profiláticos ou de controle de endemias;
- participação no reconhecimento geográfico de área para a implantação de programas ou atividades, tendo em vista o estudo de sua viabilidade, em função de fatores geoclimáticos existentes;
- orientação na confecção de cartogramas de levantamento de terreno, clima e outros dados necessários ao planejamento e execução de planos de trabalho;
- orientação da execução de levantamento de áreas em processo de povoamento e colonização, de seus fatores ecológicos e outros que impliquem em riscos epidemiológicos;
- orientação na manutenção, conservação e recuperação de equipamentos operacionais e participação em sua seleção para aquisição;
- participação no planejamento, execução e supervisão das operações de inseticidas;
- planejamento e direção de operações de campo contra vetores de doenças endêmicas em área em que ocorra resistência dos mesmos aos métodos convencionais para o seu controle;
- investigações sobre o valor fitossanitário dos diversos produtos empregados no combate de pragas e doenças dos vegetais;
- divulgação com fins educativos de métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais, através dos meios de comunicação usuais;
- execução de serviços de desinfecção fitossanitária;
- inspeção e vegetais submetidos à quarentena;
- orientação aos usuários de técnicas relacionadas com a defesa fitossanitária;
- resolução de problemas econômicos da produção agrícola e a decisões econômicas que deverão ser tomadas a nível das unidades de produção;
- integração do setor agrícola nos planos e programas regionais e nacionais;
- programas de investimentos no setor agrícola;
- viabilidade econômica dos experimentos agropecuários;
- orientação aos usuários, em técnicas relacionadas a economia rural;
- levantamento do uso atual, capacidade de uso, classificação, planejamento e conservação do solo;
- mecanização agrícola;
- avaliação agrícola;
- construções rurais;
- instalações elétricas de baixa tensão, para fins agrícolas;
- topografia e foto-interpretação;
- irrigação e drenagem para fins agrícolas;
- captação de águas, reservatórios e barragens para fins agrícolas;
- estradas de rodagem vicinais para fins agrícolas;
- exame de problemas técnicos de engenharia rural;
- orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à engenharia rural;
- orientação aos usuários, em relação à tecnologia agrícola;
- Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência;
- Manter permanente articulação com órgãos estaduais e federais, visando aplicação de melhores técnicas no setor;
- Apresentar relatórios periódicos.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

ASSISTENTE SOCIAL:

- Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades.

- Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário.
- Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família.
- Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial.
- Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde.
- Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.
- Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população.
- Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividade na área do Serviço Social.
- Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde.
- Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

ODONTÓLOGO DA SAÚDE PREVENTIVA:

- Efetuar tarefas inerentes a saúde preventiva da população;
- Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço.
- Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas.
- Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado.
- Fazer o encaminhamento à serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especialização.
- Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados.
- Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à poluição métodos eficazes para evitá-las.
- Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo.
- Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil.
- Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental.
- Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade.
- Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle.
- Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos.
- Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública;
- Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação.
- Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária.

INSTRUTOR DE ACADEMIA DE SAÚDE

- Fortalecer a promoção da saúde como estratégia de produção de saúde;
- Desenvolver a atenção à saúde nas linhas de cuidado, a fim de promover o cuidado integral;
- promover práticas de educação em saúde;
- promover ações intersectoriais com outros pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde e outros equipamentos sociais do território;
- promover a convergência de projetos ou programas nos âmbitos da saúde, educação, cultura, assistência social, esporte e lazer;
- Ampliar a autonomia dos indivíduos sobre as escolhas de modos de vida mais saudáveis;
- Aumentar o nível de atividade física da população;
- promover hábitos alimentares saudáveis;
- promover mobilização comunitária com a constituição de redes sociais de apoio e ambientes de convivência e solidariedade;
- Instruir os usuários ensinando e auxiliando no uso dos aparelhos de ginástica e outros;
- Ensinar práticas esportivas, ginásticas e demais aos usuários do Programa Academia de Saúde;
- Zelar pela segurança e saúde da população que utiliza os equipamentos da Academia de Saúde;
- Executar demais atividades relacionadas com área de educação física.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS – 1º AO 5º ANO E EDUCAÇÃO FÍSICA:

- Participar da Elaboração da Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino;
- Elaborar e cumprir o Plano de Trabalho, segundo a Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino;
- Possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade do trabalho e habilidades metodológicas e didáticas;
- Testemunhar idoneidade moral, social demonstrando maturidade no trabalho com os alunos;
- Seguir as Diretrizes Educacionais do estabelecimento e da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, comprometendo-se não apenas aceitá-las mas também integrar a ação Pedagógica na consecução dos fins e objetivos;
- Ministrar aulas garantindo a efetivação do processo Ensino Aprendizagem e o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
- Executar o trabalho diário de forma se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzem a Unidade Escolar;
- Elaborar programas, planos de cursos e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com suas diretrizes metodológicas de escolas e com a Legislação pertinente;
- Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;
- Manter com os colegas, espíritos de colaboração e solidariedade a eficiência da obra educativa;
- Cooperar com os serviços de Orientação Educacional, e Supervisão escolar no que lhe competir;

- Promover experiências de ensino aprendizagem diversificada para atender diferenças individuais;
- Promover recuperações preventivas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento conforme exigência dos diagnósticos de avaliação;
- Colaborar e comparecer pontualmente as Aulas, Festividades, Reuniões Pedagógicas, Conselho, Atividades Extras Classes, Treinamentos, Palestras e outras Promoções, convocado pela direção da Escola ou pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte;
- Cumprir e fazer cumprir os horários e calendários escolar;
- Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com civilidade;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda a escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Dar condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- Zelar pela conservação, limpeza e bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais;
- Advertir, repreender e encaminhar aos serviços competentes, casos de indisciplinas ocorridos;
- Participar e/ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;
- Acompanhar o desenvolvimento dos alunos e comunicar às ocorrências a direção e/ou Serviço de Orientação Educacional;
- Colaborar com atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Ministras os dias letivos e horas aulas estabelecidos além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

À GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME:

DADOS DO CANDIDATO:
Nome:
RG: CPF:
Cargo/função:
Nº. da Inscrição:

De acordo com o item 5.2.3 do Edital do Concurso Público 01/2020 do Município de Jardinópolis (SC), embasado na legislação em vigor, venho requerer a isenção por enquadrar-me na condição de doador de sangue.

() Comprovo ter realizado 03 doações de sangue nos últimos 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital, conforme documento anexo.

() Estou inscrito como doador de medula óssea, conforme documentos em anexo.

() Declaro-me hipossuficiente conforme documentação em anexo.

Descrição das doações:

Pede deferimento.

Jardinópolis/SC, ____ de _____ de ____ .

Assinatura do Requerente

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE RECURSO

À GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME.

DADOS DO CANDIDATO:
Nome:
RG: CPF:
Cargo/função:
Nº. da Inscrição:

Jardinópolis (SC), ____ de _____ de ____ .

Assinatura do Candidato

ANEXO V

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Vaga para deficiente físico e/ou condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público pelo Edital nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Jardinópolis/SC, inscrição número _____, para o cargo de _____ requeiro a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de Deficiência física.

CID nº: _____

Nome do Médico: _____.

2 - () Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Jardinópolis/SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

FORMULÁRIO ENTREGA DE TÍTULOS

Eu, _____, portador do RG _____ e do CPF _____, candidato ao cargo de _____, regido pelo Edital nº 001/2020 venho protocolar os títulos abaixo listados:

Descrição do Título	Carga Horária	Espaço Reservado para Comissão

Jardinópolis/SC, em _____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

Atenção: Este formulário (Anexo VI) deverá ser entregue em duas vias originais, uma delas ficará junto com os títulos em envelope lacrado e a outra será devolvida, assinada pelo recebedor, ao candidato. Não haverá conferência dos títulos no momento da entrega, sendo de inteira responsabilidade do candidato a conferência e a entrega dos títulos de acordo com o previsto no edital.

Joaçaba

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2020

Publicação N° 2524454

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 97/2005 retifica o disposto no edital:

RETIFICAÇÃO:

I ANEXO II
CARGO: CUIDADOR - TÍTULOS

Leia-se:

Títulos	Pontuação	Valor Máximo
Tempo de atuação na profissão	1,0 a cada 6 meses	4,0
Cursos, treinamentos, seminários na área da assistência social, educação, psicologia e saúde	Após completar 100 h de Certificado de Cuidador de criança/adolescente, pontua-se: 0,5 a cada 40 horas de cursos	4,0
Graduação na área da educação, assistência social ou psicologia	1,0 cada	1,0
Pós-graduação na área da educação, assistência social ou psicologia	1,0 cada pós-graduação	1,0
Total máximo de pontuação		10,00

Joaçaba (SC), 15 de junho de 2020.
Dioclésio Ragnini
Prefeito

01-02/2020 FMAS

Publicação Nº 2524184

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 1 / 2
Processo Nº 3/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020

Registro de Preço 1 / 2020**Data do Registro : 2 de Junho de 2020****Válido até : 02-06-2021**

Objeto da Compra : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de cestas básicas destinadas à manutenção dos programas de Benefícios Eventuais da Assistência Social do Município.

MERCADO MUNARI LTDA - ME

Item Especificação

Item	Especificação	Data Venc.	Marca	Qtd	Preço Unitário
1	Cesta básica PEQUENA contendo os seguintes itens: feijão preto - 01 kg / óleo de soja 900 ml / arroz parbolizado tipo 1 - 02 kg / açúcar refinado - 02 kg / farinha de fubá fina - 01 kg / farinha de trigo especial - 03 kg / chocolate em pó - 400 gr / café em pó - 500 gr / leite em pó - 400 gr / biscoito doce sortido - 800 gr / massa com ovos tipo espaguete - 01 kg / sardinha em óleo 125 gr - 02 latas / extrato/molho de tomate 340 gr - 01 lata / doce de frutas 400 gr - 01 pote / leite UHT integral - 06 caixas de 01 litro / sabonete 90 gr / creme dental - 90 gr / sabão em barra - 500 gr / sabão em pó 500 gr	02-06-2021	1	2000	78,27

Total dos itens da ata:**R\$156.540,00**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 2 / 2
Processo Nº 3/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020

Registro de Preço 2 / 2020

Data do Registro : 2 de Junho de 2020

Válido até : 02-06-2021

Objeto da Compra : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de cestas básicas destinadas à manutenção dos programas de Benefícios Eventuais da Assistência Social do Município.

ENIO DELAZERI EIRELI

Item	Especificação	Data Venc.	Marca	Qtd	Preço Unitário
2	Cesta básica GRANDE contendo os seguintes itens: feijão preto – 02 kg / óleo de soja 900 ml – 02 latas / arroz parboilizado tipo 1 – 05 kg / açúcar refinado – 05 kg / farinha de fubá fina – 02 kg / farinha de trigo especial - 05 kg / farinha de trigo especial - 02 kg / chocolate em pó – 800 gr / café em pó – 01 kg / leite em pó – 02 pacotes 400 gr / biscoito doce sortido – 800 gr / massa c/ ovos - espaguete - 02 kg / sardinha em óleo 125 gr – 05 latas / extrato/molho de tomate 340 gr – 02 latas / doce de frutas 400 gr – 01 pote / leite UHT integral – 12 caixas de 01 litro / sabonete 90 gr / creme dental - 90 gr / sabão em barra – 500 gr / sabão em pó 500 gr	02-06-2021	ATACADÃO	2000	144,71

Total dos itens da ata:

R\$289.420,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA**AVISO PE 03/2020/FMS**

Publicação Nº 2524584

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020/FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020/FMS

Objeto: aquisição eventual e futura de oxigênio medicinal, destinado aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, para uso nas Unidades de Saúde, CAPS, ambulâncias e ambulância USB 01 SAMU. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data e horário de abertura da sessão: 30/06/2020 às 14h através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de apresentação da proposta: até dia 30/06/2020. Horário limite: 13h50. O edital está disponível Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, na Av. XV de Novembro, 223, Centro, Joaçaba, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 7h às 19h, e nos sites www.joacaba.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao endereço citado acima, pelo telefone (49) 3521-1555 ou pelo e-mail licitacaosaudejba@hotmail.com.

Joaçaba, 15 de junho de 2020.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR REISDORFER
SECRETÁRIO DE SAÚDE

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ERRATA ATA TOMADA DE PREÇOS 0003/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2524456

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
ERRATA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO 0028/2020
TOMADA DE PREÇOS 0003/2020
NA EDIÇÃO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 3161 – PAG. 569 DO DIA 04/06/2020

Onde lê-se:

Da análise dos documentos a Comissão deliberou: 1) Habilitar as empresas: Sul Vale Construtora de Obras Eireli – EPP, Viga – Pavimentação e Obras Ltda, Construtora CFO Ltda e Construções Herval Ltda EPP, tendo em vista a apresentação da documentação de acordo com as exigências do Edital;

Leia-se:

Da análise dos documentos a Comissão deliberou: 1) Habilitar as empresas: Sul Vale Construtora de Obras Eireli – EPP, Viga – Pavimentação e Obras Ltda e Construções Herval Ltda EPP, tendo em vista a apresentação da documentação de acordo com as exigências do Edital;

PORTARIA JHL 255/2020

Publicação Nº 2524213

PORTARIA SIMAE JHL –Nº 255/2020 DE 15/06/2020
“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º INSTAURAR “Processo Administrativo Disciplinar”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, afim de que se apure suposta infração aos deveres funcionais, previstos no inciso III do artigo 111 e às proibições previstas nos incisos I, XV, XVI e XVIII do artigo 112, ambos da Lei Complementar n. 76/2003 por parte do servidor Alcimar dos Santos, em face do comunicado protocolado sob n. 1201/20 de 10.06.2020.

2º DESIGNAR os servidores Paulo Cesar Lamin, Francielli Wendland Guaragni Fiorin e Graciela Pratto para atuarem sob a Presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior devendo promover as diligências necessárias apresentando relatório circunstanciado do que for apurado.

3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do artigo 3º, da Lei n. 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC 15 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 256/2020

Publicação N° 2523938

PORTARIA SIMAE JHL N° 256/2020 DE 15/06/2020.
"AUTORIZAÇÃO DE SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULO"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º- Autorizar o servidor Lucas Ramon Sartori, ocupante do cargo de Auxiliar de Controle Operacional, a conduzir os veículos de propriedade desta autarquia no exercício de suas atribuições, desde que possuidor de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e com categoria compatível com o veículo a ser utilizado.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de junho de 2020.

Publique-se e registre-se,

Joaçaba-SC, 15 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 77/2020 AS CONSTRUTORA SPO

Publicação Nº 2523601

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 77/2020 – PML/SPO

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: AS CONSTRUTORA LTDA - CNPJ nº 00.434.177/0001-04 – Rua Otacílio Couto, nº 801, bairro Centro, CEP 88502-060, Lages/SC. Contato: (49) 3226-0735, e-mail: asconstrutoralages@gmail.com

O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Secretário Sr. João Alberto Duarte, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa AS CONSTRUTORA LTDA, neste ato representada pelo Sr. Carlos Alberto Schumacher, portador do CPF nº 557.735.089-15, de agora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 14/2020, correlato à Concorrência Pública nº 01/2020, conforme parecer jurídico nº 0171/2020, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 31/03/2020 e homologada em 15/05/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Recapeamento Asfáltico sobre Paralelepípedo na Rua Coronel Córdova, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: contar-se-á da data da assinatura do contrato, decorrente;

2.2 De Execução: - Lote 1: em até 01 (um) mês a contar da data da recepção da Ordem de Serviço;

2.3 De Recebimento:

2.3.1 Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, da data da comunicação, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.3.2 Definitivamente, pela Comissão de Recebimento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da comunicação;

2.4 Do Contrato: - Lote 1: sua vigência será de 03 (três) meses, a contar da data de sua assinatura, até 01/09/2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 102.026,73 (cento e dois mil, vinte e seis reais e setenta e três centavos).

Lages, 01 de junho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 78/2020 - AS CONSTRUTORA SPO

Publicação Nº 2523603

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 78/2020 – PML/SPO

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: AS CONSTRUTORA LTDA - CNPJ nº 00.434.177/0001-04 – Rua Otacílio Couto, nº 801, bairro Centro, CEP 88502-060, Lages/SC. Contato: (49) 3226-0735, e-mail: asconstrutoralages@gmail.com

O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Secretário Sr. João Alberto Duarte, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa AS CONSTRUTORA LTDA, neste ato representada pelo Sr. Carlos Alberto Schumacher, portador do CPF nº 557.735.089-15, de agora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 14/2020, correlato à Concorrência Pública nº 01/2020, conforme parecer jurídico nº 0171/2020, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 31/03/2020 e homologada em 15/05/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial na Rua Eleotério da Silva Furtado,

com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: contar-se-á da data da assinatura do contrato, decorrente;

2.2 De Execução: - Lote 2: em até 05 (cinco) meses a contar da data da recepção da Ordem de Serviço;

2.3 De Recebimento:

2.3.1 Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, da data da comunicação, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.3.2 Definitivamente, pela Comissão de Recebimento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da comunicação;

2.4 Do Contrato: - Lote 2: sua vigência será de 08 (oito) meses, a contar da data de sua assinatura, até 01/02/2021, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 999.986,53 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos), sendo:

Lages, 01 de junho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 93/2020 - SMS

Publicação Nº 2524556

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: EXTRATO CONTRATO Nº 93/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546.0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DEDETIZADORA PLANALTO E SERVIÇOS LTDA. – CNPJ nº 15.583.923/0001-90 – Rua Álvaro, nº 275 – Bairro Coral Lages/SC - CEP. 88.509-650. E-mail: dedetizadoraplanalto@hotmail.com – Fone (49) 98859 – 0767 – (49) 3223-5131

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 30/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 10/2020, fundamentada no art. 4º, da Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual Decreto Estadual nº. 515/2020 e Decreto Municipal nº 17.906/2020 e com Parecer Jurídico nº 465/2020, aberta e homologada em 15/06/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, com fornecimento do material e da mão de obra, para aplicação de bactericida para sanitização externa (saneante bactericida com princípio ativo Quaternário de Amônio), a ser aplicado com caminhões com equipamento de hidrojateamento, equipados com bombas de alta pressão, possibilitando maior vazão e alcance dos jatos e com reservatório de água de no mínimo 2.000 litros, destinado para aplicação em diversos locais dentro do município de Lages e desinfecção interna de Unidades de Saúde, UPA, Hospital de Triagem, Policlínica e demais instalações públicas da Secretaria de Saúde, incluindo vias públicas em frente a essas unidades como medida preventiva ao contágio da Covid-19, conforme condições do termo de referência em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Entrega: em até 15 (quinze) dias a contar da data da(s) solicitação(ões), na Secretaria;

2.3 Da Execução: em até 06 (seis) meses a contar da data da assinatura desse contrato, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

2.4 Do Contrato: sua vigência será em até 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, até 15/12/2020, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Lages, 15 de junho de 2020

Prefeito do Município de Lages

Antonio Ceron

EXTRATO CONTRATO 94/2020 -SMS

Publicação Nº 2524565

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: EXTRATO CONTRATO Nº 94/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546.0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DEDETIZADORA BARROS LTDA. – CNPJ nº 86.838.547/0001-86 – AV. Belizário Ramos, 5638 – Bairro Vila Nova, Lages/SC - CEP. 88.503-215. E-mail: dedetizadoraplanalto@hotmail.com – Fone (49) 99153 – 3297 – (49) 3223-3719.

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 30/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 10/2020, fundamentada no art. 4º, da Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual nº 515/2020 e Decreto Municipal nº 17.906/2020 e com Parecer Jurídico nº 465/2020, aberta e homologada em 15/06/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, com fornecimento do material e da mão de obra, para aplicação de bactericida para sanitização externa (saneante bactericida com princípio ativo Quaternário de Amônio), a ser aplicado com caminhões com equipamento de hidrojateamento, equipados com bombas de alta pressão, possibilitando maior vazão e alcance dos jatos e com reservatório de água de no mínimo 2.000 litros, destinado para aplicação em diversos locais dentro do município de Lages e desinfecção interna de Unidades de Saúde, UPA, Hospital de Triagem, Policlínica e demais instalações públicas da Secretaria de Saúde, incluindo vias públicas em frente a essas unidades como medida preventiva ao contágio da Covid-19, conforme condições do termo de referência em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Entrega: em até 15 (quinze) dias a contar da data da(s) solicitação(ões), na Secretaria;

2.3 Da Execução: em até 06 (seis) meses a contar da data da assinatura desse contrato, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

2.4 Do Contrato: sua vigência será em até 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, até 15/12/2020, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Lages, 15 de junho de 2020

Prefeito do Município de Lages

Antonio Ceron

RERRATIFICAÇÃO PE 44/2020

Publicação Nº 2524283

RERRATIFICAÇÃO Nº 01

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2020 pml

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA E 5º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

No subitem 5.9.2 do Edital, passar a considerar:

“O(s) produto(s)/serviços(s) deverá(ão) ser cotado(s) com marca e descrito(s) com as especificações necessárias (...)”

Em consequência, os prazos passam a ser:

- Fase de Recebimento das Propostas Comerciais e Documentos de Habilitação: até as 09:00 horas do dia 09/07/2020;
- Fase de Recebimento dos Lances: será aberta às 10:00 horas do dia 09/07/2020;
- Apresentação de Pedido de Esclarecimento e Impugnação: até as 23:59 horas do dia 03/07/2020.

As demais cláusulas permanecem inalteradas

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

ANÁLISE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2524598

ANÁLISE DE RECURSO DE CREDENCIAMENTO
EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2020 -
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA – FLC

CHAMAMENTO CASA DE ANITA DE PROMOÇÃO DE ARTES DIGITAIS PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICO-CULTURAIS PARA EVENTOS DIGITAIS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA

6. DO RECURSO A HABILITAÇÃO

- 6.1. Após a divulgação do resultado preliminar da análise documental, as propostas inabilitadas poderão recorrer da decisão da Comissão de Credenciamento, no prazo especificado no Cronograma do presente Edital.
- 6.2. Os recursos aos resultados da análise documental deverão ser elaborados conforme Anexo I do presente Edital, devendo ser apresentados na Fundação Lagunense de Cultura – FLC ou através do e-mail culturalaguna2020@gmail.com.
- 6.3. É terminantemente proibida a apresentação de novos documentos em sede de recurso, conforme entendimento do artigo 43, §3º, da Lei Geral de Licitação; podendo, entretanto, apresentar documento igual ao entregue inicialmente, desde que seja para sanar vício constatado no mesmo.
- 6.4. O resultado da análise documental do credenciamento, após o julgamento dos recursos, será divulgado no site www.laguna.sc.gov.br, no Diário Oficial, e na sede da Fundação Lagunense de Cultura - FLC.
- 6.5. A Comissão de Credenciamento é soberana, não cabendo veto ou recurso às suas decisões, além daquele indicado no presente Edital.

RECURSOS ANÁLISADOS

Segmento: MÚSICA

Proposta de R\$ 1.000,00

1. Alex Sandro Evangelista Vieira – DEFERIDO

Proposta de R\$ 500,00

2. Elison Silva da Fonseca - DEFERIDO

Laguna 10 de junho de 2020.

Ivanete Ana Folchini

Assessora Cultural

Cristian Pavanate Soares

Assessor da Presidência

ANÁLISE SELEÇÃO 004

Publicação Nº 2524593

ANÁLISE DE SELEÇÃO
EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2020 -
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA - FLC

CHAMAMENTO CASA DE ANITA DE PROMOÇÃO DE ARTES DIGITAIS PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICO-CULTURAIS PARA EVENTOS DIGITAIS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA

8. DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A seleção dos trabalhos ficará a cargo da Comissão de Seleção que será composta pelos seguintes nomes:

- a) Presidente da Fundação Lagunense de Cultura: Mirella de Jesus Honorato;
b) Assessor de Planejamento e Projetos Turísticos: Thiago Sebastiao Laurindo
c) Supervisora de Patrimônio: Francielen Vieira Meuler.

SELECIONADOS

Artes Visuais

R\$1.000,00

Andruz Tomé Vieira Viana

Pontuação: 9

Artes Visuais

R\$500,00

Ronaldo Neto Amboni

Pontuação: 9

Música

R\$1.000,00

Alex Sandro Evangelista Vieira

Pontuação: 9

Música

R\$500,00

Elison Linchiensten

Pontuação: 7

Artesanato

R\$1.000,00

Não houve inscrição

Artesanato

R\$500,00

Maria Adelaide do Amaral Martins

Pontuação: 9

Dança

R\$1.000,00

Juliana Regazoli

Pontuação: 9

Dança

R\$500,00

Eder da Silva Roque

Pontuação: 9

Literatura

R\$1.000,00

Arnaldo D'Amaral Pereira Granja Russo

Pontuação: 7

Literatura

R\$500,00

Não houve

DISTRIBUIÇÃO DOS PRÊMIOS REMANESCENTES

Pontuação dos proponentes não premiados:

Proponente não premiado	Segmento	Pontuação da Proposta
Alessandra da Costa de Oliveira	Artes Visuais	8
Mateus Guimarães Goulart	Artes Visuais	7
Ariane Cândido	Artes Visuais	5
Djair Borges Studio Voga	Dança	7
Cláudio Antônio Silva	Música	6

Item 1.4 Se não houver inscrições para o cachê no valor de R\$500,0 (quinhentos reais) a Fundação Lagunense de Cultura poderá oferecer a segunda colocada do mesmo segmento que se inscreveu para a proposta cultural e artística e o produto pronto de acordo com o item 1.2 do cachê de R\$1.000,00 (um mil reais) para que se adeque a proposta de R\$500,00

1.4.1 se não houver segunda colocada no meso segmento poderá a Fundação Lagunense de Cultura escolher a segunda colocada de outros segmentos com melhor pontuação.

Item 1.5

Caso alguém segmento não apresente proposta ou as propostas apresentadas forem consideradas inexequíveis para a Comissão de avaliação, a Fundação Lagunense de Cultura poderá escolher entre as propostas excedentes com melhor pontuação de outros segmentos a critério da Comissão de Avaliação

SELECIONADOS EM ACORDO COM O EDITAL

Prêmio de R\$1.000,00 excedente:
Contemplada proposta melhor pontuação segmento Artes Visuais
Alessandra da Costa de Oliveira

Prêmio de R\$500,00 excedente:
Contemplada proposta melhor pontuação do segmento Dança para que se adeque ao prêmio
Djair Borges Studio Voga

Laguna 10 de junho de 2020.
Thiago Sebastiao Laurindo
Assessor de Planejamento e Projetos Turísticos

Francielen Vieira Meuler
Supervisora de Patrimônio

Mirella de Jesus Honorato
Presidente da Fundação Lagunense de Cultura

ANÁLISE SELEÇÃO 005

Publicação Nº 2524595

ANÁLISE DE SELEÇÃO
EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO 05/2020 -
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA - FLC

CHAMAMENTO CASA DE ANITA DE PROMOÇÃO DE ARTES DIGITAIS PARA CREDENCIAMENTO DE PRODUTORAS DE VIDEOS ARTÍSTICO-CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA

8. DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A seleção dos trabalhos ficará a cargo da Comissão de Seleção que será composta pelos seguintes nomes:

- a) Presidente da Fundação Lagunense de Cultura: Mirella de Jesus Honorato;
- b) Assessor de Planejamento e Projetos Turísticos: Thiago Sebastiao Laurindo
- c) Supervisora de Patrimônio: Francielen Vieira Meuler.

Desta forma segue a SELEÇÃO de acordo com as inscrições:
PRODUTORA DE VÍDEO
SELECIONADA

KARACOL FILMES

Laguna 10 de junho de 2020.
Thiago Sebastiao Laurindo
Assessor de Planejamento e Projetos Turísticos

Francielen Vieira Meuler
Supervisora de Patrimônio

Mirella de Jesus Honorato
Presidente da Fundação Lagunense de Cultura

PORTARIA Nº 630/2020

Publicação Nº 2523900

PORTARIA RH Nº 630/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:
DEMITIR A PEDIDO, LEANDRO FRANCO SANTANA, do Cargo de Enfermeiro, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.
Laguna, SC, 08 de Junho de 2020.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 631/2020

Publicação Nº 2523902

PORTARIA RH Nº 631/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR em caráter temporário pelo excepcional interesse público, pelo prazo máximo e improrrogável de até 120 (cento e vinte) dias, nos termos do art. 3º, §4º, da Lei Complementar Municipal nº 217/2010, MURILO JEBAI MONTEIRO, para exercer o Cargo de Médico na Estratégia Saúde da Família em Passagem da Barra, nível ANSS 1, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2020.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 634/2020

Publicação Nº 2523903

PORTARIA RH Nº 634/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor AGUINALDO BENTO DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 11/09/2007 a 04/06/2020, lotado na Secretaria de Transporte e Obras, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2020.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****DISPENSA Nº 080/PMLM/2020.**

Publicação Nº 2523954

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 080/PMLM/2020.

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para acolhimento de idosa conforme parecer social do CREAS do município, com fulcro no inciso V artigo 45 da Lei nº10. 471/2003

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADO: CASA DE REPOUSO CANTINHO DO IDOSO

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: 12/06/2020, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto – Secretaria de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: 12/06/2020, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal de Lauro Muller.

Lauro Muller, 12 de Junho de 2020.

JAIR MADEIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº001/FMA/2020

Publicação Nº 2523981

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº001/FMA/2020

OBJETIVO: A Fundação Municipal do Meio Ambiente torna público que procedeu, na forma do artigo 25, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade Licitação para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, da Lei Nº. 8.666/93.

RATIFICAÇÃO: 09/06/2020, RENATO OFELIO DAMINELI, Presidente Da Fundação Municipal De Meio Ambiente.

Lauro Muller, 09 de Junho de 2020.

JAIR MADEIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Lebon Régis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 14/2020 TOMADA DE PREÇO N° TP01/2020

Publicação N° 2524321

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 14/2020 Tomada de Preço N° TP01/2020

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações conforme decreto nº044/2019, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor preço por Lote, sob a forma de execução indireta em regime de empreitada por preço unitário. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de quadra esportiva de grama sintética, bem como a revitalização na praça da gruta, incluindo fornecimento de materiais, localizada na rua Danilo Coferi, bairro Nossa Senhora de Lourdes no Município de Lebon Régis, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo e Projeto Básico (anexo I), partes integrantes deste Edital. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00 do dia 01 de julho de 2020. A sessão de abertura será no mesmo dia (01/07/2020) às 09:30. Cadastramento conforme Lei 8.666/93. Maiores informações pelo e-mail: licita2@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 15/06/2020.

Vania Regina Maraillon – Presidente da CPL

Leoberto Leal

PREFEITURA

PORTARIA Nº 080/2020

Publicação Nº 2524103

Portaria n.º 080, de 29 de maio de 2020.

“Designa membros para Comissão de Avaliação Técnica de Bens Móveis Inservíveis e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para integrar a Comissão de Avaliação Técnica de Bens Móveis Inservíveis, sem prejuízo de suas funções normais para, sob a presidência do primeiro, analisarem o valor comercial, para fins de alienação de acordo com a Lei Federal n.º n.º 8.666/93 e suas alterações, de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio público do município de Leoberto Leal, conforme segue abaixo:

I - JEAN CARLOS TRUPPEL

PRESIDENTE

II - DAURI PEDRO MEIRA

MEMBRO

III – DÉBORA VENTURIN

MEMBRO

IV - DANIELA CARLA KNAUL

MEMBRO

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 29 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PR -15/2020

Publicação N° 2524095

MUNICIPIO DE LINDOIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Edital de Pregão Presencial 15/2020

Genir Loli – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição conforme a necessidade de gás de cozinha (botijões de 13kg e botijões de 45kg), foi DECLARADA DESERTA, no dia 15 de junho de 2020, as 14:00 horas. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 15 de Junho de 2020.

Genir Loli

Prefeito Municipal.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IPTU 2020

Publicação N° 2523645

ESTADO DE SANTA CATRINA

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU 2020

Genir Loli, Prefeito Municipal, no uso dos deveres e poderes que lhe são conferidos, pelo artigo 41 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 085/2005), NOTIFICA, de forma global e impessoal, os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de IMÓVEIS localizados na zona urbana deste Município, que no dia 01 de janeiro de 2020 ocorreu o FATO GERADOR DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU.

NOTIFICA, outrossim, que o IPTU tem como BASE DE CÁLCULO O VALOR VENAL do bem imóvel.

NOTIFICA também que, qualquer reclamação contra o lançamento do IPTU, poderá ser feita até o dia 30 de junho de 2020.

NOTIFICA ainda que, os Carnês de IPTU serão disponibilizados a partir de 15 de junho de 2020, junto às dependências da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, na Rua Almirante Tamandaré nº 98 – Centro. Ou através do seguinte endereço eletrônico: www.lindoiadosul.sc.gov.br

NOTIFICA finalmente que, o IPTU poderá ser pago em cota única, com desconto de até 20% (vinte por cento), até 10/07/2020; ou em 05 (cinco) parcelas, com vencimento em 10/07/2020, 10/08/2020, 10/09/2020, 13/10/2020 e 10/11/2020, e deverão ser pagos junto ao Sicoob/Crediauc, Caixa Econômica Federal e Casas Lotéricas.

Qualquer informação a respeito dos valores do IPTU poderá ser adquirida no SETOR DE TRIBUTOS ou pelos telefones 49– 3446-1177.

Município de Lindóia do Sul –SC em, 15 de junho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

PORTARIA Nº 367/2020

Publicação Nº 2523403

PORTARIA Nº 367/2020
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do edital de Concurso Público Nº 01/2020 de 09 de janeiro de 2020, cuja homologação ocorreu em 25 de maio de 2020 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, através de nomeação dos respectivos concursados,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear nos termos do artigo 13 da Lei Complementar Nº 662/90 de 21/12/90 o (a) Sr. (a) SILMARA KLEMME, para ocupar o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS, de provimento efetivo.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 368/2020

Publicação Nº 2523405

PORTARIA Nº 368/2020
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do edital de Concurso Público Nº 01/2020 de 09 de janeiro de 2020, cuja homologação ocorreu em 25 de maio de 2020 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, através de nomeação dos respectivos concursados,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear nos termos do artigo 13 da Lei Complementar Nº 662/90 de 21/12/90 o (a) Sr. (a) ILIONE DA SILVA, para ocupar o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS, de provimento efetivo.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA N° 369/2020

Publicação N° 2523406

PORTARIA N° 369/2020
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

marcionei hillesheim, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar n° 662/90(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 15 dias de licença-prêmio em gozo para o (a) servidor (a) VANILDE WACHHOLZ, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, do dia 03/06/2020 á 17/06/2020, referente ao período aquisitivo 2008/2013.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de junho de 2020.
marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 370/2020

Publicação N° 2523407

PORTARIA N° 370/2020
EXONERA SERVIDOR

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1° - Exonerar em decorrência de término de contrato o (a) servidor (a) CAMILA DE OLIVEIRA FERNANDES, ocupante do cargo de PROFESSORA, na data de 02/06/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 371/2020

Publicação N° 2523409

PORTARIA N° 371/2020
EXONERA SERVIDOR

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1° - Exonerar em decorrência de aposentadoria o (a) servidor (a) KATIA BREMER LESKE, ocupante do cargo de TÉCNICA EM PLANEJAMENTO, a partir de 10/06/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 372/2020

Publicação N° 2523410

PORTARIA N° 372/2020
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1° - Fica nomeado o (a) servidor (a) RAUPHY ALEXANDRE PATRICIO, para ocupar o cargo em comissão de GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS,

a partir do dia 02/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 373/2020

Publicação Nº 2523411

PORTARIA Nº 373/2020
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

marcionei hillesheim, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio em gozo para o (a) servidor (a) VALTER VANDERLEY CORREA DE MELLO, ocupante do cargo de SUPERINTENDENTE ESPORTIVO, do dia 03/06/2020 á 02/07/2020, referente ao período aquisitivo 2011/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 02 de junho de 2020.
marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 374/2020

Publicação Nº 2523414

PORTARIA Nº 374/2020
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 120 dias de licença-maternidade para a servidora ROSIANE SCHMITZ, ocupante do cargo de PROFESSORA, a partir de 05/06/2020 á 02/10/2020, com retorno no dia 05/10/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 375/2020

Publicação Nº 2523417

PORTARIA Nº 375/2020
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Nomeado o (a) servidor (a) VALMOR ZANDONAI, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE, a partir do dia 01/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data 01/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 376/2020

Publicação Nº 2523419

PORTARIA Nº 376/2020
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do edital de Concurso Público Nº 01/2020 de 09 de janeiro de 2020, cuja homologação ocorreu em 25 de maio de 2020 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, através de nomeação dos respectivos concursados,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear nos termos do artigo 13 da Lei Complementar Nº 662/90 de 21/12/90 o (a) Sr. (a) DANIEL DOS SANTOS, para ocupar o cargo de ENFERMEIRO 20 HORAS, de provimento efetivo.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 377/2020

Publicação Nº 2523420

PORTARIA Nº 377/2020
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do edital de Concurso Público Nº 01/2020 de 09 de janeiro de 2020, cuja homologação ocorreu em 25 de maio de 2020 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, através de nomeação dos respectivos concursados,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear nos termos do artigo 13 da Lei Complementar Nº 662/90 de 21/12/90 o (a) Sr. (a) JEFERSON RICARDO RHEINHEIMER, para ocupar o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM 20 HORAS, de provimento efetivo.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 378/2020

Publicação Nº 2523421

PORTARIA Nº 378/2020
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia o (a) servidor (a) MARLI MOTA DE MACEDO DA SILVA, para ocupar o cargo em comissão de ASSESSORIA ESPECIAL DE GABINETE, a partir de 01/06/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data 01/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 379/2020

Publicação Nº 2523423

PORTARIA Nº 379/2020
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do edital de Concurso Público Nº 01/2020 de 09 de janeiro de 2020, cuja homologação ocorreu em 25 de maio de 2020 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, através de nomeação dos respectivos concursados,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear nos termos do artigo 13 da Lei Complementar Nº 662/90 de 21/12/90 o (a) Sr. (a) JOSÉ LUIZ BOSCO JUNIOR, para ocupar o cargo de PSICÓLOGO, de provimento efetivo.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 380/2020

Publicação Nº 2523424

PORTARIA Nº 380/2020
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do edital de Concurso Público Nº 01/2020 de 09 de janeiro de 2020, cuja homologação ocorreu em 25 de maio de 2020 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, através de nomeação dos respectivos concursados,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear nos termos do artigo 13 da Lei Complementar Nº 662/90 de 21/12/90 o (a) Sr. (a) TAIZE BRANCO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de FARMACÊUTICO, de provimento efetivo.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 381/2020

Publicação Nº 2523426

PORTARIA Nº 381/2020
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do edital de Concurso Público Nº 01/2020 de 09 de janeiro de 2020, cuja homologação ocorreu em 25 de maio de 2020 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, através de nomeação dos respectivos concursados,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear nos termos do artigo 13 da Lei Complementar Nº 662/90 de 21/12/90 o (a) Sr. (a) THIAGO SEBOLD, para ocupar o cargo de MÉDICO 20 HORAS, de provimento efetivo.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 382/2020

Publicação Nº 2523427

PORTARIA Nº 382/2020
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o (a) servidor (a) JOEL FRANÇA, para ocupar o cargo em comissão de GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS, a partir do dia 02/06/2020, com efeitos retroativos a 02/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 383/2020

Publicação Nº 2523428

PORTARIA Nº 383/2020
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

marcionei hillesheim, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 dias de licença-prêmio em gozo para o (a) servidor (a) DIRCEU SALM, ocupante do cargo de PSICÓLOGO, do dia 06/05/2020 á 04/07/2020, referente ao período aquisitivo 2013/2018, com efeitos retroativos a 06/05/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de junho de 2020.

marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 384/2020

Publicação N° 2523430

PORTARIA N° 384/2020
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar n° 662/90,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 20 dias de férias para o (a) servidor (a) ANTONIO AGOSTINHO CARDOSO, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA, a partir do dia 04/06/2020 á 23/06/2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019, com retorno 24/06/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 04 de junho de 2020.
marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 385/2020

Publicação N° 2523433

PORTARIA N° 385/2020
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar n° 662/90,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 dias de férias para o (a) servidor (a) ADILSON OSSEMER, ocupante do cargo de MOTORISTA, a partir do dia 04/06/2020 á 03/07/2020, referente ao período aquisitivo 15 dias de 2017/2018 e 15 dias de 2018/2019, com retorno 06/07/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 04 de junho de 2020.
marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 387/2020

Publicação N° 2523435

PORTARIA N° 387/2020

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA EXERCÍCIO NA SECRETARIA MUNICIPAL

MARCIONEI HILLESHEIM,
Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II letra "a" da Lei Orgânica do Município e,

Considerando que a Lei Municipal 746 de 13.05.1992 que dispõe sobre o plano de classificação de cargos do Poder Executivo a contratação por prazo determinado e estabelece outras providências em seu art. 2° prevê que "os servidores tem lotação na administração central e exercício nas secretarias ou locais de trabalho para onde forem designados";

Considerando a previsão legal contida no §1° do art. 2° da Lei Municipal 746/92 que estabelece que "os servidores poderão ter o exercício alterado a qualquer tempo";

RESOLVE:

Art. 1° - Designar o servidor JOSÉ ROBERTO GONÇALVES, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, passando a lotar na SECRETARIA DE SAÚDE, a partir da data 01/06/2020, com efeitos retroativos a 01/06/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 05 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 388/2020

Publicação Nº 2523438

PORTARIA Nº 388/2020
DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA EXERCÍCIO NA SECRETARIA MUNICIPAL

MARCIONEI HILLESHEIM,
Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II letra "a" da Lei Orgânica do Município e,

Considerando que a Lei Municipal 746 de 13.05.1992 que dispõe sobre o plano de classificação de cargos do Poder Executivo a contratação por prazo determinado e estabelece outras providências em seu art. 2º prevê que "os servidores tem lotação na administração central e exercício nas secretarias ou locais de trabalho para onde forem designados";
Considerando a previsão legal contida no §1º do art. 2º da Lei Municipal 746/92 que estabelece que "os servidores poderão ter o exercício alterado a qualquer tempo";

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor VALDIR CONSTANTINO, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, passando a lotar na SECRETARIA DE SAÚDE, a partir da data 01/06/2020, com efeitos retroativos a 01/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 05 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 389/2020

Publicação Nº 2523440

PORTARIA Nº 389/2020
DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA EXERCÍCIO NA SECRETARIA MUNICIPAL

MARCIONEI HILLESHEIM,
Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II letra "a" da Lei Orgânica do Município e,

Considerando que a Lei Municipal 746 de 13.05.1992 que dispõe sobre o plano de classificação de cargos do Poder Executivo a contratação por prazo determinado e estabelece outras providências em seu art. 2º prevê que "os servidores tem lotação na administração central e exercício nas secretarias ou locais de trabalho para onde forem designados";
Considerando a previsão legal contida no §1º do art. 2º da Lei Municipal 746/92 que estabelece que "os servidores poderão ter o exercício alterado a qualquer tempo";

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor SUSELEIDE DA CUNHA, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, passando a lotar na SECRETARIA DE SAÚDE, a partir da data 04/06/2020, com efeitos retroativos a 04/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 05 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 390/2020

Publicação Nº 2523442

PORTARIA Nº 390/2020
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II letra "a" da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o atestado médico emitido em 02/06/2020, na qual atesta que Miguel Buzzi Zeschau, necessita de acompanhamento por responsável (a mãe) com cuidados a fim de evitar doenças respiratórias.
Considerando que no Art. 85 da Lei 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos de Lontras) prevê a licença por motivo de doença em pessoa da família por até 10 dias ao servidor público;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de licença por motivo de doença em pessoa da família para a servidora JULIANA BUZZI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, no período de 02/06/2020 a 11/06/2020, com efeitos retroativos a 02/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 10 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 391/2020

Publicação Nº 2523444

PORTARIA Nº 391/2020

NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do edital de Concurso Público Nº 01/2020 de 09 de janeiro de 2020, cuja homologação ocorreu em 25 de maio de 2020 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, através de nomeação dos respectivos concursados,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear nos termos do artigo 13 da Lei Complementar Nº 662/90 de 21/12/90 o (a) Sr. (a) DANIELA CARDOSO BATISTA, para ocupar o cargo de MÉDICO VETERINÁRIO 20 HORAS, de provimento efetivo.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 10 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 392/2020

Publicação Nº 2523448

PORTARIA Nº 392/2020

CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias para o (a) servidor (a) FERNANDA VARGAS RODRIGUES, ocupante do cargo de ODONTÓLOGA, a partir do dia 18/06/2020 à 27/06/2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018, com retorno 29/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 10 de junho de 2020.

marcionei hillesheim

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 393/2020

Publicação Nº 2523517

PORTARIA Nº 393/2020

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "c" da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 948 de 17 de novembro de 1995

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, nos termos da Lei Municipal nº 0948/95, com as alterações introduzidas pela Lei municipal 1320/02 e 1967/12, os membros e respectivos suplentes do Conselho Municipal da ASSISTENCIA SOCIAL, assim definidos:

TITULARES E SUPLENTE**REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA:**

TITULAR: Silvana Zucatelli Kuhl

SUPLENTE: Ivonir

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE:

TITULAR: Nalú Martini Picoli

SUPLENTE: Simone Zavaglia Souza

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ASSISTENCIA SOCIAL:

TITULAR: Mary Millena Knop Guckert

SUPLENTE: Vanessa Cristiane Marcilio Lopes

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

TITULAR: Mario Buni

SUPLENTE: Arno Poffo

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

TITULAR: Ivone Vargas Ferrari

SUPLENTE: Thaysa Nayara da Rosa

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL De PLANEJAMENTO:

TITULAR: Josiane Teixeira

SUPLENTE: Vanderlei Machado

USUARIOS DO SUAS:

TITULAR: Venina Koch

SUPLENTE: Luzia Silverio Hang Rodrigues

TITULAR: Tateane Hillesheim

SUPLENTE: Neide dos Santos

TITULAR: Jaqueline Dawis dos Santos

SUPLENTE: Terezinha De Andrade Dias

TRABALHADORES DO SUAS:

TITULAR: Carina Buzzi

SUPLENTE: Silvani Bauer Weis

TITULAR: Luana Carolina Rech

SUPLENTE: Maria Aparecida Cristovam de Souza

TITULAR: Monica Andreia Rigon

SUPLENTE: Luciane Ap. da Silva

Art. 2º - Revoga a Portaria Nº 368/2019

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 10 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Luiz Alves**PREFEITURA****PORTARIA 279/2020**

Publicação N° 2523463

PORTARIA N.º 279/2020

Altera regime de trabalho de servidores públicos municipais, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos do Decreto Municipal n.º 83/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 62, de 12 de abril de 2020, que alterou os Decretos Municipais n.º 45/2020 e n.º 48/2020, que dispõem sobre medidas de combate e proteção ao contágio do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 83/2020, que dispõe sobre a regulamentação do regime de trabalho especial a ser desenvolvido pelos servidores públicos municipais em decorrência da situação emergencial para o enfrentamento da pandemia pelo coronavírus - COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nos termos do parágrafo único do artigo 6º do Decreto Municipal n.º 83/2020, o regime de trabalho dos servidores públicos municipais abaixo elencados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenharem suas funções em regime híbrido, com cumprimento de jornada laboral por meio de atividades presenciais e remotas, em consonância ao inciso I do artigo 6º do Decreto Municipal n.º 83/2020, conforme segue:

I - ADILSON SIMÕES PEREIRA, agente comunitário de saúde;

II - ADRIANA CRISTINA SILVEIRA PEREIRA FRANCO, odontóloga - ESF;

III - ALCENIR MARTENDAL, agente comunitária de saúde;

IV - ALEXANDRE HENRIQUE DE OLIVEIRA, agente comunitário de saúde;

V - ANA CRISTINA MEURER DE PAULA, agente comunitária de saúde;

VI - CLEIA ANTUNES DA SILVA, agente comunitária de saúde;

VII - DANIELE DE FÁTIMA MARTINS, agente comunitária de saúde;

VIII - ELAINE APARECIDA SCHVEITZER, odontóloga – ESF;

IX - ERICA RODRIGUES GOMES, agente comunitária de saúde;

X - LUCINEIA PIRES, agente comunitária de saúde;

XI - NAYLA REBELO SOUZA LIMA, odontóloga – ESF;

XII - NIULSEIA GODINHO SPRICIGO, agente comunitária de saúde;

XIII - TANÊS VERONESE RODRIGUES DE LIMA, agente comunitária de saúde;

XIV - TEOLIDES PIRES LIMA GOIES, agente comunitário de saúde.

Art. 2º O regime de trabalho previsto no artigo 1º deste Decreto perdurará enquanto estiverem mantidas as medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia pelo coronavírus - COVID-19, estabelecidas no Decreto Municipal n.º 48/2020, podendo ser alterada, a qualquer tempo, a critério e necessidade da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Os servidores submetidos ao regime de trabalho acima estabelecido deverão observar a carga horária determinada e a jornada do seu respectivo cargo, bem como apresentar relatório circunstanciado, semanalmente, das atividades desenvolvidas, ao seu superior hierárquico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 25 de maio de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 277/2020

Publicação Nº 2523456

PORTARIA N.º 277/2020

Altera regime de trabalho de servidores públicos municipais, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos do Decreto Municipal n.º 83/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 62, de 12 de abril de 2020, que alterou os Decretos Municipais n.º 45/2020 e n.º 48/2020, que dispõem sobre medidas de combate e proteção ao contágio do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 83/2020, que dispõe sobre a regulamentação do regime de trabalho especial a ser desenvolvido pelos servidores públicos municipais em decorrência da situação emergencial para o enfrentamento da pandemia pelo coronavírus - COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nos termos do inciso I e III do artigo 6º do Decreto Municipal n.º 83/2020, o regime de trabalho dos servidores públicos municipais abaixo elencados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenharem suas atividades na modalidade remota, com cumprimento de jornada de trabalho por meio de atividades não presenciais, concomitantemente a aplicação da redução de jornada de trabalho, sem redução de remuneração, consoante ao parágrafo único do mesmo Decreto, conforme segue:

I – BALDUR HARBS, cirurgião dentista;

II – DIONE TEREZINHA WEBER, agente comunitária de saúde;

III – ELIETE LURDES MULLER, psicóloga;

IV – PAULO CLIDENOR LIMA SOARES, cirurgião dentista;

V – ROSIANE SCOLA, psicóloga.

Art. 2º O regime de trabalho estabelecido no artigo 1º deste Decreto perdurará enquanto estiverem mantidas as medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia pelo coronavírus - COVID-19, estabelecidas no Decreto Municipal n.º 48/2020, podendo ser alterada, a qualquer tempo, a critério e necessidade da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Os servidores submetidos ao regime de trabalho acima estabelecido deverá observar a carga horária determinada e a jornada do seu respectivo cargo, bem como apresentar relatório circunstanciado, semanalmente, das atividades desenvolvidas, ao seu superior hierárquico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor no dia 25 de maio de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 21 de maio de 2020.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 278/2020

Publicação Nº 2523461

PORTARIA N.º 278/2020

Altera regime de trabalho dos termos de compromisso de estágio, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos do Decreto Municipal n.º 74/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO a edição da Medida Provisória n.º 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 62, de 12 de abril de 2020, que alterou os Decretos Municipais n.º 45/2020 e n.º 48/2020, que dispõem sobre medidas de combate e proteção ao contágio do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 74/2020, que dispõe sobre a regulamentação do regime de trabalho especial a ser desenvolvido

pelos profissionais do Magistério Público Municipal e da Educação em decorrência da situação emergencial para o enfrentamento da pandemia pelo coronavírus - COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nos termos do inciso I do artigo 26 do Decreto Municipal n.º 74/2020, pelo prazo de 40 (quarenta) dias, o regime de trabalho dos termos de compromisso das estagiárias abaixo elencadas, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, para desempenharem suas atividades na modalidade remota, com cumprimento de jornada de trabalho por meio de atividades não presenciais, conforme segue:

I – FERNANDA CRISTINA PALUACZESKI;

II – MAINDRA AMANDA CORREIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 16 de abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 25 de maio de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 280/2020

Publicação Nº 2523470

PORTARIA N.º 280/2020

Altera regime de trabalho de servidor público municipal, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos do Decreto Municipal n.º 83/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 62, de 12 de abril de 2020, que alterou os Decretos Municipais n.º 45/2020 e n.º 48/2020, que dispõem sobre medidas de combate e proteção ao contágio do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 83/2020, que dispõe sobre a regulamentação do regime de trabalho especial a ser desenvolvido pelos servidores públicos municipais em decorrência da situação emergencial para o enfrentamento da pandemia pelo coronavírus - COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nos termos do inciso III do artigo 6º do Decreto Municipal n.º 83/2020, o regime de trabalho do servidor Sr. JAIME LUIZ NARDELLI, médico junto à Secretaria Municipal de Saúde, aplicando-se a redução de 50% (cinquenta por cento) de sua jornada regular de trabalho, sem redução de remuneração.

Art. 2º O regime de trabalho estabelecido no artigo 1º deste Decreto perdurará enquanto estiverem mantidas as medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia pelo coronavírus - COVID-19, estabelecidas no Decreto Municipal n.º 48/2020, podendo ser alterada, a qualquer tempo, a critério e necessidade da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 25 de maio de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 290/2020

Publicação Nº 2523475

PORTARIA N.º 290/2020

Altera as Portarias n.º 53/2019, n.º 54/2019, n.º 120/2019, n.º 199/2019, n.º 36/2020, n.º 73/2020, n.º 107/2020, n.º 108/2020, n.º 147/2020 e n.º 177/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 53, de 20 de fevereiro de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, os servidores abaixo elencados, para desempenharem a função de professor(a) de educação infantil junto à Secretaria Municipal de Educação, até o dia 18 de dezembro de 2020, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002:

(...)

Art. 2º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 54, de 20 de fevereiro de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, os servidores abaixo elencados, para desempenharem a função de professor(a) de anos iniciais junto à Secretaria Municipal de Educação, até o dia 18 de dezembro de 2020, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei n.º 1.025/2002:

(...)

Art. 3º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 120, de 1º de abril de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª ANGELICA APARECIDA CORRÊA DA COSTA, para desempenhar a função de professora de educação infantil junto à Secretaria Municipal de Educação, até o dia 18 de dezembro de 2020, sendo prorrogável nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 4º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 199, de 30 de maio de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª MARTA NATALINA RITA GONÇALVES, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo n.º 02/2018, para desempenhar a função de motorista junto à Secretaria Municipal de Educação, até o dia 18 de dezembro de 2020, sendo prorrogável nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 5º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 36, de 31 de janeiro de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, os servidores abaixo elencados, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de suas aprovações no Processo Seletivo n.º 01/2019, até o dia 18 de dezembro de 2020, sendo prorrogável nos termos da Lei n.º 1.025/2002:

(...)

Art. 6º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 73, de 14 de fevereiro de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, as servidoras abaixo elencadas, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de suas aprovações no Processo Seletivo n.º 01/2019, até o dia 18 de dezembro de 2020, sendo prorrogável nos termos da Lei n.º 1.025/2002:

(...)

Art. 7º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 107, de 18 de fevereiro de 2020, passando a vigorar com seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, as servidoras abaixo elencadas, junto à Secretaria Municipal de Educação, até o dia 18 de dezembro de 2020, sendo prorrogável nos termos da Lei n.º 1.025/2002:

(...)

Art. 8º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 108, de 18 de fevereiro de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª RAFAELA MAIARA RINCUS, para desempenhar a função de atendente de educação infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2019, até o dia 18 de dezembro de 2020, sendo prorrogável nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 9º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 147, de 04 de março de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª SARAH TAYNÁ BACHMANN, para desempenhar a função de professora de língua inglesa, junto à Secretaria Municipal de Educação, até o dia 18 de dezembro de 2020, sendo prorrogável nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 10. Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 177, de 12 de março de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª MICHELLE CINTRA CEZAR, para desempenhar a função de professora de educação infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, até o dia 18 de dezembro de 2020, sendo prorrogável nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 11. Ficam revogados os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI do artigo 1º da Portaria n.º 53/2019, e o incisos I, II, III, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII do artigo 1º da Portaria n.º 54/2019.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 04 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 292/2020

Publicação Nº 2523483

PORTARIA N.º 292/2020

Prorroga contratos administrativos de servidores admitidos em caráter temporário, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento à epidemia da COVID-19, assim como o Decreto Municipal n.º 48, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da situação de emergência decorrente do novo coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.811/2020, que autoriza a manutenção do contrato administrativo, para além da prorrogação de até 12 (doze) meses, por problemas advindos de calamidades, catástrofes, inundações, pandemias, epidemias, pragas, situações de emergência ou outros fatos da natureza;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os contratos administrativos dos servidores abaixo elencados, contratados em caráter temporário junto à Secretaria Municipal de Educação, até o dia 18 de dezembro de 2020, nos termos do § 2º do artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.025/2002:

I – JUCIELI HESS GESSER;

II – MARCELINO EDSON LUCAS;

III – TÁBATA PILAR ROSA EGER;

IV – THUANY TELES SCHMITZ GESSER.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 294/2020

Publicação Nº 2523484

PORTARIA N.º 294/2020

Altera regime de trabalho de servidor público municipal, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos da Lei Municipal n.º 1.807/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 62, de 12 de abril de 2020, que alterou os Decretos Municipais n.º 45/2020 e n.º 48/2020, que dispõem sobre medidas de combate e proteção ao contágio do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 83, de 04 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Luiz Alves para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nos termos da alínea “d” do inciso II do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 83, de 04 de maio de 2020, o regime de trabalho do servidor Sr. GUILHERME GROSSEL SOBRINHO, operário braçal junto à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, para suspender a realização de suas atividades e formar banco de horas para compensação futura.

Art. 2º O regime de compensação de banco de horas perdurará enquanto estiver mantida a situação de emergência estabelecida pela pandemia decorrente do COVID-19.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 24 de maio de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 09 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves –
www.luizalves.sc.gov.br
Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 295/2020

Publicação N° 2523485

PORTARIA N.º 295/2020
Altera as Portarias n.º 402/2018, n.º 95/2019 e n.º 267/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;
RESOLVE:

Art. 1º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 402, de 23 de agosto de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar a servidora Sr.ª KARINY DALVA DE AZEVEDO, para desempenhar a função de agente comunitário de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2018.

Art. 2º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 95, de 21 de março de 2019, passando a vigorar com seguinte redação:

Art. 1º Contratar os servidores abaixo elencados, para desempenharem a função de agente comunitário de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de suas aprovações no Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2018.

(...)

Art. 3º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 267, de 17 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar a servidora Sr.ª TANÊS VERONESE RODRIGUES DE LIMA, para desempenhar a função de agente comunitária de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo n.º 02/2018.

Art. 4º Ficam revogados os incisos I, II e IV do artigo 1º da Portaria n.º 95/2019.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 09 de junho de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br
Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 297/2020

Publicação N° 2523489

PORTARIA N.º 297/2020

Prorroga contrato administrativo de servidor admitido em caráter temporário, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento à epidemia da COVID-19, assim como o Decreto Municipal n.º 48, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da situação de emergência decorrente do novo coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.811/2020, que autoriza a manutenção do contrato administrativo, para além da prorrogação de até 12 (doze) meses, por problemas advindos de calamidades, catástrofes, inundações, pandemias, epidemias, pragas, situações de emergência ou outros fatos da natureza;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato administrativo do servidor Sr. AURINO DOS SANTOS, operário braçal, contratado em caráter temporário junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, até o dia 31 de dezembro de 2020, nos termos do § 2º do artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 10 de junho de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 072/2020

Publicação Nº 2523563

CONTRATO PML Nº 073/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 043/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2020

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, nos termos da Portaria nº 097/20 de 26 maio de 2020, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Sr. ITAMAR TONETTO, brasileiro, casado, servidor público, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.174.411-19, e portador da cédula de identidade RG nº 8.363.186-4, denominado CONTRATANTE e ENERGIZA – ENGENHARIA E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, estabelecida na Avenida Barão do Rio Branco, nº 361, Sala 1, Centro, no município de Joaçaba/SC, CEP 89.600-000, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. PAULO DELFINO PINTO, brasileiro, maior e capaz, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 1.704.431 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 639.561.289-15, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, constitui-se na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia referente à modificação de posteamento sito à Estrada Municipal – Anel Viário, incluindo o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários à mudança de localidade dos postes de energia elétrica, conforme Protocolo PS 400467542 Celesc.

1.2. Os serviços ora contratados e o valor global a ser pago corresponde a:

Item	Descrição	Valor Total
1	Execução dos serviços e o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários para a mudança de localidade de postes de energia elétrica, sito à Estrada Municipal – Anel Viário, neste Município de Luzerna. (Protocolo PS 400467542 Celesc)	R\$ 26.992,00

1.3. Da forma de execução:

- A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial, e executá-los no prazo de até 30 (trinta) dias contados da mesma data, podendo ser prorrogado por igual período caso a contratada comprove as razões que deram causa ao atraso dos serviços, e ainda, que seja aprovada tal justificativa e pedido de prorrogação pela Administração Municipal.
- Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.
- Todo o material a ser utilizado deverá ser de boa qualidade e ter aprovação prévia por parte da municipalidade, que poderá fazer alterações ou substituições de materiais que não provem ser os exigidos no memorial, e poderá igualmente mandar refazer os serviços que não apresentem a qualidade exigida, sem ônus para o município.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva aos funcionários que executarão os serviços descritos nesta contratação, devendo ainda, serem treinados e possuírem todas as certificações necessárias para a observância das regras de Segurança e Medicina do Trabalho.
- A CONTRATADA deverá observar, durante a execução dos serviços, as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514/77, Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em especial, as Normas Regulamentadoras NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura), e Lei Municipal nº 1504/2017.
- A CONTRATADA deverá apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços.
- As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepos- tos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.
- Caberá à CONTRATADA reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto desta contratação ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.
- Eventuais interrupções do fornecimento de energia pela rede a ser modificada devem ser realizadas em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), a fim de minimizar os impactos aos moradores e empresas abastecidos por esta. Danos de qualquer natureza causados por desligamentos repentinos ou não programados serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

l) A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O valor global para a execução dos serviços de engenharia corresponde a R\$ 26.992,00 (vinte e seis mil, novecentos e noventa e dois reais), que será pago em parcela única, conforme segue:

- a) O pagamento será realizado de acordo com a liberação das parcelas pela Caixa Econômica Federal, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente, e laudo de vistoria apresentado por profissional habilitado designado pelo Município.
- b) A liberação do pagamento somente se dará após a fiscalização e aceite por parte da Caixa Econômica Federal, através do setor responsável, caso assim exigido na operação de crédito, desta forma, a CONTRATADA deverá ter ciência que eventuais atrasos de liberações das parcelas pela instituição financeira, acarretam atrasos em seu recebimento, não cabendo requerer ao Município qualquer indenização ou penalização por fatos internos e exclusivos da Caixa Econômica Federal.
- c) A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o MUNICÍPIO DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna - SC, CNPJ/MF nº 01.613.428/0001-72, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
- d) A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência do Contrato, nos seguintes termos:

Ação (s): 04.006.15.451.0400.1.402 – Acesso ao Loteamento Serenata, Anel Viário e Projeto Fotovoltaico
Modalidade de Aplicação (s): 4.4.90. Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte (s): 520 – Operação de Crédito FINISA - CEF

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

v.1. Executar o objeto de acordo com as informações constantes na Proposta e Processo Licitatório;

- a) Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial, e executá-los no prazo de até 30 (trinta) dias contados da mesma data, podendo ser prorrogado por igual período caso a contratada comprove as razões que deram causa ao atraso dos serviços, e ainda, que seja aprovada tal justificativa e pedido de prorrogação pela Administração Municipal.
- b) Observar, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.
- c) Utilizar matérias de boa qualidade e ter aprovação prévia por parte da municipalidade, que poderá fazer alterações ou substituições de materiais que não provem ser os exigidos no memorial, e poderá igualmente mandar refazer os serviços que não apresentem a qualidade exigida, sem ônus para o município.
- d) Disponibilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva aos funcionários que executarão os serviços descritos nesta contratação, devendo ainda, serem treinados e possuírem todas as certificações necessárias para a observância das regras de Segurança e Medicina do Trabalho.
- e) Observar, durante a execução dos serviços, as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514/77, Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em especial, as Normas Regulamentadoras NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura), e Lei Municipal nº 1504/2017.
- f) Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços.
- g) Responsabilizar-se pelas despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- h) Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- i) Realizar o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.
- j) Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto desta contratação ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.
- k) Realizar as eventuais interrupções do fornecimento de energia pela rede a ser modificada devem ser realizadas em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), a fim de minimizar os impactos aos moradores e empresas abastecidos por esta. Danos de qualquer natureza causados por desligamentos repentinos ou não programados serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
- l) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total ou parcial do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as

seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

- a) Advertência;
 - b) Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 5.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 5.3. Os serviços em atraso sujeitarão o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por dia que exceder aos prazos estabelecidos, exceto quando justificados e aceitos pelo Município.
- 5.4. A multa a que alude o subitem 5.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 5.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto, implicará na multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato.
- 5.6. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;
 - b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
 - c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 6.2. O descumprimento, por parte da contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao contratante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;
- 6.3. Fica reservado ao contratante o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA, DA GARANTIA E DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

- 8.1. Fica estabelecido que, com a CONTRATADA será celebrado contrato deverá celebrar contrato que deverá ser assinado em até 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.
- 8.2. O contrato proveniente do presente processo licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.
- 8.3. Caso a CONTRATADA declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.
- 8.4. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.
- 8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 8.6. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra objeto da presente licitação, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão da mesma, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).
- 8.7. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através da Assessoria de Planejamento, a qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas no Edital.
- 8.8. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.
- 8.9. Ficam nomeados como fiscais do contrato da presente licitação a Engenheira Civil do Município JULIANA CORBANI e o Assessor de Planejamento do Município ANDRÉ LUIS TOIGO DIESEL.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de junho de 2020.

ITAMAR TONETTO
MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATANTE

PAULO DELFINO PINTO

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA CONTRATADO	
--	--

TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

PL 049/2020 - PE 029/2020 - TUBO DE CONCRETO ARMADO - PML

Publicação Nº 2524609

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 049/2020 - PML
Pregão Eletrônico nº 029/2020 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. VALDECIR RICHARDI, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à aquisição, de forma parcelada, de tubo de concreto armado 80x100cm para manutenção dos sistemas de drenagem pluvial do Município de Luzerna, em conformidade com este Edital e Anexos que o integram.

REGIMENTO: Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/06, dos Decretos Municipais nº 918/2007, 2.631/2018 e 2920/2020, bem como da Portaria nº 071/2020, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

Recebimento das propostas: do dia 17/06/2020 a partir das 13h até o dia 30/06/2020 às 13h30min.

Abertura das propostas: dia 30/06/2020 às 13h30min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 30/06/2020 às 14h.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra nos sítios da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL (www.bll.org.br) e do Município de Luzerna (www.luzerna.sc.gov.br).

BALANCETE FINANCEIRO 05/2020

Publicação Nº 2524112

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Maio
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.729.747,20	ORÇAMENTÁRIAS	1.051.853,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	268.681,50	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.051.853,54
Contribuições	44.816,99	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.016.374,26
Receita Patrimonial	10.551,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-111.564,63
Receita de Serviços	255,75	INVESTIMENTOS	147.043,91
Transferências Correntes	1.578.370,53		
Outras Receitas Correntes	41.229,25		
Alienação de Bens	379,35		
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE M	5.783,89		
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA COR	-218.654,19		
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-1.666,89		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	308.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	308.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	308.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	308.000,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.941.293,47	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.391.774,90
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	43.127,03	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	45.763,34
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	205.687,31	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	207.992,05
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.776.853,90	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.354.672,52
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	47.265,44	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	64.965,92
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.856.010,66	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.705.608,47
RP PROCESSADOS PAGOS	12.349,13	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	272,60
		RP PROCESSADOS PAGOS	12.500,00
SALDOS ANTERIORES	2.451.281,51	SALDOS ATUAIS	2.678.693,74
BANCO C/ MOVIMENTO	1.006.888,80	BANCO C/ MOVIMENTO	1.293.444,47
BANCOS C/ VINCULADAS	1.444.392,71	BANCOS C/ VINCULADAS	1.385.249,27
TOTAL	8.430.322,18	TOTAL	8.430.322,18

Luzerna, 09/06/2020

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 33.461

COMPRAS PML 05/2020

Publicação Nº 2524110

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

CNPJ: 01.613.428/0001-72
Avenida 16 de Fevereiro, 151 - Centro
C.E.P.: 89609-000 - Luzerna - SC

Folha: 1/5

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Selante PU 400g	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	2,00	UN	21,67	43,34
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Tinta acrílica fosca 900ml - cores diversas - Premium	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	1,00	UN	15,61	15,61
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Tinta esmalte sintético 3,6L Premium base d'água - cores	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	1,00	UN	88,56	88,56
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	SILICONE INCOLOR 280gr	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	2,00	UN	12,77	25,54
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	FITA ZEBRADA S/ ADESIVO 70mm COM 100m	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	6,00	UN	7,79	46,74
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	VEDA ROSCA 18mmx10m	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	2,00	UN	2,39	4,78
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	TORNEIRA ELÉTRICA DE BANCADA	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	1,00	UN	154,98	154,98
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Fornecimento de placa de regulamentação d=60cm sem suporte	SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA EPP	02.898.145/0001-87	1,00	UN	118,00	118,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Fornecimento e implantação de placas de regulamentação ou ad	SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA EPP	02.898.145/0001-87	2,00	UN	250,00	500,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	CABO DE REDE UTP CAT 6 (CAIXA 305 METROS)	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	2,00	CX	782,79	1.565,58
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Conexão sistema X 50x20mm - cotovelo externo	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	15,00	UN	4,73	70,95
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Conexão sistema X 50x20mm - luva de emenda	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	15,00	UN	4,73	70,95
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Conexão sistema X 50x20mm - cotovelo interno	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	15,00	UN	4,73	70,95
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	TOMADA REDE RJ45 8V c/p	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	07.102.402/0001-46	15,00	UN	15,07	226,05
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Aditivo plastificante para argamassas de assentamento 1L	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	3,00	UN	7,09	21,27
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Chuveiro elétrico 220v	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	2,00	UN	40,43	80,86
Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	Serviços de funilaria e pintura para veículos leves	VANDERLEI WEIRICH JUNIOR 08145734959	23.412.204/0001-35	1,00	h/t	500,00	500,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Luva de Látex: Luva de segurança, confeccionada em látex nat	PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA EIRELI	78.651.973/0001-88	80,00	PAR	1,80	144,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Folha: 2/5

CNPJ: 01.613.428/0001-72
Avenida 16 de Fevereiro, 151 - Centro
C.E.P.: 89609-000 - Luzerna - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Tênis ocupacional - Calçado ocupacional de uso profissional	PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA EIRELI	78.651.973/0001-88	2,00	PAR	46,00	92,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	ELETRODUTO PVC RIGIDO BRANCO 1" 3,00M	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	01.276.119/0001-54	70,00	UN	10,60	742,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	CAIXA CONDULETE BRANCA COM ENTRADA 1" E 3/4"	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	01.276.119/0001-54	40,00	UN	6,55	262,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	ADAPTADOR PVC BRANCO 1" P/ CONDULETE	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	01.276.119/0001-54	70,00	UN	0,70	49,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	TAMPA CEGA BRANCA PARA CONDULETE	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	01.276.119/0001-54	40,00	UN	1,60	64,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	ABRACADEIRA PVC PARA ELETRODUTO 1"	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	01.276.119/0001-54	250,00	UN	0,53	132,50
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	CURVA PVC RIGIDO 1" C/ BOLSA	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT	01.276.119/0001-54	50,00	UN	2,90	145,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Placa oega 4x2" sistema X	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	30,00	UN	2,75	82,50
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Canaleta PVC sistema X - 20x10x200mm sem divisor	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	100,00	UN	4,64	464,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Caixa sistema X 4x2"	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	40,00	UN	2,75	110,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	CABO DE REDE UTP CAT 5E (CAIXA 305 METROS)	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	3,00	CX	246,58	739,74
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Montagem de pneus micro ônibus e camionete	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	10,00	UN	28,50	285,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Troca de pneus micro ônibus e camionete	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	2,00	UN	28,50	57,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Plaqueta de pneu de máquinas	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	1,00	UN	94,30	94,30
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Troca de pneus caminhão e ônibus	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	1,00	UN	38,00	38,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Conserto de pneu de máquinas	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	2,00	UN	160,30	320,60
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Troca de pneu de máquinas	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	1,00	UN	94,30	94,30
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Bico (Válvula) de pneus micro ônibus e camionete	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	1,00	UN	42,75	42,75
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Tubo soldável 25 mm - barra de 6m	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	2,00	BR	9,54	19,08
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Tee LXR 25x3/4" bucha de latão	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	5,00	UN	5,82	29,10
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Luva de correr soldável 25mm	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	5,00	UN	5,58	27,90
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Argamassa branca para porcelanato - saco com 20kg	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	35,00	SC	25,77	901,95
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Rejunte com 1kg - cores diversas	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	30,00	PCT	3,23	96,90
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Espaçador para piso cerâmico 5mm pacote c/ 100 unidades	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	4,00	PCT	3,94	15,76

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Folha: 3/5

CNPJ: 01.613.428/0001-72
 Avenida 16 de Fevereiro, 151 - Centro
 C.E.P.: 89609-000 - Luzerna - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Contratação de empresa especializada para execução e montagem	DALLASIL FABRICACAO DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA	02.402.629/0001-93	1,00	UN	142.011,49	142.011,49
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	BAINHA FRANCESA COM 50 CADA	NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	09.492.811/0001-21	20,00	PCT	20,00	400,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	NITROGENIO LIQUIDO	NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	09.492.811/0001-21	4.500,00	LTS	3,50	15.750,00
Gabinete do Prefeito	MANUTENÇÃO/LIMPEZA COMPLETA DO AR (9.000 BTUS)	ADAGIL CLIMATIZACAO EIRELI	95.811.790/0001-00	2,00	ser	120,00	240,00
Gabinete do Prefeito	MANUTENÇÃO/LIMPEZA COMPLETA DO AR (48.000 BTUS)	ADAGIL CLIMATIZACAO EIRELI	95.811.790/0001-00	1,00	ser	150,00	150,00
Gabinete do Prefeito	MANUTENÇÃO/LIMPEZA COMPLETA DO AR (9.000 BTUS)	ADAGIL CLIMATIZACAO EIRELI	95.811.790/0001-00	1,00	ser	120,00	120,00
Gabinete do Prefeito	Carga de gás, para aparelhos de ar condicionado de 18.000 BT	ADAGIL CLIMATIZACAO EIRELI	95.811.790/0001-00	1,00	ser	360,00	360,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Fio flexível 16mm 750v - cores diversas	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	200,00	M	6,62	1.324,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Desengripante spray 300ml	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	20,00	UN	5,84	116,80
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	BUCHA Nº 06	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	10,00	UN	0,08	0,80
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Prumo de centro 500g	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	1,00	UN	21,43	21,43
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Mangueira para nível cristal 5/16"	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	22,00	M	1,26	27,72
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Parafuso 4,0x30mm	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	10,00	UN	0,09	0,90
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Trabalho em Altura	CLAUDETE APARECIDA BACKES JUNG CAVICHAO	20.020.273/0001-05	2,00	H/F	70,00	140,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	CIMENTO SACO COM 50kg	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	5,00	SC	29,59	147,95
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Diesel S10	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA	03.833.501/0001-47	1,374	L	3.099,00	4.258,84
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Gasolina Comum	REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA - Filial 3	05.610.041/0004-66	1.408,895	L	3,52	4.959,31
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Diesel Comum	REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA - Filial 3	05.610.041/0004-66	3.876,803	L	2,89	11.203,96
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	ALCOOL HIDRATADO	REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA - Filial 3	05.610.041/0004-66	28,298	L	3,754	106,23
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Conserto de pneu com remendo a frio tamanho 3	COMERCIO DE PNEUS LUZERNA LTDA	07.006.249/0001-53	1,00	UN	42,81	42,81
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Vulcanização de pneus caminhão e ônibus	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	1,00	UN	171,00	171,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Vulcanização remendo nº 7 de pneu de máquinas	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	1,00	UN	330,04	330,04
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Montagem de pneu de máquinas	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	2,00	UN	94,30	188,60
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Vulcanização remendo nº 11 de pneu de máquinas	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	1,00	UN	452,62	452,62

Folha: 4/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

CNPJ: 01.613.428/0001-72
 Avenida 16 de Fevereiro, 151 - Centro
 C.E.P.: 89609-000 - Luzerna - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Conserto de pneu dianteiro de retroescavadeira e trator	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	1,00	UN	123,46	123,46
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Conserto de pneus caminhão e ônibus	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	1,00	UN	47,50	47,50
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Montagem de pneus caminhão e ônibus	BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA	05.769.853/0001-06	3,00	UN	38,00	114,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	CAFE EM PO EXTRA FORTE	ENIO DELAZERI EIRELI	07.383.088/0001-17	4,00	UN	6,47	25,88
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	CAFE SOLUVEL 200 GRS	ENIO DELAZERI EIRELI	07.383.088/0001-17	4,00	VD	7,39	29,56
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	AÇÚCAR REFINADO EMBALAGEM PLASTICA DE 5KG	ENIO DELAZERI EIRELI	07.383.088/0001-17	3,00	UN	11,09	33,27
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	PAPEL HIGIENICO: FOLHA SIMPLES 60 METROS X 10 CM. COMPOSICAO	ENIO DELAZERI EIRELI	07.383.088/0001-17	20,00	PCT	2,58	51,60
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 1 LITRO:	ENIO DELAZERI EIRELI	07.383.088/0001-17	5,00	UN	1,06	5,30
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	SACO DE LIXO 15 LITROS	TATIELLE BUENO ALVES	35.193.845/0001-25	4,00	UN	3,90	15,60
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	ALCOOL LIQUIDO, ETILICO HIDRATADO A 92,8 GRAUS INPM	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	06.919.156/0001-94	12,00	UN	5,33	63,96
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	ESPONJA ABRASIVA DUPLA FACE: UM DOS LADOS EM FIBRA SINTETICA Trabalho em Altura	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	85.248.680/0001-10	12,00	UN	0,51	6,12
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Creme protetor - pde 200 grs, para pele hidrossolúvel e de	CLAUDETE APARECIDA BACKES JUNG CAVICHAO	20.020.273/0001-05	2,00	H/F	70,00	140,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Luminária de emergência 30 LED bivolt - autonomia 36h	COSEGR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	06.066.529/0001-94	3,00	UN	6,70	20,10
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Assento sanitário almofadado, na cor branca	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	18,00	UN	13,18	237,24
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Telha ondulada 2,44x1,10m 6mm	BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	11.743.603/0001-08	1,00	UN	39,28	39,28
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	TELHA ONDULADA 2,13x1,10m 6mm	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	82.140.898/0001-68	14,00	UN	50,37	705,18
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	conjunto/parafuso/bucha para telha fibrocimento	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	82.140.898/0001-68	6,00	UN	48,24	289,44
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - 500ml (com 12 unidades)	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	82.140.898/0001-68	45,00	UN	1,06	47,70
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	ÁGUA MINERAL COM GÁS - 500 ml (FARDO com 12 unidades)	RODINEI JOSE PANDOLFO	30.465.805/0001-71	4,00	FAR	6,60	26,40
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ TAMANHO 103	RODINEI JOSE PANDOLFO	30.465.805/0001-71	3,00	FAR	7,33	21,99
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	COADOR DE PANO - GRANDE	ENIO DELAZERI EIRELI	07.383.088/0001-17	3,00	CX	2,03	6,09
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	SACO DE LIXO 50 LITROS	ENIO DELAZERI EIRELI	07.383.088/0001-17	2,00	UN	2,76	5,52
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	SACO DE LIXO 100 LITROS -	TATIELLE BUENO ALVES	35.193.845/0001-25	4,00	UN	3,90	15,60
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	SACO DE LIXO 100 LITROS -	TATIELLE BUENO ALVES	35.193.845/0001-25	4,00	UN	3,90	15,60

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

CNPJ: 01.613.428/0001-72
Avenida 16 de Fevereiro, 151 - Centro
C.I.P.: 89609-000 - Luzerna - SC

Folha: 5/5

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	Filtro de linha com 06 tomadas e protetor contra surtos	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	2,00	UN	22,86	45,72
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	Massa acrílica. 18 litros.	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	07.336.749/0001-53	3,00	UN	62,42	187,26
						Total Geral -->	193.497,41

CONTRATOS E SEUS ADITIVOS 05/2020

Publicação Nº 2524108

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Página: 1/2

Data : 09/06/2020

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**Contratos e Seus Aditivos
(Artigo 2º, Inciso XX da L.N. nº 028/1999)

Unidade gestora: FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Contrato	Número do Contrato	Contratado	Tipo	Mês/Ano	Valor
397	006/2020	ENIO DELAZERI EIRELI	Normal	01/05/2020	1.530,00
398	005/2020	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Normal	01/05/2020	31.135,50
399	007/2020	JESSICA LORENA CUNHA SILVA 00871015994	Normal	01/05/2020	72.495,00

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Página: 2/2

Data : 09/06/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Contratos e Seus Aditivos
(Artigo 2º, Inciso XX da L.N. nº 028/1999)

Unidade gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Contrato	Número do Contrato	Contratado	Tipo	Mês/Ano	Valor
1644	3º TA C 048.18	ATENA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	Normal	01/05/2020	964,04
1645	046/2020	NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUA	Normal	01/05/2020	16.550,00
1646	047/2020	EMPRESA JOACABENSE DE TRANSPORTES COLETIV	Normal	01/05/2020	1.051,00
1647	048/2020	NUCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIACOES EIR	Normal	01/05/2020	5.200,00
1648	049/2020	CESAR MURILO FLORES	Normal	01/05/2020	488.624,05
1649	1º TA ARP 088.19	HIDROLUZ SOLUCOES ELETRICAS E HIDRAULICAS L	Normal	01/05/2020	0,00
1650	1º TA 087.19	ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA	Normal	01/05/2020	0,00
1651	050/2020	ISZA COMERCIO E ATACADO EIRELI	Normal	01/05/2020	2.229,25
1652	051/2020	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	Normal	01/05/2020	937,30
1653	052/2020	ONEVIO BETTONI	Normal	01/05/2020	1.516,00
1654	053/2020	PRISCILA RAUBER HENGEMUJHLE	Normal	01/05/2020	12.786,50
1655	054/2020	S. SCHNEIDER	Normal	01/05/2020	1.280,00
1656	055/2020	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	Normal	01/05/2020	43.033,87
1657	056/2020	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	Normal	01/05/2020	1.150,00
1658	057/2020	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMEN	Normal	01/05/2020	8.686,60
1659	058/2020	ENIO DELAZERI EIRELI	Normal	01/05/2020	69.572,15
1660	059/2020	MERCADO MUNARI LTDA	Normal	01/05/2020	2.349,36
1661	060/2020	TATIELLE BUENO ALVES	Normal	01/05/2020	5.679,92
1662	061/2020	RODINEI JOSE PANDOLFO	Normal	01/05/2020	3.299,00
1663	062/2020	TRANSPORTES CESAR LTDA	Normal	01/05/2020	45.111,20
1664	063/2020	TRANSPORTES LUZERNA LTDA	Normal	01/05/2020	68.244,00
1665	1º TA C 106.19	CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	Normal	01/05/2020	3.600,00
1666	1 TA ARP 094.19	MACHADO EVENTOS LTDA	Normal	01/05/2020	0,00
1667	1 TA ARP 113.19	ANA TRINDADE KARLOH 64233553987	Normal	01/05/2020	0,00
1669	064/2020	PEDREIRA JOACABA LTDA	Normal	01/05/2020	203.000,00
1670	065/2020	PEDREIRA CALDART LTDA	Normal	01/05/2020	38.900,00
1671	066/2020	PEDREIRA TRIANGULO LTDA	Normal	01/05/2020	260.000,00
1672	4º TA C 098.18	ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	Normal	01/05/2020	0,00
1673	1º TA C 096.19	SINDPLUS ADMINISTRADORA DE CARTOES, SERVICOS	Normal	01/05/2020	0,00

RECURSOS REPASSADOS 05/2020

Publicação Nº 2524107

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Demonstrativo das Ocorrências Mensais Relativas aos Repasses Concedidos
Período de 01/05/2020 a 31/05/2020

Data	Entidade Beneficiária	Valor	Finalidade	Fund. legal
08/05/2020	Repasso ao Poder Legislativo	58.000,00	Lançamento contábil 313 ref TRANSF. P/ CMV.	1683-19
11/05/2020	Repasso ao Fundo Municipal de Saúde	150.000,00	Lançamento contábil 316 ref TRANSF. P/ FMS.	1683-19
26/05/2020	Repasso ao Fundo Municipal de Saúde	70.000,00	Lançamento contábil 353 ref TRANSF. P/ FMS.	1683-19
27/05/2020	Repasso ao Fundo Municipal de Saúde	30.000,00	Lançamento contábil 374 ref TRANSF. P/ FMS.	1683-19

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS 05/2020

Publicação Nº 2524106

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Recursos Recebidos - Transferências Constitucionais

Instrução Normativa - TCU nº 28 de 28/05/1999

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Maio

Recursos recebidos da União	Montante Recebido	
	No Mês	Até o Mês
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00 FPM 60% (Próprio)- Cota Mensal - Principal	335.359,49	1.931.416,16
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00 FPM 25% (MDE)- Cota Mensal - Principal	139.733,12	804.756,76
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00 FPM 15% (ASPS)- Cota Mensal - Principal	83.839,88	482.854,06
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00 ITR 60% (Próprio) - Principal	23,06	132,88
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00 ITR 25% (MDE) - Principal	9,61	55,37
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00 ITR 15% (ASPS) - Principal	5,77	33,22
4.1.7.1.8.01.7.1.01.00.00 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domín	0,00	4.680,61
4.1.7.1.8.02.6.1.01.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - P	6.460,15	49.775,68
4.1.7.1.8.03.1.1.01.01.00 Piso de Atenção Básica Fixo	12.356,50	49.426,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.02.00 Estratégia Saúde da Família	14.260,00	71.300,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.03.00 Agentes Comunitários de Saúde	16.800,00	82.200,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.04.00 Saúde Bucal	4.460,00	22.300,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.05.00 Núcleo de Apoio da Saúde da Família - Nasf União	8.000,00	40.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.06.00 Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade - PMAQ	21.513,23	107.347,97
4.1.7.1.8.03.1.1.07.01.00 Emenda PAB - Senador Jorginho Mello - Proposta nº	0,00	100.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.08.00.00 Informatiza APS	3.400,00	13.600,00
4.1.7.1.8.03.2.1.01.01.00 Mac União	1.060,99	5.304,95
4.1.7.1.8.03.3.1.01.01.00 Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	1.400,00	6.850,00
4.1.7.1.8.03.3.1.01.02.00 Vigilância Sanitária	969,85	4.849,25
4.1.7.1.8.03.4.1.01.01.00 Farmácia Básica União	2.795,12	13.975,60
4.1.7.1.8.03.9.1.01.01.00 COVID-19 União	0,00	17.492,92
4.1.7.1.8.04.1.1.07.00.00 Incremento Temporário ao PSB para Acoes de Combate	35.563,32	35.563,32
4.1.7.1.8.05.1.1.01.00.00 Transferências do Salário-Educação - Principal	26.923,95	159.728,49
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00 Transferências PNAE - Principal - Programa Naciona	127,20	36.455,20
4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00 Transferências PNATE - Principal - Programa Nacion	2.815,42	11.261,68
4.1.7.1.8.05.9.1.01.00.00 Programa Brasil Carinhoso - apoio as creches	0,00	118,90
4.1.7.1.8.12.1.1.03.00.00 BL GBF	1.430,00	7.150,00
4.1.7.1.8.12.1.1.05.00.00 BL PSB	0,00	16.362,92
4.1.7.1.8.99.1.1.02.00.00 Auxílio financeiro União - MP 938	36.637,73	76.745,26
Subtotal:	755.944,39	4.151.737,20

Recursos recebidos do Estado	Montante Recebido	
	No Mês	Até o Mês
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00 Cota-Parte do ICMS 60% (Próprio)- Principal	268.280,90	1.789.337,53
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00 Cota-Parte do ICMS 25% (MDE)- Principal	111.783,72	745.557,46
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00 Cota-Parte do ICMS 15% (ASPS)- Principal	67.070,24	447.334,46
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00 Cota-Parte do IPVA 60% (Próprio)- Principal	48.344,30	217.486,34
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00 Cota-Parte do IPVA 25% (MDE)- Principal	20.143,52	90.619,51
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00 Cota-Parte do IPVA 15% (ASPS)- Principal	12.086,08	54.371,64
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00 Cota-Parte do IPI - 60% (Próprio) - Principal	3.955,41	21.561,21
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00 Cota-Parte do IPI - 25% (MDE) - Principal	1.648,10	8.983,88
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00 Cota-Parte do IPI - 15% (ASPS) - Principal	988,86	5.390,32
4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.10 Cofinanciamento da atenção básica estadual	16.890,32	41.874,47
4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.20 NASF Estadual	4.779,68	8.769,51
4.1.7.2.8.03.1.1.04.01.60 Programa Farmácia Básica Estadual	4.757,52	13.056,95
4.1.7.2.8.07.1.1.01.00.00 Proteção Social Básica - Custeio	0,00	13.928,57
4.1.7.2.8.07.1.1.02.00.00 Proteção Social Básica - Investimento	0,00	5.969,38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Recursos Recebidos - Transferências Constitucionais

Instrução Normativa - TCU nº 28 de 28/05/1999

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Maio

Recursos recebidos do Estado	Montante Recebido	
	No Mês	Até o Mês
4.1.7.2.8.99.1.1.01.01.60 Transporte Escolar Estadual	0,00	4.438,88
Subtotal:	560.728,65	3.468.680,11
Total:	1.316.673,04	7.620.417,31

Luzerna, 10/06/2020

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 33.461

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

TRIBUTOS ARRECADADOS 05/2020

Publicação Nº 2524105

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Tributos Arrecadados - Maio de 2020 (Artigo 2º, Inciso I da L.N. nº 028/1999)

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Espécie	Recebido	
		No Mês	Até o Mês
4.1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IR - Retido na Fonte - Trabalho - 60% (Próprios)	29.742,78	135.333,24
4.1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IR - Retido na Fonte - Trabalho - 25% (MDE)	12.392,83	56.388,89
4.1.1.1.3.03.1.1.03.00.00	IR - Retido na Fonte - Trabalho - 15% (ASPS)	7.435,69	33.833,30
4.1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - 60% (P	595,16	2.859,48
4.1.1.1.3.03.4.1.02.00.00	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - 25% (M	248,01	1.191,57
4.1.1.1.3.03.4.1.03.00.00	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos -15% (AS	148,80	714,92
4.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	IPTU 60% (Próprio) - Principal	25.132,27	117.411,28
4.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Principal	10.471,84	48.921,47
4.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Principal	5.283,10	28.352,86
4.1.1.1.8.01.1.2.01.00.00	IPTU 60% (Próprio) - Multa e Juros	5,60	8,64
4.1.1.1.8.01.1.2.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Multa e Juros	2,35	3,61
4.1.1.1.8.01.1.2.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Multa e Juros	1,41	2,17
4.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPTU 60% (Próprio) - Dívida Ativa Principal	928,81	5.469,43
4.1.1.1.8.01.1.3.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Dívida Ativa Principal	386,96	2.278,75
4.1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Dívida Ativa Principal	232,18	1.367,15
4.1.1.1.8.01.1.4.01.00.00	IPTU 60% (Próprio) - Dívida Ativa Multas e Juros	351,94	2.181,88
4.1.1.1.8.01.1.4.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Dívida Ativa Multas e Juros	146,60	909,00
4.1.1.1.8.01.1.4.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Dívida Ativa Multas e Juros	87,94	545,31
4.1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	ITBI - 60% (Próprio) - Principal	23.232,58	50.173,48
4.1.1.1.8.01.4.1.02.00.00	ITBI - 25% (MDE) - Principal	9.680,26	20.905,64
4.1.1.1.8.01.4.1.03.00.00	ITBI - 15% (ASPS) - Principal	5.808,16	12.543,39
4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Principal	34.746,53	213.717,82
4.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Principal	14.477,70	89.048,63
4.1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Principal	8.686,53	53.428,81
4.1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Multas e Juros	346,32	3.543,29
4.1.1.1.8.02.3.2.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Multas e Juros	144,21	1.475,77
4.1.1.1.8.02.3.2.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Multas e Juros	86,47	885,18
4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Dívida Ativa Principal	12,27	2.013,69
4.1.1.1.8.02.3.3.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Dívida Ativa Principal	5,10	838,96
4.1.1.1.8.02.3.3.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Dívida Ativa Principal	3,06	503,36
4.1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Dívida Ativa Multas e Juros	2,43	243,75
4.1.1.1.8.02.3.4.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Dívida Ativa Multas e Juros	1,01	101,52
4.1.1.1.8.02.3.4.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Dívida Ativa Multas e Juros	0,60	60,86
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Alvará - Vigilância Sanitária - Principal	2.107,57	12.400,51
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Taxa de Alvará - Publicidade Comercial - Principal	199,67	639,85
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	0,00	245,53
4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Taxa de Alinhamento de Construções em Imóveis - P	0,00	78,25
4.1.1.2.1.01.1.1.11.00.00	Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiro	1.421,26	10.771,84
4.1.1.2.1.01.1.2.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	105,96	124,42
4.1.1.2.1.01.1.3.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	146,28	1.123,79
4.1.1.2.1.01.1.3.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	54,22	313,41
4.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	45,74	434,93
4.1.1.2.1.01.1.4.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	2,61	30,22
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Principal	69.731,64	157.276,05
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Taxa de alvará - Serviços do Planejamento - Princi	1.944,12	3.563,05
4.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Taxas de Expediente - Principal	14,89	122,45
4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Multas e Juro	13,96	19,45
4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa	1.596,33	10.431,58
4.1.1.2.2.01.1.3.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ati	0,00	44,10
4.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa	469,75	3.211,58
4.1.1.2.2.01.1.4.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ati	0,00	2,32
4.1.1.3.8.04.1.3.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	0,00	42,00
4.1.1.3.8.04.1.4.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	0,00	290,48
4.1.2.4.0.00.1.1.01.00.00	COSIP - 30% DRM	13.436,94	63.873,80
4.1.2.4.0.00.1.1.02.00.00	COSIP - 70% Principal	31.352,90	149.038,87
4.1.2.4.0.00.1.2.02.00.00	COSIP - Juros e Multas	0,31	0,44
4.1.2.4.0.00.1.3.02.00.00	COSIP - Dívida Ativa	23,74	285,03



Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Tributos Arrecadados - Maio de 2020 (Artigo 2º, Inciso I da L.N. nº 028/1999)

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Espécie	Recebido	
		No Mês	Até o Mês

4.1.2.4.0.00.1.4.02.00.00 COSIP - Multa e juros da Dívida Ativa 3,10 56,33

Luzerna, 10/06/2020

Total: 313.498,49 1.301.677,38

DREONE MENDES

CONTADOR - CRC/SC 33.461

MOISES DIERSMANN

PREFEITO MUNICIPAL

Macieira

PREFEITURA

PORTARIA 4412

Publicação N° 2524143

PORTARIA N° 4412/2020

Rescinde o contrato de Servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, contrato em caráter temporário adquirido através do Processo Seletivo 003/2018 conforme Portaria nº 4090/2019 e alterações mediante Portarias nº 4299/2019 e 4338/2020, a Servidora abaixo relacionado, especificando nome, cargo e carga horária, conforme segue:

Nome	Cargo	Carga horária
Elaine Vicentin	Auxiliar Educacional	20 horas semanais

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 15 de junho de 2020 e revoga disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 15 de junho de 2020.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2020

Publicação Nº 2524287

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: BRASILDEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI CNPJ: 34.680.592/0001-51

Valor registrado: R\$ 139.298,50 (cento e trinta e nove mil duzentos e noventa e oito mil e cinq-enta centavos).

Objeto: aquisição de aquisição de material médico de consumo hospitalar, que será destinado para todas as unidades de Saúde do Município de Mafra, incluindo Atenção Primária em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, CAPS e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 028/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 010/2020.

Data de assinatura: 07 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2020

Publicação Nº 2524285

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: MARCELA MARTINS DOS SANTOS

CNPJ: 23.874.152/0001-19

Valor registrado: R\$ 3.953,00 (três mil novecentos e cinquenta e três reais).

Objeto: aquisição de materiais e produtos de limpeza, destinados as Unidades de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 018/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 006/2020.

Data de assinatura: 15 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 235/2020 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2020.

Publicação Nº 2524414

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 235/2020 –

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2020.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO de Prestadores de Serviço de Transporte Coletivo Alternativo de Passageiros, os serviços a serem prestados deverão seguir a Nota Técnica Conjunta Nº 016/2020 – DIVS/SUV/SES/SC e as Recomendações da Vigilância Sanitária, para o funcionamento do transporte coletivo alternativo durante o período de pandemia da COVID-19, inclusive o plano sanitário do Consorcio Intermunicipal de mobilidade Urbana – CIMU, nos termos e condições do presente edital. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 15 de junho de 2020, até o dia 15 de julho de 2020, no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009.

Mafra (SC), 15 de junho de 2020.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 079/2020

Publicação Nº 2524295

LEI COMPLEMENTAR Nº 079, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA O ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Anexo II da Lei Complementar nº 50, de 21 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte nova redação, nos termos do Anexo à presente Lei.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 50, de 21 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 15 de junho de 2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração Municipal em 15 de Junho de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

Anexo II

Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Tabela de Permissibilidade de Uso do Solo

SIGLA	ZONAS	USOS		
		PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS	PROIBIDOS
ZR-1	Zona Residencial 01	Habitacional Unifamiliar.	Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Vicinal; Institucional Assistencial.	Todos os Demais Usos.
ZR-2	Zona Residencial 02	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Vicinal; Institucional Assistencial.	Habitacional Multifamiliar Horizontal; Comercial e de Serviço Setorial; Industrial Leve; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Religioso.	Todos os Demais Usos.
ZR-3	Zona Residencial 03	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Vicinal; Comercial e de Serviço Setorial; Industrial Leve; Institucional Assistencial; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Religioso.	Habitacional Multifamiliar Horizontal; Comercial e de Serviço Geral; Comercial e de Serviço Específico; Industrial Moderado; Institucional Administrativo; Comunitário Tecnológico; Comunitário Esportivo; Comunitário Associativo.	Todos os Demais Usos.
ZC-1	Zona Comercial 01	Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Setorial; Institucional Administrativo; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Religioso; Comunitário Associativo.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Comercial e de Serviço Vicinal; Comercial e de Serviço Geral; Industrial Leve; Institucional Assistencial; Comunitário Esportivo.	Todos os Demais Usos.

ZC-2	Zona Comercial 02	Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Setorial; Comercial e de Serviço Geral; Institucional Administrativo; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Religioso; Comunitário Esportivo; Comunitário Associativo.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Comercial e de Serviço Vicinal; Comercial e de Serviço Específico; Industrial Leve; Industrial Moderado; Institucional Assistencial; Comunitário Tecnológico.	Todos os Demais Usos.
ZC-3	Zona Comercial 03	Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Setorial; Comercial e de Serviço Geral; Comercial e de Serviço Específico; Industrial Leve; Institucional Administrativo; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Tecnológico; Comunitário Esportivo; Comunitário Associativo.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Vicinal; Industrial Moderado; Institucional Assistencial; Comunitário Religioso.	Todos os Demais Usos.
ZI-1	Zona Industrial 01	Industrial Leve; Industrial Moderado.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Vicinal; Comercial e de Serviço Específico; Industrial Agrossilvipastoril; Institucional Assistencial; Comunitário Tecnológico; Comunitário Esportivo; Comunitário Associativo.	Todos os Demais Usos.
ZI-2	Zona Industrial 02	Comercial e de Serviço Específico; Industrial Leve; Industrial Moderado; Industrial Agrossilvipastoril; Comunitário Tecnológico.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Geral; Industrial Pesado; Comunitário Esportivo; Comunitário Associativo.	Todos os Demais Usos.
ZI-3	Zona Industrial 03	Industrial Moderado; Industrial Agrossilvipastoril; Industrial Pesado.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Específico; Comércio e de Serviço Específico; Industrial Minerador.	Todos os Demais Usos.
ZOI	Zona de Ocupação Institucional	Institucional Administrativo; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Tecnológico.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical; Institucional Assistencial; Comunitário Religioso; Comunitário Esportivo; Comunitário Associativo.	Todos os Demais Usos.
ZCA	Zona de Conservação Ambiental	Nenhum uso.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical; Institucional Administrativo; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Tecnológico.	Todos os Demais Usos.
ZPE	Zona de Permanência Especial	Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Tecnológico.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical; Comunitário Religioso; Comunitário Associativo; Industrial Agrossilvipastoril e Industrial Minerador.	Todos os Demais Usos.

RHS	Recorte de Habitação de Interesse Social	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical.	Comercial e de Serviço Vicinal; Institucional Assistencial; Comunitário Religioso.	Todos os Demais Usos.
REI	Recorte Especial Institucional	Institucional Administrativo; Comunitário Tecnológico; Comunitário Associativo.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical; Institucional Assistencial; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Esportivo.	Todos os Demais Usos.
REC	Recorte Especial de Interesse Cultural	Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Tecnológico; Comunitário Associativo.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical; Comercial e de Serviço Vicinal; Institucional Assistencial; Institucional Administrativo; Comunitário Religioso; Comunitário Esportivo.	Todos os Demais Usos.
REV	Recorte Especial de Interesse Viário	Nenhum uso.	Equipamentos e mobiliários urbanos.	Todos os Demais Usos.
RPA	Recorte de Preservação Ambiental	Institucional Administrativo; Institucional Cultural e de Lazer; Comunitário Tecnológico; Comunitário Esportivo.	Habitacional Unifamiliar; Habitacional Multifamiliar Horizontal; Habitacional Multifamiliar Vertical; Institucional Assistencial; Comunitário Religioso; Comunitário Associativo.	Todos os Demais Usos.

A PRESENTE TABELA DE PERMISSIBILIDADE DE USO DO SOLO É PARTE INTEGRANTE DA LEI DE ZONEAMENTO, EM ATENDIMENTO AO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2020 - PREGÃO Nº 035/2020

Publicação Nº 2523906

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 15/06/2020		Válido até: 15/06/2021		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, OVOS E LEITES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NO ATENDIMENTO AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL; CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO E COM ESTUDO SOCIOECONÔMICO PADRÃO NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cesta básica composta de : 5 kg de arroz parbolizado tipo I, acondicionado em pacotes de 1kg; 3 Kg Açúcar Refinado, acondicionado em pacotes de 1kg; 1 Pacote Biscoito Doce contendo 400g; 1 Pacote Biscoito Salgado contendo 400g; 1 Pacote Café em Pó com embalagem à vácuo de 500g ; 1 Kg Farinha de Mandioca ; 1 Kg Farinha de Trigo Tipo I; 2 Kg Feijão Preto Tipo I; 2 Pacotes Macarrão tipo Espaguete com Ovos, embalagem contendo 500; 1 Oleo de Soja embalagem PET 900 ml; 1 Kg Sal Refinado; 2 Sardinhas com peso líquido 125g;	UN	M. J. DA ROSA (111869)		0	72,0700	1
2	OVOS DE GALINHA - ovos de galinha "tipo grande", casca lisa. Os ovos deverão estar limpos. Não poderão estar trincados. Embalagem: em caixas de papelão, com registro no Ministério da Agricultura, SIF, C/ISPOA. Prazo de validade mínimo 15 dias a contar a partir da data da entrega.	DZ	JOSE CARLOS CICHELLA (111491)	CICHELLA	0	5,3000	1
			COPOL - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - EPP (110652)		0	76,2500	2
			BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI (111481)		0	76,4300	3
			M. J. DA ROSA (111869)	FRATELLI	0	5,4000	2
			BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI (111481)	LOCKS	0	6,1000	3
3	LEITE INTEGRAL - Embalagem contendo 1 litro, recipiente tipo tetra pack, impermeável a germes e ao ar, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade de no mínimo 120 dias.	LTO	M. J. DA ROSA (111869)	TERRA VIVA	0	3,4800	1
			BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI (111481)	TERRA VIVA	0	3,5000	2
			COPOL - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - EPP (110652)	TIROL	0	3,5200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 15/06/2020		Válido até: 15/06/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, OVOS E LEITES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NO ATENDIMENTO AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO E COM ESTUDO SÓCIO ECONÓMICO PADRÃO NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	LEITE SEM LACTOSE - Embalagem contendo 1 litro, recipiente tipo tetra pack, impermeável a germes e ao ar, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade de no mínimo 120 dias.	LT	M. J. DA ROSA (111869)	TERRA VIVA	0	4.0000	1
			BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI (111481)	TIROL	0	4,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 15/06/2020		Válido até: 15/06/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, OVOS E LEITES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NO ATENDIMENTO AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO E COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO PADRÃO NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COPOL - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - EPP (110652)	PIRACANJUB.	0	4,1600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 15/06/2020		Válido até: 15/06/2021	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, OVOS E LEITES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NO ATENDIMENTO AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO E COM ESTUDO SOCIO ECONÔMICO PADRÃO NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2020
- PROCESSO Nº 35/2020
- (110652) - COPOL - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - EPP
- (111481) - BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI
- (111491) - JOSE CARLOS CICHELLA
- (111869) - M. J. DA ROSA

Maracajá, 15 de Junho de 2020.

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 556/2020

Publicação Nº 2523477

DECRETO Nº 556, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o desdobro do imóvel: PARTE DO LOTE URBANO nº (1), da Quadra nº (40), LOTE URBANO nº (2), e, PARTES DO LOTE URBANO Nº (3), da quadra nº (1), situados nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, localizados numa extremidade, no lado par da Avenida Euclides da Cunha, esquina com a Avenida Araucária e Rua 15 de Novembro e, noutra extremidade no lado ímpar da Rua Dr. Silvio Noronha, distando 38,559 metros, da esquina formada pela Avenida Araucária, com as áreas respectivas de (700,55 m², 1.600,00 m², 1.500,00 m² e 5.355,49 m²), perfazendo a área total de (9.156,04 m²), com edificação, sobre parte do lote urbano nº (3), da quadra nº (1), sendo: um prédio de alvenaria, com a área construída de (624,69 m²), coberto com telhas de fibrocimento, objeto da Matrícula nº 26.196 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade de Município de Maravilha, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Euclides da Cunha, nº 60, Maravilha, SC, CNPJ/MF nº 82.821.190/0001-72, que será desdobrado formando novos lotes urbanos, conforme mapa, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil Paulo Cesar Parzzianello, CREA/SC 045.181-8, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DOS LOTES DESDOBRADOS

PORTE DO LOTE URBANO Nº (1), DA QUADRA Nº (40), PARTES DO LOTE URBANO Nº (3), E LOTE URBANO Nº (2) ambos da QUADRA nº (1), com as áreas respectivas de (700,55 m², 4.410,71 m² e 1.600,00 m²), perfazendo a área total de "SEIS MIL, SETECENTOS E ONZE METROS E VINTE E SEIS CENTIMETROS QUADRADOS" (6.711,26 m²), situados nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, com edificação: sobre parte do lote urbano nº (3), da quadra nº (1), sendo: um prédio de alvenaria, com a área construída de (624,69 m²), coberto com telhas de fibrocimento; localizado numa extremidade no lado par da Avenida Euclides da Cunha, esquina formada pela Rua 15 de Novembro, e noutra extremidade no lado ímpar da Rua Dr. Silvio Noronha, distando 38,559 metros da esquina formada pela Avenida Araucária; CONFRONTANDO em conjunto:

-Ao NORTE: por duas linhas uma com a Avenida Euclides da Cunha, na extensão de 84,725 metros e outra com parte do lote urbano nº (3), da quadra nº (1), de Município de Maravilha – M. 26.196 na extensão de 10,935 metros.

-Ao SUL: com a Rua Dr. Silvio Noronha, na extensão de 19,036 metros.

-Ao LESTE: com a Rua 15 de Novembro, na extensão de 52,002 metros.

-Ao SUDESTE: com o lote urbano nº (2-A), na extensão de 107,614 metros, de Prefeitura Municipal de Maravilha – M. 22.394.

-Ao OESTE: por três linhas, duas com parte do mesmo lote urbano nº (3), da quadra nº (1), uma na extensão de 44,70 metros e outra na extensão de 20,30 metros, de Município de Maravilha – M. 26.196 e outra com parte do lote urbano nº (1), de Edifício Belunno – M. 3.182 e Sônia Giusti, Damaris Giusti e Tamyris Giusti – M. 3.183 e M. 5.383 respectivamente, na extensão de 50,73 metros.

PORTE DO LOTE URBANO Nº (3), DA QUADRA Nº (1), com a área de (2.444,78 m²) "DOIS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO METROS E SETENTA E OITO CENTIMETROS QUADRADOS", sem edificações, localizado no lado par da Avenida Araucária esquina formada pela Avenida Euclides da Cunha; CONFRONTANDO:

-Ao NORTE: com a Avenida Euclides da Cunha, na extensão de 40,00 metros.

-Ao SUL: com parte do Lote urbano nº (1), de Edifício Belluno – M. 3.182 e com parte do lote urbano nº (2), de Município de Maravilha – M. 26.196, na extensão de 50,00 metros.

-Ao LESTE: por duas linhas, com parte do mesmo lote urbano nº (3), da quadra nº (1), uma na extensão de 44,70 metros e outra na extensão de 20,30 metros, de Município de Maravilha – M. 26.196.

-Ao OESTE: com a Avenida Araucária, na extensão de 39,324 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de junho de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Marema

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 020/2020

Publicação Nº 2523614

Minuta

Contrato nº: 020/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Marema

Contratado: Pavoeste Pavimentação LTDA, CNPJ nº 30.953.961/0001-81

Finalidade: Contratação de empresa especializada para Pavimentação Asfáltica, Conclusão de Pavimentação Rua Júlio de Castilho e Rua Lauro Muller. Contrato de repasse OGU nº 847102/2017.

Vinculação: Processo Licitatório n. 19/2020 Tomada de Preço n. 03/2020.

Valor total: R\$ 145.559,44 (Cento e quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e nove reais com quarenta e quatro centavos)

Prazo: 31 de dezembro de 2020

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema 02 de junho de 2020

Adilson Barella
Prefeito Municipal

DECRETO Nº088/2020

Publicação Nº 2524462

Decreto nº 088/2020

De 26/05/2020

SUBSTITUI MEMBROS NOMEADOS NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, e

CONSIDERANDO a exoneração de membro titular representante do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, Sr, Chanquerli Fernando Cherobim.

CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo membro representante titular da Secretaria da Saúde, Srª Eliane Sônia Nadal Mascarello.

CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo membro representante titular da Comunidade de Vila Alegre Sr.Luiz Biasi.

DECRETA

Art. 1º - A substituição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Marema, assim composta:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- a. Secretaria Municipal de Saúde: Srtª Janaina Aparecida Dalla Corte (titular)
- b. Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural: Sr.Valdomiro Garbin(titular) Cristiano Ceratto(suplente).
- c. Membro representante da Comunidade de Vila Alegre Sr. Mauricio Biasi (titular).

Art. 2º - O presente decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, em 26 de maio de 2020

ADILSON BARELLA
Prefeito MunicipalRegistrado e publicado
ELIAMARA BALBINOT
Servidora Designada

Massaranduba

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 51.2019 (PMM) - DIÓRGENES VALÉRIO JORGE

Publicação N° 2523668

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 51/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. DIÓRGENES VALÉRIO JORGE.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. DIÓRGENES VALÉRIO JORGE, inscrito no CPF sob o nº 988.539.379-04, residente na Rua Arnoldo Wutzow, número 01, bairro Bela Aliança, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO N° 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO N° 51/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

DIÓRGENES VALÉRIO JORGE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97

VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04
--

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 52.2019 (PMM) - MAGNUN LUIZ SERPA

Publicação Nº 2523706

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 52/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. MAGNUN LUIZ SERPA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. MAGNUN LUIZ SERPA, inscrito no CPF sob o nº 005.915.389-03, residente na Rua Evaristo da Veiga, número 101, bairro Glória, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 52/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
MAGNUN LUIZ SERPA					
CONTRATADO					
TESTEMUNHAS:					
CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97				VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04	

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 53.2019 (PMM) - CESAR LUIS MORESCO

Publicação Nº 2523720

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 53/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. CESAR LUIS MORESCO.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. CESAR LUIS MORESCO, inscrito no CPF sob o nº 455.185.309-78, residente na Rua Arno Carlos Gracher, número 57, bairro Centro, Município de Brusque, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente

CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 53/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

CESAR LUIS MORESCO
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04
--------------------------------------	--

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 54.2019 (PMM) - SIMONE WENNING

Publicação Nº 2523730

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 54/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASARANDUBA (SC) E A LEILOEIRA OFICIAL SRA. SIMONE WENNING.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a Sra. SIMONE WENNING, inscrita no CPF sob o nº 746.463.110-20, residente na Rua Acadêmico Nilo Marchi, número 164, bairro Centro, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 54/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

SIMONE WENNING

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97

VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04
--

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 55.2019 (PMM) - ELY DA LUZ RAMOS

Publicação Nº 2523756

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 55/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A LEILOEIRA OFICIAL SRA. ELY DA LUZ RAMOS.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a Sra. ELY DA LUZ RAMOS, inscrita no CPF sob o nº 036.465.619-04, residente na Rua Nepal, número 910, bairro Nações, Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 55/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que

por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

ELY DA LUZ RAMOS

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI
CPF: 452.293.509-97

VALTER ZAPELINI
CPF: 756.996.649-04

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 56.2019 (PMM) - MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR

Publicação Nº 2523880

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 56/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A LEILOEIRA OFICIAL SRA. MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a Sra. MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR, inscrita no CPF sob o nº 058.819.149-37, residente na Rua Prefeito Wenceslau Borini, número 1.526, bairro Santa Galo, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 56/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR					
CONTRATADA					
TESTEMUNHAS:					
CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97			VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04		

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 57.2019 (PMM) - ÉLIO MONTAGNA JUNIOR

Publicação N° 2523890

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 57/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. ÉLIO MONTAGNA JUNIOR.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. ÉLIO MONTAGNA JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 829.051.509-04, residente na Rua Duque de Caxias, número 933, bairro Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 57/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
ÉLIO MONTAGNA JUNIOR					
CONTRATADO					

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04
--------------------------------------	--

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 58.2019 (PMM) - PAULO PIZZOLATTI NETO

Publicação Nº 2523899

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 58/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. PAULO PIZZOLATTI NETO.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. PAULO PIZZOLATTI NETO, inscrito no CPF sob o nº 485.723.659-15, residente na Rua Roraima, número 122, bairro Valparaíso, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 58/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarimir, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
PAULO PIZZOLATTI NETO					
CONTRATADO					

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04
--------------------------------------	--

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 59.2019 (PMM) - ROGER WENNING

Publicação Nº 2523907

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 59/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. ROGER WENNING.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. ROGER WENNING, inscrito no CPF sob o nº 005.881.349-70, residente na Rua Angelo Slomp, número 408, bairro Sumaré, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 59/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
ROGER WENNING					
CONTRATADO					
TESTEMUNHAS:					
CÍRIO MARTINI		VALTER ZAPELINI			
CPF: 452.293.509-97		CPF: 756.996.649-04			

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60.2019 (PMM) - DIEGO WOLF DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2523919

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 60/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. DIEGO WOLF DE OLIVEIRA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. DIEGO WOLF DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 008.761.599-19, residente na Rua Carlos Willy Boehm, número 517, bairro Santo Antônio, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, doravante denominada

simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 60/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	
ARMINDO SESAR TASSI	
CONTRATANTE	
DIEGO WOLF DE OLIVEIRA	
CONTRATADO	

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04
--------------------------------------	--

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 61.2019 (PMM) - RUY WALTER BALDISSERA

Publicação Nº 2523927

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 61/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. RUY WALTER BALDISSERA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. RUY WALTER BALDISSERA, inscrito no CPF sob o nº 031.943.029-49, residente na Rua Rio de Janeiro, número 115 D, bairro Centro, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 61/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

RUY WALTER BALDISSERA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI
CPF: 452.293.509-97

VALTER ZAPELINI
CPF: 756.996.649-04

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 62.2019 (PMM) - ETLA WEISS DA COSTA

Publicação Nº 2523935

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 62/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A LEILOEIRA OFICIAL SRA. ETLA WEISS DA COSTA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a Sra. ETLA WEISS DA COSTA, inscrita no CPF sob o nº 029.875.019-86, residente na Rua Eduardo Gomes, número 837, bairro Centro, Município de Lontres, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 62/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma

superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

ETLA WEISS DA COSTA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97

VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04
--

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 63.2019 (PMM) - FÁBIO MARLON MACHADO

Publicação Nº 2523941

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 63/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. FÁBIO MARLON MACHADO.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. FÁBIO MARLON MACHADO, inscrito no CPF sob o nº 066.868.919-67, residente na Avenida Euclides da Cunha, número 389, bairro Centro, Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 63/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
FÁBIO MARLON MACHADO					
CONTRATADO					
TESTEMUNHAS:					
CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97			VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04		

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 64.2019 (PMM) - PAULO ROBERTO WORM

Publicação N° 2523952

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 64/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. PAULO ROBERTO WORM.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. PAULO ROBERTO WORM, inscrito no CPF sob o nº 175.280.460-00, residente na Rua Príncipe, número 81, bairro Taboão, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO N° 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO N° 64/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
PAULO ROBERTO WORM					
CONTRATADO					

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI
CPF: 452.293.509-97VALTER ZAPELINI
CPF: 756.996.649-04**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 65.2019 (PMM) - ANCILA MARIA BALDISSERA PALUDO**

Publicação Nº 2523970

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 65/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A LEILOEIRA OFICIAL SRA. ANCILA MARIA BALDISSERA PALUDO.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a Sra. ANCILA MARIA BALDISSERA PALUDO, inscrita no CPF sob o nº 492.140.639-15, residente na Rua Rio de Janeiro, número 115 D, bairro Centro, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 65/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

ANCILA MARIA BALDISSERA PALUDO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI
CPF: 452.293.509-97VALTER ZAPELINI
CPF: 756.996.649-04

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 66.2019 (PMM) - DANIEL ELIAS GARCIA

Publicação Nº 2523999

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 66/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. DANIEL ELIAS GARCIA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. DANIEL ELIAS GARCIA, inscrito no CPF sob o nº 910.192.149-53, residente na Rua Anrado Raul Garcia, número 62, bairro São Luiz, Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 66/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
DANIEL ELIAS GARCIA					
CONTRATADO					
TESTEMUNHAS:					
CÍRIO MARTINI				VALTER ZAPELINI	
CPF: 452.293.509-97				CPF: 756.996.649-04	

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 67.2019 (PMM) - MARCUS ROGÉRIO ARAÚJO SAMOEL

Publicação Nº 2524250

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 67/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. MARCUS ROGÉRIO ARAÚJO SAMOEL.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. MARCUS ROGÉRIO ARAÚJO SAMOEL, inscrito no CPF sob o nº 018.362.079-80, residente na Rua Alfredo Stringari, número 692, bairro Ulisses Guimarães, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, doravante

denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 67/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	
ARMINDO SESAR TASSI	
CONTRATANTE	
MARCUS ROGÉRIO ARAÚJO SAMOEL	
CONTRATADO	

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04
--------------------------------------	--

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 68.2019 (PMM) - ALEX WILLIAN HOPPE

Publicação Nº 2524262

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 68/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. ALEX WILLIAN HOPPE.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. ALEX WILLIAN HOPPE, inscrito no CPF sob o nº 043.915.679-38, residente na Rua Governador Celso Ramos, número 333, bairro Centro, Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 68/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

ALEX WILLIAN HOPPE
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04
--------------------------------------	--

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69.2019 (PMM) - NELSON ZAMPIERI

Publicação Nº 2524273

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 69/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. NELSON ZAMPIERI.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. NELSON ZAMPIERI, inscrito no CPF sob o nº 564.006.248-72, residente na Rua São Bernardo, número 359, bairro Itoupava Norte, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 69/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma

superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	
ARMINDO SESAR TASSI	
CONTRATANTE	
NELSON ZAMPIERI	
CONTRATADO	

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04
--------------------------------------	--

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 70.2019 (PMM) - JÚLIO RAMOS LUZ

Publicação Nº 2524282

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 70/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. JÚLIO RAMOS LUZ.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. JÚLIO RAMOS LUZ, inscrito no CPF sob o nº 582.420.409-82, residente na Rua Acadêmico Nilo Marchi, número 447, bairro Centro, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 70/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
JÚLIO RAMOS LUZ					
CONTRATADO					
TESTEMUNHAS:					
CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97			VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04		

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71.2019 (PMM) - ANDERSON LUCHTENBERG

Publicação N° 2524292

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 71/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. ANDERSON LUCHTENBERG.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. ANDERSON LUCHTENBERG, inscrito no CPF sob o nº 022.246.659-62, residente na Rua Washington Luis, número 270, bairro Santana, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 71/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
ANDERSON LUCHTENBERG					
CONTRATADO					

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI
CPF: 452.293.509-97

VALTER ZAPELINI
CPF: 756.996.649-04

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 72.2019 (PMM) - JEFFERSON EDUARDO ZAMPIERI

Publicação Nº 2524309

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 72/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. JEFFERSON EDUARDO ZAMPIERI.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. JEFFERSON EDUARDO ZAMPIERI, inscrito no CPF sob o nº 253.164.928-03, residente na Rua São Bernardo, número 359, bairro Itoupava Norte, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 72/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC, 08 de junho de 2020

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

JEFFERSON EDUARDO ZAMPIERI

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI
CPF: 452.293.509-97

VALTER ZAPELINI
CPF: 756.996.649-04

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 73.2019 (PMM) - ULISSES DONIZETE RAMOS

Publicação Nº 2524328

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 73/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. ULISSES DONIZETE RAMOS.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. ULISSES DONIZETE RAMOS, inscrito no CPF sob o nº 102.471.938-36, residente na Rua Nepal, número 910, bairro Nações, Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 73/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
ULISSES DONIZETE RAMOS					
CONTRATADO					
TESTEMUNHAS:					
CÍRIO MARTINI				VALTER ZAPELINI	
CPF: 452.293.509-97				CPF: 756.996.649-04	

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 74.2019 (PMM) - MARCOS ALESSANDRO ZAMPIERI

Publicação Nº 2524339

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 74/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O LEILOEIRO OFICIAL SR. MARCOS ALESSANDRO ZAMPIERI.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, o Sr. MARCOS ALESSANDRO ZAMPIERI, inscrito no CPF sob o nº 029.910.949-66, residente na Rua São Bernardo, número 359, bairro Itoupava Norte, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, doravante

denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MASARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 74/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 13 DE JUNHO DE 2020, findando no dia 12 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	08	de	junho	de	2020
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

MARCOS ALESSANDRO ZAMPIERI

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97

VALTER ZAPELINI CPF: 756.996.649-04
--

Matos Costa**PREFEITURA****AVISO PROCESSO LICITATÓRIO 27/2020**

Publicação N° 2524472

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 27/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2020.

O Município de Matos Costa – SC, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO - MAIOR DESCONTO POR LOTE. Objeto: Registro de preços para Contratação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos equipamento e máquinas da frota oficial do Município de Matos Costa, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, balanceamento, alinhamento e geometria, alinhamento de direção, instalação de acessórios, conforme especificações contidas neste edital, para o ano de 2020. ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 09:00 horas do dia 29/06/2020. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:15 horas do mesmo dia. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, n° 137, fone (49) 3572-1111, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br.

Matos Costa, SC, 15 de junho de 2020 – Eliane Aparecida Castilho – Pregoeira Oficial.

DECRETO 84/2020

Publicação N° 2523555

DECRETO N.º 84/2020 – de 9 junho de 2020.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002249/19 de 09 de outubro de 2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 776,67 (Setecentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJETO	2.007	Manut. Das Ativ. Adminis- trativas	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1153	Aplicações Diretas – 165	776,67

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado pelo excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 9 de junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II
---	--

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 037-2020

Publicação N° 2523702

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 30/06/2020 às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2020, tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO (PAVER e MEIO FIO) PARA PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO/SC, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (48) 3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 15 de junho de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 208-2020

Publicação N° 2523942

PORTARIA n.º 208/2020

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011 de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A portaria nº 199/2020 que concede licença saúde à servidora SILVANIA FABRIS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de encaminhamento de benefício junto a Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/06/2020.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de junho de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 209-2020

Publicação N° 2523943

PORTARIA n.º 209/2020

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em

conformidade com a Lei Complementar nº 034/2011 de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido o Senhor JULIANO XAVIER DE MOURA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de junho de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 210-2020

Publicação Nº 2523944

PORTARIA n.º 210/2020

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e em conformidade com a Lei nº 1567/2012, de 19 de Dezembro de 2012 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo nº 003/2019, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora JESSICA NETO LAVEZZO, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no C.M.E.I. Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de junho de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

Publicação Nº 2521447

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo nº: 982/2020

Modalidade: Tomada de Preços nº 004/2020

Tipo: Técnica e Preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNECERÁ RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VISANDO À PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 20 de julho de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 20 de julho de 2020.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07h:30min às 11h:30min e 13h:30min às 17h:00min, ou a qualquer horário pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 12/06/2020

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito

DECRETO 163/2020

Publicação Nº 2524648

DECRETO MUNICIPAL Nº 163/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CMI - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e especialmente tendo em vista o disposto na Lei Federal n. 8842, de 04/01/94,

Considerando em especial as disposições da Lei Municipal nº 2165/2014 de 07 de outubro de 2014,

Considerando o Decreto Municipal 182/2018 de 31/07/2018,

DECRETO MUNICIPAL Nº 091/2019 DE 22 DE MARÇO DE 2019

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados e empossados, para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI, que passa a vigorar de conformidade com o presente Decreto, sendo órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo, com a finalidade de controlar e formular as políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Modelo/SC, sendo 10 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais representam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:

REPRESENTANTES DA ESFERA GOVERNAMENTAL:

I – Um representante do Departamento de Assistência Social:

Patrícia Jommertz Machado – Titular

Ediane Menegotto – Suplente

II – Um representante do Departamento de Saúde:

Carine de Assis- Titular

Alidiane Zamprogna – Suplente

III – Um representante da Secretaria de Educação:

Eliane F. H. Chaves - Titular

Elis Raquel Sehnem- Suplente

IV – Um representante do Departamento de Esporte e Cultura:

Silvainha Kreutz- Titular

Fabricao Eberardt – Suplente

V- Um representante da Secretaria de Administração/Finanças:

Rodrigo Ferronato - Titular

Vanessa Frana - Suplente

REPRESENTANTES DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL:

I- Um representante dos trabalhadores na área do idoso (saúde, assistência social, educação, turismo, etc.):

Eliana Mara Sehnem Kothe- Titular

Paola Reichert - Suplente

II- Um representante de serviços e organizações de assistência social (igrejas, grupos e centros de convivência de idosos, asilo, casa lar):

Marina Sampaio Pereira – titular

Daniela Werlang Artigas do Amaral- Suplente

III- Três representantes de organizações de grupos ou movimento do idoso, em regular funcionamento há mais de um (01) ano:

Grupo de Idosos Nossa Senhora da Salete da Linha Salete:

Hélio Konzen- Titular

Nilce Borre- Suplente

Grupo de Idosos Conviver:

Helio Billig- Titular

Maria Kessler- Suplente

Grupo de Idosos Esperança da Linha Cedro:

Lurdes Mocelin- Titular

Lurdes Nicolli - Suplente

Art. 2º Os membros do CMI terão um mandato de (2) dois anos, sendo a vigência deste conselho, de 01 de agosto de 2020 a 31 de julho de 2022.

Parágrafo Único. Considerando o requerido e as substituições respectivas, e observadas as devidas indicações legais, com referência a composição do Conselho na forma que dispõe o Decreto 091/2019 de 23/03/2019 e da previsão do mandato que dispõe o seu artigo 2º, os conselheiros atuais de que trata este Decreto completam o mandato atual de seus antecessores, desta data até 31.07.2020 e desempenharão ainda, na forma legal, o mandato de dois anos, na forma do caput deste artigo e demais disposições legais.

Art. 3º. A função de conselheiro do CMI, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 4º. Os Conselheiros representantes tanto de órgão governamental como não governamental poderão ser substituídos a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§ 1º. Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art.5º.O CMI reunir-se-á bimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou por requerimento da maioria de seus membros, sendo que o Presidente do CMI poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

§ 2º - A diretoria é composta de Presidente e Vice-presidente, que serão escolhidos por maioria absoluta dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2 anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho e dar cumprimento às decisões plenárias.

§3º – No que tange à Presidência e Vice-Presidência, deve haver uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais.

§ 4º - As Comissões, criadas pelo CMI, atendendo às peculiaridades locais e às áreas de interfaces da política do idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da assembleia Geral.

§ 6º - A representação do conselho será efetivada por seu presidente em todos os atos inerentes a seu exercício ou por conselheiros designados pelo presidente para tal fim.

Art. 6º. As atribuições do Conselho são em especial, as constantes da Lei Municipal 2165/2014.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei estão consignadas no orçamento vigente e subsequentes.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC ao 15 de junho de 2020

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller

Secretaria da Administração

ATO 007 - ERRATA CONCURSO PÚBLICO 001/2020

Publicação Nº 2524667



Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Concurso Público 001/2020

**ATO 007**

O MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor **RICARDO LUIS MALDANER**, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

Onde se lê:

DATA PREVISTA	ETAPA / FASE
(...)	
21/06/2020	APLICAÇÃO DA PROVA TEÓRICO – OBJETIVA (turno matutino) APLICAÇÃO DA PROVA PRÁTICA (turno vespertino)
22/06/2020	Publicação do gabarito provisório Publicação das notas da prova prática
22/06/2020 - 14h00 à 24/06/2020 - 14h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova teórico - objetiva e gabarito provisório.
26/06/2020	Publicação do gabarito oficial
26/06/2020	Publicação das notas da prova objetiva e prática
27/06/2020 - 14h00 à 29/06/2020 - 14h00min	Prazo para recurso contra a nota da prova objetiva, prática e classificação provisória
Até 02/07/2020	Publicação das notas oficiais

Leia-se:

DATA PREVISTA	ETAPA / FASE
21/06/2020	APLICAÇÃO DA PROVA TEÓRICO – OBJETIVA (turno matutino)
22/06/2020	Publicação do gabarito provisório
22/06/2020 - 14h00 à 24/06/2020 - 14h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova teórico - objetiva e gabarito provisório.
26/06/2020	Publicação do gabarito oficial
26/06/2020	Publicação das notas da prova objetiva Convocação para a PROVA PRÁTICA
26/06/2020 - 14h00 à 28/06/2020 - 14h00min	Prazo para recurso contra a nota da prova objetiva
28/06/2020	APLICAÇÃO DA PROVA PRÁTICA – Para os candidatos aprovados na prova teórica - objetiva.
29/06/2020	Publicação das notas da prova prática
30/06/2020 – 14h00min à 02/07/2020 – 14h00min	Prazo para recurso contra a nota da prova prática e classificação provisória
Até 05/07/2020	Publicação das notas oficiais

As demais cláusulas e especificações do referido Edital, com exceção do que está previsto acima, continuam inalteradas.

Modelo, 15 de junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO 001/2020

Publicação N° 2524671



Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Concurso Público 001/2020

**ATO 005**

O MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor **RICARDO LUIS MALDANER**, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

1.1 Não houve interposição de recurso em face da não homologação de inscrição, assim em nada se altera o relatório nominal de candidatos com **inscrições deferidas**, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o **Relatório de Inscrições Homologadas**, constante no **Anexo I**.

Modelo, 15 de junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Concurso Público 001/2020



ANEXO I - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNO

INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
55	CAMILA FACCO	DEFERIDO
43	CLÁDIS GRASIELA BARBOSA	DEFERIDO
12	CRISLEN FACCO	DEFERIDO
66	DANIEL VALERA	DEFERIDO
2	DENIZE MARIN	DEFERIDO
31	ELIANI BRUXEL	DEFERIDO
75	GREYSIANE JOSE ANDRADE TEODOZIO	DEFERIDO
21	JÚLIO CÉZAR CAMPOS	DEFERIDO
51	LECI FÁTIMA DE ALMEIDA	DEFERIDO
49	LINDOMAR GUARESCHI	DEFERIDO
6	MOACIR MACIEL	DEFERIDO
30	ROSANE SANTINA PINHEIRO DA COSTA	DEFERIDO
7	SIDIANE CASTAGNA WILLENZ	DEFERIDO
74	VALDOMIRO TEODOZIO DA SILVA JUNIOR	DEFERIDO
76	VINICIUS WESLEI MALLMANN	DEFERIDO
62	WILLIAM RODRIGO TIMM	DEFERIDO

MOTORISTA

INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
18	ALDAIR ANDRE RINTZEL	DEFERIDO
77	CLEITON PRIOR	DEFERIDO
5	DARLAN CARLOS SCHLOSSER	DEFERIDO
50	DORIVAL LÚCIO AMARAL MACHADO	DEFERIDO
52	DOUGLAS EZEQUIEL BROL	DEFERIDO
44	DOUGLAS LORIS BRANDALISE	DEFERIDO
9	FABIO MOREIRA DA SILVA	DEFERIDO
16	ITAMAR RIBOLI	DEFERIDO
26	JACKSON CÁSSIO LENHARD	DEFERIDO
23	JANDIR KAISER	DEFERIDO
67	JEAN CARLOS BALBINOT	DEFERIDO
40	JOÃO MARTINHO DO PRADO	DEFERIDO
14	JOSIMAR NORONHA DE FREITAS	DEFERIDO
32	LEOMAR ANTÔNIO STOLARSKI	DEFERIDO
61	MAURICIO ANTONIO METDLER	DEFERIDO
1	MORGANA JACOBY	DEFERIDO
11	PEDRO VALMIR BORTOLI	DEFERIDO
27	RODRIGO ALBERTO RAUBER	DEFERIDO
47	SILVANDRO CECATTO	DEFERIDO
46	SILVIO JOSE DAMO	DEFERIDO
25	VALDAIR NOAL	DEFERIDO
72	VALERIS KESSLER MACHADO	DEFERIDO



Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Concurso Público 001/2020



58

VILMAR DA SILVA

DEFERIDO

OPERADOR DE MÁQUINA

INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
15	CLAUDEMIR SCHEIBE	DEFERIDO
71	EDSON PEREIRA	DEFERIDO
63	EVAIR KOTTWITZ	DEFERIDO
64	FABRÍCIO RAUBER	DEFERIDO
48	FERNANDO KERKHOFF	DEFERIDO
73	GEOVANI LUIS ALBANI	DEFERIDO
22	JOSEMAR VALENTE	DEFERIDO
65	JÚNIOR CARLOS MICHIELIN	DEFERIDO
57	OLDAIR LUIZ KRAEMER	DEFERIDO
38	RAFAEL ENRIQUE CECATTO	DEFERIDO
41	ROBSON CLEBER NICOLETTI	DEFERIDO
36	RODRIGO PEREIRA	DEFERIDO
33	SIDINEI DEMBINSKI	DEFERIDO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO 001/2020

Publicação Nº 2524672



Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Processo Seletivo Público 001/2020

**ATO 005**

O MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor **RICARDO LUIS MALDANER**, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

1.1 Não houve interposição de recurso em face da não homologação de inscrição, assim em nada se altera o relatório nominal de candidatos com **inscrições deferidas**, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o **Relatório de Inscrições Homologadas**, constante no **Anexo I**.

Modelo, 15 de junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Processo Seletivo Público 001/2020

**ANEXO I - INSCRIÇÕES DEFERIDAS****AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF I**

INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
19	DANIELA JACQUES DE MELO	DEFERIDO
6	EDUARDA APARECIDA CORDEIRO DE BARROS	DEFERIDO
13	TATIANE LINDEMANN FERREIRA	DEFERIDO
21	TEREZINHA ROSANE QUEVEDO RODRIGUES	DEFERIDO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF II

INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
14	DAIANE SANTOS SOUZA	DEFERIDO
25	DALVANA FICAGNA	DEFERIDO
8	PAULA TIMM	DEFERIDO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNO

INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
23	ALTAIR ZUCCHI	DEFERIDO

LOCAL DA PROVA CONCURSO PÚBLICO 001/2020

Publicação Nº 2524673



Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Concurso Público 001/2020

**ATO 006**

O MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor **RICARDO LUIS MALDANER**, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. DIVULGAÇÃO DO LOCAL DE PROVA OBJETIVA

1.1. A **PROVA OBJETIVA**, para todos os cargos, será aplicada no dia **21/06/2020** (domingo), **Escola Pública Municipal Prof.^a Griseldi Maria Muller**, situada na Rua Cristóvão Colombo, nº 360 Centro, no município de Modelo/SC, conforme horários abaixo.

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões	08h00min
Fechamento dos portões <i>Após o fechamento dos portões, não será mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local das provas.</i>	08h30min
Início da prova	09h00min

1.2. A WE DO SERVIÇOS higienizará todas as carteiras com álcool 70%, fornecerá álcool em gel na entrada da sala de provas e fornecerá máscaras descartáveis para os candidatos que não levarem.

1.3. Para fins de identificação, todos os candidatos ficam convocados a comparecerem na data e local da prova, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário de fechamento dos portões.

1.4. O candidato deve apresentar-se portando:

a) documento de identidade original que bem o identifique e que esteja em bom estado de conservação, com foto atual;

b) caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa, de corpo transparente;

c) comprovante de inscrição e pagamento (boleto bancário devidamente quitado). Esse item poderá ser dispensado desde que esteja comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato no relatório de candidatos inscritos; e

d) máscara descartável ou de tecido que deverá usar durante toda a realização da prova.

1.4.1 Não será permitido ao candidato realizar a prova se não estiver usando a máscara. A negativa da utilização da mesma no início ou durante a prova ensejará na **ELIMINAÇÃO** do candidato.

1.4.2. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo



Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Concurso Público 001/2020



Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade, como, por exemplo, as Carteias do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97). **NÃO SERÁ ACEITA CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE, MESMO QUE AUTENTICADA.** Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto, avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

2. GABARITO PROVISÓRIO

2.1. O GABARITO PROVISÓRIO da Prova Objetiva, será divulgado no dia **22/06/2020** no site www.wedoservicos.com.br.

2.2. Os candidatos interessados em interpor recursos contra o Gabarito Provisório poderão fazê-lo no período de **22/06/2020** às 14h00min à **24/06/2020** às 14h00min. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site www.wedoservicos.com.br, na área do candidato, seguindo as orientações do site. Durante o período de recursos haverá vista da Prova Padrão no site www.wedoservicos.com.br, através da área do candidato.

2.3. A PROVA OBJETIVA estará disponível aos candidatos a partir de **22/06/2020**, às 13h00min, na área do candidato acessando pelo site www.wedoservicos.com.br, de forma individual a cada participante, com o seu login e senha.

2.4. Caso o candidato não possua acesso à internet, será disponibilizado computador na **Escola Pública Municipal Prof.^a Griseldi Maria Muller**, situada na Rua Cristóvão Colombo, nº 360 Centro, no Município de Modelo/SC, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **7h às 13h**.

Modelo, 15 de junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

LOCAL DA PROVA PROCESSO SELETIVO 001/2020

Publicação Nº 2524674



Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Processo Seletivo Público 001/2020

**ATO 005**

O MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor **RICARDO LUIS MALDANER**, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

1.1 Não houve interposição de recurso em face da não homologação de inscrição, assim em nada se altera o relatório nominal de candidatos com **inscrições deferidas**, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o **Relatório de Inscrições Homologadas**, constante no **Anexo I**.

Modelo, 15 de junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Processo Seletivo Público 001/2020

**ANEXO I - INSCRIÇÕES DEFERIDAS****AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF I**

INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
19	DANIELA JACQUES DE MELO	DEFERIDO
6	EDUARDA APARECIDA CORDEIRO DE BARROS	DEFERIDO
13	TATIANE LINDEMANN FERREIRA	DEFERIDO
21	TEREZINHA ROSANE QUEVEDO RODRIGUES	DEFERIDO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF II

INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
14	DAIANE SANTOS SOUZA	DEFERIDO
25	DALVANA FICAGNA	DEFERIDO
8	PAULA TIMM	DEFERIDO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNO

INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
23	ALTAIR ZUCCHI	DEFERIDO

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL DL Nº 012/2020 - PMM

Publicação Nº 2523793

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2020. O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, a partir do Secretário de Administração e Fazenda, Ordenador de Despesa, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 034/2020, DL nº 012/2020 e, com fulcro no Art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue: OBJETO: Constitui objeto da presente dispensa de licitação a contratação de empresa para a prestação de serviço de reforma de duas pontes metálicas sobre o riacho capivara, na área central do Município de Mondaí. CONTRATADO: CN METALÚRGICA LTDA ME, CNPJ Nº 22.802.001/0001-92. VALOR TOTAL: R\$ 13.320,00 (treze mil trezentos e vinte reais). VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020. Mondaí – SC, 01 de junho 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda/Ordenador de Despesas.

EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005.2020 PMM

Publicação Nº 2523967

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Eletrônico. TIPO: Menor Preço por LOTE. OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de proposta, visando a Contratação de Seguro para veículos do Município de Mondaí/SC, conforme especificações constantes no anexo I- Especificações Técnicas, e quantitativos descritos no Anexo I. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 17/06/2020 até as 08h15min horas do dia 30/06/2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h16min às 08h30min horas do dia 30/06/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h31min horas do dia 30/06/2020. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital, em inteiro teor e seu anexo, está à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.mondai.sc.gov.br, ou no Departamento de Compras, situado na Avenida Laju, nº 420, de 2ª a 6ª feira, das 07h45min às 11h45min e 13h30min às 17h30min. Informações através do e-mail compras@mondai.sc.gov.br ou telefone (49) 3674.3100. MONDAI (SC), 10 de junho de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda - Ordenador de Despesas

Monte Carlo

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 17/2020

Publicação Nº 2523937

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO - Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CNPJ: 20.255.532/001-87

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 17/2020

CONTRATADO: Hermisson do Sacramento - ME CNPJ: 20.255.532/0001-87.

OBJETO: Contrato administrativo Serviço de Lavação e Lubrificação de Veículos e Máquinas.

VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo vigorará até 28 de fevereiro de 2021.

Monte Carlo, 21 de fevereiro de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL

LEI N. 1190/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524596

LEI Nº 1190/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

"ESTABELECE DESCONTO SOBRE O VALOR DA TARIFA MÍNIMA MENSAL DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO, POR DIA DE FALTA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA".

VOLNIR STRATMANN, Presidente da Câmara de Vereadores de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º. Fica estabelecido desconto no valor da tarifa mínima mensal do serviço de água e esgoto, proporcionalmente aos dias de falta de abastecimento de água.

Art. 2º. O Consumidor do serviço de água e esgoto terá direito à 1/30 (um trinta avos) de desconto sobre o valor da tarifa mínima mensal do serviço de água e esgoto, por dia de falta de abastecimento de água na rede de distribuição.

§1º. Os valores relativos ao desconto decorrente da falta de abastecimento de água serão efetuados na fatura do mês em curso, se ocorrida no período anterior à emissão da fatura mensal.

§2º. Quando a falta do abastecimento coincidir com o período de emissão do faturamento do mês em curso, ou ainda, após a emissão, o desconto será efetivado na fatura do mês seguinte.

Art. 3º. A interrupção do abastecimento de água, fato gerador do direito a desconto na fatura mensal, demanda a comprovação de comunicação formal ao Departamento de Água e Esgoto – DMAE ou órgão equivalente ou na Ouvidoria do Município, que deverá abrir protocolo de reclamação ao consumidor, lá informando a data de início e horário da interrupção.

Parágrafo único. O alcance da presente lei, refere-se aos casos de interrupção de abastecimento superiores a 12 horas ininterruptas, ou, cumulativamente, a cada 24 horas, ocorridos no período de 30 dias, base de faturamento da tarifa mensal.

Art. 4º. Essa lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 15 de Junho de 2020.

VOLNIR STRATMANN

Presidente da Câmara de Vereadores

Monte Castelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2426

Publicação Nº 2523402

DECRETO EXECUTIVO No 2.426, DE 11 DE MAIO DE 2020.

“Aprova desmembramento de LOTES URBANOS”

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a o Plano Diretor Municipal a Lei Complementar Municipal n. 011, de 24 de junho de 2.010:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área superficial de 1.896,32 m² (mil oitocentos e noventa e seis metros e trinta e dois decímetros quadrados), matriculado sob o nº. 11.298 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva, SC, localizado no Lado ímpar da Rua Governador Jorge Lacerda, de propriedade do Senhor ORLANDO BOSSI.

Parágrafo Único – O imóvel objeto deste Decreto, ficará desmembrado em 03 (três) lotes e distribuídas na forma que segue:

LOTE 01: Terreno urbano com área superficial de 532,49m² (quinhentos e trinta e dois metros e quarenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Governador Jorge Lacerda, esquina com o lado ímpar da Rua XV de Novembro, nas Coordenadas E: 575752.877 e N: 7074331.093, com base no Ponto OPP.

CONFRONTAÇÕES:

Pela Frente: Com o Município pela Rua Governador Jorge Lacerda, lado ímpar, em 35,13 metros;

Pelos Fundos: Com o Lote 02 deste desmembramento, em 27,79 metros;

Lado Direito: Com o Município pela Rua XV de Novembro, lado ímpar, em 24,83 metros;

Lado Esquerdo: Com o Lote do senhor Cezario Ribeiro (Matrícula nº. 8.822 – RI Papanduva/SC), em 14,40 metros.

Página 1 de 3

Lote 02: Terreno urbano com área superficial de 257,57m² (duzentos e cinq-enta e sete metros e cinq-enta e sete decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua XV de Novembro, distante 24,83 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Governador Jorge Lacerda, nas Coordenadas E: 575767.863 e N: 7074311.298, com base no Ponto OPP.

CONFRONTAÇÕES:

Pela Frente: Com o Município pela Rua XV de Novembro, lado ímpar, em 10,00 metros;

Pelos Fundos: 3,72 metros; 7,09 metros com o Lote do senhor Cezario Ribeiro (Matrícula nº. 8.822 – RI Papanduva/SC);

Lado Direito: Com o Lote 03 deste desmembramento, em 23,77 metros;

Lado Esquerdo: Com o Lote 01 deste desmembramento, em 27,79 metros;

Lote 03: Terreno urbano com área superficial de 1.106,26m² (mil, cento e seis metros e vinte e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua XV de Novembro, distante 34,83 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Governador Jorge Lacerda, nas Coordenadas E: 575773.900 e N: 7074303.325, com base no Ponto OPP.

OBS: Neste lote estão seis (6) edificações residenciais, em alvenaria, medindo 36,00m² cada uma, sendo três casas de frente para a Rua XV de Novembro, nºs. 1.391, 1.397 e 1.411, e três casas nos fundos, nºs. 1.385, 1.387 e 1.389.

CONFRONTAÇÕES:

Pela Frente: Com o Município pela Rua XV de Novembro, lado ímpar, em 33,14 metros;

Pelos Fundos: Com o Lote do senhor Alessandro Lemos de Souza, (Matrícula nº. 9.660 – RI Papanduva/SC), em 2,04 metros e com o Lote do senhor Rene Honorio Beuno, (Matrícula nº. 10.906 – RI Papanduva/SC), em 11,47 metros;

Lado Direito: Com o Lote do senhor Pedro Regodzinski Junior, (Matrícula nº. 10.905 – RI Papanduva/SC), em 40,70 metros;

Lado Esquerdo: Com o Lote 02 deste desmembramento, em 23,77 metros e com o Lote do senhor Cezario Ribeiro (Matrícula nº. 8.822 – RI Papanduva/SC), em 11,62 metros; 4,18 metros e 30,68 metros.

Página 2 de 3

Art. 2º - É de exclusiva responsabilidade do proprietário e responsável técnico a aferição dos dados informados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo, SC, 11 de maio de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Página 3 de 3

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 15

Publicação Nº 2523416

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2019

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município: Convoca os aprovados no Processo Seletivo, referente ao edital 001/2019, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – SOCORRISTA DO SAMU

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
06º	MARCIA TEREZA ANFILÓQUIO

Morro da Fumaça, 16 de Junho de 2020

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO
Secretário Municipal do Sistema Econômico
Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016 60

Publicação Nº 2524101

Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2016

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:
Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à nomeação.

MOTORISTA

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
23º	MANOEL JOSE MORAES NETO

Morro da Fumaça, 16 de Junho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO
Secretário Municipal do Sistema Econômico
Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

ERRATA REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2020

Publicação Nº 2524152

Errata do Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2020. REFERENTE AO CUSTEIO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. Data: 22/06/2020. Hora: 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auxílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB COO

Publicação Nº 2524137

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB

(Referente aos meses de NOVEMBRO de 2019 a ABRIL de 2020)

Francieli Maragno, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea "D", §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

3870	FELIPE PEDROSO	PSICÓLOGO	03/10/2011	5.135,97
5151	RITA DE CÁSSIA MARCON	DIR. DEPART.	06/02/2017	5.135,97

Morro da Fumaça em 10 de junho de 2020

Francieli Maragno

Secretária Municipal do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB MED

Publicação Nº 2524138

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB

(Referente aos meses de NOVEMBRO de 2019 a ABRIL de 2020)

Francieli Maragno, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea "C", §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

5115	ADRIANA TEREZINHA GU- GLIELMI	01/12/2016	ZELADOR	1.185,44
3554	CLAUDETE MARIA CAVAGNO- LI DA LUZ	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
5835	CRISLAINE MENEGHEL ESPINDULA	25/07/2019	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
4657	DANIELA FERNANDES D'AGOSTIM SARTOR	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
3556	DANIELA VICENTE HAHN	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
5573	DANUBIA INACIO	01/08/2018	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
3561	ELISABETH MENDES	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
5334	ELIZANDRA FORCELLINI	25/05/2017	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
4666	FERNANDA DE JESUS ZABOT	01/08/2014	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
5170	GERUZIA VARGAS DE SOUZA	06/02/2017	ZELADOR	1.185,44
5570	GRAZIELA GUOLLO	20/07/2018	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
3563	JANAINA ANGELO ESMERAL- DINO	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
4378	JANAINA SAVIATO DA ROSA	03/06/2013	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
4388	JANETE BITENCOURT THOMAZ	03/06/2013	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
3565	JAQUELINE PEREIRA DE SOUZA	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
4660	JUCEMARA CARRADOR MARCELINO	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
5339	JULIANA SPECK DOMINGOS	05/06/2017	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
3564	JULIANGELA M. MAXIMIANO GOULART	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
1047	LAUDELINA CARBONI	01/03/2001	ZELADOR	1.185,44
5336	LUCIANA RABELLO	01/06/2017	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
4061	LIZIANI MEIRELLES SABINO SACHI	07/05/2012	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
5830	MARA REGINA DOS SANTOS DANIEL	16/07/2019	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
4915	MARIA TERMA DE OLIVEIRA	19/10/2015	ZELADOR	1.185,44
4063	MARTINHA SOUZA NUNES ARMENDARIS	07/05/2012	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
5829	MAYARA DA SILVA PERICO	16/07/2019	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44

5077	MICHELLE RODRIGUES CASTRO	21/03/2016	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
5882	PATRÍCIA RIBEIRO MORAES RAMOS	06/01/2020	ZELADOR	782,62
3572	REGENE SARTOR SORATTO	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
4653	REGINA DE CASSIA RECCO	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
4656	ROSANA GEREMIAS ARAUJO	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
5781	SIBELI APARECIDA BITEN-COURT	14/03/2019	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
4651	SILVANA DE JESUS DA LUZ	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
4658	TALITA DE SOUZA RONSANI JOAQUIM	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44
5807	VALQUIRIA VARGAS DE SOUZA	03/05/2019	ZELADOR	1.185,44
5833	VANUSIA VARGAS DE SOUZA RONSANI	25/07/2019	AGENTE COMUNITARIO	1.185,44

Morro da Fumaça em 10 de junho de 2020

Francieli Maragno
Secretária Municipal do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB SUP

Publicação Nº 2524139

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB

(Referente aos meses de NOVEMBRO de 2019 a ABRIL de 2020)

Francieli Maragno, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea "A", §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

5842	AGENOR JOSÉ MIRANDA NETO	FARMACEUTICO	07/08/2019	2.165,86
6059	ALINE MARIA GARCIA	ENFERMEIRA	06/04/2020	334,05
5328	ANDREZA ZAGO SERAFIM BEZ FONTANA	ASSISTENTE SOCIAL	08/05/2017	1.624,40
3550	CAMILA SOUZA AMARAL	ENFERMEIRO	23/11/2016	2.165,86
5855	CAROLINA MICHELS NUER-NBERG	DENTISTA	02/09/2019	2.165,86
5498	CLEO GAMA PINHEIRO	MÉDICO	02/05/2017	2.165,86
5117	CRISTINA PEREIRA MACCARI	ENFERMEIRO	07/12/2016	2.165,86
3542	FLAVIO AUGUSTO FARIAS NUNES PE	MEDICO	01/07/2010	2.165,86
5611	GISCARD PORTO	MEDICO	02/10/2018	2.165,86
5116	IONICE PEREIRA VIEIRA	ENFERMEIRO	05/12/2016	2.165,86
3582	JANETE DE FATIMA DOS SANTOS BORDIN	ENFERMEIRO	19/07/2010	2.165,86
6015	LARISSA WILLRICH PINHEIRO	DENTISTA	17/02/2020	685,22
5805	LUCAS BITTENCOURT FERNANDES	MÉDICO	03/05/2019	2.165,86
5513	MARIANA DUSSIONI NAS-POLINI	ENFERMEIRO	02/04/2018	2.165,86
1074	MARILUCIA LUCIANO LEONARDO	F. BIOQUÍMICO	01/05/2011	1.624,40
5392	MARLI ALMERINDO MARTINS	EDUCADOR FISICO	01/08/2013	2.165,86
5291	RONI HENRIQUE DE SOUZA	NUTRICIONISTA	01/03/2017	2.165,86
4103	SILVIA SILVESTRE NEGRO	ODONTOLOGO	12/07/2012	2.165,86
3542	SONIA SILVEIRA ROCHA DA SILVA	ENFERMEIRO	01/07/2010	2.165,86
5790	THAISSA BROLESI DE SOUZA	MÉDICO	25/03/2019	2.165,86

	20 Horas			
176	SORAIA NETO	ODONTOLOGO	10/08/1992	1.082,93
5119	TUANY MEDEIROS BENTO	DENTISTA	13/12/2016	1.082,93

Morro da Fumaça em 10 de junho de 2020

Francieli Maragno

Secretária Municipal do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB TEC

Publicação N° 2524140

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB

(Referente aos meses de NOVEMBRO de 2019 a ABRIL de 2020)

Francieli Maragno, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea "B", §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

5765	ADRIANA APARECIDA LIMA	20/02/2017	AUXILIAR DE DENTISTA ESF	1.027,19
5839	ADRIANE BROGNI DE ALBUQUERQUI	07/08/2019	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.027,19
5545	ALINE SABINO BERETTA	02/05/2018	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.848,94
5500	BIANCA ANGELA CARVALHO	05/03/2018	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.027,19
5843	CAROLINE DE SOUZA DA ROSA	07/08/2019	AUXILIAR DE DENTISTA ESF	1.027,19
3592	CLAUDINEIA MARQUES SAVIO	02/08/2010	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.027,19
5340	CLAUMECIR MENDES	06/06/2017	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1.027,19
1080	CLERIMAR SEOLIN	01/04/2001	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1.848,94
5258	EDINAR APARECIDA NOVASKI	08/02/2017	TECNICO EM ENFERMAGEM	1.027,19
4919	ELINI FRATONI	01/04/2015	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.027,19
5826	GILMARA SILVEIRA VISCCARDI	08/07/2019	AUXILIAR DE DENTISTA ESF	1.027,19
5831	JULIANA DE JESUS BORGES	22/07/2019	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.027,19
4918	LARICI SARTOR COMICOLI	01/04/2015	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.848,94
5872	LEANDRO MELLO DA SILVA	01/10/2019	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.027,19
5118	LIDIANE DAMASIO STEINBACK	16/05/2016	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.848,94
5639	LUZIA SARTOR VIEIRA MADEIRA	01/03/2017	AUXILIAR DE DENTISTA ESF	1.027,19
5602	MARCIO GONÇALVES	10/09/2018	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.027,19
5560	NEIVA GASPAR DE OLIVEIRA MARTINS	12/06/2018	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.027,19
5840	PATRICIA MATOS GAVA	01/08/2019	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.027,19
5288	SAIANE STEINBACK	01/03/2017	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.848,94

Morro da Fumaça em 10 de junho de 2020

Francieli Maragno

Secretária Municipal do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

PORTARIA 336-370/2020

Publicação N° 2524142

Portaria	Data	Ementa
336	04/05/2020	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA N° 643/2019 DE 05/11/2019 QUE CONCEDEU AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO SERVIDOR VILSON SAMPAIO SCHAMBECK, OCUPANTE DO CARGO DE ODONTÓLOGO.

337	04/05/2020	NOMEIA PAULO SERGIO ROCHA DE JESUS PARA OCUPAR O CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
338	04/05/2020	NOMEIA CAMILA MARTINS PARA OCUPAR O CARGO COMISSONADO DE COORDENADOR ADJUNTO DA SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
339	04/05/2020	EXONERA A SERVIDORA PATRICIA DA ROCHA, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE AGENDAMENTO I E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
340	04/05/2020	ALTERA A PORTARIA Nº 586/2019 DE 17/09/2019 QUE NOMEOU HELOIZA PIRES DAMIANI PARA OCUPAR O CARGO COMISSONADO DE COORDENADOR ADMINISTRATIVO, PASSANDO A OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE AGENDAMENTO I NA SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
341	04/05/2020	NOMEIA SAMARA GARCIA PARA OCUPAR O CARGO COMISSONADO DE COORDENADOR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
342	04/05/2020	NOMEIA BARBARA DE FREITAS PARA OCUPAR O CARGO COMISSONADO DE SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DA COORDENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
343	04/05/2020	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE LUCAS BITTENCOURT FERNANDES, OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF.
344	05/05/2020	NOMEIA PATRICIA ROCHA PARA OCUPAR O CARGO COMISSONADO DE ASSESSOR ADJUNTO NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
345	05/05/2020	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARIA AUXILIADORA PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.
346	05/05/2020	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARLI MAURINA PATRICIO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
347	08/05/2020	CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO AO SERVIDOR JOSIMAR DA ROSA MARQUES OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.
348	08/05/2020	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR WAGNER MARQUES, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.
349	08/05/2020	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE ALBERTINA FRANCISCO DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.
350	11/05/2020	CONTRATA LUIS FERNANDO ROMAGNA DE BEM PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
351	11/05/2020	CONTRATA ANDERSON NIADA MARCELO PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
352	11/05/2020	CONTRATA KELVIN SCHMOELLER ALBERTON PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

353	11/05/2020	CONTRATA ROSELIN PADILHA TELES PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE ENFERMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
354	11/05/2020	CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA LUANA MARA RODRIGUES, OCUPANTE DO CARGO DE COORDENADORA DE PROGRAMAS DE SAÚDE DA SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
355	12/05/2020	ALTERA A PORTARIA Nº 342/2020 DE 04/05/2020 QUE NOMEOU BARBARA DE FREITAS PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DA COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL PASSANDO A OCUPAR O CARGO DE COORDENADOR DE PROGRAMAS DA SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
356	14/05/2020	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JOISER DA SILVA RODRIGUES, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE DENTISTA ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
357	14/05/2020	CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À CRISTHIE SALVAN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
358	18/05/2020	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE LARISSA WILLRICH PINHEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF.
359	19/05/2020	ALTERA A PORTARIA Nº 344/2020 DE 05/05/2020 QUE NOMEOU PATRICIA DA ROCHA PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR ADJUNTO NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO PASSANDO A OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DA COORDENADORIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
360	19/05/2020	CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À NELMA DE AGUIAR D'AGOSTIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
361	21/05/2020	NOMEIA JULIANA BERGMANN DE JESUS PARA OCUPAR O CARGO DE FARMACÊUTICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
362	22/05/2020	NOMEIA OUVIDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
363	22/05/2020	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA SIRLEY MARTIGNAGO DE LORENZI CANCELLIER, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.
364	22/05/2020	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ALINE SABINO BERETTA, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.
365	25/05/2020	CESSAM OS EFEITOS DA PORTATIA Nº 240/2020 DE 28/02/2020 QUE CONCEDEU AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA PRISCILA FUNK CIPRIANO CORREA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
366	27/05/2020	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ADAUTA ROQUE SARTOR, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE ENDEMIAS.
367	27/05/2020	CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À KARINA GABRIEL GUOLLO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
368	29/05/2020	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR MARCIONEY JOSÉ GARCIA, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

369	29/05/2020	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ANA MARIA VIEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE FONOAUDIÓLOGA.
370	29/05/2020	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE SILVA CARDOSO ROCHA, OCUPANTE DO CARGO DE PSICOPEDAGOGO.

REGISTRO DE PREÇO N° 090/2020

Publicação N° 2523791

Morro da Fumaça. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 090/2020. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÃO, conforme anexo. Data: 26/06/2020. Hora: 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

CONTRATOS FMS MAI/2020

Publicação Nº 2523521

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/1

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MAIARA DA SOLER - ME**CNPJ:** 26.223.763/0001-95**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 16/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 11/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2020**Vigência:** 11/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** EA COMUNICACAO LTDA**CNPJ:** 33.334.568/0001-06**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 17/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 11/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2020**Vigência:** 11/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS FUMAF MAI/2020

Publicação Nº 2523523

Folha: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

CNPJ: 11.411.583/0001-60

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municip
CNPJ: 09.427.503/0001-12
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 1/2017 **Número do Processo:** 1/2017 **Outra Entidade:** Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 2/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. CIGA

Data da Assinatura: 13/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/06/2020
Vigência: 13/05/2020 a 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 667,35
Forma de Pagamento: À Vista

CONTRATOS PMMF MAI/2020

Publicação Nº 2523519

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/3

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATA**CNPJ:** 12.075.748/0001-32**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 20/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO.**Data da Assinatura:** 04/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2020**Vigência:** 04/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 38.635,33**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MAIARA DA SOLER - ME**CNPJ:** 26.223.763/0001-95**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 21/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 11/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2020**Vigência:** 11/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.400,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 2/3

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SOM MAIOR FM LTDA**CNPJ:** 79.649.984/0001-96**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 23/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 11/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 11/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.300,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** EA COMUNICACAO LTDA**CNPJ:** 33.334.568/0001-06**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 22/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 11/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2020**Vigência:** 11/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/3

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2020.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** 4OITO COMUNICACAO DIGITAL LTDA**CNPJ:** 16.758.139/0001-39**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 24/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 11/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2020**Vigência:** 11/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.300,00**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS SAMAE MAI/2020

Publicação Nº 2523527

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/3

CNPJ: 31.739.132/0001-63
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MAIARA DA SOLER - ME**CNPJ:** 26.223.763/0001-95**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 26/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 11/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2020**Vigência:** 11/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.200,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** EA COMUNICACAO LTDA**CNPJ:** 33.334.568/0001-06**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 26/2020**Número do Processo:** 26/2020**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 27/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 11/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2020**Vigência:** 11/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/3

CNPJ: 31.739.132/0001-63

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CORR PLASTIK SISTEMAS PLASTICOS LTDA**CNPJ:** 32.540.611/0001-19**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 29/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Materiais hidráulicos para uso na manutenção, ampliação e operação dos Sistemas de Abastecimento de Água, com base na ata do certame do Pregão Presencial nº 6/2019 de licitação compartilhada com o CISAM – SUL com sede em Orleans/SC.**Data da Assinatura:** 25/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2020**Vigência:** 25/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.784,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CORR PLASTIK INDUSTRIAL LIMITADA**CNPJ:** 67.731.091/0001-06**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 28/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Materiais hidráulicos para uso na ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água, com base na ata do certame do Pregão Presencial nº 6/2019 de licitação compartilhada com o CISAM – SUL com sede em Orleans/SC.**Data da Assinatura:** 25/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2020**Vigência:** 25/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 168.730,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/3

CNPJ: 31.739.132/0001-63

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2020.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BONEMBERG - MANUTENCAO ELETRICA LTDA**CNPJ:** 08.922.705/0001-78**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Contrato ou Aditivo:** 30/2020**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Fundamento Legal:****Objeto:** 1- O (A) Prestação de Serviços de Locação pela CONTRATADA de :

01 Grupo Gerador de Energia 150KVA, na modalidade: (Mensal, EM FUNCIONAMENTO 3H/DIA), com 90 horas de funcionamento mês, (franquia).

Itens Incluídos: Lances de 25M de cabos 50mm², instalação e transporte (entrega e retirada) na plataforma da carretinha, revisões e troca de óleo e filtros (1° troca com 250h).

Itens Excluído: Diesel, abastecimento e operação, caminhão munda quando necessário.

Data da Assinatura: 27/05/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/07/2020**Vigência:** 27/05/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2020**

Publicação Nº 2524646

EMENTA:

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 007/2020, expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

CONSIDERANDO o teor do artigo 236, do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, notadamente em todo Setor Administrativo da Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, no dia 20 de maio de 2020, haja vista que, comemora-se, na referida data, a Emancipação Político-Administrativa do Município de Morro da Fumaça (Feriado Municipal).

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC em 11 de maio de 2020.

ALISON FELIX BERTAN

Presidente

Registrado e publicado, nesta Secretaria, aos onze dias do mês de maio do ano de dois e vinte.

RANGEL DE ROCHI

Agente Administrativo

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO 58-2020

Publicação Nº 2524144

DECRETO N. 58 /2020

Revoga o inciso I do artigo 3º do Decreto n. 41/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO a Notificação Recomendatória n. NUGPDRR/234/2020, do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina.

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o inciso I do artigo 3º do Decreto n. 41/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 15 de junho de 2020.

VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

DECRETO N 57-2020

Publicação Nº 2523312

DECRETO Nº 57, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Determina medidas mais rigorosas para o enfrentamento da emergência e do estado de calamidade de saúde pública, decorrente da pandemia do COVID-19 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Morro Grande, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e, CONSIDERANDO a necessidade de manutenção, complementação e adequação às ações fixadas por meio dos Decretos Municipal e Estadual referentes às medidas de enfrentamento ao COVID – 19 e demais Portarias editadas pelo Secretário de Estado da Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública, tornam-se obrigatórias as seguintes medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19:

- a) uso de máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão em todos os estabelecimentos públicos ou privados que foram autorizados a entrar em funcionamento, para todas as pessoas, clientes e trabalhadores que estiverem no interior do ambiente ou aguardando para nele ingressarem;
- b) higienização com álcool em gel 70%, quando as pessoas entrarem e saírem dos estabelecimentos públicos ou privados;
- c) higienização constante com álcool 70%, de cestas e carrinhos de mercados;
- d) distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre as pessoas que estiverem no interior dos estabelecimentos públicos ou privados e daquelas que estiverem na parte externa aguardando o momento de ingresso;
- e) limitação do ingresso de pessoas nos estabelecimentos públicos ou privados, em 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade de lotação, e em qualquer caso sempre mantendo o limite mínimo de distanciamento entre as pessoas;

f) manutenção do isolamento social às pessoas do grupo de risco, recomendando-se que as pessoas só saiam de suas casas em casos de extrema necessidade;

g) proibição de aglomerações de qualquer natureza, em ambiente abertos do meio urbano e rural, em locais de visitação turísticas, dentre outras, incluindo-se comemorações particulares e/ou familiares.

Art. 2º O descumprimento das medidas sanitárias e de funcionamento dos estabelecimentos sujeitará os infratores às seguintes penalidades legais:

- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) interdição temporária ou permanente do estabelecimento;
 - e) comunicação à autoridade policial e ao Ministério Público, para a tomada das medidas criminal, civis e administrativas cabíveis.
- Parágrafo único. Aplica-se ao processo administrativo para a aplicação das penalidades previstas no caput deste artigo, a Lei Municipal n. 221/1998 com suas alterações previstas na Lei Municipal n. 978/2020.

Art. 3º Fica determinado às autoridades de saúde do Município a intensificação das fiscalizações, a serem feitas diariamente, sempre precedidas de comunicação por escrito à Polícia Militar e Civil para que preferencialmente façam o acompanhamento.

Art. 4º As autoridades de saúde do Município deverão ainda distribuir uma cópia deste Decreto e das Leis Municipais n. 221/1998 e 978/220, mediante comprovante de entrega e recebimento, a todos os proprietários de estabelecimentos comerciais do Município e a todos os Secretários Municipais, os quais passam a ter a incumbência de dar ciência do conteúdo a todos os servidores públicos municipais sob sua hierarquia.

Art. 5º Todos os funcionários públicos municipais poderão contribuir com as atividades de fiscalização, efetuando denúncias para casos de descumprimento ao previsto nos atos normativos vigentes.

Art. 6º Ficam mantidas todas as demais determinações relacionadas ao enfrentamento do Covid-19, já previstas em outros decretos municipais, desde que não sejam normas menos rígidas que as previstas neste decreto.

Art. 7º Fica revogado o Artigo 3º, I, do Decreto 41/2020.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, SC, 10 de junho de 2020

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 26/2020 FMS

Publicação N° 2524588

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 26/2020 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de produtos (fraldas geriátricas e infantis descartáveis) para atendimento aos pacientes do "Programa da Assistência Social", através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC.. Entrega/envelopes: 26/06/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 26/06/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 72/2020 PMN

Publicação N° 2524599

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 72/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a aquisição de materiais (lajotas sextavadas e retangulares, meios-fios e pavers de concreto), para a utilização em manutenções e pavimentações das vias públicas do município, através da Secretaria Municipal de Obras de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 26/06/2020 até às 13h50. Abertura/envelopes: 26/06/2020 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 4 - CONDEMA.

Publicação N° 2523850

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 4 - CONDEMA.

Reunião Extraordinária, cuja deliberação será tomada de forma não presencial.

A Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Navegantes – CONDEMA, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para a 4ª Reunião Extraordinária CONDEMA no ano de 2020, cuja deliberação será tomada de forma não presencial.

Data: 25 de junho de 2020 (quinta-feira).

Horário: 14:30 às 15:30 horas.

Local: Vídeo conferência – link que estará disponível com antecedência para participar da videoconferência, clique neste link:

<https://meet.google.com/pxe-vonz-unw>

Ordem do Dia:

1. Apresentação do saldo de Compensação Ambiental (Fundo do Meio Ambiente);
2. Julgamento do Recurso protocolado sob n.º 0627/2019, referente a decisão no processo administrativo n.º 001/2019.
3. Formação de Grupo de Trabalho para acompanhamento do Projeto Orla no Município de Navegantes.
4. Assuntos gerais.

Navegantes, 15 de junho de 2020.

HELOISA CRISTINA FLORES

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

EXTRATO CONTRATUAL N° 113/2020 FMS

Publicação N° 2524507

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL N° 113/2020 FMS.

Processo: DL32/2020 FMS.

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE HOSPITALAR PARA GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES, ATENDIMENTO AMBULATORIAL E GESTÃO ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, SITUADO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, COM CESSÃO DE BENS PÚBLICO.

Fundamentação legal no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, que dispõe: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras ...

Contratada: ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICIENCIA CRISTÃ, com sede à Rua 04 de outubro, nº 115, Centro, na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 86.324.860/0001-04.

representado por Rogério de Abreu.

Valor Total: R\$ 3.774.166,65 (três milhões setecentos e setenta e quatro mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência: 14/06/2020 – 90 dias.

FUNDAMENTO: ART.24, INCISO IV, LEI Nº 8.666/93.

Recursos: 2.083 3.3.90.00.00.00

Secretária Responsável: Fundo Municipal de Saúde de Navegantes.

Navegantes, 10 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 2525 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524585

PORTARIA Nº 2525 DE 15 DE JUNHO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o Contrato 113/2020 FMS do processo licitatório dispensa de Licitação 32/2020 cujo objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE HOSPITALAR PARA GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGENCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES, ATENDIMENTO AMBULATORIAL E GESTÃO ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, SITUADO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, COM CESSÃO DE BENS PÚBLICO.

FUNDAMENTO ART. 24, INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93.

Conforme Dispensa de Licitação nº 32/2020 FMS.

Fiscal: MÔNICA HELEN BARACY GAUTO BURGONOV -- (titular)

SILVANIA CAMARGO DE MEIRA – (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01-2020 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO - ATA DA SESSÃO Nº 04

Publicação Nº 2523851

ATA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 001/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

Objeto: Constitui objeto desta licitação a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, no qual consiste por parte da CONTRATADA, a disponibilização de um funcionário, para trabalhar nas dependências da CONTRATANTE, em jornada semanal de 30 horas, em horário a ser estipulado pela CONTRATANTE

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte, às nove horas, na sede da Câmara Vereadores, o Pregoeiro André de Freitas Chaves Pacheco junto com a Equipe de Apoio composta por Vilsemar Olímpio Duarte, Solon Manoel Costa, Jucilene Maiara Rocha designados pela Portaria nº 01/2020, a fim de realizar julgamento do recebimento do Recurso Administrativo apresentado pela empresa ROZALVA GONZAGA PEREIRA(DMG) CNPJ Nº 22.048.175/0001-01, no qual consiste na decisão do Pregoeiro em adjudicar o objeto licitado, aduzindo em seu recurso, mais uma vez, a questão da desclassificação das empresas, primeiramente devemos destacar, que todas as empresas apresentaram

a problemas na elaboração da planilha, inclusive a recorrente, na qual trouxe em sua planilha o cálculo de impostos sobre assiduidade, onde todos sabemos, que trata-se de verba indenizatória e por esse motivo não gera incidência de imposto, assim como a recorrente alega em seu recurso que "a existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não gera a desclassificação" também teria as demais licitantes o mesmo direito, além do que, a recorrente já apresentou recurso sobre esta questão, o que já foi devidamente julgado, portando, já superado. Alega a recorrente "que as alíquotas se encontram bem abaixo do modelo apresentado, ou seja, o modelo é para ser seguido ou não", devemos lembrar neste momento de duas coisas, a primeira é que os impostos e taxas são variados em nosso país, vai de acordo com atividade e o tipo de empresa, a segunda coisa, é que foi enviado e-mail a todos licitantes dizendo que os valores eram para ser desconsiderados, usar os dados de cada empresa, portanto, inoportuna e descabida de qualquer direito a alegação acima citada da recorrente. Quanto a alegação de que o vale transporte foi apresentado em quantia inferior e, o exemplo demonstrado pela recorrente, esses não prosperam, pois quanto ao vale transporte, devo lembrar neste momento que "O custo do vale-transporte é dividido entre o funcionário e o empregador. O funcionário é descontado em 6% do seu salário e o valor restante para o pagamento do transporte mensal é custeado pela empresa", sendo assim, descarta e desprovida a alegação da recorrente. Quanto a desclassificação, que é a terceira vez arguida pela recorrente, destaco que teve o seu momento oportuno para recorrer, mas apresentou o recurso intempestivo, lembrando mais uma vez, que todas as empresas apresentaram problemas na elaboração da planilha, inclusive a recorrente, na qual trouxe em sua planilha o cálculo de impostos sobre assiduidade, onde todos sabemos, que trata-se de verba indenizatória e por esse motivo não gera incidência de imposto, assim como a recorrente, alega em seu recurso de que "a existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não gera a desclassificação" também teria as demais licitantes o mesmo direito, sendo assim, entendemos que a alegação já foi analisada e julgada, portando, descabida. Julgando neste momento pelo improvimento do Recurso, mantendo-se assim, a adjudicação, vez que o recurso foi julgado improvido e que empresa ORBENK já cumpriu com suas obrigações. Sem mais considerações, a Sessão foi encerrada às 11:01 pelo Pregoeiro, e esta ata, após a leitura e concordância com os termos aqui expostos, foi devidamente assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio.

André de F. Chaves Pacheco
Pregoeiro

Vilsemar Olímpio Duarte
Equipe de Apoio

Jucilene Maiara Rocha Solon
Equipe de Apoio

Manoel Costa
Equipe de Apoio

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO N° 99-2020

Publicação N° 2524682

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. N°.: 99/2020
Edital: Pregão N°.: 39/2020
Tipo: Menor preço / Unitário por Item
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de horas máquinas de Escavadeira Hidráulica para atender as necessidades desta municipalidade conforme a necessidade das secretarias.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 30 de junho de 2020.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 30 de junho de 2020.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei N° 10.520/2002 e supletivamente pela Lei N° 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 15 de junho de 2020
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N.º 229/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2524679

DECRETO N.º 229/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2020

GABARITO DEFINITIVO

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o Gabarito Definitivo referente ao Processo Seletivo n.º 003/2020, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo o Gabarito Definitivo da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo n.º 003/2020, do Município de Nova Itaberaba (SC), conforme segue:

Ensino Superior

Língua Portuguesa

01 – A	02 – A	03 – E	04 – D	05 – D
--------	--------	--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

06 – E	07 – B	08 – B	09 – D	10 – C
--------	--------	--------	--------	--------

Fiscal de Tributos e Obras

11 – D	12 – B	13 – C	14 – A	15 – C	16 – E	17 – B	18 – D	19 – E	20 – B
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Médico Veterinário

11 – D	12 – C	13 – A	14 – E	15 – B	16 – D	17 – A	18 – A	19 – D	20 – E
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

3. Ficam revogadas as disposições em contrário.



Município de Nova Itaberaba (SC), 15 de junho de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

DECRETO N.º 230/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2524675

DECRETO N.º 230/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2020

ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Ata de Classificação Preliminar referente ao Processo Seletivo n.º 003/2020, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo a Ata de Classificação Preliminar do Processo Seletivo n.º 003/2020, do Município de Nova Itaberaba (SC), conforme Anexo I.

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 15 de junho de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

ANEXO I

Fiscal de Tributos e Obras

Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimen- tos Gerais	Conhecimen- tos Especí- ficos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1989992	07/03/1995	Cleomara Elis Lauschner	096.761.089-36	1,00	0,00	3,50	4,50	4,50
Reprovado	1978501	16/11/1998	Tanara Babinski	073.426.879-36	2,00	0,50	1,00	3,50	3,50
Reprovado	1989973	19/09/1990	Camila Karina Zanette	073.731.709-43	1,00	1,50	0,50	3,00	3,00
Ausente	1978035	14/12/1960	Volnir Franz	477.418.059-91	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00

Médico Veterinário

Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimen- tos Gerais	Conhecimen- tos Especí- ficos	Prova teórica	Média final
1	1990925	06/04/1993	Bruno Luiz Perin Batistel	018.134.830-60	1,00	1,00	5,00	7,00	7,00
2	1990874	11/07/1994	Luana Borelli	085.536.329-03	0,50	2,00	4,50	7,00	7,00
3	1991035	19/07/1993	Mayrini Rubas Elsner	084.980.419-10	2,50	1,00	3,50	7,00	7,00

4	1989968	29/06/1978	Demetrius Cansian Baldissarelli	022.987.209-32	1,00	1,50	3,50	6,00	6,00
5	1990886	31/03/1996	Priscila Deotti Signor	093.536.629-66	0,50	0,50	4,00	5,00	5,00
6	1990110	12/07/1997	Ana Paula Piovezan	102.242.239-17	0,50	1,00	3,50	5,00	5,00
Reprovado	1979643	30/09/1989	Rafael Carniel	043.807.989-25	0,00	0,00	4,00	4,00	4,00
Ausente	1972131	23/10/1989	Caio Resende Docal	395.086.498-95	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1973672	18/04/1991	Maria Aparecida Sutille	080.659.479-99	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00

DECRETO N° 232/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2524715

DECRETO N° 232/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

“DECRETA TÉRMINO DOS DOIS TURNOS DE 06 HORAS DE TRABALHO NA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, DECRETADO EM RAZÃO DA PANDEMIA DE COVID-19 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO: a diminuição do número de médicos na Secretaria da Saúde, em decorrência do pedido de exoneração realizado pelo Médico Dr. Rafael Lucheta, o Prefeito Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados os dois turnos de 06 horas diárias na Secretaria Municipal da Saúde, a partir da data de 15 de junho 2020, retornando a atender em turno único de 8h diárias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 15 de junho de 2020, revogados as disposições em contrário, especialmente o decreto no 183 de 28 de Abril de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 15 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO N°. 228/2020 DE 12 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2524681

DECRETO N°. 228/2020 DE 12 DE JUNHO DE 2020

“ DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO DICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba Municipal no exercício 2020, no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) no Projeto Atividade 1.003 – Pavimentação de Logradouros Públicos, na modalidade de Aplicação Direta 4.4.90, criando na fonte 03.00 Superávit – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir:

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES
Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo
Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 451 Infraestrutura Urbana
Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 1.003 PAVIMENTAÇÃO DE LOUGRAOURDO PUBLICOS

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 03.00 – Superávit – Recursos ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 75.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.262/2019 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2019, no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais)

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523498

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 078/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e PAULA EDUARDA GULINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 105.431.499-35, residente e domiciliada na Rua São Francisco de Assis, s/n, Bairro Mato Queimado, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8302, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Paula Eduarda Gulini
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523520

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 131/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e CLAUDETE TEREZINHA MONTIBELLER DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 902.894.209-20, residente e domiciliada na Rua Bento Arlindo Montibeller, nº 176, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8357, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Claudete Terezinha Montibeller de Souza
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523383

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 043/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e MARCILÉIA SILVA ALVES,

brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 053.917.109-36, residente e domiciliada na Rua Coronel Benjamim Gallotti, nº 172, Bairro Tajuba I, São João Batista/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8266, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Mariléia Silva Alves
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523385

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 019/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e MAIARA BOETTNER PEIXE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 031.166.749-06, residente e domiciliada na Rua Luiz José Vargas, nº 664, Bairro Indaiá, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8238, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de

suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Maiara Boettner Peixe
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523381

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 009/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e BRUNA REGINA WEBER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 085.366.769-14, residente e domiciliada na Rua Brusque, s/nº, Bairro Espraiado, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8228, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020,

vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell	Bruna Regina Weber
Secretária Municipal de Educação	Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523457

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 094/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e LEANDRA HECK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 026.267.009-75, residente e domiciliada na Rua Antonio Luiz Tamanini, nº 1926, Bairro Carmelo, São João Batista/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8318, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Leandra Heck
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523390

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 105/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e GLADYS REGINA GUIMARÃES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 223.422.652-04, residente e domiciliada na Rua Érico Osvaldo Feller, nº 290, Bairro Centro, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8330, doravante denominado(a) SERVI-DOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal

nº 059, de 27 de abril de 2020; e,
IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.
Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Gladys Regina Guimarães
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523347

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 114/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade n.º 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e GRACIANA MURCESKI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 061.029.019-32, residente e domiciliada na Rua das Palmeiras, s/n, Distrito de Claraíba, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8339, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.
Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell	Graciana Murceski
Secretária Municipal de Educação	Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523364

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 276/2019

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e DAIANE FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 104.654.479-96, residente e domiciliada na Rua Estrada Geral do Rio do Braço, s/n, Bairro Rio do Braço, São João Batista/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8200, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell	Daiane Ferreira
Secretária Municipal de Educação	Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523366

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 122/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e EDNEIA APARECIDA DOS SANTOS MAÇANEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 050.984.689-06, residente e domiciliada na Rua Brusque, nº 736, Bairro Espreado, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8348, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Edneia Aparecida dos Santos Maçaneiro
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523501

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 081/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614,

residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e JUCILDA APARECIDA SARDO PASCHOAL SEGALA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 024.847.139-24, residente e domiciliada na Rua Geral de Colônia, s/n, Bairro Colônia, São João Batista/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8305, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Jucilda Aparecida Sardo Paschoal Segala
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523362

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 003/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e CLARICE FERREIRA DA CRUZ, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o nº 005.901.580-23, residente e domiciliada na Rua Cmarcolino Duarte, nº 1250, apto 201, Bairro Centro, São João Batista/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8222, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Clarice Ferreira da Cruz
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523459

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 030/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e LARISSA BATTISTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 028.723.389-85, residente e domiciliada na Rua Giacomo Polli nº 14, Bairro Centro, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8249, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Larissa Battisti
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523369

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 130/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade n.º 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e ELIZABETH FILGUEIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 050.895.864-37, residente e domiciliada na Rua Luiz Gandin, nº 79, Bairro Centro, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8356, doravante denominado(a) SERVIDOR(A); CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos

arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Elizabeth Filgueira dos Santos
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523495

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 075/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e EDUARDA ARTUANI TILL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 119.735.619-30, residente e domiciliada na Rua Carlos João Ruberti, nº 288, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8299, doravante denominado(a) SERVIDOR(A); CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Eduarda Artuani Till
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523377

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 221/2019

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade n.º 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e SAMANDA MARINHO RAISER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 098.351.709-67, residente e domiciliada na Rua São Valentim, s/ nº, Localidade de São Valentim, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8143, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Samanda Marinho Raiser
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523355

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 254/2019

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e ANA CLÁUDIA COLDEBELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 090.821.769-20, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 96, Bairro Mato Queimado, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8177, doravante denominado(a) SERVIDOR(A); CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado; CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal; As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014. Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Ana Cláudia Coldebella
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523382

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 052/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e MARIANA TILL BATTISTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 098.346.439-18, residente e domiciliada na Rua Brusque, nº891, Bairro Morro da Onça, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8276, doravante denominado(a) SERVIDOR(A); CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado; CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal; As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Mariana Till Battisti
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523389

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 095/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e LELIANE ELENITA SGROTT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 021.557.579-21, residente e domiciliada na Rua Benta Seeman Piazza, nº 228, Bairro Trinta Réis,

Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8319, doravante denominado(a) SERVIDOR(A); CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado; CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal; As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Leliane Elenita Sgrott
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523376

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 222/2019

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e LUANA MARCHI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 096.833.069-00, residente e domiciliada na Rua Carlos Ceccato, nº 76, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8144, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Luana Marchi
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523544

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 059/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e MARCELO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 811.769.020-91, residente e domiciliado na Rua Florianópolis, nº 188, Bairro Besenello, Nova Trento/SC, servidor público municipal temporário (ACT), portador da matrícula nº 8283, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;
II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.
§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12

de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Marcelo da Silva
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523510

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 097/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e PAULA EDUARDA GULINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 105.431.499-35, residente e domiciliada na Rua São Francisco de Assis, s/n, Bairro Mato Queimado, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8321, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell	Paula Eduarda Gulini
Secretária Municipal de Educação	Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523443

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 053/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e MÁRCIA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 077.843.799-00, residente e domiciliada na Rua Gabriel Pedro da Luz, nº 312, Bairro Carmelo, São João Batista/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8277, doravante denominado(a) SERVIDOR(A); CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014. Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Márcia Ferreira
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523497

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 076/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e JOELCIO MIKALISKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 082.249.289-00, residente e domiciliado na Rua Guilherme Vensch, s/n, Distrito de Claraíba, Nova Trento/SC, servidor público municipal temporário (ACT), portador da matrícula nº 8300, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014. Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

--	--	--

Isabel Cristina Cipriani Tell		Joelcio Mikaliski
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523473

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 066/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e LUANA DA SILVA DUARTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 101.838.029-93, residente e domiciliada na Rua Cecília Floriani Veneri, nº 312, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8290, doravante denominado(a) SERVIDOR(A); CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Luana da Silva Duarte
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523499

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 079/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e SABRINA DA SILVA MACHADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 035.490.249-08, residente e domiciliada na Rua Felipe Schmidt, nº 1557, Bairro Ponta Fina Sul, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8303, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Sabrina da Silva Machado
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523454

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 065/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e MARIA ROSELI MAFRA,

brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 004.318.159-76, residente e domiciliada na Rua Mário Cipriani, nº 403, Bairro Ribanceira do Sul, São João Batista/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8289, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Maria Roseli Mafra
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523546

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 129/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade n.º 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e JAQUELINE DAS GRAÇAS HUCHAK KIRST, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 052.564.083-82, residente e domiciliada na Rua Brusque, s/n, Bairro Espreado, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8355, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de

suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Jaqueline das Graças Huchak Kirst
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523490

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 068/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e MARIVONE FERREIRA DARÓS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 003.746.809-06, residente e domiciliada na Rua Travessa Luiz Busnardo, nº 106, Bairro Cascata, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8292, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell	Marivone Ferreira Darós
Secretária Municipal de Educação	Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523379

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 002/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade n.º 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e VANESSA TILL DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 102.722.669-81, residente e domiciliada na Rua Felipe Schmidt, s/ nº, Bairro Ponta Fina Sul, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8221, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Vanessa Till Silva
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523479

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 132/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e LUANA DA SILVA DUARTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 101.838.029-93, residente e domiciliada na Rua Cecília Floriani Veneri, nº 312, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8358, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal

nº 059, de 27 de abril de 2020; e,
IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.
Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Luana da Silva Duarte
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523370

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 098/2019

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade n.º 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e FERNANDA VENERI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 097.456.559-88, residente e domiciliada na Rua José Battisti Archer, nº 129, Bairro São Roque, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8011, doravante denominado(a) SERVIDOR(A); CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.
Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Fernanda Veneri
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523384

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 019/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e MAIARA BOETTNER PEIXE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 031.166.749-06, residente e domiciliada na Rua Luiz José Vargas, nº 664, Bairro Indaiá, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8238, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014. Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Maiara Boettner Peixe
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523469

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 032/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e EDUARDA MEYER CAVILHA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 120.894.109-73, residente e domiciliada na Rua Geral, s/n, Distrito de Aguti, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8251, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Eduarda Meyer Cavilha
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523380

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 009/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e BRUNA REGINA WEBER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 085.366.769-14, residente e domiciliada na Rua Brusque, s/nº, Bairro Espriado, Nova Trento/

SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8228, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);
 CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;
 CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;
 As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Bruna Regina Weber
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523518

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 093/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e JUCILDA APARECIDA SARDO PASCHOAL SEGALA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 024.847.139-24, residente e domiciliada na Rua Geral de Colônia, s/n, Bairro Colônia, São João Batista/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8317, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Jucilda Aparecida Sardo Paschoal Segala
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523486

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 067/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e ANDRÉIA KNISS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 095.801.709-32, residente e domiciliada na Rua Carlos João Ruberti, nº 536, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8291, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Andréia Kniss
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523373

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 001/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e KARINA DIAS DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 107.204.379-38, residente e domiciliada na Rua Francisco Ceccato, nº 228, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8220, doravante denominado(a) SERVIDOR(A); CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e a necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Karina Dias da Silva
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523494

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 070/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade n.º 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e REALINA LIBARDO FANTINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 540.672.789-34, residente e domiciliada na Rua Anselmo Picolli, nº 84, Bairro Centro, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8294, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Realina Libardo Fantini
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523378

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 107/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e SINTIA MARA DA LUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 067.198.749-69, residente e domiciliada na Rua Alcides Cláudio Sgrott, s/n, Bairro Centro, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8332, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Sintia Mara da Luz
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523506

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 078/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade n.º 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e PAULA EDUARDA GULINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 105.431.499-35, residente e domiciliada na Rua São Francisco de Assis, s/n, Bairro Mato Queimado, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8302, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Paula Eduarda Gulini
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523375

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 248/2019

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e KATIA MIRANDA DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 080.528.229-71, residente e domiciliada na Rua Irmãos Pedro e José Feller, nº 151, Bairro Centro, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8171, doravante denominado(a) SERVIDOR(A); CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado; CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal; As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Katia Miranda de Lima
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523491

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 140/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e MARIVONE FERREIRA DARÓS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 003.746.809-06, residente e domiciliada na Rua Travessa Luiz Busnardo, nº 106, Bairro

Cascata, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8368, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Marivone Ferreira Darós
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523512

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 106/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e JANAÍNA TROMBELLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 052.033.209-18, residente e domiciliada na Rua Araci Grigo, nº 83, Bairro Jardim São Paulo, São João Batista/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8331, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Janaína Trombelli
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523465

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 031/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade n.º 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e ROBERTA ADELAIDE DARÓS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 065.730.649-50, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº 413, Bairro Ponta Fina Norte, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8250, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;
II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.
§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Roberta Adelaide Darós
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523532

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 266/2019

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e LUIZ SNAIDER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 432.923.649-49, residente e domiciliado na Estrada Geral de Capivara, s/n, Bairro Capivara, Nova Trento/SC, servidor público municipal temporário (ACT), portador da matrícula nº 8190, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida,

fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Luiz Snaider
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523393

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 042/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e CATIELE CARINA TENTE LUMERTZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 084.493.959 - 50 residente e domiciliada na Rua Vicente Marcos da Silva nº 913, Bairro Tajuba II, São João Batista/SC, servidora pública municipal temporária (ACT), portadora da matrícula nº 8265, doravante denominada(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Catiele Carina Tente Lumertz
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Publicação Nº 2523511

ACORDO INDIVIDUAL DE SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 098/2020

O Município de Nova Trento, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com o paço municipal localizado na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, ISABEL CRISTINA CIPRIANI TELL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.064.989-72, portadora da cédula de identidade nº 23496614, residente e domiciliada na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e LUCIA MARLENE MURARO WISINTAINER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 540.671.469-49, residente e domiciliada na Rua Independência, nº241, Bairro Trinta Reis, Nova Trento/SC, servidora pública municipal temporário (ACT), portadora da matrícula nº 8322, doravante denominado(a) SERVIDOR(A);

CONSIDERANDO que as partes celebraram contrato de trabalho por tempo determinado;

CONSIDERANDO o momento atual de crise para conter as infecções por COVID-19 e da necessidade de implementação de medidas para compatibilizar as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do ente municipal;

As partes, de boa-fé e comum acordo previamente, conforme autorizado pelo art. 2º, IV, da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, celebram o presente acordo individual de suspensão de contrato de trabalho, conforme os termos e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo, com efeito sobre o contrato temporário previamente firmado entre as partes, decorre do disposto na Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, e objetiva cumprir o Plano de Intervenção Emergencial de Educação no Município de Nova Trento em relação aos servidores contratados por prazo determinado.

DA SUSPENSÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O contrato temporário entabulado pelas partes permanecerá suspenso a partir do dia 16 de junho de 2020, vigorando a suspensão enquanto as atividades regulares nas unidades municipais de ensino estiverem suspensas.

§ 1º O contrato será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique o(a) contratado(a) sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o(a) contratado(a) possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho previstas no art. 19, I, alíneas "a" a "c" do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

§ 2º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, de acordo com o disposto nos arts. 19, IV, e 23, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020.

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Durante o período de suspensão do contrato temporário, a remuneração inicialmente contratada será reduzida, fazendo jus o(a) servidor(a) à percepção de 50% daquele valor.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato temporário:

I - serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas para fins de compensação futura, nos termos do disposto no art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020;

II - o montante das horas devidas será reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput;

III - não se aplicarão ao(a) servidor(a) as regras referentes à formação continuada, conforme autoriza o art. 16, § 2º, do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020; e,

IV - fica mantida a contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, com a redução de 50% prevista no caput.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020, e do Decreto Municipal nº 059, de 27 de abril de 2020, sem prejuízo da aplicação da Lei Municipal nº 2.553, de 22 de outubro de 2014.

Nova Trento, em 12 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell		Lucia Marlene Muraro Wisintainer
Secretária Municipal de Educação		Contratado(a)

12

Registrado e publicado o presente acordo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 500/2020 "A"

Publicação Nº 2523843

PORTARIA Nº 500/2020 "A"

Licença Tratamento Saúde

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2018, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença Tratamento Saúde à Servidora Pública Municipal, IEDA ELCA FACCHINI, matrícula nº 8262, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40(quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento pelo período de 07(sete) dias, a contar de 08 de junho de 2020 a 14 de junho de 2020, conforme atestado médico datado de 08/06/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC.

Rafel Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 505/2020 "A"

Publicação Nº 2524719

PORTARIA Nº 505/2020 "A"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal ISABEL MARIA BOSIO COSTA, matrícula nº 8224, ocupante do cargo Professor - ACT, com 20(vinte) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, com efeitos a contar de 27 de maio de 2020 até 25 de junho de 2020, conforme Comunicação de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 09/06/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de junho de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 507/2020 "A"

Publicação Nº 2523844

PORTARIA Nº 507/2020 "A"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Varley Orlando Dalbosco, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207/92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Nova Trento),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 323/2020 "B", que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal, VALQUIRIA PORFIRIO, matrícula nº 33, concursada no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 45(quarenta e cinco) dias, com efeitos a contar de 01 de junho de 2020 até 15 de julho de 2020, conforme resultado pericial datado de 12 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de junho de 2020.

Varley Orlando Dalbosco
Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

SEGUNDO ADITIVO - CONTRATO Nº 128/2019

Publicação Nº 2523345

TERMO ADITIVO DE VALOR – ADIÇÃO E SUPRESSÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 128/2019

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, RAFAEL VISENTAINER ADAMI, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa R C RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA., com sede na rua Jaime Pedro Alves, 200, Limoeiro, cidade de Itajaí, estado de Santa Catarina, CEP 88.300-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.171.488/0001-20, neste ato representada por CHARLES PIRES DA SILVA, portador do CPF nº 063.446.369-1, doravante denominada "CONTRATADA", considerando o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, e cláusula 18ª do contrato original, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o Contrato nº 128/2019 para dele constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços de mão de Obra com fornecimento de material, para construção de Praça no bairro Mato Queimado município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 128/2019, para suprimir a importância de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), correspondente a 2,30 % do contrato original, e ADITAR a importância de R\$ 9.450,60 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais e sessenta centavos), correspondente a 6,04 % do contrato original, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Anexo a este, segue planilha com valores aditados e suprimidos, aprovados, conferidos e assinados pelo engenheiro Onildo Dalbosco Junior.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 128/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, junto a duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 12 de junho de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Contratante

R C RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.
Contratada

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Varley O. Dalbosco
Secretário M. Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Testemunhas:

Aprígio José Botameli	Denner Soares de Oliveira
-----------------------	---------------------------

SEGUNDO ADITIVO - CONTRATO Nº 132/2019

Publicação Nº 2523335

TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2019

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede, hoje, a Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento, SC, CNPJ n. 82.925.025/0001-60, neste ato representado por seu Prefeito GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, doravante denominado Contratante, e a empresa R C RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA., com sede na rua Jaime Pedro Alves, 200, Limoeiro, cidade de Itajaí, estado de Santa Catarina, CEP 88.300-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.171.488/0001-20, doravante denominada Contratada, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, e cláusula décima segunda do contrato original, decidem pela prorrogação do prazo de execução dos serviços, mantidas as condições contratuais e acordado entre as partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o Contrato nº 132/2019, para dele constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços de mão de Obra, para execução de pavimentação e drenagem da Rua Tirol, distrito de Claraiba, município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 132/2019, para suprimir a importância de R\$ 5.958,00 (cinco mil, novecentos e cinquenta e oito reais), correspondente a 3,06 % do contrato original, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Anexo a este, segue planilha com valores suprimidos, aprovados, conferidos e assinados pelo engenheiro Onildo Dalbosco Junior.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 132/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 12 de junho de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito Contratante	R C RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA Contratada
---	---

.....
Varley O. Dalbosco
Secretário M. Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

TESTEMUNHAS:

1) Aprígio José Botameli	2) Denner Soares de Oliveira
-----------------------------------	---------------------------------------

SEXTO ADITIVO - CONTRATO N° 070/2015

Publicação N° 2523615

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO**SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 070/2015**

Objeto: Contratação de empresa especializada para efetuar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, sem fornecimento de peças, para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição (HIC) e para os Postos de Saúde do Município de Nova Trento.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Nereu Ramos, 164, Centro, Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o 08.858.200/0001-91, neste ato representado pelo Secretário de Saúde Adauton Raulino, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, a Empresa SLS - SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI ME, estabelecida na Rua Schiler, n° 47, Bairro Floresta, cidade de Joinville/SC, CNPJ n° 10.620.279/0001-60, neste ato representada pelo ALISON CESAR FERNANDES, inscrito no CPF n° 033.499.159-57, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de n° 070/2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Décima Primeira do Contrato n° 070/2015, prorrogando-se a vigência do contrato para mais 3 meses (Vigência: 01/06/2020 até 01/09/2020). O município necessita de tempo para abertura de nova licitação e também da continuidade dos serviços principalmente em frente a pandemia que enfrentamos. Desta forma, opta-se pela prorrogação emergencial do contrato para continuação dos serviços e elaboração e publicação de nova licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a Cláusula Sétima do Contrato n° 070/2015, para o valor de R\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais) mensais, totalizando a importância de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n° 070/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, junto a duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 01 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Gian Francesco Voltolini Prefeito	SLS – Serviços em Equipamentos Hospitalares Contratada
Testemunhas: 1. _____ Aprígio José Botameli	2. _____ Denner Soares de Oliveira

Nova Veneza

PREFEITURA

ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO - TOMADA DE PREÇOS N.º 94/2020 - PMNV

Publicação Nº 2524275

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA DE
PROPOSTAS E JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS N.º 94/2020

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, torna público, que estará realizando sessão pública junto a sala de licitações deste Paço Municipal, na data de 17 de junho de 2020, às 08:30 horas, para a abertura dos envelopes de propostas de preços das empresas habilitadas, correspondente a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS de n.º 94/2020.

Informamos que a presença do representante legal das empresas se faz fundamental para a continuidade dos fatos.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 15 de junho de 2020.

JOANA MACCARINI TORQUATO
Presidente da Comissão de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL N.º 105/2020 - PMNV

Publicação Nº 2524129

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 105/2020

OBJETO: Aquisição de pneus para o veículo, FORD CARGO, do 4º Grupo de Bombeiros Militar de Forquilha.

Abertura: às 08:30 horas do dia 29/06/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 15 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N.º 106/2020 - PMNV

Publicação Nº 2524130

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 106/2020

OBJETO: Contratação de empresa para lixagem de assoalho e aplicação de sinteco, no piso superior do Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca, para implantação de Reserva Técnica do Museu.

Abertura: às 09:30 horas do dia 29/06/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 15 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N.º 107/2020 - PMNV

Publicação Nº 2524133

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 107/2020

OBJETO: Aquisição de produtos de lavação e limpeza para a frota da Secretaria Municipal de Educação de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 10:00 horas do dia 30/06/2020

Local: Palazzo Delle Acque (Teatro Municipal) - Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 79-269 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 15 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2020 - FMS

Publicação Nº 2524134

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2020 - FMS

OBJETO: Aquisição de produtos e substâncias, médico e de enfermagem, destinado para as 12 (doze) Unidades de Saúde da Rede de Atenção Primária em Saúde.

Abertura: às 08:30 horas do dia 30/06/2020

Local: Palazzo Delle Acque (Teatro Municipal) - Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 79-269 Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 15 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.645 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523425

DECRETO Nº 2.645, de 15 de junho de 2020.

CONCEDE REAJUSTE DA "BOLSA DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO" PARA O MÉDICO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no Art. 5º da Lei Municipal 497/2014.

DECRETA:

Art. 1º – Fica reajustado o valor do "Bolsa Auxílio Alimentação" para o Médico do Programa Mais Médico na quantia de R\$ 1.170.90 (mil cento e setenta reais e noventa centavos).

Art. 2º - O valor constante no art. 1º do presente dispositivo refere-se à quantia concedida pelo Art. 3º da Lei Municipal 497 de 28 de abril de 2014 mais o IGP-M de 5.50%, acumulado entre abril de 2019 a março de 2020.

Parágrafo único: a concessão do reajuste vigora a partir do mês de junho do corrente ano de 2020, conforme cronograma de pagamento do município. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC
Em 15 de junho de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Aimar Francisco Pavelecini
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2.646 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524655

DECRETO Nº 2.646 de 16 de junho de 2020.

Dispõe sobre a homologação do Resultado final do PROCESSO SELETIVO 001/2020 e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo 001/2020, conforme anexo I.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC
Em 16 de junho de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se AIMAR FRANCISCO PAVELECINI
Publique-se Secretário da Administração e Fazenda

ANEXO I.
HOMOLOGAÇÃO FINAL

O Município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Exmo. Senhor VANDERLEI SANAGIOTTO, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

1.1. Homologa-se o Resultado Final para o cargo de Agente de Combate de Endemias destinado ao preenchimento de vaga do quadro de pessoal, em caráter temporário, do Poder Executivo Municipal, conforme classificação constante no Anexo I desta publicação.

1.2. Não houve candidatos aprovados para a vaga de Professor de Língua Estrangeira.

1.3. A nomeação dos candidatos aprovados aos seus respectivos cargos ficará condicionada ao atendimento dos requisitos básicos para a investidura, constantes no Edital de Processo Seletivo Público n.º 01/2020 de 07 de fevereiro de 2.020 e na legislação vigente.

1.4. O prazo de validade do Processo Seletivo Público é de 01 (um) ano, a contar da publicação desta homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do Executivo Municipal, antes de expirado o prazo de vigência original.

1.5. Esse Edital e seus Anexos encontram-se afixados no Mural Público da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, publicados nos sites <http://prefeituradenovohorizonte.sc.gov.br/>, <http://www.wedoservicos.com.br> e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, disponível em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>.

Novo Horizonte, 16 de junho de 2.020.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL

AMPLA CONCORRÊNCIA

AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS				
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
6	GABRIEL VALENTIM PEREIRA	61	1º	Aprovado
4	KAREN DEL SANT BRESCIANI	55	2º	Excedente

Orleans

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO TEMPORÁRIO CONCURSO PÚBLICO 001/2017

Publicação Nº 2523857

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, fica convocada a candidata aprovada no Concurso Público do Edital nº 001/2017, relacionada abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 12:00hs as 18:00hs. O presente chamamento, nos termos do item 17.1.6, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

SERVIDOR (A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
HARELLI MAZZUCCHETTI DOS SANTOS SANGALLETI	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	40 HS

Orleans, 15 de junho de 2020.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans.

EDITAL CHAMAMENTO TEMPORÁRIO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

Publicação Nº 2523879

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, ficam convocados os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital nº 001/2019, relacionados abaixo, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30hs as 17:30 horas. O presente chamamento, nos termos do item 1.3, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 (cinco) dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2019, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

SERVIDOR (A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
HELOISA SILVA ABEL	MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 HS

Orleans, 15 de junho de 2020.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PORTARIA Nº 382/2020

Publicação Nº 2524330

PORTARIA Nº 382/2020

"NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 88, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e de acordo com a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), a Lei Complementar nº 2235 de 19 de dezembro de 2008,

CONSIDERANDO a vacância do cargo de Secretário de Agricultura e Turismo;

CONSIDERANDO a atual conjuntura econômica, que impôs severa queda de arrecadação ao Município de Orleans, exigindo da Administração Pública contenção de gastos, reestruturação administrativa e replanejamento de ações para adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal e tendo em vista ainda as restrições decorrentes do ano eleitoral;

CONSIDERANDO que a medida adotada atende plenamente aos princípios reitores da Administração Pública e em especial ao Princípio da Supremacia do Interesse Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 01/06/2020 o Sr. EDSON KESTRING, matrícula nº 6454, para exercer as funções e atribuições do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL, junto a Secretaria Municipal da Agricultura e Turismo, com remuneração de acordo o subsídio previsto na Lei Complementar nº 2.235, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 01 de junho de 2020.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRIMEIRO (01) DIA DO MÊS DE JUNHO (06) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE (2020).

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 402/2020

Publicação Nº 2524334

PORTARIA Nº 402/2020

"NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 88, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e de acordo com a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), a Lei Complementar nº 2235 de 19 de dezembro de 2008,

CONSIDERANDO a vacância do cargo de Secretário Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO a atual conjuntura econômica, que impôs severa queda de arrecadação ao Município de Orleans, exigindo da Administração Pública contenção de gastos, reestruturação administrativa e replanejamento de ações para adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal e tendo em vista ainda as restrições decorrentes do ano eleitoral;

CONSIDERANDO que a medida adotada atende plenamente aos princípios reitores da Administração Pública e em especial ao Princípio da Supremacia do Interesse Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 09/06/2020 o Sr. FERNANDO DE FAVERI MARCELINO, matrícula nº 6455, para exercer as funções e atribuições do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL, junto a Secretaria Municipal da Saúde, com remuneração de acordo o subsídio previsto na Lei Complementar nº 2.235, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 09 de junho de 2020.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS NOVE (09) DIAS DO MÊS DE JUNHO (06) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE (2020).

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 404/2020

Publicação Nº 2524336

PORTARIA Nº 404/2020

“NOMEIA EM COMISSÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 88, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e de acordo com a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e a Lei Complementar nº 2.235, de 19 de dezembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA matricula nº 6456, para exercer as funções do cargo SUPERVISOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, salário previsto na Lei Complementar nº 2.235, de 19 de dezembro de 2008, para atuar na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 09/06/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 09 de junho de 2020.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS NOVE (09) DIA DO MÊS DE JUNHO (06) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE (2020).

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº 131/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2524070

PROCESSO Nº 131/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 70/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS REFERENTE AO CONserto DE DUAS (02) ROÇADEIRAS COSTAL DA MARCA STIHL 260 HP.

EMPRESA: BECKER MAQUINAS AGRICOLAS LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 1.726,00 (Um mil setecentos e vinte e seis reais).

Dotação: 08.001 Manutenção da Rede Viária 69 0.1.00.0000 Recursos Ordinários 08.001.26.782.0021.2020.3.3.90.

Orleans - SC, 15 de junho de 2020.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 27/2020 FMS

Publicação Nº 2524505

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 27/2020 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020 FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES TIPO MARMITEX, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS DEPENDÊNCIAS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 29/06/2020 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 30/06/2020, às 14h30min.

Este processo licitatório destina-se exclusivamente as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone: (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 15 de Junho de 2020.

Fernando De Faveri Marcelino
Secretário da Saúde

Otacílio Costa**PREFEITURA****TOMADA DE PREÇO 004/2020**

Publicação N° 2524312

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL TOMADA DE PREÇO N° 004/2020

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para a reforma do núcleo escolar Adilha Farias Matias O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 08/07/2020 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 15/06/2020.

Luiz Carlos Xavier– Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

DECRETO Nº 659

Publicação Nº 2523710

DECRETO Nº 659, DE 4 DE MAIO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.545, de 18 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 99.034,66 (noventa e nove mil trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

04.001.04.122.0002.2010. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.3.90.00.00.0.1.641130.(288). Aplicações Diretas	R\$	10,45
3.3.93.00.00.0.1.000000.(023). Aplicações Diretas	R\$	17.100,00

05.002.12.365.0003.2019. Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.0.1.010000.(069). Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
---	-----	----------

06.001.10.301.0006.2026. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.3.90.00.00.0.3.002010.(284). Aplicações Diretas	R\$	7.800,00
---	-----	----------

06.001.10.301.0006.2027. Manutenção da Estratégia da Saúde da Família

3.1.90.00.00.0.3.381030.(220). Aplicações Diretas	R\$	4.084,36
3.1.90.00.00.0.3.381040.(221). Aplicações Diretas	R\$	13.025,26
3.3.90.00.00.0.3.381040.(224). Aplicações Diretas	R\$	5.800,00

06.001.10.305.0006.2033. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

3.3.90.00.00.0.3.383010.(237). Aplicações Diretas	R\$	5.400,00
---	-----	----------

08.001.06.181.0008.2037. Manutenção das atividades de trânsito

3.3.90.00.00.0.3.120000.(242). Aplicações Diretas	R\$	5.600,00
---	-----	----------

08.001.06.182.0008.2041. Manutenção de convênio com o Corpo de Bombeiros

3.3.90.00.00.0.3.009030.(246). Aplicações Diretas	R\$	12.000,00
---	-----	-----------

08.001.15.452.0009.2045. Manutenção da iluminação pública

3.3.90.00.00.0.3.080000.(249). Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
---	-----	----------

11.001.08.244.0013.2056. Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social

3.1.90.00.00.0.3.351010.(287). Aplicações Diretas	R\$	14.214,59
---	-----	-----------

11.002.08.243.0013.2057. Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência

3.3.90.00.00.0.3.090000.(258). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
TOTAL	R\$	99.034,66

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 73.924,21 (setenta e três mil novecentos e vinte e quatro reais e vinte e um centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

002010. Recursos Ordinários: Vigilância Sanitária	R\$	7.800,00
009030. Recursos Ordinários: Corpo de Bombeiros	R\$	12.000,00
080000. Contribuição: COSIP	R\$	5.000,00
090000. FIA Imposto de Renda	R\$	1.000,00
120000. Convênio de Trânsito: Prefeitura	R\$	5.600,00
351010. Transferências SUAS/União: PBF	R\$	14.214,59
381030. Transferências SUS/União: ATB/ACS	R\$	4.084,36
381040. Transferências SUS/União: ATB/PSB	R\$	18.825,26
383010. Transferências SUS/União: VGS/Vigilância e Promoção de Saúde	R\$	5.400,00

TOTAL	R\$	73.924,21
-------	-----	-----------

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 10,45 (dez reais e quarenta e cinco centavos), na seguinte Destinação de Recurso:

641130. TC Estado/Outros: Implementos Agrícolas	R\$	10,45
---	-----	-------

III - a anulação parcial de dotação, no montante de R\$ 25.100,00 (vinte e cinco mil e cem reais), nas seguintes programações orçamentárias:

04.001.04.122.0002.2010. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.3.90.00.00.0.1.000000.(022). Aplicações Diretas	R\$	17.100,00
---	-----	-----------

05.002.12.365.0003.2019. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.010000.(066). Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
---	-----	----------

TOTAL	R\$	25.100,00
-------	-----	-----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Ouro, 4 de maio de 2020.

NERI LUIZ MIQUELOTO
Prefeito

ALEX SANDRO SILVA
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 670

Publicação Nº 2524396

DECRETO Nº 670, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Aprova o desmembramento de área urbana do imóvel de matrícula nº 27.215, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 4º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, concomitantemente com a Lei Complementar nº 37, de 14 de dezembro de 2016,

Considerando o Ofício-Parecer nº 052/2020 da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC, da lavra do Engenheiro Civil Max Mooshammer, com registro no CREA-SC sob nº 139.164-0,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do imóvel urbano, situado na Rua Felipe Schmidt, Centro, registrado sob a matrícula nº 27.215, do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal - SC, de propriedade da empresa BONAMIGO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA., CNPJ nº 18.813.112/0001-27, com limites e confrontações estabelecidos em mapa topográfico e memorial descritivo, requerido pelo sócio proprietário NEZIO LEOPOLDO BONAMIGO - CPF nº 484.659.689-34:

I - área da matrícula nº 27.215: 13.179,44 m²;

II - Lote nº 01 da Quadra C: 508,82 m²;

III - Lote nº 02 da Quadra C: 513,93 m²;

IV - Lote nº 03 da Quadra C: 521,88 m²;

V - Lote nº 04 da Quadra C: 529,83 m²;

VI - Lote nº 05 da Quadra C: 537,77 m²;

VII - área remanescente da matrícula nº 27.215: 10.567,01 m².

§ 1º Os lotes nº 01 a 05, descritos nos incisos II, III, IV, V e VI, da Quadra C, terão suas testadas a Rua Presidente Castelo Branco no Bairro Nossa Senhora dos Navegantes.

§ 2º A área remanescente da matrícula nº 27.215, descrita no inciso VII, permanecerá tendo sua testada na Rua Felipe Schmidt, Centro.

Art. 2º Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da vigência deste Decreto, os proprietários, pela via legal, deverão submeter o processo de desmembramento junto ao Registro Imobiliário, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 3º Toda e qualquer pendência de infraestrutura, na forma da Legislação, serão de inteira responsabilidade dos proprietários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 15 de junho de 2020.

NERI LUIZ MIQUELOTO
Prefeito

ALEX SANDRO SILVA
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 671

Publicação Nº 2524399

DECRETO Nº 671, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Aprova o desmembramento de área urbana do imóvel de matrícula nº 27.216, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 4º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, concomitantemente com a Lei Complementar nº 37, de 14 de dezembro de 2016,

Considerando o Ofício-Parecer nº 051/2020 da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC, da lavra do Engenheiro Civil Max Mooshammer, com registro no CREA-SC sob nº 139.164-0;

Considerando o Decreto nº 670, de 15 de junho de 2020, que aprovou o desmembramento do imóvel de matrícula nº 27.215, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do imóvel urbano, situado na Rua Presidente Castelo Branco, Bairro Nossa Senhora dos Navegantes, registrado sob a matrícula nº 27.216, do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal - SC, de propriedade da empresa BONAMIGO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA., CNPJ nº 18.813.112/0001-27, com limites e confrontações estabelecidos em mapa topográfico e memorial descritivo, requerido pelo sócio proprietário NEZIO LEOPOLDO BONAMIGO - CPF nº 484.659.689-34:

I - área da matrícula nº 27.216: 6.225,94 m²;

II - Lote nº 01 da Quadra B: 1.768,81 m²;

III - Lote nº 02 da Quadra B: 888,24 m²;

IV - Lote nº 03 da Quadra B: 891,63 m²;

V - Lote nº 04 da Quadra B: 895,01 m²;

VI - Lote nº 05 da Quadra B: 1.782,25 m².

Art. 2º Em decorrência do presente desmembramento e do efetuado através do Decreto nº 670, de 15 de junho de 2020, e em cumprimento ao disposto no art. 90-A da Lei Complementar nº 37, de 14 de dezembro de 2016, o proprietário dos imóveis objeto de desmembramento cede ao Município, sem qualquer ônus, o Lote nº 01 da Quadra B, descrito no inciso II do art. 1º deste Decreto, com área de 1.768,81 m², transferindo a propriedade ao Município no momento da finalização do processo de desmembramento junto aos órgãos pertinentes.

Art. 3º Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da vigência deste Decreto, os proprietários, pela via legal, deverão submeter o processo de desmembramento junto ao Registro Imobiliário, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 4º Toda e qualquer pendência de infraestrutura, na forma da Legislação, serão de inteira responsabilidade dos proprietários.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 15 de junho de 2020.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Ouro Verde

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2020

Publicação Nº 2523978

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2020

O Município de Ouro Verde - SC, torna público a realização de licitação na modalidade de Dispensa de Licitação: Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de horas de Consultoria destinadas aos Produtores Rurais e as Micro e Pequenas empresas do Município de Ouro Verde/SC. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 15 de junho de 2020. Amélio Remor Junior Prefeito Municipal.

DECRETO Nº3415

Publicação Nº 2523913

DECRETO N.º 3415/2020

“CESSA EFEITOS DE DECRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cessado os efeitos do Decreto 2938/2017, que concedeu função de confiança a Servidora Pública Municipal Sra. Clarice Fátima Dalmagro.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 12 de junho de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3416

Publicação Nº 2523915

DECRETO N.º 3416/2020

“CESSA EFEITOS DE DECRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cessado os efeitos do Decreto 2913/2017, que concedeu função de confiança a Servidora Pública Municipal Sra. Alexsandra Olívia Ferneda de Siqueira.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 12 de junho de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3417

Publicação Nº 2523918

DECRETO N.º 3417/2020

“CESSA EFEITOS DE DECRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cessado os efeitos do Decreto 3358/2020, que concedeu função de confiança a Servidora Pública Municipal Sra. Eli Cleide Balbinot.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 12 de junho de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3418

Publicação Nº 2523924

DECRETO N.º 3418/2020

“CESSA EFEITOS DE DECRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cessado os efeitos do Decreto 3039/2018, que concedeu função de confiança a Servidora Pública Municipal Sra. Leonice Siqueira.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 12 de junho de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3419

Publicação Nº 2523926

DECRETO N.º 3419/2020

“CESSA EFEITOS DE DECRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cessado os efeitos do Decreto 2910/2017, que concedeu função de confiança ao Servidor Público Municipal Sr. Getúlio Ribeiro de Freitas.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 12 de junho de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3420

Publicação Nº 2523936

DECRETO N.º 3420/2020

“CESSA EFEITOS DE DECRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cessado os efeitos do Decreto 2970/2017, que concedeu função de confiança ao Servidor Público Municipal Sr. Ronaldo Pratto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 12 de junho de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3421

Publicação Nº 2523955

DECRETO N.º 3421/2020

“CESSA EFEITOS DE DECRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cessado os efeitos do Decreto 2914/2017, que concedeu função de confiança a Servidora Pública Municipal Sra. Teresinha Cavaleiro da Silva.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 12 de junho de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3422

Publicação Nº 2523958

DECRETO N.º 3422/2020

"CESSA EFEITOS DE DECRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cessado os efeitos do Decreto 3174/2019, que concedeu função de confiança a Servidora Pública Municipal Sra. Adriane Marcheto Alves de Quadra.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 12 de junho de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

Paial

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PL 007-2020 PP 001-2020 SAÚDE

Publicação Nº 2523948

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

PROCESSO N.º		
007/2020		
MODALIDADE:		N.º:
PREGÃO PRESENCIAL		001/2020
OBJETO:		
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL TIPO SEDAN, ZERO QUILOMETRO, ANO DE FABRICAÇÃO 2020 MODELO 2020 OU SUPERIOR, CÂMBIO MANUAL DE NO MÍNIMO 5 (CINCO) MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, QUATRO PORTAS LATERAIS, CAPACIDADE PARA CINCO OCUPANTES (INCLUINDO O MOTORISTA), BICOMBUSTÍVEL, POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 105 CV, PROTETOR DE CÁRTER, FARÓIS DE NEBLINA, PARA-CHOQUE DA COR DO VEÍCULO, AIR BAG FRONTAL DUPLO, CINTOS DE SEGURANÇA PARA TODOS OCUPANTES COM AVISO SONORO DE SEGURANÇA QUANDO NÃO TRAVADOS, FREIOS ABS COM EBD, CONTROLE DE TRAÇÃO E ESTABILIDADE, DIREÇÃO TIPO ELÉTRICA PROGRESSIVA, DESEMBAÇADOR TRASEIRO, AR CONDICIONADO, TRAVAS E VIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, RETROVISORES ELÉTRICOS, BANCO TRASEIRO REBATÍVEL. CORES CLARAS, METÁLICAS OU PEROLIZADAS, COM APARELHO SOM(AM/FM/USB), PNEUS NOVOS COM MEDIDAS MINIMA 175/65 R 14, CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE NO MÍNIMO 560 LITROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SÉRIE E ITENS E OBRIGATÓRIOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, GARANTIA DE 12 MESES COM TROCA DE ÓLEO E FILTROS SEGUINDO MANUAL DE GARANTIA ATÉ 30 MIL KM OU 12 MESES (O QUE CHEGAR PRIMEIRO) NUM RAIOS MÁXIMO DE 80 KM. TODA A DOCUMENTAÇÃO (EMPLACAMENTO E LICENCIAMENTO) EM NOME DO ENTE FEDERADO de acordo com as especificações constantes no Edital.		
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES		
O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08H45MIN do dia 25 DE JUNHO DE 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, sito a Rua Goiás nº 400 – Centro – Paial-SC.		
JULGAMENTO DA PROPOSTAS DE PREÇOS HABILITAÇÃO		
A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 09H00MIN do dia 25 DE JUNHO DE 2020, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Paial e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário, desde que atendido o disposto no inciso III, art. 43 de Lei 8.666/93 em caso contrario a abertura das Propostas se dará após o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei 8.666/93.		
LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES		
Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente, das 08:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3451.0048, 3451-0046, 3451-0045 ou diretamente no Setor Administrativo da Prefeitura Municipal de Paial, Rua Goiás, 400, Centro e ainda no site: www.paial.sc.gov.br		
Declaro que a presente Licitação foi disponibilizada no Site: www.paial.sc.gov.br e DOM em 15/06/2020	Declaro que a presente Licitação foi Publicada no Mural Público desta Prefeitura Municipal em 15/06/2020	
Renan Vizzoto PREGOEIRO	AMAURI JOSE AUZLIEIRO Responsável pela publicação	

Paial– SC, 15 de junho de 2020.

Jandira Maria Franz
Secretária municipal de saúde

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.599, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524603

DECRETO Nº 2.599, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA LIBERAÇÃO PARCIAL DO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL METROPOLITANO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, e

Considerando a emergência em saúde pública, declarada de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde, culminando com a adoção de medidas restritivas pelo Município de Palhoça/SC para conter a disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

Considerando que o transporte coletivo é uma atividade essencial para a população acessar serviços públicos, como os de saúde, e exercer suas atividades econômicas e profissionais;

Considerando que o transporte coletivo em funcionamento não deverá ser compreendido como medida contrária à recomendação de isolamento social e nem como incentivo para o relaxamento do isolamento social; e

Considerando os Decretos Municipais e todas as suas alterações e complementações, bem como o Decreto Estadual nº 630/2020, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Com a flexibilização do período de quarentena determinado pelo Decreto Estadual nº 630/2020, fica liberada a circulação de veículos de transporte público coletivo municipal e intermunicipal metropolitano no território do Município de Palhoça/SC a partir do dia 8 de junho de 2020, mediante o cumprimento das regras e normativas impostas neste Decreto.

Art. 2º Para a circulação dos veículos de transporte coletivo, as empresas deverão observar e garantir as seguintes medidas:

I - motoristas, cobradores e demais colaboradores deverão estar devidamente equipados com máscaras cobrindo boca e nariz;

II - acompanhar e monitorar as condições de saúde dos motoristas, cobradores e demais colaboradores;

III - para acessar e permanecer nos veículos, os passageiros deverão usar máscaras cobrindo boca e nariz, exceto crianças com idade inferior a 2 (dois) anos de idade, e fazer uso de álcool gel 70% para higienização das mãos;

IV - os veículos deverão possuir dispositivos com álcool gel 70% no embarque e junto ao cobrador, quando for o caso;

V - a lotação total ficará limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade do veículo;

VI - após cada itinerário, as superfícies de contato (direção, bancos, maçanetas, portas, catraca, corrimão, barras de apoio e outras) deverão ser higienizadas com água e sabão ou álcool 70% ou sanitizantes com o mesmo efeito;

VII - no final do expediente deverá ser realizada a higienização sanitária do veículo;

VIII - os veículos deverão circular sempre com as janelas e alçapões de teto abertos e travados para que não ocorra o fechamento durante a viagem;

IX - na impossibilidade de abrir as janelas, deverá ser fixado no interior do veículo e em local visível aos passageiros, comprovante da limpeza diária dos equipamentos de ar condicionado e ar renovável.

Art. 3º O transporte coletivo municipal e intermunicipal metropolitano, no território do Município de Palhoça/SC, funcionará de segunda a sexta-feira, com no mínimo a estrutura do horário de sábado; aos sábados, os horários das linhas serão os de domingo; nos domingos e feriados não haverá transporte coletivo.

Parágrafo Único. Os horários devem obrigatoriamente estarem disponíveis no site das empresas.

Art. 4º O pagamento da viagem deverá ser efetuado, preferencialmente, através de cartão.

Art. 5º Pessoas integrantes do grupo de risco, com idade igual ou superior a 60 anos não poderão utilizar o transporte coletivo municipal e/ou intermunicipal metropolitano.

Art. 6º A fiscalização do transporte coletivo a que se refere este Decreto fica sob a responsabilidade dos Auditores Fiscais da Vigilância

Sanitária, dos Guardas de Trânsito do Município e dos servidores da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Art. 7º As medidas estabelecidas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 8º O descumprimento do disposto neste Decreto implica na aplicação das penalidades sanitárias previstas na Lei Estadual 6320/1983 e na legislação municipal, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Art. 9º Este decreto entra em vigor no dia 8 de junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 2.596/2020.

Palhoça, 12 de junho de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

ERRATA 01 - AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO 110/2020

Publicação Nº 2524654

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

ERRATA Nº 001

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2020

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Termo de Referência do Pregão Presencial nº 110/2020. Em razão da alteração não afetar a formulação das propostas, de acordo com o §4º do Art.21 da Lei 8.666/93, a data de abertura da licitação não sofreu alteração. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 7h às 13h, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 15 de junho de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO - PG Nº 063/2020

Publicação Nº 2523719

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos automotivos, do tipo picape, sem motorista, sem combustível, com quilometragem livre, com seguro total sem franquia e com cobertura para danos pessoais e materiais de terceiros para atender o Município de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços.

EMPRESA CLASSIFICADA:

BOA VISTA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI ficou classificada em 1º lugar, totalizando o valor de R\$121.200,00 (cento e vinte e um mil e duzentos reais).

Palhoça, 15 de junho de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 09/2020**

Publicação Nº 2524481

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 09/2020.
PROCESSO LICITATÓRIO N. 10/2020.
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação do tipo cartão magnético/eletrônico com chip de segurança para aquisição de gêneros alimentícios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e detalhadas no Termo de Referência.

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Palhoça, nomeada pela Portaria n. 41/2020, no exercício de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará no dia 26 de junho de 2020, às 10h, no Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br, Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação.

O edital em sua íntegra pode ser obtido no sítio eletrônico <https://www.cmp.sc.gov.br/>, no Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br ou diretamente na Sede da Câmara de Palhoça, no endereço Rua Joci José Martins, 101, Palhoça/SC das 13 às 18 horas.

Palhoça, 15 de junho de 2020.

Deleon de Sousa
Pregoeiro

ERRATA 01 AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2020.

Publicação Nº 2524638

ERRATA N.01 AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2020

A Câmara Municipal de Palhoça, na pessoa de seu Pregoeiro, torna público a alteração do Edital do Processo Licitatório n. 09/2020, Pregão Eletrônico n. 08/2020, que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), pós-pago, com serviço voz e dados com tecnologia 4G ou superior, velocidade mínima de 20 Mbps de download, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso, a ser executado de forma contínua visando a atender às necessidades da Câmara Municipal de Palhoça, conforme Anexo I – Termo de Referência - do Edital, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LIA:

[...]

Data da sessão: 19 de junho de 2020.

Horário: 10 horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br**LEIA-SE:**

[...]

Data da sessão: 26 de junho de 2020.

Horário: 10 horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br**ONDE SE LIA:**

[...]

DO OBJETO

0.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), pós-pago, com serviço voz e dados com tecnologia 4G ou superior, velocidade mínima de 20 Mbps de download, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso, a ser executado de forma contínua visando a atender às necessidades da Câmara Municipal de Palhoça, conforme Anexo I – Termo de Referência - do Edital.

LEIA-SE:

[...]

DO OBJETO

0.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), pós-pago, com serviço voz e dados com tecnologia 4G ou superior, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso, a ser executado de forma contínua visando a atender às necessidades da Câmara Municipal de Palhoça, conforme Anexo I – Termo de Referência - do Edital.

ONDE SE LIA:

[...]

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência segue as orientações estabelecidas no inciso XI do artigo 3º e no inciso II do artigo 8º, ambos do Decreto nº 10.024/2019, e tem por objetivo a contratação de solução de comunicação, pelo MENOR PREÇO GLOBAL, baseada em empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal – SMP (Telefonia Celular Móvel).

1.2. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), pós-pago, com serviço voz e dados com tecnologia 4G ou superior, velocidade mínima de 20 Mbps de download, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso, a ser executado de forma contínua visando a atender às necessidades da Câmara Municipal de Palhoça, SC –CMP.

LEIA-SE:

[...]

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

0.1. O presente Termo de Referência segue as orientações estabelecidas no inciso XI do artigo 3º e no inciso II do artigo 8º, ambos do Decreto nº 10.024/2019, e tem por objetivo a contratação de solução de comunicação, pelo MENOR PREÇO GLOBAL, baseada em empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal – SMP (Telefonia Celular Móvel).

0.2. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), pós-pago, com serviço voz e dados com tecnologia 4G ou superior, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso, a ser executado de forma contínua visando a atender às necessidades da Câmara Municipal de Palhoça, SC –CMP.

ONDE SE LIA:

[...]

5. DO VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

5.1. O preço máximo admitido para a presente contratação é de R\$ 19.041,24 (dezenove mil e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos), conforme quadro a seguir.

ITEM	SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (MENSAL)	VALOR TOTAL MÁXIMO (MENSAL)	VALOR TOTAL MÁXIMO (ANUAL)
01	Linha Celular - voz e dados com tecnologia 4G ou superior, velocidade mínima de 20 Mbps de download, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso.	23	R\$ 68,99	R\$ 1.586,77	R\$ 19.041,24
VALOR GLOBAL TOTAL					R\$ 19.041,24

LEIA-SE:

[...]

5. DO VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

5.1. O preço máximo admitido para a presente contratação é de R\$ 19.041,24 (dezenove mil e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos), conforme quadro a seguir.

ITEM	SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (MENSAL)	VALOR TOTAL MÁXIMO (MENSAL)	VALOR TOTAL MÁXIMO (ANUAL)
01	Linha Celular - voz e dados com tecnologia 4G ou superior, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso.	23	R\$ 68,99	R\$ 1.586,77	R\$ 19.041,24
VALOR GLOBAL TOTAL					R\$ 19.041,24

ONDE SE LIA:

[...]

6. DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DO OBJETO

[...]

5.2.1 Voz e dados, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo o Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB e tecnologia 4G ou superior, velocidade mínima de 20 Mbps de download, para cada acesso;

LEIS-SE:

[...]

6. DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DO OBJETO

[...]

5.2.1. Voz e dados, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo o Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB e tecnologia 4G ou superior, para cada acesso;

ONDE SE LIA:

[...]

ANEXO III - FORMULÁRIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

[...]

ITEM	SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (MENSAL)	VALOR TOTAL MÁXIMO (MENSAL)	VALOR TOTAL MÁXIMO (ANUAL)
01	Linha Celular - voz e dados com tecnologia 4G ou superior, velocidade mínima de 20 Mbps de download, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso.	23	R\$	R\$	R\$
VALOR GLOBAL TOTAL					R\$

LEIA-SE:

[...]

ANEXO III - FORMULÁRIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

[...]

ITEM	SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (MENSAL)	VALOR TOTAL MÁXIMO (MENSAL)	VALOR TOTAL MÁXIMO (ANUAL)
01	Linha Celular - voz e dados com tecnologia 4G ou superior, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso.	23	R\$	R\$	R\$
VALOR GLOBAL TOTAL					R\$

ONDE SE LIA:

[...]

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), pós-pago, com serviço voz e dados com tecnologia 4G ou superior, velocidade mínima de 20 Mbps de download, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso, a ser executado de forma contínua visando a atender às necessidades da Câmara Municipal de Palhoça, conforme especificações constantes nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n. XX/2020, em especial no Termo de Referência anexado, e na proposta da CONTRATADA, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste CONTRATO, como se aqui estivessem transcritos.

LEIA-SE:

[...]

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), pós-pago, com serviço voz e dados com tecnologia 4G ou superior, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso, a ser executado de forma contínua visando a atender às necessidades da Câmara Municipal de Palhoça, conforme especificações constantes nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n. XX/2020, em especial no Termo de Referência anexado, e na proposta da CONTRATADA, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste CONTRATO, como se aqui estivessem transcritos.

ONDE SE LIA:

[...]

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

[...]

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR TOTAL (MENSAL)	VALOR TOTAL (ANUAL)
01	Linha Celular - voz e dados com tecnologia 4G ou superior, velocidade mínima de 20 Mbps de download, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso.	XX	R\$ XXX (XXX)	R\$ XXX (XXX)	R\$ XXX (XXX)
VALOR GLOBAL TOTAL					R\$

LEIA-SE:

[...]

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

[...]

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR TOTAL (MENSAL)	VALOR TOTAL (ANUAL)
01	Linha Celular - voz e dados com tecnologia 4G ou superior, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso.	XX	R\$ XXX (XXX)	R\$ XXX (XXX)	R\$ XXX (XXX)
VALOR GLOBAL TOTAL					R\$

As demais condições vinculadas ao respectivo edital permanecem inalteradas.

Palhoça, 15 de junho de 2020.

DELEON DE SOUSA
Pregoeiro

PORTARIA Nº56/2020

Publicação Nº 2524259

PORTARIA 56, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Antecipar férias da servidora Jane dos Santos Folster.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa;

Considerando o requerimento da Servidora Jane dos Santos Folster;
Considerando a Nota de Orientação Administrativa Circular do MPC 004/2020;

Considerando a possibilidade jurídica, conforme parecer da Procuradoria Jurídica desta Casa;

RESOLVE:

Art. 1º Antecipar as férias da servidora JANE DOS SANTOS FOLSTER, referente ao período aquisitivo 2020/2021, a começar em 15/06/2020 e terminar em 14/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

Palma Sola

PREFEITURA

EXTRATO DA DISPENSA DE LIC. Nº. 21/2020 - AQUISIÇÃO DE TELA GALVANIZADA

Publicação Nº 2524052

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 73/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: JEUTRAT MADEIRAS TRATADAS LTDA

OBJETO: "Tela soldável para cerca – a ser instalado na área de preservação permanente do Parque linear Sol Nascente, sito a Rua João Pauletti, centro; isolamento de equipamentos da ETA (Estação de Tratamento de água) Linha Brasil e isolamento de equipamentos da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) cidade.

VALOR TOTAL: R\$: 12.400,00

DATA DE EMISSÃO: 15/06/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 04/2020 SOCIAL

Publicação N° 2523753

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Processo Licitatório n° 04/2020. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 03/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÕES, ASSESSORIA E CONSULTORIA. Data da entrega dos envelopes: 29/06/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 29/06/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou no site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 15 de Maio de 2020. Anacleto Secchi – Gestora do Fundo.

PROCESSO 61/2020

Publicação N° 2523751

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 61/2020. Modalidade: Pregão Presencial 34/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA. Data da entrega dos envelopes: 26/06/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 26/06/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 16 de Junho de 2020. Mario Alceu Peiter – Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

PR 19/2020

Publicação Nº 2524027

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2020

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08h30min do dia 29 de junho de 2020, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS CONTENDO MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA A SEREM DISTRIBUIDOS PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, BENEFICIARIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DE 06 A 15 ANOS NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 15 de junho de 2020.

VALDIREZ FERREIRA PRESTES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

PR 20/2020

Publicação Nº 2524704

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2020

O MUNICIPIO DE PARAISO, leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08h30min do dia 30 de junho de 2020, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIOS E DE USO HOSPITALAR, PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E AÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GRUPAMENTO POLICIAL MILITAR DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC (www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 16 de junho de 2020.

VALDIREZ FERREIRA PRESTES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 222, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524400

PORTARIA Nº 222, de 10 de junho de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES ESSENCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Suzete Terezinha Ferreira de Lima, ocupante do Cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria do Desenvolvimento Social, até o dia 10/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 223, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524402

PORTARIA Nº 223, de 10 de junho de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES ESSENCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Clemência Aparecida Delirio da Silva, ocupante do Cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria do Desenvolvimento Social, até o dia 10/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 224, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524403

PORTARIA Nº 224, de 10 de junho de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES ESSENCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Ivanir Arcari de Lima, ocupante do Cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria do Desenvolvimento Social, até o dia 10/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 225, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524406

PORTARIA Nº 225, de 10 de junho de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES ESSENCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X,

da Lei Orgânica Municipal,
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Liliane Ittchenko Mezalira, ocupante do Cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria do Desenvolvimento Social, até o dia 10/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 226, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524408

PORTARIA Nº 226, de 10 de junho de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES ESSENCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Rosane Aparecida Cavaleiro, ocupante do Cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria do Desenvolvimento Social, até o dia 10/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 227, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524410

PORTARIA Nº 227, de 10 de junho de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES ESSENCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Salete Aparecida Ankler, ocupante do Cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria do Desenvolvimento Social, até o dia 10/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 228, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524411

PORTARIA Nº 228, de 10 de junho de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES ESSENCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Maristela Marques Capeletti, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria da Saúde, até o dia 06/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 229, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524415

PORTARIA Nº 229, de 15 de junho de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES ESSENCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Maireli Mara Grohs, ocupante do Cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria do Desenvolvimento Social, até o dia 15/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 230, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524418

PORTARIA Nº 230, de 15 de junho de 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Robson C. Santos – CRM 16896 – no dia 15/06/2020, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por 5 (cinco) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor ANDERSON CANTERGIANI SANTOS, matrícula nº 9048, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 15/06/2020 a 19/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 231, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524420

PORTARIA Nº 231, de 15 de junho de 2020.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 76, VI, da Lei Complementar 004 de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando o pedido formulado pela servidora através de requerimento solicitando licença para tratar de assuntos de interesse particular (sem remuneração) por um período de 02 (dois) anos;
Considerando o direito da solicitante e não haver prejuízos ao serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, conforme art. 76, VI, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, para a servidora VIVIANE DAL BIANCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, matrícula nº 9570, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 15/06/2020 a 10/06/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 232, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524421

PORTARIA Nº 232, de 15 de junho de 2020

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 99, da Lei Complementar 002, de 14 de setembro de 1998,

Considerando, que a servidora Ivania Sangali Dall Orsoletta possui direito adquirido ao gozo de licença prêmio.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora IVANIA SANGALI DALL ORSOLETTA, matrícula 10068, ocupante do cargo de Orientador Educacional carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, Licença Prêmio de 180 (cento e oitenta dias), referentes aos períodos aquisitivos de 02/01/2006 a 01/01/2011 e 02/01/2011 a 01/01/2016, para ser gozada no período de 15/06/2020 a 11/12/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 233, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524425

PORTARIA Nº 233, de 15 de junho de 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Dionatam F. Alba – CRM 27572 – no dia 15/06/2020, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por 07 (sete) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora MARIA HELENA CAVALHEIRO, matrícula nº 10728, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, símbolo ACS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto à Secretaria Municipal da Saúde pelo período de 15/06/2020 a 21/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº. 07/2020**

Publicação Nº 2523691

PORTARIA Nº. 07/2020

AGUINALDO RODRIGUES, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Autorizar o servidor efetivo, JULIANO FRONCHETTI, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo de férias, de 16 de junho de 2020 a 30 de junho de 2020.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 16 de junho de 2020.

AGUINALDO RODRIGUES
Presidente

Publicada a presente Portaria em 16 de junho de 2020.

Penha

PREFEITURA

DECRETO Nº 3547/2020 DETERMINA O CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020.

Publicação Nº 2524412

DECRETO Nº 3547/2020

DETERMINA O CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que vários estabelecimentos essenciais e não essenciais foram obrigados a manterem as portas fechadas, durante meses, devido a Quarentena estabelecida em razão do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 587, de 30 de abril de 2020 que suspendeu, sob regime de quarentena, diversas atividades por tempo indeterminado;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 3527, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a aplicabilidade automática dos efeitos dos Decretos Estaduais de Santa Catarina; e

CONSIDERANDO que a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) afetou, consideravelmente, a economia municipal, sendo necessário o cancelamento do ponto facultativo do dia 12 de junho de 2020, para que os estabelecimentos possam dar continuidade aos trabalhos;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado feriado e ponto facultativo do período compreendido entre janeiro a dezembro de 2020:

Data	Mês	Dia da Semana	Motivo
01	Janeiro	Quarta-feira	Ano Novo – Feriado Nacional
24	Fevereiro	Segunda-feira	Carnaval – Ponto Facultativo
25	Fevereiro	Terça-feira	Carnaval – Ponto Facultativo
26	Fevereiro	Quarta-feira	Quarta-Feira de cinzas - Ponto Facultativo até as 14:00;
10	Abril	Sexta-feira	Paixão de Cristo - Feriado Nacional
12	Abril	Domingo	Páscoa - Feriado Nacional
20	Abril	Segunda-feira	Tiradentes – Ponto Facultativo
21	Abril	Terça-feira	Tiradentes - Feriado Nacional
01	Maio	Sexta-feira	Dia do Trabalho – Feriado Nacional
31	Maio	Domingo	Festa do Divino - Feriado Municipal
11	Junho	Quinta-feira	Corpus Christi – Ponto Facultativo
12	Junho	Sexta-feira	Corpus Christi – Ponto Facultativo
19	Julho	Domingo	Aniversário do Município de Penha – Feriado Municipal.
07	Setembro	Segunda-feira	Independência do Brasil – Feriado Nacional.
12	Outubro	Segunda-feira	Nossa S. Aparecida – Feriado Nacional
28	Outubro	Quarta-feira	Dia do Servidor Público – Ponto Facultativo
02	Novembro	Segunda-feira	Finados – Feriado Nacional
15	Novembro	Domingo	Proclamação da República – Feriado Nacional
24	Dezembro	Quinta-feira	Véspera de Natal – Ponto Facultativo
25	Dezembro	Sexta-feira	Natal – Feriado Nacional
31	Dezembro	Quinta-feira	Véspera de Ano Novo – Ponto Facultativo.

Art. 2º Fica cancelado o ponto facultativo de 12 de junho de 2020, conforme artigo primeiro deste decreto.

Art. 3º Ficam inalterados os horários de funcionamento dos serviços considerados essenciais na área da saúde, coleta de lixo, coveiros, vigias e limpeza de praias e, na área de Educação, o calendário letivo próprio das Escolas do Município.

Art. 4º Fica determinado o funcionamento, com expediente regular, das repartições públicas do Município de Penha no dia 12 de junho do corrente ano, respeitados limites impostos pela legislação vigente em decorrência da pandemia do COVID-19.

Art. 5º Fica autorizado o funcionamento, no dia 12 de junho do corrente ano, das atividades da iniciativa privada no âmbito do Município de Penha, respeitados limites impostos pela legislação vigente em decorrência da pandemia do COVID-19.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal nº 3544/2020.

Penha/SC, 10 de junho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - FMEDUC

Publicação Nº 2523874

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 – FMEDUC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de materiais de limpeza e higiene para distribuição nas Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil do Município, conforme solicitação nº 93/2020, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Início de Entrega das Propostas: 16/06/2020 às 14h.
Término do Recebimento das Propostas: 26/06/2020 às 13h.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 26/06/2020 às 14h.

Coordenação do Processo: Pregoeira Rovená Rosa Prestini.

Sistema Eletrônico utilizado: <http://bll.org.br/>. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12 às 18h.

Penha/SC, 15 de junho de 2020.
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

Peritiba

PREFEITURA

PORTARIA 208/2020

Publicação N° 2524707

PORTARIA N° 208/2020
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ROSELEI DA SILVA PISSAIA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 15, Classe "E", Licença por motivo de doença em pessoa da família, retroativo aos dias 10 a 12 de junho de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 15 de junho de 2020.



NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 15/junho/2020.	
---	--

Franciéli Schoenell
Responsável pela publicação

EXTRATO DA ATA PL 33/2020 PR 22/2020.

Publicação Nº 2524159

 Município de Peritiba Rua Frei Bonifácio, 63 - Centro - 89.750-000 - Peritiba/ SC CNPJ: 82.815.085/0001-20 Fone: (49) 3453-1122 prefeitura@peritiba.sc.gov.br http://www.peritiba.sc.gov.br		
Usuário: Regina Inês Brand	Chave de Autenticação Digital 2565-7299-123	Página 1 / 1

Resultado do julgamento

Licitação: PR22/2020 **Data de abertura:** 12/06/2020 **Modalidade:** Pregão **Valor total estimado:** R\$ 70.000,00

Forma de julgamento: Por item

Tipo da licitação: Menor preço

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de nitrogênio líquido.

Item	Quantidade	Tratamento	Unid. de medida	Material/Serviço/Denominação	Valor estimado (R\$)
1	7.000,00000	Normal	LT	15448 - Nitrogênio Líquido.	70.000,00
Colocação					Valor Total (R\$)
1		4392 - NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA		Marca	42.000,00
2		2240 - EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA EPP		Air Liquid	6.000,00
					6.100,00

Resumo dos licitantes vencedores

Credor/Fornecedor	Item	Valor Total (R\$)
4392 - NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS	1	42.000,00
Total Geral		42.000,00

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 7/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2524594

PORTARIA Nº 7, de 16 de junho de 2020.
Concede cestas básicas

Gilberto Maciel, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII do Regimento Interno desta Casa e em conformidade com a Lei Municipal nº 1906,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01(uma) cesta básica para cada servidor da Câmara Municipal de Peritiba, conforme valor estabelecido na Lei Municipal nº 1906.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se esta portaria no Mural Público e no Diário Oficial dos Municípios.

Sala de Sessões, 16 de junho de 2020.

Gilberto Maciel
Presidente da Câmara Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 22/2018 PMPB PL Nº. 42/2018 PMPB TP Nº.05/2018 PMPB

Publicação Nº 2523813

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 22/2018 (RUA JOÃO JOSÉ ELISEU) – VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

CONTRATADA: FRANÇA INDÚSTRIA DE COMERCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 42/2018 PMPB

TOMADA DE PREÇO Nº: 05/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA POR EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA JOÃO JOSÉ ELISEU (ÁREA DE 3.036,56M²), LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

VALOR ADITIVADO: R\$ 6.077,08 (SEIS MIL, SETENTA E SETE REAIS E OITO CENTAVOS)

DATA: 16/06/2020

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 23/2018 PMPB PL Nº. 42/2018 PMPB TP Nº.05/2018 PMPB

Publicação Nº 2523815

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 23/2018 (RUA SÃO SIMÃO) – VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

CONTRATADA: FRANÇA INDÚSTRIA DE COMERCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 42/2018 PMPB

TOMADA DE PREÇO Nº: 05/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA POR EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA SÃO SIMÃO (ÁREA DE 2.043,88M²) LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

VALOR ADITIVADO: R\$ 58.578,11 (CINQUENTA E OITO MIL, QUINHENTOS E SETENTA E OITO REAIS E ONZE CENTAVOS)

DATA: 16/06/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 30/2020 PMPB DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 16/2020 PMPB

Publicação Nº 2523768

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 16/2020 – PMPB

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso X - Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA - CNPJ Nº. 16.780.795/0001-38

CONTRATADO: GABRIEL BARRETO JUNIOR – CPF Nº. 031.317.129-70

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 30/2020 PMPB

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 16/2020 PMPB

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA ESTRADA GERAL SIQUEIRO S/N, BAIRRO SIQUEIRO, PESCARIA BRAVA/SC, PARA ARMAZENAR OS EQUIPAMENTOS E MAQUINARIOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, HAJA VISTA NÃO POSSUIR LUGAR ESPECÍFICO E SEGURO PARA TAL FIM, COM O FITO DE ATENDER AS NECESSIDADES E DEMANDAS DO MUNICÍPIO CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR: R\$ 12.540,00 (DOZE MIL QUINHENTOS E QUARENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 12 MESES

Pinhalzinho

PREFEITURA

ATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025-2020

Publicação Nº 2523492

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2020- PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2020 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEIO FIO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES 0,80M de comprimento, 0,30M de altura e 0,10M de espessura, em concreto com FCK mínimo de 25 MPA, para atender as necessidades Do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, conforme descrição do anexo "A" do edital.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ao decimo quinto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, reuniu-se o reuniu-se a Pregoeira Sra. Valquiria Astrigi e sua Equipe de apoio, constituída pelos servidores Sr. Samuel Eckert e Srta. Marli Widmer, todos designados pelo Decreto nº 182/2019, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes e julgamento da Licitação em epígrafe. Registramos a presença da Srta. Gabriela Cuchi, membro do Observatório Social.

A empresa PINHAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME entregou documentação no dia 12/06/2020

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para protocolização dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, em conformidade com o item 4.1 do Edital. Protocolou os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação a empresa: CAIBI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, ESPAÇO BORILLE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, VANDERLEI JOSE PAULETTI - ME As empresas apresentaram por escrito, por fora do envelope, Declaração referente o disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (De acordo com item 8.1 do Edital).

DO CREDENCIAMENTO DE "ME" E "EPP": A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para o credenciamento "ME" e "EPP". Credenciaram-se a empresa: PINHAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, CAIBI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, ESPAÇO BORILLE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI. VANDERLEI JOSE PAULETTI - ME

DO CREDENCIAMENTO

Ato contínuo passou-se ao credenciamento dos licitantes ou seus representantes legais (item 5 do Edital), os quais apresentaram documentos que comprovam possuir poderes para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao pregão: PINHAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, CAIBI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, Sr. Getulio Cesar Silveira. ESPAÇO BORILLE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, Sr. Felipe Borille, VANDERLEI JOSE PAULETTI – ME, Sr. Vanderlei Jose Pauletti.

DA CONSULTA AO PORTAL TRANSPARÊNCIA E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Foram consultados no Portal Transparência (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) e Conselho Nacional de justiça (www.cnj.jus.br/improbidade) as empresas participantes da presente licitação e sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Os envelopes de Habilitação e Propostas de Preços foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 deste Pregão Presencial. Ato contínuo foram abertos os Envelopes nº 01 – Proposta de Preços das licitantes, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes. Após análise. A Pregoeira declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital, classificando-se para a fase de lances. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, iniciando pela licitante que ofertou maior valor na sua proposta inicial. Ressalte-se que os lances ofertados foram registrados e assinados pelos proponentes, cujos formulários integram a presente ata:

DA CLASSIFICAÇÃO: Assim, após a respectiva rodada de lances ofertados pelos representantes legais, foi apurada a classificação, conforme documento "Histórico do Pregão", Anexo, rubricado pelo Pregoeiro e pelas licitantes ofertantes dos lances para cada item.

Item	LICITANTE	Valor und
01	VANDERLEI JOSE PAULETTI – ME	14,30

DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: Ato contínuo, procedeu-se à abertura do Envelope nº 02 – Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados. A empresa apresentou documentação de habilitação está em plena conformidade com os requisitos constantes no item 7 (e respectivos subitens) do Edital, desta forma, a Pregoeira declarou as mesmas habilitadas.

DOS RECURSOS: Encerrada a etapa de julgamento das propostas e de habilitação, a Pregoeira declarou o vencedor e oportunizou aos licitantes para, querendo, manifestassem motivadamente a intenção de recorrer. Os representantes presentes renunciaram expressamente o direito de recorrer.

DO ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, sobre o presente julgamento, a pregoeira encerra os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes à sessão e, em seguida, submetida

à apreciação da Autoridade Superior, para, se assim entender e concordar, promover sua homologação e adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Valquiria Astrigi Presidente da CPL	Samuel F. Eckert Membro CPL
PINHAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	Marli Widmer Membro CPL
CAIBI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	Gabriela Cuchi Observatório Social Municipal
ESPAÇO BORILLE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	VANDERLEI JOSE PAULETTI – ME

Pinheiro Preto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020

Publicação Nº 2523320

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020

Aos cinco dias do mês de junho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE no uso de suas atribuições, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: BORILLI PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 88.644.877/0001-66 com sede na ROD RS 463 KM 03 s/n, Bairro Industrial, na cidade de Tapejara Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo Senhor Janei Moccelin, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 036/2020 – Registro de Preços, datado de 21 de maio de 2020 e homologado em data de 08 de junho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ABAIXO RELACIONADOS:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO
1	4	Recapagem de pneu 12,4 x 24
3	6	Recapagem de pneu 18,4 x 30
4	4	Recapagem de pneu 23,1 x 30
6	6	Vulcanização 18.4 x 30
7	10	Conserto simples de pneu 18.4 x 30
9	15	Pneus 215/75 r 17.5 misto
10	8	Pneus 19.5 x 24
12	8	Pneus 12 X 16.5
13	6	Pneus 10 X 16.5
15	8	Recapagem de pneu 275/80 R 22.5 misto
16	35	Pneus 295/80 R 22.5 BORRACHUDO
19	10	Vulcanização 19.5 x 24
20	10	Conserto simples 19.5 x 24

1.2 O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade do Licitante.

1.3 Os pneus (carcaças) deverão ser retirados junto ao Parque de Máquinas Municipal, conforme necessidade, mediante solicitação e acompanhamento do servidor responsável, o qual conferirá também na entrega, se o serviço está conforme o solicitado. Na retirada, será emitido documento (controle), assinado pelo servidor responsável.

1.4 As carcaças que eventualmente não tiverem condições de recapagem deverão ser recusadas no momento da retirada, ou se constatado o defeito pela empresa contratada em seu estabelecimento comercial, deverão ser devolvidas no mesmo prazo da entrega dos serviços, acompanhadas de laudo para conferência e controle do Município dando conta do motivo da recusa.

1.5 Os pneus deverão ser retirados em até 2 (dois) dias após a solicitação do Município e entregues após o devido conserto e recapagem, em no máximo 3 (três) dias no Parque de Máquinas Municipal, livre de frete e descarga.

1.6 Os serviços de recapagem deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses de uso por defeito de recauchutagem.

1.7– Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.8 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.9– O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO**2.1 – O valor registrado é:**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	TÉCNICA USADA (QUENTE OU FRIO)	VALOR UNITÁRIO
1	Recapagem de pneu 12,4 x 24	VIPAL	QUENTE	645,00
3	Recapagem de pneu 18,4 x 30	VIPAL	QUENTE	1.220,00
4	Recapagem de pneu 23,1 x 30	VIPAL	QUENTE	1.550,00
6	Vulcanização 18.4 x 30	VIPAL		255,00
7	Conserto simples de pneu 18.4 x 30	VIPAL		78,00
9	Pneus 215/75 r 17.5 misto	VIPAL	MISTO A FRIO	274,00
10	Pneus 19.5 x 24	VIPAL	QUENTE	1.300,00
12	Pneus 12 X 16.5	VIPAL	FRIO	478,00
13	Pneus 10 X 16.5	VIPAL	FRIO	850,00
15	Recapagem de pneu 275/80 R 22.5 misto	VIPAL	MISTO A FRIO	490,00
16	Pneus 295/80 R 22.5 BORRACHUDO	VIPAL	FRIO	495,00
19	Vulcanização 19.5 x 24	VIPAL		219,00
20	Conserto simples 19.5 x 24	VIPAL		69,00

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.**CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO**

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

4.4 – Os serviços deverão ser prestados no prazo de 24:00 horas.

CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá prestar o serviço em 24:00h após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5– A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6– O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e aquelas a ser consignadas na dotação do ano de 2021.

CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Tiver presentes razões de interesse público;
- E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1- Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6– Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8– As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3– Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 070/2020 modalidade Pregão Presencial nº 036/2020 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14– DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretaria de Agricultura Francielle Wordell
Transportes e Obras: Fabio Junior Gessi;
Secretaria de Educação: Rosania Ines Rossatto Zago.

- 14.2– Caberá ao servido designado Ideraldo Luis Beal bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR
BORILLI PNEUS LTDA
Representante

Testemunhas:

1-
Nome:
CPF:

2-
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2020

Publicação Nº 2523315

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2020

Aos cinco dias do mês de junho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE no uso de suas atribuições, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: GRANDO PNEUS LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.562.696/0001-38 com sede na Avenida Juscelino K. de Oliveira, nº 8860, Bairro Santa Terezinha, na cidade de Vacaria Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo Senhor Carlso Alberto Paganella, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 036/2020 – Registro de Preços, datado de 21 de maio de 2020 e homologado em data de 08 de junho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ABAIXO RELACIONADOS:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO
2	6	Recapagem de pneu 14,9 x 24
11	8	Pneus 12.5/80 x 18
14	16	Pneus 1400 X 24

1.2 O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade do Licitante.

1.3 Os pneus (carcaças) deverão ser retirados junto ao Parque de Máquinas Municipal, conforme necessidade, mediante solicitação e acompanhamento do servidor responsável, o qual conferirá também na entrega, se o serviço está conforme o solicitado. Na retirada, será emitido documento (controle), assinado pelo servidor responsável.

1.4 As carcaças que eventualmente não tiverem condições de recapagem deverão ser recusadas no momento da retirada, ou se constatado o defeito pela empresa contratada em seu estabelecimento comercial, deverão ser devolvidas no mesmo prazo da entrega dos serviços, acompanhadas de laudo para conferência e controle do Município dando conta do motivo da recusa.

1.5 Os pneus deverão ser retirados em até 2 (dois) dias após a solicitação do Município e entregues após o devido conserto e recapagem, em no máximo 3 (três) dias no Parque de Máquinas Municipal, livre de frete e descarga.

1.6 Os serviços de recapagem deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses de uso por defeito de recauchutagem.

1.7- Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.8 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.9- O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O valor registrado é:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	TÉCNICA USADA (QUENTE OU FRIO)	VALOR UNITÁRIO
2	Recapagem de pneu 14,9 x 24	RUZI	QUENTE	930,00
11	Pneus 12.5/80 x 18	RUZI	QUENTE	899,00
14	Pneus 1400 X 24	RUZI	QUENTE	890,00

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela

fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

4.4 – Os serviços deverão ser prestados no prazo de 24:00 horas.

CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá prestar o serviço em 24:00h após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5– A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6– O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e aquelas a ser consignadas na dotação do ano de 2021.

CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Tiver presentes razões de interesse público;
- E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1- Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente

estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6– Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8– As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3– Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 070/2020 modalidade Pregão Presencial nº 036/2020 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14- DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) juntamente com a

Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretaria de Agricultura Francielle Wordell
Transportes e Obras: Fabio Junior Gessi;
Secretaria de Educação: Rosania Ines Rossatto Zago.

- 14.2- Caberá ao servido designado Ideraldo Luis Beal bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR
GRANDO PNEUS LTDA ME
Representante

Testemunhas:

1-
Nome:
CPF:

2-
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2020

Publicação Nº 2523319

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2020

Aos cinco dias do mês de junho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE no uso de suas atribuições, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: F.M. PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0004-91 com

sede na ROD SC 355, KM 52,9 Caixa Postal 165, Bairro Industrial, na cidade de Videira Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Eloir Clefson Zago, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 036/2020 – Registro de Preços, datado de 21 de maio de 2020 e homologado em data de 08 de junho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ABAIXO RELACIONADOS:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO
5	31	Recapagem de pneu 275/80R22,5 borrachudo
8	60	Recapagem de pneu 1000 R20 BORRACHUDO
17	30	Vulcanização 1000 R 20
18	30	Concerto simples 1000 R 20

1.2 O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade do Licitante.

1.3 Os pneus (carcaças) deverão ser retirados junto ao Parque de Máquinas Municipal, conforme necessidade, mediante solicitação e acompanhamento do servidor responsável, o qual conferirá também na entrega, se o serviço está conforme o solicitado. Na retirada, será emitido documento (controle), assinado pelo servidor responsável.

1.4 As carcaças que eventualmente não tiverem condições de recapagem deverão ser recusadas no momento da retirada, ou se constatado o defeito pela empresa contratada em seu estabelecimento comercial, deverão ser devolvidas no mesmo prazo da entrega dos serviços, acompanhadas de laudo para conferência e controle do Município dando conta do motivo da recusa.

1.5 Os pneus deverão ser retirados em até 2 (dois) dias após a solicitação do Município e entregues após o devido conserto e recapagem, em no máximo 3 (três) dias no Parque de Máquinas Municipal, livre de frete e descarga.

1.6 Os serviços de recapagem deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses de uso por defeito de recauchutagem.

1.7– Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.8 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.9– O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O valor registrado é:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	TÉCNICA USADA (QUENTE OU FRIO)	VALOR UNITÁRIO
5	Recapagem de pneu 275/80R22,5 borrachudo	VIPAL	FRIO	489,00
8	Recapagem de pneu 1000 R20 BORRACHUDO	VIPAL	FRIO	462,00
17	Vulcanização 1000 R 20	VIPAL	QUENTE	124,00
18	Concerto simples 1000 R 20	VIPAL	FRIO	33,00

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da

habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

4.4 – Os serviços deverão ser prestados no prazo de 24:00 horas.

CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá prestar o serviço em 24:00h após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5– A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6- O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e aquelas a ser consignadas na dotação do ano de 2021.

CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Tiver presentes razões de interesse público;
- E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1- Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6- Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8- As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3- Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 070/2020 modalidade Pregão Presencial nº 036/2020 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14- DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretaria de Agricultura Francielle Wordell
Transportes e Obras: Fabio Junior Gessi;
Secretaria de Educação: Rosania Ines Rossatto Zago.

• 14.2- Caberá ao servido designado Ideraldo Luis Beal bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR
F.M. PNEUS LTDA
Representante

Testemunhas:

1-
Nome:
CPF:

2-
Nome:
CPF:

PORTARIA Nº 403, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523314

PORTARIA Nº 403, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 036/2020 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 036/2020, modalidade pregão presencial, e adjudica os objetos licitado às empresas:

1. BORTOLI PNEUS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 88.644.877/0001-66 nos seguintes itens e respectivos preços unitários: item 01 (R\$ 645,00); item 03 (R\$ 1.220,00); item 04 (R\$ 1.550,00); item 06 (R\$ 255,00); item 07 (R\$ 78,00); item 09 (R\$ 274,00); item 10 (R\$ 1.300,00); item 12 (R\$ 478,00); item 13 (R\$ 850,00); item 15 (R\$ 490,00); item 16 (R\$ 495,00); item 19 (R\$ 219,00) e item 20 (R\$ 69,00).

2. FM PNEUS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 81.374.845/0004-94, nos seguintes itens e respectivos preços unitários: item 05 (R\$ 489,00); item 08 (R\$ 462,00); item 17 (R\$ 124,00) e item 18 (R\$ 33,00).

3. GRANDO PNEUS LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº 03.562.696/0001-38, nos seguintes itens e respectivos preços unitários: item 02 (R\$ 930,00); item 11 (R\$ 899,00) e item 14 (R\$ 890,00).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE JUNHO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 404, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523317

PORTARIA Nº 404, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Designar o funcionário Ideraldo Luiz Beal, ocupante do cargo de motorista, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial nº 036/2020.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;

- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;
- b) Comprovação das ligações de energia e água;
- c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;
- e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE JUNHO DE 2020

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 406, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523387

PORTARIA Nº 406, DE 15 de junho de 2020.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A rodrigo marcelo da silva.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Rodrigo Marcelo da Silva, ocupante do cargo de provimento em efetivo de Operário Braçal, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 10/05/2019 a 09/05/2020, cujo gozo dar-se-á no período de 15 de junho de 2020 a 14 de julho de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 15 de junho de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 32/2020

Publicação Nº 2523600

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 32/2020
AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 119/2020

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Pedro Rabuske, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa BRITAGEM VANZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.696.617/0001-10, com sede na Rodovia SC 303, S/N km 182, bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Videira/SC, por seu representante legal Sr. Emerson Vanz, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o primeiro termo aditivo ao contrato fornecimento nº 119/2020, nos termos da Lei nº 8.666/93, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 Constitui objeto deste termo aditivo a alteração quantitativa de 25% (vinte e cinco por cento) do contrato de fornecimento nº 119/2020 no montante de R\$ 9.705,60 (nove mil setecentos e cinco reais e sessenta centavos), correspondente a 337 (trezentos e trinta e sete) toneladas de pedra brita. O presente contrato versa sobre o fornecimento parcelado de pedra brita nº 01 para reabilitação/recuperação das linhas São Roque, Linha união, Linha Caxias, Linha Navegantes, Linha Santo Isidoro, Linha Túnel, bairro São José e bairro Benjamin Tranquilo Guzzi, com recursos provenientes do Termo de convênio nº 2020TR000576 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretária do Estado da Infraestrutura e Mobilidade e o Município de Pinheiro Preto/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO QUANTITATIVA

2.1 O item 1.1 da cláusula primeira que trata do objeto e do preço passará a vigorar com a seguinte redação:

1.1. A presente licitação tem por objeto o fornecimento parcelado das seguintes quantidade(s) de PEDRA BRITADA Nº 01 PARA REABILITAÇÃO/RECUPERAÇÃO DAS LINHAS SÃO ROQUE, LINHA UNIÃO, LINHA CAXIAS, LINHA NAVEGANTES, LINHA SANTO ISIDORO, LINHA TUNEL, LINHA BAIRRO SÃO JOSE, LINHA BAIRRO TRANQUILLO BENJAMIN GUZZI e respectivos preços unitários:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1688 toneladas	BRITA Nº 01	R\$ 28,80	R\$ 48.614,40

Total R\$ 48.614,40 (quarenta e oito mil seiscentos e catorze reais e quarenta centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias, exercício 2020:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Despesa 152 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 64 - Transferências de Convênios- Estado/Outros

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do contrato nº 027/2020, independente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente termo aditivo será publicado, em resumo, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina dando-se cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, após lido e achado conforme, para que produza os seus efeitos legais.

Pinheiro Preto, 08 de junho de 2020.

PEDRO RABUSKE BRITAGEM VANZ
Prefeito CONTRATADA
CONTRATANTE

TERMO ADITIVO Nº 015/2020

Publicação Nº 2523827

TERMO ADITIVO Nº 015/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 27/2020

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Pedro Rabuske, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.856.626/0001-50, com sede na rua Gasparino Kowacic, 235, na cidade de Concórdia/SC, por seu representante legal Sr. Anderson Renato Suhre Baptista, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o primeiro termo aditivo ao contrato nº 27/2020, nos termos da Lei nº 8.666/93, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 Constitui objeto deste termo aditivo o ACRÉSCIMO QUANTITATIVO do contrato nº 027/2020 no montante de R\$ 14.295,05 (catorze mil duzentos e noventa e cinco reais e cinco centavos), o presente contrato versa sobre a execução de obra de engenharia destinada a reforma do miniginásio do Centro Educacional I – Escola Padre Trudo Plessers, com recursos provenientes do Termo de convênio nº 2019-TR1164 firmado entre a secretária de Estado da Educação do Estado de Santa Catarina e o Município de Pinheiro Preto, através de processo administrativo nº 237/2019, na modalidade TOMADA DE PREÇO nº 014/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO

2.1 O item 2.1 da cláusula segunda do contrato nº 027/2020 que trata do valor total e do pagamento, passará a vigorar com a seguinte redação:

2.1 O valor do contrato inicialmente estabelecido em R\$ 120.856,76 (cento e vinte mil oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos), sendo R\$ 48.342,70 (quarenta e oito mil trezentos e quarenta e dois reais e setenta centavos) de mão de obra e R\$ 72.514,06 (setenta e dois mil quinhentos e catorze reais e seis centavos) de material, somando-se ao valor do presente termo aditivo este no montante de R\$ 14.295,05 (catorze mil duzentos e noventa e cinco reais e cinco centavos), resultando no valor total do contrato em R\$ 135.151,81 (cento e trinta e cinco mil cento e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A presente despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo
Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes
Função: 12- Educação
Subfunção: 361- Ensino Fundamental
Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional
Ação: 1.8 – Ampliação da rede Física Fundamental
Cód. Red. 231 4.4.90.00.000

Fonte de recurso: Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do contrato nº 027/2020, independente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente termo aditivo será publicado, em resumo, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina dando-se cumprimento ao disposto no art. 61, paragrafo único da Lei 8.666/93.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, após lido e achado conforme, para que produza os seus efeitos legais.

Pinheiro Preto, 10 de março de 2020.

PEDRO RABUSKE ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA ME

Prefeito CONTRATADA

CONTRATANTE

Piratuba

PREFEITURA

AVISO SE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2020 - FMS

Publicação Nº 2524214

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC

AVISO SE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2020 - FMS

O Município de Piratuba, SC, através da Pregoeira designada Sra. Débora Cristina Carmo de Oliveira, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência é aquisição de um Conjunto Radiológico Fixo (Aparelho RX), encontra-se suspenso para análise e julgamento de pedido de impugnação. A nova data de recebimento e abertura dos envelopes será divulgado na forma da Lei.

Piratuba, SC, 15 de junho de 2020.

DEBORA CRISTINA CARMO FE OLIVEIRA

Pregoeira

LEI ORDINARIA 1544/2020

Publicação Nº 2523685

LEI ORDINÁRIA Nº 1.544/2020, 10 DE JUNHO DE 2020.

Institui gratificação em regime de sobreaviso para o Cargo de Enfermeiro (a) devido a emergência em saúde pública em decorrência do Coronavírus e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o regime de sobreaviso, nos termos da presente Lei, para o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro ou contratado para o enfrentamento ao novo coronavírus (Covid-19) em conformidade com a Lei nº 13.979/2020, regulamentada pela Portaria MS nº 356/2020, do Ministério da Saúde, onde foram determinadas as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único – Considera-se de sobreaviso o(a) servidor(a) municipal, provido(a) em cargo efetivo de Enfermeiro, aguardando a qualquer momento a chamada para o serviço, de acordo com escala previamente elaborada e mediante verificação da conveniência administrativa pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Em regime de sobreaviso fará jus o(a) servidor(a) detentor(a) do cargo de Enfermeiro às seguintes escalas e valores, reajustáveis nos mesmos índices e datas em que for concedida a revisão geral anual remuneratória, como sendo:

I – Escalas de segundas a sexta-feira em turno inverso ao do funcionamento da Unidade de Saúde, finais de semana e feriados em turno ininterrupto: valor fixo semanal de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)

§1º Os valores pertinentes ao sobreaviso serão percebidos pelo(a) servidor(a) provido(a) no cargo de Enfermeiro e submetido(a) ao regime de plantão de sobreaviso em escala de trabalho mensal, além dos vencimentos normais do cargo efetivo.

§2º No caso de cumprimento no mês de duas escalas de sobreaviso, fará jus o(a) servidor(a) detentor(a) do cargo de Enfermeiro à percepção cumulativa de ambas vantagens.

§ 3º No caso de cumprimento no mês de mais de duas escalas de sobreaviso, não fará jus o(a) servidor(a) detentor(a) do cargo de Enfermeiro à percepção de mais de duas vantagens, ficando o máximo a receber conforme parágrafo anterior.

§4º Durante o regime de sobreaviso, o(a) servidor(a) não poderá afastar-se da sede do Município, devendo apresentar-se no local de trabalho no prazo de 30 (trinta) minutos após o chamado.

§5º A inobservância injustificada do disposto no parágrafo anterior configura descumprimento de dever funcional e sujeitará o(a) servidor(a) às penalidades disciplinares previstas em lei.

Art. 3º Os(As) servidores(as) que perceberem a gratificação do Plantão de Sobreaviso não farão jus ao recebimento de horas extraordinárias, ressalvada a situação de chamamento ao serviço fora do regime de plantão de que trata a presente Lei, bem como o chamamento em turno diurno nos dias de feriado e pontos facultativos no serviço público municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações consignada na Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º A presente Lei terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, podendo ter seu efeito cessado automaticamente antes desse período em caso de revogação do estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba, 10 de Junho de 2020

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Piratuba/SC

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 10 de Junho de 2020

Karoline Petry
Secretária Mun. Administração e Finanças

LEI ORDINARIA 1545/2020

Publicação Nº 2523707

LEI ORDINÁRIA Nº 1.545/2020, de 10 de Junho de 2020.

Dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza alienar bens móveis pertencentes ao Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do inciso II, artigo 9º da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar os seguintes bens móveis pertencentes ao patrimônio público municipal, no estado de conservação em que se encontram:

ITEM 01: 01 VOLKSWAGEN GOL 1.0, 2007/2007, PL.: MDW-6373 (SC), CH.: 9BWCA05W47T135021.

ITEM 02: 01 VOLKSWAGEN SPACEFOX TREND GII, 2013/2014, PL.:MLC-8095 (SC), CH.: 9BWPB45Z8E4033972.

ITEM 03: 01 FIAT DUCATO MC TCA MIC, 2012/2013, PL.: MJH-0845 (SC), CH.: 93W245H34D2095776.

ITEM 04: 01 MERCEDES BENZ CDI SPR TCA AMB, 2012/2012, PL.: MJM-3257 (SC), CH.: BAC906633CE063988.

ITEM 05: 01 ÔNIBUS URBANO MARCOPOLO VOLARE A5 ESMO, 2004/2004, PL.: MEP-5292 (SC) CH.: 93PB08C154C012652.

ITEM 06: 01 ÔNIBUS URBANO IVECO CITYCLASS 70C17, 2012/2013, PL.: MKW-6696 (SC), CH.: 93ZL68C01D8442935.

ITEM 07: RETIRADO.

ITEM 08: 01 CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ L 1113, 1981/1981, PL.: LZF-9095 (SC), CH.: 34404112563277.

ITEM 09: 01 CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ L 1313, 1982/1983, PL.: LWR-8422 (SC), CH.: 34502112612418.

ITEM 10: 01 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E 4X4, ANO: Não Visualizado, CAP: Não Visualizado, SÉRIE: CAT 0416ELMF608207.

ITEM 11: 01 TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D41E-6 Integral, ANO: Não Visualizado, CAP: Não Visualizada, SÉRIE: B35480.

ITEM 12: 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 160 LC-7B Integral, ANO: Não Visualizado, CAP: 17 TON, SÉRIE: B20718.

ITEM 13: 01 DISTRIBUIDOR DE ORGANICOS SOLIDOS IPACOL 4,5T DSE 4500 SERIE:IP1011206301.

ITEM 14: SUCATAS DE CAÇAMBA BASCULANTE DESCARTE EM FERRO VELHO, PISTÕES DE BASCULANTE PARA SUCATA

ITEM 15: SUCATAS DE DIVERSOS MATERIAS SENDO INFORMATICAS, ELETRONICOS E MÓVEIS.

ITEM 16: SUCATAS DE FERRO VELHO DIVERSOS

ITEM 17: SUCATAS DE PNEUS DIVERSOS

Art. 2º A receita proveniente da alienação será devidamente contabilizada na Prefeitura Municipal e aplicada na forma estabelecida na LC 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 10 de Junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93 Em 10 de Junho de 2020	
---	--

Karoline Petry
Secretária Mun. Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL N°. 26/2020

Publicação N° 2524219

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N°. 26/2020

Objeto: Aquisição de fraldas infantis e geriátricas para uso e nas Escolas Municipais e distribuição na Unidade de Saúde do Município.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 26/06/2020.

Abertura: às 08h30 do dia 26/06/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 03 de junho de 2020.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

Publicação N° 2524222

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N°. 27/2020

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de lixeiras madeira plástica e suporte metálico para lixeiras, conforme especificações constantes no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 30/06/2020.

Abertura: às 08h30 do dia 30/06/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 05 de junho de 2020.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Planalto Alegre

PREFEITURA

PORTARIA 069/2020

Publicação N° 2524264

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
PORTARIA N° 069/2020

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL GEFERSON BORGES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 76 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 07 (sete) dias de licença por motivo de doença ao Servidor Público Municipal GEFERSON BORGES, lotado(a) na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos do dia 02/06/2020 a 08/06/2020, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 03 de Junho de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 070/2020

Publicação N° 2524265

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
PORTARIA N° 070/2020

PRORROGA A LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL NELI LUIZA BRAGHINI NECKEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 71, § 2º da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada por mais 30 (trinta) dias a licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal NELI LUIZA BRAGHINI NECKEL, lotado(s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do dia 03/06/2020 a 02/07/2020, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 03 de Junho de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 071/2020

Publicação N° 2524267

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA N° 071/2020

RESCINDE O CONTRATO DE TRABALHO TEMPORARIO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR VILSON ZANATTA JUNIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir o contrato de trabalho temporário do servidor público Municipal Senhor Vilson Zanatta Junior, ocupante do cargo de Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista o retorno da Licença Sem Vencimentos do funcionário efetivo Senhor Jêniifer Rodrigues da Fonseca.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 03 de Junho de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 072/2020

Publicação N° 2524268

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA N° 072/2020
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SENHOR CLADEMIR BRESSAN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido o (s) Servidor (es) Público (s) Municipal Senhor CLADEMIR BRESSAN, Secretario Municipal, lotado (s) na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, a partir do dia 04 de Junho de 2020, conforme requerimento em anexo, cargo que exercia desde 04 de Maio de 2020 .

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 04 de Junho de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 073/2020

Publicação N° 2524269

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA N° 073/2020
CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA A SERVIDORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o § 3º do artigo nº 18 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, conforme requerimento a redução de carga horaria em 20 horas semanais a Servidora Pública Municipal Sra. RAQUELI PAGLIARI, Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento com proporcional redução de seus vencimentos.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 01 de Junho de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, de 04 de Junho de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Pomerode**PREFEITURA****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 006 / 2020 - ATA N.º 01 - ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Publicação N° 2523786

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 036 / 2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 006 / 2020

ATA N.º 01
ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Às dez horas (10h00min.) do décimo quinto dia do mês de Junho do ano de dois mil e vinte (15/06/2020), na sala de licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 26.004 / 2020 e suas alterações, para análise dos documentos apresentados no Processo da Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento n.º 006 / 2020.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos de Habilitação apresentados pelo interessado:

Cód. Participante	Nome
531928	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Protocolo n.º 4192/2020 – de 20/05/2020.

Em análise aos documentos habilitatórios apresentados, verificou-se que a instituição financeira apresentou sua documentação em conformidade com as exigências editalícias, razão pela qual, a Comissão Permanente de Licitações DECLARA HABILITADA a licitante no presente Credenciamento, nos seguintes itens:

531929 – BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.				
Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	3.800	Documento recebido no guichê de caixa.	R\$2,90	R\$11.020,00
02	25.000	Documento recebido na rede lotérica, Banco Postal e assemelhados.	R\$2,00	R\$50.000,00
03	5.000	Documento recebido por correspondentes bancários.	R\$1,62	R\$8.100,00
04	10.000	Documento recebido pela internet.	R\$1,37	R\$13.700,00
05	10.215	Documento recebido pelo autoatendimento.	R\$1,50	R\$15.322,50

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

GUSTAVO CELANT ROEDEL
Presidente da Comissão de Licitações

DONAIRE BAADE
Secretária

GEROLD ROLAND WETZSTEIN
Membro

NOTIFICAÇÃO 018/2020/CALÇADAS

Publicação Nº 2524694

Em atendimento ao art. 187 Lc 163/2008, faz-se a publicação da infração em resumo, conforme segue:

Notificação 018/2020/Calçadas

Nome do infrator: HELENA RADTKE - ESPÓLIO

CPF: 573.326.229-04

Endereço da ocorrência: Rua Victorino Pedron, 205, Santo Antônio, Rio dos Cedros/SC

Cadastro imobiliário: 140481

Inscrição imobiliária: 01.01.014.0175

Data: 10/03/2020

Enquadramento legal: Art. 107 ao 119 e Anexo V da Lc163/08: execução e reforma de calçada/passeio.

Fica notificado o infrator a reformar a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada, garantindo acessibilidade e segurança, no prazo máximo de 90 dias. No caso de não concordância, fica o infrator identificado, a apresentar defesa no prazo de 05 dias. A não apresentação da defesa e não cumprimento da notificação no prazo previsto da presente notificação, sem prejuízo das medidas civil e criminal, sujeitará o infrator à aplicação das penalidades, inclusive execução do serviço pelo Município a expensas do proprietário e multa (s).

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2019.**

Publicação Nº 2523725

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE POMERODE

Espécie do Contrato: 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 003/2019.

Das Partes: AFER SERVIÇOS DE INSTRUMENTAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 81.549.347/0001-90

Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO CONTINUADO DE ELETROTÉCNICO E MANUTENÇÃO EM PAINÉIS, BOOSTERS, BOMBAS DOSADORAS, EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO, INCLUINDO ASSESSORIA TÉCNICA NO DIMENSIONAMENTO DE BOOSTERS E ELEVATÓRIAS

Da vigência do Contrato: As partes resolvem prorrogar por mais 12 (doze) meses, vigorando até 03 de Junho de 2021.

RICARDO CAMPESTRINI PRESIDENTE DO SAMAE POMERODE.

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 367/2020

Publicação Nº 2524113

DECRETO Nº 0367/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

“NOMEIA E EMPOSSA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas em Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Saúde do Município de Ponte Serrada, os membros a seguir:

Representantes Governamentais:

1. Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Edina Gugel

Suplente: Gilberto Frighetto

2. Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

Titular: Luciana Haefliger

Suplente: Driane S. S. Testa

Representantes dos trabalhadores em Saúde:

1. Representante da Enfermagem:

Titular: Adriana Pavelski

Suplente: Greice Coelho

2. Representante dos Farmacêuticos:

Titular: Fernanda Poletto

Suplente: Saionara Collin Guerra

Representantes dos Usuários dos Serviços:

1. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Titular: Franscisco Cortellini

Suplente: Marisa Paglia Cortellini

2. Representante da Associação Atlética Aimoré;

Titular: Deniz Panizzi

Suplente: Flavio Costa

3. Representante do Sindicato dos Produtores Rurais;

Titular: Ademar Andognini

Suplente: Celiomar Maier

4. Representante do Grupo de Idosos.

Titular: Armelindo Peroza

Suplente: Valmor Antunes de Souza

Art. 2º - O trabalho dos membros nomeados e empossados, considerado de natureza relevante, notório, comunitário e social, dar-se-á em regime gratuito, sem ônus para os cofres públicos municipais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 039/2018, de 21 de Janeiro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE JUNHO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2454 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523597

DECRETO Nº 2.454 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.840/2019".
O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 2.266,70 (Dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e setenta centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 0010.0301.0018

Atividade: 2.056 – Participação no Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMFRI

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00 – Transferências a consórcios públicos

Fonte de Recurso: 03020200 - SF: Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 1.733,79

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00 – Transferências a consórcios públicos

Fonte de Recurso: 03020200 - SF: Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 482,16

Modalidade de Aplicação: 3.4.71.00.00.00.00.00 – Transferências a consórcios públicos

Fonte de Recurso: 03020200 - SF: Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 50,75

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2019 por conta do recurso Receitas e Transferências de Impostos - Saúde na importância de R\$ 2.266,70 (Dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e setenta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 15 de Junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

EXTRATO CONTRATO 018/2020 - PMPB

Publicação Nº 2523550

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE CONTRATO

TOMADA DE PREÇO 004/2020 - PMPB

CONTRATO Nº 018/2020 – PMPB

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços com o fornecimento de material para construção de trecho da ciclovia com passeio na orla da Enseada Encantada, bairro Centro, no Município de Porto Belo, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro, parte integrante deste Edital, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e conforme Contrato de Repasse nº 869952/2018/MTUR/CAIXA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: Canto Grande Engenharia Eireli

Sócio: Merilin Louize Funk

VALOR: R\$ 197.786,28 (Cento e noventa e sete mil setecentos e oitenta e seis reais e vinte e oito centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

Prazo de Execução: 03 meses após emissão da Ordem de Serviço

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2020

Porto Belo, 10 de Junho de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº. 002/2020-CMS

Publicação Nº 2523368

RESOLUÇÃO Nº. 002/2020-CMS

DISPÕE SOBRE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICENTE CRISTÃ PARA A MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO.

O Conselho Municipal de Saúde – CMS – de Porto Belo, criado pela Lei nº 0647/1991 e alterado pela Lei nº 1183/2001, órgão consultivo e deliberativo que atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive em seus aspectos econômicos e financeiros, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO deliberação do conselho em sua reunião extraordinária realizada no dia 10 de junho de 2020.

CONSIDERANDO apresentação do plano de trabalho pela Associação da Redeh Beneficência Cristã e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde ao CMS;

RESOLVE

1. Aprovar a proposta e celebrar Convênio entre o município de Porto Belo e a Associação da Redeh Beneficente Cristã para a manutenção e funcionamento das atividades do pronto atendimento..

Porto Belo, 10 de junho de 2020.

Teresinha Maria da Silva
Presidente do CMS

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 036/2020 - AMASPU

Publicação N° 2523663

Extrato de Termo Aditivo nº 036/2020 ao Contrato 077/2018

Partes: AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e COMDENT CENTRO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DE UNIÃO DA VITÓRIA PR

Valor: Adita-se o valor estimado em R\$6.000,00 (seis mil reais).

Porto União, SC, 26 de maio de 2020.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

ELISEU MIBACH

Curador AMASPU

COMDENT CENTRO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DE UNIÃO DA VITÓRIA PR

Contratada

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - F.A.S

Publicação N° 2524175

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 005/2020 – Registro de Preços – FAS.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 003/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 29 de junho de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 040/2020

Publicação N° 2524179

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 111/2020.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 040/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 01 de julho de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 041/2020

Publicação Nº 2524192

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 113/2020.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 041/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por lote, do tipo Eletrônico, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DO SISTEMA DE ALARME COM MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 02 de julho de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 045/2020 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 2524193

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 112/2020 – MULTIENTIDADE.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 045/2020.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 29 de junho de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 035/2020 - AMASPU

Publicação Nº 2523656

Extrato de Termo Aditivo nº 035/2020 ao Contrato 038/2018

Partes: AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e PORTO GASTRO CLÍNICA DE GASTROENTEROLOGIA SOCIEDADE SIMPLES PURA

Valor: Adita-se o valor estimado em R\$12.000,00 (doze mil reais).

Porto União, SC, 26 de maio de 2020.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

ELISEU MIBACH

Curador AMASPU

PORTO GASTRO CLÍNICA DE GASTROENTEROLOGIA SOCIEDADE SIMPLES PURA

Contratada

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2019 - FAS

Publicação Nº 2524195

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 004/2020 - FAS

Inexigibilidade de Licitação n.º 002/2020

Caracterização da Situação: O Município necessita fornecer passagens para os usuários da Assistência Social para retorno dos mesmos aos seus territórios de origem, conforme itinerários abaixo:

- Porto União-SC X Curitiba-PR;
- Porto União-SC X São Paulo-SP;

- Porto União-SC X Rio Negro;
- Porto União-SC X Campinas-SP.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, o fornecimento de passagens para os usuários da Assistência Social para retorno dos mesmos aos seus territórios de origem, pelo período de 12 (doze) meses.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Viação Ouro e Prata S.A, inscrita no CNPJ 92.954.106/0001-42 em razão que esta é a permissionária das linhas.

Do Preço: O valor a ser pago será até o total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1500 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 1501 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 2049 – Manutenção FMAS

Modalidade 3390-100 – Aplicações Diretas

Cód. 02

Complemento 33903301 – Passagens para o País

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 15 de junho de 2020.

LUIZ RICARDO FANTIN

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 912/2020

PORTARIA Nº 720/2020 - RH

Publicação Nº 2524513

PORTARIA Nº 720, de 12 de junho de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Inciso I, Artigo 1º, da Lei Nº 4.662, de 1º de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 10 de junho de 2020, referente ao período aquisitivo de outubro/2014 a outubro/2019, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora MARIA ISOLETE PISSAIA PINTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 721/2020 - RH

Publicação Nº 2524519

PORTARIA Nº 721, de 12 de junho de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando que o servidor Ademir Ferreira, exerce suas funções em escala de trabalho de 12 (doze) horas seguidas por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, conforme prevê parágrafo 2º, do Artigo 291, da Lei 2.055/94, alterada pela Lei 4.615, de 02 de outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 11 de junho de 2020, referente ao período aquisitivo de maio/2006 a maio/2011, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor ADEMIR FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de junho de 2020.

Porto União (SC), 12 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 722/2020 - RH

Publicação Nº 2524522

PORTARIA Nº 722, de 15 de junho de 2020.

Dispõe sobre averbação de tempo de serviço/contribuição junto ao Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais – IMPRESS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 14024070.1.00091/09-5, datada de 09 de agosto de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, junto ao Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais – IMPRESS, à servidora ARLETE TABACA CARDOSO, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do período correspondente a 5.673 dias, ou seja, 15 (quinze) anos, 06 (seis) meses e 18 (dezoito) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de contribuição

- 03/11/1982 a 04/04/1985 – A Passos Cia Ltda 02a 05m 02d
- 01/09/1985 a 22/05/1986 – Arcon Artigos Contábeis Ltda - ME 00a 08m 22d
- 01/07/1986 a 04/12/1987 – A J Adur e Cia Ltda 01a 05m 04d
- 05/01/1989 a 19/12/1992 – Baú Clube de Campo 03a 11m 15d
- 25/01/1999 a 19/04/2001 – Serviços Social Autônomo Paraná Educação 02a 02m 19d
- 16/08/1982 a 01/10/1982 – Baú Clube de Campo 00a 01m 16d
- 01/06/1994 a 31/01/1999 – Contribuinte Individual 04a 08m 00d

Art. 2º Revogar a Portaria nº 646, de 30 de agosto de 2013.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 723/2020 - RH

Publicação Nº 2524524

PORTARIA Nº 723, de 15 de junho de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Alínea "a", Inciso II, Artigo 84, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 15 de junho de 2020, referente ao período aquisitivo de março/2012 a março/2017, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ROSI DE FATIMA NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, quitando assim o respectivo período.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 724/2020 - RH

Publicação Nº 2524525

PORTARIA Nº 724, de 15 de junho de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Alínea "a", Inciso II, Artigo 84, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 15 de junho de 2020, referente ao período aquisitivo de abril/2011 a abril/2016, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora MARIO SCREPECZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o saldo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 6º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 066/2020 DE 10/06/2020 - DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2523329

DECRETO Nº 066/2020 de 10/06/2020

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Funcional: 12.361.0018.2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

(46) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 133.954,98

(47) 3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

TOTAL R\$ 263.954,98

Art. 2º - O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Funcional: 12.361.0018.2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

(50) 4.4.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 263.954,98

TOTAL R\$ 263.954,98

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de junho de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 067/2020 DE 10/06/2020 - DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2523338

DECRETO Nº 067/2020 de 10/06/2020

Dispõe sobre a suplementação por excesso de arrecadação, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município.

Órgão: 09 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 01- DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA

Funcional: 26.782.0039.1.008 – Pavimentação e Infra-estrutura, Diversas Ruas

(102) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

TOTAL R\$ 4.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de junho de 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CME Nº 02/2020 DE 10/06/2020 - "ALTERA O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POUSO REDONDO - SC, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO LETIVO DO ANO DE 2020, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)".

Publicação Nº 2524030

RESOLUÇÃO CME Nº 02/2020 de 10/06/2020

"Altera o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Pouso Redondo - SC, para fins de cumprimento do Calendário Letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19)".

A presidente do Conselho Municipal de Educação de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na reunião ordinária do dia 10 de junho de 2020, e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19:

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 4º consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade *...+ e o Art. 4º-A. Que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.(Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018);

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios em baixar normas complementares para seus sistemas de ensino;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

Considerando o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n.1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando Decreto Nº 630, de 1º de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências.

Considerando o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

Considerando que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

Considerando a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

Considerando as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei; Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, em seu artigo 31, que, na educação infantil, é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; e de 75% nas outras etapas;

Considerando que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentação dada no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

Considerando o disposto no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

Considerando a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

Considerando o Parecer CNE/CP nº 5/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação - CNE, o qual aprovou orientações com vistas à reorganização do calendário escolar e à possibilidade de cômputo de atividades não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia do novo coronavírus - Covid-19;

Considerando que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

Considerando o Decreto municipal Nº 026/2020, de 18 de março de 2020, o qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela Secretaria manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições da rede municipal de ensino de Pouso Redondo.

Art. 2º - O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido por 30 (trinta) dias, sendo os primeiros 15 dias considerados recesso, a partir de 19 de março de 2020, podendo ser alterado de acordo com as orientações das autoridades federais, estaduais, sanitárias e municipais.

§ 1º - A oferta da modalidade de ensino a distância para todas as etapas da educação básica terá caráter excepcional e valerá pelo período 15 dias, apenas enquanto durar a situação de emergência de saúde pública. Podendo ser ampliado por novo período enquanto prevalecer a excepcionalidade e respeitará a carga horária semanal de cada disciplina.

Art. 3º - Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições ou redes de ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

I – planejar e elaborar, com a colaboração e, executadas pelo corpo docente, (art. 13º LDB parágrafo II), as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – Divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III – Propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa, sendo disponibilizados no sistema EDUCACIM;

IV – Zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

V – O conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar.

§ 1º - A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§ 2º - Quanto a etapa da educação infantil a avaliação (4 e 5 anos) obedecerá ao caput do art. 31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; deverá ser garantido nas atividades que possam serem desenvolvidas para esta etapa que obedecem às propostas Curricular Municipal e a BNCC, garantido os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária. Para etapa de educação infantil (0 -3 anos) deverá ser mantida a realização de atividades pedagógicas não presenciais mediadas ou não por tecnologias digitais enquanto houver a suspensão das aulas presenciais e mediadas entre o professor e a famílias das crianças pequenas.

§ 3º - As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

§ 4º - Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 5º - Para fins de cumprimento do número de dias letivo mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§ 6º - A realização de atividades não-presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais, não exclui a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não seja possível contemplar as 800 horas previstas em lei. Nota: (atenderá o Ministério Público)

§ 7º - Qualquer proposta de estudo para atividades não-presenciais que demande o uso da internet, deve considerar as condições de acesso de estudantes à rede. Ou seja, considerar a situação de estudantes que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartfone com planos de acesso de dados de internet. Tais estudantes não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares propostas pelos (as) docentes em cada unidade curricular, sempre com acompanhamento remoto do (a) docente.

Art. 4º - Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 5º - Todos os atos decorrentes da aplicação desta Resolução deverão ser devidamente registrados pelas instituições ou redes de ensino e ficar à disposição dos órgãos responsáveis pela supervisão do Conselho Municipal de Educação.

Após análise detalhada da legislação, este conselho está de acordo e manifesta-se favorável a este parecer. Com ressalva de que seja garantido o cumprimento do calendário escolar conforme a legislação vigente de 800 horas (LDB) art. 24 e art.31 na Rede Municipal de Ensino do Município de Pouso Redondo.

Pouso Redondo, 10 de junho de 2020.

Presidente do CME

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 21/2020 - SAÚDE

Publicação N° 2523394

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2020
CONTRATO N° 21/2020

CONTRATADO: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP

DO OBJETO: A AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DO VALOR: R\$ 3.521,50

DA VIGENCIA: 18/05/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE – SC, 18 DE MAIO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 22/2020 - SAÚDE

Publicação N° 2523400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2020
CONTRATO N° 22/2020

CONTRATADO: HAYA INFORMÁTICA LTDA-ME

DO OBJETO: A AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DO VALOR: R\$ 2.244,00

DA VIGENCIA: 18/05/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE – SC, 18 DE MAIO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 23/2020 - SAÚDE

Publicação N° 2523404

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2020
CONTRATO N° 23/2020

CONTRATADO: LEM COMERCIAL LTDA

DO OBJETO: A AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DO VALOR: R\$ 22.000,00

DA VIGENCIA: 18/05/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE – SC, 18 DE MAIO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 24/2020 - SAÚDE

Publicação N° 2523413

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2020

CONTRATO Nº 24/2020

CONTRATADO: MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI OBJETO: A AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DO VALOR: R\$ 1.394,00

DA VIGENCIA: 18/05/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE – SC, 18 DE MAIO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 25/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2523422

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2020

CONTRATO Nº 25/2020

CONTRATADO: VMLX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LTDA-ME

OBJETO: A AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DO VALOR: R\$ 10.225,00

DA VIGENCIA: 18/05/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE – SC, 18 DE MAIO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 26/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2523429

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE

COMPRA DIRETA Nº 74/2020

CONTRATO Nº 26/2020

CONTRATADO: RADIO ATLÂNTICO SUL LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO OBJETIVANDO DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS E AÇÕES EXECUTADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE AÇÃO.

DO VALOR: R\$ 15.413,50

DA VIGENCIA: 18/05/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE – SC, 18 DE MAIO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 27/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2523439

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2020

CONTRATO Nº 27/2020

CONTRATADO: MINIMERCADO J. K. LTDA – ME

OBJETO: A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DO VALOR: R\$ 69.497,20

DA VIGENCIA: 27/05/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE – SC, 27 DE MAIO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 28/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2523451

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2020
CONTRATO Nº 28/2020

CONTRATADO: VMLX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DIAGNÓSTICOS DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC.

DO VALOR: R\$ 110.050,00

DA VIGENCIA: 28/05/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE – SC, 28 DE MAIO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 82/2020 - PREFEITURA - 01º ADITIVO

Publicação Nº 2523332

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO CLICITATÓRIO N.º 52/2019
TOMADA DE PREÇO N.º 03/2019

CONTRATO Nº 82/2019 – 01º ADITIVO

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S/A

DO OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO POR MAIS 120 (CENTO E VINTE) DIAS, A VIGÊNCIA DO CONTRATO PRIMITIVO Nº 82/2019, DE 16 DE JULHO DE 2020 ATÉ 12 DE NOVEMBRO DE 2020, CONFORME A CLAUSULA SÉTIMA.

DA VIGENCIA: 16/07/2020 À 12/11/2020.

PRAIA GRANDE - SC, 08 DE JUNHO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 84/2019 - 01 ADITIVO - PREFEITURA

Publicação Nº 2523359

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO CLICITATÓRIO N.º 48/2019
TOMADA DE PREÇO N.º 01/2019

CONTRATO Nº 84/2019 – 01º ADITIVO

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S/A

DO OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO POR MAIS 120 (CENTO E VINTE) DIAS, A VIGÊNCIA DO CONTRATO PRIMITIVO Nº 84/2019 DE 18 DE JULHO DE 2020 DE ATÉ 14 DE NOVEMBRO 2020, CONFORME A CLAUSULA SÉTIMA. O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO O ACRÉSCIMO DE 2,38% (DOIS VÍRGULA TRINTA E OITO POR CENTO) AO VALOR DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, EM 21/11/2019, NOS TERMOS PREVISTOS EM SUA CLÁUSULA VIGÉSIMA.

DO VALOR: 28.084,76

DA VIGENCIA: 18/07/2020 À 14/15/2020.

PRAIA GRANDE - SC, 08 DE JUNHO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 044/2020

Publicação Nº 2523661

DECRETO Nº 044/2020

DISPÕE SOBRE A RECONDUÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art.1º Fica nomeado o conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, o qual será composto pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL FUNDEB

Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Varner de Oliveira
Suplente: Susana Burigo Rosso

Representante da Secretaria Municipal de Educação.
Titular: Larissa Carine Guglielme Citadin Magnus
Suplente: Terezinha Boff Ribeiro

Representante dos Professores de Educação Básica
Titular: Daniela Casagrande Paganini
Suplente: Patrícia Maciel Magagnin

Representante dos Diretores das Escolas Básicas
Titular: Márcia Angelica Oliveira Silveira
Suplente: Rosilene Santos Sala Paganini

Representante dos Serviços Técnico-administrativo das Escolas Básicas
Titular: Silvana dos Santos Silveira
Suplente: Paula Reis da Silva

Representante dos Pais
Titular: Eliana da Silva Boeira
Suplente: Edilaine Evaldt Fregulia

Titular: Camila Pioner Scandolara
Suplente: Jefferson Pereira Pacheco

Representante dos Estudantes da Educação Básica
Titular: Dienifer Cardoso
Suplente: Joyce Leticia Gomes Marques

Representante dos Estudantes da Educação Básica – Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas:
Titular: Priscila Selau
Suplente: Gabriele da Silva Dalpiaz

Representante do Conselho Tutelar
Titular: Zuleide da Rocha Bertoli
Suplente: Bruno Lopes Roldão

Representante do Conselho Municipal de Educação
Titular: Rita de Cássia Clarinda
Suplente: Ângela Brognoli Daros Martins

Presidente: Marcia Angelica Oliveira Silveira
Vice-presidente: Daniela Casagrande Paganini

Art.2º Os membros desta comissão não serão remunerados, sendo suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao município.

Art.3º Estes Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Praia Grande, em 15 de junho de 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

VARNER DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****ERRATA AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020**

Publicação Nº 2523679

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020

ERRATA

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento de todos a alteração/acréscimo do objeto do Processo Licitatório nº 40/2020 – Tomada de Preços nº 05/2020, cujo objeto é a contratação de pessoa física ou jurídica para elaboração de projeto executivo de engenharia, para pavimentação, drenagem e sinalização do Prolongamento da Avenida 17 de Fevereiro, Centro do Município de Presidente Castello Branco.

1) A pavimentação será executada em área de aproximadamente 290,00 metros de extensão (duzentos e noventa metros), nas coordenadas geográficas: Início das coordenadas -27°22'29,6" -51°80'43,1" e final das coordenadas -27°22'07,7" -51°81'08,1".

2) A documentação referente à atestado e certidão de capacidade técnico-operacional de que trata o item 5.1 "I" poderá ser emitida em nome do profissional técnico da licitante.

Presidente Castello Branco (SC), em 10 de junho de 2020.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2020

Publicação Nº 2523611

EXTRATO DE CONTRATO

Nº 56/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de um veículo automotivo caminhão-tanque, 6x4, zero quilômetro, para atender a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Presidente Castello Branco/SC, com recursos de financiamento da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A – BADESC, Contrato de empréstimo Nº 2019 0285 01.
VALOR:	O preço total ajustado para a aquisição do veículo é a importância de R\$ 468.833,33 (quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos). O pagamento devido à vencedora será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do veículo e efetiva apresentação da nota fiscal, que será feito através de crédito em conta, no banco BRADESCO, Agencia Bancária: 3491-6 e Conta Corrente: 34746-9.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Giovani Durigon de Santi, representando neste ato o Município, conforme Portaria nº P/0853/2020, de 15 de junho de 2020, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
VIGÊNCIA:	31/12/2020

P/0842/2020, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523983

Estado de Santa Catarina
Município de Presidente Castello Branco
=====

PORTARIA nº P/0842/2020, de 09 de junho de 2020.

"NOMEIA FISCAL DO TERMO DE CONVÊNIO NA FORMA QUE ESPECIFICA."



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC, usando das atribuições que a Lei lhe confere, na forma do artigo 111, X da Lei Orgânica Municipal, bem como no artigo 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora Priscila Cassiano de Almeida, ocupante do cargo de Bióloga, como fiscal do Termo de Convênio nº 001/2017, firmado com o a Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial Familiar de Presidente Castello Branco – SC – COOPERCAS-TELLO, com objetivo de autorizar o uso de prédio público previamente desafetado, de acordo com a Lei n. 1.718, de 06 de abril de 2015 pela referida Cooperativa, prédio este localizado em Linha Salto da Praia, interior do município de Presidente Castello Branco, registrado sob matrícula nº 8.823 e lote 2.428. A cooperação entre os interessados tem a finalidade de auxiliar no desenvolvimento das atividades da Unidade de Processamento de Plantas Medicinais, Condimentares e Aromáticas ou simplesmente denominada “Casa do Chá”.

Art. 2º - Para fins de fiscalização externa ou denúncia sobre irregularidades na execução do ato, o fiscal nomeado poderá ser contatado no endereço eletrônico meioambiente@castellobranco.sc.gov.br e telefone (49) 3457 – 1140.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Adm. Municipal de Pres. Castello Branco-SC, em 09 de junho de 2.020

ADEMIR DOMINGOS MIOTTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09/06/2.020, na forma da L.O.M.

ANGÉLICA FRIGO
Diretora da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 120/2020

Publicação Nº 2524209

DECRETO Nº. 120/2020

NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 006/2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 80, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Presidente Getúlio, com fundamento na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem a COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 006/2020, os servidores a seguir relacionados:

- Mônica Chiodini – CPF nº. 007.419.179-98;
- Cheila Hoepers – CPF nº. 057.846.239-74;
- Joice Kollert Prust – CPF nº. 052.734.859-75.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 09 DE JUNHO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2020

Publicação Nº 2523779

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

INEXIGIBILIDADE/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 16/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2020

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL E CRECHES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, EM ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE. Entrega dos envelopes até o dia 07/07/2020 às 8h30min. Sessão de abertura às 8h45 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 15 de junho de 2020

Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 29/2020

Publicação N° 2523367

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 29/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO BIOMÉTRICO PARA ESCOLA VEREADOR JAIME GILI - CNPJ: 01.894.137/0001-08

Valor do repasse: R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais).

Presidente Nereu, 15 de Maio de 2020.ISAMAR DE MELO. Prefeito.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2020

Publicação N° 2523415

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 30/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CALHAS PARA CEI VÓ PAULINA - CNPJ: 10.227.225/0001-39

Valor do repasse: R\$ 1.731,00 (Um mil e setecentos e trinta e um reais).

Presidente Nereu, 15 de Maio de 2020.ISAMAR DE MELO. Prefeito.

Princesa

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23.2020, PL 64.2020, PR 29.2020 - MATERIAIS ESPORTIVOS

Publicação Nº 2523408

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020

No dia 15 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.836/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA RIO GRANDE DO SUL, 545, bairro CENTRO, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Edilson Miguel Volkweis, inscrito no CPF sob o nº. 066.378.379-89, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 29/2020, Processo Licitatório nº. 64/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de UNIFORMES ESPORTIVOS para uso dos alunos que frequentam as escolinhas e das equipes que representam o município de Princesa, além de materiais esportivos para a Secretaria de Esportes. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens				
6347 DJALMO DAVI 1, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 9753 K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI 5, 6 8323 SUPERMERCADO PRINCESA LTDA 2, 3						
As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acord licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:			o com o resultado da			
Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF			
DJALMO DAVI	75.540.930/0001-37	DJALMO DAVI	182.628.489-34			
K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI	10.585.243/0001-92	FLAVIA BOTTEGA	048.203.149-20			
SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	ANDRE PRIMAZ	032.080.269-86			

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de UNIFORMES ESPORTIVOS para uso dos alunos que frequentam as escolinhas e das equipes que representam o município de Princesa, além de materiais esportivos para a Secretaria de Esportes.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6347 - DJALMO DAVI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Bambolês 50cm: Material Plástico; Peso 50g; Arco Infantil; Tamanho: 50cm de diâmetro; 2 cm de espessura; Conexão de 8cm;	Un	GOLD	30,000	6,4883	194,65
4	Bomba de Ar para Encher Bola:	Un	POKER	3,000	36,0000	108,00

Bomba de Ar Dupla Ação para Encher Bola;

Bomba de ar manual dupla ação infla a bola nos 2 sentidos; Possui mangueira e 1 bico adaptador em metal.



Características:

Descrição Bomba de enchimento em 2 sentidos;

Material: PVC;

Conteúdo: 1 bomba de ar, 1 agulha, 1 mangueira.

Fornecedor: 6347 - DJALMO DAVI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

7 Kit Estacas p/ Treinamento: kit PISTA E CAMP 1,000 458,6866 458,69

As Estacas p/ Treinamento: com as seguintes características mínimas: possuir ponta de ferro e estrutura leve, para um transporte

prático;

Indicado para Treinamento;

Objetivo: Agilidade e Velocidade;

Composição: PVC;

Peso do Produto: 2,88 kg;

Dimensões Aproximadas: 2.5x170x2.5 (LxAxP) cm;

Itens Inclusos: 8 Estacas;

Pontas em ferro para melhor fixação no gramado.

8 Par de Rede Para Trave Futebol 7 Oficial em Seda, modelo caixote. Un REDESPORT 1,000 486,0000 486,00

Características:

Tipo de rede: Trave Futebol 7;

Altura: 2,25m; Comprimento: 4,90m;

Profundidade: 1,5m;

Material: Seda;

Espessura da malha 4mm;

Padrão da rede: Caixote;

9 Par de rede para trave futebol de campo oficial em seda, modelo Un REDESPORT 1,000 646,0000 646,00 caixote:

Características:

Tipo de rede Trave Futebol Campo;

Altura: 2,50m; Comprimento: 7,40m;

Profundidade: 2,20m;

Material Seda;

Espessura da malha 4mm;

Padrão da rede Caixote;

10 Paraquedas para treinos de resistência Un PISTA E CAMP 5,000 137,7557 688,78

Fabricado em náilon com redes de fixação, corte e a costura adequados para uma maior estabilidade.

Características:

- Dimensões aproximadas do diâmetro: 110cm

- Distância de 1 metro da base do paraquedas ate o cinturão.

- Cinturão ajustável medida mínima 50 e máxima 90 centímetros.

Itens Inclusos:

01 Paraquedas de corrida

01 Bolsa de transporte em nylon

11	Placar Sinalizador Substituição Duplo: Características Técnicas: Fabricado em material plástico de alta resistência, possui dispositivo numérico com cores fluorescentes para maior destaque, sistema de alteração tipo "manual", cor padrão preto com letras nas cores laranja e verde fluorescente. Com mostrador dos dois lados, a placa de substituição de jogador é indicada para os jogos amadores, clubes e profissionais. Os dígitos são presos por meio de elástico na própria placa por meio de sistema de elásticos, podendo ser convertidos em qualquer dígito de 0 a 9 rapidamente, sem a necessidade de ficar procurando pedaços de números espalhados e soltos, como ocorre normalmente. Números em cores fortes cítricas laranja e verde, com fácil visualização em lugares com pouca luz. Dimensões Aproximadas: 85cm x 38 cm	Un	PISTA E CAMP	1,000	619,0000	619,00
----	--	----	--------------	-------	----------	--------

12	Power Bag Treinamento Funcional (15kg) Produzido em capota Marítima de alta qualidade e durabilidade que garantem ótimos treinos. Material: Capota Marítima Peso: 15kg Pegadas: 7 pegadas para treinamento Produto Cheio Medidas Aproximadas: Altura 30cm, Largura 30cm, Comprimento 68 cm	Un	PISTA E CAMP	2,000	241,5716	483,14
13	Super Band kit com 4 Intensidades	Un	PISTA E CAMP	3,000	406,5790	1.219,74

Cada elástico possui 208 cm de comprimento;

Especificações do Super Band kit com 4 Intensidades;

1 elástico 13mm - leve intensidade;

1 elástico 21mm - média intensidade; 1 elástico 32mm - forte intensidade;

1 elástico 45 mm - extra forte intensidade;

Fornecedor: 8323 - SUPERMERCADO PRINCESA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	BARALHO DE CARTAS DE TRUÇO, NAPE Un 15,000 ESPANHOL.CONTENDO 50 CARTAS NO FORMATO 57MM X 89 MM				8,8900	133,35
3	BARALHO DE CARTAS QUE CONTÉM 55 UNIDADES DE Un 40,000 CARTAS, NO FORMATO 55MM X 89MM DE MATERIAL CARTÃO E PLÁSTICO CONTENDO 2 CORINGAS.				8,3900	335,60
Fornecedor: 9753 - K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

5 Calção em tecido Dry-fit sublimado Un 30,000 40,9385 1.228,16

Na frente do calção logo do município e número. Tamanho a definir.

6 Camiseta em tecido Dry-fit sublimada Un 30,000 45,8948 1.376,84

Na frente da camisa logo do município e número na altura do peito com a escrita "SME Princesa" e número nas costas da camisa;

Tamanho a definir.

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

1.1.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.1.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

1.1.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

1.1.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

1.1.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

1.1.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente,

designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

1.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

1.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseq-ente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela

Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntado-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº

8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Princesa, 15 de Junho de 2020.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

DJALMO DAVI CNPJ: 75.540.930/0001-37

K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI CNPJ: 10.585.243/0001-92

SUPERMERCADO PRINCESA LTDA CNPJ: 12.225.461/0001-41

DECRETO Nº 594, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524126

DECRETO Nº. 594, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019, no valor de R\$ 444.745,22 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e vinte e dois centavos) destinado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0015.1.015- Promoção da Indústria e Comércio

MODALIDADE:	(227) 4.4.90.00.0.3.0040.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.676,25
MODALIDADE:	(228) 4.4.90.00.0.3.0056.0000-	Aplicações Diretas	R\$	93.072,50
FONTE DE RECURSO: 03.0040 – Recurso FEP				
FONTE DE RECURSO: 03.0056 – Recurso Alienação de Bens				
TOTAL			R\$	95.748,75

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER

UNIDADE: 08.02 – DEPARTAMENTO DE TURISMO E LAZER

PROJ./ATIV.: 27.812.0050.1.058- Obras de Infraestrutura Esportiva e de Lazer

MODALIDADE:	(229) 4.4.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	348.996,47
FONTE DE RECURSO: 03.0000 - Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	348.996,47
TOTAL GERAL			R\$	444.745,22

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 444.745,22 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e vinte e dois centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2019 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 15 de Junho de 2020.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti
Contadora
CRC/SC 026787/O-2

DECRETO Nº 595, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524131

DECRETO Nº. 595, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019, no valor de R\$ 477.500,00 (Quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER
UNIDADE: 08.02 – DEPARTAMENTO DE TURISMO E LAZER
PROJ./ATIV.: 27.812.0050.1.058- Obras de Infraestrutura Esportiva e de Lazer

MODALIDADE:	(230) 4.4.90.00.0.1.513.0000-	Aplicações Diretas	R\$	477.500,00
FONTE DE RECURSO: 01.513 – Recurso Conv. - União- Construção Ginásio de Esportes				
TOTAL			R\$	477.500,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 477.500,00 (Quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 15 de Junho de 2020.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti
Contadora
CRC/SC 026787/O-2

EDITAL 06/2020 CONVOCAÇÃO DOS INSCRITOS PARA ESCOLHA DO TERRENO NO LOTEAMENTO PRIMAVERA

Publicação Nº 2524637

EDITAL 06/2020

Convocação dos inscritos para escolha do terreno no loteamento Primavera

Art. 1º. Ficam convocados as pessoas relacionadas no ANEXO I do presente Edital, para comparecer no Loteamento Primavera, às 18:15h do dia 16 de junho de 2020.

Art. 2º. No dia e hora acima mencionada, será realizado o sorteio e escolha dos respectivos terrenos pelos beneficiários presentes.

§1º. O primeiro sorteado escolherá 01 (um) dos 36 (trinta e seis) terrenos disponíveis.

§2º O segundo sorteado, escolherá 01 (um) dos 35 (trinta e cinco) terrenos ainda disponíveis, e assim sucessivamente.

§3º O trigésimo quinto sorteado escolherá 01 (um) entre os dois imóveis restantes, e ao trigésimo sexto restará o imóvel remanescente.

Art. 3. Não comparecendo o beneficiário ou seu representante, após a escolha mencionada no artigo segundo, a Municipalidade sorteará os lotes urbanos remanescentes, entre os ausentes que estiverem mencionados no ANEXO I.

Art. 4. Edital será divulgação no site do Município, Diário Oficial e nas redes sociais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 15 DE JUNHO 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

ANEXO I

NOME	Nº	MATRÍCULA	ASSINATURA
Alessandra Kuhn			
Daiane Felisberto			
Debora da Rosa Dias			
Fabiana Kuntz			
Janieli Carine Perius Pelisser			
Lizandra Kuntz			
Tânia Regina Hofstaetter			
Marlete Bueno			
Elizane Aparecida da Rosa			
Roberto Wuttke			
Vanderlei Klauss			

Marina Cristina Bucgs			
Sandra Mara dos Santos			
Taiana Kuntz Heckler			
Jacson Delevatti			
Marcos Antonio Kuntz			
Fabiana dos Santos			
Tatiana Moraes da Silva			
Cristiano da Silveira			
Fabiano Gilmar Dutra Martinez da Rocha			
Maria Justina Sberse			
Carlos Pereira			
Andre Luiz Backes			
Marisa Cristina Arent da Rosa			
Lucas Reichert			
Luciano Andre Klaus			
Jonas Feron			
Maicon Antonio do Nascimento			
Rafael Liesenfeld			
Ana Caroline Diemer			
Karine Bueno			
Adriana Ochoa de Oliveira			
Karine Ines Reichert			
Carine Wuttke			
Marivane Bueno			
Izael Primaz Policeno			

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 20.2020-FMS - PREGÃO PRESENCIAL 08.2020 - MEDICO REGULADOR SISREG

Publicação N° 2524272

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Fundo Municipal de Saúde de Princesa
Processo Licitatório 20/2020-FMS
Pregão Presencial 08/2020-FMS

O Município de PRINCESA/SC, por intermédio do FUNDO MUNICIAPAL DE SAÚDE, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, cujo objeto é "Contratação de empresa devidamente constituída que disponibilize profissional médico para atuar como regulador de forma remota por meio de login e senha própria, na autorização online em tempo integral do Sistema SISREG, além de criação e adequação de protocolos municipais." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 30 de junho de 2020, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 15 de junho de 2020. Denacir Epping – Gestor do FMS.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 70.2020-PM - PREGÃO PRESENCIAL 33.2020 - MÃO DE OBRA MECANICA

Publicação Nº 2523754

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 70/2020-PM
Pregão Presencial 33/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA, básica e especializada, manutenção elétrica, serviços de chapeação e pintura, serviço de guincho, serviço de torno e solda, aquisição de baterias e ainda, deslocamento para socorro a serem utilizados pela Frota Municipal de Princesa/SC". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC, no dia 01 de julho de 2020, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 15 de junho de 2020. Edilson M. Volkweis, Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 142, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524380

PORTARIA Nº. 142, DE 15 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com o que dispõe a Seção I, Artigo 130 e seguintes, Lei Complementar nº 22, de 30 de dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 68 (sessenta e oito) dias de Licença Prêmio ao Servidor, Senhor LEANDRO JOSÉ ROCKENBACH, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Município de Princesa/SC, portador do CPF nº 025.136.949-88, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir no período de 15 de junho de 2020 até 21 de agosto de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 15 de junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Publicação no DOM/SC – Ato nº 2524380

Data da Publicação: 16 de junho de 2020

Gilson Loga Lisboa

Quilombo

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO 49/2020

Publicação Nº 2524407

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO

ALTERAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2020.

O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento dos interessados a alteração promovida no Edital de Tomada de Preços nº49/2020, nos seguintes termos:

1 - Fica alterada a data prevista para a entrega dos envelopes contendo os documentos da habilitação e proposta para o dia 02 de Julho de 2020 às 09h00min, iniciando-se a sessão pública no dia 02 de Julho de 2020 às 09h10min, passando o item 1.1 do edital a vigor com a seguinte redação:

1.1. O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ 83.021.865/0001-61, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação de conformidade com a Lei 8.666/1993, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes contendo os documentos da habilitação e proposta para o dia 02 de Julho de 2020 às 09h00min, iniciando-se a sessão pública no dia 02 de Julho de 2020 às 09h10min, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000:

· Modalidade: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

· Regime de Execução: Indireta/Empreitada por Preço Global

· Tipo: Menor Preço/Por Lote

2 - Fica alterada a data limite para os licitantes interessados realizarem visita técnica, passando o item 4.1 do edital a vigor com a seguinte redação:

4.1. Os licitantes interessados em participar desta licitação deverão realizar visita técnica pelo responsável técnico da mesma, no local da obra, juntamente com o responsável técnico designado pelo Município de Quilombo (Arquiteto ou Engenheiro Civil), o qual emitirá a ATESTADO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA, até às 17 horas do dia 26/06/2020, sendo que a declaração é documento obrigatório para a habilitação, considerando inabilitada a empresa que não apresentar o referido documento.

Quilombo, 15 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 155/2020 - DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523313

DECRETO Nº 155/2020 - DE 10 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A DESISTÊNCIA DA CANDIDATA CONVOCADA PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere os Incisos IX e XXIII, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Inciso I do Art. 9º da Lei Complementar Municipal nº 032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001 e Art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001, Lei Municipal 1600/2001 e alterações,

Considerando o Decreto nº 142/2020, de 01 de junho de 2020, que dispõe sobre a convocação de candidata do concurso público 02/2019, para contratação temporária,

Considerando a Desistência encaminhada via e-mail, em 09 de junho de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica a candidata Sandra Sakrezenski, nº de inscrição 0019787, classificada na 2ª posição para o cargo de Técnica de Enfermagem, declarada desistente da vaga, tendo em vista a Desistência encaminhada via e-mail, em 09 de junho de 2020,

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado
Em __/06/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

DECRETO Nº 158/2020 - DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523593

DECRETO Nº 158/2020 – DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINARIO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.794/2019, de 14 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito extraordinário no orçamento do Município no ano de 2020, no valor de R\$ 35.441,67 (trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		08.00
Unidade	FDO MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE QUILOMBO		02
Função	Assistência Social		8
Subfunção	Assistência Comunitária		244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE		0018
Ação	SERVIÇO BÁSICO/CRAS/PAIF-PISO FIXO/FMAS		2.041
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Aplicação Direta – 3.3.90	01.52 – COVID-19	35.441,67
Valor Total R\$:			35.441,67

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do excesso de arrecadação de recurso vinculado.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 15 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA
TC/CRC/SC 15.171/0/1
Registrada e Publicado
Em __/06/2020
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

DECRETO Nº 159/2020 – DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524659

DECRETO Nº 159/2020 – DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FÁBIO FERREIRA TERRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65, da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 72 da Lei Complementar nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Considerando o Requerimento emitido pelo Sr. Fábio Ferreira Terres, protocolado sob o nº 7345/2020 de 03 de junho de 2020, requerendo Licença para Tratar de Interesses Particulares, não remunerada, no período de 01 (um) ano, de 01/06/2020 a 31/05/2021;
Considerando o Ofício nº 032/2020, expedido em 04/06/2020 pelo Setor de Recursos Humanos;
Considerando o Ofício 118/2020, emitido em 08/06/2020 pelo Secretário de Transportes e Obras Sr. Claudenir Serefini;
Considerando o Parecer Jurídico 19/2020 emitido em 15/06/2020 pela Procuradora Municipal Luciana Lima;
Considerando o Despacho nº 045/2020, emitido em 15 de junho de 2020, pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao Servidor Público Municipal Fábio Ferreira Terres, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, nomeado pelo Decreto nº 068/2012 de 16 de fevereiro de 2012, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, Licença para Tratar de Interesses Particulares, não remunerada, no período de 16 de junho de 2020 a 15 junho de 2021.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo poderá ser suspensa a qualquer tempo no interesse da administração pública municipal, conforme preceitua o § 1º do artigo 72 da Lei Complementar 032/2001.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em __/06/2020
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº 0425/2020 - DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524703

PORTARIA Nº 0425/2020 - DE 15 DE JUNHO DE 2020.

FIXA HORÁRIO DE TRABALHO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o disposto no Artigo 18 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001, e;

Considerando a Solicitação do Secretário Municipal de Obras Serviços Urbanos, sob Protocolo nº 7387, de 15 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR horário de trabalho aos Servidores Públicos Municipais com lotação na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, situada na Rua Presidente Juscelino, S/N, Centro, Quilombo/SC, de segunda-feira a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e 13h00 às 17h00, conforme relacionados abaixo;

Adroaldo Spolti (19971)
Arlindo Segalin (1295)
Erderson Mezzomo (19975)
Fabio Ferreira Terres (19922)
Gilmar de Marchi (1855)
Jair de Micheli (368)
Joari José Picinini (19915)
Joel Ozekoski (20116)
Julcemir de Souza (2016)
Jurandi Jungles (19870)
Rafael Jucie Bevilacqua (19869)
Sérgio Luis Tubin (2017)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 102/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em __/__/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0418/2020 - DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524702

PORTARIA Nº. 0418/2020 - DE 09 DE JUNHO DE 2020.

FICA SUSPENSO O REGISTRO DO PONTO ELETRÔNICO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SANDRO SERAFINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017; e,

RESOLVE:

Art. 1º FICA SUSPENSO O REGISTRO DO PONTO ELETRÔNICO, o Servidor Público Municipal, Sandro Serafini (20341), ocupante do cargo de Diretor de Departamento, a partir do dia 01 de junho de 2020, até novo ato em função do requerimento sob Protocolo Nº 7329, de 29 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/___/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0423/2020 - DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523464

PORTARIA Nº. 0423/2020 - DE 10 DE JUNHO DE 2020.

REVOGA PORTARIA Nº. 0135/2020 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a Portaria nº. 0389/2020 - de 27 de maio de 2020, que concedia dispensa do trabalho para tratar de assuntos particulares, à Servidora Pública Municipal, Alessandra Kavalek Peretto (20317), ocupante do cargo de Engenheiro Civil, em virtude da mesma não necessitar ausentar-se do local de trabalho na data de 12 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/___/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0424/2020 - DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523467

PORTARIA Nº. 0424/2020 - DE 10 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SIDNEY CAMPAGNARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Sidney Campagnaro (20113), ocupante do cargo de Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática, no dia 15 de junho de 2020, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7379, de 10 de junho de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 02h07min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

Rancho Queimado

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO 79

Publicação Nº 2524015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

ATO CONVOCATÓRIO LXXIX

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, informa e convoca os candidatos abaixo, aprovados através do Concurso Público nº 01/2017, a comparecerem no Setor Pessoal para manifestar seu interesse de ingressar no quadro da Administração Municipal:

- JANAINA FERNANDA KONFLANZ

Rancho Queimado, em 15 de junho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020 PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO

Publicação Nº 2523505

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO

O município de RANCHO QUEIMADO, SC, com sede na Praça Leonardo Sell, nº 40, Centro, Rancho Queimado, SC torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 HORAS do dia 09 de julho de 2020, tendo como local o CÂMARA DE VEREADORES, na Praça Leonardo Sell, nº 40, em Rancho Queimado, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeira PÚBLICA Oficial Srª. SIMONE WENNING, matrícula AARC/276, para venda à vista de bens móveis inservíveis: Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.MAXTERLEILOES.COM.BR, WWW.DIARIODELEILOES.COM.BR ou <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes>, ou ainda pelos telefones (48) 3275 3100 na Prefeitura ou (47) 9 8836 3676 com a Leiloeira. Aplicam-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Rancho Queimado (SC), em 15 de junho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2020

Publicação Nº 2523774

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.689.066/0003-92. Objeto: eventual fornecimento de BICA CORRIDA, conforme necessidade da Secretaria de Obras e especificações constantes no edital de Pregão nº 16/2020 para registro de preços. O valor global para a eventual contratação é de R\$ 56.920,00 (cinquenta e seis mil e novecentos e vinte reais). Data de assinatura: 09 de junho de 2020. Rancho Queimado, 15 de junho de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

PORTARIA 174-2020 CONCEDE LIC E AUX MATERNIDADE LURDETE H GRIGA

Publicação Nº 2524018

PORTARIA Nº 174/2020
CONCEDE LICENÇA E
AUXILIO MATERNIDADE

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE conceder a servidora LURDETE HEIDERSCHIEDT GRIGA, 180 (cento e oitenta) dias de Licença e Auxílio Maternidade a partir de 08 de junho a 04 de dezembro de 2020.

Rancho Queimado, em 08 de junho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 175-2020 CONCEDE FERIAS DILCEU WEISS

Publicação N° 2524020

PORTARIA N° 175/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, e com base na Lei Complementar nº 04/2020, RESOLVE CONCEDER 19 (dezenove) dias de FÉRIAS de 15 de junho a 03 de julho de 2020, a DILCEU WEISS, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Rancho Queimado, em 15 de junho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 176-2020 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO JORDÃO F SILVEIRA

Publicação N° 2524022

PORTARIA N° 176/2020
CONCEDE LICENÇA
PRÊMIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, e com base na Lei Complementar nº 04/2020, RESOLVE CONCEDER, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, de 15 de junho a 14 de julho de 2020, ao Servidor Efetivo JORDÃO FRANCISCO DA SILVEIRA, referente ao período aquisitivo 2008/2013, conforme comunicação interna da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

Rancho Queimado, em 15 de junho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 177-2020 CONCEDE FERIAS HELOIZA V LOCH

Publicação N° 2524028

PORTARIA N° 177/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 11 (onze) dias de FÉRIAS de 15 a 25 de junho de 2020, a HELOIZA VOGES LOCH, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Rancho Queimado, em 15 de junho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO NR 27 2020

Publicação Nº 2524062

PROCESSO LICITATORIO NR 27/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL NR 13/2020

A Prefeitura Municipal de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO, BEM COMO DA FÁBRICA DE TUBOS E EVENTUAIS SITUAÇÕES EMERGENCIAIS. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes documentos e propostas para dia 29 de junho de 2020, até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, nº 70, Centro, Rio do Campo - SC, sendo o certame regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Decreto Municipal nº 1.948 de 31/01/2005. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net. Rio do Campo, 10 de junho de 2020. Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 9077, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523628

DECRETO Nº 9077, de 09 de junho de 2020.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 6.090 de 19/12/2019.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 46.170,32 (quarenta e seis mil, cento e setenta reais e trinta e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	46.170,32
	TOTAL	R\$	46.170,32

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 46.170,32 (quarenta e seis mil, cento e setenta reais e trinta e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	46.170,32
	TOTAL	R\$	46.170,32

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO

09 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9080, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523672

DECRETO Nº 9080, de 10 de junho de 2020.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059.2020, DE 08.05.2020”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8740, de 08 de janeiro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Eletrônico nº 059.2020, de 08.05.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI
ROSALEN FABRICAÇÃO DE TINTAS E QUIMICOS EM GERAL

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
10 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9080/2020

Pregão Presencial: Nº 059.2020, de 08.05.2020.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC

Participantes:

SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI
ROSALEN FABRICAÇÃO DE TINTAS E QUIMICOS EM GERAL

Decisão: Pelo critério de melhor preço por lote, o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI
ROSALEN FABRICAÇÃO DE TINTAS E QUIMICOS EM GERAL

DECRETO Nº 9081, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523689

DECRETO Nº 9081, de 10 de junho de 2020.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2020, DE 18.05.2020.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Artigo 49, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 063/2020, de 18 de maio de 2020.

Parágrafo único – Atendendo aos interesses do Município, declaro revogado o Edital de Pregão Eletrônico nº 063/2020, com base no despacho anexo ao processo, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, em sua atual redação. Ato motivado devido a dois licitantes que foram classificados por apresentarem propostas acima do máximo aceito pela Administração e um único licitante remanescente não apresentou toda a documentação necessária para habilitação, restando o Certame FRACASSADO.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
10 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9082, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523693

DECRETO Nº 9082, de 10 de junho de 2020.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2020, DE 21.05.2020.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Artigo 49, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 072/2020, de 21 de maio de 2020.

Parágrafo único – Atendendo aos interesses do Município, declaro revogado o Edital de Pregão Eletrônico nº 072/2020, com base no despacho anexo ao processo, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, em sua atual redação. Ato motivado pela falta de interessados ao Certame, restando este deserto.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9083, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523695

DECRETO Nº 9083, de 10 de junho de 2020.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074.2020, DE 26.05.2020”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8740, de 08 de janeiro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Eletrônico nº 074.2020, de 26.05.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

10 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9083/2020

Pregão Presencial: Nº 074.2020, de 26.05.2020

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS DE COZINHA – GLP, A FIM DE ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE.

Participantes:

TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA.

Decisão: Pelo critério de melhor preço por item, o pregoeiro declarou vencedor o

licitante:

TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA.

DECRETO Nº 9084, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523697

DECRETO Nº 9084, de 10 de junho de 2020.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014.2020/FMS, DE 21.05.2020”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8740, de 08 de janeiro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Eletrônico nº 014.2020/FMS, de 21.05.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

UNIDAS VEÍCULOS LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
10 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9084/2020

Pregão Presencial: Nº 014.2020/FMS, de 21.05.2020.

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO, TIPO VAN, COM 7 LUGARES PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC.

Participantes:

UNIDAS VEÍCULOS LTDA.

Decisão: Pelo critério de melhor preço por item, o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

UNIDAS VEÍCULOS LTDA.

DECRETO Nº 9085, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523705

DECRETO Nº 9085, de 10 de junho de 2020.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013.2020/FMS, DE 15.05.2020”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8740, de 08 de janeiro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Eletrônico nº 013.2020/FMS, de 15.05.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA. EPP
V.C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA - ME
LETTECH INDÚSTRIA E COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA.
NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. – ME
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
10 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9085/2020

Pregão Presencial: Nº 013.2020/FMS, de 15.05.2020.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, CARTUCHOS E TONNERS, PARA ATENDER AS DE-
MANDAS DE DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC.

Participantes:

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA. EPP
V.C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA - ME
LETTECH INDÚSTRIA E COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA.
NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. – ME
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA.

Decisão: Pelo critério de melhor preço por item, o pregoeiro declarou vencedores os
licitantes:

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA. EPP
V.C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA - ME
LETTECH INDÚSTRIA E COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA.
NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. – ME
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA.

DECRETO Nº 9086, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523709

DECRETO Nº 9086, de 10 de junho de 2020.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053.2020, DE
21.05.2020”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37,
inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar Federal nº
123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8740, de 08 de janeiro de 2020, o resultado do
Edital de Pregão Eletrônico nº 053.2020, de 21.05.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando
também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

VR COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA. ME
HILEON CESAR SUCATELLI – M.E.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

10 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9086/2020

Pregão Presencial: Nº 053.2020, de 21.05.2020.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL/SC

Participantes:

VR COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA. ME
HILEON CESAR SUCATELLI – M.E.

Decisão: Pelo critério de melhor preço por item, o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

VR COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA. ME.
HILEON CESAR SUCATELLI – M.E.

DECRETO Nº 9087, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524717

DECRETO Nº 9087, de 15 de junho de 2020.**“HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019.”**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e ainda, de acordo com relatório encaminhado pela Empresa CONSCAM Assessoria e Consultoria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Concurso Público Nº 002/2019, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital de Concurso.

Art. 2º - O Anexo I e o Anexo II são partes integrantes deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul



Anexo I - Lista de Classificação (Deficientes)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0292911	CAROLINE KIESER	4280426	06/03/1986	73,333
2º	0296993	RAFAEL BACK	5232015	08/01/1995	66,667
3º	0293551	EDSON BONI	2123501	13/11/1970	53,333
Qtd. Candidatos:		3			



Anexo I - Lista de Classificação (Deficientes)

Cargo Assistente Social - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0293740	FABIANA CRISTINA VIEIRA	4148474	06/10/1985	70,000
Qtd. Candidatos:		1			



Anexo I - Lista de Classificação (Deficientes)

Cargo Auditor Fiscal da Receita Municipal - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0297295	ARY MADRUGA NETO	4795299	25/01/1995	93,333
2º	0300434	FERNANDA MABEL FELLTRIN ODEBRECHT	3458947	08/09/1977	56,667
3º	0298079	RODRIGO NUNES	4719175	07/06/1987	56,667
Qtd. Candidatos:		3			



Anexo I - Lista de Classificação (Deficientes)

Cargo Engenheiro Florestal - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0298783	BÁRBARA MAFRA DE ARAÚJO	6415369	31/10/1988	53,333
Qtd. Candidatos:		1			



Cargo Fiscal de Obras e Posturas - Prefeitura Municipal

Anexo I - Lista de Classificação (Deficientes)

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299562	ALEXANDRE ISE FIRMINO DA SILVA	3333995	12/05/1979	80,000
2º	0294296	EDENILSON BRANDL	4280898	25/10/1984	66,667
Qtd. Candidatos:		2			



Anexo I - Lista de Classificação (Deficientes)

Cargo Fiscal do PROCON - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0295701	GRASIELA ANDRADE HOFFMANN	4347430	28/07/1987	63,333
Qtd. Candidatos:		1			



Anexo I - Lista de Classificação (Deficientes)

Cargo Motorista de Caminhão - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0292456	MARCOS DIAS	4529769	14/07/1987	173,333
Qtd. Candidatos:		1			



Anexo I - Lista de Classificação (Deficientes)

Cargo Psicólogo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0297701	ALINE MARQUES	4529000	02/05/1991	70,000
Qtd. Candidatos:		1			



Anexo I - Lista de Classificação (Deficientes)

Cargo Psicopedagogo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0298199	CARLA NAUILA GOEDERT	5009238	04/08/1988	50,000
Qtd. Candidatos:		1			

Total Candidatos: 14



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Fundação Cultural

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0292752	TIAGO ROSSANO SANFELICE	1080004921	24/06/1984	86,667
2º	0298843	EURICELIA ALINE OLIVEIRA DE MACEDO	3042807	02/09/1987	86,667
3º	0294191	DENER THIAGO ANCINI	4934897	21/07/1994	83,333
4º	0297603	CAROLINA LOPES DOS SANTOS ZEFERINO	6133574	02/01/1998	83,333
5º	0294797	GUILHERME MOREIRA DUBLIM	7838852	20/07/2001	83,333
6º	0297625	SIARA BONATTI	3394708	24/01/1980	76,667
7º	0297362	ALANTÉO MARIO SCHLINDWEIN	3458704	27/02/1978	73,333
8º	0298057	JAQUELINE HOFFMANN BENNETT	5412169	21/01/1990	73,333
9º	0301079	RENAN DOS SANTOS PAUL	5815395	18/04/1996	73,333
10º	0298860	FABIOLA GIRARDI	2919268	10/11/1975	70,000
11º	0297877	ANA CAROLINA FRANZOI	3533107	09/01/1988	70,000
12º	0297609	ROBERTO RENGEL XAVIER	4483953	20/12/1989	70,000
13º	0294454	REGIANE FERREIRA	4719613	19/10/1990	70,000
14º	0299404	LAYS FIGUEIRO RIBEIRO VIEIRA	5828481	11/06/1994	70,000
15º	0298530	LUARA LOURENCO	5888533	19/03/1998	70,000
16º	0295917	JACKSON FERNANDO WEEGE	7173397	08/01/2000	70,000
17º	0296917	FELIPE GUILHERME KÜHL	6307525	04/10/2000	70,000
18º	0298995	EDILENE TERESINHA METZGER ZONDONAI	2495308	21/04/1974	66,667
19º	0293810	GERMANO DA COSTA JALOTO DA SILVA	217572031	01/11/1989	66,667
20º	0300293	JAÍNE CARDOSO	4932875	01/03/1991	66,667
21º	0298535	GRAZIELI BIZ	5613143	12/09/1993	66,667
22º	0296095	PAULA MÜLLER BALDEGA	5412313	08/02/1994	66,667
23º	0297517	LUIS HENRIQUE FIGUEIRA DE OLIVEIRA	5261614	28/08/1995	66,667
24º	0299102	JORLLAN DE CASTRO	6852392	05/12/1998	66,667
25º	0299558	THOMAS WILLIAN CORREA SCHAEFER	6050857	06/11/2000	66,667
26º	0299088	JUSSANARA PEREIRA DAMACENO	28928814	14/10/1974	63,333
27º	0301138	FERNANDA MICAELA RIBEIRO THEISS	3905145	19/08/1983	63,333
28º	0297366	PRISCILA TEREZINHA FAGUNES ABELINO	4485425	30/09/1987	63,333
29º	0294222	LIÉGE CAROLINE MAUER GRETSCHMANN	8260653	13/05/1988	63,333
30º	0299680	CARLOS THEISGES ALBINO	5181321	12/12/1994	63,333
31º	0301058	RAFAEL LEANDRO MANDEL	6517811	22/04/1996	63,333
32º	0300662	RAQUEL APARECIDA CAMARGO DE LIMA	5260057	29/12/1997	63,333



Cargo Agente Administrativo - Fundação Cultural

Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0298244	PIETRA STEFANI MINATTI DE OLIVEIRA	5379944	24/03/1998	63,333
34º	0299458	HEITOR DE SOUZA MARINHO	6072825	06/04/1998	63,333
35º	0297574	BRENDA BUBLITZ	5613389	07/06/1999	63,333
36º	0299232	MARCEL DA SILVA CORONETTI	5634504	18/09/2001	63,333
37º	0294256	MARIA CLARA COMPER DOS SANTOS	6919003	22/10/2001	63,333
38º	0300040	KETRIN PRISCILA SELL	5456193	08/05/1992	60,000
39º	0299774	LUCAS LUIS DE SOUZA	5654316	04/12/1997	60,000
40º	0300620	JULIO CESAR CLAUDINO	5456503	24/04/1999	60,000
41º	0296350	LUCAS ALESSANDRO PEREIRA MARTINS	5578423	13/10/1999	60,000
42º	0299109	EDUARDA SOFKA HASSE	4833205	28/10/1999	60,000
43º	0299065	TALES MULLER VAVASSORI	5844844	10/08/2000	60,000
44º	0297258	LUCAS GUSTAVO AMORIM	6213745	29/04/2002	60,000
45º	0293181	JUCILÉIA MOTTIN DA SILVA	4486418	21/11/1984	56,667
46º	0299711	ADRIANA HAMM RIBEIRO DOS SANTOS	4485443	20/01/1986	56,667
47º	0294968	IVONETE SANTILHA SILVA NAZARI	4432574	06/02/1988	56,667
48º	0300218	LAIANA NERI DE SOUZA	346661134	07/07/1989	56,667
49º	0296183	PAMELA OENNING LIPPEL	5815550	15/11/1993	56,667
50º	0295347	HELLEN DA SILVA FRARON	6940565	14/03/1998	56,667
51º	0296124	LUIS FERNANDO MAURICIO	6,993,164	13/08/1998	56,667
52º	0300063	MAICON MILTON ROCHA	5815825	24/09/2000	56,667
53º	0296796	SAMUEL BRUNO DE OLIVEIRA GISLON	7020260	07/07/2001	56,667
54º	0294379	EDESIO VALCIR BONI	2911035	03/03/1978	53,333
55º	0299219	DAIANA SCHWATZ OLIVEIRA	4056453	13/03/1987	53,333
56º	0299272	DANIELE ANDRE KESKE	4719465	15/10/1991	53,333
57º	0299326	KAYNANN SEBOLD RAUTT	6072891	02/08/1995	53,333
58º	0301012	JULLIA CHIDA	387422237	08/02/1996	53,333
59º	0300299	SUELEN DA CUNHA	6230058	23/10/1997	53,333
60º	0293366	GUILHERME CHIQUETTI CORREA	6230119	28/05/1998	53,333
61º	0296775	LUANA BAUMGARTEL	7133682	28/12/1999	53,333
62º	0297515	ISABEL FACHIN	6005742	10/02/2000	53,333
63º	0297390	JACKSON MALKOWSKI	6230613	12/06/2000	53,333
64º	0295720	IGOR LEONARDO HECH	6050302	29/07/2001	53,333
65º	0298804	ELISANGELA CORREIA DE MELO	44864159	26/01/1984	50,000

Página 2 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Fundação Cultural

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
66º	0297346	CLEVER BRUNO PEREIRA	4475435	17/01/1988	50,000
67º	0296204	ALINE ADUR	5496613	28/12/1989	50,000
68º	0294921	ANA CAROLINNI SOUZA MARIA RODRIGUES	6116633089	24/06/1992	50,000
69º	0293757	PRISCILLA SALES	5815750	22/04/1993	50,000
70º	0300786	MATHEUS HENRIQUE PEREIRA DA SILVA	7234775	03/06/1996	50,000
71º	0297602	GABRIELE ALVES	6704316	18/01/1998	50,000
72º	0300249	BÁRBARA FAGUNDES DA SILVA	6794135	13/10/1999	50,000
73º	0300159	HELOISA CAROLINE LAURINDO	6988973	22/12/1999	50,000
74º	0301062	LETHICIA HENNICH PATERNO	6947682	26/02/2000	50,000
75º	0300791	AMANDA BALIERO DA SILVA	6672244	01/12/2001	50,000
Qtd. Candidatos:		75			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299374	CHANDER ALEIXO LOSI	44851650	11/08/1982	90,000
2º	0292450	INÃ CARINI ZAPELINI ZANELLA	5030752	19/05/1992	90,000
3º	0297170	NAIARA BEBER	6132352	21/03/2000	90,000
4º	0292512	MARIA CONCEIÇÃO MORAES DA TRINDADE	8103493	08/09/1966	86,667
5º	0295711	DAIANE BREHSAN	4431169	17/08/1983	86,667
6º	0298289	RAFAEL ANTONIO DE OLIVEIRA MEIRELES	301640889	03/04/1980	83,333
7º	0297104	THIAGO GOIS	102164520	16/12/1990	83,333
8º	0295143	GISLEINE FRANCIELE SCHWEITZER	4234794	25/01/1991	83,333
9º	0292950	GUSTAVO HENRIQUE PERFOLL DE SOUZA	4740936	24/10/1991	83,333
10º	0296688	PÂMELA AGOSTINI	5880231	24/03/1993	83,333
11º	0296234	MONIQUE HORST	6150780	29/12/1995	83,333
12º	0298078	MÔNICA HORST	6150779	28/02/1997	83,333
13º	0300691	ELIS MARIANA PIOVESAN	7656339	06/03/2001	83,333
14º	0297322	CARLA ROBERTA FERREIRA	3869210	02/10/1981	80,000
15º	0295993	MORGANA SCHNEIDER SEEMANN	43,47605	03/05/1983	80,000
16º	0292551	CLÓVIS EDUARDO CUCO	44321759	22/12/1983	80,000
17º	0298166	GREICE DAIANA DOLZAN STEDILE	4719948	14/10/1985	80,000
18º	0297154	SUELLEN ROSANGELA VICENTE	4969629	01/06/1987	80,000
19º	0295273	ALCILENE VIEIRA DE OLIVEIRA	5022442	10/04/1989	80,000
20º	0300910	JEFERSON NARDELLI	45286949	21/05/1990	80,000
21º	0295455	WALTER EDUARDO KAUFMANN	4740180	21/10/1991	80,000
22º	0294090	STÉPHANY SOUZA DA SILVA	5108677344	25/06/1992	80,000
23º	0292496	MARINA LOMBARDI FLORIANO	5578024	17/08/1993	80,000
24º	0296515	FERNANDO HENRIQUE OGLIARI	6189240	11/07/1994	80,000
25º	0300193	FLAVIO SCHVETCHER	48339741	17/07/1995	80,000
26º	0298680	VINICIUS MATHEUSSI ALVES	5181617	15/11/1995	80,000
27º	0301234	MIGUEL HENRIQUE SOUZA HOFFMANN	5009200	08/03/1996	80,000
28º	0292821	DAIANE MAURICIO	6133826	04/11/1996	80,000
29º	0299696	GIULIANA DOLZAN ZELINSKI	6905642	26/08/2001	80,000
30º	0296366	ROBERTO FREDERICO CAYE	25313 CRASC	08/03/1963	76,667
31º	0296240	LEONARDO DA SILVA ANCHIETA	0130586050	25/07/1982	76,667
32º	0301282	NAJARA VIEIRA RAMOS DE SOUZA	4233493	16/06/1986	76,667

Página 4 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0298499	ANA TERESA GOULART	4232097	09/05/1987	76,667
34º	0300748	CHAIENE BETSY CLAUDINO	4719230	13/10/1987	76,667
35º	0298822	KLEBER ALCIR AVI	4068187	08/11/1989	76,667
36º	0293984	DIOGO DA SILVA	105311575	03/11/1991	76,667
37º	0296509	JULIAN RAONI CONSTANTINO	5379655	23/04/1992	76,667
38º	0295074	CARLOS EDUARDO WETZSTEIN	6072486	27/05/1992	76,667
39º	0300629	RAFAEL DE FREITAS	52797090	14/12/1992	76,667
40º	0297679	ADRIANO RENGEL	5261823	02/07/1995	76,667
41º	0299061	NATANAEL VINICIUS VINOTTI	6133086	28/11/1995	76,667
42º	0296727	LETICIA DO AMARAL	4719499	03/03/1997	76,667
43º	0295526	GABRIEL SANGIOVO MASSOCO	6937303	28/03/1998	76,667
44º	0292722	JOANNA FLAVIA SANTOS	34726560	06/09/1998	76,667
45º	0300119	GUILHERME FRONZA DA SILVA	5815596	22/05/1999	76,667
46º	0292854	JOÃO RUBENS MACEDO LIMA BERTELLI	5578746	14/08/1999	76,667
47º	0299227	NAIARA KRISTINA HEINZ	5844996	16/11/1999	76,667
48º	0300046	JOSÉ GUSTAVO COSTA DOS SANTOS	6133418	13/04/2002	76,667
49º	0297780	VANDERLEI ALBERTO AGUIAR	1897774	01/12/1967	73,333
50º	0300754	ANGELA KUROSKI	4024652	03/03/1981	73,333
51º	0298076	AMAURI DE SOUSA FREITAS JUNIOR	3693935	05/08/1981	73,333
52º	0292906	GUACIRA RÉGIO LOPES	7885027	05/10/1983	73,333
53º	0297922	RONALD BREHMER JUNIOR	4154762	09/02/1985	73,333
54º	0298863	VICTOR DA SILVA DA LUZ	8087649714	13/12/1985	73,333
55º	0292911	CAROLINE KIESER	4280426	06/03/1986	73,333
56º	0297352	ALINE ZEFERINO GOEDE	5088565	17/04/1988	73,333
57º	0300886	JULIANO DA SILVA	4475277	22/04/1988	73,333
58º	0300599	RAPHAEL HENRIQUE STUY	5479104	22/11/1988	73,333
59º	0292511	NATAN LUIS ROBERTI	4171327	03/03/1990	73,333
60º	0294777	RAQUEL ELIZABETH ALVES DE ASSUNÇÃO	4403475	04/03/1991	73,333
61º	0299454	FRANKLIN VINICIUS HOLLER	4118732	25/06/1992	73,333
62º	0300640	NICOLE SILVEIRA DE ARAÚJO BEZERRA	5379378	24/04/1993	73,333
63º	0298807	SABRINA SCHULZ	5844402	29/01/1995	73,333
64º	0299370	MAIKY DOUGLAS DA SILVA	55815717	20/12/1995	73,333
65º	0298440	JULIA DA CONCEIÇÃO BELTRAN	7746133	20/06/1996	73,333

Página 5 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
66º	0296801	MARIA CAROLINA SCHLICKMANN	6828462	26/08/1996	73,333
67º	0295016	JULIO FERNANDO HERDT	5748660	23/10/1996	73,333
68º	0300042	IGOR DANIELSKI	5872753	12/08/1997	73,333
69º	0295732	ANGÉLICA SOUZA MACARI	5670021	08/12/1997	73,333
70º	0299340	RAYANNY CRISTYNY SCHNEIDER	7299892	13/03/2000	73,333
71º	0296400	CAROLINA PISETTA PAES	6072415	05/05/2000	73,333
72º	0298575	LUCAS STADNIK CALDAS	6420483	25/11/2000	73,333
73º	0296719	PEDRO JORGE APOLINÁRIO KURTH	7514494	07/02/2001	73,333
74º	0300160	LILIAN APARECIDA DA SILVA CUNHA	3210387	22/05/1978	70,000
75º	0294528	VALMIR RUBLESKI	3718604	01/02/1981	70,000
76º	0295469	JOSEANE DUMES	4404201	30/01/1987	70,000
77º	0294025	PRISCILA JAIANA GARCIA ELIAS	4719310	11/02/1989	70,000
78º	0296445	CÍNTIA DE LIMA CUCO	5844217	23/02/1989	70,000
79º	0292477	CHÉLIDA CECHETTO	5633008	12/01/1993	70,000
80º	0295764	FERNANDA NIEHUES	5815568	11/05/1993	70,000
81º	0296561	JULIA CANDIDO	5088274	27/06/1993	70,000
82º	0296712	JESSICA MALKOWSKI	6230612	27/01/1996	70,000
83º	0299670	ADRIANO ALMEIDA DE CAMPOS	7117650	03/06/1996	70,000
84º	0297449	LUCAS JOSÉ DEMARCH	6133997	20/10/1996	70,000
85º	0292509	JOÃO PEDRO POSSAMAI	5714846	30/05/1997	70,000
86º	0298652	KARYN KAROLINY FELTEN	4578636	21/03/1998	70,000
87º	0294108	ANA CAROLINA COSTA DA SILVA	7465041	23/08/1998	70,000
88º	0299702	BRENDA PAETZOLDT SILVA	395149538	06/09/1998	70,000
89º	0299323	TAUANE FEDER	6886383	09/11/1998	70,000
90º	0296748	JUAN PABLO DA SILVA	5578350	11/02/1999	70,000
91º	0300161	ERICK MAYER FREITAS	6684925	21/04/1999	70,000
92º	0295549	IASMIN NATALI BEIRAO	7446923	27/07/2000	70,000
93º	0296699	ANTONIO RAFAEL PACHECHNE	6832468	27/01/2001	70,000
94º	0299174	DANIELLE RIBEIRO	5888352	03/03/2001	70,000
95º	0296863	FRANCIELE DA SILVA	6072559	25/05/2001	70,000
96º	0298401	RICARDO ADEMAR HOELLER	1670913	15/10/1965	66,667
97º	0300289	MIRIAN GRANADO	28224673	08/11/1974	66,667
98º	0297997	MARCIA FUCHTER	2915408	30/01/1975	66,667

Página 6 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
99º	0298562	LUIS ADRIANO GIOVANELLA	3211016	05/11/1975	66,667
100º	0296027	GISELE PATERNOLLI VIEIRA	3977862	27/08/1983	66,667
101º	0298582	ANDREA WILDE PEREIRA	3718267	11/04/1985	66,667
102º	0299923	MARCOS ALVES COSTA JUNIOR	7862014	27/05/1985	66,667
103º	0297752	NAIARA THOLL	49052861	25/03/1986	66,667
104º	0292759	SARAJANE STEINHEUSER	52328651	09/07/1988	66,667
105º	0294941	ELIANA DE MENECH GUARDA	4860259	20/07/1988	66,667
106º	0295582	OSIEL RIBEIRO	4691010	21/09/1988	66,667
107º	0298063	DANIELA CARVALHO	5529609	28/08/1989	66,667
108º	0296362	RICARDO CORRÊA	3354000	28/08/1989	66,667
109º	0298042	DÉBORA SILVA DE FIGUEIREDO	5379204	07/01/1991	66,667
110º	0298292	THAYS COLOMBARA DE MELO MEDEIROS	8253148	05/03/1991	66,667
111º	0298030	EDSON BACHMANN JUNIOR	41543084	26/06/1991	66,667
112º	0300727	GUSTAVO CEOLA	4745234	09/10/1992	66,667
113º	0300246	ARTHUR FERREIRA	5578368	15/05/1994	66,667
114º	0296993	RAFAEL BACK	5232015	08/01/1995	66,667
115º	0298887	JAINE DA SILVA MIGUEL	6230585	20/04/1995	66,667
116º	0298566	LETICIA NEVES DA SILVA	5261144	16/09/1996	66,667
117º	0299539	CAIO FIGUEIREDO DA MOTA	5827407	03/01/1997	66,667
118º	0296273	JESSICA HENNICH BARBOZA	4719054	26/02/1997	66,667
119º	0297227	SAMUEL LENZ	6230438	19/03/1997	66,667
120º	0300584	LORENA DE OLIVEIRA	5636152	16/09/1997	66,667
121º	0300209	GABRIELE APARECIDA DINIZ	53803285	30/01/1998	66,667
122º	0292751	CAROLINE CACILDA FURLANI	5578547	10/03/1998	66,667
123º	0298094	FILIPPE MARIAN	6307162	28/04/1999	66,667
124º	0298109	AUGUSTO CÉSAR DA COSTA	5088249	02/12/1999	66,667
125º	0298706	EDUARDA ELEOTÉRIO	6072633	11/04/2000	66,667
126º	0297284	LETÍCIA DEMARCHI	6992159	13/09/2000	66,667
127º	0295371	AMANDA PERES FARIAS DALLA BERNARDINA	7033342	06/02/2002	66,667
128º	0298429	DAVID ANTONIO STADNICK MACHADO RUSYCKI	6663885	24/02/2002	66,667
129º	0299460	MURILO FELIPE DA COSTA	6619557	20/03/2003	66,667
130º	0297070	ADELBERT GERHARD HENNIG	323642	07/08/1955	63,333
131º	0300710	JOSE MARCELO GOMES FRANCISCO	079601498	06/08/1966	63,333

Página 7 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
132º	0299882	EDAMARA SILVA	1679490	23/12/1967	63,333
133º	0294421	SIRLEI BONESS	19414420	12/08/1970	63,333
134º	0300235	ELIAS DA SILVA	2626779	07/01/1973	63,333
135º	0299241	FRANCISCO MANOEL CONSTANTE JUNIOR	2629216	16/02/1973	63,333
136º	0293033	ANA KRIS BUNN DE LIZ	3646908	23/08/1979	63,333
137º	0294209	CRISTINA ADRIANO BRITO	4280624	10/02/1984	63,333
138º	0295747	JOSIANE BACK	4171781	01/02/1987	63,333
139º	0296329	SILVIA CARDOSO	4056497	09/02/1987	63,333
140º	0295364	VIVIANE BONDAVALI DE SOUZA	4475876	15/08/1988	63,333
141º	0297700	MARCEL VICENTI	4690763	18/09/1988	63,333
142º	0292992	CLAUDIANO DE SOUZA LIMA	2134462949	02/03/1989	63,333
143º	0298950	LARISSA SANTANA SELL	5261703	19/02/1991	63,333
144º	0293188	FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS	4691777	14/05/1991	63,333
145º	0299486	ELIANE APARECIDA RODRIGUES	5880897	30/08/1991	63,333
146º	0296807	CARINA SUELI NICOLodi	5334044	09/04/1992	63,333
147º	0301247	CRISTIANE OLIVEIRA PACKER	6058470	16/04/1992	63,333
148º	0298470	ELTON MAYER DE FREITAS	5226036	17/06/1992	63,333
149º	0299713	THAMARA MENEGHETTI	5261967	18/05/1993	63,333
150º	0299877	MORGANA REDEL	6133473	04/02/1994	63,333
151º	0297179	RÔMULO MATHEUS DE ÁVILA	5815686	07/11/1995	63,333
152º	0294182	MATHEUS HORST FABRICIO	4719918	08/04/1996	63,333
153º	0295642	RICARDO KOLM	5379815	04/07/1996	63,333
154º	0299296	JULIANA GIACOMINI	6133068	30/09/1996	63,333
155º	0300968	MARTHA YURIKA STEIN BARKEMEYER	5379402	31/12/1996	63,333
156º	0296772	SIBELI MARIANA GOMES SILVA	5845024	07/05/1997	63,333
157º	0295746	JOÃO VITOR BUENO DA SIL	54650496	03/08/1997	63,333
158º	0295128	CRISLAINI JAQUELINI MACHADO	5670807	08/11/1998	63,333
159º	0295940	POLIANA PEREIRA CORREIA	6479897	05/12/1998	63,333
160º	0296916	THAÍS SBORZ	6307355	12/02/1999	63,333
161º	0296290	STEFANI FORSTER BATISTA	6005796	28/02/1999	63,333
162º	0293987	JOAO VITOR PADILHA	5279776	04/03/1999	63,333
163º	0293716	LUCAS DANIEL KALBUSCH	7704160	20/04/1999	63,333
164º	0299382	LEONARDO DOS SANTOS BRANGER	5578397	12/09/1999	63,333

Página 8 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
165º	0298086	FELIPE MAIER	5379325	01/11/1999	63,333
166º	0299394	HELENA GRAMKOW MARÇAL	6230546	14/04/2000	63,333
167º	0295133	GABRIELA DA SILVA	5261857	18/05/2000	63,333
168º	0298870	LÁILA APARECIDA MORAIS	6917490	27/10/2000	63,333
169º	0300019	RAQUEL REGINA DA SILVA	7542481	29/12/2000	63,333
170º	0298660	RONALDO GABRIEL FIGUEIREDO	5880577	27/04/2001	63,333
171º	0294680	NICOLE DÜMES	6133887	29/05/2001	63,333
172º	0297110	PAMELA LUZIA WESSEL	6891522	12/06/2001	63,333
173º	0293395	TÍFANE SAMANTA SOARES	5750603	14/01/2002	63,333
174º	0298403	NILZA PIERITZ	14246856	13/09/1965	60,000
175º	0299777	CLAUDIA DENISE HOELLER RUDIGER	1895992	09/08/1968	60,000
176º	0294478	CYNARA LUCIANA MENDES DE ABREU	2330761	18/03/1970	60,000
177º	0298478	VIVIANE BACHMANN	2914268	13/03/1973	60,000
178º	0293351	MARGARETH KNUPFER	2499782	25/08/1973	60,000
179º	0300064	LEILA DE SOUZA	2914239	23/12/1974	60,000
180º	0299078	LUCIANA DA SILVA	2918999	13/01/1975	60,000
181º	0300176	LUCIANA MARCILIO	2919588	11/03/1975	60,000
182º	0299845	LUCIANO FRANCISCO	3395940	27/10/1976	60,000
183º	0300092	CLEIA SABRINA DA ROCHA	3512082	22/08/1978	60,000
184º	0292628	MARILEI PESSATTI	34580158	21/01/1980	60,000
185º	0294385	FABIANE TEREZINHA VINCI	3598409	07/08/1981	60,000
186º	0296318	KELLY CRISTINA MEDEIROS DE SANTANA	299875520	18/02/1982	60,000
187º	0297063	LETICIA RAIMUNDO DE ANDRADE	4573399	05/11/1987	60,000
188º	0296797	DIEGO SCHWAMBACH	4475366	03/05/1988	60,000
189º	0297596	THAYSA RIBEIRO LOPES BARRETO	5552371	05/07/1988	60,000
190º	0296063	VANESSA PATRICIA SCHWAMBACH	4403039	01/03/1989	60,000
191º	0300306	JOSE ROBERTO PEREIRA	5012495	14/06/1989	60,000
192º	0293204	FRANCIELE CRISTOVAO	4691306	10/06/1990	60,000
193º	0298233	CAMILA FERNANDA DE SOUZA	53791860	17/01/1991	60,000
194º	0296444	RONAN RAFAEL DE FREITAS	4475130	31/01/1992	60,000
195º	0296161	SIMARA ESSER LAGUNA	4740261	03/09/1993	60,000
196º	0298031	ALANA GROSCH	4690517	30/04/1994	60,000
197º	0300821	JOANA SCHNEIDER	4934950	17/05/1994	60,000

Página 9 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
198º	0299974	ALISSON LUCAS DORIGON	6111238	08/06/1994	60,000
199º	0296203	LUIS FERNANDO GIRARDI	5261037	19/07/1994	60,000
200º	0296169	LUANA DA CRUZ SANTOS	5442775	07/08/1994	60,000
201º	0297953	THAILIZE SCOPEL CONING	4383645	14/01/1995	60,000
202º	0297333	ALTAIR LAMIM JUNIOR	5412322	03/02/1995	60,000
203º	0299504	GUSTAVO DA SILVA CONZATTI	5578607	16/03/1995	60,000
204º	0299977	CÍNTIA REDEL	5815545	20/07/1995	60,000
205º	0297871	BRENDA POLIANA MULLMANN	6700987	03/03/1997	60,000
206º	0296678	LARISSA CAROLINE DA ROSA	6072826	18/08/1997	60,000
207º	0299295	TAIS ROSSETTI	6230427	16/01/1998	60,000
208º	0298893	JOSÉ LUAN DA SILVA	5815716	04/02/1998	60,000
209º	0298072	GUSTAVO HENRIQUE MAZZI	6005354	17/02/1998	60,000
210º	0297895	NICOLLE RICHARD	6058156	27/10/1998	60,000
211º	0299502	JAQUELINE WIESSNER	5923320	05/12/1998	60,000
212º	0298790	LUIZ HENRIQUE TRAMONTINI GONÇALVES	5798574	05/12/1998	60,000
213º	0292952	MARIANA CAPISTRANO JUNCKES	5312830	08/03/1999	60,000
214º	0298392	CARLOS EDUARDO NAZARIO	6652019	27/04/1999	60,000
215º	0297168	DÉBORA NATASCHA SCHMÖLLER	6773995	02/12/1999	60,000
216º	0294867	EDEMIR ZUCATELLI	5815878	07/01/2000	60,000
217º	0292717	CAMILA POSTAIS DE SOUZA	6072236	03/11/2000	60,000
218º	0299967	THAGOR LOHSE SCHEUNEMAMM	5251044	26/04/2001	60,000
219º	0300679	RICHARD VINICIOS LOURENÇO MARTINS	6991914	29/08/2001	60,000
220º	0296263	ALINE FEIBER WEISS	5815857	27/11/2001	60,000
221º	0300879	THAYRINE SÔNIA ZANGHELINI DIAS	5923171	11/12/2001	60,000
222º	0299342	DIOGO FERREIRA	5578367	07/01/2002	60,000
223º	0294715	DANIELE ROSSETTI	6905493	12/02/2002	60,000
224º	0298097	ANE CRISTINE CRISPIM	6072382	26/02/2002	60,000
225º	0296403	DANIEL BASILE	149944883	23/08/1965	56,667
226º	0296758	ISOLETE FRANCISCO WETZSTEIN	1981458	21/02/1966	56,667
227º	0293937	CARLA CRISTINA THIEM CRISTINO	2122733	16/11/1967	56,667
228º	0299262	JOSÉ LUIZ POSSAMAI	24981710	16/07/1971	56,667
229º	0298157	PATRICIA SCHNEIDER	3869403	04/07/1972	56,667
230º	0299369	SÔNIA APARECIDA MARTINS	2912890	10/01/1973	56,667

Página 10 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
231º	0294398	ANGELA CLAUDINO MACHADO DUARTE	3458231	07/08/1978	56,667
232º	0296511	ROBERTA HOCHLEITNER	3693994	24/01/1981	56,667
233º	0296938	JOSÉ DOMINGOS DOS SANTOS FILHO	4234470	24/02/1982	56,667
234º	0294047	VANESSA MARCHI TENFEN	4024499	25/04/1983	56,667
235º	0297363	VINICIUS GIL SAETTINI	4311182	08/11/1983	56,667
236º	0301075	LILIANE RODE	4475701	11/03/1984	56,667
237º	0298802	LUCILENE BILK	4024176	16/03/1984	56,667
238º	0299244	DANIELA JALUSA DE SOUZA DA SILVA	4486214	22/11/1985	56,667
239º	0301253	RAFAEL GORAL	4171204	01/02/1986	56,667
240º	0299095	CAROLINA GUISELINI NAVARRO	408445324	09/06/1987	56,667
241º	0300923	DAIANY PAMPLONA DOS SANTOS	401082167	12/08/1987	56,667
242º	0293200	ELISA FLORIANO	4475225	19/05/1989	56,667
243º	0297585	TATIANA REGINA FELACIO	4719758	02/06/1989	56,667
244º	0298497	RENAN LIVRAMENTO PIAZERA	4486382	03/10/1989	56,667
245º	0296048	CINTIA ESSER LOCH	4740260	17/09/1990	56,667
246º	0299611	RAMILY TEIXEIRA	53793420	26/03/1991	56,667
247º	0293822	CRISTIAN ALBERTO EBELE	4833058	14/08/1991	56,667
248º	0300763	ANDERSON LORIVAL JENSEN	6661428	09/07/1995	56,667
249º	0300276	DARLAN SERGIO SCHLICKMANN	6230013	17/11/1995	56,667
250º	0297022	JAQUELINE MERIZ	2292878	05/12/1995	56,667
251º	0295662	TAINARA FIGUEIREDO DA ROSA	4833637	10/01/1996	56,667
252º	0300867	TAMIRES KOHL	6072251	31/05/1996	56,667
253º	0298861	MAYARA KERELYN DA SILVA ANDRE	7862242	27/08/1996	56,667
254º	0299538	DARLAN CARLOS GARDOLIN	5654317	17/10/1996	56,667
255º	0297101	JAINE CAPISTRANO FERREIRA	6050545	08/01/1997	56,667
256º	0295493	MARILUCI CRISTINA SCHÄFFER	5748877	14/01/1997	56,667
257º	0294258	JEFERSON RICHARTZ	5654487	28/05/1997	56,667
258º	0297065	WILLIAN DE FRAYN	6788995	03/10/1997	56,667
259º	0295164	LARISSA DE LOURDES FERREIRA	6722864	29/03/1998	56,667
260º	0293243	WESLEY ROBERTO SUCHARA	5654149	08/04/1998	56,667
261º	0295415	JESSICA PATRICIA ALVES	6292786	15/06/1998	56,667
262º	0298397	RUAN CARLOS HOFFMANN	6958060	18/07/1998	56,667
263º	0295062	AMANDA ROSSETTI STAHNKE	5261247	02/08/1998	56,667

Página 11 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
264º	0293857	LETICIA KAIANI DE SOUZA	6693621	20/08/1998	56,667
265º	0292603	ALINE DO AMARAL	4719498	28/12/1998	56,667
266º	0295331	FABRICIO ZERMIANI	6794772	25/01/1999	56,667
267º	0299417	PIETRA ISABELLA MAYER GOUVEIA	6866245	23/07/1999	56,667
268º	0293476	LAURA LUISA EGER	5748702	27/08/1999	56,667
269º	0292517	LARA BALDO	7307652	15/09/1999	56,667
270º	0300227	STÉFANI NAU BRIDI	5815051	31/01/2000	56,667
271º	0296308	LUIS ARTHUR SCHLUP	6819323	15/07/2000	56,667
272º	0296216	LÁRANY CRISTINA PENZ	9915040249	09/03/2001	56,667
273º	0292802	GABRIELA SPILLER DE ARAUJO	5766586	24/03/2001	56,667
274º	0297048	JÚLIA MARTINS DE SOUZA	7004842	24/11/2001	56,667
275º	0298614	CARLOS HENRIQUE MORATELLI	6707308	26/01/2002	56,667
276º	0293551	EDSON BONI	2123501	13/11/1970	53,333
277º	0299443	CLAUSIR ELIAS RIBEIRO	2705398	05/03/1973	53,333
278º	0293960	ROSANGELA	3211072	26/05/1974	53,333
279º	0299301	ANDIARA REGINA ERCKMANN DOS SANTOS	2916137	29/10/1974	53,333
280º	0296152	CRISTIANE ROTH WAHLBRINCK	6072226	13/05/1977	53,333
281º	0299780	FABIANE REGINA SCHLICHTING	3741371	28/05/1977	53,333
282º	0296915	JOSIANE NEVES DA SILVA	4105590	17/10/1980	53,333
283º	0299879	EDUANE WAMBOMMEL	4158335	06/02/1982	53,333
284º	0292873	KENLLY GEFER BRIDAROLLI	7951208	31/03/1983	53,333
285º	0298500	MARTA MARIA LAYDNER DE OLIVEIRA DE SOUZA	5717795	19/01/1984	53,333
286º	0298200	SIDNEIA APARECIDA SIQUEIRA ALVES	4281872	07/05/1984	53,333
287º	0299899	ANTONIO DE SOUSA SILVA	033068012007	15/06/1985	53,333
288º	0294800	EVANILDA BORGES	4403693	28/05/1986	53,333
289º	0298139	GREICE RASSINI	44757166	18/05/1987	53,333
290º	0299094	LARISSA CRISTINE CORREA	4475479	26/06/1987	53,333
291º	0292436	CRISTIANE BECHER	4719337	12/06/1988	53,333
292º	0296786	SUÉLI OLIVIA CARPES	5088702	12/01/1989	53,333
293º	0295069	FERNANDA CRISTINE WETZSTEIN	52613879	23/05/1990	53,333
294º	0294725	GLAUCIA FACHNER	4431711	24/06/1990	53,333
295º	0298622	JULIETE APARECIDA HOMEM	5923722	07/09/1991	53,333
296º	0296882	KARINA SOFIA HOCHLEITNER	5088066	27/02/1993	53,333

Página 12 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
297º	0292642	FRANCILENI CASTRO DOS ANJOS	6424191	26/10/1993	53,333
298º	0295213	DANIELE GIRARDI	52613380	03/11/1993	53,333
299º	0293686	THAYNATA T LISBOA	4737085	08/01/1994	53,333
300º	0299410	DÉBORA SILVA	6700684	28/08/1994	53,333
301º	0300250	KALIN FERNANDA SILVA	4502958	12/12/1994	53,333
302º	0298661	ARIELA SCHUTZ	4926481	28/07/1995	53,333
303º	0299570	FILIPE SOARES LIMA	35896701	24/10/1995	53,333
304º	0293276	DANIEL LUÍS DE ASSUNÇÃO	5888398	27/05/1997	53,333
305º	0298827	PÂMELA MAIARA ESSER	6666189	06/06/1997	53,333
306º	0298851	ALINE BECKHAUSER	6307384	24/07/1997	53,333
307º	0292863	EDUARDA ALEXANDRINI	6743776	28/07/1997	53,333
308º	0296685	TAINÁ ROWE KIENEN	4690922	05/11/1997	53,333
309º	0296924	RAFAEL VENICIOS PEREIRA RIBEIRO	6646593	29/11/1997	53,333
310º	0297939	JAMILE KNOPF	6517991	28/02/1998	53,333
311º	0297397	GILBERTO CHIARELLI JUNIOR	5720058	18/07/1998	53,333
312º	0292699	JÉSSICA REGINA SPINDOLA BELLI	7341301	05/01/1999	53,333
313º	0292505	LIZANDRA MARIA ZACARIAS PIEDADE	7039045	23/04/1999	53,333
314º	0296546	GEORGIANE DA SILVA MAGNANI	5578723	19/10/1999	53,333
315º	0296666	THALITA VIEIRA MIRANDA	7657890	03/01/2000	53,333
316º	0292765	KAREN MLAI PANTOJA ROCHA	398990	19/03/2000	53,333
317º	0293946	STEFANI FERREIRA DE SOUZA	7601173	13/07/2000	53,333
318º	0298050	CAMILA DA SILVA GUESSER	7752873	29/07/2000	53,333
319º	0299013	ANA PAULA AMORIM	5644748	10/08/2000	53,333
320º	0297112	CRISTIAN DANIEL FELDHAUS	7024352	04/09/2000	53,333
321º	0298927	JOICE REGINA DEUCHER	6861704	09/11/2000	53,333
322º	0294988	LAIRA DE SOUZA	5799431	15/06/2001	53,333
323º	0297331	MAIRA ALÉXIA KLETTENBERG	6257622	19/06/2001	53,333
324º	0300962	ANDREY THIAGO SALLA	6740615	02/08/2001	53,333
325º	0299712	MATHEUS FELIPE HASSE	6005819	30/04/2002	53,333
326º	0298237	RAISSA ERHARDT	6976867	12/09/2003	53,333
327º	0297066	ERLETI ELIANE BOHN LOHMANN	800808683	18/03/1970	50,000
328º	0299309	VALDETE DIAS DA SILVA	2,122,931	14/07/1970	50,000
329º	0297045	MARILEUSA MARTINS DE SOUZA	26203642	06/11/1970	50,000

Página 13 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
330º	0292865	LÚCIA HELENA GARCIA	7R/2627127	28/03/1973	50,000
331º	0297719	LUCIANE APARECIDA DE DEUS BUENO BATISTA	27385361	01/05/1973	50,000
332º	0298613	ELISANGELA RAMOS	2494838	11/10/1973	50,000
333º	0301207	ISABEL CRISTINA CORREA ROTHER	3486429	03/10/1974	50,000
334º	0299076	LUCIANO VANDERLEI NAVARRO LINS	2916500	04/07/1975	50,000
335º	0293516	JULIANA FERREIRA	36160121	15/03/1976	50,000
336º	0292453	SUZANA MANTUANI	3228062	03/06/1976	50,000
337º	0296208	SILVIO BEZERRA DA SILVA	297121340	27/03/1978	50,000
338º	0298955	EDILENE ARAÚJO DE SOUZA	4840681	22/07/1978	50,000
339º	0299011	GABRIEL EMERIM ALMEIDA	3034345	14/12/1979	50,000
340º	0298285	ADALGISA VENDRAMI DA SILVA FEIJO	3533946	23/12/1979	50,000
341º	0295780	ANDREIA CRISTINA PASSING HILBERT	3835525	29/01/1981	50,000
342º	0299444	CÁSSIA REGINA DE OLIVEIRA	4486755	20/01/1984	50,000
343º	0294210	CRISTIANA ADRIANO BRATZ	4280623	10/02/1984	50,000
344º	0298071	GRACIELA KOLLERT	4475610	10/06/1984	50,000
345º	0293817	SARA GRACIELLE KLAUBERG CHRISTEN	4431819	10/07/1985	50,000
346º	0296110	CRISTHIANE DE OLIVEIRA	1067590644	24/12/1985	50,000
347º	0298132	JONATHAN TORRES	5086477	27/01/1986	50,000
348º	0299782	LEONARDO HENRIQUE DA ROCHA	44329890	21/02/1987	50,000
349º	0300086	PRISCILA CARDINALI DALABENETA BERTI	4011359	11/10/1987	50,000
350º	0295681	ETIANE MAIARA DOMINGOS	1352286213	16/03/1988	50,000
351º	0301149	CAMILA BARCELLOS OLIVEIRA	2097832667	16/06/1989	50,000
352º	0296296	ROSILENE FRANZ GONÇALVES	5529915	25/06/1990	50,000
353º	0301035	CAROLINE BELLO	55781179	05/07/1990	50,000
354º	0300833	ANDREI BRUNO INACIO VALENTIM	5379619	12/09/1991	50,000
355º	0293610	DILMA ADRIAN SILVEIRA	48332976	17/10/1991	50,000
356º	0294342	DAIANI TEIXEIRA DA ROSA DA MAIA	6033740	28/10/1991	50,000
357º	0299132	TAMARA KARINA THEIS	4431179	16/11/1991	50,000
358º	0300779	PATRICIA DEFREIN	5872529	10/12/1991	50,000
359º	0295971	ELISANGELA THAISE ANDRADE	48332844	19/12/1991	50,000
360º	0294065	PAULA REGINA DE OLIVEIRA	4486267	16/04/1992	50,000
361º	0296481	LUCAS CORRÊA	3512000	30/06/1992	50,000
362º	0292521	JESSICA ALINE CHEQUETTO BONA	4719874	05/06/1994	50,000

Página 14 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
363º	0294353	SUSANA RODRIGUES DA SILVA DE OLIVEIRA	5888695	15/09/1994	50,000
364º	0299308	TARCIANE RIBEIRO DO AMARAL	5261637	10/02/1995	50,000
365º	0293514	FERNANDA VICENTI	6758649	20/02/1995	50,000
366º	0297031	CRISTIANE MALKOWSKY	6133389	01/04/1995	50,000
367º	0298795	CLARICE LIMA LAURENTINO	6257157	02/05/1995	50,000
368º	0295771	ANGELA MARIA DOS SANTOS	5087903	31/08/1995	50,000
369º	0295539	LIDIANE MÜLLER BASÍLIO	5888250	18/10/1995	50,000
370º	0299806	JOSÉ FERNANDO MELO DE AQUINO	7171395	07/11/1995	50,000
371º	0299243	LARISSA TAYNA FRITZKE	5046391	01/03/1996	50,000
372º	0297367	ARIANE SELHORST	5261622	21/03/1996	50,000
373º	0294469	JULIANO APOLINARIO MAZUREK	7421122	02/10/1996	50,000
374º	0292737	VICTÓRIA BONFANTI PRUST	5815141	02/04/1997	50,000
375º	0294177	TAINARA CARLA MACIESKI	6653351	30/12/1998	50,000
376º	0297546	RUAN CARLOS VIDAL KNEIDL	5654267	10/06/1999	50,000
377º	0297059	MARIA EDUARDA ALEXANDRE SILVANO	5984226	11/08/1999	50,000
378º	0299797	TAYRY KAUANI ESSER ROSA DE SOUZA	5844879	25/11/1999	50,000
379º	0292790	ISABELA FACHINI	699185	19/01/2001	50,000
380º	0296286	YURI DE SOUZA FIORENTINO	6072656	10/02/2001	50,000
381º	0292682	AMANDA PALMAS	7828091	24/02/2001	50,000
382º	0297357	ALEXANDRA DALPIAZ GIRARDI	6072146	18/04/2001	50,000
383º	0297261	ANNA PAULA MAY VIEIRA	5379001	27/06/2001	50,000
384º	0297770	MATEUS MANNRICH	6230188	05/07/2001	50,000
385º	0298290	CAMILA DA SILVA	6072813	14/07/2001	50,000

Qtd. Candidatos: 385



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Previdência Social

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299907	FABIANE ALANO DE CAMPOS CASTILHOS	4421960	27/10/1982	76,667
2º	0294053	WESLEY MARQUES ALVES	4408931	20/05/1985	76,667
3º	0298209	DJENYFER CRISTINY SEBOLD	7249955	26/07/2001	73,333
4º	0297508	IGOR MOHR	5613483	07/12/2001	73,333
5º	0301173	ALINE CRISTINA MARTINS	3833916	21/02/1983	70,000
6º	0299892	GRASIELA CARVALHO	4024926	29/09/1983	70,000
7º	0300715	RODRIGO DA CRUZ	4088916	14/12/1987	70,000
8º	0296099	JOZELIA DA SILVA FELETI SCHREIBER	5379046	02/11/1988	70,000
9º	0300085	JOICE DA SILVA DEMETRIO	3732616	25/12/1982	66,667
10º	0298385	JANAINA BUZANA ROTTA	43475531	02/03/1984	63,333
11º	0296577	FABIANA STAROSKI	4024380	14/05/1984	63,333
12º	0296616	DEISE TANIA DALSENTER SEVEGNANI	4394079	01/03/1985	63,333
13º	0299418	EDUARDO THIVES DE MIRANDA RAMOS	7145088	20/04/2000	63,333
14º	0294166	ERICA HAIANA HEESCH	4833228	07/09/2001	63,333
15º	0296141	ROSANA MOURA VIERA DE LIMA	2789621	28/10/1974	60,000
16º	0296897	TIAGO DE OLIVEIRA ALFLEN	7763982	10/03/1995	60,000
17º	0298012	RAFAEL ZINK	6727279	27/09/1997	60,000
18º	0292781	RAFAELA MARCHI	6072828	21/04/1998	60,000
19º	0298020	MAICON JUNIO GOMES	6797239	08/01/2002	60,000
20º	0299009	ALVARO CORREA DE MELO JUNIOR	3484083	05/03/1980	56,667
21º	0296923	CAMILA VOGEL	3243176	16/05/1984	56,667
22º	0300847	JAQUELINA FONTANIVE	4403318	30/01/1988	56,667
23º	0301168	FERNANDA MEURER	4724570	04/12/1991	56,667
24º	0299886	CLOVIS ELIAS JUNIOR	6114836	04/07/1994	56,667
25º	0300087	GABRIELA FRANCENER	6189200	05/03/1996	56,667
26º	0294892	SUÉLEN WARMLING GESSER	7068413	10/04/2000	56,667
27º	0292555	ANDYARA LETÍCIA BATISTI MIRANDA	5815827	17/07/2001	56,667
28º	0297038	MARLENE PEDROSO FELIZARI	18938469	15/07/1966	53,333
29º	0293106	GISELE APARECIDA GARBIN NARDELLI	3718422	24/07/1981	53,333
30º	0294332	ANDREIA PERPET WYSOKI BRI	4475618	17/12/1982	53,333
31º	0296631	FERNANDA IARA KOLM	53798147	23/07/1987	53,333
32º	0297348	JACKSON ALEXANDRE DE SOUZA	4403532	03/08/1988	53,333

Página 16 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Administrativo - Previdência Social

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0294485	JAQUELINE MOREIRA DA VEIGA DUARTE	5663405	06/11/1991	53,333
34º	0297369	MAICON JUNIOR DOS SANTOS	7172343	03/07/1999	53,333
35º	0300395	GABRIELA DALPRA	6894243	05/01/2002	53,333

Qtd. Candidatos: 35



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Analista de Sistemas - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299860	VILSON WELINTON CAPELLETTI	5485429	09/05/1990	86,667
2º	0298114	RAFAEL DA ROSA	41515943	12/05/1983	83,333
3º	0292546	FILIPPE CARVALHO DE AZEVEDO	3149529	12/09/1988	80,000
4º	0296123	RODRIGO EMERIM	4528341	10/06/1987	76,667
5º	0300296	JACKSON ROBERTO NUNES	48331589	24/04/1988	76,667
6º	0299355	RAFAEL JOSÉ SCHMIDT DOS SANTOS	4932109	12/08/1996	76,667
7º	0297341	RODRIGO DE MORAES	6005808	07/02/1997	76,667
8º	0296981	ENEIAS OLIVEIRA DE LIZ	3479441	26/04/1979	73,333
9º	0295964	FERNANDO LUIS PIVA	3869756	03/09/1985	73,333
10º	0296994	MATEUS JOSÉ RIBAS CARDOSO	3828072	14/02/1990	73,333
11º	0299159	BRUNO HENRIQUE SCHWENGBER	5567495	18/12/1996	73,333
12º	0297628	DIEGO DA SILVA OSSEMER	4088716	13/08/1986	70,000
13º	0297805	ANA PAULA NIENKOETTER DE OLIVEIRA	49659103	11/09/1988	70,000
14º	0300420	GUILHERME BORGES	109788910	25/09/1992	70,000
15º	0299191	GIANCARLO CORRÊA	441751257	18/12/1984	66,667
16º	0295697	TAYLA BECKER	4403454	30/04/1991	66,667
17º	0297819	GUSTAVO CARLETO	4706272	16/09/1993	66,667
18º	0299263	MOHAMMAD BASCIRI NIMER HAMMAD	6059706801	03/04/1991	63,333
19º	0299989	FELIPE AUGUSTO TORINELLI VIEIRA	4431310	10/01/1992	63,333
20º	0300793	LUANA PRISCILA BRUSQUE	5412453	21/10/1993	63,333
21º	0294003	GABRIEL RÉGO CANTARELLI	3096773	25/10/1979	60,000
22º	0299740	LEANDRO ALANO	3794082	03/05/1983	60,000
23º	0299202	CARLOS ANTONIO MAGALHAES GUEDELHA JUNIOR	18863736	31/10/1987	60,000
24º	0294212	MICHEL NEUMANN	3993643	13/03/1988	60,000
25º	0292912	THUAN PALMA FAVERO	4669002	18/08/1988	60,000
26º	0297060	ERIK PATRIK PITTALUGA	4486442	10/12/1994	60,000
27º	0294910	TIAGO HENRIQUE ZAMBAN	5654107	19/04/1996	60,000
28º	0295786	LUCAS GUSTAVO SEBOLD	6423022	31/03/1998	60,000
29º	0295909	PATRIK KUPSKI GOMES	99727268	14/07/1989	56,667
30º	0295279	RODRIGO VILSON BORGUEZAN	6517163	18/08/1993	56,667
31º	0299398	RAFAEL DOS SANTOS LIMA	127176140	29/09/1997	56,667
32º	0295476	KRISTHIAN GOULART DA LUZ	4475995	18/05/1988	53,333

Página 18 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Analista de Sistemas - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0300344	WAGNER SOARES	5379260	13/02/1996	53,333
34º	0299597	EMERSON MONTAGNA	43476651	28/10/1982	50,000
35º	0297417	LINDOLFO GENEROSO FERNANDES JUNIOR	38691230	07/03/1985	50,000
Qtd. Candidatos:		35			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Arquiteto - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299043	CAROLINA BINI	5261415	18/08/1994	90,000
2º	0299333	FELIPE ISOPPO	5339243	18/07/1989	86,667
3º	0298249	CRISTHINE BEPLER	5748853	31/08/1995	86,667
4º	0301276	FRANÇOIS FERDINAND DE BEM URBAN	3940386	14/01/1980	80,000
5º	0298877	DANILO QUIRINO DA SILVA	4834822	01/08/1987	76,667
6º	0300351	SAMUEL HENRIQUE WIPPRICH	4347476	26/09/1991	76,667
7º	0297591	TAINE NARDELLI ROSSETTI	5654162	27/11/1994	76,667
8º	0295760	KAMILA TURNES	5820118	03/04/1997	76,667
9º	0298835	RICARDO DA SILVA	4996919	03/02/1988	73,333
10º	0296434	SAMUEL ROHDEN NETO	4431308	23/02/1992	73,333
11º	0300957	EDUARDO FIRMINO BARBOSA	5026823	08/08/1992	70,000
12º	0299497	CARLA CRISTINA WEBER	5748557	24/03/1997	70,000
13º	0298590	CASSIANA ERICA HASSE ZEREDE NARDELLI	29142075	08/10/1975	66,667
14º	0298450	RAFAELA PINTO'	4690837	27/06/1990	66,667
15º	0296157	MANUELA BAZZANI KRETZER	4691966	12/11/1992	66,667
16º	0300326	TABATA CAROLINE THEIS	5379571	10/09/1994	66,667
17º	0300256	JOSE SAYMOM GOMES DA SILVA	5774337	27/11/1990	63,333
18º	0296996	CIBELE PIERRARD RUDCZYK	6109589	04/12/1995	63,333
19º	0297968	LIZ MARINA ROCHA RAMOS MAYER	95735258	20/07/1996	63,333
20º	0298180	ALYSSON JOSÉ KRAUSE	3311904	17/10/1978	60,000
21º	0297182	KASSIO KNORST	68100763	18/12/1979	60,000
22º	0298616	ERLY RUKAT GUERRA	17664730	22/04/1986	60,000
23º	0298120	SÉRGIO LUIZ ROMAN DE FARIA	82228810	22/11/1987	60,000
24º	0297565	LINITI ALINI FIAMONCINI	4745284	15/07/1991	60,000
25º	0292815	MARIANA MAÇANEIRO	6072706	01/03/1994	60,000
26º	0296899	CAMILA GARLINI MÜLLER	5797819	13/10/1995	60,000
27º	0297092	ISABELA SOCHACKI NUNES	137623951	20/09/1996	60,000
28º	0298370	INDIANARA CAROLINA EMKE	6423450	06/10/1996	60,000
29º	0301298	JULIA DE CAMPOS PINTO	5717839	10/03/1997	60,000
30º	0299281	FRANCIELLE AZEVEDO	103014700	13/01/1990	56,667
31º	0292447	RODRIGO SILVA	4475508	02/03/1990	56,667
32º	0292442	ALINE BRASIL DA SILVA	5994447	13/01/1993	56,667

Página 20 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Arquiteto - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0299270	WELYNTON BRUN	5268058	14/03/1993	56,667
34º	0297257	EVELYN KRISTINA RODRIGUES GRAMAGOL	5426231	26/04/1994	56,667
35º	0297901	PEDRO HENRIQUE HEINEN	5549336	23/05/1994	56,667
36º	0298719	LETÍCIA PASSIG	6230785	05/05/1997	56,667
37º	0299317	NATHALIA BAMBINETTI	6423324	12/11/1997	56,667
38º	0297519	CARLA KALESKI PEREIRA	6338926	21/03/1998	56,667
39º	0295763	LISANDRA DOS SANTOS MUNIZ	5323675	15/10/1992	53,333
40º	0300337	JONATAN RICARDO JORGE	4691852	13/07/1993	53,333
41º	0297670	DANIEL LENZI WESTARB	5368787	12/09/1994	53,333
42º	0296864	ALANA CRISTINE DA SILVA	5578844	31/08/1997	53,333
43º	0298550	MÁRCIO ALVES SIMAS	8228982	11/02/1976	50,000
44º	0294320	BIANCA REGINA TENFEN	4724980	20/03/1989	50,000
45º	0300416	ANDRE MAGGIO DEMARCHI	52791262	02/05/1991	50,000
46º	0296065	STEFANIE CRISTINA HAAG	5088969	07/12/1993	50,000
47º	0300781	CARLA CAROLINE DA SILVA MORAIS	1406135	14/06/1995	50,000
48º	0301025	RAQUEL ROHERS BERNARDO	6072991	22/01/1996	50,000
49º	0298158	SAMARA HEMKEMAIER DOERNER	5748576	09/10/1996	50,000
50º	0295506	ANDRESA JANING	5720560	26/09/1997	50,000

Qtd. Candidatos: 50



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Assistente Social - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0293740	FABIANA CRISTINA VIEIRA	4148474	06/10/1985	70,000
2º	0296270	PAULO OKSANO FACHINELLO	99005149	13/07/1987	70,000
3º	0301124	MACILDA REICH BONI	7R/2629760	28/09/1974	66,667
4º	0297682	FELIPE ALFREDO KRENKEL PATRICIO	5261081	02/07/1993	66,667
5º	0299903	ELISABETE ITAJIBA	826424	12/04/1964	63,333
6º	0298842	JOÃO LUIS SUPPI RODRIGUES	4862095	20/04/1990	63,333
7º	0297301	WILLIAM CHRZAN	5825821	21/07/1997	63,333
8º	0298705	IZALENE THEISS DA ROSA	866840	26/03/1961	60,000
9º	0297845	ELISA MACIEL ANDRE	3,272674	20/03/1977	60,000
10º	0300992	KARINE TREVISAN DOS SANTOS LESSA	81520003	24/03/1982	60,000
11º	0294616	SILVIA HELENA NASCIMENTO DOS SANTOS	200001246431	25/06/1982	60,000
12º	0296008	OTÁVIO MANOLO DOS SANTOS VALENÇA	4595350	14/06/1988	60,000
13º	0299185	JANAINA GEWOROWSKI	6292233	17/04/1996	60,000
14º	0299655	VIVIANE DOMINGOS	2919895	05/05/1974	56,667
15º	0294906	GIOVANI ELEOTÉRIO	2915578	15/08/1975	56,667
16º	0295796	LUCIANA FERNANDES NEVES DE SOUZA	3595397	09/03/1976	56,667
17º	0299807	CRISTIANE PREIS ROSA	32439547	29/05/1979	56,667
18º	0296648	ANA PAULA EGER	5142367	06/01/1988	56,667
19º	0296448	SONIA APARECIDA BATISTA RIBEIRO MARCONI	1105519	01/03/1962	53,333
20º	0296896	ZITA MAY	14276640	27/04/1965	53,333
21º	0296465	EDILA MARISTANE SANTOS PEDEBOS	7528682	25/07/1977	53,333
22º	0292428	SCHIRLEI DE OLIVEIRA	4364384	10/05/1987	53,333
23º	0292532	ALINE CRISTIANE DEMETRIO SPLITTER	4745624	06/10/1989	53,333
24º	0293887	CRICILA APARECIDA HILLESHEIM	5142355	12/10/1989	53,333
25º	0296150	MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA	71380181	03/10/1977	50,000
26º	0294052	MONISA MAYARA KLIPPEL MARQUES	15204871	07/10/1987	50,000
27º	0297737	PRISCILA FURLAN	4231183	19/02/1992	50,000

Qtd. Candidatos: 27



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Auditor Fiscal da Receita Municipal - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0297808	DANIEL MATTHES	6451843	09/04/1997	100,000
2º	0295967	FABIOLLA ARAUJO ROMERO	001729661	01/03/1992	93,333
3º	0297295	ARY MADRUGA NETO	4795299	25/01/1995	93,333
4º	0293672	TIAGO MATEUS DE AZEVEDO	4814201	19/11/1987	90,000
5º	0296753	JACQUELINE MARTINS	5917570	23/12/1993	90,000
6º	0299306	JAMES SEVERIEN	3319792	15/05/1976	86,667
7º	0299764	MARCEL GEORG	3869676	16/03/1982	86,667
8º	0298989	ENEIAS ALEXANDRE STAROSCKY	4352913	16/08/1988	86,667
9º	0295962	LUANNA RHAYRA ROCHA FERREIRA	3516060	05/12/1995	86,667
10º	0293590	LUCAS NUNES EVANGELISTA	16707971	20/06/1991	83,333
11º	0299060	JOICE APARECIDA AUGUSTO	6228840	03/02/1995	83,333
12º	0294630	CANDICE OURIQUE DE ALMEIDA	152556632	26/09/1982	80,000
13º	0296930	LAIANA DA SILVA OSSEMER	4085843	14/03/1984	80,000
14º	0294648	VINICIUS MARCELO DE JESUS FAGUNDES	81922489	19/12/1985	80,000
15º	0299579	FLÁVIA LUIZA VARGAS DA SILVA	3797962	25/02/1987	80,000
16º	0299803	GEAN CARLOS OMIZZOLLO	4495849	26/12/1987	80,000
17º	0295663	DONAIRE BAADE	5772650	26/04/1991	80,000
18º	0293729	EGON AUGUSTO TELLES	5434524	25/12/1992	80,000
19º	0294460	DÉBORA ROIWAS	4706950	26/10/1993	80,000
20º	0293051	IRINEU MARTINS DE LIMA NETO	5030702831	14/06/1975	76,667
21º	0296352	THIAGO LEITE PEREIRA	114247232	30/04/1979	76,667
22º	0299756	RAFAEL AUGUSTO CASTILHOS	43201849	21/05/1983	76,667
23º	0292425	AIRTON CARLOS DAHMER	4475542	26/01/1984	76,667
24º	0297734	JONAS KLAUMANN	4724555	07/03/1990	76,667
25º	0300279	DANIEL SANTANA	5650954	05/01/1991	76,667
26º	0299288	JAIR PEDROSO JÚNIOR	5368927	23/09/1993	76,667
27º	0297837	LUIZ EDUARDO LIMA GONÇALVES	129801411	25/04/1994	76,667
28º	0301050	MARCELO PEREZ	9054802963	26/04/1975	73,333
29º	0298176	MAURICIO DE PAULA RIBEIRO	M8549291	15/06/1977	73,333
30º	0293238	RICARDO BORGES ZANCANARO	288012987	02/03/1980	73,333
31º	0296338	VANESSA FEY GORGES	4154889	17/08/1983	73,333
32º	0299442	KELI MONTEIRO DE VARGAS	6666542	26/04/1985	73,333

Página 23 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Auditor Fiscal da Receita Municipal - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0297155	NIRLANDIA HIANSDT COELHO	4432142	29/06/1985	73,333
34º	0299181	HUDSON MUZEKA	4321766	02/01/1986	73,333
35º	0300683	VINÍCIUS ARTUZI	2099852481	23/07/1989	73,333
36º	0300292	IANAE KATIUCIA CANDIDO DA SILVA	5578490	16/07/1992	73,333
37º	0298516	ADIR TIBES GRANEMANN	2627079	12/06/1971	70,000
38º	0295366	RAMONE RODRIGUES DA SILVA	6078587901	12/05/1983	70,000
39º	0298256	EDUARDO JOSE HILLESHEIM	4465928	25/12/1983	70,000
40º	0300474	LUANA ANDREA CLAROS JACOB CAMACHO	6133556	03/03/1986	70,000
41º	0298506	ADRIANO HEITOR ROSENBROCK	4528270	30/05/1988	70,000
42º	0294567	RAÍSSA SPINDOLA CARNEIRO	4233462	10/03/1989	70,000
43º	0296402	JONAS HENRIQUE LUZ	5181923	14/07/1990	70,000
44º	0298667	JAELINE CORREIA DA COSTA	5654028	14/11/1993	70,000
45º	0300033	GUSTAVO PISETTA	5548566	20/04/1994	70,000
46º	0298333	LARISSA REGINA JUTTEL THIESEN	4932232	14/07/1994	70,000
47º	0301080	GABRIELA TONET	6189120	06/12/1994	70,000
48º	0297330	GABRIEL KRACHESKI	5088475	30/01/1995	70,000
49º	0299813	PAULO HENRIQUE FUECHTER	5613812	14/10/1999	70,000
50º	0296460	IVONICE MARIA PEREIRA DE SOUZA	4118966	23/01/1982	66,667
51º	0300121	ÂNGELA GENESIA CORREIA NUNES DOS ANJOS	4381913	25/04/1983	66,667
52º	0299815	SULAYRE DE OLIVEIRA DELFINO JOSE	4564142	28/02/1986	66,667
53º	0295010	STEPHANIE GUTHMANN TRENNEPOHL	9075784091	29/04/1988	66,667
54º	0292771	CAMILA ALVES	4371817	09/04/1990	66,667
55º	0300905	ALESSANDRO RODRIGO RODEL	5613752	03/11/1990	66,667
56º	0298245	FELIPE BATISTI	4431037	09/02/1991	66,667
57º	0297874	VANESSA CORRÊA MARCOLINO	5446776	05/08/1991	66,667
58º	0297196	JORGE ALBERTO AGUIAR	6005383	29/09/1994	66,667
59º	0292524	ROBERTA LINI NEGHERBON	5465971	06/12/1994	66,667
60º	0297135	PABLO JULIANO BASI	5696866	16/05/1995	66,667
61º	0300214	MARCOS ROBERTO GARDOLIN	7R/2621774	27/05/1973	63,333
62º	0297254	PATRICIA RAQUEL MAYR	2797436	07/01/1975	63,333
63º	0301018	FERNANDO WESTPHAL	3458838	20/05/1978	63,333
64º	0300144	MAURÍCIO JOSÉ ELER	3393463	23/07/1979	63,333
65º	0293571	SAMANTHA AVILA DE MEDEIROS	4473977	06/08/1982	63,333

Página 24 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Auditor Fiscal da Receita Municipal - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
66º	0298410	JOEL KORB	40685900	01/11/1986	63,333
67º	0298152	ADRIANA VIEIRA TEMOCHKO	4088643	03/06/1991	63,333
68º	0293976	ARIANA BALDO BLAU	4347493	24/07/1991	63,333
69º	0296043	CARLA BONACOLSI	5232377	18/04/1993	63,333
70º	0299601	AMANDA WEIRICH	5670801	21/01/1996	63,333
71º	0295702	CARLA HAIDI KRENKEL PORATH	5720503	14/11/1977	60,000
72º	0298389	PATRICIA NICOLLADELLI GILI	36380911	20/12/1978	60,000
73º	0297998	TATIANNA TARSILA ADRIANO MEYER	3993024	09/02/1983	60,000
74º	0297365	MAIKSON DANIEL ZUNINO	3833278	18/05/1983	60,000
75º	0296581	FABIANA STAROSKI	4024380	14/05/1984	60,000
76º	0300043	ALESSANDRA RIBEIRO OLIVEIRA PEDROSA	11098440	14/08/1987	60,000
77º	0292591	GISELEN ROSA	4740556	18/09/1992	60,000
78º	0300297	LUANA MARIA RODRIGUES	52312178	31/10/1992	60,000
79º	0299557	ALINE DE SOUZA WEIRICH	44158017	25/01/1993	60,000
80º	0294343	JESSICA REGIANE MAY	4706691	02/02/1993	60,000
81º	0297273	THAILIZE SCOPEL CONING	4383645	14/01/1995	60,000
82º	0300434	FERNANDA MABEL FELLTRIN ODEBRECHT	3458947	08/09/1977	56,667
83º	0299730	REGIANE BEZERRA HASSE	3164547	22/10/1978	56,667
84º	0298079	RODRIGO NUNES	4719175	07/06/1987	56,667
85º	0300609	JONAS HENRIQUE SALVADOR	4431095	24/09/1989	56,667
86º	0295986	EDUARDO FERNANDO CAETANO	4171100	12/04/1991	56,667
87º	0294183	MATHEUS HORST FABRICIO	4719918	08/04/1996	56,667
88º	0300617	RENAN MARASCA HOFFMANN DOS SANTOS	6058950	19/12/1996	56,667
89º	0300759	LUIZ GUSTAVO NARDELLI	6133701	11/05/1997	56,667
90º	0300477	ACENIR LESKE	1890335	18/08/1967	53,333
91º	0299750	RILDO DE MELO FERREIRA DIAS	19173425	05/06/1969	53,333
92º	0297424	CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA	2496313	15/06/1972	53,333
93º	0300917	RENAN SOUZA GUIMARÃES	6625252	07/11/1984	53,333
94º	0294449	TAGOR BINI ROCHA	4475568	22/12/1985	53,333
95º	0295733	RAFAELA CHRISTEN ROCHA	4403254	12/04/1989	53,333
96º	0296651	GIAN CARLOS KNAUL	5456957	09/03/1990	53,333
97º	0296149	MARLON BRUNO TRIDAPALLI	55293280	05/05/1990	53,333
98º	0299383	EULER NEUMANN	4833382	04/11/1995	53,333

Página 25 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Auditor Fiscal da Receita Municipal - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
99º	0297865	MARIA DAS GRACAS RIBEIRO ZIMMERMANN	1229328	26/04/1964	50,000
100º	0294486	MICHEL LUIS DA COSTA	3693947	23/01/1982	50,000
101º	0295276	JOSIEL PATRICIO DE OLIVEIRA	4230833	15/01/1988	50,000
102º	0297486	JACIARA ALINE ALVES	5923826	08/08/1990	50,000
103º	0299734	ANA MARIA LOCH SANTANA	5232091	06/02/1991	50,000
104º	0297520	CELSO SCHIRMER NETO	5379528	28/05/1996	50,000

Qtd. Candidatos: 104



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Auditor Interno - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0296781	TAIARA BIANCA SALVADOR	5012013	03/09/1992	90,000
2º	0295939	GABRIELA ISABELI DO NASCIMENTO MACHADO KOUSON	5278955	21/07/1996	83,333
3º	0295895	JOSIANE APARECIDA VIEIRA MOREIRA	4379945	28/03/1990	73,333
4º	0296510	TCHASLA BIANCA DOS SANTOS	5720647	28/11/1993	66,667
5º	0296269	OSLYM FRANCISCO ERHARDT	2916152	22/05/1980	60,000
6º	0298235	JAKELINE STETTER	4706271	20/05/1991	60,000
7º	0297623	ADRIANO SCHOEFER	4740393	19/08/1997	60,000
8º	0299099	VALDENIR BORGES RIBEIRO	2623127	17/04/1973	56,667
9º	0296589	LUCAS DALAGNOLI	4624154	28/05/1989	56,667
10º	0296299	PATRICIA SCHEIDT RAMOS	4932574	28/06/1990	56,667
11º	0295738	DÉBORA ADRIANA ZWICKER KIEFER	5720810	12/10/1995	56,667
12º	0301073	ADRIANO VELHO	2121010	12/11/1970	53,333
13º	0297687	ANA PAULA SCHMIDT	5379032	16/12/1988	53,333
14º	0300361	HELLEN FIGUEIREDO GUIMARÃES	5903749	30/10/1990	53,333
15º	0299286	GRAZIELE KLOCK	3598978	17/10/1985	50,000
16º	0293281	BIANCA PAULA TONET	6033118	01/07/1991	50,000

Qtd. Candidatos: 16



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Auxiliar de Serviços Gerais I - Fundação Cultural

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0292473	ELIANE MAURICIO	6072032	15/12/1989	96,667
2º	0297300	NEUSA BORGES DOS SANTOS	4171064	01/11/1968	86,667
3º	0300112	ROMI DA SILVA	29196426	06/01/1975	86,667
4º	0299291	KEILA FAUSTINO ARTISMO	5903089	11/12/1989	86,667
5º	0296946	CRISTIANE DA ROZA MACHADO PEREIRA	4311363	28/08/1990	86,667
6º	0293714	MÁRCIA CLARICE DA SILVA FILAGRANA	2911550	22/10/1973	83,333
7º	0299144	ERINILDE OLIVEIRA DA SILVA	2504078	03/10/1974	83,333
8º	0298259	ELAINE CRISTINA CARDOZO PEREIRA	2914274	11/05/1975	83,333
9º	0295595	ANDREIA FABIANE BROCKVELD	3693183	18/07/1979	83,333
10º	0296617	DEISE FERNANDES PEREIRA	4085255	06/02/1984	83,333
11º	0296159	ALESSANDRA FERREIRA	6005069	03/01/1991	80,000
12º	0298282	LUANA FRANCO ANDRADE	4740756	01/06/1992	80,000
13º	0295992	SHIRLEI CAVALLI LEDRA	3486089	23/09/1977	76,667
14º	0294589	JURIANA DALANDREA DIAS	4410921	31/08/1980	76,667
15º	0296508	ROSEMAR APARECIDA GONCALVES	9408288	18/06/1982	76,667
16º	0296397	GISELE LUSIA ROEDEL	6133222	13/12/1992	76,667
17º	0294054	JÉSSICA DE LIMA CAETANO DE OLIVEIRA	6856360	07/03/1996	76,667
18º	0298122	ACARI DOS SANTOS	1893227	03/02/1963	73,333
19º	0296713	ADRIANA SEILER MORETTI	3512638	30/07/1978	73,333
20º	0296851	LILIANE RODRIGUES	5654452	16/09/1991	73,333
21º	0293644	ELIANE HELGA BRAATZ HOFFMANN	1899393	09/08/1969	70,000
22º	0297224	ADRIANA LAURETT DA CUNHA	3579646	07/03/1980	70,000
23º	0300692	ELAINE CRISTINA LIMA DA SILVA	359308673	05/05/1980	70,000
24º	0295937	SANDRA DE OLIVEIRA FARIAS	32064519	18/11/1988	70,000
25º	0297647	LILIAN GEMBALLA	1222734	25/08/1961	66,667
26º	0296380	SANDRA MARA DE OLIVEIRA SILVA	2976465	24/10/1973	66,667
27º	0300013	MARCIA VICENTIN	3658678	22/05/1979	66,667
28º	0295537	FABIANA BRENING	3869100	07/05/1981	66,667
29º	0296575	TALITA LIU ANTUNES	39809447	07/05/1985	66,667
30º	0294675	JADER OSLIM CAETANO	4102041	31/08/1987	66,667
31º	0293496	TAINARA HAMMES	6798816	25/04/1999	66,667
32º	0298117	MARIA JOSE OLIVEIRA SILVA	012513611999	07/02/1962	63,333

Página 28 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Auxiliar de Serviços Gerais I - Fundação Cultural

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0300870	DENISE MAFRA	7C3459459	26/05/1976	63,333
34º	0293331	SILVANA TOMAZONI	5261505	23/05/1987	63,333
35º	0296492	KELLY CRISTINA CRUZ	6307381	10/09/1996	63,333
36º	0299671	CLEIDE REGINA DOS SANTOS	6072567	22/05/1966	60,000
37º	0293779	MARGARETH NEPOMUCENO	4089572	12/04/1970	60,000
38º	0292438	SIMONE SOUZA	2620434	26/08/1972	60,000
39º	0296503	ELIETE CRUZ	6133750	26/03/1979	60,000
40º	0298688	MARINES RODRIGUES POLINARIO	6072678	07/01/1983	60,000
41º	0293545	ADERLE ALVES DE OLIVEIRA	4093604	09/03/1984	60,000
42º	0293872	JUCELENE CARDOSO	5088327	03/07/1987	60,000
43º	0297011	LILIANE NEUHAUS	4054119674	23/12/1973	56,667
44º	0292516	REGINA APARECIDA PEREIRA	1438758	13/10/1958	53,333
45º	0292539	MARISTELA APARECIDA LINO	2339882	14/12/1967	53,333
46º	0299941	ELIJA MARIA DOS SANTOS	37365150	15/10/1995	53,333
47º	0299959	DONILDA LOPES DO AMARAL	4737169	12/04/1973	50,000
48º	0294150	ZENILDA DE ALBUQUERQUE DA SILVA	2927695	19/06/1974	50,000
49º	0296516	NARA DE ANDRADE	44868065	30/12/1989	50,000

Qtd. Candidatos: 49



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Auxiliar de Serviços Gerais II - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299328	WELLEN ESQUERDO DE SOUSA	5495515	01/02/1988	93,333
2º	0296952	CLARICE VIEBRANTZ	4740191	17/01/1991	93,333
3º	0292776	MARCIA ANDREA POPENGA	4154959	21/02/1980	83,333
4º	0299165	VIVIANE APARECIDA LEODORO DE SOUZA	5066869	18/05/1988	83,333
5º	0292794	PATRICIA BATISTA	6292937	18/03/1991	83,333
6º	0299577	TAINARA DA SILVA KOLLERT	5654762	14/10/1991	83,333
7º	0294392	DÉBORA CRISTINA DOS SANTOS	6819215	09/03/2001	83,333
8º	0294413	JENIFER MEIRELLES	7055033	16/07/2001	83,333
9º	0297370	IVONETE DE CAMPOS	13940309	22/09/1963	80,000
10º	0297090	SIDNEI APARECIDA SALVADOR	1896623	11/05/1969	80,000
11º	0295789	JURACI VANIRIA SCHOVINDER	3547499	08/08/1972	80,000
12º	0294238	EDIO ROBERTO SEBOLD	2917754	13/05/1976	80,000
13º	0297536	EUGENIA SANTOS DURTE	2033409	29/04/1981	80,000
14º	0298561	ADRIANA DA CUNHA	4573069	28/07/1982	80,000
15º	0300777	HÉLIO ILSON BRITO	4234532	14/01/1987	80,000
16º	0296654	DAYMA LIZI MACIEL	6105130	29/04/1991	80,000
17º	0294697	MARIA JOANA TELES GONÇALVES	3025545	30/06/1976	76,667
18º	0299479	MARLENE TERESINHA DE LIMA	3662643	04/10/1978	76,667
19º	0298061	BEATRIZ GRANZA	3732000	09/06/1979	76,667
20º	0293790	GRACIELE CAVALLI NUNES	3766625	07/02/1981	76,667
21º	0300283	LUCIANO LONGEN	41711467	20/01/1985	76,667
22º	0297194	FRANCIANE ALVES	4403644	25/03/1985	76,667
23º	0293001	TÂNIA REGINA BLASIO FERREIRA	4740703	12/12/1985	76,667
24º	0293376	GISLEINE MARHOLD	4394487	19/01/1987	76,667
25º	0301229	MARIA SOLANGE DA ROSA	5578168	08/11/1988	76,667
26º	0297410	OSIEL SILVEIRA	4403918	24/02/1990	76,667
27º	0299677	KARINE MARIA GRIEBLER	4486791	15/01/1994	76,667
28º	0297487	LARISSA FRANCO COSTA	6843409	04/10/1994	76,667
29º	0300388	SAMARA CRISTINA QUINTINO	4431739	04/05/1952	73,333
30º	0296012	NELSA MARIA MARCOLINO	55551588	20/10/1958	73,333
31º	0301285	MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	532213488	25/07/1965	73,333
32º	0298127	FRANCISCA SANTOS DA CONCEIÇÃO	1452735	20/02/1966	73,333

Página 30 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Auxiliar de Serviços Gerais II - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0293232	DORIZETE NUNES	3512712	10/08/1971	73,333
34º	0292775	EDNA DE MELO BRIZOLA	5012936	02/03/1987	73,333
35º	0294744	RAFAEL SAUTNER	4485998	26/01/1991	73,333
36º	0298214	YOHANA DE ARAUJO KOHL	5088019	10/07/1997	73,333
37º	0296860	LUANA BECKER	714912	05/01/2000	73,333
38º	0293681	JENIFER SUELEN SANTOS SOARES	5261890	20/10/2000	73,333
39º	0295170	TAIS REGINA FRANZEN	7596946	24/12/2001	73,333
40º	0296918	CLAUDIMAR FERREIRA DE SOUZA	2123414	29/07/1970	70,000
41º	0296489	ADELSON PERTELI JUNIOR	44858256	17/07/1984	70,000
42º	0299331	LENIRA SILVA DOS SANTOS	6854620	11/07/1989	70,000
43º	0293303	ANA CRISTINA MAÇANEIRO	5888247	01/06/1992	70,000
44º	0296272	SANDRA RODRIGUES FRANÇA	5888760	09/06/1993	70,000
45º	0293394	FRANCIANE FRANCO	6737520	09/12/1997	70,000
46º	0293809	SARA HELENA SANCHEZ LOPEZ	8418542	31/05/2000	70,000
47º	0297248	ALDO ROCHA FILHO	1248008	05/04/1961	66,667
48º	0299112	IÂSCARA AUXILIADORA DE OLIVEIRA LEDRA	2127893	02/07/1965	66,667
49º	0299543	MARIA IVONETE CHERPERS MARCELINO	2914516	01/12/1972	66,667
50º	0296800	IVONILDE DAS NEVES	4164940	05/10/1975	66,667
51º	0296963	ODAIR JOSÉ HOFFEMANN	3315340	05/10/1975	66,667
52º	0292972	ELIVANIA GOMES DA SILVA	580579888	10/02/1977	66,667
53º	0293225	MAIKO GIOVANI BERTONCELO	7585040	01/11/1985	66,667
54º	0299667	KATIA REGINA DA ROSA	4485000	09/11/1989	66,667
55º	0296715	JOCELIA ELEUTERIO	5465709	10/10/1991	66,667
56º	0298904	MARIA EDINEIDE SANTOS SOARES	7222570	18/05/1976	63,333
57º	0296734	GRAZIELA RODRIGUES	47445122	03/10/1979	63,333
58º	0294434	ADRIANA FERNANDES	4068098	20/10/1979	63,333
59º	0293258	LUCIMARA PESSOA	4719810	14/06/1982	63,333
60º	0296668	ROSENILDA TEREZINHA SIMAO	4840328	26/08/1982	63,333
61º	0300871	DIANE PEREIRA FARIAS	3102987	29/06/1993	63,333
62º	0299801	THAINARA AJALA DE OLIVEIRA	5802592	06/07/1997	63,333
63º	0295258	IVONE NAZATTO	1488924	24/07/1961	60,000
64º	0299127	MADALENA LARA DE MORAIS	3460074	13/10/1975	60,000
65º	0293540	ROSE ANA MACHADO GARDOLIN	3890537	03/06/1978	60,000

Página 31 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Auxiliar de Serviços Gerais II - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
66º	0299709	MARCIONEI MARTINS	3766269	24/09/1980	60,000
67º	0292620	SUZANA SILVEIRA DE PAULA	6773986	15/08/1981	60,000
68º	0292758	SIMONE SCHLEMPER	4431294	05/07/1984	60,000
69º	0300933	ELIANE DE FREITAS CANDIDO	7924608	01/08/1987	60,000
70º	0296706	MARLON FRANCO	4719453	07/04/1988	60,000
71º	0292649	GRAZIELE CAROLINA MACHADO	6307265	24/03/1996	60,000
72º	0293583	MARINA DE LIZ LUZ	5973146	15/03/1974	56,667
73º	0295509	JAQUELINE SERAPHIM	2916153	27/08/1975	56,667
74º	0296980	MARILU SIMÃO ARSENO	3547080	23/10/1978	56,667
75º	0294204	MARISA GALKOSWIKI	4691090	26/04/1984	56,667
76º	0292687	SABRINA BACK DE GOIS	5088353	19/12/1989	56,667
77º	0293494	JONATHAN CUSTODIO	6230559	28/05/1997	56,667
78º	0297586	DANIELA FIORI DA ROSA	6297672	23/04/1999	56,667
79º	0297231	FATIMA DE SOUZA DOS ANJOS	2253204	16/07/1965	53,333
80º	0294391	OTEMIR MORAES DE SOUZA	000488101	31/10/1968	53,333
81º	0292669	ANGELITA KRAUS DIHL	2910642	26/01/1972	53,333
82º	0298100	DULCINÉLIA GONÇALVES DOS SANTOS	3320075	17/01/1975	53,333
83º	0297690	FRANCISCO GILMAR DA SILVA	103599770	18/08/1989	53,333
84º	0293329	BRUNA MEDEIROS VEIGA	6721199	08/03/1998	53,333
85º	0296582	MARIZETE PEREIRA	2622078	06/09/1974	50,000
86º	0296000	MARILENE PEREIRA MARTINS	3547064	01/11/1974	50,000
87º	0293006	MARCIA REGINA ROSA	43944930	05/01/1984	50,000
88º	0292482	ADRIANA DE SOUZA	5261302	28/03/1988	50,000
89º	0299850	JULIANO EMANOEL GONÇALVES	6199062	06/08/1991	50,000
90º	0292885	ALINE SILVA DE OLIVEIRA	2110989759	16/09/1993	50,000
91º	0299874	JUCICLEIDE DOS SANTOS SILVA	7142633	29/11/1998	50,000

Qtd. Candidatos: 91



Cargo Bibliotecário - Fundação Cultural

Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0292818	PAULO ALFONSO PEIKER	5012393	13/08/1987	83,333
2º	0299030	CAMILA EMILIA CATONI CUSTODIO MACIEL	4233261	27/12/1986	80,000
3º	0293349	KARINE SPADOTTO	4453249	16/01/1986	70,000
4º	0299468	SAMARA GOMES SILVA	4929114	12/11/1984	60,000
5º	0297658	DAYANE VICENTE	2919903	14/05/1976	56,667
6º	0296072	DANNA PATRICIA VIEIRA DE LIMA	7000618	04/10/1992	56,667
7º	0297276	KARINA YUKIMI OIKAWA	1091340693	18/02/1985	53,333
8º	0294479	JOSÉ ALFREDO DE CASTRO NETO	3103409541	03/07/1990	50,000

Qtd. Candidatos: 8



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Calceteiro - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0297132	JEFFERSON DOS SANTOS	5578794	10/01/1991	190,000
2º	0300015	IDALÍCIO FRANCISCO ZUCATELLI	3486763	04/10/1978	176,667
3º	0295858	RICARDO DA SILVA	18967914	08/11/1984	160,000
4º	0293248	ERIVALDO DEUCHER	24985325	21/06/1967	120,000
5º	0297738	MATEUS ELISIO GALVÃO	6927914	08/02/2000	113,333

Qtd. Candidatos: 5



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Carpinteiro - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0296619	PAULO ROBERTO CORREA	2627513	30/10/1967	176,667
2º	0300518	LEANDRO DE SOUZA	1039138241	19/01/1974	171,667
Qtd. Candidatos:		2			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Cirurgião Dentista - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0295288	JAIR NUNES DOS SANTOS JUNIOR	3879116	06/09/1978	83,333
2º	0297950	RÚBIA SEIFERT CERUTTI	5088030	11/12/1991	83,333
3º	0296520	JÚLIA FERMINO	5888095	16/08/1996	83,333
4º	0295307	VINCE NERY PALMA	0998946613	23/07/1984	76,667
5º	0293091	REBECA KURIHARA E SILVA	5161101	24/05/1991	76,667
6º	0296047	POLIANA GOMES	5987462	27/07/1993	76,667
7º	0298872	JULIANA BORGES MULLER	6596099	22/07/1992	73,333
8º	0295175	KEILA DEMÉTRIO	5670808	15/09/1998	70,000
9º	0294682	ANA CAROLINA OLIVEIRA PERES	1629508	24/01/1987	66,667
10º	0294156	GUILHERME BRINCAS ALBANO	5346025	15/10/1991	66,667
11º	0294908	HELENA PICKLER FRONZA	4431289	23/03/1997	66,667
12º	0301261	LETÍCIA BELING WIGGERS	5456130	20/09/1998	66,667
13º	0294488	CHRISTIANO MOREIRA DA COSTA LIMA	1972666	15/01/1981	63,333
14º	0294963	JÉSSICA BETHÂNIA MACHADO	5548799	19/03/1993	63,333
15º	0297657	ANA PAULA MAIER DE SOUZA	4575726	08/09/1994	63,333
16º	0293777	MORGANA DE SOUZA	5465308	12/02/1998	63,333
17º	0297279	LARISA CATIA MEDEIROS CAETANO	7R2127433	28/02/1977	60,000
18º	0292685	TIANO IRIGARAY GONZALEZ	4084817917	06/03/1986	60,000
19º	0295412	JESSICA FELIX DE SALES	MG 15065690	28/02/1991	60,000
20º	0293503	MICHELI CAMPESTRINI	5465176	13/02/1994	60,000
21º	0297402	WILIAN RICARDO KESKE	6190854	03/10/1995	60,000
22º	0292864	LAURA MAZINI ALVES	6828472	23/01/1997	60,000
23º	0301202	SABRIANE DE JESUS OLIVEIRA	5766881	05/02/1998	60,000
24º	0298924	FABIO BET	1898614	16/04/1971	56,667
25º	0296116	GILSON FERREIRA DE SOUZA	4423560	29/06/1987	56,667
26º	0299624	BEATRIZ PINHEIRO PESSAMIGLIO	1106416207	14/12/1994	56,667
27º	0298311	DIEGO ANTUNES VIEIRA	6178184	05/02/1997	56,667
28º	0297459	WALTER REICHMUTH DAY	3108859	30/07/1982	53,333
29º	0293971	MANUELA NEVES ALMEIDA STRINGARI	3423462	09/06/1983	53,333
30º	0293024	GILBERTO SANT ANNA DOS SANTOS	4653733	05/01/1985	53,333
31º	0300264	ANA JULIA TEIXEIRA	4146117	25/09/1989	53,333
32º	0297024	MÁRCIA ÁVILA FERREIRA DOS SANTOS	4655422	15/09/1990	53,333

Página 36 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Cirurgião Dentista - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0296004	BRUNA HERDT	135539953	21/10/1993	53,333
34º	0294642	CAMILA ALESSANDRA COSTA	5103983	18/05/1994	53,333
35º	0295784	TAINÁ SAVITSKI	6033979	03/04/1999	53,333
36º	0296548	RALF ANDRE SCHMIDT	1675748	14/03/1969	50,000
37º	0297932	LUIZ GUSTAVO DE ALMEIDA LIMA	6271724	20/04/1971	50,000
38º	0299951	CLEITON LUIZ KUHNEN	4912714	04/06/1989	50,000
39º	0297581	RENAN ALVES BOHAIENKO	80933401	15/03/1990	50,000
40º	0298307	MARIA LUIZA WITZKE VOLTOLINI	6005850	10/03/1996	50,000
41º	0299449	MARIANA SERAPIÃO CAVALCANTI	4833301	28/10/1996	50,000
42º	0297420	ALLANA FREITAS WIGGERS	5298705	12/11/1996	50,000
43º	0298485	GUSTAVO KUHNEN SCHMIDT	4486636	01/09/1997	50,000

Qtd. Candidatos: 43



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Contador - Previdência Social

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0296829	ANGELA CRISTINA POLI POSSAMAI	4431742	09/05/1990	60,000
2º	0300988	LUCIMAR DA SILVA	6050433	10/06/1997	56,667
3º	0294609	LUCIMAR MARISTELA ITAJIBA ALVES	826428	29/12/1967	53,333
4º	0293459	TITO RAFAEL FONTANIVE	5125286376	28/09/1981	50,000
5º	0297764	ANA PAULA STUHLERT	5654224	28/07/1995	50,000
6º	0300858	KARINA CONZATTI DA SILVA	6517293	06/01/1998	50,000

Qtd. Candidatos: 6



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Desenhista - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299717	JEAN GILLI	5815633	19/10/1996	80,000
2º	0296879	WILLIAM FRITZEN BRANCO	4371899	21/05/1990	76,667
3º	0297030	TIAGO GUCKERT	6005900	11/12/1991	76,667
4º	0295530	FERNANDA NAU	6005268	06/10/1996	76,667
5º	0300197	GABRIEL WESTPHAL	5578786	27/11/1998	70,000
6º	0298009	JESIEL	7064201	29/12/1999	70,000
7º	0295798	CAIO NUNES TRIGUEIRO DA COSTA	8384900	15/05/1999	66,667
8º	0300116	ROBERTO GUNTER SANT ANA FOLKA	250929612	09/03/1980	63,333
9º	0297927	JULIA FONTANIVE	5613721	23/04/2000	63,333
10º	0297568	LINITI ALINI FIAMONCINI	4745284	15/07/1991	60,000
11º	0300072	ALAN KAUÊ FAUSTINO	6005103	15/10/1997	60,000
12º	0294277	DANIEL RIBEIRO	6005163	15/07/1999	60,000
13º	0299298	MONALISA ALVES DO ROSÁRIO	6072966	01/09/1999	60,000
14º	0296881	ANA PAULA DA COSTA	5259160	27/04/1993	56,667
15º	0297863	BIANCA KNAESEL	5815491	27/01/1999	56,667
16º	0300339	ALEXANDRE HASCKEL CHIODINI	4056227	11/04/1981	53,333
17º	0295187	MICHAEL HOFFMANN	5613903	25/03/1990	53,333
18º	0298345	GESSICA APARECIDA DE MIRANDA	6032050	11/06/1991	53,333
19º	0297032	WILLIAM ALESSANDRO SCHLUP	5261040	06/04/1993	53,333
20º	0299172	IVAN ROBERTO WRUBEL	4163253	13/01/1995	53,333
21º	0296381	THAGOR LESKE	5307171	19/10/1997	53,333
22º	0298267	ADRIANA HOFFMANN	5888739	07/01/1998	53,333
23º	0294143	LUCKY WILK FEITOSA	6897986	24/04/1989	50,000
24º	0298129	FELIPE SANTOS DA CONCEIÇÃO	4306210	02/01/1991	50,000
25º	0298708	RICHARD REITZ	5379320	27/12/1998	50,000
26º	0295695	CATRINE BARBOSA CASTILHO	6260850	27/04/1999	50,000

Qtd. Candidatos: 26



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Educador Social - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0293140	DANIELE BARBOSA VIEIRA	3607112	29/06/1979	76,667
2º	0296669	VIVIANE DA SILVA	3869400	22/01/1981	76,667
3º	0299347	STEPHANY AGGIO RAMOS	30267780X	19/02/1985	76,667
4º	0296342	LUIZA SCHOWAMBACH	5888059	04/01/1999	76,667
5º	0301152	DOUGLAS SIEVES	1777210	02/06/1982	73,333
6º	0300201	LETÍCIA BACHMANN KURTH	5654207	16/09/1998	73,333
7º	0292746	MARA LUCIA PROBST	1031747	31/05/1959	70,000
8º	0296587	LUCIANE MARIA FRANZEN	2900577	23/02/1974	70,000
9º	0294045	LUCIANA LUIZA LUCINI	2915257	08/01/1975	70,000
10º	0298847	PRISCILLA DAROLT	7805909	09/02/1978	70,000
11º	0300139	ELISA CABRAL MARTINS	85571419	10/12/1983	70,000
12º	0293334	GISELE APARECIDA BACH	4966971	09/07/1986	70,000
13º	0296348	LUCAS MURILO DEITOS	5232818	29/04/1994	70,000
14º	0294971	CAMILA MARINHEIRO DELINO	5379129	27/01/2000	70,000
15º	0297178	MATHEUS HENRIQUE ROCHA DIAS	692269	26/06/2001	70,000
16º	0297464	THAÍS NUNES DA SILVA	4101	25/02/1987	66,667
17º	0300205	JEMERSON CAETANO	4475018	13/04/1988	66,667
18º	0292778	DAIANA FELIPPE	4740731	17/03/1991	66,667
19º	0298438	MIRIAM STADNICK	3638122	21/01/1978	63,333
20º	0295040	JUAREZ TASSI	3714971	07/05/1980	63,333
21º	0300654	SANDRA PIRES DE MORAES	4934734	14/02/1986	63,333
22º	0295504	CLAUDIA MARA MIGUEL DIAS	6825279	21/04/1995	63,333
23º	0297053	MARIA MARGARETH TENFEN	1894208	05/11/1964	60,000
24º	0292846	JOSIANE PEREIRA	3792823	02/04/1980	60,000
25º	0301161	BRUNA MARINHEIRO DE ALCÂNTARA	5412337	18/09/1995	60,000
26º	0297544	DJAQUELEIN SUELEN DA SILVA	6921881	29/09/1996	60,000
27º	0300050	MAICON EDEGAR AVI	6517334	27/11/1996	60,000
28º	0292483	JAINE MAZZINI FLORIANO SERAFIM	5654466	21/08/1997	60,000
29º	0299170	MARCIA CORRÊA RIBEIRO	26292742	17/01/1973	56,667
30º	0298912	NEUSA GONÇALVES	3353030	27/11/1975	56,667
31º	0298069	SILVIA REGINA DE BRITO DE OLIVEIRA	4097066	09/02/1983	56,667
32º	0292872	ANA PAULA NUNES	4233789	05/03/1985	56,667



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Educador Social - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0300228	JARBAS BARBOZA	4403518	19/07/1986	56,667
34º	0295299	LAÍS CRISTINA FLORENCIO DA SILVA	446802220	06/06/1988	56,667
35º	0296568	JAQUELINE STAROSKY ZEMKE	5298613	28/03/1995	56,667
36º	0298294	ESTELA ISABEL FRANÇA PEREIRA	6072255	08/01/1996	56,667
37º	0296563	MARIA EDUARDA FERREIRA	6861048	29/11/2000	56,667
38º	0301226	WLADEMYR CASA NOVA	1894762	20/07/1967	53,333
39º	0295750	MARIA JESUINA DA SILVA KOCHANSKI	3162698	27/03/1970	53,333
40º	0298940	SILVANA MELLO	3210469	03/11/1974	53,333
41º	0299375	ROSECLER DE OLIVEIRA ALEXANDRE	6276750	28/10/1975	53,333
42º	0294180	FRANCISCA EDILEUZA RODRIGUES TAVARES	7165020	11/02/1977	53,333
43º	0300011	MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG	3579659	22/04/1977	53,333
44º	0294911	CATIANE APARECIDA CARDOSO	4403936	28/06/1988	53,333
45º	0298318	DIEGO ROSA	4914157	11/11/1989	53,333
46º	0298107	CAUANA DE ANDRADE FERREIRA	5081980	13/02/1994	53,333
47º	0298554	ANA PAULA ZEITZ BOZAN	6005401	15/07/1994	53,333
48º	0296264	RENAN CORREIA	5815571	03/05/1997	53,333
49º	0296322	MONIQUE RODOLFO DA SILVA	5923298	31/07/2001	53,333
50º	0292907	PAULO ANDRE DE ANDRADE	4056091	04/06/1982	50,000
51º	0300021	LUCIANA MARCHI	4118498	05/08/1982	50,000
52º	0294982	JOSIANE STOEBERL	4118047	23/04/1986	50,000
53º	0296660	FRANCINE RIBEIRO ASSINK	5654254	10/10/1991	50,000
54º	0297959	LALESCA CRISTINA COELHO	6936526	14/07/1995	50,000
55º	0292707	ANA CAROLINE WERNKE	4690807	20/11/1996	50,000
56º	0297009	HESTEFANY MORAES DA CRUZ	6918663	18/05/1999	50,000
57º	0297532	ERIKA SANTOS DUARTE	40446387	06/02/2002	50,000

Qtd. Candidatos: 57



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Enfermeiro - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0298340	DAIANY PIANEZZER DE SOUZA LAPAZINI	4702949	26/03/1988	73,333
2º	0299251	CARLA SOUSA GUEDELHA	19859767	13/03/1993	73,333
3º	0300243	GISELE CAMPOS DE OLIVEIRA	8145697	16/10/1993	73,333
4º	0294118	BIANCA MARTINS DACOREGIO	5446801	16/02/1994	66,667
5º	0293055	JUCILENE LAIS ROSSA BONFIM	4236408	12/01/1987	63,333
6º	0300711	JOICE CAMILA KRAEMER RAMBO	6090244093	12/03/1990	60,000
7º	0301139	GABRIELA XAVIER MORAIS	1104761604	09/09/1991	60,000
8º	0293854	ELENICE SCHMOLLER	50099353	12/02/1987	56,667
9º	0296804	AMANDA LIEBGOTT	5472100	20/03/1995	56,667
10º	0292528	JÔNATAN MATEUS PEREIRA MARTINS	4833991	03/03/1998	56,667
11º	0293175	JORDANA DE SOUZA PONTES	8073049747	05/07/1980	53,333
12º	0295830	ADRIANA BROSOWSKI	3771050	08/11/1989	53,333
13º	0296742	BRUNA CORREA VAZ	5154958	04/03/1991	53,333
14º	0297979	ELLISSON CERQUEIRA FERREIRA	MG18794631	09/04/1993	53,333
15º	0300217	RUBYELY CAROLINE WILL	4486645	30/04/1994	53,333
16º	0296703	ADRIANA DE MIRANDA LIMA ERHARDT	3525072	25/07/1976	50,000
17º	0296178	SIMONE APARECIDA MARTINS	4281970	29/12/1979	50,000
18º	0295239	CLEIDE JOANITA MACHADO FRANZEN	36744549	31/05/1983	50,000
19º	0294626	ELIANE RAQUEL KOERICH	46181466	01/03/1984	50,000
20º	0298427	ADRIANO MENDES SOARES	1336032880	16/03/1987	50,000
21º	0298272	MARINA BIRCK	8080343	25/12/1988	50,000
22º	0299580	GREICE MARA LUIZ	5088013	27/01/1989	50,000
23º	0292613	ANA CRISTINA DE SOUZA	4719688	17/05/1991	50,000
24º	0298792	JÉSSICA MICHELA BARTHOLAMEY	5372908	09/11/1991	50,000
25º	0294954	JANE RODRIGUES DA COSTA BENTO	4528158	10/02/1992	50,000
26º	0297588	HAMILTON TROMBELLI	5825948	18/11/1996	50,000
27º	0297879	HELEN ALINE MOIK	6005391	20/05/1998	50,000
28º	0299928	BIANCA FOSS	5815741	01/04/1999	50,000
29º	0299059	HALINA VITORIA CARDOSO DE SOUZA	6072571	23/07/1999	50,000

Qtd. Candidatos: 29



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Engenheiro Agrônomo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299150	HERNANDES WERNER	1136487	21/09/1963	86,667
2º	0297943	JOICE CRESCENCIO HEIDEMANN	5093751	27/09/1991	86,667
3º	0295897	HENRIQUE GARCIA MENDES	56902171	27/11/1986	83,333
4º	0293212	EDUARDO WILLIAM VERZA	4232763	29/05/1991	83,333
5º	0296317	LUCAS KREUTZFELD	5820486	13/09/1995	83,333
6º	0298361	NATÁLIA MARIA ANTUNES DOS SANTOS	6132649	24/02/1996	80,000
7º	0300341	ALEXANDRE LUIZ PRADA	52328643	07/10/1967	76,667
8º	0293000	EDSON BLATTMANN	127466769	16/06/1991	76,667
9º	0293034	VANESSA MARIANO DA SILVA	88423011	05/12/1984	73,333
10º	0299440	FERNANDO SOUZA DA SILVA	55480829	26/03/1991	70,000
11º	0296677	CATARINA CORRÊA PUTTKAMMER	4400999	05/08/1991	70,000
12º	0299105	BRUNA REZER MACHADO	4481073	22/01/1994	70,000
13º	0296874	RAFAELA SCHUNIG	85150430	20/04/1994	70,000
14º	0295354	ORLANDO BARA	6279208	16/05/1995	70,000
15º	0295878	LEONARDO DÜSTERHÖFT	5797214	19/11/1998	70,000
16º	0300290	ÉLUS RENATO BÖING	3486735	05/08/1982	66,667
17º	0299439	GLEISON RICARDO PEREIRA	4280658	14/08/1987	66,667
18º	0297189	EDIMAR LUIZ RODE	4457241	20/07/1991	66,667
19º	0296890	JAQUELINI GARCIA	6005403	22/02/1994	66,667
20º	0295226	EDUARDO DOS SANTOS JOHANN	5372073	13/08/1994	66,667
21º	0293142	TAINÁ GUTZ	5923919	24/07/1995	66,667
22º	0299367	ISMAEL FRANÇA	4691741	09/12/1996	66,667
23º	0297978	MATHEUS LUIS NIEHUES	5617432	31/08/1997	66,667
24º	0300090	DEIVID LUIS VIEIRA STEFEN	4553050	05/03/1985	63,333
25º	0294520	MARCELO ARAUJO RAMOS	4708288	15/04/1985	63,333
26º	0294753	BRUNO TABARELLI SCHEIDT	4725643	15/08/1990	63,333
27º	0300115	GUSTAVO SANGUANINI	5423586	21/01/1994	63,333
28º	0300551	JÉSSICA MAYUMI ANAMI	376469274	18/04/1994	63,333
29º	0295478	RODRIGO DE LIMA VERDADE	8110555474	20/03/1996	63,333
30º	0301038	YURI BACK SALVADOR	6423943	08/03/1997	63,333
31º	0293993	ELIANE HÖRMANN	5005393	13/07/1998	63,333
32º	0300084	DALVAN OTAVIO JEREMIAS	5071142	18/01/1991	60,000

Página 43 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Engenheiro Agrônomo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0296213	JULIANY ROSCHER	125561365	11/06/1991	60,000
34º	0297071	MAIARA DE FREITAS	5009669	23/10/1991	60,000
35º	0298418	GUILHERME ZANATTA DE SOUZA	4168418	01/11/1991	60,000
36º	0293862	LUCAS ANDRÉ CALBUSCH VARELA	5080099	09/11/1994	60,000
37º	0296989	DIOGO LUIZ FRUET	5813748	20/09/1996	60,000
38º	0297337	GUILHERME GIACOMOZZI	5548849	22/10/1998	60,000
39º	0295240	ROGÉRIO COELHO	1809218	29/09/1969	56,667
40º	0298960	ALEXANDRE DA SILVA SANTOS	37510509	07/07/1971	56,667
41º	0299152	LUCIANA PATRICIA ROSA DIAS	3348122	18/12/1976	56,667
42º	0298141	PRISCILA STOCCO THEODORO	63065021	15/12/1979	56,667
43º	0298831	DOUGLAS HENRIQUE BANDEIRA	4244683	20/06/1987	56,667
44º	0298711	ANA CAROLINE FASSINA	5578342	23/07/1996	56,667
45º	0296432	ALEX TISCHNER	5844207	29/05/1991	53,333
46º	0294990	JAQUELINE CARVALHO	5181986	18/12/1991	53,333
47º	0298971	HUGO FRANÇOIS KUNESKI	5279843	07/08/1992	53,333
48º	0301181	ALAN ROBERTO HAMM	5670329	21/12/1992	53,333
49º	0294115	MELINE SCHÜLLER	4108515257	10/03/1997	53,333
50º	0298016	SABRINA VÁZ	4502988	05/08/1993	50,000
51º	0295749	GLÓRIA MARIA OLIVEIRA DE BARROS	6821458	02/03/1996	50,000
52º	0299495	MAYRA LUIZA SCHELTER	5232753	11/12/1997	50,000

Qtd. Candidatos: 52



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299982	MURILO DE SOUZA NUNES	5074518	28/01/1993	86,667
2º	0301180	SANDRO RADDATZ	44932723	27/08/1985	83,333
3º	0297167	RAMON FELIPE WASCH PAES	5399661	04/10/1987	83,333
4º	0296279	JAKSON MACEDO ALVES DE CAMPOS	8270600	17/09/1994	83,333
5º	0297626	AYME GAUCHE FARBER	5654468	25/07/1995	83,333
6º	0297802	FERNANDA SANTOS GOULART	6197051	11/03/1996	83,333
7º	0296394	JÚLIA CAMPREGHER CADORE	5232953	01/02/1997	83,333
8º	0301107	RODRIGO HARTMANN DOBNER	4789381	09/01/1985	80,000
9º	0300089	GRAZIELE DA LUZ	4833379	30/09/1991	80,000
10º	0300769	LUCAS OLIVEIRA ALVES	4642942	28/01/1993	80,000
11º	0299852	WASHINGTON DE OLIVEIRA CUNHA	6656300	16/11/1975	76,667
12º	0294519	LEANDRO JOSÉ ISENSEE	4184316	27/06/1986	76,667
13º	0299229	FAGNER CARVALHO	4280889	11/09/1990	76,667
14º	0299047	VIVIANE PALADINO MAZZI	4403294	12/04/1991	76,667
15º	0295205	GERSON THIAGO ALVES DE CAMARGO	6240367	18/01/1993	76,667
16º	0294075	VINICIUS MENDES DE SOUZA	5678142	14/11/1993	76,667
17º	0292647	MORGANA CASATTI	6072843	25/11/1994	76,667
18º	0294225	PAOLO PIRES DE LIMA	5120271	29/08/1995	76,667
19º	0292562	JONATHAN SILVA SANTOS	5188795	03/05/1991	73,333
20º	0296260	FERNANDO SCHMIDT	5412134	29/12/1992	73,333
21º	0300059	AUGUSTO CESAR SOUSA LEMOS	4103107829	08/02/1993	73,333
22º	0295345	CAMILA STRAMOSK POSSAMAI	5465675	21/04/1994	73,333
23º	0293808	DAIANI FRANCIÉLY ANDREANI WILHELM	5613111	26/09/1994	73,333
24º	0296052	GECIANE ARNDT	4932878	12/01/1996	73,333
25º	0295374	ARTUR PAGOTTO TONUSSI	6316495	09/04/1992	70,000
26º	0297616	JUAN PERES DE OLIVEIRA	4833512	27/01/1994	70,000
27º	0294546	ERIKSON FOCCHI	1107845495	08/06/1994	70,000
28º	0296911	JOSÉ GUILHERME FAGUNDES MEIRELLES	5098617201	14/02/1995	70,000
29º	0297584	RUBENS LOTERIO	5670408	28/02/1996	70,000
30º	0294017	DALILA FERNANDA DE OLIVEIRA	462108685	18/02/1990	66,667
31º	0296490	GUILHERME SUBTIL ARRUDA	4422693	23/08/1991	66,667
32º	0300345	ALEXANDRE DE MORAES	52798135	14/04/1992	66,667

Página 45 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0299759	JOELCIO MENEGAZ	4796352	03/11/1995	66,667
34º	0294572	CLAUDIO ROCHA JUNIOR	5279245	12/09/1996	66,667
35º	0294361	ALINE DE SOUZA	6517724	11/07/1997	66,667
36º	0296814	ANDREAS NOERENBERG	3930327	21/03/1980	63,333
37º	0300248	TALLES SCHARPF	4118158	20/08/1985	63,333
38º	0295036	PEDRO KOETZ CORREA	7099186285	11/02/1994	63,333
39º	0300192	DIEGO ALESSANDRO NECKEL	5548870	12/04/1994	63,333
40º	0300840	NELSO MACHADO JUNIOR	5142464	26/06/1995	63,333
41º	0297523	VINICIUS BRIGNOLI DE SOUZA	5088768	25/11/1999	63,333
42º	0297576	LEOPOLDO ALBERTO ZIMMERMANN	12220442	16/01/1964	60,000
43º	0294153	EDER LINDOLFO KUNTZE	2305817	23/10/1970	60,000
44º	0295661	ANDRE LUIS BECKER	3459258	18/08/1981	60,000
45º	0293357	GABRIELA WOLLINGER ARNS	4934842	24/05/1991	60,000
46º	0300985	VINICIUS PAULO SCHNEIDER	4691364	02/08/1991	60,000
47º	0292552	DEIVID HEIDEMANN	4457672	21/03/1992	60,000
48º	0299425	LUIZ ROSSI NETO	5368034	06/07/1994	60,000
49º	0293710	BEATRIZ JAHN DESCHAMPS	5631385	07/02/1995	60,000
50º	0298588	ALÃ RICARDO CORREIA	5456102	17/02/1995	60,000
51º	0299859	WILTON BERTO JUNIOR	6230602	22/08/1995	60,000
52º	0296127	JESSICA TAUANA VIEIRA	5379356	14/04/1997	60,000
53º	0300347	TIAGO ELIAS	5071785	16/09/1987	56,667
54º	0296359	SAMIRA MARCELINO	4691499	16/10/1987	56,667
55º	0292866	CLOVIS PHILLIPE SCHNEIDER	5766974	28/07/1995	56,667
56º	0297095	FILIPE GABRIEL MALDANER RINALDI	4611320	11/09/1995	56,667
57º	0292439	GUILHERME FERNANDO BILK BERK	5750480	14/08/1996	56,667
58º	0299630	SAIONARA KESTRING	5465964	02/01/1997	56,667
59º	0300285	RAFAEL LADA KAMINSKI	124961807	13/08/1995	53,333
60º	0299918	RICARDO NEUMANN	5797916	14/10/1997	53,333
61º	0292655	ANDERSON VITALI	5549340	01/08/1994	50,000
62º	0297617	GABRIELE CRISTINA DOS SANTOS	5765350	13/04/1995	50,000
63º	0296643	AMILTON RESSEL JUNIOR	4745460	07/06/1995	50,000
64º	0296893	REGIANE SILMARA MORATELLI	5087670	02/09/1996	50,000
65º	0296168	NILSON DO PRADO RODRIGUES	5998307	07/08/1997	50,000

Página 46 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
66º	0301240	GABRIELA SKOWASCH BOSSE	6230843	03/01/1999	50,000
Qtd. Candidatos:		66			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Engenheiro Florestal - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0300334	WILLIAN GRUBERT	4502764	25/03/1986	86,667
2º	0294300	KAUANA MELISSA CUNHA DICKOW	64567039	17/06/1977	83,333
3º	0295410	HENRIQUE KNUFFER COSTA	3353353	23/05/1991	83,333
4º	0292807	THOMAS SCHRÖDER	4233334	14/05/1986	80,000
5º	0299225	PAULA ADRIANA DA COSTA	5411395	20/02/1989	80,000
6º	0293834	CIRO LEANDRO SALVADORI DIDONE	4502738	14/08/1985	76,667
7º	0296373	RICARDO MURILO MALHEIROS DOS SANTOS	1094053343	09/04/1988	76,667
8º	0293841	MARCO ANTONIO BENTO	4719741	28/11/1992	76,667
9º	0297164	EMILIA PEREIRA FERNANDES DA SILVA	1471946363	15/02/1994	76,667
10º	0296859	LUANA TREVINE MOMENTEL	482615448	31/12/1990	73,333
11º	0292589	MARLUCI POZZAN	5072054	02/10/1991	73,333
12º	0294293	ANDRESSA VIATER	5615281	18/05/1995	73,333
13º	0298128	RICARDO DOS SANTOS LADA	60535213	29/05/1980	70,000
14º	0297851	GABRIEL BICHON DA SILVA	212378400	11/05/1990	70,000
15º	0292545	ANELISE MARTA SIEGLOCH	9086093144	22/09/1984	66,667
16º	0296474	ANDRÉ LUIS FICK	9071386602	16/02/1990	66,667
17º	0298399	TAISE VICTORAZZI	135745855	10/06/1992	66,667
18º	0296550	DANIELA HOFFMANN	55203086	09/10/1994	66,667
19º	0300455	LOUISE ALVES	4798177	27/06/1995	66,667
20º	0295646	ALEXANDRE AMILTON DE OLIVEIRA	4745111	03/08/1987	60,000
21º	0296051	DANIELLA DEL CASTANHEL KNISS	4380857	16/07/1991	60,000
22º	0299361	EDNA MARIA SCENA DE SOUZA	348848304	21/10/1991	60,000
23º	0298161	VALÉRIA MARIANO DA SILVA	125823602	10/01/1993	60,000
24º	0298644	JEANE SASSE	32723873	25/01/1977	56,667
25º	0298134	JEAN CARLOS NAUMANN	3334672	12/02/1977	56,667
26º	0296245	WILIAM DE LIMA	4093612	15/10/1982	56,667
27º	0293692	JESSYCA SPEROTTO	102316550	27/03/1990	56,667
28º	0299626	ERICKSSON MARTINS LEITE	001741708	07/10/1992	56,667
29º	0294400	FRANCIANE FELTZ PAJEWSKI	91482479	30/10/1993	56,667
30º	0300921	JOAO VITOR BRAGAGNOLO	622130	05/06/1998	56,667
31º	0292883	LAURA REIS FUÃO	5088313647	20/10/1983	53,333
32º	0299461	MAICHELI VIVIANI BENATTI	4457628	31/03/1984	53,333



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Engenheiro Florestal - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0298783	BÁRBARA MAFRA DE ARAÚJO	6415369	31/10/1988	53,333
34º	0294310	IGOR NEUHAUS	5155645	01/12/1995	50,000
35º	0293727	GABRIEL ANTONIO LUIZ	5456725	03/11/1996	50,000
Qtd. Candidatos:		35			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal de Meio Ambiente - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0292869	MAGNUN MACIEL VIEIRA	3455611	21/06/1984	90,000
2º	0296652	ISADORA DE SOUZA RUFINO	6062725	14/03/1995	86,667
3º	0292831	ALOÍSIO JOSUÉ STÜPP	4233555	17/06/1986	83,333
4º	0295767	DÉBORA HIANCA DA ROSA WAISCZIK	5720575	27/05/1996	83,333
5º	0293643	FELIPE PROENÇO MATTOS	6260896	19/12/1996	83,333
6º	0300079	THIAGO AUGUSTO BRATTI SOUZA	4746563	07/08/1985	80,000
7º	0294651	TIAGO DO PRADO	4076277	27/12/1988	80,000
8º	0295111	NICOLAS FENSTERSEIFER WEISSHEIMER	9095061314	05/04/1997	80,000
9º	0301244	SÉRGIO CAMPESTRINI	3394227	16/07/1977	76,667
10º	0296416	JERSON LUIZ ZONTA JUNIOR	5443802	04/09/1990	76,667
11º	0292585	EVANDRO CARLOS AVI	4745814	07/04/1992	76,667
12º	0294024	ANA PAULA MUNIZ DO AMARAL	4431183	27/07/1993	76,667
13º	0295605	NATANIE BIGOLIN NARCISO	6046724	02/06/1999	76,667
14º	0299071	EDUARDO LINK	3873615	03/09/1986	73,333
15º	0296295	PATRÍCIA COELHO	6230421	04/07/1996	73,333
16º	0298949	JANAINA MATTGE BRORING	4089065	10/05/1987	70,000
17º	0297034	DJEISON FERNANDO DE SOUZA	4573754	26/07/1988	70,000
18º	0292754	FERNANDA TOMASI	6850641	04/03/1988	66,667
19º	0300024	ALAOR ANDRADE JUNIOR	4554782	09/03/1992	66,667
20º	0296757	DIOGO DA SILVA BICHON	157003895	13/09/1992	66,667
21º	0297082	YASMIN GOULART CAMPREGHER	52326004	30/06/1995	66,667
22º	0299329	AMANDA DA CRUZ	6050226	08/06/1997	66,667
23º	0300288	LUIZ GUILHERME LEMOS HESSMANN	3833287	24/06/1982	63,333
24º	0297232	CÍNTHIA NEGRINE FERNANDEZ	6106455881	06/06/1993	63,333
25º	0301105	NAVANA GEMBALLA BUZZI	4056738	26/03/1988	60,000
26º	0295076	CARLOS HENRIQUE BRIGIDO DA SILVA FILHO	4880162	05/10/1992	60,000
27º	0299352	MATEUS SIEGLE	4485971	06/09/1994	60,000
28º	0294689	WEND DA SILVEIRA	6633383	06/10/1996	60,000
29º	0299985	DJULIA CAROLINE RISTOW	6058000	22/05/1997	60,000
30º	0297315	RÔMULO WAGNER MORASTONI	6005106	09/09/1995	56,667
31º	0299204	CRISTIANE GONÇALVES LAMBERTY	6110396998	09/10/1996	56,667
32º	0299954	FILIPE AUGUSTO PEREIRA	6739345	31/05/1997	56,667

Página 50 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal de Meio Ambiente - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0297423	OLAVO MACHADO	2121141	15/09/1968	53,333
34º	0298443	JOÃO VICTOR PREIS	5012593	08/11/1994	53,333
35º	0296585	LARISSA IZABEL DUARTE	5170614	02/09/1996	53,333
36º	0294776	JAQUELINE GONÇALVES	5797116	01/04/1998	53,333
37º	0297294	CARLOS NASCIMENTO RIBEIRO JUNIOR	6816473	07/03/1998	50,000
Qtd. Candidatos:		37			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal de Obras e Posturas - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299052	RAFAEL BUSARELLO	4024179	08/04/1986	93,333
2º	0295055	ALAN DE SOUSA NASCIMENTO	3048145	19/05/1986	93,333
3º	0299607	RODRIGO FRONZA	3352438	04/09/1979	90,000
4º	0294405	DANIEL BENTO OCKER BENTO	4203898	13/11/1983	90,000
5º	0296523	PALOMA FABIOLA BORBA	4308309	08/11/1984	90,000
6º	0297328	CRISTIANO NUNES FERREIRA	3732900	25/04/1979	86,667
7º	0292874	EDUARDO MARTINS DOS SANTOS	4694125	08/10/1985	86,667
8º	0293062	JOANA PRETTO CAVINATTO MORAIS	2090086139	23/05/1988	86,667
9º	0298004	PRISCILA DE SOUZA ALVES	7103088337	17/09/1991	86,667
10º	0296087	SIVALDO RODRIGUES DE MELO JUNIOR	3602980	30/06/1995	86,667
11º	0292587	ERVIN SPERANDIO	1892788	23/06/1969	83,333
12º	0301101	ALESSANDRO CARVALHO BACK NETTO	2268502	06/11/1972	83,333
13º	0298118	ANDRÉ DA LANÇA MARCON	32728409	25/02/1978	83,333
14º	0296907	RAMIRO DE LIZ E SOUZA	4088107	25/10/1981	83,333
15º	0301154	ALESSON DE MORAES	4139782	02/12/1981	83,333
16º	0294329	RAFAEL DOLZAN	4234493	14/10/1983	83,333
17º	0296539	KAMIL DE SOUZA BARDINI	47646250	26/01/1984	83,333
18º	0296507	PEDRO ANTONIO STOTZ DA SILVA	5047238	16/04/1987	83,333
19º	0298263	MARA JULIANA DA SILVA	5181361	28/04/1989	83,333
20º	0300088	LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO	4833222	31/07/1989	83,333
21º	0299208	SILVIA APARECIDA BOZIO	4725490	22/09/1989	83,333
22º	0298204	YAN MUZEKA	4321770	17/10/1991	83,333
23º	0297652	ALEX SANDRO BAUCKE	4432840	08/01/1993	83,333
24º	0299562	ALEXANDRE ISE FIRMINO DA SILVA	3333995	12/05/1979	80,000
25º	0295813	ANDRÉ KRETZSCHMAR LOPES	3585752	16/08/1981	80,000
26º	0292448	MAICON ANTONIO DA SILVA	4307630	30/05/1984	80,000
27º	0297614	FILIPPE DE ARAUJO LOURENÇO	2662681SSPDF	20/01/1989	80,000
28º	0296495	JOANA SOTOPIETRA SEDREZ	3835888	17/07/1990	80,000
29º	0298683	ANA CLARA CORDEIRO VENTURA	15071225	16/05/1991	80,000
30º	0295762	ROGER CUNHA VELTER	13083473	05/05/1980	76,667
31º	0293499	LÚCIO BRANGER	3243801	22/08/1980	76,667
32º	0296774	MARLON ROSA	84153460	25/02/1983	76,667

Página 52 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal de Obras e Posturas - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0295735	RAFAEL ADELINO TOMAZ	4743515	28/01/1984	76,667
34º	0300348	PAULO HENRIQUE BARBETTA	45146063	05/02/1984	76,667
35º	0297916	FERNANDO MATTÉ FONTANIVE	4001571	19/03/1984	76,667
36º	0297709	DARLAN ROSSETTO STASIAK	4118957	09/03/1985	76,667
37º	0300964	ANIELI SASSE	4234688	07/01/1986	76,667
38º	0298162	MAICON DE CAMARGO REINHOLD	4486003	15/08/1986	76,667
39º	0294442	TATIANA GUIMARÃES FRAGA ALMEIDA WESTPHALEN	15438598	03/11/1987	76,667
40º	0297988	RODRIGO WESTPHALEN LIMA PRADA	44032935	03/11/1990	76,667
41º	0297073	SABRINA ERTMANN	4719048	22/05/1992	76,667
42º	0295400	TIAGO JOSÉ MIRANDA	4719047	31/03/1994	76,667
43º	0299287	STÉFANNY BIZ	5750435	24/01/1997	76,667
44º	0293717	CARLA ALINE DELUCA SCHMITZ	6791015	21/05/1999	76,667
45º	0299051	VALDECIR LUCHTENBERG	1426009	22/10/1963	73,333
46º	0301230	MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO SILVA	176585192	29/08/1965	73,333
47º	0298734	GENOIR WASSEM	57853700	25/03/1975	73,333
48º	0298845	VILSON JOSE HILLESHEIM	3242804	18/07/1975	73,333
49º	0297521	MARCO AURELIO WEIRICH GRAH	2258438	11/12/1978	73,333
50º	0299166	MARCIONEI ZUCATELLI	3638499	12/12/1979	73,333
51º	0296604	MARCELO VILIAM ZEMKE	2624757	17/11/1980	73,333
52º	0300098	PATRICIA SOARES VANSUITA	3512423	27/11/1982	73,333
53º	0296567	JEAN GILDO FERNANDES	4088554	30/12/1982	73,333
54º	0295503	EMERSON SALES	3980866	16/11/1983	73,333
55º	0296886	TATIANE MENDES BERTO DA SILVA	68323380	28/06/1984	73,333
56º	0296919	MARCIONEI PIANEZZER	47441038	01/07/1985	73,333
57º	0292701	JEAN JAKUES SCHWARTZ	6072143	03/04/1993	73,333
58º	0299755	ARIEL ALAN MEES	5232063	15/05/1993	73,333
59º	0300685	JOSE FLORIANO RODRIGUES	6133242	07/10/1993	73,333
60º	0293609	ANTONIO FÁBIO LESSA MATOS	1325743	21/02/1964	70,000
61º	0301129	LARA APARECIDA GUSE RAMOS	1675610	30/08/1968	70,000
62º	0294674	ANDERSON GUTZ	3732052	02/09/1978	70,000
63º	0300242	AMARILDO DE JESUS	3638678	26/11/1978	70,000
64º	0294208	DOMINGOS AMILTON BRITO	3930220	20/07/1980	70,000
65º	0299195	SIDINEI OLIVEIRA NUNES	87004910	13/09/1982	70,000

Página 53 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal de Obras e Posturas - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
66º	0295586	GABRIEL MARTINS CARRARA	255267381	14/01/1983	70,000
67º	0299631	SAULO MORASTONI	4233762	15/07/1984	70,000
68º	0299507	RODRIGO ALCIDES CASCAIS	4097025	28/08/1985	70,000
69º	0294184	RAFAEL FERREIRA	4555679	12/04/1987	70,000
70º	0300849	ODAIR IRINEU WANZUITA	4729916	01/08/1988	70,000
71º	0298419	MATHEUS DOBNER PÉRTILLE	5242165	10/12/1990	70,000
72º	0295262	ALLAN JUNIOR SCHLICKMAN	5379494	16/11/1992	70,000
73º	0298422	ISMAEL JAMES GEISLER	4740010	21/10/1993	70,000
74º	0298395	RICARDO ADEMAR HOELLER	1670913	15/10/1965	66,667
75º	0296671	JEAN MARLON KLEINHEMPEL	1679558	14/04/1968	66,667
76º	0300899	GUILHERME MEIRELLES DE PAULA BOTELHO	093014512	25/05/1973	66,667
77º	0297941	PAULO RENE RODRIGUES DE MOURA	3056943768	17/10/1975	66,667
78º	0299888	MAIKO FURTADO	3273228	15/07/1976	66,667
79º	0300104	GILMAR GIRARDI	3887442	18/01/1980	66,667
80º	0299079	GENIVAL BRAMBILA	38332370	26/09/1981	66,667
81º	0298856	GRACIELA CARVALHO	4011400	18/07/1983	66,667
82º	0301228	EDERSON BERKEMBROCK	4203013	04/12/1983	66,667
83º	0294296	EDENILSON BRANDL	4280898	25/10/1984	66,667
84º	0300077	THIAGO DE OLIVEIRA DA SILVA	3273243	08/01/1985	66,667
85º	0297757	ADONIS FERNANDES	4475805	11/02/1986	66,667
86º	0296184	CLEITON DIEGO LIPPEL	4834294	27/06/1989	66,667
87º	0300487	TUANIE REGINA ALBINO	4724907	06/08/1989	66,667
88º	0295419	JOÃO PAULO LUDVIG	4486929	02/08/1991	66,667
89º	0300301	MARIELE FRANÇA MACHADO	49259911	30/12/1993	66,667
90º	0297116	VITOR PEREIRA DE FARIAS	5242887	10/09/1994	66,667
91º	0296855	BRUNO CRISTOFOLINI DA ROCHA	5888327	28/06/1995	66,667
92º	0298049	LEONARDO NOLLI	5797735	15/07/1995	66,667
93º	0300282	RONIBERTO MONDINI	2624437	21/01/1972	63,333
94º	0297692	FERNANDO LUIZ NEIMAN	3638231	20/04/1978	63,333
95º	0292799	VALBER CORREA	3164146	24/10/1978	63,333
96º	0300307	ADALBERTO RICHARTZ	3486062	21/12/1978	63,333
97º	0299881	AMARILDO CESAR VIEIRA	3930377	07/06/1980	63,333
98º	0295492	EMERSON LUIZ QUEVEDO DE OLIVEIRA	2056928456	15/11/1980	63,333

Página 54 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal de Obras e Posturas - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
99º	0295809	CAROLINA STUHLER	11509252	03/09/1981	63,333
100º	0293965	DÉBORA IDENE WEÇOLOVIS DÉBORA	4118039	26/02/1983	63,333
101º	0300567	GRAZIELE DOS SANTOS	4068537	03/07/1983	63,333
102º	0298533	ELAINE SCHMITZ	43941753	11/07/1985	63,333
103º	0297592	CRISTIANO DUARTE	4431070	04/03/1989	63,333
104º	0300247	DIEGO BINI	4280317	11/10/1989	63,333
105º	0292508	PATRICIA BLOEMER MENEGHELLI	4935690	11/03/1990	63,333
106º	0299336	JESSICA PADILLA HEINECK	6005755	04/02/1994	63,333
107º	0300146	NADIR DE LIMA	7849692	26/02/1965	60,000
108º	0298775	JOÃO BATISTA MÜLLER	1679283	06/08/1969	60,000
109º	0300003	ODAIR JOSÉ KREUSCH LOPES	3007616	09/04/1974	60,000
110º	0300195	SIRLEI LAURECI FRONZA	3243857	20/04/1975	60,000
111º	0300070	FABIOLA ALVES	29150930	20/04/1976	60,000
112º	0297510	ANA KRIS BUNN DE LIZ	3646908	23/08/1979	60,000
113º	0297673	LIRIO JORGE MENDES	3766666	05/02/1980	60,000
114º	0298047	HOMERO LAUDELINO RODRIGUES VITAL	6852002	19/09/1982	60,000
115º	0294276	YURI CLARK RECH ERTHAL	40299708	28/05/1983	60,000
116º	0297414	LEANDRO SILVA DE MATOS	7817009	16/12/1983	60,000
117º	0296694	GUILHERME MASSAO SANADA	82240799	05/08/1985	60,000
118º	0300772	BRENO DA SILVA PEREIRA	4234216	19/11/1987	60,000
119º	0299605	ADRIANO ALVES DOS SANTOS	5815065	08/12/1991	60,000
120º	0299563	CELSO ALEXANDRE DUARTE	1897811	01/11/1969	56,667
121º	0296842	EMANUELE MIAUYN SCHLEMPER LOHN	4833493	28/06/1990	56,667
122º	0299324	LEONARDO ANTONIO MACIEL	5670167	31/12/1994	56,667
123º	0297149	FERNANDA CRISTINA MEURER	6005339	19/02/1995	56,667
124º	0300173	NELSON LEITEMPERGHER	1393642	06/03/1965	53,333
125º	0299183	IVO HOMERO FISCHER	3674216	16/08/1981	53,333
126º	0296023	DEBORAH KRUGER SCHENKEL	4233870	14/05/1986	53,333
127º	0297590	ANDRESSA FAES	4691763	17/01/1991	53,333
128º	0298203	RODRIGO SORA	5307050	31/03/1993	53,333
129º	0299963	GABRIELA FRONZA ZLUHAN	4744131	08/09/1993	53,333
130º	0298165	MAURÍCIO ISIDORO CORRÊA	5613882	25/10/1995	53,333
131º	0299391	MAURICIO COELHO DE OLIVEIRA	5578040	08/10/1997	53,333

Página 55 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal de Obras e Posturas - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
132º	0300169	LUIS GONZAGA DA SILVA	00004740579	22/06/1971	50,000
133º	0294338	WALTER RICHARD	2914885	24/11/1971	50,000
134º	0299686	SAMUEL GEORGE GEISLER	3993921	27/12/1984	50,000
135º	0294074	ADEMIR CELSO CORREIA JUNIOR	3693025	24/01/1985	50,000
136º	0300976	LAISLA FRANÇOASE SIEVES	4932808	16/03/1995	50,000
137º	0300983	DAVID MONTAGNA	4798338	04/01/1997	50,000

Qtd. Candidatos: 137



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal de Saúde Pública - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0297636	DÉBORA KLOECKNER MACHADO	8092592958	09/08/1984	80,000
2º	0294758	LUIZ PHILIP CALEGARI	4795333	17/10/1989	80,000
3º	0292955	EDUARDO FIGUEREDO COSTA	4496867	24/09/1991	80,000
4º	0292997	VANESSA DUARTE GONÇALVES DA SILVA	1086094305	09/10/1986	76,667
5º	0298171	RAIZA TOSTA MIRANDA	439799740	23/08/1988	76,667
6º	0298832	THIAGO ANDRE WESCHENFELDER	9082840514	26/11/1984	73,333
7º	0299385	PEDRO RICARDO BENVENUTTI	66007278	19/02/1987	73,333
8º	0296570	CLEBER KLASENER DA SILVA	8080484606	14/09/1987	66,667
9º	0294031	JULIANA RIBEIRO MACHADO	7072377679	22/11/1989	66,667
10º	0295401	DANIELE HAMANN	52518485	27/02/1990	66,667
11º	0298648	MYCHELLE DA SILVA	4236982	08/12/1979	63,333
12º	0295029	INARAÍ CRISTINA RAMOS NUSS	4118870	23/01/1989	63,333
13º	0298813	JANINE BARCELOS GONZATTO	8372283	19/09/1989	63,333
14º	0294509	CAROLINE VIEIRA MACIEL	4644064	18/10/1989	63,333
15º	0300803	ADRIANA MARCIA GRABOSKI	8101558024	04/02/1991	63,333
16º	0294086	CARINA PASQUALINI VOTA	4431188	10/05/1991	63,333
17º	0297983	GISELE LAISA DE FREITAS BEZ	3486587	30/11/1979	60,000
18º	0293365	MARIVANIA SALETE CONTE	3995830	17/05/1987	60,000
19º	0300860	CRISTIANE ODORIZZI	47062959	29/06/1987	60,000
20º	0299788	CAROLINE NEITZKE TAMBOZI	3766805	27/06/1990	60,000
21º	0294833	JÉSSICA CARATTI SOARES	5081346024	05/01/1993	60,000
22º	0299038	MÁRCIA LEMOS	3246765	15/08/1972	56,667
23º	0298131	CARLA LISANE GUIZ	65598043	25/03/1978	56,667
24º	0295852	PATRÍCIA PEPLAU VENTURA	3905135	19/08/1983	56,667
25º	0300067	SUSELEIDE DA CUNHA	50098314	16/08/1985	56,667
26º	0297984	DEIANIE ARIETE TAMANINI GEORG	4833418	29/12/1986	56,667
27º	0297441	GEISON VICENTE	4280324	28/04/1990	56,667
28º	0300600	NAÍARA CASARIN	4101308502	20/05/1990	56,667
29º	0297177	JOHANNA ENSFELD LUEDERS	5444012	27/10/1991	56,667
30º	0296277	ELISA GABRIELA ROUSSENQ	2912912	21/06/1985	53,333
31º	0297985	CAMILA LOPES DOS SANTOS ZEFERINO	6133573	19/05/1995	53,333
32º	0296650	NATHÁLIA KLUG FURTADO	5578384	17/01/1997	53,333

Página 57 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal de Saúde Pública - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0296462	CLEIDE MARA BEBER	2334208	05/03/1970	50,000
34º	0301177	ANA PAULA TAMANINI BITTENCOURT GORAL	4347809	17/11/1987	50,000
35º	0299767	DIEGO RAUL SCHOENINGER	4347540	06/01/1988	50,000
36º	0297566	ALBERTO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS	1813063	21/10/1991	50,000
Qtd. Candidatos:		36			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal de Serviços Públicos - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0293398	EDUARDO FELIPE REZENA COSME	4833295	24/09/1988	93,333
2º	0294549	BRUNO DA SILVA OSSEMER	5578806	28/01/1993	90,000
3º	0300998	EDUARDO KOSOSKI	5912900	07/03/1996	86,667
4º	0292898	LEOMAR DE SOUZA JÚNIOR	6712087	24/10/1997	80,000
5º	0292729	EDER LAURINDO	4203642	05/05/1987	76,667
6º	0300157	CHARLES ANDERSON PRIM	5207884	05/07/1992	76,667
7º	0297051	JESSÉ VALENTE DE LIZ	5232342	10/07/1997	76,667
8º	0298894	GIORDANO BRUNO HEERDT	3890108	28/04/1990	73,333
9º	0298445	MARIAH SCHMIDT ROSSINI	4403302	11/05/1990	70,000
10º	0299123	LEONARDO JOSE DE MELO	5548456	22/07/1991	70,000
11º	0293044	OTAVIO AUGUSTO TREVISOL	5158067	13/07/1992	70,000
12º	0293293	GUILHERME GOLLE FLORIANI	5087073	13/04/1993	70,000
13º	0299802	CLARA JULIA SCHMITZ	4932608	23/12/1993	70,000
14º	0296815	MICHAEL DUARTE LEANDRO	5327593	20/09/1989	66,667
15º	0295363	LEILA CRISTINA WELTER	6005705	25/07/1996	66,667
16º	0296291	GABRIEL FRANCISCO BILK BERK	5750478	14/08/1996	66,667
17º	0293701	AMANDA BECKER GOEDERT	5748953	16/07/1997	60,000
18º	0299067	DOUGLAS ROBERTO LEHMKUHL	5613651	11/01/1996	56,667
19º	0300272	MARCIO DA SILVA VIEIRA	7708764	04/12/1984	53,333
20º	0294429	JENIFER IZIDORIO CARDOSO	4280407	04/05/1991	53,333

Qtd. Candidatos: 20



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal do PROCON - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0297085	DANIELA SBORZ	4740103	31/08/1994	96,667
2º	0299199	NEWERTON PASSING	3080242	02/01/1976	86,667
3º	0299015	ARIANA NETTO MELO	3888240	18/01/1984	86,667
4º	0294606	JANAINA PEREIRA DE JESUS	5232435	10/08/1993	86,667
5º	0293679	LIA CAROLINE MIGUEL	3502612	16/04/1981	83,333
6º	0296377	RAFAEL PACHER	4374498	23/03/1986	83,333
7º	0296840	GILSON JEAN DA SILAVA	5181362	20/09/1991	83,333
8º	0299610	FELIPE CHAVES PEREIRA	122679111	28/03/1985	80,000
9º	0296435	MARLISE FRONZA VIEIRA	4403091	03/12/1987	80,000
10º	0299305	FERNANDA COELHO BENICIO	6005758	04/07/1988	80,000
11º	0297409	MAITARA GABRIELA DA LUZ BROERING	4475317	10/09/1988	76,667
12º	0297103	MAILON JOSÉ ESPINDOLA	54122562	11/08/1992	76,667
13º	0296186	HELOIZA LOTERIO	5279340	07/01/1993	76,667
14º	0298466	LUCAS STADNIK GAERTNER	5379135	17/11/1995	76,667
15º	0298350	JAQUELINE ROCHA CAVILHA	48336955	25/01/1986	73,333
16º	0296665	ADRIANE GISELLE BAASCH	5232353	20/03/1990	73,333
17º	0292643	INÃ CARINI ZAPELINI ZANELLA	5030752	19/05/1992	73,333
18º	0299585	PRICILA VENTURI	4311313	27/08/1992	73,333
19º	0297873	MAURICIO DA SILVA	4486930	12/03/1993	73,333
20º	0296160	PÂMELA AGOSTINI	5880231	24/03/1993	73,333
21º	0300114	HELENA BACK	5456618	13/09/1994	73,333
22º	0301257	LUNARA STOLLMEIER PANDINI	5797070	18/11/1996	73,333
23º	0295063	KARINE MEES	6050462	16/04/1997	73,333
24º	0297389	PABLO VINÍCIUS SMANIOTO	4085990	29/01/1981	70,000
25º	0301265	WILIAM MONTE DA CRUZ	12833860	22/01/1984	70,000
26º	0296191	CLEVERTON BREY ANTONOWISKI	5254808	04/11/1991	70,000
27º	0295557	PÂMELA MACEDO PEREIRA	5613638	23/01/1992	70,000
28º	0297400	CLARICI DEPONTI CARLOTO	3109730171	16/04/1992	70,000
29º	0299944	ANA PAULA DA COSTA	6190480	03/08/1992	70,000
30º	0297373	LUANA KNAESEL VALTI	4347191	10/11/1992	70,000
31º	0301158	FERNANDO FERNANDES	6033864	22/06/1995	70,000
32º	0299816	VANIA SILVEIRA RODRIGUES	4267289	13/12/1982	66,667

Página 60 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal do PROCON - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0295906	MARCOS ALBERTO SLOMSKI	3980175	15/12/1987	66,667
34º	0293498	CRISTIAN GREIN BUENO	4616960	14/09/1990	66,667
35º	0299441	TAYLANA DE BORBA	5261024	02/09/1992	66,667
36º	0299424	GUSTAVO FELIPE ANAMI SEGUNDO	5888504	31/12/1992	66,667
37º	0297672	JÉFERSON MATEUS IMMIG	1085630786	05/11/1995	66,667
38º	0294304	GLAUCI MULLER	4347211	15/07/1985	63,333
39º	0300468	FRANCIANE MENDES DE ANDRADE	5079327	14/07/1987	63,333
40º	0295701	GRASIELA ANDRADE HOFFMANN	4347430	28/07/1987	63,333
41º	0300142	DIOGO LEHMKUHL	3693253	30/01/1988	63,333
42º	0300136	ANDRÉ SOARES XIMENES	20425309	29/05/1970	60,000
43º	0294994	GISELE SANGALETTI BALDO	4475849	12/03/1987	60,000
44º	0297437	LAÍS SILVEIRA DA SILVA VIEIRA	7443158	19/11/1988	60,000
45º	0297993	CESAR GALVAN	4403433	23/06/1989	60,000
46º	0299673	EVANDRO GARCIA	4691811	28/09/1989	60,000
47º	0299377	DEISE FERNANDA CHIMINELLO	47402369	18/03/1990	60,000
48º	0299492	DOUGLAS ULLER	4527864	20/12/1991	60,000
49º	0296785	DÉBORA DE MATOS GERMANN	5845864	31/01/1996	60,000
50º	0293107	SAMANTA LEHMCKUHL	6905757	02/02/1999	60,000
51º	0299945	JOSÉ CARLOS CARMES	1255074	12/09/1963	56,667
52º	0293144	DANIELE BARBOSA VIEIRA	3607112	29/06/1979	56,667
53º	0298461	VANESSA LUCHTENBERG PICKLER	4024554	03/04/1985	56,667
54º	0295451	DANIELI EIFLER	3741820	07/04/1985	56,667
55º	0297485	DAMARIS LAURENCE MOJE MENDES	4431194	12/07/1988	56,667
56º	0300255	GABRIELA NASATO	3533120	17/01/1992	56,667
57º	0299139	RODRIGO CORRÊA	5181378	07/01/1994	56,667
58º	0296798	ANDRINI KOERICH	6050360	07/08/1997	56,667
59º	0297688	LUIZADE OLIVEIRA BURIGO	5018355	20/01/1999	56,667
60º	0294099	JÚLIA MARA MENDONÇA	7185469	28/06/2000	56,667
61º	0300448	SIDNEI TAMANINI	2493810	23/05/1972	53,333
62º	0293211	INÊS PALHANO DE OLIVEIRA	3759306	26/07/1975	53,333
63º	0299381	HUMBERTO HENRIQUE ROESNER	3594598	20/10/1982	53,333
64º	0299833	TAMARA	4347397	16/09/1986	53,333
65º	0300605	MARILETE FIEBES	4394902	25/07/1987	53,333

Página 61 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fiscal do PROCON - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
66º	0296714	VIVIANE DE JESUS RUTZEN	4311011	13/03/1990	53,333
67º	0294288	CAMILA REGIANE DE ASSIS	4706402	27/10/1992	53,333
68º	0300175	ALAN GIOVANI ZANELATTO	5071766	16/03/1993	53,333
69º	0297992	BRUNA KEITI SCALCON	7660156	26/06/1993	53,333
70º	0297531	GABRIELLE ALEXANDRA CANDÉO	6113238	02/06/1995	53,333
71º	0297606	JEFERSON WILLIAN DE MELLO PADILHA	4892795	03/04/1996	53,333
72º	0295318	ELISANDRA MARLUCE DE BRITO FARIAS	1048093189	15/07/1972	50,000
73º	0297933	LUCIANA MARTINS AMORIM DE ALMEIDA LIMA	3084903	07/08/1977	50,000
74º	0294483	JAQUELINE MOREIRA DA VEIGA DUARTE	5663405	06/11/1991	50,000
75º	0299430	DÉBORA SILVA	6700684	28/04/1994	50,000
76º	0298232	ALESSANDRA TONET	5880601	21/02/1995	50,000
77º	0296326	FABÍOLA STRAPAZZON DE MELLO	5026648	11/09/1995	50,000
78º	0297429	BRUNA CAROLINA STAHNKE	5815659	10/04/1996	50,000

Qtd. Candidatos: 78



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Fonoaudiólogo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0297646	MARLUCE CRISTINE TEIXEIRA	4772223	20/12/1988	80,000
2º	0293721	ANA MARIA VIEIRA	6190942	18/12/1997	66,667
3º	0297453	JULIA PARODI MELO	5688150	20/07/1993	63,333
4º	0300869	LILIAN ROSE DE SOUZA DELGADO	2685290	16/11/1974	60,000
5º	0294925	DULCE ARCENO MARTINS	5027357	28/10/1986	60,000
6º	0297412	CINTHIA GARCIA WIETH DE FREITAS	5755698	17/11/1990	56,667
7º	0299837	ELORA BION PEREIRA	6815230	11/05/1999	56,667
8º	0298428	ANA CRISTINA KIRSCHNER KLITZKE	5548829	18/10/1999	56,667

Qtd. Candidatos: 8



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico 20 Horas - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0294565	PAULA FERNANDA HASSE MACHADO	5071308	23/08/1990	70,000
Qtd. Candidatos:		1			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico 40 Horas - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299022	MARINA FRANÇA DE ABREU	4061779	25/03/1985	76,667
2º	0293231	LUANA BOHNS RIBEIRO DA SILVA	6133600	01/11/1981	66,667
3º	0295705	CAROLINA KAMER	5142535	17/01/1990	66,667
4º	0299738	THAIS LIMA BASTOS DE CAMARGO ARRUDA	442179443	08/03/1988	63,333
5º	0294205	WAGNER DOS SANTOS MOREIRA	320217358	01/12/1985	60,000
6º	0300200	ETEVALDO NOGUEIRA LIMA SOBRINHO	2577984	29/09/1987	60,000
7º	0300187	MARIANE MAISA LEMBECK	3638965	12/01/1991	60,000
8º	0297615	RAÍSSA PERES DE OLIVEIRA	4833513	17/09/1996	60,000
9º	0299161	CAMILLA RIBEIRO SILVA PIMENTEL	609424129	26/01/1987	56,667
10º	0294490	JULIA CAROLINA NASCIMENTO	87489051	02/05/1991	56,667
11º	0297405	AMANDA RAPHAELA DA SILVA	4220381	26/01/1990	53,333
12º	0297600	PRISCILA BECKER DA SILVA	4833630	13/04/1994	53,333
13º	0296469	IÊDA FURTADO SIQUEIRA	8166004	15/08/1983	50,000

Qtd. Candidatos: 13



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico Auditor - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0298867	JOAO PERFOLL	357980	18/01/1958	56,667
Qtd. Candidatos: 1					



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico Autorizador - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0296849	ALEXANDRE SCHEFER FRONZA	5232352	12/01/1989	50,000
Qtd. Candidatos:		1			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico Cardiologista - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0297587	RODRIGO ANDRE TASCA	589114724	06/09/1975	53,333
2º	0299314	TIAGO CARON	8066098206	15/01/1989	53,333

Qtd. Candidatos: 2



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico Cirurgião Geral - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0296792	POLYANNA BORGES DA ROCHA	5116641	30/10/1989	73,333
2º	0299392	BRIAN DE CARVALHO SILVESTRE	4520092	12/10/1991	50,000
Qtd. Candidatos:		2			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico Dermatologista - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0297324	PRISCILA SOARES SOUZA	14461936	14/02/1989	80,000
Qtd. Candidatos:		1			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico Neurologista - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299931	JULIANA MAZINI ALVES	6230684	05/08/1992	63,333
Qtd. Candidatos:		1			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico Ortopedista - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299002	MATEUS RIGON DE SOUZA	400548732	13/01/1984	63,333
2º	0293722	ANDRE EVERTON DE FREITAS	MG3778865	17/04/1969	53,333
3º	0299975	DELANO PASA PEREIRA	5065451857	22/11/1976	53,333

Qtd. Candidatos: 3



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico Otorrinolaringologista - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0295808	HAMILTON LEAL MOREIRA FERRO	4233560	16/09/1985	53,333
Qtd. Candidatos:		1			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico Regulador - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0293706	FABIOLA JAHN DESCHAMPS	5698822	05/03/1981	53,333
Qtd. Candidatos: 1					



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico Veterinário - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0300165	VITÓRIA ALVES FLORÊNCIO	6207195	16/02/1997	80,000
2º	0294951	THAYANA MARINHO MIKOSZ	7846617	29/05/1988	73,333
3º	0299889	LUIZ ROBERTO CONRADI RIBEIRO RAMOS	32924798	12/07/1984	70,000
4º	0299509	YASMIN VENTURI CANI	4740499	07/08/1993	70,000
5º	0300123	GUSTAVO RIBEIRO BONATTO	6726494	10/11/1997	70,000
6º	0294809	GABRIELA CREUTZBERG	5181881	13/03/1998	70,000
7º	0296011	JÚLIA EDUARDA GOEDE	5613067	17/06/1998	70,000
8º	0292540	LETICIA CORDEIRO	5619169	20/05/1995	66,667
9º	0296716	ESTER ROEPCKE	5654365	27/03/1996	66,667
10º	0298021	LARISSA TAÍS VIER	4078435445	17/07/1996	66,667
11º	0300354	TAMARA KNOP	4833528	17/03/1988	63,333
12º	0296819	LUCAS ANDRADE TELLES	6085766	29/11/1997	63,333
13º	0298434	DEBORA CRISTINA HEESCH ZAGHENI BRAZ	6072090	10/03/1993	60,000
14º	0294061	TAINARA RENATA TINELI	5927965	26/11/1995	60,000
15º	0298027	TAMARA BORGES DE JESUS	6628652	16/05/1996	60,000
16º	0297225	LUIZ CARLOS DE ALMEIDA SANTOS	52326640	14/01/1962	56,667
17º	0298793	HELLEN NEVES LISSARAÇA ESPINDOLA	11038402	03/08/1985	53,333
18º	0294636	FERNANDA MARIA BORTOLI	4321598	29/01/1985	50,000
19º	0299024	NARA LUCIANA PISETTA	4744366	06/08/1985	50,000
20º	0294880	CAIO GENOVEZ KROGER	4833141	03/08/1994	50,000
21º	0300129	CLÁUDIA NARA ROSA DE JESUS	5991830	31/01/1995	50,000
22º	0299201	RONIERI NICHELLATTI	5379759	05/05/1995	50,000
23º	0294871	GIOVANNA VINCI ROBERTO	5636911	05/12/1996	50,000

Qtd. Candidatos: 23



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Motorista de Caminhão - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0297251	JEFFERSON LUIS DA SILVA	2627127	05/09/1974	190,000
2º	0295910	ALFREDO RECH	3502331	18/08/1982	190,000
3º	0294344	CLEBERSON FERNANDES	4311137	02/06/1989	190,000
4º	0295842	ROBERTO CARLOS OSSEMER	3905701	25/04/1982	183,333
5º	0294855	EDMUNDO THEISS NETO	4085281	19/10/1982	183,333
6º	0295634	MARCIO JOSÉ FURTADO PEREIRA	4268085	16/02/1982	176,667
7º	0296039	ANDRÉ KREUSCH	3980809	15/05/1982	176,667
8º	0292694	DALTON LUIS D ACAMPORA MARTINI	4068997	23/08/1982	176,667
9º	0299865	RICÉRI DIEGO FONTANIVE	50000507	07/02/1985	176,667
10º	0295543	TIAGO STEDILE	4691271	02/04/1990	176,667
11º	0300569	REGIS MEURER DA SILVA	5295672	02/12/1994	176,667
12º	0292638	JOSE ALTAMIRO COSTA	3820298	24/05/1978	173,333
13º	0295935	MARCO AURELIO DA LUZ	34837396	13/09/1979	173,333
14º	0298172	DOUGLAS DOLZAN	4691374	18/10/1986	173,333
15º	0292456	MARCOS DIAS	4529769	14/07/1987	173,333
16º	0296741	RICARDO LOPES	3658981	08/06/1979	166,667
17º	0297511	REIDGLEY GOMES MAGNO	4304367	11/03/1983	166,667

Qtd. Candidatos: 17



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Motorista de veículo leve - Fundação Cultural

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0295921	ANDRÉ LUCIANO DE SOUZA	1893148	08/02/1969	180,000
2º	0292601	MARILTON GLUCK MILEKE	22825160	29/11/1962	176,667
3º	0295533	FREDERICO AUGUSTO TORRINELLI VEIGA	2958244	29/12/1980	176,667
4º	0293973	JAKSON MORAES	4740821	27/12/1991	176,667
5º	0293780	MÁRCIO CRISTIANO DA SILVA	3693719	21/03/1976	173,333
6º	0300008	RAMON ELEUTÉRIO	4171930	07/05/1983	173,333
7º	0295744	DECIO VANI CHIROLLI	2917166	03/07/1972	156,667
8º	0295640	JOEL ANTONIO	2337557	22/07/1971	153,333
9º	0293022	PAULO LEANDRO BUENO DOS SANTOS	6992647	27/01/2000	153,333
10º	0292570	DJANAN HENN FONTANIVE	3905919	13/06/1983	150,000
11º	0299188	VALMIR CELIO ROSSETTI	1102258	12/01/1963	146,667
12º	0300229	RAFAEL DA SILVA ARAÚJO	3079459	08/06/1993	140,000
13º	0300061	EDUARDO FERNANDO CONINCK	5379614	31/12/1987	133,333
14º	0296557	JEFFERSON DE MELO LIMA	6840785	05/06/1993	120,000

Qtd. Candidatos: 14



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Motorista de Veículo Leve - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0292742	ROAN SCHAUFFLER	4347286	25/08/1989	186,667
2º	0296813	LUCIANO DE LIMA BARCELLOS	5061084331	22/03/1980	183,333
3º	0296301	TOBIAS ROSA DA CRUZ	4001756	16/11/1981	183,333
4º	0293122	JULIO CESAR PEREIRA SCHLINDWEIN	50880020	26/09/1994	180,000
5º	0293855	SIDNEI LUIZ PALMEIRA	6152691	01/08/1993	170,000
6º	0297497	LEANDRO JOSÉ RIBAS DOS SANTOS	3938240	13/11/1981	166,667
7º	0299742	CRISTOVAO NOLLI SOBRINHO JUNIOR	5888644	17/03/1995	163,333
8º	0299530	JEFERSON GERALDO HASCKEL	4926347	01/05/1988	160,000
9º	0295907	ALEXSANDER EDWAR SCHETINGER	1942234	03/07/1972	156,667
10º	0297713	JAILSON ALVES DO ROSARIO	2492975	13/12/1972	150,000
Qtd. Candidatos:		10			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Nutricionista - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0293202	ELIANA CRISTINA CUNHA TOLEDO FRANKLIN	11651119	20/08/1984	90,000
2º	0295727	ANGELICA LOPES FACHINELLO	126561555	13/01/1986	76,667
3º	0300266	ANNE CAROLINE BUZZI	4888620	12/10/1990	76,667
4º	0298148	JESLEY DO ROCIO LECHINHOSKI	103813778	05/03/1992	73,333
5º	0298727	SHEILA CRISTINA POOTZ	3113243921	15/04/1994	70,000
6º	0296430	ANDREZA TISCHNER	5844206	03/02/1995	66,667
7º	0294842	ITAMARA KURECK	4890817	07/02/1989	63,333
8º	0296929	TALITA POLLI RAMOS	5860637	25/12/1998	63,333
9º	0292832	ELLEN PERFOLL SOMMERFELD	6133128	20/03/1999	63,333
10º	0299255	CARINA OLIVEIRA MARQUES	6091166675	18/09/1984	60,000
11º	0300483	TAYLINE CRISTINA BETTA	4068622	24/09/1993	56,667
12º	0300099	SABRINA SANTOS DA COSTA	5714278	17/02/1998	56,667
13º	0298149	CRISTIANE MAI	4363580	12/07/1985	53,333
14º	0300212	LAUREANE FONTANA	6115861	14/01/1995	53,333
15º	0299473	LUANA CAROLINA CARVALHO	37259959X	22/07/1996	53,333
16º	0296118	MAÍRA FACHINI BOLDUAN	4342187	11/03/1988	50,000
17º	0294375	LUIZA STEIMBACH KNISS	5888521	12/09/1996	50,000
18º	0293054	BARBARA GECILDA CARDOZO	6814133	23/04/1997	50,000
19º	0298227	JAINE DA SILVA	6050984	21/06/1999	50,000

Qtd. Candidatos: 19



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Operador de Equipamentos - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0293360	ALEXSANDER KOERICH	6257580	16/06/1997	176,667
2º	0292435	AMILTON BOEING	3458038	01/12/1977	173,333
3º	0298709	FRANCISCO ADEMIR FERREIRA JUNIOR	4390965	07/09/1985	166,667
4º	0295614	ADEMIR DA CUNHA	2336239	08/09/1972	163,333
5º	0293057	CASSIO JOSE BONFIM	3658280	15/08/1980	150,000
6º	0298982	EMIR PFLEGER	2910828	07/10/1971	146,667
7º	0299226	PATRICH VALDECIR RENZI	6292955	11/04/1997	143,333
8º	0297613	DERIVAN FARIAS DAMASCENO	5453424	25/03/1987	126,667
9º	0292615	RICARDO STEDILE	4171570	23/09/1983	116,667
10º	0293345	ALISSON RODRIGO CANDIDO DE OLIVEIRA	7956196	08/03/1986	116,667
11º	0298048	JANÉS DA SILVA	3547114	03/09/1977	110,000

Qtd. Candidatos: 11



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Pedreiro - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0294431	EDSON PORCENO	2629919	14/03/1971	165,000
2º	0297297	JOSÉ EVANILDO FRANCISCO	1032211	13/08/1962	160,333
3º	0297723	JEFFERSON MARCONDES ROTTA	47404698	24/11/1985	160,333
4º	0295791	ALEXANDRE ROSA	2125403	31/05/1966	159,000
5º	0298770	OLIBIO STASSUN	2628738	08/07/1974	155,000
6º	0298242	FLÁVIO ARTÊMIO MELO DA SILVA LIMA	200100125461	08/02/1982	150,000
7º	0300158	RODRIGO SENENN	4432011	26/06/1989	144,000
8º	0299824	ANDRE LUIS WEBER	4234409	10/12/1983	138,667
9º	0297589	ADEMIR IUNCEK	1673585	08/02/1964	127,000
10º	0299484	PEDRO SERGIO DE MELO	2272116	28/07/1966	117,000
11º	0294318	CRISTIAN LUIZ FRANZOI	6819110	13/10/1999	115,333
Qtd. Candidatos: 11					



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Pintor - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0296898	GILBERTO ALVES DO ROSARIO	2629403	07/12/1972	175,000
Qtd. Candidatos:		1			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Procurador Previdenciário - Previdência Social

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0297981	JENIFER WILVERT	4486239	28/07/1992	80,000
2º	0294593	ISABELLA OTAVIANO FURLAN SANADA	8201595	20/10/1987	70,000
3º	0300324	JENIFER PATRÍCIA FRAGOSO BONATTO	5077125887	29/07/1991	70,000
4º	0297129	RENATO BEIRÃO SCHMITZ	3936389	26/05/1980	66,667
5º	0298275	GABRIELLA PRIEBE	5280214	20/12/1988	66,667
6º	0292948	DANIELA PARMA SILVEIRA	3993001	20/01/1994	66,667
7º	0297291	MARCELO PETTERS PEREIRA	2910539	28/04/1979	63,333
8º	0300313	FREDERICO FERRARI	30078160X	02/09/1980	63,333
9º	0294521	AUGUSTO BREITENBACH DINIZ	4086083765	30/03/1988	63,333
10º	0300338	ANDRÉ FLARIS VALERIO	54846773	18/04/1989	63,333
11º	0297452	KETLIN ESTEFANO SOARES	1114447087	09/10/1995	63,333
12º	0292691	LUIZA GASPAR FEIO	5695495	10/02/1989	60,000
13º	0298692	CAMILA BRANDALYSE	5849535	21/09/1994	60,000
14º	0300216	DARIU MARTINS	4834381	29/09/1994	60,000
15º	0294406	FLORISVALDO KNEIDL	2123258	17/06/1969	56,667
16º	0297128	FERNANDO BEIRÃO SCHMITZ	3617694	24/10/1978	56,667
17º	0299279	FERNANDA LAURINDO FIGUEIREDO	5261570	09/03/1990	56,667
18º	0300130	VANESSA FAUSTINO	3741037	20/03/1982	50,000
19º	0292527	MARIANA KUHN SCARTOM CARVALHO	5460791	13/08/1990	50,000
20º	0298805	PRISCILLA NEVES BATISTA	6277146	30/12/1992	50,000

Qtd. Candidatos: 20



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Psicólogo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0300507	LAIS DANIELA PASSIG DA SILVA	5633795	23/02/1998	83,333
2º	0295805	JOSÉ LUIS BOSCO JUNIOR	4024156	19/11/1980	80,000
3º	0297230	ANELISE HAMMANN VOLANSKI	4085119	07/05/1984	76,667
4º	0294493	CAMILA SEIBT DE OLIVEIRA	3781191	18/08/1984	76,667
5º	0295373	NATIELEN APARECIDA PEIXE	4503533	25/07/1989	73,333
6º	0297130	GIULIANO VERSA	94033497	23/07/1992	73,333
7º	0299876	INDIANARA APARECIDA DA SILVA	4833720	11/12/1993	73,333
8º	0297376	CARLA SILVEIRA BATISTA LAUER	136872257	20/07/1985	70,000
9º	0297701	ALINE MARQUES	4529000	02/05/1991	70,000
10º	0295623	EDUARDA BILESKEI	6607355	15/12/1995	70,000
11º	0296534	FERNANDA ALTOF SCHREIBER	5548587	26/09/1997	70,000
12º	0299217	STEFFI KIRSTEN DOMINGOS	6163151	14/11/1990	66,667
13º	0295367	ANA PAULA KLAUMANN	4745834	25/05/1993	66,667
14º	0295753	ANDREZA IOLANDA DOLZAN	5815272	26/09/1994	66,667
15º	0299962	PAULO MÜLLER NETO	2626159	22/08/1972	63,333
16º	0292465	FRANCIANE DIETERICH DE SOUZA MACHADO	3930014	07/01/1983	63,333
17º	0292937	DANIELA BONIN	4342267	04/01/1985	63,333
18º	0298253	JOSEANE DE OLIVEIRA LUZ	4371654	17/11/1988	63,333
19º	0299304	DAIANE TEIXEIRA RODRIGUES	9329058	02/10/1989	63,333
20º	0292534	VANESSA DE MORAES MUNIZ	5998455	25/12/1989	63,333
21º	0299450	NADJA OLSEN	5420207	04/10/1990	63,333
22º	0295823	MAYLISE BRUNETTO	5239630	16/11/1994	63,333
23º	0294972	CAMILA MARINHEIRO DELINO	5379129	27/01/2000	63,333
24º	0293816	DANIELA FERNANDES DOS SANTOS	3693668	16/01/1981	60,000
25º	0297234	EMERSON JOSE VOLANSKI	4142473	15/09/1981	60,000
26º	0293256	SAULO ROVERES KNOBLAUCH DA SILVA	3792687	02/02/1985	60,000
27º	0296037	DIEGO FELIPE DE SOUZA	4271608	08/08/1988	60,000
28º	0295838	RAQUEL REIF	4431462	11/01/1991	60,000
29º	0294215	JULIETE CHIARELLI	5720057	30/06/1994	60,000
30º	0300645	KATIANE NUNES PRIETO	1068658457	10/09/1982	56,667
31º	0295673	VIVIANE TELMA DOMINGUES MORAIS	277265691	14/04/1983	56,667
32º	0293332	GISELE APARECIDA BACH	4966971	09/07/1986	56,667

Página 84 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Psicólogo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0298952	DJEISE MARLA EGER	4724052	08/10/1988	56,667
34º	0297223	JOELMA DA SILVA	4725920	05/05/1989	56,667
35º	0297355	ARIEL HENRIQUE PEREIRA	5675203	15/07/1991	56,667
36º	0298546	FRANCIELE DA SILVA PERETIATKO	109583693	19/09/1992	56,667
37º	0295199	CAMILA WEBER	5307027	19/09/1993	56,667
38º	0298552	LUDIMILA LAYS CAVALCANTE	7629763	15/02/1997	56,667
39º	0298220	PAMELA SCHAYENE NASCIMENTO	5465199	03/06/1997	56,667
40º	0297146	JEAN MICHEL CONSTANTINO	5379653	12/09/1998	56,667
41º	0297986	SANDRA MARGARETE NICHELLATTI DIAS TORRES	1220180	23/12/1962	53,333
42º	0297550	NILZA SIMPLÍCIO	2613182	05/01/1971	53,333
43º	0297725	VILCIANE SEBBEN SCAIN	3457636	10/12/1981	53,333
44º	0300552	GRAZIÉLLE GIRARDI	3693953	22/09/1982	53,333
45º	0296770	JULIANA REGIS DA SILVA	4486746	11/11/1985	53,333
46º	0297630	CAROLINE ANDREATTA	4475593	03/12/1985	53,333
47º	0296641	LARISSA CAROLINA TENFEN	4431286	04/02/1988	53,333
48º	0292443	GIOVANA BEDIN PEREIRA	5252296	14/08/1991	53,333
49º	0295309	PATRICIA SOUZA NARDELLI	5720549	23/08/1991	53,333
50º	0295445	FIAMA ALVES	6050032	15/06/1992	53,333
51º	0295783	ZENITA LENI MORAES	2915030	19/02/1973	50,000
52º	0299113	ALESSANDRA APARECIDA CAGNETI	2944189	19/08/1977	50,000
53º	0298015	IVONETE SCHEIDT	4097955	09/11/1980	50,000
54º	0292896	MICHELE CIMARDI	3273263	01/09/1981	50,000
55º	0298545	FABIANA HAMES	4403263	02/05/1985	50,000
56º	0298241	DANIELA SCHMITZ	4725714	11/04/1989	50,000
57º	0292492	JÉSSICA CRISTINA DUMES	4403398	10/10/1991	50,000
58º	0293488	CRISTIAN CAMPESTRINI	5654024	07/07/1994	50,000
59º	0293734	GABRIELA MAIOCHI	6072064	02/07/1996	50,000
60º	0298722	LETÍCIA TELES DE SOUSA	6133216	03/11/1997	50,000
61º	0300353	INGRID GUIMARAES	64795333	15/01/1998	50,000
62º	0296059	BIANCA HEUER VOLTZ	6719425	22/05/1998	50,000

Qtd. Candidatos: 62



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Psicopedagogo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0299289	ZULEIDA WIGGERS	3395823	13/06/1977	90,000
2º	0294789	JESSICA HOEPERS	5071394	23/04/1991	90,000
3º	0295471	CLEISE MORAES	4024656	02/08/1979	80,000
4º	0295484	ROSANE BRUGGMANN	3458942	21/06/1978	76,667
5º	0298028	SHIRLEY SUMIKO DA SILVA ASAHI	624502855	20/10/1979	76,667
6º	0296340	CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER	4068759	28/04/1983	76,667
7º	0297351	CHARLENE PRISCILA BERWALD DA CRUZ	45285527	23/03/1984	76,667
8º	0299849	JANAINA APARECIDA MILVERSTET	5872988	28/10/1996	76,667
9º	0296367	PAULA NATASHA SKOWASCH	5379670	30/08/1991	73,333
10º	0299575	DANIELA KRÜGER HOLZ	3575538	25/04/1976	70,000
11º	0297042	LUANA TOMAZONI FELIPE	4833344	25/08/1992	70,000
12º	0298215	ADRIANA IGNACIO STORCKMANN	4118500	08/10/1981	66,667
13º	0299839	MARCIANA DAY	4068067	13/03/1988	66,667
14º	0296265	LAIS DE SOUZA	4431935	27/10/1991	66,667
15º	0293272	DANIELA DE OLIVEIRA	5799343	30/07/1996	66,667
16º	0299234	AMANDA DUTRA PINHEIRO	305396475	07/10/1997	66,667
17º	0294854	MARCIANITA KRIECK	335544022	20/04/1967	63,333
18º	0298925	MALIZE SCHREIBER MULLER	2625973	21/12/1973	63,333
19º	0299273	IRACEMA CRISTINA HÜBES DE OLIVEIRA STÜPP	3458114	07/12/1979	63,333
20º	0299692	SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER	2492999	01/09/1981	63,333
21º	0294016	QUEREM HAPUQUE PALMERIM ROCHA E ROCHA	141585	28/11/1982	63,333
22º	0295238	ANDRÉIA MARCHI DA PAZ CORADELLI	4475099	02/12/1982	63,333
23º	0297382	JOSILENE MATIAS GONCALVES DE ARAUJO	4233264	16/10/1984	63,333
24º	0301136	SILVANA JORDINA GOEDERT DE SOUZA	5279051	21/12/1987	63,333
25º	0299345	KATIANA DOLZAN GIRARDI	4528709	25/10/1988	63,333
26º	0293749	FRANCIANE MICHELLE ARAGÃO	4833743	10/04/1989	63,333
27º	0295881	ELENICE DE SOUZA	5087216	09/06/1995	63,333
28º	0295627	CRISTINA JANE ZVANG	4405059	08/11/1984	60,000
29º	0297398	PATRICIA FRANCISCONI WALZBURGER	4691787	06/03/1985	60,000
30º	0298910	ALICE LOCKS	4706488_9	06/07/1985	60,000
31º	0298911	VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BACK	4234335	20/03/1986	60,000
32º	0294992	JOSIANE MOTTIN	4486332	21/08/1988	60,000

Página 86 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Psicopedagogo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
33º	0295249	LUCIANI DA SILVA ADAMEK	6937585	19/10/1988	60,000
34º	0294122	KEYTICIANE LOPES RABELO	6938996	10/09/1992	60,000
35º	0293947	CAMILA EIGEN	5872807	28/11/1994	60,000
36º	0295920	MILENA DJIONARA MEES	5815960	03/09/1998	60,000
37º	0292960	MARISE WUERGES	2175781	29/03/1971	56,667
38º	0294422	MARIA JOSE MONTEIRO	6338752	01/05/1980	56,667
39º	0298174	SIRLENE KUHLE SPERCKOTT	3820030	05/10/1980	56,667
40º	0298763	LILIAM CARLA HILLESHEIM	3792080	13/01/1981	56,667
41º	0298511	DANÚBIA GONZAGA	3820054	12/03/1981	56,667
42º	0299055	ELUANA SCHMIDT	9471950	09/03/1987	56,667
43º	0299330	JECIKA CAMPESTRINI	5720766	11/03/1991	56,667
44º	0297722	VERÔNICA CABRAL DA SILVA VELHO	7901503	19/09/1991	56,667
45º	0294240	PÂMELA ANDRÉ	4744402	21/11/1992	56,667
46º	0295926	MILENA ALINE STOCK	4740038	03/02/1994	56,667
47º	0292829	PAMELA LINS GOMES	6005327	23/12/1994	56,667
48º	0300206	LARISSA KREUSCH	4932905	05/02/1997	56,667
49º	0296336	CARMELINA BORGES FIGUEIRÓ RIBEIRO	2894140	20/01/1968	53,333
50º	0299698	NEILA MARIA MATHIAS	3458222	18/09/1978	53,333
51º	0293127	ALEXANDRA BARBOSA	4496003	30/04/1989	53,333
52º	0298605	EMANUELLA MURIÉL CUNHA	4342595	01/06/1989	53,333
53º	0295916	LETICIA CATTONI ZUCATELLI	4068426	22/06/1989	53,333
54º	0298491	CAROLINE WEBER GRAH	3741966	26/09/1989	53,333
55º	0297057	JULIANA KLAUMANN	5456439	06/04/1993	53,333
56º	0296909	NAIANY CAROLINE BORGES	5797544	26/04/1995	53,333
57º	0295927	MARIA MELANIA CUNHA STOCK	1229392	11/06/1965	50,000
58º	0299280	DENISE ADRIANA DA SILVA LAURINDO	802163	18/03/1967	50,000
59º	0299260	SOLANGE APARECIDA LAGUNA DA SILVA	2122825	23/08/1969	50,000
60º	0299026	EMILIA FRUTUOSO LANGE	2629192	12/12/1972	50,000
61º	0299168	MARCIA CORRÊA RIBEIRO	26292742	17/01/1973	50,000
62º	0298088	MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA	32188782	02/03/1975	50,000
63º	0295397	KARINA FRISKE	4315902	19/10/1979	50,000
64º	0295325	ELENE PEREIRA DE SOUZA BELLI	3980080	10/07/1980	50,000
65º	0295379	DEISIANE LAURETH STEINBACH	35336757	22/01/1981	50,000

Página 87 de 92



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Psicopedagogo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
66º	0294948	ROSÂNGELA LÚCIA DA SILVA	5815076	26/09/1982	50,000
67º	0301036	SUELEN REGINA WEINFURTER VIEIRA	4467811	30/09/1983	50,000
68º	0299380	PATRICIA CRISTINA HOPPE	4233386	08/04/1988	50,000
69º	0298199	CARLA NAUILA GOEDERT	5009238	04/08/1988	50,000
70º	0297214	GISELE GIELOW	4934854	22/07/1989	50,000
71º	0299019	ANGÉLICA SCHMITT SCHELL	5797765	07/04/1993	50,000

Qtd. Candidatos: 71



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Radiologista/Odontológico - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0296606	ALANA BINI ROCHA	47191910	10/11/1988	70,000
2º	0300322	LETÍCIA ÂNGELO WALEWSKI	110570899	18/08/1989	70,000

Qtd. Candidatos: 2



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Técnico em Enfermagem - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0295923	CAMILA CAROLINE SOFKA	5379060	22/03/1991	76,667
2º	0297117	JESSICA BONESSI	5923400	26/01/1991	66,667
3º	0292446	MAYARA JULIANA DE SOUZA	4833423	22/03/1993	63,333
4º	0297681	FRANCIELLE REMPEL RIBEIRO	4401427	23/07/1986	60,000
5º	0298704	LUCIA GRAF	2220695	19/04/1969	56,667
6º	0299363	JULIANA PEZENTI	4573591	20/10/1986	56,667
7º	0297503	ANDREIA DA SILVA	3674586	22/04/1983	53,333
8º	0294076	CHEILA CACIANA FEDER	4317063	16/09/1985	53,333
9º	0293072	SIGMAR ALFARTH	1896285	28/01/1967	50,000
10º	0297841	GERSON ALEXANDRE SANTIAGO	3905972	16/04/1981	50,000
11º	0300825	ROZENIR DE SOUZA LEITE	5484788	10/04/1984	50,000
12º	0294019	CHEILA CRISTINA HEGEN	4475948	25/07/1987	50,000
13º	0296595	JORGE MOREIRA JUNIOR	401719765	09/01/1988	50,000
14º	0293018	NATIELI FERREIRA ENGEL	5560829	28/05/1989	50,000
15º	0297478	ADAIR JOSÉ CATAFESTA	5613716	12/03/1991	50,000
16º	0294555	ANDREIA KATIA MICHELS SILVA	6050295	10/04/1992	50,000

Qtd. Candidatos: 16



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Técnico em Segurança no trabalho - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0294132	EDUARDA FERREIRA VIANA	9528280	01/10/1998	73,333
2º	0299046	JULIS DOBIS BERNARDE	62443863	04/08/1975	70,000
3º	0298671	HEBERLEY DANTAS PIMENTEL	7441965	22/05/1980	70,000
4º	0300671	AMILTON VIEIRA JUNIOR	40010309	24/10/1983	70,000
5º	0294805	JULIANO SOMAVILLA DE OLIVEIRA	1119696159	01/10/1999	66,667
6º	0299996	TIAGO REIF	4431485	01/09/1988	63,333
7º	0300211	VALDERI PEREIRA VALENTE	1175203	04/05/1962	60,000
8º	0300588	ADRIANA KOLLER	3922547	20/01/1984	60,000
9º	0298113	FERNANDO FRANCEAR ZEFERINO	4347352	29/11/1984	60,000
10º	0296250	LAERSON MENEGAZZO	4926788	07/12/1985	60,000
11º	0297100	RAFAEL BIZ	440341	18/09/1985	56,667
12º	0297594	SHEILA VANDERLINDE	55485189	24/02/1992	56,667
13º	0297619	EDIELSON SANTOS DA SILVA JUNIOR	479634452	20/03/1992	56,667
14º	0299431	MARCOS DE BORBA RODRIGUES	310294154	24/09/1992	56,667
15º	0301110	VANESSA DE FATIMA VIEIRA	6132987	15/10/1993	56,667
16º	0299565	SEBASTIÃO RECH	3273740	25/01/1978	53,333
17º	0300948	ELIZABETH TAVARES DE ALBUQUERQUE	1256005	10/04/1970	50,000
18º	0297325	CLEUSA GIOVANELLA	2624831	02/04/1974	50,000
19º	0297620	JONES KIMMEL	4154398	10/10/1986	50,000
20º	0298452	GEOVANE EDINGER	5012345	09/08/1992	50,000
21º	0292541	DEISI APARECIDA DE OLIVEIRA ANDRADE	5772986	12/10/1992	50,000
Qtd. Candidatos:		21			



Anexo II - Lista de Classificação (Geral)

Cargo Topógrafo - Prefeitura Municipal

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Data Nasc.	Nota final
1º	0293782	JOSIEL FERREIRA DE LIMA	2626031	27/06/1991	66,667
2º	0298277	LUIZ SAGAS JUNIOR	3835038	17/08/1986	50,000
Qtd. Candidatos:		2			

Total Candidatos: 1839

DECRETO Nº 9088, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524387

DECRETO Nº 9088, de 15 de junho de 2020.

“ACRESCENTA NO ARTIGO 1º, O PARÁGRAFO 5º E SEUS INCISOS, AO DECRETO N. 8956 DE 06 DE ABRIL DE 2020, QUE ESTABELECE REGRAS PARA O RETORNO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. ”



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:

Art. 1º Acrescenta o parágrafo 5º e seus incisos I, II, III e IV ao artigo 1º do Decreto n. 8956 de 06 de abril de 2020 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 5º Em razão das necessidades de trabalho no período em que perdurar a pandemia provocada pelo Covid-19, poderá ser efetivada a lotação provisória de servidores para o exercício em outro órgão da Administração Pública ou unidade escolar, devendo obedecer aos seguintes critérios:

I - O ato da lotação provisória do servidor deverá respeitar a carga horária do seu cargo e ocorrer sem prejuízo de seus vencimentos;

II - O ato de lotação provisória do servidor público municipal deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios;

III – Os critérios a serem adotados serão os mesmos previstos no parágrafo 3º, do artigo 19, da Lei Complementar n. 075/2001, que trata da redistribuição;

IV - A lotação provisória poderá ser suspensa a qualquer tempo por ato do Secretário Municipal de Administração e Fazenda. ”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

15 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 086/2020

Publicação Nº 2523525

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 086/2020

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Locação de Sala Comercial para instalação da sede da Guarda Municipal – Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Contratada: Sergio Vasselai Imoveis LTDA

CNPJ: 11.510.097/0001-07

Valor mensal: R\$ 4.590,00 (quatro mil quinhentos e noventa reais).

Vigência: 12 meses a contar da data da assinatura.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos II e III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 10 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0606/DGP

Publicação Nº 2523781

PORTARIA Nº 0606/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LOIRI GALVÃO MAAS, matrícula n.247910-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 20/05/2020 até 03/07/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0607/DGP

Publicação Nº 2523783

PORTARIA Nº 0607/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora NEUSA RODRIGUES GONÇALVES, matrícula n.1984837-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 25/05/2020 até 23/06/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0608/DGP

Publicação Nº 2523789

PORTARIA Nº 0608/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARGARETE DUBIELA, matrícula n.71706-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, pelo período de 22/05/2020 até 04/06/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.396/DGP, de 24/04/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 05 de maio de 2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0617/DGP

Publicação Nº 2523794

PORTARIA Nº 0617/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DIRLETE DOS SANTOS, matrícula n.31580335-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais I, a Licença Especial à Gestante, no período de 06/06/2020 até 04/08/2020, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0618/DGP

Publicação Nº 2523796

PORTARIA Nº 0618/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA, matrícula n.163120-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 02/06/2020 até 11/06/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.0540/DGP, de 22/05/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 08 de junho de 2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0621/DGP

Publicação Nº 2523800

PORTARIA Nº 0621/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora JOSIANI SEVEGNANI CONZATTI, matrícula n.107000-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 29/05/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.414/DGP, de 30/04/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 20 de maio de 2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0622/DGP

Publicação Nº 2523801

PORTARIA Nº 0622/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MAIARA MARCOLINO, matrícula n.2925478-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Monitor Escolar, a Licença Especial à Gestante, no período de 30/06/2020 até 28/08/2020, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n.309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523855

RESOLUÇÃO Nº 001, de 15 de Junho de 2020.**Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Rio do Sul/SC.**

No uso de suas atribuições legais o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Social dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul conforme Lei Complementar nº. 432 de 04 de Outubro de 2019 que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social, criação do Instituto Municipal de Rio do Sul – RPPS elaborou e votou o seu REGIMENTO INTERNO o qual faz publicar a seguir:

**CAPITULO I
DA NATUREZA**

Art. 1º. O Conselho Fiscal do Rio do Sul PREV instituído através da Lei Complementar 432/2019, é órgão superior de fiscalização da gestão financeira e Administrativa, e, de normatização e decisão do Instituto no que se refere às questões definidas em lei.

**CAPITULO II
DA COMPOSIÇÃO**

Art. 2º O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da gestão do RPPS e será composto por 04 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, escolhidos da seguinte forma:

- I. 02 (dois) representantes eleitos dentre os servidores ativos
- II. 01 (um) representante eleito dentre os servidores aposentados;
- III. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

§ 1º Os membros a que se referem os incisos deste artigo deverão ser obrigatoriamente, servidores públicos ativos, ocupantes de cargo de provimento efetivo, estáveis ou inativos do RPPS, com no mínimo graduação em nível superior em Administração, Contábeis ou Economia.

§ 2º Não poderá ser escolhido como membro do Conselho Fiscal o servidor lotado ou cedido ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul - Rio do Sul PREV.

§ 3º Os membros do Conselho deverão ter nível superior completo, preferencialmente nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Economia.

§ 4º Ainda será obrigatório, além dos requisitos acima listados, a presença em curso de capacitação fornecido pelo Rio do Sul PREV, que será realizado em até 90 (noventa) dias após a posse.

§ 5º Os integrantes dos órgãos de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo serão escolhidos, nos termos do regulamento, para um mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução.

Art. 3º Dos membros que compõem o Conselho Fiscal serão escolhidos, por meio de voto secreto pelos próprios conselheiros, um presidente e um secretário.

Art. 4º O exercício da função de Conselheiro não será remunerada, considerando serviço relevante.

Art.5º No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo até a conclusão do mandato, cabendo ao Poder ao qual estava vinculado o ex-conselheiro ou ao representante do servidor ativo ou inativo, se for o caso, indicar novo membro suplente para cumprir o restante do mandato.

§1º Os membros do conselho Fiscal perderão o mandato, nas seguintes hipóteses:

- I. Deixar de comparecer em três sessões consecutivas ou, no ano, em cinco sessões intercaladas, sem justificativa aceita pelo presidente do respectivo conselho;
- II. Por renúncia expressa;
- III. Ao perder a condição de segurado do regime próprio de previdência social;
- IV. Por prática de ato lesivo aos interesses do regime próprio de previdência social;
- V. Desídia no cumprimento do mandato;
- VI. Infração ao disposto na lei e neste Regimento Interno;
- VII. Por motivos de impedimento;
- VIII. Em virtude de sentença criminal condenatória ou de improbidade administrativa, transitadas em julgado.

§2º. A decisão de que trata o inciso IV, do *caput*, será precedida de processo administrativo de que conste denúncia escrita e se assegure ampla defesa ao denunciado.

§ 3º. Em qualquer das hipóteses do *caput* será dada posse ao Suplente, e, na falta deste, o Presidente deverá convocar nova eleição, destinada a recompor o Conselho.

CAPITULO III DA COMPETÊNCIA

Art. 6º Compete privativamente ao Conselho Fiscal:

- I. Eleger o seu Presidente;
- II. Elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno;
- III. Examinar os balancetes e balanços do RPPS, bem como as contas e os demais aspectos econômico - financeiros;
- IV. Examinar livros e documentos;
- V. Examinar quaisquer operações ou atos de gestão do RPPS;
- VI. Fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas em vigor;
- VII. Requerer ao Conselho de Administração, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;
- VIII. Lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos;
- IX. Remeter ao Conselho de Administração parecer sobre as contas anuais do RPPS, bem como dos balancetes;
- X. Praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização;
- XI. Sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas;
- XII. Convocar os membros da Unidade Gestora para reuniões de esclarecimentos de assuntos do RPPS
- XIII. Atender às consultas e solicitações que lhe forem submetidas pelo Conselho de Administração e pelo Prefeito Municipal.

CAPITULO IV DO PLENARIO E DAS SESSÕES

Art. 7º O plenário é o órgão soberano de deliberação do conselho Fiscal e compõe-se dos Conselheiros no exercício pleno de seu mandato.

Art. 8º Os membros do Conselho Fiscal serão obrigatoriamente dispensados de suas respectivas funções nos órgãos do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município, quando participarem de reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho ou quando forem convocados para atividades oficiais do RPPS, sem qualquer prejuízo às suas carreiras.

Art. 9º O Conselho Fiscal se reunirá, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, ou a requerimento do Conselho de Administração.

Art. 10. O quórum mínimo para a instalação do Conselho e para as deliberações será de 03 (três) Conselheiros.

§ 1º Decorridos 15 (quinze) minutos do horário marcado para o início da reunião do Conselho e não havendo quórum mínimo para sua realização, deverá ser lavrado pela

3

Secretária o termo circunstanciado, constando o nome dos que compareceram. A reunião será adiada e os presentes agendarão entre si uma nova data, que será comunicada aos ausentes, devendo o Presidente convocar novamente, todos os conselheiros.

§ 2º Entende-se como faltas justificadas aquelas decorrentes das licenças previstas no Estatuto dos Servidores Públicos, bem como os afastamentos para participação de cursos de capacitação.

§ 3º Compete ao membro titular informar ao seu suplente sobre suas ausências, para que o mesmo possa substituí-lo de modo a não prejudicar os trabalhos do respectivo Conselho.

Art.11. As matérias administrativas e orçamentárias sujeitas à análise do Conselho deverão ser apresentadas pelo Presidente do Rio do Sul PREV na forma e modelo solicitada pelo Conselho Fiscal e serão encaminhadas preferencialmente ao Presidente do mesmo, ou por intermédio de algum de seus membros, e serão tratadas de acordo com a seguinte sistemática:

- I. Encaminhamento, pelo Presidente do Instituto, das matérias sujeitas à análise em reunião ordinária ou extraordinária;
- II. As matérias serão classificadas por ordem cronológica de entrada no protocolo e distribuídas aos demais membros, pela secretaria do Conselho, para conhecimento;
- III. A ordem do dia, organizada pelo Secretário, será comunicada a todos os Conselheiros com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, para as reuniões ordinárias, e 03 (três) de dias, para as reuniões extraordinárias;
- IV. Os Conselheiros que desejarem incluir itens na pauta das sessões ordinárias deverão enviar a diretoria do conselho suas sugestões, por escrito, com antecedência de 05 (cinco) dias.
- V. O Plenário será presidido pelo Presidente do Conselho, e na ausência deste, por qualquer membro escolhido entre os pares.

Art.12º As sessões plenárias obedecerão a seguinte ordem:

- I. Verificação do número de conselheiros presentes;
- II. Instalações dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;
- III. Leitura da ata da reunião anterior
- IV. Discussão, aprovação e leitura da ata;
- V. Leitura da ordem do dia, abrangendo apresentação, discussão e votação dos assuntos em pauta.
- VI. Outros assuntos de caráter geral e interesse do Conselho.
- VII. Avisos, comunicações, registro de fatos, correspondências e documentos de interesse do Plenário.
- VIII. Encerramento da reunião pelo Presidente do Conselho.

Parágrafo único. Sempre que o assunto exigir, o Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer Conselheiro, poderá convidar especialista ou pessoa habilitada para prestar informações específicas ou complementares, consideradas necessárias ou imprescindíveis à compreensão da matéria.

Art. 13. As decisões do Conselho Fiscal são tomadas por maioria simples, sendo sua votação nominal e aberta.

Art. 14. Os debates serão conduzidos pelo Presidente do Conselho, sendo que este poderá chamar os trabalhos à ordem ou suspender a sessão, quando julgar necessário.

Art. 15. Os conselheiros suplentes votarão somente quando estiverem substituindo seus respectivos titulares.

Art. 16. Será lavrada ata de todas as reuniões do Conselho Fiscal, contendo todas as deliberações e discussões, devendo, no mínimo, o resumo ser publicado no Site do Instituto.

Art.17. Os assuntos tratados e as deliberações tomadas em cada assembleia serão registrados em ata, a qual será lida e aprovada na assembleia subsequente, devendo conter:

- I. Dia, mês, ano, local e hora da abertura da assembleia;
- II. Nome dos conselheiros e demais pessoas presentes;
- III. Eventual justificativa dos conselheiros ausentes em reuniões anteriores;
- IV. Resumo da matéria incluída na ordem do dia;
- V. Conteúdo das discussões;
- VI. Resoluções e resultados de votações com as posições majoritárias e minoritárias.

Art. 18. As atas serão lavradas de modo claro e resumido, espelhando os acontecimentos verificados durante a sessão, sendo vedadas transcrições por extenso de votos, discursos ou outras manifestações.

Parágrafo único. As atas serão digitadas e impressas para em livro próprio e assinadas por todos os membros presentes.

CAPITULO V DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art.19. São Obrigações dos membros do Conselho:

- I. Comparecer as sessões plenárias, justificando suas faltas, quando ocorrem;
- II. Relatar e proferir votos nos processo que lhe forem distribuídos ;
- III. Discutir e votar assuntos debatidos em plenário;

- IV. Assinar o registro em ata;
- V. Observar os prazos para restituição dos processos em seu poder;
- VI. Apreçar, individualmente ou em grupo, matérias levadas à consideração do Conselho;
- VII. Sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho Fiscal;
- VIII. Votar e ser votado em cargos do Conselho;
- IX. Requerer por escrito á Presidência, em caso de ausência ou impedimento, sua substituição ou afastamento, em 05 (cinco) dias antes da realização da próxima sessão.
- X. Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam conferidas por leis ou regulamentos.

Art. 20. São deveres dos Conselheiros, além do cumprimento a este Regimento, proceder eticamente, manter conduta apropriada e acatar as decisões do colegiado.

Parágrafo único. É vedado a qualquer dos Conselheiros agirem individualmente em nome do Conselho.

CAPITULO VI DA DIRETORIA DO CONSELHO

Art. 21. A mesa diretora do Conselho Fiscal é composta pelo Presidente do Conselho e 1º Secretário, eleitos entre os Conselheiros. A eleição será feita a cada nova eleição dos Membros do Conselho.

Art.22. No caso de vacância do cargo do Presidente, deverá ocorrer nova eleição entre os pares.

Art.23. São Atribuições do Presidente do Conselho:

- I. Dirigir e coordenar as atividades do Conselho;
- II. Convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho;
- III. Praticar os demais atos atribuídos por esta Lei Complementar como de sua competência, e as demais previstas no regulamento.
- IV. Analisar o balanço e as contas anuais do Instituto;
- V. Designar relatores, membros do Conselho, e incumbir-lhes da análise dos assuntos que requeiram posicionamento do Conselho;
- VI. Retirar do encargo do relator, assunto com prazo de análise vencido e passá-lo ao encargo de outro relator;
- VII. Votar e decidir a votação em caso de empate,
- VIII. Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;
- IX. Determinar a leitura da ata anterior, submetendo-a a aprovação do Conselho;
- X. Resolver as questões de ordem suscitadas pelo plenário;

- XI. Verificar as questões de quórum, tanto as referentes à instalação das sessões quanto às pertinentes às votações;
- XII. Orientar, dirigir e regular os debates;
- XIII. Conceder ou negar a palavra aos Conselheiros;
- XIV. Interromper o orador quando este se afastar da questão em debate ou quando pretender falar sobre matéria vencida, salvo, em justificação de voto ou explicação pessoal;
- XV. Anunciar o resultado das votações e enunciar as decisões tomadas pelo Conselho;
- XVI. Assinar as Resoluções e Correspondências do Conselho;
- XVII. Representar o Conselho em todos os atos necessários, ou, em caso de impedimento, designar outro Conselheiro;
- XVIII. Convocar reuniões extraordinárias;
- XIX. Solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos necessários ao estudo e às deliberações do Conselho;
- XX. Designar comissões para a realização de trabalhos específicos;
- XXI. Propor alterações no Regimento Interno do Conselho Fiscal do Rio do Sul PREV.

Art.24. São Atribuições 1º Secretario:

- I. Substituir o Presidente nas ausências ou impedimento.
- II. Preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, os informes, as remessas de materiais aos Conselheiros e outras providências;
- III. Acompanhar as reuniões do Plenário, assistir ao Presidente da mesa e anotar os pontos mais relevantes, visando à redação final da ata;
- IV. Redigir as atas das reuniões e apresentá-las na reunião ordinária ou extraordinária;
- V. Participar das Discussões e votações nas sessões Plenárias.
- VI. Redigir toda a correspondência, relatórios anuais, comunicados e demais assuntos administrativos do Conselho;
- VII. Organizar e manter registros dos atos relativos ao Conselho;
- VIII. Preparar os expedientes decorrentes das Resoluções do Conselho;
- IX. Secretariar as reuniões do Conselho Fiscal;
- X. Encaminhar as conclusões do Plenário, inclusive, revendo a cada mês a implementação de conclusões de reuniões anteriores;
- XI. Despachar os processos e expedientes de rotina;
- XII. Acompanhar o encaminhamento dado às Resoluções emanadas do Conselho e prestar as respectivas informações atualizadas durante os informes do Conselho Fiscal;
- XIII. Ter sob guarda e responsabilidade o livro ata, e documentos do Conselho;
- XIV. Cumprir as demais ordens do Presidente do Conselho;
- XV. Participar de votações.
- XVI. Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam conferidas por leis ou regulamentos.

Parágrafo Único - As atribuições do secretario serão exercidas com o auxílio da Diretoria executiva.

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.25. As omissões deste regimento serão dirimidas ou resolvidas mediante aprovação de 3/4 (três quartos) dos Membros Do conselho.

Art.26. O Conselho Fiscal se reunirá nas dependências que lhe for destinado,

Art.27. As propostas de alteração deste Regimento, assim como a solução tanto das dúvidas surgidas na sua aplicação, como dos casos omissos, serão tomadas pelo voto de, no mínimo de 03 (três) dos Membros do Conselho, em reunião especialmente convocada para este fim.

Art.28. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovado em sessão ordinária de 20 de Maio de 2020.

Marcelo Francisco Schmitt
Presidente do Conselho Fiscal do Rio do Sul PREV

CÂMARA MUNICIPAL**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2019**

Publicação Nº 2523354



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camamariodosul.sc.gov.br

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 23/2019**

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
N.º 23/2019, CELEBRADO PELA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL,
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO
ALTO VALE DO ITAJAÍ, UNIÃO DE
CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO
VALE DO ITAJAÍ E PULSE ACÚSTICA
E ARQUITETURA**

Pelo presente instrumento de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 83.622.985/0001-14, com endereço na Praça 25 de Julho, nº 01, 2º andar, Centro, Rio do Sul, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, **Vereador Cariso Sávio Giacomini**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.226.024, e do CPF/MF nº 528.657.629-04, residente e domiciliado nesta cidade, a **Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 82.762.469/0001-22, com sede na Rua XV de novembro, nº 737, Centro, CEP 89.160-015, município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. Jonas Pudewell**, brasileiro, casado, servidor público, Prefeito Municipal de José Boiteux, CPF nº 753.649.649-49, e a **União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.632.778/0001-40, com sede na Rua XV de novembro, nº 737, centro, CEP 89.160-015, município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, nesse ato representada por sua Presidente, Cléia Freitas, casada, brasileira, agricultora, portadora do CPF 041.397.879-61, RG 3.741.344; e de outro lado **PULSE ACÚSTICA E ARQUITETURA**, estabelecida à Rua Rui Barbosa, 466, Bairro Agronomica, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.025-301, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.498.687/0001-60, representada neste ato pela Sra. Pollyana Rodrigues Lima, Carteira de Identidade nº 9.815.086-2, CPF/MF nº 010.485.729-35., celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS

Constitui objeto do presente Termo aditivo a prorrogação do prazo para a execução do serviço por mais 90 dias, a contar de 16 de junho de 2020, conforme previsto na Cláusula Décima Segunda do contrato nº23/2019, com fundamento no art. 57, I e II, da Lei nº 8.666/93, e nos termos do primeiro

3º Termo Aditivo ao Contrato 23/2019 – Folhas 1 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariosul.sc.gov.br



pedido de prorrogação de prazo da Contratada e deliberação da Comissão Especial de Fiscalização, ambos em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

As partes ratificam expressamente todas as demais cláusulas do contrato originário que não tenham sido alteradas pelo presente termo de adendo.

E, por estarem assim, Contratantes e Contratada, certos e ajustados, assinam o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul/SC, 15 de junho de 2020.

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Presidente da Câmara Municipal de
Rio do Sul

JONAS PUDEWELL

Presidente da Associação dos Municípios do
Alto Vale do Itajaí - AMAVI

CLÉIA FREITAS

Presidente da União de Câmaras e
Vereadores do Alto Vale do Itajaí -
UCAVI

POLLYANA RODRIGUES LIMA

Pulse Acústica e Arquitetura

Testemunha

Testemunha

3º Termo Aditivo ao Contrato 23/2019 – Folhas 2 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2019

Publicação Nº 2523350



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camamariodosul.sc.gov.br

**9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2019**

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 05/2019, CELEBRADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ, UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ E KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. EPP.

Pelo presente instrumento de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 83.622.985/0001-14, com endereço na Praça 25 de Julho, nº 01, 2º andar, Centro, Rio do Sul, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, **Vereador Cariso Sávio Giacomini**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.226.024, e do CPF/MF nº 528.657.629-04, residente e domiciliado nesta cidade, a **Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 82.762.469/0001-22, com sede na Rua XV de novembro, nº 737, Centro, CEP 89.160-015, município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. Jonas Pudewell**, brasileiro, casado, servidor público, Prefeito Municipal de José Boiteux, CPF nº 753.649.649-49, e a **União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.632.778/0001-40, com sede na Rua XV de novembro, nº 737, centro, CEP 89.160-015, município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, nesse ato representada por sua Presidente, Cléia Freitas, casada, brasileira, agricultora, portadora do CPF 041.397.879-61, RG 3.741.344; e de outro lado **KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP**, estabelecida à Avenida Evaldo Prim, nº 570, Centro, no Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, CEP 88.400-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.624.323/0001-06, representada neste ato pelo **Sr. Heinz Kurtz** (sócio administrador), Carteira de Identidade nº 1.226.153-0/SESPDC-SC, CPF/MF nº 438.772.069-72, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS

Constitui objeto do presente Termo aditivo a prorrogação do prazo para a execução do serviço por mais 90 dias, a contar de 18 de junho de 2020, conforme previsto na Cláusula Décima Segunda do contrato nº 05/2019, com

9º Termo Aditivo ao Contrato 05/2019 – Folhas 1 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



fundamento no art. 57, I e II, da Lei nº 8.666/93, e nos termos do primeiro pedido de prorrogação de prazo da Contratada e deliberação da Comissão Especial de Fiscalização, ambos em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

As partes ratificam expressamente todas as demais cláusulas do contrato originário que não tenham sido alteradas pelo presente termo de adendo.

E, por estarem assim, Contratantes e Contratada, certos e ajustados, assinam o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul/SC, 15 de junho de 2020.

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Presidente da Câmara Municipal de
Rio do Sul

JONAS PUDEWELL

Presidente da Associação dos Municípios do
Alto Vale do Itajaí - AMAVI

CLÉIA FREITAS

Presidente da União de Câmaras e
Vereadores do Alto Vale do Itajaí -
UCAVI

HEINZ KURTZ

Kurtz Empreendimentos Imobiliários LTDA
EPP

Testemunha

Testemunha

9º Termo Aditivo ao Contrato 05/2019 – Folhas 2 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

PORTARIA Nº 1320/2020

Publicação Nº 2523816



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1320, DE 15 DE JUNHO DE 2020**

Dispõe sobre a promoção do Servidor Efetivo Luis Fernando Schweder

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

RESOLVE:

Art. 1º Fica promovido o servidor efetivo Luis Fernando Schweder, da classe "D" para a classe "E", da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – Área Informática, do Quadro de Cargos de Provimento efetivo da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o disposto nos artigos 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011, na Resolução nº 619, de 31 de maio de 2011, alterada pelas Resoluções nº 647, de 03 de abril de 2012, e nº 845, de 29 de março de 2016, e Processo Digital nº 596/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2020.

ROBERTO
ANDRADE
BASTOS:0268854
Assinado de forma digital
por ROBERTO ANDRADE
BASTOS:02688543946
Dados: 2020.06.15
11:15:22 -03'00'

ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral

THAYNA
FIAMONCINI:0
5666277952
Assinado de forma digital
por THAYNA
FIAMONCINI:05666277952
Dados: 2020.06.15 11:35:22
-03'00'

THAYNA FIAMONCINI
Diretora Administrativa

Portaria nº 1320/2020 – Folhas 1 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



Portaria nº 1320/2020 – Folhas 2 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

PORTARIA N° 1322/2020

Publicação N° 2523837



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariosul.sc.gov.br

**PORTARIA N° 1322, DE 15 DE JUNHO DE 2020**

Dispõe sobre a promoção da Servidora
Efetiva Cristiane Matos Rossa

**O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL,
Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela
Portaria n° 820, de 2 de fevereiro de 2015:**

RESOLVE:

Art. 1º Fica promovida a servidora efetiva Cristiane Matos Rossa, da classe "D" para a classe "E", da Categoria Funcional de Atendente Legislativa, do Quadro de Cargos de Provimento efetivo da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o disposto nos artigos 16, 17 e 18 da Lei Complementar n° 224, de 15 de fevereiro de 2011, na Resolução n° 619, de 31 de maio de 2011, alterada pelas Resoluções n° 647, de 03 de abril de 2012, e n° 845, de 29 de março de 2016, e Processo Digital n° 598/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2020.

**ROBERTO
ANDRADE
BASTOS:0268854**
Assinado de forma digital
por ROBERTO ANDRADE
BASTOS:02688543946
Dados: 2020.06.15
15:20:08
ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral

**THAYNA
FIAMONCINI:056
66277952**
Assinado de forma digital por
THAYNA
FIAMONCINI:05666277952
Dados: 2020.06.15 11:39:54
-03'00'
THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

Portaria n° 1322/2020 – Folhas 1 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução n° 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



Portaria nº 1322/2020 – Folhas 2 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

PORTARIA Nº 1323/2020

Publicação Nº 2523838



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1323, DE 15 DE JUNHO DE 2020**

Dispõe sobre a promoção da Servidora
Efetiva Jenifer Aline Passing

**O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL,
Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela
Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:**

RESOLVE:

Art. 1º Fica promovida a servidora efetiva Jenifer Aline Passing, da classe "D" para a classe "E", da Categoria Funcional de Atendente Legislativa, do Quadro de Cargos de Provimento efetivo da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o disposto nos artigos 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011, na Resolução nº 619, de 31 de maio de 2011, alterada pelas Resoluções nº 647, de 03 de abril de 2012, e nº 845, de 29 de março de 2016, e Processo Digital nº 599/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2020.

ROBERTO
ANDRADE
BASTOS:0268854
ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral

Assinado de forma digital
por ROBERTO ANDRADE
BASTOS:02688543946
Dados: 2020.06.15

THAYNA
FIAMONCINI:056662
77952
THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

Assinado de forma digital por
THAYNA FIAMONCINI:05666277952
Dados: 2020.06.15 11:41:33 -03'00'

Portaria nº 1323/2020 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

PORTARIA Nº 1324/2020

Publicação Nº 2523839



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1324, DE 15 DE JUNHO DE 2020**

Dispõe sobre a promoção da Servidora
Efetiva Thayná Fiamoncini

**O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL,
Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela
Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:**

RESOLVE:

Art. 1º Fica promovida a servidora efetiva Thayná Fiamoncini, da classe "D" para a classe "E", da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – Área Administrativa, do Quadro de Cargos de Provimento efetivo da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o disposto nos artigos 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011, na Resolução nº 619, de 31 de maio de 2011, alterada pelas Resoluções nº 647, de 03 de abril de 2012, e nº 845, de 29 de março de 2016, e Processo Digital nº 597/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2020.

ROBERTO ANDRADE
BASTOS:0268854394
6
ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral

Assinado de forma digital
por ROBERTO ANDRADE
BASTOS:0268854394
Dados: 2020.06.15
11:58:58 -03'00'

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

THAYNA
FIAMONCINI:
05666277952

Assinado de forma digital
por THAYNA
FIAMONCINI:05666277952
Dados: 2020.06.15 11:44:11
-03'00'

Portaria nº 1324/2020 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

PORTARIA Nº 1325/2020

Publicação Nº 2523841



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1.325, DE 15 DE JUNHO DE 2020**

Dispõe sobre a Progressão na
respectiva carreira da servidora
Cristiane Matos Rossa

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL,
Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela
Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão a servido efetiva Cristiane Matos Rossa, do grau II para o grau III, na respectiva Carreira do Quadro de Pessoal dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Rio do Sul, com base no artigo 13 da Lei Complementar nº 224/2011 – Quadro de Pessoal e Plano de Carreira dos Servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Sul -, e artigo 27 da Resolução nº 619, de 31 de maio de 2011, alterada pelas resoluções nº 647/2012 e nº 845/2016 e, de acordo com o Processo Digital nº 592/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO
ANDRADE
BASTOS:0268854
2016
ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral
[Assinado Digitalmente]

Assinado de forma digital
por ROBERTO ANDRADE
BASTOS:02688543946
Dados: 2020.06.15
11:59:29 -03'00'

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa
[Assinado Digitalmente]

THAYNA
FIAMONCINI:
05666277952
Assinado de forma
digital por THAYNA
FIAMONCINI:05666277
952
Dados: 2020.06.15
11:45:48 -03'00'

Portaria nº 1.325/2020 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.070, DE 15 DE JUNHO DE 2020. ALTERA O DECRETO Nº 3.041, DE 20 DE MARÇO DE 2020, QUE "AMPLIA AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO EM COMPATIBILIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 3.039, DE 18 DE MARÇO DE 2020 QUE DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS,

Publicação Nº 2524583

DECRETO Nº 3.070, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Altera o Decreto nº 3.041, de 20 de março de 2020, que "amplia as medidas de prevenção em compatibilidade com o Decreto Municipal nº 3.039, de 18 de março de 2020 que declara situação de emergência no município de Rio dos Cedros, bem como com os Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020 e dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal e estabelece outras providências".

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

DECRETA:

Art. 1º. Em conformidade com a Notificação Recomendatório nº 1.1/2020.39 do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, fica revogado o artigo 4º e seu parágrafo único do Decreto nº 3.041, de 20 de março de 2020, que "amplia as medidas de prevenção em compatibilidade com o Decreto Municipal nº 3.039, de 18 de março de 2020 que declara situação de emergência no município de Rio dos Cedros, bem como com os Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020 e dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal e estabelece outras providências".

Art.2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 15 de Junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 15 de Junho de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2020 JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO OBJETO: EXTRAÇÃO E RETIRADA DE SAIBRO E MACADAME EM PROPRIEDADE DE GERALDO OSS-EMER REQUERENTE: SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA - PARECER

Publicação Nº 2524576

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
PROCURADORIA GERAL
Processo Administrativo nº 46/2020
Justificativa para dispensa/inexigibilidade de licitação
Objeto: extração e retirada de saibro e macadame em propriedade de GERALDO OSS-EMER
Requerente: Secretário de Infraestrutura

PARECER

Trata-se de requerimento administrativo para contratação direta de imóvel para retirada de saibro e macadame de propriedade de GERALDO OSS-EMER, formulado pelo Secretário de Infraestrutura sustentando em apertada síntese, inviabilidade de competição por motivos que sintetizou em seus considerandos que embasaram a requisição.

Juntou documentos.

É o relatório.

Passo à análise da matéria.

A Lei 8.666/93, em seu artigo 25, caput, dispõe que:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

O artigo em comento é claro, conforme remansosa doutrina sobre o tema, que trata de situação de inviabilidade de competição traçando

em seus incisos situações em numerus abertus.

Desta forma, outras serão as situações em que poderá haver contratação direta com base na inviabilidade de competição que não sejam aquelas previstas nos incisos da norma retro transcrita.

O próprio requerente menciona taxativamente que:

"3) pelas características do imóvel conforme vistoria in loco realizada por mim, Secretário de Infraestrutura, verifica-se que a área onde poder-se-á efetivamente realizar a retirada de saibro e macadame de modo a suprir, ao menos parcialmente, eventuais necessidades do município de Rio dos Cedros, que, em virtude das calamidades ocorridas, acabaram por transformar nossas estradas em constante pátio de obras, é maior que a dos imóveis até hoje contratados para tal finalidade;

4) a posição logística do imóvel impõe sua utilização para a retirada, razão pela qual dever-se-ia proceder a sua contratação e/ou imediata desapropriação, mostrando-se inviável qualquer tipo de competição, vez que outros imóveis, mesmo localizados nesta região, não reúnem as características até o presente momento apontadas, e que são, em suma fundamentais para o bom desempenho dos trabalhos da Administração Pública."

Todavia, a situação dos autos, refletida pelos elementos contidos no requerimento de contratação direta, a primeira vista, não parece tratar de hipótese de inviabilidade de competição, manejando a utilização do artigo 25 da Lei de Licitações.

Contudo, considerando as razões apontadas que condicionam a escolha do imóvel, bem como as próprias características do pacto, tem-se que na realidade o que haverá na hipótese será um contrato de locação, através do qual a municipalidade poderá utilizar o imóvel (passagem de carros) extraindo inclusive os minérios que nele se encontrem.

Assim, embora a situação não seja de inviabilidade de competição, tendo em vista as razões peculiares do caso concreto, parece que a competição se mostrará frustrada por outros motivos que condicionam a escolha do imóvel em preferência a quaisquer outros, isto porque, conforme observou o requerente: "a posição logística do imóvel impõe sua utilização para a retirada".

A situação é contemplada pela lei de licitações em seu artigo 24, inciso X o qual passamos a transcrever:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)"

Assim, as necessidades de instalação e localização, mencionadas pela Secretaria, condicionariam a locação pleiteada dos mencionados imóveis.

No mais, o dever constitucional de prestação de serviços eficazes também reforça a contratação no caso vertente tendo em vista a própria situação da frota municipal, considerada a população de mais de 10.000 habitantes e a imensidão do território municipal; e, diante da urgência que determinadas situações impõe, condicionariam, da mesma forma, a locação do imóvel pleiteados à eficácia dos serviços de obras públicas prestados pelo município de Rio dos Cedros.

Nos dizeres de Marçal Justen Filho, comentando o inc. X do art.24 da lei 8.666/93:

"A ausência de licitação deriva da impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de outro imóvel, que não aquele selecionado. As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação etc.) são relevantes, de modo que a Administração não tem outra escolha. Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível a competição entre particulares." (Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos, 2001, p.252).

Contudo, o artigo 26 do mesmo diploma reza:

" Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)"

Sobre a matéria Petrônio Braz, leciona que:

"A dispensa ocorre quando se verifica situações onde a licitação, embora possível em face de viabilidade de competição, não se justifica, em presença do interesse público. Em qualquer caso há necessidade de justificação através de parecer jurídico, com comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, para a necessária satisfação, sob pena de ineficácia do ato.

Os casos de dispensa de licitação vêm elencados no art.24, do Estatuto das Licitações. No caso de obras, serviços de engenharia, compras e outros serviços, os incisos I e II, do artigo referido, definem os limites vinculados aos valores vigentes e devidamente reajustados, constantes do art.23, I e II, da Lei em referência.

Também fica dispensada a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem pública (art.24,III), disposição que se complementa com a ocorrência de casos de emergência ou de calamidade pública, constantes do inc. IV do mesmo artigo.

Como esclarece TOSHIO MUKAI, a novidade é que tais contratações somente poderão ser efetuadas para bens necessários ao atendimento de situação de urgência, e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180(cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência, vedada a prorrogação dos contratos decorrentes. (in Manual de Direito Administrativo, 2001, p.287).

O condicionamento da locação por critérios de instalação e localização vem esposado no requerimento formulado pelo Secretário de Infraestrutura e deverá passar pelo critério discricionário do Ilmo. Sr. Prefeito para que este analise e veja a conveniência e oportunidade de se efetuar a contratação direta.

“É de sabença que a alienação da res publica reclama, em regra, licitação, à luz do sistema de imposições legais que condicionam e delimitam a atuação daqueles que lidam com o patrimônio e com o interesse públicos. Todavia, o art. 17, I, "b", da lei 8.666/93 dispensa a licitação para a alienação de bens da Administração Pública, quando exsurge o interesse público e desde que haja valoração da oportunidade e conveniência, conceitos estes inerentes ao mérito administrativo, insindicável, portanto, pelo Judiciário.” (REsp 480.387/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16.03.2004, DJ 24.05.2004 p. 163).

No concernente ao preço, este deverá ser ponderado pelos critérios norteadores da Administração Pública, sendo que o Secretário de Infraestrutura já fez ponderação nos seguintes termos:

2)A área a ser explorada e o preço ofertado pelo proprietário para a contratação de seu imóvel para a finalidade de extração de saibro e cascalho com passagem de veículos municipais até o local da exploração, pelo período anteriormente mencionado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES mostra-se completamente razoável e proporcional vez que se trata de extensa área, com um produto (saibro e cascalho), conforme assinalado anteriormente, de ótima qualidade, sendo que o município não possuirá uma quantidade máxima de extração durante o período podendo retirar quantas cargas d e saibro e cascalho forem necessárias, sempre de acordo com a respectiva licença ambiental;

Saliente-se que refoge a alçada desta Procuradoria a pesquisa de preços, a qual deve ser realizada pelo setor competente dentro do respectivo órgão.

Da ensinança de Edmir Netto de Araújo:

“Locação ou compra de imóvel para a Administração(art.24, X). este caso de dispensa de licitação dá maior destaque às necessidades de instalação e localização do imóvel que seria adquirido ou alugado para o desempenho de serviço público ou outra finalidade precípua da Administração. Por exemplo, a Procuradoria-Geral do Estado, em São Paulo, adquirir ou locar imóveis nas proximidades do Fórum central e Tribunais.

Deve ser, no entanto, demonstrada essa necessidade em relação ao serviço, e realizada avaliação prévia, para que se configure que os valores são compatíveis com os de mercado.”(Edmir Netto de Araújo. Curso de Direito Administrativo, 2005. p.528).

Ante o exposto, é o parecer pela possibilidade de contratação direta do imóvel mencionado pelo Sr. Diego Ricardo Fernandes, Dd. Secretário de Infraestrutura, mediante dispensa de licitação (art.24, X, da lei 8.666/93), mesmo que equivocado o nome dado ao contrato originariamente constante do requerimento desde que, analisado pelo Prefeito de Rio dos Cedros este constate a presença dos pressupostos caracterizadores do interesse público e entenda ser oportuna e conveniente a contratação, no uso de seu poder discricionário.

Ao Ilmo. Sr. Prefeito de Rio dos Cedros para que, querendo, ratifique as razões da justificativa, e proceda a contratação de locação mediante dispensa de licitação.

Rio dos Cedros, 15 de junho de 2020.

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo
Advogado
OAB/SC 17.721
Portaria 679/08

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2020 JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO REQUERENTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - RATIFICAÇÃO

Publicação Nº 2524582

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2020
JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
REQUERENTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

RATIFICAÇÃO

Analisando os documentos constantes do processo administrativo nº046/2020 constatee a presença de interesse público na contratação direta de locação o imóvel de propriedade de GERALDO OSS-EMER, para fins de retirada de saibro e macadame, conforme apontado pelo Sr. Diego Ricardo Fernandes, Dd. Secretário de Infraestrutura.

O parecer jurídico acostado aos autos dá conta da legalidade e viabilidade do procedimento, mediante dispensa de licitação (art.24, X, da Lei 8.666/93), razão pela qual convalido suas razões utilizando das mesmas como fundamento desta ratificação.

Destarte, promova-se a contratação direta, nos termos legais esposados no parecer jurídico, considerando-se ratificado o processo a partir da data de publicação da minuta do contrato (art.26 da Lei 8.666/93) a qual deverá fazer expressa menção a esta justificativa e seu fundamento legal.

P.R.I.A.-se.

Atente-se ao disposto no art.2º da Lei Ordinária Municipal nro.1.489/06.

Rio dos Cedros, 15 de junho de 2020.

Marildo Domingos Felippi
Prefeito de Rio dos Cedros

Rio Negrinho

PREFEITURA

DECRETO N° 13981 - DE 27 DE MAIO DE 2020.

Publicação N° 2524716

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO N° 9905/2009, QUE "DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO".

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos IV e XVII do art. 96 da Lei Orgânica Municipal, e consoante a Lei n° 2738 de 09 de junho de 2015 e considerando a solicitação do SAMAE através do Ofício SAMAE n° 026/2020;

DECRETA

Art. 1º - O art. 65 do Decreto n° 9905, de 31 de março de 2009, que "DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", passa a vigorar com as seguintes alterações:

Do SAMAE

Art. 65 - O Serviço Autônomo Municipal de Saneamento Básico - SAMAE, entidade autárquica, supervisionada pela Secretaria de Ações Governamentais e Serviços Públicos, compreende:

I - Diretoria Geral, que conta com as seguintes unidades:

1 - Consultoria Jurídica;

2 - Coordenação Administrativa, que conta com:

a) Divisão de Recursos Humanos;

3 - Coordenação Financeira, que conta com:

a) Divisão Contábil e Financeira;

b) Divisão de Compras e Patrimônio;

4 - Coordenação Técnica, que conta com:

a) Divisão de Distribuição de Água;

b) Divisão de Tratamento de Água;

c) Divisão de Coleta de Esgoto;

d) Divisão de Tratamento de Esgoto;

e) Divisão de Resíduos e Meio Ambiente;

f) Divisão de Estação de Tratamento de Água;

g) Divisão de Controle de Perdas e Consumo;

Parágrafo único - Integram a estrutura básica do SAMAE os cargos de provimento em comissão, regidos pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, a seguir mencionados:

I - 01 (um) cargo de Diretor Presidente;

II - 01 (um) cargo de Consultor Jurídico.

III - 03 (três) cargos de Coordenadores;

IV - 10 (dez) cargos de Chefe de Divisão.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário especialmente o Decreto n° 12066 de 22 de junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 27 de maio de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

DECRETO N° 13986 - DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2524708

CLASSIFICA E FIXA A MODALIDADE DE REURB EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO NÚCLEO INFORMAL COLÔNIA MIRANDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 28 da Lei Federal n° 13.465/2017, no art. 23 do Decreto Federal n° 9.310/2018, no art. 12 da Lei Complementar n° 156/2019 e art. 14 do Decreto Municipal n° 13.530/2019 e, considerando o Parecer Social emitido pela Secretaria de Habitação e Promoção Social referente aos beneficiários do respectivo núcleo urbano informal,

DECRETA

Art. 1º - É classificado o núcleo urbano informal COLÔNIA MIRANDA, situado à rua Rua Verônica Krainz, bairro São Pedro, neste Município, na MODALIDADE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA SOCIAL (REURB-S), em conformidade à legislação vigente e ao Parecer Social emitido pela Secretaria de Habitação e Promoção Social e no art. 28 da Lei Federal n° 13.465/2017, ao art. 23 do Decreto Federal n° 9.310/2018, ao art. 12 da Lei Complementar n° 156/2019 e ao art. 14 do Decreto Municipal n° 13.530/2019;

Parágrafo Único - O Parecer Social emitido pela Secretaria de Habitação e Promoção Social é resultado de estudo de Assistentes Sociais com base na aplicação de questionário socioeconômico, análise dos documentos dos beneficiários e coleta de dados em território, que resultou em 90,2% de famílias com renda até 3(três) salários mínimos caracterizando em Regularização Fundiária de Interesse Social - REURB-S.

Art. 2º - O referido núcleo urbano informal COLÔNIA MIRANDA, situado à rua Rua Verônica Kreinz, bairro São Pedro, Matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negrinho/SC sob o nº 2.548, de propriedade do Município de Rio Negrinho, encontra-se em processo de regularização fundiária junto à Secretaria de Habitação e Promoção Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 04 de junho de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2020

Publicação Nº 2523316

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2020

PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Rio Negrinho – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min do dia 29 de junho de 2020, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DOS VEÍCULOS TIPO AUTOMÓVEL, UTILITÁRIOS LEVES E VANS DA FROTA DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. As propostas deverão ser protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. A abertura das propostas, o credenciamento de representantes e o início da disputa das propostas classificadas se darão a partir do mesmo horário acima. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: <http://rionegrinho.atende.net>. Demais informações pelos telefones (47) 3646-3636/3646-3648.

Rio Negrinho, 09 de junho de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2020

Publicação Nº 2523323

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2020

PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Rio Negrinho – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min do dia 1º de julho de 2020, Pregão Presencial para Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DE VEÍCULOS TIPO UTILITÁRIO PESADO, CAMINHÃO, ÔNIBUS E MAQUINÁRIO PESADO, pelo período de 12 (doze) meses. As propostas deverão ser protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. A abertura das propostas, o credenciamento de representantes e o início da disputa das propostas classificadas se darão a partir do mesmo horário. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: <http://rionegrinho.atende.net>. Demais informações pelos telefones (47) 3646-3636/3646-3648.

Rio Negrinho, 09 de junho de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

SAMAE - RIO NEGRINHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020

Publicação Nº 2524217

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISES LABORATORIAIS DE ÁGUA EM ATENDIMENTO A PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017 (ANEXO XX) DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357/2005, (CLASSE 2).

O SAMAE DE RIO NEGRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL (LANÇE)", a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 1.873 de 18/12/2019. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520/2002, ao Decreto nº 3.555/2000, a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 8733/2005, à Lei Complementar nº 123/2006, e, subsidiariamente, aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores e legislação complementar vigente e pertinente à matéria, bem como à legislação correlata,

e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

PROTOCOLO DOS ENVELOPES: Os envelopes deverão ser protocolados e entregues no setor de protocolo do SAMAE de Rio Negrinho até às 08h55min do dia 26/06/2020.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: As propostas serão abertas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio às 09h00 do dia 26/06/2020.

INICIO DA DISPUTA DAS PROPOSTAS CLASSIFICADAS: O credenciamento dos representantes e em seguida o início da disputa dos preços se darão à partir das 09h00 do dia 26/06/2020, na sala de reuniões do SAMAE de Rio Negrinho.

LICITANTES NÃO CREDENCIADOS: Caso a proponente não tenha interesse em dar lances ou se fazer presente na sessão, poderá participar da licitação protocolando os envelopes no prazo supra citado, ficando apenas excluído da fase de lances e do direito da manifestação de recurso.

O Edital em inteiro teor está publicado no site samaerne.com.br/publicacoes/licitacoes.

Rio Negrinho-SC, 15 de junho de 2020.

GILSON JOSÉ RECKZIEGEL

Diretor Geral

Rio Rufino

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL 776/2020

Publicação Nº 2524253

LEI Nº 776, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

“DENOMINA RUA QUE ESTÁ LOCALIZADA DENTRO DA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica denominada VALDOMIRA MARIA PEREIRA ANDRADE, a rua localizada dentro do Parque Industrial de Rio Rufino – PIRR, que inicia no entroncamento com a Rua Orestes Oselame, e termina em terras de Isaias Mariotti, conforme desenho do mapa anexo.

Art. 2º O Poder Executivo deverá efetuar a denominação no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

THIAGO COSTA
Prefeito

LEI Nº 777 DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524167

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 777, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 712, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018, QUE INSTITUIU AS RODOVIAS RURAIS (RR) NO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO/SC, no uso das atribuições que a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º O art. 1º, da Lei Municipal nº 712, de 29 de novembro de 2018, fica acrescido de duas novas Rodovias Rurais (RR), passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam criadas as Rodovias Rurais, denominadas RR, do Município de Rio Rufino com sua respectiva numeração, extensão e Localidade, assim constituídas: RR-060 6,22km ; RR-127 1,58km; RR-129 8,81km; RR-134 0,46km; RR-135 2,06km; RR-136 0,59km; RR-137 1,97km; RR-138 4,83km; RR-139 1,52km; RR-140 0,49km; RR-142 0,81km; RR-146 1,33km; RR-147 2,72km; RR-149 2,89km; RR-152 0,98km; RR-157 0,86km; RR-228 6,16km; RR-229 0,62km; RR-244 1,35km; RR-254 7,81km; RR-259 12,68km; RR-261 3,09km; RR-273 4,66km; RR-274 0,17km; RR-276 1,34km; RR-280 0,23km; RR-318 0,25km; RR - 242 0,75 Km; RR-324 3,83km; RR-340 0,91km; RR-342 0,34km; RR-347 1,68km; RR-349 0,42km; RR-353 1,09km; RR-355 1,29km; RR-359 3,19km; RR-360 0,5km; RR-362 0,54km; RR-365 1,24km; RR-369 1,23km; RR-371 0,47km; RR-372 0,93km; RR-373 1,54km; RR-375 3,17km; RR-377 10,86km; RR-389 0,48km; RR-390 2,24km; RR-446 3,28km; RR-452 1,91km; RR-454 2,83km; RR-455 6,62km; RR-456 1,39km; RR-457 6,3km; RR-464 10,95km; RR-482 1,44km; RR-358 0,17 Km; RR-364 0,28 Km; RR-253 0,15 Km; e RR- 346 0,23 Km.

Parágrafo único. O Mapa com as RR (Rodovias Rurais) criadas integrará o anexo I, da Lei que trata o caput.

Art. 2º As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO COSTA
Prefeito

[1]

Rua José Oselame, 209, Centro, Rio Rufino/SC, Cep: 88.658-000
Telefone: 49 3279 0012 – e-mail: gabinete@riorufino.sc.gov.br

ANEXO I

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS NOVAS RR-253 E RR-346



THIAGO COSTA
Prefeito

[2]

Rua José Oselame, 209, Centro, Rio Rufino/SC, Cep: 88.658-000
Telefone: 49 3279 0012 – e-mail: gabinete@riorufino.sc.gov.br

LEI Nº 778 DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524211

LEI Nº 778, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

THIAGO COSTA, prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Rio Rufino, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do município de Rio Rufino nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
Atividade : 2.054 – MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO DE SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE - CISAMA			
Dotação	Descrição do Elemento	Valor	
(74) 3.3.71.00.00.01.0000 (122)	Aplicações Diretas	4.000,00	
(75) 4.4.71.00.00.01.0000 (122)	Aplicações Diretas	1.500,00	
Total de Suplementação		5.500,00	

Artigo 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos de anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Atividade : 2.005 – MANUT.SECRET. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Descrição do Elemento	Valor	
(8) 3.1.90.00.00.01.0000 (122)	Aplicações Diretas	5.500,00	
Total de Anulação		5.500,00	

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO COSTA
Prefeito Municipal

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 17/2020

Publicação Nº 2523478

Estado De Santa Catarina - Município de rodeio - aviso de licitação - pregão presencial nº 17/2020 - menor preço. Objeto: aquisição de 855 cestas básicas de gêneros alimentícios para distribuição as pessoas carentes e necessitadas do município conforme levantamento efetuado pelo setor de assistência e promoção social. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 26/06/2020. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 15 de junho de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 18/2020

Publicação Nº 2523481

Estado De Santa Catarina - Município de rodeio - aviso de licitação - pregão presencial nº 18/2020 - menor preço. Objeto: aquisição de material elétrico para manutenção e ampliação da rede de iluminação publica do município. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 29/06/2020. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 15 de junho de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 9991/2020

Publicação Nº 2523560

PORTARIA Nº 9991/2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sr. VILMAR KOHLS, cargo de carreira de MOTORISTA, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 06 de fevereiro de 2019 à 05 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 15 de junho de 2020 a 25 de junho de 2020.

Art. 3º - O período de férias acima descrito é referente a onze dias de férias remanescentes em conformidade com a portaria 9633/2019.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 15 de junho de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 9992/2020

Publicação Nº 2523583

PORTARIA Nº 9992/2020

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal, Sra. ILIANE BEATRIZ JUNG WENDT, cargo de carreira AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 40 horas semanais.

Art. 2º - O período de concessão será de 03(três) meses, a contar de 15 de junho de 2020 a 12 de setembro de 2020, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 15 de junho de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

Saltinho

PREFEITURA

PREGÃO 019/2020

Publicação Nº 2524288

ESTADO DE SANTA CATARNA

MUNICIPIO DE SALTINHO

Aviso de Licitação

Processo N.º 027/2020 - Pregão Presencial com Registro de Preços nº 019/2020

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 019/2020 – decorrente do PROCESSO 027/2020, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA CENTRO DE CONVIVENCIA. De acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 13:00MIN DO DIA 29 DE JUNHO DE 2020, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 13:15MIN DO DIA 29 DE JUNHO DE 2020, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 15 de junho de 2020.. Deonir Luiz Ferronato - Prefeito Municipal

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2020

Publicação N° 2524373

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos***DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES E ÔNIBUS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - SC.

=====

JUSTIFICATIVA: Pelo exposto, no caso em espécie, conclui-se que a contratação se faz necessária, diante da necessidade de resguardar o patrimônio público, aliado aos altos índices de colisões, furtos e roubos de veículos, oferecendo assim maior tranquilidade se por ventura vier a sofrer algum sinistro.

Ademais se mostra de suma importância manter atualizados os seguros dos veículos públicos, o que certamente se mostra que a administração atende os requisitos necessários para o bom gerenciamento da coisa pública.

Diante de tais considerações o gerenciamento de ações que visam o controle e a segurança dos bens públicos municipais se faz dever da administração pública, devendo esta para tanto observar a mais justa e correta forma para contratação de empresa especializada, levando-se em consideração os princípios que regem a administração pública municipal, aliado a qualidade de atendimento.

Santa Helena (SC), 15 de junho de 2020.

Ildo José Cardoso
Secretário de Administração

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES E ÔNIBUS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - SC.

=====

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - A presente Dispensa de licitação tem sua fundamentação legal no inciso II, do artigo 24 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações trazidas pelo Decreto n° 9.412 de 18 de junho de 2018, consolidada, onde consta:

Art. 24. É Dispensável a Licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei n° 9.648, de 1998).

Santa Helena (SC), 15 de junho de 2020.

Ildo José Cardoso
Secretário de Administração

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES E ÔNIBUS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - SC.

=====

FORNECEDORE: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

ENDEREÇO: Avenida Rio Branco, 1489, Bairro Campos Eliseos, São Paulo – SP, CEP: 01.205-001 – CNPJ: 61.198.164/0001-60.

Valor Contratado: R\$ 13.887,35 (treze mil oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES – As razões que levaram a escolha do fornecedor certamente foram os preços mais em conta, a disponibilidade de pronto atendimento e fundamentalmente a qualidade dos serviços prestados pela empresa escolhida, o que se mostra de conhecimento geral pelas empresas privadas e órgãos públicos a que atende.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO: O preço ajustado para a prestação dos serviços pelo fornecedor citado acima são os mais vantajosos conforme orçamentos.

Ao que consta, o valor total da contratação perfaz um montante de R\$ 13.887,35 (treze mil oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos), para seguro dos veículos descritos no orçamento, valor este, pago em cota única, tão logo assegurados os veículos e entregue a apólice ao município.

Santa Helena (SC), 15 de junho de 2020.

Ildo José Cardoso
Secretário de Administração

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES E ÔNIBUS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - SC.

=====

ENCAMINHAMENTO

Sr. Prefeito Municipal

Encaminhamos à Vossa Senhoria para ratificação, o Processo de Modalidade de Dispensa de Licitação N° 07/2020, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Santa Helena (SC), 15 de junho de 2020.

Ildo José Cardoso
Secretário de Administração

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES E ÔNIBUS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - SC.

=====

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para veículos, caminhões e ônibus da frota da Prefeitura Municipal de Santa Helena, ratifico a Dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Santa Helena (SC), 15 de junho de 2020.

LUIZ GLUITZ
Prefeito municipal

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES E ÔNIBUS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - SC.

=====

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art 24, II.

PREÇO: R\$ 13.887,35 (treze mil oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

DOTAÇÕES: 02.01.2.002.3.3.90.39.69.00 (02)
03.01.2.007.3.3.90.39.69.00 (13)
04.01.2.011.3.3.90.39.69.00 (43)
06.06.2.019.3.3.90.39.69.00 (61)
06.06.2.012.3.3.90.39.69.00 (71)
07.01.2.016.3.3.90.39.69.00 (90)
08.01.2.018.3.390.39.69.00 (101)

CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

VIGÊNCIA: O período de vigência da contratação será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir das 24:00 horas do dia 15 de junho de 2020 até as 24:00 horas do dia 15 de junho de 2021. A efetivação do seguro deverá ser realizada na data da assinatura do contrato e ser comprovada em até 20 (vinte) dias contados da respectiva data e a apólice do seguro e entregue em até 60 (sessenta) dias, prorrogável por períodos iguais, até 60 meses, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57 inciso II.

Santa Helena (SC), 15 de junho de 2020.

LUIZ GLUITZ
Prefeito municipal

(Processo Nr. 40/2020)

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 039, DE 15 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2523991

DECRETO Nº 039, DE 15 DE MAIO DE 2020.

Prorroga Processo Seletivo 01/2019 de 04 de janeiro de 2019 e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado em mais um ano a contar da data de sua homologação o processo Seletivo 01/2019 conforme item 14 do edital, vencendo em 02 de março de 2021.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de maio de 2020.

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 123/2020

Publicação Nº 2524483

DECRETO Nº 123/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Designar: Tatiane Boastik, Rutiane Binotto e Regina Joana Maran, brasileiras, servidoras públicas municipais, sob a presidência da primeira, para comporem a comissão municipal para acompanhamento do Processo de Chamada Pública nº 002/2020, da Secretaria Municipal da Saúde de Santa Terezinha do Progresso (SC).

Art. 2º - Compete a Comissão avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital, a Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 15 de Junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002 2020 (1)

Publicação Nº 2524482

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA CHAMADA PÚBLICA DE PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE HABILITADO PARA VAGA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves, 25 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito, DERLI FURTADO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 73, VII, IX, XIII, XXIV e demais preceitos da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo de Chamada Pública destinado à contratação para admissão temporária, de servidor para o quadro da administração direta do Município de Santa Terezinha do Progresso, a seguir relacionada, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

O presente Edital de Chamada Pública está sendo realizado em virtude da necessidade urgente de contratação de Farmacêutico, pois o anterior titular solicitou exoneração.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Chamada pública é regido pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 010/2009 e Lei Complementar nº 011/2010 e demais leis vigentes.

1.1.2. A Chamada pública será regida por este edital, executado pela Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Ernesto Francisco Cardoso, nº 56, Centro, Santa Terezinha do Progresso SC, fone (49)3657 0225, endereço eletrônico prefeitura@staterezhaproggresso.sc.gov.br ou site <http://www.staterezhaproggresso.sc.gov.br/>.

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao chamamento público serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC, no diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e no site <http://www.staterezhaproggresso.sc.gov.br/>.

1.1.4. A inscrição no Processo de Chamada Pública implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes

ao Processo de Chamada Pública para certificar-se de que possui todas as condições e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.6. O presente edital de chamada pública será válido até a data de homologação do Concurso Público.

1.1.7. São condições para participação no presente Processo de Chamada Pública:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º);

b) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;

c) Possuir o nível de escolaridade exigido para a inscrição.

1.1.8. A classificação dos inscritos será realizada nas modalidades de Títulos e Tempo de Serviço.

1.2. Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. A vaga destina-se ao cargo de Farmacêutico, a fim de viabilizar no menor espaço de tempo possível a contratação de profissional para atuar junto a Farmácia Básica Municipal, em vista do pedido de exoneração do servidor efetivo. Os candidatos deverão preencher os requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vaga	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Forma de seleção
Farmacêutico	1	3.254,80	40h/sem	Ensino superior específico com registro no órgão fiscalizador da profissão	Avaliação de Títulos e do Tempo Experiência

1.2.2 Os aprovados além do número mínimo de vagas permanecem em cadastro reserva.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo de Chamada Pública serão efetuadas presencialmente no período das 7:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas dos dias 16 de junho até 19 de junho de 2020.

2.2. Os candidatos interessados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente.

2.3. As inscrições serão gratuitas;

2.4. No momento da inscrição o candidato deverá preencher ficha de inscrição e entregar todas as cópias dos documentos para comprovação da habilitação e tempo de serviço, assim como, trazer os originais dos documentos para comprovação.

2.4.1. Não serão efetuadas cópias de documentos.

3. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente, com a respectiva pontuação de cada candidato, sendo divulgada em 22 de junho de 2020.

3.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC, e no site oficial do município <http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/>.

3.3. O prazo para a interposição de recursos é 24 de junho de 2020, na Secretaria Municipal da Saúde de Santa Terezinha do Progresso. Após este prazo e a análise dos recursos, será divulgado resultado final do certame, no dia 26 de junho de 2020.

4. DA PROVA DE TÍTULOS

Para os cargos descritos neste edital, critério para apuração dos pontos:

Títulos	Valor do Título
Doutorado	3 Pontos
Mestrado	2 Pontos
Pós-Graduação	1 Pontos
Total de títulos	6 Pontos

4.1. Os pontos destinados às especializações de Doutorado, Mestrado e Pós-Graduação, somente serão válidos com apresentação de diploma ou Certificado de Conclusão da Instituição de Ensino.

4.2. As cópias dos documentos para Prova de Títulos deverão ser entregues no ato da inscrição para o processo de Chamada Pública, juntamente com a original para conferência (ficarão retidas somente as cópias).

4.3. Os Títulos serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pelo recebimento.

4.4. Os cursos de Pós-Graduação incompletos não têm validade como curso de aperfeiçoamento, para este Processo de Chamada Pública.

4.5. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de títulos implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

4.5.1. O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.

4.6. DA PROVA DE TEMPO DE EXPERIÊNCIA - Para todos os Valendo até 4,00 (quatro) pontos, sendo considerado tempo de serviço:

Tempo de Experiência Profissional	Número Máximo de Meses	Valor por mês	Total
-----------------------------------	------------------------	---------------	-------

Farmacêutico	200	0,02 ponto	4
TOTAL			4,00

4.6.1. Para receber a pontuação relativa ao título de tempo de serviço o candidato deverá comprovar através de:

4.6.2. O valor de 0,02 (zero vírgula zero dois) pontos para cada mês de efetivo exercício de trabalho municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições.

4.6.3. A data de contagem do tempo de experiência será considerada como data fim 30 de Maio de 2020.

4.6.4. No cálculo de pontos por tempo de experiência computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 1(um) mês.

4.6.5. A comprovação de Tempo de serviço será avaliada mediante apresentação de Certidão específica, emitidas pelo órgão correspondente ou Carteira de trabalho.

4.6.6. Entende-se por Tempo de serviço o tempo que o candidato exerceu atribuições em função que tenha relação direta com a função para o qual se inscreveu.

4.6.7. Havendo apresentação de mais de uma certidão específica, que tenha tempo de experiência na função concomitante em um determinado período, será totalizado o tempo de experiência de apenas uma certidão.

4.6.8. A certidão não poderá conter rasuras.

4.6.9. Não será computado para efeito de pontuação de tempo de serviço, o tempo de experiência do servidor aposentado.

4.6.10. As cópias dos documentos para a prova de tempo de serviço, devidamente preenchidos e assinados, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, sito à Rua Ernesto Francisco Cardoso, nº 56, Centro, Santa Terezinha do Progresso – SC, durante as inscrições, em horário de expediente das 07h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas, juntamente com os documentos originais para conferência (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

5. DO EMPATE NA NOTA FINAL

5.1. Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- Tiver mais tempo de serviço;
- O candidato de maior idade;
- Sorteio.

6. DOS RECURSOS

6.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) A não homologação ou indeferimento da inscrição, com sua respectiva pontuação.

6.2. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

6.3. O recurso deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Saúde no horário de expediente, para julgamento da Comissão nomeada.

7. DO PROVIMENTO DO CARGO

7.1. O provimento do cargo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

7.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

- Cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- Atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares;
- Registro no Conselho Regional de Farmácia;
- Declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- Demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

7.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário, e demais determinações legais.

7.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC.

7.5. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As publicações sobre a Chamada Pública serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Santa Terezinha do Progresso – SC, Diário Oficial dos Municípios e no endereço eletrônico: <http://www.staterezhinaprogreso.sc.gov.br/>.

8.2. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange à Chamada Pública em questão, serão resolvidos pela Comissão nomeada.

8.3. O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo de Chamamento Público mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

8.4. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo de Chamamento público é o da Comarca de Campo Erê – SC.

8.5. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Atribuições dos Cargos;

ANEXO III – Formulário de Prova de Título e tempo de Experiência;

ANEXO IV – Decreto que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 15 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	16/06/2020	No site do município de Santa Terezinha do Progresso http://www.staterezhnaprogresso.sc.gov.br/ , também, no Diário Oficial dos Municípios e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC.
Inscrições com apresentação de documentos para Prova de títulos e Tempo de Experiência.	16 à 19/06/2020	Na Secretaria Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso SC.
Publicação do Resultado Parcial	22/06/2020	O Resultado Parcial será publicado, a partir das 13h, no site: http://www.staterezhnaprogresso.sc.gov.br/ , também, no Diário Oficial dos Municípios e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC.
Período para recursos	24/06/2020	Na Secretaria Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso SC.
Publicação do Resultado Final	26/06/2020	O Resultado Final será publicado, a partir das 13h, no site: http://www.staterezhnaprogresso.sc.gov.br/ , também, no Diário Oficial dos Municípios e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC.

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

FARMACÊUTICO
Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de formulas magistrais e farmacopeicas; fiscalização profissional sanitária ; participar da elaboração e ou fazer cumprir normas e disposições gerais relativas ao armazenamento, controle de estoque e distribuição de medicamentos, germicidas e produtos e correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa; participar de discussões técnicas para seleção e aquisição de medicamentos germicidas e produtos correlatos, garantido sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa; elaborar manuais de procedimentos, manuais técnicos, formulários e listas de medicamentos buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento da assistência farmacêutica, criando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação; gerir racionalmente recursos materiais e humanos, de forma dar garantia de qualidade aos serviços prestados na área de medicamentos; atender os receituários médicos, observando a legalidade da receita, avaliando a compatibilidade física e química, bem como averiguando a dose, via de administração, duração do tratamento e dose cumulativa dos medicamentos prescritos, informar de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos, alertando sobre reações adversas e interações medicamentosas ou com alimentos c/ ou produtos ingeridos concomitantemente; atuar na promoção da educação dos profissionais de saúde e de pacientes; atuar como fonte de informação sobre medicamentos aos outros profissionais de saúde; participar de equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas de saúde pública; atuar em farmácia clínica; participar com membro de comissões de sua competência como: comissão de farmácia e terapêutica, padronização de medicamentos comissão de controle de infecção hospitalar, licitações e pareceres técnicos; executar e ou supervisionar análises físico-químicas, sensoriais, microscópicas, toxicológicas, microbiológicas, fotoquímicas, ensaios biológicos e outras, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários; atuar em farmácia homeopática, desde que devidamente habilitado; programar, supervisionar, inspecionar, bem como responder tecnicamente pela realização de exames laboratoriais, controle de qualidade de insumos de natureza biológica, química e física, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos; fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados; coordenar, executar e supervisionar atividades específicas do laboratório de análises clínicas, desde a coleta do material para análises clínicas, desde a coleta do material para análise, até entrega do laudo final ao cliente; executar e/ou supervisionar análises hematológicas, sorológicas, bacteriológicas, parasitológicas e outras, utilizando-se de aparelhos e técnicas específicas; assumir responsabilidades pelos laudos dos exames realizados no laboratório, assinando-os, oferecendo assim maior credibilidade e segurança ao requisitante; participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres de sua competência; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; desempenhar outras tarefas afins.
REGIME DE TRABALHO: Estatutário
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino superior específico com registro no órgão fiscalizador da profissão.

ANEXO III

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA nº 002/2020

FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS E
COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS TEMPO DE EXPERIÊNCIA

Nome: _____ Inscrição: _____
 Função: _____



COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS

Declaro que recebi de _____, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 002/2020.

Títulos	Valor do Título Farmacêutico
Doutorado	
Mestrado	
Pós-Graduação	
Total de títulos	

COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS TEMPO DE EXPERIÊNCIA

Declaro que recebi de _____, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de tempo de experiência, de acordo com o Edital nº 002/2020.

Tempo de Experiência Profissional	Nº de meses	Valor do Mês	Total
Farmacêutico: o valor de 0,02 (zero vírgula zero dois) pontos para cada mês de efetivo exercício municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições.		0,02 pontos	
TOTAL		-	

AValiação PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, somaram a quantia de _____ cópias entregues e foram avaliados e totalizados em _____ pontos.

Os títulos relacionados, válidos para a prova de tempo de experiência em referência, somaram a quantia de _____ cópias entregues e foram avaliados e totalizados em _____ pontos.

Resultado final entre prova de título e prova de tempo de experiência somaram a quantia de _____ pontos.

Santa Terezinha do Progresso/SC, _____ de __junho_____ de 2020.

Assinatura responsável recebimento Assinatura do candidato

ANEXO IV

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020
COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA

DECRETO Nº 123/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Designar: Tatiane Boastik, Rutiane Binotto e Regina Joana Maran, brasileiras, servidoras públicas municipais, sob a presidência da primeira, para comporem a comissão municipal para acompanhamento do Processo de Chamada Pública nº 002/2020, da Secretaria Municipal da Saúde de Santa Terezinha do Progresso (SC).

Art. 2º - Compete a Comissão avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital, a Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 15 de Junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 42/2020 PL 59/2020 DL 12/2020

Publicação Nº 2523840

EXTRATO DE CONTRATO 42/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
Processo Licitatório 59/2020
Dispensa de Licitação 12/2020.
Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.
Contratado: PATRICIA MAURER 03719068900.
CNPJ: 36.198.408/0001-67

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DA MOTO BOMBA DE ÁGUA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA LINHA CAMPO GRANDE, CONSIDERADO NECESSIDADE DE URGÊNCIA.

Assinatura: 08 de junho de 2020.

Vigência: 08/06/2020 até 31/12/2020.

Valor total: R\$ 3.540,97 (três mil quinhentos e quarenta reais e noventa e sete centavos).

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL N 131/2020

Publicação Nº 2524484

PORTARIA Nº 131/2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora SOLANGE BRAGA, Matrícula 12092/02, conforme o Atestado Médico no período de 15 de junho de 2020 á 28 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

TERMO DE HOM E ADJ PL 59-2020 DL 12-2020

Publicação N° 2524528

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2020 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 59/2020 Data do Processo: 04/06/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 59/2020
b) Licitação Nr.: 12/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 08/06/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DA MOTO BOMBA DE ÁGUA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA LINHA CAMPO GRANDE, CONSIDERADO NECESSIDADE DE URGÊNCIA

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 001665 - PATRICIA MAURER 03719068900	12	0,0000	3.540,97
	12		3.540,97

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (117) Saldo: 11.026,36

DERLI FURTADO
PREFEITO

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 48-2020 TERRAMAX

Publicação N° 2523769

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°	48/2020
Processo Lic.	49/2020
Tomada de Preços n°	04/2020
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	TERRAMAX - CONSTRUÇOES E OBRAS LTDA
Objeto	A presente licitação tem por objeto a execução GLOBAL de obra de pavimentação asfáltica com área total de 7.543,39 m², compreendida em 04 lotes conforme memorial descritivo, projeto, cronograma, orçamento e planilhas quantitativas anexas.
Vigência	Vigência será de 15/06/2020 à 13/09/2020..
Valor	R\$ 661.786,96 (Seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos)
Santiago do Sul-SC, 15 de Junho de 2020.	
JULCIMAR ANTÔNIO LORENZETTI	
Prefeito Municipal	

DECRETO N°232/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2524057

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO N°232/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a substituição de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e de conformidade com o Artigo 12, da Lei Municipal N°931/2019 – de 27 de fevereiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Santiago do Sul, instituído pela Lei Municipal N°931/2019 – de 27 de fevereiro de 2019, conforme segue:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

- Titular: Cristiandrei Silva Gonçalves
- Suplente: Lilian Blanger

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

- Titular: Aronildo Pereira Flor
- Suplente: Adriana Restelatto

III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

- Titular: Marlei Valcarenghi
- Suplente: Celita Meneguzzi De César

IV - REPRESENTANTE DE ENTIDADE RELIGIOSA;

- Titular: Ivanilde Fátima Lorenzetti Isaton
- Suplente: Verediana Cristina Cherobin Luza

V - REPRESENTANTE DE APP – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES;

- Titular: Fabiana de Paris Pacazza
- Suplente: Claudete Fatima Ferrandin Amer

VI -REPRESENTANTE DE ADOLESCENTES;

- Titular: Samara Saretto Roman

- Suplente: Karen Maísa Lorenzetti

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº233/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524063

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº233/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre alteração de membro da Comissão para conferência de mercadorias adquiridas em processo licitatório, e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para conferência de mercadorias adquiridas em Processo Licitatório nas secretarias municipais compostas com os seguintes membros:

I – Tiago de Paris – Coordenador

II – Adriana Restelatto – Membro

III – Andreia Casagrande Cararo – Membro

IV – Camila Lazarin – Membro

V – Rosana Lorenzetti – Membro

VI – Monicleia de Cesaro Guedes – Membro

VII – Tatiane Chimello – Membro

VIII – Judile Bolzan Durante – Membro

IX – Camila Pereira Dos Santos – Membro

Art. 2º Os serviços da Comissão serão considerados de caráter relevante, não sendo atribuído aos membros desta qualquer espécie de remuneração incluindo a não geração de direito ou obrigação social trabalhista, sendo que os mesmos deverão atuar em dupla ou em conjunto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº234/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524064

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº234/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração de Membro do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e de conformidade com o estabelecido na Lei Municipal nº041/97, de 24 de junho de 1997,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o membro do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, instituído pela Lei Municipal nº041/97, de 24 de junho de 1997, conforme segue:

I - REPRESENTANTES DA ESFERA DO GOVERNO

a) - Secretaria de Saúde e Assistência Social

- Aronildo Pereira Flor Titular

- Adriana Restelatto Suplente

b) - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

- Clediane Grolli Marmentini Titular

- Andreia Casagrande Cararo Suplente

c) - Secretaria de Administração e Finanças

- Keli Maria Prati Titular

- Mateus Junior Lunedo Suplente

II - REPRESENTANTES DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL

a) - Grupo de Idosos "Madre Paulina"

- Irene Somavilla Titular

- Lezita Somavilla Suplente

b) - Associação dos Servidores Municipais - ASMUSUL

- Eridiane Pedrotti Brunetto Titular

- Almir Brunetto Suplente

c) - Associação de Pais e Professores - APP

- Tiago de Paris Titular

- Daiane Guedes Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº236/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524072

Altera o Art. 25º, do Decreto Municipal Nº126/2020, de 17 de março de 2020 e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 25º, do Decreto Municipal Nº126/2020, de 17 de março de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 25º Fica criada a Comissão Especial de Monitoramento do CORONAVIRUS (COVID-19), com a incumbência de operacionalizar, monitorar e articular ações para o enfrentamento e resposta imediata à emergência de saúde pública, integrada pelos seguintes membros:

- I – Pedro Machado – Médico;
- II – Ana Raquel Brites de Oliveira – Gestora do Fundo Municipal de Saúde;
- III – Ivonete Gonçalves – Enfermeira;
- IV – Luis Angelo Toazza – Odontólogo;
- V – Alana Lopes – Agente de Combate às Endemias;
- VI – Gerson Carlos Rissardo – Fiscal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica;
- VII – Tiago de Paris – Representante da Defesa Civil do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº237/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524073

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº237/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a substituição de membro da Comissão Especial para Avaliação do Estágio Probatório e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com a Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 e Decreto Nº043/2002, de 09 de Abril de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído membro da Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório, que passa a ser composta pelos seguintes membros:

- Vanildo Valcarenghi
- Constantino Furlan
- Alcindo Brunetto
- Leila Daiana Tardetti
- Tiago de Paris

Art. 2º O objetivo da comissão será basicamente, avaliar o desempenho dos servidores municipais em estágio probatório, emitindo os devidos pareceres.

Parágrafo único. A comissão encaminhará ao Setor Pessoal o parecer com a devida avaliação de cada servidor que também emitirá o seu parecer, concluindo a favor ou contra a continuidade do servidor no estágio probatório.

Art. 3º O serviço da comissão será considerado de caráter relevante, não sendo atribuído aos membros desta qualquer remuneração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº238/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524079

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº238/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA AS DATAS DE PAGAMENTOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL E TAXA DE SERVIÇOS URBANOS CONSTANTE DO ANEXO ÚNICO DO DECRETO N. 436/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as datas de pagamentos do Imposto Predial e Territorial Urbano e da Taxa de Serviços Urbanos constantes do Anexo Único do Decreto n. 436/2019, que passam a ser as seguintes:

IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXA DE SERVIÇOS URBANOS

Parcela Única: Recolhimento até 15/07/2020

1ª Parcela: Recolhimento até 15/07/2020

2ª Parcela: Recolhimento até 17/08/2020

3ª Parcela: Recolhimento até 15/09/2020

4ª Parcela: Recolhimento até 15/10/2020

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº239/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524082

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº239/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE TITULAÇÃO a Servidora Pública Municipal ANGELA KARINA MARTINS e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação),

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedido a Servidora ANGELA KARINA MARTINS, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nomeada pelo Decreto Nº062/2018 – de 15 de Fevereiro de 2018, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, 10% (dez por cento) a título de ADICIONAL DE TITULAÇÃO – ESPECIALIZAÇÃO, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo IV previsto no Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação) e alterações posteriores.

Art. 2º Fica suspensa a implementação em folha de pagamento do adicional aqui mencionado até 31 de dezembro de 2020, nos termos do

art. 28, do Decreto Nº168/2020, de 24 de abril de 2020.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº240/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524086

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº240/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE TITULAÇÃO a Servidora Pública Municipal ELIEZER TECCHIO BRUNETTO e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação),

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedido a Servidora ELIEZER TECCHIO BRUNETTO, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nomeada pelo Decreto Nº063/2018 – de 15 de Fevereiro de 2018, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, 10% (dez por cento) a título de ADICIONAL DE TITULAÇÃO – ESPECIALIZAÇÃO, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo IV previsto no Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação) e alterações posteriores.

Art. 2º Fica suspensa a implementação em folha de pagamento do adicional aqui mencionado até 31 de dezembro de 2020, nos termos do art. 28, do Decreto Nº168/2020, de 24 de abril de 2020.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº241/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524089

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº241/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE TITULAÇÃO a Servidora Pública Municipal JANICE LUCI DE MARQUI e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação),

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedido a Servidora JANICE LUCI DE MARQUI, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nomeada pelo Decreto Nº204/2018 – de 06 de Agosto de 2018, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, 10% (dez por cento) a título de ADICIONAL DE TITULAÇÃO – ESPECIALIZAÇÃO, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo IV previsto no Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação) e alterações posteriores.

Art. 2º Fica suspensa a implementação em folha de pagamento do adicional aqui mencionado até 31 de dezembro de 2020, nos termos do art. 28, do Decreto Nº168/2020, de 24 de abril de 2020.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº242/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524093

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº242/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE TITULAÇÃO a Servidora Pública Municipal CLAUDIA KELY ENDERLE e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação),

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedido a Servidora CLAUDIA KELY ENDERLE, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nomeada pelo Decreto Nº064/2018 – de 15 de Fevereiro de 2018, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, 10% (dez por cento) a título de ADICIONAL DE TITULAÇÃO – ESPECIALIZAÇÃO, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo IV previsto no Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação) e alterações posteriores.

Art. 2º Fica suspensa a implementação em folha de pagamento do adicional aqui mencionado até 31 de dezembro de 2020, nos termos do art. 28, do Decreto Nº168/2020, de 24 de abril de 2020.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº243/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524096

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº243/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE TITULAÇÃO a Servidora Pública Municipal CATIANE PIVA VANZIN e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação),

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedido a Servidora CATIANE PIVA VANZIN, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nomeada pelo Decreto Nº174/2018 – de 02 de Julho de 2018, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, 10% (dez por cento) a título de ADICIONAL DE TITULAÇÃO – ESPECIALIZAÇÃO, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo IV previsto no Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação) e alterações posteriores.

Art. 2º Fica suspensa a implementação em folha de pagamento do adicional aqui mencionado até 31 de dezembro de 2020, nos termos do art. 28, do Decreto Nº168/2020, de 24 de abril de 2020.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº235/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524068

DECRETO Nº235/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0004 – Administração Geral

Ação: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral

Atividade: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral

Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas.(185) R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo
Coord.de Depto.Sec.Administração

DECRETO Nº244/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524097

DECRETO Nº244/2020 – DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, no valor de R\$ 1.553,35 (Hum mil, quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 28 – Encargos Especiais

Sub-Função: 846 – Outros Encargos Especiais

Programa: 0000 – ENCARGOS ESPECIAIS

Ação: 0.002 – Contribuição ao PASEP

Atividade: 0.002 – Contribuição ao PASEP

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.52 – Aplicações Diretas.(206)... R\$ 182,49

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.53 – Aplicações Diretas.(207)... R\$ 1.370,86

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Excesso de Arrecadação verificados nas fontes de recursos 0.1.52 - COVID-19 - Rec.Transf.União dest.ações Saúde e A.Social (LC173/2020-Art.5º,I-b) e 0.1.53-COVID-19 - Rec.Transf.União sem destinação específica (LC173/2020-Art.5º,II-b), nas rubricas de receitas 4.1.7.1.8.99.1.1.03.00.00- Auxílio Financeiro-(LC nº.173/2020-Art.5º, I-b) Ações Saúde e Assist.Social-COVID-19 e 4.1.7.1.8.99.1.1.04.00.00- Auxílio Financeiro-(LC nº.173/2020-Art.5º, II-b) sem dest.espec.-COVID-19, disponíveis na conta bancária nº.15.511-X Ag.1.393-5 Bco.Brasil S.A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 09 de junho de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo
Coord.de Depto.Sec.Administração

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO -27/2020

Publicação N° 2523487

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo N° 56/2020.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL N° 27/2020.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção para pequenas obras e reformas, a serem executadas pelo município de Santiago do Sul,

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 26 de junho de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 26 de junho de 2020..

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 10 de junho de 2020.

JULCIMAR A. LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N°119/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2524049

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N°119/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal SADI ANTONIO ORLANDI e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal SADI ANTONIO ORLANDI, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, do dia 05 de junho de 2020 a 19 de junho de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05 de junho de 2020.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº120/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524051

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº120/2020 – DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a designação de Servidores para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria entre Município e APAE de Quilombo e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Arts 36 a 39 do Decreto Municipal Nº 098/2017, de 10 de março de 2017, e Termo de Fomento Nº001/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Servidores a seguir relacionados para atuar como membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria entre o Município de Santiago do Sul e APAE de Quilombo/SC, nos termos do Capítulo XV, artigos 36 a 39 do Decreto Municipal Nº 098/2017, de 10 de março de 2017:

- I – Presidente: Aronildo Pereira Flor;
- II – Secretária: Adriana Restelatto;
- III – Membro: Juliano João Somavilla;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

23-2020- TP RUA CASTELO BRANCO

Publicação Nº 2524601

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 23/2020
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
REGIME DE CONTRATAÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
ABERTURA E ENTREGA DAS DOCUMENTAÇÕES E PROPOSTA DE PREÇOS:
DATA: 03 DE JULHO de 2020.
HORÁRIO: 14:00h

NA SEGUINTE ORDEM:

1º FASE - HABILITAÇÃO (Abertura do invólucro nº 1 contendo as documentações) - Envelope 1.

2º FASE - PROPOSTA (Abertura do invólucro nº 2 contendo as propostas) - Envelope 2.

O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz - SC, através da Comissão Permanente de Licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, para EXECUÇÃO INDIRETA pelo regime de empreitada por preço UNITÁRIO, regida pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações das Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, e por este EDITAL e seus Anexos, partes integrantes, em sessão pública na data e horário acima especificado.

Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato impeditivo, a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local ou em outro a ser definido por critério exclusivo da administração.

1- DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1- O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL de parte da Rua Presidente Castelo Branco, conforme especificações contidas nos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X parte integrante deste Edital.

2 - PREÇO MÁXIMO

2.1 – R\$ 68.850,51 (sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos).

3 – DESPESA

3.1 - A despesa resultante desta TOMADA DE PREÇOS correrá por conta de recursos da Caixa Econômica Federal, através da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

04.01.1078.4490.5191 – (132) FINISA – Caixa Econômica Federal

4 – Fazem parte deste Edital

Anexo I – Objeto
Anexo II – Memorial Descritivo
Anexo III – Planilha Orçamentária
Anexo IV – Cronograma Físico Financeiro
Anexo V – Quadro de Composição do BDI
Anexo VI – Planilha de Levantamento de Quantidades
Anexo VII – Quadro de Composição de Investimentos
Anexo VIII - Projetos
Anexo IX – Minuta Contratual
Anexo X – Placa da Obra

5 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

5.1 - Os envelopes 01 e 02, deverão ser entregues e protocolados no dia, mês e ano indicados no preâmbulo, na Praça Governador Ivo

Silveira, 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz/SC, devidamente fechados e numerados. O envelope nº 01 com a DOCUMENTAÇÃO e o envelope nº 02 com a PROPOSTA, deverão ser entregues com as seguintes inscrições no anverso de cada envelope:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
PRAÇA GOVERNADOR IVO SILVEIRA, 306.
CENTRO - SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROPONENTE:
TOMADA DE PREÇOS Nº
ABERTURA:
HORAS:
ENVELOPE Nº _____

6 - DOS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO

- 6.1 - Poderão participar desta licitação, todas as empresas cadastradas, interessadas na execução do objeto deste edital.
- 6.2 - Não poderão participar desta licitação as empresas que:
- 6.2.1 - Tiverem contratos rescindidos, por iniciativa da Prefeitura;
 - 6.2.2 - Tiverem seus cadastros cancelados, por iniciativa da Prefeitura;
 - 6.2.3 - Tenham sido declaradas impedidas de se cadastrarem, licitarem ou contratarem com a Prefeitura, enquanto durar o impedimento;
 - 6.2.4 - Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Prefeitura, enquanto perdurar o motivo determinante da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.
 - 6.2.5 - Que tenham como proprietário, ou que figurem em seu quadro societário, o Prefeito, o Vice-Prefeito, Vereador, os auxiliares diretos do Prefeito, bem como as pessoas a qualquer um deles ligadas por matrimônio, parentesco afim ou consanguíneo até segundo grau, igualmente por adoção, subsistindo a proibição até seis meses depois de findas as respectivas funções.

7 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1 - Poderão participar desta licitação, todas as empresas interessadas com prévia inscrição no "CADASTRO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS" da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, com o ramo compatível com o objeto ora licitado. Caso a empresa interessada, não possua Cadastro ou o mesmo encontre-se com o prazo de validade vencido, a mesma poderá protocolar os documentos necessários para inscrição/renovação até a data de 29/06/2020.

8 - HABILITAÇÃO

8.1 - São necessários para a habilitação:

8.1.1 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL:

- 8.1.1.1 – CRC – Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz;
 - 8.1.1.2 – Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (De acordo com a Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014);
 - 8.1.1.3 - Certidão Negativa de Débito junto ao Governo do Estado do domicílio ou sede da proponente;
 - 8.1.1.4 - Certidão Negativa de Débitos para com o Município do domicílio ou sede da proponente;
 - 8.1.1.5 - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, em conformidade ao disposto na Lei nº 8.036/90;
 - 8.1.1.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - 8.1.1.7 - Declaração expressa de aceitação das condições do presente Edital, sem restrições de qualquer natureza, e de que, se vencedora, executará as obras de acordo com as normas e especificações constantes deste edital, pelo preço proposto.
 - 8.1.1.8 - Declaração do representante legal da licitante firmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, nas esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.
 - 8.1.1.9 – Declaração expressa de que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
 - 8.1.1.10 – Declaração expressa do representante legal da licitante, de que seu proprietário ou sócio, nos últimos 6 (seis) meses não ocupou o cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador, ou auxiliar direto do Prefeito, bem como no mesmo período, não possuiu vínculo de matrimônio, parentesco afim ou consanguíneo até segundo grau, igualmente por adoção, com pessoas que tenha exercido os cargos mencionados. (Art. 75 da Lei Orgânica Municipal)
 - 8.1.1.11 – Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente, nos moldes da IN nº 27/2002, da Secretaria de Inspeção do Trabalho ou Declaração firmada pela proponente nos termos do Decreto nº 4.358, de 05/09/2002.
- 8.1.2 - Os documentos referidos nos artigos anteriores deverão ser apresentados em 01(uma) via em original ou autenticada. A autenticação poderá ser feita por cartório competente ou acompanhados de seus originais para sua respectiva autenticação pela Comissão de Licitação, antes do horário para entrega e abertura dos envelopes contendo as documentações e propostas.
- 8.1.3 - A falta de apresentação de quaisquer destes documentos, acarretará a inabilitação, de ofício, da empresa participante.
- 8.1.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.1.5 - E em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões

negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.1.6 - E a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.1.7 - Para os licitantes que queiram se beneficiar das prerrogativas da Lei Complementar n. 123/06, devem apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da empresa ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a forma da constituição empresarial.

8.1.7.1 - A Certidão deverá ser entregue fora dos envelopes de proposta e habilitação, podendo sê-los em original, autenticados em Cartório ou na Prefeitura Municipal munidos do original.

9.1.2 - DOCUMENTAÇÃO QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.2.1 - Registro ou inscrição da proponente (Certidão de Pessoa Jurídica), bem como do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) (Certidão de Pessoa Física), no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

9.1.2.2 - Deverá comprovar também possuir em seu quadro, profissional de nível superior, devidamente inscrito no CREA ou CAU, responsável pela obra cuja comprovação deverá ser feita por cópia do registro da carteira de trabalho ou ficha de registro funcional devidamente autenticada pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT, ou Contrato de Prestação de Serviços, ou ainda, se o profissional for sócio da proponente, através de contrato social atualizado.

9.1.2.3 - A proponente deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido por órgão público ou privado, comprovando que ela ou seu responsável técnico tenha executado obra compatível ou superior a licitada, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT). O(s) atestado(s) a ser apresentado(s) deverá(ão) constar o carimbo do CREA ou CAU, devendo os dados constantes desse carimbo corresponder com o acervo apresentado. Serão considerados obrigatórios para habilitação da proponente no certame:

Atividade	Serviço Técnico	Quantidade
Execução	Pavimentação Asfáltica	20 M ³

9.1.2.4 - Declaração fornecida pela empresa participante de que o profissional (indicar dados pessoais) detentor do atestado de responsabilidade técnica citado no sub-item 9.1.2.3 bem como o indicado no subitem 9.1.2.2, será o responsável técnico que acompanhará a execução da obra, caso a empresa venha a ser vencedora, ficando a substituição sujeita a aprovação pela Prefeitura, respeitado o estabelecido no art. 30, inciso IV, parágrafo 10 da Lei de Licitações.

9.1.2.5 - Declaração de que tomou conhecimento de situação e dos recursos de material e mão de obra existentes na região, assinada pelo responsável técnico inscrito no CREA ou CAU e pelo responsável da empresa.

9.1.2.6 - Declaração formal de disponibilidade de equipamentos, ferramentas e pessoal necessários a execução dos serviços objeto da presente licitação.

9.1.2.7 - A Licitante, deverá apresentar, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeira junto a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz.

10.1.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses, contados da data de apresentação da proposta. Em relação as S.A, aplica-se o art. 132 da Lei 6.404./64.

b) Certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de origem, indicando os cartórios distribuidores de falência e concordata e recuperação judicial, da sede da licitante.

c) Certidões negativas de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio do licitante através dos sistemas e-Proc e SAJ;

d) Comprovação de possuir Patrimônio Líquido mínimo, na data da apresentação da proposta, de valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor da obra. As proponentes deverão comprovar a situação do Patrimônio Líquido através da apresentação do Balanço Patrimonial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei.

e) A proponente deverá apresentar garantia da proposta equivalente a 1% do valor estimado no Anexo III. A Garantia da Proposta poderá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º da Lei de Licitações, quais sejam:

I – Caução em dinheiro; ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – Seguro-garantia e

III – Fiança bancária.

11 - DA PROPOSTA

11.1 - A proposta deverá ser apresentada em 1 (uma) via, devidamente assinada pelo responsável técnico da empresa e pelo representante legal, ambos em todas as páginas, em envelope fechado, indicando, em sua parte externa, o nome e o endereço do licitante, bem como o número desta Tomada de Preços, e:

11.1.1 - Estar datilografada ou impressa, em papel próprio da empresa licitante, sem rasura, emenda, entrelinha ou ressalva;

11.1.2 - Indicar o número desta Tomada de Preços, bem como o dia da sua realização;

11.2 - Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:

- 11.2.1 – Quadro de quantidades e custos, observando a ordem estabelecida nas planilhas do Anexo III;
- 11.2.2 – Os preços unitários em algarismo e o preço global algarismado e por extenso, em moeda brasileira, considerando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cujo preço máximo, tanto unitário, como total, não poderão exceder os estabelecidos na planilha do Anexo III; Obs.: Recomenda-se, nas multiplicações, desprezar a 3ª casa decimal. [usar, no Excel, a função: =TRUNCAR(X*Y;2)].
- 11.2.3 – Prazo de validade da proposta, no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação;
- 11.2.4 – Prazo para a execução do objeto, o qual não poderá ser superior ao constante no cronograma físico-financeiro, que deverá ser observado quando da execução da obra.
- 11.2.5 – Apresentar Cronograma físico-financeiro, observando o estabelecido no Anexo IV.
- 11.3 – Declaração de que o preço global proposto compreende todas as despesas concernentes à execução da obra projetada, com fornecimento dos materiais e mão de obra, bem como encargos sociais, ferramental, equipamentos e assistência técnica, benefícios e despesas indiretas, licenças inerentes a especialidade e tributos e tudo mais necessário a perfeita e cabal execução da obra.
- 11.4 - A fiscalização e controle das obras, será exercida pelo setor de engenharia do Município e a Caixa Econômica Federal.
- 11.5 - Os preços dos serviços/materiais serão obtidos pela multiplicação da quantidade pelo preço unitário. Cada item de discriminação dos serviços/materiais deverá ser subdividido em tantos itens quantos forem necessários para a sua perfeita caracterização. A soma dos valores dos subitens fornecerá o preço total por item e a soma dos preços totais por item será o valor do custo, para obtenção do preço por item consignado na CARTA PROPOSTA. No caso de haver erro na multiplicação entre o preço unitário e a quantidade prevalecerá o preço unitário.
- 11.6 - A coluna de quantidade do orçamento é de responsabilidade da proponente, não podendo o interessado arguir omissões, enganos e erros, para alterar o valor global proposto.
- 11.7 – A omissão ou exclusão no orçamento de qualquer item especificado nas peças fornecidas pela Prefeitura Municipal, não exime o licitante de incluí-la dentro da proposta.
- 11.8 – A ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução é de responsabilidade da empresa vencedora do certame.
- 11.9 - Após a entrega dos envelopes, não serão admitidas sob pretexto algum, modificações ou substituições da proposta ou de qualquer documento.

12 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1 - Para julgamento das Propostas a Comissão levará em consideração o MENOR PREÇO GLOBAL.
- 12.2 - Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste EDITAL.
- 12.3 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado. (art. 48 da Lei de Licitações).
- 12.4 - No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, a Comissão convocará todos os licitantes para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, nos termos do item;
- 12.5 - No caso de absoluta igualdade das propostas, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços:
- a) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;
 - b) produzidas no país;
 - c) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 12.6 - Persistindo o empate, a Comissão convocará todos os licitantes para, em ato público, assistirem o sorteio que definirá a vencedora.
- 12.7 - O resultado do julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial dos Municípios.
- 12.8 - Após a divulgação do julgamento, e decorrido o prazo recursal previsto em lei, o Presidente da Comissão submeterá o processo à autoridade superior, para fins de homologação, revogação ou anulação desta licitação.
- 12.9 - A presente licitação poderá ser revogada por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, através de parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos licitantes direito a indenização.
- 12.10 - Ocorrendo anulação ou revogação da Tomada de Preço, a Prefeitura providenciará a publicação no Diário Oficial dos Municípios, contando-se a partir desta o prazo para solicitação de reconsideração.

13 - DOS RECURSOS

- 13.1 - Dos atos da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, decorrentes da aplicação deste EDITAL, caberão os recursos previstos no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, alteradas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98.
- 13.2 - O prazo para o recurso previsto na letra "b" do item I, do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, correrá a partir da data de publicação do resultado do JULGAMENTO das propostas no Diário Oficial dos Municípios.

14 - DAS PENALIDADES

- 14.1 - Sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, o licitante vencedor ficará sujeito as seguintes penalidades:
- a) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total cotado, pela recusa injusta a assinar o respectivo contrato;
 - b) multa moratória, não compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total, em reais, pela impuntualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;
 - c) multa compensatória, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor total, em reais, pela rescisão determinada por ato da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, no caso de inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas.
- 14.2 - A multa prevista nas letras "b" e "c", será devida a partir da homologação do processo até o seu efetivo pagamento.

15 - DO PAGAMENTO

- 15.1 - O pagamento será efetuado, com base nas medições mensais, mediante apresentação de nota fiscal/fatura correspondente e termo de recebimento de obra/serviços bem como do recolhimento a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS). As empresas com sede neste Município, também deverão apresentar Certidão Negativa de Débito Municipal (CNDM).
- 15.2 – As medições de que trata o item anterior, serão efetuadas no período de 30 (trinta) dias, com base nos quantitativos e preços

unitários constantes da proposta da contratada.

15.3 – A nota fiscal/fatura será emitida após a medição efetuada pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% (onze por cento) do valor dos serviços, a título de Retenção para Seguridade Social, conforme alteração da Lei nº 8.212/91, do INSS.

15.4 – A importância retida será recolhida pela CONTRATANTE em nome do estabelecimento da empresa cedente, aqui denominada CONTRATADA, em GRPS – Guia de Recolhimento da Previdência Social, até o dia dois do mês subsequente.

15.5 - O pagamento ocorrerá até 30 (trinta) dias corridos da emissão da nota fiscal/ fatura, mediante crédito bancário na Caixa Econômica Federal.

15.5.1 – A empresa que na ocasião não possuir conta bancária na Caixa Econômica Federal, será deduzida da parcela a receber, as tarifas bancárias decorrentes da transferência para outro banco, se for o caso.

15.6 – A parcela da obra considerada defeituosa ou fora das especificações do projeto, assim como das normas técnicas, não serão objetos de medição.

16 - DO REAJUSTE

16.1 – Não haverá reajuste dos preços cotados, por um período de 12 (doze) meses a contar da data de apresentação das Propostas.

16.2 – O Município de Santo Amaro da Imperatriz reserva-se no direito de proceder ao acréscimo ou supressão sobre a variação das quantidades, atendendo as suas necessidades, sobre o objeto da presente licitação, nos termos do parágrafo primeiro, artigo 65 da Lei nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98.

17 - DA ASSINATURA DO CONTRATO

17.1 - O licitante vencedor será convocado para a assinatura do CONTRATO, cuja minuta está em anexo, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da homologação.

17.2 - O prazo de assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura.

17.3 - Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, e ficará, temporariamente, suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura pelo período de 12 (doze) meses.

17.4 - Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a Prefeitura poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

17.5 - A empresa vencedora deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, ART – CREA/SC do profissional responsável pela execução da obra, cujos encargos são de sua responsabilidade.

17.6 - Este edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado se nele estivessem transcritos.

18 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 - A obra objeto desta licitação, será recebida pelo contratante, consoante o disposto no artigo. 73 inciso I, em se tratando de obras serviços, e inciso II, do mencionado artigo, em se tratando de compras ou locação de equipamentos da Lei nº 8.666/93, com suas alterações introduzidas pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98.

19 - DOS RECURSOS

19.1 - De todas as decisões proferidas pela Comissão de Licitação caberão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, os recursos previstos na legislação em vigor.

20 - DAS PENALIDADES

20.1 - Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente edital, por parte da CONTRATADA, ficará esta sujeita as seguintes penalidades:

- a) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor vincendo;
- c) advertência por escrito;
- d) suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;
- e) declaração de idoneidade para licitação na Administração publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

§1º – As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente,

§2º – No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O Município de Santo Amaro da Imperatriz reserva-se no direito de executar os serviços no todo ou em parte, bem como anular total ou parcialmente, a presente licitação a qualquer tempo, em defesa de seus interesses, especialmente os que relacionem preços elevados ou desproporcionais, baseados noutras licitações efetuadas pelo Município de Santo Amaro da Imperatriz ou inseridas em publicações categorizadas.

21.2 - A proponente obriga-se a cotar somente o (s) item (s) que possa(m) atender e entregar o (s) material (s) / serviço (s) nos prazos fixados, sob as penas da lei.

21.3 - Quaisquer informações relativas à presente licitação serão prestadas pela Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento, na Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz, diariamente no período das 12:00 horas as 18:00 horas.

Santo Amaro da Imperatriz, 15 de junho de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

ANEXO I

< OBJETO >

ANEXO II

< MEMORIAL DESCRITIVO >

ANEXO III

< PLANILHA ORÇAMENTARIA >

ANEXO IV

< CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO >

ANEXO V

< Quadro de Composição do BDI>

ANEXO VI

< Planilha de Levantamento de Quantidades >

ANEXO VII

< QCI – Quadro de Composição de Investimento >

ANEXO VIII

< Projetos >

ANEXO IX

< Minuta contratual >

Anexo IX
(Minuta Contratual)

CONTRATO Nº ____/____, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b), doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 23/2020 - TP, homologado em/....../....., mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Objeto:

2.1. O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL de parte da Rua Presidente Castelo Branco, conforme especificações contidas nos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X parte integrante deste Edital.

3. Do Valor e seu Pagamento:

3.1. As obras descritas no objeto, conforme proposta vencedora, serão executadas ao preço total de R\$ (...), cujo pagamento será efetuado com base nas medições, sendo R\$ de mão de obra e R\$ de materiais, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal correspondente e termo de medição da obra/etapa realizada, com o recolhimento dos valores relativos a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Municipais.

3.2. As medições serão realizadas a cada período de trinta dias, com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da contratada.

3.3. A fatura/nota fiscal será emitida após a medição efetuada pela Prefeitura (Contratante), em conjunto com a Caixa Econômica Federal, sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% do valor dos serviços a favor da Seguridade Social (INSS), conforme Lei nº 8.212/91.

3.4. A importância retida será recolhida pela Contratante, em nome da Contratada, em GRPS até o dia 20 (vinte) do mês subseq-ente a retenção.

3.5. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias da emissão da fatura/nota fiscal, mediante crédito bancário.

3.6. A parcela da obra considerada defeituosa ou fora das especificações do projeto e normas técnicas não serão objeto de medição e pagamento.

4. Do Prazo de Execução das Obras:

4.1. O Contratado se compromete a executar as obras no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da expedição da ordem de serviço.

4.2. Os prazos serão contados em dias corridos, exceto quando explicitamente disposto de modo diferente, iniciando e vencendo em dia normal de expediente da Contratante.

5. Da Classificação da Despesa:

5.1. A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

04.01.1078.4490.51.99 – (132) FINISA – Caixa Econômica Federal

6. Da Responsabilidade e Obrigações Específicas da Contratada:

A Contratada se obriga:

6.1. efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA das obras em execução, através de seus profissionais;

6.2. aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto até 25% do seu valor inicial atualizado;

6.3. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratante, por si ou seus prepostos;

6.4. responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto deste contrato, assim como responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, nos termos do artigo 618, do CC, mesmo após o seu recebimento provisório ou definitivo;

6.5. observar, quanto ao pessoal empregado na execução do objeto deste contrato a legislação pertinente, especialmente quanto as obrigações previdenciárias e trabalhistas;

6.6. manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

6.7. responder financeiramente por ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto deste contrato.

6.8. afixar no local placa alusiva a obra no modelo/padrão fornecida pela Prefeitura (contratante) no ato da assinatura do contrato, sem qualquer ônus para a Contratante.

7. Da Fiscalização:

7.1. A fiscalização das obras, objeto deste contrato, será exercida pela Contratante através do Setor de Engenharia, o qual ficará responsável pelos termos de medição e recebimento das obras em conjunto com a Caixa Econômica Federal.

7.2. A Contratada deverá permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos, ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

8. Da Rescisão:

8.1. As partes poderão rescindir o presente contrato a qualquer momento na hipótese de inadimplência de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

9. Das Penalidades:

9.1. Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente contrato por parte da contratada, ficará esta sujeita as seguintes penalidades:

a) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega ou conclusão das obras;

b) multa de vinte por cento (20%) sobre o valor vincendo pela injusta recusa de conclusão das obras;

c) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual pela rescisão determinada pela Contratante no caso de inexecução parcial ou total das obras ou quaisquer outras obrigações assumidas por este contrato;

d) advertência por escrito;

e) suspensão do direito de participar em licitações do Município até dois anos;

f) declaração de inidoneidade para licitação na Administração, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

- As penalidades poderão ser aplicadas simultânea, combinadas ou separadamente.

- No ato de pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do contratado.

10. Da Vigência:

10.1. Este contrato entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência por 60 (sessenta) dias.

11. Da Vinculação ao Edital e Proposta:

11.1. Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação nº 23/2020

12. Do Foro:

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

12.2. Por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em quatro vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, em/ /2020.

Contratante Contratada

Testemunhas

1 2
Nome : Nome:

ANEXO X

< PLACA DA OBRA >

DECRETO Nº 6.841, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523911

DECRETO Nº 6.841, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 59, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Santo Amaro da Imperatriz,
CONSIDERANDO a necessidade da manutenção das ações no combate a disseminação do vírus causador da COVID-19;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus;
CONSIDERANDO, que no dia 30 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 587, alterando o Decreto nº 562, também estabelecendo medidas para o enfrentamento da epidemia do coronavírus;
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção das ações fixadas por meio do Decreto Municipal nº 6811, de 01 de maio de 2020;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogadas, POR TEMPO INDETERMINADO, as normas estabelecidas por cada Secretaria para o desenvolvimento dos serviços públicos prestados pelos órgãos da Administração Municipal Pública Direta e Indireta, a fim de evitar a aglomeração nos espaços públicos, e como forma de adotar o distanciamento necessário à prevenção do contágio da COVID-19.

Parágrafo Único: Com objetivo de unificar o regimento para o atendimento ao público interno e externo, fica estabelecido que os atendimentos presenciais em todas as Secretarias e seus setores ocorrerão em regime de revezamento entre os servidores, pelo menos, de segunda a sexta feira, das 13hs às 17hs.

Art. 2º. Fica estabelecido que, a partir de 15 de junho de 2020, os prazos referentes aos processos administrativos em geral no âmbito do Município e outros atos como notificações, intimações e defesa nos autos de infração serão retomados no estado em que se encontravam no momento da suspensão, sendo assegurado o tempo faltante para a sua complementação.

Parágrafo único: Caso seja demonstrado qualquer dificuldade de ordem técnica ou prática que resulte em dificuldade ou prejuízo do exercício de defesa ou que impossibilite o regular processamento dos autos administrativos, deverá o procedimento ser suspenso, mediante decisão fundamentada.

Art. 3º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor no dia 15 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Santo Amaro da Imperatriz - SC, 15 de junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.832/2020

Publicação Nº 2524516

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.832, de 29 de Maio de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Súmula nº 244 do Tribunal Superior do Trabalho sobre estabilidade provisória gestante

RESOLVE :

Prorrogar até 21/09/2020 a designação da servidora FRANCIELI FOLSTER, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 15.393/19).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 29 de Maio de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.860/2020

Publicação Nº 2524514

PORTARIA Nº 15.860, de 08 de Junho de 2020.
CONCEDE READAPTAÇÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 49 da Lei Complementar nº 060/09, resolve

R E A D A P T A R :

IGOR GALVÃO SOARES, ocupante do cargo de Artífice, para atuar nas funções de Vigia no Parque de Exposições Orlando Becker na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos respeitados as limitações indicadas no Laudo Pericial, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com efeitos retroativos a partir de 12/04/2020 à 08/10/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 08 de Junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.869/2020

Publicação Nº 2524515

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.869, de 10 de Junho de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora MARIA APARECIDA DE FRAGA DA ROSA

RESOLVE :

Prorrogar até 10/08/2020 a designação da servidora SIMONE DA ROCHA FRANCISCO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (Portaria nº 15.721/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 10 de Junho de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.870/2020

Publicação Nº 2524517

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.870, de 10 de Junho de 2020.
CONCEDE PRORROGAÇÃO A FUNCIONÁRIA GESTANTE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 139 da Lei Complementar nº 059/09

RESOLVE :

Conceder prorrogação de 60 (sessenta) dias à servidora DENIZE LOFFI, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, a partir de 12.06.2020 à 10.08.2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 10 de Junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.871/2020

Publicação Nº 2524518

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.871, de 10 de Junho de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a prorrogação da Licença Gestação concedida à servidora DENIZE LOFFI

RESOLVE :

Prorrogar até 10/08/2020 a designação da servidora MARIA ELIZABETE MOLINETE, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 15.575/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 10 de Junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.872/2020

Publicação Nº 2524520

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.872, de 15 de Junho de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando as Férias concedida à servidora LUCIA CAMPOS

RESOLVE :

Prorrogar até 29/06/2020 a designação do servidor HUMBERTO REBELLO DOTTONI, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica (Portaria nº 15.626/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.873/2020

Publicação Nº 2524521

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.873, de 15 de Junho de 2020.
CONCEDE PRORROGAÇÃO A FUNCIONÁRIA GESTANTE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 139 da Lei Complementar nº 059/09

RESOLVE :

Conceder prorrogação de 60 (sessenta) dias à servidora TAISE APARECIDA BACKES, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, a partir de 16.06.2020 à 14.08.2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.874/2020

Publicação Nº 2524523

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.874, de 15 de Junho de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a prorrogação da Licença Gestação concedida à servidora TAISE APARECIDA BACKES

RESOLVE :

Prorrogar até 14/08/2020 a designação da servidora MARIANA CRISTINA LOHN, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 15.567/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 - FMD

Publicação Nº 2524619

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COM MOTOCICLISTA E COMBUSTÍVEL PARA O TRANSPORTE DOS ATLETAS E TÉCNICOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 29/06/2020.

Início da sessão: dia 29/06/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de compras – da Fundação Municipal de Desportos das 07h30 às 12h00min e das 13h00 às 16h30, ou através do telefone (47)3633-7520, ou no endereço eletrônico rafaela.rank@saobentodosul.sc.gov.br.

São Bento do Sul, 15 de Junho de 2020.

RAFAELA RANK

Pregoeira Municipal

SYLVIO ROBERTO MUNHOZ

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2020

Publicação Nº 2524620

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2020

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Menor preço por item

Prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas neste município, estabelecendo o limite de 10 % do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - §3º e Decreto Municipal 406/2017;

Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 30/06/2020

Início da sessão: dia 30/06/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00 às 16h00, ou através do telefone (47)3631-6199.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

MARGARETH BAYERL KEISER

Secretária de Administração

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2020

Publicação Nº 2524621

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2020**

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, torna público, para quem interessar possa, que foi realizada correção no Edital de Licitação do **Pregão Eletrônico 89/2020**, assim como se segue:

Onde se lê: **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**

O OBJETO – (Descrição, Especificações Mínimas e Quantitativos):

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Máximo R\$	Valor Total Máximo R\$
1	ÁGUA MINERAL SEM GÁS BOMBONA DE 20 LITROS SEM CASCO	GALÃO	2.638	R\$12,00	R\$31.656,00
2	ÁGUA MINERAL SEM GÁS (BOMBONAS DE 20 LITROS COM O CASCO)	UNIDADES	79	R\$34,50	R\$2.725,50
3	CARGA DE GÁS GLP13	UNIDADES	1.042	R\$75,45	R\$78.618,90
4	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 500ML (FARDOS COM 12)	FARDO	312	R\$14,13	R\$4.408,56
5	CARGA DE GÁS GLP 45	UNIDADES	207	R\$289,95	R\$60.019,65
6	ÁGUA MINERAL EM COPO PLÁSTICO DE 200ML	UNIDADES	2.200	R\$0,67	R\$1.474,00
7	ÁGUA MINERAL COM GÁS 500 ML (FARDOS COM 12)	FARDO	110	R\$15,63	R\$1.719,30
8	BOTIJÃO VAZIO GLP45	UNIDADES	20	R\$464,75	R\$9.295,00
9	BOTIJÃO GÁS VAZIO GLP13	UNIDADES	70	R\$127,25	R\$8.907,50
10	CARGA DE GÁS GLP 45	UNIDADES	525	R\$289,95	R\$152.223,75
					R\$ 351.048,16

Leia-se: **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**

O OBJETO – (Descrição, Especificações Mínimas e Quantitativos):

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Máximo R\$	Valor Total Máximo R\$
1	ÁGUA MINERAL SEM GÁS BOMBONA DE 20 LITROS SEM CASCO	GALÃO	2.698	R\$12,00	R\$32.376,00
2	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 500ML (FARDOS COM 12)	FARDO	314	R\$14,13	R\$4.436,82
3	CARGA DE GÁS GLP13	UNIDADES	1.054	R\$75,45	R\$79.524,30
4	ÁGUA MINERAL SEM GÁS (BOMBONAS DE 20 LITROS COM O CASCO)	UNIDADES	79	R\$34,50	R\$2.725,50
5	CARGA DE GÁS GLP 45	UNIDADES	207	R\$289,95	R\$60.019,65
6	ÁGUA MINERAL EM COPO PLÁSTICO DE 200ML	UNIDADES	2.200	R\$0,67	R\$1.474,00
7	ÁGUA MINERAL COM GÁS 500 ML (FARDOS COM 12)	FARDO	110	R\$15,63	R\$1.719,30

8	BOTIJÃO VAZIO GLP45	UNIDADES	20	R\$464,75	R\$9.295,00
9	BOTIJÃO GÁS VAZIO GLP13	UNIDADES	70	R\$127,25	R\$8.907,50
10	CARGA DE GÁS GLP 45	UNIDADES	525	R\$289,95	R\$152.223,75
					R\$ 352.701,82

AS DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PERMANECEM AS MESMAS. Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que este produza os seus efeitos conforme lei, alterando a data de abertura do Edital Pregão Presencial Nº 89/2020 para o dia **30/06/2020 as 09h 00 minutos**, sendo o recebimento dos envelopes de documentação e proposta até as 08h30 minuto, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316125.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
PREGOEIRA MUNICIPAL

ADELINO DENK
SECRETARIO DE DESEN. ECONOMICO E TURISMO

MARGARETH BAYERL KEISER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO HUBEL
SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
CHEFE DE GABINETE

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
SECRETARIO INTERINO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARCIO BROSOWSKY
DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20544/2019

Publicação Nº 2524337

DECISÃO

Processo nº 20544/2019

Diante destes pressupostos, acato e acolho na íntegra o Relatório Final da Comissão Permanente de Sindicância e DETERMINO, na forma do artigo 154 da Lei Municipal nº 228/2001, o ARQUIVAMENTO deste processo.

Contudo, havendo indício de prática ilícita que pode, em tese, caracterizar crime capitulado no Código Penal ou mesmo dano ao erário, diante da apresentação de atestado médico ☐simulado☐, auferindo o trabalhador renda sem o efetivo labor, acato a recomendação de encaminhar cópia deste processo ao Ministério Público para que promova os atos que entender pertinentes. Publique-se, observando-se no que couber o disposto no § 2º do art. 58 da LOM.

Comunique-se à Secretaria Municipal de Saúde.

Após tudo cumprido, archive-se.

São Bento do Sul, 08 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 95/2020

Publicação Nº 2523797

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 95/2020

OBJETO: Aquisição de passagens (vale transporte) para os servidores públicos desta prefeitura para o período de 01 de julho à 05 de outubro de 2020.

CONTRATADO: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 114.000,00.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2020.

Margareth Bayerl Keiser – Secretária de Administração

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 023/2020 - FMS

Publicação Nº 2524625

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 023/2020

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Exames Anátomo-Patológicos (Biópsias) de nº 018/2019, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CITOPAR – CENTRO DE CITOLOGIA E PATOLOGIA PARANÁ LTDA, em 16 de maio de 2019, conforme Edital de Pregão Presencial nº 14/2019.

Considerando o objeto do Contrato nº 018/2019 que consiste na contratação de laboratório para a realização de exames anatomo-patológicos (biópsias) para o Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul, conforme Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 14/2019.

Considerando o vencimento do contrato no dia 31 de maio de 2020 e a necessidade de se manter a prestação dos serviços de exames anatomo-patológicos (biópsias) para o Fundo Municipal de Saúde, sendo que os mesmos são contínuos e passíveis de prorrogação, se faz necessário prorrogar a vigência do referido contrato, com base na Cláusula Quarta – Da Vigência e Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de junho de 2020 e com término em 31 de maio de 2021.

Permanece o valor total estimado de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), referente a 4.800 (quatro mil e oitocentos) exames, ao custo unitário de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por exame para o período prorrogado, para pagamentos conforme contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de maio de 2019, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2020.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

CITOPAR CENTRO CITO PATOLOGIA PARANÁ S/A LTDA, como Contratada.

JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 95/2020

Publicação Nº 2523799

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Aquisição de passagens (vale transporte) para os Servidores Públicos desta prefeitura, para o período de 01 de julho à 05 de outubro de 2020.

II – Contratado: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, conforme Decreto nº 1722 de 30 de março de 2020 e de acordo com o Termo Aditivo nº 065/2020, sendo portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 114.000,00 é compatível com os preços praticados no mercado. O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 1.770 de 08 de maio de 2020, sendo portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a

normativa citada.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração.

LEI N° 4256/2020

Publicação N° 2524163

LEI N° 4256, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“DENOMINA DE DORIVAL VIEIRA XAVIER RUA DO MUNICÍPIO”

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Magno Bollmann Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de DORIVAL VIEIRA XAVIER, a Rua “B” do Loteamento Gênova e a Rua Principal do loteamento Milano, localizadas no Bairro Mato Preto, com extensão total de 180 m e largura de 12 m, entre a Rua Leopoldo Weiss e a Rua Lourival Natal da Silva, conforme croqui anexo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

LEI N° 4257/2020

Publicação N° 2524165

LEI N° 4257, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“DENOMINA DE ALVINA RUDNICK RUA DO MUNICÍPIO”

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Magno Bollmann, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de ALVINA RUDNICK, rua do município, com extensão de 105,00 metros e largura 15,00 metros, lateral da Rua Dorival Vieira Xavier, no bairro Mato Preto, conforme croqui anexo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIAS N° 10817/2020 A 10826/2020

Publicação N° 2524174

PORTARIA N° 10817, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Revoga Portaria n° 10802/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 03 de junho de 2020, a Portaria n° 10802/2020 que concedeu licença prêmio à servidora ELISANGELA HUEBL, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Escritório, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10818, DE 10 DE JUNHO DE 2020.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LUCIANE STAWNY SAMPAIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedagogo Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social, licença prêmio relativa ao triênio 2013/2016, conforme Processo nº 9001/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior será gozada em dois períodos, da seguinte forma:

I – de 15/06/2020 a 29/06/2020.

II – de 20/07/2020 a 03/08/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10819, DE 10 DE JUNHO DE 2020.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SHIRLEI PICKUSCH PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa triênio 2013/2016, conforme Processo nº 8622/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 15/06/2020 a 14/07/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10820, DE 10 DE JUNHO DE 2020.
Concede Redução de Carga Horária

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 7º, da Lei Municipal nº 2966/2012,

RESOLVE:

Reduzir, a pedido, a carga horária de trabalho de CARLA CRISTINA JUNG, ocupante do cargo de Médico Auditor, na Secretaria Municipal de Saúde, de 40 horas semanais para 10 horas semanais, a partir de 3 de junho de 2020, conforme Processo nº 9069/2020.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10821, DE 10 DE JUNHO DE 2020.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor IVO JOSÉ GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, na Secretaria Municipal de Administração, licença prêmio relativa triênio 2011/2014, conforme Processo nº 9501/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 15/06/2020 a 14/07/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10822, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Exonera Diretora Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 15 de junho de 2020, ERICA ZIPPERER, do cargo de Diretora Escolar da EBM Pref. Antônio Treml, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10823, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Diretora Escolar

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 15 de junho de 2020, FLAVIA DA ROSA KOSZANSKI, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, para exercer a função de Diretora Escolar da EBM Pref. Antônio Treml (Porte III), com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10824, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Designa Presidente e Secretária da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3953/2018 e com o Decreto nº 1371/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras SOLANGE FOGGIATTO como Presidente e ALANA MÉRCIA ENGEL como Secretária Executiva, da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Bento do Sul – CAISAN.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 9619, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10825, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Revoga Portaria nº 10784/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 10 de junho de 2020, a Portaria nº 10784/2020 que nomeou DENISE ANTUNES DA COSTA, para exercer o cargo de Professor Anos Finais - Inglês, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 10 de junho de 2020.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10826, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 10 de junho de 2020, GISELE KUBICHEN, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público nº 009/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor Anos Finais – Inglês, Grupo Ocupacional – Ensino Fundamental, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, Licenciatura Plena, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIAS Nº 10827/2020 A 10834/2020

Publicação Nº 2524311

PORTARIA Nº 10827, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 9106/2019

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 9106, de 16 de dezembro de 2019, que concedeu aposentadoria à ANA SOLANGE DE MORAES COUTINHO BELLO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE – 20/00073780, através da Decisão nº GAC/WWD – 510/2020, de 03 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10828, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 8566/2019

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 8566, de 14 de outubro de 2019, que concedeu aposentadoria a MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE – 20/00011327, através da Decisão nº COE/GSS – 534/2020, de 02 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10829, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 8785/2019

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 8785, de 13 de novembro de 2019, que concedeu aposentadoria a OSVALDIR SESTREN, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE – 20/00040696, através da Decisão nº GAC/WWD – 512/2020, de 03 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10830, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 8600/2019

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 8600, de 21 de outubro de 2019, que concedeu aposentadoria a WASHINGTON HENRIQUE MARQUES, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE – 20/00011408, através da Decisão nº GAC/LRH – 497/2020, de 05 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10831, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal LEANDRO BORGES, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 04/05/2017 a 03/05/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10832, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal FRANCINE LUIZA JASNIEVSKI WEIHERMANN, ocupante do cargo efetivo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 08/05/2017 a 07/05/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10833, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal NEUSA MARIA FERRACIOLLI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 08/05/2017 a 13/05/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10834, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal RAFAEL MARTINS, ocupante do cargo efetivo de Motorista, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 01/06/2017 a 31/05/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATA CHAMADA 1 DE 2020**

Publicação Nº 2523300

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

ATA DE ABERTURA E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Objeto: habilitar periódicos impressos, serviços de radiodifusão e portais eletrônicos, para veiculação de mídias fornecidas pela Câmara Municipal de São Bento do Sul/SC, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, educativas e de conscientização, observados os ditames do Art. 37, § 1º da Constituição Federal.

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniram-se na sala da Presidência da Câmara de Vereadores de São Bento do Sul os membros da Comissão de Licitações designados pela Portaria nº 005, de dois de março de dois mil e vinte para abertura dos envelopes protocolados e análise dos documentos conforme o item 6 (Documentação exigida no ato da inscrição), do Edital de Chamada Pública nº 001/2020 pelas seguintes empresas:

EMPRESA	PROTOCOLO	SERVIÇO SOLICITADO - ITEM
Editora Gazeta do Norte Ltda	21/05/2020	3 – 5
Jornal Folha da Serra	29/05/2020	2 – 5

A comissão analisou todos os documentos das empresas em conformidade com as exigências do Edital de Chamada Pública nº 001/2020 e considerou todas as empresas acima citadas, habilitadas a firmarem o Termo de Contrato de Credenciamento com a Câmara de Vereadores de São Bento do Sul nas condições previstas no edital em questão. Permanece aberto até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, ou até que o Edital seja revogado, o prazo para o credenciamento de outras empresas, ficando estipulado o prazo de cinco dias úteis após o recebimento dos envelopes para a realização de reunião para análise dos documentos. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente determinou a confecção da presente ata e a publicação da mesma, e declarou encerrada a sessão.

São Bento do Sul, 08 de junho de 2020.

TEODOMIRO KRZEZINSKI
Presidente

DJONI CLEBER PINHEIRO
Membro

SIMONE TERESINHA ROBERTI BAUM
Membro

São Bernardino

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO Nº 01/2020

Publicação Nº 2524683

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO/SC

NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL – REURB-S E DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB-E

A COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA, por sua Presidência, relativamente à Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S e de Interesse Específico – REURB-E, com base na Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017, Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018, e Decreto Municipal nº 186/2019, de 16 de outubro de 2019, vem por meio deste informar que já efetuou notificação dos proprietários do imóvel das Matrículas nº10.815 de propriedade de Dalvir Luiz Ludwig, e nº9.275 de Propriedade de Siegfried Schimidt ambas do Ofício de Registro de Imóveis de Campo Erê/SC, bem como dos confrontantes.

Serve o presente instrumento para dar ciência aos demais interessados para querendo, apresentem impugnação, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da presente notificação.

A ausência de impugnação implicará a perda de eventual direito de que o(a) notificado(a) titularize sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária.

São Bernardino, 15 de Junho de 2020.

Claudir Kell dos Santos
Presidente da Comissão de Regularização Fundiária

Adeli José Riffel
Representante do Município

PORTARIA Nº 215/2020

Publicação Nº 2523917

PORTARIA Nº 215/2020 DE 15/06/2020

	CONCEDE ABONO POR AUSÊNCIA AO TRABALHO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o Artigo 104, Inciso III, da Lei Municipal 004/1997;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. ROCLAUDIA MARIA GIROTTO, ocupante da função de Auxiliar de consultório dentário, matrícula nº 1289/01 - 40hs semanais, abono por ausência ao trabalho de 10/06/2020 à 16/06/2020 (sete dias), por motivo de falecimento da sua filha DENIZE APARECIDA GIROTTO.

Art. 2º - Ficam suspensos os efeitos da Portaria 147/2020 de 24/04/2020 no período de 10/06/2020 à 16/06/2020, com relação à Servidora Pública Municipal Sra. Roclaudia Maria Giroto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 10/06/2020.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 15 de junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 216/2020

Publicação Nº 2523921

PORTARIA Nº 216/2020 DE 15/06/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidor Público Municipal, Sr. LAIR STEFFENS ocupante do cargo de OPERADOR 1, matrícula nº 404/01 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde a partir de 11/06/2020 por período indeterminado, para agendamento e requerimento de benefício junto a INSS, conforme atestado médico do Dr. Rafael Ricardo Lazzari (CRM/SC 4070), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 11/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 15 de junho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 217/2020

Publicação Nº 2523922

PORTARIA Nº 217/2020 DE 15/06/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias normais a Servidor Público Municipal, Sr. NEREU BRUNO FRITZEN, matrícula 431/01, do dia 15/06/2020 a 26/06/2020, referente ao período aquisitivo de 04/04/2019 a 03/04/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 15 de junho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2020

Publicação Nº 2523541

DECRETO N.º 067 DE 12 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso II da Lei Municipal n.º 1871/2019 de 11 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por SUPERAVIT FINANCEIRO no orçamento CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais), na seguinte Referência de Dotação Orçamentária;

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	03
Unidade	Departamento de Administração e Finanças	002
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Serviços da Dívida	843
Programa	OPERAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS	0
ENCARGO ESPECIAL	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	0001
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo
(187)	Aplicação Direta -4.6.90	3000 – Recursos Ordinários – SUPERAVIT
Valor Total R\$:		17.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2019, Conforme decreto 005/2019, na Destinação de Recursos DR 3000 – Recursos Ordinários – SUPERAVIT no valor de R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 12 de Junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2020 - ADM

Publicação Nº 2523539

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	068/2020 REGISTRO DE PREÇOS 030/2020 – ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas.:	T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS E VOLUMOSOS ORIUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.
Valor :	R\$ 280.000,00
Vigência :	15/06/2021
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2020 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2020/2021.
SAO CARLOS/SC, 15 DE JUNHO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

São Domingos

PREFEITURA

CONTRATO: PREFE. N. 033 DE 15/06/2020

Publicação Nº 2523548

DADOS E TEXTO DE CONTRATO:

MÊS/ANO: JUNHO/2020

CONTRATO: PREFE. N. 033 DE 15/06/2020

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 92.725,50

LICITAÇÃO: PROCESSO PREFE N. 078/2020 – Tomada de Preços N. 009/2020

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA DA RUA ARLINDO BORGES, NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: Josemar Guimaraes ME

CNPJ/MF: 13.642.005/0001-60

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 02 (dois) meses, a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.365/2020

Publicação Nº 2523618

DECRETO Nº 3.365, DE 9 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 3.152, DE 18 DE JULHO DE 2019, QUE DESIGNA MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e conforme as disposições da Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015, e o Decreto nº 2.491, de 21 de setembro de 2016, e de acordo com a Resolução CMAS nº 008/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I, do art. 1º, do Decreto nº 3.152, de 18 de julho de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

I – Presidente: [...];

II - Vice-presidente: Liliانا A. Filgueiras; (NR)

III – Secretário: Hélio Vaz. (NR)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de maio de 2020.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 9 de junho de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

DECRETO Nº 3.366/2020

Publicação Nº 2523616

DECRETO Nº 3.366, DE 9 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA COMITÊ OPERACIONAL DE EMERGÊNCIA - COE NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído o inciso XV ao art. 1º do Decreto nº 3.362, de 5 de junho de 2020, que designa Comitê Operacional de Emergência - COE no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

XV – Vigilância Sanitária:

- a) Sérgio Roberto Torres de Oliveira;
- b) Paulo Roberto Vieira.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 9 de junho de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 16.503/2020

Publicação Nº 2523622

PORTARIA nº 16.503, de 8 de junho de 2020.

A SECRETARIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o requerido no Processo nº 13997/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, IRENE TOMAZ DO NASCIMENTO COSTA, matrícula nº 512818, do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I – Anos Iniciais, do quadro de pessoal permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 3 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 3 de junho de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 8 de junho de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
--

RESOLUÇÃO 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

Publicação Nº 2523888

RESOLUÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS N. 1, 15 DE JUNHO DE 2020

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com a Resolução Conjunta n. 003, de 03 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e Decreto Municipal n. 3.317/2020, e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019; e considerando a estrutura física das instalações da Diretoria de Gestão de Pessoas que não suporta a presença simultânea da integralidade dos servidores do setor com o devido distanciamento social recomendado pelas autoridades em saúde pública; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores do setor.

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 15 de junho de 2020 a Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas a fim de cumprir o distanciamento social recomendado pelas autoridades em Saúde Pública realizará as atribuições presenciais do setor da Diretoria de Gestão de Pessoas em regime de revezamento assegurando a permanência de número mínimo de servidores necessários a atividades essenciais de natureza continuada.

§1º A escala de revezamento será realizada em dias intercalados pelos servidores do setor.

§ 2º Os servidores do setor que não estejam no período de trabalho presencial no setor deverão obrigatoriamente trabalhar em regime de home office de forma a dar continuidade e segurança na prestação do serviço público, compreendendo:

I – a execução das atividades do setor durante o horário de expediente normal do Poder Executivo Municipal;

II – A consulta diária da conta de e-mail institucional e do serviço de atendimento on-line (IPM), com resposta tempestiva aos expedientes recebidos pela via adequada;

III – o atendimento telefônico do público interno;

IV – a permanência à disposição do Poder Executivo Municipal durante o horário de expediente normal, em regime de sobreaviso, para comparecimento presencial na unidade de lotação, caso necessário.

§3º Para viabilizar a execução das atividades em regime de home office, o gestor e o servidor deverão providenciar computador com acesso à internet em sua residência.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 15 de junho de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

São João Batista

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO 003/PMSJB/2020

Publicação Nº 2523580

NOTIFICAÇÃO 003/2020

PROCESSO LICITATÓRIO 104/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 88/PMSJB/2019

À EMPRESA: FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA

Fica a empresa FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 03.558.220/0001-23, com sede na Rua Tereza Niehues, nº 114, bairro Schreiber, município de Salete, SC, neste ato representado por Silvio Alfredo Fregulia, NOTIFICADA para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, efetuar os consertos/reparos no tanque pipa multiuso de 15.000 (quinze mil) litros, instalado no caminhão Volkswagen Constellation, placa MHM 8609:

- tomada de força que liga a bomba ao caminhão está quebrada;
- os dois suportes dianteiros estão apresentando ruptura das chapas;
- revisão das abraçadeiras ligadas à mangueira, inclusive as do bico de pato, incêndio e de sucção (frouxas).

Caso os consertos/reparos não ocorram no prazo estabelecido, fica a empresa sujeita as penalidades previstas no Contrato nº 52/PMSJB/2019, cláusula oitava, item 8.2 e seguintes.

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na imprensa oficial (DOM), nesta data, dando cumprimento ao princípio da publicidade, assegurada a ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA, para que não restem dúvidas quanto à legitimidade e validade deste ato.

São João Batista, 15 de junho de 2020.

Juliano Grime

Diretor de Licitação

Prefeitura de São João Batista

PORTARIA Nº 325/2020

Publicação Nº 2524684

PORTARIA Nº 325/2020

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 16/06/2020 a 16/08/2020, o contrato do (a) servidor (a) JICIARA SILVA DOS SANTOS, admitido (a) para a função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, junto a Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 15 de junho de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 326/2020

Publicação Nº 2524685

PORTARIA Nº 326/2020

ACT

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário RAFAEL SILVEIRA BATISTA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MÉDICO, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 04/06/2020 a 04/09/2020, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 15 de junho de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 327/2020

Publicação Nº 2524687

PORTARIA Nº 327/2020

ACT

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário RAMONAH DOS REIS RODRIGUES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MÉDICO, com exercício na Secretária Municipal de Saúde, pelo período de 04/06/2020 a 04/09/2020, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 15 de junho de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 328/2020

Publicação Nº 2524688

PORTARIA Nº 328/2020

Concede Licença Gestação

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 2032/2020 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora JACIARA APARECIDA WEBER, a contar de 31 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 16 de junho de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/FMS/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 011/FMS/2020

Publicação Nº 2523488

Processo Licitatório nº 018/FMS/2020 - Pregão Eletrônico 011/FMS/2020

Exclusivo para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI).

O Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), , inscrito sob o CNPJ nº 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 018/FMS/2020 - Pregão Eletrônico 011/PMSJB/2020, do tipo menor preço, modo de disputa: aberto, para a aquisição de 01 (uma) câmara fria destinada a unidade básica de saúde novo horizonte do município de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 03/07/2020; Início da sessão: dia 03/07/2020, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 15 de junho de 2020.

Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL 398/2020

Publicação Nº 2524500

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 398/2020

PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - PROTOCOLO Nº 398/2020 - CONDER

O município de São João do Oeste/SC, situado à Rua Encantado, 66, centro, com inscrição no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Autorização Ambiental - AuA, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor Pedro Afonso Wolfart, para a atividade de: 01.54.00 - Granja de Suínos - Terminação, que será exercida no imóvel denominado Lote Rural nº 54 – Poná, matriculado no Registro de Imóveis de Itapiranga sob o nº 12.373, Linha Medianeira, interior, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL 415/2020

Publicação Nº 2524335

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 415/2020

PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - PROTOCOLO Nº 415/2020 - CONDER

O município de São João do Oeste/SC, situado à Rua Encantado, 66, centro, com inscrição no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Autorização Ambiental - AuA, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor Gabriel Hammerschmitt, para a atividade de: 01.54.00 - Granja de Suínos - Terminação, que será exercida no imóvel denominado Lote Rural nº 41 – São Miguel, matriculado no Registro de Imóveis de Itapiranga sob o nº 549, linha Ervalzinho, interior, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL 432/2020

Publicação Nº 2524300

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 432/2020

PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - PROTOCOLO Nº 432/2020 - CONDER

O município de São João do Oeste/SC, situado à Rua Encantado, 66, centro, com inscrição no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Autorização Ambiental - AuA, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor Normélio Gabriel, para a atividade de: 01.54.00 - Granja de Suínos - Terminação, que será exercida no imóvel denominado Lote Rural nº 13, Gleba 01 – Macuco, matriculado no Registro de Imóveis de Itapiranga sob o nº 7.799, linha Macuco, interior, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 84/2020

Publicação Nº 2524284

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 84/2020

ORIGEM: Pregão Presencial nº 52/2020

OBJETO: "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho compreendendo a realização de exames médicos ocupacionais, audiometria entre outros".

São João do Oeste – 15 de junho de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2020

Publicação Nº 2524274

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2020 E CONTRATO 35/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Industria de Esquadrias Feilfer Ltda

ORIGEM: Tomada de preços nº 4/2020

OBJETO: "Contratação de empresa especializada em construção de instalações esportivas e recreativas para execução das obras de implantação do campo de gramado sintético, parque infantil e quadra de vôlei de areia, situado junto ao parque Poliesportivo de São João do Oeste, conforme projeto em anexo. Recursos próprios do município de São João do Oeste".

VALOR:126.770,00

PRAZO:16.06.2020 até 31.12.2020

São João do Oeste – 15 de junho de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2020 E CONTRATO 35/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e AMG Engenharia Eireli

ORIGEM: Tomada de preços nº 4/2020

OBJETO: "Contratação de empresa especializada em construção de instalações esportivas e recreativas para execução das obras de implantação do campo de gramado sintético, parque infantil e quadra de vôlei de areia, situado junto ao parque Poliesportivo de São João do Oeste, conforme projeto em anexo. Recursos próprios do município de São João do Oeste".

VALOR:72.000,00

PRAZO:16.06.2020 até 31.12.2020

São João do Oeste – 15 de junho de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

PP 57.2020 BANNERS E LONAS

Publicação Nº 2523772

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2020

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de painéis de lonas com impressão digital, adesivos com impressão digital, e outros materiais destinados para as diversas secretarias do município de São João do Oeste.

Tipo: Menor preço por item

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 01 de julho de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 15 de junho de 2.020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

São João do Sul

PREFEITURA

CONT. Nº 041_2020_PREF

Publicação Nº 2524305

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2020

OBJETO: Este contrato estabelece cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar "a promoção da integração ao mercado de trabalho", e a "formação para o trabalho", de acordo com a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e com a Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC

VIGÊNCIA: 15/06/2020 a 31/12/2020.

VALOR: R\$ 65.711,10 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 05.01 – 2.031 – 3.3.90.37.07.00.00.0080 (47) – R\$ 1.881,00; 05.01 – 2.031 – 3.3.90.39.99.00.00.0080 (47) – R\$ 1.144,65; 05.01 – 2.032 – 3.3.90.37.07.00.00.0080 (48) – R\$ 48.906,00; 05.01 – 2.032 – 3.3.90.39.99.00.00.0080 (48) – R\$ 3.433,95. São João do Sul/SC, 15 de junho de 2020.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

DECRETO Nº. 057 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524397

DECRETO Nº. 057 DE 15 DE JUNHO DE 2020

"Nomeia Leiloeiro Oficial para conduzir certame do leilão e, dá outras providências".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro 1932, Instrução Normativa IN DREI Nº 17/2013, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, com a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações,

Considerando a necessidade de alienar, através de leilão e de acordo com a legislação vigente, bens móveis de propriedade do município e que se encontram em diferentes estados de conservação, anti-econômico, inservíveis, irrecuperáveis, ou reaproveitáveis por terceiros, medida esta de relevante interesse público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ULISSES DONIZETE RAMOS, brasileiro, casado, Leiloeiro Público Oficial e Rural, com escritório na Rua Nepal, n.º 910, bairro Nações, na cidade de Balneário Camboriú/SC, matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, sob o nº AARC/309 e FAESC - 041, para desempenhar a função de Leiloeiro Oficial, no Leilão Público de Bens do Patrimônio Público Municipal a ser realizado no dia 02 de julho de 2020.

Art. 2º - O leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberá da Prefeitura pelos serviços prestados.

Art. 3º - O Leiloeiro realizará o leilão com estrita observância da Lei das Licitações n.º 8.666/93 e, suas alterações e de acordo com o próprio Edital do certame.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 15 de junho de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

NOTIFICAÇÃO 001-2020_APICE BR

Publicação Nº 2524452

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro, no município de São João do Sul/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.547.274/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Moacir Francisco Teixeira, inscrito no CPF/MF sob o nº 314.224.970-20, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, daqui por diante denominado simplesmente NOTIFICANTE;

Vem por meio deste NOTIFICAR a empresa APICEBR COMERCIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.679.319/0001-25, estabelecida na Avenida Municipal, nº 1806, Sala 02, Centro, Turvo/SC, CEP: 88.930-000, daqui por diante denominada simplesmente NOTIFICADA.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em direito, a notificante, por seu representante legal que a esta subscreve, vem formalmente NOTIFICAR a ocorrência dos fatos que se seguem, com o fito de criar e resguardar direitos e tentar derradeira solução amigável e menos onerosa.

A hora NOTIFICADA participou normalmente do Pregão Presencial p/ Registro de Preços nº 010/2019/FMS, tendo aceitado as regras do Processo Licitatório em questão, inclusive declarou expressamente na proposta que se comprometia com todos os termos do edital e, restando vencedora veio posteriormente entregar os objetos em desconformidade com o edital, conforme relatado a seguir:

1 - PRIMEIRO PROBLEMA:

Equipamento licitado 01 Câmera IP com as seguintes características:

Informações técnicas:

Câmera :1.3 MP

Qualidade de resolução: HD 720p

Visibilidade noturna: mínimo de 10 metros

Possui infravermelho

3 antenas

Armazenamento: Micro SD/SDHC/SDXC (cartão de memória de até 64gb)

Sensor: CMOS

Conexão Wifi (sem fio)

Conexão RJ45

Suportes Móveis Suportados: iOS e Android

Suportes Operacionais Suportados: Windows 98, Windows 7, Windows 8, Windows XP, Windows Vista, Windows 10

Compatível com Aplicativo CMS

Formato de compressão de vídeo: 1,3MP

Iluminação mínima: 2 Lux

Quadros por segundo: 15fps(VGA), 30fps(QVGA)

Interface de rede: Wi-fi/802.11/b/g

Rotação: 355°

Ângulo de visão: 120°

Lente: 3,6 mm

Alerta de movimento

Itens inclusos:

01 x Câmera Wireless IP 3 antenas

01 x Fonte de alimentação Bivolt (110v - 220v)

01 x Manual

01 x Suporte de fixação

01 x Buchas e Parafusos

OBS: A CÂMERA ENTREGUE NÃO TEM CONEXÃO WIFI, NÃO SUPORTA CARTÃO DE MEMÓRIA E NÃO TEM FONTE.

Link de sugestão onde encontrar:

https://www.americanas.com.br/produto/448494125/camera-ip-3-antenas-wireless-sem-fio-onvif-wifi-hd-sensor-noturna-rotacao-app-smartphone?WT.srch=1&acc=e789ea56094489dff798f86ff51c7a9&epar=bp_pl_00_go_cf_todas_geral_gmv&gclid=Cj0KCQiAvJXxBRCE-ARIsAMSkApo0tXwA6G7JmszXZfn57h3UCdHRqHvDoTPXZKsurolhU_YNErX3cLgaAqTbEALw_wcB&i=5cbfd3fe49f937f6252a6a83&o=5d-87c35e6c28a3cb50b22783&opn=YSMESP&sellerId=32493011000147&sellerid=32493011000147&wt.srch=1

SEGUNDO PROBLEMA:

Equipamento licitado:

Roteador com cinco portas gigabit com o sistema RouterOS

Fabricante: MIKROTIK

Modelo: RB750Gr3 HEX

OBS: EQUIPAMENTO ENTREGUE, APARENTEMENTE É USADO, POIS VEIO COM CONFIGURAÇÕES QUE NÃO ERAM DE FÁBRICA. SENDO QUE JÁ TINHA UMA CONFIGURAÇÃO REALIZADA, INCLUSIVE COM O NOME DO DISPOSITIVO ALTERADO COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO "PE-TIMBE" E O IP PADRÃO DE FÁBRICA DIFERENTE.

Isto posto, considerando o problema em questão e, em consonância com as cláusulas editalícias, emerge cristalino o direito da notificante em denunciar o descumprimento do avençado por parte da notificada, por força da falta de resolução do problema em questão.

Objetivando evitar o cerceamento do exercício do direito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, informados que será concedido

o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para substituir os objeto no prazo acima fixado, caso não haja a substituição no prazo acima mencionado serão adotadas as medidas administrativas previstas no Pregão Presencial p/ Registro de Preços nº 010/2019/FMS e legislação pertinente, podendo inclusive a NOTIFICADA APICEBR COMERCIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.679.319/0001-25 ser impedida de licitar em âmbito local e regional. instruindo-as com as provas necessárias e suficientes das suas alegações e indicando a solução do problema sob pena de serem tomadas as medidas sancionatórias previstas no edital, contrato e legislação pertinente.

A presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL será encaminhada via e-mail e publicada na imprensa oficial desta municipalidade.

A presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL representa a salvaguarda dos legítimos direitos da notificante e, caso não atendida no prazo, ensejará oportunidade para as medidas judiciais e administrativas pertinentes.

São João do Sul/SC, em 15 de junho de 2020.

Moacir Francisco Teixeira
Prefeito Municipal
Município de São João do Sul/SC

PROCESSO 028-2020_LEILÃO

Publicação Nº 2524260

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
LICITAÇÃO Nº 028/2020
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.547.274/0001-60, com sede na Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro, São João do Sul/SC, CEP: 88.970-000. Em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e, as disposições contidas no Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, bem como no Edital em epígrafe e seus anexos, sob a coordenação e condução do LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E RURAL, BEL. ULISSES DONIZETE RAMOS, registrado na JUCESC, sob nº AARC- 309 e FAESC-041, inscrito no CPF/MF sob o nº 102.471.938-36, estabelecido em Balneário Camboriú/SC, na Rua Nepal, nº 910 Pavimento Térreo, Nações, CEP: 88.338-215. Leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, tipo MAIOR LANCE, na MODALIDADE ON-LINE, para alienação de bens móveis inservíveis ao município, distribuídos em lotes conforme ANEXO I do edital. O Leilão realizar-se-á no dia 02 de julho de 2020. LOCAL DO LEILÃO: no endereço eletrônico (site) www.donizetteleiloes.com.br. O Edital na íntegra poderá ser retirado gratuitamente pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br e no site do Leiloeiro Pulico Oficial www.donizetteleiloes.com.br. Demais esclarecimentos na Prefeitura Municipal, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30 as 17h30, de segunda à sexta-feira ou pelo tel. (48) 3539-0113. Solicitamos que preferencialmente os pedidos de esclarecimentos sejam feitos pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br ou diretamente na pagina oficial do leilão.

São João do Sul/SC, 15 de junho de 2020.

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº007/2020 PARA PROFESSORES

Publicação Nº 2524530

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2020

CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016 E DECRETO Nº 390/2018

QUE AUTORIZA E REGULAMENTA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES EM REGIME ESPECIAL DE AULAS NÃO PRESENCIAIS.

As Secretarias Municipais de Administração e Educação comunicam que encontram-se abertas vagas para professores, oriundas da chamada do Processo Seletivo nº 02/2018 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final. A chamada acontecerá no dia 17 de junho de 2020 (Quarta – Feira) às 15h no Departamento de RH, e as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

01-VAGA VINCULADA PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA (INGLÊS) LICENÇA GESTAÇÃO TURNO (MATUTINO)**CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS**

Habilitado: Licenciatura Plena em Inglês

Não Habilitado: Cursando a partir da terceira fase Licenciatura Plena em Letras Português- Inglês, a partir da terceira fase.

01-VAGA VINCULADA PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA (INGLÊS) LICENÇA GESTAÇÃO TURNO (VESPERTINO)**CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS**

Habilitado: Licenciatura Plena em Inglês

Não Habilitado: Cursando a partir da terceira fase Licenciatura Plena em Letras Português- Inglês, a partir da terceira fase.

01-VAGA EXCEDENTE PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA LICENÇA GESTAÇÃO TURNO (MATUTINO)**CARGA HORÁRIA 10H SEMANAIS**

Habilitado: Licenciatura Plena em Letras Língua Portuguesa e ou Língua Portuguesa- Inglês.

Não Habilitado: Cursando a partir da terceira fase Licenciatura Plena em Letras- Língua Portuguesa e ou Língua Portuguesa- Inglês.

01-VAGA VINCULADA PROFESSOR DE HISTÓRIA READAPTAÇÃO DA TITULAR TURNO (MATUTINO)**CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS**

Habilitado: Licenciatura Plena em História

Não Habilitado: Cursando a partir da terceira fase Licenciatura Plena em História e ou Geografia;

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS VAGAS

- * Maior Graduação
- * Graduação na área;
- * Cursando na área;

CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- Maior Idade;
- Número de filhos;
- Maior Graduação

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Observação referente a chamada pública aulas não presenciais.

1-Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

2- A participação dos candidatos interessados nas vagas desta chamada pública será permitida apenas utilizando máscaras e respeitando o distanciamento social por orientação.

ATENCIOSAMENTE;

FABIANO PADILHA

Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto

FME- Fundo Municipal de Educação

DECRETO N° 208/2020

Publicação N° 2524526

DECRETO N° 208/2020

"QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR
JONATAS POIER GUALBERTO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento protocolado sob o nº 045/2020, de 28/05/2020 e em conformidade com o Art. 81 da Lei Municipal N° 4.323/2015, de 15/05/2015; fica concedido 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO ao servidor JONATAS POIER GUALBERTO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, a contar do dia 15/06/2020 à 29/07/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 329/2020

Publicação N° 2524527

PORTARIA N° 329/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: - CLAITON MARTINS ALVES, ocupante do cargo de Médico Veterinário, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 15/06/2020 à 29/06/2020. - EDNA HIROMI IIDA ETO, ocupante da função de Médica - ESF, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 15/06/2020 à 29/06/2020. - KARINE VELHO DA SILVA, ocupante da função de Auxiliar Odontológico - ESF, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 15/06/2020 à 04/07/2020. - RITA DE CASSIA SOUZA, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Serviços Públicos, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 15/06/2020 à 02/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº146/2020

Publicação Nº 2523932

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2020 – PE 009/2020 – Processo 026/2020 – Proc. Adm. 927/2020 – Fornecedor: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FILTROS DIVERSOS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E PRODUTOS CORRELATOS PARA USO DA FROTA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$178.068,40 (cento e setenta e oito mil, sessenta e oito reais e quarenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 08 de junho de 2020.

COMUNICADO DE SUSPENSÃO - CONCORRÊNCIA 001/2020

Publicação Nº 2523901

COMUNICADO

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 899/2020 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 024/2020 - CONCORRÊNCIA Nº 001/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS BENTO AGUIDO VIEIRA + LIGAÇÃO COM GISELA, CATANDUVAS, CANOINHAS, CANELINHA, CHAPECÓ, CAPINZAL, CAMPOS NOVOS, CORUPÁ, CRICIÚMA, CURITIBANOS, DIONÍSIO CERQUEIRA, DONA EMMA, FRANCISCA CAMPOS, FLORIANÓPOLIS, FRAIBURGO, GISELA, GAROPABA, GASPAR, GUARAMIRIM, IMARUÍ, IBIRAMA, INDIAL, JOINVILLE, JULIA SCHOROEDER, SÃO JOSÉ, VALMOR SCHOROEDER NO BAIRRO BELA VISTA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações (CPL) leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que, fica SUSPENSA SINE DIE a abertura dos envelopes de habilitação e proposta referente ao certame em epígrafe, em virtude de Representação interposta pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC).

Maiores informações, na Comissão Permanente de Licitações sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, Praia Comprida, São José/SC, das 13 às 19 horas.

São José, 15 de junho de 2020.

Júnior Palharini Garcia
Presidente da CPL

PORTARIA NO 08, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524615

portaria no 08, de 15 DE JUNHO DE 2020.

Designa Comissão de Gestores das Parcerias celebradas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, incisos I e IV da Lei Orgânica Municipal c/c as diretrizes trazidas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Municipal nº 8.623/2017,

RESOLVE :

Art. 1º. Designar Comissão de Gestores das Parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, os seguintes membros, sob a presidência do primeiro e secretariada pelo segundo:

I – Cleidiamar Aparecida Furlanetto; matrícula nº 0022693-9;

II – Juliana Rocha Pires, matrícula nº 0425724-3;

III – Tabata Gomes Panozzo, matrícula nº 426687-0;

IV – Iria Locks; matrícula n.º 33197-0.

§1º A gestora do inciso I deste artigo, ficará responsável pelas parcerias com a Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos de Santa Catarina, Associação Amigo Down e a Associação para Integração do Cego – ACIC.

§2º A gestora do inciso II deste artigo, ficará responsável pelas parcerias de competência da Diretoria de Proteção Social de Básica.

§3º A gestora do inciso III deste artigo, ficará responsável pelas parcerias de competência da Diretoria de Proteção Especial.

§4º A gestora do inciso IV deste artigo, ficará responsável pelas parcerias com as Comunidades Terapêuticas.



Art. 2º As gestoras nomeadas possuem competência para assinar e conceder alterações nos Planos de Trabalhos realizados pelas entidades.

Art. 3º Os membros da Comissão de Gestores das Parcerias poderão ser substituídos a qualquer tempo, a critério da Administração.

Art. 4º As funções dos membros da Comissão de Gestores das Parcerias não serão remuneradas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as normativas em contrário.

Paço Municipal em São José, 15 de junho de 2020.

ROSEMERI BARTUCHESKI
Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA SA 0150/2020

Publicação Nº 2523951

PORTARIA- SA – Nº 150/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Fundação de Cultura e Turismo a partir de 04 de junho de 2020, pelo período de 30 dias.

Mat	Nome	Cargo	Periodo Aquisitivo
13147-4	Rodrigo de Souza Fagundes	Professor	2003/2008
1708-6	Cicera Regina Martins	Agente de Servicos Gerais	2000/2005
1192-4	Erica Veiga de Oliveira	Professor	2010/2015
15840-2	Zuraide Maria Silveira	Telefonista	2009/2014
15156-4	Ilson Roberto dos Santos	Professor	2009/2014
15181-5	Ivo Sergio dos Santos	Professor	2014/2019
17000-3	Joao Cesar Alves	Motorista	2015/2020
15154-8	Luciano da Silva	Professor	2004/2009
15155-6	Myllene Machado	Professor	2014/2019
1758-2	Nelson Felix dos Santos	Professor	2011/2016
13803-7	Neriton Valerio Martins	Professor	2009/2014

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0151/2020

Publicação N° 2523956

PORTARIA- SA – N° 0151/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de LICENÇA PRÊMIO ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Segurança Defesa Social e Trânsito a partir de 18 de maio de 2020, pelo período de 30 dias.

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
15690-6	Alex Roberto Fagundes	Guarda Municipal	2008/2019

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de maio de 2020.

IV – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0152/2020

Publicação N° 2523959

PORTARIA- SA – N° 0152/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de LICENÇA PRÊMIO ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Assistência Social, a partir de 03 de junho de 2020, pelo período de 30 dias.

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
3425-8	Carlos Antonio de Souza Caldas	Administrador Escolar	2012/2017

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0153/2020

Publicação N° 2523961

PORTARIA- SA – N° 0153/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Procuradoria Geral do Município, pelo período de 30 dias.

Matrícula	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Data Início
1088-0	SANDRA REGINA FERREIRA	TELEFONISTA	2010/2015	03/06/2020

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0154/2020

Publicação N° 2523964

PORTARIA- SA – N° 0154/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de LICENÇA PRÊMIO ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Educação.

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Início	Período (dias)
1249-1	Gilvania Mariza Kretzer Leonel	Professor	2010/2015	20/05/2020	30

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de maio de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0155/2020

Publicação N° 2523966

PORTARIA- SA – N° 0155/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de FÉRIAS ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conforme segue:

SERVIDOR	MATRICULA	PERÍODO
José Romero S Farias	17618-4	22/05 a 20/06

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de maio de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0156/2020

Publicação N° 2523968

PORTARIA- SA – N° 0156/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pelo período de 30 dias.

SERVIDOR	MATRICULA	PERÍODO
GERALDO JOSE HERMENEGILDO DA ROSA	1613-6	14/05 A 12/06

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de maio de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0157/2020

Publicação N° 2523969

PORTARIA- SA – N° 0157/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de LICENÇA PRÊMIO ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Finanças, a partir de 13 de maio de 2020, pelo período de 30 dias.

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
227-5	Wilmar Hinckel	Tecnico em Contabilidade	2010/2015

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de maio de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0158/2020

Publicação N° 2523979

PORTARIA- SA – N° 0158/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de LICENÇA PRÊMIO ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Assistência Social, a partir de 13 de maio de 2020, pelo período de 30 dias.

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
3086-4	Sandra Maria Weber Santos	Agente Administrativo	2005/2010

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de maio de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0159/2020

Publicação N° 2523980

PORTARIA- SA – N° 0159/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de LICENÇA PRÊMIO ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, a partir de 18 de Maio de 2020, pelo período de 90 dias.

Mat	Nome	Cargo
15007-0	Elisabete Cristina Rath Alves	Telefonista

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Maio de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0160/2020

Publicação N° 2523982

PORTARIA- SA – N° 0160/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, pelo período de 30 dias.

Mat	Nome	Cargo	Data de Início
15407-5	Joni Ramos	Agente Administrativo	14/05/2020

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de maio de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0161/2020

Publicação Nº 2523984

P O R T A R I A- SA - N.º 0161/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Saúde, Licença para tratamento de Saúde conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo(dias)
32273-3	NIVALDO FONSECA DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem	27/05/2020	15
15372-9	FABIANA FIDELIS DORIGON	Técnico em Enfermagem	13/05/2020	30
13451-1	CLEUZA LAURA DA SILVA	Técnico em Enfermagem	31/05/2020	60
30598-7	ADRIANA DE SOUZA CAMPOS	Técnico em Enfermagem	18/05/2020	16
429951-5	ELIZANDRA ALTIVA ESPINDOLA	Técnico em Enfermagem	19/05/2020	30
15447-4	ROSELI CAETANO	Auxiliar de Enfermagem	12/05/2020	30
432069-7	FERNANDA PERES DA SILVEIRA	Fisioterapeuta	18/05/2020	30
15124-6	PAULO ROBERTO DE MELLO	Motorista	16/06/2020	30
19506-5	FLAVIA BUENO PERES	Médica da Família	19/05/2020	30
431329-1	RICARDO GONÇALVES DE SOUZA	Médica da Família	13/05/2020	30
23225-4	RAQUEL MULLER JORGE	Agente de Combate as Endemias	04/05/2020	30
26679-5	DANIELA FIDELIS	Agente de Combate as Endemias	14/05/2020	60
39333-9	ELIANE C. DA LUZ MACHADO	Agente Comunitária de Saúde	04/05/2020	90
432112-0	GISELY JURACI FERREIRA	Enfermeira Da Família	13/05/2020	60
30631-2	CINTHIA REGINA BARROSO	Enfermeira	29/04/2020	60

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de abril de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0162/2020

Publicação Nº 2523988

P O R T A R I A- SA - N.º 0162/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). GISELE BARBARA DA ROSA, matrícula n.º 16253-1, lotado (a) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no cargo de Agente Operacional, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, a partir de 20.05.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Maio de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 10 de Junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0163/2020

Publicação N° 2523990

P O R T A R I A- SA - N.º 0163/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Infraestrutura, Licença para tratamento de Saúde conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo(dias)
3391-0	Marcio Mario Rodrigues	Agente Operacional	18/05/2020	40

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Maio de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0164/2020

Publicação N° 2523994

P O R T A R I A- SA - N.º 0164/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, Licença para tratamento de Saúde conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo(dias)
15761-9	Eliane Messagi	Guarda Municipal	19/05/2020	30

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de maio de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0165/2020

Publicação N° 2523998

P O R T A R I A- SA - N.º 0165/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, Licença para tratamento de Saúde conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Prazo(dias)
1834-1	Silvana Correia Machado	Supervisora Escolar	27/05/2020	16

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de maio de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0166/2020

Publicação Nº 2524002

P O R T A R I A- SA - N.º 0166/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), Licença Maternidade por 180 dias, conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.	Lotação
41302-0	Dayana Fernandes da Silva	Contadora	12/05/2020	Finanças

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de maio de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0167/2020

Publicação Nº 2524003

P O R T A R I A- SA - N.º 0167/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Concede ao (a) servidor (a) Sr.(a) ALLAN JONES MORAES FUNES, matrícula n.º 39748-2, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Motorista, readaptação funcional por 120 (cento e vinte) dias a partir de 07/05/2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Maio de 2020.

III- Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0168/2020

Publicação Nº 2524005

PORTARIA- SA - N.º 0168/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Saúde, Readaptação Funcional conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Readap.	Prazo(dias)
32628-3	Sabrina Gizela de Andrade	Agente Administrativo	08/06/2020	90

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de junho de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0169/2020

Publicação Nº 2524008

P O R T A R I A- SA - N.º 0169/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, Readaptação Funcional conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Readap.	Prazo(dias)
23195-9	Enoe Capela Guedes S. Neta	Guarda Municipal	08/05/2020	60

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Maio de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0170/2020

Publicação Nº 2524009

P O R T A R I A- SA - N.º 0170/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CARMEM PACHECO SANTOS DE SOUZA, matrícula n.º 19538-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médica da Família, Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 60 (sessenta) dias, a contar de 03/05/2020.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0171/2020

Publicação Nº 2524010

P O R T A R I A- SA - N.º 0171/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). Clarice Amaral, matrícula n.º 39383-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 30 (trinta) dias, a contar de 29/04/2020

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Abril de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0172/2020

Publicação Nº 2524014

P O R T A R I A- SA - N.º 0172/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), Licença por motivo de doença em pessoa da família conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Início	Prazo(dias)
15746-5	Marilene Sorato	Guarda Municipal	18/05/2020	90

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de maio de 2020;

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0173/2020

Publicação N° 2524016

PORTARIA- SA - N° 0173/2020

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 36 parágrafo único da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Transferir o (a) servidor (a) Sr. (a) MARCOS BORGES matrícula nº 23123-1, lotado (a) na Secretaria da Casa Civil, no cargo de Agente Operacional, para a Secretaria de Assistência Social.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de maio de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0174/2020

Publicação N° 2524019

P O R T A R I A- SA - N.º 0174/2020

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º da Lei 4.474/2006 que altera a redação dos artigos 114, 115, 116 e 117 da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais e,

RESOLVE:

I - Autorizar o retorno às atividades, do (a) servidor (a) CRIS REGINA GAMBETA JUNCKES, matrícula n.º 13148-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, que estava em Licença para tratar de interesses particulares desde 15/05/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de Maio de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0175/2020

Publicação N° 2524021

P O R T A R I A- SA - N.º 0175/2020

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º da Lei 4.474/2006 que altera a redação dos artigos 114, 115, 116 e 117 da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais e,

RESOLVE:

I - Autorizar o retorno às atividades, do (a) servidor (a) Matheus Vaz Alves, matrícula n.º 21483-3, lotado (a) na Secretaria de Segurança Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, que estava em Licença para tratar de interesses particulares desde 17/07/2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de Maio de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0176/2020

Publicação N° 2524023

PORTARIA- SA – N° 0176/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de FÉRIAS ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Fundação de Cultura e Turismo:

Mat	Nome	Cargo	Data Início	Data Fim
430186-2	Denise Vieira da Silva	Assessor Administrativo	01/06/2020	15/06/2020
428172-1	Joyce Cleide Correa	Diretor A.e Operacional	15/06/2020	30/06/2020
426324-3	Raphael Soares da Silva	Diretor de Cultura	01/06/2020	30/06/2020

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0177/2020

Publicação N° 2524025

PORTARIA- SA – N° 0177/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de FÉRIAS ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Receita, a partir de 18 de maio de 2020, pelo período de 30 dias.

Mat	Nome	Data Início	Período Aquisitivo
428382-1	Fernanda Juliani Soledad	18/05/2020	2020/2021

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de maio de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0178/2020

Publicação Nº 2524026

PORTARIA- SA – Nº 178/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Cancelar os efeitos da portaria n.º 0094/2020 onde concedia o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) VANESSA NELLYN NATIVIDADE, matrícula nº 35707-3 lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18.05.2020, conforme solicitação do memorando n.º 0094/2020.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de maio de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SMI/PMSJ Nº 015/2020

Publicação Nº 2523934

PORTARIA SMI/PMSJ nº 015, de 08 de Junho de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Valdemir Vitor de Souza, matrícula n.º 1227-0, para efetuar a fiscalização do Ata de Registro de Preços n.º 146/2020, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 009/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
 - II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
 - III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
 - IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
 - V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
 - VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
 - VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
 - VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
 - IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
 - X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
 - XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
 - XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
 - XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
 - XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
 - XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias
- Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Sr. Jailson Hames, matrícula n.º 33154, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Junior
Secretário Municipal de Infraestrutura

RESOLUÇÃO Nº 010/2020/CMDCA

Publicação Nº 2524614

RESOLUÇÃO Nº 010/2020/CMDCA

DISPÕE SOBRE A ALTERNÂNCIA DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE De são José- CMDCA/SJ BIÊNIO 2019-2021. ESTÃO 2017-2019.

A PRESIDENTE DO Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando deliberação da Mesa Diretora em reunião no dia 09 de Junho de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterna a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - CMDCA/SJ, para biênio 2019-2021, composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE: OCLIDES RODRIGUES

VICE-PRESIDENTE: CLEIDIAMAR APARECIDA FURLANETTO

PRIMEIRO SECRETÁRIO: MARIANE VICENTE DE AZEVEDO

SEGUNDO SECRETÁRIO: KERLEN MIGNONI DA SILVA

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação revogando as disposições em contrário. Deve ser pautada na próxima reunião plenária para que seja referendada;

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 15 de Junho de 2020.

CLEIDIAMAR A. FURLANETTO

Conselheira Presidente do CMDCA/SJ

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2020-01

Publicação Nº 2524354

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2020-01 – Proc. Adm. 2444/2020 – Contratado: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, nos termos previstos na Ata de Registro de Preços nº 084/2020 e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Conforme justificativa apresentada pelo órgão gestor do registro de preços, o valor unitário do produto passará a R\$ 18,90 (dezoito reais e noventa centavos), acrescendo em R\$45.695,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais), alterando o valor total da Ata de Registro de Preços para R\$ 174.825,00 (cento e setenta e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais). Data da assinatura: 19 de maio de 2020.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/2018-02

Publicação Nº 2524075

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 065/2018-02 – Proc. Adm. 2636/2020 – Contratado: ONITUR TURISMO E TRANSPORTE LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato Original. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 05/06/2020, sem reajuste. Data: 08 de junho 2020.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 206/2019-01

Publicação Nº 2524102

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 206/2019-01 – Proc. Adm. 2665/2020 – Contratado: TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. DO OBJETO

DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO E READEQUAÇÃO DE VALORES, nos termos previstos no Contrato nº 206/2019. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme o art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e conforme justificativa técnica da fiscalização do contrato, faz-se necessária a prorrogação dos prazos de vigência e execução por mais 60 (sessenta) dias. DA READEQUAÇÃO DE VALORES: O valor original da obra será acrescido em 5,39% (cinco inteiros e trinta e nove décimos por cento), resultando no acréscimo valorativo de R\$18.179,40 (dezoito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta centavos), alterando o valor inicial da contratação para R\$355.590,85 (trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos). Data: 08 de junho 2020.

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA Nº 002/2020 - PP 011/2020

Publicação Nº 2523908

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ

ERRATA Nº 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 011/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 077/2020

No Aviso de Abertura de Pregão Presencial nº 011/2020, onde se lê:

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA FORNECEDORA DE 02 (DOIS) LINKS DE BANDA LARGA DE INTERNET PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, DE ACORDO COM O QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

Leia-se:

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA FORNECEDORA DE 01 (UM) LINK DEDICADO DE INTERNET PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, DE ACORDO COM O QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

Assim, considerando que o ajuste, inquestionavelmente, não afeta a formulação das propostas, uma vez que há um lapso temporal de 10 (dez) dias úteis até o início da sessão pública, mantém-se o período do recebimento dos envelopes de proposta comercial e habilitação até às 09h:50min do dia 26/06/2020, bem como o credenciamento dos representantes das empresas licitantes e o início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação na mesma data, 26/06/2020, a partir das 10h:00min, imediatamente ao término do prazo para recebimento dos envelopes lacrados.

A íntegra do Edital, devidamente retificado, está disponível para acesso gratuito no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/editais>.

Durante a sessão pública será respeitado o distanciamento de 01 (um) metro entre os presentes, conforme as orientações da OMS. Ademais, será permitido somente um representante para cada licitante e o uso de máscara será obrigatório para todos presentes.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração, Pregoeiro e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, ou através dos telefones: (48) 3029-1355, (48) 3029-1302 e (48) 3029-1380.

São José, Santa Catarina, 15 de junho de 2020.

Bruno Gabriel Mello machado
Pregoeiro – CMSJ

PORTARIA Nº 108/2020

Publicação Nº 2524029

PORTARIA Nº 108/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Prorrogar, nos termos do art. 110 da Lei nº 2.248/1991, os efeitos da Portaria nº 057/2020 e conceder mais 60 (sessenta) dias de licença maternidade à servidora Márcia Simiano, matrícula 1371, a contar de 24 de junho de 2020.

Câmara Municipal de São José, SC, 10 de junho de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 109/2020

Publicação Nº 2524031

PORTARIA Nº 109/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) dias de férias à servidora Sandra Regina Mikulski, matrícula nº 27, a partir de 15 de junho de 2020, considerando o saldo residual das férias interrompidas pela Portaria nº 019/2020.

Câmara Municipal de São José, SC, 10 de junho de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 076/2020/SF

Publicação Nº 2524709

DECRETO Nº 076/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.877,00 (cinquenta mil oitocentos e setenta e sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS
03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE
2.049 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO – API
"211"4.4.90.00.00.3.0000 Aplicações Diretas R\$50.877,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 50.877,00 (cinquenta mil oitocentos e setenta e sete mil reais), Recursos Ordinários, fonte 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 de maio de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 077/2020/SF

Publicação Nº 2524710

DECRETO Nº 077/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"8"3.3.50.00.00.1.0002 Transferências a instituições privadas sem fins...R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), Recursos de Transferência de Impostos- Saúde Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"9"3.3.90.00.00.1.0002 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 078/2020/SF

Publicação Nº 2524711

DECRETO Nº 078/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DPTO DOS ESPORTES

1.076 CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR GINÁSIOS POLIESPORTIVOS E QUADRAS DE AREIA

“142”4.4.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DPTO DOS ESPORTES

1.076 CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR GINÁSIOS POLIESPORTIVOS E QUADRAS DE AREIA

“141”3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 079/2020/SF

Publicação Nº 2524712

DECRETO Nº 079/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DPTO DOS ESPORTES**1.076 CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR GINÁSIOS POLIESPORTIVOS E QUADRAS DE AREIA**

"212"4.4.90.00.00.1.0701 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), Recursos de Convênios do Estado, fonte 1.0701.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6772/2020

Publicação Nº 2524698

DECRETO Nº 6.772, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

"DEMITE SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Art. 21, inciso I e Artigo 28, Inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica DEMITIDA, decorrente da decisão proferida no Processo Administrativo Disciplinar nº 042/2017, a partir de 15 de junho de 2020, a servidora pública municipal MARISA FÁVERO SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Saúde, matrícula nº 22.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº080/2020/SF

Publicação Nº 2524713

DECRETO Nº 080/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 77.716,37 (setenta e sete mil setecentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES**01 DPTO DOS ESPORTES****1.076 CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR GINÁSIOS POLIESPORTIVOS E QUADRAS DE AREIA**

"142"4.4.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$ 77.716,37

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 77.716,37 (setenta e sete mil setecentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), Recursos Ordinários, fonte 1.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO CONTRATO

Publicação Nº 2524040

Extrato de Retificação

Contrato Nº.: 64.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO - Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 295.503,98 (duzentos e noventa e cinco mil quinhentos e três reais e noventa e oito centavos) Vigência : Início: 14/05/2020 Término: 13/08/2020 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 43/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA "Rua Hermínio Conte", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Contrato OGU 894514/2019, programa "Planejamento Urbano" e Recursos Próprios do Município. São José do Cedro, 1 de Junho de 2020

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2524045

Extrato de Retificação

TOMADA DE PREÇO Nº 43/20 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/20 HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO: 13/05/20 CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Contrato OGU 894514/2019, programa "Planejamento Urbano" e Recursos Próprios do Município. VALOR DA DESPESA: R\$ 295.503,98 (duzentos e noventa e cinco mil quinhentos e três reais e noventa e oito centavos) DATA: 13/05/20 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -Prefeito Municipal.

LEI Nº 4884/2020

Publicação Nº 2524718

LEI Nº 4.884, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

"ALTERA O ART. 2º DA LEI Nº 4.833, 07 DE AGOSTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Art.2º da Lei Nº 4.833, de 07 de agosto de 2019 para a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. A doação se dá para uso exclusivo do Corpo de Bombeiros Militar de São José do Cedro, a fim de que sejam construídas a sala de aula e piscina para uso daquele quartel, sendo vedado seu uso para outra finalidade."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

IDENE PAULI,

Secretária Municipal de Saúde.

MAURO WEBER,
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

MARCOS AURÉLIO BORTOLOTTO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda e
Administração.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

JACIR ANTONIO CICONETI,
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.727, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524053

DECRETO Nº 6.727, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2020, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.305.4506.2.020 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0038		44	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.305.4506.2.020 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0038		25	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2020 - FMS

Publicação Nº 2524120

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2020 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 023/2020 – Pregão Presencial Nº 017/2020 – SRP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UBS E UPA-24H, TODAS VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02.

VALOR: R\$ 15.376,00 (quinze mil, trezentos e setenta e seis reais).

FORNECEDOR: PROCIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA EPP - CNPJ: 17.184.520/0001-02.

VALOR: R\$ 20.781,00 (vinte mil, setecentos e oitenta e um reais).

FORNECEDOR: INOVA TECH INFORMATICA EIRELI - CNPJ: 28.706.488/0001-96.

VALOR: R\$ 2.840,00 (dois mil, oitocentos e quarenta reais).

TOTAL: R\$ 38.997,00 (trinta e oito mil, novecentos e noventa e sete reais).

DATA DE ASSINATURA: 02/06/2020.

VIGÊNCIA: 02/06/2020 à 31/12/2020.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços oriunda deste processo estão disponíveis através do link: <https://www.transparencia.saolourenco.sc.gov.br/licitacoescontratos> conforme preconiza o §2º, art.15 da Lei 8.666/93.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020 - FMS

Publicação Nº 2524121

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 024/2020 – Pregão Presencial Nº 018/2020 – SRP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS MEDICINAL (AR COMPRIMIDO) ARMAZENADO EM CILINDROS, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: NANDIS - TRANSPORTES E COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS LTDA - CNPJ: 78.662.848/0001-73.

VALOR: R\$ 16.250,00 (dezesesseis mil, duzentos e cinquenta reais).

TOTAL: R\$ 16.250,00 (dezesesseis mil, duzentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 08/06/2020.

VIGÊNCIA: 08/06/2020 à 31/12/2020.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços oriunda deste processo estão disponíveis através do link: <https://www.transparencia.saolourenco.sc.gov.br/licitacoescontratos> conforme preconiza o §2º, art.15 da Lei 8.666/93.**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2020**

Publicação Nº 2524123

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2020

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 074/2020 – Pregão Presencial Nº 040/2020 – SRP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ: 61.198.164/0001-60.

VALOR: R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais).

FORNECEDOR: GENTE SEGURADORA SA - CNPJ: 90.180.605/0001-02.

VALOR: R\$ 12.765,00 (doze mil, setecentos e sessenta e cinco reais).

FORNECEDOR: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. - CNPJ: 61.074.175/0001-38.

VALOR: R\$ 2.545,00 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).

TOTAL: R\$ 18.390,00 (dezoito mil, trezentos e noventa reais).

DATA DE ASSINATURA: 28/05/2020.

VIGÊNCIA: 28/05/2020 à 31/12/2020.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços oriunda deste processo estão disponíveis através do link: <https://www.transparencia.saolourenco.sc.gov.br/licitacoescontratos> conforme preconiza o §2º, art.15 da Lei 8.666/93.**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2020**

Publicação Nº 2524124

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2020

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 077/2020 – Pregão Presencial Nº 041/2020 – SRP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR CESTAS BÁSICAS, BEM COMO PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL A SEREM DISTRIBUÍDOS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, EM RAZÃO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS COVID-19.

FORNECEDOR: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME - CNPJ: 07.814.016/0001-87.

VALOR: R\$ 26.300,00 (vinte seis mil e trezentos reais).

TOTAL: R\$ 26.300,00 (vinte seis mil e trezentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 25/05/2020.

VIGÊNCIA: 25/05/2020 à 31/12/2020.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços oriunda deste processo estão disponíveis através do link: <https://www.transparencia.saolourenco.sc.gov.br/licitacoescontratos> conforme preconiza o §2º, art.15 da Lei 8.666/93.**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2020**

Publicação Nº 2524125

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2020

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 078/2020 – Pregão Presencial Nº 042/2020 – SRP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO (CASTRACÃO CIRÚRGICA) EM ANIMAIS, MACHOS E FÊMEAS, PARA ATENDER O PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.351/2017.

FORNECEDOR: MARINA MONETA DANTE - CNPJ: 06.972.402/0001-34.

VALOR: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

TOTAL: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 26/05/2020.

VIGÊNCIA: 26/05/2020 à 31/12/2020.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços oriunda deste processo estão disponíveis através do link: <https://www.transparencia.saolourenco.sc.gov.br/licitacoescontratos> conforme preconiza o §2º, art.15 da Lei 8.666/93.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020

Publicação Nº 2524127

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 079/2020 – Pregão Presencial Nº 043/2020 – SRP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DA 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: LS MERCADO LTDA ME - CNPJ: 07.841.640/0001-73.

VALOR: R\$ 12.304,70 (doze mil, trezentos e quatro reais e setenta centavos).

FORNECEDOR: NOAL & TREVISOL LTDA – ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30.

VALOR: R\$ 29.300,00 (vinte e nove mil e trezentos reais).

FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA ME - CNPJ: 82.831.025/0001-00.

VALOR: R\$ 17.925,00 (dezessete mil, novecentos e vinte e cinco reais).

TOTAL: R\$ 59.529,70 (cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 26/05/2020.

VIGÊNCIA: 26/05/2020 à 31/12/2020.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços oriunda deste processo estão disponíveis através do link: <https://www.transparencia.saolourenco.sc.gov.br/licitacoescontratos> conforme preconiza o §2º, art.15 da Lei 8.666/93.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2020

Publicação Nº 2524114

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2020

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 083/2020 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 013/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DO SALÃO COMUNITÁRIO COM ÁREA TOTAL DE 794,80M², LOCALIZADO NA LINHA SÃO PAULINHO NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

FORNECEDOR: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP - CNPJ: 03.210.836/0001-09.

VALOR: R\$ 309.939,71 (trezentos e nove mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos).

TOTAL: R\$ R\$ 309.939,71 (trezentos e nove mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos).

DATA DE ASSINATURA: 10/06/2020.

VIGÊNCIA: 10/06/2020 à 31/12/2020.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2020

Publicação Nº 2524116

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2020

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 084/2020 – Pregão Presencial Nº 045/2020 – SRP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA IMPRESSÃO DE MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

FORNECEDOR: CALGAN EDITORA GRÁFICA LTDA - CNPJ: 04.261.548/0001-46.

VALOR: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 10/06/2020.

VIGÊNCIA: 10/06/2020 à 31/12/2020.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços oriunda deste processo estão disponíveis através do link: <https://www.transparencia.saolourenco.sc.gov.br/licitacoescontratos> conforme preconiza o §2º, art.15 da Lei 8.666/93.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2020

Publicação Nº 2524118

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2020

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 085/2020 – Pregão Presencial Nº 046/2020 – SRP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: CLAUDEMIR RIBEIRO DOS SANTOS - CNPJ: 23.107.898/0001-05.

VALOR: R\$ 98.500,00 (noventa e oito mil e quinhentos reais).

FORNECEDOR: WAGNER FURLANETTO 03075020907 - CNPJ: 19.824.258/0001-30.

VALOR: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

TOTAL: R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 09/06/2020.

VIGÊNCIA: 09/06/2020 à 31/12/2020.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços oriunda deste processo estão disponíveis através do link: <https://www.transparencia.saolourenco.sc.gov.br/licitacoescontratos> conforme preconiza o §2º, art.15 da Lei 8.666/93.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2020

Publicação Nº 2524119

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2020

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 089/2020 – Pregão Presencial Nº 048/2020 – SRP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E DE CANTEIROS CENTRAIS E DE ESQUINAS, BEM COMO INSTALAÇÃO DE TACHAS E TACHÕES REFLETIVOS NAS VIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: NOROESTE COMERCIO E MANUTENCAO LTDA - CNPJ: 32.124.126/0001-64.

VALOR: R\$ 69.500,00 (sessenta e nove mil e quinhentos reais).

TOTAL: R\$ 69.500,00 (sessenta e nove mil e quinhentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 10/06/2020.

VIGÊNCIA: 10/06/2020 à 31/12/2020.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços oriunda deste processo estão disponíveis através do link: <https://www.transparencia.saolourenco.sc.gov.br/licitacoescontratos> conforme preconiza o §2º, art.15 da Lei 8.666/93.

PORTARIA Nº 690, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523302

PORTARIA Nº 690, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 41 inciso II, da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010; e artigo 17 do decreto 6.720 de 05 de junho de 2020.

CONSIDERANDO, o decreto 6.720 de 05 de junho de 2020 que Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento à epidemia da Covid-19.

RESOLVE:

Art.1º Conceder, a partir de 15 de junho de 2020, Regime Especial de Trabalho a servidora pública JOSIANE CASAGRANDE ocupante do cargo de ORIENTADOR SOCIAL III, matrícula 3393/07, sendo de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h30 horas.

Parágrafo único. O período de concessão previsto no caput terá validade enquanto perdurar o período de suspensão das aulas presenciais, nas unidades das redes pública e privada de ensino.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 691, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523607

PORTARIA Nº 691, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

RESOLVE:

Art.1º Conceder, ao Servidor Público Municipal FABIO QUADROS MARTINS, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula

nº 1785/02, licença por motivo do falecimento de sua mãe, no período de 11 a 15 de junho de 2020, sem prejuízo de seus direitos.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 692, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523612

PORTARIA Nº 692, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CARMEM DE APARECIDA DE OLIVEIRA DE JESUS, matrícula nº 3001/41, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 15 de junho a 14 de julho de 2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 693, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2523613

PORTARIA Nº 693, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal VALDECIR TAPPARO, matrícula nº 1726/01, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, no período de 15 de junho a 14 de julho de 2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 694, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524074

PORTARIA Nº 694, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, com base no Art.218 e 219 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010; CONSIDERANDO, fim da licença maternidade e férias da servidora pública municipal Rúbia Maria Trevisol, em 11 de junho de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 15 de junho de 2020, a servidora pública municipal ANA DOS SANTOS CAMBRUZZI, matrícula nº 3679/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do cargo de Enfermeiro – ACT.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 695, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524115

PORTARIA Nº 695, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ALEXSANDRO MEZZOMO, matrícula nº 3206/01, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, no período de 01 a 15 de julho de 2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 696, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524141

PORTARIA Nº 696, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 8º da Lei Complementar Nº173 de 27 de maio de 2020.

RESOLVE:

Art.1º Revogar, portaria nº 634, de 28 de maio de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

São Miguel da Boa Vista

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES 15 DE JUNHO 2020

Publicação N° 2524361

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2020
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

ATENÇÃO

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 21 de junho de 2020 das 09h00min às 12h00min no Centro Educacional Professora Herminda Ivanir Ferraz, sito à Rua João Hugo Hoss, n.º 395, Centro, no Município de São Miguel da Boa Vista (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO).

O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, Sr. Adriano Magioni, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições, referente ao Concurso Público n.º 001/2020, destinado ao preenchimento de vaga no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Concurso Público n.º 001/2020, para o cargo referenciado em Edital de Abertura, conforme segue:

Legenda:

AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

Contador

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1988399	Alice Clair Staudt Gehlen	058.460.879-90
1988763	Andressa Maria Bach Soares	076.209.969-07
1992094	Arcelino Luis Orso	806.570.289-91
1991885	Cristianne Possebon Padilha Mella	006.898.389-13
1989452	Daiane Pagno	056.464.959-70
1989806	Jéssica Weirick de Lima	089.005.179-88
1992849	Marcelo Jose Ritter	046.850.579-29
1990115	Sarajane Bonaldo	082.117.689-76
1992007	Vinicius Froehlich Bracht	075.871.149-20
Total de Inscritos - 09		

2. Não foram homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Concurso Público n.º 001/2020, para o cargo referenciado em Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do pagamento da taxa de inscrição (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

Contador

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1992793	Arthur Leduk Antonioli	053.183.289-97
1988634	Darlene Hofstaetter	095.779.299-90
1988778	Debora Becker Badia	069.377.959-47
1992261	Deisy De Godoy Baron	083.411.679-05
1990259	Elenice Elecir Porsch	008.729.069-30
1989958	Marília Uliana	078.247.449-73

1992892	Nei Luiz Pagani	828.285.049-72
1989344	Neida De Lima Gomes	714.837.050-72
1989584	Rafaela Strada	023.268.810-95
1988392	Waldemir Zunino Junior	076.392.559-45
Total de Inscritos - 10		

3. Do total de 19 inscrições no Concurso Público n.º 001/2020, para o cargo referenciado em Edital de Abertura, 09 inscrições foram homologadas e 10 inscrições não foram homologadas.

4. Os candidatos que não tiveram as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Concurso Público, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de 16 e 17 de junho de 2020, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo IV, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 8 do Edital.

5. A publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos interpostos será realizada no dia 19 de junho de 2020.

6. Não houveram pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva.

7. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

8. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Miguel da Boa Vista (SC), 15 de junho de 2020.

ADRIANO MAGIONI
Presidente do Legislativo

MARIZETE SANDRIN
Presidente da Comissão de Acompanhamento

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.329/2020

Publicação Nº 2524156

DECRETO Nº 9.329/2020

APROVA O DESDOBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 174, MATRICULADO NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC SOB Nº 50.142 E DO LOTE URBANO Nº 175, MATRICULADO NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC SOB Nº 50.143, AMBOS DE PROPRIEDADE DE CONKIST LOTEAMENTOS LTDA., SITUADOS NO BAIRRO AGOSTINI, PERÍMETRO URBANO DESTA MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, incisos III e IV e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), e,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 2590/2020, no qual a Empresa CONKIST LOTEAMENTOS LTDA. solicita o desdobramento e remembramento de imóveis de sua propriedade.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento do Lote Urbano nº 174, com área de 312,00 m², matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC, sob o nº 50.142 e do Lote Urbano nº 175, com área de 307,15 m², matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 50.143 e o remembramento do Lote Urbano nº 174, com área de 312,00 m², matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC, sob o nº 50.142 e do Lote Urbano nº 175, com área de 307,15 m², matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 50.143 de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda., situados nas Ruas Projetadas "L" e "A", Loteamento Eduardo Agostini II, no Bairro Agostini, no Município de São Miguel do Oeste/SC, os quais passam a ter as seguintes denominações e confrontações:

I - DESDOBRAMENTO:

a) Parte do Lote Urbano nº 174, com área de 156,00 m² (sendo 156,00 m² de área edificável), confrontando-se: ao Norte: divisa de 12,00 metros com a rua projetada "L"; ao Leste: divisa seca de 13,00 metros com Parte do Lote Urbano nº 175, matrícula nº 50.143, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda; ao Sul: divisa seca de 12,00 metros com Parte do mesmo Lote Urbano nº 174, matrícula nº 50.142, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda; ao Oeste: divisa seca de 13,00 metros com Parte do Lote Urbano nº 173, matrícula nº 50.141, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda.

b) Parte do Lote Urbano nº 175, com área de 150,90 m² (sendo 150,90 m² de área edificável), confrontando-se: ao Norte: divisa de 7,02 metros com a rua projetada "L"; ao Nordeste: divisa por linha curva com raio de 5,00 metros e extensão de 7,58 metros com as ruas projetadas "L" e "A"; ao Leste: divisa de 8,00 metros com a rua projetada "A"; ao Sul: divisa seca de 12,02 metros com Parte do mesmo Lote Urbano nº 175, matrícula 50.143, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda; ao Oeste: divisa seca de 13,00 metros com Parte do Lote Urbano nº 174, matrícula nº 50.142, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda.

II - REMANESCENTE:

a) Parte do Lote Urbano nº 174, com área de 156,00 m² (sendo 156,00 m² de área edificável), confrontando-se: ao Norte: divisa de 12,00 metros com Parte do mesmo Lote Urbano nº 174, matrícula nº 50.142, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda; ao Leste: divisa seca de 13,00 metros com Parte do Lote Urbano nº 175, matrícula nº 50.143, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda; ao Sul: divisa seca de 12,00 metros com Parte do Lote Urbano nº 177, matrícula nº 49.979, de propriedade de José Carlos Vidor; ao Oeste: divisa seca de 13,00 metros com Parte do Lote Urbano nº 173, matrícula nº 50.141, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda.

b) Parte do Lote Urbano nº 175, com área de 150,90 m² (sendo 150,90 m² de área edificável), confrontando-se: ao Norte: divisa seca de 12,02 metros com Parte do mesmo Lote Urbano nº 175, matrícula nº 50.143, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda; ao Leste: divisa de 13,00 metros com a rua projetada "A"; ao Sul: divisa seca de 12,02 metros com Parte do Lote Urbano nº 176, matrícula nº 49.978, de propriedade de José Carlos Vidor; ao Oeste: divisa seca de 13,00 metros com Parte do Lote Urbano nº 174, matrícula nº 50.142, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda.

III - REMEMBRAMENTO:

a) Parte do Lote Urbano nº 174, com área de 156,00 m² e Parte do Lote Urbano nº 175, com área de 150,90 m², perfazendo uma área total de 306,90 m² (sendo 306,90 m² de área edificável), confrontando-se: ao Norte: divisa de 19,02 metros com a Rua projetada "L"; ao Nordeste: divisa por linha curva com raio de 5,00 metros e extensão de 7,58 metros com as Ruas projetadas "L" e "A"; ao Leste: divisa de 8,00 metros com a Rua projetada "A"; ao Sul: divisa seca de 24,02 metros, sendo 12,02 metros com Parte do mesmo Lote Urbano nº 175, matrícula nº 50.143, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda, e 12,00 metros com Parte do mesmo Lote Urbano nº 174, matrícula nº 50.142, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda; ao Oeste: divisa seca de 13,00 metros com Parte do Lote Urbano nº 173, matrícula nº 50.141, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda.

b) Parte do Lote Urbano nº 174, com área de 156,00 m² e Parte do Lote Urbano nº 175, com área de 156,25 m², perfazendo uma área total de 312,25 m² (sendo 312,25 m² de área edificável), confrontando-se: ao Norte: divisa seca de 24,02 metros, sendo 12,00 metros com Parte do mesmo Lote Urbano nº 174, matrícula nº 50.142, de propriedade de Konkist Loteamentos Ltda, e 12,02 metros com Parte do mesmo Lote Urbano nº 175, matrícula nº 50.143, de propriedade de Konkist Loteamentos Ltda; ao Leste: divisa de 13,00 metros com a Rua projetada "A"; ao Sul: divisa seca de 24,02 metros, sendo 12,02 metros com o Lote Urbano nº 176, matrícula nº 49.978, de propriedade de Konkist Loteamentos Ltda, e 12,00 metros com o Lote Urbano nº 177, matrícula nº 49.979, de propriedade de José Carlos Vidor; ao Oeste: divisa seca de 13,00 metros com Parte do Lote Urbano nº 173, matrícula nº 50.141, de propriedade de Konkist Loteamentos Ltda.

Art. 2º Fica a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.
Em, 12 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

CHARLES DALL ORSOLETTA
Secretário Municipal de Planejamento

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

ORTARIA SGPT/DDP Nº 0772/2020

Publicação Nº 2524252

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0772/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 9305/2020.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva ELISABETE THUNS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 22 de abril de 2014 a 21 de abril de 2020, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 21 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA Nº 0080/2020

Publicação Nº 2524161

PORTARIA Nº 0080/2020

DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o Art. 3º, do Decreto nº 9.284/2020, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 9.260, de 16 de março de 2020, o qual "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e dá outras providências";

CONSIDERANDO a autorização do Governo do Estado para o retorno de determinadas atividades;

CONSIDERANDO que o Art. 36, do Decreto Estadual nº 562/2020, estabelece que "Os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as previstas neste Decreto ou em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, observadas as informações técnicas do COES e de acordo com a necessidade apresentada, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios.";

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 562/2020, com as alterações realizadas pelos Decretos nº 630/2020 e nº 651/2020, suspendeu até 5 de julho de 2020 o calendário de eventos esportivos, o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada, as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público;

CONSIDERANDO que o § 3º, do art. 8º, do Decreto Estadual nº 562/2020, autorizou que as autoridades sanitárias municipais estabeleçam medidas para suspender as atividades acima descritas, a fim de conter a contaminação e propagação do coronavírus em seus territórios de atuação;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê de Crise do Município em reunião realizada no dia 09 de junho de 2020, no sentido de prorrogar a suspensão das atividades citadas anteriormente até dia 2 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população;

CONSIDERANDO que o Art. 3º, do Decreto 9.284/2020, autorizou a autoridade Municipal de Saúde a estabelecer, por ato próprio e após aprovação pelo Comitê de Crise do Município, regras mais restritivas de contenção e de enfrentamento à pandemia, que serão de observância obrigatória pelos contribuintes;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam suspensos, em todo o território do Município de São Miguel do Oeste:

I – até 2 de agosto de 2020, os eventos esportivos, bem como o acesso público a eventos e competições de iniciativa privada;

II – até 2 de agosto de 2020, as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

Art. 2º As medidas constantes nesta Portaria não anulam aquelas mais restritivas já estabelecidas em outros atos públicos.

Art. 3º Os órgãos de fiscalização ficam autorizados a adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 4º A desobediência aos comandos previstos nesta Portaria, de acordo com o parágrafo único do Art. 3º do Decreto nº 9.284/2020, com o Art. 39 da Lei Complementar nº 3.407/1993 e com o Art. 213 da Lei Complementar Municipal nº 05/2011, caracterizará infração à legislação municipal e sujeitará ao infrator a aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

Parágrafo único. A infração a que se refere o caput deste artigo não gera prejuízo à aplicação da legislação penal vigente.

Art. 5º As medidas previstas nesta Portaria poderão ser reavaliadas, a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do Art. 1º e no Art. 8º, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 15 de junho de 2020.

GENI MARIA PADILHA GIRELLI
Secretária Municipal de Saúde

MAURÍCIO PIACENTINI
Coordenador do Comitê de Crise

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA SGPT/DDP N. 0753/2020

Publicação Nº 2524164

PORTARIA SGPT/DDP N. 0753/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013, e;
CONSIDERANDO o Memorando n. 03/2020 oriundo da Comissão de Sindicância Instaurada pela Portaria SGTP/DDP n. 0464/2020 solicitando o retorno do servidor Luis Felipe Santos dos Santos ao exercício de suas funções, considerando as oitivas das testemunhas onde não foi identificado a materialidades dos fatos citados no documento que deu origem a instauração da referida Sindicância Administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a portaria SGTP/DDP n. 0493/2020 bem como o Art. 2º da Portaria SGTP/DDP n. 0562/2020 que afastou do exercício do Cargo de Atendente Social do servidor Luis Felipe Santos dos Santos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Em 04 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0754/2020

Publicação Nº 2524169

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0754/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do artigo 10, alínea "b" da ADCT de 1988.

Considerando que a servidora apresentou atestado de licença maternidade em 07 de maio de 2020.

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação da servidora pública municipal SILVIA DE FATIMA TERRES, contratada pelo Processo Seletivo 001/2019, ocupante do cargo de Técnico em Engermagem, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, até o término de sua licença maternidade em 02 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 07 de maio de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 04 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0755/2020

Publicação Nº 2524171

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0755/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Edital de Processo Seletivo 001/2019;

Considerando que a servidora titular Casiane Carbonara Machado, encontra-se designada para o cargo de Diretor de Unidade de Pronto Atendimento.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. HEVELYN KARINA ROPKE, pelo regime Estatutário, ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Recepcionista, junto a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04 de junho de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até 03 de junho de 2021.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 04 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0756/2020

Publicação Nº 2524177

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0756/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO a vacância do Cargo de Diretor de Atenção à Saúde, em função do pedido de exoneração por parte da servidora Geni Maria Padilha Girelli que foi nomeada como Secretária de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora LIDIANE KLEMENT, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 076.451.469-58, RG 5175424 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em Comissão de Diretor de Atenção à Saúde, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05 de junho de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular do cargo referido no artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 04 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0757/2020

Publicação Nº 2524190

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0757/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o pedido de férias da servidora titular Marta Regina Sottili, no período de 04 de junho de 2020 a 03 de julho de 2020.
RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR os efeitos da portaria 1443/2019 de 01 de novembro de 2019, da servidora pública municipal ANDREIA APARECIDA DA SILVA REBELATO, que nomeou para exercer o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, Interinamente, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 04 de junho de 2020 a 03 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0758/2020

Publicação Nº 2524200

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0758/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que a Diretora de Gestão Administrativa Andreia Aparecida Rebelato da Silva, encontra-se nomeada para o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social Interinamente até 03 de julho de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR os efeitos da portaria 1444/2019 de 11 de novembro de 2019, da servidora pública municipal efetiva DAIANA MACHADO, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, que designou para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Administrativa, Interinamente, na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 04 de junho de 2020 até 03 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0759/2020

Publicação N° 2524203

PORTARIA SGPT/DDP N° 0759/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o disposto no inciso I do Art. 36 da LCM n. 009/2012 que estabelece que não haverá progressão funcional por desempenho ao servidor que durante o período aquisitivo somar 2 (duas) penalidades de advertência por escrito.

RESOLVE:

Art.1º- TORNAR SEM EFEITO a portaria 0867/2018 de 16 de maio de 2018, que concedeu progressão funcional ao servidor público municipal efetivo IVANOR AFONSO PANISSON, ocupante do cargo de Agente de Obras e Serviços Gerais, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0760/2020

Publicação N° 2524206

PORTARIA SGPT/DDP N° 0760/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO a vacância do Cargo de Diretor da Unidade Escolar EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva para substituir a servidora Elenice Francisca Carnetti Finn que assumiu como Diretora da Unidade Escolar CEI Mundo Novo.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal JULIANA ROCESSKI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 007.175.159-90, RG 4207306 SSP/SC, Coordenadora Pedagógica efetiva, para exercer o cargo de Confiança de DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR, 40 horas semanais, passando a atuar junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva, a partir de 08 de junho de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no "caput" do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0761/2020

Publicação Nº 2524212

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0760/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO a vacância do Cargo de Diretor da Unidade Escolar EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva para substituir a servidora Elenice Francisca Carnetti Finn que assumiu como Diretora da Unidade Escolar CEI Mundo Novo.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal JULIANA ROCESSKI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 007.175.159-90, RG 4207306 SSP/SC, Coordenadora Pedagógica efetiva, para exercer o cargo de Confiança de DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR, 40 horas semanais, passando a atuar junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva, a partir de 08 de junho de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no "caput" do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 04 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0762/2020

Publicação Nº 2524216

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0762/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor) o gozo de 15(quinze) dias, da 1ª licença prêmio a RODRIGO CIEPLAK, efetivo ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, concedido o direito conforme Portaria nº 0126/2017 de 24 de janeiro de 2017, referente ao período de 13 de julho de 2011 a 11 de julho de 2016, a serem gozados de 15 de junho de 2020 a 29 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 05 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0763/2020

Publicação N° 2524221

PORTARIA SGPT/DDP N° 0763/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

RETIFICAR a portaria 0694/2020 de 13 de maio de 2020

Onde se lê:

“Art.1º- PRORROGAR a contratação do servidor público municipal JOSÉ PAULO MEDEIROS, contratado pelo Processo Seletivo 001/2019, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 23 de maio de 2020 até 22 de maio de 2021.”

Leia-se:

“Art.1º- PRORROGAR a contratação do servidor público municipal JOSÉ PAULO MEDEIROS, contratado pelo Processo Seletivo 001/2019, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 23 de maio de 2020 até 22 de maio de 2021.”

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 05 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019Esta Portaria foi publicada
na presente data.**PORTARIA SGPT/DDP N° 0764/2020**

Publicação N° 2524227

PORTARIA SGPT/DDP N° 0764/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio a MARIA VETTORAZZI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, concedido o direito conforme Portaria nº 1508/2018 de 26 de novembro de 2018, referente ao período de 20 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2018, a serem gozados de 08 de junho de 2020 a 07 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 05 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0765/2020

Publicação Nº 2524230

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0765/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a suspensão por ordem judicial do Concurso Público 022/2014 para o cargo de Motorista não sendo possível o preenchimento das vagas por meio de Concurso Público.

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação do servidor público municipal RAFAEL BORLA, contratado pelo Processo Seletivo 001/2019, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 11 de junho de 2020 até 10 de junho de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 05 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0766/2020

Publicação Nº 2524236

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0766/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que a servidora Diana Claudia Balbinot Kochhann encontra-se em licença maternidade até 10 de setembro de 2020.
Considerando que há uma servidora contratada em caráter temporário em substituição a servidora Diana Claudia Balbinot Kochhann;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 90(noventa) dias, da 1ª licença prêmio a DIANA CLAUDIA BALBINOT KOCHHANN, ocupante do cargo de Professor, concedido o direito conforme Portaria nº 0433/2018 de 16 de março de 2018, referente ao período de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2017, a serem gozados de 11 de setembro de 2020 a 09 de dezembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 05 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0767/2020

Publicação Nº 2524238

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0767/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e

Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que a servidora Juliana Rocesski, encontra-se designada para atuar como Diretor de Unidade Escolar junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar Local de Atuação da servidora pública municipal contratada JOCILENE JULIANA NIEVINSKI PASINI, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao CEI Criança Cidadã, em substituição a servidora Juliana Rocesski, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de agosto de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 05 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0768/2020

Publicação Nº 2524241

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0768/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º REJANE TREVISAN ARALDI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, servidora estabilizada, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 05 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0769/2020

Publicação Nº 2524244

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0769/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 9305/2020.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva KELI CRISTINA COLLE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 22 de abril de 2014 a 21 de abril de 2020, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 21 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0770/2020

Publicação N° 2524247

PORTARIA SGPT/DDP N° 0770/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 9305/2020.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva LORENA MOSCHEN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 22 de abril de 2014 a 21 de abril de 2020, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 21 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0771/2020

Publicação N° 2524251

PORTARIA SGPT/DDP N° 0771/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 9305/2020.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva LUCIA COLUSSI GOMES, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 22 de abril de 2014 a 21 de abril de 2020, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 21 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0773/2020

Publicação Nº 2524254

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0773/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 9305/2020.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva RENATA BALENSIEFER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 22 de abril de 2014 a 21 de abril de 2020, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 21 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0774/2020

Publicação Nº 2524255

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0774/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor) a MARIA SALETE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, concedido o direito conforme Portaria nº 1507/2018 de 26 de novembro de 2018, referente ao período de 20 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2018, a serem gozados de 03 de junho de 2020 a 02 de julho de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 03 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0775/2020

Publicação N° 2524257

PORTARIA SGPT/DDP N° 0775/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 9305/2020.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva MARINA CARLA DE CARLI, ocupante do cargo de Recepcionista, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 07 de abril de 2014 a 06 de abril de 2020, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 21 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0776/2020

Publicação N° 2524258

PORTARIA SGPT/DDP N° 0776/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 9305/2020.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva NEIVA DENDENA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 22 de abril de 2014 a 01 de maio de 2020, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de maio de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0777/2020

Publicação Nº 2524261

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0777/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 9305/2020.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva DANIELI DALLA ROSA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 22 de abril de 2014 a 21 de abril de 2020, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 21 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0778/2020

Publicação Nº 2524263

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0778/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e

Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 9305/2020.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva GISELE TERESINHA KAPPES, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 22 de abril de 2014 a 21 de abril de 2020, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 21 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0779/2020

Publicação Nº 2524266

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0779/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 9305/2020.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva EDINA BIEGER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 22 de abril de 2014 a 21 de abril de 2020, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 21 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0780/2020

Publicação Nº 2524293

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0780/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 9305/2020.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva BIANCA KESSLER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 22 de abril de 2014 a 21 de abril de 2020, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 21 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0781/2020

Publicação Nº 2524294

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0781/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO a previsão do Art. 2º do Decreto Municipal n. 9.299/2020 que autoriza a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência a conceder de ofício a licença prêmio aos servidores que já tenham completado o período aquisitivo.

Considerando o protocolo 7859/2020 da Secretaria Municipal de Obras.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 60(sessenta) dias de licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor) a ZACARIAS FERREIRA GARCES FILHO, efetivo ocupante do cargo de Agente de Obras e Serviços Gerais, da 5ª licença prêmio, concedido o direito conforme Portaria nº 1108/2019 de 07 de agosto de 2019, referente ao período de 25 de abril de 2009 a 24 de abril de 2014 a serem gozados de 09 de junho de 2020 a 07 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 08 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0782/2020

Publicação Nº 2524296

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0782/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a portaria 0642/2020 de 30 de abril de 2020, que suspendeu o contrato do servidor Romeo dos Santos Polhmann.

Considerando a resposta negativa do servidor à convocação feita para retornar a atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1º ROMEO DOS SANTOS POHLMANN, ocupante do cargo de Médico, servidor ACT, 20 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 09 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0783/2020

Publicação Nº 2524301

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0783/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a portaria 0642/2020 de 30 de abril de 2020, que suspendeu o contrato da servidora Priscila Scharnoski.

Considerando a resposta negativa da servidora à convocação feita para retornar a atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1º PRISCILA SCHARNOSKI, ocupante do cargo de Médico, servidor ACT, 20 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 09 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0784/2020

Publicação Nº 2524304

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0784/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a portaria 0642/2020 de 30 de abril de 2020, que suspendeu o contrato da servidora Greissi Carla Gromann.

Considerando a resposta negativa da servidora à convocação feita para retornar a atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1º GREISSI CARLA GROMANN, ocupante do cargo de Enfermeiro, servidor ACT, 20 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 09 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0785/2020

Publicação Nº 2524307

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0785/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 0742/2020 de 02 de junho de 2020

Onde se lê:

“Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva CLEONICE DE FATIMA CORDEIRO BARBIERI, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao ESF do Bairro São Sebastião, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de junho de 2020.”

Leia-se:

“Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva CLEONICE DE FATIMA CORDEIRO BARBIERI, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao ESF do Bairro São Sebastião, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir do momento que a unidade de Saúde do Bairro São Sebastião seja concluída.”

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 09 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0786/2020

Publicação Nº 2524388

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0786/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;
CONSIDERANDO a vacância do cargo em função do pedido de Exoneração do servidor efetivo Marcio Picollo, conforme portaria 0736/2020.
RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR MARCIO SCHAKER, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Técnico Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao órgão central da Administração Municipal, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 1º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do Art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0787/2020

Publicação Nº 2524393

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0787/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Art. 1º do Decreto Municipal n. 9.299/2020 que estabelece que em virtude da situação de emergência e calamidade pública

decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), fica a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência autorizada a conceder, de forma antecipada, licença prêmio a servidores públicos.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO nos termos do artigo 108 da Lei Complementar n. 009/2012, para a servidora pública municipal LOURDES DILLY, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 03 de junho de 2020 a 02 de julho de 2020.

§ 1º Para fins de controle, a concessão da licença prêmio de que trata o caput deste artigo deve ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º Quando completado o período aquisitivo e concedido o direito à licença prêmio, o setor de recursos humanos deverá informar no ato administrativo de concessão o período antecipado e já gozado pelo servidor.

§ 3º Caso o servidor seja exonerado ou demitido antes de ter completado o período aquisitivo, ele deverá restituir o erário municipal.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 03 de junho de 2020;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de junho de 2020.
ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019
Esta Portaria foi publicada na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0788/2020

Publicação Nº 2524394

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0788/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública em função da pandemia de COVID-19 que suspendeu os prazos dos processos administrativos até 31/05/2020.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 04 de julho de 2020 o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar da portaria SGPT/DDP n.1468/2019 de 18 de novembro de 2019, alterada pela Portaria SGPT/DDP n. 0013/2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeitos retroativos a 04/03/2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 789/2020

Publicação Nº 2524441

PORTARIA SGPT/DDP Nº 789/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

CONSIDERANDO os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E INÍCIO DE EXERCÍCIO a VÂNIA SCHMITZ EIDT, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Professor de ensino Fundamental Anos Iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto a Unidade Escolar EMEIEF Emma Balke, em razão de aprovação no Concurso Público, Edital nº 008/2019, homologado em 14 de Novembro de 2019, a partir de 15 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 15 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada na presente data.

PROCESSO Nº 28/2020 SAÚDE

Publicação Nº 2524589

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais ambulatoriais e correlatos destinados a atender as necessidades das Unidades de Atendimento, ESF e UPA24H, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 18 de junho de 2020 até às 08h15min do dia 30 de junho de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 08h30min do dia 30 de junho de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 15 de junho de 2020.

GENI MARIA PADILHA GIRELLI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

REVOGAÇÃO PROCESSO Nº 33/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2524246

EDITAL DE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2020
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020

O Senhor Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. Alencar Barbieri, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando que a licitação restou deserta, decide revogar o Processo Licitatório nº 33/2020, Pregão Eletrônico nº 12/2020, com base no Art. 49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 15 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**BALANCETE FINANCEIRO MAIO 2020**

Publicação Nº 2523945

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Exercício de 2020

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	323.681,20
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	323.681,20
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	301.442,24
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.238,96
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	459.333,33	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	118.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	459.333,33	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	118.000,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	749.251,84	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	765.578,19
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.576,31	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.576,31
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	70.437,39	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	70.433,55
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	325.441,64	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	349.073,37
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	1.723,13	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	1.723,13
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	349.073,37	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	341.771,83
SALDOS ANTERIORES	30.535,60	SALDOS ATUAIS	31.861,38
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	30.535,60	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	31.861,38
TOTAL	1.239.120,77	TOTAL	1.239.120,77

SAO MIGUEL DO OESTE, 10/06/2020

 Everaldo Di Berti
 Presidente da Câmara

 Eliane Alice Kuhn
 Contadora CRC/SC 043040/O-1

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 053-2020

Publicação Nº 2524098

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 053-2020

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ERNEI JOSÉ STAHELIN doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Senhor RODRIGO MARTINAZZO LUZZI, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 071.388.049-03, PIS nº 138.443264.72-3 com endereço residencial na Rodovia SC 281, nº 14 – Bairro Santa Teresa, neste município, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de mão-de-obra de pedreiro conforme descrição por região, neste Município.

1. Cabeceira da ponte São Sebastião sobre o Rio Cubatão, correspondente a caixaria, concretagem e limpeza. Ponte Rua Bertoldo Hames que liga o bairro Rio Mathias/São Sebastião ao Município de Santo Amaro da Imperatriz.
2. Conserto asfáltico na Rua Bertoldo Hames, com colocação de 03 tubos 30 cm, contenção com pedra, aterro e finalizando com colocação de massa asfáltica.
3. Reconstrução de cabeceira de boeiro de contenção na Rua José Raulino Zimmermann, próximo ao caldo de cana – Bairro Santa Teresa
4. Remoção e recolocação de guard rail (sistema de proteção) na Rua Bertoldo Hames.
5. Remoção e recolocação de lajotas, construção de contenção e boca de lobo da rede pluvial com colocação de tubos na Rua Manoel Pedro Silveira – Bairro Santa Teresa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação dos serviços especificados no objeto deste contrato o valor de R\$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais), mediante apresentação de nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 02/06/2020 a 16/06/2020.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro da Comarca de São José - SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordados e ajustados PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, SC, 02 de junho de 2020.

ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

RODRIGO MARTINAZZO LUZZI
Contratado

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 054-2020

Publicação Nº 2524099

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 054-2020

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ERNEI JOSÉ STAHELIN doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado a empresa ISACAR OFICINA MECÂNICA LATARIA E PINTURA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.594.471/0001-14, com endereço na Rua Luiza Martendal Koerich, s/nº, 88150-000 no município de Águas Mornas - SC, neste ato representada por Tatiane Koerich da Rosa Caxambu – CPF 005.895.829-09, doravante denominado CONTRATADA, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de mão-de-obra de pintura geral e plotagem do veículo Hillux placa MJR 9459 pertencente a Polícia Militar de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A PREFEITURA pagará a CONTRATADA pela prestação dos serviços especificados no objeto deste contrato o valor de R\$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais), mediante apresentação de nota fiscal.

Conta para depósito: Banco do Brasil agência 2.600-X conta corrente 10.872-3.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 08/06/2020 a 24/06/2020.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro da Comarca de São José - SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordados e ajustados PREFEITURA e CONTRATADA assinam este contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, SC, 08 de junho de 2020.

ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

ISACAR OFICINA MEC. LATARIA E PINTURA LTDA
Contratada

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 055/2020

Publicação Nº 2524100

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 055/2020

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o senhor JOSÉ SÉRGIO FLORES, pessoa física, portador do CPF nº 033.622.039-14, PIS nº 134.93966.72-4, com endereço na Rua Valdomiro Pitz, 85 – Vila Junkes - São Pedro de Alcântara - SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de serviço exclusivo pintura artística na escola pública municipal na localidade de Santa Filomena, compreendendo o nome da escola e os brasões, conforme orçamento e fotos em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação do serviço definido no objeto deste contrato o valor total de R\$ 1.625,00 (Hum mil seiscentos e vinte cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 10/06/2020 a 06/07/2020.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas às exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordados e ajustados PREFEITURA e CONTRATADO assinam este contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, SC, 10 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

JOSÉ SÉRGIO FLORES
Contratado

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2020-FMS

Publicação Nº 2524094

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2020-FMS

PROCESSO Nº. 30/2020-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de veículos novos zero quilômetro para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de junho de 2020 às 14h.

Abertura do Processo: 30 de junho de 2020 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43/2020-PMS

Publicação Nº 2523777

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43/2020-PMS

PROCESSO Nº. 95/2020-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição gasolina comum para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de junho de 2020 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de junho de 2020 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2020-PMS

Publicação Nº 2523792

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2020-PMS

PROCESSO Nº. 97/2020-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviços de terraplanagem para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de junho de 2020 às 14h.

Abertura do Processo: 29 de junho de 2020 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2020-PMS

Publicação Nº 2523905

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2020-PMS

PROCESSO Nº. 98/2020-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de flores, adubo, chips, terra e veneno para insetos para suprir as necessidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de junho de 2020 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de junho de 2020 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. A23/2020 – PMS

Publicação Nº 2523640

TERMO ADITIVO Nº. A23/2020 – PMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 43/2019 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Alcidir Boaretto, inscrito no CPF sob o nº. 207.478.700-63.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 43/2019-PMS, celebrado em 01 de julho de 2019, Processo de licitação nº. 56/2019– PMS, Modalidade Tomada de Preços nº.04/2019–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristiane Zerbin Est. OPP à Est. 14 + 5,50, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 285,50m e área total de 2.915,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.406/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido aditivo feito pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para prorrogação do prazo de execução da obra até 06/07/2020, conforme Parecer da Engenharia.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste, alterada a Cláusula Segunda "DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL" no item 2.2 e Cláusula Décima "DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA" no item 10.1.4 prorrogando o prazo de execução da obra por até 06/07/2020.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 43/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 15 de junho de 2020.

CONTRATADA:

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Alcidir Boaretto

CPF nº. 207.478.700-63

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Guilherme Sandmann da Silva Vianna

CPF nº. 085.168.389-43

TERMO ADITIVO Nº. A24/2020 – PMS

Publicação Nº 2523712

TERMO ADITIVO Nº. A24/2020 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2020 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: KM CONSTRUTORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.364.628/0001-60, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 1450, apt 01, Bairro Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Kleiton Marquez, inscrito no CPF sob o nº. 085.698.149-41.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 22/2020-PMS, celebrado em 06 de março de 2020, Processo de licitação nº. 05/2020– PMS, Modalidade Tomada de Preços nº.02/2020–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Cobertura de Quadra com estrutura de concreto pré-moldado e telha metálica 0,43mm, construção de um depósito com previsão de futura infraestrutura para vestiários (rede de água e rede de esgoto) na Escola Municipal Professora Sarita Beck Resende e Jardim de Infância Crescer e Aprender, localizados na Rua Dom Pedro 820, esquina com Rua Carlos Zerbin, Bairro Rio Hern, neste Município, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido aditivo feito pela Secretaria de Educação e Cultura para prorrogação do prazo de execução da obra até 17/08/2020 e aditivo de valor de R\$ 1.670,74 (um mil seiscentos e setenta reais e setenta e quatro centavos), conforme Parecer da Engenharia.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, B e artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste, alterada a Cláusula Segunda "DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL" no item 2.2 e Cláusula Décima "DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA" no item 10.1.4 prorrogando o prazo de execução da obra por até 17/08/2020.

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 1.670,74 (um mil seiscentos e setenta reais e setenta e quatro centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 165.025,48 (cento e sessenta e cinco mil vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 22/2020-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 15 de junho de 2020.

CONTRATADA:

KM CONSTRUTORA EIRELI

Kleiton Marquez

CPF nº. 085.698.149-41

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Guilherme Sandmann da Silva Vianna
CPF nº. 085.168.389-43

ATA PREGÃO PRESENCIAL 26/2020-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2523504

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2020 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 58/2020 Data do Processo: 02/04/2020

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 90/2020 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviços de terraplanagem para suprir as necessidades da Secretaria Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA. - ME, KS SERVIÇOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA. - EPP e PARISI BRITAGEM E TERRAPLANAGEM LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA. - ME, KS SERVIÇOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA. - EPP e PARISI BRITAGEM E TERRAPLANAGEM LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA. - ME, KS SERVIÇOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA. - EPP e PARISI BRITAGEM E TERRAPLANAGEM LTDA. - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Foi cancelado o item 01 DEVIDO VALORES OFERTADOS ESTAREM ACIMA DO REFERÊNCIA DO EDITAL e nenhuma empresa ofertar valor abaixo da referência. Constatando vencedora a empresa KS SERVIÇOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA. - EPP para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa KS SERVIÇOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA. - EPP constatou-se que a empresa KS SERVIÇOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA. - EPP apresentou Certidão de Falência e Concordata da Comarca de Laguna, sendo que o município sede da licitante é Jaraguá do Sul, este documento é exigido no edital no item 7.1.11, sendo assim a empresa KS SERVIÇOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 02 será cancelado visto que o segundo e terceiro colocado cotaram acima do valor de referência do edital e não ofertaram lances para o item. Foi cancelado o item 03 DEVIDO VALORES OFERTADOS ESTAREM ACIMA DO REFERÊNCIA DO EDITAL e nenhuma empresa ofertar valor abaixo da referência. Foi cancelado o item 04 DEVIDO VALORES OFERTADOS ESTAREM ACIMA DO REFERÊNCIA DO EDITAL e nenhuma empresa ofertar valor abaixo da referência. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Serão devolvidos os envelopes das empresas PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA. - ME e PARISI BRITAGEM E TERRAPLANAGEM LTDA. - EPP. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 26/2020 - PR

Processo Administrativo: 58/2020
Processo de Licitação: 02/04/2020
Data do Processo:

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 90/2020 (Sequência: 1)

Schroeder, 15 de Junho de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natascha Luize Kopper Strelow	- - Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

MOACIR PARISI	- - Representante
LUIZ ANTONIO PASQUALI	- - Representante
LEANDRO SIMON	- - Representante

RREO - 2º BIMESTRE 2020

Publicação Nº 2524695

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.892.704,97	79.892.704,97	9.316.770,56	11,66	18.442.257,35	61.450.447,62
RECEITAS CORRENTES	62.971.612,93	62.971.612,93	8.968.126,13	14,24	18.093.612,92	44.878.000,01
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.467.966,48	8.467.966,48	1.555.125,26	18,36	2.539.823,31	5.928.143,17
IMPOSTOS	5.585.750,87	5.585.750,87	817.962,89	14,64	1.323.223,33	4.262.527,54
TAXAS	1.714.952,61	1.714.952,61	737.162,37	42,98	1.216.599,98	498.352,63
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.167.263,00	1.167.263,00	0,00	0,00	0,00	1.167.263,00
CONTRIBUIÇÕES	1.055.829,99	1.055.829,99	274.515,99	26,00	499.628,31	556.201,68
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.055.829,99	1.055.829,99	274.515,99	26,00	499.628,31	556.201,68
RECEITA PATRIMONIAL	902.310,60	902.310,60	12.067,30	1,34	28.665,02	873.645,58
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	10.000,00	10.000,00	1.000,00	10,00	1.500,00	8.500,00
VALORES MOBILIÁRIOS	892.150,10	892.150,10	11.067,30	1,24	27.165,02	864.985,08
CESSÃO DE DIREITOS	160,50	160,50	0,00	0,00	0,00	160,50
RECEITA AGROPECUÁRIA	229.889,50	229.889,50	29.821,26	12,97	38.789,13	191.100,37
RECEITA DE SERVIÇOS	4.077.126,32	4.077.126,32	592.826,64	14,54	1.158.062,05	2.919.064,27
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	4.077.126,32	4.077.126,32	592.826,64	14,54	1.158.062,05	2.919.064,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.830.121,03	46.830.121,03	6.304.490,62	13,46	13.528.193,61	33.301.927,42
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	20.879.647,38	20.879.647,38	2.648.609,14	12,69	5.772.456,55	15.107.190,83
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	15.463.408,77	15.463.408,77	1.851.778,88	11,98	3.805.707,85	11.657.700,92
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	498.980,00	498.980,00	23.358,50	4,68	39.922,95	459.057,05
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	9.971.084,88	9.971.084,88	1.780.744,10	17,86	3.910.106,26	6.060.978,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	1.408.369,01	1.408.369,01	199.279,06	14,15	300.451,49	1.107.917,52
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	323.855,71	323.855,71	58.425,68	18,04	123.535,64	200.320,07
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	810.060,50	810.060,50	8.599,82	1,06	12.552,21	797.508,29
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	20.210,00	0,00	20.210,00	-20.210,00
RECEITAS DE CAPITAL	16.921.092,04	16.921.092,04	348.644,43	2,06	348.644,43	16.572.447,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.940.500,00	8.940.500,00	42.152,03	0,47	42.152,03	8.898.347,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	8.940.500,00	8.940.500,00	42.152,03	0,47	42.152,03	8.898.347,97
ALIEIÇÃO DE BENS	93.558,00	93.558,00	0,00	0,00	0,00	93.558,00
ALIEIÇÃO DE BENS MÓVEIS	93.558,00	93.558,00	0,00	0,00	0,00	93.558,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.887.034,04	7.887.034,04	306.492,40	3,89	306.492,40	7.580.541,64
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6.797.034,04	6.797.034,04	306.492,40	4,51	306.492,40	6.490.541,64

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SU	79.892.704,97 1.090.000,00	79.892.704,97 1.090.000,00	9.316.770,56 0,00	11,66 0,00	18.442.257,35 0,00	23,08 0,00	61.450.447,62 1.090.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	277.134,36	277.134,36	14.112,49	5,09	18.955,96	6,84	258.178,40
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	80.169.839,33	80.169.839,33	9.330.883,05	11,64	18.461.213,31	23,03	61.708.626,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	80.169.839,33	80.169.839,33	9.330.883,05	11,64	18.461.213,31	23,03	61.708.626,02
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	80.169.839,33	80.169.839,33	9.330.883,05	11,64	18.461.213,31	23,03	61.708.626,02
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00 0,00 —	5.224.153,65 0,00 5.224.153,65	— — —	— — —	5.224.153,65 — 5.224.153,65	— — —	— — —

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.892.704,97	85.116.858,62	9.749.196,94	21.780.652,45	63.336.206,17	9.498.211,17	17.797.484,69	67.319.373,93	16.780.748,58
DESPESAS CORRENTES	57.465.042,68	60.568.827,67	8.893.827,66	19.489.879,33	41.078.948,34	8.593.702,02	15.734.285,43	44.834.542,24	15.044.264,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.575.002,21	33.288.540,34	4.986.097,73	9.577.848,72	23.710.691,62	4.780.959,15	9.350.276,94	23.938.263,40	8.809.756,03
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	115.000,00	115.000,00	9.182,61	31.363,13	83.636,87	9.182,61	31.363,13	83.636,87	31.363,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.775.040,47	27.165.287,33	3.889.547,32	9.880.667,48	17.284.619,85	3.803.560,26	6.352.645,36	20.812.641,97	6.203.145,77

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.892.704,97	85.116.858,62	9.749.196,94	21.780.652,45	63.336.206,17	9.498.211,17	17.797.484,69	67.319.373,93	16.780.748,58
DESPESAS DE CAPITAL	22.247.662,29	24.368.030,95	855.369,28	2.290.773,12	22.077.257,83	904.509,15	2.063.199,26	22.304.831,69	1.736.483,65
INVESTIMENTOS	21.575.662,29	23.696.030,95	777.344,79	2.089.739,96	21.606.290,99	826.484,66	1.862.166,10	21.833.864,85	1.535.450,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	672.000,00	672.000,00	78.024,49	201.033,16	470.966,84	78.024,49	201.033,16	470.966,84	201.033,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	277.134,36	277.134,36	14.112,49	18.955,96	258.178,40	14.112,49	18.955,96	258.178,40	18.955,96
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	80.169.839,33	85.393.992,98	9.763.309,43	21.799.608,41	63.594.384,57	9.512.323,66	17.816.440,65	67.577.552,33	16.799.704,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	80.169.839,33	85.393.992,98	9.763.309,43	21.799.608,41	63.594.384,57	9.512.323,66	17.816.440,65	67.577.552,33	16.799.704,54
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	644.772,66	—	1.661.508,77
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	80.169.839,33	85.393.992,98	9.763.309,43	21.799.608,41	—	9.512.323,66	18.461.213,31	—	18.461.213,31
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	277.134,36	277.134,36	14.112,49	5,09	18.955,96	6,84
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.134,36	277.134,36	14.112,49	5,09	18.955,96	6,84
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.134,36	277.134,36	14.112,49	5,09	18.955,96	6,84
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.134,36	277.134,36	14.112,49	5,09	18.955,96	6,84

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Intra-Orçamentárias	277.134,36	277.134,36	14.112,49	18.955,96	258.178,40	14.112,49	18.955,96	258.178,40	18.955,96
DESPESAS CORRENTES	277.134,36	277.134,36	14.112,49	18.955,96	258.178,40	14.112,49	18.955,96	258.178,40	18.955,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	277.134,36	277.134,36	14.112,49	18.955,96	258.178,40	14.112,49	18.955,96	258.178,40	18.955,96
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SCHROEDER, 15/06/2020

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	FERNANDO RODRIGO DA ROSA Resp. Sec. de Planejamento, Gestão e Fin	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
ANGELA LUIZA DOBLER Contadora CRC SC 039511/O-0		

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	79.892.704,97	85.116.858,62	9.749.196,94	21.780.652,45	99,91	9.498.211,17	17.797.484,69	67.319.373,93
Ação Legislativa	2.110.307,85	2.110.307,85	264.241,27	577.481,26	2,65	234.672,95	440.836,27	1.669.471,58
Administração	2.110.307,85	2.110.307,85	264.241,27	577.481,26	2,65	234.672,95	440.836,27	1.669.471,58
Administração Geral	7.278.774,95	7.486.095,93	1.162.377,06	2.793.475,79	12,81	1.011.742,83	1.888.606,56	5.597.489,37
Administração Financeira	2.106.252,20	2.173.977,91	270.538,27	605.042,01	2,78	277.741,34	589.023,00	1.584.954,91
Normalização e Fiscalização	4.788.961,25	4.912.519,86	844.731,34	2.080.708,70	9,54	680.900,92	1.206.449,86	3.706.070,00
Defesa Civil	185.299,50	195.370,43	17.407,28	46.817,07	0,21	23.298,32	43.772,22	151.598,21
Segurança Pública	198.262,00	214.227,73	29.700,17	60.908,01	0,28	29.802,25	59.361,48	154.866,25
Policimento	584.354,07	748.501,08	153.357,76	298.518,71	1,37	126.605,74	172.262,35	576.238,73
Defesa Civil	260.378,78	270.377,78	26.012,35	70.540,34	0,32	48.152,50	61.086,32	209.291,46
Infra-Estrutura Urbana	188.045,00	222.973,01	60.236,37	84.860,45	0,39	60.587,54	84.304,79	138.668,22
Assistência Social	135.930,29	255.150,29	67.109,04	143.117,92	0,66	17.865,70	26.871,24	228.279,05
Assistência ao Idoso	2.709.642,53	2.899.406,01	251.166,84	567.360,87	2,60	248.860,27	454.702,97	2.444.703,04
Assistência ao Portador de Deficiência	96.300,00	96.300,00	0,00	792,00	0,00	0,00	712,80	95.587,20
Assistência à Criança e ao Adolescente	32.200,00	32.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.200,00
Assistência Comunitária	344.385,53	381.181,47	44.709,23	118.470,28	0,54	35.071,13	70.699,67	310.481,80
Saúde	2.236.757,00	2.389.724,54	206.457,61	448.098,59	2,06	213.789,14	383.290,50	2.006.434,04
Atenção Básica	18.999.512,00	20.355.546,15	2.352.526,61	5.201.926,84	23,86	2.430.190,72	4.599.492,87	15.756.053,28
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	528.020,00	541.473,82	71.113,97	142.733,56	0,65	72.328,55	138.013,35	403.460,47
Suporte Profilático e Terapêutico	11.021.396,00	12.226.714,48	1.236.390,45	3.002.861,72	13,77	1.387.403,51	2.593.145,66	9.633.568,82
Vigilância Sanitária	6.419.306,00	6.487.471,09	914.895,37	1.790.013,28	8,21	845.776,44	1.652.579,47	4.834.891,62
Vigilância Epidemiológica	637.500,00	666.079,46	84.631,88	160.609,23	0,74	69.705,02	114.842,13	551.237,33
Educação	285.600,00	301.117,30	31.026,13	66.375,64	0,30	31.502,91	64.610,55	236.506,75
Administração Geral	107.690,00	132.690,00	14.468,81	39.333,41	0,18	23.474,29	36.301,71	96.388,29
Ensino Fundamental	19.470.509,73	20.757.296,62	2.992.910,61	6.105.489,62	28,01	2.822.472,13	5.694.894,24	15.072.412,38
Ensino Médio	737.044,00	750.292,73	28.899,13	81.837,89	0,38	37.089,46	74.836,56	675.456,17
Ensino Profissional	10.492.814,58	11.472.261,14	1.638.784,32	3.402.741,69	15,61	1.477.533,28	3.121.281,79	8.350.979,35
Educação de Jovens e Adultos	193.490,00	193.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.490,00
Educação Especial	128.400,00	128.400,00	31.564,05	31.564,05	0,14	21.042,70	21.042,70	107.357,30
	90.000,00	90.000,00	2.527,36	5.082,40	0,02	2.527,36	5.082,40	84.917,60
	7.059.766,04	7.416.175,86	1.209.015,75	2.397.305,78	11,00	1.184.679,95	2.275.682,98	5.140.492,88
	10.000,00	10.000,00	0,00	46,29	0,00	0,00	46,29	9.953,71
	758.995,11	696.676,89	82.120,00	186.911,52	0,86	99.599,38	186.911,52	509.765,37

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	79.892.704,97	85.116.858,62	9.749.196,94	21.780.652,45	99,91	9.498.211,17	17.797.484,69	67.319.373,93
Difusão Cultural	383.221,45	398.978,65	45.550,04	84.036,73	0,39	41.258,05	74.226,28	324.752,37
Urbanismo	383.221,45	398.978,65	45.550,04	84.036,73	0,39	41.258,05	74.226,28	324.752,37
Infra-Estrutura Urbana	16.105.578,81	18.365.866,74	1.121.685,30	2.563.545,24	11,76	1.233.801,63	2.376.516,66	15.989.350,08
Turismo	15.725.578,81	17.985.866,74	1.121.685,30	2.563.545,24	11,76	1.233.801,63	2.376.516,66	15.609.350,08
Habituação	380.000,00	380.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00
Habituação Urbana	192.748,20	192.748,20	1.012,54	10.741,28	0,05	2.465,24	4.930,48	187.817,72
Saneamento	192.748,20	192.748,20	1.012,54	10.741,28	0,05	2.465,24	4.930,48	187.817,72
Administração Geral	4.383.488,14	4.623.542,41	343.929,58	1.648.259,28	7,56	680.202,89	1.048.513,35	3.575.029,06
Saneamento Básico Urbano	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Gestão Ambiental	4.133.488,14	4.373.542,41	343.929,58	1.648.259,28	7,56	680.202,89	1.048.513,35	3.325.029,06
Infra-Estrutura Urbana	2.036.329,07	2.269.629,43	824.095,48	1.244.963,00	5,71	342.292,42	505.235,24	1.764.394,19
Preservação e Conservação Ambiental	283.021,07	285.621,43	24.208,06	44.102,46	0,20	24.227,15	43.805,77	241.815,66
Agricultura	1.753.308,00	1.994.008,00	799.887,42	1.200.860,54	5,51	318.065,27	461.429,47	1.522.578,53
Extensão Rural	1.719.516,73	1.409.192,22	102.030,61	380.966,93	1,75	150.582,90	247.254,20	1.161.938,02
Indústria	1.719.516,73	1.409.192,22	102.030,61	380.966,93	1,75	150.582,90	247.254,20	1.161.938,02
Produção Industrial	469.869,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	469.869,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.268.851,94	3.309.747,33	134.313,24	303.886,90	1,39	173.063,40	290.023,22	3.019.724,11
Desporto Comunitário	254.177,55	259.357,43	11.673,01	36.563,78	0,17	21.371,93	34.938,59	224.418,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.014.674,39	3.050.389,90	122.640,23	267.323,12	1,23	151.691,47	255.084,63	2.795.305,27
	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Administração	277.134,36	277.134,36	14.112,49	18.955,96	0,09	14.112,49	18.955,96	258.178,40
Administração Financeira	7.455,00	7.455,00	218,31	340,49	0,00	218,31	340,49	7.114,51
Normalização e Fiscalização	6.955,00	6.955,00	116,97	188,48	0,00	116,97	188,48	6.766,52
Segurança Pública	500,00	500,00	101,34	152,01	0,00	101,34	152,01	347,99
Policimento	857,96	857,96	138,95	194,50	0,00	138,95	194,50	663,46
Assistência Social	857,96	857,96	138,95	194,50	0,00	138,95	194,50	663,46
Assistência à Criança e ao Adolescente	11.457,96	11.457,96	420,99	680,98	0,00	420,99	680,98	10.776,98
Assistência Comunitária	7.457,96	7.457,96	152,01	152,01	0,00	152,01	152,01	7.305,95
Saúde	4.000,00	4.000,00	319,65	528,97	0,00	319,65	528,97	3.471,03
Atenção Básica	32.500,00	32.500,00	2.700,78	3.858,40	0,02	2.700,78	3.858,40	28.641,60
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	27.500,00	27.500,00	2.700,78	3.858,40	0,02	2.700,78	3.858,40	23.641,60
	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total a)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total c)	
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	277.134,36	277.134,36	14.112,49	18.955,96	0,09	258.178,40	14.112,49	18.955,96	0,11	258.178,40
Educação	196.527,17	196.527,17	8.418,14	10.788,08	0,05	185.739,09	8.418,14	10.788,08	0,06	185.739,09
Administração Geral	1.284,00	1.284,00	0,00	0,00	0,00	1.284,00	0,00	0,00	0,00	1.284,00
Ensino Fundamental	171.200,27	171.200,27	5.163,42	6.364,48	0,03	164.835,79	5.163,42	6.364,48	0,04	164.835,79
Educação Infantil	24.042,90	24.042,90	3.254,72	4.423,60	0,02	19.619,30	3.254,72	4.423,60	0,02	19.619,30
Cultura	2.175,31	2.175,31	202,68	304,02	0,00	1.871,29	202,68	304,02	0,00	1.871,29
Diffusão Cultural	2.175,31	2.175,31	202,68	304,02	0,00	1.871,29	202,68	304,02	0,00	1.871,29
Urbanismo	2.289,80	2.289,80	1.188,20	1.662,24	0,01	627,56	1.188,20	1.662,24	0,01	627,56
Infra-Estrutura Urbana	2.289,80	2.289,80	1.188,20	1.662,24	0,01	627,56	1.188,20	1.662,24	0,01	627,56
Agricultura	8.243,28	8.243,28	457,97	627,04	0,00	7.616,24	457,97	627,04	0,00	7.616,24
Extensão Rural	8.243,28	8.243,28	457,97	627,04	0,00	7.616,24	457,97	627,04	0,00	7.616,24
Desporto e Lazer	15.627,88	15.627,88	366,47	500,21	0,00	15.127,67	366,47	500,21	0,00	15.127,67
Desporto Comunitário	15.627,88	15.627,88	366,47	500,21	0,00	15.127,67	366,47	500,21	0,00	15.127,67
TOTAL (III) = (I + II)	80.169.839,33	85.393.992,98	9.763.309,43	21.799.608,41	100,00	63.594.384,57	9.512.323,66	17.816.440,65	100,00	67.577.552,33

FONTES: Sistema Belha Sapo v6.0.52

SCHROEDER , 04/06/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Sec.de Planejamento, Gestão e Fin

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

ANGELA LUISA DOBLER
Contadora CRC SC 039511/O-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2019 A ABRIL 2020

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Maio 2019	Jun 2019	Jul 2019	Ago 2019	Sep 2019	Out 2019	Nov 2019	Dez 2019	Jan 2020	Fev 2020	Mar 2020	Abr 2020	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	5.101.866,73	4.534.345,00	5.302.166,40	4.668.032,52	4.905.109,30	4.489.305,65	4.795.671,43	6.888.640,98	4.725.055,88	5.514.662,53	5.071.227,93	4.778.796,51	60.656.844,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	634.346,39	573.173,88	570.000,13	585.029,78	674.519,03	605.021,44	668.162,65	698.553,00	397.187,38	587.511,53	660.779,22	885.508,32	8.467.986,48
I.P.T.U.	102.180,82	79.709,87	80.527,29	70.849,58	66.986,05	37.706,94	25.947,72	41.833,48	16.636,15	27.986,35	40.123,67	227.467,36	3.002.179,82
I.R.R.F.	111.489,31	108.231,58	99.869,89	101.889,95	93.467,73	102.467,89	175.001,76	196.443,62	0,00	91.291,81	95.246,05	85.615,04	1.261.033,63
I.S.S.	175.744,35	188.720,43	122.989,60	153.427,42	142.065,84	176.324,23	167.814,90	159.874,66	152.232,01	126.041,30	168.468,72	139.452,64	1.821.242,10
I.T.B.I.	66.157,20	66.339,00	64.967,69	66.660,30	119.046,26	50.512,51	55.336,10	42.881,78	27.106,65	63.965,97	38.668,98	24.912,43	685.620,07
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria	179.776,71	180.153,00	201.626,66	192.217,53	252.962,15	237.919,87	234.009,17	257.409,46	201.123,27	278.226,10	325.268,80	405.068,85	2.952.948,67
Contribuições	138.102,99	134.575,40	120.517,45	117.234,23	114.252,44	108.138,90	106.314,01	105.565,78	116.289,07	108.845,25	127.322,16	147.193,83	1.444.327,51
Recicla Patrimonial	15.509,76	12.947,64	15.328,74	48.737,89	11.854,37	11.633,57	11.462,61	17.462,22	8.834,34	7.763,38	7.793,44	4.273,86	174.621,82
Outras Recitas Patrimoniais	500,00	0,00	500,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	500,00	0,00	500,00	1.000,00	0,00	5.000,00
Rendimentos de Aplicações Financeira	15.009,76	12.947,64	14.828,74	48.737,89	10.854,37	11.633,57	10.452,61	16.992,22	8.834,34	7.263,38	6.793,44	4.273,86	169.621,82
Recicla Agropecuária	7.871,47	5.092,63	7.937,24	10.002,28	15.313,14	11.474,89	28.654,39	18.454,06	3.381,63	5.586,04	22.793,32	7.027,94	143.590,23
Recicla Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recicla de Serviços	296.631,23	248.397,41	279.783,41	272.608,94	279.911,82	281.358,66	276.403,98	280.292,07	288.776,93	276.458,48	310.339,75	282.486,89	3.373.449,57
Transferências Correntes	3.907.832,72	3.470.786,02	4.116.529,92	3.696.340,84	3.562.512,52	3.395.365,32	3.663.465,64	5.700.270,50	3.862.600,24	4.475.333,51	3.820.386,13	3.346.842,52	47.010.264,08
Cota-Parte do FPM	1.468.092,17	1.156.412,98	1.381.390,42	1.154.307,20	1.027.503,62	946.950,53	1.283.790,24	2.188.690,42	1.291.917,88	1.896.765,66	1.091.541,38	1.069.959,05	16.126.286,55
Cota-Parte do ICMS	903.493,37	882.352,21	893.011,47	899.246,44	936.418,03	943.958,54	973.381,00	1.036.493,08	1.086.967,28	1.040.966,10	984.755,68	750.604,96	11.331.674,16
Cota-Parte do IPVA	188.444,77	151.624,26	168.477,71	183.905,86	185.266,47	168.151,86	99.729,94	59.126,05	120.931,36	138.500,20	201.309,74	194.010,03	1.889.476,27
Cota-Parte do ITR	107,86	1.360,67	63,96	235,22	1.330,96	4.065,43	750,43	147,09	433,12	12,52	0,00	0,00	10.397,28
Outras Transferências Correntes	413.604,00	425.705,67	585.669,55	449.207,54	631.990,42	443.873,37	371.839,55	1.406.547,78	297.414,14	341.011,79	531.800,62	540.981,94	6.439.654,97
Transferências da LC 81/1989	11.465,60	10.301,52	12.172,32	10.894,35	13.280,48	11.753,06	12.346,43	14.507,39	11.352,76	12.280,78	11.333,38	10.170,77	141.854,84
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	922.616,35	842.407,71	845.724,47	864.697,89	901.950,86	877.590,73	911.632,05	994.201,69	1.053.583,70	1.075.778,46	999.638,33	781.105,77	11.070.930,01
Outras Recitas Correntes	101.572,17	89.372,02	92.069,51	70.905,88	110.917,66	763.146,67	61.218,15	68.016,35	48.006,09	53.166,34	112.813,91	86.465,15	970.836,90
DEDUÇÕES (II)	514.321,78	440.534,13	410.970,66	449.731,70	432.902,68	414.779,65	473.957,68	525.012,43	503.320,27	611.910,49	457.769,26	404.946,77	5.667.351,93
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	514.321,78	440.534,13	410.970,66	449.731,70	432.902,68	414.779,65	473.957,68	525.012,43	503.320,27	611.910,49	457.769,26	404.946,77	5.667.351,93
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.587.546,95	4.093.810,87	4.791.195,74	4.218.300,82	4.472.206,62	4.074.526,00	4.321.713,75	6.363.628,55	4.222.735,61	4.902.752,04	4.613.458,67	4.354.849,74	55.012.705,36
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENHO (V) = (III - IV)	4.587.546,95	4.093.810,87	4.791.195,74	4.218.300,82	4.472.206,62	4.074.526,00	4.321.713,75	6.363.628,55	4.222.735,61	4.902.752,04	4.613.458,67	4.354.849,74	55.012.705,36
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - V)	4.587.546,95	4.093.810,87	4.791.195,74	4.218.300,82	4.472.206,62	4.074.526,00	4.321.713,75	6.363.628,55	4.222.735,61	4.902.752,04	4.613.458,67	4.354.849,74	55.012.705,36
Fonte: Sistema Beta Sapo v 6.0.52													
SCHROEDER - 04/06/2020													

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
 Sec. de Planejamento, Gestão e Finanças

PAULO ROBERTO FERREIRA
 Controlador Municipal

ANGELA LUISA DOBLER
 Controladora CRC SC 0395110-0

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receta de Contribuições dos Segurados				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial				
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2020		2019	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SCHROEDER - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Abril 2020/Bimestre Março - Abril

Continuação 3/3

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	-

Fonte: Sistema Beta Sapo v6.0.52

Schroeder, 04/06/2020

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Resp. Sec.de Planejamento, Gest.âo

PAULO ROBERTO FERREIRA

Controlador Municipal

ANGELA LUISA DOBLER

Contadora CRC SC 039511/O-0

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 29 Fev 2020 (B)	Em 30 Abr 2020 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.153.123,00	1.092.114,33	1.056.241,87
DEDUÇÕES (II)	7.962.733,29	9.106.269,49	8.977.894,40
Disponibilidade de Caixa	7.962.733,29	9.105.248,47	8.959.800,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.322.888,41	9.816.947,70	9.976.536,22
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	360.155,12	711.699,23	1.016.736,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.021,02	18.094,29
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Abr 2020 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-5.288.222,13

FONTE:

SCHROEDER , 01/06/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

ANGELA LUISA DOBLER
Contadora CRC SC 039511/O-0

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA							
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA		Até o Bimestre/2020				
			RECEITAS REALIZADAS(a)				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)			0,00	0,00			
			Até o Bimestre/2020				
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	60.568.827,67	19.489.879,33	15.734.285,43	15.044.264,93	360.155,12	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	33.288.540,34	9.577.848,72	9.350.276,94	8.809.756,03	358.143,61	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	115.000,00	31.363,13	31.363,13	31.363,13	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	27.165.287,33	9.880.667,48	6.352.645,36	6.203.145,77	2.011,51	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	27.165.287,33	9.880.667,48	6.352.645,36	6.203.145,77	2.011,51	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	60.453.827,67	19.458.516,20	15.702.922,30	15.012.901,80	360.155,12	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	24.368.030,95	2.290.773,12	2.063.199,26	1.736.483,65	0,00	0,00	0,00
Investimentos	23.696.030,95	2.089.739,96	1.862.166,10	1.535.450,49	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	672.000,00	201.033,16	201.033,16	201.033,16	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	23.696.030,95	2.089.739,96	1.862.166,10	1.535.450,49	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	84.329.858,62	21.548.256,16	17.565.088,40	16.548.352,29	360.155,12	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-16.908.507,41					

Continua 1/3

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2020
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	27.165,02
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	31.363,13
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-16.912.705,52
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
ABAIXO DA LINHA	
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO
	Em 31 Dez 2019(a)Até o Bimestre/2020(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	1.153.123,00
DEDUÇÕES (XXIX)	7.962.733,29
Disponibilidade de Caixa	7.962.733,29
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.322.888,41
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	360.155,12
Demais Haveres Financeiros	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-6.809.610,29
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	1.093.947,95
AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-656.580,99
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00

Continua 2/3

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-656.580,99
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.750.528,94
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	1.754.727,05
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.224.153,65
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	5.224.153,65
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

SCHROEDER, 01/06/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Sec. de Planejamento, Gestão e Finanças

ANGELA LUIZA DOBLER
Contadora CRC SC 039511/O-0

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

R\$ 1,00													
REDO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS						
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (h+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	-	360.155,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	360.155,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	0,00	360.155,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	19.847,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUN DE AGRICULT COMERCIO	0,00	12.378,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUN DE EDUCACAO E CULTURA	0,00	6.363,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUN DE EDUCACAO E CULTURA	0,00	166.956,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVICOS URBAN	0,00	19.045,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTAO E	0,00	21.928,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUN DE SANEAMENTO E GESTAO A	0,00	11.195,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E T	0,00	6.269,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	96.169,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	96.169,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	360.155,12	360.155,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FONTE:													

FONTE:

SCHROEDER, 01/06/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Sec. de Planejamento, Gestão e Finanças

PAULO ROBERTO FERREIRA
Contrador Municipal

ANGELA LUISA DOBLER
Contadora CRC SC 039511/O-0

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	5.484.100,47	5.484.100,47	1.323.223,33	24,13
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.002.179,82	3.002.179,82	312.213,53	10,40
1.1.1- IPTU	2.649.096,32	2.649.096,32	235.845,57	8,90
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	353.083,50	353.083,50	76.367,96	21,63
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	392.251,92	392.251,92	154.674,23	39,43
1.2.1- ITBI	383.033,87	383.033,87	154.674,23	40,38
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	9.218,05	9.218,05	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.399.708,73	1.399.708,73	584.182,67	41,74
1.3.1- ISS	1.274.213,78	1.274.213,78	555.152,01	43,57
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	125.494,95	125.494,95	29.030,66	23,13
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	689.960,00	689.960,00	272.152,90	39,44
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.665.468,77	35.665.468,77	9.883.837,65	27,71
2.1- Cota-Parte FPM	18.394.953,32	18.394.953,32	5.320.188,97	28,92
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.827.318,32	17.827.318,32	5.320.188,97	29,84
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	567.635,00	567.635,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.278.726,68	15.278.726,68	3.863.314,02	25,29
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	62.969,50	62.969,50	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	168.525,00	168.525,00	45.137,69	26,78
2.5- Cota-Parte ITR	17.470,25	17.470,25	445,64	2,55
2.6- Cota-Parte IPVA	1.742.824,02	1.742.824,02	654.751,33	37,57
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	41.149.569,24	41.149.569,24	11.207.060,98	27,23

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.402.778,00	1.402.778,00	517.225,67	36,87
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.080.700,00	1.080.700,00	401.915,20	37,19
5.2- Transferências Diretas - PDDE	181,90	181,90	5.080,00	2.792,74
5.3- Transferências Diretas - PNAE	281.410,00	281.410,00	104.700,80	37,21
5.4- Transferências Diretas - PNATE	16.593,00	16.593,00	4.789,62	28,87
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	23.893,10	23.893,10	740,05	3,10
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	503.860,71	503.860,71	34.841,88	6,91
6.1- Transferências de Convênios	503.860,71	503.860,71	34.841,88	6,91
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	796.086,00	796.086,00	155.059,71	19,48
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.702.724,71	2.702.724,71	707.127,26	26,16

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.667.351,93	5.667.351,93	1.976.968,79	34,88
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.996.000,00	2.996.000,00	1.064.037,69	35,52
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.327.676,93	2.327.676,93	772.662,49	33,19
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	34.000,00	34.000,00	9.027,52	26,55
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.675,00	2.675,00	89,12	3,33
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	297.000,00	297.000,00	131.151,97	44,16
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	10.036.061,38	10.036.061,38	3.913.670,47	39,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	10.019.395,38	10.019.395,38	3.910.106,26	39,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	16.666,00	16.666,00	3.564,21	21,39
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	4.352.043,45	4.352.043,45	1.933.137,47	44,42

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.283.034,65	9.344.371,77	2.869.041,28	30,70	2.869.041,28	30,70
13.1- Com Educação Infantil	4.497.490,70	4.497.490,70	1.512.418,86	33,63	1.512.418,86	33,63
13.2- Com Ensino Fundamental	4.785.543,95	4.846.881,07	1.356.622,42	27,99	1.356.622,42	27,99
14- OUTRAS DESPESAS	706.716,23	706.716,23	141.045,63	19,96	141.045,63	19,96
14.1- Com Educação Infantil	374.755,43	374.755,43	76.649,59	20,45	76.649,59	20,45
14.2- Com Ensino Fundamental	331.960,80	331.960,80	64.396,04	19,40	64.396,04	19,40
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	9.989.750,88	10.051.088,00	3.010.086,91	29,95	3.010.086,91	29,95
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						3.010.086,91
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						73,31
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						3,60
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						23,09
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						61.337,12
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020²						61.337,12

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.089.956,44	6.089.956,44	1.949.223,14	32,01	1.886.568,43	30,98
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	8.532.630,16	8.593.467,28	2.221.109,29	25,85	2.136.074,61	24,86
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.117.504,75	5.178.841,87	1.421.018,46	27,44	1.421.018,46	27,44
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.415.125,41	3.414.625,41	800.090,83	23,43	715.056,15	20,94
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	14.622.586,60	14.683.423,72	4.170.332,43	28,40	4.022.643,04	27,40
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						1.933.137,47
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4						—
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)						—
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						1.933.137,47
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						2.089.505,57
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / ((3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						18,64

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	432.100,00	489.745,00	57.645,00	11,77	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.488.793,69	3.708.320,95	1.417.418,37	38,22	1.257.471,63	33,91
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	2.920.893,69	4.198.065,95	1.475.063,37	35,14	1.257.471,63	29,95
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	17.543.480,29	18.881.489,67	5.645.395,80	29,90	5.280.114,67	27,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2020 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	259.038,07	73.688,82
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.910.106,26	401.915,20
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.806.921,91	174.744,00
47.1 Orçamento do Exercício	2.676.710,56	174.744,00
47.2 Restos a Pagar	130.211,35	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.564,21	607,93
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.365.786,63	301.467,95
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1.(+) Retenções	0,00	0,00
50.2.(-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3.(+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4.(+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.365.786,63	301.467,95

SCHROEDER, 01/06/2020

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Sec. de Planejamento, Gestão e Finanças

PAULO ROBERTO FERREIRA

Controlador Municipal

ANGELA LUISA DOBLER

Contadora CRC SC 039511/O-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	8.940.500,00	42.152,03	8.898.347,97
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	24.368.030,95	2.290.773,12	22.077.257,83
Investimentos	23.696.030,95	2.089.739,96	21.606.290,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	672.000,00	201.033,16	470.966,84
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	24.368.030,95	2.290.773,12	22.077.257,83
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	15.427.530,95	2.248.621,09	13.178.909,86

FONTE:

SCHROEDER , 01/06/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Sec. de Planejamento, Gestão e Finanças

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

ANGELA LUISA DOBLER
Contadora CRC SC 039511/O-0

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2020 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SCHROEDER , 01/06/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Sec. de Planejamento, Gestão e Finanças

PAULO ROBERTO FEI
Controlador Municipal

ANGELA LUISA DOBLER
Contadora CRC SC 039511/O-0

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)								R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)		
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	94.558,00	0,00				94.558,00		
Receita de Alienação De Bens Móveis	93.558,00	0,00				93.558,00		
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00				0,00		
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.000,00	0,00				1.000,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	32.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.070,00	
Despesas de Capital	32.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.070,00	
Investimentos	32.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.070,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (If + IIf + IJg)				SALDO ATUAL (k) = (III + IIj)		
Valor(III)	1.587,97					0,00	1.587,97	
FONTE:								

SCHROEDER , 01/06/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Sec. de Planejamento, Gestão e FinançasPAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador MunicipalANGELA LUISA DOBLER
Contadora CRC SC 039511/O-0

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)										R\$ 1.00									
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS										PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS							
										PREVISÃO INICIAL		Até o Bimestre(b)		% (b/a) *100					
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)										5.484.100,47	1.323.223,33	24.13							
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU										3.002.179,82	312.213,53	10.40							
IPTU										2.649.096,32	235.845,57	8,90							
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU										353.083,50	76.367,96	21,63							
Receita Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI										392.251,92	154.674,23	39,43							
ITBI										383.033,87	154.674,23	40,38							
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI										9.218,05	0,00	0,00							
Receita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS										1.399.708,73	584.182,67	41,74							
ISS										1.274.213,78	555.152,01	43,57							
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS										125.494,95	29.030,66	23,13							
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF										689.960,00	272.152,90	39,44							
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)										17.304.862,45	9.883.837,65	28,13							
Cota-Parte FPM										17.827.318,32	5.320.188,97	29,84							
Cota-Parte ITR										17.470,25	445,64	2,55							
Cota-Parte IPVA										1.742.824,02	654.751,33	37,57							
Cota-Parte ICMS										15.278.726,68	3.863.314,02	25,29							
Cota-Parte IPT-Exportação										168.525,00	45.137,69	26,78							
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais										97.316,50	0,00	0,00							
Desoneração ICMS (LC 87/96)										62.969,50	0,00	0,00							
Outras										34.347,00	0,00	0,00							
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II										40.616.281,24	11.207.060,98	27,59							
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA										DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)					
										DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)		Até Bimestre (e)		Até Bimestre (f)		% (f/c)*100	
														Até Bimestre (d)		% (d/c)*100			
ATENÇÃO BÁSICA (IV)										7.909.654,00	8.074.870,48	25,05	1.714.880,68	1.663.766,44	20,60	-			
Despesas Correntes										7.864.654,00	8.029.870,48	25,19	1.714.880,68	1.663.766,44	20,72	-			
Despesas de Capital										45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-			
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)										5.093.750,00	5.095.697,88	32,43	1.560.374,54	1.551.465,50	30,45	-			
Despesas Correntes										5.077.750,00	5.066.697,88	32,36	1.560.374,54	1.551.465,50	30,62	-			
Despesas de Capital										16.000,00	29.000,00	44,06	0,00	0,00	0,00	-			
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)										336.000,00	336.000,00	20,94	63.338,74	54.594,74	16,25	-			
Despesas Correntes										336.000,00	336.000,00	20,94	63.338,74	54.594,74	16,25	-			
Despesas de Capital										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-			
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)										269.100,00	273.617,30	22,64	61.930,04	58.685,90	21,45	-			
Despesas Correntes										268.600,00	273.117,30	22,68	61.930,04	58.685,90	21,49	-			
Despesas de Capital										500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-			
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)										37.690,00	37.690,00	47,90	18.052,92	16.746,38	44,43	-			
Despesas Correntes										32.690,00	32.690,00	55,22	18.052,92	16.746,38	51,23	-			

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	548.020,00	561.473,82	142.733,56	25,42	138.013,35	24,58	130.549,31	23,25	-
Despesas Correntes	525.020,00	538.473,82	142.733,56	26,51	138.013,35	25,63	130.549,31	24,24	-
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	14.194.214,00	14.379.349,48	3.967.923,00	27,59	3.556.590,27	24,73	3.475.808,27	24,17	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS				DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
				(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)
Total das Despesas com ASPS (XI) = (XI)				3.967.923,00	3.556.590,27	3.475.808,27			
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)				0,00	0,00	0,00			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)				0,00	0,00	0,00			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)				0,00	0,00	0,00			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)				3.967.923,00	3.556.590,27	3.475.808,27			
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)									
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)									
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (d ou e) - (XVII)				2.286.863,85	1.875.531,12				
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)				0,00	-				
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)							31,74		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012					LIMITE NÃO CUMPRIDO			Saldo Final (não aplicado)* (= h - (i ou j))
					Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Pagos (k)	
						Empenhadas (l)	Liquidadas (m)	
Diferença de limite não cumprido em 2020					-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2019					-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores					-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					-	-	-	-

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Página 3/5

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se <0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indevidamente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
	TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
	TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS											
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012		Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência				Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))				
			Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO											
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) Proveniente da União - Fundo a Fundo Proveniente dos Estados Proveniente de outros Municípios RECETA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) OUTRAS RECEITAS (XXX)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS							
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100						
		4.826.798,00	4.826.798,00	774.466,21	16,05	4.826.798,00	4.826.798,00	774.466,21	774.466,21	16,05	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		8.940.500,00	8.940.500,00	42.152,03	0,47	8.940.500,00	8.940.500,00	42.152,03	42.152,03	0,47	
		21.825.980,53	21.825.980,53	5.655.433,84	25,91	21.825.980,53	21.825.980,53	5.655.433,84	5.655.433,84	25,91	
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)		35.593.278,53	35.593.278,53	6.472.052,08	18,18	35.593.278,53	35.593.278,53	6.472.052,08	6.472.052,08	18,18	



Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.139.242,00	4.179.344,00	984.176,91	23,55	882.123,38	21,11	703.685,94	16,84	-
Despesas Correntes	2.136.630,00	3.105.444,00	966.819,01	31,13	865.752,48	27,88	687.315,04	22,13	-
Despesas de Capital	1.002.612,00	1.073.900,00	17.357,90	1,62	16.370,90	1,52	16.370,90	1,52	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.330.556,00	1.396.773,21	137.725,04	9,86	92.204,93	6,60	72.692,93	5,20	-
Despesas Correntes	530.556,00	596.773,21	137.725,04	23,08	92.204,93	15,45	72.692,93	12,18	-
Despesas de Capital	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	301.500,00	330.079,46	90.246,49	27,34	51.503,39	15,60	43.175,19	13,08	-
Despesas Correntes	301.500,00	330.079,46	90.246,49	27,34	51.503,39	15,60	43.175,19	13,08	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	16.500,00	27.500,00	4.433,31	16,12	2.680,51	9,75	2.680,51	9,75	-
Despesas Correntes	13.500,00	24.500,00	4.433,31	18,10	2.680,51	10,94	2.680,51	10,94	-
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	70.000,00	95.000,00	21.280,49	22,40	18.248,79	19,21	18.248,79	19,21	-
Despesas Correntes	60.000,00	85.000,00	21.280,49	25,04	18.248,79	21,47	18.248,79	21,47	-
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.857.796,00	6.028.696,67	1.237.862,24	20,53	1.046.761,00	17,36	840.483,36	13,94	-

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	11.048.886,00	12.254.214,48	3.006.720,12	24,54	2.597.004,06	21,19	2.367.452,38	19,32	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	6.424.306,00	6.492.471,09	1.790.013,28	27,57	1.652.579,47	25,45	1.624.158,43	25,02	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	637.500,00	666.079,46	160.609,23	24,11	114.842,13	17,24	97.769,93	14,68	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	285.600,00	301.117,30	66.375,64	22,04	64.610,55	21,46	61.366,41	20,38	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	107.690,00	132.690,00	39.333,41	29,64	36.301,71	27,36	34.995,17	26,37	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	548.020,00	561.473,82	142.733,56	25,42	138.013,35	24,58	130.549,31	23,25	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	19.052.012,00	20.408.046,15	5.205.785,24	25,51	4.603.351,27	22,56	4.316.291,63	21,15	-
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	19.052.012,00	20.408.046,15	5.205.785,24	25,51	4.603.351,27	22,56	4.316.291,63	21,15	-

FONTE:

¹ Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.² Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
 Entidade: MUNICÍPIO DE SCHROEDER

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 26)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2020		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
		No Bimestre	Até o Bimestre									
TOTAL DE ATIVOS	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE PASSIVOS	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões de PPP	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações contratuais	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas Provisórias	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Contingentes	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos Contingentes	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratuais (I.1)	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contratuais (I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contratuais (II.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I) + (II)	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECETA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	60.759.542,60	60.759.542,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SCHROEDER - 01/09/2020

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
 Sec. de Planejamento, Gestão e Finanças

PAULO ROBERTO FERREIRA
 Controlador Municipal

ANGELA LUISA DOBLER
 Contadora CRC SC 0386110-0

Município de SCHROEDER - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		80.169.839,33		
Previsão Atualizada		80.169.839,33		
Receitas Realizadas		18.461.213,31		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		5.224.153,65		
DESPESAS				
Dotação Inicial		80.169.839,33		
Créditos Adicionais		5.224.153,65		
Dotação Atualizada		85.393.992,98		
Despesas Empenhadas		21.799.608,41		
Despesas Liquidadas		17.816.440,65		
Despesas pagas		16.799.704,54		
Superavit Orçamentário		644.772,66		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		21.799.608,41		
Despesas Liquidadas		17.816.440,65		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		55.012.705,36		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		55.012.705,36		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		55.012.705,36		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	1.421.445,65	0,00
Resultado Primário		0,00	1.425.643,76	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	360.155,12	0,00	360.155,12	0,00
EXECUTIVO	360.155,12	0,00	360.155,12	0,00
TOTAL:	360.155,12	0,00	360.155,12	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.089.505,57	25%	18,64
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.869.041,28	60%	73,31
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		42.152,03	8.898.347,97	
Despesa de Capital Líquida		2.290.773,12	22.077.257,83	

Continua 1/2

Município de SCHROEDER - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	94.558,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	32.070,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		3.556.590,27	15,00	31,74
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SCHROEDER, 15/06/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Sec.de Planejamento, Gestão e Fin

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

ANGELA LUISA DOBLER
Contadora CRC SC 039511/O-0

Seara

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 034/2020

Publicação Nº 2523972

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2020.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2020 – REGISTRO DE PREÇO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 034/2020
Pregão Presencial nº 038/2020
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Diego Edson de Souza, CNPJ nº 31.637.558/0001-06, estabelecida na rua Bruno Selbach, nº 283, bairro Niterói, Seara, SC., neste ato representada pelo Sr. Diego Edson de Souza, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 5056665, CPF nº 071.134.219-97, residente e domiciliado na rua Bruno Selbach, nº 238, bairro Niterói, Seara, SC., para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 038/2020, de Registro de Preços que tem como objeto seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviço de roçada mecanizada das margens da rodovia que dá acesso ao distrito de Nova Teutônia e limpeza de sarjetas, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

♦ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 24.900,00, são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar a partir do dia 15/06/2020.

♦ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 038/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

♦ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 15/06/2020.

Edemilson Canale Representante
Prefeito Municipal Empresa
Município de Seara Contratada

DECRETO Nº 1906

Publicação Nº 2524487

DECRETO Nº 1906, de 15 de Junho de 2020.

Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 002/2019.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Federal nº 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 1.642/2019 e,
Considerando a situação excepcional causada pela emergência em saúde pública em razão do novo coronavírus, que afetou toda população mundial, interferindo no andamento dos trabalhos em razão das restrições impostas para controle da propagação da doença.
DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 002/2019 por 180(cento e oitenta dias) a contar de 24 de Junho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 15 de Junho de 2020

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 15 de junho de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

DECRETO Nº 1907

Publicação Nº 2524488

DECRETO Nº 1907, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Abre créditos adicionais suplementares pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 21.624,90.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 2024, de 20 de novembro de 2019 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “a”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 2029 de 26 de dezembro de 2019, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2020 e com o inciso II § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 01 Departamento da Fazenda Municipal

Projeto Atividade: 0.015 – Contribuição para Formação do PASEP

Modalidade: 293 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0886 – Aplicações Diretas R\$ 2.540,55

Modalidade: 294 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0887 – Aplicações Diretas...R\$ 19.084,35 TOTAL
..... R\$ 21.624,90

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Fonte: 0.1.0886 – Covid – 19 LC 173/2020 – Art. 5º, I-b R\$ 2.540,55

Fonte: 0.1.0887 – Covid – 19 LC 173/2020 – Art. 5º, II-b.....R\$ 19.084,35

TOTALR\$ 21.624,90

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 15 de junho de 2020

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 15 de junho de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 101/2020

Publicação Nº 2524160

Processo Licitatório nº 101/2020 - Dispensa de Licitação nº 030/2020.

Objeto: Aquisição de peças e serviços de mão de obra.

Justificativa: Manutenção do diferencial e substituição da caixa satélite, pertencentes ao caminhão VW 15180, placas MHS 1522, frota 62, a fim de mantê-lo em funcionamento para dar continuidade aos serviços prestados no interior. A verificação do preço proposto é precedida da análise de 03 orçamentos, o que atesta a compatibilidade com o valor praticado no mercado.

Fundamento Legal: lei nº 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: Sergio Augusto Basse - ME

Valor: R\$ 6.096,00

Seara, SC, 15 de junho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 70/2020 Licitação: 38/2020 - PR Fornecedor: 12979 - DIEGO EDSON DE SOUZA 07113421997 Data da Homologação:									
1	433408911	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADA MECANIZADA COSTAL DAS MARGENS DA RODOVIA QUE DÁ ACESSO AO DISTRITO DE NOVA TEUTÔNIA E LIMPEZA DE SARJETAS (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO 6).	DIEGO EDSON DE SOUZA	SERV	1,000	0,0000	15.238,8000	15.238,80	Vencou
2	433408912	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO (SERÁ REALIZADA DENTRO DO PERÍODO DE UM ANO) DE ROÇADA MECANIZADA COSTAL DAS MARGENS DA RODOVIA QUE DÁ ACESSO AO DISTRITO DE NOVA TEUTÔNIA E LIMPEZA DE SARJETAS (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO 6).	DIEGO EDSON DE SOUZA	SERV	1,000	0,0000	9.661,2000	9.661,20	Vencou
Total do Fornecedor ----->					2,000			24.900,00	

Seara, 15 de Junho de 2020.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 135/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524384

DECRETO Nº 085/2019, DE 21 DE MAIO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS PARA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Complementar nº 017/2014, a qual institui o Código Tributário do Município de Serra Alta/SC,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para compor a comissão especial para avaliação dos imóveis, para contribuição de melhoria, conforme segue:

Presidente: EDERSON CEREZOLLI

Secretário: JAIR DE ASSIS

Membro: LOIVO BERTOLDI

Art. 2º Compete à comissão especial para avaliação dos imóveis:

I – Delimitar a zona beneficiada;

II – Estabelecer a valorização individual e total dos imóveis, pertencentes à zona beneficiada, em consequência da obra pública.

§ 1º De posse destes dados, a comissão submeterá o resultado à aprovação do Prefeito Municipal;

§2º Compreende-se como valorização a expressão monetária encontrada pela diferença entre o preço de mercado do imóvel desprovido da obra pública, com o novo valor alcançado ou, a ser alcançado, em decorrência da melhoria.

Art. 3º. O serviço da Comissão será considerado de caráter relevante, não lhe sendo atribuída qualquer remuneração e nem caracterizando vínculo empregatício.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando o Decreto nº 125/2017, de 19 de maio de 2017, e demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 21 de maio de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATUAL Nº 039/2020

Publicação Nº 2523762

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	039/2020
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	OESTECOM SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA EPP.
Objeto	O objeto do presente contrato refere-se a Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva das Câmeras de Videomonitoramento, localizadas em alguns pontos no trecho ao longo do perímetro urbano do Município de Serra Alta/SC.

Valor :	O valor global deste contrato é de R\$ 3.250,00 (Três mil duzentos e cinquenta reais) distribuídos em uma parcela de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais) e 06 (seis) parcelas de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.
Vigência....	15/06/2020 á 31/12/2020.
Dotação	Orçamento vigente: 08.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES DE OBRAS E SERV. URBANOS 08.02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERV. URBANOS 2.801 – Manutenção dos Serviços Urbanos – 3.3.90.00 Despesa 85 – DR 0001
SERRA ALTA/SC, 15 de junho de 2020.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

LEI MUNICIPAL 1.142 DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523468

LEI MUNICIPAL Nº 1.142/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, a qual será instituída mediante a demonstração de valorização do imóvel do contribuinte em decorrência das obras públicas de pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização viária, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados nas ruas e avenidas abaixo descritas:

I – Rua Pedro Damo, compreendida entre a Avenida D. Pedro II e Rua Conde D’Eu, com área total de 588,40 m2 (quinhentos e oitenta e oito vírgula quatro metros quadrados);

II – Rua D. João VI, compreendida entre a Rua Conde D’Eu e José Cerizolli, com área total de 336,00 m2 (trezentos e trinta e seis metros quadrados);

III – Rua Conde D’Eu, compreendida entre as Ruas Pedro Damo e Dom João VI, com área total de 896,00 m2 (oitocentos e noventa e seis metros quadrados);

IV – Rua Manoel da Nóbrega, compreendida entre as Ruas Conde D’Eu e José Cerizolli, com área total de 593,68 m2 (quinhentos e noventa e três vírgula sessenta e oito metros quadrados);

V – Rua José Cerizolli, compreendida entre as Ruas D. João VI e final da mesma (Q43/Q59), com área total de 1.597,76 m2 (mil quinhentos e noventa e sete vírgula setenta e seis metros quadrados);

VI – Rua Almirante Barroso, compreendida entre as Ruas 07 de Setembro e 08 de Maio, com área total de 655,04 m2 (seiscentos e cinquenta e cinco vírgula zero quatro metros quadrados);

VII – Rua Anchieta, compreendida entre as Rua dos Pinhais e o final da mesma (Q03/Q54), com área total de 1.355,20 m2 (mil trezentos e cinquenta e cinco vírgula dois metros quadrados)

VIII – Rua Luiz Baesso, compreendida entre a SC-160 e Rua Enrique Girelli, com área total de 1.855,38 m2 (mil oitocentos e cinquenta e cinco vírgula trinta e oito metros quadrados).

§ 1º O custo total/orçamento estimado no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, correspondem aos valores de:

I - Rua Pedro Damo, compreendida entre a Avenida D. Pedro II e Rua Conde D’Eu, com o valor de R\$ 42.193,43 (quarenta e dois mil cento e noventa e três reais com quarenta e três centavos);

II - Rua D. João VI, compreendida entre a Rua Conde D’Eu e José Cerizolli, com valor de R\$ 13.549,92 (treze mil quinhentos e quarenta e nove reais com noventa e dois centavos);

III - Rua Conde D’Eu, compreendida entre as Ruas Pedro Damo e Dom João VI, com valor de R\$ 61.717,92 (sessenta e um mil setecentos e dezessete reais e noventa e dois centavos);

IV - Rua Manoel da Nóbrega, compreendida entre as Ruas Conde D’Eu e José Cerizolli, com valor de R\$ 23.633,54 (vinte e três mil seiscentos e trinta e três reais com cinquenta e quatro centavos);

V - Rua José Cerizolli, compreendida entre as Ruas D. João VI e final da mesma (Q43/Q59), com valor de R\$ 63.259,98 (sessenta e três mil duzentos e cinquenta e nove reais com noventa e oito centavos);

VI - Rua Almirante Barroso, compreendida entre as Ruas 07 de Setembro e 08 de Maio, com valor de R\$ 26.049,92 (vinte e seis mil e quarenta e nove reais com noventa e dois centavos);

VII - Rua Anchieta, compreendida entre as Ruas dos Pinhais e o final da mesma (Q03/Q54), com valor de R\$ 53.978,76 (cinquenta e três mil novecentos e setenta e oito reais com setenta e seis centavos);

VIII - Rua Luiz Baesso, compreendida entre a SC-160 e Rua Enrique Girelli, com valor de R\$ 95.451,95 (noventa e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais com noventa e cinco centavos).

§ 2º A fonte de recursos dos valores obtidos será através da aplicação de recursos próprios do Município de Serra Alta e/ou por meio de Emendas Parlamentares.

§ 3º O Prefeito Municipal, com base em documentos e tendo em vista a natureza da obra ou conjunto de obras, os benefícios para os usuários, o nível de renda dos contribuintes e o volume ou quantidade de equipamentos públicos existentes na zona de influência, poderá reduzir, em até 50% (cinquenta por cento), do custo total da obra realizada, publicando o valor a ser financiado pelos contribuintes na forma do Art. 148, inciso III da Lei Complementar nº. 017/2014, já incluída a redução aqui autorizada.

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser financiada pela contribuição;
- d) delimitação da zona beneficiada, com relação dos imóveis nela compreendidos;
- e) valorização individual e total dos imóveis em consequência da obra pública;
- f) valor da contribuição de melhoria a ser paga pelo proprietário.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Serra Alta, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Administração o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada via correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da Melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 17/2014 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em conta:

I – valor da propriedade localizada na área de influência da obra pública, constante no Cadastro de Rendas Imobiliárias da Prefeitura Municipal de Serra Alta;

II – a situação do terreno na zona de influência

III – sua testada e área

IV – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite a valorização do imóvel do contribuinte em decorrência das referidas obras de pavimentação, em observância a eventual limitação imposta por Lei.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria apurada e calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V – prazo para a impugnação;

VI – o pagamento se dará por DAM (documento de arrecadação municipal) por meio de boleto bancário em banco conveniado com o município de Serra Alta, iniciando sua cobrança no mês subsequente ao término da obra.

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à Melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da Contribuição de Melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira, para o notificado;

II – a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III – a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11 Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O contribuinte que optar pelo pagamento da contribuição de melhoria, em uma só vez, gozará de um desconto de até 20% (vinte por cento), a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II – Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º Independentemente do número de prestações, no parcelamento será observado:

I – O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 50 UFRM (cinquenta unidades fiscais de referência do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14 As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014).

§ 1º A interrupção do adimplemento do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em Lei, o crédito tributário correspondente a contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15 Ficam excluídos da incidência da contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal e Templos Religiosos.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam aos requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17 A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I – 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II – 3,0% (três por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III – 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I – no ato do recebimento do tributo;

II – no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III – sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18 Os débitos fiscais de que trata esta Lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do IGPM/FGV, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19 Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado,

devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante à Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Serra Alta é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 21 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou prova.

Art. 22 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 23 O Secretário Municipal de Administração proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;

II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25 O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado.

Art. 28 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 17/2014) e demais legislação no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014).

Art. 30 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014) serão

contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º Para os fins das disposições desta Lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32 As despesas constantes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Serra Alta.

Art. 33 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, de 22 de maio de 2013, revogam-se as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 15 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

31/2020

Publicação Nº 2523898

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 31/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 09/2020
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviços de Desinfecção de Ambientes, destinados às ações de combate à COVID-19 no Município de Siderópolis/SC.
 2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
 3. Data da sessão pública: 26/06/2020 às 09h00 min
 4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
 5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
 6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
- Siderópolis, 15 de junho de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº161/2020

Publicação Nº 2523321

DECRETO Nº 161 DE 05 DE JUNHO DE 2020
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.352, de 11 de dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.00,00 (quinhentos mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	5.083	Operações de Crédito Internas – Outros Programas
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	105	

VALOR: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Receitas de Recursos de Operações de Crédito Internas – Outros BRDE, no valor de 500.000,00 (quinhentos mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.352, de 11 de dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 05 de Junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Junho de 2020.

DECRETO Nº162/2020

Publicação Nº 2523325

DECRETO N.º 162 DE 9 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA AIRTON LEAL GHISI COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 62/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na execução dos contratos deva ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Airton Leal Ghisi, brasileiro, CPF nº 800.543.079-53, e-mail: airtonghisi@hotmail.com, telefone nº: (48) 3435-8900 e 99904-5775, engenheiro civil, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº62/2020, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de recomposição de pavimento com lajotas para eventuais reparos em ruas e avenidas do município, de acordo com as especificações do Edital e anexos.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 9 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 9 de junho de 2020.

LEI Nº2.274/2020

Publicação Nº 2523893

LEI Nº. 2.374/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020

DENOMINA RODOVIA MUNICIPAL AGOSTINHO TOMASI NA LOCALIDADE DE SÃO PEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º Fica denominada de Rodovia Municipal Agostinho Tomasi a estrada municipal que margeia o lado oeste do Rio São Bento, localizada na localidade de São Pedro, com extensão de 2.099,00 (dois mil e noventa e nove) metros.

Art. 2º A Rodovia Municipal Agostinho Tomasi inicia na Rua Paulino Cizeski, na coordenada plana UTM E: 641.125,09m e N: 6.834.355,47m, e segue sentido sul, numa extensão de 2.099,00 (dois mil e noventa e nove) metros, até o limite com o Município de Nova Veneza, na coordenada plana UTM E: 641.230,48m e N: 6.832.392,32m.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Siderópolis comunicará a denominação da via pública mencionada no Art. 1º aos órgãos e serviços oficiais, assim como realizará atualização cadastral junto aos sistemas da municipalidade (IPTU, ISSQN) imediatamente após a sanção e/ou publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Siderópolis, 10 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin, em 10 de junho de 2020.

LEI Nº2.373/2020

Publicação Nº 2523891

LEI Nº. 2.373/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2020 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), conforme abaixo discriminado:

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	116	

VALOR: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

Art. 2º A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados.

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
ELEMENTO	4.4.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos
CÓDIGO	106	

VALOR: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

--	--	--

Art. 3º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Siderópolis, 10 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin, em 10 de junho de 2020.

PORTARIA Nº112/2020

Publicação Nº 2523328

PORTARIA Nº 112, DE 21 DE MAIO 2020

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 16/2019

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 16/2019, considerando o retorno ao trabalho da servidora LUANA MARA RODRIGUES, CPF/MF nº 048.479.819-79, Técnica de Enfermagem, na Secretaria de Saúde, a partir do dia 01/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 21 de Maio de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de maio de 2020.

PORTARIA Nº113/2020

Publicação Nº 2523330

PORTARIA Nº 113, DE 25 DE MAIO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS FUNCIONARIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto Municipal Nº 97/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos funcionárias a seguir relacionados, pelo período em que aponta a relação, devendo estas funcionarias voltar as atividades laborais no dia letivo seguinte ao do fim das férias:

NOME	CPF	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO
Juliana Dias Antonio Zeferino	065.324.589-02	30 Dias	27/05/2020 até 26/06/2020
Rosa de Fátima Salvaro	518.006.169-53	18 Dias	27/05/2020 até 14/06/2020
Loiva Mara Martins	909.315.219-04	18 Dias	27/05/2020 até 14/06/2020
Lucimar Aparecida Goularte Vamerlati	951.672.429-91	18 Dias	27/05/2020 até 14/06/2020
Veridiana Rodrigues Adriano	053.549.290-68	18 Dias	27/05/2020 até 14/06/2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de maio de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de maio de 2020.

PORTARIA Nº114/2020

Publicação Nº 2523333

PORTARIA Nº 114, DE 22 DE MAIO 2020

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO PROFISSIONAL WILLIAN DA CONCEIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário do funcionário, WILLIAN DA CONCEIÇÃO brasileiro, CPF/MF sob nº 102.160.239-63, Auxiliar de Serviços Gerais, atualmente vinculado a Secretaria de Obras, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de maio de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2020.

PORTARIA Nº115/2020

Publicação Nº 2523336

PORTARIA Nº 115 DE 26 DE MAIO DE 2020

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA VERA LUCIA NOGUEIRA BETTIOL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora VERA LUCIA NOGUEIRA BETTIOL, CPF/MF nº 685.499.119-68, Recepcionista, a contar de 25/05/2020.

.Art. 2º - Esta Portaria retroage a 25/05/2020.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de maio de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de maio de 2020.

PORTARIA Nº116/2020

Publicação Nº 2523339

PORTARIA Nº 116, DE 26 DE MAIO 2020

REGULAMENTA O TRABALHO REMOTO DA FUNCIONARIA MARIA NAZARETH MORAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Portaria 428/2020 do Ministério da Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Regular o trabalho remoto da conselheira tutelar Maria Nazareth Moraes, CPF nº 838.651.019-68, Conselheira Tutelar, a partir desta data;

Art. 2º - O regime de trabalho remoto fica condicionado:

I – Realizar as atividades de sua competência, com vistas a atingir os resultados equivalentes ao período que laborou de forma presencial, além de outras atividades rotineiras pertinentes a sua função;

II – Observar os prazos de praxe fixados para a realização dos trabalhos;

III – Manter o telefone de contato permanentemente atualizado e ativo;

IV - Atender às solicitações de providências, informações e outras demandas pelo processo eletrônico, telefone de contato e caixa postal individual de e-mail;

V - Informar ao chefe imediato eventuais dificuldades, dúvidas ou informações que possam atrasar ou prejudicar a entrega dos trabalhos sob sua responsabilidade;

VI - Preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, quando cabível;

VII – Acessar diariamente de forma remota ao e-mail, telefone e demais sistemas necessários para a realização de suas atribuições, de forma a sempre ficar conectado e pronto para atender as necessidades rotineiras;

VIII – Entregar semanalmente 5 relatórios a serem desenvolvidos um em cada dia da semana, de forma que transpareça as atividades desenvolvidas naquele período laboral, devendo estes serem entregues juntamente toda sexta-feira da semana as 17h na Secretaria ao qual está vinculado, onde serão analisados e direcionados ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal;

§1º - O relatório citado no artigo 2º, inciso VIII, segue anexado;

§2º - A inobservância injustificada de qualquer um dos incisos deste artigo acarretará no encerramento do regime de trabalho remoto e poderá o mesmo sofrer sanções pertinentes ao que fora desatendido desta regulamentação;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 26 de Maio de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº117/2020

Publicação Nº 2523341

PORTARIA Nº 117, DE 27 DE MAIO DE 2020.

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO DE AUXILIAR DE ALMOXARIFE EM FUNÇÃO DA MORTE DO SERVIDOR SAULO ADRIANO ZENI

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Declara vacância do cargo de Auxiliar de Almoхарife, a contar de 01 de maio de 2020, em função da morte do servidor SAULO ADRIANO ZENI.

Art. 2º - Esta Portaria retroage a 01 de maio de 2020.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de maio de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de maio de 2020.

PORTARIA Nº118/2020

Publicação Nº 2523342

PORTARIA Nº118, DE 27 DE MAIO 2020

Prorroga Licença SEM VENCIMENTOS para tratar de interesses particulares Ao SERVIDOR LEOMAR DALCIN e dá outras providências

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares ao servidor Leomar dalcin, CPF/MF nº 966.117.900-04, Médico Veterinário, pelo período de 4 (quatro) meses, a contar de 02/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de Maio de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Maio de 2020.

PORTARIA Nº119/2020

Publicação Nº 2523344

PORTARIA Nº 119, DE 28 DE MAIO DE 2020

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 46/2020

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 46/2020, considerando o retorno ao trabalho da servidora GISELE ELIZABETH TOMÉ MARIANI, CPF/MF nº 028.590.279-20, Agente Comunitária de Saúde, na Secretaria de Saúde, a partir do dia 03/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 28 de Maio de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de maio de 2020.

PORTARIA Nº120/2020

Publicação Nº 2523346

PORTARIA Nº 120, DE 28 DE MAIO DE 2020

Concede Licença para tratar de interesses particulares ao servidor charles henrique dos santos e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares ao servidor CHARLES HENRIQUE DOS SANTOS, CPF/MF nº 288.355.909-06, Fiscal de Obras e Posturas, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 3 (três) meses, a contar de 03/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 28 de Maio de 2020.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de maio de 2020.

PORTARIA Nº121/2020

Publicação Nº 2523349

PORTARIA Nº 121, DE 28 DE MAIO 2020

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 34/2020

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 34/2020, considerando o retorno ao trabalho da servidora Andreia Meira Ferrary, CPF/MF nº 860.439.009-04, Fonoaudióloga, na Secretaria de Educação, a partir de 01/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 28 de Maio de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de Maio de 2020.

PORTARIA Nº122/2020

Publicação Nº 2523351

PORTARIA Nº 122, DE 01 DE JUNHO 2020

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 59/2020

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 59/2020, considerando o retorno ao trabalho da servidora FERNANDA CRISTINA FRELO, CPF/MF

nº 906.902.229-04, Técnica Auditoria em Saúde Pública, na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de junho de 2020.

PORTARIA Nº123/2020

Publicação Nº 2523353

PORTARIA Nº 123 DE 03 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA ALBERTINA PIERINI COMIN PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora ALBERTINA PIERINI COMIN, CPF/MF nº 018.161.759-51, Agente Comunitária de Saúde, a contar de 17/06/2020.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 03 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de junho de 2020.

PORTARIA Nº124/2020

Publicação Nº 2523357

PORTARIA Nº 124 DE 03 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA OLINDA CUSTODIO RODRIGUES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora OLINDA CUSTODIO RODRIGUES, CPF/MF nº 777.883.119-87, Professor-MAG-LP, a contar de 01/06/2020.

.Art. 2º - Esta Portaria retroage a 01/06/2020.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 03 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de junho de 2020.

PORTARIA Nº125/2020

Publicação Nº 2523360

PORTARIA Nº 125, DE 08 DE JUNHO 2020
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 116/2020

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 116/2020, considerando a retomada das atividades laborais nos moldes da realidade anterior a da portaria supra citada, da servidora MARIA NAZARETH MORAIS, CPF/MF nº 838.651.019-68, Conselheira Tutelar, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 08 de Junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de junho de 2020.

PORTARIA Nº126/2020

Publicação Nº 2523363

PORTARIA Nº 126, DE 08 DE JUNHO DE 2020
EXONERA A PEDIDO GISELE ELIZABETH TOME MARIANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.801/2009.

Considerando a adesão do servidor ao PDI – Programa de Demissão Incentivada, através de requerimento formal protocolado.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera, a pedido, GISELE ELIZABETH TOME MARIANI, brasileiro (a), CPF sob nº 028.590.279-20, Agente Comunitária de Saúde, do Quadro Permanente do Município, a partir de 03/06/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra retroage a data de 03/06/2020.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 08 de Junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de junho de 2020.

Sombrio

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - P.P 007/2020 FMS-S.R.P

Publicação Nº 2523826

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020-FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020-FMS

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de 02 (dois) veículos novos, zero km, para o município de Sombrio/SC, com a finalidade de oferecer melhor atendimento no transporte de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, obedecendo as especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições constantes no Termo de Referência (Anexo I). Base Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser protocolados até às 09h00min do dia 26 de junho de 2020, com início do credenciamento e abertura marcada para às 09h30min do dia 26 de junho de 2020. Maiores informações no Setor de Licitação de Sombrio/SC, sito à Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro de Sombrio/SC, no horário das 07h00 às 13h00min de segunda à sexta-feira ou pelo telefone (48) 3533-5225. Sombrio/SC, 15 de junho de 2020.

Dângelo da Silva Santos

Secretário Municipal de Saúde

Sul Brasil

PREFEITURA

PREGÃO 025/2020

Publicação Nº 2524511

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 048/2020

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2020

Tipo: Menor Preço no Item

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

Entrega dos envelopes: 08:30 horas do dia 29 de junho de 2020

Abertura dos envelopes: 08:45 horas do dia 29 de junho de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 16 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 123/2020

Publicação Nº 2523833

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Contrato 123/2020

Processo Licitatório n. 38/2020 Tomada de Preço n. 03/2020

Objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA\HOMEM) PARA A EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NA QUADRA COBERTA DO IRAKITAN. Contratante: Município de Tangará. Contratado: ANDRESSA PAULA DE SOUZA - ME. Valor total: R\$ 19.633,54 (dezenove mil seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

Tangará, 15 de Junho de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

LEI N.º 2.506, DE 10 DE JUNHO DE 2020. "RECONHECE DÍVIDAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 2524348

LEI N.º 2.506, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

"RECONHECE DÍVIDAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, I, da Lei Orgânica do Município c/c o art. 37 da Lei n.º 4.320/64: Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, processar, liquidar e efetuar o pagamento da seguinte despesa contraída no exercício financeiro de 2019:

I – despesa contraída para aquisição de material de informática para o Hospital Municipal Frei Rogério, junto à empresa MAXI MOVEIS E PAPAELARIA LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 23.518.341/0001-59, no valor de R\$ 183,00 (cento e oitenta e três reais), de conformidade com a NF-e n.º 000.004.838, datada de 20.03.2019.

II – despesa contraída para aquisição de utensílios para armazenamento de medicamentos para o Hospital Municipal Frei Rogério, junto à empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 85.248.680/0001-10, no valor de R\$ 3.880,00 (três mil e oitocentos e oitenta reais), de conformidade com a NF-e n.º 000.016.419, datada de 20.11.2019.

III – despesa contraída para aquisição de utensílios para cozinha para o Hospital Municipal Frei Rogério, junto à empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 85.248.680/0001-10, no valor de R\$ 198,25 (cento e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos), de conformidade com a NF-e n.º 000.016.481, datada de 28.11.2019.

Art. 2.º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 10 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 371, DE 10 DE JUNHO DE 2020. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 2524351

PORTARIA Nº 371, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para a aquisição de peças de fardamento, bem como mascaras de proteção individual para uso da Polícia Militar do Município de Tangará/SC, no valor de R\$ 2.566,00 (dois mil quinhentos e sessenta e seis reais), da empresa ADRIANA MARA DREHER, CNPJ nº 34.132.339/0001-63, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 10 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 044/2020

Publicação Nº 2524714

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 83/2020 Pregão Presencial n. 44/2020

Objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E RETROESCAVADEIRA, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE HORA/MÁQUINA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE OBRAS E AGRICULTURA. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 29/06/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 16 de Junho de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 155/2020

Publicação Nº 2523303

DECRETO Nº. 155/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 956, de 04 de Novembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 21.286,44 (Vinte e um mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento do Fundo Municipal de Saude conforme segue:

ÓRGÃO: 06 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 01 – FUNDO DE SAUDE

PROJ./ATIV.: 2.062– PROGRAMA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA - ESF

MODALIDADE: 3.1.90.005307 – Aplicações Diretas (52) R\$ 21.286,44

FONTE DE RECURSO: 05307 – COVID - 19 -Recursos Transf. Uniao (Saude e assistencia LC 173/2020 Art. 5º, I-b)

TOTAL R\$ 21.286,44

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 21.286,44 (Vinte e um mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados o recursos do provável excesso de arrecadação da fonte 5307 - COVID - 19 -Recursos Transf. Uniao (Saude e assistencia LC 173/2020 Art. 5º, I-b), repassados por força da emenda constitucional LC 173/2020 que será realizada em 4 parcelas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE JUNHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO 156/2020

Publicação Nº 2523388

DECRETO Nº. 156/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 956, de 04 de Novembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.365,16 (Dois mil trezentos e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.038– MANUTENÇÃO DA SECRETARIA E ASSISTENCIA SOCIAL

MODALIDADE: 3.1.90.005307 – Aplicações Diretas (210) R\$ 2.365,16

FONTE DE RECURSO: 05307 – COVID - 19 -Recursos Transf. Uniao (Saude e assistencia LC 173/2020 Art. 5º, I-b)

TOTAL R\$ 2.365,16

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 2.365,16 (Dois mil trezentos e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos) de que trata o artigo

1º do presente Decreto, ficam utilizados o recursos do provável excesso de arrecadação da fonte 5307 - COVID - 19 -Recursos Transf. Uniao (Saude e assistencia LC 173/2020 Art. 5º, I-b), repassados por força da emenda constitucional LC 173/2020 que será realizada em 4 parcelas.

Art. 3º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 177.700,00 (Cento e setenta e sete mil e setecentos reais), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – CHEFIA DE GABINETE

PROJ./ATIV.: 2.002– MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

MODALIDADE: 3.1.90.005308 – Aplicações Diretas (208) R\$ 175.600,00

FONTE DE RECURSO: 05308 – COVID - 19 -Recursos Transf. Uniao (Sem destinação Especifica LC 173/2020 Art. 5º, II-b)

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DA FAZENDA

UNIDADE: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

PROJ./ATIV.: 0.002– CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP

MODALIDADE: 3.3.90.005308 – Aplicações Diretas (209) R\$ 2.100,00

FONTE DE RECURSO: 05308 – COVID - 19 -Recursos Transf. Uniao (Sem destinação Especifica LC 173/2020 Art. 5º, II-b)

TOTAL R\$ 177.700,00

Art. 4º Para dar cobertura ao valor de R\$ 177.700,00 (Cento e setenta e sete mil e setecentos reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados o recursos do provável excesso de arrecadação da fonte 05308 – COVID - 19 -Recursos Transf. Uniao (Sem destinação Especifica LC 173/2020 Art. 5º, II-b), repassados por força da emenda constitucional LC 173/2020 que será realizada em 4 parcelas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE JUNHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 196/2020

Publicação Nº 2524660

PORTARIA Nº. 196/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal, Sr. ALDERI PAULO SCHAFFER, portador CPF nº. 020.387.959-75, Fiscal Tributário, 40 horas semanais, efetivo, Matrícula nº. 288/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 16 de Junho de 2020 a 30 de Junho de 2020, retornando as atividades normais em 01 de Julho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE JUNHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezesseis de junho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 197/2020

Publicação Nº 2524661

PORTARIA Nº. 197/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade

com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar n°. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. CLAIRTON HONNEF, portador do CPF n°. 656.123.459-68, efetivo no cargo de Vigia, cadastrado sob a matrícula n° 520/01, pelo período de 14 (quatorze) dias, a partir de 15 de Junho de 2020 a 28 de Junho de 2020, retornando as atividades normais em 29 de Junho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar n°. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar n° 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 15 de Junho de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 16 DE JUNHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezesseis de junho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 198/2020

Publicação N° 2524689

PORTARIA N°. 198/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar n°. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. ADAO CESAR GANZER, portador do CPF n°. 027.693.219-60, efetivo no cargo de Motorista, cadastrado sob a matrícula n° 438/01, pelo período de 14 (quatorze) dias, a partir de 15 de Junho de 2020 a 28 de Junho de 2020, retornando as atividades normais em 29 de Junho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar n°. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar n° 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 15 de Junho de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 16 DE JUNHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezesseis de junho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 199/2020

Publicação Nº 2524691

PORTARIA Nº. 199/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Sra. ELIZETE MARAFON GANZER, portadora do CPF nº. 033.796.539-00, efetiva no cargo de Merendeira, cadastrada sob a matrícula nº 416/01, pelo período de 14 (quatorze) dias, a partir de 15 de Junho de 2020 a 28 de Junho de 2020, retornando as atividades normais em 29 de Junho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 15 de Junho de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 16 DE JUNHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezesseis de junho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/PMT/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/PMT/2020

Publicação Nº 2523814

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/PMT/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/PMT/2020

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de notebooks, impressoras multifuncionais tanque de tinta, tintas compatíveis com referidas impressoras, tablet e tonners de impressão, para Delegacia de Polícia Civil, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por item

Data de Abertura: 29 de junho de 2020, às 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/PMT/2020 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 053/PMT/2020

Publicação Nº 2523883

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/PMT/2020
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 053/PMT/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de sonorização para divulgação de Informações, Alertas e Decretos Municipais sobre a COVID-19, na Zona Urbana e Rural, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por Item;

Data de Abertura: 24 de junho de 2020, às 08h00, em consonância com o artigo 4º-G, da Lei nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICADO E NOVA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/PMT/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/PMT/2020

Publicação Nº 2524011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/PMT/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/PMT/2020
RETIFICADO E NOVA DATA DE ABERTURA

Objeto: Aquisição e Instalação de Equipamentos de Semáforos de Sinalização de Trânsito com Botoeiras e Compreendendo a Instalação em Novos Cruzamentos com o Fornecimento de Todo o Material, solicitado pelo DITRAN - Diretoria de Trânsito, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Global

Data de Abertura: 29 de Junho de 2020, às 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1555-2020

Publicação Nº 2523728

DECRETO Nº 1555, 15 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Tijucas.

ELÓI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 18 da Lei 2762/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada em R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) a dotação orçamentária que segue:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

103010026 - 2046 - Conservação e Adaptação das Unid. de Saúde e mod. de seus Equipamentos

3.3.90.00 (23) 02.0633 - Aplicação Direta R\$ 200.000,00

Art. 2º A Suplementação referida no artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação por fonte de recurso. (convenio 2020TR0004520).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 15 de junho de 2020.

ELÓI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

DECRETO Nº 1556-2020

Publicação Nº 2524657

DECRETO Nº 1556, 16 DE JUNHO DE 2020.

Altera o Decreto nº 1554, 07 de junho de 2020, que dispõe sobre as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID19), e dá outras providências.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO as recomendações da Secretaria Estadual de Saúde, órgão competente, por meio do Centro de Operações e Emergências em Saúde (COES), a coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), bem como a necessidade de medidas de vigilância epidemiológica com fundamento nas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o estabelecido no art. 36 do Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, onde os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as previstas nos Decretos Estaduais ou em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, observadas as informações técnicas do COES e de acordo com a necessidade apresentada, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO o aumento alarmante, demonstrados nos boletins epidemiológico dos últimos 15 (quinze) dias, de casos confirmados de infectados pelo novo coronavírus (COVID-19) no Município de Tijucas,

DECRETA:

Art.1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 1554, 07 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

I – até 30 de junho de 2020, a circulação de veículos de transporte coletivo municipal e intermunicipal de passageiros no Município de Tijucas;

(...)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Tijucas (SC), 16 de junho de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO JULGAMENTIO DAS PROPOSTAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/PMT/2020 CC Nº 002/PMT/2020

Publicação Nº 2523804

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/PMT/2020
CONCORRÊNCIA Nº 002/PMT/2020

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que fora concluído o julgamento das Propostas do Processo Licitatório nº 085/PMT/2020 e Concorrência nº 002/PMT/20, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO DA AVENIDA BEIRA RIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC. Registra-se que nenhum representante legal das empresas habilitadas estavam presente nesta sessão. Denota-se, conforme Ata exarada na data de 10/06/2020, que o representante legal da empresa LF EMPRETEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, Sr. José Rodrigues Pereira, manifestou-se no sentido de renovar sua proposta, invocando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. Verifica-se que a citada empresa LF EMPRETEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI na data de hoje (15/06/2020) manifestou-se no sentido de não renovar o seu lance. Neste sentido a CPL juntamente com a Equipe Técnica de Engenheiros da Prefeitura Municipal decide julgar vencedora do certame a empresa ENGEPLAN TERRAPLANAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, neste ato não havia representante legal presente, a qual apresentou o valor global de R\$ 6.593.117,00 (seis milhões, quinhentos e noventa e três mil, cento e dezessete reais), atendendo com os requisitos do edital. Ato contínuo, conforme manifestação da representante legal da empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, Sra. Juliana da Silva da Rocha, a qual manifestou a intenção de recurso, alegando que a empresa LF EMPRETEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI e a empresa PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, não apresentaram o quadro de composição de todos os itens, conforme 8.1.9, sendo acatado pela CPL, pois ambas não atenderam com os requisitos do edital, restando as propostas DECLASSIFICADAS. Tendo em vista que não compareceu nenhum representante legal nesta sessão, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme artigo 109, inciso I "b" da Lei 8.666/93, ficando desde já franqueado vista dos autos. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 25.2020 PMT

Publicação Nº 2524571

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 25/2020 - PMT

INTERESSADAS: FUNERÁRIA BUTZKE LTDA. ME
CASA FUNERÁRIA GUILHERME BUTZKE LTDA. ME

Às nove horas, do décimo quinto dia, do mês de junho de dois mil e vinte (15/06/2020), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782 de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Portarias de nº. 1880 – 10/02/20 e de nº. 2053 – 29/05/2020 e os seguintes representantes: FUNERÁRIA BUTZKE LTDA. ME – Sr. Emílio Butzke Filho e CASA FUNERÁRIA GUILHERME BUTZKE LTDA. ME – Sr. Guilherme Butzke Neto, para abertura dos envelopes de Habilitação do processo licitatório Concorrência nº. 25/2020 - PMT.

Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta de Preço as seguintes empresas: FUNERÁRIA BUTZKE LTDA. ME – CNPJ nº. 80.699.101/0001-31 e CASA FUNERÁRIA GUILHERME BUTZKE LTDA. ME – CNPJ nº. 03.326.937/0001-40.

Dando início à sessão, o Presidente solicitou aos membros da Comissão de Licitação e demais representantes presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade e, em seguida, passou à abertura dos envelopes "Habilitação", colocando à disposição de todos, para exame e rubrica, nos documentos neles contidos.

Ato contínuo, o Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos de habilitação ao Analista Contábil, tendo em vista a necessidade de análise e parecer da Qualificação Econômico-Financeira, item 6.1.5 do Edital.

Os envelopes da proposta de preço deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão, sendo que os representantes retiraram-se antes da conclusão da presente.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

THOMAZ H. CAMPREGHER TAINARA H. FISTAROL LOURDES MOSER
Presidente Membro Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º42 2020PMT - AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E GASOLINA COMUM

Publicação Nº 2524573

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 42/2020 PMT

OBJETO: aquisição de lubrificantes, aditivos e combustível (gasolina comum), destinados à manutenção e abastecimento dos equipamentos (veículos e máquinas) da Administração Direta e Indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 02 de julho de 2020. ABERTURA: dia 02 de julho de 2020 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 15/06/2020
MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola
BRUNA DE ANDRADE
Secretária de Planejamento, Trânsito,
Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE
FÁBIO MELERE
Coordenador da Defesa Civil
MÁRCIA WITTHOEFT MELLIES
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 118.2017 PMT

Publicação N° 2524574

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 118/2017 PMT
PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2017

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, COPY LINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ n°. 04.724.655/0001-63, a comparecer para assinatura do Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 118/2017, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 23/06/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 15 de junho de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 209.2019 PMT

Publicação N° 2524575

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 209/2019
INEXOGIBILIDADE N° 82/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa TORDO ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL EIRELLI, CNPJ n°. 09.374.966/0001-63, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 23/06/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 15 de junho de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 81.2019 PMT - RUDIPEL

Publicação N° 2524577

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 81/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, CNPJ N° 75.415.075/0002-13 a comparecer para assinatura do Quarto Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 81/2019, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 23/06/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 15 de junho de 2020
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 23.2019 FCT

Publicação N° 2524578

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 23/2019 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa HORIZONTE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA

LTDA-ME, CNPJ nº. 73.343.220/0001-91, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 23/06/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 15 de junho de 2020.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

DECISÃO - PEDIDO DE REAJUSTE AO CONTRATO 23.2019 FCT - HORIZONTE TECNOLOGIA DE INFORMATICA

Publicação Nº 2524580

DECISÃO

PEDIDO DE REAJUSTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2019

HORIZONTE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA-ME

A Fundação de Cultura e Turismo de Timbó, em resposta aos pedidos de reajuste e acréscimo ao Contrato Administrativo nº 23/2019, em 08/05/2020, informa que:

O Contratado apresentou pedido de Reajuste ao Contrato Administrativo nº 23/2019 FCT, justificando para tanto a necessidade de revisão do valor contratual, decorrente do transcurso de 12 meses.

Ocorre que a solicitação encaminhada foi com base no índice IGPM, correspondente ao período de abril/2019 a mar/2020 de 6,82%, porém, conforme a Cláusula Oitava do Contrato Administrativo nº 23/2019, o valor do contrato poderá sofrer reajustes a cada 12 meses, segundo o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado mensalmente pelo IBGE.

Portanto, é indevido o reajuste com base no índice pleiteado, devendo-se aplicar o índice estabelecido no contrato e reajustado no percentual correspondente ao índice IPCA (divulgado pelo IBGE) de 3,755090% (03/2019 até 04/2020) acumulado no período contratual, a contar de seu pedido, em maio de 2020.

O Contratado também apresentou solicitação de acréscimo ao valor do contrato, decorrente de atualizações ocorridas no sistema e que representariam um acréscimo ao valor do contrato da seguinte forma:

A) Migração de Dados - Valor Único de R\$ 350,00. (podendo, ser diluído nas 7 parcelas de R\$50,00 de (maio/dezembro) faltante até o término do contrato em 12/2020)

B) Hospedagem na Nuvem/Servidor – Valor mensal de R\$ 100,00.

As alterações contratuais encontram amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, o qual dispõe que "Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: § 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos".

Desta forma, o requerimento da Contratada acerca do acréscimo contratual não poderá ser deferido, pois tais custos representariam um acréscimo de R\$ 150,00 mensais ao valor do contrato, o que supera o limite de 25% disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Deste modo, todo e qualquer acréscimo ao valor do contrato fica limitado a 25% do valor original do contrato, que é de R\$ 220,00, de modo que, aplicando-se o percentual de 25% ao valor do contrato já reajustado pelo índice IPCA (R\$ 228,26), o acréscimo ficaria limitado a R\$ 57,06 (25% x R\$ 228,26), chegando-se ao valor de R\$ 285,32 para o valor mensal do contrato.

Sendo assim, o acréscimo proposto pela Contratada é de R\$ 150,00 mensais ou R\$ 1.350,00 considerando o valor global do contrato, o que representa um aumento de aproximadamente 59%, impossibilitando a sua concessão por ultrapassar os limites impostos pela Lei nº 8.666/93.

Diante do exposto, DEFIRO PARCIALMENTE para:

a) Negar o pedido de acréscimo ao valor do contrato;

b) Aplicar o reajuste contratual, a contar do pedido (08/05/2020), no percentual correspondente ao índice IPCA (divulgado pelo IBGE) de 3,755090% (03/2019 até 04/2020) sobre o valor original do Contrato administrativo.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 05 de junho de 2020.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó

DECRETO Nº 5620, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524469

DECRETO Nº 5620, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mediante a utilização dos recursos assim indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	08.001.0015.0452.0260.2560.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
596	0.300000	LIVRE	100.000,00
		TOTAL	100.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5621, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524471

DECRETO Nº 5621, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 138.217,12.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019, bem como na Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 124.677,12 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais e doze centavos), nos termos da Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, mediante a utilização dos recursos assim indicados:

REFERÊNCIA	15.02.0010.0302.0311.1627	MODERNIZAÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
874	0.33300	TRANSF. CONVENIOS – UNIAO/SAUDE - SUPERAVIT	33.333,14
875	0.33864	TRANSF. SUS/UNIAO – AT. BASICA - SUPERAVIT	26.147,89
857	0.33865	TRANSF. SUS/UNIAO – MAC - SUPERAVIT	44.473,69
876	0.33870	TRANSF. SUS/UNIÃO - SUPERAVIT	20.722,40
		TOTAL	124.677,12

Art. 2º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 13.540,00 (treze mil, quinhentos e quarenta reais), mediante a utilização dos recursos assim indicados:

REFERÊNCIA	15.02.0010.0302.0311.2624.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
877	0.3800165	SAUDE - MAC	
		TOTAL	13.540,00
		TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	138.217,12

Art. 3º O Crédito Suplementar de que tratam os artigos anteriores, totalizando R\$ 138.217,12 (cento e trinta e oito mil, duzentos e dezessete reais e doze centavos), corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5624, DE 11 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524189

DECRETO Nº 5624, DE 11 DE JUNHO DE 2020

Decreta Luto Oficial de três (03) dias em virtude do falecimento do ex-vereador Waldemar Elizio.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990; e

CONSIDERANDO o falecimento do ex-vereador deste município, o senhor Waldemar Elizio, ocorrido ontem, dia 10, às 23h 35min, e,

CONSIDERANDO a relevante atuação política,

DECRETA:

Art.1º Luto Oficial de três (03) dias no Município de Timbó/SC, a contar desta data, em virtude do falecimento do ex-vereador WALDEMAR ELIZIO, ocorrido ontem, dia 10, às 23h 35min, mantidas todas as atividades e prazos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 03 2020 FME - AQUISIÇÃO DE UNIFORMES

Publicação Nº 2524586

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2020 - FME

ÓRGÃO GESTOR: Fundação Municipal de Esportes de Timbó.

OBJETO: Aquisição de uniformes esportivos, uniformes de expediente e camisas promocionais dos eventos da Fundação Municipal de Esportes.

EMPRESA FORNECEDORA: MBL CONFECÇÕES LTDA - EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 14.880,00 (quatorze mil, oitocentos e oitenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/06/2021

Timbó, 16/06/2020
JULIA DE FREITAS
Diretora Presidente da Fundação Municipal de Esportes

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 04 2020 PMT - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO

Publicação Nº 2524597

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas; da Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços; do Fundo Municipal de Educação; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo Municipal de Reequipamento da Polícia Militar, da Fundação de Cultura e Turismo e do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto.

OBJETO: Aquisição de materiais de proteção e segurança destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP, RP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME e SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 390.516,16 (trezentos e noventa mil, quinhentos e dezesseis reais e dezesseis centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/06/2021

Timbó, 16/06/2020

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

BRUNA DE ANDRADE

Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

MARCIA WITTHOEFT MELLIES

Secretária de Educação

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde e Assistência Social

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

(representando o Fundo Municipal de Reequipamento da Polícia Militar)

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05 2020 SAMAE - AQUISIÇÃO DE BOBINAS

Publicação Nº 2524590

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2020 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto – SAMAE.

OBJETO: Aquisição de bobinas de etiquetas termossensíveis, para a emissão de faturas de água simultâneas no ato da leitura, realizada pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

EMPRESAS: PERSONALIZE PAPÉIS LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 25.920,00 (vinte e cinco mil novecentos e vinte reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/06/2021

16/06/2020

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 37 2020 PMT - AQUISIÇÃO DE PÃES

Publicação Nº 2524592

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2020 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Emergência da defesa Civil.

OBJETO: aquisição de pães destinados ao Fundo Municipal de Saúde (para utilização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS), ao Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM (para complemento da alimentação dos Policiais Militares da 2ª Companhia de Polícia Militar de Timbó) e ao Fundo Municipal De Emergência da Defesa Civil (para utilização das guarnições em serviço do Corpo de Bombeiros Militar).

EMPRESA FORNECEDORA: PANIFICADORA BOM DIA LTDA - EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 13.589,00 (treze mil, quinhentos e oitenta e nove reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/06/2021

Timbó, 16/06/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

(representando o Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar)

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde e Assistência Social

FABIO MELERE

Coordenador da Defesa Civil

EXTRATO CONTRATO 73 2020 - FMDE

Publicação N° 2524581

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 73/2020

AUTORIZANTE: Fundo Municipal de Educação

AUTORIZADO: J & N COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e instalação completa de móveis sob medida conforme projeto para a Escola Municipal São Roque, em atendimento às necessidades da secretaria municipal de educação, de acordo com Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 07/2020 FMDE.

VALOR: R\$ 23.290,00 (vinte e três mil, duzentos e noventa reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/06/2021.

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2020.

MÁRCIA WITTHOEFT MELLIES
Secretária Municipal de Educação

IMÓVEL EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Publicação N° 2523947

O Município de Timbó, através da Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Comércio e Serviços, faz saber aos confinantes e terceiros eventualmente interessados que o imóvel descrito abaixo está em processo de regularização fundiária, e que, querendo, deverão apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente, em cumprimento ao art. 10, §2º do Decreto nº 4909/2018:

PROPRIETÁRIO:	Aldo Pedro Amarante
IMÓVEL:	Matrícula nº10.424, Livro 2
ÁREA DA MATRÍCULA:	11.250,00m² (onze mil duzentos e cinquenta metros quadrados)
ÁREA DO LOTE 06:	500,00m² (quinhentos metros quadrados)
ÁREA ENCONTRADA:	506,05m² (quinhentos e seis metros e cinco decímetros quadrados)
EDIFICAÇÃO:	Casa residencial com um pavimento de alvenaria com 168,15m²

Terreno urbano, designado sob o lote nº06, situado no lado par da rua Bertoldo Zilsdorf, distante pelo lado direito do imóvel 34,39 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Água Branca. Iniciando no ponto de partida PP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, Datum – SIRGAS 2000, MC 51°W, coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator): (N: 7.028.310,296; E: 671.088,886), situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente, em 25,00 metros confrontando com o lado par da rua Bertoldo Zilsdorf, até o ponto 01 (N: 7.028.291,795; E: 671.105,701); deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à esquerda com ângulo interno de 90°20'22" em 20,13 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 10.424, Livro 2, de propriedade de Bertholdo Zilsdorf, até o ponto 02 (N: 7.028.305,249; E: 671.120,681); deste segue pelos fundos, defletindo à esquerda com ângulo interno de 90°09'04" em 25,00 metros, sendo: em 16,71 metros confrontando com o lote nº 19, matriculado sob o nº 13.877, Livro 2, de propriedade de Elvira K-pers Ladehoff e em 8,29 metros confrontando com o lote nº 20, matriculado sob o nº 25.551, Livro 2, de propriedade de Aldo Pedro Amarante, até o ponto 03 (N: 7.028.323,893; E: 671.104,026); deste segue pelo lado direito, defletindo à esquerda com ângulo interno de 89°50'56" em 20,35 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 10.424, Livro 2, de propriedade de Bertholdo Zilsdorf, até o ponto de partida PP, deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 89°39'38" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 90,48 metros.

PORTARIA NO 2036, DE 18 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2524473

PORTARIA No 2036, DE 18 DE MAIO DE 2020

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais, de cargo de provimento temporário, lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Flavia de Abreu Lourenço	Auxiliar Operacional I	Nº 1225, de 05/03/2019	15/05/2020
Herminio Freitas Arleu de Melo	Médico	Nº 1810, de 17/01/2020	18/05/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2068, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2524474

PORTARIA No 2068, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Designa Servidor em substituição para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das atividades relacionadas ao Contrato Administrativo nº 112/2019 e Edital de Dispensa nº 49/2019 PMT.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º Designar o Servidor Murilo Faria Grisolia- Assessor da Divisão de Tributação e Fiscalização, para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das atividades relacionadas ao Contrato Administrativo nº 112/2019 e Edital de Dispensa nº 49/2019 PMT, firmado com a FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL (FAEPESUL), em substituição à Servidora Ketlyn Samantha Mohr, conforme Portaria nº 1697, de 14 de outubro de 2019, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PCP - 19/00169735

Publicação Nº 2524291

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Processo: 106/2019

Parecer: 20/2020

Matéria: Parecer Prévio TCE PCP – 19/00169735

Autor: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Relator: Ver. Carlos Adriano Kr-ger

Conclusão: Favorável

Data: 03/06/2020

Ementa do Projeto: Dispõe sobre a prestação de contas do Prefeito Municipal de Timbó, referente ao exercício de 2018.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina PCP-19/00169735, que trata da Prestação de Contas do Prefeito Municipal de Timbó referente ao exercício de 2018 da Prefeitura Municipal de Timbó.

Respectivo parecer foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 27 de novembro de 2011 corrente, sendo apresentado em Plenário no dia 3 de dezembro de 2019 e imediatamente autuado para ser distribuído à esta Comissão.

No dia 10 de dezembro foi apresentado por essa comissão requisição para o Presidente da Mesa Diretora no sentido de que fosse notificado o Prefeito Municipal, Jorge Augusto Kr-ger, responsável pela prestação de contas, para apresentar sua defesa, bem como fossem disponibilizados para consulta pública os autos do parecer prévio pelo prazo de 60 dias. Por conta do recesso parlamentar, entre os dias 15 de dezembro de 2019 e 31 de janeiro de 2020, os prazos de tramitação das proposições na Casa foram suspensos.

No dia 18 de dezembro foi encaminhado ofício ao Poder Executivo, notificando o Prefeito Municipal para apresentar sua defesa (ofício nº 170/2019). No mesmo dia, as contas e o parecer prévio do Tribunal foram disponibilizadas para consulta dos munícipes por até 60 dias, tendo o prazo se iniciado em 1º de fevereiro de 2020 (fls. 19-20). Por conta de problemas no recebimento de documentação, o ofício nº 170/2019 foi reenviado em 11 de fevereiro de 2020, sendo que seu recebimento se deu no mesmo dia (fls. 21). No dia 10 de março foi juntada a manifestação do Prefeito Municipal Jorge Augusto Kr-ger (fls. 23-32). No dia 12 de maio, em razão da suspensão dos prazos legislativos por conta da pandemia de coronavírus (entre os dias 18 de março e 14 de abril) transcorreu o prazo de disponibilização da prestação de contas referentes ao exercício de 2018, sem que houvesse sido apresentada impugnação ou outro questionamento (certidão de fls. 33 dos autos).

Após, seguindo os trâmites dos artigos 147 e seguintes do Regimento Interno, esta Comissão analisou o presente parecer prévio em sua reunião ordinária realizada no dia 4 de junho, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Com relação à prestação de contas, entende esse relator, por bem, acompanhar o parecer prévio aprovado pelo Tribunal de Contas que, por sua vez, acompanha a conclusão da Diretoria de Controle dos Municípios.

A respeito das matérias e recomendações analisadas e apontadas pelo Tribunal de Contas, presume-se que as mesmas tenham sido devidamente observadas e acatadas por parte do prestador de contas, conforme se depreende de manifestação juntada as fls. 23-32 dos autos. Todavia, ainda que tais recomendações não tivessem sido acatadas em sua íntegra, essa omissão não seria motivo razoável para a rejeição das contas em análise, conforme referido, inclusive, pelo Tribunal de Contas quando de seu julgamento.

Frise-se, a propósito, que ao Poder Legislativo, nesse momento, não cabe ir além dos itens que compuseram o parecer prévio do Tribunal de Contas, sendo certo que qualquer irregularidade, porventura existente e detectada, seria tratada em processo específico.

Ressalte-se, a propósito, que a aprovação das contas não veda a possibilidade de análise futura de fato que venha a se tornar conhecido e comprovado, em especial no que diz respeito aos apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas.

III – CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do presente parecer prévio, propondo-se para tanto a edição e promulgação do decreto legislativo pertinente, que segue em anexo e, após a aprovação do parecer em Plenário, deverá ser promulgado e encaminhado aos interessados na forma regimental.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Douglas Emanuel Marchetti

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, 4 de junho de 2020.

Carlos Adriano Kr-ger
Presidente/Relator

John Adriano Schwartz
Membro

Douglas Emanuel Marchetti
Membro

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL Nº 2/2019 À MENSAGEM RETIFICATIVA Nº 2/2020 À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 2/2019

Publicação Nº 2524297

COMISSÃO ESPECIAL Nº 2/2019

Processo: 17/2019

Parecer: 01/2020

Matéria: MRPELOM 02/2019

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Carlos Adriano Kr-ger

Conclusão: Favorável

Data: 29/05/2020

Ementa do Projeto: Altera o §4º do art. 65 da Lei Orgânica do Município de Timbó, com base na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem Retificativa nº 2/2020 à Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 2/2019 de iniciativa do Poder Executivo, que pretende alterar o §4º do art. 65 da Lei Orgânica do Município de Timbó, com base na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Respectiva proposição foi protocolizada nesta Casa Legislativa no dia 4 de setembro de 2019. O Presidente da Mesa Diretora, através da Portaria nº 32/2019 (fls. 17 dos autos) instalou a Comissão Especial nº 2/2019, responsável pela análise da proposição, nos termos do art. 144, §1º, II c/c art. 68, I, §4º e art. 53, parágrafo único, todos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, despachando o projeto à esta Comissão no dia 4 de outubro de 2019, para sua apreciação.

No dia 4 de outubro de 2019, os autos da proposta foram encaminhados à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica, que não apontou vícios quanto à sua forma e conteúdo.

No dia 5 de dezembro de 2019 foi realizada audiência pública para a apresentação e discussão da proposição com a comunidade (edital de convocação – fls. 33-35; divulgação da audiência no site da Câmara Municipal – fls. 36-37; lista de presença da audiência pública – fls. 38-39; ata da audiência pública fls. 40).

No dia 11 de maio de 2020 foi apresentada a mensagem retificativa nº 2/2020, de autoria do Poder Executivo, alterando a proposta de emenda em questão, sem, contudo, promover alterações substanciais na matéria em análise, razão pela qual desnecessária a realização de nova audiência pública. Tal mensagem modifica a redação do §4º do art. 65 da Lei Orgânica, permitindo a concessão/permissão do serviço de saneamento básico, vedando sua privatização.

No dia 25 de maio foi apresentada Emenda Supressiva nº 4/2020, de autoria dos Vereadores Carlos Adriano Kr-ger, Douglas Emanuel Marchetti, Guilherme Voigt Júnior e Martinho de Souza Filho, com o objetivo de alterar a redação do da Mensagem Retificativa em questão, suprimido a expressão in fine "vedada a sua privatização".

No dia 29 de maio, a Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, a presente proposta, tanto quanto sua emenda, atendem aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

No que tange ao aspecto forma da proposição, constata-se que a mesma foi apresentada pelo Poder Executivo respeitando dessa forma a exigência estabelecida no inciso III do art. 29 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe ser prerrogativa do Prefeito Municipal a apresentação de proposta de emenda à lei orgânica. No que diz respeito à Emenda Supressiva nº 4/2020, observa-se que a mesma fora apresentada por quatro vereadores e antes deste Relator apresentar seu voto, atendendo ao disposto na alínea 'c' do inciso II do art. 144 do Regimento Interno da Câmara Municipal. Nesse sentido, infere-se formalmente legítima e constitucional a apresentação da proposição em análise, utilizando-se, para fins de argumentação técnica, as orientações técnicas elaboradas pela Assessoria desta Casa (fls.19-22).

No mérito, observa-se que a proposição pretende alterar a redação do §4º do art. 65 da Lei Orgânica Municipal, no sentido de se possibilitar que os serviços de saneamento básico municipal sejam prestados de maneira direta pela Administração Pública, ou indiretamente, através dos institutos da concessão ou permissão.

A PELOM em questão nada mais faz do que adequar a redação da proposição em comento ao que determina o art. 30, inciso V da Constituição Federal, que dispõe ser competência dos municípios a prestação, direta ou indireta, dos serviços públicos de interesse local, bem como o que determina o art. 112, inciso V da Constituição do Estado de Santa Catarina, que repete o disposto na Constituição Federal. Nesse sentido, a Lei Orgânica Municipal, em seu art. 10, inciso V, também repisa as normas constitucionais federal e estadual, dispondo ser competência do município a prestação, direta ou indireta, dos serviços públicos de interesse local.

De outra banda, no que diz respeito ao teor da emenda supressiva, entende este relator que se faz necessária a supressão da expressão "vedada a sua privatização", tendo em vista que o termo "privatização" em direito administrativo diz respeito a possibilidade de venda de empresas públicas para a iniciativa privada, o que não é objeto da Mensagem Retificativa a PELOM em questão. O que se trata na proposição em análise é prestação de um serviço público, cuja titularidade não pode ser vendida ou transferida, porém, sendo possível a concessão de sua execução à terceiro, razão pela qual é desnecessário constar na MR a vedação à privatização do serviço.

Deste modo, diante de tudo o que foi exposto, este Relator se manifesta pela tramitação e aprovação da Mensagem Retificativa à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019, com as alterações trazidas pela Emenda Supressiva nº 4/2020.

Esse é o voto.

III – CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade da Mensagem Retificativa à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019, com as alterações trazidas pela Emenda Supressiva nº 4/2020.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Fabricio Dalcastagné

Vereador Martinho de Souza Filho.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2020.

Fabricio Dalcastagné
Presidente

Martinho de Souza Filho
Vice-Presidente

Carlos Adriano Kr-ger
Relator

TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 33, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523358

PORTARIA TIMBOPREV Nº 33, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Clara Aniele Schley.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR CLARA ANIELE SCHLEY, ocupante do cargo de Professor C, Referência Salarial C-10, matrícula nº 258610-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, parcial do tempo de contribuição ao RPPS, certificado pelo INDAPREV através da Certidão nº 1345/2020, expedida em 05/02/2020, computando-se 3618 (três mil, seiscentos e dezoito dias), ou seja, 09 (nove) anos, 11 (onze) meses e 03 (três) dias, conforme processo TIMBOPREV 07/2020.

Art.2º REVOGAR a Portaria Timboprev nº 13, de 02 de março de 2020.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 34, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523361

PORTARIA TIMBOPREV Nº 34, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Altera a data do término do período de contratação de Servidora lotada no Timbóprev.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista na Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015;

Considerando a Decisão do Conselho de Administração do TIMBOPREV (Ata nº 05 de 15/05/2020);

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação da Servidora abaixo relacionada:

NOME	PORTARIA CONTR/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
RAFAELA KRIESER DOS SANTOS	30, de 15/05/2020	31/12/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 35, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2523957

PORTARIA TIMBOPREV Nº 35, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Liria Pereira dos Santos.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, à Servidora Pública Municipal LIRIA PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, divorciada, nascida em 04 de junho de 1957, portadora do CPF sob nº 399.906.219-34, RG nº 981.119, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, Referência Salarial GA-35, matrícula nº 4041238-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com proventos calculados de forma integral ao tempo de contribuição, no valor de R\$ 2.231,20 (dois mil, duzentos e trinta e um reais e vinte centavos), sem direito a paridade remuneratória, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV nº 24/2020, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Três Barras

PREFEITURA

PREGÃO Nº. 96/2019.

Publicação Nº 2524461



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 96/2019.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 82/2019.

Interessado: * SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO.

Aos 10 dias do mês de junho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **CERAMICA OURO DA TERRA EIRELI**, CNPJ nº **09.314.237/0001-11**, com sede e foro na Cidade de Major Vieira - SC, cito a RUA JOSE PEREIRA DO VALE, nº 1412, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário:

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário
1	SERVIÇOS COM MAQUINA RETROESCAVADEIRA 4 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO 2000 OU ACIMA.	HORAS	1.296	R\$87,140

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido até o dia 13 de novembro de 2020, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 82/2019 – Procedimento Administrativo nº. 96/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 10 de junho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

CERAMICA OURO DA TERRA EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____
LUCIANE TOMCZYK

2 _____
NILTON AVANIR HURMUS

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020

Publicação Nº 2523928

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 49/2020.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 30/2020.

Interessado: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.**

Aos 10 dias do mês de junho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **PAULO ROBERTO MARTINS 47323680930**, CNPJ nº **15.918.321/0001-47**, com sede e foro na Cidade de Major Vieira - SC, cito a ESTRADA CAMPINA DO SANTOS, nº SN, Bairro ZONA RURAL; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário:

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário
1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, QUANDO NECESSÁRIO, CALIBRAÇÃO E TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA, DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS JUNTO AS UNIDADES DE SAÚDE E SETORES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ABAIXO.	HORAS	1.000,00	R\$29,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 30/2020 – Procedimento Administrativo nº. 49/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 10 de junho de 2020.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

PAULO ROBERTO MARTINS 47323680930
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____
LUCIANE TOMCZYK

2 _____
ALCEMIR SOARES DE LIMA

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO ADITIVO 001/2020**

Publicação N° 2524157

EXTRATO 2º AO CONTRATO nº 02-2020

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo Contrato nº 02/2020 entre a Câmara Municipal de Três Barras e DELMA ELOI BITTENCOURT DA SILVA, CNPJ 91.416.065/0001-78 em 16/06/2020. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO. Prorrogando o prazo de vigência do Contrato em referencia por mais (seis) meses, nos termos do § 1º, inciso II, c/c do § 4º, todos do artigo 57, da Lei 8.666/93 a partir de 16 de junho de 2020. Origem Processo Licitatório nº 02/2020 – Pregão Presencial 01/2020 Dotação orçamentária n.º 02.01.01.2001.333903948000000 (Serviços de Seleção e Treinamento), prevista no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2020.

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2582

Publicação Nº 2523788

DECRETO Nº 2.582 DE 15 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DA RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 04/2020 DE 20 DE MAIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da lei,

Considerando a conclusão dos serviços de operacionalização e execução das fases do Teste Seletivo Simplificado e a regularidade formal dos procedimentos adotados e regrados pelo Edital nº 04/2020 de 20 de maio de 2020;

Considerando que todo o processo do Teste Seletivo Simplificado obedeceu às vinculações ao Edital e às normas de Direito aplicáveis à matéria, tanto na defesa do interesse público, quanto na defesa dos interesses dos concorrentes;

Considerando que em todas as fases do Teste Seletivo Simplificado houve o respeito à garantia do direito de defesa e do contraditório das decisões adotadas e estas mereceram ampla publicidade;

Considerando o término do prazo para a interposição de recursos em face dos resultados das provas, do resultado final e da classificação;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final/definitivo com a respectiva colocação em "ordem decrescente de classificação" e de acordo com o cargo disputado, oriundo do Teste Seletivo Simplificado - Edital nº 04/2020 de 20 de maio de 2020, cujos os candidatos (classificados) estão expostos em tabela à seguir:

RESULTADO FINAL					
COLOCAÇÃO	NOME	PONTOS		TOTAL SOMATÓRIA	OBSERVAÇÃO
		TITULAÇÃO	HORAS CURSO NA ÁREA DA SAÚDE		
1º lugar	Acir José Dirschnabel	10	2	12	7054 dias
2º lugar	Luis Fernando Dahmer Peruchini	6	5	11	2608 dias
3º lugar	Virgilio Cesar Galvao Pimentel	10	0	10	0
4º lugar	Julia Turra Ribeiro	6	4	10	0
5º lugar	Luciana Maria Brancher Stobäus	3	5	8	2557 dias
6º lugar	Mariana Morena Argus Casas	3	5	8	1058 dias
7º lugar	Aline Cappoani	3	5	8	729 dias
8º lugar	Mayara Trapp Vogel	3	5	8	728 dias
9º lugar	Vinicius Cassol da Silva	3	5	8	361 dias
10º lugar	Karysma Kalderash Dela Torre	3	5	8	0
11º lugar	Janrrie Bonato	3	4	7	3870 dias
12º lugar	Kairo Gomes Leal	3	4	7	0
13º lugar	Anna Carolina Vitti	3	3	6	1103 dias
14º lugar	Barbara Marin Stares Witte	1	5	6	645 dias
15º lugar	Danielle Schneider Marçal	1	5	6	644 dias
16º lugar	Luciano Fernandes Valota	3	2	5	4655 dias
17º lugar	Isabela Karsten Marques	3	2	5	608 dias

18º lugar	Bruna Vargas Medeiros	3	2	5	343 dias
19º lugar	Carla Einsfeld	1	4	5	0
20º lugar	Ana Claudia Ramos	1	3	4	480 dias
21º lugar	Viviane Gonçalves de Jesus	1	3	4	171 dias
22º lugar	Alexandre Panho	3	1	4	0
23º lugar	Karine Nerone	3	1	4	0
24º lugar	Karine Triches	3	1	4	0
25º lugar	João Roberto Maranhã	3	0	3	4374 dias
26º lugar	Anderson Oremp-Iler	3	0	3	3291 dias
27º lugar	Tatiane Felisbino	3	0	3	3083 dias
28º lugar	Catiélys Níobe Mattiello	3	0	3	1141 dias
29º lugar	Cristiane Nora	1	2	3	802 dias
30º lugar	Marcos Augusto Lazari	3	0	3	0
31º lugar	Gabriela Guth Floss	3	0	3	0
32º lugar	Eliza Flesch	3	0	3	0
33º lugar	Margarete Pedrozo Benemann	1	2	3	0
34º lugar	Debora Cristina Ferrari	1	2	3	0
35º lugar	Rafael Vigolo	1	2	3	0
36º lugar	Fabio Vinicius Espindola Goulart	1	1	2	0
37º lugar	Fernando Bunn	1	0	1	5568 dias
38º lugar	Erika Froelich	1	0	1	2126 dias
39º lugar	Gabriela Nunes de Almeida	1	0	1	0
40º lugar	Sabrina Argente Galvão	0	0	0	0

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
em 15 de junho de 2020.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Chefe de Gabinete
Designado pela Portaria 193/2019

CONTRATO FINISA 2020

Publicação Nº 2523356



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

Grau de sigilo #PÚBLICO

Contrato nº 0539.728 - 08/2020

**CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE,
ENTRE SI, FAZEM A CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL E O MUNICÍPIO DE TREZE
TÍLIAS DESTINADO AO APOIO
FINANCEIRO PARA O FINANCIAMENTO
DE DESPESAS DE CAPITAL, CONFORME
PLANO DE INVESTIMENTO – COM
RECURSOS DO FINISA: PROGRAMA DE
FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E
AO SANEAMENTO.**

Por este instrumento as partes adiante nominadas e qualificadas, representadas como ao final indicado, têm justo e contratado, entre si, a concessão de **FINANCIAMENTO**, na forma a seguir ajustada:

I – AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília-DF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo(a) Gerente Geral da Agência Joaçaba – 0418-9, Senhor GILSON PEDRO SAVARIS, CPF nº 006.040.229-64, RG nº 4418625 expedido pelo órgão emissor SSP/SC, brasileiro, doravante designada simplesmente **CAIXA**.

II – TOMADOR - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 82.777.251/0001-41, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Dresch, CPF nº. 460.440.609-00, RG nº. 1.074.960 expedido pelo órgão emissor SSP/SC, brasileiro, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado **TOMADOR**.

CAIXA e TOMADOR, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES**.

CONSIDERANDO,

I - manifestação favorável quanto à verificação dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito, na forma do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, por meio do **Ofício nº 0285/2020/CEGOV e RT CEGOv nº 373/20**.

28.087 v013micro

1



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

II - a adimplência do **TOMADOR** com as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como de inexistência de pendências de registro no Sistema de Registro de Operações com o Setor Público (CADIP), nos termos do art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal;

III - a entrega de parecer jurídico atualizado do contratante sobre o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à operação de crédito;

IV - A Autorização Legislativa para contratação de operação de crédito, por meio da Lei Autorizadora de nº **2.029/2020**, de **13 de fevereiro de 2020** e foi publicada no Diário Oficial do **TOMADOR** em 14/02/2020

V - Os limites estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.589/17;

VII - Que os recursos foram captados no mercado pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**;

VIII - Considerando, ainda, que cada expressão abaixo tem, para efeito deste **CONTRATO**, o seguinte significado:

BACEN – Banco Central do Brasil.

CADIP – Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiros/Interbancários, divulgado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, por meio do endereço eletrônico <http://www.cetip.com.br>.

CONTA VINCULADA – É a conta bancária individualizada, aberta pelo **TOMADOR** em seu nome, em agência da Caixa Econômica Federal, com a finalidade específica de registrar os recursos financeiros relativos ao(s) desembolsos.

DIA ELEITO – É aquele definido para que o **TOMADOR** efetue o pagamento de suas prestações.

DÍVIDA VINCENDA – Significa a dívida composta pelas liberações, suas respectivas amortizações, e que é base de cálculo para os encargos previstos neste instrumento.

FIEL DEPOSITÁRIO – Pessoa jurídica que assume o encargo pela boa guarda, conservação e entrega dos livros e/ou documentos fiscais, notas fiscais, faturas, duplicatas ou outros documentos que lhe pertencem, decorrentes das operações de compra, referentes à aplicação dos recursos objeto deste **CONTRATO**, bem como, dos documentos fiscais referentes à prestação de serviços realizados.

FINISA – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

INADIMPLÊNCIA FINANCEIRA – Para fins do disposto neste **CONTRATO**, a inadimplência de quaisquer obrigações financeiras será caracterizada na ocorrência de não pagamento do serviço da dívida, seja na fase de carência ou na fase de retorno,



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

compreendendo no todo ou em parte, do principal, encargos, juros de mora, multas, tarifas e acessórios, entre outras obrigações financeiras, conforme previsto neste **CONTRATO**.

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

JUROS – Significa a taxa nominal negociada para este **CONTRATO**, previsto na Cláusula Quinta;

LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Trata-se das Leis Orçamentárias do **TOMADOR**, que são o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, devendo estar previstas nessas leis as ações/projetos a serem financiadas com recursos deste **CONTRATO**.

- PPA: Lei 1.936, de 17/08/2017, publicada no Diário Oficial dia 18/08/2017;
- LDO: Lei 2.022, de 25/09/2019, publicada no Diário Oficial dia 26/09/2019; e,
- LOA: Lei 2.027, de 06/11/2019, publicada no Diário Oficial dia 07/11/2019.

PROJETOS/AÇÕES – são os **PROJETOS/AÇÕES** previstos na **LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** a serem executados pelo **TOMADOR** com recursos deste **CONTRATO**, conforme **ANEXO I**.

SAC – Sistema de Amortização Constante.

Têm, entre si, justo e acordado o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1** A **CAIXA** concede ao **TOMADOR** financiamento no valor de R\$ 729.231,52 (setecentos e trinta e nove mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos), proveniente de recursos ordinários da **CAIXA**, com a finalidade única e exclusiva de financiar as Despesas Capital, discriminadas no ANEXO I, previstas na **LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do ano de 2020 e dos exercícios financeiros subsequentes e suas suplementações e conforme Lei Autorizadora de nº **2.029/2020, de 13 de fevereiro de 2020**, publicada no Diário Oficial do **TOMADOR** em 14 de fevereiro de 2020, a saber: destinada à pavimentação e construção de pontes.
- 1.2** É vedada a aplicação dos recursos obtidos com o presente financiamento em Despesas Correntes do **TOMADOR**, nos termos do artigo 35, §1º, inciso I, da Lei Complementar de nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DO CRÉDITO

- 21** É de inteira e exclusiva responsabilidade do **TOMADOR** a execução das ações e atividades, obras de engenharia civil, a aquisição de bens e serviços e quaisquer outros investimentos, enquadrados como Despesas de Capital, que venham a ultrapassar o valor inicialmente previsto nos **PROJETOS/AÇÕES** citados neste **CONTRATO**.
- 2.2** É vedada a destinação dos recursos para pagamento de despesa realizada em data anterior à assinatura deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1 DO PRAZO PARA UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

- 3.1.1** O prazo para utilização do crédito total deste **FINANCIAMENTO** é de até **90 dias** contados do término de carência deste **CONTRATO**, sendo possível sua prorrogação por igual período, desde que devidamente acordada entre as **PARTES**.

3.2 DO PRAZO PARA O 1º DESEMBOLSO

- 3.2.1** O prazo para o 1º desembolso é de até 90 dias contados a partir da data de assinatura deste **CONTRATO**, sendo possível sua prorrogação, no máximo, por igual período, desde que devidamente acordada entre as **PARTES**.

3.3 DO PRAZO TOTAL DO FINANCIAMENTO

- 3.3.1** O prazo total deste **CONTRATO** é de 120 meses, compostos por um período de carência de 24 meses, e um período de amortização de 96 meses.

3.4 DO PRAZO DE CARÊNCIA

- 3.4.1** O período de carência será de 24 meses, contados a partir da data de assinatura deste **CONTRATO**, considerando como primeiro, o mês subsequente ao da contratação.

3.5 DO PRAZO DE RETORNO

- 3.5.1** Este **CONTRATO** será amortizado em 96 meses contados a partir do mês seguinte ao do término de carência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS

4.1 NA CARÊNCIA



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 4.1.1** Durante esta fase e após o primeiro desembolso, serão devidos e cobrados, mensalmente, Juros de Carência.
- 4.1.2** Os Juros de Carência terão como base de cálculo a Dívida Vincenda existente no dia anterior ao **DIA ELEITO** e a Taxa de Juros estipulada na Cláusula Quinta.
- 4.2 NO RETORNO**
- 4.2.1** As prestações, mensais e sucessivas, serão calculadas segundo o Sistema SAC.
- 4.2.2** As Prestações, compostas por cotas de Amortização e Juros Contratuais, terão como base de cálculo a Dívida Vincenda existente no dia anterior ao **DIA ELEITO** e a Taxa de Juros estipulada na Cláusula Quinta.
- 4.2.3** O **DIA ELEITO** para o **TOMADOR** corresponde ao dia 15 de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – DOS JUROS

- 5.1** Sobre a **DÍVIDA VINCENDA**, tanto na fase de carência quanto na fase de retorno, incidirão juros correspondentes a variação acumulada das taxas médias diárias do Certificado de Depósito Interfinanceiros – CDI, acrescidas de 5,40 % a.a. (cinco virgula quarenta por cento ao ano).
- 5.1.1** O cálculo de Juros previsto na cláusula 5.1, observará a equação presente no subitem **1.2 do ANEXO IV**.
- 5.2** Observado o estabelecido abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da CDI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista no presente **CONTRATO**, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa CDI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do **TOMADOR** quanto por parte da **CAIXA**, quando da divulgação posterior da Taxa CDI que seria aplicável.
- 5.3** Na hipótese de extinção, suspensão, falta de divulgação por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa CDI, fica, desde já, convencionado que a **CAIXA** e o **TOMADOR** poderão, mediante mútuo e prévio acordo por escrito, adotar para as mesmas finalidades, índices ou taxas que vierem a ser divulgados e determinados pelas autoridades competentes, ou, na falta de sua divulgação, os índices, taxas ou bases de remuneração substitutas e que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias.

CLÁUSULA SEXTA – DA COBRANÇA

- 6.1 PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA** – a cobrança do principal e encargos será feita da seguinte forma:



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 6.1.1** A **CAIXA** expedirá Aviso de Cobrança ao **TOMADOR**, para que este promova a liquidação de suas obrigações até o **DIA ELEITO**, preferencialmente na Agência onde se encontra aberta a **CONTA VINCULADA** ou em qualquer outra da **CAIXA**.
- 6.1.2** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o **TOMADOR** da obrigação de pagar as prestações do principal e dos encargos nas datas estabelecidas neste **CONTRATO**.
- 6.1.3 Vencimento em dias feriados** - ocorrendo vencimento em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, este será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esta data, se iniciando, também a partir desta data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.
- 6.1.4** A **CAIXA** manterá à disposição do **TOMADOR** as informações, dados e cálculos que servirem de base para apuração dos valores devidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO FINANCEIRO

- 7.1** Na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação financeira deste **CONTRATO**, os débitos em atraso ficarão sujeitos, a partir da data do inadimplemento, sem prejuízo das demais sanções previstas neste **CONTRATO**, **aos seguintes encargos:**
- I. multa, de 3% (três por cento) sobre o valor da dívida vencida e não paga;
 - II. juros remuneratórios contratados para o período de adimplência da operação, previstos na **CLÁUSULA QUINTA**; e
 - III. juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês), equivalentes a 12,68% a.a. (doze vírgula sessenta e oito por cento ao ano), incidentes sobre o saldo devedor vencido, que serão calculados, dia a dia, até a data da efetiva liquidação do débito;
- 7.1.1** Nos casos em que o valor oferecido em pagamento for insuficiente para liquidação do débito em atraso, e caso a **CAIXA** admita o pagamento parcial da dívida vencida, esse procedimento não importará em novação da dívida, nem poderá ser invocado como causa suficiente para interromper ou elidir a mora ou exigibilidade imediata da obrigação.
- 7.2** Sobre as parcelas vincendas da dívida continuarão a ser aplicados os juros contratuais
- 7.3** Na hipótese de ocorrer a imediata exigibilidade da dívida, incidirão sobre todo o disposto o saldo devedor, a pena convencional, juros moratórios, juros contratuais, previstos neste **CONTRATO**.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

CLÁUSULA OITAVA – DA PENA POR VENCIMENTO ANTECIPADO

- 8.1** O **TOMADOR**, nas hipóteses de vencimento antecipado, fica sujeito à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o montante dos recursos liberados e não aplicados na forma contratualmente ajustada, ou que não tenha ocorrido o aceite pela **CAIXA**, na forma e prazos ora pactuados.
- 8.2** Além da multa prevista acima, caso seja declarado o vencimento antecipado da dívida por quaisquer dos motivos listados na Cláusula Décima Nona e tenham ocorrido despesas operacionais após a contratação desta operação objetivando sua eficácia, ou outras que porventura sejam pertinentes, o **TOMADOR** deve ressarcir a **CAIXA** tais despesas, limitadas a 1% (um por cento) do **VALOR DO FINANCIAMENTO**.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

- 9.1** O **TOMADOR** poderá realizar a liquidação antecipada da dívida, bem como pagamentos extraordinários para amortizar a dívida, desde que a quantia amortizada corresponda ao valor mínimo de 02 (duas) prestações.
- 9.2** Para qualquer evento, liquidação antecipada da dívida ou amortização extraordinária, serão cobradas as taxas previstas nas **CLÁUSULAS QUARTA - DOS ENCARGOS e QUINTA - DOS JUROS**, aplicadas sobre o saldo devedor atualizado *pro rata* até a data prevista de liquidação, conforme fórmulas abaixo, em sua integralidade, de forma a assegurar o retorno à **CAIXA** dos custos operacionais, de captação e de capital alocado para o presente **FINANCIAMENTO**.
- 9.3** O Saldo Devedor para Liquidação Antecipada será igual ao saldo devedor atualizado *pro rata*, multiplicado pelo fator correspondente à taxa de juros prevista na Cláusula Quinta.

$$SDLA = SD \times (1 + \text{preencher com o valor do CDI} + \text{TAXA DE JUROS}):$$

Onde:

SDLA = Saldo Devedor para Liquidação Antecipada; e,

SD = Saldo Devedor atualizado *pro rata*;

- 9.4** O Valor Total da Amortização Extraordinária será igual ao valor da amortização antecipada, multiplicado pelo fator correspondente ao somatório da taxa de juros acrescida de **CDI**, previstas nas **CLÁUSULAS QUARTA - DOS ENCARGOS, QUINTA - DOS JUROS e SEXTA - DA COBRANÇA**.

$$VTAE = VAE \times (1 + \text{preencher com o valor do CDI} + \text{TAXA DE JUROS})$$

Onde:

VTAE = Valor Total da Amortização Extraordinária



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

VAE = Valor da Amortização Extraordinária

CLÁUSULA DÉCIMA – DO INADIMPLEMENTO NÃO-FINANCEIRO

- 10.1** Na hipótese de atraso no cumprimento de obrigação não-financeira, o **TOMADOR** ficará sujeito a multa de 1% a.a. (um por cento ao ano), incidente sobre o saldo devedor corrigido de principal e encargo, a partir do dia seguinte fixado pela **CAIXA** ou por meio de notificação judicial ou extrajudicial, para cumprimento da obrigação inadimplida.
- 10.2** Se ocorrer descumprimento de obrigação não-financeira, na hipótese de liquidação antecipada, a multa será calculada sobre o valor recebido antecipadamente pela **CAIXA**, corrigido de acordo com os critérios do subitem 9.3 deste **CONTRATO**.
- 10.2.1** Se o descumprimento de obrigação não-financeira ocorrer em operação de prestação de garantia, o saldo devedor será o da obrigação garantida.
- 10.2.2** Nas hipóteses de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista neste instrumento, o **TOMADOR** ficará sujeito, a partir da data fixada por meio de notificação judicial ou extrajudicial, ao ressarcimento dos pedidos de devolução dos recursos da **CAIXA**, acrescido dos encargos devidos na forma contratualmente ajustada até a data da efetiva liquidação do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA DE UTILIZAÇÃO

- 11.1** O desembolso dos recursos é efetuado periodicamente pela **CAIXA**, respeitada a solicitação do **TOMADOR** e o Cronograma de Desembolso – **ANEXO II**.
- 11.1.1** Os meses para o desembolso dos recursos serão definidos após o evento do primeiro desembolso, observado o prazo constante no item 3.2 e a periodicidade contratada, indicada no Cronograma de Desembolso – **ANEXO II**.
- 11.1.2** O **TOMADOR** se responsabiliza pela aplicação dos recursos deste **FINANCIAMENTO** nos **PROJETOS/AÇÕES** contratados.
- 11.2** Os recursos de que trata o item 11.1 serão creditados na **CONTA VINCULADA** aberta na agência da **CAIXA - Joaçaba – 0418-9, sob o nº 006.71029-8**, cujos recursos destinam-se, obrigatoriamente, ao pagamento dos faturamentos dos **PROJETOS/AÇÕES** constantes no Anexo I deste **CONTRATO** e nos documentos de solicitação de desembolso apresentados pelo **TOMADOR**, vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim que não a execução dos **PROJETOS/AÇÕES**.
- 11.3** As parcelas do **FINANCIAMENTO** a serem desembolsadas não farão jus à atualização monetária, independentemente do prazo previsto para a execução da obras e/ou serviços.



**Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital**

- 11.4** O **TOMADOR** concorda com o disposto no item 11.3 e assume, perante a **CAIXA**, inteira responsabilidade por eventuais diferenças de atualização, reclamadas por terceiros, que porventura recaiam sobre o **FINANCIAMENTO** ora concedido.
- 11.5** A transferência dos recursos depositados na **CONTA VINCULADA** é exclusivamente para pagamento ao beneficiário de direito e ocorre mediante solicitação do **TOMADOR**, devendo ser apresentada listagem contendo as despesas a serem pagas com os respectivos dados bancários das contas de destino, observadas as rubricas orçamentárias constantes no Anexo I deste **CONTRATO**.
- 11.6** O prazo para o **TOMADOR** comprovar à **CAIXA** a aplicação dos recursos liberados é contado a partir da data do depósito dos recursos na conta vinculada e segue a seguinte sistemática, observados os percentuais estipulados no subitem 11.6.2:

PERIODICIDADE DOS DESEMBOLSOS	PRAZO PARA COMPROVAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR NÃO COMPROVADO
Trimestral	60 dias	Glosar do valor a ser desembolsado na parcela subsequente OU Caso não ocorra o próximo desembolso conforme programação contratada, devolver (ressarcir) à CAIXA até o 1º dia útil do mês subsequente ao programado para o desembolso.
Quadrimestral	90 dias	
Quimestral	120 dias	
Semestral	150 dias	
Parcela única	60 dias	Devolver (ressarcir) à CAIXA em até 30 dias contados do fim do prazo de comprovação

11.6.1 Os percentuais não comprovados nos prazos estipulados na tabela acima, referente à parcela única ou último desembolso, são ressarcidos à **CAIXA** em até 30 dias, contados do fim do prazo de comprovação.

11.6.2 A comprovação das parcelas deverá observar a seguinte sistemática, salvo nas situações descritas no item 11.6.4:

Parcelas	Comprovação de aplicação
1ª (primeira)	Não se aplica.
2ª (segunda)	Mínimo de 80% do 1º desembolso.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

3ª (terceira)	Mínimo de 80% do 2º desembolso e 100% do 1º desembolso.
Intermediárias	Mínimo de 80% do desembolso anterior e 100% dos demais.
Última	100% de comprovação de TODOS os desembolsos anteriores.

11.6.3 O último desembolso deve ser de, no mínimo, 5% do valor total do financiamento constante do item 1.1, s. sendo condicionada à visita de constatação final.

11.6.3.1 Nas situações em que a última parcela prevista no cronograma de desembolso for superior a 5% do valor do financiamento, o percentual (5%) será retido para desembolso após a visita de constatação final.

11.6.4 Em ano eleitoral, a prestação de contas de recursos desembolsados sob a forma de adiantamento ao **TOMADOR**, cujo mandato do chefe do poder executivo seja objeto do pleito eleitoral, deverá ser realizada até 30 de Junho, e ter seu aceite pela **CAIXA** em até 30 dias, independentemente da data em que ocorreu o desembolso dos recursos na **CONTA VINCULADA**.

11.6.4.1 A partir de 30 de junho, os novos desembolsos deverão ser realizadas, *pari passu* à realização da despesa, devendo ser apresentada previamente pelo **TOMADOR** listagem contendo as despesas a serem pagas com os respectivos dados bancários das contas destino juntamente com as notas fiscais/boletim de faturamento, observadas as rubricas orçamentárias constantes no **ANEXO I** deste **CONTRATO**.

11.7 Caso o **TOMADOR** não comprove aplicação dos recursos desembolsados ou a comprovação não seja fundamenta e aceita pela **CAIXA** nos prazos definidos nesta **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**, a **CAIXA** poderá suspender o desembolso, ou, a seu critério, declarar o vencimento antecipado da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

12.1 O **TOMADOR** declara e concorda que a **CAIXA** não detém competência ou atribuição para fiscalizar a atuação do **TOMADOR** nos procedimentos licitatórios, ou execução de obras e serviços sendo a **CAIXA** isenta de toda e qualquer responsabilidade ou obrigação para avaliar ou fiscalizar tais procedimentos.

12.2 O **TOMADOR** se obriga a ressarcir e/ou indenizar a **CAIXA** e seus empregados, por qualquer perda ou dano, de qualquer prejuízo financeiro ou à imagem e/ou qualquer quantia que vier a ser compelida a pagar por conta de decisões judiciais transitadas em julgado, decisões administrativas dentro das esferas administrativa, legislativa e/ou jurídica, ou procedimentos de arbitragem ou inquéritos civis e procedimentos investigatórios promovidos pelo Ministério Público ou ações civis públicas ou Termos de Ajustamento que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado aos



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

procedimentos licitatórios e de fiscalização de responsabilidade do **TOMADOR** relativos ao objetivo deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OUTRAS TARIFAS, TAXAS E MULTAS

- 13.1** Outras tarifas pós-contratuais podem ser cobradas pela **CAIXA**, conforme Tabela de Tarifas publicada e afixada em suas agências, tarifas estas cobradas individualmente, pagas pelo **TOMADOR** no momento do recebimento da solicitação do evento pela CAIXA.
- 13.2** As alterações contratuais motivadas por iniciativa da **CAIXA**, em decorrência de normas legais e/ou infralegais não serão objeto de cobrança de tarifas, taxas ou multas.
- 13.3** O **TOMADOR** obriga-se a reembolsar a **CAIXA** por todas as multas e penalidades a esta impostas pelo **BACEN**, por atrasos ou cancelamentos de desembolsos, decorrentes de fatos imputáveis ao **TOMADOR**, tais como atraso ou irregularidade nas obras, serviços, estudos e projetos, ou por estar o **TOMADOR** em situação cadastral irregular, comprovada por documentos, que não lhe permita receber recursos da **CAIXA**.
- 13.4** O **TOMADOR** autoriza, desde já, a cobrança de Comissão de Estruturação de **2%** (dois por cento) sobre o valor total do **FINANCIAMENTO** em favor da **CAIXA**, a ser paga com recursos próprios, previamente à liberação do primeiro desembolso.
- 13.4.1** O recurso que trata esta comissão não é valor financiável e não faz parte do valor a ser garantido.
- 13.5** A eventual tolerância da **CAIXA** quanto aos direitos instituídos por este **CONTRATO**, inclusive sobre a cobrança, ou, eventual não cobrança de multas, taxas e outras tarifas, não importará alteração, novação ou renúncia dos referidos direitos, que poderão ser exercidos pela **CAIXA** a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE POR EVENTUAIS TRIBUTOS OU ENCARGOS

- 14.1** Fica expressamente acordado entre o **TOMADOR** e a **CAIXA** que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos (incluindo quaisquer impostos, taxas e/ou contribuições devidos), relacionados à celebração, registro ou execução e acompanhamento do presente **CONTRATO** e da garantia nele prevista, ou, de qualquer alteração, serão de responsabilidade e correrão por conta do **TOMADOR**, inclusive o acompanhamento por parte da **CAIXA** no que seja pertinente às visitas de constatação e inspeções que serão realizadas, mesmo na hipótese de cancelamento parcial ou total do crédito aberto.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS GARANTIAS

15.1 Em garantia ao pagamento do **FINANCIAMENTO** ora concedido, demais obrigações contraídas neste **CONTRATO**, e recomposição de valor liberado e não comprovado nos termos pactuados, o **TOMADOR** oferece à **CAIXA**:

15.2 VINCULAÇÃO DE RECEITA DO ENTE DA FEDERAÇÃO

15.2.1 O **TOMADOR** outorga à **CAIXA**, nesta data, poderes irrevogáveis e irretratáveis para, em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado da dívida, efetuar o bloqueio e repasse dos recursos decorrentes da arrecadação de receitas provenientes do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, conforme estabelecido nos Artigos 157 e 158 e nos incisos I e II do Artigo 159 da Constituição Federal de 1988, e pela Lei Autorizadora de nº 2029/2020, de 13/02/2020, publicada no diário oficial dos Municípios em 14/02/2020 , até o limite do saldo devedor atualizado.

15.2.2 Em decorrência da vinculação da receita ora constituída, e para o efeito de assegurar a efetividade das garantias oferecidas neste instrumento, o **TOMADOR**, como forma e meio de efetivo pagamento integral da dívida, cede e transfere à **CAIXA**, em caráter irrevogável e irretratável, os créditos efetuados na(s) sua(s) conta(s) de depósito, mantida(s) no **BANCO DO BRASIL S/A**. A cessão ora estipulada se faz a título “pro solvendo” e nos exatos valores a serem requisitados por escrito pela **CAIXA**.

15.2.2.1 Na ocorrência de inadimplemento por parte do **TOMADOR**, a **CAIXA** solicita ao **BANCO DO BRASIL S/A** a retenção dos recursos do FPM – Fundo de Participação Municipal, destinando-os à quitação do encargo, nos termos do **ACORDO OPERACIONAL** firmado entre a **CAIXA** e o **BANCO DO BRASIL S/A**, em 23/03/1998, o qual regulamenta esse procedimento.

15.2.2.1.1 Fica o **TOMADOR** ciente neste ato que, por força do acordo operacional supracitado, o **BANCO DO BRASIL** comprometeu-se a:

- I. não acatar contra-ordem de pagamento do **TOMADOR**, exceto quando se tratar de ordem judicial;
- II. obedecer à ordem de priorização estabelecida para liquidação de dívidas, qual seja; dívidas junto ao Tesouro Nacional, junto ao **BANCO DO BRASIL S/A** e junto à **CAIXA**;
- III. pagar à **CAIXA**, no prazo de até 02 (dois) dias úteis bancários a partir da efetiva retenção de que trata o subitem anterior, as quantias suficientes à quitação das obrigações vencidas, levando a débito daquela conta os valores correspondentes.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OUTRAS OBRIGAÇÕES

16.1 Constituem obrigações do **TOMADOR**, independentemente de outras previstas neste **CONTRATO**:

- I. manter-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – **FGTS**, Instituto Nacional de Seguridade Social - **INSS** e à **CAIXA**;
- II. realizar o(s) **PROJETOS/AÇÕES** com o devido empenho e eficiência e de acordo com normas e práticas técnicas, econômicas, financeiras, gerenciais, ambientais e sociais confiáveis;
- III. contratar e/ou adquirir os bens, obras e serviços para os quais foram destinados recursos deste **CONTRATO** de acordo com a legislação em vigor;
- IV. garantir que todos os bens, obras e serviços para os quais foram destinados os recursos deste **FINANCIAMENTO** sejam utilizados exclusivamente para o cumprimento dos objetivos dos **PROJETOS/AÇÕES** constantes nas rubricas orçamentárias relacionadas no Anexo I deste **CONTRATO**;
- V. manter procedimentos adequados para registrar o andamento de suas respectivas partes dos **PROJETOS/AÇÕES**, inclusive o custo e os benefícios dele resultantes, com o objetivo de identificar os bens, as obras e os serviços para os quais foram destinados recursos deste **FINANCIAMENTO** e divulgar o seu uso nos **PROJETOS/AÇÕES**, bem como fornecer esses registros à **CAIXA**;
- VI. manter todos os registros – contratos, pedidos, faturas, cobranças, recibos e outros documentos – que comprovem as despesas relacionadas às suas respectivas partes dos **PROJETOS/AÇÕES**, pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida deste **CONTRATO**;
- VII. elaborar e apresentar à **CAIXA** todas as informações que a **CAIXA** justificadamente solicitar com relação às obrigações indicadas neste instrumento;
- VIII. responsabilizar-se pelo retorno à **CAIXA** deste **FINANCIAMENTO** nos prazos e condições estabelecidos no presente **CONTRATO**;
- IX. pagar todas as importâncias devidas por força deste **CONTRATO** em Agência da **CAIXA**, em especial aquelas a que der causa por impontualidade, previstas neste **CONTRATO**;
- X. arquivar em sua contabilidade analítica, todos os documentos comprobatórios das despesas que permanecem à disposição da **CAIXA** pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida deste **CONTRATO**;
- XI. apresentar à **CAIXA**, a critério desta ou quando por esta exigido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros e/ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória referentes ao presente **CONTRATO**;
- XII. comunicar prontamente à **CAIXA** qualquer ocorrência que importe modificação dos investimentos previstos, indicando as providências a serem adotadas;
- XIII. manter vigentes, durante todo o prazo do **FINANCIAMENTO**, todas as licenças, principalmente ambientais, autorizações e demais exigências de órgãos governamentais;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- XIV. fornecer à **CAIXA**, quando for o caso, cópia das licenças ambientais relativas ao(s) empreendimento(s) objeto(s) dos **PROJETOS/AÇÕES**, e suas renovações, bem como de todas as autuações, relatórios e fiscalizações administrativas, relativas ao meio ambiente;
- XV. permitir aos representantes da **CAIXA** livre acesso, em horário comercial, a todos os documentos, informações e registros contábeis a eles pertinentes, mediante aviso prévio daquela ao **TOMADOR**, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para análise do andamento dos **PROJETOS/AÇÕES** e verificação das obrigações assumidas neste **CONTRATO**;
- XVI. apresentar à **CAIXA**, quando por esta solicitado, listagem de pendências que envolvam assuntos ambientais, relativas aos empreendimentos objetos dos **PROJETOS/AÇÕES**, consubstanciadas em ações judiciais, procedimentos administrativos ou procedimentos de arbitragem, incluindo descrição pormenorizada das respectivas pendências, montantes envolvidos e atual estágio de eventuais negociações, incluindo: autos de infração emitidos pela autoridade ambiental; inquéritos civis e procedimentos investigatórios promovidos pelo Ministério Público; ações civis públicas; Termos de Ajustamento – TAC – assinados com o Ministério Público ou órgão ambiental;
- XVII. não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do **CONTRATO**, bem como não vender ou, de qualquer forma, alienar os bens financiados sem a autorização expressa da **CAIXA**, sob pena de rescisão de pleno direito do **CONTRATO**, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis;
- XVIII. apresentar, preferencialmente, por meio de arquivo eletrônico, listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do **FINANCIAMENTO** a ser utilizada, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pela **CAIXA**. Em relação aos bens, deverão ser apresentadas informações de forma a comprovar que as máquinas e equipamentos são adquiridos com recursos do presente **CONTRATO**;
- XIX. adotar modelo de placa de inauguração definido pela **CAIXA**, caso o **TOMADOR** optar pela sua instalação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDICIONANTES CONTRATUAIS

17.1 CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

- 17.1.1 Sob pena de resolução do **CONTRATO** de **FINANCIAMENTO** fica condicionado que o **TOMADOR** deverá apresentar o presente **CONTRATO**, à **CAIXA**, devidamente registrado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data da assinatura, observadas as exigências legais de registro deste **CONTRATO** no(s) cartório(s) competente(s), bem como de publicação do ato em meio oficial e encaminhamento de uma via do **CONTRATO** ao Tribunal de Contas do Estado ou Distrito Federal ou



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

do Município, apresentando à **CAIXA** as competentes provas da realização desses atos, sendo este prazo prorrogável a critério da **CAIXA**;

17.1.2 O valor de financiamento do presente **CONTRATO** deverá estar dentro do limite global de endividamento do setor público ou de excepcionalidade, regulado pelo Conselho Monetário Nacional e controlado pelo BACEN, por meio do CADIP - Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

17.3 CONDIÇÕES PARA INÍCIO DE DESEMBOLSO:

17.3.1 Para utilização do **FINANCIAMENTO**, o **TOMADOR** obriga-se a cumprir, além das condições previstas nas Cláusulas de Garantias, as seguintes condições:

I. Para utilização da primeira parcela do **FINANCIAMENTO**:

- a) apresentação de pedido de desembolso de recursos, discriminando a(s) despesa(s) de capital a que se destinarão os recursos;
- b) atender integralmente as condições de eficácia, se houver, e resolutivas expressas neste **CONTRATO**;
- c) inexistência de inadimplemento de qualquer natureza, perante a **CAIXA**, e ou de qualquer fato que, a critério da **CAIXA**, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do **TOMADOR** e, que a critério da **CAIXA**, possa afetar a segurança do crédito a ser concedido;
- d) comprovação da regularidade fiscal do **TOMADOR**, mediante consulta pela **CAIXA** da Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND ou da Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN;
- e) comprovação da regularidade previdenciária relacionada ao regime próprio de previdência social, mediante consulta pela **CAIXA** do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;
- f) comprovação da regularidade junto ao **FGTS** e à **CAIXA**;
- g) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, em relação aos **PROJETOS/AÇÕES**, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração do **TOMADOR** sobre a continuidade da validade de tal documento;
- h) quando for o caso, apresentar, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, a listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pela **CAIXA**;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- i) comprovação, mediante consulta ao Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público - CADIP, do Banco Central do Brasil, da inexistência de anotações cadastrais impeditivas em nome do **TOMADOR**;
- j) inexistência de inscrição do **TOMADOR** no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 DE 11/05/2016, a ser verificada pela **CAIXA**, mediante consulta na internet, no endereço www.mte.gov.br;
- k) apresentação de toda documentação necessária e suficiente para a análise, pela a **CAIXA**, do Plano de Investimento, caso o início do desembolso esteja previsto para o exercício financeiro subsequente ao deste **CONTRATO**.
- l) pagamento à **CAIXA** de taxas ou tarifas ou comissões pré-contratuais, devidas pelo **TOMADOR**.
- m) afixar, em local visível ao público, 01 (uma) placa de obra, conforme modelo definido pela **CAIXA**, mantida durante toda a execução dos **PROJETOS/AÇÕES**.

II. Para utilização das demais parcelas:

- a) apresentação de pedido de desembolso de recursos, discriminando a(s) despesa(s) de capital a que se destinarão os recursos.
- b) comprovação da regularidade fiscal do **TOMADOR**, mediante consulta pela **CAIXA** da Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND ou da Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN;
- c) comprovação da regularidade previdenciária relacionada ao regime próprio de previdência social, mediante consulta pela **CAIXA** do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;
- d) comprovação da regularidade junto ao **FGTS** e à **CAIXA**;
- e) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração do **TOMADOR** sobre a continuidade da validade de tal documento;
- f) inexistência de inscrição do **TOMADOR** no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 DE 11/05/2016, a ser verificada pela **CAIXA**, mediante consulta na internet, no endereço www.mte.gov.br;
- g) comprovação, mediante consulta ao Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público - CADIP, do Banco Central do Brasil, da inexistência de anotações cadastrais impeditivas em nome do **TOMADOR**;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

h) quando for o caso, apresentar, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, a listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pela **CAIXA**;

i) inexistência de inadimplemento de qualquer natureza, perante a **CAIXA**, e ou de qualquer fato que, a critério da **CAIXA**, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do **TOMADOR** e, que a critério da **CAIXA**, possa afetar a segurança do crédito a ser concedido;

j) apresentação de toda documentação necessária e suficiente para o reenquadramento da operação, quando requerido pela **CAIXA**

III. Para utilização da última parcela:

a) cumprimento dos condicionantes para a utilização das demais parcelas, constantes no item II, acima;

b) conclusão do objeto financiado (obras e/ou equipamentos), atestado pela visita de constatação final, realizada pela **CAIXA**;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS

18.1 A **CAIXA** pode, a qualquer momento, mediante comunicação por escrito ao **TOMADOR**, suspender os desembolsos, na hipótese de ocorrerem, e enquanto persistirem, quaisquer das seguintes circunstâncias:

- I. mora no pagamento de importâncias devidas por força do presente contrato, independentemente da aplicação das cominações nele previstas;
- II. irregularidade de situação do **TOMADOR** perante o FGTS, INSS e a **CAIXA**;
- III. qualquer ato, processo ou circunstância que possa reduzir a livre administração do **TOMADOR** ou a capacidade de disposição de seus bens;
- IV. inadimplemento, por parte do **TOMADOR**, de obrigação assumida com a **CAIXA** no presente contrato;
- V. atraso, falta de comprovação dos pagamentos efetuados com os recursos obtidos da **CAIXA**, ou aceite da comprovação pela **CAIXA**;
- VI. alteração de qualquer das disposições das normas legais e infralegais federais, distritais, municipais ou estaduais, que possam surtir efeitos neste **CONTRATO**, que contrarie, direta ou indiretamente, o ajustado neste **CONTRATO** e nos demais a ele vinculados;
- VII. ocorrência de fato superveniente que venha a afetar a **CAIXA** e/ou afete a(s) garantia(s) constituídas para este **CONTRATO**.
- VIII. descumprimento da comprovação das parcelas liberadas.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- IX. descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente instrumento de acordo com os **PROJETOS/AÇÕES** relacionados no **ANEXO I** deste **CONTRATO**;
 - X. realização de declaração falsa ou incorreta pelo **TOMADOR**, no âmbito deste **CONTRATO**, ou ainda qualquer exposição de fatos ou declaração incorreta em qualquer aspecto relevante fornecida pelo **TOMADOR** à **CAIXA** para a concessão deste **FINANCIAMENTO**;
 - XI. conhecimento pela **CAIXA**, a qualquer tempo, de que as atividades do **TOMADOR** geram danos ao meio ambiente, utilizam mão de obra em situação análoga à condição de trabalho escravo, conforme previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 DE 11/05/2016, trabalho infantil de forma não regulamentada, exploração da prostituição ou exerçam atividades ilegais, constando ou não no Cadastro de Empregadores;
 - XII. demais situações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação correlata;
 - XIII. em decorrência de decisão ou determinação judicial ou de órgão de controle externo ou interno, podendo ser glosados os valores que correspondam a irregularidades apontadas, sem prejuízo a outras medidas a serem tomadas.
- 18.2** Caso a suspensão dos desembolsos para as situações descritas acima não seja medida suficiente para assegurar o regular cumprimento das obrigações assumidas, poderá ser declarado o vencimento antecipado da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

- 19.1** Constituem motivos de vencimento antecipado da dívida, a critério da **CAIXA**:
- I. ineficácia da suspensão dos desembolsos para os motivos que lhe originaram;
 - II. inexactidão ou falsidade das declarações prestadas, relacionadas com o presente **CONTRATO**;
 - III. inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas neste **CONTRATO**;
 - IV. ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete a garantia constituída em favor da **CAIXA**;
 - V. a cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas neste **CONTRATO** sem prévia e expressa autorização da **CAIXA**;
 - VI. modificação ou inobservância dos **PROJETOS/AÇÕES** e demais documentos aceitos e integrantes do respectivo processo de contratação desta operação de crédito, sem prévio e expresso consentimento da **CAIXA**;
 - VII. conhecimento pela **CAIXA**, a qualquer tempo, de que as atividades do **TOMADOR** geram danos ao meio ambiente, utilizam mão de obra em situação análoga à condição de trabalho escravo, conforme previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 DE 11/05/2016, trabalho infantil de forma não regulamentada, exploração da prostituição ou exerçam atividades ilegais, constando ou não no Cadastro de Empregadores;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- VIII. descumprimento de qualquer obrigação do **TOMADOR** prevista no presente instrumento;
- IX. se ocorrer a incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações da espécie, ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos vigentes;
- X. eventos de responsabilidade do **TOMADOR** que possam causar prejuízo à imagem da **CAIXA** no contexto da sociedade e do Sistema Financeiro Nacional;
- XI. se, por ocasião de reavaliação da capacidade de pagamento do **TOMADOR**, seja constatada a perda da capacidade de pagamento e, conseqüentemente, o declínio do seu conceito de risco de crédito, não alcançando o conceito mínimo exigido pela **CAIXA**, após o primeiro desembolso.
- 19.2** Na ocorrência de aplicação de recursos em finalidade diversa da prevista na **CLÁUSULA SEGUNDA**, devidamente enquadrada pela **CAIXA**, e/ou não comprovação da aplicação dos recursos após transcorrido todos os prazos previstos neste **CONTRATO** com o respectivo aceite da **CAIXA**, além de adotar as medidas previstas nesta Cláusula e neste **CONTRATO**, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº. 7.492 de 16 de junho de 1986.
- 19.3** Nos casos de vencimento antecipado, tornam-se exigíveis, desde logo, o principal, juros e demais obrigações contratualmente ajustadas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, além dos previstos nos Artigos 333 e 1.425 do Código Civil, devendo a **CAIXA**, depois de constatada a irregularidade, notificar o **TOMADOR**, concedendo-lhe o prazo de até 60 (sessenta) dias, também a critério da **CAIXA**, contados do recebimento da notificação, para sanar qualquer dos casos acima elencados.
- 19.4** O **TOMADOR** obriga-se a dar conhecimento e/ou esclarecimento expresso e imediato à **CAIXA** da ocorrência, iminência ou veiculação de notícia a respeito de qualquer situação relacionada nos incisos das **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** e **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**, sob pena de incorrer na hipótese do inciso II do item 19.1.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 20.1** O presente **CONTRATO** pode ser extinto, via rescisão contratual, pelo descumprimento das obrigações pactuadas, nos seguintes casos:
- I. não sendo cumprida(s) a(s) condição(ões) de eficácia, incidir alguma condição resolutivas ou impedimento para desembolso, conforme **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**;
 - II. se, por ocasião de reavaliação da capacidade de pagamento do **TOMADOR**, seja constatada a perda da capacidade de pagamento e, conseqüentemente, o declínio do seu conceito de risco de crédito, não alcançando o conceito mínimo exigido pela **CAIXA**, antes da primeira liberação de desembolso;
 - III. se, verificada qualquer uma das hipóteses relacionadas nas **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** e **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- IV. se ocorrerem divergências entre o pedido de financiamento apresentado e/ou as premissas e parâmetros dos **PROJETOS/AÇÕES** analisados e, conseqüentemente, alterando as análises econômico-financeiras e jurídica que subsidiaram a presente contratação;
 - V. se ocorrerem eventos graves que, de comum acordo entre **TOMADOR** e **CAIXA**, tornem impossíveis, ou desaconselháveis, o cumprimento das obrigações assumidas neste **CONTRATO**;
 - VI. descumprimento, por parte do **TOMADOR**, do prazo para o primeiro desembolso, estipulado na **CLÁUSULA TERCEIRA**.
- 20.2** O presente **CONTRATO** poderá ser extinto, ainda, via resilição, por acordo mútuo entre a **CAIXA** e o **TOMADOR**.
- 20.3** Tanto no caso de rescisão quanto no caso de resilição, a extinção do pacto se operará mediante comunicação escrita, ficando o **TOMADOR** obrigado a pagar à **CAIXA** o valor equivalente a 1% (um por cento) do **VALOR DO FINANCIAMENTO**, referente a despesas operacionais ocorridas.
- 20.4** O valor apurado será cobrado mediante a emissão de **AVISO DE COBRANÇA** ao **TOMADOR**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 21.1** O **TOMADOR**, a partir da assinatura do presente instrumento, autoriza à **CAIXA** negociar, a qualquer momento, durante a vigência deste **CONTRATO**, o montante do crédito ora concedido, em parte ou no todo, junto às outras instituições financeiras, desde que mantidas as condições contratuais e mediante prévia ciência do **TOMADOR**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DECLARAÇÕES DO TOMADOR

- 22.1** O **TOMADOR** declara:

- I. responsabilizar-se pela execução e conclusão dos **PROJETOS/AÇÕES** para os quais foram destinados recursos do objeto/objetivo deste **CONTRATO**.
- II. conhecer e estar de acordo com a condição estabelecida na **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** e declara, ainda, reconhecer que nenhuma responsabilidade é imputada à **CAIXA** em relação às despesas incorridas por ele, **TOMADOR**, no período de vigência da condição resolutiva, caso seja realizada ou autorizada alguma despesa relativa aos **PROJETOS/AÇÕES**;
- III. que todas as aprovações e medidas necessárias para celebrar o presente **CONTRATO** foram tomadas, obtidas e estão válidas e eficazes;
- IV. que a celebração do presente **CONTRATO** não infringe ou viola qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que o **TOMADOR** seja parte;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- V. cumprir a legislação relativa à Reserva Legal, Reserva Indígena, Área de Preservação Permanente, Área de Preservação Ambiental, Zoneamento Urbano, Zoneamento Ecológico Econômico e Zoneamento Agroeconômico e a legislação sobre o patrimônio cultural brasileiro, assim compreendido o patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, geológico e paleontológico;
 - VI. que a execução dos investimentos dos **PROJETOS/AÇÕES** não implica violação à Legislação Ambiental em vigor;
 - VII. que a área dos **PROJETOS/AÇÕES** não é área embargada, área contaminada e/ou área degradada;
 - VIII. não haver Termo de Ajustamento de Conduta relativo aos **PROJETOS/AÇÕES** ou que, caso existente, se obrigará a todos os termos e condições acordados com o Ministério Público.
- 22.2** As declarações prestadas pelo **TOMADOR** subsistirão até o final e total cumprimento das obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, ficando todos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, responsáveis por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à **CAIXA** oriundos da não veracidade ou da inexatidão de todas as declarações aqui prestadas.
- 22.3** O **TOMADOR** declara, ainda, estar ciente de que os dados e informações referentes ao presente **CONTRATO** serão registrados no Sistema de Informações de Créditos - SCR, atendendo à determinação do **BACEN**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

- 23.1** O **TOMADOR** obriga-se a respeitar a legislação ambiental e informar à **CAIXA** sobre a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado aos **PROJETOS/AÇÕES** que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma ambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental.
- 23.2** O **TOMADOR** deverá ressarcir à **CAIXA** qualquer quantia a que a **CAIXA** venha a ser compelida a pagar por conta do dano ambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado aos **PROJETOS/AÇÕES**, assim como deverá indenizar a **CAIXA** por qualquer perda ou dano que esta venha a experimentar em razão do dano ambiental.
- 23.3** O **TOMADOR** obriga-se a comunicar imediatamente à **CAIXA** qualquer evento que cause grave lesão ao meio ambiente ou violação às leis e práticas de proteção ambiental durante a execução dos **PROJETOS/AÇÕES** apoiados com os recursos deste **CONTRATO**, com a indicação das ações reparadoras das ocorrências e as atitudes de reversão adotadas para a respectiva solução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES DO TOMADOR



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 24.1** O **TOMADOR** expressamente autoriza a **CAIXA**, durante a vigência deste **CONTRATO**, a solicitar e receber informações acerca da existência ou não de registros no **CADIN** a seu respeito, bem como a acessar a Central de Risco do Banco Central do Brasil para obter dados sobre o seu endividamento junto ao Sistema Financeiro Nacional, nos termos do inciso I do Art. 8º da Resolução CMN n.º 3.658, de 17 de dezembro de 2008, e suas alterações.
- 24.2** O **TOMADOR** declara ter ciência de que a **CAIXA**, bem como as demais instituições financeiras, por força de determinação do Conselho Monetário Nacional, com base nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, está obrigada a prestar informações ao **BACEN** sobre a situação contábil deste e de todos os créditos de sua responsabilidade, sendo essas informações consolidadas no sistema Central de Risco de Crédito, na forma da Resolução CMN n.º 3.658, de 17 de dezembro de 2008, e suas atualizações, cujo propósito é permitir ao **BACEN** a supervisão indireta da solvência das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
- 24.3** O **TOMADOR** autoriza a **CAIXA**, de forma irrevogável e irretratável, a prestar informações sobre o presente **CONTRATO** aos órgãos de fiscalização e/ou de controle externo e/ou judicante, quando legalmente a isso obrigada, ou em razão de ordem judicial.
- 24.4** O **TOMADOR** autoriza a **CAIXA** a remeter informação ao Sistema de Informações de Créditos (SCR) do **BACEN**, nos termos definidos na Resolução nº 4.571, de 26 de maio de 2017.
- 24.5** As autorizações acima mencionadas serão automaticamente estendidas a qualquer outra entidade que, no curso deste **CONTRATO**, venha a substituir, em sua competência e função, os órgãos regulatórios/fiscalizadores acima mencionados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA CONDIÇÃO DE FIEL DEPOSITÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO

- 25.1** O **TOMADOR** assume o encargo de guardar, conservar e entregar em perfeito estado os livros e/ou documentos fiscais, notas fiscais, faturas, duplicatas ou outros documentos relativos às operações de compra referentes à aplicação dos recursos objeto deste **CONTRATO**, bem como os documentos fiscais referentes aos serviços realizados relativamente ao **PROJETOS/AÇÕES**, possuindo-os em nome da **CAIXA**.
- 25.2** Desde já, o **TOMADOR** se obriga a guardar, conservar e entregar de imediato e em perfeito estado tal documentação à **CAIXA**, quando por esta solicitado, sob as penas civis e criminais previstas na legislação em vigor.
- 25.3** O **TOMADOR** assume o encargo previsto nesta Cláusula, em nome da **CAIXA**, de forma não onerosa durante toda a vigência deste **CONTRATO**.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

- 26.1** Qualquer tolerância, por parte da **CAIXA**, pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, é considerada como ato de liberalidade, não se constituindo em novação ou procedimento invocável pelo **TOMADOR**.
- 26.2** Se qualquer item ou cláusula deste **CONTRATO** vier a ser considerado ilegal, inexecutável ou, por qualquer motivo ineficaz, todos os demais itens e cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes.
- 26.3** As partes desde já se comprometem a, no menor prazo possível, negociar item ou cláusula que, conforme o caso, venha a substituir o item ou a cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz.
- 26.3.1** Nessa negociação, deverá ser considerado o objetivo das **PARTES** na data de assinatura deste **CONTRATO**, bem como o contexto no qual o item ou a cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz foi inserido(a).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA CERTEZA E LIQUIDEZ DA DÍVIDA

- 27.1** Ficam expressamente asseguradas, a qualquer tempo, a certeza e a liquidez da dívida do **TOMADOR**, que reconhecerá como prova, para determinação da dívida resultante deste **CONTRATO**, os lançamentos que a **CAIXA** realizar, por sua vez, os recibos ou comunicações que expedir sobre as quantias creditadas na respectiva **CONTA VINCULADA**, indicada na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PRESERVAÇÃO DE DIREITOS

- 28.1** Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte da **CAIXA**, de quaisquer direitos que lhe assista por força deste **CONTRATO** ou a concordância com atrasos no cumprimento ou inadimplemento de obrigações do **TOMADOR**, não afetarão aqueles direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo e não alterarão, de nenhum modo, as condições estipuladas neste instrumento, nem obrigarão a **CAIXA** relativamente a vencimentos ou inadimplementos futuros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO

- 29.1** As quantias recebidas para crédito do **TOMADOR** serão imputadas ao pagamento das verbas a seguir discriminadas, obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – MARKET FLEX

30.1 A **CAIXA** e o **TOMADOR**, de comum acordo, reservam-se o direito de, a qualquer momento, requererem modificação de quaisquer termos deste **CONTRATO** nas seguintes, mas não limitadas, situações:

- I. Ocorrência de mudança material ou substancial nas condições de mercado;
- II. Ocorrência de alteração material adversa nas operações, no negócio ou nas condições financeiras do **TOMADOR**;

30.2 As modificações citadas no subitem acima devem ser previamente submetidas à apreciação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA COMPROVAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

31.1 A sistemática a ser adotada para efeitos de comprovação da aplicação do **FINANCIAMENTO** obedecerá, no mínimo, ao que segue:

- I. A obrigação pela comprovação da aplicação correta dos recursos cabe ao **TOMADOR**, cabendo à **CAIXA** promover a aceitação, ou não, após análise da documentação apresentada para tal;
- II. O **TOMADOR** deverá apresentar notas fiscais com a respectiva quitação financeira (tais como: TED, DOC, ordem de pagamento, depósito em conta corrente, boleto bancário quitado e recibos), além das notas de empenho e de liquidação; sejam dos recursos obtidos com este **CONTRATO**, sejam com outras fontes de financiamento, recursos próprios, entre outros;
 - a) tais documentos, para efeitos de comprovação, serão aceitos com data a partir da assinatura deste **CONTRATO** e pelo prazo de até 24 meses após o respectivo desembolso;
 - b) nas notas de empenho, devem contar os códigos da ação orçamentária e o código do grupo de natureza de despesa de capital previstos no contrato de financiamento, bem como o código de fonte de recursos de operação de crédito.
- III. No caso de bens fabricados sob encomenda, a comprovação da aplicação do crédito deverá ser por meio da apresentação de cópia autenticada de contrato de compra e venda para entrega futura, firmado entre o fabricante, com aceite do **TOMADOR**, contendo a descrição dos serviços a serem realizados, os valores e as datas de conclusão previstas para cada etapa, acompanhado dos recibos de pagamentos ou adiantamentos porventura efetuados, ou nota fiscal de venda futura, além da comprovação do cumprimento dos ditames da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações);



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- IV. No caso de apresentação de recibos, e quando o vendedor ou prestador de serviços esteja legalmente desobrigado da emissão de nota fiscal, do recibo deverá constar: o registro do CPF, do documento de identidade (ou do CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica), com a identificação do representante legal do CNPJ, devidamente assinado;
- V. No caso de desapropriação, a comprovação é feita com recibo de depósito judicial em favor do desapropriado;
- VI. Quando se tratar de obras de engenharia civil, a **CAIXA** poderá realizar visitas de constatação, devendo o **TOMADOR** disponibilizar à **CAIXA**, assim que disponível, e no mínimo com 30 dias úteis de antecedência da visita de constatação, os projetos descritivos de engenharia, as especificações, os orçamentos, os cronogramas de andamento físico e físico-financeiro das obras e os contratos de empreitadas, bem como, o roteiro de acesso com croqui de localização do empreendimento devendo, se possível, identificar em qual trecho das obras foram aplicados os recursos obtidos com o **FINANCIAMENTO** deste **CONTRATO**;
- a) tais documentos apresentados serão utilizados nas demais visitas de constatação, se for o caso.
- VII. O **TOMADOR** deverá apresentar, também, licenças ambientais prévias, de instalação ou operação, na forma da legislação ambiental aplicável, conforme a respectiva etapa do projeto/ações, expedidas pelo órgão ambiental competente, em nome do **TOMADOR** ou entidade diretamente responsável pela execução dos **PROJETOS/AÇÕES**;
- VIII. A fim de manter a transparência na utilização dos recursos, o **TOMADOR** se obriga a efetuar o pagamento aos fornecedores, com a utilização dos recursos obtidos deste **CONTRATO**, liberados na **CONTA VINCULADA**.
- 31.1.1** A **CAIXA** poderá solicitar outros documentos que venham a ser exigíveis pelas políticas e/ou normas internas da **CAIXA** ou legislação que lhe é aplicável.
- 31.2** O **TOMADOR** obriga-se a guardar as notas fiscais, faturas, recibos, notas de empenho, notas de liquidação e outros documentos decorrentes das operações de venda e prestação de serviços realizados com os recursos deste **CONTRATO** e entregar cópias autenticadas, por agente público do próprio **TOMADOR**, à **CAIXA**, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, quando por este solicitado, podendo a **CAIXA** considerar o **CONTRATO** vencido, na forma da **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**, caso o prazo seja descumprido.
- 31.2.1** Tais documentos comprovarão as despesas públicas (de capital) realizadas, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 31.3** Nenhum documento de comprovação de aplicação de recursos será aceito contendo ressalvas, rasuras, acertos e/ou condições restritivas, os quais ficarão sujeitos à análise e aceitação pela **CAIXA**.
- 31.4** O **TOMADOR** assume o compromisso de manter arquivado, pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida deste **CONTRATO**, toda e qualquer documentação utilizada para comprovação de aplicação dos recursos.
- 31.5** O **TOMADOR** se compromete a apresentar comprovantes de que o pagamento a fornecedor estrangeiro, no caso de sua ocorrência, se deu mediante a comprovação da entrega dos bens adquiridos no exterior, conforme previsto no contrato de compra e venda e de acordo com as especificações constantes do projeto financiado, observadas as disposições legais pertinentes a tais transações, inclusive quanto ao cumprimento da legislação licitatória pertinente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – LIVRE ACESSO E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

- 32.1** O **TOMADOR** assume o compromisso de permitir, além de facilitar, à **CAIXA** e seus representantes devidamente identificados e indicados por ela, ampla verificação da aplicação dos recursos deste **CONTRATO** e do desenvolvimento das atividades por meio deste **CONTRATO** financiadas, franqueando a seus representantes e prepostos, quando for o caso, livre acesso às dependências do **TOMADOR** e às obras de engenharia civil, bem como, aos comprovantes de pagamentos de fornecedores, documentos comprobatórios do regular processo licitatório envolvido, pagamento de impostos, registros contábeis, jurídicos e qualquer outra informação solicitada e atinente aos recursos deste **CONTRATO**, sob pena de vencimento antecipado deste **CONTRATO** e imediata exigibilidade da dívida.
- 32.2** A **CAIXA** poderá, sempre que julgar necessário, exigir a apresentação de comprovação de tomada de preços ou de concorrências, de homologação de resultados, bem como a apresentação de contratos com empreiteiros e outros fornecedores, consultores e auditores externos que tenham sido pagos ou que serão pagos com os recursos oriundos deste **CONTRATO**.
- 32.3** O **TOMADOR** compromete-se a apresentar à **CAIXA**, sempre que por esta solicitado, a documentação referente ao processo de regularização das áreas de intervenção promovidas com os recursos deste **CONTRATO**, revestidas das formalidades legais, de acordo com cada situação.
- 32.4** O **TOMADOR** e a **CAIXA** poderão, de comum acordo, revisar a sistemática constante desta Cláusula, estabelecendo novas condições ou as alterando, desde que de acordo com os meios previstos na legislação nacional e verificadas as exigências da legislação local.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 33.1** O **TOMADOR** obriga-se a atender às intimações que lhe venham a ser feitas pela **CAIXA**, no interesse da segurança e realização do crédito ora aberto, na forma e no prazo que delas constarem, as quais se tornarão efetivas pela aposição do “ciente”



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

do **TOMADOR**, representado por agente público ou carimbo/recibo do seu protocolo oficial, ou em virtude de aviso por via postal.

- 33.2** Fica facultado à **CAIXA** mencionar, em qualquer divulgação que fizer sobre suas atividades, a colaboração financeira concedida por meio deste **CONTRATO**.
- 33.3** O **TOMADOR** assume o compromisso de mencionar expressamente a cooperação da **CAIXA**, como entidade financiadora dos **PROJETOS/AÇÕES** objetos deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 34.1** As obrigações assumidas neste **CONTRATO** poderão ser objeto de execução específica por iniciativa da **CAIXA**, nos termos do disposto do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente **CONTRATO**.
- 34.2** Nenhuma ação ou omissão, tanto do **TOMADOR** quanto da **CAIXA** importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente **CONTRATO**.
- 34.3** Os direitos e recursos previstos neste **CONTRATO** são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.
- 34.4** O **TOMADOR** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, quaisquer de seus direitos e obrigações previstos no presente **CONTRATO** sem o prévio consentimento da **CAIXA**.
- 34.5** Os **PROJETOS/AÇÕES** descritos neste **CONTRATO** serão executados, por intermédio da **SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS**, que será responsável pela coordenação geral de suas atividades.
- 34.5** Toda e qualquer notificação ou comunicação trocada entre o **TOMADOR** e a **CAIXA**, relativamente ao presente **CONTRATO**, deverá ser feita por escrito e entregue via correio o portador, para o endereço indicado a seguir:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Endereço: Rua Sete de Setembro, 91D – 2º andar – Centro
89801-140 – Chapecó – SC
Telefone: 49 2049 8800

Prefeitura Municipal de Treze Tílias:

Endereço: Pça. Ministro Andreas Thaler, 25 – Centro
CEP 89650-000 – Treze Tílias - SC
Telefone: (49) 3537-0176



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 34.6** Qualquer alteração no endereço acima deverá ser comunicada à **CAIXA**, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 35.1** O **TOMADOR** declara que está expressamente ciente e autoriza a **CAIXA**, de forma irrevogável e irretratável, a prestar informações no âmbito do presente **CONTRATO**, ciente de que a **CAIXA** poderá encaminhá-las aos órgãos de fiscalização.

- 35.2** O **TOMADOR** está ciente que o Banco Central do Brasil – **BACEN**, a Secretaria Federal de Controle Interno – **SFCI** da Controladoria-Geral da União - **CGU**, o Tribunal de Contas da União – **TCU**, a Secretaria do Tesouro Nacional – **STN** e o Ministério Público Federal - **MPF**, por meio de seus representantes indicados, podem nos termos e limites da lei, ter livre acesso às informações relativas ao presente **FINANCIAMENTO** com a finalidade de efetuar, quando necessário, inspeções técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, inclusive, a critérios daquelas instituições, à sua contabilidade e arquivos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – VALIDADE

- 36.1** A validade do presente **CONTRATO** está condicionada à existência de margem no limite para contratação da operação de financiamento estabelecido nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.589/17 e suas alterações, que será verificado pela **CAIXA** em até 5 dias úteis após a assinatura desse instrumento contratual, quando inicia-se também a vigência e todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

- 37.1** O **TOMADOR** obriga-se a providenciar a publicação deste **CONTRATO** ou de extrato, no Diário Oficial do Estado/Distrito Federal/Município, às suas expensas, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para fins de validade e eficácia do instrumento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

- 38.1** Integram o presente **CONTRATO**, para todos os fins de direito, além dos documentos entregues à **CAIXA**:

- I. ANEXO I - Detalhamento **PROJETOS/AÇÕES**;
- II. ANEXO II – Cronograma de Desembolso;
- III. ANEXO III – Modelo para Solicitação de Desembolso;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

IV. ANEXO IV – Fórmulas das taxas de juros contratuais;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DO FORO

39.1 As **PARTES** aceitam este instrumento tal como está redigido e se obrigam, por si e sucessores, ao fiel e exato cumprimento do que ora ficou ajustado, estabelecendo-se como foro, com privilégio sobre qualquer outro, para conhecimento e solução de toda e qualquer questão decorrente da sua interpretação ou execução, o da Seção Judiciária da Justiça Federal com jurisdição no local de assinatura deste **CONTRATO**.

E, por estarem assim acordes, firmam com as testemunhas abaixo o presente instrumento em 04 (quatro) vias originais de igual teor e para um só efeito.

Joaçaba	,08	de Junho	de 2020
Local/Data			
	MAURO	Assinado de forma digital por MAURO	
	DRESCH:4604406	DRESCH:46044060900	
	0900	Dados: 2020.06.08 16:54:47 -03'00'	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS		
AGENTE FINANCEIRO	TOMADOR		
Nome: GILSON PEDRO SAVARIS	Nome: MAURO DRESCH		
CPF: 006.040.229-64	CPF: 460.440.609-00		

TESTEMUNHAS

MARIA LUCIA
DALLA COSTA
CENCI:54049547953
Assinado de forma digital por MARIA LUCIA DALLA COSTA
CENCI:54049547953
Dados: 2020.06.08 16:57:23 -03'00'

Nome: _____
CPF: _____

SANDRO EDUARDO
HARTMANN:86874
071904
Assinado de forma digital por SANDRO EDUARDO HARTMANN:86874071904
Dados: 2020.06.08 16:56:30 -03'00'

Nome: _____
CPF: _____

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

ANEXO I – DETALHAMENTO PROJETOS/AÇÕES

CÓDIGO AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO DO GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	PROJETOS/AÇÕES
05.02.15.452.0005.2.214	4.4.90.00.00.00.00.008	Infraestrutura Urbana, pavimentação de ruas e construção de Pontes



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CT nº	Estado/Município/Distrito Federal	UF
2623.0539728-08/2020	MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS	SC
Programa	TOMADOR	
FINISA	MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS	
Data da Primeira Amortização	Valor do Financiamento	
<u>15 / 02 / 2022</u>	R\$ 729.231,52	
Periodicidade dos desembolsos		
TRIMESTRAL		

Total por Exercício

Ano	Valor (R\$)
2020	729.231,52



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

ANEXO III
MODELO PARA SOLICITAÇÃO DE DESEMBOLSOS

_____, ____ de _____ de _____

À
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Gerência Executiva de Governo Chapecó
Rua Sete de Setembro, 91D
89801-140 – Chapecó – SC

REF: Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA –
Despesas de Capital nº 2623.0539.728-08/2020.

Nos termos do pactuado no Contrato em referência, solicitamos o desembolso de recursos,
em favor do Município de Treze Tílias, no valor de R\$ ().

O **TOMADOR**, nos termos do **CONTRATO** e dos respectivos Documentos de Garantia,
concorda com o valor ora solicitado, ficando ratificadas todas as garantias prestadas.

Atesto, para todos os efeitos da presente:

- (i) estar em dia com todas as obrigações decorrentes do **CONTRATO**;
- (ii) ter atendido as todas as condições previstas no **CONTRATO**, para a realização do
presente desembolso;

Também para os efeitos do presente desembolso, apresentamos, anexos, os seguintes
documentos:

- (i) Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social
– INSS; e
- (ii) <indicar demais documentos pertinentes para cada solicitação de desembolso>

Reitero nossa concordância com todas as cláusulas e condições do **CONTRATO**, inclusive,
sem limitação, as condições financeiras aplicáveis ao presente desembolso e o
compromisso de aplicar os recursos desembolsados, exclusivamente, nos
PROJETOS/AÇÕES relacionados no **ANEXO I** do **CONTRATO**.

Os termos e expressões aqui utilizados em maiúscula ou com iniciais em maiúscula e não
definidos neste instrumento terão o significado a eles atribuído no **CONTRATO**.

Atenciosamente, MAURO
DRESCH:46044060
900

Assinado de forma digital por
MAURO DRESCH:46044060900
Dados: 2020.06.08 16:55:24
-03'00'

Assinatura do Representante Legal do **TOMADOR**
NOME: MAURO DRESCH
CPF: 460.440.609-00



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

ANEXO IV

FÓRMULAS DAS TAXAS DE JUROS CONTRATUAIS

1. Sobre o valor contratado incidirão encargos financeiros correspondentes ao da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários - **CDI**, divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - **CETIP**, nos seguintes termos:

1.1 PERCENTUAL DO CDI

- 1.1.1 Quando for utilizado um percentual do **CDI** (% DO CDI), a prestação do financiamento será calculada conforme segue:

$$J_{DIA} = SD \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{CDI_{DIA}}{100} \right)^{1/252} - 1 \right] \times \frac{P}{100} \right\}$$

$$J_{PERÍODO} = \sum_{i=1}^{DU_n} J_{DIA}$$

Onde:

J_{DIA} = juros por dia.

$J_{PERÍODO}$ = juros do período.

SD = saldo devedor para a data de início do período.

DU_n = período em dias úteis compreendido entre o dia útil anterior ao Dia Eleito anterior (inclusive) ou Dia do Evento (inclusive) e o dia útil anterior (inclusive) ao Dia Eleito do Vencimento.

P = percentual da taxa DI.

CDI_{Dia} = CDI diário anualizado divulgado pela CETIP.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

1.2 CDI + TAXA DE JUROS

- 1.2.1 Quando for utilizado CDI acrescido de Taxa de Juros (CDI + TAXA DE JUROS), a prestação do financiamento será calculada conforme segue:

$$J_{DIA} = SD \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{tx}{100} \right)^{1/252} - 1 \right] + \left[\left[\left(1 + \frac{CDI}{100} \right)^{1/252} - 1 \right] \times \frac{P}{100} \right] \right\}$$

$$J_{PERÍODO} = \sum_{i=1}^{DU_n} J_{DIA}$$

Onde:

J_{DIA} = juros do dia.

$J_{PERÍODO}$ = juros do período.

SD = saldo devedor para a data de início do período.

DU_n = período em dias úteis compreendido entre o dia útil anterior ao Dia Eleito anterior (inclusive) ou Dia do Evento (inclusive) e o dia útil anterior (inclusive) ao Dia Eleito do Vencimento.

P = percentual da taxa DI, se houver.

CDI_{Dia} = CDI diário anualizado divulgado pela CETIP.

Tx = taxa de juros do contrato.

- 1.3 Os juros na fase de carência serão cobrados mensalmente.
- 1.4 As prestações mensais e sucessivas são compostas por cobrança de juros acrescidas de amortização e calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante – SAC.
- 1.5 Os referidos encargos financeiros são calculados e capitalizados por dias úteis, sendo incorporados ao saldo devedor e serão cobrados juntamente com a prestação.
- 1.6 Nos casos de pagamento, amortização extraordinária ou liquidação antecipada em épocas diferentes da data de aniversário do presente **CONTRATO**, será feita a aplicação “pro - rata” dia útil.

28.087 v013micro

34



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 1.6.1** Consideram-se, para esse fim, como dias não úteis, sábados, domingos, feriados bancários nacionais e o dia 31 de dezembro.
- 1.7** O índice de **CDI CETIP** utilizado no cálculo dos encargos é o índice acumulado diariamente para o período de apuração, sendo que se o índice não estiver atualizado para algum dos dias do período, é utilizado o último índice divulgado.
- 1.8** O índice de **CDI CETIP** é divulgado pela **CETIP** – Câmara de Custódia e Liquidação, por meio do endereço eletrônico <http://www.cetip.com.br>.
- 1.9** Na hipótese de extinção, suspensão, falta de divulgação por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa CDI, fica, desde já, convencionado que a **CAIXA** e o **TOMADOR** poderão, mediante mútuo e prévio acordo por escrito, adotar para as mesmas finalidades, índices ou taxas que vierem a ser divulgados e determinados pelas autoridades competentes, ou, na falta de sua divulgação, os índices, taxas ou bases de remuneração substitutas e que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias.

Tunápolis

PREFEITURA

COMUNICAMOS QUE ESTÁ SUSPENSO O PREGÃO Nº 70/2020, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 139/2020

Publicação Nº 2524669

COMUNICADO PROCESSO SUSPENSO.

COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão nº 70/2020, Processo de Licitação nº 139/2020, cujo o objeto é: Contratação de Leiloeiro Público Oficial do estado de Santa Catarina, para realização de Leilão Público de veículos, máquinas e materiais inservíveis da Prefeitura Municipal de Tunápolis, de acordo com as especificações técnicas constantes neste edital. para uma possível alteração. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

Tunápolis,SC,. 12 de junho de 2020.

SHEILA INÊS BIEGER

PREGOEIRA

PORTARIA Nº 5401/2020

Publicação Nº 2523305

PORTARIA Nº. 5.401/2020

Em 15 de Junho de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006, artigo 73, parágrafo 1º ao 4º conforme Decreto Municipal nº 2110, de 24 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública e definiu medidas para combate à pandemia do coronavírus, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas, CONCEDER o que segue;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder GOZO DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor (a), CAMILA HAWRYSZKO ROSAR, com o cargo de NUTRICIONISTA EDUCACIONAL, conforme portaria de nomeação nº 2.983/2012, desta municipalidade.

Período de Aquisição da Licença Prêmio: 08.02.2012 à 07.10.2017, 60 (sessenta) dias, sendo que já requeridos e usufruídos 20 (vinte) dias. Gozo da Licença Prêmio: 15.06.2020 à 29.06.2020, 15 (quinze) dias, sendo que os demais 25 (vinte e cinco) dias usufruir a posterior.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Junho de 2020.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

BRUNO LENGERT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA N°.: 149/2020 PREGÃO PRESENCIAL N°: 76/2020

Publicação N° 2524678

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO N° 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra N°.: 149/2020
Pregão Presencial n°: 76/2020
Data Emissão: 16/06/2020
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por LOTE

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por LOTE, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 8h45min do dia 30 de junho de 2020 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, ATIRATIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUNPINIZAÇÃO, LIMPEZA DE CAIXA DE AGUA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

A execução dos serviços serão agendas conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal da Educação, através da autorização de fornecimento onde constarão, local, horário e dia para a realização.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 8h45min do dia 30 de junho de 2020, e será conduzida pela Pregoeira ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 40/2020

Publicação N° 2524314

DECRETO N° 040/20, de 15 de Junho de 2020.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.390/19 (Lei Orçamentária Anual), de 03.12.2019.
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), assim classificados:

04.01 – SECRETARIA DA IND. AGROIND. COM. TRAB. E DES. COMUNITÁRIO

22.661.0029.2.006 – Manut e Func. Sec. de Ind. Agroind. Com. Trab. e Des. Comintário

3.3.50.00.00.00.00.0080 (0027) – Transf. a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos . R\$ 20.000,00

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.3.71.00.00.00.00.0002 (008) – Transferência a Consórcio Públicos R\$ 400.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 20.000,00 e da fonte 0002 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 400.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 15 de junho de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 136/2020

Publicação N° 2524316

PORTARIA N° 136/20, de 09 de Junho de 2020.
ADMITE ENFERMEIRO – ESF, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006 e suas alterações, combinado com a Lei nº 8.745/93, Art. 2º, II e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir a servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Enfermeiro - ESF, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Claudia Fernanda de Oliveira 024.614.309-69

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 10 de Junho de 2020 e encerrará em 09 de Dezembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de junho de 2020.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 137/2020

Publicação Nº 2524318

PORTARIA Nº 137/20, de 10 de Junho de 2020.
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, o Servidor DILSO SCARABELOTTI, CPF nº 252.024.309-06, Matrícula nº 4425, ocupante do cargo em comissão de Secretário Adjunto de Transportes, Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2020.

EDSON JAIR DAGOSTIN
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 138/2020

Publicação Nº 2524322

PORTARIA Nº 138/20, de 10 de Junho de 2020.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA II E OPERADOR DE EQUIPAMENTOS I, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

Considerando o Estado de Calamidade e de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do COVID- 19 e a necessidade de manutenção dos serviços públicos.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Julho de 2020 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

3641 Eugenio Manenti 579.757.019-04

3642 Volnei Anastácio 579.760.749-20

4366 Luiz dos Santos Pereira 341.610.589-34

4401 Alcimar Mendes 378.852.789-72

Art. 2º - Prorrogar até 15 de Julho de 2020 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Operador de Equipamentos I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

3643 Lucas Pereira Favaro 033.623.509-76

3699 Jeferson Cordeiro Fregulia 048.481.189-48

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2020.

EDSON JAIR DAGOSTIN
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 139/2020

Publicação Nº 2524327

PORTARIA Nº 139/20, de 10 de Junho de 2020.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011e suas alterações.

Considerando o Estado de Calamidade e de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do COVID- 19 e a necessidade de manutenção dos serviços públicos.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Julho de 2020 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

4365 Josemar Gonçalves Dordete 845.623.589-04
2760 Antonio Bá 028.243.729-07
4347 Marly Miguel 617.913.429-49
3629 Moacir Toretti Correa 017.583.449-03
3630 Donato Policarpe 494.948.569-53
4349 Solange Aparecida Barbosa Correa 025.662.369-41
4354 Rosivane Corrente 893.842.969-53
3682 Zenaide Indalencio 067.248.289-45
3674 Dario Carbone dos Santos 560.223.109-97
4350 Genilson de Melo 059.239.109-42
4352 Marcos Juliano da Silva Costa 863.068.809-25
4353 Luciana Carla de Jesus Anastácio 011.707.415-25
4419 Angelo Bom Manenti 076.402.099-43
4420 Eduardo Cordova Lopes 068.176.689-13
4367 Antonio Eugenio da Silva Gonçalves 921.666.448-72
4368 Lourival Pereira de Andrade 429.413.349-04
4369 Neusa Camilo Pinheiro 690.722.649-91
4370 João Carlos da Costa 032.357.249-90
4362 Lorete Maria Pinheiro Felisberto 063.996.589-00
4363 Silvio Rubens Salvaro 032.702.349-02
4592 Edilson Damiani Fernandes 074.443.109-39
4590 Eloi Rodrigues 005.235.419-96
4730 Liliane Pinheiro Peron 110.597.019-10

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2020.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 140/2020

Publicação Nº 2524329

PORTARIA Nº 140/20, de 10 de Junho de 2020.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA II, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011e suas alterações,

Considerando o Estado de Calamidade e de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do COVID- 19 e a necessidade de manutenção dos serviços públicos.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Julho de 2020 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº

001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Motorista II (Transporte Escolar), do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

4209 Valmir Severino 305.731.819-34

4210 Angelo Santos Evangelista 376.946.349-87

4211 Antomar Alexandre Dal Ponte 378.291.149-00

4212 Antonio Bortot 613.356.309-53

4213 Philippe Flores Fernandes 024.278.670-71

4214 Pedro Ari da Cruz 585.205.030-04

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2020.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 141/2020

Publicação Nº 2524331

PORTARIA Nº 141/20, de 10 de Junho de 2020.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA E VIGIA, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011e suas alterações,

Considerando o Estado de Calamidade e de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do COVID- 19 e a necessidade de manutenção dos serviços públicos.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Julho de 2020 a contratação do servidor a baixo relacionado, nomeado através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Operador de Trator Agrícola, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

3631 Ivair dos Santos 725.944.209-30

4344 Osmarino Onorio 894.607.319-53

Art. 2º - Prorrogar até 15 de Julho de 2020 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Vigia, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

3895 Tarciso Figueredo 613.357.629-49

4345 Sedenir Nunes 441.994.229-00

3907 Ana Silvia Triches Parol 020.483.179-28

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2020.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 142/2020

Publicação Nº 2524332

PORTARIA Nº 142/20, de 10 de Junho de 2020.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

Considerando que a servidora se encontra em Auxílio Doença junto ao INSS resolve,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Setembro de 2020 a contratação da servidora DAIANA MOSER CPF nº 051.389.559-00, matrícula nº 3377, nomeada através do Processo Seletivo 001-2014-SME, exercendo a função pública de Professor IV, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2020.

EDSON JAIR DAGOSTIN
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 143/2020

Publicação Nº 2524333

PORTARIA Nº 143/20, de 10 de Junho de 2020.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, NOMEADAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações e Lei Complementar nº 09/11 de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

Considerando que as servidoras encontram-se em Período Gestacional,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Agosto de 2020 a contratação do servidor abaixo relacionado, nomeado através do Processo Seletivo nº 002/2018-SME, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA NOME CPF
4546 Bianca Leonel Rocha 094.740.909-20

Art. 2º - Prorrogar até 10 de Agosto de 2020 a contratação do servidor abaixo relacionado, nomeado através do Processo Seletivo nº 002/2018-SME, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA NOME CPF
4725 Diandra Berti Rosso 078.960.099-43

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2020.

EDSON JAIR DAGOSTIN
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 32/2020 - PREGÃO Nº 19/2020

Publicação Nº 2523858

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 32/2020
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 19/2020
Tipo: Menor Preço/preço por Lote
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE RECAPAGENS E RECAUCHUTAGENS DE PNEUS, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 29 de junho de 2020.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 29 de junho de 2020.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 15 de junho de 2020.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADM Nº 07/2020 - FMS

Publicação Nº 2523757

CONTRATO ADM Nº 07/2020
CONTRATO DE RATEIO Nº 027/2020

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ORIUNDOS DE PROCESSO LICITATÓRIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33D, Jardim Itália, Chapecó-SC, neste ato representado por sua Presidente, Senhora JANETE PARAVIZI BIANCHIN, brasileira, Prefeita do Município de Arvoredo, portadora do CPF sob o nº 798.515.849-91, doravante denominado CIS-AMOSC e o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, inscrito no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Av. São Luiz, 531, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor CELSO MATIELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 422.972.909-00, doravante denominado MUNICÍPIO, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos – farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) definidos na Lei Orçamentária.
2.2 O valor estabelecido no item anterior é estimado para o exercício de 2020, podendo ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do MUNICÍPIO, caso os recursos financeiros estimados inicialmente não sejam suficientes para o atendimento dos serviços assentados na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O MUNICÍPIO repassará ao CIS-AMOSC, até o dia 15 (quinze) de cada mês, mediante débito na conta FPM, o valor correspondente aos serviços de saúde efetivamente utilizados no mês de referência (consultas/exames/procedimentos/OPM's).
3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO e do bloqueio de acesso ao sistema para pedidos/solicitação de compras pelo CIS-AMOSC.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2020, nas dotações:

3.3.93.32.02 – R\$ 170.000,00 – Material de Distribuição Gratuita – Medicamentos

5.2 O valor das despesas decorrentes do presente contrato serão pagos com recursos próprios, nos termos consignados na lei orçamentária do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os medicamentos referenciados na Cláusula Primeira serão adquiridos pelo CIS-AMOSC, via Pregão Eletrônico, Registro de Preços, e disponibilizados no site www.cisamosc.sc.gov.br.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 A fiscalização será realizada pelo MUNICÍPIO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e pelo CIS-AMOSC, por sua farmacêutica.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIS-AMOSC

8.1 São obrigações do CIS-AMOSC:

- a) adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio;
- b) acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos licitados;
- c) elaborar guias/recibos contendo as quantidades e produtos solicitados pelos municípios;
- d) colocar à disposição do MUNICÍPIO o sistema informatizado para solicitação/pedidos para fornecimento dos produtos licitados;
- f) encaminhar mensalmente o recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
- g) cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- h) zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento;
- b) realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira;
- c) acompanhar as solicitações/pedidos dos produtos licitados;
- d) informar ao CIS-AMOSC, por escrito, qualquer inconformidade verificada nos produtos entregues, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas;
- e) definir conjuntamente com o CIS-AMOSC a necessidade de novos produtos;
- f) autorizar o débito do valor do repasse na conta do FPM;
- g) acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio;
- h) acompanhar a execução orçamentária consignada neste Contrato de Rateio;
- i) manter atualizados os números de telefones, os e-mails e o nome do Secretário Municipal de Saúde.
- j) publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIS-AMOSC obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

11.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIS-AMOSC, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Chapecó, 03 de junho de 2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA (CIS-AMOSC)	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE CELSO MATIELLO PREFEITO MUNICIPAL
PRESIDENTE	

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO RESULTADO DA TP 001/2020

Publicação Nº 2524084

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 014/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção do Centro de Apoio ao Turista, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital, e em conformidade com o contrato de repasse OGU nº 869967/2018 – operação 1058424-35. DECLARADA DESERTA. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli - Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º 09/2020/FMS

Publicação Nº 2524158

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º 09/2020/FMS

A Prefeitura Municipal de URUSSANGA torna público, para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2020/FMS, que tem por objetivo a aquisição PARCELADA de equipamentos de proteção individual para proteção dos servidores da Secretaria da Saúde, com qualidade e pontualidade, para o exercício do ano de 2020, conforme edital e anexos. Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 09/06/2020. A retificação se refere a alteração da descrição do item 2, conforme consta no edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 08h30min do dia 22/06/2020 no setor de licitações desta Prefeitura Municipal, localizada na Praça da Bandeira, n.º 12, Urussanga – SC, somente em dias úteis.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 09h30 do dia 22/06/2020, no mesmo local da entrega dos envelopes.

Luis Gustavo Cancellier – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 35, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2524493

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador José Carlos José, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o art. 15, inciso II, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 35, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, CONFORME ESCALA QUE MENCIONA.

Art. 1º Ficam concedidas férias a servidores do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal de Urussanga, conforme escala que menciona:

I – GISLAINE DOMINGA DAMIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Legislativo, de 20 a 25 de julho de 2020, em terceira parcela – referentes ao período aquisitivo de 2019/2020 (saldo);

II – RUBENS MAZZUCCHETTI RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, de 20 a 24 de julho de 2020, em terceira parcela – referentes ao período aquisitivo de 2018/2019 (saldo).

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 16 de junho de 2020.

Vereador José Carlos José
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaurussanga.sc.gov.br, em 16 de junho de 2020.

Vereador Vanderlei Marcílio
Primeiro Secretário

Vargem

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2020/FMS

Publicação N° 2524613

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE VARGEM

Processo Licitatório n° 11/2020/FMS - Edital de Pregão Presencial n° 08/2020/FMS

Objeto: Contratação de serviços de sessões de oxigenoterapia em câmara hiperbárica.

Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 13h30min do dia 29/06/2020, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Milena Andersen Lopes Becher – Gestora do FMS.

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 041/2020 DL 007/2020

Publicação N° 2524298

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 041/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2020

Objeto: TREINAMENTO PARA DOCENTES: SALA DE AULA VIRTUAL, com os seguintes conteúdos básicos: Sistema de Gestão Escolar - SGE, Planejamento e Práticas Pedagógicas; Internet; Pesquisas, E-mail, Armazenamento em nuvem, downloads e ética em relação à informática, Ferramentas Google for Education (Google Formulário, Google Sites, Google Apresentações). Metodologias ativas com foco no Ensino Remoto; Editor de vídeos, apresentações personalizadas e aplicativos audiovisuais, Criatividade e Inovação. - Duração: 24 horas Presenciais / 6 horas - Suporte não presencial - Dias: 2 horas presenciais por semana - Suporte online conforme a demanda Número de vagas: 12 (doze) alunos por turma.

Unidade: Curso.

Quantidade: 4 (quatro).

Preço Unitário: 2.125,00 (Dois mil cento e vinte e cinco reais).

Valor da Contratação: R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

Contratada: MEI - ANA ANDREIA BORTESE SILVESTRI 03946918905, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.239.931/0001-57, com sede à Rua Linha Tunalzinho, Vargem Bonita – SC.

Da Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, bem como pelas disposições desta Consulta e demais Normas Jurídicas aplicáveis à espécie.

Vargem Bonita, 15 de Junho de 2020.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

Videira

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 03/2020 - PMV

Publicação Nº 2524362

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONCORRÊNCIA Nº 03/2020 – PMV

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar a Concorrência nº 03/2020 - PMV. 1. OBJETO: PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO ARMAZÉM ARAUCÁRIA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.256/2009, ALTERADA PELA LEI Nº 3.771/2019, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 20 de julho de 2020. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br, link "Transparência". Informações na Rodovia SC 135, km 124, Campo Experimental (Terminal Rodoviário Irio Zardo), no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelo telefone (49) 3566-9026.

Videira SC, 15 de junho de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2020 - FMS

Publicação Nº 2523847

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2020 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2020 - FMS

HOMOLOGAÇÃO:10/06/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TOTENS DISPENSADOR DE ALCOOL EM GEL, PARA SEREM UTILIZADOS NA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC

FORNECEDOR: EUCLOVIS LUIZ DRESCH - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.700,00 (Nove mil e setecentos reais).

FUNDAMENTO: Artigo 4º, da Lei 13.979, e 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 10 de junho de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020 - PMV

Publicação Nº 2524466

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020 – PMV

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 25/2020 – PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE GUARDA CORPO METÁLICO COM CABOS DE AÇO E FIXAÇÃO TIPO PARABOLT PARA A PONTE DA RUA ANTÔNIO FÁVERO, NO CENTRO DE VIDEIRA, SC, CONFORME PROJETO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 16/06/2020 a partir das 08:00h até o dia 29/06/2020 às 13:59h. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 29/06/2020 às 14:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 15 de junho de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020 - VISAN**

Publicação Nº 2523610

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020 – VISAN

REGISTRO DE PREÇOS

O Diretor Geral da VISAN torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 13/2020 - VISAN. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE BOMBAS DOSADORAS DE PRODUTOS QUÍMICOS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. Recebimento das propostas: do dia 16/06/2020 a partir das 08h00min até o dia 26/06/2020 às 13h59min. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 26/06/2020 às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026. Videira/SC, 15 de junho de 2020.

LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO

Diretor Geral Interino VISAN

TERMO ADITIVO Nº 08/2020 - VISAN

Publicação Nº 2524004

Termo Aditivo nº 08/2020

Contrato/CT nº 43/2019

Processo: TP 04/2019 - VISAN

Contratado: A.M.A LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME

Objeto: Prorrogar o prazo de execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 43/2019, com efeitos a partir de 17/06/2020 até 16/07/2020.

Data: 15/06/2020.

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 023/2020

Publicação N° 2524132

Processo de Licitação 023/2020
Modalidade: Pregão 011/2020
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 26 de junho de 2020 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 16 de junho de 2020.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 0051/2020

Publicação Nº 2523812

AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0116/20 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0051/20

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, juntamente com o Fundo Municipal de Saúde e de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0051/2020, Menor Preço Por Item, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de cargas de Gás de Cozinha P-13 e P-45, destinados a diversos Setores e Secretarias da Prefeitura Municipal, Delegacia Regional de Polícia, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, na quantidade estimada constante do ANEXO I. O recebimento das propostas será até às 8:45h, do dia 02 de julho de 2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 15 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0080/2020

Publicação Nº 2524041

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0080/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Detentor da Ata: DISBRAPLAC LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Mistura Asfáltica instantânea para manutenção das vias de tráfego do Município de Xanxerê, na quantidade estimada constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 106.837,50

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 08 de junho de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0081/2020

Publicação Nº 2524104

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0081/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: DE MARCO LTDA

Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições de 02 (dois) veículos novos tipo Pick Up, mínimo 05 passageiros (Renalt/ Oroch Express), e 03 (três) veículos de passeio novos, motor mínimo 1.0 (kwid zen), destinados as atividades das Secretarias Municipais e Defesa Civil, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 265.270,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 09 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

PORTARIA 431-2020

Publicação Nº 2523703

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 431/2020

REVOGAR O AFASTAMENTO DE TRABALHADORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

REVOGAR o afastamento concedido pela Portaria nº 351/2020 aos Servidores Públicos Municipais e determinar que os mesmos retornem aos seus locais de trabalho em 22.06.2020:

- ANDRIELE MARIANO C. DOS SANTOS, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40

(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- CAROLINE CONCEIÇÃO DO N. DE OLIVEIRA, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- CLARICE DOS SANTOS FERREIRA RODRIGUES, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- DOROTI SALETE PALUDO FERRAZ, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- EDIANE APARECIDA FAGANELLO RAMA, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- FRANCIELE SILVEIRA DO NASCIMENTO, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- GABRIELE DA SILVA ZANCHET, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- GISLAINE CARMEN GRIGOLETTO, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- GISLAINE MESNEROVICZ, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- JANDIRA MARIA ARNO, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- JOICE DE FATIMA DOS SANTOS, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- JOSIELE APARECIDA FRIEDERICH, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- KRISTINA RAQUEL DE ARAUJO, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- LEDI IVETE CHIOSSI, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- MAIARA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- MARCIELE PAVAN, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- MARINEIDE DE FATIMA ZANOTTO, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- MARLEI SECHINI MIGLIORANZA, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- MARTA ANTUNES, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- NILZA RICHARD BIN, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- ROBERTA C. BENEDITO LARA DE CAMARGO, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- ROSA MARIA BRAZZO VASEAK, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

- THALIA RIBEIRO PINTO, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº 351/2020 referentes aos

servidores citados.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 15 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 432-2020

Publicação Nº 2523714

PORTARIA Nº 432/2020
AUTORIZA EXCEPCIONALMENTE O AFASTAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e art. 5º do Decreto Municipal nº 079 de 01/04/2020;
Considerando o Decreto Municipal nº 079/2020 que estabelece medidas preventivas diante da infecção humana pelo COVID -19;
Considerando o enquadramento dos servidores públicos municipais no grupo de risco do novo coronavírus;

RESOLVE

AUTORIZAR, excepcionalmente o afastamento dos servidores públicos municipais:

- ELIANE MARIA ANDRIN TODESCHINI, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;
- IRIA MARIA ANDRIN TODESCHINI, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;
- KARINE GONZAGA DA SILVA, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;
- MARLI MARTINELLI, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;
- NILZA GONZAÇA DA SILVA, empregada pública no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde;

Fica determinado que as horas de afastamento deverão ser computadas para posterior compensação, de acordo com a programação de Secretaria Municipal de Origem.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 15 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 433-2020

Publicação Nº 2523723

PORTARIA Nº 433/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 15.06.2020 a 29.06.2020, 15 (quinze) dias a Servidora Pública Municipal Sra. SANDRA BUENO DE OLIVEIRA brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 2.071.918 e CPF nº 796.635.169-68, nomeada pelo Decreto Municipal nº 077/2019, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

As férias referem-se ao período aquisitivo 02.04.2019 a 01.04.2020= 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 15 de junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 434-2020

Publicação N° 2523734

PORTARIA N° 434/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal n° HW 1.775/91, Lei Municipal n° AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB n° 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 16.06.2020 a 30.06.2020, a Servidora Pública Municipal Sra. OLIVIA TEREZINHA CANDIOTTO, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG n° 1.864.447 e CPF n° 334.947.549-34 nomeada pelo Decreto Municipal n° AM 034/07 para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de 09.06.2012 a 08.06.2015= 15 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 15 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 435-2020

Publicação N° 2523744

PORTARIA N° 435/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto n° AJG n° 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.07.2020 a 17.07.2020, 10 (dez) dias a Servidora Pública Municipal Sra. NEUSA MOSCON, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG n° 2.696.188 e CPF n° 892.890.219-34, nomeada pelo Decreto Municipal n° AM 107/2002, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

As férias referem-se ao período aquisitivo 03.07.2019 a 02.07.2020 = 10 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 15 de junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

ATA PL 022/2020 PMXV

Publicação Nº 2524060

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº 022/2020 – Pregão Presencial nº 018/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível fornecimento de almoços para os servidores da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo e Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, quando da necessidade de manutenção de atividades no interior do Município, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/164498>

Xavantina, 15 de junho de 2020.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH
Equipe de Apoio: JOSELINO LUIZ NAISSINGER
KEILA RENATA OLKOWSKI
CATIA MARA COSMANN BOFF

DECRETO N. 471/2020

Publicação Nº 2524340

DECRETO Nº 471, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo contido no Art. 5º, "a", §1º, II da Lei Municipal n. 1.715 de 14 de Novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 484.868,24 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais
Projeto Atividade: 2.002 – Manter as atividades do Gabinete do Prefeito e Vice
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0253 – (CR 135) 35.625,48
Órgão: 04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de Esportes
Projeto Atividade: 2.013 – Manter a estrutura física e as atividades esportivas
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0253 – (CR 134) 8.000,00
Órgão: 05 – SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade: 2.017 – Gestão do SUAS
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0252 – (CR 136) 28.197,06
Órgão: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura
Projeto Atividade: 2.015 – Manter as atividades da Agricultura e Agropecuária
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0253 – (CR 132) 140.000,00
Órgão: 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes

Projeto Atividade: 2.019 – Manter as atividades do DMER
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0253 – (CR 133) 240.000,00

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais

Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0252 – (CR 137) 569,60

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0253 – (CR 138) 4.279,04

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde

Projeto Atividade: 2.021 – Manter a atenção básica

Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0252 – (CR 67) 28.197,06

Art. 2º Para atender a suplementação do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do provável excesso de arrecadação, decorrentes da LC n. 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), nas seguintes fontes de recurso:

01.0252 – COVID19 Recursos União – Saúde e Assistência Social (LC 173/2020) R\$ 56.963,72

01.0253 – COVID-19 Recursos União – sem destinação específica (LC 173/2020) R\$ 427.904,52

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Xavantina/SC, 16 de junho de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).
Cleidir Eleandro Kemmrich

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 066/2020 - PREGÃO Nº 026/2020

Publicação Nº 2523821

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 066/2020

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 026/2020

TIPO: Menor Preço por Item.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de hora máquina de escavadeira hidráulica sobre esteiras equipada com rompedor hidráulico, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 29 de junho de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 29 de junho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 10 de junho de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0038/2020

Publicação Nº 2523807

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0038/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: Aquisição de testes rápidos do tipo IgG IgM para detecção do vírus SARS-COV-2, agente causador da doença epidêmica COVID-19, para pacientes do Município de Xaxim, oriundo da Ata de Registro de Preço nº 0020/2020.

Valor do Contrato: R\$ 38.995,00 (trinta e oito mil novecentos e noventa e cinco mil).

Vigência: 09/06/2020 a 31/12/2020.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.35.00.00.00 (29/2020).

Licitação: Processo de Compra 063/2020 – Pregão Presencial Registro de Preço nº 0024/2020, Ata de Registro de Preço nº 0020/2020.

Xaxim-SC, 09 de junho de 2020. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

DECRETO 305/2020 - AUTORIZA A ABERTURA E FUNCIONAMENTO RESTRITIVO DAS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2523798

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 305/20, de 9 de Junho de 2020**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2020.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4435/19 de 16 de Dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 35.389,32 para as seguintes dotações orçamentárias:

13 - Encargos Gerais do Município

13.01 - Encargos Gerais do Município

13.01 - 28.846.0000 - 0.000 - 140/2020 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0052.000000 35.389,32

Art 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

0.1.0053.000000 - Excesso de arrecadação 31.231,68

0.1.0052.000000 - Excesso de arrecadação 4.157,64

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 9 de Junho de 2020

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 0083/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020 - APROVA O PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO LOTEAMENTO FELISBERTO FERREIRA DOS SANTOS, NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017, ATRAVÉS DO PROGRAMA "ESCRITURA JÁ".

Publicação Nº 2523914

DECRETO Nº 0083/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020

APROVA O PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO LOTEAMENTO FELISBERTO FERREIRA DOS SANTOS, NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017, ATRAVÉS DO PROGRAMA "ESCRITURA JÁ".

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.465/17, e:

Considerando o cumprimento das exigências especificadas nos art. 35 e 36 da Lei Federal nº 13.465/17;

Considerando a assinatura do Termo de Compromisso relativo à execução quanto ao Cronograma de Obras;

Considerando as demais exigências da Lei Federal nº 13.465/17 devidamente cumpridas, DECRETA:

Art. 1º: FICA APROVADO O PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO LOTEAMENTO FELISBERTO FERREIRA DOS SANTOS, NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, ATRAVÉS DO PROGRAMA DENOMINADO "ESCRITURA JÁ".

Art. 2º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa, 15 de junho de 2020.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 15 de junho de 2020

BIRAJARA CESA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 080/2020 DE 10 DE JUNHO DE 2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

Publicação Nº 2523790

DECRETO Nº 080/2020 DE 10 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 6º da Lei nº 0627/2019 de 11 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 16.201,22 (dezesesseis mil, duzentos e um reais e vinte e dois centavos) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Zortéa:

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2.052 – Manutenção da Atenção Básica de Saúde

3.1.90.00.00.00.00 - 00.01.1052.000000 (46) – Aplicações Diretas R\$ 12.055,26

Rec. Transf. da União - Destinados a Ações de Saúde e Assisten.- 00.01.1052.000000 – R\$ 12.055,26

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.1053.000000 (192) – Aplicações Diretas R\$ 3.658,88

Recursos Transferidos da União - Sem Destinação Específica - 00.01.1053.000000 – R\$ 3.658,88

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.1052.000000 (193) – Aplicações Diretas R\$ 487,08

Rec. Transf. da União - Destinados a Ações de Saúde e Assisten.- 00.01.1052.000000 – R\$ 487,08

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 16.201,22

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Rec. Transf. da União - Destinados a Ações de Saúde e Assisten.- 00.01.1052.000000 – R\$ 12.542,34

Recursos Transferidos da União - Sem Destinação Específica - 00.01.1053.000000 – R\$ 3.658,88

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 16.201,22

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 10 de junho de 2020.

ALCIDES MANTOVANI BIRAJARA CESAR DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Registrado e publicado o presente Decreto em 10 de junho de 2020.

Consórcios

ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2020 - CONSELHO DE REGULAÇÃO

Publicação Nº 2524036

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2020

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Roberto Aurélio Merlo, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os (a) senhores (a) Conselheiros (a) do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 25 de junho de 2020, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 25 de junho de 2020

Horário: Início às 8:30 horas

Local: Virtual

Ordem do dia:

- 1) Discussão e Deliberação Normativa de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública;
- 2) Apresentação do Termo de Compromisso dos Processos Administrativo de Fiscalização e de Autos de Infração;
- 3) Apresentação pela Diretoria e coordenadores das atividades desenvolvidas;
- 4) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 15 de junho de 2020.

Roberto Aurélio Merlo

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

CIGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2020 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N º 092/2020/CIGA

Publicação Nº 2523764

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2020 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N º 092/2020/CIGA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 698/2019

Dispensa de Licitação n.º 05/2020/CIGA

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS (FUNDATEC)

CNPJ: 87.878.476/0001-08

OBJETO: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do contrato administrativo n.º 092/2020/CIGA, até 31 de dezembro de 2020, com base nos artigos 57, §1º, II, e §2º, c/c 65, ambos da Lei n.º 8.666/93, nas Cláusulas Primeira, Nona, Décima Quinta e Vigésima Sétima, e forte na justificativa constante dos autos, podendo o prazo de conclusão contratual ser objeto de nova prorrogação, nos exatos termos da lei.

PREVISÃO LEGAL: Contrato n.º 092/2020/CIGA, celebrado em 26 de fevereiro de 2020, originário do Processo Administrativo n.º 698/2019, da Dispensa de Licitação n.º 05/2020/CIGA, o que fazem com fundamento nos artigos 57, §1º, II, e §2º, c/c 65, ambos da Lei n.º 8.666/93, nas Cláusulas Primeira (DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL), Nona (DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS), Décima Quinta (DAS ALTERAÇÕES) e Vigésima Sétima (DA VIGÊNCIA) e com fulcro na legislação cogente.

VIGÊNCIA: Este Aditivo passa a vigor a partir da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 08 de junho de 2020.

Florianópolis, 15 de junho de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCATARINA**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 10163/2020-E**

Publicação Nº 2523573

Processo Administrativo Eletrônico:	10163/2020-e
Interessado:	MEDILAR IMP. E DISTR. DE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES S/A
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 829
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa MEDILAR IMP. E DISTR. DE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES S/A, que versa sobre o cancelamento do item 829, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe. Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 04/06/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e a informação por parte do laboratório fabricante da suspensão temporária pela ANVISA do mesmo, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido (eDOC 4516849F, eDOC F20B459B, eDOC 2B2D0696).

É o relatório.

Passamos a análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, neste caso o inadimplemento contratual, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, no qual deveria cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

No entanto, devemos observar que o cancelamento do registro do item, versa sobre o argumento da impossibilidade de fornecimento pelo laboratório (GEOLAB). Deste modo, a empresa demonstra os fatos, apresentando a “carta” do laboratório, o qual informa sobre a descontinuidade de fabricação do item.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0029/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;

b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da MEDILAR IMP. E DISTR. DE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES S/A, no Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 1036/2020-e, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item 829;

2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 08 de junho de 2020

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	10163/2020-e
Interessado:	MEDILAR IMP. E DISTR. DE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES S/A
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 829
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 829 do processo licitatório acima, requerido pela MEDILAR IMP. E DISTR. DE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES S/A.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da MEDILAR IMP. E DISTR. DE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES S/A, no Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 1036/2020-e, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item 829;
2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 10 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9355/2020-E

Publicação Nº 2523571

Processo Administrativo Eletrônico:	9355/2020-e
Interessado:	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens 76, 95, 111, 112 e 123
Referência	PAL nº 0018/2019, PE nº 0014/2019 PAL nº e 0021/2019, PE nº 0015/2019 e Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP, que versa sobre o cancelamento dos itens n. 76, 95, 111, 112 e 123, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 21/05/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e ao aumento do dólar devido a atual pandemia do COVID-19, ficando impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido (eDOC 27E4D510, eDOC FEC2961D, eDOC 49DF5719, eDOC 4C8F1007, eDOC FB92D103). A empresa informou que possui capacidade de atendimento dos itens n. 95 e 123 da AF 11544/2020. Com relação as demais AFs em aberto, a empresa afirma que não possui capacidade de fornecimento.

Em suma é o relatório.

Passo a análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

No entanto, devemos observar que estamos tratando de itens eletrônicos e conforme relato da empresa houve uma elevação nos custos. Pois bem, é público e notória a elevação dos custos e preços de materiais e insumos importados, conforme a variação cambial do dólar.

Nestes termos, com base na Resolução nº 0029, de 07 de abril de 2020, o CINCATARINA poderá se abster de aplicar as penalidades pecuniárias previstas na Ata de Registro de Preço, conforme dispõe:

Art. 7º. Os contratos administrativos do CINCATARINA deverão atender a sua Função Social e os princípios que gerem a Administração Pública em geral, visando implantar uma Administração Dialógica, com intuito de satisfazer necessidades coletivas e dialogar com os fornecedores nesse momento de pandemia do COVID-19.

§ 1º. O acompanhamento das execuções decorrentes de autorizações de fornecimento e aplicação de penalidades administrativas em caso de descumprimento, relativos ao Projeto de Licitações Compartilhadas, deverá levar em consideração a atual situação de calamidade pública federal e situações de emergência no Estado de Santa Catarina e nos municípios consorciados.

§ 2º. O CINCATARINA poderá deixar de aplicar penalidades pecuniárias previstas no edital e no instrumento contratual nos casos em que a empresa fornecedora ou prestadora de serviço justifique e comprove de que o descumprimento ocorreu em razão da pandemia do COVID-19.

Portanto, caberá nesse momento a coerência deste Órgão Gerenciado quanto da aplicação das penalidades, devendo resguardar o interesse público no que diz respeito ao atendimento das demandas para a população, assim como observar os efeitos que possíveis sanções pecuniárias as empresas nesse momento delicado de nossa economia. O poder sancionador do Estado na relação contratual deve ser ponderado.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0029/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
 - b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.
- Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0018/2019, PE nº 0014/2019 e PAL 0021/2019, PE nº 0015/2019, Registro de Preço, referente dos itens 76, 95, 111, 112 e 123;
2. Pela rescisão das AF 22870/2020 no que tange ao saldo quantitativo dos itens 76 com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido a autorização de fornecimento não vencida, mas presente a obrigação contratual.
3. Pela execução dos contratos (AFs) 11544/2020 encaminhadas ao fornecedor até a presente data no que tange ao saldo quantitativo do item 95 e 123 ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação.
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 05 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	9355/2020-e
Interessado:	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens 76, 95, 111, 112 e 123
Referência	PAL nº 0018/2019, PE nº 0014/2019 PAL nº e 0021/2019, PE nº 0015/2019 e Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens 76, 95, 111, 112 e 123 do processo licitatório acima, requerido pela MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0018/2019, PE nº 0014/2019 e PAL 0021/2019, PE nº 0015/2019, Registro de Preço, referente dos itens 76, 95, 111, 112 e 123;
2. Pela rescisão das AF 22870/2020 no que tange ao saldo quantitativo dos itens 76 com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido a autorização de fornecimento não vencida, mas presente a obrigação contratual.
3. Pela execução dos contratos (AFs) 11544/2020 encaminhadas ao fornecedor até a presente data no que tange ao saldo quantitativo do item 95 e 123 ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação.
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 10 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9371/2020-E

Publicação Nº 2523568

Processo Administrativo Eletrônico:	9371/2020-e
Interessado:	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 203
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019 Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, que versa sobre o cancelamento do item 203, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 26/05/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e ao aumento do dólar devido a atual pandemia do COVID-19, ficando impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido (eDOC 22B4920E, eDOC 95A9530A). Em relação as autorizações de fornecimento em aberto, a empresa informa que não possui não capacidade de atendimento.

Em suma é o relatório.

Passo a análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- [...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

No entanto, devemos observar que estamos diante de uma pandemia mundial que afetou a produção de alguns item, conforme a carta do laboratório apresentado apresenta pela empresa (eDOC 95A9530A).

Nestes termos, com base na Resolução nº 0029, de 07 de abril de 2020, o CINCATARINA poderá se abster de aplicar as penalidades pecuniárias previstas na Ata de Registro de Preço, conforme dispõe:

Art. 7º. Os contratos administrativos do CINCATARINA deverão atender a sua Função Social e os princípios que gerem a Administração Pública em geral, visando implantar uma Administração Dialógica, com intuito de satisfazer necessidades coletivas e dialogar com os fornecedores nesse momento de pandemia do COVID-19.

§ 1º. O acompanhamento das execuções decorrentes de autorizações de fornecimento e aplicação de penalidades administrativas em caso de descumprimento, relativos ao Projeto de Licitações Compartilhadas, deverá levar em consideração a atual situação de calamidade pública federal e situações de emergência no Estado de Santa Catarina e nos municípios consorciados.

§ 2º. O CINCATARINA poderá deixar de aplicar penalidades pecuniárias previstas no edital e no instrumento contratual nos casos em que a empresa fornecedora ou prestadora de serviço justifique e comprove de que o descumprimento ocorreu em razão da pandemia do COVID-19.

Portanto, caberá nesse momento a coerência deste Órgão Gerenciado quanto da aplicação das penalidades, devendo resguardar o interesse público no que diz respeito ao atendimento das demandas para a população, assim como observar os efeitos que possíveis sanções pecuniárias as empresas nesse momento delicado de nossa economia. O poder sancionador do Estado na relação contratual deve ser ponderado.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0029/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 203;
2. Pela rescisão das AFs 22326, 17738, 21412, 19742, 22123, 16356, 16009, 15217, 16249, 18570 e 20034/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 203, devidamente justificado.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 05 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	9371/2020-e
Interessado:	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 203
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019 Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 203 do processo licitatório acima, requerido pela COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 203;
2. Pela rescisão das AFs 22326, 17738, 21412, 19742, 22123, 16356, 16009, 15217, 16249, 18570 e 20034/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 203, devidamente justificado.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 10 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9444/2020-E

Publicação Nº 2524220

Processo Administrativo Eletrônico:	9444/2019
Interessado:	CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A.
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens nº 11
Referência	PAL nº 0033/2019, PE nº 0025/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 11 referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro realizado pela empresa, (recebido através de e-mail em 15/05/2020) a empresa relata que o presente pedido se refere a elevações do preço de custo do objeto contratual no período entre a data da licitação e a presente data. Diante do exposto e objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, solicita o realinhamento do preço contratado, de acordo com a documentação juntada.

Antes de conceder o reequilíbrio, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observadas a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução n. 0011/2017, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA e dá outras providências, revogada pela Resolução n. 0022/2020.

Consultados no interesse das demais proponentes em fornecer o item por valor menor que obtido se concedido o reequilíbrio, chegamos à seguinte conclusão:

- a) A empresa ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA, manifestou com novo valor proposto, que é de R\$ 18.124,00 para o item 11;

Após a negociação realizada foi apresentada proposta mais vantajosa para a empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A considerando seu direito de preferência. A empresa manifestou-se dizendo ser possível aceitar o valor proposto pelo consórcio, conforme parecer técnico e documentos (eDOC 2D2A60AE, eDOC E0FE735C, eDOC E5AE3442).

É o relatório.

Passamos a análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido.

Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando este devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as conseqüências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar-se os incidentes de percurso que possam ocorrer.

A Lei geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

Existem Autorizações de Fornecimento em aberto dos itens, devendo a interessada cumprir sua obrigação contratual, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução n. 22/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quando ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange o item 11;
 2. Pela execução dos contratos (AF) encaminhados ao fornecedor até apresente data, nos valores inicialmente estabelecidos. Não se aplica os novos valores as AFs já emitidas.
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 02 de junho de 2020

[Assinado Eletronicamente]
Luís Felipe Braga Kronbauer
Diretor Jurídico do CINCATARINA
OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	9444/2019
Interessado:	CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A.
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 11
Referência	PAL nº 0033/2019, PE nº 0025/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 11, do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A. Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange o item 11;
2. Pela execução dos contratos (AF) encaminhados ao fornecedor até apresente data, nos valores inicialmente estabelecidos. Não se aplica os novos valores as AFs já emitidas.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 10 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9479/2020-E

Publicação Nº 2524224

Processo Administrativo Eletrônico:	9479/2019
Interessado:	DOUGLAS ALAN HEINEN
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens nº 130 e 237
Referência	PAL nº 0084/2019, PE nº 0069/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa DOUGLAS ALAN HEINEN, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens nº 130 e 237 referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro realizado pela empresa, (recebido através de e-mail em 19/05/2020) a empresa relata que o presente pedido se refere a elevações do preço de custo do objeto contratual no período entre a data da licitação e a presente data. Diante do exposto e objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, solicita o realinhamento do preço contratado, de acordo com a documentação juntada.

Antes de conceder o reequilíbrio, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observadas a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução n. 0011/2017, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA e dá outras providências, revogada pela Resolução 0022/2020.

Consultados no interesse das demais proponentes em fornecer o item por valor menor que obtido se concedido o reequilíbrio, chegamos à seguinte conclusão:

- a) A empresa INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, manifestou com novo valor proposto, que é de R\$ 170,00 para o item 130;
- b) A empresa T NAVA COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS, manifestou com novo valor proposto, que é de R\$ 62,49 para o item 237;
- Após a negociação realizada foi apresentada proposta mais vantajosa para a empresa DOUGLAS ALAN HEINEN considerando seu direito de preferência. A empresa manifestou-se dizendo ser possível aceitar o valor proposto pelo consórcio, conforme parecer técnico e documentação (eDOC 9A80BC6B, eDOC 28CD3A71, eDOC F1EB797C, eDOC 9F67E6B4, eDOC 287A27B0, eDOC 4641A5B9, eDOC F40C23A3).

É o relatório.

Passamos a análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido.

Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando este devidamente comprovado.

Como bem salienta Margal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as conseqüências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar-se os incidentes de percurso que possam ocorrer.

A Lei geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma. Existem Autorizações de Fornecimento em aberto dos itens, devendo a interessada cumprir sua obrigação contratual, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução 22/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quando ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no valor inferior ao inicialmente requerido, conforme parecer técnico, no que tange os itens 130 e 237,
2. Pela execução dos contratos (AF) encaminhados ao fornecedor até a presente data nos valores inicialmente estabelecidos, ou seja, os da data de sua emissão.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 05 de junho de 2020

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	9479/2019
Interessado:	DOUGLAS ALAN HEINEN
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens nº 130 e 237
Referência	PAL nº 0084/2019, PE nº 0069/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente aos itens nº 130 e 237, do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa DOUGLAS ALAN HEINEN.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no valor inferior ao inicialmente requerido, conforme parecer técnico, no que tange os itens 130 e 237,
2. Pela execução dos contratos (AF) encaminhados ao fornecedor até a presente data nos valores inicialmente estabelecidos, ou seja, os da data de sua emissão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 10 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

CIS/AMARP

RESOLUÇÃO 25 2020 REVOGA ART. RES. 18 2020

Publicação Nº 2523558

Resolução Nº 25/2020

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE ARTIGOS DA RESOLUÇÃO 18 2020.

Pedro Rabuske, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, Art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar os artigos 1, 2, 4, 5, 6 e 7 da Resolução 18/2020 deste consórcio, a partir desta data.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor nesta data, condicionada a sua validade à publicação do DOM/SC.

Videira, 10 de junho de 2020.

Pedro Rabuske

Presidente do CISAMARP

CIS/AMAUC

TERMO DE CREDENCIAMENTO EDITAL 2013 - TC54

Publicação Nº 2524680

TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, CNPJ 07.654.807/0001-97, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772 - 12º Andar – Edifício Mirage Offices, 89.700-905, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela sua Presidente Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2013, CREDENCIA, através deste termo, a empresa TOPSEG SERVIÇOS DE ENGENHARIA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, CNES 0175706, inscrita no CNPJ 31.428.434/0001-10, estabelecida na Avenida Dom Pedro II, nº 259 Sala 01, centro, município de Ipumirim-SC, CEP 89.790-000, neste ato representada pelo seu sócio administrador senhor VINICIO ZANCAN, CPF 056.887.909-03 RG 3.942.911 SSP-SC, para a prestação de serviços especializados de saúde ao CIS AMAUC de acordo com as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Art. 1º A credenciada prestará aos usuários do CIS AMAUC, serviços especializados em Nutrição, Psicologia, Fonoaudiologia, Clínica Médica. Exames com Finalidade Diagnóstica: Eletrocardiograma (Telemedicina), Espirometria (Telemedicina), Eletroencefalograma em Vigília

(Telemedicina), Logaudiometria e Audiometria Tonal Limiar. Conforme a Solicitação de Credenciamento de 08 de junho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC 2013 – Anexo I do Edital de Credenciamento nº 01/2013, republicada em maio de 2020, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REAJUSTE

Art. 3º O reajuste dos valores constantes na Tabela CIS AMAUC será anual, de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do Conselho Deliberativo do CIS AMAUC.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Art. 4º São obrigações do CIS AMAUC:

I - Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

II - Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

III - Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

IV - Fornecer requisições de consultas e exames.

Art. 5º São obrigações do credenciado:

I - atender todos os encaminhamentos do CIS AMAUC, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido, dentro da cota mensal previamente estipulada pelas partes;

II - atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizado pelo CIS AMAUC ou pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem;

III - preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo CIS AMAUC, inclusive o de contra referência (consultas);

IV - apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o 1º(primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e município de origem;

V - até o prazo de 15 (quinze) dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, para a especialidade de Pediatria e 20 (vinte) dias para as demais especialidades;

VI - entregar ao usuário exames realizados, com o laudo técnico, para repassar ao serviço básico de saúde de seu município;

VII - comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços, justificando os motivos e definindo o período de não atendimento.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 6º Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento devido pelo CIS AMAUC será retardado proporcionalmente.

Art. 7º Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância.

Art. 8º O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 9º A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária.

Art. 10. O presente termo de credenciamento é de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento por meio de comunicação formal ao CIS AMAUC, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo único. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 12. O credenciado autoriza o CIS Amauc a incluir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES como atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, todos os procedimentos constantes no credenciamento e realizados aos municípios consorciados, para fins de apresentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, para formação de série histórica.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIS AMAUC sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia - SC, 09 de junho de 2020

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Presidente CIS Amauc

TOPSEG SERVIÇOS DE ENGENHARIA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
Vinício Zancan

TESTEMUNHAS:

CIS AMAUC/Termos de Credenciamento/Edital 2013/TC54 TOPSEG Serviços de Engenharia e Segurança do Trabalho Ltda

CIS/AMURC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2020 DISPENSA DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 2523552

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 009/2020
TERMO DE JUSTIFICATIVA

Objeto: Aquisição de materiais essenciais tipo Cateter Mount o qual será utilizado no tratamento dos pacientes portadores do Covid-19.
Base Legal: Artigo 4º da lei 13.979 “ É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus de que trata esta Lei.”

Prestação de Serviço:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Major Vieira, Sr. Orildo Antonio Severgnini, com endereço Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, necessita da compra de monitores que serão utilizados nos leitos da ala covid -19 para monitorar os sinais vitais dos pacientes.

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme consta do processo, para realizar a presente contratação.
Vínculo: 3.3.90.00.00

A contratação do serviço acima mencionado enquadra-se na Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020. Considerando que o art.4º da referida Lei dispõe:

Art. 4º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Assim, com fundamento no artigo 4º da lei 13.979/93 é dispensa a realização de licitação para contratação em situação de emergência do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Canoinhas, 08 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo/
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa a Licitação
Processo Administrativo nº009/2020

Objeto: Aquisição de materiais essenciais tipo Cateter Mount o qual será utilizado no tratamento dos pacientes portadores do Covid-19. Pelo presente Termo De Ratificação, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93, RATIFICO o Processo de Dispensa de Licitação, bem como encaminho o presente processo para o Departamento. Competente para as devidas providências quanto à contratação objeto em epígrafe.

Canoinhas /SC, 08 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo

**EXTRATO DO ATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2020**

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Major Vieira, Sr. Orildo Antonio Severgnini, com endereço Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC.

Contratada: MC SURGICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 03.648.990/0001-67, com sede na Rua: Ema Taner de Andrade, 1213, Ferrari, Campo Largo – Paraná.

Objeto: Aquisição de Cateter Mount.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00

Valor total: R\$1.680,00.

Fundamento: Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93 e Art. 4 da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Canoinhas/SC, 08 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo

PARECER JURÍDICO**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009 /2020****Procedimento para Dispensa de Licitação**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC.

RELATÓRIO

Parecer jurídico quanto à dispensa de licitação para Aquisição de CATETER MOUNT, o qual é indicado para o transporte de gases anestésicos ou oxigênio para pacientes submetidos à ventilação mecânica, o Cateter Mount é conectado entre o paciente e o sistema respiratório. Possui conector giratório duplo, que proporciona maior mobilidade e flexibilidade para os pacientes, além de uma abertura superior na tampa para aspiração e broncoscopia. A ventilação se dá através da utilização de aparelhos que agem de forma intermitente insuflando as vias respiratórias com volumes de ar. O Cateter de Mount vai garantir que a ventilação continue sendo ofertada ao paciente mesmo quando ele precisar ser aspirado ou na realização da broncoscopia.

PARECER JURÍDICO

Dispensa de licitação é a possibilidade de celebrar um contrato entre a administração e o particular de forma direta, sem o procedimento regular de licitação, levando sempre em consideração o interesse público, nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, dentre outros pressupostos legais.

A Lei Federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, alterada pela Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020, que alterou a Lei nº 13.979/2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, estabelece no seu art. 4ª e SS que:

Art. 4º. É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º. A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º. Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.

Art. 4º-A. A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

Art. 4º-B. Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Art. 4º-C. Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

Art. 4º-D. O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

Art. 4º-E. Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado

§ 1º. O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

a) Portal de Compras do Governo Federal;

b) pesquisa publicada em mídia especializada;

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

d) contratações similares de outros entes públicos;

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e VII - adequação orçamentária.

§ 2º. Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.

§ 3º. Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.

Art. 4º-F. Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação

de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.

Art. 4º-G. Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.

§ 1º. Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.

§ 2º. Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo.

§ 3º. Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput. Art. 4º-H. Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

Art. 4º-I. Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Excepcionalmente, o caráter emergencial de estabelecer procedimentos e medidas que viabilizem a aquisição de bens, serviços e insumos, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, impõe a necessidade de propor medidas que facilitem a aquisição de bens serviços e insumos pelos entes federativos, de forma urgente, destinados ao combate da pandemia do novo vírus COVID-19, sem a observância das limitações impostas pela lei nº. 8.666/93, uma vez a Lei Federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, por tratar-se de lei especial, se sobrepõe a lei geral de licitações.

Evidentemente, a operacionalização dos procedimentos que visam ao controle do acesso das pessoas suspeitas ou infectadas com o referido vírus, no âmbito do sistema único de saúde, exige que os profissionais de saúde estejam protegidos com os Equipamentos de Proteção Individual-EPIs necessários e eficientes ao combate da pandemia, possibilitando o atendimento assistencial de saúde à população.

Pode-se observar que a legislação em comento permite a dispensa de licitações cujo objetivo é atender ao interesse público e a coletividade, que se justifica pela pandemia instalada, não impondo

limite quantitativo e financeiro para a aquisição de bens, serviços e insumos, tendo em vista o caráter emergencial, excepcional e urgente que a situação exige, observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e aplicando-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Destarte, com base nos fundamentos das legislações em comento, não se vislumbra nenhum óbice para que a Administração Pública contrate a Aquisição de Cateter Mount, material de extrema importância nos casos que os pacientes portadores do Covid -19, necessitem utilizar a ventilação mecânica.

A Assessoria Jurídica desta instituição examinou os aspectos jurídicos dos termos do processo administrativo supra, considerando os pressupostos da Lei Federal nº. 13.979/2020 e da Medida Provisória nº. 926/2020, não se atendo aos elementos de ordem técnicas, financeiras e orçamentárias, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente, de acordo com o que estabelece os Arts. 4ª ao 4º-I, da lei em comento.

Ressalta-se, todavia, que o presente parecer é de caráter facultativo, cujo objetivo é o da interpretação dos dispositivos legais, não o vinculando ao ato discricionário do órgão gerenciador competente.

É o parecer.

Canoinhas 08 de abril de 2020

CAMILA DENK DA SILVA KUCZERA
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/SC 52309

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2020 DISPENSA DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 2523557

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 010/2020
TERMO DE JUSTIFICATIVA

Objeto: Aquisição de materiais essenciais tipo Tubo de Aspiração fechado duplo lumen conector em tipo em L traqueostomia 12FRX31CM, o qual será utilizado no tratamento dos pacientes infectados pelo COVID -19.

Base Legal: Artigo 4º da lei 13.979 " É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus de que trata esta Lei."

Prestação de Serviço:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Major Vieira, Sr. Orildo Antonio Severgnini, com endereço Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, necessita da compra de monitores que serão utilizados nos leitos da ala covid -19 para monitorar os sinais vitais dos pacientes.

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme consta do processo, para realizar a presente contratação. Vínculo: 3.3.90.00.00

A contratação do serviço acima mencionado enquadra-se na Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020. Considerando que o art.4º da referida Lei dispõe:

Art. 4º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Assim, com fundamento no artigo 4º da lei 13.979/93 é dispensa a realização de licitação para contratação em situação de emergência do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Canoinhas, 08 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo/
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa a Licitação
Processo Administrativo nº010/2020

Objeto: Aquisição de materiais essenciais tipo Tubo de Aspiração fechado duplo lumen conector em tipo em L traqueostomia 12FRX31CM, o qual será utilizado no tratamento dos pacientes infectados pelo COVID -19.

Pelo presente Termo De Ratificação, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93, RATIFICO o Processo de Dispensa de Licitação, bem como encaminho o presente processo para o Departamento.

Competente para as devidas providências quanto à contratação objeto em epígrafe.

Canoinhas /SC, 08 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo

EXTRATO DO ATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 010/2020

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Major Vieira, Sr. Orildo Antonio Severgnini, com endereço Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC.

Contratada: IMPORT SERVICE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 01.122.234/0001-74, com sede na Av. Rio de Janeiro nº 1500, centro Londrina- Paraná.

Objeto: Aquisição de Tubo de Aspiração fechado duplo lumen conector em tipo em L traqueostomia 12FRX31CM, o qual será utilizado no tratamento dos pacientes infectados pelo COVID -19.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00

Valor total: R\$3.990,00.

Fundamento: Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93 e Art. 4 da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Canoinhas/SC, 08 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2020

Procedimento para Dispensa de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC.

RELATÓRIO

Parecer jurídico quanto à dispensa de licitação para Aquisição de TUBO DE ASPIRAÇÃO FECHADO DUPLO LUMEN CONECTOR EM L TRAQUEOSTOMIA 12FRX31CM, o qual é indicado para procedimentos de aspiração de secreções em pacientes conectados ao ventilador, permitindo sucção e ventilação concomitantes. E possibilita o manuseio de sonda sem o contato direto do profissional com sistema e a secreção diminuindo o risco de infecção e contaminação cruzada.

PARECER JURÍDICO

Dispensa de licitação é a possibilidade de celebrar um contrato entre a administração e o particular de forma direta, sem o procedimento regular de licitação, levando sempre em consideração o interesse público, nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, dentre outros pressupostos legais.

A Lei Federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, alterada pela Medida Provisória nº. 926 de 20 de março

de 2020, que alterou a Lei nº 13.979/2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, estabelece no seu art. 4ª e SS que: Art. 4º. É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º. A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o

respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º. Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.

Art. 4º-A. A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

Art. 4º-B. Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Art. 4º-C. Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

Art. 4º-D. O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

Art. 4º-E. Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado

§ 1º. O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

a) Portal de Compras do Governo Federal;

b) pesquisa publicada em mídia especializada;

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

d) contratações similares de outros entes públicos;

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e VII - adequação orçamentária.

§ 2º. Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.

§ 3º. Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.

Art. 4º-F. Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação

de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.

Art. 4º-G. Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.

§ 1º. Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.

§ 2º. Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo.

§ 3º. Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput. Art. 4º-H. Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

Art. 4º-I. Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Excepcionalmente, o caráter emergencial de estabelecer procedimentos e medidas que viabilizem a aquisição de bens, serviços e insumos, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, impõe a necessidade de propor medidas que facilitem a aquisição de bens serviços e insumos pelos entes federativos, de forma urgente, destinados ao combate da pandemia do novo vírus COVID-19, sem a observância das limitações impostas pela lei nº. 8.666/93, uma vez a Lei Federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, por tratar-se de lei especial, se sobrepõe a lei geral de licitações.

Evidentemente, a operacionalização dos procedimentos que visam ao controle do acesso das pessoas suspeitas ou infectadas com o referido vírus, no âmbito do sistema único de saúde, exige que os profissionais de saúde estejam protegidos com os Equipamentos de Proteção Individual-EPIs necessários e eficientes ao combate da pandemia, possibilitando o atendimento assistencial de saúde à população.

Pode-se observar que a legislação em comento permite a dispensa de licitações cujo objetivo é atender ao interesse público e a coletividade, que se justifica pela pandemia instalada, não impondo

limite quantitativo e financeiro para a aquisição de bens, serviços e insumos, tendo em vista o caráter emergencial, excepcional e urgente que a situação exige, observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e aplicando-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Destarte, com base nos fundamentos das legislações em comento, não se vislumbra nenhum óbice para que a Administração Pública contrate a Aquisição de Tubo de Aspiração fechado duplo lumen conector em L traqueostomia, material de extrema importância em casos que os pacientes portadores do Covid -19, necessitem utilizar a ventilação mecânica.

A Assessoria Jurídica desta instituição examinou os aspectos jurídicos dos termos do processo administrativo supra, considerando os pressupostos da Lei Federal nº. 13.979/2020 e da Medida Provisória nº. 926/2020, não se atendo aos elementos de ordem técnicas, financeiras e orçamentárias, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente, de acordo com o que estabelece os Arts. 4ª ao 4º-I, da lei em comento.

Ressalta-se, todavia, que o presente parecer é de caráter facultativo, cujo objetivo é o da interpretação dos dispositivos legais, não o vinculando ao ato discricionário do órgão gerenciador competente.
É o parecer.

Canoinhas 10 de abril de 2020

CAMILA DENK DA SILVA KUCZERA
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/SC 52309

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2020 DISPENSA DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 2523570

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 011/2020
TERMO DE JUSTIFICATIVA

Objeto: Aquisição de teste rápido para detecção de anticorpos para o novo coronavírus (Sars-CoV-2).

Prestação de Serviço:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Major Vieira, Sr. Orildo Antonio Severgnini, com endereço Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, necessita da compra de monitores que serão utilizados nos leitos da ala covid -19 para monitorar os sinais vitais dos pacientes.

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme consta do processo, para realizar a presente contratação. Vínculo: 3.3.90.00.00

A contratação do serviço acima mencionado enquadra-se na Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020. Considerando que o art.4º da referida Lei dispõe:

Art. 4º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Assim, com fundamento no artigo 4º da lei 13.979/93 é dispensa a realização de licitação para contratação em situação de emergência do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Canoinhas, 13 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo/
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa a Licitação
Processo Administrativo nº011/2020

Objeto: Aquisição de teste rápido para detecção de anticorpos para o novo coronavírus (Sars-CoV-2).

Pelo presente Termo De Ratificação, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93, RATIFICO o Processo de Dispensa de Licitação, bem como encaminho o presente processo para o Departamento.

Competente para as devidas providências quanto à contratação objeto em epígrafe.

Canoinhas /SC, 13 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo

EXTRATO DO ATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 011/2020

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Major Vieira, Sr. Orildo Antonio Severgnini, com endereço Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC.

Contratada: NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 01.733.345/0001-75, com sede na Rua: Alvares Cabral, nº 1000, Petrópolis, Passo Fundo Rio Grande do Sul.

Objeto: Aquisição de teste rápido para detecção de anticorpos para o novo coronavírus (Sars-CoV-2).

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00

Valor total: R\$ 14.800,00.

Fundamento: Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93 e Art. 4 da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Canoinhas/SC, 13 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2020

Procedimento para Dispensa de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC.

RELATÓRIO

Parecer jurídico quanto à dispensa de licitação para Aquisição de teste rápido para detecção de anticorpos para o novo coronavírus (Sars-CoV-2), o qual pode ser usado como apoio para a avaliação do estado imunológico de pacientes que apresentem sintomas da COVID-19 ou que apresentaram alguma exposição com risco potencial. Os resultados podem conduzir o paciente para o acompanhamento médico já com informações que ajudem o profissional a definir o diagnóstico.

Como inicialmente o Ministério da Saúde concentrou e ainda concentra os exames apenas nos casos graves e diante da carência de testes para o COVID-19, os testes rápidos aumentam a possibilidade de testagem na população e dos profissionais que estão na linha de frente do combate ao vírus.

PARECER JURÍDICO

Dispensa de licitação é a possibilidade de celebrar um contrato entre a administração e o particular de forma direta, sem o procedimento regular de licitação, levando sempre em consideração o interesse público, nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, dentre outros pressupostos legais.

A Lei Federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, alterada pela Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020, que alterou a Lei nº 13.979/2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, estabelece no seu art. 4ª e SS que: Art. 4º. É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º. A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º. Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.

Art. 4º-A. A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

Art. 4º-B. Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco à segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Art. 4º-C. Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

Art. 4º-D. O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

Art. 4º-E. Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado

§ 1º. O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

a) Portal de Compras do Governo Federal;

b) pesquisa publicada em mídia especializada;

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

d) contratações similares de outros entes públicos;

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e VII - adequação orçamentária.

§ 2º. Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.

§ 3º. Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.

Art. 4º-F. Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação

de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.

Art. 4º-G. Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.

§ 1º. Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.

§ 2º. Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo.

§ 3º. Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput. Art. 4º-H. Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

Art. 4º-I. Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Excepcionalmente, o caráter emergencial de estabelecer procedimentos e medidas que viabilizem a aquisição de bens, serviços e insumos, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, impõe a necessidade de propor medidas que facilitem a aquisição de bens, serviços e insumos pelos entes federativos, de forma urgente, destinados ao combate da pandemia do novo vírus COVID-19, sem a observância das limitações impostas pela lei nº. 8.666/93, uma vez a Lei Federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, por tratar-se de lei especial, se sobrepõe a lei geral de licitações.

Evidentemente, a operacionalização dos procedimentos que visam ao controle do acesso das pessoas suspeitas ou infectadas com o referido vírus, no âmbito do sistema único de saúde, exige que os profissionais de saúde estejam protegidos com os Equipamentos de Proteção Individual-EPIs necessários e eficientes ao combate da pandemia, possibilitando o atendimento assistencial de saúde à população.

Pode-se observar que a legislação em comento permite a dispensa de licitações cujo objetivo é atender ao interesse público e a coletividade, que se justifica pela pandemia instalada, não impondo

limite quantitativo e financeiro para a aquisição de bens, serviços e insumos, tendo em vista o caráter emergencial, excepcional e urgente que a situação exige, observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e aplicando-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Destarte, com base nos fundamentos das legislações em comento, não se vislumbra nenhum óbice para que a Administração Pública contrate a Aquisição de testes rápidos para detecção de anticorpos para o novo coronavírus (Sars-CoV-2), conforme solicitação do secretário de saúde de Porto União.

A Assessoria Jurídica desta instituição examinou os aspectos jurídicos dos termos do processo administrativo supra, considerando os pressupostos da Lei Federal nº. 13.979/2020 e da Medida Provisória nº. 926/2020, não se atendo aos elementos de ordem técnicas, financeiras e orçamentárias, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente, de acordo com o que estabelece os Arts. 4ª ao 4º-I, da lei em comento.

Ressalta-se, todavia, que o presente parecer é de caráter facultativo, cujo objetivo é o da interpretação dos dispositivos legais, não o vinculando ao ato discricionário do órgão gerenciador competente.

É o parecer.

Canoinhas 13 de abril de 2020

CAMILA DENK DA SILVA KUCZERA
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/SC 52309

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2020 DISPENSA DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 2523576

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 012/2020
TERMO DE JUSTIFICATIVA

Objeto: Aquisição de material de limpeza para desinfestação dos leitos da ala Covid -19, na sede do Hospital Santa Cruz de Canoinhas.
Prestação de Serviço:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Major Vieira, Sr. Orildo Antonio Severgnini, com endereço Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, necessita da compra de monitores que serão utilizados nos leitos da ala covid -19 para monitorar os sinais vitais dos pacientes.

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme consta do processo, para realizar a presente contratação.
Vínculo: 3.3.90.00.00

A contratação do serviço acima mencionado enquadra-se na Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020. Considerando que o art.4º da referida Lei dispõe:

Art. 4º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Assim, com fundamento no artigo 4º da lei 13.979/93 é dispensa a realização de licitação para contratação em situação de emergência do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Canoinhas, 13 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo/
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa a Licitação
Processo Administrativo nº012/2020

Objeto: Aquisição de material de limpeza para desinfestação dos leitos da ala Covid -19 na sede do Hospital Santa Cruz de Canoinhas.
Pelo presente Termo De Ratificação, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93, RATIFICO o Processo de Dispensa de Licitação, bem como encaminho o presente processo para o Departamento.

Competente para as devidas providências quanto à contratação objeto em epígrafe.

Canoinhas /SC, 13 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo

**EXTRATO DO ATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2020**

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Major Vieira, Sr. Orildo Antonio Severgnini, com endereço Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC.

Contratada: OGM COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 00.214.124/0001-70, com sede na Rua: Est. Do Redentor nº 299, Santa Galo, Rio do Sul- Santa Catarina.

Objeto: Aquisição de material de limpeza para desinfestação dos leitos da ala Covid -19, na sede do Hospital Santa Cruz de Canoinhas.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00

Valor total: R\$ 43.767,43.

Fundamento: Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93 e Art. 4 da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Canoinhas/SC, 13 de abril de 2020

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Presidente CISAMURC

LUIZ CESAR BATISTA
Gerente Administrativo

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2020

Procedimento para Dispensa de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50 com sede à Rua: João da Cruz Kreiling, nº1085, no município de Canoinhas – SC.

RELATÓRIO

Parecer jurídico quanto à dispensa de licitação para Aquisição de matérias de limpeza para desinfecção dos ambientes da ala Covid -19 do Hospital Santa Cruz de Canoinhas.

PARECER JURÍDICO

Dispensa de licitação é a possibilidade de celebrar um contrato entre a administração e o particular de forma direta, sem o procedimento regular de licitação, levando sempre em consideração o interesse público, nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, dentre outros pressupostos legais.

A Lei Federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, alterada pela Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020, que alterou a Lei nº 13.979/2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, estabelece no seu art. 4ª e SS que: Art. 4º. É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º. A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º. Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.

Art. 4º-A. A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

Art. 4º-B. Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Art. 4º-C. Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

Art. 4º-D. O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

Art. 4º-E. Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado

§ 1º. O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

a) Portal de Compras do Governo Federal;

b) pesquisa publicada em mídia especializada;

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

d) contratações similares de outros entes públicos;

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e VII - adequação orçamentária.

§ 2º. Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.

§ 3º. Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.

Art. 4º-F. Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação

de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.

Art. 4º-G. Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.

§ 1º. Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.

§ 2º. Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo.

§ 3º. Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput. Art. 4º-H. Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

Art. 4º-I. Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Excepcionalmente, o caráter emergencial de estabelecer procedimentos e medidas que viabilizem a aquisição de bens, serviços e insumos, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, impõe a necessidade de propor medidas que facilitem a aquisição de bens, serviços e insumos pelos entes federativos, de forma urgente, destinados ao combate da pandemia do novo vírus COVID-19, sem a observância das limitações impostas pela lei nº. 8.666/93, uma vez a Lei Federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, por tratar-se de lei especial, se sobrepõe a lei geral de licitações.

Evidentemente, a operacionalização dos procedimentos que visam ao controle do acesso das pessoas suspeitas ou infectadas com o referido vírus, no âmbito do sistema único de saúde, exige que os profissionais de saúde estejam protegidos com os Equipamentos de Proteção Individual-EPIs necessários e eficientes ao combate da pandemia, possibilitando o atendimento assistencial de saúde à população.

Pode-se observar que a legislação em comento permite a dispensa de licitações cujo objetivo é atender ao interesse público e a coletividade, que se justifica pela pandemia instalada, não impondo

limite quantitativo e financeiro para a aquisição de bens, serviços e insumos, tendo em vista o caráter emergencial, excepcional e urgente que a situação exige, observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e aplicando-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Destarte, com base nos fundamentos das legislações em comento, não se vislumbra nenhum óbice para que a Administração Pública contrate a Aquisição de Materiais de Limpezas para desinfecção da ala Covid -19 na sede do Hospital Santa Cruz de Canoinhas. A equipe de limpeza redobra seu cuidado para garantir a manutenção de seu serviços e evitar contaminação da ala Covid -19, é um trabalho discreto mas de fundamental importância para a proteção e segurança dos profissionais de saúde, servidores e usuários.

A Assessoria Jurídica desta instituição examinou os aspectos jurídicos dos termos do processo administrativo supra, considerando os pressupostos da Lei Federal nº. 13.979/2020 e da Medida Provisória nº. 926/2020, não se atendo aos elementos de ordem técnicas, financeiras e orçamentárias, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente, de acordo com o que estabelece os Arts. 4º ao 4º-I, da lei em comento.

Ressalta-se, todavia, que o presente parecer é de caráter facultativo, cujo objetivo é o da interpretação dos dispositivos legais, não o vinculando ao ato discricionário do órgão gerenciador competente.

É o parecer.

Canoinhas 13 de abril de 2020

CAMILA DENK DA SILVA KUCZERA
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/SC 52309

CIS/AMURES**ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 13/2020**

Publicação Nº 2523446

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020

Objeto: Compra de Serviço para Jornal, em forma de Entrevista, para abordar sobre "A luta contra a Pandemia Covid-19", com a finalidade de divulgar os trabalhos realizados pelo CIS/AMURES, no enfrentamento a Covid-19.

Após análise da justificativa do processo administrativo 714/2020, assegurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a contratação do objeto supramencionado por intermédio de compra direta com JORNAL O PALANQUE - CNPJ nº 04.808.117/0001-57, pelo valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Sigam-se os ulteriores termos.

Lages, SC, 10 de Junho de 2020.

Beatriz Bleyer Rodrigues Montemezzo
Diretora Executiva CISAMURES

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 13/2020

Publicação Nº 2523450

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020

Processo administrativo: 714/2020

Dispensa de Licitação: 13/2020

Objeto: Compra de Serviço para Jornal, em forma de Entrevista, para abordar sobre "A luta contra a Pandemia Covid-19", com a finalidade de divulgar os trabalhos realizados pelo CIS/AMURES, no enfrentamento a Covid-19.

Contratado: JORNAL O PALANQUE - CNPJ nº 04.808.117/0001-57

Valor Total: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Vigência: Entrega imediata.

Fundamentação Legal: Artigo 24, Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Lages, SC, 10 de Junho de 2020.

Beatriz Bleyer Rodrigues Montemezzo
Diretora Executiva CISAMURES

PORTARIA Nº 10/2020

Publicação Nº 2524013

PORTARIA Nº 10/2020

Delega competência à DIRETORA EXECUTIVA nos termos do art. 22 do Estatuto Social do CIS/AMURES e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, Sr. Thiago Costa, no uso de suas atribuições legais, constantes do Art. 22, Inciso XX e XXII, do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES e demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar os seguintes poderes à DIRETORA EXECUTIVA, Sra. BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO, nos termos do que dispõe o Art. 22, Inciso XXII, do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, que passam a ser de responsabilidade solidária e subsidiária do Presidente e da Diretora Executiva:

I - prestar contas ao órgão concedente dos auxílios e subvenções que a venha a receber;

II - contratar serviços de auditoria interna e externa;

III - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do CIS/AMURES;

IV - autorizar a contratação de estagiários;

V - autorizar a contratação de serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIS/AMURES;

VI - representar o CIS/AMURES ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia";

VII - ordenar as despesas e a movimentação financeira dos recursos do CIS/AMURES;

VIII - homologar e adjudicar as licitações realizadas pelo CIS/AMURES;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 10 de Junho de 2020.

THIAGO COSTA
Presidente do CIS/AMURES

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.13/2020

Publicação N° 2523466

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 13/2020

Assegurando-me que a contratação é legal, com base no art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento, em favor de JORNAL O PALANQUE - CNPJ nº 04.808.117/0001-57 para a compra de Serviço para Jornal, em forma de Entrevista, para abordar sobre "A luta contra a Pandemia Covid-19", com a finalidade de divulgar os trabalhos realizados pelo CIS/AMURES, no enfrentamento a Covid-19.

Sigam-se os ulteriores termos.

Lages, SC, 10 de Junho de 2020.

THIAGO COSTA
Presidente CISAMURES

CIS/AMVI**429.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - SUP. ORÇ. 2020 - MEDICAMENTOS E INSUMOS INDAIAL 3**

Publicação N° 2524422

RESOLUÇÃO N° 429, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Suplementa por conta de provável excesso de arrecadação o orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI; e com base na Lei nº. 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, e considerando:

1. as previsões contidas no artigo 3º da Resolução nº. 333/2019; e
2. o decreto municipal de Indaial nº 2264/2020 de 29 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica suplementado ao Orçamento-Programa 2020 do CISAMVI, no valor de R\$ 82.635,86 (Oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos) por Provável Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do CISAMVI:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 001 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Função: 010 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0002– Gestão de Compras Compartilhadas	
Projeto/Atividade: 2016 – Gestão de Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 82.635,86
Vínculo: 0100650 – Indaial - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 82.635,86

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Blumenau - SC, 15 de junho de 2020.

ERCIO KRIEK
Presidente do Conselho Administrativo

430.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - SUP. ORÇ. 2020 - MEDICAMENTOS E INSUMOS BRUSQUE 2

Publicação N° 2524426

RESOLUÇÃO N° 430, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Suplementa por conta de provável excesso de arrecadação o orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI; e com base na Lei nº. 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, e considerando:

1. as previsões contidas no artigo 3º da Resolução nº. 333/2019; e
2. o decreto municipal de Brusque nº 8635/2020 de 09 de junho de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Fica suplementado ao Orçamento-Programa 2020 do CISAMVI, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Provável Excesso de

Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do CISAMVI:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 001 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Função: 010 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0002– Gestão de Compras Compartilhadas	
Projeto/Atividade: 2016 – Gestão de Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Vínculo: 0100646 – Brusque - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 100.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Blumenau - SC, 15 de junho de 2020.

ERCIO KRIEK
Presidente do Conselho Administrativo

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2020 - NKF CONFECÇÕES LTDA.

Publicação Nº 2524700

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020

Impugnante: NKF CONFECÇÕES LTDA.

I - DAS PRELIMINARES

Inicialmente, vislumbra-se que a Impugnação interposta por NKF CONFECÇÕES LTDA. é tempestiva, eis que protocolada em 14/06/2020, às 22hs04min, e o prazo para acolhimento das propostas, agora alterado em virtude da republicação do Edital, está previsto para até às 08hs00min de 23/06/2020 (prazos reduzidos a teor do preconizado no artigo 4º-G da Lei 13.979/2020).

De outra parte, verifica-se que a Impugnação foi firmada por um dos sócios da pessoa jurídica Impugnante, tornando-se possível aferir a capacidade de representação do signatário.

II – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A empresa Impugnante contesta especificamente a exigência do registro junto à ANVISA solicitado para o item 11 – Máscara Cirúrgica. Alega, em apertada síntese, que em virtude da emergência em saúde pública decorrente do Novo Coronavírus o Ministério da Saúde, por intermédio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária – ANVISA, editou a Resolução nº 356, de 23/03/2020 (alterada pela Resolução nº 379 de 30/04/2020), no qual os Equipamentos de Proteção Individual necessários para enfrentamento da pandemia ficam dispensados de Autorização de Fornecimento da Empresa, notificação à ANVISA e quaisquer outras notificações sanitárias, motivo pelo qual a exigência compromete o caráter competitivo do certame.

III – DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Por considerar que a exigência do Registro junto à ANVISA restringe o caráter competitivo da licitação, requer a Impugnante a alteração do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2020, a fim de que seja retirada sua exigência para o item 11.

IV – DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Diante do conteúdo especificamente técnico da Impugnação apresentada, a Pregoeira, a despeito de seus conhecimentos, submeteu o assunto à Gerência de Serviços do CISAMVI, área técnica responsável pela definição dos descritivos dos itens objeto da licitação e exigências a serem cumpridas, para análise e manifestação, tendo assim se manifestado (in verbis):

Em resposta a Impugnação interposta por NKF CONFECÇÕES LTDA. nos autos do Pregão Eletrônico nº 07/2020, em virtude da exigência de Registro na ANVISA do item 11 (Máscara Cirúrgica); consideramos que:

A resolução - RDC No 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020 dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2, permite no Art. 9º, a aquisição de equipamentos de proteção individual, ventiladores pulmonares, circuitos, conexões e válvulas respiratórios, monitores paramétricos e outros dispositivos médicos, essenciais para o combate à COVID-19, novos e não regularizados pela Anvisa, desde que regularizados e comercializados em jurisdição membro do International Medical Device Regulators Forum (IMDRF), por órgãos e entidades públicas e privadas, bem como serviços de saúde, quando não disponíveis para o comércio dispositivos semelhantes regularizados na Anvisa;

A obrigatoriedade de justificativa evidenciada e arquivada à documentação do processo de aquisição disposta no inciso 1º da RDC 356 e 379, sobre a aquisição somente mediante a indisponibilidade de produtos regularizados na Anvisa;

A validade das RDCs que permitem a fabricação e comercialização dos itens sem regularização na ANVISA, tem seu prazo de validade inferior ao prazo de validade processo licitatório em questão; e portanto;

Indeferimos ao pedido de impugnação apresentada.

Reputando as análises e manifestações da Gerência de Serviços do CISAMVI, que esta Pregoeira adota integralmente como fundamento para decidir e, considerando que as condições determinadas no instrumento convocatório encontram-se justificadas, resta comprovado que

não assiste razão à Impugnante.

V – DA DECISÃO

Ante o exposto, conheço da Impugnação apresentada pela empresa NKF CONFECÇÕES LTDA., para no mérito negar-lhe provimento, mantendo-se a exigência de apresentação do Registro junto à ANVISA para o item 11 – Máscara Cirúrgica.

Permanecem inalteradas as disposições editalícias, mantendo-se a data estabelecida para realização da Sessão Pública para abertura das propostas e disputa de lances, a ser realizada no dia 23 de junho de 2020, a partir das 09hs00min, nas mesmas formas definidas no edital. Dê ciência à Impugnante; publique-se esta decisão junto ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e encaminhe-se à Assessoria Jurídica do CISAMVI para conhecimento.

Blumenau-SC, 15 de junho de 2020.

Daniella Martins Tarouco
Pregoeira

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 19/2020

Publicação Nº 2523371

RESOLUÇÃO Nº 19/2020

“Apresenta o texto do projeto de Alteração do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste.”

O Presidente eleito para conduzir esta Assembleia, no uso de suas atribuições legais e específicas, mediante aprovação dos membros com poder de voto,

RESOLVE:

Art. 1º - O Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste, Sr. Sidnei Penzo, fará a apresentação do projeto de Alteração do Estatuto.

Art. 2º - Após a apresentação do projeto e evidenciadas as alterações, fica estabelecido o prazo de até 15 minutos para a proposição de emendas e destaques, que serão votados em separado.

Art. 3º - Para aprovação de emendas ao projeto de Alteração do Estatuto, será necessário o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos consorciados presentes e com poder de voto.

Art. 4º - Esta Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 09 de junho de 2020.

Moisés Diersmann
Prefeito de Luzerna/SC
Presidente da Assembleia Extraordinária para Alteração do ESTATUTO

CISNORDESTE

CONTRATO 22/2020

Publicação Nº 2524413

CONTRATO ADMINISTRATIVO 22/2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Júlio Cesar Ronconi, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa JTI PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA. pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia José Carlos Daux, nº 4150, Salas 1 e 2, Santo Antônio de Lisboa, na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.263.593/0001-90, neste ato representada pelo Sr. Guilherme Pfau doravante denominado CONTRATADO, conforme Edital 01/2020 de Pregão Presencial nº 01/2020-CISNORDESTE/SC, Processo Administrativo 25/2019 Ata de Registro de Preços nº 60/2020, firmam o presente instrumento destinado à prestação de serviços de processamento de dados de solução de gestão de indicadores baseado em ferramenta de business intelligence com disponibilização de painéis de indicadores, constantes do objeto a seguir e Termo de Referência, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes das cláusulas seguintes e sujeitando-se as normas da Lei Federal nº 10.250/2020 com aplicação subsidiária da lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1- O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços de processamento de dados de solução de gestão de indicadores baseado em ferramenta de business intelligence com disponibilização de painéis de indicadores, conforme especificado no Anexo I (Termo de Referência) do Edital, o qual integra o objeto do presente termo.

Item	Descrição	QTD	Valor total mensal
1	FAIXA 0 Faixa destinada aos CONSÓRCIOS SAÚDE - Hospedagem da solução em nuvem, licenciamento para 10 consumidores, 2 desenvolvedores e 20 dashboards públicos, serviço de suporte e atualização.	01	R\$1.776,00

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1- Os serviços serão realizados na unidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTOS

3.1- O valor mensal deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 1.776,00 (um mil setecentos e setenta e seis reais).

3.2- O pagamento será efetuado em até 10 dias mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura na Coordenação Financeira, emitida pela CONTRATADA, conforme o bem adquirido;

3.3- Apresentação dos seguintes documentos:

- Nota fiscal;
- Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União; Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual; Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal; Prova de regularidade para com a Seguridade Social; Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

3.4- Se houver penalidades aplicadas pelo CONTRATANTE a serem pagas pela CONTRATADA, essas serão retidas do pagamento mensal a ser realizado.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

4.1- Será de responsabilidade da CONTRATADA:

- Fornecer o objeto da Ata de Registro de Preços, e Termo de Referência, de acordo com as especificações exigidas e condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 01/2020 – CISNORDESTE/SC, e seu Termo de Referência, ANEXO I.
- Prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto deste Edital, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;
- Deverão proceder as correções que se tornarem necessárias à perfeita realização do objeto contrato.
- Responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do contratado;
- Facilitar a fiscalização do contrato, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados pela CONTRATANTE, sem criar-lhe qualquer tipo de embaraço;
- Manter, durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- Cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- Orientar o CONTRATANTE e aos seus empregados acerca das práticas mais eficientes relacionadas ao objeto aqui registrado;
- Entregar integralmente o objeto, no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência, promovendo inclusive o treinamento dos usuários e configuração dos seus equipamentos;
- Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;
- Prestar suporte integral durante a implantação do sistema, bem como suporte aos usuários durante toda a vigência contratual;
- Corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência, sem a implicação de quaisquer custos adicionais e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada acerca de falhas ocorridas;
- O atendimento do suporte técnico será diretamente com os Administradores do sistema, definidos pelo CISNORDESTE/SC, por intermédio de telefone e e-mail;
- O suporte técnico deverá estar disponível das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas;
- A CONTRATADA deverá disponibilizar, semestralmente, relatório dos chamados de suporte técnico atendidos no período ou a qualquer tempo, sob demanda;
- Deverá garantir a integridade, confiabilidade e confidencialidade de todos os bancos de dados no sistema;
- Se responsabilizar integralmente por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem durante a validade do presente contrato, inclusive perante o terceiro;
- Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- É de propriedade da CONTRATANTE o banco de dados do objeto do presente contrato, sendo que caso de extinção contratual deverá a contratada imediatamente dispor e transferir o referido banco de dados à CONTRATADA ou a quem esta indicar.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

5.1- Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato;

- a) O CONTRATANTE transmitirá por escrito às instruções, ordens e reclamações competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no deslinde da prestação de serviços;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pela CONTRATADA;
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado, conforme termo contratual;
- e) Intervir na prestação de serviço nos casos previsto em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público;
- f) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazos estabelecidos no contrato;
- g) Avaliar se os serviços prestados estão de acordo com as informações disponibilizadas pela CONTRATADA na pré-qualificação.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1- Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, diante do ressarcimento pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE, e após decorrido o prazo da penalidade aplicada.
- b) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, conforme especificação do Termo de Referência, fica o FORNECEDOR sujeito a multa compensatória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- c) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa sancionatória de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor global anual do contratado, sem prejuízo de outras sanções.
- d) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, caso não opte o Órgão Gerenciador e/ou Participante por aplicar multa, poderá ser considerado rescindido o contrato, aplicando-se a multa sancionatória de 15% (quinze por cento) pela inexecução, calculada sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da cumulação de outras sanções.
- e) Antes da aplicação de qualquer penalidade, o FORNECEDOR será notificado extrajudicialmente, através de carta com aviso de Recebimento ou e-mail, enviado ao endereço que consta no seu cartão do CNPJ, e fornecido na habilitação, facultando-lhe defesa administrativa, no prazo de 5 (cinco) dias.
- f) A escolha dentre as penalidades possíveis será realizada considerando a razoabilidade, proporcionalidade entre a conduta e os resultados negativos advindos e, ainda, a reincidência do FORNECEDOR.

6.2- Se o descumprimento do contratado gerar consequências gravosas, poderá a CONTRATANTE rescindi-lo de imediato, aplicando as penalidades pertinentes, resguardando-se o direito à indenização pelas perdas e danos.

CLAUSULA SETIMA- ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1- O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.2- O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA– RESCISÃO CONTRATUAL

8.1- A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, pela Lei nº 9.684/98, Lei 12.349/2010 e demais legislações vigentes;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência do CONTRATANTE;
- c) Constituem motivos para rescisão contratual os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, e pela Lei nº 9.684/98.
- d) Ficam resguardados os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa na forma estabelecida no inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93;

8.2- Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do CONTRATANTE, a rescisão importará em:

- a) Aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o CISNORDESTE/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do CISNORDESTE/SC. A pena será aplicada em despacho fundamentado assegurando a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

CLAUSULA NONA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1- Nos termos previsto no artigo 55. Inciso XII aplica-se ao presente contrato:

- a) Lei 10.520/02;
- b) Lei nº 8.666/93 e alterações;

- c) Código Civil;
- d) Código Processo Civil;
- e) Código Penal

CLÁUSULA DECIMA- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1- A dotação orçamentária passa a ser 01.001.0004.0122.0001.0001.339000000000000000.01000102 - Manutenção das Atividades do Consórcio.

Subelemento:

40.99 – Outros Serviços de tecnologia da informação e comunicação

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA- VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1- Este contrato fica vinculado ao EDITAL 01/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020-CISNORDESTE/SC; REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020; PROCESSO ADMINISTRATIVO 25/2019; ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2020, e à proposta do CONTRATADO, nos termos do previsto no inciso XI do artigo, 55 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1- O presente contrato tem vigência inicial de 7 (sete) meses, de 01/06/2020 a 31/12/2020, e vigência total de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado formalmente ao final de cada exercício, para o exercício seguinte, a critério exclusivo do CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA- DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1- A CONTRATADA declara estar ciente das suas obrigações para com a CONTRATANTE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente ajuste e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.2- A execução do contrato será fiscalizada por representante da administração, o Sra. Roslaine de Oliveira.

13.3- O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência do objeto contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.4- O presente Contrato não gera, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício entre as partes.

13.5- Durante a vigência contratual, a CONTRATADA se obriga a manter a qualificação exigida para a prestação do serviço, bem como a sua regularidade fiscal.

13.6- A prestação do serviço não poderá ser subcontrata, seja total ou parcial.

13.7- No Caso de Alteração da estrutura social da CONTRATADA, havendo justificava e manutenção dos requisitos de habilitação técnica e jurídica e, ainda, não ocorrência de prejuízos ao CONTRATANTE ou infringência às disposições legais, os direitos e deveres oriundos deste contrato poderão ser transferidos.

13.8- O presente contrato poderá ser atualizado monetariamente para cada exercício quando da sua prorrogação, através do INPC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- FORO

14.1- É competente o foro da Comarca de Joinville/SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Contrato.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Joinville (SC), 19 de maio de 2020.

Júlio Cesar Ronconi
Presidente do CISNORDESTE/SC
Órgão Gerenciador

Guilherme Pfau
JTI PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.
Fornecedor Registrado

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004.2020 - RP Nº 004.2020 - PA Nº 014.2020 - COVID

Publicação Nº 2524365



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

**EDITAL Nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Julio César Ronconi, Prefeito do Município de Rio Negrinho, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade “**PREGÃO ELETRÔNICO**” visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventuais contratações futuras do objeto abaixo indicado, de forma parcelada pelos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**: Municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São João do Itaperiú, São Francisco do Sul e Hospital Municipal São José (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville).

TIPO: Menor preço - **POR ITEM**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00m do dia 16/06/2020 até às 09h00m do dia 22/06/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09h01m às 12h00m do dia 22/06/2020

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30m do dia 22/06/2020

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> “Acesso Identificado”

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC

E-mail: pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br

Site: www.cisnordeste.sc.gov.br

Telefone: (47) 3422-9838

O certame será regido pelas condições estatuídas neste Edital, bem como pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução CISNORDESTE/SC nº 02, de 10 de janeiro de 2014 e nº 17, de 02 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 7.892/2013, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que for aplicável.

1 DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19**, pelo prazo de 6 (seis) meses, com entregas parceladas, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC: Municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São João do Itaperiú, São Francisco do Sul e Hospital Municipal São José (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville). durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 1.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 de julho de 2020 à 31 de dezembro de 2020**.
- 1.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, não podendo superar a 1 (um) ano, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

2 DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 2.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
 - 2.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de material ou Contrato.
 - 2.1.2 Será atribuído um login e senha aos fornecedores registrados para acesso ao sistema informatizado de controle de processos administrativos, disponível *online*, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedidos de Material lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.
 - 2.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Material ou Contrato, que serão emitidas através do sistema informatizado e enviadas por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor, conforme dados informados de acordo com o Anexo VIII.
 - 2.1.4 O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.
 - 2.1.4.1 Caso o Fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo Fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.
 - 2.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 2.1.4.1, caso haja alteração de dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo VIII.
 - 2.1.4.3 Compete exclusivamente ao Fornecedor requerer a atualização dos seus dados de acesso ao sistema de Controle de Processos Administrativos Licitatórios.
 - 2.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), o Fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se-lhe qualquer sanção;
 - 2.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado, sendo liberado acesso ao fornecedor, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1.2.
 - 2.1.7 **Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato “pdf”, bem como o arquivo XML correspondente.**
 - 2.1.8 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da Autorização de Fornecimento, conforme dados de faturamento e locais indicado pelo Órgão Participante (Anexo VIII), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.
- 2.2 Os materiais deverão ter mínimo de 50% (cincoenta por cento) de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação, quando de sua entrega nos locais indicados na Autorização de Fornecimento emitida pelo executor da compra.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 2.3 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do fornecedor.
- 2.4 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 2.5 A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega os materiais de acordo com o descritivo do edital.
- 2.6 O fornecedor deverá observar as diretrizes estabelecidas e os mecanismos e procedimentos para rastreamento dos produtos.
- 2.7 Em caso de necessidade de recolhimento dos materiais, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado às expensas do fornecedor, e imediatamente substituído por material equivalente, sob pena de aplicação de sanção.
- 2.8 O Fornecedor autoriza a divulgação de resultado de avaliação de qualidade de fornecimento.

3 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 3.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo para cada Órgão Participante é constante nos quadros abaixo:

3.1.1 Elenco de materiais

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. 5 LITROS CONTENDO ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	GALÃO
2	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. - 800 ML, REFIL DESCARTÁVEL, CONTENDO ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
3	ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	FRASCO
4	ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
5	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. ATENDER A RDC 379/2020 ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

6	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
7	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
8	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. RESPEITAR AS NORMATIVAS DA RDC 379/2020 E POSSUIR RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
9	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	UNIDADE
10	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUICAO AUTOMATICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADAVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NAO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
11	DISPENSADOR PARA ÁLCOOL EM GEL PARA REFIL BAG-IN-BOX 800ML, CONFECCIONADO EM MATERIAL ACRILICO FUME TRANSPARENTE DE ALTA RESISTENCIA AO IMPACTO, NAO NECESSITA DE CHAVE, AFIXADO COM PARAFUSOS, COM TECLA APORTE COM LIMITE DE CURSO.DIMENSOES EXTERNAS APROXIMADAS 110MM DE LARGURA X 260MM DE ALTURA X 95MM DE PROFUNDIDADE.	UNIDADE
12	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
13	KIT PARA TESTE RAPIDO DE COVID-19 - TESTE RAPIDO APROVADO PELA ANVISA, REALIZADO DO MATERIAL BIOLÓGICO (SANGUE, PLASMA, SORO) DO TIPO DE IMUNOCROMATOGRÁFICO QUE ANALISAM A PRESENÇA DE IGM E IGG. SENSIBILIDADE TOTAL CONSISTENTE ACIMA DE 95%	UNIDADE
14	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO G, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
15	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO M, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
16	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO PP, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

17	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO P, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
18	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
21	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
22	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO G	UNIDADE
23	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XG	UNIDADE
24	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XXG	UNIDADE
25	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM NO MINIMO 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR RESPONSÁVEL TÉCNICO E ATENDER RDC 379/2020	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

26	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM TIRAS E/OU ELASTICO: COMPOSICAO ANTI-ALERGICA, TEXTURA SUAVE COR BRANCA, TAMANHO ADEQUADO, ABRANGENDO TODA REGIAO MENTO-NASAL, AMOLDADOR PARA CONTOURNO DO NARIZ COM ELEMENTO METALICO, FACIL ADAPTACAO A ANATOMIA NASAL, TIRAS E/OU ELASTICO RESISTENTES, PERMITE O MOVIMENTO INSPIRACAO/EXPIRACAO SEM PRODUZIR SUFOCAMENTO, POSSUI COMPROVACAO DE EFICIENCIA DE FILTRAGEM (EFB > 90%). ISENTA DE FIBRA DE VIDRO. CAIXA DE PAPELAO CONTENDO 50 PECAS, ABERTURA OVAL NA PARTE SUPERIOR DA CAIXA, PICOTADA, PERMITINDO RETIRADA INDIVIDUAL DAS MASCARAS. IDENTIFICACAO DE FACIL LEITURA CONSTANDO: NOME DO FABRICANTE, TAMANHO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	UNIDADE
27	MASCARA FACIAL COM FILTRO - RESPIRADOR COM FILTRO CLASSE PFF-2, APRESENTANDO EFICIENCIA DE FILTRACAO SUPERIOR A 94% CONTRA A PENETRACAO DE AEROSSOIS PARTICULADOS NAO OLEOSOS E EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIOLOGICA (EFB) SUPERIOR A 99%, COM BARREIRA CONTRA FLUIDOS E PARTICULAS GRANDES DE GOTICULA, DESCARTAVEL, PURIFICADOR DE AR TIPO PECA SEMIFACIAL PARA PARTICULAS, DE USO INDIVIDUAL, FORMATO ANATOMICO, TIPO CONCHA OU BICO DE PATO, FACIL AJUSTE FACIAL, VEDACAO ADEQUADA, TAMANHO REGULAR, PEQUENO, COM UM CLIPE NASAL PARA AJUSTE NO NARIZ COM PROTECAO INTERNA E COM DOIS TIRANTES ELASTICOS PARA UMA MELHOR FIXACAO DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 13698/1996, ATENDER NORMAS VIGENTES DE EPI E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E ISENCAO/ REGISTRO NO M.S./ANVISA, EMBALAGEM UNITARIA CONSTANDO VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, RESP. TECNICO. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	UNIDADE
28	OCULOS DE PROTEÇÃO DE SOBREPOR AOS OCULOS DE GRAU COM TAMANHO SUFICIENTE QUE SE AJUSTE AO OCULOS GRADUADO, ISENTO DE DISTORÇÃO DE IMAGEM. CONSTITUIDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA UNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI RISCO E ANTIEMBAÇANTE, COM PROTETOR LATERAL E BORDA SUPERIOR COM MEIA PROTEÇÃO NA PARTE FRONTAL E BORDAS, INJETADOS DO MESMO MATERIAL, E HASTES TIPO ESPATULA. AS HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E DOTADAS DE PROTEÇÃO LATERAL COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE FENDAS E FIXADAS A ARMAÇÃO ATRAVES DE PINOS PLASTICOS.	UNIDADE
29	PAPEL TOALHA PARA USO NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, EXTRA BRANCO, COM 100% DE FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, PAPEL DE ORIGEM NÃO RECICLADA, APRESENTANDO AUSÊNCIA DE PONTOS PRETOS, INTERFOLHADO, GOFRADO, COM 2 DOBRAS, COM ALTA ABSORÇÃO EM DUAS FOLHAS E ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM E NO MÁXIMO 22 CM X NO MÍNIMO 21 CM E NO MÁXIMO 23 CM EM CADA FOLHA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 28 G/ M2, RESISTENTE A TRAÇÃO DAS MÃOS NA SUA RETIRADA DO PORTA PAPEL TOALHA. O PRODUTO NÃO PODERÁ APRESENTAR ODOR FORTE, DESAGRADÁVEL E/OU NÃO CARACTERÍSTICO E LIBERAR RESÍDUOS DE CELULOSE E APARAS NAS MÃOS. FARDO COM 1250 FOLHAS SEPARADAS EM MAÇOS DE 250 FOLHAS CADA UM	FARDO
30	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRANCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLOGICO, DILUICAO AUTOMATICA, APRESENTACAO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPa TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE, FABRICACAO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENCAO/REGISTRO NO M.S.ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO
31	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 100 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO, 100 LITROS PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 75 CM LARGURA, 105 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

32	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 50 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR, BRANCO LEITOSO, 50 LITROS, PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 63 CM LARGURA, 80 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 15 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
33	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍTIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA, FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

3.1.1.1 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE ARAQUARI**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 08.345.495/0001-00, com sede na Av. Coronel Almeida, nº 60, Centro, CEP 89.245-000, na cidade de Araquari, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra Maclovio Fontoura.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	1.000	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. 5 LITROS CONTENDO ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	GALÃO
3	1.000	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	FRASCO
4	20	ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
6	2.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

9	50	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	UNIDADE
10	10	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADÁVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NÃO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
12	100	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
13	1.000	KIT PARA TESTE RÁPIDO DE COVID-19 - TESTE RÁPIDO APROVADO PELA ANVISA, REALIZADO DO MATERIAL BIOLÓGICO (SANGUE, PLASMA, SORO) DO TIPO DE IMUNOCROMATOGRÁFICO QUE ANALISAM A PRESENÇA DE IGM E IGG. SENSIBILIDADE TOTAL CONSISTENTE ACIMA DE 95%	UNIDADE
18	50	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NÃO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÓMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL, ATÓXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APÓS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	50	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NÃO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÓMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL, ATÓXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APÓS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	10	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NÃO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÓMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL, ATÓXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APÓS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
25	30.000	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR RESPONSÁVEL TÉCNICO E ATENDER RDC 379/2020	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

28	50	OCULOS DE PROTEÇÃO DE SOBREPOR AOS OCULOS DE GRAU COM TAMANHO SUFICIENTE QUE SE AJUSTE AO OCULOS GRADUADO, ISENTO DE DISTORÇÃO DE IMAGEM. CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI RISCO E ANTIEMBAÇANTE, COM PROTETOR LATERAL E BORDA SUPERIOR COM MEIA PROTEÇÃO NA PARTE FRONTAL E BORDAS, INJETADOS DO MESMO MATERIAL, E HASTES TIPO ESPATULA. AS HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E DOTADAS DE PROTEÇÃO LATERAL COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE FENDAS E FIXADAS A ARMAÇÃO ATRAVÉS DE PINOS PLÁSTICOS.	UNIDADE
29	200	PAPEL TOALHA PARA USO NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, EXTRA BRANCO, COM 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, PAPEL DE ORIGEM NÃO RECICLADA, APRESENTANDO AUSÊNCIA DE PONTOS PRETOS, INTERFOLHADO, GOFRADO, COM 2 DOBRAS, COM ALTA ABSORÇÃO EM DUAS FOLHAS E ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM E NO MÁXIMO 22 CM X NO MÍNIMO 21 CM E NO MÁXIMO 23 CM EM CADA FOLHA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 28 G/ M2, RESISTENTE A TRAÇÃO DAS MÃOS NA SUA RETIRADA DO PORTA PAPEL TOALHA. O PRODUTO NÃO PODERÁ APRESENTAR ODORE FORTE, DESAGRADÁVEL E/OU NÃO CARACTERÍSTICO E LIBERAR RESÍDUOS DE CELULOSE E APARAS NAS MÃOS. FARDO COM 1250 FOLHAS SEPARADAS EM MAÇOS DE 250 FOLHAS CADA UM	FARDO
30	15	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRÂNCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLÓGICO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, APRESENTAÇÃO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPÃO TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO/LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S.AN.VISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO
33	5	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍTIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	1.000	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA, FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

3.1.1.2 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 95.945.509/0001-80, com sede na Av. Amandio Cabral, nº 457, Centro, CEP 89.247-000, na cidade de Balneário Barra do Sul, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Edna Andrade de Souza.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	120	ÁLCOOL EM GEL ANTISÉPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. 5 LITROS CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODORE CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSE DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	GALÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

4	240	ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
5	18.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. ATENDER A RDC 379/2020 ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
7	6.000	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEÁVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MÍNIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELÁSTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
9	60	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	UNIDADE
10	60	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADÁVEL, DERMATOLÓGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NÃO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APOS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
11	120	DISPENSADOR PARA ÁLCOOL EM GEL PARA REFIL BAG-IN-BOX 800ML, CONFECCIONADO EM MATERIAL ACRÍLICO FUME TRANSPARENTE DE ALTA RESISTÊNCIA AO IMPACTO, NÃO NECESSITA DE CHAVE, AFIXADO COM PARAFUSOS, COM TECLA APERTADA COM LIMITE DE CURSO. DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS 110MM DE LARGURA X 260MM DE ALTURA X 95MM DE PROFUNDIDADE.	UNIDADE
12	120	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
13	2.400	KIT PARA TESTE RÁPIDO DE COVID-19 - TESTE RÁPIDO APROVADO PELA ANVISA, REALIZADO DO MATERIAL BIOLÓGICO (SANGUE, PLASMA, SORO) DO TIPO DE IMUNOCROMATOGRAFICO QUE ANALISAM A PRESENÇA DE IGM E IGG. SENSIBILIDADE TOTAL CONSISTENTE ACIMA DE 95%	UNIDADE
14	120	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO G, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

15	240	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO M, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
16	120	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO PP, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
17	180	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO P, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
18	240	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	480	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	360	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
21	240	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
22	360	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

		QUIMICA. TAMANHO G	
23	360	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XG	UNIDADE
24	180	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XXG	UNIDADE
25	3.000	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM NO MINIMO 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR RESPONSÁVEL TÉCNICO E ATENDER RDC 379/2020	UNIDADE
26	18.000	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM TIRAS E/OU ELASTICO: COMPOSICAO ANTI-ALERGICA, TEXTURA SUAVE COR BRANCA, TAMANHO ADEQUADO, ABRANGENDO TODA REGIAO MENTO- NASAL, AMOLDADOR PARA CONTORNO DO NARIZ COM ELEMENTO METALICO, FACIL ADAPTACAO A ANATOMIA NASAL, TIRAS E/OU ELASTICO RESISTENTES, PERMITE O MOVIMENTO INSPIRACAO/EXPIRACAO SEM PRODUZIR SUFOCAMENTO, POSSUI COMPROVACAO DE EFICIENCIA DE FILTRAGEM (EFB > 90%). ISENTA DE FIBRA DE VIDRO. CAIXA DE PAPELAO CONTENDO 50 PECAS, ABERTURA OVAL NA PARTE SUPERIOR DA CAIXA, PICOTADA, PERMITINDO RETIRADA INDIVIDUAL DAS MASCARAS. IDENTIFICACAO DE FACIL LEITURA CONSTANDO: NOME DO FABRICANTE, TAMANHO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	UNIDADE
27	1.200	MASCARA FACIAL COM FILTRO - RESPIRADOR COM FILTRO CLASSE PFF-2, APRESENTANDO EFICIENCIA DE FILTRACAO SUPERIOR A 94% CONTRA A PENETRACAO DE AEROSSOIS PARTICULADOS NAO OLEOSOS E EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIOLOGICA (EFB) SUPERIOR A 99% , COM BARREIRA CONTRA FLUIDOS E PARTICULAS GRANDES DE GOTICULA, DESCARTAVEL, PURIFICADOR DE AR TIPO PECA SEMIFACIAL PARA PARTICULAS, DE USO INDIVIDUAL, FORMATO ANATOMICO, TIPO CONCHA OU BICO DE PATO, FACIL AJUSTE FACIAL, VEDACAO ADEQUADA, TAMANHO REGULAR, PEQUENO, COM UM CLIPE NASAL PARA AJUSTE NO NARIZ COM PROTECAO INTERNA E COM DOIS TIRANTES ELASTICOS PARA UMA MELHOR FIXACAO DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 13698/1996, ATENDER NORMAS VIGENTES DE EPI E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E ISENCAO/ REGISTRO NO M.S./ANVISA, EMBALAGEM UNITARIA CONSTANDO VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, RESP. TECNICO. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

29	600	PAPEL TOALHA PARA USO NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, EXTRA BRANCO, COM 100% DE FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, PAPEL DE ORIGEM NÃO RECICLADA, APRESENTANDO AUSÊNCIA DE PONTOS PRETOS, INTERFOLHADO, GOFRADO, COM 2 DOBRAS, COM ALTA ABSORÇÃO EM DUAS FOLHAS E ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM E NO MÁXIMO 22 CM X NO MÍNIMO 21 CM E NO MÁXIMO 23 CM EM CADA FOLHA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 28 G/ M2, RESISTENTE A TRAÇÃO DAS MÃOS NA SUA RETIRADA DO PORTA PAPEL TOALHA. O PRODUTO NÃO PODERÁ APRESENTAR ODOR FORTE, DESAGRADÁVEL E/OU NÃO CARACTERÍSTICO E LIBERAR RESÍDUOS DE CELULOSE E APARAS NAS MÃOS. FARDO COM 1250 FOLHAS SEPARADAS EM MAÇOS DE 250 FOLHAS CADA UM	FARDO
30	60	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRANCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLOGICO, DILUICAO AUTOMATICA, APRESENTACAO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPA TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE, FABRICACAO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENCAO/REGISTRO NO M.S.ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO
33	12	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍTIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	600	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA,FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

3.1.1.3 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJnº 83.102.830/0001-57, com sede na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88.390-000, na cidade de Barra Velha, SC, representado por seu Secretario Municipal de Saúde, Sr. Ronnye Peterson Ap. dos Santos.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	500	ÁLCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. 5 LITROS CONTENDO ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	GALÃO
2	1.500	ÁLCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. - 800 ML, REFIL DESCARTÁVEL, CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
3	1.500	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	FRASCO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

4	5.000	ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSE DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
5	7.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL , NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. ATENDER A RDC 379/2020 ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
6	7.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
7	1.000	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
8	1.000	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. RESPEITAR AS NORMATIVAS DA RDC 379/2020 E POSSUIR RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
9	700	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	UNIDADE
10	1.500	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUICAO AUTOMATICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFICIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADAVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NAO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
11	1.200	DISPENSADOR PARA ÁLCOOL EM GEL PARA REFIL BAG-IN-BOX 800ML, CONFECCIONADO EM MATERIAL ACRILICO FUME TRANSPARENTE DE ALTA RESISTENCIA AO IMPACTO, NAO NECESSITA DE CHAVE, AFIXADO COM PARAFUSOS, COM TECLA APORTE COM LIMITE DE CURSO.DIMENSOES EXTERNAS APROXIMADAS 110MM DE LARGURA X 260MM DE ALTURA X 95MM DE PROFUNDIDADE.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

12	200	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
13	2.000	KIT PARA TESTE RAPIDO DE COVID-19 - TESTE RAPIDO APROVADO PELA ANVISA, REALIZADO DO MATERIAL BIOLÓGICO (SANGUE, PLASMA, SORO) DO TIPO DE IMUNOCROMATOGRÁFICO QUE ANALISAM A PRESENÇA DE IGM E IGG. SENSIBILIDADE TOTAL CONSISTENTE ACIMA DE 95%	UNIDADE
14	1.500	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO G, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTERTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
15	1.500	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO M, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTERTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
16	1.500	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO PP, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTERTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
17	2.000	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO P, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTERTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
18	1.000	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	1.000	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	1.500	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

21	1.500	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
22	1.000	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO G	UNIDADE
23	1.000	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XG	UNIDADE
24	1.000	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XXG	UNIDADE
25	20.000	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM NO MINIMO 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR RESPONSÁVEL TÉCNICO E ATENDER RDC 379/2020	UNIDADE
26	20.000	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM TIRAS E/OU ELASTICO: COMPOSICAO ANTI-ALERGICA, TEXTURA SUAVE COR BRANCA, TAMANHO ADEQUADO, ABRANGENDO TODA REGIAO MENTO- NASAL, AMOLDADOR PARA CONTORNO DO NARIZ COM ELEMENTO METALICO, FACIL ADAPTACAO A ANATOMIA NASAL, TIRAS E/OU ELASTICO RESISTENTES, PERMITE O MOVIMENTO INSPIRACAO/EXPIRACAO SEM PRODUZIR SUFOCAMENTO, POSSUI COMPROVACAO DE EFICIENCIA DE FILTRAGEM (EFB > 90%). ISENTA DE FIBRA DE VIDRO. CAIXA DE PAPELAO CONTENDO 50 PECAS, ABERTURA OVAL NA PARTE SUPERIOR DA CAIXA, PICOTADA, PERMITINDO RETIRADA INDIVIDUAL DAS MASCARAS. IDENTIFICACAO DE FACIL LEITURA CONSTANDO: NOME DO FABRICANTE, TAMANHO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	UNIDADE
27	3.000	MASCARA FACIAL COM FILTRO - RESPIRADOR COM FILTRO CLASSE PFF-2, APRESENTANDO EFICIENCIA DE FILTRACAO SUPERIOR A 94% CONTRA A PENETRACAO DE AEROSSOIS PARTICULADOS NAO OLEOSOS E EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIOLOGICA (EFB) SUPERIOR A 99% , COM BARREIRA CONTRA FLUIDOS E PARTICULAS GRANDES DE GOTICULA, DESCARTAVEL, PURIFICADOR DE AR TIPO PECA SEMIFACIAL PARA PARTICULAS, DE USO INDIVIDUAL, FORMATO ANATOMICO, TIPO CONCHA OU BICO DE PATO, FACIL AJUSTE FACIAL, VEDACAO ADEQUADA, TAMANHO REGULAR, PEQUENO, COM UM CLIPE NASAL PARA AJUSTE NO NARIZ COM PROTECAO INTERNA E COM DOIS TIRANTES ELASTICOS PARA UMA MELHOR FIXACAO DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 13698/1996, ATENDER NORMAS VIGENTES DE EPI E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E ISENCAO/REGISTRO NO M.S./ANVISA, EMBALAGEM UNITARIA CONSTANDO VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, RESP. TECNICO. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

		DE ENTREGA.	
28	1.500	OCULOS DE PROTEÇÃO DE SOBREPOR AOS OCULOS DE GRAU COM TAMANHO SUFICIENTE QUE SE AJUSTE AO OCULOS GRADUADO, ISENTOS DE DISTORÇÃO DE IMAGEM. CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI RISCO E ANTIEMBAÇANTE, COM PROTETOR LATERAL E BORDA SUPERIOR COM MEIA PROTEÇÃO NA PARTE FRONTAL E BORDAS, INJETADOS DO MESMO MATERIAL, E HASTES TIPO ESPATULA. AS HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E DOTADAS DE PROTEÇÃO LATERAL COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE FENDAS E FIXADAS A ARMAÇÃO ATRAVÉS DE PINOS PLÁSTICOS.	UNIDADE
29	7.000	PAPEL TOALHA PARA USO NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, EXTRA BRANCO, COM 100% DE FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, PAPEL DE ORIGEM NÃO RECICLADA, APRESENTANDO AUSÊNCIA DE PONTOS PRETOS, INTERFOLHADO, GOFRADO, COM 2 DOBRAS, COM ALTA ABSORÇÃO EM DUAS FOLHAS E ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM E NO MÁXIMO 22 CM X NO MÍNIMO 21 CM E NO MÁXIMO 23 CM EM CADA FOLHA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 28 G/ M2, RESISTENTE A TRAÇÃO DAS MÃOS NA SUA RETIRADA DO PORTA PAPEL TOALHA. O PRODUTO NÃO PODERÁ APRESENTAR ODORE FORTE, DESAGRADÁVEL E/OU NÃO CARACTERÍSTICO E LIBERAR RESÍDUOS DE CELULOSE E APARAS NAS MÃOS. FARDO COM 1250 FOLHAS SEPARADAS EM MAÇOS DE 250 FOLHAS CADA UM	FARDO
30	500	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRÂNCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLOGICO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, APRESENTAÇÃO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPAS TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO/LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S.AN.VISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO
31	3.000	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 100 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO, 100 LITROS PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 75 CM LARGURA, 105 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
32	3.000	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 50 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR, BRANCO LEITOSO, 50 LITROS, PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 63 CM LARGURA, 80 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 15 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
33	1.500	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍTIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	20.000	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA, FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

3.1.1.4 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, na cidade de Campo Alegre, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Carolina da Costa Telma.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
3	60	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	FRASCO
8	100	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. RESPEITAR AS NORMATIVAS DA RDC 379/2020 E POSSUIR RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
9	30	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	UNIDADE
12	20	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
13	200	KIT PARA TESTE RAPIDO DE COVID-19 - TESTE RAPIDO APROVADO PELA ANVISA, REALIZADO DO MATERIAL BIOLÓGICO (SANGUE, PLASMA, SORO) DO TIPO DE IMUNOCROMATOGRÁFICO QUE ANALISAM A PRESENÇA DE IGM E IGG. SENSIBILIDADE TOTAL CONSISTENTE ACIMA DE 95%	UNIDADE
14	20	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO G, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
15	60	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO M, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
16	30	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO PP, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
17	80	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO P, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

22	40	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO G	UNIDADE
24	80	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XXG	UNIDADE
26	40	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM TIRAS E/OU ELASTICO: COMPOSICAO ANTI-ALERGICA, TEXTURA SUAVE COR BRANCA, TAMANHO ADEQUADO, ABRANGENDO TODA REGIAO MENTO- NASAL, AMOLDADOR PARA CONTOURNO DO NARIZ COM ELEMENTO METALICO, FACIL ADAPTACAO A ANATOMIA NASAL, TIRAS E/OU ELASTICO RESISTENTES, PERMITE O MOVIMENTO INSPIRACAO/EXPIRACAO SEM PRODUIR SUFOCAMENTO, POSSUI COMPROVACAO DE EFICIENCIA DE FILTRAGEM (EFB > 90%). ISENTA DE FIBRA DE VIDRO. CAIXA DE PAPELAO CONTENDO 50 PECAS, ABERTURA OVAL NA PARTE SUPERIOR DA CAIXA, PICOTADA, PERMITINDO RETIRADA INDIVIDUAL DAS MASCARAS. IDENTIFICACAO DE FACIL LEITURA CONSTANDO: NOME DO FABRICANTE, TAMANHO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	UNIDADE
29	180	PAPEL TOALHA PARA USO NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, EXTRA BRANCO, COM 100% DE FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, PAPEL DE ORIGEM NÃO RECICLADA, APRESENTANDO AUSÊNCIA DE PONTOS PRETOS, INTERFOLHADO, GOFRADO, COM 2 DOBRAS, COM ALTA ABSORÇÃO EM DUAS FOLHAS E ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM E NO MÁXIMO 22 CM X NO MÍNIMO 21 CM E NO MÁXIMO 23 CM EM CADA FOLHA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 28 G/ M2, RESISTENTE A TRAÇÃO DAS MÃOS NA SUA RETIRADA DO PORTA PAPEL TOALHA. O PRODUTO NÃO PODERÁ APRESENTAR ODOR FORTE, DESAGRADÁVEL E/OU NÃO CARACTERÍSTICO E LIBERAR RESÍDUOS DE CELULOSE E APARAS NAS MÃOS. FARDO COM 1250 FOLHAS SEPARADAS EM MAÇOS DE 250 FOLHAS CADA UM	FARDO
30	10	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRANCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLOGICO, DILUICAO AUTOMATICA, APRESENTACAO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPA TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE, FABRICACAO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENCAO/REGISTRO NO M.S.ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO
31	50	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 100 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO, 100 LITROS PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 75 CM LARGURA, 105 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

32	50	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 50 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR, BRANCO LEITOSO, 50 LITROS, PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 63 CM LARGURA, 80 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 15 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
33	20	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍTIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	20	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA,FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

3.1.1.5 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE GARUVA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.848/0001-59, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000, na cidade de Garuva, SC, representado por seu Secretário Municipal de Saúde, Sr. Roland Ristow Jr.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	700	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. 5 LITROS CONTENDO ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	GALÃO
3	4.000	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	FRASCO
6	1.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
7	600	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

9	100	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	UNIDADE
10	50	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADÁVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NÃO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
11	100	DISPENSADOR PARA ÁLCOOL EM GEL PARA REFIL BAG-IN-BOX 800ML, CONFECCIONADO EM MATERIAL ACRILICO FUMÊ TRANSPARENTE DE ALTA RESISTÊNCIA AO IMPACTO, NÃO NECESSITA DE CHAVE, AFIXADO COM PARAFUSOS, COM TECLA APERTADA COM LIMITE DE CURSO.DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS 110MM DE LARGURA X 260MM DE ALTURA X 95MM DE PROFUNDIDADE.	UNIDADE
12	80	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
13	2.000	KIT PARA TESTE RÁPIDO DE COVID-19 - TESTE RÁPIDO APROVADO PELA ANVISA, REALIZADO DO MATERIAL BIOLÓGICO (SANGUE, PLASMA, SORO) DO TIPO DE IMUNOCROMATOGRÁFICO QUE ANALISAM A PRESENÇA DE IGM E IGG. SENSIBILIDADE TOTAL CONSISTENTE ACIMA DE 95%	UNIDADE
18	200	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NÃO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL, ATÓXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	300	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NÃO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL, ATÓXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	700	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NÃO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL, ATÓXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

21	300	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
22	700	MACAÇÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO G	UNIDADE
23	300	MACAÇÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XG	UNIDADE
26	30.000	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM TIRAS E/OU ELASTICO: COMPOSICAO ANTI-ALERGICA, TEXTURA SUAVE COR BRANCA, TAMANHO ADEQUADO, ABRANGENDO TODA REGIAO MENTO- NASAL, AMOLDADOR PARA CONTORNO DO NARIZ COM ELEMENTO METALICO, FACIL ADAPTACAO A ANATOMIA NASAL, TIRAS E/OU ELASTICO RESISTENTES, PERMITE O MOVIMENTO INSPIRACAO/EXPIRACAO SEM PRODUZIR SUFOCAMENTO, POSSUI COMPROVACAO DE EFICIENCIA DE FILTRAGEM (EFB > 90%). ISENTA DE FIBRA DE VIDRO. CAIXA DE PAPELAO CONTENDO 50 PECAS, ABERTURA OVAL NA PARTE SUPERIOR DA CAIXA, PICOTADA, PERMITINDO RETIRADA INDIVIDUAL DAS MASCARAS. IDENTIFICACAO DE FACIL LEITURA CONSTANDO: NOME DO FABRICANTE, TAMANHO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	UNIDADE
27	3.000	MASCARA FACIAL COM FILTRO - RESPIRADOR COM FILTRO CLASSE PFF-2, APRESENTANDO EFICIENCIA DE FILTRACAO SUPERIOR A 94% CONTRA A PENETRACAO DE AEROSSOIS PARTICULADOS NAO OLEOSOS E EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIOLOGICA (EFB) SUPERIOR A 99% , COM BARREIRA CONTRA FLUIDOS E PARTICULAS GRANDES DE GOTICULA, DESCARTAVEL, PURIFICADOR DE AR TIPO PECA SEMIFACIAL PARA PARTICULAS, DE USO INDIVIDUAL, FORMATO ANATOMICO, TIPO CONCHA OU BICO DE PATO, FACIL AJUSTE FACIAL, VEDACAO ADEQUADA, TAMANHO REGULAR, PEQUENO, COM UM CLIPE NASAL PARA AJUSTE NO NARIZ COM PROTECAO INTERNA E COM DOIS TIRANTES ELASTICOS PARA UMA MELHOR FIXACAO DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 13698/1996, ATENDER NORMAS VIGENTES DE EPI E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E ISENCAO/ REGISTRO NO M.S./ANVISA, EMBALAGEM UNITARIA CONSTANDO VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, RESP. TECNICO. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	UNIDADE
28	50	OCULOS DE PROTEÇÃO DE SOBREPOR AOS OCULOS DE GRAU COM TAMANHO SUFICIENTE QUE SE AJUSTE AO OCULOS GRADUADO, ISENTO DE DISTORÇÃO DE IMAGEM. CONSTITUIDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA UNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI RISCO E ANTIEMBAÇANTE, COM PROTETOR LATERAL E BORDA SUPERIOR COM MEIA PROTEÇÃO NA PARTE FRONTAL E BORDAS, INJETADOS DO MESMO MATERIAL, E HASTES TIPO ESPATULA. AS HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E DOTADAS DE PROTEÇÃO LATERAL COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE FENDAS E FIXADAS A ARMAÇÃO ATRAVES DE PINOS PLASTICOS.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

30	50	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRANCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLOGICO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, APRESENTAÇÃO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPAS TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO/LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S. ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APOS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO
31	4.000	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 100 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO, 100 LITROS PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 75 CM LARGURA, 105 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
32	3.000	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 50 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR, BRANCO LEITOSO, 50 LITROS, PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 63 CM LARGURA, 80 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 15 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
33	20	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍTIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	2.000	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA, FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

3.1.1.6 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 81.140.303/0001-00, com sede na Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000, na cidade de Itapoá, SC, representado por sua Secretária Municipal de Saúde, Sra. Sandra Regina Medeiros da Silva.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	100	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. 5 LITROS CONTENDO ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSE DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	GALÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

4	600	ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
5	45.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. ATENDER A RDC 379/2020 ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
8	15.000	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEÁVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MÍNIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELÁSTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. RESPEITAR AS NORMATIVAS DA RDC 379/2020 E POSSUIR RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
9	100	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	UNIDADE
10	120	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADÁVEL, DERMATOLÓGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NÃO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APOS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
12	150	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
13	500	KIT PARA TESTE RÁPIDO DE COVID-19 - TESTE RÁPIDO APROVADO PELA ANVISA, REALIZADO DO MATERIAL BIOLÓGICO (SANGUE, PLASMA, SORO) DO TIPO DE IMUNOCROMATOGRÁFICO QUE ANALISAM A PRESENÇA DE IGM E IGG. SENSIBILIDADE TOTAL CONSISTENTE ACIMA DE 95%	UNIDADE
14	200	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO G, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
15	200	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO M, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

16	100	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO PP, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
17	200	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO P, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
18	400	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	400	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	400	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
21	100	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
22	300	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). APROVADO PARA: PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO G	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

23	300	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XG	UNIDADE
24	300	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XXG	UNIDADE
26	120.000	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM TIRAS E/OU ELASTICO: COMPOSICAO ANTI-ALERGICA, TEXTURA SUAVE COR BRANCA, TAMANHO ADEQUADO, ABRANGENDO TODA REGIAO MENTO- NASAL, AMOLDADOR PARA CONTOURNO DO NARIZ COM ELEMENTO METALICO, FACIL ADAPTACAO A ANATOMIA NASAL, TIRAS E/OU ELASTICO RESISTENTES, PERMITE O MOVIMENTO INSPIRACAO/EXPIRACAO SEM PRODUZIR SUFOCAMENTO, POSSUI COMPROVACAO DE EFICIENCIA DE FILTRAGEM (EFB > 90%). ISENTA DE FIBRA DE VIDRO. CAIXA DE PAPELAO CONTENDO 50 PECAS, ABERTURA OVAL NA PARTE SUPERIOR DA CAIXA, PICOTADA, PERMITINDO RETIRADA INDIVIDUAL DAS MASCARAS. IDENTIFICACAO DE FACIL LEITURA CONSTANDO: NOME DO FABRICANTE, TAMANHO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	UNIDADE
27	5.000	MASCARA FACIAL COM FILTRO - RESPIRADOR COM FILTRO CLASSE PFF-2, APRESENTANDO EFICIENCIA DE FILTRACAO SUPERIOR A 94% CONTRA A PENETRACAO DE AEROSSOIS PARTICULADOS NAO OLEOSOS E EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIOLOGICA (EFB) SUPERIOR A 99% , COM BARREIRA CONTRA FLUIDOS E PARTICULAS GRANDES DE GOTICULA, DESCARTAVEL, PURIFICADOR DE AR TIPO PECA SEMIFACIAL PARA PARTICULAS, DE USO INDIVIDUAL, FORMATO ANATOMICO, TIPO CONCHA OU BICO DE PATO, FACIL AJUSTE FACIAL, VEDACAO ADEQUADA, TAMANHO REGULAR, PEQUENO, COM UM CLIPE NASAL PARA AJUSTE NO NARIZ COM PROTECAO INTERNA E COM DOIS TIRANTES ELASTICOS PARA UMA MELHOR FIXACAO DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 13698/1996, ATENDER NORMAS VIGENTES DE EPI E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E ISENCAO/REGISTRO NO M.S./ANVISA, EMBALAGEM UNITARIA CONSTANDO VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, RESP. TECNICO. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	UNIDADE
28	1.000	OCULOS DE PROTEÇÃO DE SOBREPOR AOS OCULOS DE GRAU COM TAMANHO SUFICIENTE QUE SE AJUSTE AO OCULOS GRADUADO, ISENTO DE DISTORÇÃO DE IMAGEM. CONSTITUIDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA UNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI RISCO E ANTIEMBAÇANTE, COM PROTETOR LATERAL E BORDA SUPERIOR COM MEIA PROTEÇÃO NA PARTE FRONTAL E BORDAS, INJETADOS DO MESMO MATERIAL, E HASTES TIPO ESPATULA. AS HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E DOTADAS DE PROTEÇÃO LATERAL COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE FENDAS E FIXADAS A ARMAÇÃO ATRAVES DE PINOS PLASTICOS.	UNIDADE
29	500	PAPEL TOALHA PARA USO NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, EXTRA BRANCO, COM 100% DE FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, PAPEL DE ORIGEM NÃO REICLADA, APRESENTANDO AUSÊNCIA DE PONTOS PRETOS, INTERFOLHADO, GOFRAO, COM 2 DOBRAS, COM ALTA ABSORÇÃO EM DUAS FOLHAS E ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM E NO MÁXIMO 22 CM X NO MÍNIMO 21 CM E NO MÁXIMO 23 CM EM CADA FOLHA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 28 G/ M2, RESISTENTE A TRAÇÃO DAS MÃOS NA SUA RETIRADA DO PORTA PAPEL TOALHA. O PRODUTO NÃO PODERÁ APRESENTAR ODORE FORTE, DESAGRADÁVEL E/OU NÃO CARACTERÍSTICO E LIBERAR RESÍDUOS DE CELULOSE E APARAS NAS MÃOS. FARDO COM 1250 FOLHAS SEPARADAS EM MAÇOS DE 250 FOLHAS CADA UM	FARDO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

30	120	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRANCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLOGICO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, APRESENTAÇÃO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPA TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO/LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S.AN.VISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APOS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO
31	4.000	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 100 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO, 100 LITROS PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 75 CM LARGURA, 105 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
32	4.000	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 50 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR, BRANCO LEITOSO, 50 LITROS, PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 63 CM LARGURA, 80 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 15 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
33	20	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍTIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	45.000	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA, FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

3.1.1.7 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 1.111, na cidade de Jaraguá do Sul, SC, representado por seu Secretário Municipal de Saúde, Sr. Alceu Moretti.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
6	42.480	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

18	250	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	1.400	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	1.400	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
21	600	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
33	10	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍTIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE

3.1.1.8 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE JOINVILLE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.169.623/0001-10, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, CEP 89.201-910, na cidade de Joinville, SC, representado por seu Secretário Municipal de Saúde, Sr Jean Rodrigues da Silva.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	3.000	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. 5 LITROS CONTENDO ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	GALÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

2	3.000	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. - 800 ML, REFIL DESCARTÁVEL, CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTOS DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
3	40.000	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	FRASCO
4	1.000	ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
5	10.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. ATENDER A RDC 379/2020 ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
8	10.000	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. RESPEITAR AS NORMATIVAS DA RDC 379/2020 E POSSUIR RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
9	1.000	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	UNIDADE
10	3.000	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUICAO AUTOMATICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFICIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADAVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NAO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
11	1.000	DISPENSADOR PARA ÁLCOOL EM GEL PARA REFIL BAG-IN-BOX 800ML, CONFECCIONADO EM MATERIAL ACRILICO FUME TRANSPARENTE DE ALTA RESISTENCIA AO IMPACTO, NAO NECESSITA DE CHAVE, AFIXADO COM PARAFUSOS, COM TECLA APORTE COM LIMITE DE CURSO.DIMENSOES EXTERNAS APROXIMADAS 110MM DE LARGURA X 260MM DE ALTURA X 95MM DE PROFUNDIDADE.	UNIDADE
12	30.000	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

14	50	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO G, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
15	100	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO M, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
16	10	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO PP, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
17	100	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO P, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
18	8.000	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	6.000	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	8.000	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
21	7.000	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

22	50	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO G	UNIDADE
23	50	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XG	UNIDADE
24	50	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XXG	UNIDADE
25	400.000	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM NO MINIMO 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR RESPONSÁVEL TÉCNICO E ATENDER RDC 379/2020	UNIDADE
26	100.000	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM TIRAS E/OU ELASTICO: COMPOSICAO ANTI-ALERGICA, TEXTURA SUAVE COR BRANCA, TAMANHO ADEQUADO, ABRANGENDO TODA REGIAO MENTO- NASAL, AMOLDADOR PARA CONTOURNO DO NARIZ COM ELEMENTO METALICO, FACIL ADAPTACAO A ANATOMIA NASAL, TIRAS E/OU ELASTICO RESISTENTES, PERMITE O MOVIMENTO INSPIRACAO/EXPIRACAO SEM PRODUZIR SUFOCAMENTO, POSSUI COMPROVACAO DE EFICIENCIA DE FILTRAGEM (EFB > 90%). ISENTA DE FIBRA DE VIDRO. CAIXA DE PAPELAO CONTENDO 50 PECAS, ABERTURA OVAL NA PARTE SUPERIOR DA CAIXA, PICOTADA, PERMITINDO RETIRADA INDIVIDUAL DAS MASCARAS. IDENTIFICACAO DE FACIL LEITURA CONSTANDO: NOME DO FABRICANTE, TAMANHO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	UNIDADE
27	10.000	MASCARA FACIAL COM FILTRO - RESPIRADOR COM FILTRO CLASSE PFF-2, APRESENTANDO EFICIENCIA DE FILTRACAO SUPERIOR A 94% CONTRA A PENETRACAO DE AEROSSOIS PARTICULADOS NAO OLEOSOS E EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIOLOGICA (EFB) SUPERIOR A 99% , COM BARREIRA CONTRA FLUIDOS E PARTICULAS GRANDES DE GOTICULA, DESCARTAVEL, PURIFICADOR DE AR TIPO PECA SEMIFACIAL PARA PARTICULAS, DE USO INDIVIDUAL, FORMATO ANATOMICO, TIPO CONCHA OU BICO DE PATO, FACIL AJUSTE FACIAL, VEDACAO ADEQUADA, TAMANHO REGULAR, PEQUENO, COM UM CLIPE NASAL PARA AJUSTE NO NARIZ COM PROTECAO INTERNA E COM DOIS TIRANTES ELASTICOS PARA UMA MELHOR FIXACAO DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 13698/1996, ATENDER NORMAS VIGENTES DE EPI E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E ISENCAO/ REGISTRO NO M.S./ANVISA, EMBALAGEM UNITARIA CONSTANDO VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, RESP. TECNICO. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	UNIDADE
28	1.000	OCULOS DE PROTEÇÃO DE SOBREPOR AOS OCULOS DE GRAU COM TAMANHO SUFICIENTE QUE SE AJUSTE AO OCULOS GRADUADO, ISENTO DE DISTORÇÃO DE IMAGEM. CONSTITUIDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA UNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI RISCO E ANTIEMBAÇANTE, COM PROTETOR LATERAL E BORDA SUPERIOR COM MEIA PROTEÇÃO NA PARTE FRONTAL E BORDAS, INJETADOS DO MESMO MATERIAL, E HASTES TIPO ESPATULA. AS HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E DOTADAS DE PROTEÇÃO LATERAL COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE FENDAS E FIXADAS A ARMAÇÃO ATRAVES DE PINOS	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

		PLASTICOS.	
29	35.000	PAPEL TOALHA PARA USO NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, EXTRA BRANCO, COM 100% DE FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, PAPEL DE ORIGEM NÃO RECICLADA, APRESENTANDO AUSÊNCIA DE PONTOS PRETOS, INTERFOLHADO, GOFRADO, COM 2 DOBRAS, COM ALTA ABSORÇÃO EM DUAS FOLHAS E ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM E NO MÁXIMO 22 CM X NO MÍNIMO 21 CM E NO MÁXIMO 23 CM EM CADA FOLHA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 28 G/ M2, RESISTENTE A TRAÇÃO DAS MÃOS NA SUA RETIRADA DO PORTA PAPEL TOALHA. O PRODUTO NÃO PODERÁ APRESENTAR ODORE FORTE, DESAGRADÁVEL E/OU NÃO CARACTERÍSTICO E LIBERAR RESÍDUOS DE CELULOSE E APARAS NAS MÃOS. FARDO COM 1250 FOLHAS SEPARADAS EM MAÇOS DE 250 FOLHAS CADA UM	FARDO
30	2.000	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRANCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLOGICO, DILUICAO AUTOMATICA, APRESENTACAO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPA TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE, FABRICACAO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENCAO/REGISTRO NO M.S.ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO
31	65.000	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 100 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO, 100 LITROS PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 75 CM LARGURA, 105 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
32	70.000	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 50 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR, BRANCO LEITOSO, 50 LITROS, PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 63 CM LARGURA, 80 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 15 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
33	200	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍCIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	70.000	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA,FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

3.1.1.9 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua Onze de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000, na cidade de Massaranduba, SC, representado por sua Secretária Municipal de Saúde, Sra. Suzane Elisa Froehlich Reinke.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
12	30	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

28	30	OCULOS DE PROTEÇÃO DE SOBREPOR AOS OCULOS DE GRAU COM TAMANHO SUFICIENTE QUE SE AJUSTE AO OCULOS GRADUADO, ISENTO DE DISTORÇÃO DE IMAGEM. CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI RISCO E ANTIEMBAÇANTE, COM PROTETOR LATERAL E BORDA SUPERIOR COM MEIA PROTEÇÃO NA PARTE FRONTAL E BORDAS, INJETADOS DO MESMO MATERIAL, E HASTES TIPO ESPATULA. AS HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E DOTADAS DE PROTEÇÃO LATERAL COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE FENDAS E FIXADAS A ARMAÇÃO ATRAVÉS DE PINOS PLÁSTICOS.	UNIDADE
30	20	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRÂNCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLÓGICO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, APRESENTAÇÃO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPÃO TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO/LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S. ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO

3.1.1.10 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, Centro, CEP 89.295-000, na cidade de Rio Negrinho, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Maria de Fátima Mendes Afonso.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	300	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. 5 LITROS CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	GALÃO
3	3.000	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	FRASCO
4	3.000	ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
5	10.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. ATENDER A RDC 379/2020 ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

7	10.000	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
10	500	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUICAO AUTOMATICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFICIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADAVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NAO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
12	500	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
13	1.000	KIT PARA TESTE RAPIDO DE COVID-19 - TESTE RAPIDO APROVADO PELA ANVISA, REALIZADO DO MATERIAL BIOLÓGICO (SANGUE, PLASMA, SORO) DO TIPO DE IMUNOCROMATOGRÁFICO QUE ANALISAM A PRESENÇA DE IGM E IGG. SENSIBILIDADE TOTAL CONSISTENTE ACIMA DE 95%	UNIDADE
15	300	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO M, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
16	300	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO PP, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
17	300	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO P, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
22	1.000	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO G	UNIDADE
23	1.000	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XG	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

25	5.040	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR RESPONSÁVEL TÉCNICO E ATENDER RDC 379/2020	UNIDADE
27	6.000	MASCARA FACIAL COM FILTRO - RESPIRADOR COM FILTRO CLASSE PFF-2, APRESENTANDO EFICIENCIA DE FILTRACAO SUPERIOR A 94% CONTRA A PENETRACAO DE AEROSSOIS PARTICULADOS NAO OLEOSOS E EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIOLOGICA (EFB) SUPERIOR A 99% , COM BARREIRA CONTRA FLUIDOS E PARTICULAS GRANDES DE GOTICULA, DESCARTAVEL, PURIFICADOR DE AR TIPO PECA SEMIFACIAL PARA PARTICULAS, DE USO INDIVIDUAL, FORMATO ANATOMICO, TIPO CONCHA OU BICO DE PATO, FACIL AJUSTE FACIAL, VEDACAO ADEQUADA, TAMANHO REGULAR, PEQUENO, COM UM CLIPE NASAL PARA AJUSTE NO NARIZ COM PROTECAO INTERNA E COM DOIS TIRANTES ELASTICOS PARA UMA MELHOR FIXACAO DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 13698/1996, ATENDER NORMAS VIGENTES DE EPI E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E ISENCAO/REGISTRO NO M.S./ANVISA, EMBALAGEM UNITARIA CONSTANDO VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, RESP. TECNICO. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	UNIDADE
33	20	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍTIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	10.000	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA,FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

3.1.1.11 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.269/0001-06, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000, na cidade de São Francisco do Sul, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Jeferson.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	200	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. 5 LITROS CONTENDO ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSE DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	GALÃO
3	250	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	FRASCO
8	40.000	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. RESPEITAR AS NORMATIVAS DA RDC 379/2020 E POSSUIR RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

10	100	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADÁVEL, DERMATOLÓGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NÃO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
12	500	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
13	1.000	KIT PARA TESTE RÁPIDO DE COVID-19 - TESTE RÁPIDO APROVADO PELA ANVISA, REALIZADO DO MATERIAL BIOLÓGICO (SANGUE, PLASMA, SORO) DO TIPO DE IMUNOCROMATOGRAFICO QUE ANALISA A PRESENÇA DE IGM E IGG. SENSIBILIDADE TOTAL CONSISTENTE ACIMA DE 95%	UNIDADE
18	200	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NÃO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÓMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL, ATÓXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APÓS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	700	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NÃO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÓMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL, ATÓXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APÓS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	500	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NÃO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÓMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL, ATÓXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APÓS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
21	200	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP NÃO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÓMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL, ATÓXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08, EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APÓS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
22	1.200	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELÁSTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). APROVADO PARA: PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUÍMICA. TAMANHO G	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

25	100.000	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR RESPONSÁVEL TÉCNICO E ATENDER RDC 379/2020	UNIDADE
27	4.000	MÁSCARA FACIAL COM FILTRO - RESPIRADOR COM FILTRO CLASSE PFF-2, APRESENTANDO EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO SUPERIOR A 94% CONTRA A PENETRAÇÃO DE AEROSSÓIS PARTICULADOS NÃO OLEOSOS E EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIOLOGICA (EFB) SUPERIOR A 99% , COM BARREIRA CONTRA FLUIDOS E PARTÍCULAS GRANDES DE GOTÍCULA, DESCARTÁVEL, PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL PARA PARTÍCULAS, DE USO INDIVIDUAL, FORMATO ANATÔMICO, TIPO CONCHA OU BICO DE PATO, FÁCIL AJUSTE FACIAL, VEDAÇÃO ADEQUADA, TAMANHO REGULAR, PEQUENO, COM UM CLIPE NASAL PARA AJUSTE NO NARIZ COM PROTEÇÃO INTERNA E COM DOIS TIRANTES ELÁSTICOS PARA UMA MELHOR FIXAÇÃO DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 13698/1996, ATENDER NORMAS VIGENTES DE EPI E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA, EMBALAGEM UNITÁRIA CONSTANDO VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, RESP. TÉCNICO. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APÓS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA.	UNIDADE
30	100	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRÂNCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLÓGICO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, APRESENTAÇÃO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPÃO TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO/LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO
31	1.000	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 100 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO, 100 LITROS PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 75 CM LARGURA, 105 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
32	500	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 50 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR, BRANCO LEITOSO, 50 LITROS, PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 63 CM LARGURA, 80 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 15 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
34	15.000	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA,FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

3.1.1.12 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 95.954.442/0001-83, com sede na Rua José Bonifácio Pires, nº 45, bairro Centro, CEP 88.395-000, na cidade de São João do Itaperiú, SC, representado por sua Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Gisele Monn.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	50	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. 5 LITROS CONTENDO ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	GALÃO
2	50	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. - 800 ML, REFIL DESCARTÁVEL, CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
3	200	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	FRASCO
4	50	ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
5	2.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL , NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. ATENDER A RDC 379/2020 ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
6	2.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
7	2.000	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

8	2.000	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. RESPEITAR AS NORMATIVAS DA RDC 379/2020 E POSSUIR RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
10	50	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUICAO AUTOMATICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFICIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADAVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NAO REICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSÁVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
11	50	DISPENSADOR PARA ÁLCOOL EM GEL PARA REFIL BAG-IN-BOX 800ML, CONFECCIONADO EM MATERIAL ACRILICO FUME TRANSPARENTE DE ALTA RESISTENCIA AO IMPACTO, NAO NECESSITA DE CHAVE, AFIXADO COM PARAFUSOS, COM TECLA APORTE COM LIMITE DE CURSO.DIMENSOES EXTERNAS APROXIMADAS 110MM DE LARGURA X 260MM DE ALTURA X 95MM DE PROFUNDIDADE.	UNIDADE
12	50	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
13	4.000	KIT PARA TESTE RAPIDO DE COVID-19 - TESTE RAPIDO APROVADO PELA ANVISA, REALIZADO DO MATERIAL BIOLÓGICO (SANGUE, PLASMA, SORO) DO TIPO DE IMUNOCROMATOGRÁFICO QUE ANALISAM A PRESENÇA DE IGM E IGG. SENSIBILIDADE TOTAL CONSISTENTE ACIMA DE 95%	UNIDADE
14	50	LUA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO G, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
15	50	LUA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO M, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
16	50	LUA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO PP, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
17	50	LUA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO P, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

18	50	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	50	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	50	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
21	50	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
23	500	MACAÇÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XG	UNIDADE
24	500	MACAÇÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XXG	UNIDADE
25	5.000	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM NO MINIMO 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR RESPONSÁVEL TÉCNICO E ATENDER RDC 379/2020	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

26	5.000	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM TIRAS E/OU ELASTICO: COMPOSICAO ANTI-ALERGICA, TEXTURA SUAVE COR BRANCA, TAMANHO ADEQUADO, ABRANGENDO TODA REGIAO MENTO- NASAL, AMOLDADOR PARA CONTORNO DO NARIZ COM ELEMENTO METALICO, FACIL ADAPTACAO A ANATOMIA NASAL, TIRAS E/OU ELASTICO RESISTENTES, PERMITE O MOVIMENTO INSPIRACAO/EXPIRACAO SEM PRODUZIR SUFOCAMENTO, POSSUI COMPROVACAO DE EFICIENCIA DE FILTRAGEM (EFB > 90%). ISENTA DE FIBRA DE VIDRO. CAIXA DE PAPELAO CONTENDO 50 PECAS, ABERTURA OVAL NA PARTE SUPERIOR DA CAIXA, PICOTADA, PERMITINDO RETIRADA INDIVIDUAL DAS MASCARAS. IDENTIFICACAO DE FACIL LEITURA CONSTANDO: NOME DO FABRICANTE, TAMANHO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	UNIDADE
27	2.000	MASCARA FACIAL COM FILTRO - RESPIRADOR COM FILTRO CLASSE PFF-2, APRESENTANDO EFICIENCIA DE FILTRACAO SUPERIOR A 94% CONTRA A PENETRACAO DE AEROSSOIS PARTICULADOS NAO OLEOSOS E EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIOLOGICA (EFB) SUPERIOR A 99% , COM BARREIRA CONTRA FLUIDOS E PARTICULAS GRANDES DE GOTICULA, DESCARTAVEL, PURIFICADOR DE AR TIPO PECA SEMIFACIAL PARA PARTICULAS, DE USO INDIVIDUAL, FORMATO ANATOMICO, TIPO CONCHA OU BICO DE PATO, FACIL AJUSTE FACIAL, VEDACAO ADEQUADA, TAMANHO REGULAR, PEQUENO, COM UM CLIPE NASAL PARA AJUSTE NO NARIZ COM PROTECAO INTERNA E COM DOIS TIRANTES ELASTICOS PARA UMA MELHOR FIXACAO DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 13698/1996, ATENDER NORMAS VIGENTES DE EPI E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E ISENCAO/REGISTRO NO M.S./ANVISA, EMBALAGEM UNITARIA CONSTANDO VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, RESP. TECNICO. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	UNIDADE
28	100	OCULOS DE PROTEÇÃO DE SOBREPOR AOS OCULOS DE GRAU COM TAMANHO SUFICIENTE QUE SE AJUSTE AO OCULOS GRADUADO, ISENTO DE DISTORÇÃO DE IMAGEM. CONSTITUIDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA UNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI RISCO E ANTIEMBAÇANTE, COM PROTETOR LATERAL E BORDA SUPERIOR COM MEIA PROTEÇÃO NA PARTE FRONTAL E BORDAS, INJETADOS DO MESMO MATERIAL, E HASTES TIPO ESPATULA. AS HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E DOTADAS DE PROTEÇÃO LATERAL COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE FENDAS E FIXADAS A ARMAÇÃO ATRAVES DE PINOS PLASTICOS.	UNIDADE
29	100	PAPEL TOALHA PARA USO NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, EXTRA BRANCO, COM 100% DE FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, PAPEL DE ORIGEM NÃO RECICLADA, APRESENTANDO AUSÊNCIA DE PONTOS PRETOS, INTERFOLHADO, GOFRADO, COM 2 DOBRAS, COM ALTA ABSORÇÃO EM DUAS FOLHAS E ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM E NO MÁXIMO 22 CM X NO MÍNIMO 21 CM E NO MÁXIMO 23 CM EM CADA FOLHA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 28 G/ M2, RESISTENTE A TRAÇÃO DAS MÃOS NA SUA RETIRADA DO PORTA PAPEL TOALHA. O PRODUTO NÃO PODERÁ APRESENTAR ODOR FORTE, DESAGRADÁVEL E/OU NÃO CARACTERÍSTICO E LIBERAR RESÍDUOS DE CELULOSE E APARAS NAS MÃOS. FARDO COM 1250 FOLHAS SEPARADAS EM MAÇOS DE 250 FOLHAS CADA UM	FARDO
30	50	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRANCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLOGICO, DILUICAO AUTOMATICA, APRESENTACAO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPa TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE, FABRICACAO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENCAO/REGISTRO NO M.S.ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

31	500	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 100 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO, 100 LITROS PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 75 CM LARGURA, 105 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
32	500	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 50 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR, BRANCO LEITOSO, 50 LITROS, PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 63 CM LARGURA, 80 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 15 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
33	10	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍCIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	1.000	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA,FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

3.1.1.13 Órgão Participante: **HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ**, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, integrante da administração indireta do Município de Joinville, CNPJ nº 84.703.248/0001-09, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 238, Centro, CEP 89.202-000, na cidade de Joinville, SC, representado por seu Diretor Presidente, Sr. Jean Rodrigues da Silva.

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
2	10.000	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. - 800 ML, REFIL DESCARTÁVEL, CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
3	45.000	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	FRASCO
4	5.000	ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

5	84.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL , NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. ATENDER A RDC 379/2020 ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
8	48.000	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDENCIA, VALIDADE. RESPEITAR AS NORMATIVAS DA RDC 379/2020 E POSSUIR RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
9	5.000	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	UNIDADE
10	4.000	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADÁVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NAO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSÁVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
11	500	DISPENSADOR PARA ÁLCOOL EM GEL PARA REFIL BAG-IN-BOX 800ML, CONFECCIONADO EM MATERIAL ACRILICO FUME TRANSPARENTE DE ALTA RESISTENCIA AO IMPACTO, NAO NECESSITA DE CHAVE, AFIXADO COM PARAFUSOS, COM TECLA APORTE COM LIMITE DE CURSO.DIMENSOES EXTERNAS APROXIMADAS 110MM DE LARGURA X 260MM DE ALTURA X 95MM DE PROFUNDIDADE.	UNIDADE
12	60.000	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
14	4.800	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO G, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTERTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
15	4.800	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO M, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTERTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
17	4.800	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO P, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTERTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

18	6.000	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	8.000	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	8.000	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
21	6.000	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
22	600	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO G	UNIDADE
23	800	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XG	UNIDADE
24	1.000	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XXG	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

25	30.000	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR RESPONSÁVEL TÉCNICO E ATENDER RDC 379/2020	UNIDADE
26	500.000	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM TIRAS E/OU ELASTICO: COMPOSICAO ANTI-ALERGICA, TEXTURA SUAVE COR BRANCA, TAMANHO ADEQUADO, ABRANGENDO TODA REGIAO MENTO- NASAL, AMOLDADOR PARA CONTORNO DO NARIZ COM ELEMENTO METALICO, FACIL ADAPTACAO A ANATOMIA NASAL, TIRAS E/OU ELASTICO RESISTENTES, PERMITE O MOVIMENTO INSPIRACAO/EXPIRACAO SEM PRODUZIR SUFOCAMENTO, POSSUI COMPROVACAO DE EFICIENCIA DE FILTRAGEM (EFB > 90%). ISENTA DE FIBRA DE VIDRO. CAIXA DE PAPELAO CONTENDO 50 PECAS, ABERTURA OVAL NA PARTE SUPERIOR DA CAIXA, PICOTADA, PERMITINDO RETIRADA INDIVIDUAL DAS MASCARAS. IDENTIFICACAO DE FACIL LEITURA CONSTANDO: NOME DO FABRICANTE, TAMANHO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	UNIDADE
27	60.000	MASCARA FACIAL COM FILTRO - RESPIRADOR COM FILTRO CLASSE PFF-2, APRESENTANDO EFICIENCIA DE FILTRACAO SUPERIOR A 94% CONTRA A PENETRACAO DE AEROSSOIS PARTICULADOS NAO OLEOSOS E EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIOLOGICA (EFB) SUPERIOR A 99% , COM BARREIRA CONTRA FLUIDOS E PARTICULAS GRANDES DE GOTICULA, DESCARTAVEL, PURIFICADOR DE AR TIPO PECA SEMIFACIAL PARA PARTICULAS, DE USO INDIVIDUAL, FORMATO ANATOMICO, TIPO CONCHA OU BICO DE PATO, FACIL AJUSTE FACIAL, VEDACAO ADEQUADA, TAMANHO REGULAR, PEQUENO, COM UM CLIPE NASAL PARA AJUSTE NO NARIZ COM PROTECAO INTERNA E COM DOIS TIRANTES ELASTICOS PARA UMA MELHOR FIXACAO DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 13698/1996, ATENDER NORMAS VIGENTES DE EPI E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E ISENCAO/REGISTRO NO M.S./ANVISA, EMBALAGEM UNITARIA CONSTANDO VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, RESP. TECNICO. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	UNIDADE
28	1.500	OCULOS DE PROTEÇÃO DE SOBREPOR AOS OCULOS DE GRAU COM TAMANHO SUFICIENTE QUE SE AJUSTE AO OCULOS GRADUADO, ISENTO DE DISTORÇÃO DE IMAGEM. CONSTITUIDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA UNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI RISCO E ANTIEMBAÇANTE, COM PROTETOR LATERAL E BORDA SUPERIOR COM MEIA PROTEÇÃO NA PARTE FRONTAL E BORDAS, INJETADOS DO MESMO MATERIAL, E HASTES TIPO ESPATULA. AS HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E DOTADAS DE PROTEÇÃO LATERAL COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE FENDAS E FIXADAS A ARMAÇÃO ATRAVES DE PINOS PLASTICOS.	UNIDADE
29	60.000	PAPEL TOALHA PARA USO NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, EXTRA BRANCO, COM 100% DE FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, PAPEL DE ORIGEM NÃO RECICLADA, APRESENTANDO AUSÊNCIA DE PONTOS PRETOS, INTERFOLHADO, GOFRADO, COM 2 DOBRAS, COM ALTA ABSORÇÃO EM DUAS FOLHAS E ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM E NO MÁXIMO 22 CM X NO MÍNIMO 21 CM E NO MÁXIMO 23 CM EM CADA FOLHA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 28 G/ M2, RESISTENTE A TRAÇÃO DAS MÃOS NA SUA RETIRADA DO PORTA PAPEL TOALHA. O PRODUTO NÃO PODERÁ APRESENTAR ODOR FORTE, DESAGRADÁVEL E/OU NÃO CARACTERÍSTICO E LIBERAR RESÍDUOS DE CELULOSE E APARAS NAS MÃOS. FARDO COM 1250 FOLHAS SEPARADAS EM MAÇOS DE 250 FOLHAS CADA UM	FARDO
30	1.200	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRANCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLOGICO, DILUICAO AUTOMATICA, APRESENTACAO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPAS TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE, FABRICACAO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENCAO/REGISTRO NO M.S.ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

31	120.000	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 100 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO, 100 LITROS PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 75 CM LARGURA, 105 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
32	120.000	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 50 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR, BRANCO LEITOSO, 50 LITROS, PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 63 CM LARGURA, 80 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 15 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
33	100	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PIHA DE LÍTIU, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	360.000	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA, FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

3.2 Total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes:

Nº ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	5.970	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. 5 LITROS CONTENDO ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	GALÃO
2	14.550	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO COM NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. - 800 ML, REFIL DESCARTÁVEL, CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (P/P) COM EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER AO DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
3	95.010	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	FRASCO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

4	14.910	ÁLCOOL GEL COM BICO DOSADOR - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % À BASE DE GEL, COM ODOR CARACTERÍSTICO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISSEPSE DAS MÃOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 ML, COM BICO DOSADOR, QUE NÃO NECESSITE DE DISPENSER. CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA DE MEDICAMENTO NO M.S. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, DE 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.	FRASCO
5	176.000	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. ATENDER A RDC 379/2020 ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
6	54.480	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADO EM TNT EM COR CLARA (BRANCO, AZUL OU VERDE), GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2, HIPOALERGÊNICO, MANGA LONGA COM PUNHO EM ELÁSTICO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, SISTEMA DE AJUSTE E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE DOIS PARES DE AMARRILHOS (NAS COSTAS E NA CINTURA), ACABAMENTO COM COSTURA OVERLOCK. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. TAMANHO GRANDE, MEDIDAS APROXIMADAS = 115 X 150 CM, SENDO ACEITO VARIAÇÃO DE 5 CM PARA MAIS OU PARA MENOS. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
7	19.600	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA ALÉM DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
8	116.100	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ISOLAMENTO, TAMANHO APROXIMADO 120 CM DE LARGURA X 150 DE ALTURA, USO EM ISOLAMENTO, NAO ESTERIL, DESCARTAVEL, 100% POLIPROPILENO, IMPERMEAVEL, EM CORES CLARAS (BRANCO, AZUL OU VERDE) GRAMATURA MINIMA 50G/M2, ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NOS DECOTES, TIRAS E BORDAS, MANGAS COMPRIDAS, PUNHO COM ELASTICO, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. RESPEITAR AS NORMATIVAS DA RDC 379/2020 E POSSUIR RESPONSÁVEL TÉCNICO.	UNIDADE
9	7.040	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	UNIDADE
10	9.390	DETERGENTE LÍQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADÁVEL, DERMATOLÓGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NAO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APOS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GALÃO
11	2.970	DISPENSADOR PARA ÁLCOOL EM GEL PARA REFIL BAG-IN-BOX 800ML, CONFECCIONADO EM MATERIAL ACRILICO FUME TRANSPARENTE DE ALTA RESISTENCIA AO IMPACTO, NAO NECESSITA DE CHAVE, AFIXADO COM PARAFUSOS, COM TECLA APORTE COM LIMITE DE CURSO.DIMENSOES EXTERNAS APROXIMADAS 110MM DE LARGURA X 260MM DE ALTURA X 95MM DE PROFUNDIDADE.	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

12	91.750	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	GALÃO
13	14.100	KIT PARA TESTE RAPIDO DE COVID-19 - TESTE RAPIDO APROVADO PELA ANVISA, REALIZADO DO MATERIAL BIOLÓGICO (SANGUE, PLASMA, SORO) DO TIPO DE IMUNOCROMATOGRÁFICO QUE ANALISAM A PRESENÇA DE IGM E IGG. SENSIBILIDADE TOTAL CONSISTENTE ACIMA DE 95%	UNIDADE
14	6.740	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO G, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTERTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
15	7.250	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO M, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTERTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
16	2.110	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO PP, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM SUPERFÍCIE MICROTERTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
17	7.710	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA TAMANHO P, SEM TALCO. AMBIDESTRA. NÃO ESTERIL. COM SUPERFÍCIE MICROTERTURIZADA ANTIDERRAPANTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADA EM CAIXA SEGURA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
18	16.390	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO G NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
19	18.380	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO M NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
20	20.920	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO P NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

21	15.990	LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO PP NAO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATOANATOMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, ATOXICO, EM QUANTIDADE ADEQUADA, TALCADA, RESISTENTE A TRACAO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL, E DEMAIS ESPECIFICACOES CONFORME NBR VIGENTE ATUAL, PORTARIA 233 DE 30/06/08 , EMBALADA EM CAIXA COM 100 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, ISENCAO/REGISTRO NO M..S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA. EMBALAGEM SEGURA PARA ARMAZENAMENTO.	CAIXA
22	5.250	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO G	UNIDADE
23	4.310	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XG	UNIDADE
24	3.110	MACACÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM NAO TECIDO (TIPO TYVEC) DE POLIPROPILENO LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO, MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL EM ZIPER E LAPELA PROTETORA COM FECHAMENTO EM VELCRO, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, COM CAPUZ E NA COR BRANCA. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA). APROVADO PARA: PROTECAO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM QUIMICA. TAMANHO XXG	UNIDADE
25	593.040	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM NO MINIMO 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR RESPONSÁVEL TÉCNICO E ATENDER RDC 379/2020	UNIDADE
26	793.040	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM TIRAS E/OU ELASTICO: COMPOSICAO ANTI-ALERGICA, TEXTURA SUAVE COR BRANCA, TAMANHO ADEQUADO, ABRANGENDO TODA REGIAO MENTO- NASAL, AMOLDADOR PARA CONTORNO DO NARIZ COM ELEMENTO METALICO, FACIL ADAPTACAO A ANATOMIA NASAL, TIRAS E/OU ELASTICO RESISTENTES, PERMITE O MOVIMENTO INSPIRACAO/EXPIRACAO SEM PRODUIR SUFOCAMENTO, POSSUI COMPROVACAO DE EFICIENCIA DE FILTRAGEM (EFB > 90%). ISENTA DE FIBRA DE VIDRO. CAIXA DE PAPELAO CONTENDO 50 PECAS, ABERTURA OVAL NA PARTE SUPERIOR DA CAIXA, PICOTADA, PERMITINDO RETIRADA INDIVIDUAL DAS MASCARAS. IDENTIFICACAO DE FACIL LEITURA CONSTANDO: NOME DO FABRICANTE, TAMANHO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	UNIDADE
27	94.200	MASCARA FACIAL COM FILTRO - RESPIRADOR COM FILTRO CLASSE PFF-2, APRESENTANDO EFICIENCIA DE FILTRACAO SUPERIOR A 94% CONTRA A PENETRACAO DE AEROSSOIS PARTICULADOS NAO OLEOSOS E EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIOLOGICA (EFB) SUPERIOR A 99% , COM BARREIRA CONTRA FLUIDOS E PARTICULAS GRANDES DE GOTICULA, DESCARTAVEL, PURIFICADOR DE AR TIPO PECA SEMIFACIAL PARA PARTICULAS, DE USO INDIVIDUAL, FORMATO ANATOMICO, TIPO CONCHA OU BICO DE PATO, FACIL AJUSTE FACIAL, VEDACAO ADEQUADA, TAMANHO REGULAR, PEQUENO, COM UM CLIPE NASAL PARA AJUSTE NO NARIZ COM PROTECAO INTERNA E COM DOIS TIRANTES ELASTICOS PARA UMA MELHOR FIXACAO DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 13698/1996, ATENDER NORMAS VIGENTES DE EPI E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E ISENCAO/REGISTRO NO M.S./ANVISA, EMBALAGEM UNITARIA CONSTANDO VALIDADE, LOTE, FABRICANTE, RESP. TECNICO. VALIDADE MINIMA 20 MESES APOS EMISSAO DA NF	UNIDADE



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

		DE ENTREGA.	
28	5.230	OCULOS DE PROTEÇÃO DE SOBREPOR AOS OCULOS DE GRAU COM TAMANHO SUFICIENTE QUE SE AJUSTE AO OCULOS GRADUADO, ISENTOS DE DISTORÇÃO DE IMAGEM. CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTI RISCO E ANTIEMBAÇANTE, COM PROTETOR LATERAL E BORDA SUPERIOR COM MEIA PROTEÇÃO NA PARTE FRONTAL E BORDAS, INJETADOS DO MESMO MATERIAL, E HASTES TIPO ESPATULA. AS HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E DOTADAS DE PROTEÇÃO LATERAL COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE FENDAS E FIXADAS A ARMAÇÃO ATRAVÉS DE PINOS PLÁSTICOS.	UNIDADE
29	103.580	PAPEL TOALHA PARA USO NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, EXTRA BRANCO, COM 100% DE FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, PAPEL DE ORIGEM NÃO RECICLADA, APRESENTANDO AUSÊNCIA DE PONTOS PRETOS, INTERFOLHADO, GOFRADO, COM 2 DOBRAS, COM ALTA ABSORÇÃO EM DUAS FOLHAS E ALTA RESISTÊNCIA A UMIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM E NO MÁXIMO 22 CM X NO MÍNIMO 21 CM E NO MÁXIMO 23 CM EM CADA FOLHA, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 28 G/ M2, RESISTENTE A TRAÇÃO DAS MÃOS NA SUA RETIRADA DO PORTA PAPEL TOALHA. O PRODUTO NÃO PODERÁ APRESENTAR ODORE FORTE, DESAGRADÁVEL E/OU NÃO CARACTERÍSTICO E LIBERAR RESÍDUOS DE CELULOSE E APARAS NAS MÃOS. FARDO COM 1250 FOLHAS SEPARADAS EM MAÇOS DE 250 FOLHAS CADA UM	FARDO
30	4.125	SABONETE LÍQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRÂNCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLÓGICO, DILUIÇÃO AUTOMÁTICA, APRESENTAÇÃO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPAS TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO/LOTE, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, ISENÇÃO/REGISTRO NO M.S.ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 20 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONAMENTO EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO	GALÃO
31	197.550	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 100 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO, 100 LITROS PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 75 CM LARGURA, 105 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 30 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
32	201.050	SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 50 LITROS, COR BRANCO, SACO PLÁSTICO PARA LIXO HOSPITALAR, BRANCO LEITOSO, 50 LITROS, PARA USO EM MATERIAL INFECTANTE, TAMANHO MÍNIMO 63 CM LARGURA, 80 CM ALTURA, 010 MICRA, RESISTÊNCIA MÍNIMA 15 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE TAMANHO, RESISTÊNCIA E MICRAGEM 2%, FECHAMENTO POR SOLDA, CONTINUA HOMOGÊNEA E UNIFORME, ATENDER NBR 9191 DA ABNT, CONTER SIMBOLOGIA ATENDENDO A NBR 7.500, ACONDICIONADA EM FARDOS COM MÁXIMO 100 PECAS. CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, REGISTRO M/S ANVISA.	UNIDADE
33	1.917	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO DE TESTA, FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 34,0°C A 42,2°C; PRECISÃO: ±0,3°C (DENTRO DA FAIXA DE MEDIÇÃO); UTILIZA BATERIA/PILHA DE LÍTIO, REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE
34	524.620	TOUCA HOSPITALAR HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX GORRO SANFONADO, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), GRAMATURA MÍNIMA 20G/M2, COR BRANCA, FORMATO ARREDONDADO E COM ELÁSTICO EM TODA A SUA EXTENSÃO, QUE GARANTA A PROTEÇÃO DOS CABELOS SEM COMPRIMIR ORELHAS E TESTA. TAMANHO ÚNICO. DESCARTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE

4 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC

Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisnordeste.sc.gov.br

de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

- 4.2 Os trabalhos serão conduzidos pelos colaboradores do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE, através de seu Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante do sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>
- 4.3 O licitante, ao participar do presente certame, declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.
- 4.4 O CISNORDESTE não tolerará qualquer ato que infrinja ou possa infringir as Normas Anticorrupção, cabendo aos licitantes, em caráter irrevogável e irretratável:
- 4.5 4.4.1 Abster-se de praticar atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, conforme definidos no artigo 5º, da Lei Federal nº 12.846/2013.
- 4.6 4.4.2 Tomar conhecimento das Normas Anticorrupção, especialmente a Lei Federal nº 12.846/2013, e o Decreto Federal nº 8.420/2015, e divulgá-las a seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e terceiros;

5 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

- 5.1 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a recebimento e abertura da proposta, conforme consta no preâmbulo, atentando também para a data e horário para início da disputa.
- 5.2 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para a recebimento das propostas.
- 5.3 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.
- 5.4 **A proposta no Portal Compras Públicas deverá conter FABRICANTE, MARCA E/OU NOME COMERCIAL** do produto cotado, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado.
- 5.5 **Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresa), carimbos, telefones, nomes, etc. O descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da licitante.**
- 5.6 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.

6 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, bem como legislação aplicável.
- 6.1.1 Empresas em consórcio poderão participar da presente licitação, observados os critérios, requisitos, restrições e impedimentos estabelecidos pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 6.2 Para participar desta licitação, o interessado deverá realizar previamente seu cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas.
- 6.3 Estarão impedidos de participar do processo licitatório aqueles que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:
- a) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pelo Órgão Gerenciador ou qualquer dos Órgãos Participantes;
 - b) sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, em qualquer esfera;
 - c) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
 - d) enquadrem-se às hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - e) apresentem irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, ressalvado o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e item 11.2, alínea c.1 deste Edital.
 - f) encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo Órgão Gerenciador ou Órgãos Participantes em Processo Administrativo.**
- 6.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ao Portal Compras Públicas, até no mínimo **uma hora antes do horário limite fixado neste Edital para o recebimento das propostas.**

7 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - b) responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
 - c) abrir as propostas de preços;
 - d) analisar a aceitabilidade das propostas;
 - e) desclassificar propostas, indicando os motivos;
 - f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - h) declarar o vencedor;
 - i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos relativos ao certame;
 - j) elaborar a ata da sessão;
 - k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar o registro dos preços;
 - l) instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES ELETRÔNICAS

- 7.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>
- 7.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.
- 7.4 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

- 7.5 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subseqüente encaminhamento da proposta de



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

- 7.6 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.7 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

8 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 8.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 8.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.
- 8.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.6 **Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou caso semelhante.**
- 8.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 8.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 8.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra aleatório. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.
- 8.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 8.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.
- 8.12 Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 8.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 8.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.
- 8.15 **POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA CONFORME SEU ÚLTIMO LANCE, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
- Endereço:** Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC
E-mail: pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br
Telefone: (47) 34229838
- 8.16 A sessão pública fica suspensão, ou seja, permanece em fase de habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 8.15.
- 8.17 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.8, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.
- 8.18 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 8.19 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 8.20 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.
- 8.21 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item.

9 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

- 9.1 A licitante vencedora, deverá enviar Órgão Gerenciador, no prazo estipulado no item 8.15, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação. Os documentos não deverão conter emendas, rasuras ou entrelinhas.
- 9.2 A proposta escrita deverá conter:
- a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail;
 - b) folhas datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
 - c) declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
 - d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura das propostas virtuais;
 - e) discriminados, em moeda corrente nacional, os **preços dos itens** limitados a **04 (quatro)** casas decimais para os centavos;
 - f) discriminado, o prazo de validade da Ata de **01 de julho de 2020 à 31 de dezembro de 2020**;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- g) o prazo de entrega dos itens **de até 10 (dez) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento **exclusivamente emitida pelo Órgão Participante**;
- h) as especificação, marca completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conforme descrito no **item 1.1**, deste Edital;
- i) o valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
- j) os dados Bancários conforme **ANEXO II**;
- k) a descrição da Embalagem Primária para o lote, sendo o caso, conforme item 2.7.2.

9.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM**.

9.4 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

10 GARANTIA

10.1 As licitantes vencedoras deverão, respeitadas as particularidades e exigências de cada item, fornecer o objeto com validade/garantia igual ou superior a 50% (cincoenta por cento) de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação, quando de sua entrega nos locais indicados na Autorização de Fornecimento emitida pelo executor da compra.

11 DA HABILITAÇÃO

11.1 **TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 8.15, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA –
CISNORDESTE/SC
HABILITAÇÃO:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020 - CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020 - CISNORDESTE/SC
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)**

11.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; No caso de consórcio de empresas, além do ato constitutivo das empresas consorciadas, documentos referidos no art. 33 da Lei nº 8.666/93.
- b) caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgado.
- c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (**ANEXO III**).

c.1) Sendo a licitante a ser habilitada Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando a regularização da restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- d) a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar a seguinte documentação:
- d.1) comprovante de opção pelo Simples Nacional, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal - <http://www.receita.fazenda.gov.br/>;
 - d.2) declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo **(ANEXO V)**.
 - d.3) os documentos relacionados nos subitens **d.1** e **d.2** poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O.U. do dia 22/05/2007.
- e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
- g) prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- h) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- i) prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.
- k) cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento, distribuição ou comercialização do produto comercializados.
- l) No caso da empresa detentora da marca terceirizar a produção do produto cotado para outra empresa, a licitante deverá apresentar o contrato de terceirização, contendo os produtos a serem terceirizados.
- q. Dados cadastrais do fornecedor, conforme modelo do Anexo VIII.

11.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada eventual restrição, esta poderá ser sanada no prazo de **5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período**, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

11.3.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultando ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais na sede do Órgão Gerenciador, para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. **Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.**

11.4.1 Os documentos cuja autenticidade possa ser atestada através da *internet*, mediante livre e gratuito acesso, não precisarão ser autenticados.

11.5 Em hipótese alguma serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

11.5.1 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por **04 (quatro) meses** após a sua expedição.

11.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 11.6.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 11.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.6.3 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação.
- 11.6.3.1** As avaliações das amostras serão realizadas por equipe técnica formada pelos municípios participantes.
- 11.6.3.2** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 11.6.3.3** Os critérios de avaliação restringem-se a verificação de sua conformidade com relação à capacidade técnica especificada em lei, comprovação de Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde e se for caso de material que seja Equipamento de Proteção Individual (EPI) de fabricação nacional ou importada, aquele produto ou dispositivo que vise à proteção da saúde e integridade física da pessoa, deve constar o respectivo Código de Aprovação (CA), segundo Norma Regulamentadora nº 6 em seu item 6.9.3 (NR 6) do Ministério do Trabalho e Emprego, portanto devidamente registrados nos órgãos competentes.
- 11.6.3.4** As amostras, quando solicitadas, deverão ser identificadas com o nome do licitante, número e item do pregão e bula com especificações, constando ainda data de fabricação, lote, prazo de validade, número de registro, na ANVISA e se for o caso, CA e especificações constantes neste Termo de Referência.
- 11.6.3.5** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 11.6.3.6** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Edital.
- 11.6.3.7** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 11.6.3.8** Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 02 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 11.6.3.9** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 11.7** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.8** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

12 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1 Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, constando na embalagem do produto a observação “**PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO**”;
- b) apresentação do Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;
- c) apresentação de Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS, quando exigido;
- d) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- e) fornecer os produtos dentro do prazo de validade exigido no item 10.1;
- f) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- g) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na autorização de fornecimento;
- h) lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf e em XML, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, *online*, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador, conforme item 2.1.2;
- i) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- j) **havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, deverá o Fornecedor o informar ao CISNORDESTE/SC formalmente, através de protocolo em sua sede, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento/Pedido do Produto ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto.**

13 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, desde que atendidas as exigências deste Edital.

14 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1 *Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de e-mail, devendo a referida peça ser protocolada, instruída com documentos, junto ao CISNORDESTE/SC.*

14.2 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1 As obrigações decorrentes das futuras aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados e suas autarquias), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de **01 de julho de 2020 à 31 de dezembro de 2020.**

15.1.1 Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

Participante(3) e Fornecedor, e, assim, sucessivamente, até o total de Órgãos Participantes que tenham previsão de consumo para cada lote.

- 15.2 O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital) no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.
- 15.2.1 Será utilizada assinatura digital de documentos, para a assinatura das atas e aditivos de registros de preços, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.
- 15.3 **O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, aplicando-se-lhe a sanção prevista no item 17.8 deste Edital.**
- 15.4 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.
- 15.5 Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, os Órgãos Participantes poderão firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.
- 15.6 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

- 16.1 Os preços não serão reajustados durante a validade das Atas de Registro de Preços.

17 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, **imediatamente, através do sistema eletrônico, dentro dos 15 (quinze) minutos subsequentes ao término da fase de habilitação**, no período aberto a recursos. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar memoriais com as razões detalhadas, no prazo de 03 (três) dias, na sede do CISNORDESTE/SC. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.
- 17.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por memoriais, na forma do item 17.1 acarretará na mesma consequência.
- 17.1.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante no momento oportuno, definido no item 17.1.
- 17.1.3 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, tampouco serão recebidas as razões ou contrarrazões apresentadas fora do prazo e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

processo para responder pelo proponente, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC.

- 17.1.3.1 Os memoriais de recurso deverão ter todas as páginas rubricadas, sendo assinado, com firma reconhecida, na última página, pelo representante legal da Recorrente. Deverá, ainda, ser apresentada cópia autenticada do documento de identidade do signatário, acompanhado de cópia autenticada do ato constitutivo da pessoa jurídica recorrente, sob pena de não ser conhecido.
- 17.1.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.2 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Presidente do CISNORDESTE/SC para homologação.
- 17.3 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISNORDESTE/SC, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.
- 17.3.1 O(s) recurso(s) não conhecido(s) não serão submetidos à apreciação pelo Presidente do CISNORDESTE/SC.
- 17.4 Decidido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CISNORDESTE/SC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).
- 17.5 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.
- 17.6 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 17.6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
 - c) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;
 - d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
 - e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.
 - f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

- 17.7 A multa moratória prevista na alínea *c* do item 17.6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas *d* e *e* do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 17.7.1 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea *e* do item 17.6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote **após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento/Pedido do Produto.**
- 17.7.2 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido do Produto, ou, no máximo, **dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto**, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea *d* do item 17.6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea *e* do item 17.6.1, caso o mesmo não seja aceito.
- 17.7.3 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro e/ou cancelamento de fornecimento, deverão ser fundamentados, e protocolados fisicamente da sede do CISNORDESTE/SC.
- 17.7.4 O protocolo do requerimento de de reequilíbrio econômico-financeiro, não suspende o dever do Fornecedor entregar os produtos.
- 17.7.5 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea *d* por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.
- 17.8 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos Órgãos Participantes, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.9 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (*email*) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 17.10 Das decisões que cominarem penalidades, ressalvado o procedimento adotado pelo Órgão Participante, no caso do item 17.9.1, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.
- 17.11 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 17.12 No caso do item 17.11, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.
- 17.13 As multas eventualmente aplicadas, exceto as aplicadas pelo Órgão Participante, conforme item 17.9.1 deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC

Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisnordeste.sc.gov.br

18 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o item 3.3 deste Edital e obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I. convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado e prévio aos pedidos pelos participantes, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.
- II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- III. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer **antes** da geração da Autorização de Fornecimento/Pedido dos Produtos pelo(s) Oargão(s) Participante(s);
- IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

18.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este ou o próprio Órgão Participante, as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do Fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

19 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

19.1 O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:

- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços da presente licitação ou de licitações realizadas nos últimos 5 (cinco) anos;
- II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. tiver presentes razões de interesse público;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou comqualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - VI. for impedido de licitar e contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
 - VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Órgão Gerenciador na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
 - VIII. antes ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços, tiver sido penalizado com a sanção de suspensão de licitar e/ou impedimento de contratar com o CISNORDESTE e/ou seus municípios consorciados, em razão de infração(ões) praticada(s) em licitação(ões) pretérita(s) e/ou em vigência, nos termos do artigo 28 do Decreto Federal 5.450/05, e artigo 87 da Lei 8.666.
- 19.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador, ou por comissão delegada.
- 19.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido do Produto.

20 DA DOTAÇÃO

- 20.1 As despesas decorrentes das aquisições dos produtos, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante.
- 20.1.1 O Órgão Participante, quando da contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária pertinente.

21 DO PAGAMENTO

- 21.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito diretamente pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 21.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos produtos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML**.
- 21.1.2 **Fica ressalvado ao Órgão Participante o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.**
- 21.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 21.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 21.4 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante poderá consultar a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1 Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.
- 22.2 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- 22.3 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 22.3.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 22.3.2 Caberá ao Fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 22.3.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, considerando o somatório de todos os Órgãos Participantes.
- 22.3.4 Os quantitativos decorrentes das adesões, não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para os Órgãos Participantes, independente do número de órgãos que aderirem.
- 22.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.
- 22.5 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, logo após sua homologação.
- 22.6 Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.
- 22.7 O Presidente do CISNORDESTE/SC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 22.8 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como responderão às dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do telefone (47) 3422 9838, ou pessoalmente (Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC).
- 22.9 Não cabe ao Portal de Compras Públicas qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo Fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 22.10 A Pregoeira e Equipe de Apoio foram nomeadas através da Resolução nº 32/2019 do CISNORDESTE/SC.
- 22.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:
- a) ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
 - b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNDORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- e) ANEXO V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- g) ANEXO VII – Endereços para entrega dos produtos e Dados para Faturamento
- h) ANEXO VIII – Dados Cadastrais do Fornecedor

Joinville (SC), 15 de junho de 2020.

JÚLIO CÉSAR RONCONI
Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISNORDESTE/SC



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO I

**EDITAL Nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2020**

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica **nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC**, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA (conforme ANEXO II)

2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 04 (quatro) casas decimais.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser conforme descrito no item 10.1, deste Edital.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Item 2.1.3 e 2.1.8, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, **60 (sessenta)** dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 1.2 do Edital: de **01 de julho de 2020 à 31 de dezembro de 2020**.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

4 - OBJETO DA PROPOSTA (MODELO):

ITEM	QTDE	MATERIAL	FABRICANTE MARCA	UNIDADE	Nº REGISTRO ANVISA	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
		CONTINUA ...					

Local e Data

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do Representante



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNDORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO II

**EDITAL N° 004/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2020-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2020-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2020**

1.

DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO:
CIDADE:
N° DA AGÊNCIA:
N° DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2.

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE N°:
CPF/MF N°:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO III

**EDITAL Nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2020**

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em
_____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de
17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo
licitatório (**Pregão Eletrônico nº 004/2020- CISNORDESTE/SC**).

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer
constar tal ressalva.

____<CIDADE>_____ (UF), ____< DATA> _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO IV

EDITAL Nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2020

RELAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR

ORGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC	Rua Max Colin, nº 1843, América – Joinville/SC	03.222.337/0001-31	Júlio César Ronconi

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO	CNPJ
Município de Araquari	Rua Coronel Almeida, nº 60, Centro, CEP 89.245-000	83.102.2281/0001-10
Município de Balneário Barra do Sul	Av. Amandio Cabral, nº 457, Centro, CEP 89.247-000	95.945.509/0001-80
Município de Barra Velha	Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88.390-000	83.102.830/0001-57
Município de Campo Alegre	Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, CEP 89.294-000	83.102.749/0001-77
Município de Garuva	Av. Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000	83.102.848/0001-59
Município de Itapoá	Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000	81.140.303/0001-00
Município de Jaraguá do Sul	Rua Walter Marquardt, nº 1.111, Bairro Barra do Rio Molha, CEP 89.259-700	83.102.459/0001-23
Município de Joinville	Av. Hermann August Lepper, nº 10, Centro, CEP 89.201-910	83.169.623/0001-10
Município de Massaranduba	Rua 11 de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000	83.102.483/0001-62
Município de Rio Negrinho	Av. Richard S. de Albuquerque, nº 200, Centro, CEP 89.295-000	83.102.756/0001-79
Município de São João do Itaperiú	Rua José Bonifácio Pires, nº 45, bairro Centro, CEP 88.395-000	95.954.442/0001-83
Município de São Francisco do Sul	Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000	83.102.269/0001-06
Hospital Municipal São José de Joinville	Avenida Getúlio Vargas, nº 238, Centro, CEP: 89202-000	84.703.248/0001-09



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO V

**EDITAL Nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2020**

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA,
sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei
Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma
_____ **(microempresa ou empresa de pequeno porte)**. Declara
ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo
Representante da empresa

Carimbo do CNPJ:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 – CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO VI

**EDITAL Nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2020**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Diretora Executiva, Ana Maria Groff Jansen, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e o **MUNICÍPIO DE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua,, inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, doravante denominado **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resoluções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC nº 02, de 10 de janeiro de 2014 e nº 17, de 02 de outubro de 2015 e no Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2020-CISNORDESTE/SC, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, de produtos para o enfrentamento do COVID-19, para uso do Órgão Participante:, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços: **XXXXXXXXX a XXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme Tabela da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 4.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a Tabela da Cláusula Décima Quarta.
- 4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelo Órgão Participante e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 4.2.1 Fica ressalvada a possibilidade de remanejamento de quantidades entre os Órgãos Participantes, nos termos da Resolução CISNORDESTE/SC nº 17/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS

- 3.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 3.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de Produtos ou Contrato.
- 3.1.2 Neste ato, é atribuído um login e senha ao FORNECEDOR para acesso *online* ao sistema de controle de Processos Administrativos Licitatórios, disponível em <http://.....>, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedido de Material lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC

Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisnordeste.sc.gov.br

- 3.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Produtos ou Contrato, que serão geradas através do sistema e enviada por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor.
- 3.1.4 O FORNECEDOR deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.
 - 3.1.4.1 Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento no prazo mencionado no item 3.1.4, o próprio sistema fará a confirmação, sendo considerada válida para todos os efeitos.
 - 3.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 3.1.4.1, caso haja alteração dos dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo VIII do Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2020-CISNORDESTE/SC, compete exclusivamente ao FORNECEDOR requerer a atualização dos seus dados de acesso.
- 3.1.5 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado de Controle de Processos Administrativos Licitatórios, conforme item 3.1.2.
- 3.1.6 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o FORNECEDOR deverá registrar o evento no sistema informatizado, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva.
- 3.1.7 O FORNECEDOR deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão Participante (Anexo VIII), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.
- 3.2 O Prazo de validade/garantia de cada material, no momento da entrega do mesmo ao executor da compra, não poderá ser inferior a 50% (cincoenta por cento) de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação.
- 3.3 **Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do FORNECEDOR.**
 - 3.3.1 Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.4 O FORNECEDOR deverá observar as diretrizes estabelecidas, referente à implantação do sistema nacional de controle de Produtos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de Produtos
- 3.5 Para fins desta Ata de Registro de Preços, são considerados sinônimos os termos Autorização de Fornecimento e Pedido de Produtos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

- 4.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente Ata de Registro de Preços, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
 - 4.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos Produtos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.**
 - 4.1.2 Fica ressalvado ao Órgão Participante o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida.
 - 4.1.3 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 4.2 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.3 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante consultará a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constatare alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.
- 4.4 Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer o objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC, com a observação **“PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO”**, impressa na embalagem;
- b) apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;
- c) apresentar o Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;
- d) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- e) fornecer os Produtos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;
- f) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos Produtos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- g) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na Autorização de Fornecimento;
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- i) **lançar a entrega para cada Autorização de Fornecimento, e realizar a inclusão da Nota Fiscal no sistema informatizado, online, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador;**
- j) **Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato “pdf”, bem como o arquivo XML correspondente**
- k) **havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento ou, no máximo, dentro do prazo estipulado para fornecimento, sem tolerância.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>
- g) o FORNECEDOR ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea d do Edital por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 6.2 A multa moratória prevista na alínea *c* do item 6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas *d* e *e* do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 6.3 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea *e* do item 6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter sido emitida a Autorização de Fornecimento/Pedido de Produtos pelo Órgão Participante.
- 6.4 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro, ou qualquer outro requerimento, deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Produtos enviado pelo Órgão Participante, através de protocolo fundamentado na sede do CISNORDESTE/SC, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea *d* do item 6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea *e* do item 6.1, caso o mesmo não seja aceito.
- 6.5 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o FORNECEDOR que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, que ensejarem o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.6 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (*email*) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 6.7 Das decisões que cominarem penalidades, exceto no caso do item 6.6.1, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.
- 6.8 Ficarão suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração torná-las exigíveis no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite. Entretanto, sendo o fato punível com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.
- 6.9 As multas eventualmente aplicadas, ressalvado os processos administrativos mencionados no item 6.6.1, deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.
- 6.10 O protocolo do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, ou qualquer outro requerimento, não suspende o dever do Fornecedor entregar os Produtos no prazo cominado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 7.1 Os contratos decorrentes da presente Ata poderão ser rescindidos, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o caso definido no item 2.2 e obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 8.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR.
- 8.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- I. convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - II. frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
 - III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**

Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

8.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, protocolado na sede do CISNORDESTE/SC, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo FORNECEDOR ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.
- II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- III. frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e
- IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

Parágrafo Único: O Protocolo de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro e/ou cancelamento na sede do CISNORDESTE/SC, não suspendem o dever do Fornecedor entregar os Produtos cuja Autorização de Fornecimento/Pedido de material, já tenha sido realizada pelo(s) Orgão(s) Participante(s).

8.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do FORNECEDOR, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços da presente licitação ou de licitação(ões) realizada(s) nos últimos 05 (cinco) anos;
- II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. tiver presentes razões de interesse público;
- V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI. for impedido de licitar e contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- VIII. antes ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços, tiver sido penalizado com a sanção de suspensão de licitar e/ou impedimento de contratar com o CISNORDESTE e/ou seus municípios consorciados, em razão de infração(ões) praticada(s) em licitação(ões) pretérita(s) e/ou em vigência, nos termos do artigo 28 do Decreto Federal 5.450/05, e artigo 87 da Lei 8.666.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 – CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

- 9.2 O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não se aplicando quaisquer penalidades, caso o faça **antes** de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020.
10.1.1 O Órgão Participante quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

- 11.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 014/2020-CISNORDESTE/SC, Pregão Eletrônico nº 004/2020-CISNORDESTE/SC, REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

- 12.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 de julho de 2020 à 31 de dezembro de 2020**.
12.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, observado o máximo de 1 (um) ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador ou para os Órgãos Participantes, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da estimativa de consumo indicada na Cláusula Segunda e Décima Quarta, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
13.2 Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.
13.3 O FORNECEDOR signatário, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.
13.4 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e conforme condições estabelecidas no item 22.3 do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

ITEM	QTDE	MATERIAL	FABRICANTE MARCA	UNIDADE	Nº REGISTRO ANVISA	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 É competente o foro da Comarca de Joinville/SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Joinville (SC), ... de de 2020.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO VII

EDITAL Nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2020

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA DOS PRODUTOS E DADOS PARA FATURAMENTO

ÓRGÃO PARTICIPANTE	DADOS PARA FATURAMENTO	ENDEREÇO DE ENTREGA
Araquari	Fundo Municipal de Saúde de Araquari CNPJ 08.345.495/0001-00 Rua Coronel Almeida, nº 60, Centro Araquari/SC – Telefone: (47) 3447-7777 Contato: fundoaraquari@araquari.sc.gov.br comprasarg@hotmail.com	Unidade Sanitária Central Rua Padre Horácio Rebelo, nº 100, Centro - Araquari/SC CEP 89.245-000
Balneário Barra do Sul	Fundo Municipal de Saúde de Baln. Barra do Sul CNPJ: 11.228.769/0001-88 Rua Amâncio Cabral, nº 457, Centro Balneário Barra do Sul/SC Telefone: (47) 3448-1043 Contato: saude@balneariobarradosul.sc.gov.br	Rua Manoel de Souza s/n Centro – Balneário Barra do Sul/SC. CEP: 88247-000
Barra Velha	Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha CNPJ: 01.877.528/0001-06 Av. Gov. Celso Ramos, nº 200, Centro – Barra Velha/SC - CEP: 88390-00 - Telefone (47) 3456- 1067 – Contato: farmaciabarravelha@hotmail.com	Rua Miranda Coutinho, nº 49, Centro – Barra Velha/SC CEP: 88390-00
Campo Alegre	Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre CNPJ 01.941.360/0001-50 Av. Getúlio Vargas, nº 467, Centro Campo Alegre/SC - Telefone: (47) 3632-1621 Contato: saude@campoalegre.sc.gov.br	Rua Irmã Amália Gheller, nº 22 Centro - Campo Alegre/SC
Garuva	Fundo Municipal de Saúde de Garuva CNPJ 11.303.923/0001-39 Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro Garuva/SC Telefone: (47) 3445-4018 Contato: thiagobackes@hotmail.com	Rua Carijós nº 100, bairro Geórgia Paula – Garuva/SC
Itapoá	Fundo municipal de Saúde de Itapoá Rua: Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte – Itapoá/SC. CNPJ: 11.485.410/0001-96 Telefone: (47) 3443-0617 Contato: saudecompras@itapoa.sc.gov.br farmacia@itapoa.sc.gov.br	Av. Zilda Arns Neumann, nº 557 - Itapema do Norte – Itapoá/SC de segunda a sexta-feira das 8:00hs as 14:00hs, sem fechar para o almoço.
Jaraguá do Sul	Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul CNPJ 14.007.211/0001-60 Rua Isidoro Pedri, nº 120,	Rua Isidoro Pedri, nº 120 Bairro Barra do Rio Molha Jaraguá do Sul/SC



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

	Jaraguá do Sul/SC - Telefone: (47) 2106-8400 Contato: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br	
Joinville	Fundo Municipal de Saúde de Joinville CNPJ 08.184.821/0001-37 Rua: Doutor João Colin, 2719- Sto. Antonio, Joinville/SC Telefone: (47) 3481-5105 Contato: cafjoinville@googlegroups.com	Central de Abastecimento Rua Monsenhor Gercino, 1070 Itaum - Servidão ao lado do Cesita, Bairro Itaum – Joinville/SC CEP 89.210-146
Massaranduba	Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba CNPJ 11.231.203/0001-05 Rua 11 de Novembro, nº 3.025, Centro CEP 89.108-000 – Massaranduba/SC Telefone: 47 3379-1568 Contato: adrianavasel@hotmail.com	Unidade Sanitária Centro Rua 11 de novembro, 2997 - Centro CEP 89108-000- Massaranduba/SC
Rio Negrinho	Fundo Municipal de Saúde de Rio Negrinho CNPJ 10.377.912/0001-30 Av. Richard S. Albuquerque, nº 40, Centro Cívico, Rio Negrinho/SC Telefone: (47) 3644-2122 Contato: farmacia.saude@rionegrinho.sc.gov.br	Av. Richard S. Albuquerque, nº 40, Centro Cívico, Rio Negrinho/SC
São João do Itaperiú	Fundo Municipal de São João do Itaperiú CNPJ 10.422.587/0001-80 Rua José Romão de Souza, 470 Centro CEP 88395-000 São João do Itaperiú Telefone (47) 3458-0010 – (47) 3458-0474 Contato: farmacia@pmsji.sc.gov.br gerencia.compras@pmsji.sc.gov.br	Rua José Romão de Souza, 470 Centro CEP 88395- 000 São João do Itaperiú Telefone (47) 3458-0010 – (47) 3458-0474
São Francisco do Sul	Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul Rua Manoel Bueno, nº 387, Rocio Grande, São Francisco do Sul/SC – CEP: 89240-000 Telefone: (47) 3444-6190 – 3444-2458 – 3444- 2033 – financeirosaude@saofranciscodosul.sc.gov.br	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde Rua: Aldo Possamai, s/nº (subida Hospital da Caridade) - Centro – São Francisco do Sul/SC Telefone: (47) 3444-5202
Hospital Municipal São José	Hospital Municipal São José CNPJ 84.703.248/0001-09 Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro Joinville/SC Telefone: (47) 3441-6634 Contato: marcos.richartz@joinville.sc.gov.br joapaulo.hmsj@gmail.com	Hospital Municipal São José Serviço de Farmácia Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro Joinville/SC Acesso pela Rua São José Segunda a Sexta, das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 16h00.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC
Fones: 47 3422 9838 e 3422 5715 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisnordeste.sc.gov.br

ANEXO VIII

**EDITAL N° 004/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2020-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2020-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 014/2020**

DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR**RAZÃO SOCIAL:****CNPJ:****INSCRIÇÃO ESTADUAL:****ENDEREÇO (rua, nº, Complemento, CEP, Cidade, Estado):****DADOS BANCÁRIOS:****CONTATO(S):**

SETOR	RESPONSÁVEL	TELEFONE(S)	EMAIL(S)
Assinatura Ata de Registro Preços			
Autorizações de Fornecimento			
Faturamento/entregas			
Notificações			

EXTRATO DO EDITAL Nº 004.2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004.2020 - RP Nº 004.2020 - PA Nº 014.2020 - COVID-19

Publicação Nº 2524369

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville – SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisnordeste.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO**EXTRATO DO EDITAL Nº 004/2020 – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2020**

O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19**, pelo prazo de 6 (seis) meses, com entregas parceladas, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC: Municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São João do Itaperiú, São Francisco do Sul e Hospital Municipal São José (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville). durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, durante o período de **01 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020**.

TIPO: Menor preço - **POR ITEM****RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 09h00m do dia 16/06/2020 até às 09h00m do dia 22/06/2020.**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** 09h01m às 12h00m do dia 22/06/2020**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 13h30m do dia 22/06/2020**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)**LOCAL:** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> “Acesso Identificado”**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:****Endereço:** Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC**E-mail:** pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br**Site:** www.cisnordeste.sc.gov.br**Telefone:** (47) 3422-9838**Joinville (SC), 15 de junho de 2020.****JULIO CÉSAR RONCONI**

Presidente do CISNORDESTE/SC

CIAPS**AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2020**

Publicação Nº 2523726

AUTORIZAÇÃO

Dispensa de licitação

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração, aplicação, apreciação, correção das provas, julgamento de recursos e fornecimento da relação dos aprovados, para o preenchimento das vagas de concurso público para os cargos de Auxiliar Administrativo, Médico Clínico e Médico de Saúde Mental.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o porcedimento de que se cogita, objetivado a contratação de dispensa de licitação por valor conforme a prestação de serviços em favor da seguinte empresa:

- Scheila Aparecida Weiss ME (CNPJ nº 26.068.753/0001-22)

Descrição do Item:	Fornecedor:	Valor:
Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração, aplicação, apreciação, correção das provas, julgamento de recursos e fornecimento da relação dos aprovados, para o preenchimento de vagas de Concurso Público	Scheila Aparecida Weiss ME, CNPJ nº 26.068.753/0001-22	R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)
Valor total Julgado		R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)

Ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato e/ou empenho e a publicação do objeto mencionado, como condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Apiúna, 03 de junho de 2020

Paulo Roberto Weiss

Prefeito de Rodeio

Presidente do CIAPS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2020

Publicação Nº 2523735

Extrato

Dispensa de licitação

Processo: 01/2020

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração, aplicação, apreciação, correção das provas, julgamento de recursos e fornecimento da relação dos aprovados, para o preenchimento das vagas de concurso público para os cargos de Auxiliar Administrativo, Médico Clínico e Médico de Saúde Mental.

Contratado: Scheila Aparecida Weiss ME (CNPJ nº 26.068.753/0001-22).

Valor total do contrato: R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)

Data vigência: 16/06/2020 a 31/12/2020

Base legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Apiúna, 03 de junho de 2020

Paulo Roberto Weiss

Prefeito de Rodeio

Presidente do CIAPS

RESOLUÇÃO Nº 148, DE 15/06/2020

Publicação Nº 2524225

RESOLUÇÃO nº 148, de 15/06/2020.

Contrata candidata aprovada no Concurso Público nº 01/2018 para emprego público efetivo do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e fundamentado nos artigos 9º, 11 e 33 a 40 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14, no art. 37, II, da Constituição Federal e nos artigos 443, § 2º, "c", e 456 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, com base nos artigos 9º, 11 e 38 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14, o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 01/2018, para emprego público do CIAPS, a contar de 23 de junho do

ano corrente:

Nome	CPF	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
Raquel Peyerl	090.152.399.24	Psicólogo de saúde mental	20h	R\$ 1.913,47

§ 1º - O contratado ficará submetido ao Regime Jurídico trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

§ 2º - O contratado estará submetido a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade será objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do respectivo emprego público.

Art. 2º - Convocar o servidor para tomar posse nos termos dos artigos 33 a 35 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIAPS, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 15 de junho de 2020.

Paulo Roberto Weiss
Presidente do CIAPS

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2020/004

Publicação Nº 2524199

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2020/004

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, (03/02/2020), às 9h, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, presente o Sr. Paulo Roberto Weiss, Presidente do CIAPS, compareceu o(a) Sra. Valdejane da Silva - CPF nº 037.947.104-36, que declarou vir, na forma da Cláusula Décima Segunda e do Anexo I do Contrato de Consórcio Público do CIAPS, prestar o compromisso de posse ao emprego público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, salário mensal de R\$ 1.091,07 (Hum mil, noventa e um reais e sete centavos), para carga horária semanal regular de quarenta (40) horas de serviço, do Quadro de Pessoal do CIAPS.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao emprego público, no qual foi empossado a partir desta data. Assim sendo, ordenou o Sr. Presidente lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Apiuna (SC), 03 de fevereiro de 2020.

Paulo Roberto Weiss
Presidente do CIAPS

Valdejane da Silva
Empregada

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2020

Publicação Nº 2523729

Termo de ratificação

Dispensa de licitação nº 01/2020

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração, aplicação, apreciação, correção das provas, julgamento de recursos e fornecimento da relação dos aprovados, para o preenchimento das vagas de concurso público para os cargos de Auxiliar Administrativo, Médico Clínico e Médico de Saúde Mental.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, Ratifico os atos do procedimento em favor da empresa Scheila Aparecida Weiss ME, CNPJ nº 26.068.753/0001-22 para prestação de serviços de elaboração, aplicação, apreciação, correção das provas, julgamento de recursos e fornecimento da relação dos aprovados, para o preenchimento de vagas de Concurso Público. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos

Apiúna, 03 de junho de 2020

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS